REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL (*)

ANO LXX - SUP. "A" AO Nº 071 TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2015

(*) Republicado, em 23/05/2015, para correção da data do Diário

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 11
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de abril de 2015 4
Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de abril de 2015 28
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais - CAS
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2015 74
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2015 86
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2015 95
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de abril de 2015 114
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de abril de 2015 148
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2015 173
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2015 197
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2015 234
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2015 252
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 261
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2015 277
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2015 290
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2015 311
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2015 344
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2015 353
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2015 382
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2015 429
1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2015 461
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2015 489
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2015 516
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2015 531
1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de abril de 2015 (em conjunto com a 10ª Reunião da CAE) (Vide item 1.1.1)
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2015 535
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2015 545
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2015 570
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2015 596
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015 624
1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2015 654

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia quatorze de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) Senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, José Pimentel, Marta Suplicy, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Douglas Cintra, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Luiz Henrique e Marcelo Crivella, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior. A Presidência declara aberta a reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 8ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 32 de 2015 (Aviso nº 195-Seses-TCU-Plenário), de 26 de março de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 003.510/2015-8, na Sessão Ordinária de 25/3/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa nº 144; e Aviso nº 33 de 2015 (Aviso nº 215-Seses-TCU-Plenário), de 26 de março de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.910/2014-3, na Sessão Ordinária de 25/3/2015, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. ***Item 1***– Mensagem (SF) nº 7 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor OTÁVIO RIBEIRO DAMASO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 7/4/2015, foi concedida Vista Coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Alvaro Dias, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Reguffe, Cássio Cunha Lima, Roberto Rocha, Antonio Carlos Valadares, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Lindbergh Farias e Lúcia Vânia. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Vanessa Grazziotin para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova o nome do Senhor Otávio Ribeiro Damaso para exercer o cargo Diretor do Banco Central, por vinte e dois votos favoráveis, dois contrários e nenhuma abstenção. ***Item 2***– Mensagem (SF) nº 8 de 2015, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TONY VOLPON para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 7/4/2015, foi concedida Vista Coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Alvaro Dias, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Reguffe, Cássio Cunha Lima, Roberto Rocha, Antonio Carlos Valadares, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Lindbergh Farias e Lúcia Vânia. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Vanessa Grazziotin para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova o nome do Senhor Tony Volpon para exercer o cargo Diretor do Banco Central, por vinte e dois votos favoráveis, dois contrários e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Raimundo Lira,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico, também, o recebimento dos seguintes documentos, para o seu conhecimento: Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 32, de 26 de março de 2015. Encaminha cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo n° TC 003.510/2015-8, na Sessão Ordinária de 25 de março de 2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa n° 144.

Aviso nº 33, de 2015. Aviso nº 215-Seses-TCU-Plenário, de 26 de março de 2015, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo n° TC 023.910/2014-3, na Sessão Ordinária de 25 de março de 2015, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor OTÁVIO RIBEIRO DAMASO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. Em 07/04/2015, foi concedida Vista Coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do R.I.S.F.

O relatório já foi lido pelo relator, na 8ª Reunião, realizada em 07 de abril de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2015

– Não terminativo –

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TONY VOLPON para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá, substituído *ad hoc* pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. Em 07/04/2015, foi concedida Vista Coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do R.I.S.F.

O Relatório já foi lido pelo Relator ad hoc, Senador Antonio Carlos Valadares, na 8ª Reunião, realizada em 07 de abril de 2015, ocasião em que foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Os indicados já se encontram, Senador Tasso Jereissati, no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao Plenário da Comissão.

(*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Otávio Ribeiro Damaso, para que faça uma breve exposição e, depois, posteriormente, vou passar a palavra ao Dr. Tony Volpon, para que faça também uma breve exposição.

Depois de encerradas as exposições, passamos à arguição, pelos Srªs e Srs. Senadores, que obedecerá à ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

Portanto, passo a palavra agora ao Dr. Otávio Ribeiro Damaso.

Muito bem-vindo. Desejo muito sucesso a V. Sª nesta sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Assuntos Econômicos e Relator, Senador Delcídio do Amaral; Exmº Sr. Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira; Exmas e Exmos Senadores, inicialmente, gostaria de expressar a minha satisfação em comparecer a esta Comissão de Assuntos

Econômicos do Senado Federal, na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, funcionário de carreira.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pediria, por favor, silêncio.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Funcionário de carreira há 17 anos, sinto-me extremamente honrado em ter a possibilidade de compor a Diretoria Colegiada desta Autarquia.

Neste contexto, expresso meus sinceros agradecimentos ao Ministro Alexandre Tombini pelo convite para compor a Diretoria Colegiada e à Presidenta Dilma Rousseff pela confiança em mim depositada, ao indicar meu nome à apreciação desta Casa.

Caso V. Exªs me concedam a honra, comprometo-me, desde já, a desempenhar com determinação minhas atribuições no cumprimento das missões legais e institucionais do Banco Central do Brasil.

Exmas Senadoras, Exmos Senadores, no pronunciamento inicial, vou me ater às duas missões institucionais do Banco Central do Brasil: assegurar a estabilidade do poder de compra da nossa moeda e assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

A estabilidade do poder de compra da moeda, o Real, é um bem público por excelência, é uma exigência da sociedade brasileira. Inflação baixa e estável são condições necessárias para a ampliação dos horizontes de planejamento das empresas, das famílias e do próprio Governo e, se atendidas, contribuem para a elevação do investimento, da produção, do nível de emprego e da renda e para a redução da pobreza e da desigualdade.

Não há fundamentação na literatura econômica nem evidência empírica de nações que tenham observado crescimento econômico e melhoria do padrão de vida da sociedade de forma sustentável, por longo tempo, sem ter assegurado a estabilidade do poder de compra da sua moeda. Por isso, manter a inflação em patamar baixo e estável deve ser um compromisso permanente de todo Governo, uma política de Estado. E cabe ao Banco Central do Brasil conduzir a política monetária com o objetivo exclusivo de manter a inflação permanentemente sob controle. Essa é a principal contribuição da autoridade monetária ao desenvolvimento econômico e social do nosso País. E por isso o Banco Central deve ser intransigente no alcance desse objetivo.

O Banco Central do Brasil, além de autoridade monetária, é supervisor do sistema financeiro nacional e por isso tem como missão assegurar um sistema sólido e eficiente.

Assim como a estabilidade do poder de compra da moeda, a estabilidade financeira é também uma condição necessária para o crescimento sustentável. E para que essa condição seja atendida, é essencial que a regulação prudencial e a supervisão das instituições financeiras sejam eficientes e abrangentes.

A regulação e a supervisão precisam ser consistentes à dinâmica dos mercados, às práticas das instituições financeiras, aos riscos intrínsecos a suas operações e àqueles advindos dos demais segmentos econômicos e também do mercado internacional.

A autoridade supervisora precisa ter, de forma contínua, a avaliação precisa, abrangente e prospectiva do sistema e sempre que necessário adotar medidas preventivas ou corretivas de forma tempestiva para mitigar potenciais riscos ao bom funcionamento dos mercados e à estabilidade do sistema financeiro e da própria economia. Nesse contexto, o aperfeiçoamento da regulação prudencial e das práticas de supervisão é contínuo e deve acompanhar a evolução e a inovação dos mercados e das suas instituições.

Além de assegurar a solidez, é missão também do Banco Central do Brasil promover um sistema financeiro eficiente – eficiente no seu sentido mais amplo. Olhando para a frente, destaco três desafios para os próximos anos nessa área. O primeiro é o de consolidar o processo de inclusão financeira. Nesse particular, acredito que a regulamentação tem uma grande aliada: a agenda de educação financeira.

O segundo desafio é criar condições para ampliação do financiamento ao investimento produtivo. O aperfeiçoamento da regulamentação bancária, combinado com o fortalecimento do ambiente macroeconômico e da segurança jurídica e uma aproximação maior com o mercado de capitais são as chaves para superarmos esse desafio.

O terceiro desafio é o de continuar avançando com segurança na introdução das novas tecnologias de acesso ao sistema na intermediação e de facilitação das transações financeiras.

A regulamentação financeira tem papel central na missão do Banco Central do Brasil e na superação dos desafios relacionados. Por isso, o seu aperfeiçoamento, que é contínuo por natureza, também precisa ser conduzido levando em consideração as ponderações de toda a sociedade para que o arcabouço regulatório seja equilibrado e possa efetivamente cumprir o seu papel no desenvolvimento do País.

Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores, são essas as minhas considerações iniciais.

Desde já, coloco-me à inteira disposição de V. Exªs para eventuais questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Otávio Ribeiro Damaso.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Tony Volpon para que faça uma breve exposição.

O SR. TONY VOLPON – Exm**O SR. PRESIDENTE** da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Exmo Sr. Relator, Senador Romero Jucá, Exmo Sr. Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira, Exmos Srs. Senadores, Exmas Srªs Senadoras, senhoras e senhores, queria começar agradecendo a confiança depositada em mim pelo Ministro Alexandre Tombini e pela Presidenta Dilma Rousseff, por haverem me indicado para a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil. Espero, agora, ganhar o voto de confiança desta Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado Federal para ter a honra de exercer essa função.

Quero afirmar a minha convicção de que, a despeito dos muitos desafios enfrentados pela economia brasileira, quando o atual programa de ajuste econômico for levado ao seu fim, teremos as condições de ver a economia brasileira voltar a crescer de forma sustentável.

No que concerne à política monetária, a pressão que hoje vemos na inflação decorre, essencialmente, de um processo de ajuste de preços relativos de duas ordens: primeiro, de preços administrado contra preços livres; e, segundo, da relação de preços transacionáveis contra os não transacionáveis, reflexo da desvalorização da nossa taxa de câmbio.

Esses ajustes de preços relativos são necessários. Um grande desequilíbrio entre preços livres e preços administrados gera pressão fiscal, prejuízos para muitas empresas e impacta negativamente as expectativas de inflação.

Ao mesmo tempo, uma melhor relação entre preços transacionáveis e preços não transacionáveis será um elemento essencial para o equilíbrio das nossas contas externas, como também para a recuperação da competitividade da nossa indústria.

Devido à rigidez nominal do sistema de preços, esses ajustes relativos acabam elevando a taxa de inflação. Assim, a estabilidade monetária, que, a meu ver, se define com a inflação oscilando ao redor do centro da meta de inflação, deve estar sendo, neste momento, o primordial propósito do Banco Central do Brasil.

As recentes ações da política monetária tem sido nessa direção, mas acredito que o que foi alcançado até agora ainda não se mostrou suficiente. Entretanto, podemos – e isso já está sendo refletido nas expectativas de mercado e nas projeções do Banco Central – esperar que a convergência da inflação para o centro da meta seja algo factível já em 2016.

Devemos também estar cientes de que o ambiente internacional ainda pode apresentar dificuldades adicionais, às quais teremos de responder prontamente. Entre elas, é bastante provável que os Estados Unidos iniciem a normalização da sua política monetária ainda neste ano. Na verdade, esse processo de ajuste já se iniciou em 2013, quando foi anunciada a possibilidade de se encerrar a política de expansão quantitativa do balanço do banco central americano.

Embora a minha expectativa seja a de que tal ajuste, diferentemente de experiências anteriores, se apresente lento e de grau moderado, ainda assim, devemos esperar um aumento no nível de volatilidade dos mercados internacionais quando esse processo se iniciar.

Outro risco que devemos monitorar é o processo de ajuste da economia chinesa. A queda do crescimento chinês já começa a mostrar seus efeitos sobre a economia brasileira, principalmente pela piora nos nossos termos de troca. Por hora, o governo chinês tem tido sucesso em gerenciar o processo de ajuste, mas devemos, aqui também, estar preparados para uma possível queda mais acentuada do crescimento chinês e o impacto que isso pode ter na economia global.

Exmºs Senadores, Exmªs Senadoras, espero que, tendo a honra de ver a minha indicação à diretoria aprovada por esta Casa, possa ajudar o Colegiado do Banco Central a monitorar e a gerenciar esses riscos, como também auxiliar na tarefa de levar a inflação ao centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional como assegurar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Desde já, coloco-me à inteira disposição de V. Exªs para eventuais questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tony Volpon.

Encerradas as exposições, passo à arguição pelas Srªs e Srs. Senadores, que obedecerá à ordem de inscrição, tendo cada Senador e Senadora três minutos para as perguntas.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, primeiro inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou procurar ser veloz, três minutos é muito tempo. Primeiramente, digo que o itinerário técnico qualificado de ambos nos permite a aprovação sem restrições. Esse é o primeiro ponto. Faço algumas perguntas, duas ou três em razão do tempo, ao Sr. Otávio Ribeiro Damaso.

O Sistema Financeiro funciona sem limite de preços. Em contrapartida,o Banco Central implantou o Projeto Juros Spread Bancário, em 1999, procurando corrigir as causas dos juros altos no País. Uma série de medidas foram implementadas com novos títulos representativos de crédito, propiciando maior segurança jurídica ao credor; normas, aprimorando cadastros de clientes e permitindo a portabilidade das operações de crédito e das informações cadastrais. Todavia, as margens continuam exorbitantes.

Nesse contexto, pergunto:

1. Que outras medidas o senhor considera necessárias para convergir os juros e *spreads* bancários domésticos aos níveis praticados nas economias mais avançadas, e que sejam mais apropriados para a competitividade da produção doméstica?

2. As normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços financeiros estão consolidadas na Resolução BC 3.919, de 2010. Em relação a cartões de crédito e débito, uma demanda social tem sido a cobrança de taxas elevadíssimas pelas administradoras de cartões sobre os estabelecimentos comerciais, geralmente como um percentual sobre o valor da compra paga com o cartão, custo que é repassado ao consumidor. Já transferências bancárias tradicionais, como um DOC ou TED, a cobrança de tarifas independa do valor transferido em cada operação realizada, com um preço fixo.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Na verdade, a cobrança de tarifa proporcional ao valor da compra realizada não guarda relação com o custo do serviço prestado para a utilização de cartões. Gostaria de saber a visão do senhor sobre o assunto, propondo que o BC trabalhe no curto prazo para a harmonização da regulação de cobrança de tarifas, que tem grande repercussão social.

Sr. Presidente, rapidamente, para **O SR. TONY VOLPON**:

O BC está conduzindo um ciclo de aperto monetário que já acumulou aumento da Selic em 5,5 pontos percentuais ao longo de 24 meses, em duas etapas. Todavia o nível de inflação não está sendo afetado, flutuando acima de 8% no acumulado de 12 meses. As próprias expectativas inflacionárias de mercado para 2015 estão acima de 8%. V. Sª mesmo aduziu que haverá possibilidade, hipótese de convergência para o centro da meta apenas em 2016. Nesse contexto, pergunto-lhe:

– Por que o Sistema de Metas Inflacionárias passou a ser menos eficiente no atual Governo?

– O senhor considera eficiente elevação de juros em um cenário já recessivo, derivado da forte contração fiscal corrente? Qual o instrumento crível, e menos custoso, para o controle inflacionário? Por exemplo, o ajuste de compulsório sobre depósitos bancários tende a imprimir o mesmo efeito de freio à economia real, pela limitação da expansão dos meios de pagamento , mas sem o custo fiscal subjacente .

Finalmente, desde 2013, o Banco Central realiza operações de *swap* cambial com rolagem mensal de um estoque na faixa de US$110 bilhões. No começo, o Banco Central anunciava que o instrumento tinha o objetivo de reduzir a volatilidade da taxa, mas, como se mostrou ineficaz, passou a defender o programa para oferecer *hedge* ao mercado contra oscilações cambiais.

Decorre, Sr. Presidente, dessas medidas, que, com a forte desvalorização do real, o custo dessas operações para o País resultou em um repasse recorde de mais de R$27 bilhões ao mercado em fevereiro. E para março, o estimado era de R$36 bilhões – um custo colossal aos cofres públicos –, contrastando fortemente com o ajuste fiscal e os esforços de aumento de impostos suportado por diversos setores da população brasileira. Com o contraste desse custo com a tentativa do Ministro Levy em adiar a renegociação da dívida dos Estados e não perder R$ 3 bilhões de receita, gostaria de ouvir a sua opinião sobre a eficácia e a oportunidade dessas operações para o País, especialmente por esse enorme custo fiscal.

Essas são as indagações, Sr. Presidente, com a celeridade que o tempo me permitiu.

Muito obrigado.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Uma questão de ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Questão de ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, como os próprios questionamentos do Senador Alvaro Dias demonstraram, três minutos é muito pouco pela importância de uma sabatina para escolha de um diretor do Banco Central. Como são dois diretores, eu queria apelar a V. Exª que fosse dobrado o tempo, três minutos para cada um e assim cada Parlamentar teria seis minutos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Presidente é sempre muito tolerante. Temos um tempo de três minutos, mas ele sempre deixa se o Senador tiver que falar cinco...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Tanto é que o Senador Alvaro Dias falou mais de cinco minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Ricardo Ferraço, por exemplo, sempre fala cinco minutos exatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ele fala cinco minutos exatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Reguffe, nós vamos procurar manter o três minutos, mas, claro, é uma sabatina de dois diretores do Banco Central e a gente vai administrando isso com tranquilidade.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas é que três minutos divididos por cada um dos dois indicados dá um minuto de meio para os questionamentos, se houver uma disciplina no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós vamos perseguir esses três minutos, mas, evidentemente, com flexibilidade da Mesa, entendendo muito bem as argumentações de V. Exª.

Vou passar a palavra, agora, ao Senador Ricardo Ferraço, por três minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, com os meus protestos pela provocação do Senador Lindbergh, que não é mais o mesmo. Vive a me provocar, mas a nossa boa amizade me faz tirar de letra.

Sr. Presidente Delcídio, Senador Raimundo Lira, Srs. candidatos a diretores do Banco Central, a minha primeira palavra é de reconhecimento não apenas ao Dr. Otávio mas também ao Dr. Tony pelos currículos e pelo mérito funcional que acompanham o encaminhamento do nome de V. Sªs para esse que eu imagino ser parte do coroamento de uma trajetória técnica como servidores públicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Ainda assim eu gostaria de merecer de V. Sªs algumas reflexões. A primeira delas é que, volta e meia, o tema Banco Central independente assume a agenda brasileira. Na última semana, o Presidente do Congresso brasileiro, Senador Renan Calheiros, defendeu enfaticamente a importância de um Banco Central independente. Eu gostaria de conhecer o sentimento e o pensamento de V. Sªs a respeito desse tema e que nós pudéssemos explorar um pouquinho o direito comparado, a operação comparada de alguns bancos centrais mundo afora e que operam nessa questão.

A outra avaliação que eu gostaria de merecer de V. Sªs: *grosso modo*, de maneira muito objetiva, é evidente que a autoridade...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... monetária, nos últimos anos, falhou no combate à inflação. Há cinco anos que nós não conseguimos ter a meta da inflação no seu alvo e no seu centro.

A nossa inflação tem estado permanentemente no teto de nossa meta, e as perspectivas são de que somente em 2016, apesar dos questionamentos relacionados ao IPCA de março, a inflação acumulada já nos últimos doze meses seja na faixa de 8,13%. E há um determinado questionamento do mercado quanto a essa antecedência, se mesmo em 2016 teremos capacidade para alcançar o centro da meta, considerando que o centro da meta está muito acima da média dos nossos vizinhos e dos países desenvolvidos. Ou seja, o centro da meta... o piso da meta já está acima da média de uma inflação que podemos considerar civilizada.

A pergunta que faço a V. Sªs é a seguinte: nos últimos anos, a autoridade monetária não conseguiu cumprir com seu compromisso. O que foi feito de errado? O que foi feito que os senhores não repetiriam na condução das suas tarefas e das suas diretorias?

Uma das questões mais centrais foi a falta de alinhamento e conexão da política fiscal com a política monetária. Em que peso essas duas políticas, caminhando conectadas, podem produzir melhores resultados para o Banco Central? Como V. Sªs analisam a política fiscal do Governo da Presidente Dilma no primeiro mandato, os seus efeitos e as suas consequências na política monetária? E no impacto evidente que isso tem sobre a inflação?

Também na questão das operações de *swap*, que objetivam evitar a desvalorização do câmbio, essa política gerou um prejuízo de R$16,5 bilhões acumulados no primeiro bimestre de 2015. Somente no primeiro bimestre. Em 2014, o Banco Central teve perdas de R$17,3 bilhões na manutenção dessa política. Em 2013, o prejuízo foi de R$1,3 bilhões, e apenas em 2012, o Banco Central – é preciso reconhecer – obteve um saldo positivo de R$1,1 bilhão.

Neste ano, o Banco Central informou que não renovaria mais o programa de *swaps* cambiais a partir de 31 de março. De acordo com o Banco Central, esses leiloes já forneceram um volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. No total, o volume ofertado até agora, no âmbito do programa de *swaps*...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...atingiu US$114 bilhões, que representam 30% das nossas reservas internacionais.

A pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: Os senhores acham que valeu a pena esse programa, dado o prejuízo bilionário que o Banco Central teve com essas operações corroendo largamente parte considerável das reservas internacionais do País?

São os questionamentos que endereço a V. Sª.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E contrariando o Senador Lindbergh, fui absolutamente preciso no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Preciso no tempo. Sem dúvida nenhuma. Sete minutos.

Com a palavra... O Senador Eduardo Amorim não está presente. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio; Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente; senhores sabatinados, eu gostaria de fazer a minha primeira pergunta para o Sr. Otávio Damaso.

Dr. Otávio, V. Sª será o responsável pela proposição da TJLP para a diretoria colegiada. Gostaria de saber quais são os critérios objetivos para o estabelecimento dessa taxa de juros?

Segunda pergunta. V. Sª será o representante do Banco Central do Brasil junto ao Comitê de Basileia de Supervisão Bancária.

O que o senhor esperaria da reação de seus colegas, se reportasse que o maior banco de investimento do País – e o que V. Sª acha sobre isso –, o BNDES, está exposto à Petrobras em quase 82% do seu patrimônio de referência?

Pergunta ao Dr. Tony Volpon: gostaria de saber quais sãos os principais riscos não financeiros do Banco Central para os próximos dois anos. Que referências e limites operacionais V. Sª introduzirá para a avaliação de riscos cambiais monetários e a aplicação de reservas internacionais? Quanto dos recursos que entram no País como investimento estrangeiro direto vai na verdade parar...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – ... em títulos públicos? Como o Banco Central controla isso?

Presidente, ser mais objetivo do que isso é praticamente impossível, mas gostaria de encerrar as minhas perguntas, dizendo que estudei o currículo dos dois sabatinados de hoje e que fiquei bastante satisfeito com a capacidade técnica, com o currículo e com a história de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati, inclusive por ter se manifestado dentro do tempo, com objetividade.

Senador Reguffe, com quem encerro as inscrições aqui.

Além do Senador Fernando Bezerra, alguém quer se inscrever?

O Senador Antonio Carlos Valadares já está inscrito até como Relator.

O Senador Lindbergh está inscrito também. Tem que inscrever.

Estamos burocráticos demais nesta mesa, temos que agir de modo mais ligeiros nas coisas.

Então, o Senador Fernando Bezerra é o décimo, e o décimo primeiro é o Senador Lindbergh Farias.

Quero só registrar o seguinte: alguns Senadores aqui se inscreveram para audiência pública do BNDES. E aí vi que alguns Senadores ficaram tristes, magoados, porque chegaram aqui cedo, mas não assinaram a lista da sabatina dos dois diretores. Então, eu tenho que seguir a regra, porque todos os Srs. e Srªs Senadoras sabem da listagem, de quem se inscreveu. Portanto, não posso passar ninguém na frente.

Se houve algum engano...

Senador Reguffe.

Portanto, agora encerradas as inscrições, os dois últimos inscritos serão o Senador Fernando Bezerra e o Senador Lindbergh Farias.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero aqui reconhecer a capacidade técnica dos dois, que é inquestionável e que tem que ser aqui registrada. Inclusive, o Otávio eu o conheço há muito tempo. São duas pessoas que têm total capacidade técnica para os cargos que querem ocupar.

Mas esta sabatina não pode ser algo simplesmente protocolar. É importante que, como representantes da população nesta sabatina, saibamos o que os senhores pensam de tudo o que diz respeito aos cargos que os senhores vão ocupar. O propósito dessa sabatina é exatamente esse.

Então, quero primeiro, mencionar sobre o que o Otávio colocou em seu pronunciamento, abre aspas:

"Inflação baixa e estável são condições necessárias para ampliação dos horizontes de planejamento das empresas, das famílias e do próprio Governo". Não há fundamentação na literatura econômica nem evidência empírica de nações que tenham observado crescimento econômico e melhoria do padrão de vida da sociedade de forma sustentável por longo período, sem ter assegurado a estabilidade do poder de compra da sua moeda.

Dito isso e reconhecido o fato de que a principal função de um banco central de um país é ser guardião da moeda desse país e do poder de compra dos habitantes desse país, eu queria saber como os senhores avaliam o fato de que o centro da meta, neste País, é 4,5%; e nós temos o IPCA, que, nos últimos 12 meses, já ultrapassou 8%.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Portanto, eu queria saber se os senhores consideram que o Banco Central errou, não agiu de forma correta nos últimos anos, atá porque, se a inflação está quase o dobro do centro da meta, alguma coisa está errada. Então, eu queria saber se os senhores reconhecem o erro da atuação do Banco Central nos últimos anos e o que os senhores pensam para o futuro com relação a esse tema.

Além disso, eu queria saber, objetivamente, o que os dois pensam sobre o regime de metas de inflação: se ele é um regime real, se é um sistema real, na opinião dos senhores; e se a atuação do Banco Central tem que ser voltada para assegurar uma inflação baixa real ou se um pouco mais de inflação não é problema para os senhores.

Segundo questionamento objetivo: qual é o posicionamento dos dois com relação ao programa de *swaps* cambiais do Banco Central? Esse programa estava em curso, e, mesmo com o programa, o dólar passou de R$2,25 para R$3,12, tendo um pico de 3,20. Qual é a opinião dos dois, objetivamente, sobre o programa de *swaps* cambiais?

Por último, como os dois vão agir com relação à taxa de juros e às decisões... e à posição do Banco Central com relação a isso? Qual é a visão dos dois, objetivamente, sobre a taxa de juros, que no Governo passado caiu, foi a 7,25%, agora voltou a subir e, mesmo assim, não tem segurado a inflação, que, na minha concepção, é o pior imposto para o brasileiro deste País?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Agora, fechando o primeiro bloco, Senador Cássio Cunha Lima, por cinco minutos.

Depois – só para concluirmos aqui esta sessão – estão inscritos: Senador Roberto Rocha, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Hélio José, Senador Fernando Bezerra, Senador Lindbergh Farias.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Presidente, como o tempo é tão exíguo, zere o cronômetro.

Agradeço a atenção.

Srs. Senadores, senhores sabatinados, a pergunta inicial eu dirijo aos dois indicados para o Banco Central com a informação de que, na semana passada, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas apresentou parecer sobre denúncias de irregularidades relacionadas ao atraso de repasse a instituições financeiras de valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, operações que são conhecidas como "pedaladas fiscais".

Em seu parecer, o procurador do Ministério Público destaca que as instituições financeiras efetuavam, com recursos próprios, pagamentos que eram de exclusiva responsabilidade da União, tais como Bolsa Família, abono salarial, etc., o que caracteriza, sem nenhuma dúvida, operações de crédito de forma ilegal, o que leva, naturalmente, à prática de crime de responsabilidade.

Pois bem. As instituições registravam em seus ativos os valores a receber do Tesouro Nacional. O contrário, porém, não era feito. Ou seja, os passivos da União não eram registrados na dívida líquida do setor público, que é calculada pelo Banco Central e serve de base para a apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.

Então, eu gostaria de ter a manifestação de V. Sª sobre esse grave episódio, uma vez que o Banco Central (Bacen) divulga, ao final de cada mês, dados que estão sendo maquiados visivelmente com essa operação fraudulenta. Assim, eu gostaria de ter essa manifestação para verificar os cumprimentos das metas fiscais estabelecidas na LDO e indago, caso os nomes de V. Sªs sejam aprovados, qual o compromisso que assumem perante esta Comissão e este Senado Federal para resolver essa questão em nome da transparência e da honestidade fiscal, até porque a sociedade brasileira merece essa transparência e essa verdade.

A segunda pergunta, ainda dentro do prazo, é dirigida ao Dr. Tony Volpon. Em 2012, o Ministro Guido Mantega, Dr. Tony, em viagem a Londres, fez uma série de declarações de que, naquele momento, haveria espaço para o que o juro básico seguisse em queda no Brasil. Essas declarações geraram toda sorte de críticas sobre a autonomia do Banco Central. Um dos críticos foi V. Sª que, de forma oportuna e adequada, disse – abro aspas: "Isso gera ruído e coloca o BC numa situação difícil. Se ele cortar a Selic, isso pode ser visto como se o Banco Central tivesse cedido à pressão do Governo feita publicamente". Ato contínuo, já em 2013, também em declaração de V. Sª, volto a abrir aspas: "O Banco Central foi dominado pelo Palácio do Planalto para agir na tentativa, que deu errado, de aumentar o crescimento com mais crédito e juros baixos, baseado no consumo. A repentina independência do BC é um mistério". Também em declarações publicadas no jornal *Valor Econômico,* abro aspas: "Sem muita cerimônia, o Banco Central aumentou a taxa Selic três dias depois da eleição" – fecho aspas. Tendo em vista suas declarações e sua opinião sobre a autonomia do Banco Central, o que V. Sª pode fazer para mudar essa relação do Governo com o Banco Central?

Mais uma pergunta – e corro para cumprir o tempo. Em junho do ano passado, o Dr. Tony Volpon, em entrevista...

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... ao blog da redação do Valor, fez a seguinte afirmação – abro aspas: "Se temos um regime de metas de inflação, temos de cumprir. Se o Governo não gosta de um regime de metas com o centro em 4,5%, então, que mude o regime. O que não dá é para ficar, ano após ano, não cumprindo o que está no papel, aliás, determinado em lei". Tendo em vista a sua observação, V. Sª pretende levar a proposta para o Governo? Qual seria a sua proposta de meta inflacionária, já que estamos com inflação em torno de 8,2%, com projeção de redução do nosso desempenho econômico com o PIB?

Para cumprir o tempo, a última pergunta. O Senador Delcídio do Amaral concedeu entrevista a *IstoÉ Dinheiro* e afirmou que – abro aspas: "Medidas de ajuste não passam no Congresso do jeito que estão" – fecho aspas. Todos nós já sabíamos disso. Além disso, a previsão do PIB aponta para uma queda de 1,5%, a inflação já passa dos 8%, em uma economia que está estagnada, como é de conhecimento de todos. Essas não foram as premissas usadas na base para chegar a uma meta de superávit de 2015 da ordem de 1,2% do PIB. Portanto, V. Sªs acreditam que a equipe econômica irá atingir a meta? O Ministro Levy tem falado nesta meta de 1,2% do PIB. E a pergunta é se, com todo esse cenário, na opinião dos senhores, essa meta pode ser atingida.

Eu teria mais uma pergunta, mas quero ser disciplinado no tempo. Encerro, com esse toque de caixa imposto pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cunha Lima.

Eu passo agora a palavra ao Dr. Otávio Ribeiro Damaso e depois ao Dr. Tony Volpon, só registrando que os próximos inscritos são o Senador Roberto Rocha, Senador Valadares, Senador Hélio José, Senador Fernando Bezerra e Senador Lindbergh Farias.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de fazer um pedido a V. Exª: podemos abrir a votação antes da conclusão da sabatina?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O Senador Blairo Maggi pede, em questão de ordem, se nós poderíamos, eventualmente, abrir já a votação, até porque alguns Senadores que aqui falaram fizeram referências muito positivas com relação aos dois sabatinados

Eu quero propor ao Plenário, não sei se nós poderíamos ou não, abrir o processo de votação.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até porque é opcional, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É opcional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador que desejar fazê-lo faça. Aquele que não desejar faz após as respostas se tiver o juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Perfeitamente.

Se todos estiverem de acordo...

O Senador Cunha Lima diverge, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... V. Exª, Senador Cunha Lima, não é membro da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB. Fora do microfone.) – Mas sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro, mas aqui a votação é dos membros.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu tenho muito respeito pelo Senador Blairo Maggi, mas eu penso que deveríamos ouvir as respostas aos questionamentos e somente depois das respostas, aí, sim...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador, estamos de acordo quanto ao mérito. Agora, como disse muito bem o Senador Ferraço, aqueles que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Os que quiserem votar votem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ... aqueles que vão aguardar as respostas e, inclusive, apresentar perguntas têm todo o direito de aguardar todos os questionamentos para votar.

O que eu queria registrar é que vamos ter uma audiência pública longa, daqui a pouco, com o Presidente do BNDES. Então, eu acho que qualquer medida que agilize esta sabatina seria importante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, se houver discordância, também retiro. Não tem problema. É que é usual na Casa fazer isso. Há Senadores que têm que estar em outras Comissões, que têm outros serviços.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Isso acontece muito na casa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso é normal acontecer aqui. Agora, se vier alguém a divergir, não há problema também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pelo que eu entendo, todos os Senadores e Senadoras estão de acordo.

Então, eu vou passar a palavra ao Dr. Otávio Ribeiro Damaso e ao Dr. Tony Volpon. Quando eles terminarem de falar e começar a segunda bateria, eu abro a votação.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral; obrigado a V. Exª pelas perguntas. Tentarei ser breve, mas tentarei também cumprir todas as perguntas.

Inicialmente, quanto ao questionamento do Exmo Senador Alvaro Dias sobre *spread* bancário e toda a questão de eficiência no âmbito do setor bancário. Lá em 2000, o Banco Central fez um projeto de avaliação do *spread* bancário do qual eu tive a honra de participar – na época eu trabalhava no Ministério da Fazenda – e esse diagnóstico gerou uma série de propostas. Várias dessas propostas, que foram depois agregadas a outras, foram conduzidas, inclusive, com a participação de vários de V. Exªs que estão aqui participando, como a Lei de Falências, uma reforma no financiamento imobiliário, abertura de um mercado de resseguro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dr. Otávio, peço que fale um pouco mais alto, mais próximo do microfone.

Peço silêncio, por favor, a todos.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Então, esse diagnóstico gerou uma agenda extremamente positiva. Várias dessas medidas de reforma foram implementadas, várias delas conduzidas aqui para esta Casa, para o Congresso Nacional, com a participação de vários Senadores, como a Lei de Falências, o crédito consignado, a reforma no setor imobiliário, abertura do mercado de resseguro, cadastro positivo. E isso resultou em grande benefício para o Brasil e para o mercado de crédito.

Até 2000, dois mil e pouco, existia um mito de que as instituições não tinham interesse em conceder crédito. E a gente viu que esse conjunto de reformas, naturalmente associado a um ambiente macroeconômico propício, fez com que observássemos, nos anos subsequentes, um processo de inclusão financeira profundo e uma expansão do crédito que partiu de 25% do PIB para mais de 50% do PIB com sustentabilidade, cresceu com sustentabilidade.

Dentro dessas medidas, no meio do caminho, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional foram adotando outras medidas no âmbito das tarifas bancárias, como o Exmo Senador Alvaro Dias mencionou, que deram transparência, deram organização e deram ordem à condução desse processo de inclusão financeira.

Bem, olhando para a frente, eu acho que estamos em um momento macroeconômico de ajuste, mas isso não impede de refazer esse diagnóstico, de *spread* bancário. Acho que esse é uma agenda – inclusive, estava dentro da minha fala inicial – extremamente importante. Acho que há algumas medidas que foram aprovadas, mas ainda não foram cem por cento consolidadas e precisam avançar. Por exemplo, o cadastro positivo. Precisamos revisitar os instrumentos que foram implementados para ver se estão funcionando de forma adequada. Tenho convicção de que temos capacidade de refazer esse diagnóstico e implementar novas medidas. E isso vale, inclusive, para a questão co cartão de crédito, que é uma agenda que o Banco Central vem conduzindo, juntamente com outros órgãos do Governo, principalmente com os órgãos de defesa do consumidor do Minis-

tério da Fazenda, de dar maior transparência, impermeabilidade ao sistema. Os resultados vimos observando, e há algumas medidas que podem ser aprimoradas.

Em relação aos questionamentos do Exmo Senador Ricardo Ferraço, o primeiro que foi dirigido ao meu colega Tony Volpon...

(Soa a campainha.)

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – ...diz respeito à independência do Banco Central.

Bem, acho que esse tema é extremamente complexo, é extremamente amplo, que requer um debate extremamente profundo da sociedade. Considero que o Congresso Nacional, esta Casa, é o lugar mais adequado para conduzirmos esse debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas qual é a opinião de V. Sª a respeito do tema?

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Eu nunca estudei a fundo essa questão dentro da literatura econômica, não foi uma área em que me dediquei a fundo, mas existe também, na experiência internacional, como houve um questionamento em relação a isso, vários modelos diferentes que envolvem questões culturais e institucionais do país. Então, não é um tema trivial de ser decidido. Olhando pela ótica da política monetária, o que interessa é a autonomia operacional, e o Banco Central tem observado autonomia operacional nos últimos anos, nos últimos governos. E isso é o que interessa, em termos práticos, para a condução da política monetária, ou seja, a autonomia operacional, e isso tem sido observado.

Em relação ao segundo questionamento que V. Exª colocou, ou seja, a inflação, o Banco Central tem, sim, que perseguir o centro da meta. Esse é o objetivo que está definido dentro do regime de inflação e esse é o objetivo com o qual, caso tenha a honra de V. Exªs de compor a Diretoria do Banco Central, me comprometo desde já, de trabalhar para que isso seja alcançado.

Naturalmente, o regime que mede a inflação tem um intervalo de tolerância. Então, a inflação, nos últimos anos, esteve no controle dentro do intervalo de tolerância, mas, afirmo: a minha posição, caso eu tenha a honra de contar com o voto de V. Exªs para ocupar a Diretoria do Banco Central, será de perseguir, de fato, o cento da meta estabelecido dentro do regime de metas de inflação.

Em relação à política fiscal e monetária, no âmbito da condução da política monetária, naturalmente quanto mais fiscal, melhor; menor é o esforço monetário que precisará ser feito. Esse é Presidente ponto. O Banco Central, em relação à política fiscal – é um atribuição do Ministério da Fazenda – recebe as informações públicas da sociedade, agrega isso, incorpora nos modelos do Banco Central e, a partir dessas informações, como é uma política conduzida pelo Ministério da Fazenda, toma a decisão dentro do Copom. O Copom, que é composto pelos diretores do Banco Central, com base nessas e em inúmeras outras informações macroeconômicas, dentro de modelos desenvolvidos dentro do Banco Central, recolhe as informações, e uma delas é a política fiscal, como está e qual a perspectiva para os próximos meses. Então, recebemos essas informações de forma exógena, incorpora ao modelo e toma a decisão. Então, quanto mais fiscal, melhor. E, naturalmente, quando a política monetária e a política fiscal estão alinhadas... Elas são políticas conduzidas de forma independente. o Banco Central cuida da política monetária, o Ministério da Fazenda cuida da política fiscal; elas são independentes, mas naturalmente têm um alinhamento.

Quando estão alinhadas, é favorável para a condução da política monetária.

Em relação ao *swap* cambial, gostaria de fazer algumas considerações para V. Exªs.

Primeiro, o instrumento *swap* cambial foca eminentemente a estabilidade financeira e em última instância a estabilidade da própria economia. Do meu ponto de vista, ele cumpriu esse objetivo ao longo desse período em que foi implementado. O programa *swap* cambial não tem o objetivo de interferir na taxa de câmbio nem na tendência da taxa de câmbio.

Se observarmos como se comportou o real frente às demais moedas, sejam elas de países emergentes e mesmo de economias avançadas, vamos notar que o real se comportou de forma muito parecida dentro de uma média, ora oscilando um pouco mais, ora oscilando um pouco menos. Então, ele não tem esse objetivo. Por outro lado, conferiu estabilidade para a economia e estabilidade financeira para o... porque esse é o objetivo.

Em relação aos questionamentos do Exmo Senador Tasso Jereissati, primeiro quanto à TJLP. Os critérios para definição da TJLP estão definidos num normativo específico. Então, cabe ao Conselho Monetário, que é quem define a TJLP, definir esse... Se existem os critérios definidos, temos de observar os critérios definidos e propor a TJLP, porque naturalmente o Conselho Monetário vai deliberar sobre ela.

Em relação ao BNDES, gostaria de fazer algumas ponderações. A primeira é que, pela ótica do Banco Central, como autoridade supervisora...no caso também tem o Conselho Monetário, que é o órgão regulador em estância maior. A regulação prudencial e a supervisão especificamente do Banco Central são iguais para todas as instituições financeiras, indistintamente se é banco privado, se é banco público, inclusive para o caso do BNDES.

No caso específico do BNDES há algumas particularidades, por isso há algumas regras específicas para atender a essas particularidades. Por quê? Porque é um banco de um único controlador, é um banco que não capta recursos junto ao público, junto à sociedade. Então, o risco sistêmico dele é menor, tendo em vista que não faz captação junto ao público geral. Ele tem um objeto e é um dos principais instrumentos de financiamento de longo prazo. Por isso, existem, sim, algumas regras específicas e em alguns casos inclusive com normativas superiores que determinam como deve ser tratado nesse caso.

Então, pela ótica do Banco Central como autoridade supervisora, o BNDES é tratado de forma igual a qualquer outra instituição financeira no Sistema Financeiro Nacional.

Em relação aos questionamentos...

(Soa a campainha.)

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Em relação aos questionamentos do Exmo Senador Reguffe, primeiro, em relação à inflação, o que estamos observando agora, Exmo Senador, é um processo de dois realinhamentos de preços na economia, um em relação aos preços internacionais, que é uma força global. O dólar está num processo de fortalecimento no mundo inteiro, inclusive contra moedas de economias avançadas...

(Soa a campainha.)

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – ...e isso tem impactado as moedas de todos os países. Algumas de uma forma mais intensa, outras de uma forma menos intensa, mas na média o real tem se desvalorizado muito em linha com várias dessas moedas. Então, esse é o primeiro realinhamento.

O segundo realinhamento que está em curso é a questão dos preços administrados, tendo em vista os ajustes promovidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Governo Federal no início deste ano.

Então, de fato, a inflação está alta neste momento. E por quê? Porque há esses dois realinhamentos de preço em curso e, como dito na questão da política monetária – inclusive hoje –, não há condições de o Banco Central travar uma batalha direta com esses dois realinhamentos. O que se faz é conter os efeitos de segunda ordem, ou seja, evitar que os efeitos desse realinhamento se espalhem para o resto da economia. É isso que o Banco Central tem feito e é com isso que, caso eu conte com os votos de V. Exªs, irei me comprometer a seguir. Evitar isso e me comprometer para que a inflação convirja para o centro da meta. Esse é o objetivo dentro do regime de metas e esse é o objetivo que o Banco Central tem que seguir e perseguir.

Em relação ao próprio regime de metas, eu considero um regime extremamente adequado para condução da política monetária. Ele reúne uma série de características extremamente positivas. Ele é simples, é objetivo, sabe-se exatamente se o Banco Central está cumprindo ou não a sua meta. É só chegar no final do ano e verificar quanto está a inflação e se ela está ou não dentro do intervalo de segurança, se ela está perto do centro da meta. Ele é de fácil aferição, inclusive pela sociedade. Tem todas as características que o fazem uma política pública eficiente. É simples, de fácil aferição e de fácil observação também por toda a sociedade.

Então, eu considero o regime de metas como está um regime extremamente adequado.

Aperfeiçoamentos? Enfim, acho que todo processo, toda política, no Brasil – e em qualquer país do mundo não seria diferente –, no âmbito da política monetária, pode sofrer aperfeiçoamentos. Podemos discutir. Acho que existem vários trabalhos acadêmicos em relação a regime de metas, como deve ser; volta e meia, vêm discussões sobre outros modelos. Acho que o Banco Central sempre esteve e sempre estará aberto. E caso eu tenha o privilégio do voto de V. Exªs para compor a Diretoria do Banco Central, também estarei 100% aberto a fazer esse debate, que é um debate extremamente importante para a sociedade e, no caso do Banco Central, é extremamente importante também.

Em relação à questão do *swap*, julgo que já respondi às considerações de V. Exª quando acabei de responder às considerações do Senador Ricardo Ferraço.

A última indagação de V. Exª é em relação a como vamos agir com a taxa de juros. Enfim, como funciona a liturgia do Copom. Eu não sou membro do Copom, mas, naturalmente, conheço como é a liturgia. Aproximadamente a cada 45 dias, o Copom se reúne. A liturgia completa do Copom é formada por duas reuniões. Uma em que os departamentos do Banco Central apresentam o cenário, a evolução do contexto econômico nacional e internacional, há avaliações do sistema de operações bancárias, a gente passa um dia inteiro reunido em uma sala, tendo inúmeras apresentações, fazendo inúmeros questionamentos, vendo com a economia nacional e a economia internacional estão se comportando. Esse é o primeiro dia do Copom, com um grupo de pessoas um pouco mais ampliado participando. Eu, inclusive, tenho o privilégio de participar como chefe de gabinete do Presidente.

No segundo dia, fecha-se o colegiado, apenas os diretores participam e mais o chefe de Departamento de Pesquisa Econômica, que é quem conduz os modelos do Banco Central. E eles tomam as decisões com base

nas apresentações que foram feitas no primeiro dia e – isso eu possa afirmar – são apresentações extremamente densas e amplas. O que eu quero dizer com isso? Eu não tenho condições de dizer o que vai ser feito com a taxa de juros. A cada 45 dias, essa liturgia é repetida, o cenário econômico é reavaliado nesses 45 dias. E, com base nessas informações, é tomada uma decisão.

A cada 45 dias, o Copom se reúne e, com base nessas informações, toma decisão. Então, é difícil falar sobre isso.

Indo para os questionamentos do Exmº Senador Cássio Cunha Lima. Em relação à questão que V. Exª mencionou no início, queria, primeiro, fazer algumas considerações sobre as estatísticas do Banco Central. As estatísticas do Banco Central, todas elas, mas especificamente as estatísticas de cunho fiscal, são estatísticas que seguem, rigorosamente, padrões internacionais, e somos reconhecidos pela qualidade como realizamos essas estatísticas no Banco Central.

Com relação a essas estatísticas fiscais, como mencionei anteriormente, o Banco Central não faz parte da questão da política fiscal. Essas estatísticas são eminentemente preparadas para fins de acompanhamento macroeconômico, mas naturalmente elas têm uma importância para toda a sociedade, e não há mandato legal para executá-las, mas fazemos isso, porque é importante para a condição da política monetária e para a sociedade ter essas informações.

Mas elas seguem rigorosamente uma metodologia internacional, e, na realização dessa estatística, não há qualquer espaço para a discricionalidade.

As informações são colhidas junto às contabilidades das instituições francesas, ao Cosif, que é a contabilidade, juntos às estatísticas que possuímos sobre balanço de pagamentos e sobre o saldo da conta do Tesouro Nacional. Então, ela é realizada quando é divulgada; divulgada é aquela informação que é dada. Trata-se de uma estatística extremamente séria e discricionária.

Quanto à questão especificamente, não tenho informações detalhadas sobre essa operação. Penso que cada operação tem características e situações inúmeras para classificarmos.

Então, é preciso conhecermos todo o escopo, todo o contexto daquela operação, inclusive os serviços atrelados. Nem sempre uma instituição financeira é remunerada pelas empresas ou pelos seus clientes, ou mesmo pelo Governo, que também é um cliente. Apenas pela operação de crédito; ela também é remunerada por serviços prestados. Assim, neste caso, seria necessário ter uma avaliação completa, jurídica e detalhada da operação para poder manifestar-se não só para esta operação, como para qualquer outra.

Não me julgo apto aqui a fazer uma ponderação...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vou encaminhar a V. Sª o parecer do Tribunal de Contas, para que o senhor tome conhecimento e se manifeste, caso não venha a ser aprovado.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Tudo bem. Agradeço. Com certeza, irei atender ao requerimento de V. Exª.

Por fim, em relação à meta fiscal, se o Ministério da Fazenda vai cumprir ou não, bem, tive a honra também de trabalhar com o Ministro Levy, na época do Ministério da Fazenda. Não trabalhei diretamente na Secretária do Tesouro Nacional, mas na Secretaria de Política Econômica. Em vários momentos, tivemos vários assuntos em parceria. Se ele falando, penso que ele irá cumprir. Ele é uma pessoa extremamente competente, dedicada e comprometida com o seu objetivo público, a sua função pública.

Então, não tenho motivos para duvidar que ele não vá cumprir a meta que ele está prometendo.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Otávio Ribeiro Damaso.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, o Regimento contempla réplica de dois minutos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Claro, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só queria pedir, Dr. Tony Volpon, que respondamos com bastante objetividade às perguntas, porque existem mais seis inscritos, e o Presidente do BNDES já se encontra aqui na Comissão de Assuntos Econômicos também.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Otávio, o senhor sobre o sistema de metas de inflação e realçou a importância desse sistema. Este prevê um centro da meta de 4,5% atualmente. Eu disse aqui que a inflação é o pior imposto, principalmente para as pessoas mais humildes neste País.

Se, e nós temos, neste momento, nos últimos doze meses, mais de 8% no IPCA, para a inflação ser trazida para 4,5%, foi exigida uma política monetária mais agressiva...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pelo amor de Deus! Mais ainda!

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não! Não estou defendendo uma política monetária mais agressiva. Estou apenas querendo chegar ao seguinte ponto: se a Diretoria do Banco Central chegar à conclusão de que é necessária uma política monetária mais agressiva e houver uma decisão do Palácio do Planalto contrária... Eu também considero que os juros devem ser menores, até para que tenhamos mais emprego, mais produção neste País, para que as pessoas tirem o dinheiro do banco e invistam neste País. Mas, se isso for determinante, como o senhor vai agir, seguindo a orientação do Palácio do Planalto ou a orientação do Banco Central?

E, do ponto de vista conceitual, reforçando um pouco do que foi falado pelo Senador Ricardo Ferraço, qual a sua posição com relação ao conceito de independência do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Dr. Otávio.

Antes, porém, só queria registrar que, por um vacilo aqui da Mesa, réplica só existe quando os Ministros estão em audiência pública; portanto, abrimos uma tremenda exceção aqui, meu caro Senador Reguffe, até pelas ponderações de V. Exª, mas sabatina não implica réplica.

Meu caro Dr. Otávio Damaso, eu pediria objetividade.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Obrigado, Exmo Senador Reguffe.

Temos dois questionamentos. Em relação ao primeiro questionamento, não sou membro do Copom, mas estou muito próximo ali do Presidente Tombini e analiso as decisões do Copom de forma técnica.

Não aceitaria esse cargo se não tivesse convicção de que a Presidenta Dilma Rousseff confere autonomia operacional ao Banco Central do Brasil. Então, essa autonomia, na minha percepção, vem sendo concedida e isso é extremamente importante. Essa é a minha colocação: tenho convicção dessa autonomia, é uma situação a qual não vislumbro.

Em relação à questão da independência, como comentei no questionamento do Exmo Senador Ferraço, volto a afirmar: é um assunto extremamente complexo, amplo, vai muito além das questões econômico-financeiras, técnicas; ele tem diferentes modelos mundo afora, que dependem muito do contexto da sociedade, da organização do governo, de como a sociedade vê aquilo, de como o governo interage, e acho que é um tema que ninguém melhor do que o Congresso Nacional, V. Exªs, aqui, para conduzir e desenvolver esse debate.

Essa é a minha posição em relação a esse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Agora, passo a palavra ao Dr. Tony Volpon e vou abrir a votação já, porque precisamos acelerar essa sabatina, até porque também temos uma audiência pública importante com o Presidente do BNDES.

Portanto, está aberta a votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que queiram votar...

Senador Raimundo Lira, começando a votação.

Passo a palavra ao Dr. Tony Volpon.

Peço, Dr. Tony Volpon, objetividade na resposta para que possamos dar celeridade aqui a essa sabatina.

O SR. TONY VOLPON – Sim, Sr. Presidente, muito obrigado.

Começarei com as perguntas do Exmo Senador Alvaro Dias.

Em relação à sua pergunta sobre a eficácia recente da política monetária, acredito que, se a gente olhar para os resultados dos últimos anos, o que a gente percebe que houve vários...Na verdade, aquilo que a gente fala que está ocorrendo um realinhamento de preços relativos é algo que já vem ocorrendo há algum tempo. Por exemplo, temos visto uma desvalorização da taxa de câmbio nominal de quase 100%, desde 2011, isso tem tido um impacto negativo sobre a inflação.

Tivemos também vários choques de oferta durante esse tempo, a crise hídrica, levando a uma seca muito severa que impactou os preços da alimentação; e todos esses fatores, a meu ver, vêm, em grande parte, explicar por que a inflação não tem estado mais perto da meta durante esse período.

Em relação à questão dos juros sendo o instrumento mais eficaz para levar a inflação à meta, acredito que a resposta é sim, em comparação ajustes de depósitos compulsórios pela razão de que a taxa de juros, como demonstra tanto a experiência brasileira quanto a experiência internacional, age por vários canais de transmissão na economia; enquanto ajustes de depósito compulsório são mais limitados, atingindo somente alguns canais de transmissão.

Passando para a questão dos *swaps* cambiais, queria dispor o seguinte ponto: primeiro, para entender a política de *swap,* temos que entender os custos fiscais e impactos sobre o Erário. A gente tem que entender que não somente você tem uma posição de swaps, mas temos também o Banco Central, que tem uma posição de reservas ao redor de US$370 bilhões. Porém, quando há uma desvalorização da taxa de câmbio, o

Banco Central tem um ganho na sua posição de reservas, ao mesmo tempo em que tem uma perda nas suas posições de *swaps*.

Pegando os números de 2014, o ganho do Banco Central com suas reservas foi de R$155 bilhões. A perda de swaps foi de R$30,9 bilhões. Portanto, em termos do lucro líquido do Banco Central durante esse período, houve R$65,2 bilhões que foram repassados ao Tesouro Nacional. Então, avaliando a questão do impacto do programa, temos que ver não somente isoladamente a posição de swaps, mas também o fato de que, por trás dessa posição, temos uma posição ainda maior em reservas internacionais.

Eu queria dizer também outra coisa sobre esse programa de *swaps*, já escrevi alguns artigos sobre isso, tanto no *Valor Econômico*, como com o Prof. Márcio Garcia – é um assunto no qual me aprofundei nesses últimos períodos. Acho que esse programa foi essencial para permitir a estabilidade financeira em um momento em que a economia brasileira enfrentou uma fortíssima desvalorização da taxa cambial, como disse, em termos nominais, de quase 100%. Acho que foi o único período na nossa economia em que houve uma desvalorização cambial deste tamanho em que não vimos ao mesmo tempo fuga de capitais.

E acredito, e confirmo nos meus contatos com vários investidores ao redor do mundo, na capacidade desses investidores, e também das empresas nacionais, de usar esses instrumentos de proteção para proteger as suas posições patrimoniais. Isso foi chave para que eles não fizessem o que poderiam ter feito que é ter retirado os seus dólares do Brasil. Dessa maneira, passamos por esse ajuste necessário da taxa de câmbio.

Acredito que estamos muito mais perto, se já não chegamos, de talvez um nível de equilíbrio da taxa de câmbio que vai auxiliar na melhora nas nossas contas externas, ainda não se vendo fuga de capitais e não tendo o Banco Central resguardado o nível das reservas internacionais. Acho que isso foi crítico para segurar a estabilidade financeira.

Agora, indo para as indagações do Ex^mo^ Senador Ricardo Ferraço, sobre a independência do Banco Central: se a gente olhar a experiência internacional, vemos que os Bancos Centrais que são mais ou menos referência, em termos de independência, seja o FED americano, seja o Banco Europeu, seja o Banco do Canadá, se olharmos como eles operam essa independência, vemos uma grande variedade de estruturas institucionais. Não existe um modelo padrão. Cada país, dada a sua tradição política, acredito que tem que achar aquele modelo que funciona para si.

Além disso, acho que a experiência claramente demonstra que não é só uma questão de resguardar a independência do Banco Central ou a sua autonomia em lei. Na verdade, eu acho que o que funciona nesses países é, na verdade, um compacto de todos os Poderes Legislativo e o Executivo. O Executivo deve resguardar a autonomia operacional do Banco Central, que, de fato, é a questão mais importante assegurar para termos um resultado satisfatório da política monetária.

Em relação a se o Banco Central falhou no combate à inflação, diria o seguinte: obviamente tivemos um período de muitas dificuldades na economia brasileira. Já falei um pouquinho disso, quando respondi as perguntas anteriores, mas tenho forte convicção de que se apresentam agora as condições de levar a inflação ao centro da meta, por várias razões. Primeiro, teremos dado, como já foi iniciado pelo Ministro Levy, uma política fiscal que acredito vai auxiliar muito o Banco Central nesta tarefa. Segundo, estamos tendo um realinhamento de preços administrados em relação aos preços livres que já estão descarregando as expectativas de inflação.

Acredito que esse foi, de fato, um fator que têm dificultado o trabalho do Banco Central nesse último período. Na medida em que virmos esse realinhamento, acredito que isso vai auxiliar bastante no combate à inflação.

E, finalmente, eu acredito que o Banco Central, neste período, de fato, tem demonstrado sua autonomia operacional por ter subido a taxa de juros corretamente – a meu ver – para combater os efeitos secundários desses reajustes. Sempre lembrando que – isso é minha convicção pessoal – eu gostaria muito de ver o menor nível de taxa de juros possível no nosso País tanto em termos nominais como reais. E a melhor maneira de fazer isso é levar a inflação ao centro da meta e ancorar bem as expectativas de inflação. Eu acredito que esse é o trabalho que o Banco Central está fazendo neste momento.

Só continuando, eu acredito também que o Ex^mo^ Senador Ricardo Ferraço fez uma inquisição sobre o Programa de Suape, que eu espero já ter respondido.

Vou passar para as indagações do Ex^mo^ Senador Tasso Jereissati.

Em relação aos riscos não financeiros para os próximos dois anos, o Ex^mo^ Senador fez uma questão sobre as reservas internacionais. De fato, existe um departamento dentro do Banco Central, o Desig, que tem exatamente a tarefa de controlar os riscos da aplicação das nossas reservas. Esse departamento é separado do Dicon, que é o departamento que, de fato, gerencia as reservas, e ele estabelece rigorosos controles de risco para a atuação e aplicação das nossas reservas.

E eu espero, tendo a honra de ser confirmado para a indicação ao Banco Central, ser parte do grupo que vai ajudar nessa tarefa de assegurar o bom investimento das nossas reservas.

Em relação à pergunta do Exmo Senador Tasso Jereissati sobre o investimento que vai a título público: ao redor 20%, eu acredito. Isto é dado do Tesouro Nacional: 20% da nossa dívida interna está em mãos de investidores estrangeiros.

Eu, pessoalmente, vejo isso como um ponto positivo. O Brasil – eu acho – ganha contendo a habilidade de acionar capitais estrangeiros para financiar nossa dívida pública, porque eu acho que isso, no final do dia, assegura uma taxa menor de rolagem da nossa dívida, já que nós sabemos que o Brasil é um país com poupança pobre. E, quando acionamos essa poupança externa, eu acredito que nós ganhamos em termos de rolagem dessa dívida.

Queria passar agora às indagações do Exmo Senador Reguffe.

Eu acho que já falei um pouquinho sobre a questão do resultado recente da inflação e sobre as perspectivas que teremos nos próximos anos. Eu faço quórum à palavra do Otávio. Eu acredito que o sistema de metas é o mais adequado ao nosso País. Lembrando que é um sistema de metas de inflação flexível, em que você leva em consideração, quando você está fixando a taxa de juros, o que está acontecendo com o crescimento da economia. Então, isso é levado em consideração.

Na verdade, o Banco Central tenta não somente diminuir a diferença entre a taxa da inflação e a meta, mas também a diferença entre o nível de crescimento e o potencial de crescimento, como também estabilizar a variância da própria taxa de juros.

Então, esse sistema flexível é um sistema bem conhecido: temos uma farta literatura teórica, grande experiência empírica; vários países em desenvolvimento e desenvolvidos adotam esse sistema. Eu acredito que ele é o mais adequado nesse momento.

Eu não acredito que um pouquinho mais de inflação seja o.k. Eu realmente tomo isso como um princípio pessoal bastante importante. A melhor coisa que nós podemos fazer para assegurar o maior nível de crescimento da economia e também o menor nível de desemprego para nossa economia é sempre ter a inflação mais perto da meta. Acredito que toda experiência aqui, no Brasil, fora do Brasil, de novo, farta experiência internacional, mostra que, com mais inflação, nós não chegamos a lugar algum.

Há também um questionamento sobre o Programa de Suape. Espero ter respondido essa pergunta já.

Ah, desculpe-me. Há uma última indagação sobre a taxa de juros.

Eu queria dizer que temos um sistema em que, acredito, operacionalmente devemos fixar taxas de juros para assegurar que a inflação vá à meta no período definido. E acredito que, tendo a honra, com a sua aprovação, de entrar na Diretoria Colegiada do Copom, vou fazer o que for necessário para que a inflação chegue ao centro da meta.

Passo para as indagações do Exmo Senador Cássio Cunha Lima: sobre a questão das recentes denúncias, queria dizer que não tenho conhecimento detalhado sobre essas questões. Então, não gostaria de dizer nada sobre isso, mas gostaria, ainda assim, de dizer que, pessoalmente, sou totalmente a favor da total transparência da política fiscal. Acho que isso é importantíssimo para criar um horizonte claro para todos os investidores do setor privado e, na medida em que a gente caminha para ter mais transparência, tanto na política fiscal, como monetária, acho que todo o País tem a ganhar.

Em relação às citações que o Exmo Senador fez, queria tentar colocar tudo isso em uma questão só, e aí há também outras indagações. Eu vou citar a mesma entrevista que o Exmo Senador citou. E gostaria de citar alguma coisa que eu também tenha falado nessa entrevista.

A entrevista foi feita ao *Correio Braziliense*, abro aspas:

O Banco Central tem sido bem mais consistente. Se perguntar para os investidores, eles vão dizer que estão gostando muito do caminho que a autoridade monetária adotou recentemente, mais focado no combate à inflação.

Isso foi dito, acredito, em dezembro de 2013. E tudo o que disse nessas entrevistas, Exmo Senador, foi dito num determinado contexto. Olhando para aquele contexto daquela época e para o de agora, reconhecendo o trabalho que o Banco Central fez de 2013 até agora, acredito que foi muito mais consistente. Eu já estava reconhecendo essa postura em 2013, e eu diria que hoje acredito que, de fato, o Banco Central tem agido com autonomia operacional. E posso dizer aos Exmos Senadores e Exmas Senadoras aqui presentes que, se eu não acreditasse que o Banco Central tivesse essa autonomia operacional, eu não estaria aceitando o convite feito a mim pelo Ministro Tombini e a Presidenta Dilma Rousseff.

Queria dizer que, em relação à questão da minha fala sobre uma proposta de mudança da meta inflacionária, acho que talvez, no momento do passado em que o Brasil estava enfrentando um forte choque no setor de serviços, até pela inclusão social que ocorreu nesses últimos anos, o que a gente observou foi um fortíssimo

crescimento da inflação de serviços e que, talvez naquele momento, teria sido uma boa ideia ter discutido um ajuste temporário da meta da inflação para reconhecer esse choque. Hoje em dia, acredito que esse choque já foi absorvido pelo sistema. E, portanto, não há razão, a meu ver, de mudar o centro da meta em 4,5, e também acredito que deveríamos trabalhar para eventualmente, no momento adequado e na situação adequada, baixar essa meta de inflação ao longo do tempo.

Finalmente, acredito que o Ministro Levy tenha as condições de entregar a meta de 1,2 anunciada por ele neste ano e acredito que ele vai fazer o máximo possível para atingir essa meta. Obviamente várias dessas medidas estão em discussão nesta Casa e no Congresso Nacional. Também tenho certeza absoluta de que todos nós vamos trabalhar para assegurar um bom resultado fiscal neste e nos próximo anos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tony Volpon.

Agora, os últimos cinco inscritos.

Eu pediria, por favor, que o tempo de três minutos fosse observado, até porque temos uma audiência pública longa daqui a alguns minutos.

Volto a insistir aqui que o processo de votação já está aberto, para as Srªs e Srs. Senadores que queiram votar.

Os próximos inscritos, pela ordem, são: Senador Roberto Rocha, Senador Valadares, Senador Hélio José, Senador Fernando Bezerra, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha, por três minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus cumprimentos ao Sr. Otávio Damaso e ao Sr. Tony Volpon.

Eu ia situar minhas três perguntas exatamente na questão da autonomia, do câmbio e das metas de inflação, mas vou me dar por satisfeito em relação à questão da autonomia, porque já foi amplamente colocada aqui por V. Sªs.

Um tema recorrente, nas últimas décadas, no Brasil, é a elevação das taxas de juros básicas, que estão sempre entre as mais altas do mundo, o que gera considerável custo fiscal, desestimula os investimentos privados e valoriza a taxa de câmbio. As explicações para tal fenômeno, como normalmente acontece, são muito amplas e divergentes. A pergunta, então, é: a que fatores os senhores atribuem o fato de as taxas de juros básicas no Brasil serem tão altas?

Segundo: após o Plano Real, tivemos um rápido período de metas de expansão monetária, alguns anos de um sistema de bandas cambiais e, desde 1999, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, câmbio flexível e metas de inflação. Ao longo desse período, enfrentamos várias crises financeiras internacionais e dificuldades internas, principalmente em relação à questão fiscal e ao baixo crescimento econômico. Os senhores acreditam que o sistema de metas de inflação deva passar por algum tipo de ajuste, tais como: adotar um núcleo de inflação, ter horizonte de referência para meta superior...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – ... a 12 meses, adotar também metas de crescimento econômico, reduzir o intervalo de tolerância para a inflação, ou outros ajustes que possam aperfeiçoar o sistema?

São esses os dois questionamentos que faço, um a cada um, e fica a critério de V. Sªs escolher qual responde.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, senhores diretores, é natural que cada país tenha as suas metas fiscais, tenha a sua política cambial, mas, por mais organizada que seja a economia de um país, em dado momento ela sofre os reflexos da crise internacional, notadamente quando ela é provocada por um país tão forte e poderoso como os Estados Unidos.

Pelo fato de o comércio ou as transações comerciais estarem, na prática, atreladas ao dólar, há uma espécie, a meu ver, de manipulação de uso desse poder, por parte dos Estados Unidos, que, em determinados momentos, agem para enfraquecer a sua moeda, como aconteceu em 2011, quando o próprio banco central jogou no mercado interno US$600 bilhões, uma desvalorização disfarçada para beneficiar os Estados Unidos. Isso se refletiu, sem dúvida alguma, nos países subdesenvolvidos, ao ponto de, naquele período, o próprio Ministro Mantega, do Governo Dilma, ter apresentado uma proposta, uma ideia segundo a qual as reservas internacionais, em vez de ficarem submetidas somente ao dólar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... poderiam ser inseridas em um sistema de múltiplas moedas internacionais. Isso, na suposição de que, adotando esse sistema financeiro, os países subdesenvolvidos poderiam ficar protegidos das distorções da moeda americana, provocadas por vontade política do próprio governo americano, do banco central.

Por isso, eu pergunto...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... o que acham V. Sªs dessa ideia do ex-Ministro Mantega sobre a adoção de múltiplas moedas em relação às reservas internacionais?

Finalmente, sabemos que há pouco compartilhamento de caixas eletrônicos no País, especialmente, em contraste com a prática dos bancos na Europa. Acaba que bancos com redes próprias de caixas eletrônicos acabam dificultando a entrada de novos participantes no mercado financeiro, prejudicando o potencial de descentralização do sistema financeiro nacional. Como o senhor vê uma iniciativa do Banco Central a respeito desse assunto, sobre a eficácia dessas operações, bem como sobre o custo para o País?

Eu não sei se outro fez alguma pergunta a respeito disto: a Operação Lava Jato tem desvelado uma série de operações de remessas de recursos ilícitos ao exterior. Alguém fez essa pergunta? Da mesma forma, o escândalo recente de contas secretas mantidas por mais de 8 mil brasileiros no HSBC na Suíça, com movimentação em torno de 7 bilhões – esse assunto, inclusive, provocou uma CPI aqui, no Senado, que nós do PSB assinamos –, tem causado preocupações a este Parlamento por sua ligação com lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. Há dúvidas quanto à efetividade da política de combate e de prevenção à lavagem de dinheiro no País, especialmente para combater remessas ilegais pelo sistema financeiro nacional. O que os senhores acham que falta para os bancos, efetivamente, conduzirem operações de câmbio segundo as normas do Banco Central, especialmente verificando a capacidade financeira do cliente, o suporte documental e a legalidade da operação?

São essas as perguntas, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço, mais uma vez, para que os nossos companheiros Senadores sejam breves, em função da próxima reunião.

Com a palavra, o Senador Hélio José.

Inscrevo, para finalizar, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Raimundo Lira, V. Exª sempre, de forma excepcional, dirigindo os trabalhos, Tony Volpon e Otávio Damaso, eu quero, em primeiro lugar, dizer que é com muita felicidade que estou aqui hoje, quando temos a oportunidade de sabatinar pessoas com altas qualificações, como as que V. Exªs apresentam, com um currículo excepcional, com experiência no exterior igual à do Volpon de longa data... E acho que ele, que é uma pessoa que viu o mercado de fora para dentro, tem toda a possibilidade de nos ajudar a superar as dificuldades da crise econômica e de nos ajudar a garantir essa inflação no centro da meta. Então, é um jovem com toda a capacidade.

Você, Otávio Damaso, é um servidor público de carreira igual a mim, uma pessoa concursada, uma pessoa que está prestando um grande serviço ao Banco Central, com uma experiência junto a vários Presidentes do Banco Central, com conhecimento de várias situações, que podem lhe dar hoje uma bagagem de, como Diretor do Banco Central, poder colaborar e muito para a superação da crise econômica e para o controle da inflação.

Como um engenheiro eletricista, concursado do MPOG, um analista de infraestrutura, que quer o bem do meu País, eu fico muito satisfeito em estar aqui para aprovar o nome de V. Exªs nesta sabatina.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu queria fazer uma única pergunta aos dois: imaginando que fosse o Presidente do Banco Central, qual seria a sua proposta imediata para superar a crise econômica e garantir que a inflação fique na meta?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, para fazer breves considerações, o Senador Fernando Bezerra.

Senador Hélio José, V. Exª já votou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, eu tenho duas indagações. A primeira, para o Dr. Otávio Ribeiro Damaso, que certamente, com a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado federal, vai atuar numa área muito importante, aqui já destacada pelo Senador Tasso Jereissati, que é a fixação da taxa de juros de longo prazo.

A minha preocupação é de caráter regional, sobretudo as taxas de juros dos fundos constitucionais e dos fundos de desenvolvimento regional. Refiro-me ao FNE, FNO, FCO, FNDE, que são fundos importantes para desconcentração dos investimentos e importantes para a promoção do desenvolvimento regional no nosso País.

Nos últimos anos, quando a taxa de juros baixou, para que pudéssemos promover as políticas anticíclicas, o principal programa, chamado PSI (Programa de Sustentação do Investimento), foi coordenado pelo BNDES. As taxas de juros chegaram a recuar 2,5% ao ano e valeu para o Brasil, de norte a sul. Não houve nenhuma diferenciação em relação à questão regional. Agora que as taxas de juros estão sendo revistas para cima, em função da necessidade do ajuste fiscal, é inadmissível que as taxas de juros dos fundos constitucionais sejam as mesmas do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Nesse sentido, eu mesmo estou tomando a iniciativa de, através de um projeto de lei, fixar que as taxas de juros desses fundos têm que ser, pelo menos, dois pontos percentuais abaixo das taxas de juros de longo prazo das instituições federais.

Então, gostaria de saber do Dr. Otávio qual a visão dele em relação a esses instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e o papel que o Banco Central poderá ter em relação a essa questão.

O segundo ponto, em relação ao Dr. Otávio, é que o Banco Central, no ano passado, num instrumento muito válido, muito legítimo, para permitir a restruturação das dívidas contratadas com esses mesmos fundos constitucionais, formulou regras de dispensa de multas, de rebates de mora, o que permite, portanto, a recuperação da adimplência de milhares de tomadores, pequenos, médios, grandes empresários, que apostaram no desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ocorre que, para ter acesso a esse instrumento, os devedores têm que fazer a quitação dos empréstimos à vista, o que me parece um grande contrassenso. Até porque a resolução do Banco Central está valendo até 31 de dezembro deste ano, eu pediria que V. Exª, assim que chegasse a diretor do Banco Central, pudesse pelo menos instituir a possibilidade de um sinal elevado de 30%, 40%, mas que permitisse um prazo para o saldo dessas dívidas, para que pudéssemos recuperar importantes setores da economia regional e não apenas estabelecer um critério para a redução dessas dívidas contratadas, mas colocando como premissa o pagamento em uma única parcela.

Então, deixo essa sugestão e gostaria, portanto, de ouvir a opinião de V. Exª sobre a questão regional.

Dr. Tony Volpon, eu gostaria apenas que V. Sª aprofundasse mais – V. Sª já fez um comentário – sobre o novo patamar da taxa de câmbio. A minha expectativa é que o crescimento da economia brasileira será puxado pelo setor exportador. O problema é que o setor exportador brasileiro não sabe se a taxa de câmbio vai desvalorizar ainda mais, se ela vai recuar, em função dessa indefinição em relação à política monetária americana que V. Exª destacou bem. Contudo, enquanto essa indefinição ocorre, nenhum exportador quer firmar seus contratos de vendas de produtos em médio e longo prazos.

Então a minha pergunta é: nós poderemos já definir que estamos vivendo um novo patamar na taxa de câmbio? Tende a se consolidar essa nova taxa de câmbio e essa relação de troca entre real e dólar? De fato, a gente pode ter a expectativa de o setor exportador puxar o crescimento da economia brasileira a partir do segundo semestre deste ano?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para breves considerações, o Senador Lindonbergh Farias. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso é brincadeira do Senador Delcídio! Eu queria lembrar a ele, que não está na sala, que a novela Rei do Gado está sendo reprisada, e ele é considerado o Antônio Fagundes do Senado.

Eu vou dizer isso para ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu li como está escrito, Senador. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas é insistência do Senador Delcídio, direto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É a amizade do Senador Delcídio ao Senador Lindonbergh. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É amizade, claro!

Presidente Raimundo Lira, devo dizer que eu já conhecia o Dr. Otávio Ribeiro, que é membro do Banco Central. Conheci há pouco, numa visita ao gabinete, o Dr. Tony Volpon. Observei o currículo dos dois.

Eu não tenho dúvida de que esta Comissão de Assuntos Econômicos e este Senado Federal vão aprovar o nome dos senhores.

Agora, permita-me fazer uma avaliação desse quadro econômico.

E a preocupação com que eu quero começar o meu debate é sobre o risco de uma retração econômica maior do que a esperada em 2015. Os números mudam a cada dia, mas a preocupação nossa é colocar este País numa profunda recessão, gerando desemprego. E me preocupa a conjunção de um aperto fiscal forte e um aperto monetário também muito forte neste momento.

Eu, inclusive, Senador Tasso Jereissati, sou autor de um projeto de lei para tentar colocar dupla função no Banco Central, como existe no FED, o Banco Central norte-americano. No Banco Central norte-americano,

o FED, você tem compromisso com estabilidade monetária, mas, por outro lado, tem um outro olhar para o crescimento econômico e para a geração de empregos.

Eu sei que o nosso compromisso aqui é apenas com a estabilidade financeira do controle da inflação, mas eu queria entrar num debate que acho muito importante.

O economista Amir Khair, que escreve semanalmente no *O Estado de S.Paulo e* foi Secretário de Fazenda do Município de São Paulo, tem sempre escrito que o aumento da taxa Selic influencia apenas 20% da composição do IPCA, sendo 35% inflação de serviços, 25%, de alimentos e bebidas e 20% de preços monitorados.

Quando se olha para a inflação de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, você vê claramente o impacto dos preços monitorados e dos alimentos. Está aqui, em novembro, inflação de 0,51, o que puxou alimentos, carnes. Segundo ponto, habitação, energia elétrica, preço monitorado, transportes. E vai aqui em todo esse período.

Agora em fevereiro, o que puxou a inflação de fevereiro? Transporte, tarifa de ônibus urbano, habitação, segundo ponto, e energia elétrica.

Então eu falo aqui sobre o aumento da taxa de juros, porque concretamente nós estamos no meio de uma discussão de reequilíbrio fiscal. A gente está discutindo 5 bilhões das pensões das viúvas, mas no ano passado nós pagamos, de juros dessa dívida, 6,1% do PIB, 311 bi no ano passado. Nós estamos tendo mais de 5% do nosso PIB. Do déficit nominal, que foi de 6,7, 6,1 foi pagamento de taxa de juros. Você soma os 311 bi de pagamento de taxa de juros a 114 bi que nós gastamos em *swaps* cambiais. Soma isso ao custo de carregamento da dívida, porque a nossa taxa Selic é muito alta.

O custo de carregamento do ano passado foi de 140 bilhões. Então nós estamos falando aqui em mais de 500 bilhões. E a discussão é sobre os 5 bi da pensão da viúva.

Então, o que eu quero dizer aqui é que não tem como ter reequilíbrio fiscal com essa taxa de juros! Não existe isso! E essa é a preocupação nossa, porque, volto a dizer, a situação da economia é difícil, mas a conjunção desse aperto monetário com esse aperto fiscal pode colocar a gente numa profunda recessão. E não tem jeito: com recessão não tem reequilíbrio fiscal.

O governo Fernando Henrique Cardoso fez um grande aperto fiscal. A dívida líquida subiu de 30% para 60% do PIB. A dívida só caiu para 39% do PIB, a dívida líquida, no governo do Presidente Lula, porque houve crescimento. Os planos de austeridade do mundo inteiro mostram isso, na Europa. Você faz um aperto fiscal grande, a economia entra em recessão e a dívida sobe. Então, quero colocar isso aqui, porque aqui há uma angústia de um Senador que está vendo este País caminhar em direção à recessão e eu sinceramente, acho que as políticas monetária e fiscal estão ajudando o País a aprofundar esse caminho da recessão.

E eu acabo minha fala, cumprimentando também o Dr. Tony Volpon, sei que o Dr. Tony Volpon vem do mercado financeiro, há uma mudança na atual composição, era uma composição só de funcionários públicos, e eu acho importante que venha alguém de fora também. Mas, apesar de achar importante, a maioria é de funcionários públicos na diretoria do Banco Central. Nós não podemos ter uma diretoria – e já houve momentos históricos em que a diretoria do Banco Central era completamente atrelada aos interesses do mercado financeiro.

Mas fiquei preocupado com duas pequenas observações do senhor, que eu queria aqui falar rapidamente, apesar de dizer que vou votar no senhor. Acho que há alguns deslizes. V. Sª disse que está demonstrado que houve autonomia operacional porque houve aumento da taxa de juros. Tem que ter autonomia operacional também na hora de baixar a taxa de juros. E o senhor falou também, fez uma defesa muito grande do Banco Central a partir de 2013, e foi justamente nesse momento de retomada da alta da taxa de juros. Eu queria saber a opinião do senhor sobre o período anterior, quando o Banco Central teve uma postura ousada e correta de baixar a taxa de juros naquele momento. E é esse o nosso desejo.

Então, eu fiquei preocupado com essas duas pequenas observações.

Devo dizer que vou votar nos senhores – o Presidente Tombini sabe que tem nosso apoio –, mas eu queria que o senhor levasse em consideração esse quadro adverso da nossa economia também.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Finalizando o bloco, passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para breves considerações.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senadora Lúcia Vânia, só um minuto.

Eu queria só observar aos dois sabatinados que o Senador Lindbergh é de situação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente. (Risos.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – É que pode haver um equívoco na avaliação. (Risos.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Por isso que minha preocupação é maior, sobre o quadro. (Risos.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, senhores futuros diretores, Dr. Tony Volpon e Dr. Otávio, é um prazer estar aqui com os senhores. É sempre muito bom a gente ver jovens economistas no Banco Central com um currículo invejável.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta muito na linha da que foi feita pelo Senador Fernando Bezerra. Vou evitar fazer outras perguntas que já foram aqui respondidas. Interessa-me muito saber a opinião dos senhores sobre a independência do Banco Central, mas já foi colocado.

Dr. Volpon, em um artigo intitulado "Por uma Taxa de Câmbio mais Fraca", o senhor conclui que a taxa de câmbio não se encontrava perto do equilíbrio e, portanto, uma depreciação ordenada, mas relevante da nossa taxa de câmbio talvez faça parte do ajuste inevitável que o Brasil precisava.

O senhor acha que a taxa de câmbio, atualmente, encontra-se próxima do equilíbrio, ou o senhor irá trabalhar para mantê-la, ou devemos esperar ações do Banco Central para desvalorizar ainda mais o real? Essa é umas perguntas que eu faria aos dois, e deixo aqui meus cumprimentos e, sem dúvida nenhuma, meu entusiasmo com a exposição de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrado o bloco, passo a palavra ao Dr. Otávio e ao Dr. Volpon, fazendo um apelo no sentido de que eles sejam o mais objetivos possível, para que possamos concluir esta reunião, para iniciar o debate aqui com o Presidente do BNDES.

O SR. OTÁVIO RIBEIRO DAMASO – Muito obrigado, Exmº Senador Raimundo Lira.

Vou começar respondendo as colocações do Exmº Senador Roberto Rocha, em relação às taxas de juros no Brasil.

Para responder essa pergunta, eu gostaria de fazer um breve retrospecto aqui desse parâmetro.

Desde que o Brasil implementou, adotou o regime de metas de inflação, o que a gente vê é um processo contínuo de redução da taxa de juros no Brasil – juros nominais, juros reais. Isso não significa que os ciclos foram abolidos. Naturalmente, dependendo da conjuntura, a taxa de juros tem que subir; dependendo da outra conjuntura, ela cai. Se a gente observar, a tendência dela é de declínio, e é isso que a gente espera para frente, é nisso que a gente precisa trabalhar para frente.

Naturalmente, há que se olhar para algumas particularidades do arcabouço institucional legal do Brasil. Acho que aqui a gente pode ter uma agenda também para rediscutir alguns pontos, porque o próprio resquício de inflação alta no Brasil ainda permanece, alguns componentes de indexação ainda permanecem na economia. Isso dificulta um pouco o processo de uma convergência mais rápida. Acredito que estamos no caminho certo.

Parto para a segunda colocação do Exmo Senador Roberto Rocha, sobre o sistema de metas, sobre o regime de metas, sobre mudança. Particularmente, sou da opinião de que o regime, na forma como está, está funcionando muito bem. Aperfeiçoamentos no futuro podem ocorrer? Talvez possam ocorrer, a gente pode fazer esse debate. Mas eu acho que seria salutar – e aí é uma opinião pessoal minha, nós convivermos ainda com esse modelo, como está, por mais algum tempo, até ele efetivamente se consolidar. Como afirmei, ele é simples, transparente, de fácil aferição e tem flexibilidade para, se houver choques externos, choques de oferta ou choques de demanda. Na minha opinião pessoal, o regime de metas é o regime adequado no âmbito da política monetária brasileira.

Vou partir agora, então, para as colocações do Exmo Senador Antonio Carlos Valadares.

Em relação à questão do FED, enfraquecimento do dólar, todo o *quantitative easing* que foi feito no passado... Mas a pergunta, salvo engano, foi específica sobre as reservas internacionais, sobre a composição das reservas internacionais.

Bem, as reservas internacionais seguem alguns critérios de aplicação. O primeiro critério de aplicação é segurança, o segundo critério de aplicação é liquidez e um componente à frente é rentabilidade. É diferente de um fundo de investimento ou qualquer outro que busque rentabilidade, que busque... Primeiro a gente busca segurança e liquidez, esses são os dois papéis. Naturalmente, ela reflete, de certa forma, uma composição do nosso passivo externo. Então, as reservas internacionais brasileiras são majoritariamente compostas em ativos denominados em dólar, mas já existem outras moedas que compõem nosso real. Agora, são menores. Por quê? Porque o nosso passivo externo, majoritariamente, é composto em dólar norte-americano.

Em relação à questão de lavagem de dinheiro, eu gostaria de fazer algumas colocações também. Primeiramente, o Brasil tem um regime, uma política, uma legislação, um arcabouço institucional de prevenção à lavagem de dinheiro extremamente moderno e alinhado com as melhores legislações internacionais, práticas internacionais. O órgão central dessa política, desse arcabouço, é o Coaf, que executa o papel central dessa política.

Naturalmente, os órgãos que cuidam de setores específicos – no caso, há o Banco Central – cuidam da regulamentação e da verificação de cumprimento naquelas áreas, no caso específico, o Banco Central. Então, compete ao Banco Central regulamentar o que a legislação já definiu, uma legislação aprovada aqui por V. Exªs, pelo Congresso, e regulamentada pelo Banco Central. E o Banco Central também supervisiona as instituições financeiras, isto é, se elas estão cumprindo o que determina a legislação e a regulamentação.

Agora, o que ocorre na prática? Ocorre que as instituições financeiras, ao identificarem, ao cumprirem a legislação, ao cumprirem a regulamentação, entre outros requisitos que elas têm que cumprir, como verificar,

conhecer seu cliente e comunicar às autoridades competentes indícios de irregularidade ou – estou falando indícios, que nem sempre ocorrem –, elas o fazem diretamente ao Coaf. É o Coaf que faz essa centralização.

Na minha opinião – não sou um *expert* nessa matéria –, o sistema tem funcionado bem. O próprio Coaf vem mencionando que vários dos processos abertos por ele para fazer investigação de inúmeras ordens têm início a partir de informações que as instituições financeiras prestam ao Coaf.

Então, nesses aspecto, na minha opinião, a legislação é aderente ao padrão internacional, as práticas são aderentes ao padrão internacional e, no âmbito do Sistema Financeiro, compete ao Banco Central a regulamentação dessa legislação e a supervisão do cumprimento desta pelas instituições financeiras. E eu acho que isso tem sido feito de forma adequada.

Em relação às colocações do Exmo Senador Hélio José, eu acho que o principal papel do Banco Central, como autoridade monetária, é, de fato, colocar a inflação no centro da meta. É esse o objetivo em que o Banco Central deve mirar; é esse objetivo que ele deve perseguir; e isso é extremamente positivo para toda a sociedade brasileira, para as empresas, para o governo, enfim, é positivo para o Brasil, para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Em relação aos questionamentos do Exmo Senador Fernando Bezerra, primeiramente, eu gostaria de fazer uma colocação que está muito em linha com a colocação que eu fiz para os Exmos Senador Hélio José e Roberto Rocha. A principal contribuição que o Banco Central pode dar é, de fato, trazer a inflação para o centro da meta e consolidar essa inflação no centro da meta, o que vai permitir, inclusive, que, ao longo do tempo, também as taxas de juros retrocedam, como já observamos no passado. Isso é benéfico para todos, independentemente de ser Região Norte, Região Nordeste ou Região Sul, enfim, mas para toda a sociedade, para todos os segmentos da sociedade.

Dito isso, as políticas envolvendo FNE, FCO, apesar de serem regulamentações do Conselho Monetário, assinadas pelo Presidente do Banco Central, são conduzidas no âmbito do Ministério da Fazenda. Então, há uma discussão, da qual o Banco Central participa, mas quem conduz as políticas públicas é o Ministério da Fazenda, Naturalmente, as considerações de V. Exª eu as levarei, se tiver a honra de compor a Diretoria Colegiada do Banco Central, ao Ministério da Fazenda.

Por fim, com relação às colocações do Exmo Senador Lindbergh Farias – e acredito que não foi feito nenhum questionamento específico –, eu reafirmo o que disse várias vezes aqui: nós estamos passando por um processo de ajuste; é importante a política monetária permanecer vigilante, para evitar que os efeitos de segunda ordem se espalhem pela inflação; e tenho convicção absoluta de que trazer a inflação para o centro da meta é o principal benefício que o Banco Central pode conceder à sociedade brasileira. Esse é o trabalho.

Em relação às colocações da Exma Senadora Lúcia Vânia, o único comentário que eu gostaria de fazer é que, no caso brasileiro, a gente adota o regime de câmbio flutuante. Eu, como funcionário do Banco Central, estou sempre lá ouvindo questionamentos sobre a taxa de câmbio – e até como economista –, mas falar sobre taxa de câmbio é sempre uma interrogação. Ela flutua; há forças muito maiores que a economia brasileira, como está ocorrendo agora, que é um fortalecimento do dólar americano. Não há como o Banco Central ou qualquer outro agente no mercado tentar batalhar contra essas forças, porque é um movimento mundial. A gente estaria perdendo dinheiro, energia e esforços nisso.

Então, o câmbio é flutuante e ele vai encontrar o seu ponto de equilíbrio. As forças que atuam por trás disso são muito fortes, são globais. Isso vale para o caso brasileiro, para o Real, mas vale também para várias economias emergentes e economias avançadas. Nesse movimento que a gente está vendo, inclusive está havendo uma recomposição entre o dólar e o euro – este está se enfraquecendo frente àquele. Então, é um movimento exclusivo do dólar nessa iminência de o banco central dos Estados Unidos, eventualmente, elevar a taxa de juros nos próximos meses.

São essas as minhas colocações.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Tony Volpon.

O SR. TONY VOLPON – Obrigado, Presidente.

Começando pelas indicações do Exmº Senador Roberto Rocha, acredito que, talvez, uma das principais razões por que o Brasil tenha uma taxa de juros real bastante alta, na verdade, é a falta de poupança. Como País, temos uma taxa de poupança muito baixa, isso é claro quando se analisa a economia brasileira em relação a outras economias emergentes, acho que isso tem uma fortíssima contribuição para elevar a nossa taxa de juro real. Então, tudo o que pode ser feito, e, aí, uma agenda bastante ampla, que, certamente, envolve o Congresso Nacional, o Senado, para aumentar a taxa de poupança, acho que será um elemento crucial para baixar a taxa de juros real.

Em relação ao sistema de metas, eu diria que várias dessas ideias podem ser debatidas, mas devemos perceber e realizar que o sistema atual já é flexível, o exemplo disso é o que o Banco Central está fazendo neste momento: determinou que quer levar a inflação ao centro da meta no final de 2016. Portanto, aceitando a situação econômica que o País está enfrentando, já conseguiu definir uma meta temporal que cabe à situação. Esse é exatamente o tipo de flexibilidade que o sistema já tem, e acho isso bastante adequado.

Passando para a indagação do Exmº Senador Antonio Carlos Valadares, Senador, acredito que o dólar americano tem um lugar muito forte, demasiadamente forte, no sistema financeiro internacional, e tudo que se possa fazer para diminuir isso, de fato, será bom para o conjunto do sistema financeiro, e acredito que uma das agendas internacionais que temos hoje é para trabalhar exatamente nisso e o Brasil já tem tido participação nessa agenda junto, por exemplo, a outros países do BRICS. E também fazendo coro às palavras do meu colega Otávio, as reservas internacionais já são, hoje, aplicadas em mais do que o dólar a uma política de diversificação das reservas.

Agradeço as palavras do Exmº Senador Hélio José, e só diria aqui que acredito que o que o Banco Central já está fazendo, esse trabalho de levar a inflação à meta, será realmente a melhor contribuição possível que o Banco Central possa fazer para a volta do crescimento sustentável no nosso País.

Passando para as indagações do Exmº Senador Fernando Bezerra, eu queria dizer que, para o Banco Central, como política, a taxa de câmbio é flutuante, acho que isso é correto, as intervenções somente devem ser para corrigir eventuais momentos de mercado, onde nível de liquidez se torna disfuncional e, obviamente, para prover instrumento de *hedge*, como se viu no programa que foi adotado pelo Banco Central desde 2013. Se olharmos os determinantes históricos da nossa taxa de câmbio, um deles, por exemplo, é o termo de troca que temos com outros países – estes têm caído desde 2011 –, e acredito que isso foi um dos fatores que levou à desvalorização que se viu nestes últimos tempos. Se esse patamar do termo de troca não mudar doravante, acredito que é muito provável que esse novo patamar que atingimos seja o que devemos ver nos próximos períodos, fazendo a ressalva de que, tendo passado 20 anos no sistema financeiro, fazendo previsões de taxa de câmbio, posso dizer ao Exmº Senador que a taxa de câmbio é uma das coisas que os economistas realmente não conseguem prever muito bem, inclusive eu mesmo nos últimos anos. Portanto, deixo isso com o senhor.

(Soa a campainha.)

O SR. TONY VOLPON – Agora, passando às perguntas do Exmº Senador Lindbergh Farias, acredito que dando a contribuição de elevar a taxa de inflação ao centro da meta, acho que isso será de fato a contribuição essencial do Banco Central, para que, como já defendi aqui, retornarmos a um crescimento sustentável. De novo, o sistema de metas é flexível, e o Banco Central está, a meu ver, levando em consideração o estado da economia real e deve fazer isso no futuro. Se eu tiver a honra concedida por esta Casa de entrar no Colegiado, certamente vou levar isso em consideração.

Sobre as suas indicações específicas à minha pessoa, Senador, queria dizer que a autonomia também é para a queda, não somente para a alta, quero deixar isso bastante claro, e que, como analista de investimentos, eu fiz críticas ao período final da queda de juros que ocorreu em 2012, por isso há alguns artigos e entrevistas da minha autoria em que isso está explícito, mas, como eu disse, como analista de mercado, essa era a minha função. O que eu acho importante é que houve, acredito, uma correção necessária da política monetária, que continua neste momento.

Eu apoio o que está sendo feito agora e, de novo, como disse já, Exmo Senador, eu quero trabalhar muito para que a taxa de juros seja a menor possível, tendo a inflação na meta.

Finalmente, à indagação da Exma Senadora Lúcia Vânia acredito que já respondi um pouquinho, sobre a questão da taxa de câmbio. De novo, repito, é muito, muito difícil fazer previsões da taxa de câmbio, mas eu ressalvo que a melhor coisa que nós podemos ter agora é uma política de taxa de câmbio flutuante, que é efetivamente o que temos neste País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Bom, terminadas as interpelações e as respostas, estando a votação encerrada, eu pediria ao Senador Lindbergh Farias, ao Senador Lasier e à Senadora Vanessa Grazziotin que a gente faça a apuração dos votos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero só pedir que, depois da apuração, seja colocado em urgência requerimento para que os nomes dos sabatinados possam ser apreciados ainda hoje pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Nós vamos encaminhar prontamente, encerrada a votação, ao Plenário do Senado, para que seja votado, se for possível, na sessão de hoje, os nomes e, caso a Comissão de Assuntos Econômicos, evidentemente, aprove, que votemos hoje ainda. Mas não

cabe urgência. Segundo a burocracia estatal nossa aqui, não cabe urgência, porque é uma mensagem, é uma coisa difícil de compreender. A realidade é a seguinte: eu vou encaminhar prontamente ao Plenário do Senado.

Terminada aqui esta sabatina, eu imediatamente vou convidar o Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, para que a gente imediatamente inicie a audiência pública marcada para agora, logo após a sabatina dos diretores do Banco Central.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Nós estamos diante de uma audiência pública de enorme relevância. Acredito que não causaria nenhum transtorno se pudéssemos suspender esta reunião, já estamos ao meio-dia e meia, V. Exª permitindo que todos pudessem terminar o expediente da manhã, almoçar, o próprio Presidente do BNDES também, e voltaríamos, em respeito, inclusive, ao convidado, entre 13h30, no máximo, às 14h, de forma tal que pudéssemos ter o melhor aproveitamento dessa audiência. Não vejo nenhum prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Cunha Lima, o problema é que eu fiz o Presidente do BNDES comer exatamente para ele resistir à audiência pública.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Então ele já está comido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, eu solicitaria aos Senadores...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – V. Exª também está comido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não. Mas ele deu uma maneirada com um sanduíche e com uma barra de cereal. Aí eu sugeriria aos Senadores que ele faça a apresentação e aí, nas interpelações, os Senadores vão, almoçam e retornam e assim a gente vai andando. Porque, senão, daqui a pouco, nós vamos nos estender pela Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Na mesma linha do Senador Cássio Cunha Lima, acredito que esta audiência com o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, é esperada por todos nós como uma das mais importantes aqui na CAE.

Não acredito que possamos ter o resultado que pretendemos, começando uma audiência praticamente às 13h, com Ordem do dia, votação nominal. V. Exª acaba de dizer que vai encaminhar os processos dos novos Diretores do Banco Central. Sugiro, diferentemente até do Senador Cássio, que pudéssemos remarcar a audiência e que não marcássemos sabatina para indicações junto com audiências, porque uma prejudica a outra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Flexa é em função da própria agenda do Presidente Luciano Coutinho. Temos uma agenda já marcada, previamente marcada, com o Presidente da Petrobras, uma sessão conjunta com a Comissão de Infraestrutura. Então, as coisas se estenderiam muito além.

O Presidente Luciano Coutinho veio aqui, está aguardando, e acho que seria importante ouvi-lo hoje até para aproveitar a vinda dele e essa disponibilidade na agenda, que é muito importante. Portanto, sei que não é fácil, já é meio-dia e meia, pensei que a sabatina seria mais curta, até porque os dois sabatinados são bastante conhecidos e têm currículos exemplares.

Peço a paciência, sob pena de dificultarmos toda a agenda da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura também.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, em socorro aos colegas que pediram essa alteração no cronograma da Comissão, digo que essa audiência com o Presidente Luciano Coutinho é muito importante e não poderia ser comprometida pelo atropelamento do horário, colocado em segundo plano depois de uma sabatina como acabamos de verificar. Esta Casa, especialmente a oposição, tenta instalar uma CPI do BNDES. Veja, Sr. Presidente, a importância dessa audiência pública. Há fatos que suscitam dúvidas em relação à gestão do BNDES. Há necessidade, sobretudo, de discutir a questão do desvio de finalidade dessa instituição financeira, e estamos realizando apressadamente uma audiência pública que pode comprometer seus resultados.

Por isso, justifico a alegação dos colegas que me antecederam pedindo a alteração. Talvez se marcássemos amanhã de manhã, teríamos um resultado superior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A minha ponderação é que, se, de fato, os líderes da oposição estão se manifestando sobre a conveniência desse adiamento, acho

que não haveria nenhum transtorno adiar, desde que consultado o Presidente do BNDES, para uma data disponível na sua agenda, não sei se amanhã ou na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Na verdade, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Seria hoje ainda ou amanhã de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Na verdade, o Presidente Luciano Coutinho praticamente vai passar a semana aqui, porque tem também uma audiência pública, aliás, ele foi convidado pela CPI da Petrobras. Portanto, acho que seria muito importante, independentemente dos encaminhamentos dados com relação a uma CPI relativa ao BNDES...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não, mas a preocupação, Senador Flexa, não é pelo fato de ser na Câmara; é o problema da agenda, porque ele, inclusive, está marcado na Comissão Mista que analisa as medias provisórias. O BNDES também está sendo requisitado. Então, acho que seria muito importante o Senado ouvi-lo antes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – ...até para formarmos opinião sem prejuízo de outras iniciativas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, para contribuir com V. Exª.

Um minutinho, Senador Flexa.

Senador Flexa, para contribuir com V. Exª e com o nosso Presidente.

Vamos iniciar os trabalhos com o Presidente Prof. Luciano Coutinho. Se o tempo não for suficiente ou for interrompido, fica pactuado o compromisso de uma nova reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Agora...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque a Ordem do dia começa só as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Começa às 16h, e mais, vai depender das votações nominais ou não, e, quando se tem uma audiência pública, a Ordem do Dia pode caminhar e a audiência pública prosseguir. Nisso não há nenhum problema regimentalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não é a primeira e nem será a última vez que faremos isso assim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Na semana passada, aconteceu isso. Na reunião com o Ministro Levy aconteceu isso também. Então, eu pediria a paciência e tolerância de todos os Srs. e Srªs Senadores, para que a gente faça a audiência pública hoje.

Vou proclamar o resultado.

Foram 22 votos SIM aos dois diretores sabatinados.

Dois votos NÃO para cada um.

Total: 24 votos.

Portanto, estão aprovados os nomes do Dr. Otávio Damaso e do Dr. Tony Volpon.

E vou encaminhar para ver se possível hoje nós já tenhamos as condições necessárias para votar em plenário os nomes dos dois candidatos sabatinados hoje aqui pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero desejar aos dois muito sucesso. Parabenizo-os pela apresentação. Que V. Sªs continuem trabalhando muito pelo nosso País, especialmente numa instituição tão importante como o Banco Central.

Declaro encerrada esta sabatina.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (10ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (4ª REUNIÃO), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 14 DE ABRIL DE 2015, IMEDIATAMENTE APÓS A 9ª REUNIÃO DA CAE, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta minutos do dia quatorze de abril do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos(as) Senadores(as) Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Humberto Costa, José

Agripino, José Pimentel, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Omar Aziz, Raimundo Lira, Reguffe, Roberto Rocha, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Rose de Freitas, Sandra Braga, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Wilder Morais. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as diretrizes e perspectivas do BNDES para o ano de 2015, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8 de 2015, de iniciativa do Senador Lasier Martins, tendo como expositor o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) Senadores(as) José Agripino, Alvaro Dias, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, Lasier Martins, Eduardo Amorim, Omar Aziz, Reguffe, Fernando Bezerra Coelho, Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Tasso Jereissati, Roberto Rocha, Hélio José, Cristovam Buarque, Blairo Maggi, José Agripino, José Medeiros e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, tendo como pauta discutir as diretrizes e perspectivas do BNDES par ao ano de 2015, por requerimento do Senador Lasier Martins, tendo como convidado o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Dr. Luciano Coutinho já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria da Comissão conduza o convidado a fim de que tome seu lugar à mesa. (*Pausa.*)

Aos Srs. Senadores: o convidado fará sua exposição por 30 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, resguardada a preferência para o autor do requerimento, Senador Lasier, e para os membros da Comissões participantes. Faremos blocos de perguntas, concedendo a palavra a cinco Senadores e, em seguida, será dada a palavra ao interpelado para responder aos questionamentos dos Senadores. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Senador Garibaldi, por favor. À nossa esquerda o Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Nós faremos uma mesma audiência pública também com o Presidente da Petrobras – CAE e CI –, atendendo a requerimento do Senador Ricardo Ferraço e a requerimentos do Senador Tasso Jereissati.

Com a presença do Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; do Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; e do Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dou início à audiência pública, que tem como convidado o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho.

Com a palavra o Presidente Luciano Coutinho, por 30 minutos.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exmºs Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura; Exmºs Srs. Presidentes Delcídio do Amaral e Garibaldi Alves; nosso Vice-Presidente da CAE, Raimundo Lira; e Vice-Presidente da CI, Senador Ricardo Ferraço, vou fazer uma exposição abreviada porque sei do adiantado da hora e tenho muito interesse em ouvir as questões dos Srs. Senadores.

Eu peço que coloquem a minha breve apresentação. Se for possível, queria um *pointer*.

Por favor, proceda à apresentação. Próximo eslaide.

Vou mostrar rapidamente a organização, o desempenho e alguns destaques importantes que foram objeto do escopo do convite das duas Comissões.

Por favor.

Nesse eslaide, as prioridades aprovadas pela Diretoria e submetidas ao Conselho de Administração para o triênio 2015/2017, onde se ressalta a importância dos investimentos em infraestrutura, do fortalecimento da competitividade, da continuação do suporte aos processos de inclusão social e um tema novo que é o apoio à estruturação de projetos. É um tema que requer atenção no País.

Podemos seguir adiante.

Esse quadro mostra a estrutura de órgãos colegiados do BNDES. Eu quero chamar atenção para isso, porque no BNDES é absolutamente impossível qualquer decisão monocrática ou qualquer decisão por um grupo de uma determinada área ou de uma determinada diretoria. Todas as decisões fundamentais da instituição são tomadas por comitês onde têm assento todas as áreas.

Eu quero sublinhar que nenhum processo de concessão pode ser aprovado sem passar pelo Comitê de Enquadramento e Crédito; as políticas passam pelo Comitê Gerencial; existe Comitê de Orçamento; Comitê de

Planejamento que dá diretivas. Finalmente, há uma Gestão de Riscos segregada e, além disso, o Conselho de Administração e a Diretoria.

Aqui, essa figura mostra, de maneira um pouco mais detalhada, um processo típico de concessão de crédito. O processo chega apresentado pela empresa ou pelo interessado; ele vai passar por um departamento de prioridades que é colegiado, vão verificar se ele tem mérito; portanto, vai passar pelo Comitê de Enquadramento. Em separado, outro comitê atribui o risco do projeto, separadamente. São comitês distintos. Posteriormente, o projeto vai para análise na área específica; passa de novo pelo comitê. Para ir à diretoria, obviamente passa pela assessoria de todos os diretores. É um processo que envolve mais de 50 pessoas diferentes de diversas áreas.

Esse é o processo de decisão coletiva, colegiada, que permite que o BNDES tenha impessoalidade e isenção nas suas decisões e que permitirá, como vou mostrar adiante, que a instituição ostente baixíssimos níveis de inadimplência. É a instituição que tem os níveis mais baixos de inadimplência quando comparada a qualquer outra instituição financeira do País.

Antes, eu queria falar um pouco de transparência.

Mas quero mostrar aos senhores um vídeo de pouco mais de dois minutos que mostra um avanço – que nós implementamos recentemente – que facilita de maneira supersimplificada e amigável a pesquisa a respeito de dados e informações do BNDES. Eu pediria que a gente exibisse esse pequeno vídeo, porque ele é extremamente simples e permite a qualquer pessoa entrar no *site* do BNDES e ter acesso a qualquer informação que deseje.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – A facilidade desse novo software respondeu a uma preocupação que me foi apresentada aqui na CAE acho que no ano passado: "Tudo bem, professor, o banco disponibiliza; mas é uma listagem." A listagem continua disponível, mas era difícil analisar por Estado, por modalidade, por tipo de operação. E esta facilidade veio com esse software. Esse aplicativo desenvolvido facilitará muito a pesquisa e a informação.

Mas vamos seguir adiante.

Eu queria também mostrar a transparência do BNDES em relação a outras instituições. O BNDES é a instituição que mais atende a um conjunto de informações – relatórios *online*, portal de transparência, requisições, estatísticas. Aqui é um comparativo.

Mas eu queria me deter principalmente na tabela de baixo, porque nela estamos falando das operações de comércio exterior. Ela compara – sei que este é um tema de elevado interesse da Comissão – três categorias: o relatório anual *online*, a existência de um portal de transparência que permite requisitar informação e estatísticas que possam detalhar o valor por exportador, e o valor por país. As duas únicas instituições que apresentam esse tipo de informação são o US Exim Bank – é o Export-Import Bank of United States – e o BNDES.

O banco de exportação do Reino Unido, o UK Export Finance, apresenta relatórios anuais e um portal de transparência, mas não abre estatística por exportador e por país. As demais instituições – a SACE da Itália, o JBIC do Japão, a COFACE francesa, a Euler Hermes da Alemanha – não disponibilizam informações por requisição e não disponibilizam nem por destino nem por exportador. Esse é um ponto relevante que eu gostaria de mais adiante discutir com os Srs. Senadores. Sei que isso também é um assunto de interesse da Comissão de Relações Exteriores, e sei da relevância da discussão a respeito das informações relativas à exportação para países e por empresas.

Hoje o BNDES fornece o valor total por país a cada ano, a lista de projetos e o valor total por exportador. O que nós não fazemos é individualizar cada projeto, mas, como estamos vendo, existe uma prática internacional. Por que os bancos de exportação dos diversos países não fazem uma revelação detalhada? Por razões de litígio comercial, por cautela e razões de segredo comercial em defesa do setor privado, em defesa da competitividade de suas empresas. Essa não é uma matéria tão simples.

Eu gostaria de ter um processo de colaboração com o Senado Federal, com a CAE, eventualmente com a Comissão de Relações Exteriores, no sentido de uma discussão metodológica, técnica, sobre como podemos aperfeiçoar a nossa transparência nessa matéria, sem colocar riscos ao interesse nacional.

Outra questão importante, e eu falei sobre isso, é que o BNDES está sujeito ao sigilo bancário, como instituição financeira. O que é o sigilo bancário? É a intimidade financeira de uma empresa.

Assim como o cidadão pessoa física tem direito à inviolabilidade do seu sigilo fiscal e pessoal – obviamente salvo uma autorização judicial por razões motivadas –, a pessoa jurídica também é protegida. Nós temos um sistema em que a nossa Constituição estabelece um regime de livre iniciativa e protege a pessoa jurídica

privada. Isso está instituído por uma lei complementar, de nº 105, que estabelece o dever de as instituições financeiras observarem o sigilo bancário.

O sigilo bancário, portanto, também é considerado pelo regulador algo importante para a estabilidade do sistema financeiro e para a garantia da condição competitiva das empresas, para que elas possam ter preservada a sua capacidade de competir e não sejam expostas a quanto ela está alavancada, qual é o *rating* e a situação cadastral dos seus controladores. Esses são temas que nos incumbe preservar, pela lei.

Então, o sigilo bancário se refere a um conjunto mais restrito de informações. Não se quer dizer que abrange tudo, mas abrange isto de nós falávamos aqui: classificação de risco, alavancagem, margem para operar, se a empresa é adimplente ou inadimplente, e também a sua estratégia de negócios, a sua estratégia empresarial e comercial, um item importante da vida de qualquer empresa.

Com relação ao setor público, não há obrigação de observância do sigilo bancário; então, toda operação do BNDES com instituições públicas é plenamente revelada, não há aqui incidência do sigilo bancário. Eu queria explicar isso, porque é muito atribuída a nós a intenção de não querer revelar, como se isso fosse uma postura discricionária da instituição, e o que quero dizer é o seguinte: não está no poder discricionário da Diretoria do BNDES deixar de cumprir o que a lei determina.

É o que a lei determina. Se nós não cumprirmos a lei e revelarmos o sigilo para instituições que não têm o dever de preservar o sigilo e ocorrer um vazamento, nós seremos potencial objeto de uma ação, processo judicial, pelos beneficiários que tenham tido sua informação revelada; ou poderemos estar sujeitos a multas, suspensões pela CVM, em se tratando de empresas abertas, ou pelo próprio Banco Central. Então, trata-se de um tema de âmbito jurídico delicado, e é importante que os senhores entendam a nossa motivação nesse sentido. Não é uma motivação; é uma determinação, é algo que nos é imposto pela lei.

Queria mostrar agora, rapidamente, o desempenho recente do Banco e seus ativos totais. Queria sublinhar aqui a inadimplência baixíssima do BNDES, que está em 0,01%, e terminou o ano de 2014 com a inadimplência igual à de 2013, baixíssima. Queria sublinhar também o lucro auferido, em 2014, arredondando, de R$8,6 bilhões, portanto, mostrando que a instituição permanece saudável, lucrativa e com baixíssimos índices de inadimplência. Queria também comparar aqui alguns outros índices importantes.

A observação, com folga, do índice de Basileia, em relação ao capital principal, à exigência do Bacen, que é igual ao de Basileia, de 4,5%. No nosso caso é 10,6% ativo. O fato de que nossa exposição cambial é pequena, está sob controle, a exposição do setor público.

E embaixo há uma pequena comparação, mostrando a alta qualidade da carteira do BNDES, quando comparada à média do Sistema Financeiro Nacional. O BNDES tem uma carteira de qualidade muito elevada quando comparado às instituições privadas e quando comparado à média do Sistema Financeiro Nacional, mostrando o zelo com que os recursos do banco são geridos.

Uma outra comparação a respeito do tamanho do BNDES. Nós somos levados a crer que o BNDES é uma instituição gigantesca, exagerada. O que vemos aqui é o seguinte: se nós compararmos o tamanho do estoque de crédito do BNDES, o estoque total de crédito, com o PIB, nós vamos ver que a maior instituição financeira relativamente ao PIB é o KfW alemão. Nesse sentido, considerando inclusive que na Alemanha existem bancos provinciais estatais, o grau de estatização relativa ao sistema de crédito é até bem maior do que o nosso, é bastante grande na Alemanha. Mas o estoque de crédito do KfW é 14,5% do PIB alemão. No caso da China, cujo banco é o maior e tem uma carteira de crédito, em 2013, de US$1,162 trilhão, que é o CDB, o China Development Bank, isso representa 12,2% do PIB chinês. E no nosso caso, em tamanho – não estamos considerando aqui os bancos multilaterais, estamos considerando os bancos nacionais de desenvolvimento – o nosso, o BNDES seria o terceiro, com US$263 bilhões de carteira de crédito, com um peso sobre o PIB de 11%. É a carteira toda, é o estoque, não é o fluxo, é o estoque, como proporção do PIB, 11%. Mostrando ali também o grau satisfatório de retorno sobre o ativo, quando comparado às outras instituições.

Queria mostrar agora o fluxo de desembolso corrente do BNDES. No lado esquerdo está o desembolso em moeda corrente, e no lado direito está a preços de 2014. Em 2010, por exemplo, nós desembolsamos R$168 bilhões a valores de 2010. Se eu colocar a inflação de 2010 a 2014, na verdade o número de 2010 seria R$214 bilhões, se fosse precificado a preços de 2014. Então, na verdade, em termos reais, o que mostra que o BNDES teve uma atuação anticíclica muito forte em 2009 e 2010, para evitar um aprofundamento da crise, mas depois disso o BNDES moderou de maneira significativa a sua atuação. Em 2011 reduziu, em 2012, em 2013 e em 2014. Nós temos aqui e ali, eu coloquei ali uma média, de 2009 a 2014, mostrando que, em 2014, nós estamos dentro dessa média. Provavelmente em 2015, nós teremos uma moderação do desempenho do banco, em função da necessidade de colaborar com a política fiscal.

Nós sabemos que não podemos exercer pressão sobre a dívida pública, e portanto, como já foi amplamente comunicado aqui pela equipe econômica, o BNDES não será um fator de pressão sobre a dívida em 2015. Isso vai resultar num desempenho mais moderado ao longo de 2015.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Há uma expectativa do que seria, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não. Como?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu não gostaria de adiantar porque ele pode ter uma queda, há também uma tendência, até agora, de queda na demanda, embora 2015, em grande medida, esteja pré-contratado. Mas nós já anunciamos, logo no fim do ano passado, uma mudança bastante significativa na política operacional do BNDES, reduzindo o grau de cobertura em TJLP para todos os projetos. Então, projetos que poderiam ser financiados até 90% caíram para 70%; os que podiam ser financiados até 70% caíram para 50%, os de 50% caíram para 30%, os de 30% caíram para 15%. Em vários desses casos, há um mix de TJLP com moeda de mercado, e nós pretendemos estimular muito a emissão de debêntures.

Na semana passada, junto à Anbima, com o Ministro Levy e o Ministro Nélson, nós anunciamos um programa de estímulo ao mercado de capitais para emissão de debêntures. Mas, certamente, nós teremos, em 2015, um número menor em função da nova política operacional que está ajustada às condições da política macroeconômica brasileira.

Eu queria mostrar isso porque é importante ter em mente que o banco não está expandindo. Ele passou por uma grande expansão e, depois, já moderou. E a moderação neste ano será importante. Outra informação relevante diz respeito à relação entre a formação bruta de capital fixo e os desembolsos do BNDES. Obviamente, eles estão em eixos diferentes. Vemos aqui que a formação bruta de capital fixo está medida no eixo à esquerda, e o desembolso do BNDES no eixo à direita. Vemos aqui que há uma correlação bastante clara entre os desembolsos do BNDES e o desempenho da formação bruta de capital fixo, posto que o BNDES tem um peso relevante, especialmente no componente máquinas e equipamentos e equipamentos industriais. O BNDES tem um peso menos relevante em relação à construção, uma vez que o BNDES incide mais sobre a construção de edifícios industriais e em construção pesada em obras de infraestrutura, mas toda parte habitacional não é influenciada pelo BNDES, senão que através de empréstimos aos Estados da Federação que, eventualmente, podem chegar ao setor de habitação. Mas isso mostra que é importante...

E ali embaixo está a participação do desembolso do BNDES na formação de capital, mas é visível que há uma correlação.

Essa é outra metodologia, historicamente desenvolvida pelo BNDES, que mostra a relação entre os desembolsos do BNDES e a geração e manutenção de emprego no Brasil, mostrando que há uma contribuição significativa dos investimentos para formação de empregos, para manutenção de emprego. Isso é uma coisa intuitiva, pois todos nós sabemos que o investimento é uma variável importante na formação de emprego.

Quero falar um pouquinho sobre o desenvolvimento regional. De 2007 a 2014, eu cumpri um compromisso com a bancada Nordestina e com a bancada do Norte de subir a participação do desembolso de Norte e Nordeste no BNDES para, no mínimo, a um valor igual à participação no PIB. Em alguns momentos, foi até um pouco superior à participação no PIB, mas hoje nós temos 20% em Norte e Nordeste. No Sul, nós ficamos estáveis; no Centro-Oeste, houve uma expansão muito importante também, graças também à expansão da fronteira agrícola e aos programas do BNDES de apoio à agricultura, especialmente à formação de capital e à comercialização de equipamentos para a agricultura, que é algo que o setor conhece muito bem.

E, na verdade, quem perdeu peso relativo foi o Sudeste.

Então, nós buscamos trabalhar uma política de desconcentração regional. Buscamos, também, uma política de abrir espaço para as pequenas e médias empresas.

Eu gosto muito de apresentar este gráfico, porque, se eu excluir do BNDES, dessa pizza aqui, se eu tirar a área verde, que é a infraestrutura, onde só existem grandes empresas, a administração pública, por definição, não é empresa, são Estados e Municípios, e se eu tirar exportação, que, infelizmente, é altamente concentrada em grandes empresas, se eu tirar esses componentes, o que sobra – indústria, agropecuária, comércio e serviços – as micro, pequenas e médias empresas têm, praticamente, metade do desembolso do banco. E esse número era muito menor anos atrás, era entre 25 e 30%, e nós conseguimos trazer para perto de metade.

No ano de 2013 ele foi quase meio a meio, 50%-50%, e no ano de 2014, 48% a 52%.

Quais foram as ferramentas que permitiram ao BNDES aumentar muito o crédito para a micro e pequenas empresas? O cartão BNDES, por exemplo, tem hoje quase 689 mil, quase 700 mil cartões. Ele desembolsou no ano passado R$11,5 para pequena empresa. E o crédito médio, algo de R$15 mil.

Nós estamos falando de operações de crédito de realmente pequena expressão, para empresa muito pequena. Totalizando quase 800 mil operações de crédito. Portanto, essa é uma contribuição relevante e nós estamos sempre atentos em melhorar os mecanismos. Eu não vou falar aqui no momento do Fundo Garanti-

dor, que nós temos, que desenvolvemos, que está crescendo e que ajudará não só o BNDES, mas, também, as outras instituições.

Aqui eu queria mostrar os investimentos em infraestrutura no Brasil e os desembolsos do BNDES. Os investimentos em infraestrutura estão em vermelho, o BNDES embaixo, em linha azul, mostra que no BNDES há uma alta correlação entre as duas coisas. Em 2009, há um pouquinho de ponto fora da curva porque o mercado fechou e o BNDES entrou muito mais a fundo. Mas, na verdade, o BNDES financia praticamente a metade da infraestrutura no Brasil e nós sabemos que o investimento em infraestrutura no Brasil precisa dobrar. Essa é uma necessidade nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nós estamos investindo 2,5%, 2,6% do PIB em infraestrutura, quando deveríamos estar investindo, pelo menos, 4% ou 4,5%.

Então, nós temos que fazer um grande esforço. Esse é um tema, certamente, muito relevante.

Eu quero passar rapidamente por algumas coisas.

O BNDES financiou 100% das hidrelétricas, 63% das PCHs, 43% das eólicas. Nós financiamos também, dos projetos de mobilidade urbana, 55% dos principais projetos de metrôs no País: Rio de Janeiro, São Paulo, Nordeste, tanto Fortaleza quanto Bahia. Nós estamos, também, apoiando Estados e capitais na estruturação de projetos de mobilidade urbana, que é uma prioridade importante para o País.

Aqui o investimento em máquinas e equipamentos e o desembolso Finame em máquinas e equipamentos. O que mostra, também, a barrinha azul é o desembolso Finame e em vermelho nós temos o dado do IBGE sobre investimento. Aqui é uma parcela da formação de capital. A formação de capital possui três componentes: máquinas e equipamentos, construção e variação de estoques. Eu estou olhando aqui só máquinas e equipamentos.

Outra vez mostra a clara correlação que existe entre o desempenho do Finame e o investimento em máquinas e equipamentos.

Temos aqui também uma coisa que nos dá muito orgulho que é o crescimento dos investimentos em inovação. Nós fechamos 2014 com quase R$6 bilhões de apoio à inovação tecnológica, R$ 4 bilhões do BNDES e R$2 bilhões através da Finep.

Por último, quero mostrar também em economia verde, em eficiência energética, em transporte de massa sobre trilhos, em energias renováveis, tudo aquilo que é classificado internacionalmente. Esse é um tema relevante para o futuro.

Queria agora destacar alguns temas. Primeiro, a questão do apoio às grandes empresas. É sempre repetido que o BNDES favorece um, dois, ou três, meia dúzia de empresas e queria mostrar aqui o seguinte: dos cem maiores grupos econômicos brasileiros, entre 2007 e 2012, o BNDES apoiou 91; dos 500 maiores apoiou 406; dos mil maiores apoiou 783.

O BNDES é uma instituição inteiramente aberta, recebe projetos, analisa criteriosamente, tecnicamente a consistência de projetos de empresas de todos os tamanhos. Na verdade, as grandes empresas representam 84%, em 2011, do investimento. É a última abertura pelo IBGE. As grandes empresas representam 84% dos investimentos; no BNDES, ela representou 78%. Então, na verdade, o investimento é concentrado em grande empresa, mas estamos um pouco abaixo.

Aqui, segundo a Fundação Dom Cabral, empresas brasileiras que se internacionalizaram e que o BNDES participou da internacionalização, não de uma ou duas, mas de várias empresas bem-sucedidas em processos de internacionalização. Então, eu vou passar mais rapidamente, porque eu queria entrar na questão da exportação de serviços de engenharia.

Esse é um setor importante porque é intensivo em tecnologia, em valor agregado. Estamos falando em máquinas, em equipamento, estamos falando em aeronaves, turbinas, material elétrico, em locomotivas. Estamos falando em serviços de engenharia, desenvolvimento de projetos, estamos falando de um setor fortemente competitivo no mercado internacional.

Existem mais de 200 a 250 empresas de todas as economias, cerca de 57 empresas europeias, 52 empresas chinesas, – estou citando de memória aqui e posso não ser preciso – 25, 26 empresas americanas, empresas de vários países. O Brasil, por enquanto, tem quatro ou cinco empresas nesse setor que disputam o mercado. O nosso peso não é expressivo ainda, mas elas são exportadoras líquidas e esse é o único item da pauta de serviços do Brasil que é fortemente deficitária, porque o Brasil é deficitário em fretes, em seguros, em transportes, e o único item da pauta de serviços em que o país é superavitário é na exportação de serviços de engenharia e construção. Então, é uma pauta importante e é uma operação muito disputada.

Aqui embaixo nós vemos as principais agências de crédito, a exportação do mundo e o desembolso médio dessas agências no período 2008/2012. Nós não temos um número mais recente porque essa foi uma pesquisa internacional e era o último número que tínhamos.

Vemos ali, por exemplo, a agência chinesa, o China Exim Bank desembolsou US$45 bilhões/ano entre 2008 e 2012. O Exim Bank americano, US$18,6 bilhões; o KfW Ipex, que é o braço de exportação do KfW, mais a agência Euler Hermes, US$15,6 bilhões; a França, através da Coface, US$14,6 bilhões; a Índia, US$9,9 bilhões – muito mais alto do que nós, o Japão e o Reino Unido, e nós, BNDES/FGE, tivemos uma média de US$2,2 bilhões.

Como é feita essa exportação? Eu já expliquei aqui em outras oportunidades. Isso aqui não é um empréstimo de governo a governo. O BNDES não empresta a um governo. Isso é uma operação de exportação, em que há um contrato com o importador, que pode ser uma empresa, pode ser um governo. O processo é da seguinte forma: o exportador brasileiro, ao exportar, recebe em reais a exportação, que é desembolsada em reais contra a apresentação de faturas que são auditadas. Não há um adiantamento de recursos feito sem a devida cautela. E o país devedor paga no prazo do financiamento, em moeda forte, ao Brasil. Essas operações...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Dr. Luciano, por favor, acho que vai contribuir: esses financiamentos permitem o pagamento de mão de obra?

Aqui, Cássio.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Desculpe, não tinha visto, Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sem problema.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não. Eu agradeço a pergunta porque, diferentemente dessas outras agências, especialmente da chinesa, da americana e de algumas outras, o BNDES não financia gastos locais no exterior. O BNDES só financia gastos no Brasil que gerem emprego no Brasil. Então, agradeço a sua pergunta, porque ela é específica. Isso é até um fator que diminui a nossa competitividade em certames, porque algumas outras agências financiam gastos locais. Isso é importante ter em mente.

Outra coisa que eu queria falar é que o inadimplemento nessas operações é insignificante, é baixíssimo. Nós temos mecanismos de garantia adequados nessas operações.

Aqui nós temos os desembolsos e aqui estão o pré-embarque e o pós-embarque. O pré-embarque é um crédito à produção do bem que vai ser exportado. Ele é fundamental para a indústria exportadora. O pós-embarque é o financiamento ao importador lá fora. O pós-embarque tem girado em torno de US$1,2 bilhão ao ano, portanto, em torno de 3... Na verdade, a pizza que está embaixo mostra o pós-embarque. Ele tem uma média... Ali está o agregado, o pré-embarque e o pós-embarque.

Nós vemos aqui, por exemplo, que a gente exporta para os Estados Unidos, Canadá e Europa cerca de 30%. Há uma parcela importante para a América Latina, e uma parcela de 22% para a África.

Ali, esse quadro mostra a tremenda ascensão chinesa na exportação de serviços. Esse quadro não está fácil de ler, mas o primeiro ano aqui é 2003, e o último ano é o de 2011, que era a última data disponível. Aquela curva vermelha que sobe é a China; a segunda é a Espanha, que também é um exportador forte; a terceira, azulzinha, é a Coreia... (*Fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – A segunda é a Alemanha.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Desculpe, é a Alemanha. Perdão. Desculpem-me.

E, no gráfico de barras, ao lado, nós temos o *market share* para a América Latina e Caribe, que estão do lado esquerdo; a barra em vermelho é 2006, e a barra em verde é 2012. Então, no caso do Brasil, nós vemos que, na América Latina, nós conseguimos ganhar um pouco de *market share*. Saímos de US$9,5 para US$17,8. Mas eu chamo a atenção também para o fato de que a China saiu de US$4,9 bilhões para US$12 bilhões. Os Estados Unidos perderam *market share*. É um mercado muito competitivo, e existe muita disputa.

Na África, que está do lado direito, o nosso *market share* é muito pequeno, 4%, saímos de praticamente zero para 4%. E eu queria mostrar o forte crescimento da China, que saiu de vinte e poucos por cento para 44,7%, 45% do mercado chinês. Mostra o seguinte: temos aqui um mercado fortemente competitivo e muito disputado, o que era importante mostrar.

Queria aqui, por fim, mostrar um pouco de dados, nobre Senador Tasso.

Estamos terminando já a exposição.

Essa tabela mostra apenas que os bancos em desenvolvimento são apoiados pelos seus países de diversas formas, e o BNDES, relativamente aos outros, não tem tanto privilégio. Por exemplo, o KFW, banco do Japão, e o banco canadense têm imunidade tributária, têm isenção de impostos – o KFW não paga dividendos ao controlador – e eles têm garantia federal na emissão de dívida. Não estou reivindicando nada ao BNDES, não, só estou dizendo que é normal que os países deem suporte, inclusive usem recursos parafiscais. O KFW, o Japan Finance Corporation, o Instituto Oficial de Crédito da Espanha, o KDB coreano. Então, essa era apenas uma comparação para apresentação aqui a vocês.

Queria mostrar aqui fontes de financiamento do BNDES, mostrar que o retorno dos financiamentos do BNDES responde por 70%, o retorno de recursos, isso em 2014. O Tesouro Nacional, por meio dos empréstimos, representou 20%; o BNDES monetizou ativos, vendeu parte de sua carteira de ativos e obteve 5,8%; e o FAT, que hoje representa um contribuição anual relativamente pequena para o BNDES. São esses os dados. Vou deixar isso aqui.

Aqui está um exercício que o BNDES fez de custo e benefício dos empréstimos da União ao BNDES, dependendo das hipóteses que utilizarmos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Presidente, só uma pergunta, acho que é importante: qual o percentual de recursos próprios do BNDES? Estou aqui. José Agripino.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Recursos?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Recursos próprios. O percentual de recursos do FAT foi em torno de 5%?

O SR. LUCIANO COUTINHO – No fluxo anual, aí, Senador, 70% é retorno, mais 75,8%, e o FAT, se considerarmos que é uma vinculação constitucional, mas é um recurso da União. Então, o BNDES, 75% o banco tem de capacidade própria de recursos, fora a capacidade de emissão de dívida própria pelo banco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Estamos falando aqui do fluxo do estoque. Podemos depois mostrar que, no estoque de capital do banco, o FAT acumulou historicamente um peso de aproximadamente 20%, vinte e poucos por cento, e o estoque transferido do Tesouro representa mais ou menos 50% do estoque, do lado passivo. Ali eu estava mostrando o fluxo de recursos anual.

A última transparência será muito rápida. Queria apenas mostrar que, dependendo das hipóteses que façamos sobre um multiplicador do investimento, o custo dos empréstimos do Tesouro ao BNDES é neutralizado pelo impacto fiscal positivo que os novos investimentos geram. Todo investimento novo começa pagando imposto, e um impacto posterior esse investimento gera, criando renda, emprego, pelo próprio funcionamento daqueles ativos produtivos ao longo da vida. Então, esses cálculos mostram que, dependendo do multiplicador e da adicionalidade, mesmo com as hipóteses do momento, que são muito desfavoráveis, em que o *spread* entre a TJLP e a Selic é muito alto – vai cair no futuro certamente, em algum momento, eu não estou dizendo quando –, esse processo mostra que olhar só o lado do custo, sem olhar o lado do benefício, pode ser uma visão incompleta do problema.

Mas eu paro por aqui, Sr. Presidente, porque eu creio que já me estendi demais, e o objetivo aqui é ouvir os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Luciano Coutinho, pela exposição objetiva, lúcida.

Como sempre, V. Exª é bem-vindo aqui, à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Infraestrutura, ao Senado Federal.

Eu vou começar por blocos de cinco Senadores.

O primeiro Senador é o Senador Lasier, que é o autor do requerimento. Depois, Senador Alvaro Dias, Senador Ricardo Ferraço, Senador Waldemir Moka e Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, o Senador Lasier, por cinco minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente, Delcídio.

Saudação aos Senadores Garibaldi e Ferraço; cumprimentos ao Presidente Luciano Coutinho, a quem damos as boas-vindas.

Boas-vindas, Dr. Luciano, porque a sua presença aqui era muito esperada! Afinal, V. Exª está há oito anos presidindo o BNDES, e nós vivemos um clima de desconfianças gerais em vários setores da vida pública do Brasil. V. Exª tem acompanhado multidões nas ruas por insatisfação com os gestores públicos e com os políticos. Então, nada mais oportuno do que ir dissecando esses grandes órgãos, que têm um custo tão elevado do dinheiro público.

Por mais que tenha feito uma exposição ampla e com muitos dados positivos, V. Exª sabe que há casos carentes de maiores explicações, que levam a um conceito do BNDES que não é hoje o melhor conceito. Sabe V. Exª que o BNDES é objeto de artigos de jornais a todo momento, de reportagens, de comentários, sob o argumento de que o banco é uma caixa preta indevassável. Por mais que V. Exª tenha arguido há pouco a hipótese do sigilo bancário, nós sabemos que não só um parecer da Procuradoria-Geral da República, mas um acórdão do Supremo, relatado em 2001, pelo Ministro José Néri da Silveira, entende que operações bancárias financiadas com dinheiro público não são alcançadas pelo sigilo bancário.

Então, o encaminhamento da minha primeira pergunta é em relação a esse conceito do BNDES atualmente, que não é bom. Há, como que no ar, uma suspeita de que o BNDES gasta muito, gasta demais e não atende

às maiores carências do Brasil. V. Exª falou, durante sua ampla exposição, que atende a 50%. Seguramente, o Brasil precisa muito mais do que nós.

Se nós fôssemos aqui formular aquela pergunta que todos os brasileiros, que grande parte dos brasileiros formulam, nós estaríamos apenas sendo repetitivos. É por isso, Dr. Coutinho, que eu fui buscar uma opinião recente do famoso jornal inglês *Financial Times*, numa matéria publicada no dia 11 de janeiro deste ano, que, de certo modo, sintetiza muito a opinião dos brasileiros, por ser um jornal neutro, inquestionável, apartidário, isento, técnico e de muito prestígio.

Disse esse jornal, no dia 11 de janeiro passado, o seguinte: "O BNDES é a primeira fonte de recursos para os magnatas do Brasil." Esse é um conceito que se tem. Ainda segundo a reportagem, 60% dos empréstimos do BNDES vão para grandes conglomerados, os chamados campeões nacionais. E aí a pergunta que é feita pelo jornal inglês, um dos de maior circulação do mundo, que é uma pergunta que nós brasileiros temos o direito de fazer: como justificar, por exemplo, que o BNDESPAR seja dono de 17,3% da Petrobras, a Petrobras que hoje temos tão enxovalhada e em situação tão lamentada por todos os brasileiros? É dono de 17,3% da Petrobras, 8,4% da Vale, ou, pior ainda, 24,6% da JBS, quando tantas empresas são carentes.

V. Exª disse no início da sua exposição que a finalidade do BNDES é induzir o fortalecimento da competitividade. Essa competitividade fica um pouco difícil quando se direciona tantos e tão elevados recursos para poucas e grandes empresas.

Como justificar o empréstimo para o empresário Eike Batista? Aliás, quantas foram as perdas causadas pela implosão do Grupo X com relação ao BNDES?

Ainda na mesma reportagem do jornal inglês, que invoco aqui por sintetizar a opinião de alguém de fora do País, portanto, uma opinião insuspeita mas que fere a imagem do BNDES, Aldo Musacchio, Professor de Harvard, afirma que se trata de transferência de riqueza dos trabalhadores para grandes empresários, porque basicamente é dinheiro do Tesouro e do FAT. E é nisso que está o BNDES de hoje. O mesmo Professor Musacchio afirma que o BNDES está, na verdade, emprestando para empresas que não precisam de dinheiro.

Igualmente, outras opiniões resumem a nossa pergunta: o BNDES, com esse conceito, Dr. Coutinho, estaria fazendo cortesia com o chapéu alheio há muito tempo. Quanto então, a pergunta já foi feita aqui e repito, o BNDES recebe anualmente do Tesouro desde o início da sua presidência no Banco? Qual o valor recebido do FAT? Em parte V. Exª respondeu. Qual o subsídio que o Governo Federal concede ao BNDES desde o início da sua presidência?

Enfim, o que queremos, Dr. Luciano, o que nós queremos, Dr. Luciano Coutinho, é que V. Exª, na nossa presença, hoje, desfaça esse conceito atual de desconfiança dos brasileiros, essa série de desconfianças com as grandes instituições públicas do País: Petrobras, BNDES, Eletrobras, fundos de pensão, Ministério da Saúde. Vamos limpar, pelo menos, até porque houve a proposta de uma CPI no Senado, que já estava com 28 assinaturas, feita pelo Senador Caiado, e surpreendentemente, no meio da semana passada, seis assinaturas foram retiradas, impedindo que se fizesse essa CPI. Ora, por quê? Quem não deve não teme! Nós queremos ver o BNDES transparente, conhecendo os recursos que usa e onde usa.

Por exemplo, V. Exª não falou aqui do financiamento para serviços de engenharia em países, para empreiteiras que constroem, fazem obras em Cuba, Venezuela, Angola, Nicarágua. Enfim, a minha pergunta é ampla e certamente será reforçada mais adiante, enriquecida mais adiante pelos demais colegas.

Nós queremos, Dr. Coutinho, que o senhor nos traga um BNDES sobre o qual não caia mais nenhuma suspeita com relação ao direcionamento desses recursos, que são dinheiro público.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador.

Nós vamos fazer, Presidente Luciano Coutinho, blocos distintos, porque aí V. Sª responde.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Presidente Luciano Coutinho, eu divido a minha intervenção em duas questões: a hipótese do desvio de finalidade e a ausência de transparência nos negócios celebrados pelo BNDES com grandes grupos econômicos, internamente, e com nações, externamente, através de empreiteiras de obras públicas.

O Tesouro Nacional repassou, de 2009 a 2014, ao BNDES R$466 bilhões. Mais uma medida provisória está no Senado com mais R$50 bilhões. O Ministério da Fazenda estima que esses empréstimos custarão ao Governo Federal, no período de 2012 a 2015, R$79 bilhões, quase...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Custarão, segundo o Ministério da Fazenda, informação dada ao Tribunal de Contas da União, R$79,75 bilhões nesse período. Ou seja, quase R$20 bilhões por ano.

Segundo o BNDES, esses recursos têm por objetivo alavancar investimentos, promovendo o crescimento. Ocorre que nós tivemos uma queda de investimentos relativamente ao PIB. Oscilou de 20,2% e 20,6%, entre 2010 e 2013, caiu para 19,7% do PIB em 2014. Portanto, isso demonstra que o BNDES não está alcançando os seus objetivos com a utilização desses recursos do Tesouro Nacional, e é evidente que há uma responsabilidade pública de se estabelecer a relação custo/benefício dos investimentos realizados. Deve o Banco buscar as alternativas que proporcionem maiores benefícios ao País.

Esses recursos são concentrados. E cito aqui: apenas em empresas como a JBS, Marfrig, Oi, Lácteos Brasil e Fibria, o Banco injetou R$18 bilhões. Falta ao Governo informar com transparência o resultados desses investimentos. Quais foram os prejuízos, por exemplo, com recursos aplicados no grupo de Eike Batista, qual o real valor da perda do BNDESPAR que não foi registrada na contabilidade do BNDES.

Aliás, eu me lembro, Presidente Luciano Coutinho, que, em 1994, no Ministério de Ciência e Tecnologia, V. Sª participou de um grupo de trabalho que apresentou um estudo sobre a função do Estado. E entre outras conclusões, falava-se da obrigação de dar publicidade aos parâmetros empregados para as operações do Estado, transparência; falava-se em publicidade dos atos e, exatamente, em planejamento, regras objetivas, absoluta impessoalidade nos critérios de concessão de benefícios, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, descentralização e autonomia, com fiscalização e punição dos desvios. Isso, Luciano Coutinho, em 1994. Nós esperamos que V. Sª possa desmentir que hoje temos um Luciano Coutinho diferente, especialmente no que diz respeito aos empréstimos externos, via empreiteiras de obras públicas.

De 2007 a 2014, foram 8,8 bilhões direcionados à construção de obras de infraestrutura no exterior. Angola, Argentina, Venezuela, República Dominicana e Cuba respondem pelos principais financiamentos do BNDES. Mais de 3,3 bilhões para Angola, sem contabilizar aí, creio, um dos empréstimos sigilosos, esse não foi divulgado. Pressupõe-se que esse empréstimo seja de 952 milhões, mas ele tem a tarja de secreto, e nós não podemos anunciar ao povo brasileiro qual o valor desse empréstimo a Angola, a exemplo do que ocorreu também com Cuba. Foram 2,7 bilhões para a Argentina; 1,6 bilhão para a Venezuela; 760 milhões para Cuba, além de empréstimos secretos e, mais recentemente, houve o anúncio de um novo empréstimo para o aeroporto de Havana. Nós temos empréstimos para: Bolívia, 212 milhões; Benin, 188 milhões; países da África – Angola, já me referi; Gana, mais 230 milhões.

Aliás, há uma tentativa do Governo de perdoar empréstimos concedidos a países africanos, alguns deles com ditaduras sanguinárias e governos corruptos. E me parece que nós não estamos em condições de fazer esse tipo de cortesia ou de fazer esse tipo de caridade quando há um aperto fiscal que onera a população do País e sacrifica os setores produtivos nacionais.

Recentemente, ou já há algum tempo, através da Lei de Acesso à Informação, busco informações sobre esses empréstimos ditos sigilosos. O Governo alega não poder apresentar as informações, oferecer as informações, dar publicidade a elas em respeito à legislação daqueles países. Já indaguei de V. Sª em uma oportunidade se o Governo preferia respeitar a legislação de outros países e desrespeitar a nossa, rasgando a nossa própria Constituição e, inclusive, os conceitos emitidos por V. Exª em 1994. Ingressei com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal exatamente inconformado com o fato de a um parlamentar que tem essa prerrogativa constitucional de obter informações sigilosas desde que assuma o compromisso do sigilo essa prerrogativa ter sido negada.

Parece-me que o banco tem que buscar alternativas que correspondam a essa definição de relação custo/benefício. Não me parece ser prioridade financiar especialmente países, alimentando ditaduras, autoritários, sem transparência alguma, sem publicidade desses empréstimos.

Creio, Presidente Luciano Coutinho, que esta é uma questão central neste debate que se trava hoje: os desvios de finalidade do BNDES, a ponto de termos dito já aqui que o Governo, para se apresentar com maior sinceridade diante do País, deveria retirar o "s" da sigla, já que o BNDES deixou de ser um banco social há bom tempo.

Nós não sabemos, com clareza, desses empréstimos externos, que, aliás, segundo a Transparência Brasil, podem estar alimentando a corrupção internacional, porque supostamente as empreiteiras que chegam com os recursos e realizam as obras estimulam a instalação de propinoduto nas burocracias daquelas nações. Dessa forma, ao invés de respeitando acordos celebrados com outras nações para combatermos a corrupção internacional, estaríamos estimulando a corrupção internacional com esses empréstimos, com transparência zero e sobretudo sem a necessária justificativa.

Já o Senador que me antecedeu falou em cortesia com o chapéu alheio. Realmente o BNDES é utilizado pelo Governo, politicamente, para fazer cortesia, com o chapéu dos brasileiros, a outras nações com as quais, sobretudo, se identifica ideologicamente. Essa é uma questão que deve ser considerada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu soube que o sistema financeiro internacional se espanta com o volume de recursos emprestados pelo BNDES a outras nações. Eu imagino, Presidente Luciano Coutinho, o que ocorreria em algumas das nações democráticas mais evoluídas, como os EUA, se os bancos públicos fizessem empréstimos sigilosos. Eu não conheço nenhuma alternativa de empréstimo sigiloso celebrado pelo BID, pelo BIRD ou por qualquer instituição financeira de nações democráticas evoluídas.

Essas são as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Agora, o próximo senador inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, professor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, nessa altura, quero crer que é o mais longevo Presidente da história do BNDES em razão dos oitos anos à frente dessa que é uma instituição que, de forma inegável, tem uma contribuição muito importante e, diria, estratégica, dos anos 1950 até os dias atuais, em todos os segmentos da atividade produtiva do nosso País.

É inegável o reconhecimento da boa e qualificada estrutura técnica e dos valores humanos do BNDES ao longo da sua história. Tudo isso nos leva a fazer, nestas minhas primeiras palavras, uma deferência de respeito e reconhecimento à qualidade profissional e técnica do BNDES, que é uma instituição devidamente apropriada pela sociedade brasileira pela importância que tem.

Mas, ainda assim, Professor Luciano Coutinho, há algumas questões que saltam aos olhos. Vou começar por onde o Senador Alvaro Dias terminou.

Está evidente que, quando financiamos o Porto de Mariel, nós financiamos empresas brasileiras, mas esse crédito foi concedido a Cuba, e quem nos deve é Cuba. E salta aos olhos que recursos públicos não possam ser tratados com a devida transparência. Se nós somos os donos do recursos, podemos definir o critério com que essa operação de crédito vai se dar. Fomos nós, Brasil, que incorporamos sigilo de Estado a essas informações. Eu sou autor de pedido de informação, aqui, nesta Casa, ao BNDES, para saber algumas questões, entre elas, qual o valor, qual a dimensão física do empreendimento, quando o contrato foi assinado, em que condições esse contrato foi assinado, com que prazo foi assinado, com que juros essa operação se deu. E a resposta que nós temos do BNDES é uma resposta que se escora no art. 23 da Constituição Federal, dizendo que são "[...] consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso restrito [...]".

Eu não consigo identificar qual é a consideração imprescindível à segurança de Estado ou da sociedade brasileira que faz uma organização pública não declinar os detalhes dessa operação, que é produto e resultado do esforço do contribuinte brasileiro. Esse recurso não é propriedade de governo de plantão, é propriedade do Estado brasileiro, tanto que os jornais de hoje anunciam que o Ministério Público Federal está recomendando ao MDIC, que é o Ministério do Desenvolvimento, que, no prazo de 30 dias, informe as informações relacionadas a essa questão. De acordo com o MPF, o Ministério foi acionado, porque acompanha e autoriza essas negociações. O órgão tem agora um mês para indicar como atenderá à recomendação – se isso não for feito, o MPF pode entrar com uma ação na Justiça para pedir o cumprimento desse pedido. Em resposta, o MDIC afirma que responderá dentro do prazo estabelecido. O MPF conseguiu uma decisão judicial em 1ª instância, obrigando o BNDES a dar publicidade aos documentos envolvidos no porto de Cuba, mas o banco recorreu da determinação, que está suspensa.

Então, toda essa blindagem que o Governo e o BNDES incorporam a essa operação é que gera esse nível de polêmica. Talvez não fosse necessária, porque, se o recurso pertence ao povo brasileiro, nós é que temos de estabelecer em que condições queremos emprestar. E talvez fosse fundamental que estabelecêssemos como premissa a precondição da transparência, que é algo fundamental na atividade pública.

A outra questão que quero indagar a V. Exª é sobre uma matéria do *O Estado de S. Paulo* de hoje, dando conta de que o BNDES altera o contrato de Belo Monte e livra a usina de multa de R$75 milhões.

Uma alteração contratual feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de R$ 22,5 bilhões firmado com a Hidrelétrica de Belo Monte livrou o consórcio Norte Energia, dono da usina, do pagamento de uma multa para o banco público, sanção que poderia chegar à cifra de aproximadamente R$ 75 milhões.

É o que informa o jornal *O Estado de São de Paulo* no dia de hoje.

V.Sª foi parte, é parte de uma equipe econômica que, nos últimos anos, ampliou em demasia a intervenção do Estado na economia brasileira. Há inclusive uma fala do Ministro Mangabeira Unger, na posse do novo presidente do Ipea, que cita essa política econômica como um Keynesianismo vulgar, que adiou o dia da conta e do castigo e acabou apenas por agravar o problema que agora temos que resolver. V.Sª foi parte, é parte dessa equipe econômica, até porque o BNDES foi um dos mais importantes instrumentos e ferramentas na condução da política econômica.

Quer dizer, os custos dos subsídios do BNDES – já tão discutidos aqui –, Presidente, o BNDES anunciou lucro de R$8,59 bilhões, em 2014, alta, portanto de 5,4 em relação ao ano anterior. Esse resultado, no entanto – se eu estiver equivocado, V.Sª por favor me corrija –, esse resultado não leva em consideração o custo que a União tem para subsidiar o Banco. O subsídio se refere à diferença entre o que o Tesouro paga ao mercado para se financiar, 12,75%, e o que o BNDES devolve a ele: TJLP em torno de 6%. O montante dos subsídios, apenas dos aportes do Tesouro ao BNDES e do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), atingiu R$25 bilhões, em 2014, de acordo com estimativas do Ministério da Fazenda. Esse é, por assim dizer, quase que aproximadamente o tamanho do Programa Bolsa Família.

Em 2015, estima-se que esses subsídios atingirão o valor recorde de R$31 bilhões. O custo acumulado, em quatro anos, do subsídio do Tesouro ao BNDES é da ordem de R$80 bilhões. É do tamanho do ajuste fiscal e do sacrifício que a conjuntura econômica está impondo aos brasileiros neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Ferraço, concluindo, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu gostaria, Presidente Luciano Coutinho, de que V. Sª pudesse fazer uma abordagem ampla sobre essa conjuntura e o papel do BNDES nesse novo cenário de ajuste fiscal, a avaliação de erros e acertos e de resultados desse custo elevadíssimo para o contribuinte brasileiro desses elevados subsídios ao longo dos últimos anos. Que V. Sª pudesse fazer uma abordagem sobre esse tema e pudesse refletir sobre que avaliação, que autocrítica é possível fazer ou, se não há autocrítica a ser feita, se a política econômica e o BNDES acertaram nos últimos anos, se esse elevado custo de subsídios foi um custo adequado e compatível com a realidade do Brasil. São as questões para que eu gostaria de merecer sempre a cordialidade do Presidente Luciano Coutinho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Próxima Senadora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

Fechando o primeiro bloco, o Senador Lindbergh Farias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar V. Exª, Presidente Delcídio, cumprimentar o nosso Senador Garibaldi, cumprimentar o convidado de hoje, Dr. Luciano Coutinho, que mais uma vez vem fazer uma explanação aqui a respeito do papel fundamental, importante do banco.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer, Sr. Presidente, que eu sou do bloco daqueles e daquelas que entendem que um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem que se voltar, cada vez mais, para o pequeno investidor, para o médio investidor. Essa não é uma posição de agora, essa é uma posição antiga, muito antiga. E quero dizer, Dr. Luciano Coutinho, que eu tenho acompanhado muito de perto as movimentações que o banco vem fazendo para alcançar esse objetivo, sem, óbvio, deixar de investir e aportar recursos nas obras de infraestrutura, nas grandes obras de infraestrutura.

V. Sª, Dr. Luciano, foi quem falou a respeito da criação do cartão para o micro e o pequeno. Acho que isso é um passo fundamental, é um passo importante, quero estar viva e quero estar aqui ainda, Dr. Luciano, quando o senhor ou outro representante do banco voltar e mostrar o quanto cresceu a participação dos micro e pequenos empreendedores. Conheço muitos que têm um cartãozinho do BNDES e não procuram mais fazer empréstimo nem comprar a prestação nas lojas, porque vão lá com um cartãozinho, compram o equipamento e pagam um juro muito menor, isso é muito importante. Defendo que isso cresça muito.

Sou defensora também da tese de que o banco tem que direcionar mais os seus recursos para as Regiões mais carentes do Brasil. E V. Sª foi quem mostrou a tabela. Há muita gente que critica, mas, agora, no momento; no passado, não criticava, não, em absoluto. V. Sª mesmo foi quem mostrou que desconcentrar os investimentos do banco tem sido um desafio. Em 2007, 58% dos desembolsos eram para a Região Sudeste; isso passou

para 48% no ano de 2014. É tudo o que queremos? Claro que não. Agora, estamos caminhando adiante? Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso, Dr. Luciano Coutinho, nenhuma. E creio que cada vez mais, V. Sª colocou isso, tem sido objetivo da direção do banco utilizar da melhor forma e distribuídos geograficamente esses recursos. Então, em relação à distribuição, ao investimento para os pequenos, eu o vejo como fundamental.

Eu lhe faria uma pergunta, porque a gente sabe que, assim como temos, agora, uma lei de conteúdo nacional que determina que empresas brasileiras como a Petrobras, por exemplo, tenham nos seus investimentos, no mínimo, 30% de conteúdo nacional, ou seja, para gerar emprego no Brasil e tudo o mais – essa é uma lei nova que muitos criticam, muitos criticam, e há uma confusão, não entendo bem o que essas pessoas querem, porque ora criticam a lei do conteúdo nacional, ora criticam o banco porque dá recurso para grandes empresas, enfim, não entendo exatamente –, há esse viés por parte do BNDES de garantir geração de emprego, mesmo para os recursos que vão para fora.

Estive visitando o Porto de Mariel. Aliás, não são só investimentos do Brasil; lá há investimentos de Singapura, que é quem vai operá-lo, inclusive, com o Brasil fazendo parte desse *pool* internacional, no sentido de promover o desenvolvimento do Planeta, sobretudo aqui do nosso Continente, porque não adianta imaginarmos que basta o Brasil se desenvolver. Se não tivermos o desenvolvimento daqueles que estão ao nosso lado, ao nosso redor, dificilmente avançaremos também. Então, é esse o viés.

Eu só queria perguntar ao senhor, Dr. Luciano, porque considero que há um pouco de falha, sobre os componentes e as exigências ambientais. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito disso. Acho que vivemos um momento muito delicado no Planeta e no Brasil, no que diz respeito ao aquecimento global. Então, não sei, não estaria na hora de o BNDES estabelecer regras mais rígidas para a concessão de benefícios?

Em relação a essa polêmica sobre a transparência, o BNDES não é o único banco social fomentador do desenvolvimento nacional. Temos o Banco do Nordeste, não é, Senador Bezerra? Nós temos o Banco do Nordeste, nós temos o Banco da Amazônia, várias instituições, agências de fomento. Todas elas são alvo, como é o BNDES, de ações e de exigências de transparência? A pergunta é se o senhor tem conhecimento disso. Todas elas ou só o BNDES?

Quando Deputada, fiz inúmeros requerimentos de informação – estou concluindo, Senador Delcídio –, inúmeros requerimentos, muitos deles, a maioria, aliás, para o Basa. Sabe qual era a resposta do Governo à época, isso em 2000, 2001 e daí por diante? Não pode responder porque está sob sigilo. Eu não entendia bem. Sob sigilo um investimento do Basa, com recursos públicos da Sudam? Não pode dar informações? Enfim, é uma regra que não recai só sobre o BNDES, pelo menos eu vejo assim, mas sobre todas as instituições públicas.

Se é verdade essa premissa de que, se acessou recurso público, tem que estar sob a lei da transparência, então muita empresa que tem benefício fiscal no País não teria também que estar sujeita à lei da transparência? Porque está acessando recurso público, se é direta ou indiretamente não importa, mas está acessando.

Acho que esse é o bom debate. Agora o debate do conceito e não de uma instituição para tentar enfraquecê-la, principalmente neste momento.

Obrigada, Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Lindbergh, com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª sabe que se ligar a TV Globo agora, Senador Garibaldi, neste momento, estará passando um reprise, vale a pena ver de novo, do Rei do Gado, com a participação especial do nosso Antônio Fagundes. Espero que ele esqueça isso, porque está insistentemente, em toda reunião...

Presidente Luciano Coutinho, eu não costumo nas minhas falas ficar elogiando, mas eu queria começar falando da minha admiração pelo senhor. Eu acho que o senhor é um dos grandes quadros públicos deste País. Consegue aliar capacidade de formulação em política econômica com capacidade de execução, e isso é muito difícil. Nós temos formuladores que não têm capacidade de execução. O senhor é respeitado pela academia, pelo mercado. Acho que o senhor se encaixa numa figura dos nossos quadros políticos que estão acima dos partidos. Sei que o senhor aqui tem interlocução com todos os partidos.

Primeiro, eu queria fazer esse registro da sua seriedade e entrar num debate que tem me chamado muito a atenção antes dessa audiência pública. Nós tivemos uma sabatina com diretores do Banco Central. Eu aqui falei da minha preocupação com o crescimento econômico e geração de emprego. Estou muito preocupado com o grau de retração econômica que podemos ter este ano. Acho que um aperto fiscal associado a um aperto monetário pode nos levar a uma situação de desaceleração muito forte. E não tem como haver reequilíbrio fiscal com desaceleração forte. Não tem. Eu citei aqui dados da época do governo Fernando Henrique Cardoso, basta olharmos para a Europa.

Então, há que se conciliar aqui esse esforço do reequilíbrio fiscal com a agenda de volta do crescimento econômico. E sabemos que financiamento em longo prazo é uma coisa simples para investimentos em infraestrutura. Não adianta de uma hora para a outra dizer: olha, vamos crescer, se você corta as bases para um crescimento futuro.

E aqui é onde entra o papel do BNDES, que eu queria defender no meio de um conjunto de ataques das mais diversas forças neste momento. Eu pergunto: a quem não serve esse ataque? Ao BNDES, um instrumento fundamental para que a gente retome o crescimento lá na frente.

Por isso falo que não podemos fazer um ajuste burro. Tem que ser um ajuste com qualidade.

Senador Ferraço, falar de 20 bi do aporte do Tesouro? Eu queria depois mostrar, 20 bi do aporte do Tesouro por ano, as consequências se nós não tivéssemos esses investimentos que são suportados pelo BNDES para a economia. Seriam gigantescas. O prejuízo pode ser muito superior a 20 bi.

Eu queria aqui que, inclusive, colocassem no gráfico, na apresentação, no número 15, que mostra a vinculação entre desembolso do BNDES – nesse gráfico é impressionante a vinculação entre desembolso do BNDES – e a nossa taxa de investimento. Se há um consenso neste País é de que temos que aumentar a nossa taxa de investimentos. Não faz sentido termos uma política agora que prejudique.

E eu queria que passasse depois para o gráfico 20. Novamente infraestrutura. É outro consenso nacional. Temos que ampliar os nossos investimentos em infraestrutura.

Aqui, Presidente Luciano Coutinho, entram as minhas preocupações. Sei que há medidas nesse novo momento econômico. Houve um aumento da TJLP, pode existir uma diminuição do aporte do Tesouro, mas a minha preocupação central é de que a gente não faça aqui um ajuste burro que prejudique a retomada do nosso crescimento lá na frente. Porque se a gente toma uma decisão, lá na frente, a gente sabe que o impacto é um, dois anos depois.

Então, nós não podemos destruir essa política de sustentação dos investimentos, de proteção da nossa indústria, que é feita com muito sucesso pelo BNDES.

Em relação, me desculpem, à discussão sobre o Porto de Mariel, alguns aqui parece que voltam – nós estamos vivendo um momento de distensionamento da relação de Cuba com os Estados Unidos, é praticamente o fim da Guerra Fria –, parece que alguns aqui continuam com esse debate meio de guerra fria com Cuba, com Venezuela. Vocês sabem que o metrô de Caracas foi financiado pelo BNDES e lá no governo Fernando Henrique, em 2001. E estava correto o BNDES. Insistem na questão do Porto de Mariel, inclusive, com as oportunidades que vão existir naquele porto, depois desse novo momento que nós estamos vivendo. Eu volto a dizer. Essa última Cúpula das Américas teve um resultado, a meu ver, fantástico. Acho que é mais um debate ideológico truncado aqui. E digo mais: têm o mesmo preconceito com a África. Estou participando da Comissão de Relações Exteriores e fico impressionado: em tudo o que é África, há uma condenação. Vocês estão vendo o que a China está fazendo em relação à África. Então, sinceramente, acho esse debate aqui ultrapassado.

Eu espero, Presidente, que nesse ajuste que o Governo está fazendo a gente não comprometa o papel do BNDES. Nós temos um banco de desenvolvimento. Há três, quatro anos, o Presidente Obama fez um discurso nos Estados Unidos em que falou da pena de os Estados Unidos não terem um banco de desenvolvimento e citou o BNDES, assim como outros bancos, como é o caso da Alemanha e da China também. Então, eu acho que a existência desse banco de desenvolvimento é fundamental para uma estratégia de retomada de crescimento.

Eu acho, Sr. Presidente, que os ataques ao BNDES também estão ligados a isto: há uma campanha clara contra o BNDES. Mas eu quero dizer aqui ao senhor, inclusive, pela sua presença na Presidência do BNDES, conversando com os Senadores de oposição de diversos tipos, que a sua presença na Presidência do BNDES é algo que dá tranquilidade, tenho certeza, às mais diversas forças políticas do País.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu fui citado. Pelo art. 14, eu tenho a obrigação de responder ao Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Art. 14.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Veja, V. Exª quando fala defendendo o Governo, deixa implícita uma visão crítica em relação àquilo que o Ministro Joaquim Levy está fazendo, como se o Ministro Joaquim Levy fosse o responsável, e não o contrário, porque, no fundo, o que nós estamos lamentavelmente vivendo é pelo conjunto de equívocos ao longo dos últimos anos. Ele está sendo convocado para reconstruir aquilo que foi dilacerado ao longo dos últimos anos, em razão da irresponsabilidade fiscal, em razão da convivência e da tolerância com a inflação, que corrói o poder aquisitivo da população brasileira. Mas esse é um outro debate que eu faço com V. Exª com muito respeito e com muita atenção, até porque tenho uma visão completamente divergente da de V. Exª em relação à visão de mundo. Mas podemos debater numa outra oportunidade para não incomodar os nossos colegas que aqui estão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro, faremos isso, Senador Ricardo Ferraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Isso é o que o Senador Aloizio Mercadante falava de debate qualificado.

Eu agora passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho e informo que os próximos são: Senadora Marta Suplicy; depois, Senador Raimundo Lira; depois, Senador Eduardo Amorim, Senador Omar Aziz e Senador Cássio Cunha Lima. E evidentemente, não estando presente, já sigo a sequência normal de inscrição.

Com a palavra, o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito obrigado, Exmo Senador Lasier Martins pelas suas questões.

Eu queria, Senador, começar distinguindo a questão do sigilo bancário do sigilo das operações de crédito. O BNDES não esconde ou não deixa de dar publicidade, ao contrário, a todas as suas operações. Elas estão no *site* e, mais que isso, Senador, acho que nenhum banco faz isso, todas as operações, os contratos das operações são públicos e registrados em cartório, podem ser obtidos. Então, têm um grau de publicidade total. Não há nenhuma operação que não seja sobre ela dada publicidade, com exceção da que eu vou falar depois, das operações de exportação.

O que estamos falando de sigilo bancário é outro tema e que é muito confundido. O sigilo bancário diz respeito à informação privativa da empresa, e não da operação. É claro que, em um relatório de análise técnica do BNDES, para conceder um crédito, passa por um crivo, uma análise rigorosa de balanço, uma pesquisa cadastral, uma análise de capacidade de endividamento adicional daquela empresa, uma análise da estrutura de mercado para olhar os riscos naquele mercado. O banco faz uma análise técnica que é respeitada no mercado inteiro pela excelência, pela qualidade dos seus quadros. Incluem, é óbvio, também a estratégia da empresa.

Essas são informações que dizem respeito à intimidade financeira da empresa, pessoa jurídica, e elas são protegidas pelo instituto do sigilo bancário. Há uma lei complementar que me obriga a preservar o sigilo, a intimidade financeira estratégica e comercial da pessoa jurídica. Isso não tem a ver com a operação. A operação é pública, o contrato é público. Mas eu não posso dar o relatório, a análise, o que muitas vezes nos é pedido. As exceções estão estabelecidas na lei. Eu não posso não informar tudo ao meu regulador, que é o Banco Central, ou à Comissão de Valores Mobiliários, quando for uma empresa de capital aberto, mas não está explícito na lei quais outras instituições de controle. Então, obviamente, a uma decisão judicial, etc., nós não vamos nos opor, mas em geral uma decisão judicial é motivada por indícios de ilícito, etc.

Então, o que estamos falando é que estamos fazendo uma confusão entre a transparência das operações e a questão do sigilo.

Nessa questão do sigilo, houve uma discussão técnica com o Tribunal de Contas da União, com que tenho imenso respeito. Nós colaboramos, temos uma relação construtiva com o Tribunal. E, em um determinado caso, o Tribunal queria, exatamente, esse tipo de informação específica. A minha direção jurídica, a minha superintendência jurídica me disse o seguinte: "Presidente, o senhor não está... na sua discricionariedade, não é disponível ao senhor poder informar isso, porque a lei lhe veda informar isso." Fui, inclusive, aos Ministros do Tribunal e falei: não me coloquem nessa situação, porque eu quero informar, mas essa é uma informação muito íntima, e nós reduzimos ao mínimo essas informações, que não eram, na verdade, na minha opinião, materiais para entender o conjunto daquela operação – eu não vou citar aqui quem era a empresa, qual era o caso.

Por conta disso, há uma discussão que foi levada ao Supremo. E o que o Supremo decidir, nós cumpriremos. O que eu queria que os senhores entendessem é o seguinte: não é um capricho, não é uma questão de temer ou não temer. Eu, pessoalmente, tenho absoluta confiança na integridade, na isenção, na lisura de todos os processos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agora estamos falando especificamente na questão do sigilo da empresa, da pessoa jurídica. Então, esse é um tema que eu queria deixar esclarecido por agora.

Em relação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Vamos pegar um caso específico, Dr. Luciano, o caso da JBS. A que título o BNDES vai se incorporar ao capital dessa empresa, 24%, provocando quase um monopólio nesse ramo de frigoríficos e carnes, quando a competitividade é um dos objetivos do banco? Num caso como esse, é possível o senhor nos responder?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, sem dúvida. Eu vou responder a todos os pontos, Senador, inclusive a esse.

Segundo, o Senador menciona a matéria do *Financial Times*. Eu tenho muito respeito também pelo *Financial Times*, mas o *Financial Times* não é o oráculo da verdade e não é um jornal que está acima de qualquer opinião. Ele é um jornal que tem opinião, é um jornal ligado aos grandes temas financeiros. Eu tenho grande respeito e não estou aqui também criticando o jornal, mas quero lhe dizer o seguinte: o senhor perguntou sobre as participações na Petrobras, na Vale e no Grupo JBS. Primeiro, eu quero lhe dizer que as participações do BNDES na Petrobras, na Vale do Rio Doce e na Eletrobras correspondem a participações estratégicas do Estado brasileiro em empresas de natureza essencial para o desenvolvimento do País. A Petrobras é uma empresa fundamental para o desenvolvimento do País e era uma empresa em que a diluição no mercado havia avançado muito. No ano de 2010, foi feita uma grande operação de capitalização da Petrobras. O BNDES já era um sócio importante da Petrobras antes, mas o BNDES participou ativamente da operação de capitalização da Petrobras. Esse fato ajudou a ampliar a presença pública tanto do Tesouro Nacional, representando a União, quanto do Estado brasileiro, através do BNDES – nesse caso, uma operação feita através do próprio BNDES. Então, ele tem uma participação relevante, importante na Petrobras. Eu tenho certeza de que essa participação será recompensadora a longo prazo para o nosso banco.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – E no JBS tem participação ou não?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. Eu vou chegar lá.

Quero dizer também, Senador, que, em relação à companhia Vale do Rio Doce, também. É uma participação pequena, mas relevante, que permite um assento do BNDES no conselho de administração da empresa, acompanhando os negócios das maiores mineradoras, assim como também temos participação na Eletrobras.

Em relação à JBS e a outras companhias, eu queria esclarecer que, de fato, nós temos uma participação de 24% – vinte e quatro e poucos por cento. Isto é importante de se entender: no caso do JBS, ela é uma operação de banco de investimento, é uma operação de BNDESPAR. A BNDESPAR é uma subsidiária do BNDES que tem como objetivo realizar operações de mercado de capitais. Quando, há muitos anos, foi criada a BNDESPAR, como resultado de fundos de investimentos criados em 1976, ainda no governo Geisel, que, depois, foram aglutinados sob a BNDESPAR, foram sendo acumuladas participações acionárias em muitas empresas. Eu, quando cheguei ao banco, percebi que essas participações, que somavam mais de 80 bilhões – ainda são participações importantes –, estavam, em muitos casos, congeladas há muitos e muitos anos. Com exceção das participações estratégicas, Vale do Rio Doce, Petrobras etc, que são participações em que o BNDES representa o Estado brasileiro, não havia razão para que essa carteira ficasse uma carteira... Não que ela fosse inteiramente congelada, mas qual foi a nossa política? Buscar reciclar essa carteira, vender com lucro ações que haviam se valorizado para gerar recursos para investir em novas empresas, em condições de mercado, com taxas de mercado.

Portanto, aqui, Senador, há um erro flagrante no editorial do *Financial Times*, porque nenhuma participação acionária da BNDESPAR – e eu tenho dito isso aqui, já disse nesta Comissão, mas acho que há uma falta de entendimento porque isso é repetido – se deu com um centavo de subsídio público, porque não é dinheiro que veio do Tesouro Nacional. Foi dinheiro do giro da carteira da BNDESPAR aplicado no mercado e com objetivo de realizar lucro. Embora a BNDESPAR represente cerca de 20% do ativo total do banco, ela tem respondido por cerca de 40% do lucro do banco. Ela é uma fonte geradora de lucro para o banco.

Nos últimos sete anos, a BNDESPAR gerou algo como 19 a 20 bilhões de caixa próprio, a partir do giro das suas operações. Esses recursos são reinvestidos em novas empresas, com uma diferença em relação à banca privada ou aos *private equity*, os fundos de investimento privados, que é o fato de que o BNDES não tem tempo para vender. Em geral, esses fundos têm dois, três anos, e aí eles são obrigados a liquidar as posições porque captaram recursos e precisam entregar o retorno e liquidar o fundo.

Nós podemos ter uma atitude um pouco mais de longo prazo: olhar e fomentar empresas, desenvolver empresas, realizar o lucro e sair delas, está certo? E esta tem sido a estratégia: entrar, realizar e sair. Entrar, realizar e sair em condições de mercado.

O BNDES já teve mais de 30%, está com 24% de participação. E a participação do BNDES junto ao Grupo JBS é quase que exclusivamente participação acionária. Se o senhor olhar o balanço, que é público, do Grupo JBS, ele vai mostrar que o volume de crédito é muito pequeno mesmo. É uma empresa aberta e esse é um investimento rentável que a BNDESPAR fez, que contribuiu para os lucros/resultados e contribuirá para gerar recursos para novos investimentos em novas empresas.

V. Exª mencionou a questão da concentração no setor. Eu queria lembrar que o setor proteína animal é um setor muito desconcentrado. Mesmo com grupos maiores como o JBS, Marfrig, Minerva, que não são exemplos de empresas abertas, a presença de pequenos e médios produtores é muito relevante. O Brasil ainda tem uma estrutura muito desconcentrada com uma dinâmica bastante própria do setor de proteínas. Eu acho que os Senadores que conhecem o agronegócio sabem que essa é uma dinâmica bastante própria do setor de proteínas – não vou entrar aqui –, mas não podem nos ser atribuídas, às vezes, tendências de concentração de

formalização. Às vezes, ocorreram ciclos de sobreinvestimento no setor e ficou um excesso enorme de capacidade que precisou ser enxugado, que não teve a ver com a nossa política, mas, muitas vezes, nos é atribuído. Então, isso demanda uma discussão em maior profundidade que eu tenho todo o prazer em fazer em outro momento. Isso é o que eu posso lhe dizer em relação...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Do Grupo X, Dr. Coutinho, do Eike Batista, houve perdas?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não. Não houve perdas. Isto eu gostaria de esclarecer: que o BNDES não teve nenhum centavo de perda nas suas operações de crédito com o Grupo X. Por quê?Porque o BNDES não investiu, não deu crédito à empresa que foi a origem de todo o problema no Grupo EBX, que foi a OGX, empresa de petróleo. Foi a OGX, empresa de petróleo – esse é um fato público –, em larga medida, financiada no mercado de capitais no Brasil e na emissão de bônus no exterior, em grande escala. Houve uma expectativa de que essa empresa apresentaria um desempenho extraordinário e o mercado, motivado por essas expectativas, apostou fortemente na empresa. Infelizmente, depois, frustrou-se a curva de produção, os resultados se frustraram e ocorreu uma derrocada do valor das ações. Porém, como nós não havíamos feito investimento ou crédito, nós não fomos afetados. Mas isso trouxe o grupo para uma situação de grave dificuldade.

Essas dificuldades do grupo, em certo momento, foram, de fato, muito preocupantes para o sistema como um todo. Porém, graças ao fato de que o grupo tinha iniciado projetos de qualidade em energia, em mineração, em logística portuária, esses projetos do Grupo EBX, as diversas empresas do grupo permitiram que esses ativos fossem vendidos a outros grupos. Então, na verdade, o empresário Eike Batista permaneceu como um sócio minoritário em algumas dessas empresas e, em outras, ele vendeu. São todas operações públicas, mas não vou entrar em detalhes em cada uma delas aqui, senão isso tomaria muito tempo.

Mas o fato é o seguinte: no momento em que esses ativos foram comprados por novos grupos empreendedores, felizmente comprados por grupos de empreendedores muito sólidos, o crédito, que era do BNDES e de outros bancos privados, foi transferido de uma empresa, antes, do Grupo X para uma outra empresa de outro grupo com sólida estrutura financeira. De maneira que os projetos continuaram sendo desenvolvidos e o risco não foi disseminado, com exceção do de uma das empresas – de fato, tanto a OGX quanto uma outra empresa, não vou entrar também no detalhe, mas poderei posteriormente, se V. Exª tiver atenção, lhe mandar algum relato sobre isso –, que entrou em recuperação judicial. Então, houve dois casos, mas, na nossa situação, graças às garantias de que o BNDES dispunha, não houve nenhuma perda. Eu queria deixar muito claro esse ponto em relação ao Grupo X.

Não sei se estou demorando muito, desculpe-me, mas o nosso Presidente pede para que eu seja mais sucinto na resposta, mas é que algumas das respostas servem também para outras perguntas já feitas.

Quanto o BNDES tem de créditos acumulados do FAT? Tem 195 bi. Quanto o BNDES tem de créditos acumulados junto ao Tesouro Nacional? Quatrocentos e sessenta e seis vírgula tantos bi – o Senador Alvaro Dias deu a mesma informação agora há pouco –, quatrocentos e setenta, para arredondar.

Passo, então, Senador, para as questões do Senador Alvaro Dias em relação a esse ponto. Primeiro, Senador, em relação ao Grupo X, eu acabei de responder à questão.

Em relação ao BNDESPAR e à participação do BNDESPAR em empresas, V. Exª perguntou, além da JBS, Fibria, Marfrig e outras empresas, é a mesma resposta. O BNDESPAR, aliás, os lucros acumulados pelo BNDESPAR nos últimos sete, oito anos, eu também vou dar uma informação de memória, pode não ser precisa, mas são da ordem de R$23 bi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Fora do microfone.) – Nos últimos sete anos?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nos últimos sete ou oito anos. Talvez sete anos. Eu peço para a assessoria checar. Mas é de R$23 bi de lucro. É uma geradora de lucro. Ela gira a sua carteira e investe.

E, Senador, essas outras empresas se juntam a outras empresas das quais a BNDESPAR é sócia. A BNDESPAR é sócia dessas grandes empresas de capital aberto que lhe têm dado belos resultados. E eu queria também dizer que ela é sócia de muitas pequenas empresas, cerca de 200 pequenas empresas inovadoras, através do fundo de capital semente e dos fundos de *venture capital*, porque nós estamos investindo nas incubadoras brasileiras, estamos estimulando o empreendedorismo de jovens e estamos oferecendo participação através desses fundos. É a participação indireta, gerida por gestores privados, mas é também importante lembrar que nós estamos trabalhando nas pequenas empresas inovadoras.

Em relação, Senador, à questão do custo-benefício dos empréstimos do BNDES, que foi também uma pergunta feita pelo Senador Ferraço, é verdade, há uma diferença entre o custo do *funding* do Tesouro, que é dado pela Selic ou pelo custo médio de emissão de títulos do Tesouro, melhor dizendo, e a TJLP.

Eu devo lembrar, porém, que nós estamos num momento em que essa é uma diferença mais alta. Já foi mais alta no passado, mas eu tenho absoluta convicção, Senadores, de que ultrapassado o processo de ajus-

te que estamos realizando para recuperar a solidez das finanças e corrigir preços defasados no sistema, será um ano mais sacrificado, mas que abrirá caminho para a recuperação do crescimento da economia. E abrirá caminho, uma vez ultrapassado, porque tanto a política fiscal quanto a política monetária têm sido políticas rigorosas, e precisam ser, mas em algum momento no futuro...

E eu sempre tomo muito cuidado para deixar claro que não estou fazendo nenhum vaticínio sobre quando nem em que momento, mas num ponto futuro, que eu espero não seja tão longínquo, em que a inflação esteja sob controle, e é meta do nosso Banco Central, e ela puder sinalizar uma trajetória de queda, será óbvio que a taxa de juros vai cair. No futuro. E, ao cair, a diferença entre a Selic e a TJLP vai voltar a se achatar, como já esteve muito pequena.

E eu creio que um dos grandes objetivos do processo de desenvolvimento do País é chegar a essa convergência em que a taxa de juros de curto prazo do País possa ser igual ou menor do que a taxa de juros de longo prazo, que é o padrão em qualquer economia do mundo. Eu não sei quantos anos esse processo pode durar, mas não será pela eternidade.

Quando são feitos, às vezes, cálculos de projeção, é um volume de bilhões e bilhões, nós temos que ter em conta que esses cálculos estão congelando um diferencial de custo que não vai durar para sempre. Esse é um ponto relevante que eu queria para qualificar.

Outra qualificação.

Nós mostramos – eu não vou repetir aqui – que quando o BNDES adiciona mais investimento... E aqui me permita um pouco divergir do seguinte: a taxa de investimento no Brasil estava em torno de 16% do PIB até 2004 ou 2005, a média. Nós conseguimos subir essa taxa de 16, 16,5 para 20, adicionando mais 3,5 a 4 pontos de percentagem ao ano de investimento.

E, em larga medida, essa subida da taxa de investimento foi acompanhada por uma expansão do suporte do BNDES à formação de capital. E quero lembrar também, corrigindo por valores monetários, porque não faz sentido colocar só os valores a preços históricos, que o pico foi em 2010. De lá para cá, fica claro, na curva que já foi mostrada, que há uma correlação entre o esforço feito pelo BNDES... O que eu quero dizer é o seguinte: é contraintuitivo acreditar que esse ciclo de investimento que subiu a taxa de investimento do País teria acontecido sem que o BNDES, que é a única fonte de financiamento de longo prazo, tivesse deixado de suportar. Então, eu tenho a inteira convicção de que os empréstimos ao BNDES se converteram em investimentos e em formação de capital.

Nós sabemos, é intuitivo também, que quando o empresário investe, ele compra insumos, contrata mão de obra, começa a pagar imposto imediatamente. O investimento infelizmente no Brasil, e esse é um dos temas de reforma tributária, não é totalmente desonerado. Investimento gera imposto; mais do que isso, quando o investimento gera um ativo novo, uma fábrica nova, esse ativo novo vai funcionar durante muitos anos, ele vai gerar um fluxo adicional de riqueza, de renda e de base de tributação.

Então, nós não podemos olhar apenas o diferencial de custo sem olhar o lado dos benefícios – eu tenho insistido que é possível – sob determinadas hipóteses. É uma discussão técnica para economista: qual é o multiplicador do investimento, qual foi a adicionalidade do BNDES. É claro que se eu tenho um multiplicador muito baixinho, uma adicionalidade muito baixinha, dá um resultado; se eu tenho uma coisa intermediária, essa é uma discussão. Mas a nossa convicção técnica é de que o BNDES, olhando pelo lado dos benefícios, mitiga, os números são substancialmente mitigados. Tenho certeza de que no futuro, à medida em que a convergência de taxas venha, esse processo deixará de ser um problema. Portanto, temos que trabalhar para restabelecer condições macroeconômicas que permitam de novo a convergência entre as taxas de juros no País.

Portanto, aqui eu respondo um pouco também ao Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas na avaliação de V. Sª, então, nada deu errado? Deu tudo certo?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Em que sentido, Senador? Nós estamos falando de quê?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Da orientação geral desse volume de subsídios, na avaliação de V. Sª.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, eu posso dizer aqui aquilo que a Presidenta Dilma disse num certo momento. Pode ter ocorrido algum erro de calibragem, mas não da estratégia. Eu acho que a estratégia de subir a taxa de investimento foi uma estratégia... Considerando a crise internacional, considerando que afetou o mundo inteiro, foi uma estratégia adequada. Mas eu queria voltar ao Senador Alvaro Dias. Eu acho que cobri todos os pontos, com exceção, Senador Alvaro Dias, da questão do comércio exterior e das operações externas.

Primeiramente, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de dizer a V. Exª que o Luciano Coutinho de 1994 e o Luciano Coutinho de 2014 pensam da mesma forma. Eu posso dizer com orgulho: não esqueçam o que eu escrevi ou falei. Posso dizer com orgulho: penso da mesma forma.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – É o que eu desejo, que seja exatamente aquele Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu agradeço, Senador, por encontrar, minerar essas palavras. Depois até quero saber onde é que eu falei, onde foi que eu falei isso. Eu continuo sendo a mesma pessoa.

Quero dizer-lhe o seguinte: a questão das operações internacionais. O que o BNDES disponibiliza? E outra vez essas operações são...

E aqui há uma corrigenda: o BNDES publica o total por país, a lista de projetos e o total por exportador. Não está dentro aí... não há nenhuma operação secreta que não esteja dentro do total ou esteja fora da lista. O que não é disponibilizado? É o detalhamento individualizado de cada operação. É disso que nós estamos tratando. Mas nós não estamos omitindo da lista o total de empréstimos a Cuba, projetos, e o total dado por exportador. Isso é disponibilizado.

Eu queria mostrar de novo aquela transparência, a que tem comparação com as agências de exportação do mundo inteiro, os bancos de exportação. Acho que é o eslaide sete.

Aqui a gente mostra o seguinte – é aquela ali embaixo –, estatística detalhada *on-line:* valor por exportador e valor por país. Apenas o US Exim e o BNDES fornecem isso. A agência inglesa não fornece; nenhuma outra fornece. Nós estamos fornecendo esse grau de detalhamento.

Eu queria também, Senador, dizer – e aqui eu queria lhe prestar uma informação importante – o seguinte: o Ministro Armando Monteiro, ilustre Senador desta Casa, me facultou informar a estas duas Comissões a disposição do MDIC sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) – Portaria MDIC nº 186, de 13 de julho de 2012. Encontra-se atualmente em andamento estudos com vistas a reavaliação *ex officio* – Decreto nº 724, de 16 de maio de 2012; há outros – dos documentos classificados como sigilosos no âmbito deste Ministério, mais especificamente àqueles que tratam de operações de financiamentos à exportação, bens de serviços brasileiros, para Cuba e Angola, no âmbito dos programas PROEX ou BNDES Exim.

Eu não vou ler toda a comunicação, mas ele diz, obviamente, que isso não nos exime de observar o sigilo comercial, o sigilo bancário. Então, o que eu faria de sugestão? Nós estamos vendo, ali, como as agências internacionais de exportação se comportam. Eu entendo que o uso de recursos públicos nos impõe um dever de transparência maior. Sugiro, entretanto, que a revelação dessas informações tem complexidades.

Deixe-me explicar as razões por isso. Operações, por exemplo, de exportação de equipamentos são operações muito relevantes. O Brasil é um exportador relevante de tubos geradores, de aeronaves, de materiais elétricos, de vários tipos de bem de capital para material ferroviário, locomotivas etc. Essas exportações em geral de equipamentos e bens têm uma base de financiamento padronizada. Portanto, não é através do financiamento que se dá a capacidade do exportador competir, mas sim através da sua estratégia de preço. Então, revelar de maneira detalhada informações que possam expor a estratégia comercial dos nossos exportadores, podendo inclusive ter implicações de natureza comercial, é algo que requer cautela. Está certo? Estou explicando aqui muito objetivamente. Da mesma forma, o mercado de engenharia de serviços é um mercado muito disputado.

O que eu sugeriria, Senador Delcídio, Senador Garibaldi, Senador Delcídio, porque na verdade é a CAE, talvez fosse uma proposta de que nós fizéssemos uma discussão técnica, estritamente técnica, para olhar como as agências de exportação no mundo classificam e disponibilizam essas informações, quais são as implicações. E essa discussão poderia ser feita, por exemplo, por uma comissão mista da CAE e da Comissão de Relações Exteriores. Eu acredito que há uma disposição do Ministro de revisar esse tema, mas, dada a complexidade desse processo, parece-me que é sensato, é recomendável que façamos uma discussão técnica e que as duas Comissões do Senado possam ter um diálogo técnico com a nossa equipe, de forma a que nós mesmos possamos sugerir ou nos adequar, da forma mais segura para o comércio exterior brasileiro. Essa é a proposta que eu faria a V. Exª em resposta às suas observações.

Eu queria ainda... Não sei, mas acho que esgotei, Senador, os seus pontos, e creio, Senador Ferraço, a quem agradeço o elogio à estrutura técnica do BNDES, que a questão do subsídio *versus* o lucro do BNDES não são categorias diretamente comparáveis. O lucro do banco é o lucro do banco, não inclui o custo dos subsídios, do *funding*.

A sua questão a respeito do projeto do Porto de Mariel eu incluiria nessa mesma resposta, porque trata-se de uma informação individualizada, nós teríamos que discutir tecnicamente a melhor forma de fazer isso.

E, em relação ao contrato que V. Exª leu a respeito de Belo Monte, eu não tive oportunidade de ler essa matéria, mas o que eu posso lhe dizer é o seguinte: *prima facie*, quando a empresa, num grande projeto complexo, justifica e apresenta ao banco, por razões consistentes, que o seu cronograma de marcos físicos – porque existem marcos físicos que regulam os marcos financeiros – não pôde ser cumprido, e pede uma reestruturação, desde que peça isso antes do prazo, isso é possível.

Não é uma irregularidade. É irregular quando a empresa não apresenta nenhuma justificativa, não cumpre o prazo e incorre na multa. Mas é perfeitamente natural que, em projetos grandes, possa ocorrer reprogramação, porque muitas vezes o ritmo da obra, especialmente no Norte, e está aqui o ex-Governador e Senador Omar Aziz, que sabe isso mais do que... A janela de obra na Região Norte é muito curtinha no período que não chove. No segundo semestre, são quatro ou cinco meses, não sei se estou certo... É isso, não é, Senador? (*Pausa.*)

Então, você pode ter várias causas. Não sei se foi essa, mas isso é um fato normal. Não conheço o caso específico, mas tenho absoluta certeza de que esse é um caso que não tem nenhuma irregularidade e será elucidado, mas já que V. Exª perguntou, estou dando uma resposta com a devida cautela. Creio que já esclareci.

Agradeço à Senadora Vanessa. Quero dizer à Senadora Vanessa, que não está aqui, mas quero dizer que temos grande interesse em aperfeiçoar a política ambiental do BNDES. O BNDES é uma das instituições mais comprometidas com a sustentabilidade ambiental, tanto que tem o Fundo Amazônia, uma preocupação com a sustentabilidade da agricultura brasileira, com o programa de agricultura de baixo carbono, e uma preocupação com a sustentabilidade das cidades.

É necessária uma ênfase muito grande, nesse momento, no planejamento de longo prazo do sistema hídrico brasileiro, da eficiência no uso da energia. Também subscrevo que temos o compromisso de manter a nossa prioridade em pequenas empresas e no desenvolvimento regional.

Senador Lindbergh, agradeço também a sua manifestação em relação a minha pessoa. Quero dizer que efetivamente o período de ajuste macroeconômico é muito desafiador. É preciso, de fato, fazê-lo da forma mais eficiente possível, para viabilizar a retomada do crescimento da economia e dos investimentos. Creio que essa é uma compreensão da equipe econômica, tanto do Ministro Joaquim Levy quanto do Ministro Nelson Barbosa, sob orientação da nossa Presidente. Eles compreendem a necessidade de que esse processo de ajuste macroeconômico seja sucedido por um processo de relançamento do crescimento da economia, inclusive porque, sem a retomada do crescimento, a própria sustentação do ajuste fiscal fica muito dificultada. Essa é uma preocupação pertinente.

É relevante, porém, que nesse ciclo possamos estimular o mercado de capitais, para que, em um contexto de convergência de taxas, possamos ter um maior compartilhamento do financiamento de longo prazo entre o BNDES e o Mercado de Capitais.

São essas as questões, então, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Presidente Luciano Coutinho.

Os próximos cinco Senadores a indagarem o Presidente do BNDES são: primeiro, Senadora Marta Suplicy; segundo, Senador Eduardo Amorim; terceiro, Senador Omar Aziz; quarto, Senador Reguffe; e, quinto, Senador Fernando Bezerra.

Portanto, com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde, Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Quero compartilhar os elogios aqui feitos pelos meus colegas a V. Sª e dizer também do meu respeito pela sua brilhante carreira na vida pública e pela importância do BNDES.

V. Exª explicou para vários Parlamentares que me antecederam sobre a questão da distribuição dos recursos do BNDES, e colocou, com muita clareza, que parte dos recursos são para estratégia, tipo Vale, Petrobras e tal, e a outra para o BNDESPAR, que ficou muito bem esclarecido o porquê de haver sido criado e o porquê de essas empresas serem aquinhoadas. Então, pergunto: o recurso que é gerado pelo lucro dessas empresas é investido de novo no BNDESPAR ou ele é trazido para investimento em outras empresas ou para o Fundo de Investimento do BNDES?

Outra questão: eu gostaria de saber qual a proporção dos recursos do BNDES que são investidos na estratégia e no BNDESPAR em relação às pequenas e médias? Por não saber a proporção que faço a pergunta. E qual o critério e por que dessa decisão de um jeito ou de outro?

Essa é a primeira pergunta.

A outra, já foi perguntada muitas vezes aqui. Refiro-me à transparência. Então, é uma preocupação que todos os Senadores tiveram e eu vou continuar um pouco ainda nessa linha de tentar entender.

V. Exª explicou muito bem que parte é vedado, parte vai prejudicar o que estão ali, mas também tem algo que é verdadeiro: é um vulto enorme de recurso, de dinheiro público que nós não sabemos... e não temos como avaliar. Está no Supremo. Nós vamos ter uma decisão do Supremo que nos vai dar alguma compreensão ou não. Mas nós não sabemos bem quais são os critérios que levam a dar esses recursos para empresas internacionais ou empreendimentos internacionais, o porquê, e se não é mesmo possível ter um pouco mais de transparência. Porque nos ativos V. Exª mostrou os gráficos, ficou muito claro o esforço e tal, mas nessa outra questão nós

sabemos menos ainda, inclusive sabemos tão pouco que há até um orçamento que se chama paralelo – dizem brincando –, para explicar as operações entre o Tesouro e o BNDES, que é outra questão.

Também gostaria de saber, porque aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, perguntamos muito sobre a questão do prisma econômico. Mas um enfoque que tem sido minimizado e tem uma dimensão, que eu acho muito importante também no BNDES, é a responsabilidade do BNDES na proteção e promoção de direitos fundamentais das pessoas, no fortalecimento de políticas públicas orientadas a tornar o Brasil uma democracia mais justa, igualitária, ambientalmente sustentável. Sobre esse aspecto eu gostaria de indagar a respeito dos mecanismos de controle e consultas às populações afetadas em projetos financiados pelo BNDES e se houve uma reformulação também na Ouvidoria do BNDES à luz de parâmetros internacionais?

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, procurarei ser breve, como sempre tenho feito em meus questionamentos. Farei apenas duas perguntas.

Devido a inúmeras Comissões que a gente frequenta no dia-a-dia, perdoe-me se alguma coisa for repetida. Mas, infelizmente, não deu para participar deste o início porque terça e quarta-feira temos muito trabalho nas Comissões.

Presidente Coutinho, em 25 de março de 2014, V. Exª participou de uma audiência pública nesta Comissão para, entre outros assuntos, debater os financiamentos do BNDES em projetos de infraestrutura no exterior. Naquela ocasião, V. Exª argumentou que os financiamentos são mecanismos de incentivo à exportação de bens e serviços de engenharia de alto valor agregado, é verdade. Ao assim proceder, o Brasil agiria como vários outros países que também se utilizam de bancos públicos para financiar empresas nacionais no mercado externo. Como exemplo dessa política, o senhor mencionou a Alemanha, a China, os Estados Unidos, a França, a Índia, o Japão e o Reino Unido.

No entanto, dos sete países listados, nenhum tem suas exportações concentradas em *commodities* como o nosso País, como o Brasil. Além do mais, entre os países citados, apenas dois são subdesenvolvidos, como a China e a Índia, ambos com taxas de poupança doméstica muito superiores à brasileira, o que lhes permite financiar operação de crédito ao exterior sem que isso pressione os juros internos. O preço do crédito, aliás, que está muito escasso e muito caro para o cidadão brasileiro, especialmente para o empresário brasileiro, levando mais ainda ao sacrifício não só do empresariado, mas do povo brasileiro, diante de tudo isso, Sr. Presidente, o BNDES continuará a manter essa política de financiamento de obras de infraestrutura no exterior em detrimento a financiamento de obras no nosso País? Essa é a minha primeira pergunta, Sr. Presidente.

E a segunda pergunta que faço é: como o senhor explica que, em março de 2014, já em um contexto de deterioração econômica, tudo já sinalizava para a crise que hoje vivemos, crise fiscal e econômica que hoje enfrentamos, a qual o povo brasileiro está pagando a um alto custo, o BNDES tenha renegociado créditos concedidos pelo Tesouro no valor de R$194 bilhões, obtendo carência de seis anos para pagamento dos juros e adiamento para 2040 do início do pagamento principal, e fixação do teto de 6% ao ano para juros incidentes sobre o montante refinanciado? Assim é muito bom!

São apenas essas duas perguntas, Sr. Presidente, sendo objetivo e bem econômico no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves; Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira; Dr. Luciano Coutinho, do ponto de vista pessoal, tenho o maior apreço por V. Exª. Na época que nós tivemos que trabalhar juntos, trabalhamos. Tecnicamente, eu não tenho nada a dizer, e aquilo que foi colocado sobre a sua pessoa eu assino embaixo. Mas, do ponto de vista administrativo e da política do BNDES, eu queria fazer alguns questionamentos, porém, não precisa me responder agora, porque eu tenho uma reunião, vou ter que sair daqui a pouco. O senhor pode depois mandar a sua assessoria me enviar as respostas, até porque há algumas que V. Exª não saberá me dizer agora.

Veja bem, o destino dos desembolsos do BNDES do ano de 2009 a 2012 no Brasil foi da ordem de trezentos e oitenta e poucos bilhões de reais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Social não funciona assim no Brasil. Nada contra o Estado de São Paulo, nada contra os Estados que têm uma capacidade maior, mas tudo a favor daqueles Estados que mais precisam do recurso subsidiado do Governo Federal.

O Estado de São Paulo recebeu, entre 2009 a 2012, R$81 bilhões. Entretanto, o Amapá recebeu trezentos e setenta e quatro, no mesmo período. Como você vai desenvolver um Estado como o Amapá, como o Acre,

como o Amazonas, como o Pará e alguns Estados do Nordeste, se eles não têm o tratamento social? Porque o banco é social. O banco não está ali para ganhar dinheiro. Esse banco não foi feito para ganhar dinheiro, para ganhar dinheiro em cima de juros, até porque é subsidiado. Esse é o questionamento.

Eu queria saber qual foi o desembolso de 2012 a 2014. Eu queria que o senhor mandasse para mim qual foi o valor desse desembolso pelos Estados brasileiros. De todos os Estados, qual foi o desembolso.

O segundo questionamento. Eu me lembro que o Presidente Lula foi muito zeloso, zeloso, quando chamou os governadores que iam fazer a Copa, Senador Fernando Bezerra. Para dar transparência ao governo dele, ele foi zeloso demais. Ele mandou chamar Ministério Público Federal, Ministérios Públicos estaduais, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas dos Estados e mais a Controladoria-Geral da União para fiscalizar os empréstimos que o BNDES iria dar para os Estados construírem as arenas. Foi isso, Presidente Luciano?

Eu queria saber se o Presidente Lula teve o mesmo zelo quando mandou dinheiro para fora deste País, dinheiro nosso para fora, para outros países? Ele teve o zelo de nos fiscalizar. Acho legal fiscalizar os governos estaduais. Acho muito bom. Mas queria saber se o Presidente Lula teve o mesmo zelo ao mandar dinheiro para Cuba, para o Peru, para não sei onde mais, recursos subsidiados nossos. Qual a fiscalização que foi feita com esses recursos nossos?

Até porque, e me lembro bem, Sr. Presidente, e o senhor não é culpado, que passei um ano bancando as obras da Copa, porque o Ministério Público Federal não se entendia com o Ministério Público estadual. A CGU, que só age depois de o Jornal Nacional denunciar, porque não age antes... Vocês já repararam que a CGU só aparece no Jornal Nacional depois que é denunciada? Então, sempre está correndo atrás. Nunca se antecipa absolutamente a nada. É um órgão de fachada que não corre atrás.

Então, queria saber se o mesmo tratamento que foi dado aos Estados brasileiros é dado aos países que levam nossos recursos.

O terceiro questionamento, Presidente Luciano.

Recordo-me bem de que, para fazer a cobertura da Arena da Amazônia... E quando falo, estou falando por experiência própria. Depois, não vai dizer: "Ah, o cara está... porque foi..." Não! Estou falando da experiência que tive, e a gente só pode falar aqui da experiência que temos. Lembro-me bem de que para construir a cobertura da Arena da Amazônia, para que eu fizesse a cobertura, em Portugal, custava cento e poucos milhões. O BNDES não financiava esses recursos. Tivemos que correr atrás de financiamento ou de recursos próprios do Estado para concluir a Arena, por quê? Porque, se houver similar feito no País, é obrigado a fazer similar, mesmo que seja mais caro e que o tempo de entrega não seja o suficiente.

Pergunto: para os recursos que saíram do País para outros países, também foi obrigado fazer os equipamentos neste País? Fizemos aqui toda a metalúrgica do porto de Cuba para gerar emprego no Brasil? Todo recurso que sai do nosso País do BNDES também exige essa cláusula? O Conselho se reuniu à época e não aceitou mudar uma regra do banco, do BNDES.

Esses três questionamentos, Presidente, não são do ponto de vista... Veja que não é nada pessoal. É do ponto de vista de funcionamento do BNDES, até tem algumas coisas com que, como Presidente, o senhor pode até não concordar, mas é obrigado a tratar.

Então, são esses três questionamentos que faço.

Tenho já um grupo de pessoas do meu Estado que está me aguardando, porque tem uma votação daqui a pouco no Senado que interessa a esses companheiros. O senhor não precisa me responder. Pode me mandar por escrito. Eu me darei por satisfeito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Reguffe, Antônio Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, tenho alguns questionamentos ao Presidente do BNDES.

O primeiro diz respeito à transparência.

Há, hoje, na sociedade brasileira, muitas dúvidas sobre o BNDES e suas operações. A minha pergunta é, como um banco público que o BNDES é, por que não abrir todas essas operações para que a sociedade brasileira possa ver o que o BNDES fez e o que o BNDES não fez? Inclusive, nesta Casa, há um pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, e eu assinei, fiz questão de assinar, porque considero que tudo tem de vir às claras na questão do BNDES. Qual o problema de se colocar no *site* do BNDES o detalhamento de todas essas operações?

Vi a fala de V. Srª, agora há pouco, respondendo a outro Parlamentar falando sobre a questão do sigilo com relação às empresas. Ora, o banco público... A empresa não é obrigada a ir ao BNDES. Agora, se ela vai a um banco público, se aquele é um dinheiro público, aquilo tem que vir às claras de toda sociedade. Isso de-

veria estar detalhado no *site* do banco, item por item, com todo detalhamento. Ninguém é obrigado a ir a um banco público. Agora, indo, na minha concepção, isso deveria estar detalhado, até porque é dinheiro do contribuinte. Considero que o BNDES daria um grande exemplo para o País detalhando isso no seu *site* na internet.

O segundo ponto que eu queria levantar diz respeito às operações do banco no seguinte sentido: o BNDES apoiou a Sete Brasil Investimentos para construção de sondas no valor de 10 bi. Uma operação sobre a qual tem também uma série de dúvidas. Mas vamos discutir apenas o fato de o BNDES dar 10 bi para uma determinada operação. Com 10 bi o BNDES poderia financiar cem mil pequenos empreendimentos de R$100 mil. Porque R$100 vezes R$100 dão 10 bi. Então, ao invés de dar 10 bi para uma única empresa, o BNDES poderia, com os mesmos 10 bi, financiar cem mil pequenos empreendimentos de R$100 mil. Com o projeto do trem bala, que chegou a 20 bi, poderiam ser 200 mil pequenos empreendimentos de R$100 mil.

A minha pergunta é: um banco que tem um S no nome não seria mais justo ou mais democrático que, ao invés de financiar grandes empreendimentos, financiasse milhares de pequenos empreendedores no Brasil que estão atrás de uma ajuda para montar o seu empreendimento? Isso não geraria emprego, não geraria renda de uma forma mais democrática?

O terceiro questionamento. O BNDES, segundo seu relatório gerencial, aportou R$188,5 bilhões, isso correspondendo a 100% dos recursos investidos nos empreendimentos, ou seja, sem nenhuma contrapartida do empresário, sem nenhum risco para o empresário. A minha pergunta é: o correto não seria o BNDES aplicar uma quantidade de recursos e o empresário ter que dar uma contrapartida?

O quarto questionamento já foi feito por alguns Parlamentares, mas eu volto a fazê-lo, até porque eu vejo que também é a opinião de vários Parlamentares aqui. Refiro-me aos recursos investidos pelo BNDES no exterior. Em um país que tanto carece de recursos e investimentos, esses recursos não seriam mais bem aplicados se fossem aplicados dentro do território brasileiro para gerar emprego aqui? Já foi colocado aqui n países em que o BNDES está aplicando recursos públicos do contribuinte brasileiro.

Por último, no momento em que se está falando de ajuste fiscal, a MP 663 faz um aporte de mais R$50 bilhões para o BNDES, indo a R$452 bilhões. A minha pergunta é: será que o BNDES não poderia também dar sua cota de sacrífico nesse momento de ajuste fiscal deste País?

Perguntas objetivas para V. Exª .

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, meu caro amigo, companheiro,;Professor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, primeiro eu queria cumprimentar o Prof. Luciano Coutinho pela objetiva e bela apresentação que aqui fez. À frente da principal instituição de desenvolvimento do País, ele demonstra que, ao longo desse período, o Banco trabalha com a taxa de inadimplência próxima de zero, inclusive com a performance superior a outros órgãos de desenvolvimento em outros países do mundo, com lucros estáveis e crescentes.

Eu acho que podemos deduzir desta apresentação que os questionamentos em relação à atuação do BNDES não estão em cima do êxito da administração do Prof. Luciano Coutinho, mas claramente em relação a políticas que podem ser aprimoradas ou que podem ser mudadas. Eu falo das políticas em relação à transparência, que, para mim ficou claro, são obrigações legais que levam o BNDES a tomar a posição que toma em relação à divulgação desses financiamentos, e também questionamentos sobre que setores e que agentes devem ser financiados ou não pelo nosso banco de desenvolvimento.

Quero aqui manifestar o meu apoio a esse programa de bancar e de estimular a exportação de máquinas e equipamentos e de serviços da indústria nacional para atender demandas na América Latina, na África, inclusive em países desenvolvidos.

É importante destacar, pelo que depreendi da apresentação, que apenas 4,5% da carteira do banco está comprometida com apoio à exportação. E o Brasil é um país fechado, mas o setor do comércio exterior, importação e exportação, representa mais de 15% do PIB nacional, e estamos tratando não de mandar dinheiro para fora, como aqui foi colocado de forma muito clara. É dinheiro para dentro. É para pagar o salário dos que fabricam máquinas, equipamentos, desenvolvem projetos, desenvolvem engenharia de ponta.

Em um país cujo problema é ter uma pauta de exportação baseada só em *commodities,* vendendo minério de ferro e grãos, na hora em que se faz uma tentativa de melhorar a relação de troca para exportarmos máquinas, equipamentos, serviços de engenharia, levanta-se meio mundo para poder estar aqui fazendo críticas ou restrições a uma política que deve ser mantida perseverada e ampliada. Essa é minha opinião.

Em segundo lugar, sou Senador de Pernambuco, e não poderia deixar de aqui sublinhar a importância do BNDES na tomada da reindustrialização do meu Estado. O BNDES financiou o polo petroquímico, financiou a indústria naval, financiou o polo automotivo e financiou a infraestrutura do Pernambuco de hoje no setor de

mobilidade, no setor de infraestrutura ferroviária, no setor de infraestrutura rodoviária. Para que meus companheiros nesta Comissão possam avaliar, a indústria pernambucana, antes dessas transformações, representava menos de 20% do PIB. As expectativas para o final desta década é que o PIB da indústria vá representar mais de 30% da economia do meu Estado. Portanto, não poderia deixar de aqui reconhecer o trabalho, o apoio que o Presidente Luciano Coutinho e toda equipe técnica do BNDES emprestaram, ao longo desses últimos oito anos, para que Pernambuco pudesse dar o salto que deu.

Tenho uma sugestão em relação ao cartão BNDES, que tem sido um sucesso absoluto. A gente viu que se a gente excluir das aplicações do BNDES o setor público e o setor de infraestrutura, as aplicações não estão concentradas em três, quatro empresas. Mais de 52% estão para grandes empresas brasileiras. São quase noventa e poucas empresas brasileiras assistidas pelo BNDES, e pouco além de 47% das pequenas e médias empresas brasileiras assistidas pelo cartão BNDES. A minha proposta, Presidente Luciano Coutinho, é que não se diminua o percentual de financiamento para a pequena empresa, através do cartão BNDES. Que eles continuem sendo assistidos com 70%, com 80%, porque estamos falando da padaria, da metalúrgica, da pequena oficina; estamos falando daqueles que querem investir, sobretudo, no interior do País. Tenho certeza de que se o banco decidir assim, no próximo ano, quando V. Srª voltar a esta Casa, a pequena empresa brasileira estará recebendo mais da metade dos recursos do BNDES.

Quero também fazer uma segunda sugestão. Amanhã, os Governadores do Nordeste estarão reunidos aqui para mobilizar a Bancada no sentido da votação do ajuste fiscal. Vamos ajudar, sim, o Governo a superar o desequilíbrio das suas contas. Não vai ser do jeito que o Governo quer. Muita coisa vai ser alterada, mas tem uma coisa que precisa ser alterada imediatamente: que voltem os investimentos do Proinveste. O BNDES tem que voltar a assistir os Estados brasileiros, sobretudo os Estados nordestinos, com financiamento para melhorar, qualificar e ampliar a sua infraestrutura. Sei que não é uma decisão exclusiva do BNDES, mas é importante que a sua voz se levante junto ao Ministro Joaquim Levy, para que a gente possa romper essa restrição e voltar a habilitar os Estados brasileiros, em particular os Estados do Nordeste, a terem acesso a recursos e financiamentos do BNDES.

Eu tenho mais duas perguntas.

Uma é em relação a se a sua presença no Conselho de Administração da Petrobras não gera algum conflito de interesse, já que o BNDES é um grande financiador da Petrobras. Eu queria uma posição de V. Exª em relação a essa questão.

A segunda é em relação a essa política dos campeões. V. Exª foi muito claro, muito objetivo, falou da participação da BNDESPAR, falando que não há recurso subsidiado do Tesouro nessas operações, mas a minha pergunta é a seguinte: a transparência já fala que a inadimplência é próxima a zero. O BNDES perdeu algum dinheiro com essa chamada política dos campeões? Os recursos do BNDES retornaram ao BNDES, estão adimplentes, estão pagando? O BNDES, ao financiar grandes grupos nacionais, perdeu ou ganhou dinheiro com essas operações?

Finalmente, a minha última indagação diz respeito ao esforço que eu acho que o BNDES ainda tem que fazer.

Foi bom ter saído de 8% para 13%, mas 13% representam metade da população do Nordeste. Nós precisamos, para acabar com os desequilíbrios regionais, ter uma presença muito mais ousada do nosso principal Banco de Desenvolvimento em relação às nossas necessidades de infraestrutura e desenvolvimento econômico. Que outros instrumentos o BNDES poderia apresentar a esta Comissão para que a presença do Banco no Nordeste fosse mais expressiva do que é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Com a palavra o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Obrigado pelas perguntas, Exmºs Srs. Senadores.

A Senadora Marta perguntou-me – queria saudá-la – sobre a questão dos critérios da BNDESPAR para investimento nas empresas. São critérios de mercado. A BNDESPAR está aberta a receber, no seu diálogo com o mercado, propostas de reestruturação. A missão é ajudar o desenvolvimento, levar as empresas para níveis de governança mais elevados, de preferência para o novo mercado, porque como nós somos investidores que buscam resultado e liquidez, nós queremos a melhor governança possível em todas as empresas.

Nós também apostamos em empresas que ainda são fechadas com o compromisso de abertura de capital, e, às vezes, empresas de porte médio. Eu vou dar um exemplo concreto.

Ano passado foi um ano muito difícil, muito volátil, a bolsa oscilou muito, em queda, houve apenas um único IPO, uma única oferta pública na Bovespa, realizada exatamente entre o primeiro e o segundo turnos da eleição, período extremamente volátil. Um IPO de uma empresa cujo faturamento gira em torno de 500

milhões – uma empresa média, grande, mas em expansão, apoiada pelo BNDES na sua expansão original e na sua abertura de capital. A demanda foi tão grande pelas ações dessa empresa, cujo nome vou citar, pois é fato público, Ouro Fino – empresa de produção de medicamentos para a saúde animal –, que nós pudemos, inclusive, vender parcela da nossa participação, já realizando um pedaço de lucros.

Então, nós buscamos, sim, uma política. Nós tivemos uma política, num certo momento, de olhar os setores mais competitivos da economia brasileira, que são os setores produtores de *commodities* naturalmente. E, nesses setores, a probabilidade de empresas com maior capacidade de internacionalização.

E a internacionalização de empresas traz enormes vantagens: obriga a empresa a participar de padrões mundiais de qualidade, de gestão, de integração nos mercados internacionais, conservando no Brasil os centros de decisão; conservando no Brasil a sua estrutura corporativa, o seu desenvolvimento técnico. Enfim, há muitas vantagens nesse processo.

Essa lista de empresas com esse tipo de potencial é limitada, e uma vez cumprida essa etapa – isso fez parte num certo período –, nós hoje temos um foco em promoção de empresas em que a inovação tecnológica é o eixo central de sua estratégia. Isso inclui tecnologia de informação; não só *software*, mas também iniciativas na área de semicondutores. Inclui todo o complexo industrial da saúde, inclui empresas na área de energia – inclusive vamos ingressar agora num ciclo importante de promoção da energia solar e da cadeia produtiva.

Então, nós temos essa prioridade, esse é o critério no momento de priorização da política, porque nós queremos, sim, a BNDESPAR ganhando dinheiro, mas ela tem linhas de prioridade. É claro que se em algum momento o mercado nos apresentar uma alternativa rentável, nós vamos examinar essa alternativa, mas nós temos uma política que dá preferência à inovação.

A Senadora também me perguntou sobre a questão dos direitos fundamentais. O BNDES está engajado, observa a legislação e observa inclusive, como cláusula de seus contratos, todas as obrigações relativas aos direitos humanos fundamentais: os direitos do trabalho, o respeito à igualdade de gênero, de raça, o respeito à criança e ao adolescente. E nós mantemos um diálogo permanente com os foros representativos da sociedade civil. Temos uma preocupação em manter o diálogo com as populações afetadas pelos grandes projetos. Então, essa é parte de uma política instalada, em processo de aperfeiçoamento na instituição.

Então, com relação à transparência, creio que ficou claro que nós temos um grande esforço. E eu apresentei aqui uma nova ferramenta, altamente facilitadora, para análise das nossas informações.

Senador Eduardo Amorim, agradeço-lhe pelas perguntas. Senador, o BNDES não financia *commodities*. O mercado dá conta da exportação de *commodities*. Não sei se essa foi uma pergunta, se a gente financia...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não, não foi. Eu citei apenas a commodity aqui como o Senador Fernando Bezerra: nós somos um país praticamente exportador de commodities e não de produtos com valor agregado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Ah, sim, perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Foi dentro do questionamento.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Obrigado. Perfeito. Obrigado pelo esclarecimento.

Não. Nós somos os principais financiadores da exportação de bens de capital, de equipamentos. Nós não financiamos a exportação de bens de consumo; nós financiamos a exportação de bens de capital, de equipamentos, máquinas de todas as categorias. Por quê? A exportação de bens de consumo, em geral, tem um ciclo de faturamento muito curto, e o mercado privado pode fazer isso.

A exportação de bens de capital requer contratos de prazo de 10 anos, 15 anos, 20 anos. Pense numa aeronave, por exemplo, pense em turbinas de grande valor, que requerem prazos de financiamento alongado; e só o BNDES, infelizmente, por enquanto, tem capacidade de oferecer crédito de longo prazo.

Essas operações, Senador, não são em detrimento das operações no Brasil. Não é porque nós financiamos um projeto no exterior que isso roubou, subtraiu capacidade de financiamento no Brasil.

Primeiro, porque o peso do financiamento pós-embarque... O financiamento pré-embarque é um financiamento no Brasil para produção do bem no Brasil. O financiamento pós-embarque, que é dado no exterior para o comprador, embora ele seja desembolsado em reais no Brasil, representou, em 2013, 1,6% do desembolso total de 13 e 1,4% do desembolso total de 14.

Como o Senador Fernando Bezerra, se eu somar o pré-embarque e o pós-embarque, nós temos um total em torno de 4 ou 4,5 sobre o peso total, sendo que o financiamento lá fora representa em torno de 1,5%. Então, ele não está sendo feito em detrimento. Mais ainda: como eu tinha explicado, esse é um financiamento exclusivamente para geração de empregos no Brasil. Ele é a contratação de bens e serviços no Brasil para exportação. Tanto que ele é desembolsado em reais no Brasil, e o BNDES, diferentemente da maioria das outras agências de exportação, não financia gastos locais.

Esse é até um tema que, eu acho, no futuro, a Comissão de Relações Exteriores deveria estudar, porque, com o tempo, nós podemos competitividade por não financiar parcela de gastos no exterior. Mas eu não estou propondo isso; estou dizendo aqui que nós não... Só financiamos gastos locais e com conteúdo nacional. essa foi uma pergunta do Senador Omar Aziz. As mesmas exigências de conteúdo nacional são uma regra do BNDES porque recebeu dinheiro do FAT e do Tesouro Nacional. Financiamento à importação pode ser feito por qualquer banco. O financiamento é feito pelas agências estrangeiras que financiam seus exportadores.

Eu não preciso financiar a importação desse equipamento porque ele já é financiado pelo banco exportador dos países. Então, nós financiamos equipamentos produzidos no Brasil com níveis de conteúdo local sensatos, porque nós temos que ter políticas progressivas, políticas inteligentes de defesa da produção no País.

Então, Senador, foram esses os dois pontos. O Senador me fez uma pergunta...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não; falta uma pergunta.

O SR. LUCIANO COUTINHO – ...sobre a renegociação com o Tesouro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Efetivamente, Senador, nós renegociamos com o Tesouro duas coisas: primeiro, algumas obrigações do BNDES que haviam sido contratadas parte nos anos 1990, início dos anos 2000, dadas as taxas de juros prevalecentes à época; eram taxas de juros muito descasadas, muito mais altas e descasadas. Segundo, nós também renegociamos o perfil de determinadas amortizações para ter um perfil que propiciasse, um perfil que permitisse ao BNDES ter maior capacidade de emprestar novamente, ao longo dos próximos anos.

Eu mostrei, em uma das figuras, que o retorno líquido do BNDES é relevante e isso ajuda o banco a manter, no futuro, sem demandar recursos do Tesouro, uma capacidade própria de empréstimo mais elevada. Essa foi a motivação dessas renegociações.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Num valor expressivo.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Em nenhuma outra motivação porque isso é o que se chama, na prática...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Viu, Presidente, um valor expressivo, R$200 bilhões quase.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, é um valor expressivo do passivo que foi renegociado, criando espaço para que o banco possa, ao longo dos anos, ter mais capacidade de empréstimo. Esse é o objetivo declarado, explícito da política.

O Senador Omar Aziz me permitiu responder e eu o farei enviando a sua assessoria os pontos que ele levantou. O Senador Reguffe fez várias perguntas, e eu tenho muito prazer em esclarecer. Primeiro, Senador, em relação à Sete Brasil. Eu queria esclarecer que o BNDES aprovou, em dezembro de 2013, uma operação para um primeiro lote de sondas da Sete Brasil.

Ao longo do ano de 2014 até o início deste ano, esse crédito esteve à disposição para ser contratado. Porém, em função das dificuldades e da complexidade dos contratos da Sete Brasil, esse crédito não pôde ser contratado.

Posteriormente, por fatos supervenientes e também por uma série de problemas na relação da Sete Brasil com estaleiros, com operadores, enfim – que não vêm ao caso; são também fatos públicos –, eu queria esclarecer o seguinte: primeiro, nós não contratamos e, portanto, não pudemos desembolsar nenhum valor para a Sete Brasil; segundo, no momento, há um processo em curso, coordenado entre bancos comerciais, para reestruturar, junto com a Sete Brasil, um novo plano de negócios sustentável que possa ser avaliado.

Então, nós sabemos da relevância e da urgência de que esse processo seja feito porquanto existem vários estaleiros importantes em situação premente.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O meu questionamento, Presidente, é justamente o oposto. Ao invés de aplicar esses recursos, essas grandes somas numa grande empresa, por que não se distribui isso para pequenos empreendedores? Por exemplo, R$10 bilhões divididos por R$100 mil dá cem mil. Ou seja, poder-se-ia investir em cem mil pequenos empreendimentos de R$100 mil.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perfeitamente.

Desculpe. Eu não entendi bem, mas era importante esclarecer que, no caso, não houve, não aconteceu esse empréstimo. E nem o valor era esse. Mas, enfim, eu entendo a sua preocupação. Quero lhe dizer, entretanto, que, no caso da Sete Brasil, estamos falando de cinco estaleiros em todo o País, de uma cadeia produtiva que envolve milhares de pequenas empresas supridoras de serviços e que se estimava que o impacto total em emprego, nesse empreendimento, chegava a 200 mil empregos. Então, não é um empreendimento que não teria efeito também sobre a cadeia de pequenas empresas.

Quero lhe dizer também que o BNDES realizou, no ano passado, mais de 800 mil operações de crédito com microempresas, pequenas empresas, através do cartão BNDES. Desembolsou 11,7 bi. São praticamente

690 mil cartões. E nós estamos expandindo o nosso cartão – aqui quero responder ao Senador Fernando Bezerra –, queremos expandir o nosso cartão. Nós queremos mais agentes trabalhando o cartão BNDES. Estamos falando de um crédito médio, realmente, de baixo valor. Então, estamos fazendo a nossa parte, fazendo um grande esforço.

Agora, o BNDES, diferentemente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, não é um banco de varejo. Ele não tem uma grande rede de agentes de presença e tal. Então, ele tem maior dificuldade de operar dessa forma. Ele opera através do sistema bancário, que repassa, em geral, metade dos nossos financiamentos. Então, toda a operação Finame BNDES é feita através da rede bancária. E, na operação Finame, as pequenas e médias empresas representam cerca de dois terços, 65%. Então, elas têm um peso relevante através da rede bancária. É por essa razão, somando o cartão e somando o acesso que as pequenas empresas têm ao BNDES, através da rede bancária, que chegamos a um número de praticamente um pouco menos da metade, excluindo infraestrutura, excluindo exportação, excluindo setor público, da alocação dos recursos do BNDES para a pequena empresa.

Mas, Senador, pode ter certeza de que continuaremos perseverando na priorização da pequena empresa. Nós entendemos que a base do sistema empresarial brasileiro é da pequena empresa. Esse é um tema que nos é muito caro, tanto que o BNDES conseguiu desenvolver uma ferramenta tecnologicamente inovadora, que é o cartão que está sendo – e será – aperfeiçoado.

A outra questão, Senador, sobre a abertura dos dados do comércio exterior, eu fiz aqui uma proposta – não sei se o Senador estava presente, no momento...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Na do comércio exterior não, mas de todas as operações do BNDES.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, com relação às operações do BNDES. Todas as operações do BNDES são públicas. As operações constam do site, o destinatário, o valor, etc. E todas as operações são registradas em cartório, aliás, os contratos – desculpe-me – são registrados em cartório. Não há segredo nas operações do BNDES.

O que nós preservamos, Senador? O que é o sigilo bancário? O sigilo bancário não diz respeito à operação; ele diz respeito à intimidade financeira do cliente, da empresa, ao *rating* da empresa, à sua alavancagem, à margem para operar com o BNDES, ao relatório cadastral. São informações que dizem respeito à capacidade da empresa de competir no mercado. Eu não posso, sem razão motivada, expor, ante dos concorrentes da empresa, o grau de alavancagem, o *rating*, a nota de crédito interna que o BNDES dá, etc. Essas informações são uma obrigação nossa, instituída por uma lei complementar, que é a Lei nº 105, no seu art. 1º. E a lei não discrimina entre instituições financeiras públicas ou privadas. Ela menciona "instituições financeiras". Ela nos inclui. E o BNDES é uma instituição financeira.

Então, o entendimento da direção jurídica do BNDES, da superintendência jurídica, é a de que essa matéria não é disponível, não é uma matéria sobre a qual a diretoria do banco tenha poder discricionário de oferecer, de revelar informações que são restritas relativas às empresas, à intimidade financeira das empresas.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se há recursos públicos deveria ser...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bom, essa é uma discussão que eu espero que o Supremo possa...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...transparente, Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. Mas eu não posso, Senador, decidir discricionariamente algo que a lei me proíbe, segundo o meu setor jurídico. Isso é uma coisa que terá de ser dirimida.

Então, o sigilo bancário é uma obrigação para nós, salvo mudanças na lei ou salvo uma decisão superior da Justiça que me oriente e, uma vez decidido, eu a cumprirei, como cumpro a lei rigorosamente, em todas as situações. Então, essa é a resposta que eu posso lhe dar. Não é uma matéria que está ao alcance da vontade. Não é uma matéria de decisão nesse sentido.

Ainda, Senador, outra questão, que eu lhe agradeço por esclarecê-la, é o fato de que nós termos desembolsamos R$188 bilhões, no ano passado. É claro que há uma contrapartida do empresário. O BNDES nunca financia 100% de um projeto. Em geral, qualquer projeto tem uma parte de capital, uma parte de dívida. Aquilo que se chama *equity* e dívida.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas por que o relatório gerencial do próprio BNDES diz que 100% dos recursos foram do BNDES?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Cem por cento do crédito concedido. Eu não sei se entendo exatamente o que está no relatório, mas o que eu posso lhe assegurar é o seguinte: em média, o BNDES financiava algo como 60% de um projeto típico, às vezes, um pouco mais, às vezes, um pouco menos.

A nova política operacional do banco, para abrir espaço para debêntures e para o mercado de capitais, vem, já neste ano de 2015, reduzir os percentuais máximos de participação dos financiamentos para abrir espaço para o mercado de capitais.

Obviamente, há uma participação do empresário. Quando é um projeto de expansão de uma empresa em funcionamento, o reinvestimento de lucro é uma fonte para, complementada pelo crédito do BNDES, expandir a empresa. Quando se trata de um empreendimento novo, o empresário ou o grupo empresarial entra com o aporte de capital, que ele pode ou não, se quiser, financiar de formas que não nos dizem respeito, o importante é que ele entra com aporte de capital e o BNDES entra com um financiamento de longo prazo, mas há sempre uma contrapartida empresarial.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, mas não é o que está aqui explicado na página 40 do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, que inclusive o gráfico 8 coloca sobre a participação do BNDES no investimento total; e R$180 bilhões são de 100%.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só para esclarecer, Senador Reguffe, V. Sª tem razão. Na verdade, Presidente, na exposição, está escrito 100%, mas é 100% do crédito. Por isso é que está havendo esse equívoco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – É a pizza...

O SR. LUCIANO COUTINHO – É a pizza? Bom, é a pizza mostrando que...Está, está bem...Mas, enfim, esclareço que, na verdade, não há, em financiamento a projeto, a possibilidade de não existir um aporte do setor privado.

Por último, a questão sobre a Medida Provisória nº 663, ela não é um aporte de recursos ao BNDES. Na renovação para 2015 do programa PSI, ela é uma autorização para que até R$52 bilhões adicionais de financiamentos do Programa de Sustentação de Investimentos, que tem algum nível de equalização, na verdade, neste ano não tem nem equalização. Quando calibramos, no fim do ano passado, com o Ministro Levy, com o Ministro Nelson, o PSI 2015 foi feito de uma forma que algumas linhas geram uma equalização positiva, outras geram uma negativa para o Tesouro, mas que a soma fosse zerada, de maneira a estancar o processo. Mas a lei do PSI, que venceu em 31/12/2014, precisava ser estendida. Então, foi dada uma nova etapa do PSI, com uma revisão nas taxas, e foi estabelecido que até R$52 bilhões adicionais poderiam ser operados ao longo de 2015. Esse é o sentido. Isso não significa um aporte de caixa ao BNDES, entendeu? Essa é a explicação.

Acho que respondi todos os temas.

Queria agradecer ao Senador Fernando Bezerra pela seu reconhecimento da atuação do BNDES e também no Nordeste. Pode ter certeza, Senador, que continuaremos buscando expandir nossa atuação do cartão BNDES. Eu, pessoalmente, como nordestino, não posso senão ter o compromisso de que nossa estratégia para o Nordeste seja reforçada, seja mantida.

Não tenho dúvida de que teremos de criar condições para um novo ciclo de expansão da região. Na medida em que os projetos amadurecem, é preciso pensar estrategicamente o futuro da região nordestina. V. Sª sabe dos nossos compromissos com a região.

Ainda temos duas últimas perguntas feitas: uma sobre o Conselho de Administração da Petrobras... Eu estou na Presidência do Conselho por um período transitório, tanto que teremos uma assembleia geral, convocada, que elegerá novos conselheiros e um novo conselheiro que me substituirá na Presidência do Conselho. Então, a minha Presidência será muito breve. E eu tenho certeza que, como Conselheiro, a lei é muito taxativa, a lei estabelece – e isso é uma obrigação da Lei das S.A. para qualquer conselho de administração – que a obrigação do conselheiro é zelar, estrita e exclusivamente, pelo melhor interesse da empresa, independentemente de quem o indicou. E eu me pauto, como não poderia deixar de ser por um dever fiduciário, como representante de conselho de administração de qualquer empresa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. Fora do microfone.) – (Inaudível.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. Fora do microfone.) – É perigosa essa sua observação. Lembre-se de que a Presidente Dilma foi conselheira... (Inaudível.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Como presidente de conselho tem a obrigação de observar a lei, inclusive eu como Presidente do Conselho. Então, nós temos a obrigação de observar a lei estritamente.

Eu quero também dizer o seguinte, que, nesse sentido, Senador, eu tenho muita atenção para que em matérias onde eventualmente possa surgir algum conflito de interesses, particularmente matérias relativas a financiamento, eu me abstenho ou me declaro impedido. E tenho feito isso de forma a prevenir qualquer tipo de conflito.

Em relação à questão à outra questão colocada por V. Sª. era relativa à política da BNDESPAR, se a política deu resultados ou não. Eu digo o seguinte: a BNDESPAR teve alguns poucos insucessos. Porque se nós olharmos qualquer banco de investimentos, nós não olhamos caso "a" ou caso "b", a gente olha a carteira de investimentos efetuados. A BNDESPAR – e agora eu tenho a informação que eu tinha dado de memória, e estava correta – teve lucros acumulados, entre 2007 e 2014, de R$23,7 bilhões, mostrando que ela tem uma carteira de alta

qualidade, que paga lucros e dividendos. Essa carteira reverte para lucro do Sistema BNDES e esse lucro o Sistema BNDES tem contribuído com a União. Então, ela é uma fonte geradora de lucro para capitalização do banco e também para a União. Na verdade, é uma operação que, no seu conjunto, é uma operação bem-sucedida. E muitas das empresas nas quais a BNDESPAR investiu tem, apesar de vicissitudes do mercado, mostrado para nós resultados muito positivos.

São essas as minhas considerações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Luciano Coutinho.

Vamos, agora, para os próximos Senadores inscritos.

Eu proponho que a gente faça uma bateria de perguntas de uma única vez, para que o Presidente Luciano Coutinho possa concluir a audiência pública.

Senadores que têm seus nomes na lista: Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Tasso Jereissati, Roberto Rocha, Hélio José, Cristovam Buarque, Blairo Maggi, José Agripino e Flexa Ribeiro. São os Senadores inscritos. São as últimas inscrições.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Pela ordem, Senador Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Eu vou reiterar a posição que já havia manisfestado na audiência anterior. Os que se inscrevem na parte final da lista, ficam sempre prejudicados. Propõe-se um bloco de nove Senadores para indagar – são quase 10. Ou seja, V. Sª está somando, em um único bloco, dois blocos, o que invariavelmente tem prejudicado o nosso protagonismo. O protagonismo, neste instante, deve ser do Senado Federal. E esse protagonismo não é reivindicado por vaidade pessoal, é por preservação das nossas atribuições constitucionais. É a Constituição da República que nos dá esse protagonismo neste instante.

Então, por mais compreensível que seja o cansaço do Presidente do BNDES, que está acostumado a carregar piano a vida inteira – não é de hoje –, não acho correto, data máxima vênia, Presidente, tentar aglomerar em um grupo de nove Senadores as perguntas. Já não temos direito à réplica. O Senador Reguffe fez uma réplica e foi encontrado como uma excepcionalíssima exceção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É que a réplica, pelo Regimento Interno...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Vamos ter que mudar esse Regimento, seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas aqui para este debate, nós estamos, inclusive, os Senadores...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Eu apelo a V. Exª que possamos fazer nos dois blocos – já há a concordância semiótica aqui do Presidente Luciano Coutinho –, para tentar tirar o melhor proveito desta audiência pública, dada a relevância dos temas que estão sendo aqui discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Então, vamos chamar os cinco primeiros: Senador Cássio Cunha Lima, Senador Caiado, Senador Tasso, Senador Roberto Rocha, Senador Hélio José. Depois, concluindo, o último bloco: Senador Cristovam, Senador Blairo, Senador José Agripino, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Cássio Cunha Lima; cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, Dr. Luciano Coutinho – prazer em reencontrá-lo –, na semana passada, o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, apresentou parecer sobre as denúncias de irregularidades relacionadas ao atraso no repasse às instituições financeiras de valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade exclusiva da União nas operações que ficaram conhecidas como "pedaladas fiscais". Em seu parecer, o Procurador informa que foram constatadas irregularidades com relação a dívidas não registradas nas estatísticas fiscais, dentre as quais destaca os passivos junto ao BNDES, no Programa de Sustentação do Investimento. Dentre os resultados do trabalho da auditoria, estão a determinação de que o Banco Central registre, no rol de passivos da União, na dívida líquida do setor público, os valores referentes ao montante da equalização de taxas de juros devido pela União ao BNDES, no âmbito do programa supracitado, o Programa de Sustentação do Investimento, e que refaça o cálculo do resultado primário decorrente da variação dos saldos da dívida da União junto ao BNDES ao patrimônio do programa, a chamada "contabilidade criativa", que tem mascarado e maquiado os números das contas públicas no Brasil já há algum tempo.

As perguntas sobre esse tema. Primeira: quais os valores referentes ao montante da equalização de taxas de juros devido pela União ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação de Investimentos?

Segunda pergunta: em que medida o BNDES contribuiu para que as "pedaladas fiscais" do Governo perdurassem, não adotando nenhuma providência legal para recuperar os seus ativos?

Terceira pergunta: desde a implementação do Programa de Sustentação do Investimento, quanto deixou de ser registrado na despesa primária no âmbito do programa?

Essas são as três primeiras perguntas, neste bloco, sobre o parecer do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

O *site* da revista *Veja*, publicado agora há pouco, informa que o BNDES dispensou multas no financiamento de Belo Monte no valor de R$75 milhões pelos atrasos no cronograma físico da obra. A pergunta: qual a razão para a dispensa dessas multas? Essas dispensas são uma praxe no banco ou se caracterizaram como uma excepcionalidade para a obra de Belo Monte? Se for essa a hipótese, por que essa excepcionalidade?

Por fim, ao chegar nesta Comissão, recebi sugestões e perguntas de uma Organização Não Governamental, Conectas Direitos Humanos, com a subscrição de Caio Borges, que é advogado de empresas de direitos humanos, onde, na apresentação da governança do BNDES, no início da sua exposição, V. Sª fez referência à transparência nos investimentos e no grau de informações. Quais são as medidas para aumentar essa transparência, tanto no aspecto ativo como passivo, pergunta a Conectas, especialmente nos investimentos internacionais? Há toda uma dúvida em relação à transparência desses financiamentos internacionais.

Por que o banco não divulga o componente socioambiental dos relatórios de análise nem os pareceres de auditorias externas especializadas no monitoramento de condicionantes socioambientais, tal como foi ordenado pela Controladoria-Geral da União no caso de Belo Monte? Houve uma recomendação neste sentido e o banco não fez.

A informação é que esse relatório de responsabilidade socioambiental é parte integrante do relatório anual, o que dificulta a transparência e o grau de informação dos interessados.

Por fim, para concluir – o tempo já estourou –, que mecanismos são disponibilizados para que comunidades afetadas por projetos financiados pelo banco possam prestar queixas ou denúncias? O banco tem algum mecanismo para isso? Como essas reclamações são encaminhadas e atendidas? Como o BNDES avalia o funcionamento desses mecanismos, para que possamos ter essa possibilidade de o cidadão ter acesso às informações, prestar queixas e denúncias dos projetos financiados pelo banco?

São essas as perguntas, para respeitar o tempo, no limite já da paciência do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado Senador Cunha Lima.

Passo a palavra agora ao Senador Ronaldo Caiado, por cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Ilmo Sr. Presidente do BNDES, quero, ao solicitar respostas de V. Sª, fazer questionamentos com objetivo de casar a exposição que V. Sª fez do ponto de vista dos dados e também dos números com as campanhas eleitorais. Ou seja, V. Sª sabe da criação do Foro de São Paulo. O Foro de São Paulo foi criado, idealizado por Fidel Castro, com o Lula, mais Chávez, mais Evo Morales. E eles decidiram que a partir dali eles definiriam as prioridades nos países, principalmente no momento das campanhas eleitorais. O Brasil, por esse megapoder que tem, seria, indiscutivelmente, desestabilizador nos seus empréstimos no momento das campanhas eleitorais.

Então, o que fica claro – eu gostaria da resposta de V. Sª – que é inequívoco a reorientação política dos financiamentos do BNDES. Tinha uma lógica muito mais de financiar majoritariamente os Estados Unidos e, às vezes, e muito menos um percentual menor a África e América Latina, no período de 2001 até 2007. Em 2007, Presidente, o BNDES muda totalmente essa linha de financiamento e 57%, nesses últimos sete ou oito anos, foram direcionados para Angola, Argentina, Venezuela, República Dominicana e Cuba. Uma total mudança de eixo nesses últimos sete anos, momento em que a tese bolivariana cresceu enormemente, e o BNDES passa a ter uma importância ímpar nesse projeto. Até porque é interessante que os empréstimos feitos a esses países têm aqui uma rubrica de ultrassecreto, o da Venezuela; de Cuba e Angola, de secretos.

Ou seja, esses empréstimos de 2012, só em 2037 teremos abertura do sigilo; o de Cuba, só em 2027; o de Angola, também em 2027. Mas vejam o interessante: aqui diz a categoria desses empréstimos. A categoria do da Venezuela: categoria 3 – comércio, serviços e turismo. Agora vamos ver a categoria exatamente dos de Cuba e Angola: categoria 14, diz: "Relações internacionais". De repente, isso aqui vem com aquilo que o Presidente pode dizer. Existe uma definição, de acordo com a Lei nº 12.527. Sim. Mas também, Sr. Presidente da Comissão, Senador Delcídio, nós sabemos muito bem que um ofício a V. Exª, protocolado nesta Comissão, aprovado no Plenário do Senado Federal, temos a prerrogativa de ter acesso a todos esses documentos, conforme também a Lei Complementar nº 105, art. 4º. Então, não precisamos mudar a Lei Complementar nº 105, basta que aprovemos um requerimento no Plenário do Senado Federal e teremos acesso a todas essas informações.

Outro ponto, Sr. Presidente, é que o dinheiro de campanha, especificamente da empresa que foi ali definida como campeã... Eu pediria a V. Sª, sou do Estado de Goiás, do Centro-Oeste, V. Sª não pode imaginar o prejuízo que vocês provocaram no Centro-Oeste brasileiro. O monopólio e as tais campeãs, que V.Sªs criaram, destruíram toda a condição de competitividade. O Senador Delcídio sofre do mesmo problema que eu, por ser do Mato Grosso do Sul. Todas as plantas frigoríficas foram fechadas porque o BNDES elegeu a JBS como sendo a campeã. E essa campeã repassou para as campanhas eleitorais, nesse ano, R$368 milhões. Para o PT, R$144 milhões. Aí, a pergunta que faço ao Presidente: o BNDES tem 27% da JBS, a Caixa Econômica tem 10%. A pergunta que formulo é a seguinte: quando a JBS resolveu emprestar ou doar R$368 milhões, o Conselho de Administração se reuniu e o representante do BNDES concordou que, ao invés de distribuir esse lucro entre todos os acionistas da JBS, ele direcionou esse dinheiro para as campanhas eleitorais? Quer dizer, o BNDES abriu mão desses R$368 milhões? Já que o BNDES tem 27% da JBS, o BNDES abriu mão desse dinheiro para que fosse doado às campanhas eleitorais, em detrimento dos acionistas minoritários, que gostariam de receber parcela desse dinheiro? Ou seja, isso é lucro.

Bom, outra coisa, Sr. Presidente, é exatamente essa decisão desses empréstimos. Esses empréstimos alimentam essas empresas, que são as fomentadoras dessas campanhas eleitorais. Então, o BNDES... E o motivo da nossa CPI é poder casar os números dos empréstimos com os financiamentos das campanhas e o volume que esse dinheiro hoje tomou, numa proporção que ninguém consegue enfrentar a máquina do Governo, porque a máquina do Governo é imbatível, no momento em que usa a Petrobras, o BNDES, a Caixa Econômica, Fundos de Pensão, e ninguém consegue competir com todos eles. Isso é o que faz com que apresentemos a pedido da CPI. Coletei com uma dificuldade enorme, com ajuda de vários colegas aqui, 28 assinaturas. E tenho que reconhecer o prestígio do Presidente do BNDES que, em apenas 10 minutos, retirou seis assinaturas da minha CPI. E com isso a minha CPI ainda está com dificuldade de obter mais cinco assinaturas para podermos termos a condições de abrir exatamente os empréstimos que são feitos por um banco que deveria ter a preocupação com os pequenos frigoríficos no meu Estado, que foram todos fechados, dizimados, plantas alugadas e fechadas. É algo estarrecedor o que vimos no Centro-Oeste brasileiro, por conta de uma empresa, para poder dizer em alto e bom som: "Tudo o que dei para o BNDES eu dei em ações. Sou a maior produtora de proteínas no mundo, e, no entanto, quem me sustenta é o BNDES". E, lógico, não tem competitividade. Qualquer cidadão por mais simples que seja que tiver o apadrinhamento do BNDES vai ser o maior empresário do mundo indiscutivelmente. Aí não precisa de competência, precisa de apadrinhamento. Quem não quer um apadrinhamento do BNDES ilimitado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Senador Caiado, concluindo, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então concluo, pedindo que V. Sª, por favor, me explique este casamento íntimo, direto, assim, uma vinculação direta, campanha eleitoral, financiamento dos países e no Brasil.

Muito obrigado.

Era o que tinha a perguntar ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, cinco minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Presidente Delcídio, Presidente Luciano Coutinho, antes de tudo, queria dizer do respeito que tenho ao Prof. Luciano Coutinho pela sua integridade. Conheço o Presidente há muitos anos quando ele ainda não tinha esses cabelos brancos e nem a barba branca. Conheço também a sua competência.

Presidente Luciano Coutinho, eu gostaria de tirar algumas dúvidas. Uma dúvida, e volto a essa questão da transparência, esses financiamentos feitos, esses chamados financiamentos, apontados pelo Senador Caiado, de montantes vultosos a países da América Latina, são feitos às empreiteiras ou são feitos a órgãos públicos de governo do país beneficiário desse financiamento? Com quem é assinado o contrato de financiamento. Essa é uma dúvida que tenho, porque depende com quem seja feito esse contrato, variando muito as percepções que eu poderia ter sobre esse financiamento.

Outra pergunta que vem novamente no sentido da questão e dúvida da transparência é que, no final do ano passado, a Carteira de Títulos Públicos do BNDES era de R$86 bilhões, segundo número que tenho aqui. Até o final de 2014 era de R$86 bilhões. Esses títulos rendem ao BNDES à taxa Selic e a dívida do BNDES junto ao Tesouro é corrigida pela TJLP, que hoje é de 5,5% ao ano. A minha pergunta tem a ver com transparência e com essa história de disfarçar números da União. Então, o correto não seria o recurso ser emprestado? Que o BNDES remunerasse o Tesouro pela Selic à mesma taxa de correção dos títulos públicos que o banco carrega na sua carteira? Porque, parece-me que é destinado ao banco, ou cabe ao banco contabilmente, um lucro, com

apenas com carregamento dessa carteira, fantástico. Eu gostaria de saber o tamanho desse lucro, entre a diferença de uma taxa e outra que é carregado. E se o correto não seria jogar uma taxa semelhante com a outra.

Outra pergunta: qual é a real exposição do BNDES em empréstimos para a Petrobras e para o setor de petróleo e gás, para todo o setor de petróleo e gás, qual é a exposição?

Aqui também complementando uma pergunta do Senador Caiado: se há um plano de desinvestimento de recursos que o BNDES possui no grupo JBS. Se existe um plano de desinvestimento, porque, com certeza, o montante de volumes que hoje o BNDES carrega junto a essa empresa poderia estar sendo rodado ou deve estar sendo rodado principalmente no momento em que esse limite de financiamento do BNDES começa a se apertar.

E falo isso até por uma coisa curiosa, Senador Delcídio e Senador Caiado, por uma questão que aconteceu comigo recentemente. Quero ressaltar que o BNDES foi extremamente correto, mas, como V. Sª sabe, minha família é acionista de empresas e, recentemente, quando fui diplomado como Senador, fui avisado, com muita gentileza, com muita correção e, com certeza, com razão, que o fato de eu haver sido diplomado a Senador faria com que as empresas que minha família era acionista e das quais eu era acionista tivessem que antecipar todos, ou melhor, alguns empréstimos e financiamentos que tínhamos junto ao BNDES. E nós tivemos, evidentemente, que fazer essa antecipação, com evidente prejuízo para a nossa companhia. Mas eu entendo perfeitamente.

Mas a pergunta que eu gostaria de fazer ao Presidente Luciano Coutinho, e que eu sei ser um homem ético e a quem conheço profundamente, como já disse aqui, é se coibir uma empresa da qual um Senador é acionista de tomar determinados empréstimos é constitucional e ético. Pode até ser discutido. Mas se levamos a ética a esse extremo, se é ético a um empresa que emprestou, que doou R$360 milhões a campanhas de presidente da República e governadores ter empréstimos e ter financiamentos junto ao BNDES. Estou fazendo uma comparação no sentido puramente ético. Gostaria de saber sua opinião sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Tasso, no limite do tempo, mais uma vez e sempre.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha, por cinco minutos. E depois, fechando o bloco, o Senador Hélio José, também por cinco minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente Luciano Coutinho, tentarei ser muito breve.

A MP nº 661, de 2014, autoriza o Poder Executivo a conceder crédito de R$30 bilhões ao BNDES. Quando os títulos passam às mãos de terceiros, no caso o BNDES, constitui uma operação de crédito efetiva. Essa MP foi emendada na Câmara dos Deputados de forma a vedar o sigilo nessas operações de crédito. Segundo a imprensa, inclusive a Presidenta Dilma pretende vetar esse dispositivo.

Dito isso, pergunto a V. Sª: quanto ao procedimento, inicialmente, isso não deveria tramitar pelo Orçamento e não ser operacionalizado por medida provisória? Segunda: objetivamente, qual a destinação desses R$30 bilhões? Terceira: o BNDES pode garantir a esta Comissão do Senado Federal que não vai precisar emitir debêntures para ter recursos para honrar os contratos já firmados?

Por fim, eu gostaria de comunicar a todos – e pedir, ao final, a opinião do Prof. Luciano Coutinho, por quem tenho um respeito muito especial – que estou apresentando um projeto de lei que determina a obrigatoriedade de sabatina pelo Senado Federal aos dirigentes do BNDES e da Petrobras.

Creio que o processo de sabatina dá à opinião pública a oportunidade de conhecer melhor o currículo dos candidatos antes inclusive de eventualmente venham a tomar decisões que possam ser nocivas à sociedade. Eu queria perguntar ao Prof. Luciano Coutinho – repito –, por quem tenho respeito e admiração pessoal, qual a opinião de S. Sª sobre este projeto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Roberto Rocha, pela pergunta e pela obediência ao tempo.

Senador Hélio José; por cinco minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Delcídio Amaral, parabenizo V. Exª pela condução do trabalho neste momento já adiantado da hora. Cumprimento o nosso querido Presidente Prof. Luciano Coutinho, uma pessoa que tem colaborado bastante com o nosso País.

Eu, como engenheiro eletricista, Presidente Luciano, queria saber de V. Sª o seguinte: a matriz energética hoje é um grande problema para o Brasil, para o desenvolvimento econômico. Lembro, quando eu estava fazendo um projeto junto ao Ministério da Integração Nacional e outros tantos Ministérios, que era um projeto do meio norte lá no Nordeste, entre o Ceará, Piauí e Maranhão, que a gente chegava a algumas cidades, como Luzilândia, Esperantina, no interior do Piauí, e observava que as pessoas não tinham energia para poder instalar uma fábrica ou até mesmo para fazer a ligação de um projeto Minha Casa Minha Vida de 300 casas, por exemplo, em Luzilândia, porque se ligasse na rede, apagaria toda a cidade, porque a tensão é muito baixa.

Então, o Ministério de Minas e Energia e várias pessoas do setor estão propondo um investimento em microgeração distribuída, visando a uma mudança no nosso perfil da matriz energética, que está muito dependente de alguns setores. Neste ano e no ano passado, com essa crise hídrica, falta de chuva, isso se acentuou ainda mais.

Sabemos que a grande dificuldade que temos hoje é na questão tributária e de pequenos financiamentos para que a energia doméstica via captação fotovoltaica ou até mesmo em pequenas fazendas de geração heliotérmica, energia captada pelos espelhos, ou eólica tem enfrentado algumas dificuldades. Dentro da necessidade de priorizarmos a questão do desenvolvimento nacional e da tranquilidade para que as pessoas possam investir e saber que vai haver esse insumo tão importante, que é a energia, como é que nós poderíamos trabalhar para facilitar o investimento nesses setores tão importantes?

Ontem mesmo me procurava aqui em Brasília uma importante empresa multinacional da Coreia querendo instalar no Brasil uma fábrica de captores de energia fotovoltaica. Sabendo da importância capital desse tipo de investimento, qual seria a linha de crédito especial que o BNDES poderia oferecer para o bem do Brasil como um todo, a fim de que nós não tenhamos que demorar oito anos, como praticamente aconteceu para a eólica hoje ser uma realidade, ser bastante competitiva, consigamos reduzir esse tempo com relação à fotovoltaica, à heliotérmica?

Também dentro de uma linha do BNDES de transparência e de induzir o fortalecimento da competitividade, expandir os investimentos, igual está aqui, contribuir para a inclusão social e produtiva, como sabemos que a maior fonte geradora de empregos neste País é a micro e pequena empresa, exatamente porque, para a gente poder gerar um monte de linhas de crédito – cartão, alguma forma – para que essas donas de casa do Brasil inteiro possam tornar realidade pôr células fotovoltaicas nos seus tetos, para conseguir dar para a gente uma maior tranquilidade na matriz energética, vai precisar de algum investimento especial. O BNDES está pensando em alguma coisa dessa forma? Como é que nós poderíamos apoiar essa iniciativa? Eu acabei de apresentar aqui no Senado Federal o PLS nº 201, de 2015, que trata de uma série de assuntos com relação a talvez fazermos um Proinfra 2, fazermos os novos incentivos para que seja possível essa mudança energética aqui, e que, em um curto período de tempo, a gente reduza o investimento em termoelétricas a petróleo, e que a gente possa fazer, de alguma forma, que para cada centavo investido em uma fonte poluidora dessa, haja x centavos a ser investidos em uma fonte de energia limpa.

Para concluir, eu gostaria que o senhor também pudesse me esclarecer, porque a gente é procurado por uma série de ONGs. Eu vejo aqui que é possível as pequenas ONGs, setores organizados e realmente com transparência, poderem receber empréstimos do BNDES. Qual seria a forma mais adequada para a gente orientar, encaminhar de uma forma ágil essas questões?

Por último, de verdade, eu estive recentemente em Havana, Cuba. Lá, realmente, a cidade está em frangalhos. Ela parou no tempo, há muitos anos. O investimento previsto para Havana, nesse curto período de tempo, de agora para a frente, para recuperar a cidade, é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Concluindo, Senador Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Concluindo.

A gente tem consciência de que a proposta dos Estados Unidos, de se aproximar de Cuba, é muito mais no sentido de pegar os fundos de investimento que vão ser colocados para a recuperação de Havana, e as empresas americanas da construção civil vão entrar lá. Então, eu queria saber se há alguma ação do BNDES no sentido de incentivar e apoiar nossas empresas de construção civil do Brasil a também investir na recuperação de Havana.

Obrigado.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao Senador Cristovam e, em seguida, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Não me esqueça, Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Como?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Não me esqueça!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não, não. Aí nós fecharíamos este bloco, Senador Agripino. V. Exª começaria, com Senador Flexa, Senador José Medeiros e Senador Ataídes.

O SR. LUCIANO COUTINHO (Fora do microfone.) – Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É porque muitos Senadores estão voltando e se inscrevendo, meu caro Presidente Luciano Coutinho. Não é fácil. Isso aqui é uma tortura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ofereci uma barra de cereal. Até agora ele está conseguindo administrar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

Só quero anunciar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu quero registrar aqui a presença do Vice-Governador do Mato Grosso, Carlos Fávero, do PP.

Seja bem-vindo!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele veio aqui buscar um pouco de dinheiro do Presidente do BNDES. O Estado está precisando muito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Aí está muito tranquilo, porque têm muitos recursos para liberar para os Estados.

Mas seja muito bem-vindo, meu caro Vice-Governador do Mato Grosso!

Com a palavra, por cinco minutos, Senador Cristovam, depois Senador Blairo. Aí, o Presidente responde. Entra Senador José Agripino, Senador Flexa, Senador José Medeiros, Senador Ataídes, e eu espero que não tenha mais nenhum Senador, para a gente encerrar a audiência pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tenho a palavra, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Por solicitação aqui da coordenação da oposição, Senador Cristovam, nós vamos também colocar o Senador Agripino nesta leva, neste bloco, porque só o Senador José Medeiros está aqui, os outros não estão aqui. E, se brincar, se os outros não chegarem, vai o José Medeiros também.

Senador Cristovam, cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente Delcídio, meu caro amigo, Presidente Luciano, eu não vou disputar com o Tasso quem lhe conhece há mais tempo e quem é capaz de lhe dar uma assinatura mais firme sobre a sua competência e lisura. Aqui, eu creio que sou quem lhe conhece há mais tempo, quem já compartiu mais debates, mais trabalhos com o senhor...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Cristovam, quando V. Exª o conheceu, eu não era nem nascido. (Risos.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está certo.

Então, eu ganhei, mesmo sem disputar com o senhor.

Eu estou aqui para reafirmar, como eu já lhe disse mais de uma vez, inclusive aqui, a minha confiança no seu trabalho. Mesmo assim, eu assinei a CPI do BNDES. E eu diria que assinei por isso até. Porque eu acho que está na hora de a gente abrir para todo o público, para tirar suspeitas que pesam sobre o BNDES e que terminam chegando à sua figura, nome de quem pessoas como o Tasso e eu assinam embaixo. Mas há outros que não o conhecem.

Eu creio que suas respostas, por exemplo, aqui esclarecem muito. Mas é uma pena que poucos estejam vendo, porque só foi transmitida, creio, uma hora deste debate. Um debate sobre o BNDES, seus empréstimos, sua forma de trabalhar, o desempenho do seu presidente, a meu ver, trariam uma grande vantagem para todos nós, como o Senador Lasier disse desde o começo. O primeiro a fazer perguntas aqui. Então, eu quero deixar claro aqui que não tenho a menor suspeita sobre o senhor e nem mesmo sobre o banco. Por isso é que acho que a gente tem que abrir ao máximo.

Falemos do sigilo. Há uma lei que garante esse sigilo, mas não seria possível ao banco perguntar aos tomadores de empréstimos se eles não permitem que suas contas sejam visíveis, já que o dinheiro vem de recursos públicos? E mais ainda: na maior parte deles, com juros bem subsidiados, bem abaixo da taxa normal de juros e que exige um repasse do Tesouro para o banco e, portanto, para o empréstimo. Ou seja, não se justifica, a meu ver, sigilo em empréstimos a bancos públicos. Quem quer manter sigilo não pede dinheiro do público; pede do setor privado.

Mas seria interessante esclarecer que essa não é uma decisão sua. Quanto às gestões, ou à gestão temerária, de que se fala tanto, eu creio que seria positiva uma explicação feita pelo presidente, pelos técnicos em um debate aprofundado, que seria possível por uma CPI, em vez de ameaçar o banco, como eu ouvi algumas pessoas dizerem, que a CPI ameaçaria o BNDES, que é um patrimônio nacional. Como atrapalhar se está tudo limpo, tudo certo, tudo correto? Ao contrário. Consolidaria a credibilidade do banco. Por isso, não vou entrar aqui nas perguntas feitas dos que estão preocupados com o assunto da CPI. Eu quero deixar clara aqui a pergunta, que mais de uma vez eu lhe fiz, sobre, a meu ver, o limitado papel do BNDES na criação de um sistema industrial brasileiro dinâmico, competitivo e inovativo, que nós não temos. Nós somos um País com horror a

inovação. O BNDES deveria ser a alavanca da inovação no Brasil. E eu diria mais: concentrando os seus empréstimos em setores que tragam dinâmica inovativa à economia brasileira.

O senhor já falou que os empréstimos saltaram de R$1,2 bilhão para R$6 bilhões, no setor de inovação. Quando a gente toma o total do banco, vemos que ainda é pouco. Além disso, esse valor reforça o erro de prioridade quando a gente vê quanto está indo para outros setores. Quando uma única empresa recebeu mais de R$8 bilhões, ou seja, mais do que tudo que foi emprestado para os setores dinâmicos no que se refere a inovação. Qual a inovação que trouxe empréstimos gigantescos a frigorífico, por exemplo? Quantas patentes todos os empréstimos do BNDES, ao longo da sua história, foi capaz de trazer?

E, finamente, um outro ponto também, que nada tem a ver com CPI, que nada tem a ver com suspeitas; é uma análise do banco, é quando o senhor afirma que os empréstimos do BNDES foram importantes para aumentar o investimento agregado no Brasil. Eu contraponho, pois, segundo pesquisa do IBGE divulgada em 27 de março de 2015, a taxa de investimento foi de 20,6%. A taxa de investimento foi de 20,6% do PIB em 2010; de 20,6% em 2011; de 20,2% em 2012; de 20,5% em 2013; e de 19,7% agora, em 2014. É uma taxa extremamente baixa. Um banco que se diz capaz de alavancar o setor produtivo deveria conseguir fazer com que nossa taxa global de investimento fosse maior.

Creio que seria muito bom, Presidente, a gente poder expandir ao máximo debates como este, para aumentar, como disse o Senador Lasier, a sua credibilidade pessoal, Presidente Luciano, e a do banco que o senhor dirige.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, o incansável Senador Blairo Maggi, que está aqui desde 10h da manhã.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Incansável por esperar para falar, Sr. Presidente.

Cumprimento o nosso Presidente Delcídio do Amaral, o Presidente do BNDES e os demais colegas.

Mais uma vez, quero dar as boas-vindas aqui ao Vice-Governador Carlos Fávero.

Sr. Presidente, serei bastante breve e bem paroquial.

Os colegas já passaram pelos temas principais. Além de ficar incomodado pelo tempo em que estou aqui parado, vamos prestando atenção e ganhando todos os esclarecimentos para muitas e muitas perguntas que teríamos a fazer. Quem assistiu a toda a sua explanação, a todas as respostas e a todas as perguntas tem uma noção bem clara do que é o BNDES, de como ele funciona e de como nós assim como a população temos informações diversas e erradas – ou são lendas urbanas, como se fala – a respeito de uma série de coisas que só são desmontadas pela palavra de quem efetivamente conhece os assuntos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer, Presidente Coutinho – quero até dar um testemunho para os colegas também –, que, a exemplo do Senador Tasso, há outros colegas aqui que são empresários e que têm negócios com o BNDES. Se as exigências que o BNDES faz para a minha companhia, para a empresa de minha família onde sou acionista, valem para todas as empresas brasileiras, eu gostaria de dizer que não vejo onde haverá problema de empréstimo para empresas brasileiras. Se as regras forem as mesmas para o exterior, não haverá também problema.

É muito difícil acessar um crédito do BNDES. O crédito está lá, mas, até você montar o projeto, pedir o dinheiro e ser avaliado, analisado e visitado pelos técnicos – há problema disto, problema daquilo –, lá se vão 12 meses, 18 meses. Eu nunca vi nenhum financiamento do BNDES sair antes de nove meses. É mais fácil nascer do que receber o dinheiro do BNDES. Afora isso, há as exigências aqui colocadas pelo Presidente quanto a regras internas, ambientais, sociais etc..

Tudo isso vem corroborar o número que o Presidente colocou aqui sobre a questão da inadimplência do sistema com o banco: é praticamente zero, é 0,01%. De pouco mais de R$200 bilhões emprestados, são R$26 milhões de inadimplência, segundo as contas dos zeros, se eu não me atrapalhar aqui. Isso demonstra que o BNDES vem trabalhando com todo afinco.

É claro que as colocações feitas aqui pelo Senador Lasier, que é autor desse requerimento, pelo Senador Caiado e por outros Senadores... Eu também me incomodo muito com a questão de termos escolhido os campeões ou a empresa campeã para fazer isso ou aquilo. Embora o banco discorde da nossa opinião, o setor dos frigoríficos foi realmente balanceado. Ele se deteriorou com a escolha desse tipo de situação. Não só em Goiás, mas também em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, em Rondônia e em muitos outros lugares onde a pecuária é bastante forte, nós sentimos isso. Acho que, no próprio Rio Grande do Sul, há também esse tipo de situação.

Então, concordo com V. Sª numa série de coisas, na condução do banco, mas também tenho o direito de discordar de outras coisas que, penso, poderiam ter sido feitas de forma diferente. Mas a escolha já foi feita, e o preço está na mesa.

Eu disse que quero ser bastante provincial e paroquial aqui, Presidente Coutinho. Nós temos um problema que já estourou há poucos dias. Ele foi colocado sob água fria, poucos dias atrás, que é a questão dos caminhoneiros, a questão do financiamento, principalmente de FINAMEs, que foram feitos a milhares e milhares de autônomos e também de empresas.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos com uma medida provisória tramitando aqui, no Senado, agora. Já passou na Câmara e está vindo para o Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Chegou hoje ao Senado. Muito bem.

O Governo mandou para o Congresso uma medida provisória dizendo, em relação aos financiamentos, que aqueles cujos faturamentos são de até R$2,4 milhões, esses terão o direito de fazer uma renegociação de 12 meses dos seus financiamentos. Mas não estava incluído nessa medida provisória – e aí nós arrumamos isso aqui, na Comissão Mista – que fica autorizado o BNDES, apesar de não ter obrigação, mas fica autorizado a também renegociar as dívidas das empresas e dos caminhoneiros, daqueles que têm faturamento acima de R$2,4 milhões por ano.

Bom, como a inadimplência do banco é muito baixa, eu espero que o banco tenha condições de fazer uma renegociação desses empréstimos feitos aos caminhoneiros. E justifico, Presidente Coutinho, a necessidade disso: o setor ameaça uma nova greve agora, no dia 22. Houve todo um esforço que foi feito nas comissões, com essa medida provisória, para dar o sinal de que, sim, será feita a renegociação. E o Governo, então, encaminhou até R$2,4 milhões, com subvenção da União – vai com juros de 2,5%, 3,5%, enfim, juro contratado –, e a nossa proposta aceita na Comissão – e ela entrou como autoria do Relator – é a de que, acima de R$2,4 milhões, o BNDES fica autorizado a negociar sem subvenção da União. Portanto, com recursos do BNDES, do TJLP, mais 5, mais 6, a conversar com essas empresas.

Então, a minha pergunta, Presidente, em face do movimento que está próximo de chegar novamente, é bem clara: o BNDES tem condições, o BNDES tem predisposição, o BNDES irá aceitar essa sugestão da Câmara e do Senado e levar adiante as negociações? Eu sei que é caso a caso, que é olhando as empresas, as garantias, etc. e tal, mas se há vontade política de o banco fazer isso, face a uma autorização que até nem precisaríamos colocar, porque o banco tem autonomia para fazer isso, mas, politicamente, é interessante falar para o movimento dos caminhoneiros, de maneira geral, que, politicamente, nós estamos conversando esse assunto.

Parabéns pela sua explanação. E não se esqueça de liberar os recursos para o Estado do Mato Grosso. Há lá também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Presidente Luciano Coutinho, eu quero começar por onde quase terminou o Senador Blairo Maggi. Ele disse, lá pelas tantas, que a escolha já foi feita, e que, então, não há mais muito o que fazer.

Veja bem, veja como é importante a vinda de V. Sª aqui. Eu quero fazer algumas considerações rápidas, quero colocar uma preocupação e ouvir a sua opinião.

Para se tirar proveiro da sua presença, do seu talento, da sua credibilidade no Senado, não vale uma reunião só. É preciso que se sistematize isso, para que a frase do Senador Blairo Maggi tenha consequência prática. Pelo diálogo, pelo debate entre pessoas que querem trabalhar pelo Brasil, você encontra o melhor caminho.

Aqui, foram levantadas enormes questões de forma espasmódica. Não vai ser a resposta de V. Sª que vai resolver o problema. V. Sª quer o melhor para o Brasil e eu quero o melhor para o Brasil. Todo este Plenário quer o melhor para o Brasil.

Agora, começou-se por discutir o horário desta audiência pública. O Senador Cássio Cunha Lima disse: "Não era melhor isso? Não era melhor aquilo? Formato A, formato B?" É porque se deseja aproveitar a presença do BNDES.

O BNDES é um gigante, hoje, dentro da economia brasileira. É um gigante capitalizado que tem, queira ou não queira, tem recursos, recursos que – ficou claro – vêm do Orçamento da União, vêm do FAT e vêm de recursos próprios do BNDES. Preocupa-nos o desencaixe da aplicação dos empréstimos do BNDES, com recurso do Tesouro, tomados por um juro e pagos com outro juro maior. Qual é o desencaixe?

Nós temos que discutir isso, nós temos que ver. Não é um discutindo contra o outro; é um discutindo com os outros, para encontrar o melhor caminho. E não adianta uma audiência pública só. Isso tem que ser sistematizado.

As campeãs nacionais, Dr. Luciano, para muitos aqui no plenário do Senado, significam uma espécie de palavrão. Sabe por quê? Por causa do caso Eike Batista, pela menção de que os recursos do BNDES são o grande elemento financiador da Refinaria de Abreu e Lima. É por isso.

Se esse assunto não for discutido à exaustão, se explicações não forem dadas à exaustão, vai ficar uma desconfiança entre o Senado e o BNDES, e V. Sª paga o pato. E a imagem de V. Sª paga o pato.

Circula entre nós que o Tribunal de Contas da União solicitou documentos ao BNDES e o BNDES negou-se a dar, porque se tratavam de empréstimos com sigilo bancário. Como sigilo bancário se o empréstimo é feito com recurso público, recurso do Tesouro da União ou recurso do FAT? Isso tem que ser esclarecido e dentro do bom debate.

Uma coisa que nos preocupa... Eu, por exemplo, em reuniões da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Assuntos Econômicos, já questionei, e questionei fortemente, o pagamento, ou melhor, a liberação do pagamento de empréstimos feitos pelo Brasil a países africanos que são governados por títeres, por déspotas que colecionam Rolls Royces e Bentleys nas garagens, Ferraris e Lamborghinis. E aparece agora a ideia, que tem que ser esclarecida, de que aquele dinheiro pode ter sido proveniente de financiamento do BNDES.

O Porto de Mariel, em Cuba, Presidente Luciano Coutinho, para nós, foi uma pernada no Brasil. Sabe por quê? Porque a informação que nós temos é de que o dinheiro emprestado, certamente, foi com recursos em que houve deságio, porque o Brasil tomou aquele dinheiro a juro mais alto do que emprestou. E ainda houve mais uma doação de US$107 milhões, dinheiro dado a fundo perdido, para subsidiar ainda mais os juros. E no rol de coisas que nos chegam: financiamentos a Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia, aos bolivarianos por vertente ou por viés ideológico.

Por essa razão e pela crença que eu tenho na sua competência, na sua seriedade e no seu espírito público, propus que se aprovasse um projeto, que está tramitando há muito tempo, em que o presidente do BNDES viesse ao Senado como o presidente do Banco Central o faz, de dois em dois meses, para que esse diálogo produtivo pudesse ser não espasmódico, mas efetivo, para que nós pudéssemos ter a partir do espírito público de brasileiros que querem o melhor para o País. E aí eu queria ouvir a opinião de V. Sª sobre esse projeto que está vai lá, vem cá, vai e volta, sem conclusão. Se V. Sª acha boa a ideia de que o presidente do BNDES, que hoje é V. Sª e amanhã não será, será um outro, venha ao Senado discutir com espírito público, de dois em dois meses, as questões que envolvem esse gigante chamado BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Eu tive a informação que acaba de iniciar a Ordem do Dia no plenário.

Então, se todos tiverem um pouquinho mais de paciência, a gente concluiria com o Senador José Medeiros e Senador Ataídes e, aí, o Presidente Luciano Coutinho responderá, e quem quiser fazer algum tipo de intervenção, quando ele estiver respondendo, a palavra estará liberada.

Senador José Medeiros, cinco minutos e, depois, Senador Ataídes, para fecharmos a lista de inscritos.

Cinco minutos, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, de forma muito breve, Presidente Luciano Coutinho, farei poucas perguntas.

O Congresso Nacional discute, nesta semana, a Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014, e espera-se que a medida provisória reduza os saques do seguro-desemprego e do abono salarial. Sabemos que esses benefícios são custeados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que também financia o BNDES e que vem apresentando déficits nominais. No início deste ano, os jornais noticiaram que o Tesouro não poderia cobrir o FAT neste ano de 2015, e que o BNDES poderia ter de devolver recursos para o Fundo no segundo semestre.

Diante desse cenário, pergunto: de fato existe a perspectiva de devolução dos recursos do BNDES para o FAT este ano?

Os efeitos de aprovação da MP 665 poderiam mitigar o risco de devolução desses recursos?

O BNDES participou, de alguma forma, junto ao Ministério da Fazenda para edição da Medida Provisória nº 665?

Outra pergunta: sabemos que o BNDES só pode oferecer financiamentos com taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado, devido aos recursos públicos que recebe, incluindo os recursos do FAT, que, antes dos grandes aportes feitos pelo Tesouro Nacional nos últimos anos, era a principal fonte de financiamento da instituição. Entretanto, existe um custo de oportunidade na baixa remuneração dos recursos do FAT feita pelo BNDES. Mais recursos para o FAT permitiriam mais políticas públicas para os trabalhadores, em um momento

em que até o Governo reconhece o importante papel que a produtividade terá de desempenhar nos próximos anos para a economia voltar a crescer. Qual a avaliação do Presidente sobre a atual remuneração dos recursos do FAT pelo BNDES?

Existe perspectiva de reduzir a dependência do Banco em relação ao FAT no atual cenário, em que também a política de aportes do Tesouro parece ter encontrado limites na restrição fiscal e na desaprovação da política?

São essas as minhas perguntas, e quero fazer coro, Sr. Presidente, com o Senador Blairo Maggi sobre os recursos do Mato Grosso, até porque esse Banco tem uma gênese lá em Mato Grosso, Senador, porque um dos fundadores foi o nosso querido mato-grossense Roberto Campos.

Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Dado o início da Ordem do Dia, na condição de Líder do PSDB, e também o Senador Caiado como Líder do DEM, nós somos obrigados a estar em plenário, porque já está sendo iniciado o processo de votação. Mas não gostaria de cometer a indelicadeza de ter o Presidente Luciano esperado por tanto tempo e eu não ter como ouvir a resposta dele.

Indago a V. Exª se ele não poderia responder aos dois Líderes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O.k. Eu cedo para as Lideranças, Senador Ataídes, e aí V. Exª fecha a audiência.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... pela precedência, para que nós possamos nos dirigir ao plenário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – V. Exª quem manda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O.k. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Encerrou?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Mas já votou a 660?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Estão sendo votados os destaques, Sr. Presidente, da biodiversidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Da biodiversidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São fundamentais para nós. Já começaram a ler o relatório.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Então, tudo bem. Se a Ordem do Dia está encerrada...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Já encerrou. Então, não houve... Sem problema.

Então, o Senador Ataídes, que estava ali com uma cara lânguida, entristecido...

Senador Ataídes, cinco minutos, o último inscrito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Coutinho, eu fui sorteado para a Relatoria da 663, que altera o art. 1º da Lei 12.096, de 2009, pela qual fica a União autorizada a conceder subvenção econômica – que era de R$402 bilhões – de R$452 bilhões.

Eu comecei hoje pela manhã, Presidente Coutinho, a estudar e a conhecer um pouco mais sobre esse gigante citado por todos aqui, esse gigante chamado BNDES. E eu venho da Contabilidade, lá do início da minha vida profissional, não tenho muitas dificuldades para analisar. Mas eu estou aqui diante de alguns balanços, e já me começam a surgir muitas dúvidas. E acredito que V. Sª, na semana seguinte, vai estar na nossa audiência da 663, e lá eu vou poder explorar mais o conhecimento de V. Exª e ter mais informações. Mas eu percebo, nesse conglomerado do BNDES, que eu vi até alguém chamando de sistema, que é o Finame, o BNDESPAR e também a *holding*, algumas confusões aqui, e eu já comecei a detectar na minha cabeça. Pegando o balanço de 2014, vendo o ativo não circulante de 695 bilhões e um passivo não circulante de 757 bilhões, essa diferença me chamou a atenção.

Outra rubrica desse balanço: esses outros créditos e valores de bens no valor de R$24 bilhões. Eu vejo, Presidente – não tenho nenhuma pergunta neste momento –, que a falta de transparência desse tão importante banco é a grande questão deste Congresso Nacional e é o grande problema da gestão PT no País. Nós

sabemos que a falta de transparência mais a impunidade é igual à corrupção. Vejo aqui, Presidente Coutinho, que, em 2008, o Tesouro emprestou R$43 bilhões – vamos arredondar. De 2008 até 2014, R$433 bilhões. O FAP, de R$116 bilhões foi para R$192 bilhões. O PIS/Pasep – isso, estou falando de 2008 –, de R$29 bilhões foi para R$33 bilhões. O FGTS, que era de R$13 bilhões, foi para R$9 bilhões, e as captações externas foram de R$17 bilhões para R$34 bilhões, e o "outros" – isso me deixa um tanto quanto de orelha em pé –, de R$29 bilhões para R$31 bilhões.

Percebo, Presidente: desses R$591 bilhões da carteira de crédito do BNDES em junho de 2014, R$249 bilhões estão concentrados em dez empresas.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – R$160 bilhões estão concentrados em 50 empresas, e 87 bilhões, em 100 empresas. Aqui, vejo que esse banco, que tem que fomentar a nossa economia, incentivar as nossas indústrias, tanto as megas como as médias e pequenas empresas... Estou vendo que mais de 50% de todo esse dinheiro que foi emitido para o Tesouro está concentrado na mão de poucos. E aqui tenho informações de que muitos desses ativos são não recebíveis, no caso da Varig, Vasp e outros mais. Isso me perturba.

Outra perturbação aqui: esses 75 bilhões da carteira de crédito estão em moeda estrangeira. Eu não consegui entender. Comecei hoje, vou debruçar-me sobre esse tema porque terei que fazer nosso relatório. Esses 75 bilhões eu não consegui entender.

Estou encerrando, Sr. Presidente. Desses 66 bilhões que o BNDES, através da... BNDESPAR é que empresta dinheiro, ou da *holding*? É da *holding* que empresta, Sr. Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Há o BNDES financiamento, Finame, e BNDESPAR. E há uma subsidiária internacional...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – É, esses 66...

O SR. LUCIANO COUTINHO – ... a PLC.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Esses R$66 bilhões em compra de ações, R$38 bilhões foram só para a Petrobras; R$7,7 bilhões foram para a Vale; R$1,8 bilhão foi para a Eletrobras; R$1,3 bilhão foi para a CPFL e R$1 bilhão para a Suzano.

Eu não tenho perguntas, Sr. Presidente. Vou aprofundar-me literalmente dentro do BNDES. Já era um propósito meu e agora vou estudar a fundo mesmo, porque eu vejo que esse banco é de uma importância extraordinária para o crescimento da nossa economia. Eu disse ao Presidente, Ministro Levy: o negócio não é aumentar impostos. No meu entendimento, é cortar gastos, acabar com essa corrupção e incentivar as nossas indústrias a produzir mais. É através desse douto Banco que podemos incentivar as nossas indústrias a produzir, dar emprego, gerar renda e com isso crescer o nosso PIB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes. Agora, finalmente, o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Agradeço ao Srs. Senadores pelas perguntas. Vou começar buscando objetividade, respondendo a todos.

Vou começar com o nobre Senador Cássio Cunha Lima, com a questão a respeito do TCU, do relatório do Ministério Público, do TCU, sobre a questão dos atrasos do Tesouro em relação ao BNDES. O Senador descreveu aqui a posição do Ministério Público. O processo está em curso ainda. Eu recebi uma convocação, um convite do relator para uma oitiva no TCU. Eu a farei. O BNDES registra religiosamente o volume das equalizações, registra sua cobrança, dessas equalizações, normalmente. Essa questão está sendo examinada pelo TCU ainda no meio do processo. Eu não me sinto em condições, não li o relatório do Procurador, o que farei muito em breve, tendo, então, oportunidade de esclarecer tudo diante do Tribunal de Contas da União. Mas, neste momento, Senador, eu não teria como comentar a respeito das informações que o Senhor me pediu.

Em relação à questão da dispensa de uma eventual multa em Belo Monte, quero lhe dizer que não vi – isso me foi perguntado antes por outro Senador –, não conheço, não tive oportunidade, essa notícia de hoje, dos jornais de hoje, mas posso lhe explicar o seguinte: quando há um projeto grande, que é complexo, especialmente um projeto da Região Norte, onde a janela seca é de poucos meses, a ocorrência de atrasos pode advir de vários outros fatores, além da questão do tempo. Quando o empreendedor, quando o grupo empreendedor consulta o BNDES com a antecipação devida, justifica e demonstra a impossibilidade de cumprir determinados marcos físicos, o Banco pode, sim, reescalonar esses marcos físicos, desde que ele não precise reescalonar o contrato, a carência, ou o prazo total do contrato seja um remanejamento do prazo de execução. Nesse caso, não há nenhuma excepcionalidade. Quando a empresa não faz qualquer consulta e, injustificada-

mente, não cumpre os marcos físicos do cronograma, aí, sim, ela fica passível de receber uma multa. Eu quero crer que nesse caso, Senador, e eu me comprometo a enviar para o seu gabinete um esclarecimento a respeito desse caso específico, eu quero crer que não há excepcionalidade, esse é um procedimento corriqueiro. É diferente, na matéria, a questão do pedido de atraso de entrada da energia diante da ANEEL, de um pedido de remanejamento do cronograma de obra junto ao BNDES. São coisas distintas. O BNDES, em grandes projetos desse tipo, pode perfeitamente, dentro das regras, fazer esse replanejamento. Isso é compreensível em obras de grande porte, em obras complexas.

Quanto à pergunta a respeito das operações internacionais, a respeito da Conectas, eu quero dizer ao Senador que nós mantemos um diálogo permanente, periódico, com o Fórum da Sociedade Civil, do qual a Conectas faz parte. Nós estamos, nesse Fórum, buscando avanços concretos na política de responsabilidade social e ambiental do banco. Nós temos feito esse grande esforço e temos buscado dar a devida importância a isso.

Temos uma Ouvidoria muito ativa, que recebe milhares de reclamações de pequenos, médios e grandes. A nossa Ouvidoria é muito eficaz. Ela se reporta diretamente ao Conselho de Administração e a mim. Ela me informa. Eu dou grande valor ao que vem da Ouvidoria, porque ela vem do nosso usuário, do nosso público, do cidadão. É nossa obrigação dar grande valor à Ouvidoria. Ela tem funcionado eficientemente, com queixas, com denúncias, com grande intensidade. Nós damos muita importância a ela.

Sobre as operações internacionais, vou responder em conjunto, Senador Ronaldo Caiado.

Eu queria, primeiro, dizer ao Senador Ronaldo Caiado que não há vinculação ideológica da política de concessão de créditos para o exterior no BNDES. Está certo? O BNDES é uma entidade que, do ponto de vista técnico, examina todos os seus projetos, inclusive os projetos de exportação, com o mesmo rigor e com a mesma sistemática de concessão de crédito verificados em qualquer projeto. Obviamente, o banco recebe projetos na medida em que as empresas brasileiras ganham concorrências no mercado internacional, sejam empresas fornecedoras de equipamentos e de bens de capital, sejam fornecedoras de serviços de engenharia e de construção.

Eu não vejo... Por exemplo, no nosso período de 2013 a 2014, em operações internacionais, R$8,7 bilhões foram para os Estados Unidos, que continuam sendo o mercado individualmente mais importante; R$3 bilhões, para a Venezuela; R$3 bilhões, para Angola, nesse biênio; e R$800 milhões, para Cuba. Mas eu lhe asseguro que não há nenhuma vinculação ideológica à entidade que foi mencionada por V. Exª em relação ao processo de concessão de empréstimos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pode não haver vinculação ideológica, Presidente, mas pode haver coincidência entre as viagens do Lula nesses países e a autorização dos empréstimos. Talvez, tenha sido isso, então. Talvez, na viagem do Presidente Lula com eles, isso tenha sido direcionado. A preocupação nossa é chegar a esse ponto. V. Exª faz uma análise técnica. Nós fazemos uma análise política, que é fundamental para nós, diante do momento a que estamos assistindo na Petrobras. E nos traz preocupação a situação do BNDES.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Mas o que eu posso assegurar a V. Exª é que a análise técnica é rigorosamente igual à análise técnica feita em todo e qualquer projeto, sem qualquer motivação.

Bom, eu lembro também que essas obras ou especialmente os empréstimos em engenharia e construção, na América Latina, são muito disputados. Nós vimos, ali, o crescimento da entrada das construtoras chinesas na América Latina. Nós vimos também um desempenho muito forte das espanholas da América Latina.

Então, em vários países, há, de fato, disputa por mercados. Não é o BNDES que origina essas operações. O BNDES as trata com todo o rigor técnico.

V. Exª também fez uma questão a respeito de participação do BNDES em empresas e mencionou especificamente a JBS. Nós temos uma participação de 24%. Não sei se alguém falou que era um número superior a isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A informação minha é 27%, Presidente, que eu busquei.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Atualmente, é de 24%, 24,3%. Na verdade, as ações da empresa têm se valorizado.

Eu queria lhe informar duas coisas. Primeiro, doações de campanha e decisões a respeito de doações de campanha são privativas dos controladores das empresas. Não são matérias de conselho de administração. Nós temos um representante no Conselho; nós temos uma posição preferencialista no Conselho; nós zelamos pela governança da empresa; nós temos uma visão transitória da nossa participação na empresa, como já foi explicado; e não temos nenhuma vinculação entre a nossa participação e a questão de doação de campanha. Nós não interferimos na gestão das empresas privadas, das quais a gente participa, salvo para zelar pelas regras de governança, respeito à lei, respeito à responsabilidade socioambiental.

Posso lhe dizer também que não há, no processo de concessão de crédito do BNDES, que é extremamente rigoroso... O Senador Blairo Maggi aqui até descreveu como é penoso, é difícil obter um crédito no BNDES, porque o BNDES realmente é exigente e conservador nas suas exigências. É muito criterioso, muito rigoroso. É impossível, absolutamente impossível, quem quer que possa vincular qualquer processo de concessão de um crédito do BNDES a uma promessa de doação ou qualquer coisa dessa natureza, dado o caráter estritamente técnico da instituição.

Por exemplo, V. Exª mencionou o caso do JBS. No JBS, praticamente nós não temos financiamento. Nós não temos crédito com a JBS. Nós temos uma participação acionária, que foi resultado de uma operação BNDESPAR, que é uma operação de emissão de uma debênture para uma aquisição no exterior de uma grande empresa, que era uma grande oportunidade econômica.

Nós precisamos lembrar que, há alguns poucos anos, a economia americana estava em grave situação de crise financeira, com muitas empresas, inclusive algumas empresas em recuperação judicial, Chapter 11, e que a nossa taxa de câmbio era favorável. Então, algumas dessas oportunidades geraram oportunidades de aquisição que foram apoiadas e que depois reverteram numa conversão disso em participação acionária, que já foi bem maior e agora é menor. E na medida em que esse nosso processo é transitório, ele se tornará menor no futuro. Obviamente, não estou aqui dando nenhuma informação de mercado, apenas tenho que tomar cuidado porque estamos falando de uma empresa de capital aberto. Estou falando aqui de maneira genérica.

Então, nesse sentido, Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu entendo esse lado dos Estados Unidos...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nós não temos uma operação de crédito. O volume de operação de crédito pode ser visto no balanço do JBS, que é um balanço público. O volume de operação de crédito e empréstimo é realmente pequeno. E como é um dado público do balanço de dezembro, eu fornecerei, depois, essa informação ao Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas o banco que V. Sª preside é um banco de desenvolvimento social. Seria importante que um dia V. Sª fosse conosco ao Estado de Goiás a fim de assistir ao que fizeram com todas as plantas frigoríficas do meu Estado, e do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia. Seria importante que V. Sª tomasse conhecimento, porque elas foram dizimadas. Muitas foram compradas e fechadas, outras foram alugadas e fechadas. O BNDES, ao invés de cumprir essa função social, ao alavancar uma empresa como a JBS, depredou toda a estrutura frigorífica do Centro-Oeste brasileiro. Quer dizer, o BNDES desenvolveu uma estrutura de oligopólio na área de carne. Isso nos preocupa enormemente, porque essa cartelização impõe sobre o produtor rural regras que são leoninas. O BNDES deveria ter a preocupação, junto ao Cade, de não deixar que esse processo progredisse no Brasil, financiado por um dinheiro que é público. Se ele teve a sorte de ser empresário na Austrália, na Itália, nos Estados Unidos, nós não estamos discutindo isso. O que nós estamos discutindo é o fator negativo do apoio do BNDES à estrutura de plantas frigoríficas dos Estados que compõem o Centro-Oeste. E essa sequela, vou dizer a V. Sª, é algo que só vendo para ver o crime que foi praticado no Centro-Oeste brasileiro e em parte do Norte do País.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Caiado, permita-me um aparte.

Na verdade, o BNDES foi parte efetiva dessa transação. O BNDES é sócio do Grupo JBS. Então, não só incentivou e emprestou. Não, é sócio. É importante que se diga.

O SR. LUCIANO COUTINHO – A aquisição de que falei, Senador, foi no exterior e não no País. Mas me deixe dizer o seguinte: eu tenho todo interesse, Senador, de aprofundar o assunto com V. Exª e de entendê-lo em profundidade.

Mas eu queria fazer apenas duas ponderações. A primeira é a seguinte: houve um ciclo de investimentos no setor de frigoríficos no Brasil, entre 2004 e 2005 e em 2008, muito intenso. Esse ciclo de investimento foi apoiado por todo o sistema financeiro, e não exclusivamente pelo BNDES. Houve certa euforia em relação ao potencial da indústria de frigoríficos no Brasil. O resultado é que se formou uma grande capacidade ociosa, após um determinado período, e essa enorme capacidade ociosa gerou uma disputa muito forte e levou a um processo de dificuldades sérias para muitos frigoríficos. O BNDES, inclusive, naquele período, investiu em quatro frigoríficos que, àquela época, eram mais ou menos equivalentes em termos de tamanho. V. Exª deve se lembrar disso. Desses quatro, um se fundiu com a JBS, outro infelizmente faliu e existem dois que permanecem no processo.

Então, não houve uma intenção de concentrar no sentido que foi colocado, até porque nós temos que zelar pela concorrência. Não é nossa atribuição, mas nós estamos submetidos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Portanto, eu quero também lembrar, sem prejuízo de que possamos dialogar pessoalmente – e eu me disponho a dialogar com V. Exª...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu aceito e quero exatamente fazer essa audiência com V. Sª, porque o pensamento hoje, no meu Estado de Goiás, é que ninguém tem coragem de abrir lá um frigorífico porque o BNDES é sócio do JBS, e, como tal, não adianta, porque ninguém vai sobreviver. Esse é o sentimento que há em todo o Centro-Oeste brasileiro.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ele diz: "Eu tenho o BNDES aqui; vocês vão disputar comigo?" Esse é o desafio!

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, eu me disponho a reunir-me com V. Exª e com os pequenos e médios frigoríficos de Goiás, no momento em que existir a associação. Nunca me furtei a receber, a buscar entender a situação dos pequenos e dos médios. Eu lembro também que, apesar de todo esse movimento de concentração, 62% do mercado é de pequenos e médios frigoríficos. O abate no Brasil ainda é dominado amplamente por pequenas e médias empresas. E é nossa obrigação entender a situação dos pequenos e médios.

Seguindo adiante, vamos às perguntas do Senador Tasso Jereissati. Senador, eu não sei se V. Exª tinha a questão das operações internacionais. Eu aproveito também a presença... O Tasso também fez esta pergunta, como também o Senador Cristovam Buarque e o Senador Agripino. Então, aproveito para, neste ponto, tocar na questão da transparência das operações internacionais.

Eu não sei se todos os senhores estavam aqui no momento – o Senador não estava –, mas eu não vou ler tudo, porque já o fiz. Trata-se de uma informação do Exmo Ministro Armando Monteiro, o Ministro ao qual estou vinculado, que é a seguinte: sobre o acompanhamento permanente da Comissão de Avaliação de Documentos Sigilosos (Copad), Portaria tal, tal, tal, "encontra-se atualmente em andamento estudo com vistas à reavaliação *ex officio* dos documentos classificados como sigilosos no âmbito deste Ministério, mais especificamente aqueles que tratam de operações de financiamento à exportação de bens e serviços brasileiros para Cuba e Angola, no âmbito dos programas Proex e BNDES Exim".

Ele segue aqui, dizendo que nós, obviamente, temos de observar o sigilo bancário e outros normativos. E eu propus, Senador, para que eu possa subsidiar o processo que o Ministro Armando Monteiro está pondo em marcha, uma Comissão Mista da CAE e da Comissão de Relações Exteriores, para que, numa reunião técnica de trabalho, obviamente uma reunião fechada, possamos trabalhar como aperfeiçoar o processo de disponibilização das informações de comércio exterior. E eu peço para mostrar de novo aquele eslaide 7. Eu estou repetindo porque nem todos os senhores estavam aqui naquele momento.

É aquela tabela ali embaixo.

Relatórios anuais *on-line* todo mundo faz.

Segunda linha: portal de transparência com requisição de informação, o Exim americano, ou US Exim, o BNDES e o banco da Grã-Bretanha.

Estatísticas detalhadas do valor, por exportador e por país, o único que supre é o BNDES... Desculpem, o Exim americano e o BNDES. Nenhuma outra agência de exportação de país desenvolvido supre informação detalhada e individualizada de comércio exterior. Por quê? Porque essas operações, muitas vezes, têm...

Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Permita-me. Não estou pedindo informações detalhadas. Minha pergunta é se, nessas operações, por exemplo, de venda de bens e serviços em que uma determinada empreiteira brasileira vai construir um porto ou uma estrada em outro país, seja Cuba, seja Venezuela, o contrato firmado entre o BNDES é entre a empreiteira brasileira ou é entre o órgão de governo ou a empresa portuária do país subsidiado ou financiado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não. O contrato é feito com a empresa importadora ou, se for o caso de um governo, com o governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Por exemplo, no caso de Cuba, do porto de Cuba, é com o governo cubano.

O SR. LUCIANO COUTINHO – É o governo. Se for uma exportação de aeronaves para uma companhia aérea, é a companhia aérea.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Numa exportação eu entendo; estou dizendo no caso de uma...

O SR. LUCIANO COUTINHO – O governo, é o governo. O prestador de serviços é interveniente e é um prestador de serviços. Então, é diferente, ele não é um crédito ao exportador. Outra informação importante...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Só o mapinha regional, só acompanhando aí.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Outra informação importante, Senador, é que o dinheiro não sai do Brasil. A gente não remete o dinheiro para o exterior para comprar. O dinheiro sai do BNDES para pagar, em reais, a exportação devidamente documentada e auditada. Então, o Governo emite e reconhece uma fatura, nós ve-

rificamos, através de empresa de auditoria, se a exportação foi efetuada, e aí a gente libera gradualmente o pagamento, em reais, ao exportador no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Prosseguindo, Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, eu voltei para aquele assunto, para o item 7 porque não sei se o Senador Caiado e o Senador Cássio estavam aqui, ou mesmo o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. Fora do microfone.) – Presidente, eu só queria chamar atenção: cartões, Municípios com pelo menos um cartão BNDES. Olhe o Ceará ali.

O SR. LUCIANO COUTINHO – O Ceará está lá, todo verdinho.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Todo verdinho, não tem nem um pontinho branco. Olhe Pernambuco, como está uma beleza, seu Estado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – É um orgulho.

Partindo para o item 7, por favor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim, mas a culpa não pode ser do banco, não é?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero apenas fazer um registro, Presidente.

Essa proposta do Presidente Luciano Coutinho é uma proposta muito importante. Em função dessa discussão e da carta do Ministro Armando Monteiro, acho que as duas comissões, a CAE e a Comissão de Relações Exteriores, devem fazer uma discussão técnica fechada para ajustar, inclusive, essas informações. A gente compreende, determinadas informações são de fundo empresarial, claro, isso é preservado, e qualquer país do mundo faz isso. Agora, aquilo que diz respeito às operações do BNDES com as empresas e com os países e com os governos, acho que podíamos muito bem, nessa reunião técnica, efetivamente estruturar procedimentos para que a gente discuta isso abertamente, sem restrições de sigiloso, de secreto e outras coisas que acho que não valem em função até do próprio papel que o Senado Federal tem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, só estou aguardando a resposta dos caminhoneiros, porque preciso ir também. Desculpe.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu fiz essa proposta no sentido de que a gente organize uma reunião técnica para discutir a melhor forma de fazer isso, porque eu estava explicando que às vezes, se você individualiza uma operação e permite inferir condições comerciais, preço, você pode criar prejuízo para a capacidade competitiva das empresas brasileiras.

Então, esse é um tema complexo e eu gostaria de compartilhar, de ouvir a Casa, tecnicamente, num seminário, sobre a melhor maneira de aperfeiçoarmos as nossas estatísticas. Agora, as operações são reportadas. A gente reporta por país, o volume de operação por país, o volume por exportador; e a lista, a gente só não individualiza contrato a contrato, no caso das operações... Essa é a diferença, e nós precisamos encontrar um caminho técnico para isso.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, antes de o senhor me responder sobre a questão dos caminhões, talvez eu não tenha entendido direito as colocações feitas aqui. Mas V. Sª colocou que nós financiamos bens que saem do Brasil para fora. Correto?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – As empresas brasileiras e o serviço é feito aqui; enfim, o dinheiro fica aqui internamente. Mas esses financiamentos, do tipo desse que foi para Cuba – e eu estive lá no Porto de Mariel –, não há equipamento brasileiro lá. Há tecnologia, há serviço de empresa brasileira. Mas os equipamentos, acho que não são brasileiros.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Há equipamento brasileiro também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Aqueles guindastes que estão lá são brasileiros?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Há muito equipamento brasileiro, há equipamento chinês; mas há muito equipamento brasileiro e serviço.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas com relação aos chineses, somos nós que pagamos ou foi Cuba que pagou?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, não! Eu estou dizendo que com relação ao equipamento chinês, eu não sei como foi financiado. Eu sei pelo testemunho de alguém que visitou e me disse que viu o equipamento. Mas na verdade nós só podemos financiar equipamentos fabricados no País e serviços no país.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Especificamente nesse porto, Presidente Luciano, eu conheço, eu estive lá e equipamentos há muito pouco pelo valor investido lá. Trata-se mais de acesso, terraplanagem, asfaltamento do pátio; enfim, da infraestrutura local.

O SR. LUCIANO COUTINHO – V. Exª esteve lá também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Estive, estive lá.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Viu in loco.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Um belo de um porto.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu obviamente vou verificar para lhe dar uma informação precisa sobre quais equipamentos brasileiros estão lá.

Agora, voltando, Senador Blairo ...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu fiz uma pergunta sobre o lucro, entre a diferença de taxa que o BNDES paga ...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não, Senador Tasso. Eu vou voltar à ordem aqui e responder...

A fonte principal do lucro do BNDES é o *spread* obtido nas operações de crédito. A outra fatia importante do lucro, em média, é resultado da BNDESPAR. Há uma pequena fatia também, que varia e que às vezes não é tão pequena, do *spread* de crédito das operações Finame. E há também um pedaço da operação que vem da tesouraria. É talvez com isso que V. Exª esteja preocupado. Por quê? Porque uma instituição do porte do BNDES precisa ter um colchão de caixa mínimo. Está certo? Não se pode operar um banco que desembolsa R$188 bilhões e tem sempre, três meses à frente, de R$10 bilhões a R$15 bilhões para desembolsar, sem manter um caixa mínimo. Esse caixa mínimo está absolutamente em linha com o equivalente ao que o Banco Mundial mantém, que o BID mantém, etc.

Essa pergunta já me havia sido feita aqui no Senado, em outra ocasião, pelo Senador Aloysio Nunes, porque alguém lhe deu a informação de que o lucro do BNDES vinha de operações de tesouraria ou vinha do *spread* entre a TJLP e títulos públicos. Não é verdade. Essa é uma fonte pequena do lucro e é uma contingência necessária. Nós temos de pegar uma parte do nosso retorno, entrada de recursos, e ter uma guarda mínima de caixa, que naturalmente é aplicada em títulos federais. Mas não há excepcionalidade.

E eu terei muita satisfação em enviar o último balanço do banco, se V. Sª quiser. Inclusive, nós vamos ter de mandar aqui uma equipe. Eu ofereci isso aqui ao Senador Ataídes, que acabou de sair. O Senador Ataídes me pareceu muito preocupado em entender vários números, e eu disse aqui a ele que vamos facilitar a vida dele e vamos mandar aqui uma equipe de contabilidade para explicar para ele, porque havia muita dificuldade de compreensão. Nós vamos facilitar a vida e poderemos fazer ali também uma exposição sintética da origem dos lucros do banco.

Então, em relação a outros pontos, o Senador Roberto Rocha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu já chego lá, Senador. É que estou seguindo a sequência, senão vou me perder. O Senador Roberto Rocha me perguntou sobre os trinta bilhões da 661. Esses trinta bi foram editados e repassados ao BNDES, em dezembro do ano passado, quando o BNDES vinha trabalhando já em uma situação de grande estresse, porque houve...É natural, porque sempre há em dezembro a perspectiva de mudança das taxas do Programa PSI. E essa perspectiva de mudança de taxa do Programa PSI provocou uma aceleração muito aguda na demanda por máquinas e equipamentos, no PSI, que se refletiu em novembro, dezembro, janeiro e fevereiro.

Então, esse recurso já foi empregado para honrar os compromissos gerados, no fim do ano, em função da mudança do PSI.

E ele, enfim, será depois objeto, a locação desses recursos será objeto...Estou dizendo que, em grande parte, foi para o PSI, mas não só. Mas será objeto depois de relatório, como sempre tem sido ao Senado, ao Congresso Nacional, aliás, a destinação de todos os recursos.

E o BNDES honrará os contratos assinados. Não há hipótese de não honrar. Nós mudamos a nossa política operacional para poupar a TJLP, no sentido de honrar todos os nossos contratos.

Eu não saberia opinar agora sobre a obrigatoriedade de sabatina. Eu preferia me reservar para pensar sobre o assunto, dado que a natureza é diferente de organismos onde você tem demissão *ad nutum* de organismos onde você tem estabilidade. Então, eu me reservaria pensar sobre o assunto.

O Senador Hélio José fez uma série de questões.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Presidente, sobre a emissão de debêntures, o banco....

O SR. LUCIANO COUTINHO – Perdão?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sobre a emissão de debêntures, o banco...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Ah, sim, desculpe-me. Sobre a emissão de debêntures, nós estamos empenhados em estimular a emissão de debêntures, tanto corporativas, criando um estímulo de que a empresa que emitir debênture poderá ter algum estímulo adicional nos nossos financiamentos, desde que ela mobilize o mercado de capitais.

Isso foi apresentado em São Paulo junto com o Ministro Levy e com o Ministro Nelson Barbosa, na sexta-feira passada, como uma forma de poder compartilhar o peso dos financiamentos de longo prazo entre o BNDES e o mercado de capitais.

Também existem as debêntures incentivadas de infraestrutura, que nós esperamos que, com a retomada do processo de concessão, possam também receber um impulso.

Então, nós temos forte interesse no processo de estímulo à emissão de debêntures. O BNDES tomou uma iniciativa adicional de fortalecer as debêntures. E, no caso de debêntures de longo prazo de infraestrutura, nós estamos estudando uma garantia adicional ao serviço de juros das debêntures durante dois anos, porque é especialmente importante durante o período de construção. Poderemos detalhar isso se V. Exª quiser, com muito prazer.

O Senador Hélio José fez uma série de questões a respeito, fez várias perguntas. Ele já saiu, mas pediu que eu as respondesse, porque ele iria depois ler as notas taquigráficas.

Quero dizer ao Senador que, especialmente nos Estados do Nordeste, a energia eólica e, principalmente no futuro, a energia solar são uma extraordinária oportunidade nova que nós deveríamos fomentar. A geração distribuída de energia solar deve ser estimulada, assim como a constituição de parques de energia solar. O governo já iniciou no ano passado um leilão de energia solar que foi extremamente bem sucedido e pretende lançar neste ano mais dois leilões de energia solar. Nós esperamos poder desenvolver uma cadeia produtiva, receber investidores. O Senador, inclusive, fez menção a um investidor interessado. Nós temos todo o interesse em receber.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem. Eu terei que sair, porque tenho votação nominal.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu vou responder. Deixe-me dizer, Senador: em relação à questão do caminhoneiro. Essa é uma discussão que está centralizada na esfera política do Governo. Então, eu entendi a sua ponderação, explicação de que V. Exª quer que ampliemos o escopo das renegociações...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sem subvenção da União.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sem subvenção da União... O que eu lhe digo é o seguinte: Eu vou examinar o assunto, mas o poder de decisão específica disso está na esfera política e na negociação com o setor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas ele está indo numa autorização via MP. Se aprovado obviamente na Câmara e no Senado, vai essa autorização.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Como o Banco tem uma baixíssima inadimplência, deve ter uma possibilidade grande de renegociação.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Mas, na medida em que isso implica mexer num contrato equalizado, ainda que seja para tirar a equalização, eu tenho que ouvir o Conselho Monetário, que regulamentou o assunto. Portanto, ouvir o Ministro da Fazenda. Ou seja, isso não está na esfera de autonomia de o BNDES decidir. É uma decisão política superior, inclusive na negociação política.

Mas o que eu lhe asseguro, Senador, é o nosso interesse em examinar o assunto com boa vontade. Isso eu lhe asseguro.

Na verdade, eu tenho que lhe agradecer porque o Sr. Senador chegou aqui quando eu cheguei – não me lembro...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Às 10 horas.

O SR. LUCIANO COUTINHO – O senhor chegou aqui e permaneceu todo tempo. Agradeço penhoradamente a sua atenção. Conte sempre conosco sempre que precisar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Estou doutor em BNDES hoje.

Obrigado.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador Cristovam, eu lhe digo o seguinte: o senhor fez a sugestão de que nós teríamos que pedir ao tomador de crédito que abra mão do sigilo bancário. É uma sugestão a ser verificada, mas é difícil, porque muitas vezes o tomador de crédito pode se expor de forma desfavorável ante o mercado de concorrente se essa for uma condição sine qua non para obter o crédito do BNDES, que é, por enquanto, a única fonte de longo prazo. Então, essa é uma primeira consideração.

A outra consideração diz respeito à questão de que o Banco Central tem normativa a respeito e é necessário uma isonomia de competição entre as instituições. O que V. Exª sugere pode causar uma simetria de

capacidade de competir, tanto para a empresa quanto para a instituição financeira, mas nós vamos examinar. A ideia, a minha reação prima facie é a de que ela não é uma ideia de fácil aplicação.

Segundo, a questão da inovação. O BNDES tem feito fortes aumentos no seu apoio à inovação e apoio a empresas inovadoras. Isso já tem se traduzido em geração crescente de patentes por essas pequenas empresas inovadoras. Nós temos estatísticas a respeito. Eu acredito que o apoio do BNDES às pequenas empresas inovadoras é notável nos últimos quatro anos, o crescimento do número de empresas e dos resultados muito alvissareiros. Nós entendemos que essa curva ascendente precisa ser mantida. Nós precisamos ampliar.

Em relação à questão do investimento PIB, há uma tabela ali que mostrava que, de fato, o BNDES contribuiu para subir a taxa de investimento do País em, pelo menos, três pontos de percentagem. É contra intuitivo achar que o BNDES, que é o grande emprestador de longo prazo, não tenha expandido o seu apoio à infraestrutura, o seu apoio a vários, grandes e novos empreendimentos na indústria, nos serviços, enfim, sem que isso estivesse relacionado à formação de capital.

Então, nós poderemos, também, Senador – devido o adiantado da hora, mas eu gostaria muito – lhe enviar informações a respeito dessa relação. Peço que a gente mande uma pequena nota para o Senador a respeito da relação entre formação bruta de capital fixo e operações do BNDES.

Eu creio que as outras perguntas, uma vez que os Senadores já se ausentaram, poderei remetê-las através das respectivas assessorias. Agradeço aos Senadores Garibaldi Alves, da Comissão de Infraestrutura, o Senador Delcídio do Amaral pela oportunidade de ter vindo aqui. E eu digo, aliás, em resposta a um dos apelos que foram feitos aqui. Virei à CAE quantas vezes for convidado. Nunca deixei de atender ao convite. Faço questão de estar presente, aqui, não somente à CAE, mas também a outras comissões, particularmente à CAE, que é a comissão que mais diz respeito diretamente ao BNDES.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, me permite? Eu quero fazer um convite, então, para que venha à Comissão de Ciência e Tecnologia para termos um debate sobre o BNDES e o Sistema Nacional de conhecimento e inovação. Enviarei o convite.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Quero cumprimentar o Senador Garibaldi, esse grande companheiro nosso, Presidente da Comissão de Infraestrutura, cumprimentar o Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente aqui na CAE, Senadora Ferraço, nosso Vice-Presidente na Comissão de Infraestrutura também. Especialmente, meu caro Presidente Luciano Coutinho, cumprimentá-lo. V. Exª veio à Comissão de Assuntos Econômicos em um dia bastante agitado porque sabatinamos, inclusive, dois diretores do Banco Central. Mas com a sua fleuma, com a sua tranquilidade, com o conhecimento que o Prof. Luciano Coutinho tem, tivemos hoje um debate extremamente rico aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação efetiva dos Senadores e Senadoras.

Naquilo que corresponde às atividades do BNDES, ninguém ficou sem resposta. E todas as respostas foram apresentadas de uma maneira didática, de simples entendimento, porque as coisas simples são as coisas certas. Todas as coisas certas são simples.

Tivemos aqui hoje um dia especialíssimo. Queria agradecer, pois estamos batendo recorde de audiências públicas aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje, quem chegou aqui cedo, pois estamos desde as 10 horas aqui e já são 17h57 – portanto estamos há quase oito horas entre sabatinas e audiência pública do Presidente Luciano Coutinho.

Meu caro Professor Luciano Coutinho, foi de extrema importância, de extrema valia a vinda de V. Exª. Aqui também ficam os compromissos – é importante registrar – com o Senador Caiado que levantou um assunto, um tema, importante que é a situação dos pequenos e médios frigoríficos. Encontrei, mais uma vez, toda essa boa vontade do Presidente Luciano Coutinho, que para mim não me estranha, até pelo espírito público que ele tem de estabelecer esse diálogo, as informações ao Senador Tasso e ao Senador Ataídes.

Acho que essa é a primeira de uma série ao longo deste ano, meu caro Presidente e Professor Luciano Coutinho, de debates e audiências públicas que ajudarão muito a esclarecer uma série de pontos e mostrar esse trabalho exemplar que a diretoria do BNDES vem fazendo, comandada por V. Exª e com um quadro técnico simplesmente exemplar, altamente qualificado. Aqui vários Senadores testemunharam isso, a qualidade dos quadros do BNDES.

Por último, e não menos importante, meu caro Presidente Luciano Coutinho, essa reunião fechada que faremos na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Cristovam, meu caro Senador Garibaldi, para discutir esse tema do financiamento de exportação, investimentos ou financiamentos que o BNDES faz em outros países, principalmente em cima de equipamentos, em cima de serviços de engenharia, para verificarmos aquilo que é possível socializar e democratizar pelo papel, que o próprio Senado tem, e aquilo que efetivamente é

segredo industrial, segredo comercial, que nós temos que ter uma compreensão clara de que isso não pode ser divulgado, porque tira a competitividade das empresas brasileiras.

Queria agradecer a todos os senhores e senhoras que estiveram presentes até agora aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, nessa audiência pública, na Comissão de Infraestrutura presidida pelo Senador Garibaldi Alves.

Tínhamos uma audiência pública marcada, Adriana, para o dia 22 com a presença do Presidente da Petrobras e do CFO da Petrobras Dr. Ivan Monteiro. Mas o Presidente do Conselho de Administração da Petrobras marcou uma reunião exatamente para o dia 22, quando vamos finalmente terminar essa novela que é o balanço da Petrobras de 2014. Mais um desafio que o Presidente Luciano Coutinho teve que enfrentar. Espero que dia 22 essa fatura esteja liquidada.

Portanto, não teremos audiência pública da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 22. Portanto, a Infraestrutura, quarta-feira é normal da Infraestrutura, não é Garibaldi, mas a CAE não terá reunião semana que vem, até porque já estamos na televisão há muitas semanas. Então, vamos dar uma folga para os telespectadores e também para os ouvintes da TV e Rádio Senado.

Vou agora acertar com o Presidente Bendine uma tentativa para, na outra terça-feira, na primeira aparição pública após aprovação do balanço – e espero que o balanço seja aprovado – tenhamos aqui um debate intenso sobre o balanço da Petrobras, sem ser na próxima terça-feira, dia 22, a outra terça-feira, com a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer aos senhores e às senhoras, agradecer...seria 28, terça-feira, às 10 horas...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – É 28.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Vinte e oito, na terça-feira, é a nossa data tentativa. Por isso, quero agradecer mais uma vez seu brilhantismo, Luciano, competência, paciência, tolerância, tranquilidade, serenidade. É assim que a gente constrói um Brasil melhor.

Muito obrigado a vocês. A reunião está encerrada.

(Iniciada às 12 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 04 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia quinze de abril de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Roberto Rocha, Elmano Férrer, Paulo Paim, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Wilder Morais, Vicentinho Alves e das Senadoras Marta Suplicy, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, de 2011 – Não Terminativo – **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 7, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 599, de 2011. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011. – Terminativo – **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (SUBSTITUTIVO). Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Benedito de Lira. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 9, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa da Senadora Angela Portela e do Senador Paulo Paim, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 9, de 2014. A tra-

mitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014 na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Waldemir Moka, em substituição ao Senador Humberto Costa. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senador Waldemir Moka. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Ficam adiadas a votação e a discussão do item 3. EXTRAPAUTA – ITEM 7 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2015 **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 599/2011, que "Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista" para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde. 2. Representante do Ministério da Educação; 3. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Presidente do COFFITO, Dr. Roberto Mattar Cepeda – presidente@coffito.org.br e coffito@coffito.org.br; 4. Representante do Conselho Federal de Medicina; 5. Associação Brasileira de Quiropraxia; 6. FEEVALE – Reitora Inajara Vargas Ramos, Av. Dr. Mauricio Cardoso, 510, Novo Hamburgo – RS Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 8 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2015 **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir oPLS 08/2014, que "Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva." para tanto, sugiro que sejam convidados: • Representante da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas; • Representante do SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; • Representante do Tribunal Superior do trabalho – TST; • Representante da ANAMATRA – associação Nacional dos Magistrados do Trabalho; • Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; • Representante do Ministério Público do Trabalho – TEM. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2015. **Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014, que altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição", com a presença do seguinte convidado: – Representant e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Benedito de Lira, Waldemir Moka e Sérgio Petecão; as Senadoras Marta Suplicy, Angela Portela e Lúcia Vânia. Às nove horas e cinquenta e seis minutos assume a Presidência a Senadora Maria do Carmo Alves, Vice Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora Maria do Carmo Alves, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Maria do Carmo Alves,** Vice Presidente no Exercício da Presidência Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os senhores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação do item 1, não terminativo, e cinco terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, DE 2011

– Não terminativo –

Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011.
Observações:
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fiz o relatório, Sr. Presidente, até porque o projeto substitutivo vinha da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e lá eu fui relator pela aprovação do projeto. Repito o meu voto aqui nesta Comissão, mas diversos setores da sociedade, médicos, fisioterapeutas têm me procurado, dizendo que o projeto, na visão deles, não estaria maduro ainda para ser votado.

Muitos Senadores disseram que não votariam contra, mas constrangidos ficariam se tivessem que votar contra ou a favor. Como esta – V. Exª, inclusive, é mestre neste aspecto – é uma Casa de conciliação, de conversa, de entendimento, expliquei aos quiropraxistas que faríamos mais uma audiência pública para tentar buscar um entendimento e votar naquela tranquilidade, sem constrangimento para ninguém, sem risco de alguém dizer: "olha, eu votei, porque era do Paim, mas eu sou contra"; ou o outro dizer: "olha, sinto muito, mas não consigo votar a favor desse projeto".

Como se criou essa situação de conflito de opinião sobre o tema, nada melhor do que chamar os especialistas na área, para fazermos uma audiência pública. Tenho certeza de que com o Mota, que é um médico, que é interessado no setor, não tem nada contra quiropraxista. Então, eu proponho a V. Exª que o retire de pauta, e aprovaríamos um requerimento com o seguinte teor, se V. Exª me permitir. Eu não leria o relatório, porque eu prefiro que o relatório final seja feito depois dessa audiência pública. Rapidamente, se O Sr. Presidente me permitir, são dois minutos.

Então, com fundamento naquilo que manda o Regimento, solicito uma audiência para instruir o Projeto nº 599, de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Sugiro, como convidados: representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Educação; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Presidente do Coffito, Dr. Roberto Mattar Cepeda; representante do Conselho Federal de Medicina; Associação Brasileira de Quiropraxia; e os representantes da Feevale, que é a universidade lá do Rio Grande, que me trouxeram a proposta da regulamentação da situação dos quiropraxistas.

É mediante este fato, Sr. Presidente, de querer apenas contribuir para um grande entendimento, que solicito a V. Exª que retiremos de pauta, e, se possível, aprovaríamos esse requerimento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, manifesta-se, mais uma vez, a presença e a acuidade do Senador Paulo Paim. Trata-se de uma matéria que terá, realmente, repercussão no setor médico do País.

O que propôs S. Exª? Que, em audiência pública, ouçamos algumas autoridades para que, a partir daí, se crie uma solução adequada a melhorar, se for o caso, a composição do Projeto de Lei nº 599, de 2011.

Eu submeto, então, à apreciação dos Srs. Senadores.

Aqueles que estiverem de acordo com a aprovação do requerimento e a suspensão da votação dessa matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado pelas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nessas condições, a tramitação da matéria ficará suspensa na Comissão, nos termos do art. 718, §4º, do Regimento, aguardando, portanto, a realização de audiência pública – várias ou uma só – com várias autoridades, em data a ser ainda estabelecida.

O item nº 2 tem como Relator o Senador Benedito de Lira. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011.

O Senador está a caminho desta Comissão e pede que adiemos a votação para o momento da sua chegada, a fim de que se possa proceder à votação.

O Item nº 4 tem por Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que também não se encontra presente, mas está a caminho desta comissão. Adiaremos, por instantes, a apreciação do item.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (SUBSTITUTIVO).

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

– Nos termos do Art. 282, combinado com o Artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2014

– Terminativo -

Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014.

Observações:

– Votação nominal.)

O Item nº 5 tem por Relator o Senador Humberto Costa. Eu peço ao Senador Moka que proceda à leitura do relatório, e, no instante da chegada do Senador Humberto Costa, nós faremos a votação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014 na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas.

Relatório:

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 21, de 2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira. A iniciativa propõe alterar a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (Lei de Transplantes), com a finalidade de obrigar as operadoras de plano de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários ao diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas.

Para isso, o art. 1º do projeto acrescenta um § 4º ao art. 3º da Lei nº 9.434, de 1997. O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei dele resultante passe a vigorar um ano após a data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Ciro Nogueira cita depoimento do Coordenador da Central de Captação de Órgãos do Estado do Piauí, Dr. Ricardo Cronemberger, que reclama do fato de as operadoras de plano de saúde frequentemente demorarem a autorizar os exames necessários ao diagnóstico de morte encefálica. Esse atraso inviabiliza a doação dos órgãos, uma vez que os pacientes potenciais doadores, por sua instabilidade clínica, geralmente evoluem com infecções ou com parada cardíaca.

O PLS nº 21, de 2014, foi distribuído exclusivamente a este colegiado, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à Comissão de Assistência Social, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde e às condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fim de transplante, matéria de que trata o PLS nº 21, de 2014.

Por ser a decisão terminativa, avaliamos os aspectos atinentes à constitucionalidade e juridicidade e concluímos não haver óbices à aprovação da matéria.

Quanto ao mérito, é inquestionável a importância do PLS nº 21, de 2014, visto que ele se destina a explicitar a necessidade de se agilizar a autorização dos exames para a confirmação de casos de morte encefálica. A desproporção entre a grande demanda e o número de transplantes de órgãos efetivados é um grave problema de saúde pública.

O diagnóstico tempestivo da morte encefálica, a adequada abordagem dos familiares e o correto suporte clínico ao paciente potencial doador são fundamentais para a diminuição dessa desproporção, visto que esses pacientes representam grande parte dos doadores de órgãos para transplantes.

No Brasil, os critérios diagnósticos de morte encefálica foram estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Resolução nº 1.480, de 8 de agosto de 1997. Essa norma preconiza que são necessários dois exames clínicos – realizados por profissionais diferentes, em intervalos que variam conforme a idade do paciente – associados a um exame complementar que confirme que o sistema nervoso central careça de atividade elétrica, reação metabólica ou perfusão vascular.

A Resolução nº 1.480, de 1997, do Conselho Federal de Medicina, e o protocolo sugerido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), autorizam a realização de qualquer dos seguintes exames complementares: eletroencefalograma, mais comumente utilizado; Doppler transcraniano; arteriografia cerebral; mapeamento cerebral com tecnécio; potencial evocado somatossensitivo; tomografia por emissão de fóton único; ou tomografia por emissão de pósitron.

A morte encefálica é uma situação clínica irreversível e, invariavelmente, resultará em cessação completa das funções vitais. Nesses casos, prolongar artificialmente o tratamento geralmente acarreta graves impactos emocionais aos familiares.

Ademais, onera-se substancialmente o sistema de saúde, uma vez que são expressivos os gastos com diárias em leitos de terapia intensiva, com honorários médicos, com medicamentos e com o uso de ventiladores mecânicos. Diante disso, pode-se considerar insignificante o custo de realizar tempestivamente um exame

confirmatório para morte encefálica que, uma vez confirmada, tornaria desnecessário e injustificável o prosseguimento do tratamento então instituído.

O paciente em morte encefálica é portador de quadro gravíssimo e, invariavelmente, já se encontra internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Dessa forma, aqueles com cobertura de plano privado de assistência à saúde estão protegidos pela Lei nº 9.656, de 1998, que, em seu art. 12, inciso II, alínea d, obriga as operadoras a cobrir exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença que aqui é chamada elucidação diagnóstica.

Entretanto, o depoimento do coordenador de central de captação de órgãos do Piauí evidencia a realidade refratária à disposição legal vigente, o que aumenta a pertinência do projeto de lei sob análise. A demora das operadoras em liberar a realização dos exames tem inviabilizado a captação dos órgãos. Essa realidade tem como consequência o aumento das filas de espera para transplantes e o elevado índice de óbitos de pacientes que aguardam um novo órgão.

Endossamos, assim, o teor do PLS. Todavia, no que se refere à técnica legislativa empregada, julgamos que a matéria objeto da proposição sob exame – cobertura e prazo para autorização de exame complementar por parte das operadoras de planos de saúde – tem mais pertinência com a Lei nº 9.656, de 1998, do que com a Lei de Transplantes. Por isso, seria mais apropriado modificar aquele diploma legal, e não este.

Ademais, considerando o quadro clínico instável dos pacientes em questão, concluímos, também, que a realização dos exames deva ser considerada de extrema urgência e, desse modo, sugerimos que o prazo máximo para a autorização para a cobertura dos exames deva ser reduzido para uma hora após a solicitação médica.

Achamos, ainda, justo e necessário especificar, no texto da proposição, que os exames complementares não devem ser solicitados aleatoriamente, mas de acordo com regulamentos ou protocolos cientificamente validados e reconhecidos pelos médicos e pelas autoridades sanitárias do País.

Por fim, suposto que não se propõe alterar os procedimentos usuais de autorização para exames, a pequena repercussão que a medida trará ao funcionamento das operadoras justifica o estabelecimento de prazo inferior para o início da vigência da lei, caso aprove-se e sancione-se o projeto.

Por esses motivos, submetemos uma emenda substitutiva à apreciação desta Comissão.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014, com a seguinte emenda substitutiva:

Art. 1º O art. 12º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

> "Art. 12. .....
>
> .....
>
> § 6º Estão incluídos entre os exames complementares de que trata a alínea d do inciso II do caput deste artigo aqueles que, na forma do regulamento, são necessários ao diagnóstico de morte encefálica do beneficiário, concedendo-se prazo máximo de uma hora após a solicitação pelo médico assistente para que a operadora autorize a cobertura do procedimento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Esse é o relatório o voto, Sr. Presidente.

O relatório é do Senador Humberto Costa, e V. Exª me nomeou Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Moka e coloco em votação esse Projeto nº 21, de 2014.

Não havendo quem queria discuti-lo, suspendo a votação do projeto por duas razões: uma, a pedido da relatora titular, Senadora Vanessa Grazziotin, que pede um tempo adicional para exame dessa matéria. Mas está feita a leitura por parte do Senador Moka.

Perdão, estou sofrendo uma confusão aqui com a Senadora Grazziotin. Fica feita a leitura, quando houver quórum adequado, regimental, procederemos a votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr.Presidente, apenas para dizer que concordo com o projeto e o meu voto é favorável.

Mas se trata de um projeto de transplante de órgãos, e certamente o Senador Humberto Costa poderia discutir. Se pudéssemos suspender a discussão, e se ele chegar a tempo, pode ter uma contribuição e pode querer discutir esse projeto. É o que penso.

Realmente, nessa questão de transplante de órgãos o tempo é importante, porque tem que se retirar órgãos logo que o paciente tiver a chamada morte encefálica. Mas, às vezes, os familiares são resistentes a isso, porque, às vezes, ele está numa UTI, está sob ventilação mecânica, tem a morte encefálica, mas aparentemente está mantido ali numa situação que é irreversível. Mas acho que teria que ter uma preocupação com essa questão dos familiares. Senão, em que pese a autorização chegar, pode haver a resistência de familiares.

Acho que o Senador Humberto Costa poderia dar uma contribuição a mais sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de concordar com o Senador Moka, em virtude de ser um tema muito delicado. É um tema em que o Senador, que foi inclusive Ministro da Saúde, tem uma larga experiência, e ele pode contribuir para que possamos votar da melhor forma.

Então, acho que seria bem adequado que pudéssemos colocar mais para frente a discussão com a presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em votação a proposta do Senador Moka, com o apoio da Senadora Marta Suplicy.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (SUBSTITUTIVO).

Vou conceder a palavra ao Senador Benedito de Lira, mas antes, agradeço ao Senador Petecão, a quem eu havia solicitado a leitura do parecer da Senador Vanessa Grazziotin, que todavia nos pede a retirada do projeto por algumas reuniões.

Fica aqui o meu agradecimento.

Por outro lado, tenho que pronunciar parecer da Comissão de Justiça a respeito do candidato indicado pela Presidente Dilma Rousseff ao Superior Tribunal de Justiça. Assim, vou pedir à Senadora Vice-Presidente Maria do Carmo Alves, de quem eu é que deveria ser o Vice-Presidente, que me substitua nessa tarefa de presidir a reunião.

Antes, ainda, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores e aos que não estiverem presentes, aos assessores que aqui se encontram, para que levem aos seus Senadores este apelo que o Presidente faz no sentido de que os Senadores devolvam a esta Secretaria os pareceres dos quais foram incumbidos a projetos de lei apresentados à Comissão de Assuntos Sociais.

Nós estamos com a pauta quase toda cumprida, carecendo, portanto, da devolução de cerca de 120 projetos que se encontram em mãos dos Srs. Senadores para que profiram os seus pareceres.

É claro que entendo a necessidade de tempo para que os Senadores estudem melhor os projetos e ofereçam pareceres técnicos à altura da competência reconhecida de cada Sr. Senador e Srª Senadora. Mas, na medida do possível, que acelerem o seu trabalho para que a comissão sobre ele, o trabalho, possa se debruçar, discutir e decidir.

Senadora Marta Suplicy...

Bom, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o seu parecer ao Projeto do Senado nº 36/2011.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 36/2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

A proposição, na sua versão original, estabelecia que o empregado urbano ou rural, cujo empregador interrompeu suas atividades, e os profissionais autônomos e empreendedores individuais urbanos ou rurais, que perderam os instrumentos ou condições para o exercício da atividade, em decorrência de calamidade natural, farão jus ao benefício do seguro-desemprego, por até três meses.

O valor do benefício será calculado, para os empregados, observados os mesmos parâmetros definidos na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores desem-

pregados demitidos injustamente. Para os contribuintes individuais, com base no valor das contribuições para a Previdência Social.

O projeto estabelece, ainda, que o Poder Executivo Federal definirá as áreas atingidas pela calamidade pública decorrente de evento natural. No curso do período de concessão do seguro-desemprego, o contrato de trabalho ficará suspenso, dispensado o pagamento, pelo empregador, dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos.

Para se habilitar ao recebimento do benefício, o interessado deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, na forma do regulamento, os seguintes documentos:

a) comprovante da existência da relação de emprego há pelo menos um ano, no caso dos empregados, ou comprovante de inscrição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, durante o mesmo período, no caso de contribuintes individuais;

b) comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente ou pensão por morte;

c) prova de que está impedido de exercer sua atividade, mediante atestados, certidões ou declarações de pelo menos dois órgãos, dentre eles a Prefeitura Municipal do Município, sindicatos, da defesa civil, corpo de bombeiros ou outras entidades envolvidas no socorro e atendimento às vítimas da calamidade justificadora da concessão do benefício.

Por fim, consigna que todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado, certidão ou declaração falsa para o fim de obtenção do benefício do seguro desemprego está sujeito às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

O eminente autor argumenta que é notória a inexistência, no País, de um sistema eficaz de socorro e atendimento às vítimas de fenômenos naturais, mormente os imprevisíveis. Todos os anos as pessoas se queixam da falta de assistência e, embora louvável a solidariedade e a caridade com que a população reage às tragédias, mostra-se ausente um suporte assistencial permanente e um planejamento duradouro para enfrentar esses problemas.

No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, foi aprovado relatório do Senador Antônio Russo, na reunião do dia 27 de outubro de 2011, com uma emenda substitutiva ao PLS nº 36, de 2011. A referida emenda alterou a proposição original, adaptando-a à legislação vigente e aos parâmetros que distinguem o empreendedor do empregado, e instituindo o Seguro Especial de Emergência no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aspectos esses que aprofundaremos em nossa análise.

Na sequência, foi apresentada minuta de parecer do Senador João Vicente Claudino, nesta Comissão de Assuntos Sociais, concluindo pela aprovação da matéria com o acolhimento de emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a aprovação, em 11 de abril de 2012, do Requerimento nº 183, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, a matéria seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer do Senador Acir Gurgacz e, posteriormente, do Senador Walter Pinheiro, tendo sido o parecer deste último aprovado, com o acolhimento da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer, em decisão terminativa, sobre o presente projeto de lei.

O tema do seguro-desemprego integra o campo do direito do trabalho e da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Ajustes que se faziam necessários em atendimento ao que preconiza a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, já foram contemplados na Emenda Substitutiva nº 1 da CRA.

No mérito, ressalto o excelente trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que conseguiu engendrar uma fórmula capaz de assegurar assistência emergencial aos atingidos pelas catástrofes naturais sem ferir a Constituição ou desvirtuar os propósitos do programa de seguro-desemprego.

O eminente Senador Marcelo Crivella, comovido pela dor das famílias atingidas por calamidades públicas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos primórdios de 2011, elaborou a presente proposição com o objetivo de agilizar a assistência econômica aos flagelados e vitimados pelas catástrofes naturais.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária apontou bem em sua análise, para o fato de que a inclusão dos profissionais autônomos e dos empreendedores individuais representaria uma impropriedade jurídica, pois não está relacionada com a assistência adotada no âmbito do programa de seguro-desemprego em vigor, uma vez que nestes casos não se verifica o desemprego, mas sim a suspensão temporária da atividade profissional ou econômica.

Cita-se, por oportuno, que alteração recente da Lei Orgânica da Assistência Social, determinada pela Lei nº 12.435, de 2011, fixou um novo conceito para os benefícios eventuais, promovendo a inclusão das pessoas em situação de calamidade pública, conforme redação atribuída ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, *verbis*:

> Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
> § 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.
> .....

A instituição do benefício eventual no âmbito da Assistência Social exige a compatibilização dos sistemas de socorro emergencial, de tal forma que não se incluam duplamente os beneficiados ou se deixe de amparar quem realmente necessita.

Sob esse ângulo, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou alterações ao texto original da proposição, para instituir, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o seguro especial de emergência, que seria constituído de parcela única no valor máximo de duas vezes o valor teto do benefício do seguro-desemprego, que atualmente corresponderia a R$ 2.327,52.

Além disso, para os trabalhadores autônomos e empreendedores individuais poderá ser concedido um crédito de emergência, na modalidade de empréstimo, com valor fixado em até três vezes o valor teto do benefício do seguro-desemprego, o que atualmente corresponderia a R$ 3.491,28.

Segundo a emenda substitutiva, os trabalhadores beneficiados com seguro especial de emergência também poderiam acessar a linha de crédito de emergência, nos termos de resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Assim, seria mantida a sistemática do programa, atendendo-se a públicos distintos, sem a necessidade de se criar uma nova contribuição social, para financiar categorias de trabalhadores que não se enquadram como empregados, pois isso é o que se procura evitar.

A Emenda nº 1 (Substitutivo) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária propõe ainda que o pagamento do crédito de emergência tenha uma carência, no mínimo, de seis meses e, no máximo, de doze meses e parcelamento em até 36 prestações.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

É o parecer, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Em discussão, a matéria.

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Esse é um projeto que vi que foi muito trabalhado por vários Deputados, Senadores... Não sei se chegou aos Deputados, acho que não. Ele passou por várias comissões, mas tenho bastantes dúvidas e gostaria de compartilhá-las.

Primeiro, quero reconhecer a sensibilidade do Senador Crivella, porque imagino que, estando presente numa situação daquelas, queremos resolver de alguma forma a aflição e a miséria que assola a região.

Mas gostaria de levantar algumas ponderações. Primeiro, para a situação do desastre, da casa que caiu, da enchente. Para essas situações, há o Ministério da Integração. O prefeito recorre a esse Ministério para ter o auxílio. Eu mesma já tive a oportunidade de utilizar o Ministério da Integração, pedindo recursos para uma situação de calamidade, de catástrofe numa cidade.

Porém, essa situação em que o Ministério pode ajudar – porque se recorre também à Defesa Civil do Ministério – não se chega onde chega a proposta do projeto, que é direto à pessoa.

Entretanto, quando se vê que o dinheiro vai sair do FAT, fico pensando que estamos votando aqui, ou seja, a 664, a 665, porque o FAT não tem recurso para fazer muita coisa, pois está numa situação difícil. E vamos criar um novo auxílio? Nós estamos de um jeito que tiramos de um lado e colocamos de outro e fica no mesmo.

Nesse sentido, acho que isso não me parece tão interessante. Na verdade, vamos pensar sobre um exemplo sobre qual estávamos conversando agora. Tivemos essa situação em Santos, daqueles tanques gigantescos pegando fogo. Os empregados dali não ficam sem salário naquela calamidade. Eles são pagos pela empresa. Nós vamos transferir o pagamento que a empresa hoje faz àquelas pessoas para a viúva?

Essas são as reflexões que deixo aqui e gostaria que os colegas também ajudassem a pensar sobre isso. Apesar de nos sentirmos motivados, na realidade em que vivemos hoje, me parece um gesto que fazemos por coração, mas não é um gesto de bom senso neste momento.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Aliás, há outra coisa, os autônomos não são beneficiados por nada disso.

E mais, quando uma prefeitura sofre uma catástrofe dessas – e isso acaba nas mãos da prefeitura – ela age, ela pede recursos federais para agir e coloca um pouco para algumas famílias, outro pouco para outras. Ou seja, já existem mecanismos. Não vão ser criados novos mecanismos que vão onerar a União.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Encerrada a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, como não há quórum para votar, o debate vai continuar. Acho que ambos têm suas razões e podemos, quem sabe, construir uma alternativa mais à frente.

Eu sei que a pauta está praticamente concluída, mas teria um requerimento que gostaria que fosse votado, Srª Presidenta, sobre um projeto para o qual há um parecer da Senadora Angela Portela, parecer que eu acompanho, que é pela rejeição. Mas há também um voto em separado da Senadora Ana Amélia, que é contra a posição, no caso do relatório da Senadora Angela.

Naquela linha da conciliação, estou propondo que aprovemos o requerimento – e a Senadora Angela Portela concorda, e tenho certeza de que a Senadora Ana Amélia também – para fazer uma audiência pública e debatermos esse tema.

Esse é o pedido que eu faço, ou seja, para que a gente aprove este requerimento extrapauta e, quem sabe, daqui a uma ou duas semanas possamos fazer essa audiência pública.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de colocar uma emenda para uma audiência pública a fim de discutir melhor esse projeto de que o Senador Paim acaba de falar. A ideia é convidarmos um representante do Conselho Nacional de Previdência Complementar para discutir conosco o aprimoramento, os pontos importantes desse projeto a fim de que possamos ir a voto.

Por esse motivo é que gostaria que fosse colocado esse requerimento para votação, ou seja, realização de audiência pública do item 4.

Esse foi solicitado pelo Senador Paim

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Vamos ler o requerimento do Senador Paim.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 08/2014, que "Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva." para tanto, sugiro que sejam convidados:

• *Representante da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas;*

• *Representante do SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho;*

• *Representante do Tribunal Superior do trabalho – TST;*

• *Representante da ANAMATRA – associação Nacional dos Magistrados do Trabalho;*

• *Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;*

• *Representante do Ministério Público do Trabalho – TEM.*

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, para efeito de informação, ainda a respeito do item 2, qual foi a decisão tomada por esta Presidência?

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Está suspensa a discussão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Suspensa a discussão?

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Sim, porque nós não temos quórum, a votação é nominal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – É que eu quero manifestar o meu apoio ao Projeto do Senador Crivella, relatado pelo Senador Benedito de Lira. Mas como não vamos votar, na próxima reunião, quando ele for à discussão, eu gostaria de apoiá-lo e dizer o porquê. Inclusive, há um projeto nosso tramitando, quase na mesma linha, que trata dos nossos irmãos acrianos que foram atingidos pelas cheias.

Mas vou deixar para fazer o debate na próxima reunião.

Obrigado, Srª Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, penso que estou me sentindo omisso nesta questão.

Na verdade, o projeto do Senador Marcelo Crivella é um projeto meritório. Não há quem não se sensibilize com isso. O problema é que estamos atualmente na Casa com matérias que, de alguma forma, estão tratando do seguro-desemprego. Então, é um momento difícil de discutir. Parece ser contraditório. Daí também por que, assim como o Senador Sérgio Petecão, a minha tendência seja de apoiar. Acho que temos de avaliar realmente essa questão.

As ponderações que levantou a Senadora Marta Suplicy são de bom senso, e eu quero, para não me sentir omisso, dizer que concordo com as ponderações. Ainda bem que não temos quórum e que vai estar suspensa essa discussão. Assim, poderemos discutir melhor e até conversar com o Relator Marcelo Crivella em relação à oportunidade, nesse momento, da discussão da matéria.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidente, eu também gostaria de contribuir.

Concordo com as ponderações feitas pela Senadora Marta Suplicy e também pelo Senador Moka em função de estarmos, logo logo, discutindo e aprovando as Medidas Provisórias nºs 665 e 660, que trata exatamente do seguro-desemprego. Isso faz parte daquele pacote de ajustes fiscais que o Poder Executivo encaminhou para o Congresso Nacional e está sendo discutido nesta Comissão Especial.

Acho que as ponderações que foram colocadas aqui merecem reflexão e considero importante adiarmos a votação, para tomarmos uma decisão mais prudente e mais correta, para que não tenhamos uma decisão ambígua: uma aqui na Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, e em breve, outra decisão, quando a votação da MP nº 664 ou 665, uma das duas, que trata do seguro-desemprego.

Era isso, Srª Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Srª Presidente, voltando ao projeto, acho que está havendo aí má interpretação, porque o Senador trata: "assistência econômica aos flagelados e vitimados por catástrofes".

Não estamos falando de condições normais, estamos falando de catástrofes. É o exemplo lá do meu Estado, o Acre, agora. Nós não estamos falando em criar benefícios para nenhuma classe. São condições de catástrofes, condições anormais, quando as pessoas estão em uma situação extremamente difícil.

Então, é bom que se observe. É verdade a questão levantada pelo Senador Moka. Aqui, nesta Comissão estão sendo cortados um monte de benefícios e, de repente, aqui nós estamos criando. Mas estamos criando em condição de catástrofe. As pessoas não pedem para estar nessa situação.

Mas faremos esse debate na próxima sessão.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Então, fica suspenso para a próxima reunião...

A Senadora Lúcia Vânia, que está presente aqui, é Relatora do item 4.

Há um requerimento da Senadora Angela Portela.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014, que altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição", com a presença do seguinte convidado:

– Representante do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

O requerimento é da Senadora Ângela Portela e do Senador Paim.

É preciso saber se a Senadora Lúcia Vânia quer ler o Relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO. Fora do microfone.) – É bom ler, não?

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Pronto.

Então, com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2014, de autoria do Senador Blairo Maggi, altera o art. 28 da Lei n° 8.212, de 1991, introduzindo dispositivo que possibilita a isenção da contribuição previdenciária sobre a parcela referente ao pagamento de programa de previdência complementar.

Atualmente, o referido instrumento legal só permite esta isenção nos casos em que o programa de previdência complementar da empresa cubra a totalidade dos funcionários.

O PLS nº 9, de 2014, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, em 04 de fevereiro de 2014. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos atinentes à seguridade e previdência social.

Como enfatizado na justificação do Projeto de Lei em apreço, a Carta Magna, em seu art. 202, bem como a Lei Complementar n° 109, de 2001, art. 68, estabelece que as contribuições pagas pelo empregador em benefício dos empregados não constituem parcela do salário de contribuição para fins de incidência previdenciária.

Entretanto, esse mesmo entendimento não está acolhido na Lei n° 8.212, de 2001. Esta prevê o pagamento pelo empregador da contribuição previdenciária incidente sobre a parcela das contribuições pagas pelo empregador em benefício de seus empregados, salvo nos casos em que a pessoa jurídica empregadora disponibilizar o programa de previdência complementar à totalidade de seus funcionários.

Ora, hoje, no Brasil, muitas empresas têm recorrido a estratégias que possibilitam o acesso de seus funcionários a programas de previdência complementar sem que, no entanto, isso seja feito de maneira a abranger a totalidade do corpo funcional. Especificidades concernentes ao tamanho das empresas, ao seu campo de atuação e mesmo à sua capacidade funcional têm levado os empresários a decisões outras que não a da montagem de programas de previdência complementar internos e abrangentes.

Há possibilidades diversas, fruto de negociações com as diferentes categorias funcionais, e que têm redundado em arranjos distintos para os quais os funcionários têm sido contemplados.

O resultado, no entanto, é que a legislação vigente tem penalizado tais práticas. O próprio Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, à luz da Lei n° 8.212, tem reiterado a posição de cumprimento daquela legislação, confirmando as autuações às empresas. No limite, o pagamento adicional a que estão submetidas as empresas constituem um significativo incremento nos custos da produção, e a consequente perda de competitividade.

O Projeto de Lei n° 9, de 2014, visa, assim, sanar uma impropriedade que, por ora, atinge boa parte das empresas brasileiras, restabelecendo o espírito original da Lei, inscrito na Carta Maior, bem como na Lei Complementar n° 109, e reduzindo custos que tanto oneram a nossa produção.

Por fim, em vista de se tratar de decisão terminativa, é mister que se busque analisar também os aspectos jurídicos normativos. Assim, no que tange á constitucionalidade, a juridicidade e regimentalidade, nada há que prejudique o projeto.

O texto segue a boa norma, cumprindo plenamente os requisitos de clareza e objetividade. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014.

É este o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – Senadora Ângela Portela, com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Apresentamos, eu e o Senador Paim, um requerimento para a realização de audiência pública convidando para instruir melhor o projeto um representante do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Queríamos pedir a compreensão da Senadora Lúcia Vânia para que pudéssemos debater melhor o projeto na realização dessa audiência pública. É uma solicitação também do Senador Paulo Paim.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Concordo plenamente. Vamos fazer a audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, queria também me somar a essa posição já levantada aqui pela Senadora Angela Portela. E eu não esperava outra posição pela grandeza dessa Senadora, que aprendi a respeitar muito com o convívio, e a sua resposta foi a que eu tinha certeza absoluta de que seria. Não há problema, vamos discutir e votar. Mais uma vez, minha homenagem a essa grande Sena-

dora, que sei que poderá estar, permita-me que diga isso, trocando de Partido. V. Exª é um quadro que eu diria que faz falta em qualquer Partido deste País. Meus cumprimentos pela sua história.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou falando isso de coração e é verdadeiro. Eu não sou de falar o que eu não sinto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Obrigada, Paim, obrigada mesmo.

Agradeço à Senadora Ângela pela colaboração.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM – SE) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, § 4º, do Regimento, aguardando a realização de audiência pública, em data oportuna.

A Senadora Vanessa Grazziotin, que tem o PL nº 145, de 2004, solicitou que fosse retirado de pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.*)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia vinte e dois de abril de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Jayme Campos. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2015 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador José Serra. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Benedito de Lira. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Regina Sousa. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora (ad hoc). Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Marta Suplicy. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. Altera o art. 59 da Lei nº

6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2015. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para debater a Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão. Resultado: Lido o Requerimento, fica adiada sua votação. EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2015. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade materna e neonatal. Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão. Resultado: Lido o Requerimento, fica adiada sua votação. EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2015. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar "proteção e defesa da saúde, condições e requisitos pare remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde", para discutir a incorporação do procedimento de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único DE Saúde (SUS), com a presença dos seguintes convidados: • José Antônio Marin-Neto – Professor Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Pretoda Universidade de São Paulo; • Fábio Sândoli de Brito Júnior – Coordenador do Registro Brasileiro de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica, Livre Docente da Universidade de São Paulo; • Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes – Diretor da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia intervencionista; • Denizar Viana – Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Resultado: Lido o Requerimento, fica adiada sua votação. Usam da palavra os Senadores: Waldemir Moka e as Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 399 do TCU, que encaminha, em mídia eletrônica, a cópia do acórdão sobre a auditoria do programa do seguro-desemprego, com foco na análise comparativa e avaliativa dos sistemas de seguro-desemprego adotado no Brasil e nos países da União Europeia,

Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Item 1 da pauta, em decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2014

– Não terminativo –

Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadores, nossos colaboradores da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, este projeto, de autoria do Senador Jayme Campos, que, na Legislatura de 2011/2012, presidiu esta Comissão de Assuntos Sociais, tem o objetivo fundamental de assegurar o direito do usuário de um serviço de saúde à informação prévia dos gastos previsíveis ou finais que ele terá num atendimento médico-hospitalar.

O Senador Jayme Campos, que também foi o autor de outro projeto muito valioso, porque, às vezes, uma receita médica, para um determinado medicamento, só valia no Estado do CRM do médico que concedia a receita para aquele determinado medicamento. Estou lembrando isso apenas para reforçar a preocupação do Senador Jayme Campos com as questões de interesse da população.

Aquele projeto, do qual também fui Relatora, permitia que a receita médica valesse em todo o Território nacional. Uma questão absolutamente de bom senso, já que o Conselho Federal de Medicina é o guarda-chuva de todos os conselhos regionais. Então, essa iniciativa, que agora farei a leitura do relatório pela sua aprovação, está dentro desse objetivo do Senador Jayme Campos, que foi nosso colega nesta Casa, para assegurar os direitos dos usuários e facilitar desburocratizar.

Na verdade, o relatório – deixo de ler aquelas partes mais formais, que não interessam muito, porque dizer que é de competência da Casa examinar esse assunto é uma questão óbvia –, em sua justificativa, o autor, nosso querido colega Senador Jayme Campos, se refere à situação das pessoas que procuram atendimento médico sem possuírem cobertura dos planos de saúde privado ou a assistência à saúde. Ele argumentou que, após uma internação, esses pacientes são frequentemente surpreendidos com o alto custo da conta referente aos serviços hospitalares, de modo geral.

Após a apreciação por esta Comissão, o projeto, que tramita em caráter não terminativo, será encaminhado às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Colegiado que será responsável pela decisão terminativa, o que é natural porque é defesa do consumidor.

A proposição sob análise pretende proteger a população que procura e que, coloquialmente, denomina-se atendimento ou consulta particular.

Esse grupo de pacientes costuma recorrer aos serviços médicos em duas circunstâncias: primeiro, tratamento eletivo, e, segundo, atendimento de urgência/emergência.

No primeiro caso, à medida que o PLS institui, permitiria orçar previamente as despesas de forma acurada. Dessa forma, não haveria surpresa no momento da fatura. É o caso de uma cirurgia eletiva. Então, antes de ir para o hospital, para a internação, o paciente ou a família dele já teria as condições de avaliar quanto vai pagar por aquela cirurgia eletiva ou tratamento que seja necessário à hospitalização e à internação. No caso de cirurgia, temos o anestesista, a hotelaria hospitalar, a medicação, o próprio serviço do médico, então, é o conjunto dos serviços incluídos naquilo.

Na segunda hipótese, quando é necessário o atendimento em caráter de emergência, especialmente se há necessidade de internação, a situação é mais preocupante ainda, pois a frequente e necessária utilização de tecnologias médicas eleva, quase que invariavelmente, os custos dos tratamentos. Então, na emergência, o que quer a família é curar o paciente, mas ela, às vezes, é surpreendida com o alto custo daquele tratamento sobre o qual não foi consultada. Isso pode deixar desamparados os consumidores desses serviços, que, já bastante fragilizados por sua situação clínica, ficariam sujeitos a se deparar, ao final do tratamento, com uma despesa, às vezes, exorbitante.

Dessa forma, é de grande valor a proposição sob análise, uma vez que visa a informar previamente aos pacientes e seus familiares o custo estimado do tratamento proposto. Assim, evita que sejam surpreendidos com o preço da fatura na hora do pagamento dos serviços prestados.

O projeto do Senador Jayme Campos está de acordo com o que preconiza o inciso III do art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que estabelece como direito básico do consumidor que:

A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Assim, em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014, de autoria do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu agradeço à Senadora Ana Amélia pela leitura do seu parecer, como sempre judicioso, e deixo de submetê-lo à discussão e à votação subsequente do

parecer do parecer correspondente ao Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014, porque ainda não dispomos de quórum suficiente para completar o exame do projeto em causa.

Passaremos, então, ao item seguinte, do qual é Relator o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não podemos discutir?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não. A discussão fica adiada para a próxima reunião.

Item 2, também decisão não terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2015

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

É Relator o Senador Waldemir Moka, a quem concedo a palavra para a leitura de seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o projeto de lei em análise institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), com o objetivo de estimular o aumento dos investimentos no setor por parte das prestadoras desse serviço público. Nesse sentido, acrescenta quatro artigos à Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Regime Especial consiste no desconto de créditos do valor apurado a título de Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS), Pasep e Cofins incidentes sobre investimentos constantes de projetos aprovados pelo Ministério das Cidades.

Podem ser aprovados projetos coerentes com o Plano Nacional de Saneamento Básico que representem um adicional sobre o valor médio investido no período de 2010 a 2014, de alta relevância e interesse social, caracterizados como regularização urbanística e fundiária, limpeza, despoluição e canalização de córregos, preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação, esgotamento sanitário em áreas de baixa renda e redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água.

O Reisb pode ser acumulado com o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, ficando a adesão da pessoa beneficiária condicionada à sua regularidade perante a Receita Federal.

O crédito não aproveitado em determinado mês ficará acumulado para o mês seguinte, não podendo o valor anual superar o valor devido a título de PIS/Pasep e Cofins. Os créditos não constituem receita bruta da pessoa beneficiária, nem ensejarão revisão tarifária por parte do ente titular do serviço de saneamento.

O benefício gerado pelo Reisb poderá ser usufruído com relação aos investimentos realizados no período de cinco anos, contados da habilitação da pessoa jurídica, podendo ser renovado mediante preenchimento dos mesmos critérios exigidos para aprovação do projeto.

O Reisb produzirá efeitos apenas a partir do exercício financeiro de 2016.

Em sua justificação, o autor apresenta o grave quadro de carência do saneamento em nosso País, bem como as significativas externalidades positivas associadas a sua universalização. Em seguida aponta a insuficiência dos investimentos atuais, correspondentes a aproximadamente dois terços do valor requerido para se alcançar a meta de universalização no ano de 2033, constante do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Em contradição com essa demanda, o setor teria sido prejudicado pela mudança no sistema de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins ocorrida entre os anos de 2002 e 2003, que passou de um regime cumulativo para

um não cumulativo. Essa mudança foi acompanhada de um aumento das alíquotas, como forma de preservar a arrecadação.

Ocorre que o principal insumo do setor é a água, sobre a qual não incidem essas contribuições, por se tratar de uma outorga de recurso natural. Assim sendo, o aumento de alíquotas não foi compensado pelo acúmulo de créditos na cadeia produtiva, o que resultou em um aumento da carga tributária.

A proposição apresentada visa a reverter esse processo, incentivando uma ampliação dos investimentos em saneamento, sob controle do Governo Federal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria. A análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa será feita pela CAE, que detém a competência terminativa.

Como bem aponta o autor da proposição, são inúmeros os benefícios para a sociedade advindos da universalização do saneamento básico. Não seria exagero dizer que a falta de saneamento é uma das grandes mazelas brasileiras que envergonha o nosso povo.

O estudo *Benefícios econômicos da expansão do Saneamento Básico*, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pelo Instituto Trata Brasil em junho de 2010, aponta os seguintes impactos de uma possível universalização do saneamento básico: redução de 25% no número de internações e de 65% na mortalidade decorrentes de infecções gastrintestinais – Sr. Presidente, eu me permito fazer aqui um parêntese, porque, como médico e pessoa do interior, eu sei que em cidade sem tratamento de esgotamento sanitário e sem água potável os que mais sofrem com isso são crianças, porque é muito comum crianças internadas com infecções gastrintestinais. Em lugares que não têm tratamento específico, normalmente essas crianças vão a óbito. É impressionante como um serviço de saneamento básico e de água potável diminui, e muito, a mortalidade infantil. Eu gostaria de dar esse testemunho de alguém que conhece relativamente bem esse assunto –; diferença de 30% no aproveitamento escolar entre crianças que têm e não têm acesso a saneamento básico – desde verminoses até outros problemas; economia de R$42 milhões ao ano apenas com as internações que seriam evitadas, não se computando nesse valor as economias decorrentes da redução de aquisição de medicamentos e das despesas para ir e retornar à consulta médica – aqui, uma máxima: para cada um real investido em saneamento básico são economizados, no mínimo, quatro reais na assistência à saúde –; economia das empresas de R$309 milhões por ano em horas de trabalho pagas, mas não trabalhadas, em função da redução, em 19%, da probabilidade de um trabalhador se afastar do trabalho em decorrência de infecções gastrintestinais; aumento da produtividade do trabalhador que passa a ter acesso a residência com coleta de esgoto, em média, de 13,3%, gerando aumento real da massa de salários da economia de 3,8% (equivalente a R$41,5 bilhões); redução das desigualdades regionais, visto que a carência de saneamento e suas consequências negativas são mais intensas nas Regiões Norte e Nordeste. Os índices de internações *per capita* por infecções gastrintestinais nas Regiões Norte e Nordeste são 6,3 e 5,2 vezes maiores que na Região Sudeste, respectivamente; criação de 120 mil novos postos de trabalho no setor turismo, gerando um aumento de R$1,9 bilhão no PIB do setor e uma massa de salários da ordem de R$935 milhões, sendo mais da metade desses empregos na Região Nordeste; valorização média de 18% dos imóveis que passarem a contar com acesso à rede de saneamento; aumento da arrecadação de IPTU e ITBI, decorrente da valorização imobiliária, da ordem de R$465 milhões por ano.

Esses dados demonstram os benefícios sociais da medida proposta, que vem corrigir efeitos de uma medida tributária originalmente destinada a eliminar a cumulatividade na cobrança do PIS/Pasep e da Cofins, mas que acabou por produzir resultados adversos para o setor do saneamento básico.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015.

Sr. Presidente, o impacto dessa questão será discutida na comissão de mérito, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. O que eu defendo é o mérito do projeto, porque, sem dúvida nenhuma, saneamento básico é uma coisa da maior importância para a qualidade de vida das pessoas.

A nossa capital, Campo Grande, orgulha-se muito de ter tido um investimento muito grande nessa área de saneamento e de esgotamento sanitário e água potável. Noventa e nove por cento ou 98% da população de Campo Grande tem água potável, e o nosso esgotamento sanitário chega à casa de mais de 60%, o que é um valor, em termos de Brasil, bastante alto.

De forma que esse é um dos projetos que relato com um prazer muito grande, em função do benefício que trará. Agora, evidentemente, não adianta esconder a forma do financiamento desse projeto. Você teria

que fazer investimento com redução de PIS/Cofins e Pasep, redução esta que, no meu modesto entendimento, seria compensado em muito o resultado desses investimentos. Mas é sempre, na minha opinião, importante que a Comissão de Assuntos Econômicos possa fazer uma avaliação melhor, mais criteriosa. Confesso que esta avaliação do impacto financeiro não foi vista por mim e nem é mérito desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, penso que esse é um dos mais importantes projetos submetidos nesta Sessão Legislativa ao exame da CAS. Lamentavelmente, não temos número para sua discussão e exame quanto ao mérito, o que deveremos fazê-lo na próxima reunião.

O Senador Moka emite seu parecer como Senador e como técnico nesta matéria e não deixa de ter uma palavra sobre o mérito dele. A verdade exposta pelo Senador Waldemir Moka, é que, segundo a qual as cidades, os Estados, os países que possuem um bom sistema de saneamento e água potável economizam profundamente despesas que se destinam à saúde, saneamento e água potável são preventivos eficazes, no que diz respeito à presença da saúde pública nesses Municípios, Estados e União.

Desafortunadamente, os Governos, em todas as suas instâncias, ainda não se aperceberam dessa verdade tão interativamente anunciada por aqueles que se debruçam sobre o estudo dessa matéria tão importante para a vida das pessoas.

Na próxima reunião, Senador Moka, haveremos de ter, portanto, aqui, uma discussão adequada sobre esta matéria e o exame do seu parecer, que se aprofunda sobre ele no sentido de instruir a mentalidade brasileira no que diz respeito à necessidade imperiosa de se ter um bom saneamento e se ter água potável de boa qualidade como saúde do povo.

Passaremos, então, ao item 4, que é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações:

– Votação nominal.

Como o Relator, o Senador José Pimentel, não está presente, peço à Senadora Regina Sousa a gentileza de ler o parecer, já submetido a esta Comissão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pois não, Sr. Presidente.

Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 74, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que acrescenta alínea "c" ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea "c" ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 74, de 2011, que ora vem a exame desta Comissão, é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e tem por objeto modificar as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que estabelecem, respectivamente, o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o artesão na categoria de segurado especial da Previdência Social.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, e, embora tenha sido objeto de dois relatórios anteriores, não chegou a ser votada.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

O objeto do PLS nº 74, de 2011, é a inclusão dos artesãos em geral na categoria dos segurados especiais da Previdência Social. Atualmente, essa categoria compreende os pequenos produtores rurais e extrativistas em regime de economia familiar (ainda que subsidiariamente desempenhem outra atividade) e os pescadores artesanais e assemelhados, também em regime de economia familiar.

O autor justifica sua opção ao lembrar que, atualmente, o artesão é incluído na categoria de contribuinte individual, o que importa na obrigação de recolher contribuições em percentuais bem mais elevados que os indicados para o segurado especial.

Em sua visão, a mudança da categoria do artesão representaria uma forma de justiça previdenciária, ao adequar os percentuais de recolhimento à capacidade contributiva da maioria dos trabalhadores que compõem a categoria dos artesãos.

As intenções do autor são louváveis e a preocupação com a adequação entre rendimentos e recolhimentos da categoria é justa. Contudo, entendemos que essa preocupação já esteja equacionada de outra forma.

Com efeito, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 18-A, §3º, IV,determina que:

A opção pelo enquadramento como microempreendedor individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no inciso X do §1º do art. 13 desta Lei Complementar, na forma prevista no §2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991.

O citado inciso X do §1º do art. 13 se refere justamente à Contribuição para a Seguridade Social relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, a qual será paga na forma do §2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe:

§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de:

I – 11% (onze por cento), no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo, observado o disposto na alínea "b" do inciso II deste parágrafo;

II – 5% (cinco por cento):

a) no caso do microempreendedor individual, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006; (grifos nossos)

Justamente os artesãos em geral se encontram no rol dos microempreendedores individuais, que estão autorizados a proceder ao recolhimento na forma dos dispositivos legais supracitados, tendo sido expressamente autorizado para isso pela norma que regulamenta sua aplicação (Anexo XIII da Resolução nº 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional, de 29 de novembro de 2011).

Ora, dado que, como cita o autor, a renda média dos artesãos brasileiros é de um salário mínimo e meio por mês, essa modalidade de recolhimento na grande maioria dos casos será mais benéfica ao trabalhador por importar em recolhimento mais modesto. Além disso, ressalte-se que em relação ao artesão, não está presente um dos elementos centrais que motiva a criação da classe dos segurados especiais.

Com efeito, tanto a atividade dos produtores rurais quanto a dos pescadores artesanais e assemelhados se caracterizam por sua sazonalidade, a inevitável alternância entre o período de trabalho intenso e a quase completa inatividade, a dificultar a obtenção de um fluxo regular de rendimentos que permitisse manter o recolhimento da contribuição em bases regulares.

Além disso, temos de compreender que a existência da aposentadoria especial cumpre uma função essencial na dinâmica das relações sociais do Brasil. Trata-se de um dos mais efetivos instrumentos de redistribuição de renda da cidade para o campo, pois, como já tive oportunidade de escrever no livro *A Previdência Social no Brasil*, editado em 2003, diz:

Na área urbana, podemos até não ter um carro para passear, uma bicicleta para andar, mas precisamos do arroz e do feijão na panela. E só haverá o nosso arroz e feijão se lá na roça estiverem o nosso irmão e a nossa irmã trabalhando na agricultura, plantando e colhendo, para dar dignidade à sua família.

Por essas razões – e não unicamente em função do nível de renda – estabeleceu-se o regime mais flexível do segurado especial. O artesão, ainda que assemelhado aos segurados especiais no tocante ao rendimento médio, não o é quanto às demais características de sua atividade, menos marcada pela sazonalidade.

Ainda para reforçar nosso entendimento, temos de trazer à baila nossa participação na elaboração da Medida Provisória nº 410, de 2007, que se tornou o Projeto de Lei de Conversão nº 8, que, aprovado pelo Congresso, se tornou a Lei nº 11.718, de 20 de agosto de 2008. Esta lei contempla uma reformulação ampla da situação jurídica do pequeno produtor rural, inclusive quanto a seu aspecto de segurado especial da Previdência, enfatizando a estreita vinculação da condição de segurado especial à de produtor rural ou extrativista.

Notadamente, a lei dispõe também sobre o exercício, pelo segurado especial ou pessoa de seu núcleo familiar, de atividades artesanais, determinando que em princípio o exercício concorrente dessas atividades não constitui causa para mudança da categoria de segurado, salvo se os rendimentos decorrentes dessa atividade puderem ser considerados o rendimento principal da pessoa que a exerce.

Essa disposição equaciona a problemática apontada pelo presente projeto, preservando a integridade legislativa da categoria de segurado especial. Com efeito, se o artesão for primordialmente um produtor rural em regime de economia familiar, foram criados mecanismos para que sua condição de segurado especial seja preservada. Por outro lado, a Lei Complementar nº 123, de 2006, criou o empreendedor individual disciplinando a atividade do artesão urbano.

Voto.

Do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 74, de 2011.

Lido, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço a gentileza da Senadora Regina Sousa.

Comunico que o item 3, este que corresponde ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, e o item 6, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014, serão retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

– Em 15.04.2015, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2014

– Terminativo –

Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014.

Observações:

– Votação nominal

Quanto ao item 5, que tem como Relatora a Senadora Marta Suplicy – o projeto é de autoria da Senadora Ana Amélia –, S. Exª, a Relatora, solicita também o adiamento da sua votação.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2013

– Terminativo –

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013.
Observações:
– Em 12.12.2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto.
– Em 08.04.2015, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Marta Suplicy, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
– Votação nominal.)

Em consequência disso, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar...
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra a Senadora Regina.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Há requerimentos meus sobre a mesa.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Há dois requerimentos, Senadora, nos seguintes termos:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para debater a Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão.
Autoria: Senadora Regina Sousa
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade materna e neonatal. Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão.
Autoria: Senadora Regina Sousa
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Pelas mesmas razões dos projetos anteriores, as matérias terão suas decisões na reunião subsequente, ou seja, na próxima quarta-feira.
concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há também um requerimento de minha autoria. Portanto, se V. Exª puder proceder só à leitura, por favor, porque também o deliberaremos na próxima reunião.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não, Senadora.
Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar "proteção e defesa da saúde, condições e requisitos pare remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde", para discutir a incorporação do procedimento de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único de Saúde (SUS), com a presença dos seguintes convidados: José Antonio Marin Neto, Prof. Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Fábio Sândoli de Brito Junior; Marcelo Antonio Cartaxo Queiroga Lopes, Diretor da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista e Denizar Vianna, Prof. do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

Observações:

É o requerimento da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Obrigado aos Srs. Senadores.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.*)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Marcelo Crivella, Paulo Paim, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Wilder Morais, Vicentinho Alves, e das Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 401, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de Relatório de Monitoramento quanto à Auditoria na concessão e manutenção dos benefícios de auxílio-doença. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Jayme Campos. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2015 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador José Serra. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2015. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Relatoria: Senador Waldemir Moka.

ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2012 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Vital do Rêgo. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 1, de Turno Suplementar, que apresenta. Resultado: Aprovado, em Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, com a Emenda do Senador Paulo Davim. Relatoria do Projeto: Senador Humberto Costa. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo). Resultado: A Presidência concede Vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais. Relatoria: Senador Benedito de Lira. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Regina Sousa. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para determinar que o paciente inscrito há longo tempo na lista única de espera e receba atenção prioritária e seja objeto de critérios diferenciados de alocação e distribuição e para responsabilizar o Ministério da Saúde pela segurança e confiabilidade da lista única nacional. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2013. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Humberto Costa. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2013. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Marta Suplicy. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Waldemir Moka. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2015 – Terminativo – **Autoria:** Senador José Medeiros. Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Otto Alencar. EXTRAPAUTA – ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2015 – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. RETIRADO PELA AUTORA EM 29/04/2015 (ART. 256 DO RISF). Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados: • Representante do Ministério da Justiça; • Representante do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná – SICRIDE; • Representante da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida – Mães da Sé; • Dr. Ricardo Paiva – Integrante da Comissão de Assuntos Sociais do Conselho Federal de Medicina; • Camila Pitanga – Atriz e Diretora Geral do Movimento Humanos Direitos (MHuD); • Representante do UNICEF no Brasil. Resultado: Retirado pela autora (art. 256 do RISF). ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2015. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. RETIRADO PELA AUTORA EM 29/04/2015 (ART. 256 DO RISF). Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para debater a Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão. Resultado: Retirado pela autora (art. 256 do RISF). ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2015. **Autoria:** Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade materna e neonatal. Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão. Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2015. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública,

no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar "proteção e defesa da saúde, condições e requisitos pare remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde", para discutir a incorporação do procedimento de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único DE Saúde (SUS), com a presença dos seguintes convidados: • José Antônio Marin-Neto – Professor Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; • Fábio Sândoli de Brito Júnior – Coordenador do Registro Brasileiro de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica, Livre Docente da Universidade de São Paulo; • Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes – Diretor da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia intervencionista; • Denizar Viana – Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Resultado: Aprovado. ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2015. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Com fundamento nos termos dos artigos 40, 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, na condição de membro desta Comissão, que indique este Parlamentar para Representação em Missão Oficial Externa, no I Congresso de Comissões de Saúde dos Parlamentos das Américas, a ter lugar no Peru de 3 a 5 de junho de 2015. Resultado: Aprovado. ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2015 – **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o cenário da Psoríase no Brasil – uma revisão necessária. Para tanto sugiro que sejam convidados: – Representante do Ministério da Saúde; – Representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC); – Dra. Gladys Lima – Presidente da Psoríase Brasil; – Dr. Gabriel Gontijo – Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Resultado: Aprovado. ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2015 – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termo do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 08 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participarem da presente Audiência Pública: • Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; • Sr. João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; • Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; • Sr. Renato Merolli, Presidente da Confederação Nacional de Saúde. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Benedito de Lira e as Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 401, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de relatório de monitoramento quanto à auditoria na concessão e manutenção dos benefícios auxílio-doença.

Informo que o devido material ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2014

– Não terminativo –

Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014.

Observações:

– Em 22.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Consulto a Senadora Ana Amélia se gostaria de fazer alguma consideração a respeito do relatório lido anteriormente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Edison Lobão.

Caros colegas Senadores, este projeto tem o objetivo de assegurar ao usuário do serviço médico-hospitalar, no ato de uma cirurgia, de um atendimento de emergência ou voluntário, eletivo, a informação prévia do paciente e da família em relação à despesa que terá.

A gente já apresentou o relatório, favorável. A iniciativa é do Senador Jayme Campos, que foi Presidente desta Comissão. Mas eu também, com a racionalidade que nos obrigam a ter na legislação, entendo que o procedimento cirúrgico tem uma complexidade diferente de, por exemplo, uma relação de prestação de serviços na telefonia, prestação de serviços como um produto, pela natureza.

Então, darei um exemplo singelo. Uma pessoa vai para um atendimento de urgência numa clínica particular, vai ter que pagar porque não tem plano de saúde. Isso aqui é só para quem vai pagar. O plano cobre; então, é o plano quem negocia com o hospital o atendimento daquele procedimento necessário ao paciente. Mas, no caso de não ser cliente de plano, a pessoa vai bancar o pagamento daquele serviço, quando ela chega com um determinado problema de saúde, à medida em que o atendimento é dado, outros procedimentos serão necessários, e dada a gravidade da situação, aquela previsão de gasto pode ser mudada radicalmente. Então, o Senador Moka, até conversando sobre isso, alertou-me. E eu também entendo a complexidade disso.

O que podemos fazer? É a questão que apresento aos demais Senadores para que possamos, ao mesmo tempo, assegurar o direito do usuário do prestador de serviço, o médico, ao usuário desse serviço, que vai pagá-lo, o direito à informação prévia, para não se assustar, não morrer de susto na hora de pagar a conta. Não ter um ataque cardíaco, não é, Senador Presidente? E também entender a natureza desse serviço.

Então, o objetivo de uma boa lei... Uma boa lei é aquela do meio, do centro, que não vai nem só para um lado, nem só para outro lado; ela tem que ser centrada. E o centramento dessa lei é saber quais as condições que temos para atender os dois requisitos: o problema do direito do usuário, o pagador, o paciente, a família dele, e por outro lado a exequibilidade disso sem criar um problema legal, porque na hora em que dissermos que ele tem que receber isso, se no ato cirúrgico necessário para salvar a vida de uma pessoa, por exemplo, for necessário um procedimento não previsto ali, também nós temos que ver isso, para evitar também uma judicialização desnecessária, porque a lei não foi feita com o devido cuidado.

Então, a minha preocupação é essa.

De qualquer maneira, mantenho o relatório feito sobre a proposta do Senador Jayme Campos, que também teve outras matérias, por exemplo, a questão dos atestados, das receitas médicas. No Brasil, por incrível que pareça, uma receita emitida lá na sua São Luís, lá no Maranhão, Senador, não valeria aqui em Brasília ou em Porto Alegre, considerando que o CRM do Maranhão é vinculado ao Conselho Federal de Medicina, que é o mesmo conselho a que o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul está subordinado. Então, foi uma iniciativa do Senador Jayme Campos para a validade. Nesse caso específico, é a questão relacionada ao atendimento médico-hospitalar. Acho que a participação dos colegas seria importante nesse processo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Primeiro quero cumprimentá-lo, Presidente. Sei que V. Exª teve um probleminha de saúde, mas, assim mesmo, sem estar plenamente em condições, voltou e já está aqui presidindo a reunião, o que mostra o seu compromisso com a atividade pública. Só posso desejar que V. Exª se recupere totalmente. A gente está numa caminhada semelhante. Então, eu sei a importância do tratamento de saúde e a força que V. Exª fez para estar neste momento presidindo a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A gente agradece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Edison Lobão, deixe eu levantar uma preocupação. A Senadora Ana Amélia pode nos ajudar. Primeiro, quero falar dessa brilhante iniciativa por parte do nosso querido ex-Senador Jayme Campos e cumprimentar pelo relatório a nobre Senadora Ana Amélia.

Eu pergunto, Senadora, vou dizer aqui numa boa, até porque eu fiz uma homenagem a todos os médicos que me atenderam, que quando você chega no hospital, você tem plano de saúde e dá entrada... Assim eu fiz. Tenho o plano de saúde aqui da Casa, o SIS, e a informação que eu recebi era de que todo o atendimento seria feito pelo SIS. O pessoal do gabinete encaminhou o cartãozinho do SIS. Depois – estou recuperado, graças a Deus!, estou já num momento bom –, eu fiquei sabendo que a operação o plano não cobria, a cirurgia o plano não cobria. No mínimo, alguém teria de ter me dito antes. Não estou aqui criticando nenhum médico. Os médicos correram, foram lá e me operaram. Eu estava, de fato, como eu digo, urrando de dor, e estou bem. Mas, no mínimo, os familiares ou os assessores teriam de ter sido alertados por alguém que dissesse: "Olha, a operação não tem nada a ver com a tua baixa hospitalar. Isto aqui é problema do hospital e o plano cobra."

Então, o que eu pergunto, Senadora, é se não seria bom, se assim a senhora entender, incluir que tem que ficar claro. Porque, no momento do desespero, a família vai mandar operar. Mas, no mínimo, já sabendo: "Olha, a operação vai custar mais; mais R$5 mil, R$10 mil, R$15 mil, R$20 mil, não sei; estou chutando porque eu não sei ainda qual será o preço, mas você vai ter que pagar por fora." A família precisa ficar preparada, é o argumento usado aqui. Não daria para colocar algum...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não estou dizendo que não é válido... Mas se a cirurgia não está coberta, eu tenho, no mínimo, de ser alertado. Não daria para constar, Senadora, é essa proposta que eu estou lhe fazendo, que tenham de fazer, no momento da baixa no hospital, além desse esclarecimento, no caso do plano de saúde, porque tem de ficar claro aquilo que o plano não cobre.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O que o Senador Paim está falando agora é diferente disso. O que o Senador está alertando, e isso é muito importante, é o outro direito do consumidor na relação dele com o plano de saúde. É feito um contrato: "Olha, o plano diz que vai fornecer isso, isso e isso, está nesse contrato isso, os reajustes, quais são as coberturas que o plano dá." Aí houve, talvez, uma falta de comunicação entre a gestão do plano do Senado com o senhor, que recebe o serviço.

Eu, por exemplo, uso Unimed. Não é do Senado. Pago, lá no Rio Grande do Sul, o Unimed nacional. Então, eu sei em que eu posso contar com ele, quais os limites que eu tenho e qual é o limite para gastos, despesas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tinha Unimed até pouco tempo. Mas como foi criado um plano aqui, o SIS, de todos os funcionários, os Senadores foram colocados no plano dos funcionários e eu, até para colaborar com a Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu também participo dos dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...saí da Unimed e entrei no plano dos funcionários.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Participo dos dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E a Unimed sempre cobriu tudo, isso é verdadeiro. Posso ter preocupações, mas todas as vezes em que baixei, em outros momentos, não gastei nada. E estranhei que, dessa vez, me falaram: "não, operação não está previsto no seu plano".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Há um limite, um limite de gastos. Então, nesse caso, é uma relação com o plano, que é importante também. Penso que a própria CAS poderia abordar essa matéria.

Eu também gostaria de argumentar, Senador, que esta matéria não é terminativa aqui, nesta Comissão. Então, poderíamos aprovar a matéria, uma vez que já apresentei o relatório, favorável, porque ela vai para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Penso que ali também todos os interessados nesse assunto poderão delimitar esse processo. Conversaríamos. E definiríamos aqui o projeto como está no relatório. É apenas um dever de compreensão do assunto tratar disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, apenas para responder à Senadora Ana Amélia, claro, vamos aprovar o projeto, e vou me preservar o direito de, lá na Comissão de Defesa do Consumidor, apresentar essa emenda ao projeto, incluindo, no mesmo princípio, os planos de saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Há mais algum dos Srs. Senadores que desejam discutir a matéria? (Pausa.)

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2015

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Observações:

– Em 22.04.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Consulto o Senador Moka se deseja explicar melhor o projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para atualizar, não sei se o Senador – realmente não me lembro – Paulo Paim, na última reunião, estava presente até em função dessa intervenção cirúrgica. Então, Senador Paulo Paim e Senadores que não estavam presentes: esse é um projeto que, nos últimos tempos, tenho uma alegria muito grande em relatar. Por quê? Porque temos um problema com saneamento básico no País, e os investimentos nessa área caíram. Houve uma diminuição muito grande de investimentos. Caíram em função dessa dificuldade de aporte.

A proposta do Senador José Serra é exatamente fazer com que as empresas que investirem em saneamento básico possam deduzir o investimento nessa área específica de PIS, Cofins e Pasep. Podem dizer: "Vão tirar recursos de uma área...", mas o problema, Sr. Presidente – e não é um problema – é que isso é investimento. E sei, até pela minha formação acadêmica, que, ao investir R$1,00 em saneamento básico, vamos economizar , no mínimo, de R$4,00 a R$5,00 na saúde.

E, nas crianças, principalmente, é muito fácil de se perceber isso. É só fazer uma pesquisa de mortalidade infantil no Município ou na região onde não há água potável ou esgotamento sanitário e outra num lugar onde existe água potável e esgotamento sanitário. O que se vai observar é que, quase sempre, os efeitos disso nas crianças são muito significativos, porque as crianças têm um percentual hídrico muito grande; daí a criança desidratar com essas diarreias, com as chamadas doenças diarreicas ou gastrointestinais. E uma das causas mais frequentes é exatamente a questão do saneamento básico.

Portanto, ainda que cause impacto – e certamente vai causar –, eu penso que o retorno é muitas, muitas vezes maior. Assim, eu gostaria do apoio para que, aqui, nesta Comissão, onde o projeto não é terminativo, nós discutíssemos o mérito do investimento, deixando para que a Comissão de Assuntos Econômicos pudesse fazer uma análise do ponto de vista do investimento ou do impacto que isso possa acarretar na arrecadação ou qualquer outro tipo de impacto financeiro.

Assim, eu peço o apoio, porque acho que é um projeto que traz salvaguardas, não deixa nenhuma brecha para nenhum tipo de fraude. Há uma preocupação com relação a isso. Trata-se de um projeto muito bem construído; aliás, muito elogiado pela nossa Consultoria Legislativa, que me ajudou no parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka, de fato, não esteve presente na última reunião o Senador Paulo Paim, que é um dos mais assíduos, assim como V. Exª, que sempre está presente aos trabalhos desta Comissão, exatamente por haver se submetido a uma pequena e vitoriosa cirurgia. S. Exª foi, viu e venceu; e volta, agora, juntando-se a nós já para o exame de matérias importantes, que passam pelo crivo desta Comissão.

Esta, a razão de S. Exª não ter estado aqui, mas volta hoje, como estará sempre, com os nossos votos de boas-vindas à normalidade de suas atividades no Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria reforçar apenas os argumentos do Senador Moka.

É claro que os aspectos financeiros em um projeto dessa envergadura têm que ser avaliados, especialmente neste momento de crise do setor público em relação às suas finanças e as suas contas; porém, trata-se de uma iniciativa criativa do ponto de vista da administração, para resolver um problema crucial no Brasil que é o saneamento básico.

Como bem disse o Senador Moka, que é médico, a prevenção e o saneamento estão relacionados há muitas das doenças que nós temos, inclusive a dengue, que está se alastrando. Quer dizer: águas paradas, empossadas, esgoto a céu aberto, enfim, tudo isso contribui não apenas para a proliferação da dengue, especialmente em um país de clima tropical como o nosso, mas de outras doenças, como diarreias etc. Tudo está relacionado à questão da água que tomamos e também do saneamento que temos.

E, lamentavelmente, Senador, os índices de saneamento em nosso País são vergonhosos – são vergonhosos! Precisamos, urgentemente, tomar algumas iniciativas. E que a população fiscalize e colabore também.

Esse projeto é um caminho, mas, como disse também o Senador, ele passará por outra Comissão, na área de assuntos econômicos, imagino, para fazer essa avaliação dos custos; porém, aí, eu penso que o custo não será tão expressivo quanto o benefício que essa inciativa do Senador José Serra proporcionará à população brasileira, especialmente àquela de baixa renda.

É nas periferias onde estão os maiores problemas nessa área – nas favelas, nos bairros mais pobres, até naqueles que se formaram a partir de invasões.

Eu visitei alguns em Porto Alegre, onde o esgoto corre a céu aberto, as crianças pisando ali em cima, e isso realmente acaba agravando um outro custo, Senador, que é o custo da doença, do tratamento da doença provocada pela falta de saneamento.

Queria cumprimentar o relatório e a equipe técnica do Senado Federal, que ajudou o Senador Moka a prepará-lo, tanto quanto ajuda a todos os Senadores.

Então, a minha opinião é favorável ao projeto que foi relatado pelo Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu percebo que estamos vivendo um bom momento aqui no Congresso, e vou dizer por quê. E gostei de voltar neste momento. Ontem mesmo, Senador Moka, no plenário do Senado, nós, por ampla maioria – eu votei –, votamos uma contribuição importantíssima que deu o Senador José Serra na questão da regulamentação do processo da dívida dos Estados.

Agora, é com alegria que vejo aqui esse projeto importantíssimo, em que o Senador Waldemir Moka dá o parecer favorável, com muita convicção – ele conhece bem a área, eu diria, talvez mais do que ninguém, porque é médico e, consequentemente, sabe das consequências –, em um projeto que é também do Senador José Serra.

> E digo com alegria – vou dizer aqui já, Senador Moka – a recomendação que recebi do Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades apresenta parecer favorável ao seu **Relatório:** "Instado a se manifestar, este Ministério informa que, a princípio, é totalmente favorável aos projetos que busquem ampliação dos investimentos na área do saneamento básico. Nesse sentido tem participado, em conjunto com outras áreas do Governo Federal, com o mesmo objetivo".

Em resumo... Eu só quis resumir, Senador, para mostrar que, independentemente do projeto, pelo seu alcance, vindo de um dos líderes da oposição, o próprio Governo elogia o relatório do Senador Waldemir Moka, como também a iniciativa do nobre Senador José Serra.

É com alegria que voto a favor desse projeto, porque não fica aquela bagunça, se é de oposição ou é de situação. É o que é melhor para o País. Foi isso que o Senador Moka mostrou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E o Ministro atual é ex-prefeito de São Paulo. Sabe, conhece bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exatamente.

O Senador Moka mostrou essa grandeza, e o Serra, também. Então, parabéns ao ex-Ministro Serra, atualmente Senador, e ao Relator Waldemir Moka, e parabéns ao Ministério das Cidades, que diz que o projeto é bom, sim, e que temos que votar a favor.

Se houver alguma emenda quanto a custos, faremos nas Comissões subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o autor do projeto, Senador José Serra, que mais uma vez vem demonstrar a sua capacidade para inovar. Eu acredito que esse projeto, que traz um alívio para as empresas de saneamento básico nos Estados, vai propiciar a que os Estados possam retomar os seus investimentos na área de saneamento, o que já foi aqui amplamente colocado pela Senadora Ana Amélia como de extrema necessidade e de extrema importância social.

Mas eu queria, Senador Moka, cumprimentando V. Exª pelo relatório, algumas informações a respeito do projeto. Eu acredito que nós precisávamos... Acho que o Senador Paulo Paim fez uma coisa muito boa, que foi ouvir o Ministério das Cidades. Eu não tive oportunidade de ouvir a empresa de saneamento básico do Estado de Goiás, mas existem algumas especificidades que precisam ser notadas no sentido de aprimorar o projeto.

Essa inovação que o Senador Serra faz no seu projeto, criando um regime especial de tributação em que se faz a compensação dos créditos através da aplicação em obras de interesse social, é uma coisa inovadora e muito importante. Mas, quando ele fala de saneamento básico, nós temos que nos reportar à Lei Geral de Saneamento Básico, que define o que seja saneamento básico. E me preocupa muito um item do projeto que fala que, entre as obras para essa compensação tributária, teria que haver – ele coloca – a regulamentação fundiária. Eu não sei como é que uma empresa de saneamento possa tratar de regulamentação fundiária. E, se nos reportarmos à Lei Nacional do Saneamento Básico, vamos ver que regulamentação fundiária não está naquilo que é definido como saneamento básico.

Por exemplo, trata-se de saneamento básico abastecimento de água potável, constituído pelas atividades de infraestrutura, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais e urbanas.

Isso está na lei nacional de saneamento básico, que define o que seja saneamento básico.

Já no projeto de lei, ao mencionar as obras que poderiam ser contempladas com a recompensação tributária, ele coloca, de alta relevância e interesse social, limpeza, despoluição e canalização de córregos; preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação; esgotamento sanitário em áreas de baixa renda; e redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água.

Aqui no início, obras de alta relevância e interesse social caracterizados como regularização urbanística e fundiária.

Eu não saberia como uma empresa de saneamento poderia tratar de questão de regulamentação fundiária uma vez que isso seja atribuição das companhias de habitação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu tenho a impressão, Senadora Lúcia Vânia, que no item 1, quando ele diz "intervenções em áreas ocupadas por populações de baixa renda visando à regularização urbanística e fundiária necessária para implantação de sistema de água e esgoto", na verdade, o Poder Público não pode fazer investimento em uma área que não está regularizada.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Mas não é esse o problema. Eu perguntaria o seguinte: a empresa de saneamento básico não tem como atribuição fazer regulamentação fundiária, mesmo que seja para o interesse dela...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas ele diz isso...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Ah, é a aplicação do saneamento básico em área de...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Fora do microfone.) – Necessariamente, a área tem que estar legalizada. Não pode fazer em área...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O que ele quer dizer é que não se pode fazer esse tipo de investimento em áreas que não estão regularizadas. É quase que prevenção, um cuidado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Bom. Isso eu entendo perfeitamente. Eu só não entendo como seria, por exemplo, debitado, porque a cadeia produtiva da empresa de saneamento é curta, já que a água não demanda muitos insumos. E os insumos são insumos químicos que têm pouco tributo. Então, o que ele faz com o regime especial? Ele pega essas obras de interesse social que podem ser aplicadas como dedução, partindo da média de aplicação do investimento no ano anterior.

Eu entendi que a empresa de saneamento básico faria os investimentos nessas áreas. Agora, se for investimento, a área não está regularizada, o saneamento não pode entrar lá, o que isso quer dizer? O saneamento vai fazer a obra de regulamentação fundiária ou o saneamento vai fazer a obra de saneamento?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, novamente, o art. 54-B: "É beneficiária do Reisb a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado pelo Ministério das Cidades para a realização de investimentos em serviços públicos de saneamento básico, ou serviços correlatos, de alta relevância e interesse social."

Aí vem §1º:

§1º Para efeitos do *caput,* ficam definidos como de alta relevância e interesse social apenas os seguintes investimentos:

I – intervenções em áreas ocupadas por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária necessária para a implantação de sistemas de água e esgoto.

Então, ele diz que é importante que tenha isso para se fazer; senão, vai se começar a fazer investimento em lugares sem regularização fundiária. É como se fosse preventivamente. Fica previsto isso no projeto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Não é isso que eu entendi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas é o que o projeto diz.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu queria só entender o seguinte: as obras de interesse social são caracterizadas como saneamento básico. O que é saneamento básico? Investimento nisso, naquilo, o que já li aqui. Nessa lista do projeto, há itens que não correspondem ao que seja saneamento básico, que trata...

Veja bem, Moka, vamos pegar pelo regime especial. Como ele forma esse fundo? Como ele forma esse regime especial? É tributando, compensando os tributos, porque, hoje, a carga tributária das empresas é muito alta. O PIS/Cofins consome um percentual de 9% da carga tributária da empresa. A empresa não tem créditos porque a cadeia é curta. Então, o que ela precisa fazer? Ela usa esse investimento para compensar os créditos. Então, ela vai operar esses empreendimentos. Quem opera esses empreendimentos é a companhia de saneamento. Esse é o entendimento que tenho. Agora, por que eu disse para V. Exª que eu gostaria de ouvir a companhia de saneamento básico do meu Estado? Para ver se a companhia teria condições de operar esses itens todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria, pela ordem, Senador Moka, V. Exª é o relator, mas eu penso, Senadora, primeiro, que temos que ver, nesse caso, que há duas situações: há Estados em que a empresa de saneamento ainda é uma empresa pública e há Estados em que esse serviço foi repassado para o setor privado, o Estado privatizou. Temos, no Rio Grande do Sul, inclusive, Municípios que fizeram isso, contrariando a empresa estatal estadual.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Em Goiás também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No Município, o saneamento é feito por uma empresa particular, com licitação, tudo. Então, são duas situações, e é preciso, para que essa lei também tenha... examinar as duas situações. Então, não é apenas o setor público, mas o setor privado.

Ele também tem o objetivo – eu imagino, estou convencida disso, como o Senador Moka fala – de, através do incentivo, que é esse dado para o fundo, ter mais protagonismo no processo da própria regularização, porque, senão, vamos manter essas periferias pobres eternamente sem saneamento. É uma forma inteligente, penso, de uma ação e um protagonismo do Poder Público para a regularização daquela área. E aí, o poder político que tem um Estado ou Município, junto ao proprietário da área que, eventualmente, tenha sido ocupada ou invadida, é maior do que simplesmente uma empresa sozinha fazer isso.

Então, penso que o mérito da iniciativa do Senador tem duas vertentes: uma é a regularização fundiária e a outra é dar acesso e direito a esse morador de um bairro que não tem endereço, que não tem nada, à cidadania, assegurando o fornecimento de água e esgoto para esse bairro, para essa zona de conflito, inclusive de segurança jurídica. Acho que ele tem o mérito de fazer isso.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Eu queria só complementar: como esta Comissão é uma comissão de mérito, e é indiscutível que ele tem um mérito social importantíssimo, nós podemos aprová-lo aqui e, na Comissão de Assuntos Econômicos, a tiraríamos essas dúvidas em relação à tributação e à compensação da tributação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu havia sugerido isso, Senadora Lúcia Vânia. V. Exª ainda não havia chegado aqui. Eu disse que pedia a aprovação no mérito, exatamente, e que essa discussão do impacto financeiro, da questão da tributação, certamente, será mais bem estruturada quando na Comissão de Assuntos Econômicos, onde o projeto, aliás, tem caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Lúcia Vânia, desejamos ouvir também a companhia de saneamento do seu Estado.

Senadora Lúcia Vânia, desde já, vou ouvir também a sua companhia de saneamento do Estado. Não que ela seja definitiva na decisão desta Comissão, mas por ser uma fonte de informação, pelo fato de lidar permanentemente com essas questões. Isso pode ser feito, portanto, até o exame pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Há também a questão da constitucionalidade. O despacho da Presidência do Senado não contemplou a audiência da Comissão de Justiça, e, como este é um projeto que, transformado em lei, concede benefícios fiscais, financeiros, é preciso avaliar se temos nós a capacidade constitucional de abdicar de tributos. Então, é bom que se veja isso também na Comissão de Assuntos Econômicos, onde a matéria terá caráter terminativo.

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o presente projeto, o relatório do Senador Moka. permaneçam como estão. (*Palmas.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 95, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O projeto seguinte tem decisão terminativa. Em turno suplementar, trata-se da discussão do substitutivo vencido ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 1, de Turno Suplementar, que apresenta.

Observações:

– Em 05.02.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012.

– Durante o Turno Suplementar, o Senador Paulo Davim ofereceu Emenda ao Substitutivo.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A votação, portanto, será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, propõe alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, com a finalidade de atribuir à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) competência para participar de ações administrativas relacionadas com os serviços de terapia intensiva, em nível estadual.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a quem compete a decisão terminativa sobre a matéria, aprovou o projeto na forma de um substitutivo, que vem agora para ser apreciado por este Colegiado, em turno suplementar.

O Substitutivo ao PLS nº 233, de 2012, por mim apresentado perante esta Comissão, tem por finalidade ampliar a atribuição de competência dos gestores estaduais de saúde, conforme inscrita na Lei Orgânica da Saúde, para incluir o planejamento, a programação e organização dos serviços de urgência e emergência, além dos serviços de unidades de terapia intensiva (UTI).

No período de discussão da matéria no turno suplementar, foi apresentada emenda pelo Senador Paulo Davim, que propõe a inclusão de novo artigo no projeto, para permitir, por tempo limitado – três anos –, o credenciamento de UTI que funcione sob a responsabilidade técnica de médico portador de título de especialista em medicina intensiva que não atue na própria unidade, a que o autor chamou de "UTI tutelada".

Análise.

O despacho para que esta Comissão analise o mérito do Substitutivo ao PLS nº 233, de 2012, fundamenta-se no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à CAS competência para opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do SUS.

Em virtude do caráter terminativo da decisão, devem ser analisados, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição. Nesses aspectos, não identificamos óbices que contraindiquem a aprovação do Substitutivo ao PLS nº 233, de 2012.

Cremos que, no tocante ao mérito, o Substitutivo promove o aperfeiçoamento da matéria objeto do PLS nº 233, de 2012, ao ampliar a competência do gestor estadual do SUS de participar do planejamento, da programação e da organização, não só dos leitos de UTI, como propunha a proposição original, mas também dos serviços de urgência e emergência, no respectivo território.

Há que se considerar, na presente análise, o problema trazido à baila pelo ilustre Senador Paulo Davim: a exigência constante de atos normativos do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de que as UTI, para serem credenciadas, devam contar com responsável técnico portador de título de especialista em medicina intensiva.

O Senador observa que essa exigência torna-se um obstáculo para que muitos municípios disponham de UTI em seus hospitais, uma vez que o número de médicos especialistas em medicina intensiva no Brasil é insuficiente para atender às necessidades dos serviços públicos ou privados de saúde.

Assim, a emenda proposta visa a acrescentar dispositivo com a finalidade de permitir, durante três anos, a instalação e o credenciamento de UTI tuteladas, isto é, autorizadas a funcionar sob a responsabilidade técnica de médico portador de título de especialista em medicina intensiva que não atue na própria unidade.

A esse respeito, manifestamos nossa concordância com o Senador Paulo Davim de que a medida constante da emenda por ele apresentada contribui para eliminar um dos obstáculos atuais para que muitos municípios disponham de UTI em seus hospitais.

De fato, o número de médicos portadores de título de especialista em medicina intensiva é, atualmente, insuficiente para atender às exigências constantes de atos normativos do Ministério da Saúde e da Anvisa, pelo que somos favoráveis ao acatamento da emenda.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, e da emenda apresentada no turno suplementar.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que a contribuição que deu o Senador Paulo Davim, acatada pelo relatório do Senador Humberto Costa, é muito importante. No interior, Sr. Presidente, é bastante comum até haver condições de se ter uma UTI e haver médicos que, embora não sejam especialistas, não sejam intensivistas – aliás, uma especialidade que não diria tão recente em termos de medicina –, sobretudo aqueles médicos que têm muita experiência, que poderiam, havendo uma UTI, dar uma condição muito melhor de tratamento ao seus pacientes. Todavia, não pode o hospital ter uma UTI se não houver um médico com a especialidade em medicina intensiva, como nós chamamos.

Então, eu acho que essa ideia da UTI tutelada é muito boa. Nós teremos sempre um responsável técnico. Nós teremos sempre um médico intensivista que será o responsável por aquela unidade, certamente sempre observando as condições, enfim.

Eu entendo que é muito oportuno e queria reforçar o argumento e o relatório muito bem feito pelo Senador Humberto Costa, manifestando o meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Encerrada a discussão por não haver mais oradores inscritos, coloco em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012, que tem preferência regimental, ressalvada a emenda, no turno suplementar, apresentada pelo Senador Paulo Davim.

A votação será nominal.

O Senador Humberto Costa vota "sim", conforme já se manifestou.

Senadora Regina Souza.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Elogiando e aprovando o relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto com Relator, Sr. Presidente, parabenizando o autor do projeto, Senador Vital do Rêgo, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União. É uma bela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente, cumprimentando o Relator, Senador Humberto Costa, e o autor do projeto, Vital do Rêgo e, principalmente a Emenda do Senador Paulo Davim, que vem dar uma resolução criativa para os Municípios que não dispõem de especialistas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, voto com o autor, Senador Vital do Rêgo; com o nosso colega, Senador que não se encontra mais na Comissão, Senador Paulo Davim, e, naturalmente, com o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aprovado por unanimidade o Substitutivo, sem prejuízo da emenda do Senador Paulo Davim, que também obteve parecer favorável do Relator.

Consulto o Plenário se podemos repetir a mesma votação destinada ao Substitutivo para o caso da emenda que obteve parecer favorável do Relator.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda.

Aprovado em turno suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

– Em 15.04.2015, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

Consulto o Relator, Senador Benedito de Lira, se gostaria de fazer alguma consideração a respeito do seu relatório, lido anteriormente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, não há muita coisa a acrescentar até porque o que propõe o projeto é exatamente atender àqueles que foram vitimados, quer como trabalhador autônomo ou empregado, por calamidade natural, sem, com isso criar qualquer tipo de óbice com relação ao seguro-desemprego.

O valor do benefício será calculado, para os empregados, observados os mesmos parâmetros definidos na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores desempregados demitidos injustificadamente.

Nesse caso, o Senador Crivella propõe inspirado no desastre natural que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro nos idos de 2011, quando muitos ficaram desempregaram sem motivação, bem como os trabalhadores autônomos.

Acho que o projeto do Senador é meritório e, consequentemente, esta Comissão, ao analisá-lo, considerando que na reunião passada já foi lido o relatório, apenas lembra àqueles que não estavam presentes na oportunidade que é mais uma ação que deverá ser desenvolvida e atendida em função das calamidades naturais àqueles que não deram motivo para deixar de trabalhar ou de exercer a sua atividade como empregado.

Por essas razões, apresentei parecer favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Marcelo Crivella e Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, acho que o projeto de autoria do Senador Crivella e o relatório do Senador Benedito de Lira são de altíssima relevância, extremamente importantes do ponto de vista social, entendo que o objetivo a que o projeto se propõe deve ser buscado e atendido.

O que eu queria levantar como preocupação é que existem vários projetos que vinculam determinados benefícios, seja antecipação de recursos, ou liberação extraordinárias de recursos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e que têm sido, muitas vezes, contestados e questionados pelo órgãos responsáveis pela gestão e administração desses fundos.

É o que acontece também aqui nesse projeto. Há uma preocupação por parte do Governo, de Ministérios, especialmente do Ministério do Trabalho e Emprego, de que é justa a concessão do benefício, mas que ele deveria ser classificado de uma outra maneira.

Há uma proposta de que esses recursos pudessem ser administrados pela Defesa Civil, por se tratarem de recursos para tragédias, acidentes naturais, e que pudessem advir de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social.

E queria, pedindo minhas desculpas ao autor e ao relator, fazer um pedido de vista e tentar construir, juntamente com o autor, o relator e o Ministério obviamente, uma proposta que nós pudéssemos votar o mais rapidamente possível e que garantisse o benefício, mas que nós definíssemos de onde esses recursos viriam e de que maneira eles seriam aplicados, que não pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Consulto se algum outro Senador deseja pedir vista. (Pausa.)

Senador Marcelo Crivella deseja falar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não, Sr. Presidente. Eu acho que, se o Senador Humberto Costa puder trabalhar nisso, nós estamos vivendo momentos difíceis por causa das calamidades. É até uma reflexão que acho oportuna.

O nosso País começou com o desmatamento do pau-brasil. Nós coletávamos pau-brasil a 2 km do litoral e, no final do século XIX, estávamos coletando pau-brasil a 200 km do litoral.

Estima-se que foram mais ou menos sete milhões de árvores. Depois, continuamos desmatando a Amazônia, seguramos um pouco, mas, ano passado, desmatamos muito. Esse desmatamento, Sr. Presidente, tem trazido problemas para nós. Santa Catarina está vivendo isso agora. O Rio de Janeiro tem vivido quase todo ano.

Então, se há lá três funcionários trabalhando numa padaria e a padaria fecha porque a água invade o estabelecimento, eles não têm direito ao seguro desemprego porque não foram mandados embora, simplesmente eles não têm condições de trabalhar. O que nós podemos fazer para ajudá-los naquele período em que o dono da padaria vai retirar toda lama, passada a tragédia, arrumar os móveis, consertar os fornos, conseguir um empréstimo para tocar o negócios? Vai demorar uns três meses. Em média, é isso. Então, o que a gente pede é que, nesses três meses, o Fundo de Amparo ao Trabalhador ampare o trabalhador que não pode trabalhar, mas que toda vida descontou para o FAT, e ele possa, então, sem passar fome, aguardar que o seu empreendimento volte a funcionar. Se voltar a funcionar em um mês, melhor. Recebe um mês, ou dois, no máximo, três. São tão poucos! Seriam alguns milhares de pessoas.

O Relator e os que nas outras Comissões relatarem podem verificar que não tem muito impacto sobre os bilhões e bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador. É dever de ofício. Como Ministro, a gente tem o dever de ofício de segurar as despesas e de, a todo momento, se preocupar com os recursos, mas, olha, os benefícios são tão grandes e o recurso é tão pequeno que eu tenho certeza de que esta Comissão há de encontrar um caminho e não deixar desamparado o trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

O pedido de vista é concedido na forma do art. 132 do Regimento Interno.

A matéria retornará à pauta desta Comissão na próxima semana.

Fica assim adiada a discussão.

Item 5. Também decisão terminativa.

Peço aos Senadores que não se retirem, porque perderemos, nesse caso, o quórum para decisão terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações:

– Em 22.04.2015, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel.

Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

Consulto a Senadora Regina se deseja fazer alguma consideração a respeito do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, só para esclarecer, alguns não estavam aqui na leitura, a gente teve, inclusive, uma audiência pública com os artesãos, na Comissão de Educação, onde reivindicam que, se disser respeito a ele, seja discutido com ele. Quer dizer, as pessoas apresentam as coisas e nem sabemos. Estava presente a Confederação.

Mas o relatório diz o seguinte: o segurado especial tem uma característica, uma condição, que é a sazonalidade da atividade, no que não se enquadra o artesão. Também, o artesão se enquadra na Lei do MEI (Microempreendedor Individual), cuja contribuição é até menor.

Por isso, a rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, só queria reforçar aqui os argumentos da Senadora Regina.

Essa qualificação de segurado especial foi criada exatamente com a preocupação de atender aqueles trabalhadores que compõem profissões que sofram sazonalidade.

Ainda que o trabalho dos artesãos seja extremamente importante, fundamental. Especialmente nós, do Nordeste, sabemos até mesmo o peso que essa atividade tem do ponto de vista econômico, mas o fato é que o elemento central que motiva a criação da classe dos segurados especiais é exatamente a sazonalidade, que, neste caso, não se justifica.

Além do mais, o artesão urbano pode ser enquadrado dentro do Programa do Microempreendedor Individual, que já tem recolhimento, por exemplo, de um salário de contribuição na faixa dos 5%, o que, de certa forma, permitiria que esses artesãos pudessem ter uma redução dessa carga de contribuição previdenciária e de outros impostos também ali agregados.

Então, queria reforçar essa posição da Senadora Regina, sem que isso represente qualquer prejuízo aos artesãos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que isso precisa ficar claro mesmo, porque todos temos – e no Mato Grosso do Sul também não é diferente – a figura do artesão, mas o Relator original – a Senadora Regina foi a Relatora ad hoc – é o nosso colega, Senador José Pimentel, que conhece a área com profundidade. Ele está dizendo que o projeto, embora meritório, já está previsto. Temos, na legislação, previsão para os dois casos: o do produtor rural e o do artesão.

Então, trata-se apenas e tão-somente de não se sobrepor a textos que já se encontram disciplinados. Acho que a Senadora Regina tem razão ao rejeitar o projeto não no mérito, mas em função de que ele, na verdade, já está prejudicado, porque existe, na legislação, previsão para que o ex-Senador, hoje Governador Rodrigo Rollemberg, proponha a lei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Essa é uma precaução que todos deveríamos ter no Parlamento brasileiro. Se é algo que temos em demasia em nosso País é lei. Temos cerca de 200 mil leis, e nem os computadores conseguem dar conta delas, de tão elevado o número.

V. Exª, Senador Moka, observa muito bem. Se já existe uma previsão sobre essa matéria, por que vamos ser redundantes, votando mais uma lei?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Sr. Presidente, na mesma linha de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, há duas semanas, no mesmo dia, tinha dois projetos idênticos para votar: um mais antigo e um mais novo. O que eu fiz? Votei o primeiro, que seria mais antigo, e considerei prejudicado o segundo. Na mesma linha de V. Exª.

É um absurdo! Às vezes, votamos aqui e acolá ou mesmo no plenário e mandamos para a Câmara dos Deputados dois projetos com o mesmo teor! Quer dizer, não tem lógica. Por isso, V. Exª está coberto de razão e tomei essa liberdade. E, por fim, o próprio autor entendeu que estava correto o procedimento que fiz. Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não há quórum mais, perdemos o quórum qualificado e fica adiada a discussão e a votação do item 5.

Os demais itens 6, 7, 8 e 9 são por igual terminativos. Neste caso, partiremos para deliberação dos requerimentos lidos na reunião anterior, realizada no dia 22 de abril.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para debater a Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente a esta Comissão.
Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, quero retirar esse requerimento porque ele está pautado na Comissão de Direitos Humanos e seria uma repetição. Ele será discutido lá. É um requerimento meu e do Senador Donizeti. Então, retiro este aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Atendida a decisão de V. Exª.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o Pacto de Redução da Mortalidade materna e neonatal. Os convidados serão encaminhados posteriormente a esta Comissão.
Autoria: Senadora Regina Sousa

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Esse eu mantenho, é importante, o pacto é de 2004 e, de lá para cá, aconteceram avanços, inclusive com o Mais Médicos. Então, é importante termos esses dados sobre esse pacto da redução da mortalidade materna e neonatal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a tratar da "proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde", para discutir a incorporação do procedimento de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único DE Saúde (SUS), com a presença dos seguintes convidados: José Antônio Marin-Neto – Professor Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Fábio Sândoli de Brito Júnior – Coordenador

do Registro Brasileiro de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica, Livre Docente da Universidade de São Paulo; Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes – Diretor da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia intervencionista; Denizar Viana – Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Presidente Edison Lobão, ele praticamente é autoexplicativo, essa matéria de transplantes é presente no dia a dia. As campanhas são feitas não só para usar os tecidos nos transplantados, que é uma área específica. Então, os convidados vão abordar o que precisamos, no vazio da lei, preencher, para que também os pacientes que se submetam a esses transplantes, que precisam de peles ou de outros tecidos, tenham assegurado o seu direito por essa regulamentação.

Primeiro, há a questão ética desses procedimentos e também para que o Brasil possa se atualizar em relação a um marco regulatório para o sistema.

Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aprovado o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Temos um projeto do qual fui Relator ad hoc, mas o Relator original é o Senador Humberto Costa, que trata dessa matéria, Senadora Ana Amélia, de transplante de órgãos e tecidos.

Eu queria então que se pudesse sobrestar essa votação. Ele já foi lido. Poderíamos esperar. De repente, há uma contribuição, porque se trata de pessoas com notoriedade nessa área de transplantes. Talvez fosse interessante a gente só colocar em votação esse projeto – não sei se o Senador Humberto Costa vai concordar – após ouvir, em audiência pública, essas pessoas com notório saber e prática, no dia a dia, em transplantes.

Eu considero muito importante. A matéria realmente é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Exª deseja formular algum requerimento sobre essa matéria? Um adiamento?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade sou só o Relator ad hoc. Eu queria ouvir a opinião do Senador Humberto Costa que foi quem relatou. O projeto está apto. O relatório do Senador Humberto Costa, na minha avaliação, é muito bom. Eu apenas li e recomendei a presença do Senador Humberto Costa, porque ele poderia dar outra contribuição.

Essa matéria de transplante é complexa. E como há a solicitação de uma audiência, eu fico pensando o seguinte, Sr. Presidente, que a gente acabe de votar uma matéria e na audiência pública, logo em seguida, a gente venha a ter algum tipo de crítica por parte de especialistas ou quem sabe de alguma coisa mais recente.

Daí por que a preocupação, se o Senador concordar, de que a gente possa sobrestar a votação, pedindo um aditamento ao requerimento da Senadora Ana Amélia, para a gente votar o projeto depois da audiência pública por ela sugerida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Moka, V. Exª poderia fazer um requerimento nesse sentido de sobrestamento da matéria com o objetivo de instruir o exame dela.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria dizer que concordo com os argumentos do Senador Moka e podemos encaminhar dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito bem.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento nos termos dos artigos 40, 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, na condição de membro desta Comissão, que indique este Parla-

mentar para Representação em Missão Oficial Externa, no I Congresso de Comissões de Saúde dos Parlamentos das Américas, a ter lugar no Peru, de 3 a 5 de junho de 2015.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para encaminhar o seu pedido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin e eu somos representantes do Congresso brasileiro nesse fórum do Parlamento das Américas. Eu, inclusive, sou integrante do conselho administrativo. O Parlamento deverá fazer a primeira sessão para discutir temas como sistemas de saúde de diversos países.

É importante, porque lá nós temos países que têm avançado recentemente em mudanças nos seus sistemas. Temos a participação do Canadá, de Cuba, da Venezuela, da Colômbia, do Equador, além dos demais integrantes do Mercosul, como Argentina, Paraguai e Uruguai.

Então, nossa expectativa é de poder recolher sugestões, ideias, e fazer um relatório a esta Comissão e ao Presidente da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Creio que a Comissão não poderá estar melhor representada do que com a aprovação que o Plenário faz neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para contribuir, até para desafogar a Comissão, conversei com o Senador Paulo Paim, que como sempre é muito solícito e generoso com os colegas.

No dia 25 de maio – estamos entrando no mês de maio – é o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. Eu tinha solicitado... Fiz o Requerimento nº 5, deste ano, a esta Comissão de Assuntos Sociais, para que aqui realizássemos uma audiência pública para tratar do desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, exatamente com uma relação de convidados. E como a natureza desse debate tem muito a ver com direitos humanos, especialmente das mães e dos pais cujos filhos desapareceram, por sequestro ou por muitas razões, e por termos movimentos sociais em São Paulo, organizações ligadas às famílias, que se unem para conseguir resultados melhores na busca e no encontro desses filhos desaparecidos – no Paraná também há iniciativas que são muito bem sucedidas –, o Senador Paulo Paim acolheu a minha sugestão de levarmos esse tema para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), porque é numa segunda-feira, quando é a data do Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, dia 25.

Para evitar que a Comissão tenha de fazer extrapauta para se ajustar à data, o Senador Paulo Paim, muito gentilmente, acolheu a ideia e subscreve comigo esse requerimento. Então, quero pedir a V. Exª e à Secretaria a retirada do Requerimento nº 5, que foi apresentado, lido e aprovado, e nós faremos, na Comissão de Direitos Humanos, o debate, naquela audiência pública, para tratar de uma questão social de grande relevância que tem a ver com segurança pública, mas tem a ver com o direito das mães e dos pais das crianças. Então, é a solicitação que faço, com antecipação dos agradecimentos não só meus, mas penso que da própria Comissão de Assuntos Sociais. E compartilhamos dessa forma, com a CDH, o debate dessa matéria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senadora Ana Amélia, esse requerimento tão importante foi aprovado no dia 23 de março, mas V. Exª, que é autora, tem todo o direito de solicitar a retirada dele, a anulação da aprovação, que será atendida, portanto, pela Presidência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Acho que tem um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Está na pauta o item 8... Aliás, o item 9 da pauta. É o Projeto de Lei do Senador José Medeiros. Eu gostaria de ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2015

– Terminativo –

Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015.

Observações:

– Votação nominal.

V. Exª tem a palavra, como Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o Projeto de Lei nº 8, de 2015, em decisão terminativa, do Senador José Medeiros, que acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios de seu consumo abusivo. Sou o Relator.

Esse Projeto de Lei, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

Conforme a proposta, as embalagens das bebidas açucaradas deverão informar o teor calórico e conter advertência sobre os malefícios decorrentes do consumo abusivo dessas bebidas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem (art. 1º da proposição).

O art. 2º do projeto estabelece que a vigência da lei ocorra no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador José Medeiros ressalta que, em trinta anos, o consumo brasileiro de refrigerantes quintuplicou, e corresponde hoje à ingestão anual de 66 litros ou seis quilos de açúcar por pessoa. Ele assinala que um excesso diário de calorias correspondentes a apenas um copo de refrigerante pode acarretar, em dez anos, um acréscimo de peso superior a cinquenta quilos.

Segundo o autor do projeto, o número de jovens obesos no Brasil cresceu, em vinte anos, quatro vezes mais que nos Estados Unidos, onde o problema é gravíssimo. Lembrando as inúmeras disfunções acarretadas pela obesidade, ele defende sua proposta como uma medida indispensável no combate a tão furtiva ameaça à saúde e ao bem-estar do nosso povo.

A proposição foi distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais, CAS, para ser apreciada em caráter terminativo e não recebeu nenhuma emenda.

Análise.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre temas concernentes à proteção e à defesa da saúde, matéria de que trata o PLS nº 8, de 2015.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nosso ver, não existem óbices constitucionais ou regimentais à aprovação do projeto.

No que concerne ao mérito e à técnica legislativa, porém, a proposição incorre em erro, ao tratar de tema técnico e específico – apresentação na rotulagem do teor calórico e de advertências sobre o consumo de bebidas açucaradas – que não deve ser objeto de norma legal, mas sim de regulamentos técnicos, instituídos por meio de normas de *status* infralegal, como é o caso das portarias do Ministério da Saúde e das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que considerar, portanto, as inconveniências de determinar por lei federal uma medida como a proposta pelo projeto em tela. Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de concerto político para sua aprovação, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica das matérias das quais venha a tratar.

No caso específico da rotulagem de alimentos e bebidas, salientamos um grande problema adicional: o fato de as normas em vigência terem sido acordadas no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Mercosul possui foros de negociação com o propósito de harmonizar especificações, requisitos e controles sanitários. Qualquer proposta de alteração nessas resoluções implica uma consulta aos Estados Partes e, posteriormente, uma decisão do Conselho Arbitral do Mercosul.

Se agir de forma diferente, o Brasil romperá esses acordos comerciais e sanitários existentes. Na prática, os regulamentos atuais somente podem ser modificados se essa alteração for justificada por avanços tecnológicos e por regulamentações internacionais sobre o assunto.

Em virtude das razões expostas – a matéria não constitui objeto de lei e deve ser regulada por normas de rotulagem harmonizadas com os países que integram o Mercosul –, entendemos que a medida proposta no PLS nº 8, de 2015, não deve prosperar.

O nosso voto, em face do exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, fica adiada a sua votação, pelo fato de que exige quórum qualificado para o seu exame.

Assim, fica adiada a discussão e a votação.

Nada mais havendo a tratar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Existe, Senador – pensei que o senhor fosse... –, um requerimento extrapauta, que é subscrito pelo Senador Moka e por mim, para tratar a questão de uma doença dermatológica com fundo nervoso, que é a psoríase.

Então, se V. Exª puder apresentá-lo seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Item 15.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o cenário da Psoríase no Brasil – uma revisão necessária. Para tanto sugiro que sejam convidados:

– Representante do Ministério da Saúde;

– Representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC);

– Drª Gladys Lima – Presidente da Psoríase Brasil;

– Dr. Gabriel Gontijo – Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Autoria: Senador Waldemir Moka e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação, o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há ainda outro requerimento da Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termo do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 08 de 2015, desta Comissão, de forma que sejam incluídos os seguintes convidados para participarem da presente Audiência Pública: Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Sr. Renato Merolli, Presidente da Confederação Nacional de Saúde;

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:
Observações:

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
Os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Srªs e Srs. Senadores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e quinze minutos, do dia vinte e dois de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência do Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Dário Berger, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Elmano Férrer e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Angela Portela e Ana Amélia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Luiz Henrique, Aécio Neves, Randolfe Rodrigues, Magno Malta e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra. Registra a presença o Senador João Alberto Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Falcão; Ministros do Superior Tribunal de Justiça: Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho, Rogério Schietti Cruz, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Buzzi, Assusete Magalhães, Herman Benjamin, Isabel Gallotti e Humberto Martins; Ministro do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho; Presidente da Ajufe e Juiz Federal, Antônio César Bochenek; Secretário-Geral da Ajufe e Juiz Federal, Roberto Carvalho Veloso; Tesoureiro da Ajufe e Juiz Federal, Alexandre Ferreira Infante Vieira; Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba, Fátima Bezerra Cavalcanti; e Desembargador e Vice-Presidente do TRE-DF, Cruz Macedo. A Presidência registra, também, a presença de Suas Senhorias os familiares do Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca: filhos, Rafael Campos Soares da Fonseca e Leonardo Campos Soares da Fonseca; e esposa, Luiziana do Vale Campos Soares da Fonseca. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) **MENSAGEM (SF) Nº** 12, de 2015 – Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor REYNALDO SOARES DA FONSECA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juízes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Arnaldo Esteves de Lima. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Reynaldo Soares da Fonseca, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, com 23 votos favoráveis e 1 voto nulo. 2ª PARTE: ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores. Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos, em relação ao Projeto, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Marcelo Crivella. Vota vencido, em relação à Emenda, o Senador Ronaldo Caiado. Em 22/04/2015, durante a Reunião, o Senador Humberto Costa apresenta Voto em Separado, pela rejeição do Projeto. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Terminativo. Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: 2ª PARTE: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 4) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2012; ITEM 9) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, de 2011; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2013; ITEM 15) EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 1, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprova queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à Mensagem nº 12, de 2015; a segunda, destina-se à deliberação dos itens 1 a 15 da nossa pauta.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor REYNALDO SOARES DA FONSECA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juízes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Arnaldo Esteves de Lima.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

– Na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 15/04/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião procederemos à arguição do indicado, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para recebermos o Desembargador Reynaldo Soares da Fonseca no recinto desta reunião. Designo, para tanto, o Senador Pimentel e o Senador Edison Lobão para procederem à introdução do Sr. Ministro ao recinto deste plenário. (*Pausa.*)

Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Desembargador Federal Reynaldo Soares da Fonseca para sua exposição pelo prazo de 20 minutos, na forma do Regimento. Se for necessária uma dilação desse prazo, nós o faremos no momento oportuno.

O SR. REYNALDO SOARES DA FONSECA – Muito bom dia a todos!

É com grande prazer que aqui compareço, ao Senado da República, representando a Justiça Federal.

Quero cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Senador José Maranhão, que, mesmo tendo passado recentemente por um problema de saúde, aqui está com a mesma vibração de sempre e com a mesma lhaneza do seu comportamento como ser humano e como político.

Quero também cumprimentar o Exmo Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador José Pimentel, que, na ausência do Sr. Presidente, conduziu com a mesma lhaneza, com o mesmo respeito ao Poder Judiciário esse processo de indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

Quero cumprimentar as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores e dizer da satisfação de uma vez mais aqui estar para expor, nos termos da Constituição, as minhas ideias e as ideias de um indicado a um tribunal superior.

Cumprimento também, dentre os Senadores, o Senador Edison Lobão, que é o Relator da minha indicação, e agradeço, desde já, as bondosas palavras de S. Exª no seu relatório, feito na reunião anterior.

Quero também cumprimentar os Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça que aqui se encontram. Vejo o Ministro Herman Benjamin, o Ministro Paulo Sanseverino, o Ministro Kukina, a minha queridíssima colega de mais de duas décadas de magistratura e Ministério Público Isabel Gallotti, o Ministro Gurgel.

Quero também cumprimentar: o Ministro do Superior Tribunal Militar, Ministro Barroso; o Ministro Cláudio Santos, do Superior Tribunal de Justiça; meus queridos Desembargadores federais que aqui se fazem presentes: a minha amiga de ontem, de hoje e de sempre, Selene Almeida; Gilda Sigmaringa Seixas; Ney de Barros Bello Filho.

Os nossos Juízes federais, gostaria de cumprimentá-los um por um, mas, neste momento, cumprimento a todos nas pessoas do Presidente da Associação dos Juízes Federais, colega Bochenek, e do Secretário-Geral da Associação, Roberto Veloso, que representa também a 1ª Região, esta região continental.

Meus queridos familiares, amigos, muitos aqui presente, quero dizer da satisfação de contar com a vibração, com o apoio de cada um de vocês.

Senhoras e senhores, servidores, jornalistas e da comunidade em geral, é com grande alegria que compareço a esta Comissão para ser arguido publicamente por V. Exªs, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, diante da Mensagem 12, de 2015, e originariamente 87, de 2015, da Senhora Presidente da República e tendo em vista o disposto nos arts. 104 e 52, ambos da Constituição da República, regulamentados pelo Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1/2007 desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Minhas primeiras palavras, senhoras e senhores, são de agradecimento.

Agradeço a Deus por me permitir viver este momento único da minha vida profissional e peço a Ele bênçãos para que eu possa continuar servindo o País como Magistrado que sou há 23 anos com o mesmo entusiasmo, compromisso e dedicação de sempre.

Agradeço à Justiça Federal Brasileira, em especial à Continental Justiça Federal da 1ª Região que, apesar de todas as dificuldades, tem demonstrado o seu verdadeiro compromisso institucional com a pacificação social e tem saído dos gabinetes e das bibliotecas para levar justiça aos chamados invisíveis nos mais diversos rincões do País, através dos chamados Juizados Especiais Federais, que tenho a honra de coordenar no atual biênio, seja na forma permanente, seja na vertente itinerante, sim, Srs. Senadores, pela via rodoviária, pela via fluvial, lá nos rincões do Amapá, nos rincões do Amazonas, nos rincões do Mato Grosso, como agora recentemente foi feita, do Mato Grosso do Sul ao Mato Grosso, a primeira expedição de cidadania da 3ª Região com a 1ª Região numa parceria com a Associação dos Juízes Federais.

Cumprimento o Ministro Rogério Schietti, que acaba de chegar, meu querido amigo.

Isso demonstra que essa aproximação do Judiciário com o tecido social tem tornado com certeza os jurisdicionados e os operadores do Direito mais felizes.

Agradeço aos membros do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que sufragaram meu nome pela segunda vista em listra tríplice para a escolha de um membro da Corte em vaga destinada à Justiça Federal. O Constituinte de 88 foi sábio ao criar o STJ como corte de uniformização da lei federal com os olhares da Justiça estadual, da Justiça Federal, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de que toda a Justiça Comum possa produzir a melhor interpretação do ordenamento infraconstitucional pátrio.

Agradeço à Senhora Presidenta da República, Drª Dilma Rousseff, por ter indicado o meu nome ao Senado Federal, com a sensibilidade de que a Corte nacional deve refletir também os olhares da Federação e da República, para que possamos todos juntos construir a promessa constitucional de uma sociedade mais fraterna e mais democrática. Sei que não foi uma decisão fácil, pois os meus dois outros colegas que compuseram a lista,

Desembargadores Federais João Batista Silveira e Joel Ilan Paciornik, ambos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, modelo de Justiça Federal, são excelentes profissionais e gozam de alto conceito no meio jurídico.

Agradeço a V. Exªs, Senadoras e Senadores da República, pela fidalguia com que me receberam em seus gabinetes, nas comissões e no plenário desde quando participei do anterior processo de escolha no ano passado, 2014, quando foi escolhido acertadamente o brilhante Magistrado Federal Luiz Gurgel, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. A atenção, o incentivo e a orientações de V. Exªs, Srs. Senadores e Senadoras, estão sendo fundamentais para o meu crescimento e amadurecimento profissional.

Estou experimentando agora a importância da opção política do Constituinte de 88 ao determinar a conjugação de vontades e de controle dos três Poderes da República para escolha e preenchimento do relevante cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Vivencio, portanto, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, com humildade e gratidão a Deus esta experiência única.

Nasci em 28 de novembro de 1963 – tenho 51 anos –, em São Luís do Maranhão, que foi descoberta pelos franceses em 1612, invadida pelos holandeses e colonizada pelos portugueses e está encravada na ilha de São Luís. Sua denominação indígena é Upaon-Açu, dada pelos índios tupinambás, que significa Ilha Grande, ou, na cultura popular, simplesmente Ilha do Amor. Sem dúvida, uma das capitais mais belas do Brasil, união do novo com o velho, do belo com o mais belo ainda.

Tenho origens também, além da Baixada Maranhense, em Amarante, Piauí, terra do meu avô João Viana da Fonseca e do grande poeta Da Costa e Silva, autor do Hino do Estado do Piauí, Senador Elmano, e pai do diplomata e acadêmico da ABL Alberto da Costa e Silva. Carrego, portanto, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o sentimento do Meio-Norte, mistura dos costumes e valores das regiões Norte e Nordeste do nosso Brasil.

Sou filho de um casal honrado, que formou uma família linda de oito filhos. Sou o sexto filho de Durval Soares da Fonseca e de Maria Thereza Soares da Fonseca.

Meu pai, falecido, foi funcionário do Banco do Brasil, Senador José Pimentel, por mais de 30 anos chefe do Serviço Jurídico e funcionário, por mais de 42 anos, do Banco do Brasil. Foi ainda jurista do TRE, Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, e Secretário-Geral da OAB do Maranhão, Dr. José Antônio Almeida e Silva, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão.

Minha mãe, Maria Thereza Soares da Fonseca, que, há três meses, partiu para a vida eterna, foi uma menina que, desde os 15 anos de idade, ajudou seu pai, também Durval, a criar seus cinco irmãos, pois perdeu cedo sua mãezinha. Formou-se em Farmácia e foi professora universitária e farmacêutica e criou com maestria seus sete filhos, porque uma Deus levou, 11 netos e 5 bisnetos. Formaram eles, Srªs Senadoras, uma árvore frondosa, com raízes sólidas, que tem produzido frutos de generosidade, alegria, solidariedade e valores de força eterna.

Permitam-me homenageá-los com um pequeno trecho do Sermão da Sexagésima, do nosso lisboeta maranhense – permito-me dizer assim – Padre Antônio Vieira.

As flores, umas caem, outras secam, outras murcham, outras levam o vento; aquelas poucas que se pegam ao tronco e se convertem em fruto, só essas são as venturosas, só essas são as que se aproveitam, [...] só essas são as que sustentam o mundo.

Após ter frequentado um jardim de infância do governo estadual, na Praça Santo Antônio, no Colégio Antônio Lobo, um jardim de infância onde Vieira fez os seus sermões no Maranhão, tive toda a minha formação escolar, o ensino fundamental e o médio, feita no Colégio Maranhense, Irmãos Marista, de 1969 a 1980. Lá construí amizades até hoje cultivadas e valores jamais esquecidos, Ricardo Costa, Raul Sabóia.

Aos 17 anos tive a alegria de ser aprovado no vestibular para o curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, tendo lá obtido o título de Bacharel em Direito em 1985. Posteriormente, concluí pós-graduação na área do Direito Constitucional, na área de Semiologia Política, com ênfase em Direito, Democracia e Constituinte, pela Universidade Federal do Maranhão, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. E aí presto minha homenagem ao saudoso Professor Luis Alberto Warat. E também, posteriormente, em Direito Penal, pela Universidade de Brasília, em 1999.

Concluí o curso de Mestrado em Direto Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, mais recentemente ainda, participei de eventos internacionais de Direito Constitucional, Administrativo, Processo Civil e Tributário do Conselho da Justiça Federal, juntamente com a Universidade Humboldt de Berlim e o Instituto de Direito Civil e Processual Civil Alemão e Comparado da Universidade de Friburgo, em cooperação com o Superior Tribunal Administrativo de Leipzig e Superior Tribunal Financeiro de Munique, na Alemanha.

Na vida profissional, senhores, depois de ter estagiado, aos 17 anos, em órgão público do sistema de Justiça, ainda no primeiro ano de faculdade iniciei minha trajetória profissional como servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, aos 18 anos, tendo sido, inclusive, secretário de Desembargador.

Logo em seguida, após aprovação em concurso público do antigo Conselho da Justiça Federal, do glorioso Tribunal Federal de Recursos, passando em quarto lugar, exerci minhas funções de Serventuário da Justiça Federal no Maranhão em 1985.

Já formado e após aprovação em concurso público de provas e títulos, fui Procurador do Estado do Maranhão aos 23 anos. Nessa qualidade, ou como requisitado, exerci as funções comissionadas, tendo em vista que estávamos antes da Constituição de 1988, de Defesa do Estado e Defensoria Pública na Procuradoria de Estado. Fui o coordenador da Defensoria Pública na Justiça Federal do Maranhão.

Cumprimento a Ministra Assusete Magalhães e o Ministro Napoleão, que também nos honram com suas presenças.

Fui assessor do Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, portanto, por um período pequeno, tive contato e experiência com o Ministério Público em 1988 e 1989.

Fui assessor de Desembargador Federal no TRF da 1ª Região, já como Procurador, e ajudei a implantação do TRF da 1ª Região em 1989, auxiliando o sempre inesquecível Presidente do TRF da 1ª Região Alberto José Tavares Vieira da Silva. Colaborei, portanto, para a implantação do TRF.

Em 1989, vindo para Brasília, já casado com Luiziana, meu amor, minha vida, há 33 anos minha namorada e há 28 anos minha esposa, de ontem, de hoje e de sempre. Mudamos para Brasília e aqui nasceram nossos dois primeiros amados filhos, Leonardo, hoje com 25 anos, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e Rafael, hoje com 22 anos, Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal, ambos formados em Direito pela Universidade de Brasília e que só causam brilho nos meus olhos, pelos homens que se tornaram.

Ainda na fase de Brasília, passei no concurso para Procurador-Geral do Distrito Federal ao lado de expoentes como Odim Ferreira, Marcelo Ribeiro, Túlio Arantes, mas desisti de assumir porque a vocação da Magistratura falava mais alto.

Na mesma ocasião, tive a honra e a glória de Deus de passar em primeiro lugar no concurso de Juiz de Direito do Distrito Federal e Territórios, onde exerci a Magistratura e onde tive os primeiros contatos com a área criminal, como Magistrado no Gama, e, como Magistrado de Fazenda Pública, do Direito Público, nas Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal. Meu reconhecimento a essa grande Justiça, que é a Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Finalmente, em seguida, em 1993, tendo passado já no concurso para Juiz Federal Substituto, assumi minhas funções de Juiz Federal Substituto, tendo realizado minha primeira função ao lado da Desembargadora Selene Maria de Almeida, que aqui se faz presente, como Juíza Titular.

Ainda como Juiz Substituto, pude também fazer diversos trabalhos de mutirões, trabalhos em favor do TRF da 1ª Região e, especialmente, no núcleo de Preparação à Magistratura, colaborando com a formação do terceiro e quarto concursos para Juiz Federal.

Em novembro de 1996, fui promovido, por merecimento, para Juiz Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, onde atuei nas três áreas: cível, criminal e de execuções fiscais. Exerci, cumulativamente, a jurisdição em todas as Varas e na cidade de Imperatriz. Fui o diretor do Foro daquela seção judiciária, ocasião em que, com o apoio do Congresso Nacional, duplicamos a estrutura de Varas, pois eram só três em São Luís e uma em Imperatriz. Duplicamos a estrutura no Maranhão.

Ao retornar do Maranhão, eu e Luziana tivemos nosso filho da maturidade, Gabriel, que nasceu em 1998, hoje com 16 anos e se preparando para o vestibular, que renovou nossas almas e trouxe a arte e a música para o seio da família. A eles, Gabriel, Leonardo e Rafael, e à Luziana, o meu amor, todo o meu ser.

Removido para o Distrito Federal, pude instalar a 22ª Vara da Seção Judiciária e aqui trabalhar por mais de dez anos. E após, na área cível. No Distrito Federal, pude ser convocado para as 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Turmas do Tribunal. Tive a honra de ser Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região, por duas oportunidades, e Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal, da então Presidente e hoje Ministra Assusete Magalhães, que me honra muito com sua presença.

Nesse período, senhores, redescobri o meu papel de juiz, ao redescobrir, com a Justiça Estadual e com a Justiça do Trabalho, que era preciso pensar em soluções macro para a Justiça. Não poderíamos mais ficar apenas resolvendo pendências entre José e a União, entre João e uma autarquia federal. Era preciso pensar numa solução global para a Justiça. Nesse período, tive a grata satisfação de coordenar um dos maiores projetos do Judiciário. Hoje já está consolidado, mas coordenei no seu nascedouro, auxiliando a Ministra Assusete. Nós enveredamos pelo caminho da conciliação dos processos judiciais. E, a partir daí, hoje temos mais de 500 mil conciliações feitas, modos não adversariais, na Justiça Federal da 1ª Região, feitos por juízes abnegados, por servidores abnegados e por conciliadores, que, efetivamente, distribuem justiça pelo método não adversarial e, acima de tudo, alcançaram mais de 2,5 milhões só nesse curto período de cinco anos.

Em 2009, Srs. Senadores, tive a grata satisfação de ser promovido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, depois de mais de 16 anos na primeira instância. Fui o primeiro juiz, dos 15 concursos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a ter assento na Corte Regional. Depois de 16 anos. E tenho a satisfação de dizer que os juízes federais, todos eles, trabalham e trabalham muito. Estão preocupados, efetivamente, com a melhor entrega da prestação jurisdicional.

Fui representante da Justiça Federal no sistema de indicadores estatísticos e no programa de reestruturação do Conselho da Justiça Federal. Como desembargador, sempre atuei na 7ª Turma do Tribunal e na 4ª Seção do Tribunal, nas áreas especialmente do Direito Tributário, do Direito Financeiro e do Direito Administrativo voltado aos conselhos profissionais.

Participei de concurso público como examinador, do concurso de juízes federais substitutos da 1ª Região, examinando Direito Processual Civil e Direito Ambiental. Fui o Presidente da 7ª Turma, fui membro da Comissão de Regimento Interno e, além de já ter sido membro da Comissão de Jurisprudência, sou atualmente o seu Presidente. Exerço também funções no Plenário do Tribunal, na Corte Especial, no Conselho da Justiça, na 4ª Seção e na 4ª Turma do Tribunal.

Deus me reservou, agora, neste biênio, a coordenação do maior movimento da Justiça Federal brasileira, que está caracterizada por uma Justiça célere, uma Justiça rápida e que responde por 70% dos julgamentos da Justiça Federal e por 91% das conciliações realizadas na Justiça Federal, os chamados Juizados Especiais Federais.

Sou ainda membro do Fórum dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais perante o Conselho da Justiça Federal. Faço essa observação porque, hoje, não carrego mais só o sentimento do Norte e do Nordeste. Hoje, depois de quase 23 anos no Distrito Federal, carrego os costumes do Centro-Oeste e das Minas Gerais também; do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e das Minas Gerais, porque pertenço a um Tribunal que tem jurisdição em mais de 80% do Território nacional.

Deus quis que, no dia 22 de abril, exatamente no dia do Descobrimento do Brasil, um dia antes de Brasília, desta cidade que adotei como minha, um dia depois de Brasília e um dia antes do querido São Jorge, data em que tomei posse como desembargador federal, Deus pediu que eu viesse aqui para ser sabatinado por V. Exªs. Cumprimento o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, em deferência ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional Federal, que aqui se faz presente para efetivamente contribuir para esta sabatina a que ora me submeto, a esta arguição pública.

Portanto, senhores, essa é minha história de vida. Tive também experiência no magistério. Sou professor concursado da Universidade Federal do Maranhão, tendo exercido minhas funções na área de Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo. Tenho alguns trabalhos jurídicos publicados pela Editora Noeses, pela Editora Gazeta Jurídica e pela Editora JusPODIVM, na área especialmente em que me apaixonei, que é a área de conciliação ou os meios alternativos para soluções de conflitos.

Tenho também diversas medalhas recebidas pelas mais variadas instituições, seja no plano da academia, da Universidade Federal do Maranhão e de outras universidades, seja no plano da Justiça local, onde trabalho há 33 anos como servidor, como órgão essencial da Justiça e como juiz federal, nas Seções Judiciárias do Maranhão, nas Seções Judiciárias do Piauí, de Rondônia, do Acre, de Minas Gerais, da Bahia, do Distrito Federal. Também tenho comendas e medalhas recebidas de uma instituição que nós só temos que homenagear, que é a instituição das Forças Armadas, a Aeronáutica e o Superior Tribunal Militar, que é um misto da área militar com o nosso Judiciário.

Essas são as minhas primeiras colocações. Estou inteiramente ciente das responsabilidades que a vida da Magistratura me traz. Tenho consciência do papel do Superior Tribunal de Justiça na uniformização da Lei Federal e na responsabilidade eterna de pacificação do tecido social. Pretendo efetivamente continuar sendo o juiz de ontem, o juiz de hoje e o juiz de sempre, porque abracei essa carreira ainda na década dos 20 anos e abracei essa carreira por vocação. Em nenhum momento pensei ser outra coisa a não ser magistrado, e olha que sou filho de advogado! Sou filho de advogado do Banco do Brasil, como já disse, que me ensinou lições tão importantes, de que a vida vale a pena sempre. Vale a pena lutar, porque a vida é combate, como dizia o nosso Gonçalves Dias, outro maranhense de escol, mas esse combate pode ser vivido sempre com a fidalguia, com a delicadeza e, acima de tudo, com firmeza de propósitos, firmeza de sentido e de finalidade da vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registrando a presença honrosa do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, aqui ao nosso lado, com muita honra para a Mesa Diretora, quero registrar também a presença do Ministro Gurgel de Farias, do Superior Tribunal de Justiça, com assento na tribuna de honra; do Ministro Napoleão Nunes Maia, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Rogério Cruz, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça; da Ministra Assusete Magalhães, do Superior Tribu-

nal de Justiça; do Ministro Herman Benjamin, meu conterrâneo querido, paraibano, do Superior Tribunal de Justiça; da Ministra Isabel Galotti, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro José Barroso Filho, do Superior Tribunal Militar; do Juiz Federal Antônio César, Presidente da Ajufe; do Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso, Secretário-Geral da Ajufe; do Juiz Federal Alexandre Ferreira Infante Vieira, Diretor Tesoureiro da Ajufe; da Desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; do Desembargador Cruz Macedo, Vice-Presidente do TRE-DF; de Rafael Campos Soares da Fonseca e Leonardo Campos Soares da Fonseca, filhos do indicado.

Interrompo um pouco para convidar o Presidente do STJ, o Ministro Francisco Falcão, quase paraibano, porque é filho de paraibanos, pai e mãe da Paraíba, da cidade de Monteiro, que nos honra com a sua presença aqui.

Registro ainda a presença de Luiziana do Vale Campos Soares da Fonseca, esposa do indicado.

Passamos agora à fase de arguição, e antes eu gostaria de perguntar ao Relator se quer, realmente, fazer alguma consideração preliminar ou se deixará para fazê-lo no fim dos debates.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, possa fazê-las logo agora, para dizer que exerço com satisfação a confiança em mim depositada por V. Exª para, como Relator, fazer o que na reunião anterior fiz, ou seja, o relato descritivo das atribuições e das qualificações do candidato.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; o Presidente do STJ, Francisco Falcão; os Ministros todos que aqui vieram em solidariedade ao Dr. Reynaldo da Fonseca e em apreço demonstrado a esta Comissão. Cumprimentar também os desembargadores federais e estaduais, os juízes que aqui se encontram. A presença de S. Exªs é uma demonstração do apreço pelo candidato a Ministro do STJ cujo nome agora apreciamos e que foi submetido a exame do Congresso Nacional pela Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, a sabatina foi introduzida nas atribuições do Senado Federal, máxime aqui da Comissão de Constituição e Justiça, para que os Srs. Senadores pudessem ter uma avaliação mais precisa da qualificação do candidato. Todavia, Sr. Presidente, quanto a mim, devo dizer que vou dispensar indagações a S. Exª pelo fato de que o conheço há décadas. Não quero dizer que são muitas décadas, até porque S. Exª não é tão caminhador na vida quanto eu, mas o conheço há décadas. Com ele participei de simpósios, de seminários. Ouvi suas conferências, li seus artigos e livros que publicou. Tenho, portanto, a pretensão de conhecer a qualificação intrínseca do Dr. Reynaldo da Fonseca. S. Exª vai honrar o mundo ministerial ao qual está destinado.

Não tenho dúvida de que este Senado, já agora, sabendo da densidade jurídica do candidato, não terá hesitações em aprovar seu nome, que é o que espero. Ele já foi selecionado pelo Superior Tribunal de Justiça e também pela decisão presidencial da República como candidato futuro e próximo ao Superior Tribunal de Justiça do Brasil. Trata-se de um dos mais importantes tribunais, uma das instâncias superiores da nossa Justiça, que agora S. Exª haverá de compor, para honrá-la e para servir ao País.

Deixo aqui, portanto, minha palavra de solidariedade à Presidente da República, aos Ministros do STJ que o selecionaram e à indicação do Tribunal Regional Federal de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passa-se, agora, à fase de arguição.

Previamente inscrito, o Senador Benedito de Lira está com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente José Maranhão; Presidente Renan Calheiros; Presidente Francisco Falcão, do STJ; meu caro Desembargador e futuro Ministro Reynaldo Soares, eu gostaria de cumprimentar os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que aqui se encontram na pessoa de um Ministro e amigo que, para a alegria de todos nós, também veio prestigiar a sabatina, que é o Ministro Napoleão Nunes.

Por que o faço? Porque, logo que o senhor foi indicado para compor a lista tríplice pelo Superior Tribunal de Justiça ao cargo de Ministro, fiz a visita que, normalmente, sempre faço àquela Corte, por ter lá amigos e, particularmente, um conterrâneo, que é o Ministro Humberto Martins, e outro conterrâneo não de Alagoas, mas do Nordeste, do Ceará, o Ministro Napoleão. Cumprimento todos em nome desses dois Magistrados. E, ao chegar lá, Desembargador e futuro Ministro Reynaldo, depois de conversas, os dois Ministros me disseram o seguinte: que seria da maior importância para a Corte do Superior Tribunal de Justiça a presença de V. Exª, pela sua história, pelo seu passado, pelo seu saber jurídico, pelo Magistrado que é. E eu disse a ele que tinha informações de que o seu nome era muito bem aceito não só dentro desta Casa, mas que tinha vertentes junto ao Governo. Numa das reuniões que normalmente o Presidente da República faz com as Lideranças do Senado, encontrei por lá o Ministro da Justiça e toquei no seu nome. E ele, então, disse que V. Exª era um laureado e que, na verdade, teria tudo para chegar naquela Corte, como de fato fora indicado e aqui está se apresentando para a sabatina.

Já tivemos oportunidade, no relatório apresentado pelo Senador Lobão, de ver exatamente a sua trajetória. Sua trajetória de magistrado, de homem probo, competente e que, sem dúvida nenhuma, vai aumentar a fileira daqueles que compõem hoje o Superior Tribunal de Justiça, para fazer com que aquela Corte possa continuar, a cada dia, oferecendo a oportunidade ao seu jurisdicionado de uma justiça mais célere, responsável e, acima de tudo, comprometida em fazer justiça para aqueles que vão em busca dela.

Eu queria cumprimentá-lo, mas, como V. Exª está aqui para uma sabatina, eu gostaria de lhe fazer duas ou três perguntas para que eu pudesse ter uma ideia e tirar as minhas dúvidas no que diz respeito ao mais recente diploma legal aprovado por esta Casa e que, somente a partir de 2016, entrará em vigência: o Código de Processo Civil.

Permita-me, Desembargador e futuro Ministro Reynaldo, que eu lhe faça algumas indagações.

Um dos principais objetivos do novo Código de Processo Civil é conferir mais rapidez ao trâmite processual, diminuindo, assim, o tempo de respostas da Justiça ao cidadão; qual a sua avaliação inicial sobre o CPC, que produzirá efeitos a partir de março de 2016? As modificações realizadas serão efetivamente capazes de reduzir o tempo de tramitação dos processos judiciais? Essa é a primeira pergunta que eu lhe faço.

Para ganhar tempo, vou lhe fazer a segunda pergunta: há juristas que criticam o instituto da remessa oficial, reexame obrigatório de sentenças desfavoráveis à Fazenda Pública, mantido pelo novo Código de Processo Civil, pois consideram injusto com o cidadão que litiga contra o Estado, além de intensificar a taxa de congestionamento do Judiciário; qual a sua avaliação?

Uma terceira: uma das inovações fortemente exaltadas no Código de Processo Civil é o incentivo à conciliação, à mediação como marco inicial em todas as ações judiciais; essa obrigatoriedade é inovadora e saudável?

Qual sua posição a respeito da imunidade tributária sobre os chamados livros eletrônicos digitais e etc.?

Com essa, Sr. Ministro, encerro a minha participação e queria, ao encerrar, cumprimentá-lo mais uma vez e dizer que, das sabatinas de que já participamos, a sua é a mais prestigiada – por magistrados, desembargadores, juízes, ministros. Imagine: está aqui o Presidente do Senado Federal. Está aqui o Presidente da Casa que V. Exª haverá de compor brevemente. Isso significa dizer que é o seu prestígio e, acima de tudo, respeito e carinho que essas autoridades têm para com o Senado Federal.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consultei o Ministro sobre o processo de resposta aos questionamentos, se ele poderia anotá-los, para responder a eles, quando esgotasse a lista de inscritos para a arguição. E ele concordou conosco. Acho que, pelo elevado quorum que temos nesta reunião, naturalmente, vamos ter um número elevado também de interpelantes, o que nos parece de boa economia processual esse entendimento de que as respostas serão oferecidas ao final após ouvido o último orador inscrito.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia, digno representante do Ceará nesta Casa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Só se eu roubar o Ceará. Minas Gerais incorpora o Ceará com muito gosto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Fico muito honrado com a lembrança.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – lapsus linguae.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É porque há cearense em todos os Estados da Federação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – E como nós, mineiros, somos a síntese da Federação...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu sei que o Ceará é cioso de seus domínios. No entanto, o Ceará não se sentiria ofendido se isso ocorresse.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu ficaria lisonjeado. Volto a dizer: como Minas Gerais é a síntese da Federação é uma honra muito grande.

Mas, primeiro, gostaria de saudar o Senador José Maranhão, por revê-lo bem disposto, bem recuperado, felizmente. Ficamos todos muito alegres com a reassunção de V. Exª em suas funções.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado pela saudação, Senador. Faço minhas as palavras de V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Muito bem. Todos nós ficamos felizes em revê-lo.

Queria cumprimentar o Senador Renan Calheiros, na pessoa dele, eminente Presidente, as Srªs e os Srs. Senadores presentes, o nosso eminente magistrado, Dr. Reynaldo Soares da Fonseca, ora indicado, o Ministro

Francisco Falcão, eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Permita-me também saudar as autoridades denominadas, as Ministras e Ministros do Superior Tribunal de Justiça, na pessoa de minha conterrânea, a Ministra Assusete Magalhães, aqui presente.

Eminente Ministro Reynaldo, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentá-lo. Ao ver sua sabatina, lendo também aqui todo o currículo, os documentos, percebemos, como bem disse o Senador Lobão, em seu Relatório, e as palavras do Senador Benedito de Lira, que me antecedeu, que V. Exª tem qualificações que sobrenadam em relação à necessidade.

Portanto, a precisa maciça, como aqui foi dito, de seus futuros colegas do Superior Tribunal de Justiça, de juízes federais, das lideranças dos juízes federais, das autoridades judiciárias, todas em peso, demonstram, de fato, a confiança e a serenidade com que V. Exª certamente desempenhará o papel, com muito denodo e brilho, aliás, como sempre realizou ao longo de toda a sua carreira.

A despeito de jovem, 51 anos tão somente, V. Exª carrega um currículo muito extenso, com funções desde de serventuário da justiça, passando pela procuradoria do Estado do Maranhão e por diversas funções na magistratura.

Portanto, tenho certeza de que, volto a dizer, sob o ponto de vista técnico e de preparo, não haverá qualquer dúvida a respeito das condições que V. Exª tem, como magistrado de carreira, de exercer a nobre função de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Vou fazer aqui somente duas indagações. A primeira delas, seguindo um pouco a trilha mencionada pelo Senador Benedito de Lira, é que vi aqui no seu currículo que V. Exª, como eu, também é professor de Direito Administrativo, tema que nos interessa muito. Como magistrado, V. Exª, certamente, ao longo de tantos anos, julgou muitos temas neste ramo do Direito Público. Queria indagar de V. Exª qual a sua opinião sobre a nossa atual Lei das Licitações, a Lei nº 8.666, uma lei extremamente importante, mas, por outro lado, na visão alguns, um pouco superada. Queria ouvi-lo, claro que de forma sucinta, sobre esse tema.

E a segunda observação – eminente Dr. Reynaldo, eu não posso deixar de fazer aqui uma observação, não uma pergunta – é que, como já havia lhe dito, como representante de Minas Gerais, temos, em nosso Estado, hoje, uma causa célebre, que é o tema mais candente em nosso Estado sob o ponto de vista do mundo jurídico: a criação do Tribunal Regional Federal do nosso Estado. V. Exª bem disse, há pouco, que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região é um tribunal continental, pois 80% do Território brasileiro está sob sua jurisdição. São diversos Estados, mas metade, metade do movimento judiciário do tribunal decorre de meu Estado, Minas Gerais. Portanto, esse é um tema extremamente importante, que vem causando diversas repercussões no mundo jurídico de meu Estado – e tenho certeza de que V. Exª conhece a realidade muito bem por exercer as funções no Tribunal Regional Federal –, e agora o Superior Tribunal de Justiça terá oportunidade, juntamente com os nossos pares, de ter uma participação importante – acredito firmemente nisto – na caminhada por que todos ansiamos com extrema ansiedade para a criação do nosso Tribunal Regional Federal em nosso Estado.

Quero cumprimentá-lo, saudá-lo e desejar-lhe muita sorte e muito sucesso, o que tenho certeza de que terá, no cargo que o aguarda. Meus cumprimentos, eminente Dr. Reynaldo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente José Maranhão, a quem presto minhas homenagens neste seu retorno, Presidente Renan Calheiros, Ministro Falcão, Presidente do STJ, e futuro Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, a quem, com os cumprimentos, na esteira dos cumprimentos já manifestos pelos meus colegas, faço três indagações a V. Exª.

V. Exª atuou como Coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região. A conciliação se caracteriza pela redução de custos e de tempo na resolução de controvérsias. Sabe-se que o número de conciliações no Brasil tem crescido nos últimos anos, impulsionado por campanhas e pela ação do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais. Entretanto, diversamente do que ocorre em outros países, no Brasil ainda há uma forte tradição de judicializar os conflitos. Na visão de V. Exª, quais são os principais entraves ao desenvolvimento de uma cultura de resolução de controvérsias por meio de mecanismos como a arbitragem e a mediação? Se a legislação demanda aperfeiçoamento, em que pontos específicos ela poderia ser aprimorada?

Vale ressaltar a importância da arbitragem em nosso ordenamento jurídico. Como destaca o Prof. Gustavo Tepedino, a arbitragem foi concebida como indispensável para debelar o congestionamento crônico das cortes judiciárias e, para ser eficiente, há de ser, necessariamente, autônoma, de modo a constituir-se em real alternativa ao Judiciário. São palavras do eminente Prof. Gustavo Tepedino.

A segunda indagação. Em 2013, o Congresso Nacional aprovou a Emenda à Constituição nº 73, que determina a criação de quatro novos tribunais regionais federais. A eficácia da emenda encontra-se suspensa em virtude de decisão monocrática do então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.017, contra ela ajuizada. A questão é controversa.

Recentemente, em sua manifestação sobre a referida ação direta de inconstitucionalidade, o Procurador-Geral da República concluiu pela constitucionalidade da emenda. O exame do mérito da ação pelo Plenário do STF ainda está por ser feito. Independentemente das razões utilizadas na decisão que suspendeu a eficácia da emenda no sentido da sua inconstitucionalidade formal, que diagnóstico, como membro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja jurisdição abrange 14 unidades federativas, V. Exª faz da atual organização da Justiça Federal e da necessidade de criação de novos tribunais regionais federais?

Por último, somos autores de um projeto que determina que o juiz, ao proferir sentença condenatória com o fim de assegurar a aplicação da lei penal, levará em consideração se o produto do crime foi integralmente recuperado para decidir se o condenado poderá apelar em liberdade. Eu gostaria de ouvir o entendimento de V. Exª a respeito do tema. O projeto foi inspirado em artigo publicado pela *Folha de S.Paulo*, de autoria do Juiz Sérgio Moro. Esse artigo foi publicado recentemente na *Folha de S.Paulo*, inspirando, dessa forma, a apresentação desse projeto.

Estas são as indagações, Sr. Presidente José Maranhão, e aproveito o ensejo para cumprimentar também advogados, juízes, desembargadores e ministros que se encontram prestigiando o nosso sabatinado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente José Maranhão, muito obrigado.

Também cumprimento o nosso sabatinado, Dr. Reynaldo Soares da Fonseca, o Presidente do STJ, Ministro Francisco Falcão, aqui presente, o nosso Presidente Renan Calheiros, todos os colegas Senadores e Senadoras e os demais ministros que vieram prestigiar a sabatina do Dr. Reynaldo.

O número elevado de ministros dessa Corte aqui, Dr. Reynaldo, significa que o senhor será muito bem recebido no STJ, uma vez aprovado nesta sabatina e, depois, no Plenário. Então, eu queria cumprimentar todos pela presença e fazer duas perguntas, meu querido futuro Ministro.

Segundo os dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça, tramitavam, em 2014, mais de 95 milhões de processos no Judiciário brasileiro. Na esfera que V. Exª vai trabalhar, são cerca de 11 milhões de conflitos ajuizados. Pergunto sobre sua análise a respeito do futuro do Estado-juiz no Brasil e se é pertinente, por exemplo, a discussão sobre a chama conciliação pré-processual.

A segunda pergunta é: qual a sua opinião sobre as penas alternativas e se esse é o caminho a ser intensificado no Brasil?

São estas duas perguntas que eu gostaria de fazer a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em prosseguimento, com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Reynado Soares da Fonseca, Ministro Francisco Falcão, Presidente do STJ, Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, Srªs e Srs. Senadores, ministros, advogados e juízes aqui presentes.

Dr. Reynaldo, a grande grita que a gente nota e que já começou aqui nesta sabatina é sobre a celeridade da Justiça brasileira, talvez o grande gargalo. Minha cidade, por exemplo, é uma cidade de apensa 210 mil habitantes e só na Justiça Federal, na vara que ali tem, há em torno de 12 mil processos para um juiz só julgar. Isto é só uma amostra do restante do País, como também explicitou aqui o Senador Blairo Maggi.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, que entra em vigor no próximo ano, veio também um dos institutos de o processo subir direto. Hoje, há um julgamento de admissibilidade na origem e, depois, outro nos tribunais superiores, mas, pelo Novo Código de Processo Civil, o processo subirá direto. A reflexão que alguns fazem é que isso irá abarrotar os tribunais superiores, visto que esses processos todos subirão direto.

Em contrapartida, o Ministro Fux, recentemente, disse que não, porque esses processos subiriam de qualquer forma. Entretanto, houve um estudo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, feito num período de 16 meses, que apontou que, das 26 mil decisões de inadmissibilidade dos recursos extraordinário e especial, em 9 mil não foi interposto agravo. Então, significa que mais de um terço dessas pessoas simplesmente desistiram ali e desafogaram, vamos dizer assim, os tribunais superiores.

Considerando esse estudo e os posicionamentos da matéria, a pergunta que faço é qual a opinião de V. Exª sobre a questão e se foi acertada a solução prevista no Código.

A segunda pergunta é se essa medida, aliada ao afrouxamento do requisito de prequestionamento, não acabará por afastar o STJ da sua missão constitucional de uniformizar o entendimento sobre a legislação federal, tornando-o ainda mais uma corte de revisão, tal como os TJs e os TRFs. Haveria uma incongruência sistêmica no novo Código ao abrir as portas dos tribunais superiores e, ao mesmo tempo, pretender reforçar o papel dos precedentes judiciais? Esta é a segunda pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Prosseguindo, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Caro Presidente José Maranhão, falou-se que o senhor se recupera, e eu vou dizer de que o senhor se recupera. O senhor foi vítima de uma febre, de um vírus, a Chikungunya, que é um nome, eu diria, tão feio e tão difícil quanto a própria doença, que é mais séria do que a própria dengue. Ela é prima-irmã da dengue, mas mais grave nos seus efeitos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mais persistente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ela é mais persistente nos seus efeitos colaterais.

Então, desejamos que o senhor se recupere da chicungunha e que também a sua experiência nos mostre a necessidade de prevenção dessa doença, que é de contágio.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, nesta sabatina, a primeira de que participo como membro suplente da CCJ, com muita honra, vem a esta sabatina o indicado para o STJ Reynaldo Soares da Fonseca, que representa a 1ª Região.

Quero saudar todos os nossos colegas, o nosso querido Esperidião Amin, que mais, muito mais do que eu conhece a legislação, e saudar todos os magistrados aqui presentes, os colegas, na pessoa do Presidente Francisco Falcão, que acabou de sair.

Vou direto às questões, Ministro Reynaldo, pois é claro que o seu preparo intelectual e jurídico está no pressuposto da sua indicação. A Presidente da República só manda para esta Casa quem esteja devidamente preparado, seu caso. Vou direto ao ponto.

Ouvi que V. Exª é especialista também em Direito Penal, que penso que é uma área muito sensível em nosso País, onde os índices de violência aumentam a cada dia. Nesse caso, o sistema penal brasileiro está nesta crise aguda e crônica por que fatores? Vontade política dos administradores, problemas de morosidade nos julgamentos do Poder Judiciário, eventualmente envolvendo também a participação do Ministério Público, ou falta de recursos?

Também no âmbito do Direito Penal, hoje está-se discutindo muito no Brasil a questão da redução da maioridade penal para os 16 anos. Qual a visão do magistrado a respeito desse tema, embora eu saiba que é competência da Casa Legislativa a alteração da lei? E o que deveria ser alterado no Código Penal, se, eventualmente, V. Exª pudesse oferecer uma sugestão.

Aqui, vários Senadores que me antecederam, a começar pelo Senador Anastasia, experiente governador, falaram sobre o nosso Direito Administrativo. Na pauta de hoje desta CCJ está um projeto de minha autoria, cuja relatoria é do Senador José Agripino, que trata de limitar os aditivos dos contratos em obras públicas em 25%. Já existe um decreto, se não me engano, estabelecendo esse percentual. Hoje, tomamos conhecimento de que, numa auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, por conta da Operação Lava Jato, no caso da Petrobras, alguns contratos tiveram reajustes, por aditivos, de 563 milhões, 84% acima do real valor de 25%. Outros tiveram aumento de cinco vezes mais o valor original do decreto. No meu projeto, é 25%, um aditivo para corrigir a questão.

Houve uma alteração... Isso se refere à Lei nº 8.666, que aqui foi mencionada. A alteração da Lei nº 8.666 pelo RDC, Regime Diferenciado de Contratações, não criou espaço para essas distorções? É a pergunta que lhe faço.

São estas as colocações.

Por fim, caro Ministro, eu queria saber do senhor uma questão pontual que hoje se discute muito. O Conselho Nacional da Justiça tem um papel extremamente relevante, eu penso, na qualificação, na melhoria do serviço jurisdicional no País. Ele começou a fazer auditorias em várias regiões, mostrando a gravidade da situação em que o sistema judiciário está no Brasil.

Eu queria saber de V. Exª se o CNJ está correspondendo, de fato, ao que se espera com esse trabalho e por que essa resistência, fragilizando esse instrumento que é, eu diria, de corregedoria do sistema judiciário brasileiro?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente José Maranhão, que bom que o senhor está de volta! É difícil pronunciar o nome do vírus, chicungunha, que, infelizmente, está atingindo todos nós, brasileiros, neste momento.

Ministro Reynaldo, seja bem-vindo a esta Casa.

Eu estava conversando aqui com a Desembargadora Gilda: poucas vezes na minha vida eu vi esta Comissão tão superlotada. Isto mostra, realmente, como já foi dito aqui, sendo repetitivo, e nunca é demais sê-

-lo, que se trata de uma pessoa querida e, com certeza, que tem uma boa história e um bom currículo. Mas é nosso mister sabatiná-lo e fazer nossas perguntas. Serei breve, Ministro. Mas boa sorte, se assim for o desejo deste Parlamento, que creio que será, na sua nova missão, que não é pequena. Com certeza, será uma missão extremamente grande, mas V. Exª está preparado, a sua história fala que o senhor, certamente, está.

Ministro, o novo CPC retira a admissibilidade do recurso especial por parte do tribunal inferior, fato que acaba por demandar um maior número de recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça. Diante dessa realidade, Ministro, qual o entendimento do senhor quanto à gestão para otimizar essa nova demanda por parte daquela Corte de Justiça? Esta é a primeira pergunta.

Como um conciliador nato, um defensor da conciliação – eu falava com a Desembargadora Gilda aqui que é a medicina preventiva, com certeza, menos dolorosa, mais rápida e, talvez, muito mais justa, fazendo essa analogia e transportando para o mundo jurídico –, o que pretende o senhor, na sua nova missão, se assim se concretizar, fazer para que a conciliação seja mais real, mais presente no nosso País?

Não dá, Ministro, para suportar as inúmeras demandas, a judicialização cada vez mais frequente. Na minha área, que é a médica, a área da saúde, está mais frequente, realmente, a judicialização, porque é a forma que o povo encontrou, talvez, para a falta de conciliação mais presente, buscando garantir os seus direitos. Nossa Constituição é, com certeza, muito evoluída, mas ainda falta concretizar e efetivar muitos direitos. Falo do direito à saúde, por exemplo.

São estes os dois questionamentos que faço. Desejo-lhe, desde já, boa sorte, pois, como disse aqui, a presença dos seus pares e de tantas pessoas na Comissão fala por si só da sua capacidade, da sua lealdade e do seu senso de justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, meus cumprimentos ao Dr. Reynaldo Soares da Fonseca pela palestra e pela apresentação eficaz que fez perante esta Comissão no dia de hoje. O debate que se estabelece é uma oportunidade para que nós conheçamos mais de perto a sua atuação passada e como deverá ser a sua atuação no Superior Tribunal de Justiça, que, acredito, será da maior importância para a valorização do Poder Judiciário e para o fortalecimento das boas ações da Justiça brasileira.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que está tramitando no Senado Federal – já passou por duas Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Direitos Humanos, e está agora na Comissão de Justiça – o Projeto de Lei nº 554, de 2011, que trata da audiência de custódia, que já foi implementada em São Paulo, com bons resultados, haja vista que prisões desnecessárias foram objeto de apreciação do Poder Judiciário, por conduto também do CNJ, e que cerca de 40% das prisões ali existentes foram resolvidas soltando-se os presos. Isto é, as prisões eram arbitrárias e não atendiam as formalidades legais. Esse projeto exige que o preso seja apresentado ou conduzido ao juiz no prazo de 24 horas. Hoje, esse prazo não é previsto em lei. Apenas se diz que, em 24 horas, a autoridade policial que pegou alguém em flagrante delito comunicará a prisão em flagrante ao juiz e à família.

Por que nós achamos necessária essa medida? Em primeiro lugar, o Brasil participa de acordos internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica e a Comissão de Direitos Humanos da ONU, que exigem que o preso seja apresentado de imediato, sem demora, ao juiz da causa. Isto para evitar possíveis eventuais flagrantes na prisão ou abusos na prisão e também avaliar se a prisão é necessária ou não.

Então, eu gostaria de saber qual a avaliação de V. Exª a respeito da eficácia dessa medida, a da audiência de custódia.

Pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2011 revelou dados preocupantes acerca da efetiva oferta de escolarização e profissionalização devida pelo Estado a adolescentes submetidos a medida de internação. Foram 17 mil adolescentes avaliados em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade. De acordo com os dados encontrados, a despeito da obrigatoriedade da oferta de ensino, 8% dos adolescentes se declararam analfabetos. No Nordeste, esse índice chegou a 20%, na nossa região, na região mais pobre do nosso País.

Entre os estabelecimentos de internação pesquisados, 12% não disponibilizaram nenhuma oportunidade de aprendizado aos jovens infratores, embora tanto o ECA quanto o Sinase apontem a existência do atendimento escolar como condição essencial para o funcionamento dessas unidades.

A pesquisa citada concluiu que quase 80% dos jovens em cumprimento de medida de privação de liberdade não frequentavam nenhuma escola antes da internação.

Em vista desses fatos, há também um projeto em tramitação, de nº 199, de 2014, aqui, no Senado, que altera o ECA, e a Lei nº 12.594, de 2 de janeiro de 2012, para definir a obrigatoriedade da oferta de escolarização e profissionalização ao adolescente em conflito com a lei.

A Senadora Ana Amélia já fez uma pergunta sobre a redução da maioridade penal, mas eu também pergunto a V. Exª qual o entendimento acerca da redução da maioridade penal.

Por último – por último mesmo, Sr. Presidente –, sei que o STJ julga casos também de natureza eleitoral. Julga casos que vêm de tribunais inferiores e terminam batendo às portas do Tribunal Superior Eleitoral. Por isso, faço a seguinte pergunta: V. Exª acha que o financiamento privado, diante da ocorrência relacionada com a Petrobras, que, infelizmente, desmontou o sistema privado de doação eleitoral, deveria permanecer nos mesmos moldes ou num modelo diferente? O que acha, então, do fundo partidário? O fundo partidário deve ser objeto de aumento anualmente do nosso orçamento federal ou essa questão deve ficar única e exclusivamente a cargo dos partidos políticos, que devem prover suas próprias necessidades, sem nenhum custo para a Nação, nem para as empresas?

Sei que essa é uma pergunta tanto quanto difícil de ser respondida, porque há controvérsias, mas é nosso dever fazer essa pergunta a um homem que passou pela Justiça brasileira e honrou essa função exercendo-a com a maior dignidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Prosseguindo, concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, do Maranhão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, quero, desde já, cumprimentá-lo de forma muito feliz pelo retorno de V. Exª à direção desta importante Comissão.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras e todos os membros do Judiciário do nosso País e, de forma muito especial, aqueles que vieram do meu Estado para assistir a esta reunião.

Cumprimento o meu conterrâneo Desembargador Reynaldo. Com muita alegria, estou aqui, na condição de Senador do nosso Estado, para testemunhar este momento de grande prestígio para o nosso Estado nesta reunião. Raras vezes se viu uma reunião de sabatina tão prestigiada quanto esta de V. Exª, na manhã de hoje.

Eu quero ser objetivo. Tenho perfeita confiança de que V. Exª será acolhido pela unanimidade desta Comissão e desejo-lhe, desde já, muita sorte no seu trabalho. Desejo-lhe sorte porque, com o seu talento reconhecido por todos, o sucesso está garantido.

V. Exª esteve à frente do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, bem como da Coordenação dos Juízes Especiais da Justiça Federal da 1ª Região, que abarca 14 Estados da Federação. Qual o balanço desse período?

V. Exª entende que o Novo Código de Processo Civil acertou em valorizar a mediação, a conciliação e a arbitragem como instrumentos de solução para conflitos judicializados? Inclusive, no item 15 da pauta de hoje desta Comissão há um projeto de uma comissão de juristas, de iniciativa do Presidente Renan, hoje relatado pelo Senador Pimentel, ilustre Senador desta Comissão, nosso Vice-Presidente, que tem muito a ver com esta segunda pergunta que lhe faço.

Eu teria outras aqui para lhe fazer, mas quero, por economia de tempo, dar oportunidade a outros colegas e me situar numa questão que diz respeito a um projeto que nós apresentamos aqui, no Senado Federal. E aproveito a presença de V. Exª e de tantos outros dos tribunais superiores para dar conhecimento e pedir opinião sobre ele.

O CNJ, como foi dito aqui, presta um relevante serviço à sociedade brasileira ao exercer o controle dos tribunais do Judiciário, e há uma demanda crescente na sociedade de que os tribunais de contas também tenham um mecanismo de controle. Não é possível continuar como está, com tribunais importantes como os tribunais de contas, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, simplesmente sem nenhum tipo de controle externo, nenhum tipo de controle.

A gente sabe que os tribunais de contas são vinculados ao Poder Legislativo. Por quê? Porque eles não julgam, eles não são órgãos judicantes; senão, seriam do Judiciário. Mas, muitas vezes, eles querem até julgar também. Mas, enfim, o que é importante é que o Brasil decida, já que há um quase consenso na criação de um mecanismo de controle para esses tribunais, se vai criar um conselho nacional de controle novo para controlar os tribunais de contas ou se aproveita a *expertise* do CNJ, que é um órgão mais administrativo.

Então, nós apresentamos uma proposta de emenda à Constituição para que os tribunais de contas do País, da União, dos Estados ou dos Municípios, passem a também ser controlados pelo Conselho Nacional de Justiça. Dessa forma, o CNJ, que tem 15 membros, a ter 19 membros. Então, esses quatro que se somariam seriam um ministro do TCU, escolhido por eles, um conselheiro dos tribunais de contas, escolhido pela entidade representativa, um auditor dos tribunais e um membro do Ministério Público, escolhido pela entidade de classe. Esta me parece ser uma medida para poder dar seguimento a uma demanda, como disse, da sociedade

brasileira e, também, como vejo, da classe política, especialmente do Senado Federal, uma vez que aqui estão muitos ex-Governadores, como o Senador Anastasia, que está aqui à minha frente. O que não é possível é simplesmente a gente assistir ao Executivo tomar medidas ao final do ano para poder controlar as contas públicas enquanto nós temos um tribunal que está aí e que poderia estar fazendo isso, com muito mais controle, inclusive, da sociedade, de uma forma muito mais transparente, da forma como acontece hoje com o Judiciário, que, é preciso reconhecer, melhorou bastante.

Esses são os questionamentos que faço a V. Exª, desejando-lhe, mais uma vez, muita sorte nesse seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, nosso amigo Senador José Maranhão, queremos que V. Exª se recupere o mais rapidamente possível, porque esta Comissão tem uma carga de trabalho muito forte, e nada melhor do que o nosso titular conduzindo aqui os trabalhos, com sua experiência de Senador da República, de Governador e de gestor público.

Quero saudar o nosso Desembargador e futuro Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, saudar os integrantes do Poder Judiciário aqui presentes, nossos ministros, desembargadores e juízes, na pessoa do Ministro Napoleão Nunes Maia, nosso conterrâneo, do Estado do Ceará.

Quero registrar, Sr. Presidente, que todas as intervenções que aqui já foram feitas reconhecem a competência do nosso próximo Ministro Reynaldo da Fonseca, o que deixa clara para nós a tendência da posição dos nossos pares. Por isso, requeiro a V. Exª que, se puder, abra o processo de votação, já que todos têm se posicionado favoravelmente e que hoje é um dia atípico, após o feriadão. Todos nós ficaríamos muito gratos.

Eu queria ouvir do nosso próximo Ministro uma fala sobre a Lei de Arbitragem e de Mediação. Todos nós sabemos que nosso Poder Judiciário tem um volume de trabalho muito grande. A Lei de Arbitragem e Mediação foi uma construção feita pelos juristas que estiveram presentes nas comissões especiais, que foram presididas por ministros do Superior Tribunal de Justiça. Estamos, agora, na fase final de votação. A nossa indagação é: como o senhor vê a aplicação tanto da arbitragem, que já faz parte do nosso ordenamento jurídico, quanto da mediação, que se inicia, em especial nos contratos da Administração Direta e Indireta. Estamos inovando, e isso será exatamente objeto da reflexão que teremos mais tarde aqui, nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E sobre a abertura da votação, Sr. Presidente? Se nossos pares e V. Exª concordassem, nós poderíamos iniciar a votação, para garantir o quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria só lembrar a V. Exª que falta apenas um orador inscrito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É exatamente o Senador Crivella.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos ouvi-lo com todo o privilégio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, é um prazer enorme revê-lo com saúde.

Eu gostaria de saudar o eminente Sr. Juiz Reynaldo Soares da Fonseca e parabenizá-lo por um currículo tão bonito e de saudar também todos os meus colegas presentes nesta sessão, os Deputados e os juízes e ministros que vieram abrilhantar a reuni.

Futuro Ministro, a Constituição prevê que, se o Ministério Público pedir um processo de investigação contra um Governador, é necessário que a Assembleia Legislativa o autorize. Não se trata de impunidade; trata-se apenas de permitir que corra o mandato e que ele seja julgado após o final do mandato. Isso vem da época da ditadura, da independência dos Poderes. E a mesma coisa, simetricamente, existe para o Presidente da República. V. Exª acha esse dispositivo excessivo? Há, hoje, um questionamento grande na sociedade no sentido de que é preciso correr com os processos de investigação, sobretudo em casos de corrupção.

A segunda coisa é que, nos tribunais regionais eleitorais, existe, de maneira contumaz, a figura de um procurador do Estado e, às vezes, da capital. Isto nos tribunais regionais eleitorais. Normalmente, ele entra em vaga de advogado, cedida pela OAB, a pedido, sempre, de quem está no poder. V. Exª acha que seria interessante estudar a vedação de que procuradores atuassem em tribunal regional eleitoral, por, talvez, impedimento, por conflito de interesses?

Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Ministro – permita-me chamá-lo assim– Reynaldo Soares da Fonseca, V. Exª fez um trabalho, eu diria, discreto, modesto de procurar conversar pessoalmente com os Senadores e dizer da sua indicação e do que significava a sua indicação para a Corte para a qual V. Exª está recomendado. Deixou muito boa impressão a simplicidade com que V. Exª, que é juiz de carreira, procurou as pessoas. V. Exª tem uma vida inteira dedicada à Justiça, no caso a Justiça Federal, e, pelo seus méritos, evidentemente, jurídicos, pela sua formação, pelo seu comportamento, pelo seu conceito, está sendo indicado. Não se ouviu falar de tutela de quem quer que estivesse por trás da indicação de V. Exª. Deve ser só por seus méritos. O seu compromisso é com a sua carreira e com a Justiça. Isto, para mim, diz tudo.

Agora, eu tinha uma indagação e gostaria de ouvir a sua opinião.

Quando eu fui Presidente desta Comissão, a CCJ, há alguns anos, eu tive oportunidade de presidir a reforma do Judiciário, e uma das coisas mais importantes que a reforma do Judiciário contemplou foi a criação do CNJ e do CNMP. Uma coisa que observo é que o CNJ é mais falado e suas ações são mais comentadas ou não de acordo com quem o preside, que é sempre o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Quanto mais atuante o Presidente do Supremo, mais o CNJ aparece como órgão atuante. Eu não sei se isso se deve à composição do CNJ, que é proporcional, para que opiniões até divergentes possam se manifestar, se ela está correta, se o modelo de composição do CNJ é o ideal, se haveria necessidade de algum tipo de reparo. Eu gostaria de conhecer a sua opinião sobre isso e a sua opinião sobre o funcionamento do CNJ, que, a meu ver, veio para dirimir dúvidas, para corrigir equívocos, para impor sanções em casos em que as sanções se impusessem, sobre o que pouco se comenta, falando-se apenas de resultados eventuais.

Então, eu gostaria de ouvir a sua opinião, já que V. Exª é o homem da Casa, pois V. Exª vem da Justiça a sua vida inteira, V. Exª acompanha o funcionamento do CNJ há muito tempo, desde que ele existe. Nada melhor do que ouvir a sua opinião, na sua sabatina, sobre a composição, se está correta ou não, sobre a atuação, se está correta. O CNJ atua de acordo com o Presidente ou eu estou equivocado? Atua com a energia do Presidente ou estou equivocado?

Então, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso, cumprimentando-o pelo prestígio que V. Exª já demonstra na largada, porque deu quórum aqui do STJ: até o Presidente, Ministro Falcão, veio. Vários dos seus colegas, de vários Estados, vieram prestigiar a sua sabatina.

De modo que, com essas considerações, eu quero manifestar o meu agrado com o que já ouvi a respeito de V. Exª e, desde já, dizer que, na minha opinião, o STJ será enriquecido com sua presença naquela Corte infraconstitucional.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Se V. Exª me permitir, antes das lúcidas ponderações do Ministro Reynaldo, eu queria deixar registrado um pedido de inversão da pauta da reunião deliberativa, que se realizará daqui a instantes, colocando-se como número 1 o atual Item 5, Projeto de Lei do Senado nº 25, de autoria do Senador Serra, em razão do quórum elevado que há e da relevância da matéria.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, igualmente, o item 8 é matéria terminativa e, exige quórum qualificado. Eu sou Relator. Se pudesse também haver a inversão de pauta – claro que consultado o Plenário –, eu ficaria agradecido. Item 8.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de tudo, eu quero registrar a presença honrosa do Ministro Humberto Martins, que acaba de chegar, e convidá-lo para ter assento aqui, à Mesa Diretora.

Por solicitação do Senador Anastasia, consulto o Plenário se é possível fazer a inversão que foi sugerida por S. Exª, ou seja, se é possível votar o item 5 da nossa pauta de trabalho em primeiro lugar.

(Intervenção fora do microfone.)

Consulto V. Exª se está pedindo a inversão na segunda parte da nossa pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Na segunda parte, evidentemente, após a oitiva do eminente Ministro Reynaldo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O Plenário está de acordo? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Igualmente para o item 8, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em seguida, eu submeto a inversão do item 8, por solicitação do Senador José Agripino. (Pausa.)

Não havendo objeção, e até por equidade, está aprovado o pedido do Senador José Agripino. Está aprovado.

Não havendo mais quem queira arguir o candidato, vamos dar início ao processo de votação.

O indicado vai responder as interpelações que foram feitas pelo Plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, aberto o processo de votação, então, eu queria começar a votar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, também apelamos pela abertura do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A consulta de V. Exª é no sentido de que, aberta a votação, fosse feita, simultaneamente, a pauta, seguindo a ordem, com as inversões já solicitadas.

Consulto o Plenário se concorda com a sugestão do Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Não havendo objeções, está aprovado.

Vamos passar às respostas do interpelado e votar sua indicação e, ao mesmo tempo, prosseguir na votação, que, pelo Regimento, é secreta e nominal.

Quero informar àqueles que já formaram sua convicção que poderão vir à mesa, pegar seu voto e depositar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A propósito da proposta do Senador Pimentel, que V. Exª acolheu, eu só queria fazer uma demanda aos Senadores para que aguardassem o próximo item. Foi pedida a inversão de pauta, que V. Exª acolheu, o Plenário acolheu, para votação do projeto que institui o voto distrital nos grandes Municípios. Portanto, é um apelo a que os Senadores permaneçam no plenário, uma vez que se trata de um quórum qualificado. Eu queria que V. Exª reiterasse o apelo, portanto, para que aqui permanecessem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero repisar o apelo do Senador José Serra, fazendo-o meu também, para que os Senadores permanecessem no plenário a fim de votar, pelo pedido de inversão que já foi solicitado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, para responder as interpelações formuladas e que foram anotadas por S. Exª.

O SR. REYNALDO SOARES DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é com grande alegria que aqui respondo a esta audiência pública, com certeza de que é uma honra muito grande estar participando pela vez primeira de um processo que nosso Texto Constitucional coloca sob as mãos dos três Poderes: a indicação da lista pelo Superior Tribunal de Justiça, a indicação do escolhido pela Presidência da República e a aprovação, ou não, desse escolhido pelo Senado da República. Acho que isto é histórico, é pedagógico e faz parte, sim, da vida de controle e de harmonia entre os Poderes.

As perguntas que me foram formuladas, todas elas, giram em torno, efetivamente, do aparelhamento do Judiciário, do Judiciário que hoje temos, que já tivemos e que esperamos ter. Ao mesmo tempo, para esse Judiciário fazem-se indagações próprias do poder político do Estado, da função do Parlamento e também das opções administrativas e políticas do Executivo.

Talvez essa seara de separação de Poderes, de controle dos Poderes, desde Montesquieu, seja a principal indagação do nosso Estado moderno. Continua sendo. Qual o limite em que cada Poder é exercido e qual o papel de harmonia entre esses Poderes? Eu digo isto porque muitas das perguntas aqui dizem respeito à morosidade da Justiça, dizem respeito à função da legislação perante o tecido social e aos efeitos dessa legislação perante o tecido social e dizem respeito à opção de mérito administrativo por parte do poder político. Não tenho a pretensão de dar uma resposta contundente, mesmo porque não as tenho, mas tenho, sim, como cidadão, o compromisso de responder as indagações dos Srs. Parlamentares.

Muito se fala sobre a necessidade de reforma das leis processuais, das leis penais, das leis da administração da Justiça, da reorganização da Justiça, mas, neste momento, eu pondero a nós magistrados, a V. Exªs Parlamentares e às autoridades que compõem o Poder Executivo uma expressão de uma doutrinadora da Igreja chamada Chiara Lubich, lá na Itália, que construiu um movimento católico, o Movimento dos Focolares, que preza, acima de tudo, a unidade entre os povos, entre as religiões e o respeito à tolerância, o respeito à diferença e o respeito ao próprio ser humano. Disse Chiara, a saudosa Chiara, que os obstáculos para a harmonia da convivência humana – e aqui eu incluo os Poderes do Estado – não são apenas de ordem jurídica, ou seja, devido à falta de leis que regulem esse convívio; dependem de atitudes mais profundas, morais, espirituais, do valor que damos à pessoa humana, de como consideramos o outro. Essa é uma lição de vida para nós magistrados,

para os Parlamentares e para as autoridades constituídas do Estado. Nós precisamos ver, quando agimos como autoridade pública, o outro com a dignidade que esse outro tem perante o tecido social.

E aí vem a primeira pergunta, do queridíssimo Senador Benedito de Lira, das Alagoas, esse Estado tão querido do povo brasileiro, de praias tão belas, do nosso Ministro Humberto Martins, que aqui comparece para abrilhantar esta sabatina.

Pergunta S. Exª se a celeridade e rapidez que se exige, que se espera do Poder Judiciário, poderá ser alcançada com o Código de Processo Civil, recentemente editado e que estará em vigência, estará em execução em março de 2016. Respondo com as palavras de Chiara Lubich: esse Código de Processo Civil é o mais democrático, foi o mais democrático possível. Foram mais de 100 audiências públicas, mais de 80 mil *e-mails*, contribuições de acadêmicos e de juristas, coordenado por um dos mais brilhantes juízes deste País, magistrado de carreira, o Ministro Fux, desde 2010, e por brilhantíssimos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e do meio acadêmico.

Sobre o Código de 73, temos que fazer, efetivamente, uma homenagem a ele. Talvez tenha sido um dos Códigos que mais sobreviveram na história do processo civil. Ao mesmo tempo, foi modificado e foi se adaptando com tutela de urgência. Sou do tempo em que, se alguém quisesse um benefício previdenciário, ele não poderia ser alcançado por uma liminar, porque não era possível dar uma tutela de urgência no século passado. Sou do tempo em que o agravo de instrumento ainda era feito na primeira instância. O Código de 73 foi alterado e passou para órgão de segundo grau. Isso tudo foi um crescimento, uma construção. A sociedade vai evoluindo, e o Parlamento assim o faz.

O Código de 2015, com aplicação a partir de março de 2016, traz, sim, coisas extraordinárias, que certamente repercutirão no andamento do Processo Civil brasileiro.

Extinção dos embargos infringentes, aquelas decisões não unânimes dos colegiados que iam para um colegiado maior para confirmar ou não uma posição de voto vencido ou de voto vencedor, o fim do agravo retido. Aí, nós mudamos toda a concepção de preclusão. Todas as decisões interlocutórias passarão efetivamente a ser examinadas na esfera da apelação.: a simplificação dos incidentes processuais, a impugnação ao valor da causa, a exceção de incompetência nos próprios autos. E uma grande coisa que se chama obrigatoriedade, que já existia no Código de 73 como uma faculdade de que o juiz e os operadores do Direito – e aí coloco o Ministério Público e os advogados – façam tentativas de pacificação social por métodos não adversariais.

Srs. Senadores, segundo o Ministro Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, agora, em recente palestra para juízes de execuções fiscais, S. Exª demonstrou que já são quase 100 milhões de processos no Judiciário brasileiro. Portanto, se somos 200 milhões de habitantes, para cada dois brasileiros nós temos um litígio, uma controvérsia judicial. Isso é grave. Nós temos que refletir sobre por que a sociedade brasileira não consegue dialogar, na briga do vizinho, na briga com os conselhos de profissionais liberais. Para que V. Exªs tenham ideia, só na 1ª Região, temos 180 mil ações, discutindo direitos e deveres de arquitetos, de engenheiros, de advogados, de médicos, de dentistas, de farmacêuticos. Na 3ª Região, em São Paulo e Mato Grosso do Sul, mais de 170 mil ações. Só na área de conselhos profissionais.

Alguma coisa está errada, e Chiara Lubich tem razão. É preciso não só alteração processual, alteração legislativa, mas é preciso mudança de paradigma para a cultura não adversarial.

Esse Código, com certeza, vem colocar esse instrumento da conciliação, da mediação e até da arbitragem, como instrumentos capazes de refletir e colaborar com a desjudicialização dos conflitos.

Outra pergunta do Senador Benedito de Lira é sobre o instituto da remessa oficial. Toda sentença proferida contra os interesses da União, dos Estados e dos Municípios, pela legislação atual, respeitado um quantitativo de valores, deve ser submetida ao controle da instância regional – Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal – obrigatoriamente para a sua eficácia.

O Código de 2015, para ser executado a partir de 2016, não extinguiu essa figura. A pergunta que V. Exª, Senador Benedito de Lira, faz a minha pessoa é se concordo com essa opção. Como jurista, como pessoa que opera o Direito, penso que, hoje, no atual estágio da advocacia pública, esse instituto já não deveria existir. Hoje, temos uma advocacia pública extremamente conceituada, preparada e aparelhada, apesar de todas nossas dificuldades, do Judiciário, da advocacia pública e do Ministério Público.

Todavia, o legislador foi sábio. S. Exªs demonstraram sabedoria, porque não lidamos apenas com o ente União, mas com o ente Estado e Municípios e com desigualdades homéricas no território brasileiro. Daí por que a opção do legislador de 2015 ter sido, no sentido de aumentar os parâmetros quantitativos, valorativos, para essa questão tão polêmica do reexame obrigatório, para fins de eficácia da decisão judicial. Para a União, estabeleceram-se 1.000 salários mínimos; para os Estados, 500 salários mínimos; e para os Municípios, 100 salários mínimos. Isso é um avanço extraordinário.

Vejam, senhores. Segundo o CNJ, desses 100 milhões de processos – na ocasião, a pesquisa era de 95 milhões – 51% desses processos diz respeito a demandas com a União, com os Estados e com os Municípios. Isso é gravíssimo! Falta diálogo na sociedade. Falta diálogo entre o membro do tecido social e o Estado. Para mim, isso é importante que seja dito. Pior: então, 49% desses 100 milhões de litígios que temos são entre José e João, entre Maria e Pedro? Não, senhores! Desses 49%, somente 5% dizem respeito a litígios entre pessoas físicas e jurídicas de menor porte. Mais de 40% desses litígios dizem respeito a telefonia e a bancos, ou seja, são as lides de massa.

Isso nos impressiona. Isso nos faz refletir. Aprendi, desde os bancos escolares, que, ao receber uma legislação nova, devemos recebê-la com os olhos generosos, porque ela parte do pressuposto da legitimidade. A legislação parte do pressuposto de que foi feito um trabalho de consulta às comunidades e à população, mas preocupa-me muito quando temos dados alarmantes como este: de 100 milhões de processos, apenas 5% dizem respeito a lides entre pessoas físicas e pessoas jurídicas de menor porte, os 95% restantes dizem respeito aos entes públicos e aos entes que prestam serviços públicos, ou que prestam serviços ao consumidor, ou que prestam serviços à atividade básica da economia, os chamados bancos.

A terceira pergunta, que eu já respondi de uma certa forma: o que eu acho – que o Senador Alvaro Dias também pergunta – sobre a obrigatoriedade da conciliação e da mediação no processo civil? Não é só saudável, como é uma necessidade.

Eu sou do tempo em que a Justiça Federal, que trabalha com entes públicos, já iniciava uma audiência dizendo: "Sr. Procurador do INSS, Sr. Advogado José, como se trata de direito indisponível, vamos à instrução". Do tempo em que não se perguntava se era possível diálogo entre as partes no Direito Público. Esse tempo passou. Foi do século passado. O século XXI chegou e, felizmente, juízes federais, juízes de Fazenda Pública começaram a aplicar o seu papel de pacificador social. Daí por que eu sou um entusiasta da conciliação, daí por que eu defendo, sim, a obrigatoriedade da tentativa de conciliação no processo civil. E por que não dizer no processo penal também? Naqueles crimes de menor potencial lesivo. Naqueles ilícitos e contravenções que poderão ensejar – e vocês, legisladores, dirão para nós, juízes, consultando a sociedade – aquilo que nós podemos fazer para mediar, para conciliar na área penal também.

Eu não tenho dúvida também a respeito da imunidade tributária dos chamados livros eletrônicos. Essa é uma questão extremamente polêmica, que se encontra no Supremo Tribunal Federal com pedido de vista do Ministro Dias Toffoli, mas já com alguns votos favoráveis a que a imunidade alcance o livro eletrônico.

A imunidade e a isenção tributária têm sempre um caráter restritivo porque nós não podemos, Judiciário, aplicar, afastar a regra tributária que vocês determinaram como válida, fora daquelas hipóteses restritivamente estabelecidas. Todavia, a função do Judiciário é criativa também, e é preciso que o Judiciário, nesse ponto, veja a finalidade da imunidade tributária do livro. E a finalidade da imunidade tributária do livro é o acesso a informação, é o desenvolvimento de uma população em termos intelectuais.

Dessa forma, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu me coloco ao lado do Ministro Marco Aurélio, do Ministro Barroso, da Ministra Rosa, que, eu me lembro, assim já votaram favoravelmente para considerar a imunidade tributária também para os livros eletrônicos e para as demais formas de acesso à leitura, à informação de uma população. Num país, como foi dito hoje por um dos Senadores, em que 20% daqueles que respondem e são menores infratores no Nordeste são analfabetos, nós não podemos nos dar ao luxo de dizer que a imunidade tributária do livro deve ser restritiva.

O Senador Anastasia, brilhante jurista, que já se destacou no Ministério da Justiça, no Governo de Estado de Minas Gerais e que, com certeza, já está abrilhantando o Senado da República, me faz uma pergunta tão delicada para a 1ª Região, essa Região de mais de 80% do território nacional, uma Região que junta o norte do País, o meio-norte, a Bahia, o centro-oeste e, também, as Minas Gerais.

Minas Gerais é confundida hoje com o Ceará, porque Minas Gerais é o Estado continente do Brasil, é o Estado que mantém costumes e relações com todas as regiões do Brasil, exceto com o extremo sul, mas com todas as demais regiões. Temos o mineiro do centro-oeste, de Unaí; temos o mineiro nordestino, lá de Montes Claros e daquela região; temos o mineiro do sudeste, seja de Juiz de Fora, seja do Triângulo Mineiro; e S. Exª me pergunta sobre o Tribunal Regional Federal em Minas Gerais. Já é uma realidade. V. Exªs aprovaram uma emenda constitucional.

Eu não considero essa emenda constitucional com vício de iniciativa, porque ela é uma emenda apenas autorizativa. Na Constituição anterior, já existia a possibilidade de criação do Tribunal Federal de Recursos em São Paulo e em Recife, e isso nunca ocorreu. Portanto, é a minha posição jurídica. A questão está no Supremo Tribunal Federal. Não terei de resolvê-la. A questão está afeta aos juízes da Corte constitucional. Por isso, digo a minha posição, que já foi dita há um tempo quando da Comissão Mista criada que tive a oportunidade de representar.

Penso que a 1ª Região tem de ser redefinida. Não sou a favor de um Tribunal Regional Federal por Estado. Acho que essa questão será tratada muito bem pelo Superior Tribunal de Justiça, que tem o poder de iniciativa. Alguma coisa tem de ser feita do ponto de vista de criação de novos tribunais ou de ampliação. A opção do legislador foi a de autorizar a criação dos tribunais. Agora, o Superior Tribunal de Justiça criou uma comissão e vai trabalhar no sentido da criação dos tribunais regionais. E há também projetos no sentido da ampliação, porque algumas dessas regiões não seriam alcançadas pela criação de tribunais regionais.

Eu, em princípio, sou favorável à criação de tribunais regionais de forma bem comedida, na medida em que isso mexe com recursos públicos. Portanto, a resposta que tenho a dar é a de que é muito bem-vindo o exercício do Parlamento nesse sentido. E caberá, sim, ao Superior Tribunal de Justiça a avaliação da oportunidade da criação desses tribunais ou também da ampliação. Acho que, assim, respondo com clareza à indagação.

A Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, é uma lei extremamente importante porque preserva os princípios da impessoalidade e da moralidade na contratação do serviço público. E qualquer mecanismo de controle, para que nossa administração possa ser a mais proba possível, é fundamental. Evidentemente, pelos anos que já se passaram, nós vamos tendo de nos adaptar. E, pela evolução da globalização, pela evolução da economia, evidentemente, é preciso, sim, o reexame da Lei nº 8.666, o que já está sendo feito paulatinamente pelo Congresso Nacional.

O Senador Alvaro Dias me fez a pergunta sobre a judicialização dos conflitos. Eu acho que, de certa forma, acabei já respondendo que sou totalmente favorável à conciliação, à mediação e à arbitragem. Também me perguntou sobre a Emenda Constitucional nº 73. Eu já me manifestei. Agora, reconheço que essa é uma questão de bom senso. V. Exªs deverão sentar com o Judiciário, deverão sentar com o Executivo, para verificarem a maneira mais razoável de redefinir a geografia do Judiciário, da Justiça Federal, de uma forma que não comprometa a economia, que não comprometa os princípios basilares do Estado.

Quanto à sentença condenatória com sua repercussão no produto recuperado, isso já pode ser uma realidade dentro da nossa Justiça penal.

Quanto aos processos, o Senador Blairo Maggi também me faz uma pergunta sobre a conciliação pré-processual. Sou um entusiasta, Senador, dessa conciliação pré-processual. Nós precisamos sentar. Há o exemplo típico dos conselhos profissionais. A Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas foi a coordenadora do sistema de conciliação no Distrito Federal. Tenho colegas de Minas Gerais que também conseguiram no diálogo abortar, vamos dizer assim, no sentido bom da palavra, mais de 30 mil conflitos na área da Engenharia, dos engenheiros, ou na área dos advogados aqui, no Distrito Federal. Isso foi feito utilizando a estrutura do Judiciário, com mesas de negociação pré-processual, antes do ajuizamento da ação.

Esse não é um papel do Judiciário, ou melhor, é e não é. Digo que não o é, porque esse é um papel da própria sociedade, mas o Judiciário tem de ter um compromisso na construção dessa alternativa, para podermos efetivamente levar a uma diminuição dessas controvérsias, da judicialização dos conflitos.

Sobre as penas alternativas, eu sou também um entusiasta. Fui juiz criminal tanto no Gama, aqui no Distrito Federal, auxiliando o Juiz Irineu, que aqui se faz presente, quanto no Maranhão, na Vara de competência absoluta, de feitos de competência absoluta. E fui sempre um entusiasta não da simples cesta básica, porque isso vulgariza o instituto, que é tão importante. Nós temos hoje, Srs. Senadores, 560 mil pessoas enclausuradas; se somarmos essas pessoas enclausuradas com aquelas que estão em prisão domiciliar, chegamos a 700 mil pessoas. Dos enclausurados, somos o quarto país do mundo, perdendo para os Estados Unidos, para a China e para a Rússia. Somando os enclausurados com as prisões domiciliares, somos o terceiro país do mundo. Alguma coisa grave está a existir. E está para que nós reflitamos não só junto com a sociedade, evitando a impunidade, mas também redescobrindo o papel do Direito Penal na sociedade brasileira.

Nesse sentido, eu entendo também, Senador José Medeiros, que a celeridade da Justiça brasileira vai depender da forma como nós interpretamos essa legislação. V. Exª está indicando que o juízo de admissibilidade acabou nos recursos especiais extraordinários. O STJ já está se preparando com um núcleo, comandado pelo Ministro Paulo Sanseverino, no sentido de receber esse material. Mas, ao mesmo tempo, nós pedimos, e acho que a administração do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal está clamando para que nós tenhamos também a repercussão geral, a relevância das matérias no Superior Tribunal de Justiça, embora respeitando situações teratológicas que possam fazer com que o Superior Tribunal de Justiça corrija também, eventualmente, uma injustiça. A grande maioria das decisões judiciais são confirmadas pelos tribunais de apelação e pelos tribunais regionais. Portanto, tenho plena confiança no juiz de primeiro grau.

Esse afrouxamento do pré-requisito do prequestionamento, Senador José Medeiros, é, com certeza, talvez fruto do desaparecimento da própria figura do juízo de admissibilidade e da possibilidade de se estabelecer relevância, da possibilidade de se estabelecer repercussão geral a demandas, já que nós vimos que, das

100 milhões de ações, 95 milhões são de entes públicos e de empresas de telefonia e de entidades bancárias. É possível, sim, trabalharmos com teses jurídicas também, e essa é a função do Superior Tribunal de Justiça.

A Senadora Ana Amélia envereda pelo caminho do sistema penal. O caminho do sistema penal, efetivamente, nos causa muitas perplexidades, Senadora, não só para o Parlamento, mas para o Judiciário também. Acabei de dar dados estatísticos. São 711 mil pessoas enclausuradas ou em regime de prisão domiciliar. Dessas 711 mil pessoas, temos que verificar qual o sentido que nós podemos dar para o Direito Penal moderno. A sociedade exige a não impunidade. Mas a sociedade exige também – porque esse é o projeto que V. Exªs fizeram – a construção de uma sociedade fraterna. Está no preâmbulo da Constituição e no art. 3º, como disse o Ministro poeta Carlos Ayres de Britto, o "novo constitucionalismo", chamado constitucionalismo fraternal.

Então, eu pergunto – eu devolvo a pergunta –: nessas circunstâncias, é hora de pensarmos na alteração da menoridade penal? Ou é hora de pensarmos, efetivamente, na construção e na eficácia das medidas socioeducativas para os menores? Eu digo isso sem nenhum preconceito de alteração de 18 anos para 16 anos. A questão não é essa. A questão é: vamos alterar para 16 anos, e vai surtir o efeito que a sociedade espera? Porque nós vamos aumentar os 711 mil enclausurados. E o que fazer? Sei que V. Exªs não têm respostas prontas. Nós também não temos.

Eu acho que o momento é de reflexão. E digo isso, Senadora Ana Amélia, porque a minha família acabou de ser vítima de um crime contra um médico de 48 anos, na cidade de São Luís do Maranhão, por cinco bandidos, sendo um ou dois menores. Um crime que foi notícia do Jornal Nacional. Um crime em que um médico, em um sábado, saiu e fez mutirão de cirurgias de hérnia com estudantes e outros profissionais. No domingo, acorda às seis horas da manhã para fazer as visitas aos pacientes e, querendo voltar mais cedo para casa, chega em casa por volta das nove e meia da manhã, das dez horas da manhã para passar o seu domingo.

Portanto, Srª Senadora, o meu lado pessoal com certeza dirá pela redução da menoridade; o meu lado humano. Mas o meu lado como pensador, o meu lado como membro da sociedade quer uma sociedade mais feliz. E me pergunto o que vai acontecer com a diminuição para 16. É verdade que, aos 16 anos, o voto é facultativo, mas é também verdade, Srª Senadora lá do Mato Grosso, filha de um grande Senador da República, também é verdade que o trabalho está facultado a partir dos 14 anos. Então, por que não reduzirmos para 14 e talvez para 12? Eu não tenho resposta a essa pergunta. Minha família foi vítima do próprio sistema; acabou de ser vítima, em novembro do ano passado; um primo-irmão, médico, com 48 anos de idade, diretor do maior hospital de câncer do Estado do Maranhão. Eu coloco minha perplexidade para V. Exªs com muita dor, mas ao mesmo tempo com um sentimento de construção de uma sociedade mais fraterna.

A limitação... V. Exª ia falando...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Concordo plenamente com V. Exª, com a permissão do nosso querido Presidente José Maranhão. Essa é uma questão de cultura e educação para a fraternidade, e isso não se faz de um dia para o outro.

O que nós estamos vendo é que a sociedade está cada vez mais violenta. A sociedade está violenta. As famílias não estão se entendendo, e todo esse cenário não é alentador para esse processo. Além do problema da maioridade penal, caro Desembargador, nós temos um outro problema, que é a reincidência daqueles apenados beneficiados pelo regime semiaberto que, ao estarem beneficiados por esse sistema, praticam crime. Então, também a sociedade fica refém, porque é um benefício da própria lei. E a sociedade está se mobilizando exatamente para tentar alterar esses critérios.

Então, eu vou lhe dizer, nós estamos esquecendo, o senhor tem toda a razão, de pedir com licença, de dizer obrigado, de ter um gesto nos momentos mais simples da vida da gente, no aeroporto, quando o carrinho de bagagem esbarra nas pessoas, quase as derruba e a pessoa não é capaz de dizer: "Desculpe! Desculpe!". Não, nós não fazemos mais isso. O telefone celular numa mesa de refeição, caro Desembargador, já que o senhor toca nesses temas de fraternidade, citando uma autora italiana renomada, fica sendo o elo de ligação com pessoas distantes quando a família está ali junto, amigos ou familiares.

Portanto, há uma doença na sociedade, e essa doença é que precisa ser tratada. Então, eu concordo com V. Exª sobre esse diagnóstico e essa reflexão.

O SR. REYNALDO SOARES DA FONSECA – Sr. Presidente, já me encaminhando para o final, o Senador Eduardo Amorim fez a pergunta a respeito da admissibilidade do recurso especial, que acho que já respondi, e sobre a conciliação na área de saúde, uma área tão delicada, que provocou um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal estabelecendo uma diretriz para nós Magistrados, em que o juiz não pode interferir na política pública tipicamente de Estado, mas o juiz pode criar para fazer justiça, pode criar através de comitês gestores.

Hoje, na área de saúde, a Justiça Federal e a Justiça Estadual trabalham com comitês formados por psicólogos, por dentistas, por médicos, por profissionais da área, que ajudam muito na solução de problemas tão

complexos. Isso daria uma audiência pública. Aqui, está uma especialista, a Desembargadora Selene. E, com certeza, isso seria muito bom.

Mas tenho a certeza de que esse tema está sendo tratado pelo Ministro Buzzi, que me deu a honra de estar aqui, pelo Ministro Nefi Cordeiro e pelo Ministro Douglas, da Justiça do Trabalho. Um representa a Justiça do Trabalho, outro representa a Justiça Federal, e o outro representa a Justiça Estadual, por designação do Superior Tribunal de Justiça.

O Senador Valadares fala da audiência de custódia. Senador, sou inteiramente favorável à audiência de custódia. Hoje, nós juízes federais, juízes de Direito, somos obrigados a examinar os flagrantes, a recebê-los e a examiná-los no prazo de 24 horas. Só que nós examinamos o papel. E nada melhor do que, num quadro carcerário como esse, num quadro em que a sociedade exige a não impunidade, o juiz sinta a questão daquele que foi enclausurado provisoriamente, porque, dos enclausurados, senhoras e senhores, aproximadamente 40%, segundo dados do CNJ, correspondem a presos provisórios.

Portanto, estou inteiramente de acordo com a audiência de custódia, que o CNJ já instituiu e que já está sendo feita no Estado de São Paulo, Estado do Senador José Serra. Penso que isso vem reafirmar os pactos e tratados internacionais que nós, no art. 5º, através de V. Exªs, adotamos como nossos.

O papel do CNJ tem sido extraordinário no Poder Judiciário. Confesso que, no início, quando o CNJ surgiu, tive algum receio de que nós acabássemos com a autonomia do magistrado, jurisdicionalmente falando, ou com a autonomia dos tribunais. Isso tudo corresponde à construção de uma história. O CNJ iniciou muito bem sua estrada, padronizando, fazendo planejamento estratégico, corrigindo erros eventuais, que, graças a Deus, são poucos. Estatisticamente, somos mais de 16 mil magistrados. Portanto, um ou outro caso aparece, e a exceção apenas reafirma a regra de que temos magistrados probos, íntegros, neste País, selecionados pela melhor forma, a forma do concurso público, ou selecionados na Segunda Instância, com a contribuição do Ministério Público e da grande classe dos advogados brasileiros.

Portanto, sou um entusiasta do CNJ. Os excessos que as instituições vão cometendo na apuração vão sendo corrigidos no decorrer da história. E isso é fundamental. Nós juízes temos de ter controles. O Parlamento é controlado pelo povo, é controlado pelos tribunais e também no processo político; o Executivo, da mesma forma. Portanto, não tenho nenhum senão ao Conselho Nacional de Justiça. Um ou outro Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do CNJ não interfere na grandeza da instituição. Cada um traz seu perfil.

Cito sempre o Ministro poeta, Ministro de Sergipe, o Ministro Carlos Ayres. Minha dissertação de mestrado é "A Conciliação à Luz do Princípio Constitucional da Fraternidade", em que resgato esse princípio no convívio social e no convívio humano. E me embeberei muito das lições do sempre Ministro Carlos Ayres de Britto.

O Senador Roberto Rocha também pede um balanço sobre a conciliação e os juizados especiais.Eu posso lhe dizer que toda a minha fala é inserida nesse contexto. Como eu disse, Senador, 70% dos julgamentos da Justiça Federal da 1ª Região, que representam 80% do território nacional, são feitos por valorosos juízes federais do Mato Grosso, do Amazonas, das Minas, do Tocantins e de todos os Estados brasileiros. São 70%. E a distribuição é maior do que a dita Justiça das varas normais. A resposta desse Juizado, que nasceu agora, há 13 anos, 14 anos, Juizado Federal, porque o Juizado Estadual foi antes, e a Ministra Nancy está comemorando, mas essa resposta já diz tudo do que penso sobre os Juizados Especiais.

E diz tudo o que penso sobre conciliação. Foram 500 mil conciliações nos últimos 4 anos na 1ª Região. Multiplique por cinco, que é a média da família brasileira, especialmente nos Estados do Nordeste, do Norte e do norte de Minas Gerais. Nós temos 2 milhões de pessoas abarcadas, alcançadas por uma cultura não adversarial, resolvendo seu conflito previdenciário, seu conflito de assistência social, seu conflito de tratamento de saúde, de habitação, que foi o precursor na Justiça Federal, e aí faço minha homenagem à Caixa Econômica Federal, à empresa gestora de ativos. De ontem e de hoje, porque essa experiência, hoje tão consagrada, nasceu de experiências isoladas de juízes federais lá no Paraná, aqui no Distrito Federal, em Goiás, no Rio e em São Paulo, cada um com sua experiência extraordinária.

Sobre o CPC obrigatório, a conciliação, eu já respondi.

Quanto ao papel do controle dos Tribunais de Contas, como se sabe, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas que tem todas as características da Magistratura, todas as garantias, todas as vantagens. Portanto, se ele é um órgão de controle dos demais Poderes, ele deve ser controlado também. Eu vejo com simpatia a criação de um órgão de controle. Não sei se é o CNJ, por ser o CNJ um órgão de controle para os órgãos do Judiciário. Todavia, nada mais razoável do que o Parlamento discutir essa questão e incluir, como órgão de controle, o CNJ ou um outro órgão de controle, como é o CNMP.

A propósito, foi feita uma pergunta sobre o papel do CNMP e o papel do CNJ. Perdoem-me por não ter... Já estou tentando acabar porque V. Exªs têm outros compromissos. Mas, na verdade, o Conselho Nacional do Ministério Público tem a mesma honra, a mesma glória que tem o Conselho Nacional de Justiça. O Ministério

Público ganhou atribuições e funções extraordinárias para a Constituição de 1988. É um órgão essencial à Justiça. Fala-se até em quarto poder. Na medida em que se ganha essa relevância, ela também tem que ganhar controle. Portanto, o Conselho Nacional do Ministério Público tem uma importância fundamental na defesa da sociedade contra eventuais excessos para o Ministério Público e na definição das políticas, do planejamento estratégico da atuação do Ministério Público, que é um pacificador social. É alguém que deve estar inserido no tecido social para defender o contexto e aquilo que a sociedade espera na construção de um mundo melhor, de um mundo mais fraterno.

Portanto, tenho confiança de que os defeitos e as dificuldades do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, ao longo da história, apenas reafirmam o acerto de sua criação, porque nada melhor do que sermos controlados para fazermos aquilo que a sociedade espera de impessoalidade, de moralidade e da construção daqueles princípios que o art. 37 da Constituição exige de nós, agentes políticos do Estado.

O Senador José Pimentel, que muito carinhosamente me recebeu nesta Comissão, na ausência do nosso querido Presidente, José Maranhão, e por quem tenho muito carinho, na medida em que tem a mesma origem do meu pai, meu falecido pai, com 42 anos de Banco do Brasil, pergunta sobre a arbitragem e a mediação. Eu tenho certeza de que a contribuição do Superior Tribunal de Justiça, através do Ministro Buzzi, do Ministro Nefi e do Ministro Douglas, que constituem o comitê na área de conciliação, e a contribuição da 3ª Seção, tão bem representada aqui pela Ministra Isabel Gallotti e pelo Ministro Salomão, será muito forte. Eu vejo tudo isso como uma abertura muito boa para o Direito Público. Como eu disse a V. Exªs, eu entendo que esses institutos têm espaço, sim, no Direito Público, especialmente na área de políticas públicas.

O Senador Marcelo Crivella nos pergunta a respeito de matéria eleitoral. Primeiro, sobre a participação, o controle do Poder Legislativo no processamento dos Srs. Governadores. Na verdade, essa foi uma opção do Constituinte, e o Judiciário deve cumpri-la, dentro daquilo que o Constituinte de 1988 determinou. Evidentemente que a sociedade espera de V. Exªs e de nós, o Judiciário, que sejamos garantistas no sentido de respeitar o devido processo legal e que sejamos firmes na aplicação da norma penal para a construção de uma sociedade mais proba, mais feliz.

Em relação à atuação dos advogados públicos nos TREs, penso, Senador, que os advogados que exercerem cargos comissionados, sim. Os advogados públicos de carreira, que exercem a carreira por concurso público e sem nenhuma interferência política para assumir o cargo de Procurador de Estado, de Procurador Federal, e assim por diante, penso que não há por que fazer uma discriminação com esses advogados na composição da classe de jurista nos TREs. É uma opinião minha. Eu tenho pouca vivência na área eleitoral, porque nós só temos um representante nos tribunais eleitorais e alguns representantes do Superior Tribunal de Justiça. Quando eu falo nós, nós juízes federais. Eu sempre vou me considerar um juiz de Direito, aqui tão bem representado pelo Desembargador Cruz Macedo, do Tribunal de Justiça, meu início de tudo, o início da minha carreira de magistrado, mas também a minha função como juiz federal.

Eu sei que muitas das indagações ficaram em aberto porque as minhas limitações são muitas, mas tenho absoluta certeza de que consegui transparecer para V. Exªs a sinceridade do Magistrado, a sinceridade de alguém que não tem fórmulas mágicas, que não sabe ainda chegar no porto seguro, mas que está tentando remar nessa estrada, nesse rio, para que possamos construir uma sociedade mais fraterna e mais democrática.

Eu agradeço a paciência de V. Exªs e espero ter respondido, com a minha pobre experiência, já de 33 anos de serviço público e 23 anos de Magistratura, aquilo que o Magistrado, de forma geral, o juiz federal, pensa da sua função, da sua função perante o Estado, e aquilo que o Estado espera de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais interpelantes inscritos, eu vou encerrar a cessão da palavra para essa finalidade e iniciar o processo de votação.

Antes, porém, tenho a honra e a satisfação de convidar o Senador Eunício Oliveira e o Senador Antonio Anastasia para funcionarem como escrutinadores desta votação. (*Pausa*.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, 23 votos SIM. Há um voto que é SIM, mas é abstenção ao mesmo tempo, portanto, nulo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM – RN) – Antes de proclamar o resultado desta votação, eu quero dizer que, historicamente – já é a segunda vez que eu tenho a honra de estar na representação do meu Estado aqui no Senado da República –, poucas vezes, esta Comissão, que é composta por 27 membros, alcançou um quórum tão elevado: 24 Senadores. Portanto, Sr. Ministro, é motivo para V. Exª, para o Brasil e para esta Comissão de muito orgulho. Esse é um fato inédito, inegavelmente, na nossa história do Senado da República. Então, vou proclamar o resultado:

Estavam presentes 24 votantes: 23 votaram SIM, e 1 – acredito que tenha se equivocado, mas o voto que temos que apurar é o que está aqui – votou SIM, NÃO e abstenção. Evidentemente, foi um equívoco.

Portanto, V. Exª está aprovado pelo número expressivo de 23 votos, num quórum total que seria de 27, portanto, por cerca de 80% dos votos deste Plenário.

V. Exª está aprovado por esta Comissão.

A matéria vai ao plenário do Senado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Desembargador Reynaldo, agora indicado e aprovado Ministro por esta Comissão. Eu tive a honra de presidir a Comissão de Constituição e Justiça e poucas foram as vezes em que nós tivemos aqui quórum tão elevado, com quase a unanimidade – podemos dizer até que a unanimidade, porque no 24º voto, há o "sim" – para o Dr. Reynaldo.

Aproveito e solicito a V. Exª o encaminhamento de urgência, pela Liderança do PMDB, para o plenário do Senado, para ver se, na noite de hoje, nós aprovamos a indicação do nosso Ministro Reynaldo Fonseca.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quem foi?

Senador Humberto Costa pediu a palavra para uma questão de ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O objetivo é o mesmo: fazer o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Na mesma direção dos meus colegas, eu quero também fazer esse requerimento, ao tempo em que cumprimento nosso Ministro. Quero dizer da alegria de, como maranhense, ver o resultado que representou a quase unanimidade, senão a unanimidade das correntes de opinião aqui desta Comissão, que representa o Brasil. E isso espelha também o que vem lá do Maranhão.

Eu cumprimento o Senador Edison Lobão, que foi Relator dessa matéria.

Lá no Maranhão, todas as correntes de opinião se uniram em torno do nome de V. Exª para representar o seu talento no STJ.

De forma que eu quero deixar aqui o nosso cumprimento. Quero cumprimentar também V. Exª, Presidente, pela condução deste trabalho, e a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Rapidamente. É apenas para parabenizar o nosso candidato e também para lembrar uma frase do Ministro Carlos Ayres, num livro chamado Varal das Borboletas, que V. Exª deve conhecer: "Para Deus ter inventado o amor, só podia ser infinito".

Eu acho que é com essa força que V. Exª vai assumir essa cadeira.

Parabéns, Ministro.

O SR. REYNALDO SOARES DA FONSECA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos passar agora à segunda parte da nossa reunião, com as inversões aprovadas para a pauta.

Está em discussão o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2015

– Terminativo –

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
– Em 15/04/2015, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
– Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, Sr. Presidente. Eu tenho um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu tenho um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... para manifestar seu voto em separado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, para maior celeridade dos nossos trabalhos, manifesto minha adesão à primeira parte do relatório do Senador Eunício Oliveira, da qual constam a descrição detalhada da proposição...

(Tumulto no recinto.)

Presidente, é melhor terminar os cumprimentos. Eu vou esperar. (*Pausa.*)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Há orador na tribuna!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por favor.

Sem querer inibir a euforia de alguns Senadores, eu quero dizer que há um orador na tribuna fazendo uma proposta de voto em separado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Melhor seria suspender por cinco minutos, para os cumprimentos...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – O orador já está na tribuna! Não há como suspender a reunião!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Bom, aí quem decide é o Presidente, com o Plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Outra vez, eu diria, sem querer inibir a euforia generalizada aqui. Quero lembrar que há matérias importantes em votação, inclusive com orador na tribuna. Peço aos presentes que guardem o devido silêncio, no sentido de ouvirmos, com o respeito necessário, a manifestação dos nossos colegas.

O Senador Humberto Costa está com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para maior celeridade dos nossos trabalhos, manifesto aqui minha adesão à primeira parte do relatório do Senador Eunício Oliveira, da qual consta descrição detalhada da proposição, da justificação, bem como o registro da ausência de emendas no prazo regimental. Acrescento, tão somente, que, uma vez lido o relatório, a Presidência concedeu vista coletiva sobre a matéria, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Sr. Presidente, o ponto central do questionamento que trago aqui é se o Congresso Nacional pode estabelecer, por lei, um sistema eleitoral municipal diferente daquele previsto no art. 45 da Constituição Federal.

Com todo o respeito que tenho pelos Senadores e Senadoras que pensam de forma diferente, entendo que não! O Congresso Nacional, ao criar um sistema eleitoral municipal majoritário por lei ordinária, estaria violando o princípio de representação proporcional da nossa Constituição.

Para fundamentar meu raciocínio, inicialmente trago as palavras do Prof. José Afonso da Silva, um dos especialistas mais respeitados da nossa tradição constitucional.

Segundo José Afonso, "a Constituição acolheu o sistema proporcional para a eleição de Deputados Federais (art. 45), o que significa a adoção de um princípio que se estende às eleições para as Assembleias Legislativas dos Estados e para as Câmaras de Vereadores (Câmaras Municipais)".

Ou seja, o art. 45 da Constituição não fixou apenas uma regra de representação federal. Ele, na verdade, estabeleceu um princípio sensível da organização política da nossa República. E como o art. 29 do Texto Constitucional diz que a organização política dos Municípios deve obedecer os princípios estabelecidos na Constituição Federal, por simetria, não há como fixar um sistema eleitoral municipal diferente daquele previsto no art. 45.

A obediência a essa simetria é tão importante no nosso Texto Constitucional que o art. 34, inciso VII, dispõe que a violação dos princípios constitucionais inerentes ao sistema representativo nacional por parte de entes estaduais é causa suficiente para a intervenção federal.

No curso de Direito Constitucional do Prof. Gilmar Mendes há também um trecho bastante interessante para discussão nesta Comissão. Diz o texto que "a Constituição brasileira definiu que as eleições dos deputados federais, dos deputados estaduais e dos vereadores efetivar-se-ão pelo critério proporcional (arts. 27, §1º, e 45)".

É importante destacar que, para os autores, é a Constituição que define o modelo eleitoral municipal, e não a lei ordinária.

Sr. Presidente, garanta a minha palavra, por favor.

Um pouco mais à frente, o mesmo texto sentencia: "a eleição dos vereadores segue o modelo proporcional com base na tradição constitucional (...)".

Portanto, Sr. Presidente, a leitura que faço é no sentido de haver fortes razões e argumentos para dizer que o projeto de lei não é compatível com o Texto Constitucional. Em tese, ele viola o princípio da representação proporcional presente no art. 45 da Constituição Federal, que é perfeitamente aplicável às eleições legislativas municipais, salvo melhor juízo desta Comissão.

Todos concordamos que o art. 29 da Constituição não tratou do tema adequadamente. Ao contrário da União e dos Estados, o Constituinte originário não se preocupou em dizer, expressamente, qual o sistema eleitoral vigente nas eleições para vereadores.

Diante disso, tive o cuidado de pesquisar as origens do nosso texto constitucional de 1988 e não encontrei uma só palavra sobre o tema. O substitutivo da Comissão de Sistematização ao Projeto de Constituição, de 26 de agosto de 1987, já trazia uma redação muito próxima da que está estampada no exemplar aprovado em 05 de outubro de 1988.

Neste intervalo de tempo, foram apreciados pelo menos cinco outros textos de projetos de constituição sem que o sistema de eleição de vereadores fosse diretamente abordado pela Assembleia Nacional.

Entendo que essa despreocupação, ou melhor, essa omissão está fundada num pensamento já citado nesse voto, de que a adoção do sistema proporcional nas eleições para vereadores tem forte tradição constitucional na história brasileira e por isso não precisaria constar expressamente no texto da Constituição. Mas como não é possível supor a intenção do constituinte originário, temos de nos valer das regras de interpretação disponíveis para analisar o caso.

Nesse sentido, a omissão de uma regra expressa no art. 29 sobre a eleição de vereadores é rapidamente suprida pela aplicação do princípio constitucional presente no art. 45 da Constituição. E não poderia ser diferente, tendo em vista que deve haver simetria na organização político-eleitoral da nossa federação.

Essa sistemática não está imune a mudanças, mas por segurança e cautela, a matéria deveria ser tratada por meio de proposta de emenda constitucional.

Quero agregar ainda, como parte do meu voto em separado, o entendimento de que, em verdade, com a adoção do voto distrital em nível municipal, nós estaremos dando um passo perigoso, principalmente em Municípios de maior número de leitores e nas capitais brasileiras, quanto ao risco de eliminarmos, de forma absolutamente clara o princípio da representação das minorias.

Todos nós sabemos que a consequência da divisão desses Municípios em distritos é que nós vamos avançar para um sistema, provavelmente, bipolarizado e onde aquelas minorias que defendem os interesses mais diversos, desde categorias profissionais, passando por diversidade de gênero, passando por interesses vários, nós vamos ter, sem dúvida, a impossibilidade de que essas câmaras venham a refletir, de fato, essa diversidade que é própria da sociedade.

Por outro lado, só para concluir, eu entendo também que a adoção desse modelo tende a tornar, nesses Municípios, para os candidatos, as eleições muito mais caras, apesar do objetivo ser o oposto, porque nós vamos ter, em cada distrito, eleições majoritárias, onde boa parte dos eleitores deixarão de ter os seus votos aproveitados, havendo uma diminuição, sem dúvida, da minoria.

Eu fiz aqui, na semana passada, uma proposição de nós discutirmos a questão do voto proporcional, o voto distrital misto, pela via de uma emenda constitucional, a não ser que haja o entendimento diferente aqui, nesta Comissão, e volto a fazer esse pedido no sentido de que nós possamos... Entendo a premência do Senador José Serra, por conta dos prazos eleitorais para o ano que vem, mas acho que isso exigiria um debate mais profundo, uma discussão bem mais aprofundada do que a de que nós estamos tratando agora.

Portanto, pelo exposto, meu voto é no sentido de rejeitar o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015, por violação ao art.45 do texto constitucional.

Obrigado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Como Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu tenho muito respeito pelo Líder Humberto Costa, mas ele mesmo... embora todos nós saibamos aqui, pelo Regimento da casa, que o voto do Relator tem preferência em relação ao voto em separado.

Portanto, como sei que vamos votar primeiro o voto de nossa autoria, já pedindo o apoio aos demais Senadores e Senadoras aqui presentes, eu quero apenas, Sr. Presidente, contra-argumentar e reafirmar todos os argumentos apresentados quando apresentamos aqui o voto a esta matéria, de propositura do Senador José Serra, e dizer que o próprio Senador Humberto Costa diz que, diante disso, teve o cuidado de pesquisar a origem do nosso texto constitucional de 1988 e não encontrou uma só palavra sobre o tema. Se nem sequer houve debate naquela época, em 1988 – acho que V. Exª, inclusive, era Constituinte –, se nem debate houve sobre esse tema, como essa matéria pode ser constitucional se ela não está inserida na Constituição brasileira e nem sequer foi debatida quando os constituintes – eu não tive o privilégio de ser um deles –, em 1988, debateram essa matéria de legislação proporcional e eleitoral?

Portanto, Sr. Presidente, na própria conclusão do voto em separado, do Senador Humberto Costa, ele diz: "Por todo o exposto, voto no sentido de registrar o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2015, por violação ao art. 45 da Constituição". Ora, Sr. Presidente, se essa matéria não é constitucional, não pode ser alterada por PEC. Se essa matéria sequer foi discutida, em 1988, como afirma o próprio Senador Humberto Costa, no seu voto em separado, não há que ser considerada. Portanto, não quero me alongar. Essa matéria já foi debatida aqui na Comissão, V. Exª, agora recuperado e fortalecido pelas energias dos paraibanos e pela própria fortaleza que é V. Exª, senta agora como Presidente novamente desta Mesa para dirigir os trabalhos. Então, não há outra coisa a fazer senão colocarmos essa matéria em votação.

Aproveito para convidar os Senadores do PMDB e do Bloco, assim como dos demais Senadores que compõem esta Comissão, para que a gente faça aqui uma votação, a mais democrática possível, mostrando que é necessário. O Congresso Nacional está devendo, Sr. Presidente. Nós não podemos ir para as eleições de 2016 com essa mesma legislação, com esse mesmo tipo de financiamento de campanha. Nós não podemos ir com essa mesma possibilidade de coligações proporcionais, que esta Casa já votou e encaminhou à Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, sob pena de a população brasileira ficar cada vez mais distante desta Casa, o que não queremos.

Portanto, quero agradecer este momento, agradecer a todos os Senadores e Senadoras, porque acho que esse é um passo importante que estamos dando para a reforma política tão desejada, tão almejada. Só quem não viu, quem não percebeu o movimento das ruas, só quem não quer ouvir o clamor das ruas é que pode votar matéria contrária a uma reforma política essencial e necessária. Repito, Sr. Presidente, concluindo, que nós não podemos ir para as eleições de 2016 com essa mesma legislação eleitoral, com esse mesmo tipo de financiamento público de campanha, sob pena de a gente estar deixando de cumprir com a nossa obrigação.

Portanto, peço aos demais Senadores e Senadoras o voto favorável ao nosso parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria continua em discussão. Está inscrito o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar que o projeto do Senador José Serra traz, realmente, um assunto interessante e oportuno. De fato, como disse o Senador Eunício, não pode ficar como está.

O que é alegado aqui é a questão da constitucionalidade e da aplicabilidade. No que diz respeito à constitucionalidade, alegada pelo Senador Humberto, eu confesso que estou convencido de que não há nenhuma dificuldade de se votar essa alteração mudando o Código Eleitoral e não a Constituição Federal. Isso está muito claro no texto constitucional. No entanto, transformar esses Municípios que têm segundo turno em uma eleição majoritária causa-me algumas preocupações. Quero aproveitar a oportunidade para pedir ao Relator e ao autor que esclareçam.

As regiões metropolitanas são regiões conurbadas, a gente não sabe onde começa uma e onde termina outra, muitas vezes é uma rua que as separa.

Há um tempo atrás, quando eram criados esses Municípios, fazia-se com base no olhômetro. Não havia equipamento suficiente. Hoje não, há o GPS, é fácil se delimitar ali um Município e outro.

Eu fico me perguntando, Senador Serra, e V. Exª pode tirar essa dúvida, como fica, por exemplo, um vereador que não é de clientela, uma vez que a gente sabe que a maioria dos Municípios hoje caminha para que os vereadores sejam de clientela, não sejam da cidade. E isso faz com que qualquer que seja o eleito, no final

termina mudando para o partido do Governo, para alimentar a sua clientela. De um lado é até compreensível. Mas o vereador que é da cidade, o vereador que é de opinião, eleito pela opinião da média da cidade, como este seria candidato?

Eu fico assim me perguntando: São Luís, no Maranhão, é o único caso que teria condição de aplicar essa nova regra, só há um caso de Município com dois turnos. São 31 vagas, 31 vagas, são 31 vereadores em São Luís do Maranhão. É uma área conurbada. Para V. Exª ter uma ideia, o terceiro maior Município do Estado é um Município da ilha, encostado em São Luís. Se você for lá, à sede do Município, não parece que é um Município grande, porque na realidade, na prática, é São Luís. O Senador Lobão sabe muito bem do que estou falando. Trinta e um distritos, aí um vereador, aquele que é da cidade, um vereador eleito pela média da opinião das pessoas da classe média, como é candidato? Ele vai escolher um distrito? Aí fica para o TRE decidir a definição espacial daquele distrito. O TRE vai definir quais são os locais em que serão feitas as eleições nos distritos.

Cada partido – eu imagino que seja o diretório municipal – vai indicar um candidato a vereador por distrito e um suplente. Então, eu fico me perguntando se não seria o caso, apesar da exiguidade do tempo...Eu estou com uma emenda prontinha aqui para apresentar, mas não estou convencido de que devo fazê-lo pela questão do tempo, porque eu poderia fazer, até para suscitar uma provocação, uma discussão. Meu pensamento inicial era até excluir os Municípios de região metropolitana, e fiz os cálculos para saber quanto isso iria dar. Eu tenho aqui todos os cálculos. Por exemplo, São Paulo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Qual é a pergunta, Senador?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Mas por que não pode fazer a emenda? Está em discussão.

Então, São Paulo, por exemplo, cinco Municípios seriam excluídos; Rio de Janeiro, três; Pernambuco, dois; Goiás, um; Ceará, um. Nos demais Estados, oito, sem incluir as capitais, claro. Incluindo as capitais, são mais 27 Municípios que seriam excluídos. Mas isso pode prejudicar muito, mutilar muito o projeto. Estou só colocando aqui uma questão.

Talvez fosse o caso, não sei, de se implantar neste próximo passo... Eu quero muito que em 2016 a gente já tenha uma experiência nova no Brasil, e essa experiência deve realmente ser nesses Municípios maiores. Eu não sei se seria o caso, Senador Serra, de nós termos, no primeiro momento, nesse primeiro passo, um distrital misto: uma metade seria eleita por distritos e uma metade seria eleita pela lista dos partidos. Eu quero colocar essa discussão para saber se isso é possível: a gente aproveitar e tirar um pouco o calor do debate. Porque me parece que o que está gerando calor aqui...

O projeto de V. Exª traz muita luz para o debate da reforma política, é preciso admitir; mas também tem calor. Como dissipa o calor? Eu pensei em excluir as regiões metropolitanas, mas eu acho que mutila demais. Então talvez fosse o caso de fazer um distrital misto. É mais ou menos como se a gente fizesse o voto distrital em três etapas, por partes, fazendo do boi bife. Ou seja, começa com o "distritão", na regra geral, que é a regra proposta pelo partido de V. Exª; em seguida o distrital misto e por último o distrital puro. O "distritão" provoca algumas polêmicas.

De maneira que eu quero aqui deixar essa reflexão para ouvir mais a opinião, sobretudo do autor e do Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria reforçar um pouquinho a linha que o Senador Roberto Rocha adotou aqui. Primeiro, queria parabenizar o Senador José Serra por apresentar esse projeto e ter, também...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço licença, Senadora Gleisi Hoffmann. Eu me equivoquei aqui – quem usa óculos nunca deve tirar os óculos do rosto, não é? – e prejudiquei o Senador Antonio Carlos Valadares, que estava inscrito antes de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Em favor da Senadora, eu gostaria de falar depois. Declino minha fala agora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabéns pela gentileza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço, também. Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Senador Valadares.

Primeiro, queria, aqui, cumprimentar o Senador José Serra por apresentar esse projeto, e também o Senador Eunício, por estarem preocupados com o prazo. Eu, também, de fato, acho que nós não podemos mais

ir para uma eleição, que é a de 2016, com as mesmas regras em tudo no sistema eleitoral, principalmente em relação ao sistema de eleição. Principalmente em relação ao sistema de eleição.

Então, há um mérito muito grande por tentarmos, para 2016, ter uma mudança, e responder ao eleitorado que quer essa mudança.

Agora, tenho a preocupação com dois pontos: acho que o que o Senador Humberto Costa levantou é importante para que a gente tenha segurança de nós não sofrermos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a um projeto que nós possamos aprovar aqui.

Se nós tivermos certeza disso, tudo bem. Se a CCJ tem certeza, se os argumentos que V. Exª expôs, Senador Eunício, são suficientes, eu acho que a gente pode passar sobre essas preocupações. Agora, é importante o Senador Humberto colocar, porque, de fato, acho que a gente não pode correr esse risco.

E, em segundo momento, eu acho que o que o Senador Roberto Rocha falou, e eu conversei um pouquinho, também, com o Senador José Serra, nós poderíamos fazer dessa eleição de 2016 uma experiência do voto distrital misto, uma experiência nova. Para nós é muito difícil, Senador Eunício, aprovar o voto distrital puro. Aliás, a posição do nosso Partido, do PT, é o voto em lista, e eu sei que também é uma posição difícil.

Eu acho que nós temos que caminhar para uma harmonização disso. Se não dá para ser só o voto em lista, em lista fechada, não dá para ser, também, só o voto distrital, por que que a gente não pode propor um voto distrital misto? E não precisa nem ser a lista fechada. Podemos discutir isso na sequência.

Eu sei que tem a questão do prazo. Eu queria consultar o Senador Eunício e o Senador José Serra sobre se nós não poderíamos ter um acordo, aqui, de abrir essa discussão na Câmara dos Deputados. Mas não é um acordo para se dizer: "Lá, discute-se de qualquer forma", porque senão seria uma coisa muito fácil para nós: "Deixa lá, que a Câmara discute". Eu quero saber se os Líderes, se V. Exª é Presidente de um Partido, nós poderíamos, por exemplo, ter, dentro dessa proposta que o Senador Roberto Rocha fez, um acordo entre nós de abrir a discussão na Câmara, dizendo que a gente concordaria em fazer uma alteração para o distrital misto, e ter uma experiência, em 2016, diferente da que nós temos na legislação.

Eu acho que se nós tirarmos isso, a gente poderia, até, aprovar, hoje, com esse acordo entre nós, e eu não tenho dúvidas de que demonstraríamos um avanço grande em relação a essa matéria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Presidente, permite-me?Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eunício, como Relator, para esclarecimentos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu concordo com a preocupação do Senador Roberto Rocha e também com a preocupação da Senadora Gleisi.

Eu acho que se todos estiverem de acordo, inclusive o autor do projeto, eu não tenho nenhuma objeção à discussão do voto distrital misto.

Em relação à preocupação do Senador Roberto, eu acho que é válido, mas concluo dizendo que nisso pode haver um aperfeiçoamento, porque nós não vamos ter aqui um consenso daquilo que todos nós diferentemente pensamos e temos experiências vividas no processo eleitoral.

Eu concordo com a Senadora Gleisi e não tenho nenhuma objeção de fazer gestões na Câmara dos Deputados para que esse projeto, depois de debatido, possa ser aperfeiçoado. E eu acho até que o Senador José Serra traz à discussão essa matéria, que é extremamente importante para que nós, até em forma de laboratório, façamos as eleições já de 2016, já que... Coincidência de mandatos; extinção da reeleição, de que por convicção sou contra. Mas não é o caso aqui.

O caso aqui é – eu me comprometo com V. Exª – andarmos com este projeto, fazermos uma discussão até mais ampla – pois vai direto para a Câmara dos Deputados já que é terminativo nesta Comissão –, para que não atrasemos matérias que possam ser incluídas, inclusive, nessa semana em que a Câmara dos Deputados está prometendo fazer um mutirão e aprovar todas as discussões em relação à reforma política, que nós tanto desejamos fazer no Congresso, e a sociedade espera que façamos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – V. Exª não teria problema nenhum em comprometer-se nessa discussão do voto distrital misto?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Nenhum problema.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não tem posição fechada do PMDB sobre isso?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não tem posição fechada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu acho que seria importante e nós poderíamos realmente ter...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Pelo contrário. Eu sou até a favor...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Do distrital misto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – ...da proposta de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ah, que bom.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, eu acho que toda discussão gera a luz; dela, nasce a luz. Então, o debate em torno de uma questão como esta, quando estamos falando em reforma política no Congresso Nacional, é importante. Por isso, o Senador José Serra, em boa hora, trouxe esta matéria à discussão.

Na verdade, nos Municípios, uma grande parte dos vereadores já é eleita por esse sistema, uma vez que, em povoados, em determinados bairros, as lideranças que mais prestam atenção aos interesses dessas comunidades é que se elegem vereador.

Eu posso citar, por exemplo, Aracaju, onde já temos, na prática, alguns distritos excluídos pela própria população, a qual elege vereadores que estão mais harmonizados com os anseios de cada comunidade representada por diversos bairros.

De fato, como disse o Senador Humberto Costa, a nossa Constituição é totalmente ausente com respeito ao modo como devem ser eleitos os vereadores, qual o modelo a ser aplicado. No entanto, para Deputado Estadual, o art. 27 diz que: "§ 1º – Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral (...)"

Com relação a Deputado Federal, o que diz a nossa Constituição? No art. 34, inciso VII:

> Art. 34. (...)
> VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
> a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; (...)
> Mais à frente, no art. 45, sobre a eleição dos Deputados Federais:
> Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
> Já com relação aos Municípios, no art. 29 há regra para tudo. Há regra, por exemplo, sobre a composição de cada Câmara, de acordo com o número de habitantes. O menor número é de nove vereadores para até quinze mil habitantes. E assim por diante.
> Ele fala sobre subsídio de prefeito, de vereador; estabelece as despesas do Poder Legislativo Municipal. Enfim, entra em regras minuciosas sobre os Municípios, mas não fala da eleição dos vereadores. Apenas diz :
> I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País; (...)

Portanto, cabe razão ao Senador Humberto quando diz que não há nenhuma referência sobre o sistema ser aplicado nos Municípios. E cabe razão ao Senador José Serra quando estabelece um modelo, já que há uma omissão na nossa Constituição Federal.

Eu sou favorável, por exemplo... Votei, na Comissão Especial que foi constituída, como vota também a Senadora Gleisi Hoffmann, e também como votaram o Senador Humberto Costa e o Senador Pimentel naquela Comissão Especial. Isto é, eu sou favorável ao voto em lista fechada para fortalecimento dos partidos políticos, mas não vejo mal nenhum em a gente aprovar esta matéria aqui na Comissão de Justiça.

Como disse o Senador Eunício Oliveira, ela vai percorrer um longo caminho, vai para a Câmara dos Deputados e, quem sabe, lá poderá ser aperfeiçoada, melhorada. Até o voto em lista fechada deverá também ser apreciado. Lógico que eu acho muito difícil de ser aprovado o voto em lista fechada. Diz-se que seria o melhor para o nosso País. Entretanto, acho que essa é uma saída lógica para um debate que vai se estabelecer, ainda, muito longo no Senado.

Voto favorável, portanto, ao relatório do Senador Eunício Oliveira e à proposta do Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como tive uma pergunta direta do nosso Senador Roberto Rocha e, na maior brevidade possível, porque eu estou preocupado com o quórum, já invadimos a hora do almoço.

Eu queria dizer o seguinte, ele aponta uma questão interessante das regiões urbanas, da conurbação urbana. Mas aí, Senador, o projeto ajuda a combater o mal para que V. Exª aponta. Por exemplo, Carapicuíba é uma cidade-dormitório de Osasco. O distrital em Carapicuíba, para vereadores, vai reforçar a consciência de pertencer a outro Município, a um Município diferente, que tem os seus problemas, as suas questões na área da educação, da saúde e tudo o mais. Então, na verdade, fortalece a comunidade local ao invés do efeito oposto.

Mais ainda, é meio indefinido o que é e o que não é São Paulo. Por exemplo, Barueri é um Município sede de outros dormitórios e é um Município também da Grande São Paulo. Entende? É muito difícil de saber, *a priori*, por onde vai a movimentação de força de trabalho no cotidiano. Mas, em qualquer hipótese, o projeto reforça a cidadania local, que é a grande preocupação de V. Exª, a meu ver bastante pertinente.

Queria... Permita-me, Sr. Presidente, apenas fazer essa intervenção breve, justamente pela preocupação quanto ao nosso quórum aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu vou resumir o debate, já que nós estamos no avançar da hora. Qualquer projeto que seja colocado aqui, nós teremos uma lista de críticas: seja lista, seja proporcional, seja puro, seja misto. Enfim, da matéria que não tem consenso nós entendemos que pelo menos precisamos de ter a coragem de alterar alguma coisa. Não é possível mais ficar com esse sistema atual, porque todos nós já diagnosticamos a sua total incapacidade de atender à demanda da população.

Sr. Presidente, ninguém aqui é dono da verdade, nós vamos experimentar um novo sistema, isso é o que nós precisamos fazer. E é uma iniciativa que nós temos que aplaudir, do Senador Serra, e iniciarmos, sim, com a aprovação desse projeto aqui na Comissão de Constituição e Justiça, esperando que na Câmara dos Deputados tenha continuidade. E que possamos, em um curto espaço de tempo, já fazer com que as eleições de 2016 sejam realizadas por um outro sistema eleitoral que sirva até como referência para um comparativo daquilo que nós temos hoje, que tanto tem causado críticas e desânimo da população brasileira.

Meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, de maneira muito rápida, tão somente acrescer, sob o ponto de vista formal, e tendo ouvido com atenção o voto em separado do Senador Humberto Costa, a quem também igualmente respeito muito, mas que o princípio da cláusula pétrea constitucional é a forma federativa e não a simetria. Ou seja, nós do Brasil adotamos, na Constituição, a autonomia de Estados e Municípios. Aquilo que não está expressamente consagrado na Constituição, poderá ser feito de modo distinto pelos Estados e Municípios.

Portanto, essa autonomia, em razão da omissão do texto com relação à questão das câmaras municipais, não nos leva a uma simetria do processo eleitoral. Ao contrário, nós temos que prestigiar a Federação, o que significa circunstâncias locais e regionais com as autonomias devidas.

Não me parece que haja qualquer mácula de inconstitucionalidade no projeto; aliás, como muito bem colocou o nosso Relator. Portanto, é tão somente mais um argumento sob o ponto de vista formal, já que com referência ao conteúdo do projeto em si nos manifestamos favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma palavrinha muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Desde quando se começou a discutir essa matéria que eu disse que essa proposta do Senador Serra na verdade é o embrião da eleição majoritária de voto proporcional, de quem hoje é eleito pelo voto proporcional. Isso porque na verdade, na verdade você vai iniciar uma discussão ou uma postura nova de eleger vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais pelo voto majoritário.

Nós já aprovamos no Senado e vai para a Câmara o fim das coligações proporcionais. Para nós, para o Senado, isso é tranquilo, porque todos nós somos eleitos pelo voto majoritário. Na Câmara, vai-se estabelecer um longo e sedimentado debate. Lá é onde está posta a Comissão da Reforma Política. Essa matéria precisa ser aprovada para provocar o debate, para mudar, porque como está, não dá; como está, não dá. Há muito mais erros do que acertos; muito mais erros do que acertos!

Essa contribuição do Senador Serra, que pode vingar e pode não vingar, vai significar o elemento que vai despertar, junto com o fim das coligações proporcionais, uma postura nova no plano eleitoral, que vai se processar – não há nenhuma dúvida – no âmbito da Câmara dos Deputados, que está debruçada na Comissão de Reforma Política sobre a abordagem dos temas mais importantes.

Por essa razão é que eu acho que nós temos a obrigação de aprovar essa matéria como elemento de provocação de mudança, elemento de provocação de mudança de um sistema que já deu o que tinha que dar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com todas as honras e as homenagens do coração que eu faço ao Senador Serra, tenho dúvidas. Eu não posso votar favoravelmente, porque há os fundamentos da República. E os fundamentos da República falam de soberania, de cidadania, de dignidade da pessoa humana, de valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, mas falam também de pluralismo politico. E eu tenho, Sr. Presidente, dúvida se nós não vamos iniciar aqui um processo que vai mexer com o pluralismo político e nós vamos para o bipartidarismo.

Mas quero deixar consignadas as minhas homenagens ao Senador Serra, que traz a esta Comissão um assunto importante e com um projeto muito bem elaborado.

Obrigado, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ...apenas para divergir do meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... se bem que já tinha sido encerrada a votação. Mas a gente reabre.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – ... e dizer que o pluralismo a que o Senador por Minas Gerais se referiu... V. Exª disse que ele era do Ceará e reconheceu que é um grande Parlamentar estava me dizendo que na Inglaterra, em Portugal, na Espanha, na Alemanha existe o voto distrital, e nem por isso nesses países deixa de existir o pluralismo partidário político.

Por isso, eu acho que essa argumentação em relação ao Brasil não tem sentido, porque todos os partidos poderão apresentar candidatos nos diversos distritos que forem instituídos pela Justiça eleitoral.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Não vou pedir a tréplica, senão nós vamos morrer de fome aqui, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Vamos votar, Presidente. A tréplica fica para depois do almoço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu acho que a Mesa já foi tolerante demais.

Vamos agora iniciar a votação do projeto, ressalvada a emenda.

Trata-se de matéria terminativa, votação nominal. Quem vota com o Relator, vota "sim".

Vamos à chamada.

Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para esclarecimento. Nós vamos votar, primeiramente, o projeto original do Senador Serra, é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ressalvada a emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ressalvada a emenda. Tudo bem. Então, quem vota favorável... Então, nós votamos "sim" ao projeto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Espera. A emenda de Relator. Não. Ressalvada a emenda de Relator.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não. A emenda é segunda votação. A de V. Exª prevê o programa de rádio e televisão em todos os distritos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Isso. Só para incorporar isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Caiado, nós vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas. Quer dizer, a votação não mata a emenda. A emenda será posteriormente votada também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeito. O original.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria votar aqui o distrital misto, como disse anteriormente. E também espero que esta discussão se faça na Câmara. Sei da importância desta matéria para encaminharmos e termos tempo de discussão para as eleições em 2016.

Então, mesmo votando de forma diferente do Líder e coordenador da minha Bancada, a quem peço desculpas, eu queria votar "sim", demonstrando a boa vontade desta Casa em fazer as mudanças. Mas queria contar muito com o apoio do Senador Eunício Oliveira, na Câmara, para que façamos a discussão e não seja o distrital puro; assim como gostaria também de contar com o Senador José Serra, como já conversamos sobre isso, para que não tenha uma posição fechada do PSDB em relação a esse processo.

Portanto, sob essas condições, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registrado o voto "sim" da Senadora Gleisi Hoffmann, com as devidas explicações que também serão anotadas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Só ter o apoio da Senadora Gleisi Hoffmann e, outro dia, da Senadora Simone Tebet, para mim já preencheu esta batalha. É um prêmio extra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar o nosso Líder Humberto Costa. Portanto, voto "não", acompanhando o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Relator, Eunício Oliveira?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Voto "sim", Sr. Presidente, louvando o projeto para que possa ser ampliada a discussão de um novo modelo político-partidário para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Simone Tebet?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu já havia me manifestado a respeito, inclusive em relação à constitucionalidade deste projeto, uma vez que a Constituição Federal é omissa em relação à eleição municipal, mas, já que o projeto é em caráter terminativo, quero também deixar aqui minha posição em relação ao mérito.

Voto "sim", porque acho que este projeto vai ao encontro do anseio das ruas. Ele diminui gastos, consequentemente ajuda a diminuir a corrupção e aproxima o eleitor do cidadão votado, do eleito.

Portanto, o nosso voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN. Fora do microfone.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Serra?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Fora do microfone.) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Antonio Anastasia?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Roberto Rocha?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, meu voto é "sim", mas quero registrar aqui que este projeto do Senador José Serra, nos mais de 5.500 Municípios brasileiros, vai alcançar apenas 92 Municípios. Portanto, o impacto é positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Todos os presentes votaram. Não houve voto de abstenção.

Aprovado o projeto.

Vamos à emenda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente... Só para esclarecer aos membros da Comissão que essa emenda que fiz é apenas para garantir a publicidade nas eleições dos vereadores, que o projeto não contemplava. Então, eu fiz a emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para esclarecer...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Podia esclarecer, Senador Eunício?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente... Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação a emenda.

V. Exª está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente,o esclarecimento que eu peço ao nobre relator é como vamos fazer com que rádio e televisão tenham um horário de televisão específico para cada distrito em cada capital? Quer dizer, uma cidade como São Paulo – não sei quantos, deve ter uns 60 vereadores, 70 vereadores...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Cinquenta e cinco.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Quanto? 55 regiões, distritos. Como a televisão vai fazer uma grade para atender a 55 regiões?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Pelo partido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não vejo... Sinceramente, não vejo como isso será viável, porque o partido vai priorizar um ou dois e, com isso, vai criar uma situação de priorização de alguns candidatos diante do partido, gerando uma verdadeira ruptura. Nem todos vão se sentir atendidos.

Você tem 55 distritos, você tem 55 candidatos a titular, 55 candidatos a suplente, em cada partido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não, Senador. O partido vai definir que cada distrito vai ter o mesmo tempo igual. O tempo do partido vai para o distrito. O tempo é igual.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas não tem como a televisão ser segmentada em distritos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não é em distrito. São os candidatos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, mas o candidato não é em toda a sua inteireza.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não existe televisão de distrito; a televisão é estadual, nacional, inclusive.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exato. Então, quer dizer, você vai priorizar A em detrimento de B.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não. Dividido proporcionalmente até o número de distrito. Não está determinado? Porque você não sabe quantos distritos vai ter em cada Município.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse é um assunto para ver depois.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, sinceramente, pensando na vida partidária, esse ponto eu ficaria com o projeto original, porque eu não vejo como os partidos poderem responder...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Vai excluir os vereadores de publicidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como os presidentes de partido, sejam eles de Municípios e de Estado, vão responder a essa demanda? Eles terão de priorizar algumas candidaturas e não poderão atender a todos os 55 como é feito hoje. Existiu uma paridade quando nós disputamos as eleições de Deputado Federal de Deputado Estadual.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, tendo em vista o meu compromisso agora, às 14 horas, fora da Casa, eu queria declarar meu voto favorável à emenda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr.Presidente, só um minuto. Se a gente retirar o direito do vereador de ter publicidade, aí, sim, essa matéria pode ser inconstitucional, porque é garantido a eles, hoje, o direito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O tempo de rádio e de televisão não é norma constitucional, é lei ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos uma matéria em votação.

Vamos cumprir o Regimento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Vamos votar a emenda, então, Presidente. É nominal. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação a emenda.

Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O voto de V. Exª é "sim" ou "não"?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – "Sim". É com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – José Pimentel, como vota? (Pausa.)

Humberto Costa, como vota?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Fora do microfone.) – Voto com a emenda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Vota "sim", então. Obrigado, Humberto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL. Fora do microfone.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ciro Nogueira, por que está aqui? Ele não está presente.

Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – "Sim", Sr. Presidente. Sou o autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG. Fora do microfone.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria foi aprovada.

Proclamação do resultado: aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente, o item 7, terminativo, peço a V. Exª que tire de pauta, uma vez que esse projeto, de autoria do nobre Senador Rodrigo Rollemberg, está defasado em relação ao Código de Processo Civil.

Na época em que esse projeto foi apresentado, existia o Código de Processo Civil anterior. Já que o novo foi sancionado, esse projeto perdeu a finalidade. Se for possível, peço que o retire de pauta, até para reestudá-lo.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer reexaminar o projeto?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Reexaminar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E V. Exª é o Relator.

Está deferido o pedido de V. Exª .

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, é visível o esvaziamento do quórum. A Senadora Ana Amélia, inclusive, que é a autora do projeto, já não se encontra mais. Então, eu queria colocar à apreciação de V. Exª e do Plenário retirarmos a inversão de pauta e a matéria passar a figurar como item 1 da próxima reunião da CCJ, com a aquiescência do Plenário, tendo em vista que a matéria é terminativa na CCJ e o quórum está visivelmente esvaziado.

Quero submeter a V. Exª retirar de pauta a antecipação e considerar o item 8 como item 1 da pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

Deferido o pedido de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Aproveitando a colocação do Senador Agripino, eu gostaria, Sr. Presidente, tendo em vista também o adiantado da hora e o esvaziamento da reunião, que a gente pudesse encerrar essa reunião da CCJ e retomar os trabalhos na próxima.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inclusive, porque é evidente a falta de quórum para deliberação.

Eu atendo, portanto, o pedido de V. Exª.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e dezessete minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Jorge Viana, Paulo Paim, Ivo Cassol, Omar Aziz, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Douglas Cintra, Blairo Maggi e das Senadoras Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Rose de Freitas e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 13) ECD N° 1, DE 2015 – EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável à Emenda n° 1 e contrário à Emenda n° 2. Resultado: Retirado de Pauta e encaminhado ao Plenário. ITEM 14) **MENSAGEM (SF) Nº** 13, de 2015 – Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FACHIN para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, b do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 1, de 2015. Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os Srs. Ubirajara Ayres Gasparin, Procurador-Geral do Estado do Paraná, e Juliano José Breda, Presidente da OAB Paraná, para auxiliar o processo de sabatina do candidato à vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Luiz Edson Fachin, por indicação da Presidente Dilma Vana Rousseff. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Rejei-

tado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2012; ITEM 2) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 5) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009; ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, de 2011; ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, de 2012; ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2012; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Maranhão) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Requeiro a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu solicito a V. Exª que priorizemos a votação dos não terminativos e, entre esses, solicito a inversão de ordem para o item 14, para que seja o primeiro item da pauta de hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na linha do que está também solicitando – se V. Exª me permitir e me autorizar a fazer uso da palavra...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª pode pedir a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

Primeiro, a alegria e a satisfação de reencontrá-lo aqui nos conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A alegria é recíproca.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... pleno de saúde, presidindo aqui os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

Apelo a V. Exª que coloque em pauta projeto de decreto legislativo de minha autoria, em que V. Exª, tão acertadamente, designou o Senador Alvaro Dias, para que ele pudesse relatar. Esse relatório, salvo melhor juízo, *data venia*, já está entregue.

Trata-se de um decreto legislativo absolutamente imprescindível, fundamental. Está em linha, inclusive, com diversos acórdãos do Tribunal de Constas da União. Diz respeito à sustação dos efeitos do Decreto nº 2.745, de 1998, que flexibilizou exclusivamente a única estatal e mais importante empresa brasileira, a Petrobras, para que ela não se valesse da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, para aquisição de produtos, serviços e assim por diante.

No decorrer dos últimos anos, Sr. Presidente, a Petrobras se valeu desse mecanismo e mais de 90% de tudo aquilo que a Petrobras adquire, ou é por inelegibilidade ou é por convite. Nos últimos dez anos, pelo menos R$220 bilhões foram adquiridos sem concorrência pública, sem estabelecer uma competição entre o mercado. Isso está no núcleo da formação do clube das empreiteiras, que tanta delinquência e tantos desvios causou a nossa Petrobras.

Nós fizemos um decreto legislativo sustando os efeitos desse decreto, e o Senador Alvaro Dias já apresentou o seu relatório. Eu sou o autor e o Senador Alvaro Dias é o Relator. Então, nós estamos solicitando a V. Exª que paute essa matéria, para que nós possamos deliberar sobre esse tema.

Esse é o apelo que faço a V. Exª, reiterando os meus cumprimentos pelo retorno saudável e firme aqui, na condução da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Só retificando, foi o Senador Ronaldo Caiado designado como Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência defere o requerimento de V. Exª e incluirá na pauta da próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª o deferimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Solicito inversão do item 14, para ser o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em seguida, nós vamos apreciar a inversão da pauta – aliás, parece que é decisão monocrática da Presidência...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, mas a inversão da pauta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... a inversão da pauta, para incluir o item 14 como item 1 da referida pauta.

Está aprovado.

Senador Ronaldo Caiado, por favor, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, solicito também que V. Exª despache o ofício encaminhado a esta Comissão desde a data de 15 de abril, onde solicito a designação como Relator do Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2013, que altera o Regimento Interno para estabelecer novo procedimento à arguição de indicados a integrar o Supremo Tribunal Federal.

Solicito isso a V. Exª para que eu possa já começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acredito que V. Exª talvez não tenha passado hoje em seu gabinete, porque desde ontem eu despachei esse seu requerimento, por sinal atendendo a sua solicitação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Antecipadamente, então, agradeço a eficiência e a rapidez de V. Exª, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ao item 1: Mensagem nº 13, de 2015.

ITEM 14

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2015

– Não terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Senhor LUIZ EDSON FACHIN para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, e ao art. 1º do Ato nº 1, o Sr. Luiz Edson Fachin encaminhou o seu curriculum vitae, que será brevemente exposto.

Luiz Edson Fachin nasceu em 08 de fevereiro de 1958 na cidade de Rondinha, Estado do Rio Grande do Sul. Sua mãe, Otília Fachin, era professora primária e o pai, Dionísio Fachin, produtor rural e pecuarista. Seu genitor faleceu quanto ele estava com 16 anos de idade, e a mãe no ano de 2006. Casou-se aos 19 anos de idade com Rosana Girardi Fachin, sua colega desde a cidade de Toledo e também na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, e com ela convive há 37 anos. É pai de Camila, médica, e de Melina, advogada e professora de Direito Constitucional. E é avô de dois netos, Bernardo e Flor.

Nascido no Rio Grande do Sul, ainda criança mudou-se para a cidade de Toledo, no oeste do Paraná, onde fixou raízes, realizou seus estudos iniciais e participou ativamente da vida comunitária. Adiante, passou a residir em Curitiba, após aprovação no vestibular para o curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde se graduou bacharel em Direito no ano de 1980.

Luiz Fachin concluiu o Curso de Mestrado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com a dissertação "Negócio Jurídico e Ato Jurídico em sentido estrito: diferenças e semelhan-

ças sob uma tipificação exemplificativa no direito civil brasileiro", sob a orientação do Professor Doutor José Manuel de Arruda Alvim Neto.

No ano de 1991 doutorou-se pela mesma Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a defesa da tese "Paternidade Presumida: do Código Civil brasileiro à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", também sob a orientação do professor José Manuel de Arruda Alvim Neto.

Em 1994 desenvolveu pesquisas de pós-doutorado no Canadá, a convite de instituto vinculado ao Ministério das Relações Exteriores daquele país.

O indicado integra o corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná desde o ano de 1991. Tornou-se professor titular de Direito Civil no ano de 1999. Entre os anos de 1999 e 2003 foi diretor do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

Luiz Fachin exerceu também o magistério na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), onde lecionou a disciplina Direito Civil entre os anos de 1982 e 2010 e da qual se tornou professor titular no ano de 1995. Lecionou, ainda, na então Faculdade de Direito de Curitiba, hoje Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), entre os anos de 1987 e 1990.

Desde então, tem lecionado em diversos programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, como na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha, Espanha. Foi pesquisador convidado do Instituto Max Planck, em Hamburgo, Alemanha, e atuou, no segundo semestre de 2012, como professor convidado na Dickson Poon Law School, do King's College, em Londres, Inglaterra.

Luiz Fachin exerceu a função de coordenador da área de Pós-Graduação em Direito junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação. Integra a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, a Academia Brasileira de Direito Constitucional, a Academia Brasileira de Direito Civil, além do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). E faz parte de associações internacionais tais como a Associação Andrés Bello de juristas franco-latinoamericanos.

Integrou a Comissão do Ministério da Justiça que discutiu a reforma do Poder Judiciário e atuou como colaborador, no Senado Federal, quando da elaboração do projeto do novo Código Civil Brasileiro.

O indicado publicou inúmeras obras jurídicas, entre livros e artigos científicos, dentre os quais destacamos: a) *Direito Civil: sentidos, transformações e fim*, pela Editora Renovar, no ano de 2014; b) *Teoria Crítica do Direito Civil*, também pela Editora Renovar, em 2012; c) *Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo*, pela mesma editora, em 2006. É também autor de "Reformas de que o Brasil precisa: as três fronteiras da democracia", publicado pela *Revista Bonijuris*, em 2014. Em síntese, S. Sª publicou, em revistas especializadas, mais de duzentos artigos jurídicos.

Ante a falta de espaço, nos estreitos limites deste relatório, para a enumeração da valiosa contribuição acadêmica de Luiz Edson Fachin, destaco algumas de suas publicações:

1. Apartidarismo (Anais da V Conferência Estadual dos Advogados. "As reformas que o Brasil precisa", 2014.)

2. Extinção de Associações Civis que incitem a violência (Prefácio ao *Manual das Associações Civis*, de autoria de Wendel de Brito Lemes Teixeira, 2014.)

3. Garantia da propriedade, da atividade empresarial e livre iniciativa (*Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo,* 2006.)

4. Contrariedade à Judicialização da Política ("Preceitos fundamentais e prestação jurisdicional". *Carta Forense*, 2015.)

5. Defesa da Legalidade e da Segurança Jurídica ("Segurança jurídica entre ouriços e raposas". *Carta Forense*, 2013.)

6. Proteção da Família e do Casamento (*Código Civil Comentado*. Artigos 1.511 a 1.590, 2013.)

7. Contenção do Judiciário e Separação dos Poderes (Atribuições do STF. Blog do Professor Flavio Tartuce, 2010.)

A indicação do nome de Luiz Edson Fachin para o cargo de Ministro do STF recebeu amplo respaldo das comunidades jurídicas do Paraná e do Brasil. Não cabem, nos estreitos limites deste relatório, as transcrições de todas elas. Escolhemos pecar por omissão, para não deixar de transcrever algumas das que entendemos relevantes.

Menciono e destaco, entre os apoios recebidos, aqueles provenientes de juristas, advogados, magistrados, procuradores e outros que laboram no mundo jurídico no Estado do Paraná, é claro e especialmente pelo simples fato de que estes o conhecem bem e, por isso, podem recomendá-lo. Mas apresentamos também o apoiamento no cenário nacional.

A Associação dos Juízes Federais do Brasil, mediante manifestação subscrita por seu Presidente, Antônio César Bochenek, manifesta apoio e confiança à indicação de Luiz Fachin para o STF e assinala que S. Sª irá con-

tribuir para o aperfeiçoamento e a renovação da jurisprudência da Suprema Corte brasileira, principalmente na seara do direito civil constitucional.

Os advogados do Paraná igualmente se expressaram, como o presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, Juliano Breda, para quem é uma grande honra, para a advocacia paranaense, ter um de seus mais notórios inscritos indicado ao Supremo Tribunal Federal. No mesmo sentido se expressou o Instituto dos Advogados do Paraná, pela voz de seu presidente, José Lúcio Glomb. Não só a comunidade jurídica do Paraná demonstra apoio à indicação do Prof. Fachin; a Sociedade Rural de Maringá, por intermédio de seu presidente, Wilson de Matos Silva Filho, acredita que Luiz Edson Fachin é a pessoa mais indicada, no presente momento, para ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal aberta com a aposentadoria do Ministro Joaquim Barbosa.

Abro parêntese para destacar que o mundo político do Paraná apresenta apoio unânime. Os 50 deputados estaduais de todos os partidos subscreveram manifesto de apoio. Os 30 deputados federais de todos os Partidos, a Câmara de Vereadores de Curitiba, com seus 38 integrantes – está aqui presente o vereador de Curitiba que foi presidente da Casa, Paulo Salamuni, a quem agradecemos. Os três Senadores, adversários na política, uniram-se para o apoio unânime a Luiz Edson Fachin, indicado para a vaga no Supremo Tribunal Federal.

Não é distinta a opinião dos defensores públicos do Paraná. Josiane Fruet Bettini Lupion, Defensora-Geral do Estado do Paraná, também revela sentir-se à vontade para indicá-lo e referendá-lo, pois o Prof. Dr. Luiz Edson Fachin sempre atuou com dignidade, competência ímpar e conhecimento jurídico que transcende as fronteiras nacionais, sem deixar, em nenhum momento, que todas as láureas e méritos que sobre ele recaem alterassem sua humildade, espírito público, dedicação e sensibilidade social, o que o credencia para a nomeação para a função judicante no Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campainha.)

Ministros do Supremo Tribunal Federal revelaram em público sua satisfação com a escolha do indicado cujo nome esta Comissão hoje aprecia, e mesmo ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, como Francisco Rezek, para quem o Senado Federal, conhecedor de nossa história...

Eu chamo a atenção para este depoimento do ex-Ministro Francisco Rezek, em razão do que se propala no que diz respeito à eventual vinculação partidária de Luiz Edson Fachin. O ex-Ministro Francisco Rezek pronuncia-se da seguinte forma:

O Senado Federal, conhecedor de nossa história, há de avaliar quão discreta foi sua presença na arena eleitoral se comparada à de outros juristas brasileiros que, no passado, transitaram diretamente do cenário político para o Supremo, e ali pontificaram pela isenção e pelo discernimento, de Epitácio a Victor Nunes, de Baleeiro a Paulo Brossard, para só citar dentre aqueles que já não estão conosco.

Nesse mesmo diapasão se expressou o Ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça, também oriundo do Paraná.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Desembargador Altino Pedrozo dos Santos, entende que sua conduta, de histórico inatacável na vida pessoal e profissional, como professor, advogado e jurista há de abrilhantar a Excelsa Corte. Tem notável e inata vocação para inspirar o semelhante por seus exemplos – marca que identifica não apenas o detentor da autoridade legal, mas o líder.

O Ministro João Oreste Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho, propôs – e foi aprovada pela egrégia Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho – moção de apoio e regozijo pela indicação do eminente Prof. Luiz Edson Fachin para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ressalto o apoio da Desembargadora Joeci Machado Camargo, coordenadora do projeto Justiça no Bairro, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para quem o profissional indicado é dos mais qualificados, tendo demonstrado sempre destacadíssima sobriedade, seriedade e excelência no exercício de seus misteres como Procurador do Estado do Paraná e como advogado, pelo que galgou a confiança e a admiração de seus pares e da população paranaense, e, ainda mais, destacada atuação, nacional e internacional, no desempenho da docência.

O ex-Senador Leite Chaves, advogado e ex-Procurador-Geral da Justiça Militar, vocalizou seu apoio afirmando que, aprovado, o Prof. Fachin será um instante alto na composição do Supremo. Como civilista, será sucessor de Moreira Alves, podendo ser até um paradigma nas futuras escolhas para a Corte.

A Desembargadora do Trabalho e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Drª Ana Carolina, destaca que o Professor Fachin nunca se encerrou numa torre de marfim; ao contrário, seu altruísmo permite que mantenha transparente e profícuo diálogo com o cidadão comum da pólis e com o cidadão da academia.

Não poderia deixar de destacar o testemunho do laureado professor René Dotti, que textualmente disse:

Como Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, desde 1962 até o ano de 2004, tive no colega Luiz Edson Fachin, durante o período em que exerceu a direção do estabelecimento de ensino, 1999 a 2003, um exemplo de ética, dignidade humana, prestígio intelectual e admiração dos corpos discente, docente e dos servidores.

Jamais – e este vocábulo deve ser lido e ouvido em sua expressão genuína – jamais eu tive conhecimento, direto ou por terceiros, de que o Professor Fachin exercesse qualquer atividade político-partidária, ou disseminasse ideias perante a comunidade universitária que não fossem as ideias próprias de um Estado democrático de direito, além dos sentimentos do Direito e da Justiça para os jovens estudantes.

Nas palavras basilares do Professor René Dotti, as atividades forenses do advogado Luiz Edson Fachin honram o célebre decálogo do famoso mestre uruguaio Eduardo Couture: estudar, pensar, trabalhar, lutar, tolerar, ser leal, ser paciente, ter fé, esquecer e amar a sua profissão.

Menciono, ainda, a solidariedade revelada por juristas de expressão tais como Arnoldo Wald, o advogado Sérgio Bermudes, o jurista Alexandre Coutinho Pagliarini, o Professor Fabio Malina Losso, da Universidade de Chicago, o Professor José Manoel de Arruda Alvim, a Drª Thereza de Arruda Alvim, Sylvio Capanema de Souza, Flávio Tartuce, Ana Alice de Carli, Alberto Zacharias e tantos outros nomes de relevo do nosso Direito que neste relatório não cabem.

Entendo reveladora a manifestação de seus colegas de turma da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, tais como Clèmerson Clève, muitas vezes citado, merecidamente, como um nome a ser indicado para o Supremo Tribunal Federal, além dos atuais diretores da mesma Faculdade, os professores Vera Karam de Chueiri e Ricardo Marcelo Fonseca.

Os manifestos não partem apenas da comunidade docente: o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, expressou o apoio discente destacando as brilhantes obras e o protagonismo das teorias do Professor Fachin nos âmbitos do Direito Civil e do Direito Constitucional, demonstrando com clareza seu notabilíssimo poder jurídico.

O Professor Fachin é um jurista de vanguarda, intelectual do Direito com olhares voltados para o século XXI, sempre respeitando a ordem constitucional brasileira e nossas instituições.

Em suma, Luiz Edson Fachin tem atuação reconhecida e respeitada tanto na advocacia quanto na seara das produções científicas ou na atividade docente. Trata-se de um cidadão de sólidas convicções democráticas e humanistas, e sua biografia revela uma vida associada aos sonhos de sua geração, que lutou por um Brasil democrático e justo.

Não está inserido no relatório, mas chegaram algumas manifestações, nos últimos dias, que destaco, aqui, aos Srs. e Srªs Senadores e Senadoras.

Diz Miguel Reale Júnior: "Prof. Luiz Edson Fachin, conte com meu apoio à sua indicação ao Supremo Tribunal Federal, pois divergências no campo dogmático não impedem o devido reconhecimento de sua valiosa contribuição ao ensino e ao desenvolvimento do Direito em nosso País, sendo certo que a Suprema Corte ganhará com sua presença. Cordialmente, Miguel Reale Júnior.'

Carta de apoio da Academia Brasileira de Direito Constitucional, assinada por José Afonso da Silva, Ives Gandra da Silva Martins, Dalmo de Abreu Dallari, Sepúlveda Pertence, René Ariel Dotti, Jacinto de Miranda, Paulo Bonavides, Paulo de Barros Carvalho, Marçal Justen Filho, Luiz Alberto David Araújo, Clèmerson Merlin Clève, Aldacy Rachid Coutinho, Regina Ferrari e Carlos Mário da Silva Velloso.

O apoiamento que chega de toda parte a Luiz Edson Fachin vai da esquerda à direita.

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o diretor José Rogério Cruz.

Instituto dos Advogados Brasileiros, com a assinatura de Técio Lins e Silva: "Permita-nos, finalmente, propagar ao Brasil, por intermédio de V. Exª, que a indicação do Dr. Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal, na opinião do Instituto dos Advogados Brasileiros, reproduz o sentimento generalizado dos advogados de todo o País. Constitui a certeza de que a Suprema Corte será engrandecida e que contará com um profissional absolutamente leal às leis e, sobretudo, à justiça." Assina Técio Lins e Silva.

Instituto dos Advogados de São Paulo, na mesma direção, com a assinatura de José Horácio Rezende Ribeiro: "Apoio irrestrito à indicação do Prof. Luiz Edson Fachin, augurando que o Senado da República reconheça a existência de todos os requisitos objetivos constitucionais, além do exercício da advocacia com excelência e dignidade, para compor o Egrégio Supremo Tribunal Federal."

Do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a assinatura da Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Apoio integral, portanto, do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o País.

Nota pública em apoio, também, oriunda do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Apoio à aprovação do nome de Fachin ao Supremo Tribunal Federal, em cor-

respondência encaminhada pelo Procurador Geral de Justiça Gilberto Giacoia. Assina a manifestação, nessa nota pública, Eduardo de Lima Veiga, que é o presidente do Conselho.

Sr. Presidente, embora outras manifestações de apoio estejam conosco, vamos encerrar essa leitura, para não cansá-los, por aqui.

Quero, ao concluir o relatório, afirmar que, atendendo às determinações do art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando os nomes de seus parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas às suas atividades profissionais.

Declarou, ainda, quanto a participação como sócio-proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, as instituições das quais tomou parte. A mais recente participação foi na Banca Fachin Associados, como sócio, no período de 2006 até 2015.

Declarou ainda que se encontra em dia com as obrigações fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

O indicado também declarou que figura como autor de duas ações judiciais, ações civis que tramitam no Foro da Comarca de Curitiba. Quanto ao mais, declara que inexistem ações ou processos administrativos disciplinares em que figure como autor ou réu; e registrou que não possui atuação, nos últimos cinco anos, na qualidade de julgador em juízos ou tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Foi igualmente apresentada a argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, em observância ao art. 383, inciso I, alínea *c*, do Regimento Interno do Senado Federal.

O exame do currículo de Luiz Edson Fachin revela que S. Sª reúne plenamente os atributos constitucionais de notório saber jurídico e reputação ilibada, e se encontra apto a ocupar com dignidade e competência uma cadeira na Suprema Corte.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Dr. Luiz Edson Fachin para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Lido o relatório, coloco-o em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero crer que do relatório do Senador Alvaro Dias será concedida vista para que o debate possa se dar numa outra reunião; porém, eu tenho uma questão de ordem preliminar que eu gostaria de submeter ao Relator e julgo que esta questão me parece absolutamente necessário ser esclarecida para que esse processo possa dar continuidade de maneira cautelosa, mas destemida, considerando a complexidade disso que estamos tratando. Estamos tratando de uma indicação presidencial para a ocupação de cargo vitalício na mais alta Corte da Justiça brasileira.

Chamaram-me a atenção, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, cotejando as informações que constam da Mensagem nº 13, de 2015, que se encontram nas páginas 181 a 371 da pauta cheia da reunião, fornecida pela Secretaria da Comissão, algumas questões que estão me suscitando algumas dúvidas que eu preciso ver esclarecidas – pelo meno eu – para que eu possa dar continuidade a esse exame.

Ocorre, Sr. Presidente, que, nas quase 200 páginas da mensagem presidencial, há informações aparentemente conflitantes e até contraditórias que mais atrapalham do que ajudam na análise da atuação profissional do Dr. Fachin. A mim, pelo menos, causou desorientação e, portanto, é o esclarecimento que eu peço a S. Exª o Senador Alvaro Dias, na condição de Relator.

Digo isso porque nos foram disponibilizados dois currículos do indicado: um, resumido, que consta das páginas 184 a 263, e o Currículo Lattes, que consta das páginas 282 e 370. Também acompanham a mensagem duas declarações firmadas pelo indicado, conforme determina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, anexadas às páginas 265 a 269.

Ainda que não conste do currículo Lattes do indicado nem do relatório do Senador Alvaro Dias, o Dr. Fachin declarou ao Senado, na página 268, que exerceu, durante os anos de 1990 a 2006, o cargo de Procurador de Estado do Paraná. Eu não tenho certeza, por isso não posso chegar a conclusões precipitadas e, também por isso, faço esta questão para que o Relator possa evidentemente esclarecer.

Mas aqui há toda uma indagação de que o Dr. Fachin, durante o exercício de 1990 a 2006, exerceu o cargo de Procurador do Estado do Paraná. E há, Sr. Presidente, um conjunto de informações da Justiça de 1º Grau do Estado do Paraná, de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do Superior Tribunal de Justiça e

também do Supremo Tribunal Federal, assim como da Câmara de Comércio Internacional, que nesse período – e faço vênia, salvo melhor juízo –, o Dr. Fachin teria exercido a advocacia profissional, particular, em detrimento do art. 125 da Constituição estadual do Paraná, que proíbe o exercício da advocacia durante o mandato ou durante o período em que ele exerceu a Procuradoria do Estado.

Portanto, *maxima venia*, considerando o papel e a prerrogativa constitucional de exercermos aqui essa sabatina, nós não estamos ainda julgando as questões acadêmicas, as opções ideológicas do Professor Fachin; nós estamos colocando uma questão de ordem preliminar, que considero ser absolutamente adequada...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... e inadiável para que nós...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência lembra que há um orador na tribuna, portanto é preciso guardar o silêncio necessário para que todos tenham a oportunidade de ouvi-lo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para que nós possamos seguir nessa direção.

Sem esses esclarecimentos, o encaminhamento que faço a V. Exª e ao Relator é se não seria adequado que nós sobrestivéssemos essa matéria até que nós víssemos isso esclarecido, para que nós pudéssemos, em uma outra oportunidade, ver essa questão preliminar superada.

Eu indago a S. Exª o Senador Alvaro Dias se não seria adequado que nós pudéssemos, entregando a V. Exª essas informações e V. Exª, na condição de Relator, pudesse fazer as investigações, pudesse fazer os estudos e as pesquisas e, até, me dissesse que eu estou equivocado e que essas informações não são adequadas ou não são pertinentes.

É esse o encaminhamento que eu faço, Sr. Presidente, a S. Exª o Senador Alvaro Dias, pedindo máxima vênia, naturalmente e cumprindo aqui o meu papel, hoje, de magistrado, porque todos nós aqui, como Senadores, somos magistrados dessa questão, e essa é uma questão preliminar de forma material que eu gostaria de encaminhar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Sr. Relator para prestar os esclarecimentos que achar conveniente ante a interpelação de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a S. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, enquanto o nosso Relator inicia a sua fala, se o senhor pudesse me conceder dois minutos, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, no intervalo, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quando a Comissão de Constituição e Justiça tomou essa decisão de fazer a leitura do relatório em uma sessão, abrir vistas coletivas até a ouvida do indicado, foi exatamente para permitir que as dúvidas que, porventura, a sociedade e o Congresso tivessem sobre alguns documentos ou matéria fossem, por parte do Relator, acompanhadas e esclarecidas. E, dessa maneira, no dia da sabatina, nós teríamos esse conjunto de preocupações ordenado para que o interpelado possa responder.

Por isso, quanto ao sobrestamento, sou daqueles que entende que a resolução da Comissão de Constituição e Justiça de dar esse intervalo atende essa preliminar. E, quanto aos itens aqui levantados pelo nobre Senador Ricardo Ferraço, cabe ao nosso Relator e a todos nós ajudarmos nos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência considera pertinente a observação feita por V. Exª, mas vai devolver a palavra ao Senador Alvaro Dias, que teve um questionamento formulado pelo Senador Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu creio, Sr. Presidente, que, além de legítimo, é importante e necessário o esclarecimento que solicito o Senador Ricardo Ferraço.

Eu não tinha notícia. Essa informação, para nós, é nova, mas, ao que sei, a advocacia se exerceu de forma legal, conforme dispõe a Constituição, uma vez que se deu anteriormente à Constituição de 1988.

Posteriormente, evidentemente, esse fato não mais ocorreu. Então, essa prerrogativa existia anteriormente à 1989, antes da promulgação da Constituição de 1988.

Portanto, a atividade se deu de forma legal e constitucional, segundo as informações que a assessoria nos passa agora, porque, evidentemente, eu não teria tido tempo para consultar a documentação legal para responder V. Exª.

De qualquer forma, nós poderemos remeter por escrito a V. Exª, antes do final desta reunião, a justificativa para os procedimentos adotados pelo indicado para a vaga no Supremo Tribunal Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se V. Exª me permitir, apenas para contribuir com V. Exª na condição de Relator, essa informação não procede, porque a Constituição do Estado do Paraná foi promulgada em 1989, e nós estamos falando de atos posteriores a 1990, durante esse período.

Mas V. Exª é o Relator, é um Senador experiente, e eu estou trazendo apenas a V. Exª, na condição de Relator, essas informações para que V. Exª possa fazer, naturalmente, as análises.

Pessoalmente, considero que cauteloso seria nós sobrestarmos para que V. Exª pudesse incorporar essas preocupações.

Mas, se essa não for a decisão de V. Exª, eu desejo que V. Exª possa...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Para esclarecer V. Exª, a Constituição Estadual do Paraná, de 1989, admitia que aqueles que ingressassem anteriormente àquela data pudessem advogar. Isso é do texto da Constituição.

Mas nós poderemos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas ele entrou em 1990.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Posterior à Constituição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Mas a Constituição autorizava a ele advogar, a Constituição de 1989. Ele ingressou antes da Constituição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele ingressou depois; ingressou em 1990.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Nós vamos trazer isso, então, por escrito todos os dados, até o final, porque, evidentemente, eu não tenho como, agora, consultar os textos legais para repassar a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por isso é que eu...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Até o final desta reunião, eu transmitirei a V. Exª todas as informações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu não tenho nem os documentos a que V. Exª se refere nem os documentos a que me refiro. É evidente que, dessa forma, não há como esclarecer esse fato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por isso que nós estamos solicitando o sobrestamento, para que V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Até o final desta reunião, não há necessidade de sobrestar. Até o final desta reunião, nós traremos a V. Exª todas as informações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou disponibilizar as informações para V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu peço a V. Exª que me encaminhe os documentos a que se refere para que eu possa verificar datas e responder V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro. Até porque foi V. Exª, como ex-Governador do Paraná, que o nomeou, através de concurso público. Mas eu vou disponibilizar para V. Exª as informações todas.

Agradeço a vênia de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – O Sr. Luiz Fachin foi aprovado, em primeiro lugar, no concurso público para Procurador do Estado do Paraná. Eu não me lembrava em que ano, evidentemente. V. Exª é que está afirmando que foi no ano de 1990.

Nós vamos consultar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É ato do Diário Oficial do Estado do Paraná. Não sou eu.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Nós vamos consultar os documentos para, exatamente, responder a todas as questões suscitadas por V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a atenção de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continuando com a discussão do relatório, eu queria, mais uma vez, pedir gentilmente às pessoas presentes nesta reunião que guardassem o silêncio necessário para não perturbar, inclusive, o raciocínio daqueles que estão ocupando a tribuna para discutir matéria da maior importância para o País.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Se o Senador Caiado me permitir, eu completo essa informação. O edital do concurso a que se submeteu Fachin é anterior à Constituição, e o Conselho da OAB do Paraná definiu que a advocacia tinha somente impedimento contra o Estado e pessoas jurídicas de direito público. O impedimento se dava exatamente contra o Estado e pessoa jurídica de direito público.

Essa é a informação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe–me, Sr. Presidente; desculpe-me, Sr. Relator. O art. 125 da Constituição Estadual do Paraná consagra que o exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado é privativo de procuradores integrantes de carreira, que será organizada e regida por estatuto próprio, definido em lei, com observância dos arts. 39 e 132 da Constituição Federal.

Reza ainda o §3º: "é vedado aos procuradores do Estado exercer a advocacia fora das funções institucionais".

Este, o art. 125 da Constituição Estadual do Paraná. Mas vou submeter a V. Exª para que possa analisar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – A questão a que se refere o Senador Ferraço leva em conta a data da posse do procurador e não do concurso realizado, que é anterior à Constituição. É por isso que, embora procurador, ele tinha a prerrogativa de advogar, desde que não fosse contra o Estado e pessoa de direito público.

Contudo, nós vamos esclarecer melhor a V. Exª com a documentação necessária que o fato exige, para que V. Exª tenha tranquilidade no dia da sabatina, podendo, inclusive, no dia da sabatina, ouvir do próprio Luiz Fachin os esclarecimentos a respeito desse fato.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Caiado pediu a palavra para falar pela ordem. Assim, quebra a inscrição de oradores previamente feita.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A ponderação que faço ao nobre Relator é que, diante das preliminares aqui apresentadas pelo Senador Ferraço... É lógico que o Senador Álvaro Dias não terá como argumentar nem contraditar todo esse estudo e todos esses dados aqui colocados, que são dados que merecem uma resposta exatamente do nobre Relator. Isso é condição sine qua non. São condições preliminares para que possamos chegar à sabatina. Não é que isso deverá ser respondido no momento da sabatina. São condicionantes para que ele possa chegar à sabatina.

Então, nós temos que analisar com muita tranquilidade, ainda porque a Presidente da República demorou nove meses para indicar o candidato.

O Senador Ferraço levanta. baseado naquilo que foi publicado no currículo do candidato...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB. Fazendo soar a campainha.) – Chamo a atenção dos presentes para o fato de que há um orador na tribuna.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, continuando o raciocínio, não há por que nós exigirmos do Relator uma resposta imediata. Ninguém concebe, com um currículo desse e com esse grau de detalhamento com que o Senador Ferraço conseguiu identificar esses pontos, que o nobre Relator tenha condições de nos responder.

Então, nada mais correto, para que não paire nenhuma dúvida, para que esta Casa tenha maior tranquilidade para poder analisar todos os fatos que estão aqui declarados no seu currículo, que haja um sobrestamento e que possamos receber, depois, os documentos e, futuramente, aí sim, possamos arguir o candidato.

Esse fato não pode ser no momento da arguição, porque esse fato impede sequer a pessoa de ser candidata. Essa, a colocação que foi feita. A questão posta pelo Senador Ferraço é condicionante para haver uma sabatina.

Então, até que isso fique comprovado, nós não temos como ir para a sabatina. Não é que ele vai explicar. É que, anteriormente, o Relator tem que dar a nós a argumentação para que possamos – resolvidos e esclarecidos os fatos – ir para a parte da sabatina, quando for determinado.

Essa, a ponderação que faço ao nobre Relator, que é um Parlamentar experimentado e que sabe que este é um momento extremamente delicado da vida política nacional e que esta Casa, mais do que nunca, precisa ter toda a cautela para que, amanhã, não cometamos erros primários como esse.

Quero parabenizar o Senador Ferraço pela sua capacidade de trabalhar durante todos esses dias e identificar fatos relevantes como esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu respondo, com a permissão do Presidente, ao Senador Caiado.

O Regimento é prudente ao estabelecer os cinco dias de vista, exatamente para que esses fatos possam ser esclarecidos.

Eu posso, desde já, adiantar que estamos com a assessoria, no gabinete, realizando o cotejamento das datas, para esclarecer até a próxima quarta-feira seguramente, mas certamente ainda no dia de hoje.

Todavia, creio que a existência da possibilidade do pedido de vista se dá exatamente para questões dessa natureza, que são questões preliminares, concordo, e que devem ser esclarecidas até o momento da sabatina. Isso, no entanto, não nos obriga a sobrestar para adiar.

Como bem diz o Senador Caiado, nós já estamos aguardando há muito tempo pela nomeação do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, esta, a ponderação que eu faço, Sr. Presidente. Não há necessidade de sobrestamento. Nesses cinco dias regimentais do pedido de vista, nós teremos todas as condições de eliminar as dúvidas existentes na preliminar suscitada pelo Senador Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, uma ponderação que faço ao nobre Relator.

Nesse período, nós já temos um feriado. Assim, as atividades no Senado Federal estão diminuídas. Há a necessidade de nós termos uma assessoria para avaliar toda essa documentação, como também as questões que serão preparadas para a próxima quarta-feira.

Eu, realmente, não vejo por que esse atropelo. O que uma reunião a mais traria de problema à Base do Governo, a ponto de se ter essa obrigatoriedade de ser exatamente na semana que vem, intercalada com o feriado? A partir de amanhã, ao meio-dia, pouca atividade nós teremos no Senado Federal. Retornaremos em uma segunda-feira à tarde e, aí, depararemos com a arguição na quarta-feira. Por que isso?

Quer dizer, a Presidente pode levar nove meses para gestar um candidato ao Supremo Tribunal Federal. E nós temos exatamente três dias úteis para deliberar sobre todo o seu currículo, bem como sobre a documentação exigida, como preliminar, para ele poder ser candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu pondero a V. Exª, Sr. Presidente, que, realmente, não há por que esse movimento de afogadilho. Isso depõe contra a Casa e, principalmente, contra a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Alvaro Dias acaba de receber informações, calcadas em documentos, que poderão até esclarecer as questões que foram levantadas aqui.

Se, por um lado, nós não devemos ser pressurosos em decidir uma matéria dessa importância; por outro lado, não devemos submetê-la a procrastinações que não trazem nenhum proveito para o País.

O certo é que há uma vaga no Supremo Tribunal que precisa ser preenchida. Esse fato, por si só, impõe que tenhamos um mandamento regular do processo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Passo a informação aos Srs Senadores e às Srªs Senadoras.

O Professor foi nomeado para o cargo de Procurador do Estado em 12/02/89, já sob a nova Constituição Estadual, de 05/10/89. Todavia, sua nomeação decorreu de aprovação em concurso feito sob a égide da Lei Complementar Estadual nº 26, de 1985, cujos arts. 55 e 62 estabelecem os deveres e as proibições do cargo.

Observa-se que não há qualquer proibição ou impedimento de advogar aos integrantes da carreira, excetuadas as três hipóteses de impedimento do art. 57:

> I – em que o mesmo seja parte, ou de qualquer forma interessado;
> II – em que haja atuado como advogado de qualquer das partes;
> III – em que seja interessado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim, até o 3º grau;

Assim sendo, os candidatos foram aprovados em um concurso que lhes garantia tais prerrogativas.

Aqui estão o Decreto nº 6.560, de 08 de fevereiro de 90; a súmula de nomeação de servidores; e a relação dos aprovados em concurso, com o Luiz Edson Fachin sendo o primeiro colocado neste concurso.

Está aqui a Lei nº 26, que posso repassar ao Senador Ferraço, se desejar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Os esclarecimentos estão, portanto, apresentados a V. Exª, e imagino que a preliminar suscitada não é motivo para a protelação, a menos que queiram protelar por outras razões. Mas esse esclarecimento está oferecido a V. Exª e a todos os Senhores Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem, com base no art. 403.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero, inicialmente, parabenizar o Relator pela presteza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... no esclarecimento e, ao mesmo tempo, registrar que o Supremo Tribunal Federal já decidiu essa matéria, determinando que aqueles que exerciam o cargo de Procurador anteriormente à Constituição Estadual não têm qualquer impedimento sobre a matéria.

Portanto, o nobre Relator está totalmente correto, ainda porque o Supremo Tribunal Federal já deu guarida a essas questões aqui levantadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Art. 403, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Randolfe pede a palavra para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, fundamento essa questão de ordem no art. 403 e 383, ambos do Regimento Interno.

Sr. Presidente, o art. 383 do Regimento Interno diz o seguinte:

> Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:
> Na sequência, o Inciso II, na sua alínea E, argumenta o seguinte:
> O exame das indicações feitas na forma do Inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:
> .....
> e) A comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a cinco dias úteis, ouvi-lo em arguição pública sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.
> Sr. Presidente, parece-me que o nosso Regimento é claro quando estabelece o prazo para arguição pública por parte desta Comissão. Ou seja, apresentado o relatório – e o foi, no dia de hoje, pelo Senador Alvaro Dias –, teremos cinco diás úteis para ser feita a arguição pública.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Tem uma instrução normativa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Não, Senador. Perfeito.

A alínea *e* é taxativa: "A comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a cinco dias úteis, ouvi-lo em arguição pública."

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – "Não inferior" é o mínimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Então, não pode ser superior, não pode ser acima de cinco dias úteis.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Português...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Podemos fazer exercício com tudo, menos com om Português.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não assassine o Português.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Randolfe, é o contrário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – É a questão de ordem que eu ofereço à Mesa...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – No meu entender, essa questão de ordem é taxativa. Lido hoje o relatório, que seja feita a diligência a S. Exª o candidato a Ministro do Supremo, conforme suscitam as dúvidas aqui levantadas pelo Senador Ferraço e pelo Senador Caiado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – E já esclarecidas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E já esclarecidas, portanto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – E façamos a apreciação na próxima quarta-feira, conforme prevê o Regimento da Casa, que aqui rege o funcionamento do Plenário e desta Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem para contraditar.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só para disciplinar os nossos trabalhos. Se muitos ficam se interpondo e estabelecem um diálogo paralelo...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não, Presidente, eu pedi a palavra pela ordem. Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, sim. Eu darei a palavra a V. Exª, após a Presidência terminar os esclarecimentos que está esclarecendo.

Nós não convocamos, ainda, a segunda reunião.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – É que minha paciência é curta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Hoje é a primeira reunião para a discussão do relatório. Eu acho que nós temos de concluir essa discussão...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – A leitura do relatório...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Leitura e discussão.

Nós temos de concluir esse item, referente à discussão e aprovação do relatório, para, posteriormente, a Presidência fazer a convocação do Ministro para a sabatina, que é o segundo ato neste ritual da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra...

Quanto ao prazo, nós vamos seguir estritamente o que está no Regimento.

O Senador Randolfe tem toda razão: nós temos de seguir o que está no Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Temos de seguir o que está no Regimento. Se nós fugirmos desses prazos, nós estaremos, ipso facto, revogando, arbitrariamente, o que está escrito no Regimento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eunício.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, no Senado, sobrepõe a questão de ordem?

Eu gostaria de saber: aqui, no Senado, a palavra pela ordem sobrepõe questão de ordem?

Eu pedi uma questão de ordem, Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu pedi a palavra...

Senador Ronaldo, se V. Exª quer falar primeiro, V. Exª falará primeiro, agora...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu sou calouro. Eu gostaria de saber se estou equivocado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – É só o senhor ler o Regimento. É só ler o Regimento. Perca um pouco de tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está equivocado. O que diz o Regimento – e não sou regimentalista, não – é o contrário do que V. Exª está dizendo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu só queria... Eu não quero polemizar em relação a esta matéria, compreendo as divergências que possam acontecer aqui. Agora, eu quero deixar bem claro que esta discussão, que está sendo travada aqui, é natural.

O Senador Alvaro Dias está dando os esclarecimentos, até antecipadamente à discussão, para ajudar no encaminhamento.

Agora, existe uma instrução normativa desta Comissão que estabelece que, naturalmente, nós teremos um prazo, estipulado por essa instrução normativa, de vista coletiva. Terminada esta discussão, V. Exª, como regimentalista e, obviamente, cumpridor das leis e das normas, vai dar vista coletiva, e quem tiver dúvida procurará o Senador Alvaro Dias para esclarecimento até a data em que o candidato será sabatinado nesta Casa.

Portanto, não há que se fazer celeuma e discussão. É natural que queiram os Srs. Senadores desejem os esclarecimentos. É mais do que natural, mas há um Regimento, que V. Exª vai cumprir, que prevê que, exatamente após esta discussão, será concedida vista coletiva a todos os Senadores e Senadoras poderem ter acesso ao processo.

É esse o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, peço que me garanta a questão de ordem, para poder contrapor também...

O art. 383 do Regimento Interno – Da Escolha de Autoridades – prevê exatamente:

Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

V – além da arguição do candidato e do disposto no art. 93 [o que fala o art. 93? audiência pública, o que eu acabo de requerer à Mesa], a Comissão poderá realizar investigações e requisitar da autoridade competente informações complementares. O relatório deverá conter dados sobre o candidato [inciso V], passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome.

Então, antes de marcarmos a arguição, é preciso tenhamos todos os dados preliminares para lá chegar, e o Senado Federal, por seu Regimento Interno, define o mínimo de cinco dias – o mínimo! Quer dizer, nenhum Presidente da Comissão de Constituição e Justiça poderá, antes de cinco dias, marcar a sabatina do candidato. Agora, não define qual é o limite maior. Como a Presidência teve nove meses para gestar o candidato, nós queremos apenas mais uma sessão. Quanto a isso, estamos embasados no inciso IV, que diz claramente que, além da arguição, podemos propor audiência pública, realizar investigações, requisitar de autoridades competentes informações complementares.

Isso é prerrogativa nossa, de Senador. Não podemos ser atropelados pela tese dos cinco dias ou por ter sido rotina na Casa. Precisamos rever exatamente como deverá ser a forma de sabatinar os candidatos da Corte Suprema deste País. Não é possível essa confraria feita, em muitas vezes, sem que sejam detalhados pontos fundamentais para aqueles que vão definir a interpretação da Constituição brasileira.

Como tal, Sr. Presidente, como prerrogativa do Senado Federal, encaminho à Mesa um requerimento de audiência pública. Também espero que requisitemos às autoridades competentes os dados levantados aqui pelo Senador Ferraço, para que se possa instruir o processo corretamente.

Se o processo não estiver instruído corretamente, não há como ser marcada a sabatina.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço ao Senador Ronaldo Caiado que reduza a termos o requerimento feito verbalmente agora, para que possamos submetê-lo à apreciação deste Plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Era isso que iria solicitar, Sr. Presidente, porque poderá fazer a audiência pública.

Eu sou contra a audiência pública. Não há necessidade. Por isso, já encaminho voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Gostaria que V. Exª aguardasse um pouco, porque, até agora, o Senador Ronaldo Caiado não formulou por escrito o seu requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, para um esclarecimento. V. Exª está concedendo vista coletiva, para que, na próxima reunião, façamos a deliberação do relatório do Senador Alvaro Dias, ou está já marcando a sabatina para a próxima reunião?

Isso é importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não foi isso que eu falei. Estou dizendo que nós, como segundo tempo desse processo, vamos abrir vista coletiva e, em sessão futura, a sabatina do candidato.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, na próxima quarta-feira, faríamos o debate e a deliberação do parecer do eminente Senador Alvaro Dias e, aí sim, na próxima reunião, a sabatina. É isso que estou entendendo?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero informar a V. Exª que estamos cumprindo rigorosamente o que está no Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. Perfeito. Estou solicitando um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E estou fazendo um esforço muito grande para corresponder aos objetivos de V. Exªs, que estão opondo-se ao andamento regular do processo.

Vamos abrir vistas coletivas, e, nesse tempo, V. Exª apresentará os seus questionamentos para serem apreciados numa outra reunião.

Após a solução dessas pendências, vamos fixar a data para a sabatina do indicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Apenas para um esclarecimento regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, até em respeito ao requerimento do Senador Caiado, que sou contra preliminarmente, até em respeito à iniciativa do Senador Caiado, acho que devemos deliberar sobre esse requerimento.

Votarei contra o requerimento dele, mas, democraticamente, ele tem o direito de ter o seu requerimento colocado em votação nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quanto a isso, não há dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Do contrário, teremos uma prorrogação daquilo que disse o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pedi ao Senador para formular por escrito o seu requerimento, para que ele possa ser submetido à apreciação de todos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer a leitura do que diz o Regimento em relação às providências que o Presidente deve adotar agora.

– será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

– o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

Ou seja, o pedido de vista é concedido hoje, o Portal do Senado fica à disposição da sociedade para recolher informações que são submetidas ao Relator. Não há como se precipitar, decidindo sobre uma audiência pública sem necessidade, até porque os esclarecimentos solicitados pelo Senador Ricardo Ferraço, *data venia*, foram respondidos. A legislação é clara, e o Supremo Tribunal Federal já tem jurisprudência firmada sobre essa matéria. Se isso não basta, não sei o que será necessário para esclarecer essa dúvida do Senador.

Por isso, Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Relator, estou me baseando na Constituição estadual do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Os procedimentos devem ser adotados, conforme o Regimento determina e V. Exª está cumprindo rigorosamente o Regimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Pela ordem, Presidente. Aqui, ao fundo, Senador Aécio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aécio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, tenho pedido a palavra repetidamente aqui, mas o senhor não me vê, Presidente, desde o começo da sessão. Por favor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeceria ao Senador Crivella se me permitisse usar da palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Por favor, à vontade, só estou lembrando que pedi há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está inscrito e é o primeiro orador no regime normal. Acontece que nossos companheiros estão pedindo a palavra pela ordem ou para questão de ordem, e, nesse caso, regimentalmente, eles podem quebrar a ordem de inscrição.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Agradeço V. Exª por manter a palavra, Senador Maranhão.

Toda essa discussão tem uma razão de ser, exatamente aquilo que virou a sabatina de autoridades nesta Casa: sessões meramente homologatórias, quando não de homenagens àqueles que são indicados – não que não mereçam eventualmente essas homenagens. Mas o que surpreende, ilustre Presidente, é esse açodamento que não existiu por parte dos líderes da base governista que aqui se manifestaram na cobrança à Presidente da República para que não deixasse essa lacuna de quase nove meses na indicação de um Ministro da Suprema Corte.

Por essa razão, Presidente Maranhão, e me vejo na autoridade de poder aqui externar esse meu sentimento, já há mais de um ano, muito antes da indicação do atual candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal, apresentei, nesta Comissão, um projeto de resolução que permite exatamente que a sabatina seja essencialmente um instrumento para que a sociedade brasileira, através do Srs. Senadores, possa conhecer, com maior profundidade, a história, os compromissos de cada um dos indicados.

Portanto, ao propor aqui, como faz o Senador Caiado, uma audiência pública, isso não é um ato de rejeição a um nome indicado; isso, na verdade, deveria ser um pressuposto, uma pré-condição, para que haja maior tranquilidade por parte, inclusive, daqueles que o indicaram em relação ao nome que terá amanhã um cargo vitalício na Suprema Corte.

É uma bela oportunidade, por isso, pedi a palavra. Agradeço a V. Exª por ter já indicado o Relator para essa matéria, para rediscutirmos o processo de sabatina não apenas de membro da Suprema Corte, mas também de outras autoridades que são submetidas a esta Casa.

Nos Estados Unidos, temos casos de que dois, três meses, é um prazo médio para que determinados indicados sejam aprovados pelo Senado Federal. Portanto, é uma bela oportunidade para que elevemos o nível das sabatinas e transformemos o instrumento, repito, meramente homologatório e de homenagem aos indicados, em uma possibilidade de que a sociedade brasileira conheça, em profundidade, quem são aqueles que, em última instância, vão definir e decidir temas da maior relevância e com reflexo na vida de milhões de brasileiros.

Assim, me assombra o fato de, antes sequer da apresentação do requerimento formal para uma audiência pública, já ouçamos aqui manifestações contrárias a ela, como se isso já fosse uma rejeição peremptória e antecipada do nome. Não é o caso. Vamos, e acredito que esta Comissão tem a oportunidade histórica de fazer isso, construir uma nova sistemática de discussão, seja do nome do atual Ministro – e nada pessoal em relação a ele –, ou de outros que sejam submetidos a esta Comissão.

Esta Comissão, sob a sua presidência, Senador Maranhão, tem a oportunidade de dar preferência e urgência à votação deste projeto, que restabelece a dimensão exata e adequada para sabatinas de autoridades no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Relator, para novos esclarecimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Bem, Sr. Presidente, creio que, como Relator, neste momento, também não posso deixar de aproveitar o ensejo para defender aquilo que sempre defendemos, especialmente a mudança no modelo de escolha.

Eu creio que o Congresso Nacional, o Senado especialmente, tem o dever de debruçar-se sobre esse tema para encontrar um modelo que premie especialmente a meritocracia.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, neste caso, o indicado preenche todos os requisitos; e, portanto, se o critério fosse o da meritocracia, ele seria indicado com louvor, aprovado com louvor.

No entanto, o momento dessas discordâncias, desse embate, é o adequado para propugnarmos por um novo modelo de escolha de Ministros dos Tribunais Superiores, notadamente o Supremo Tribunal Federal, onde estão fincados os alicerces básicos do Estado de direito democrático. Eu creio que este é o momento para esta discussão.

Em relação à audiência pública, o Presidente aguarda o requerimento, porque não sabemos com quem seria essa audiência pública, já que a verdadeira e necessária audiência pública se dará na sabatina com o Dr. Luiz Edson Fachin. Esta é a audiência pública imprescindível, necessária, que se dará, se necessário, em dois ou três dias. Que sejam realizados dois ou três dias de sabatina para que se esgotem todas as dúvidas dos Srs. Senadores.

Como Relator também não me oponho a que, se o Presidente e a Comissão entenderem necessário, se realize esta sabatina um dia após, dois dias após, uma semana após. Não há, da nossa parte, nenhum óbice a este desejo dos Srs. Senadores, se houver justificativa para essa protelação. É preciso que justificativas existam para que a protelação tenha sentido. E da nossa parte, se justificativas forem apresentadas, não haverá óbice algum.

De qualquer forma, quem conduz esta questão é o Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se V. Exª me permitir...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Como Relator neste caso, cumpro o meu dever. Mas, evidentemente, concordo e apoio qualquer alteração regimental que tenha por objetivo tornar as sabatinas mais adequadas, atendendo as exigências da sociedade.

Nós estamos discursando há muito tempo sobre isso. Nós estamos debatendo e, em todas as sabatinas, questionamos, reclamamos, e não promovemos as mudanças necessárias.

Que se promova, então, o que é necessário de mudança para que as sabatinas se tornem adequadas. Mas a realidade de hoje é esta. E como Relator, Senador Eunício Oliveira, é do meu dever proceder da forma como estou procedendo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência aguarda a formulação, por escrito, das questões que foram levantadas aqui do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, enquanto V. Exª delibera sobre o requerimento do Senador Ronaldo Caiado...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não é o Presidente que vai deliberar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...a indagação que eu fiz ao Senador Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência não delibera. Ela simplesmente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... são referentes a informações adicionais para que, se V. Exª entendesse, na condição de Relator, pudesse sobrestar. Mas se esse não for o entendimento de V. Exª, eu estou preparado para a sabatina com o indicado, na próxima quarta ou na próxima quinta...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Tenho certeza disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...porque esta é a minha obrigação; aliás, de todos nós que estamos aqui: fazer a sabatina para uma indicação da mais alta Corte da Justiça Brasileira.

Então, o encaminhamento de V. Exª seria nessa direção apenas se assim entendesse V. Exª. V. Exª entendeu que não há necessidade, e nós estamos prontos para a sabatina. Pelo menos, eu.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Cumprimento V. Exª por essa postura.

Eu creio que a sabatina é um momento alto. E esta Casa pode fazer dessa sabatina o grande momento do Legislativo brasileiro.

Que o faça dessa forma, mas protelação não creio que seja motivo de elevação da imagem do Congresso Nacional.

Acho que estamos em condições, Senador Caiado, todos os que questionam, de realizar aqui uma grande sabatina, uma sabatina histórica.

O indicado tem todas as prerrogativas, conteúdo e preparo para transformar essa sabatina numa grande sabatina, num momento alto, e espero que os Senadores e Senadoras também tenham a convicção de que possuem o preparo e o conteúdo necessário para que essa sabatina seja o momento alto no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requerimento do Senador Ronaldo Caiado nos seguintes termos:

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 1, DE 2015

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os Srs. Ubirajara Ayres Gasparin, Procurador-Geral do Estado do Paraná, e Juliano José Breda, Presidente da OAB Paraná, para auxiliar o processo de sabatina do candidato à vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Luiz Edson Fachin, por indicação da Presidente Dilma Vana Rousseff.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Justificação

O processo de escolha de um Ministro do STF, de responsabilidade desta Casa legislativa, exige de todos os Senadores o conhecimento pleno do curriculum do indicado, razão pela qual proponho a presente audiência pública para ouvir os representantes acima mencionados.

Está em discussão o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Para encaminhar pela liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Antes de encaminhar, eu quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O autor tem preferência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, vamos ouvir agora do Senador jurista Aloysio Nunes as suas palavras judiciosas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente, mas não sou... Sou meramente advogado, com muita honra.

Eu queria fazer uma indagação sobre o procedimento da indicação de autoridades, no caso de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Há uma exigência, Sr. Presidente, ou uma faculdade que consta do inciso II do art. 383, já citado pelo Líder do Democratas, que diz o seguinte:

c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

Quer dizer, a audiência pública aí não se confunde com a sabatina. Pela leitura do procedimento previsto no Regimento, a audiência pública pode vir a ser uma preliminar à sabatina, dependendo do juízo do relator, que será formado a partir do recebimento dessas indagações, das observações que virão da sociedade através do portal do Senado.

Quando foi afirmado aqui que a sabatina faz as vezes da audiência pública, eu discordo dessa afirmação, porque a audiência pública é uma preliminar, que será realizada ou não segundo a opinião do relator submetida ao Plenário da Comissão.

Então indago a V. Exª se essas contribuições da sociedade vindas através do portal do Senado já foram encaminhadas ao Relator; se o Relator já as examinou e se, à luz do seu exame, conclui pela necessidade ou não de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ouvindo o próprio relator...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Bom, primeiramente para distinguir ...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...posso dizer que essas informações não foram ainda remetidas ao Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu gostaria também de destacar aqui que o Senador Caiado fez referência ao art. 93, do Regimento, que trata das questões gerais das comissões, e o Senador Aloysio Nunes fez referência aos dispositivos adotados especificamente para as sabatinas de autoridades.

Não recebi essas informações. As indagações da sociedade não nos chegaram ainda, portanto, não teria condições de avaliar a conveniência da audiência pública.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permita-me, Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª não considera importante que tenhamos um tempo, uma oportunidade, de a sociedade nos encaminhar? Eu mesmo abri o meu site para perguntas, mas não seria importante que V. Exª pudesse examinar as perguntas que porventura já tenham sido encaminhadas? Não poderíamos até estimular que perguntas sejam encaminhadas, como forma de democratizarmos esse debate?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – É evidente que não há, da parte de quem relata, a possibilidade de colocar qualquer dificuldade. O nosso dever é buscar o esclarecimento, de forma cabal e absoluta, para que o convencimento dos Srs. Senadores independam do desejo da política partidária, enfim, de qualquer outro interesse menos transparente.

Portanto, não há nenhuma razão para dificultar esse procedimento. Se as indagações da sociedade chegarem, estaremos à disposição para submetê-las ao indicado, a fim de que possa esclarecer.

Eu não creio, Senador Aloysio Nunes, que seja necessária também a protelação diante desse fato. Se essas informações já chegaram ou se chegarem nos próximos dias, não terremos dificuldade em encaminhá-las em tempo, para que já na sabatina essas questões possam ser debatidas. Se houver necessidade de uma audiência pública, evidentemente, a relatoria definirá pela realização dessa audiência pública.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, faço uma indagação a V. Exª para procedimento da sessão.

O requerimento está sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está sim, eu já li.

Já li o requerimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vamos discutir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos abrir a discussão agora para...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... sob a forma de encaminhamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – V. Exª leu o requerimento, mas eu não entendi. O requerimento é convocando procuradores para virem aqui, a esta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Procuradores? Não é o sabatinado? Não seria uma audiência pública, como prevê o Regimento, do sabatinado, mas de pessoas extras à sabatina. É isso?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Bom, então encaminho contra e voto contra a matéria, o requerimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Iniciando o encaminhamento, eu gostaria de ler o parágrafo único do art. 310.

Diz o seguinte:

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar [não é o caso].

Nós temos aqui cinco blocos parlamentares, que, no caso, precedem as legendas isoladamente. Eu gostaria de perguntar ...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

Antes da discussão do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu preciso argumentar.

Eu sou autor do requerimento. Se eu não argumentar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está autorizado pelo parágrafo do art. 310, que acabei de ler.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pediria a ponderação também do Senador Eunício, porque ele já se posicionou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu quero suscitar antes, se o Senador Ronaldo Caiado me permitir. Eu tenho uma questão de ordem antes da discussão do requerimento.

É um esclarecimento que a Mesa deve à Comissão sobre esta dúvida regimental: prevalece o dispositivo invocado pelo Senador Caiado, que é o art. 93, que fala das disposições gerais em relação às comissões de modo geral ou se são os dispositivos apresentados pelo Senador Aloysio Nunes? Porque aí há uma diferença..

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São do mesmo artigo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Há uma diferença de procedimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – São do mesmo artigo, são do mesmo artigo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – O Senador Aloysio Nunes releu exatamente do art. 383, letra "c", inciso II.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Mas aí há uma diferença. V. Exª se louvou, na sua questão de ordem, ao artigo que trata de disposições gerais para as comissões, e o Senador Aloysio adotou os dispositivos regimentais que dizem respeito exclusivamente à sabatina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu quero esclarecer ao Relator a leitura.

Pode pedir as notas taquigráficas em relação ao Inciso IV do art. 383.

IV – além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, [remete ao art. 93]...

Aí, sim, o art. 93 é que trata de audiência pública. O que é que diz esse artigo?

Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para:".

E, aí, quero ponderar junto à posição já tomada pelo Senador Eunício.

I – instruir matéria sob sua apreciação;

Então, audiência pública tem a finalidade de instruir matéria sob sua apreciação. Como tal, qual foi o ponto levantado pelo Senador Ferraço? É que realmente o processo não foi instruído corretamente por todos os dados que aqui foram trazidos por S. Exª. E ele solicita um esclarecimento porque, se isso não for esclarecido, o candidato não poderá sequer ser sabatinado porque não tem as premissas necessárias para ser sabatinado.

Esse é o fato primeiro. Então, estamos discutindo previamente o relatório apresentado pelo Senador Alvaro Dias, que não nos trouxe consistência do ponto de vista do fato levantado pelo Senador Ferraço. Como tal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Veja bem, como tal...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – A lei e o Supremo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Como tal, Sr. Presidente, aqueles que têm uma posição de esclarecimento...

Estamos embasados naquilo que o Regimento nos autoriza. Ninguém está aqui inventando regra; estamos solicitando uma audiência pública para que possa auxiliar. Ou seja, o que é auxiliar? Exatamente aquilo que aqui está: instruir matéria sobre apreciação.

É essa ponderação que faço para que possamos ouvir aqui o Procurador-Geral do Estado do Paraná, os Srs. Ubirajara Ayres Gasparin e Juliano José Breda, Presidente da OAB do Paraná para que a questão de ordem levantada pelo Senador Ferraço possa ser esclarecida por eles, diante de toda documentação e embasamento constitucional pela Constituição do Paraná e também pela Constituição Federal.

Esse é o fato que estamos solicitando, e isso não vai criar nenhum problema. Nós estamos dando exatamente o quê? Transparência àquele regime que é obrigatório. Agora, se esta Comissão não se preocupar com esse detalhamento fica realmente um *petit comité* de atendimento ao Executivo, Sr. Presidente, tirando de nós essa prerrogativa que é fundamental.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, eu gostaria de falar.

Eu acredito que é um vexame isso que está sendo proposto, se o Senado aceitar. Acredito que podemos até votar essa situação, que é uma coisa mais rápida, uma forma mais rápida de acabar com esse prolongamento, que é uma manobra, e todo mundo aqui sabe e que a gente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª me garantisse a palavra porque estou encerrando aqui a minha argumentação como autor do requerimento...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço licença ao Senador Caiado.

A Presidência vai fazer um esclarecimento e uma ponderação. Se nós não observarmos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas eu fui atropelado em minha argumentação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª não está sendo repreendido por isso.

Eu quero apenas esclarecer, como Presidente, a quem compete disciplinar os trabalhos de acordo com o Regimento. O que diz o Regimento? Só falarão no encaminhamento do requerimento – estou me referindo ao requerimento que V. Exª acabou de apresentar – o autor do requerimento e os representantes de partido ou bloco. Nós temos cinco blocos, então temos o direito de ouvir cinco oradores representando cada um dos blocos, um por cada bloco. O prazo para o autor do requerimento é de cinco minutos, improrrogáveis. V. Exª já deve ter falado mais do que cinco minutos aqui; no entanto, por uma questão de tolerância e bom entendimento, permitimos que V. Exª falasse. Mas eu ainda vou ser mais generoso: se V. Exª quer continuar prestando seus esclarecimentos, que acho legítimos,...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... absolutamente legítimos – na discussão sempre trouxeram luz –, V. Exª poderá falar pelos cinco minutos regimentais, esquecendo que V. Exª já falou muito mais tempo do que esses cinco minutos previstos no Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente, já estava realmente na fase final da argumentação. A ponderação que faço é de que esta Comissão possa dar espaço para que todo o processo prévio também seja aqui acatado pelos nobres pares, para que o processo seja corretamente aqui instruído, e, com isso, possamos chegar ao momento da sabatina com todos os esclarecimentos.

Eu só quero argumentar o seguinte: no momento em que estamos numa CPI, nunca chamamos alguém sem que antes possamos embasar todos os documentos para formularmos as perguntas.

Eu só peço um minuto de silêncio, Presidente, para concluir.

Quando estamos em qualquer Comissão na Casa e vamos arguir, primeiro, temos que buscar os argumentos, os dados, as informações. Eu concordo plenamente com o Senador Alvaro Dias, em que o *curriculum* do Dr. Fachin é algo invejável. Eu não tenho a menor pretensão de debater com ele do ponto de vista jurídico. Eu sou um Senador da República, mas sou médico. Então não teria conteúdo jurídico, jamais, para debater com ele. Eu sei que ele é um dos expoentes, reconhecido internacionalmente.

Agora, isso não retira a necessidade de ele cumprir as prerrogativas que são necessárias e que cabia ao Relator esclarecê-las. Ao não serem esclarecidas, vamos, exatamente com aquilo que nos concede o Regimento Interno, solicitar essa audiência pública, e aí sim, daremos continuidade ao processo que auxilia a sabatina, num outro momento, depois de esclarecidos os fatos.

Essa é a ponderação para V. Exª e o apoio que peço aos nobres pares para aprovarmos a audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Para encaminhar contra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para encaminhar voto de apoio, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Só para não...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuidade,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Encaminhar contra, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Só para não ficar qualquer dúvida...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Falará, pelo bloco PT – PDT – PP, o Senador José Pimentel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, se eu puder encaminhar contra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Senador José Pimentel, primeiramente, rapidamente, em menos de trinta segundos, quero dizer ao Senador Caiado que, do meu ponto de vista, ficou esclarecida a dúvida suscitada pelo Senador Ferraço. Ele afirmou que o Relator não esclareceu. Esclareceu, fazendo leitura da legislação existente e subsidiado ainda pela informação do Senador Pimentel, de que já houve decisão do Supremo Tribunal Federal relativamente a essa matéria. Então, esse fato foi esclarecido.

Se desejam audiência pública, certamente por outras razões, e o Regimento, como citou o Senador Aloysio, diz claramente:

> "...serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento [as informações da sociedade] inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública."

Portanto, o Regimento é claro em relação, primeiramente, às informações provenientes, através do Portal do Senado, da sociedade, para que o Relator as avalie em razão da necessidade ou não de uma audiência pública.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador José Pimentel para falar em nome do Bloco formado pelo PT, PDT e PP

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero começar registrando que o relator foi muito diligente na prestação dos esclarecimentos.

A primeira grande dúvida é se a posse tinha se dado anterior à Constituição de 1989 do Estado do Paraná. Informou-se que a posse se deu no dia 12 de fevereiro de 1989, inclusive trazendo aqui a documentação sobre esse fato. E a Constituição do Estado do Paraná é de 5 de outubro de 1989. Portanto, a sua posse, a sua qualificação foi anterior a outubro de 1989. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que os Procuradores que tomaram posse anteriormente à Constituição daquele Estado podem advogar. A vedação é a partir da Constituição, porque ali previa. Portanto, sobre esse item não paira mais nenhuma duvida.

Segundo fator. Nós aprovamos, em 2011, esse procedimento de conceder vistas coletivas para exatamente que o relator e todos os membros do Congresso Nacional possam receber o máximo de informações necessárias e, até o dia da sabatina, estaremos prestando esses esclarecimentos. Não está dito que a sabatina será encerrada em um dia. Se tivermos esgotada a lista de inscritos e, consequentemente, recebido as informações necessárias, faremos a votação após a conclusão de todos os que tinham interesse de ouvir e perguntar, indagar – é legítimo e é constitucional – ao sabatinado. isso está assegurado.

Portanto, Sr. Presidente, até 2011, a Comissão de Constituição e Justiça fazia a leitura do parecer na mesma sessão de arguição; não tinha esse intervalo. Tivemos aqui uns problemas junto a alguns procuradores e o nosso Presidente da comissão, na época, o Senador Eunício de Oliveira, com a concordância de todos os Pares da comissão, aprovamos com esse procedimento.

Portanto, se tinha algum atropelamento, era anterior a esse procedimento novo e nada impede que, posteriormente, a gente possa aprovar outros procedimentos que a comissão entender que são justos. No que diz respeito à audiência pública, o que nos estamos trazendo é um presidente de uma OAB de um Estado, e nós vamos ouvir o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Com todo o respeito à OAB do Paraná, se fosse, pelo menos, a OAB nacional, ainda tinha algum sentido. E estamos trazendo aqui um procurador.

Nós, nesta Comissão, temos muitas dúvidas sobre alguns posicionamentos, e, no Plenário do Senado Federal, já rejeitamos dois procuradores por entender que tínhamos preocupação. Portanto, nesse momento em que temos um processo acirrado no Estado do Paraná, trazer duas pessoas dali para cá, na verdade, o que estamos trazendo são os conflitos de um Estado, que são legítimos, para transformá-los em conflitos nacionais. Entendo que não é o nosso papel.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço aos nossos Pares, do nosso bloco, que votem contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para encaminhar o requerimento, com a palavra o Senador Eunício de Oliveira, para, em nome do Bloco da Maioria, PMDB, PSD, fazer o devido encaminhamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu já vi esse filme. Primeiro, quero concordar com o que colocou o Senador Aécio Neves, que a sabatina não pode ser um convescote. Concordo plenamente com ele e acho que o Regimento desta Casa, a forma de sabatinar, não apenas nesta Comissão mas em todas as comissões que sabatinam, deve seguir um novo modelo. Mas não é agora que vamos mudar o Regimento, até porque esse Regimento tem mais de... Desde que cheguei esta Casa há um encaminhamento de mudança de Regimento e, até agora, não concluímos essa mudança do Regimento. Então, demanda bastante tempo para se mudar o Regimento.

Segundo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é meu guru aqui como jurista e como ex-Ministro da Justiça, pelo equilíbrio com que sempre coloca as suas coisas e pela verdade que ele sempre trás à luz desta Comissão, ele coloca com muita clareza: para termos aqui uma audiência pública – não sou contra audiências públicas – com o sabatinado, necessário seria o recebimento, até pelo Portal do Senado, de algum tipo de questionamento que o Relator, não tendo condições de esclarecer, poderia – ele, Relator – pedir de ofício uma audiência pública para esclarecimento dessas questões.

Então, o Relator está convencido de que não há necessidade de se fazer essa audiência pública porque está convencido; E a mim, pelo menos, o seu relatório me convenceu plenamente.

Quero parabenizar V. Exª por ter esclarecido inclusive as questões levantadas, os questionamentos do Senador Ferraço, do Senador Ronaldo Caiado e outros. V. Exª esclareceu antecipadamente, mesmo tendo aqui o prazo dado por esta Comissão e pelo art. 383, do Regimento, que dá o prazo e a forma da condução dessa matéria.

Portanto, deixo bem claro que já vi esse filme antes aqui. Quando se criou audiência pública, queriam trazer um procurador para fazer um depoimento contra alguém que está sendo indicado para o CNMP para procrastinar o andamento desse processo.

Eu acho que o sabatinado e os Senadores têm prazo, inclusive de dez minutos cada um, se não me falha a memória, no dia da sabatina, para questionar o sabatinado livremente, fazer a pergunta que ele achar adequada. Agora, trazer aqui, Sr. Presidente; trazer aqui, Sr. Relator, procuradores para fazer audiência pública quando esses procuradores não têm absolutamente nada a ver com essa sabatina.

Eu peço a devida vênia aos meus companheiros, a quem respeito muito, tanto o Senador Ferraço, que é do meu partido, quando o Senador Caiado, que acaba de chegar ao Senado, mas essa rotina não pode ser mudada de uma forma brusca sem a alteração do Regimento.

Portanto, não temos motivos para fazer aqui uma audiência pública, a que não sou contrário, desde que haja fatos; não existindo fatos, não temos por que perder tempo aqui e fazer audiência pública. E me posiciono contrariamente a trazermos aqui pessoas que não estão envolvidas nessa sabatina. Nessa sabatina estão envolvidas os Senadores que fazem parte desta Comissão, o relator que foi designado por V. Exª, o sabatinado e a opinião pública até, através do Portal do Senado, que deve encaminhar as suas questões ao relator do processo.

(Soa a campainha.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Por isso, Sr. Presidente, encaminho o voto contrário ao requerimento. Não teria nenhum problema, pelo feriado na sexta-feira, de não fazermos a sabatina na quarta-feira, se fosse o caso, e fazermos até na outra semana, para esclarecimentos. Se fosse o caso, não teria nenhuma problema.

Agora, fazer esse discurso de trazer pessoas que aqui não serão sabatinadas, não concordo e, portanto, o Bloco encaminha o voto contrário ao requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu não sabia que o nobre Senador tinha o poder de revogar o Regimento Interno.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Presidente, então, eu não vou pedir art. 14 porque não vou bater boca com o Senador Ronaldo Caiado porque tenho muito respeito por ...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não é questão de bater boca, é revogar.

Há o Regimento Interno, que me dá condições para que eu possa apresentar isso.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Aqui tem outra regra, Senador Caiado. Senador Caiado, aqui tem outra regra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – V. Exª tem estudado pouco o Regimento Interno. Então, está lá claro que é prerrogativa. E V. Exª precisa saber que é procurador-geral do Estado, não é procurador de justiça não.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não importa quem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ou seja, o requerimento de V. Exª ...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não é o sabatinado. Não é o sabatinado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ..., o encaminhamento de V. Exª não procede por todos os .... que estão aqui. Ou seja, argumentação inconsistente e desconhecedora do fato.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... trabalhos. Cada um teve o seu tempo para expressar a sua posição, para fazer o encaminhamento.

E V. Exª já teve o seu tempo, por sinal, foi o mais longo tempo que os Senadores tiveram aqui.

Agora, convido o Senador José Agripino para, representando o Bloco Parlamentar de Oposição, PSDB e DEM, fazer o seu devido encaminhamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, cumprimento o Relator pela dedicação que está dando a essa causa, que é, na verdade, uma causa singular porque vamos fazer, pela primeira vez, uma sabatina para um indicado que demorou nove meses para ser indicado.

Esse é o fato anormal, que está gerando toda essa polêmica e despertando toda a atenção que merece ser dada ao um Senado da República que está com uma responsabilidade especial.

As luzes do País vão se voltar para o Senado pelas próximas semanas, até que o Dr. Fachin seja sabatinado, seja aprovado ou rejeitado.

Eu entendo que a proposição do Senador Ronaldo Caiado, na sua essência, traz uma grande contribuição à afirmação do Senado e ao esclarecimento dos fatos. Tenho certeza de que quanto mais os assuntos forem debatidos, mais as pessoas que podem estar hoje convencidas de votar "não" votem "sim" ou o contrário, que pessoas que estão convencidas a votar "sim", pelo esclarecimento e pelo debate dos fatos, possam votar "não".

Aquilo que o Senador Aloysio Nunes está propondo está acertadíssimo, tem amparo regimental. Apenas gostaria que fosse aberto, a partir de agora, Sr. Presidente, o espaço específico do Portal, para que as pessoas se manifestassem sobre este assunto, não sobre tudo, mas sobre este assunto, a indicação do Dr. Fachin.

Com relação à audiência pública, acho que o Senado tem a obrigação de abrir um espaço, não para agir como algoz. Não, o contraditório tem de ser garantido. Se há os que questionam, tem de haver aqueles que esclareçam, com opinião positiva e opinião negativa.

Então, gostaria de sugerir ao Senador Ronaldo Caiado, se possível, que examinasse a inclusão nessa audiência pública de questionamentos mediante a observação do Senador Aloysio Nunes, com perguntas que viessem, através do Portal, especificamente sobre a indicação do Dr. Fachin e que se garantisse o contraditório. Se há pessoas que vão questionar num sentido, que haja pessoas que questionem em sentido contrário, para que democraticamente o Senado ganhe, pelo estabelecimento do argumento a favor e contra e para que o voto fique, aí sim, completamente consciente, seja "sim", seja "não".

É a proposta que faço, garantindo a minha opinião favorável a essa audiência pública, com esses condicionantes ou com esses acréscimos que proponho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Acolho todos eles.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aos oradores que estão pretendendo a inscrição, está em discussão, está em curso a votação do requerimento com os devidos encaminhamentos.

Vamos ouvir os encaminhamentos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, estão faltando dois oradores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vamos ouvir, Presidente.

Segue a ordem, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Siga a ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, para o encaminhamento, representando o Bloco Parlamentar de Socialismo e Democracia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, primeiramente, nós temos aqui... Acho que é importante destacar que tenho estado nesta Comissão com outros colegas, como o Senador Crivella, nos últimos quatro anos, na última legislatura.

Nós já sabatinamos nesta Comissão quatro hoje Ministros do Supremo Tribunal Federal: Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Luiz Roberto Barroso.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Eu avalio, Sr. Presidente, que, desde a legislatura passada até aqui, temos avançado no processo de sabatina, da primeira sabatina aqui, do Ministro Fux, até agora. E temos avançado, inclusive, com a contribuição dos dois ex-Presidentes desta Comissão, o Senador Eunício e, em seguida, o Senador Vital.

Na primeira sabatina, a sabatina do Ministro Fux, lembro que chegou a ser suscitada uma questão de ordem, naquele momento, por mim e pelo Senador Taques sobre qual seria o momento da votação. O Senador Eunício, então Presidente da CCJ, fez a correção de rumo naquela oportunidade e colocou, em uma sessão, a leitura do relatório e, na outra, a sabatina, a arguição e, só em seguida, a votação.

Então, temos melhorado e acho que temos de avançar mais ainda. Concordo com o que destacou aqui o Senador Aécio: esse ato não pode ser *per se* somente um ato formal, não pode ser cumprir tabela, o papel republicano do Senado Federal.

Temos que melhorar o Regimento e as metodologias de sabatina não só do Ministro do Supremo, mas as atribuições do Senado Federal de sabatinar os demais Ministros de cortes superiores e também embaixadores.

Agora, Sr. Presidente, a Constituição e o Regimento são claros em relação a esse tema. A Constituição diz que compete ao Senado aprovar previamente por voto secreto após arguição pública, e aqui a Casa organizou sua arguição pública. É por isso que, após a leitura do Senador Alvaro Dias, vai estar disponível, para qualquer cidadão, para quem quiser, o Portal do Senado, para levantar arguições para o nosso sabatinado.

O Regimento, tomando a cautela devida disso, estabeleceu claramente o prazo que deve ter da leitura do relatório e, em seguida, da sabatina, arguição e votação do indicado.

Ora, Sr. Presidente, não tem hora para a sabatina começar, aliás, tem até hora para a sabatina começar, mas não tem hora para a sabatina acabar. Não tem problema. Nós já ficamos aqui cinco, seis horas em sabatina. Não há problema ficar sete, oito, dez horas em sabatina. Mas já está marcada.

De forma que, com a devida vênia, o requerimento, nesse sentido, passa a ter, não tem outro termo, caráter protelatório, e que as questões de fato, Sr. Presidente, as questões fáticas, impedem que adiemos essa questão. Veja, é clamor público as reclamações dos Ministros do STF sobre nove meses de uma cadeiras do Supremo Tribunal Federal estar vaga, É clamor público. Nós temos visto os Ministros reclamando disso. O Presidente da Suprema Corte reclamando disso.

Ora, se criticamos a Presidente por isso, não vamos nós, o Senado, trazer para o nosso colo o mesmo problema. Seria algo sem sentido, algo contrário ao que o bom senso reclama.

Nós vamos trazer, semana que vem, o candidato ao Supremo Tribunal, façamos aqui a sabatina. Eu até sugiro ao relator – e tenho certeza de que ele já fará isso junto com o Presidente – que solicite a manifestação das duas autoridades citadas pelo Senador Ronaldo Caiado, o Procurador-Geral de Justiça ou o Procurador do Estado do Paraná e o Presidente da OAB, sobre o currículo do indicado ao Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Peçamos deles as manifestações para serem introduzidas e anexadas ao relatório.

De forma, Sr. Presidente, que, conforme estabelece a Constituição, o próprio Regimento desta Casa e por questões fáticas, não temos por que adiar essa matéria.

Portanto, eu encaminho o voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em continuação, com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pelo Bloco Parlamentar União e Força.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pensei que esta hora nunca ia chegar. Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou encaminhar o voto contrário, mas com aplauso à diligência dos meus companheiros, que tiveram o cuidado de levantar, vamos dizer assim, alguma coisa que pudesse macular a moral do nosso candidato.

Nós aqui estamos para discutir duas coisas: notório saber jurídico e ilibada reputação. Ela ficaria manchada, seria intransponível, se nós tivéssemos um Procurador de Estado advogando e isso fosse proibido.

Ocorre que o nosso Relator – e nós temos que aplaudir o Senador Alvaro Dias – também foi diligente, ele procurou com seus assessores os esclarecimentos que a todos nos angustiavam. Angustiou-me, porque eu tenho apreço, admiração e respeito pelo candidato, com o qual já estive diversas vezes. Já vi na internet diversos questionamentos sobre ele, e os encaminhei ao relator ontem numa conversa falando sobre o *site*, um dos *sites* mais acessados do nosso País, que é o do Reinaldo Azevedo, da revista *Veja*, com o qual, inclusive, tivemos um debate e ele publicou a minha réplica.

De tal maneira, Sr. Presidente, que, nesse momento, acho que nós vamos, lido o relatório, como disse o Randolfe, ter um prazo para ouvirmos todas as ressonâncias. todos os ecos da sociedade, e aí viremos para a sabatina preparados, para arguir o nosso candidato.

Lembro aqui aos meus companheiros que a sabatina não é um convescote. A do Toffoli, foram nove horas que nós ficamos aqui, exaustivamente. Na do Ministro Joaquim Barbosa, houve até certas descortesias de parte do Senador Demóstenes, mas que foi veemente e trouxe uma pilha de papéis. Horas e horas e horas e horas. A sabatina é realmente longa.

Então, dadas essas explicações, peço *data venia* a esses diligentes que ilustraram, abrilhantaram muito esta sessão, mas vou encaminhar, Sr. Presidente, o voto contrário. Gostaria também que fosse garantida a palavra ao Senador Blairo, que também é do meu Bloco. Eu falei só dois minutos, Presidente, se ele pudesse completar os cinco, ficarei agradecido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso é que é um bloco democrático.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Terminado o encaminhamento, em votação a matéria.

Os Senadores que aprovam...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Estava sendo a discussão ou encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Prestem atenção: não há mais encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Era encaminhamento ou discussão?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não existe mais encaminhamento. V. Exª, inclusive, já fez pelo seu Bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Eu não fiz. Quem fez foi o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É.

Os Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu requeiro vista.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Gostaria que V. Exª registrasse o voto do PSDB, favorável ao requerimento do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feito o registro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vista coletiva, Sr.Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para informar aos Srs. Senadores e à sociedade brasileira que esse relatório já está no site do Senado desde a sexta-feira passada. Portanto, as indagações que chegarem serão submetidas ao Relator.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir – aliás, não é ocaso,porque só se permite o encaminhamento, pela maioria –, voltamos agora à reunião.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem. Eu estou pedindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... Ficando para a reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu já estou pedindo, fui o primeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Blairo Maggi, que está na frente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado. Presidente, já que não pude defender antes, quero só deixar registrado aqui que essa questão que discutimos, já vencida, é de fato muito discutível. O próprio Supremo Tribunal Federal reconhece a questão da data da validade do concurso, mas não é uma coisa pacífica. Então, os nossos colegas têm o direito de reclamar, mas nessa posição, neste momento, o relatório já foi vencido.

Essa questão da advocacia, pelos procuradores, também é bastante confusa. Lá em 2003, só São Paulo, Acre, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não permitiam que os advogados fizessem esse trabalho. Hoje, em 2015, lá no Estado do Mato Grosso já é permitido ao procurador fazer advocacia. Então, a coisa é bastante conturbada. Já foi vencida aqui a matéria. Apenas para deixar registrado que assunto levantado aqui pelos demais colegas faz sentido porque, de fato, é um assunto polêmico. Mas vamos à sabatina. Obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para solicitar à Mesa, ouvindo a douta Comissão, a inclusão extrapauta do relatório do ilustre Senador Valdir Raupp referente ao Ofício S 52, de 2015, em que comunica ao Senado que o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu Gustavo do Vale Rocha para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A justificativa, Sr. Presidente, é que o relatório é pequeno, não vai levar mais que dois minutos desta Comissão, para que possa, a partir de então, começar a correr vistas coletivas, para inclusão em pauta, no momento oportuno, por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência, registrando a notória falta de quórum e a proximidade da sessão do Senado...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Ordem do Dia já começou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Ordem do Dia já começou, pois é.

A informação do Senador José Pimentel é de que a Ordem do Dia, no Senado, já começou. Consequentemente, a Presidência encerra a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Romário e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Marta Suplicy e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Otto Alencar, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Blairo Maggi. O Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, destinado a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, George Hilton, sobre "As políticas e diretrizes do Ministério do Esporte para o biênio 2015-2016 e os preparativos para os jogos do Rio de 2016". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, George Hilton. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Francisco Escórcio (PMDB-MA); Senhor Ricardo Leyser, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte (ME); Senhor Ivan Soares, Chefe de Gabinete do ME; Senhor Fábio de Castro, Diretor de Incentivo e Fomento ao Esporte do ME; Senhor Carlos Geraldo, Secretário Nacional do Esporte de Alto Rendimento do ME; Senhor Hugo Braga, Assessor Especial do ME; Senhor José Joacy Bastos, Ex-Secretário Estadual do Esporte do Estado do Rio Grande do Norte; Senhor Carlos Henrique Alves da Silva, Secretário de Estado de Esporte de Minas Gerais; Senhora Louise Bezerra, representante da Rede Esporte pela Mudança Social; Senhora Eveline Santos, Assessora Parlamentar da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (Aner); Senhora Ângela Balta e Senhor Jacob Lusk, representantes do Projeto "Eu Também Posso"; Senhor André Duarte Canellas, Assessor Especial do Comandante da Marinha; Senhora Dânia Vasconcelos e Senhor Rafael dos Santos, intérpretes de Libras. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio José, Dário Berger, Fátima Bezerra, Rose de Freitas, Romário (autor do Requerimento), Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Após as considerações finais do Senhor Ministro e do Senhor Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Romário, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Romário,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação dela. (*Pausa.*)

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, é destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado do Esporte, George Hilton, sobre as políticas e diretrizes do Ministério do Esporte para o biênio 2015-2016 e os preparativos para os jogos do Rio de 2016.

Dando início à audiência pública, solicito à Senadora Fátima Bezerra que acompanhe o Exmo Sr. Ministro para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Ministro, muito obrigado pela presença. É uma grande honra, para esta Comissão, recebê-lo neste momento do nosso País, em que estamos, desde o ano retrasado, respirando esporte. Primeiro, no ano retrasado, a Copa dos Campões, aqui no Brasil; depois, no ano passado, a Copa do Mundo; e, neste ano, teremos as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. O Brasil a todo momento respira esporte e, mais do que nunca, sua presença é de grande importância, de grande relevância não só para esta Casa, não só para nós, Senadores e Senadoras, mas, principalmente, para todo o Brasil.

O Brasil está curioso para saber o que vem acontecendo no nosso Ministério, no nosso esporte e acredito que nós, Senadores e Senadoras, também tenhamos aqui algumas perguntas a serem feitas em relação a este momento extraordinário que o Brasil vive no esporte, principalmente no que se refere ao nosso próximo evento, porque, ano que vem, 2016, haverá as Olimpíadas, que serão no meu querido Estado Rio de Janeiro.

Acredito que a sua participação aqui será de grande contribuição para o nosso País. E gostaria de dizer, mais uma vez, que é uma honra e que, com muito orgulho, assim posso dizer, estamos criando uma relação. Gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho de tão pouco tempo, um trabalho que tem sido feito com excelência. Muito obrigado pela presença!

Damos início agora à audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Ministro do Esporte, George Hilton.

O SR. GEORGE HILTON – Bom dia a todos!

É um prazer imenso e é sempre bom quando a gente pode estar no Parlamento brasileiro. Ainda mais eu que acumulo já cinco mandatos consecutivos: dois como Deputado estadual, e fomos reeleitos agora para o terceiro mandato como Deputado Federal. O Parlamento, portanto, é a minha Casa, é onde iniciei toda a minha trajetória política, toda a minha carreira política.

Quero cumprimentar o Senador Romário, que é o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Gostaria de agradecê-lo muito pelo convite e de dizer que eu é que estou honrado de estar aqui no Senado Federal para discorrer sobre as políticas que o Ministério do Esporte vem implementando e vai fazer neste biênio. Claro que hoje a atividade principal, o momento mais importante para nós, sem dúvida, é a preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

O Rio de Janeiro, que é uma cidade linda e maravilhosa, assim ficará mais ainda, porque existe e haverá um legado importante de obras que vão permanecer, obras essas que mudam completamente o visual, a política de mobilidade urbana. O Rio terá um ganho fundamental nesse aspecto que envolve todo o legado material dos Jogos Olímpicos, com uma estrutura maravilhosa no complexo no Parque Olímpico da Barra, no Complexo de Deodoro. E, diferentemente até do que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos, há hoje uma preocupação em defender um legado importante em todo aquele espaço, não só no Rio de Janeiro, mas também em todo o Brasil.

As Olimpíadas acontecem na cidade do Rio de Janeiro e em algumas cidades que vão sediar o futebol, mas o Brasil inteiro será contemplado com estruturas como parte do plano de legado desses Jogos Olímpicos. A gente vai poder discorrer um pouco sobre isso, daqui a pouco, com vocês.

Gostaria de cumprimentar a minha amiga, Senadora Fátima Bezerra, com quem tive a oportunidade de dividir momentos importantes na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em debates fundamentais, inclusive com a aprovação do PNE, que foi uma grande vitória para o Brasil e para a educação. Hoje, V. Exª está aqui no Senado de maneira merecida. E a gente tem o prazer imenso de continuar tendo uma relação muito estreita.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Angela Portela e de agradecer muito pela presença aqui, Senadora.

Gostaria de cumprimentar também o Senador Dário Berger.

É importante poder estar com os Senadores aqui.

Quero cumprimentar o Senador Lasier Martins.

Quero cumprimentar o nosso Secretário-Executivo Ricardo Leyser, que, daqui a pouco, vai me ajudar a fazer toda uma exposição sobre as obras da Barra, de Deodoro, e também sobre a Rede Nacional de Treinamento que estamos espalhando pelo Brasil inteiro, entregando pistas de atletismo, entregando centros de excelência, centros de iniciação ao esporte. Estamos levando ao Brasil inteiro, a todas as Regiões, vários equipamentos esportivos para que os jovens – não só os atletas que vão participar das Olimpíadas –, o esporte de base, a formação de base tenha, nesses espaços, a iniciação para a prática esportiva.

Cumprimento o nosso Chefe de Gabinete, Ivan Soares, que está aqui.

Cumprimento o Diretor de Incentivo e Fomento ao Esporte do Ministério do Esporte, Fábio de Castro, que terá uma missão importante, de agora em diante, já que vamos prorrogar a Lei de Incentivo ao Esporte, que foi um grande marco, Senador Romário, nos últimos anos. Ela transformou a relação entre o Poder Público e a iniciativa privada, uma relação sadia que vem se concretizando a cada ano, inclusive, permitindo que tenhamos a construção de muitas arenas multiúso, eventos esportivos, apoio às entidades esportivas. Eu diria que a Lei de Incentivo ao Esporte foi, nos últimos anos, um grande avanço para que possamos massificar a prática esportiva no Brasil. Depender apenas dos recursos públicos é muito difícil em um país tão grande, continental como o nosso.

A União e a participação do setor privado, através dessa lei, inauguraram um novo ciclo, que redundou, já desde 2007, em colocar o Brasil definitivamente no ciclo dos megaeventos esportivos. Tivemos os Jogos Pan-Americanos, em 2007, o Parapan; tivemos a Copa das Confederações; a Copa do Mundo; tivemos os Jogos Mundiais Militares; este ano, teremos os Jogos Mundiais Indígenas lá em Palmas, no Tocantins. É a primeira edição de um campeonato mundial envolvendo etnias de vários países. Já são mais de 42 etnias confirmadas para participar, em setembro agora, da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas. Ano que vem, nós teremos, portanto, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos; e, em 2019, fechamos esse ciclo com a Universíade, que é outro evento importante do esporte mundial.

Quero cumprimentar o Joacy Bastos, ex-Secretário Estadual de Esporte do Rio Grande do Norte, aqui presente.

Vou definir a minha fala em três pontos importantes, já que o objetivo é falar sobre planos, metas e políticas do Ministério do Esporte para este biênio.

Vamos começar com os projetos que virão para cá. Um até já chegou, que é a MP do Futebol, e, diga-se de passagem, houve um esforço muito grande. Nós ficamos 60 dias, no Ministério do Esporte, ouvindo todas as entidades ligadas ao futebol e aos clubes também, já que a MP também contempla os clubes formadores, aqueles em que não necessariamente a prática seja o futebol.

Quanto a essa MP, V. Exª – que será um dos protagonistas aqui no Congresso Nacional – e outros terão agora a incumbência de aprimorar o texto que foi enviado para cá. Algumas pessoas disseram: "Mas há uma reclamação de alguns setores." Todos eles foram ouvidos, da CBF aos clubes das séries A, B, C e D; ouvimos também a Confederação Brasileira de Clubes; ouvimos os atletas, várias ONGs ligadas aos atletas; ouvimos os árbitros de futebol, os preparadores físicos; até os cronistas esportivos foram convidados a discutir conosco o texto da MP do Futebol.

Desses três projetos que falam da relação do Ministério com o Congresso Nacional, um deles é o Sistema Nacional do Esporte, que está sendo preparado e, até setembro, chegará aqui. Ele vai, definitivamente, criar um Pacto Federativo do Esporte no Brasil, envolvendo o setor público, através da União, Estados e Municípios, com os gestores do esporte, e o setor privado, que são as confederações, federações e clubes, as ligas que, eventualmente, existem em todo o País e as empresas que patrocinam o esporte através da Lei de Incentivo. A ideia é que possamos criar, no Brasil, uma política nacional perene, nos mesmos moldes do que acontece com a educação.

Aliás, a Comissão aqui trata de educação, cultura e esporte, que são afins. E, se analisarmos bem lá atrás, a educação brasileira andava passo a passo com a educação física. Era uma prática usual na escola. Lembro-me de que, quando eu frequentava a escola, eu tinha, no turno, as matérias que eram pertinentes ao ano que estava estudando e tinha, no contraturno, atividade física, com avaliação inclusive. Ora, lembro que, quando fui para a escola, minha mãe dizia: "Filho, você tem que aprender a ler, escrever e fazer contas." Então, eu queria provar para meus pais que eu ia ter notas boas, eu ia estudar e ia ser o melhor aluno. Quando eu ia fazer atividade física, como tinha avaliação, eu queria também ter todo um desempenho na atividade física para ter boa avaliação. Isso fez com que, na minha vida, na minha adolescência, a prática esportiva fosse algo corriqueiro, perene.

Nós entendemos que, no sistema nacional de esporte, a primeira coisa que tem que se resgatar é que, nos primeiros anos, na fase mais tenra da criança, ela tenha que praticar educação física. Tem que haver, portanto, um comprometimento. E esse trabalho do sistema será um trabalho interministerial porque ele vai envolver o Ministério da Educação, vai envolver o Ministério do Esporte, vai envolver o Ministério da Cultura, e a ideia é definirmos os papéis, quem fará o quê. Qual vai ser o papel da União a partir da aprovação do sistema? Qual vai ser o papel dos Estados e dos Municípios?

No âmbito do Governo Federal, nós queremos estabelecer as responsabilidades da União na relação com a escola de ensino fundamental, ou seja, o Ministério da Educação terá um papel importante, na lei de diretrizes e bases que será criada, de estabelecer... E o Ministro da Educação já fez, esta semana, uma fala importante com relação aos educadores físicos. Esses avanços farão com que a criança desenvolva, no ensino fundamental, atividade física. No ensino médio, ela terá, através das parcerias com os clubes e federações, a opção de escolher uma modalidade de esporte para desenvolver. A União, quando chegar ao ensino superior, terá uma política de alto rendimento, apoiada pelas universidades, pelo Ministério do Esporte, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Defesa, porque vamos utilizar toda essa estrutura que existe hoje nas vilas militares para prepararmos atletas com rendimento e, consequentemente, fazermos com que o Brasil, definitivamente, esteja sempre entre os primeiros nos *rankings*. Aliás, nos jogos do próximo ano, no Rio, nossa meta é ficar entre os dez na modalidade olímpica e entre os cinco na modalidade paralímpica.

O sistema nacional é, portanto, o marco regulatório da política de esporte no Brasil, porque o que acontece hoje é que você tem um programa, às vezes, muito bem elaborado no Governo Federal, como o Programa Segundo Tempo, mas, às vezes, encontra dificuldades nos Estados de continuidade desses programas, e, nos Municípios, a situação é mais complexa ainda.

Temos um dado, Senador Romário. O Brasil tem mais de 5,5 mil Municípios. Os dados que temos são de que mais de 4 mil cidades não possuem uma secretaria municipal focada no esporte. Aí já começa a descontinuidade de qualquer processo que se inicie no Governo Federal. E o sistema quer tornar isso, portanto, uma obrigação dos gestores municipais.

Na hora que você tem uma lei de diretrizes e bases que define o papel desses entes, obrigatoriamente, cada Município terá que ter uma secretaria, terá que ter um gestor que trate, no âmbito do Município, exatamente quais são as ações que ele terá que fazer para o esporte.

Nós temos Estados também, governadores que não têm secretaria de esporte. É um departamento, às vezes, ligado a uma outra secretaria.

O que o Governo Federal fez? Entendeu que o esporte mereceria ter uma política de Estado, e, desde a criação do Ministério do Esporte, nós temos desenvolvido ações que têm contribuído muito. Claro que temos muito o que avançar, sobretudo no esporte de base, que é o grande desafio nosso.

O Brasil, como eu disse, está muito bem no alto rendimento, avançamos muito. Hoje nós temos atletas que estão entre os dez no *ranking* mundial, ou seja, temos atletas que estão cada vez mais levando o Brasil para o mundo inteiro. E há hoje um plano ousado de preparação desses atletas. O Bolsa Atleta hoje reúne mais de sete mil atletas que são custeados por este plano e, além do Bolsa Atleta, nós temos o Bolsa Pódio. Daqui a pouco, o Leyser vai dar mais os números de quantos atletas hoje recebem uma bolsa, que começa a partir de R$5 mil e chega até R$15 mil, R$20 mil, objetivando que, no próximo ano, esses atletas possam subir no pódio e trazer medalhas.

O grande desafio, o legado de tudo isso é a base. É lá que a gente encontra um abismo ainda enorme.

E, dentro desse plano em que estamos defendendo colocar esses grandes equipamentos, vamos preparar um módulo – ele já está quase pronto. Esse módulo vai para as cidades de até 50 mil habitantes. A ideia nossa é que, em todas as cidades do Brasil, todas elas, até o final dessa gestão nossa, tenhamos pelo menos um módulo desse, que é composto de quadra coberta, um campo de futebol *society* com grama sintética, e uma academia ao ar livre. A partir daí, os Municípios pequenos do Brasil vão poder dar às Prefeituras condições de efetuar programas como o Segundo Tempo, como o PELC, o Esporte na Escola. Nós temos hoje um plano ousado de reforma de quadras nas escolas. Mas tudo isso precisa ter uma legislação e um sistema que funcione, que não tenha descontinuidade, e que, mesmo na troca de prefeitos, de governadores, não sofrerá, porque terá uma lei de diretrizes e bases com planos decenais para definir metas que terão que ser cumpridas a cada dez anos na prática esportiva.

Pode passar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pela ordem, excelência. É possível disponibilizar as transparências aqui para a gente?

O SR. GEORGE HILTON – Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado.

O SR. GEORGE HILTON – Esse sistema nacional está sendo trabalhado por acadêmicos e vai ser aperfeiçoado pelo Conselho Nacional do Esporte, que é um órgão ligado ao Ministério do Esporte. Sexta-feira agora, está saindo a portaria que cria o grupo de trabalho para elaboração do texto final. Ele vem para cá e aqui vai naturalmente ter todas as possibilidades de debater com toda a sociedade, com todas as entidades ligadas ao esporte, com Senadores e Deputados.

A segunda proposta é, como eu disse, a MP do Futebol, que é um programa de modernização do futebol. Essa medida provisória já foi publicada no *Diário Oficial da União*, em 20 de março, e define contrapartidas firmes para o refinanciamento das dívidas dos clubes. Ontem, estive em São Paulo e algumas pessoas perguntaram: "Há pontos que o Governo vai negociar para flexibilizar o texto da MP?" O texto foi amplamente debatido. Portanto, nós entregamos um texto para o Congresso Nacional que, sim, terá todas as prerrogativas de fazer os aprimoramentos.

Nós entendemos que o texto da MP inaugura um novo momento dos clubes de futebol, exigindo *fair plays* financeiros, trabalhistas, exigindo transparência, com publicação de balancetes de todos os gastos, exigindo responsabilidade dos dirigentes por gestão temerária, exigindo dos clubes que eles tenham, sobretudo, um foco na boa gestão, na boa governança.Esse é, para nós do Governo e, em especial, para mim, um momento histórico.

A Presidenta Dilma foi muito feliz quando assinou essa MP, porque nós entendemos que para o futebol – e o nosso Senador, que é para todos nós uma referência não só como campeão mundial, mas como alguém que entende do futebol de forma muito clara, sabe e saberá que esse texto é a redenção – ali nós temos os pontos sobre os quais o Congresso naturalmente vai se debruçar.

O primeiro deles: os clubes devem publicar demonstrações contábeis padronizadas e auditadas, pagar em dia as obrigações tributárias, trabalhistas e direito de imagem, investir no máximo 70% da receita bruta com o futebol. Esse é um ponto de atenção, porque tem clubes cuja única atividade é o futebol. Mas a gente entende também que, quando você fala de futebol, dos 70%, está falando do futebol profissional. Então a ideia nossa quando pedimos para se reservarem esses 30% é para que eles sejam destinados ao esporte de base, ao futebol de base e ao futebol feminino. Aliás, ontem, em São Paulo, eu vi duas iniciativas importantes: a do São Paulo Futebol Clube, que reativou a equipe de futebol feminino, e a do Santos Futebol Clube, que ontem, inclusive, já estreou, numa competição entre o Santos e a Portuguesa, lá na Vila Belmiro, reativando também o futebol feminino.

Manter investimentos mínimos e permanentes nas categorias de base, respeitar todas as regras de transparência da Lei Pelé, que já estão consagradas lá, e a ideia de não antecipar receitas previstas para mandatos futuros. Isso quebrou muitos clubes. Em muitos deles os novos presidentes já chegam praticamente sem condição alguma de fazer um investimento no clube. Então é uma forma de você dar às gestões dos clubes continuidade no processo de investimento sem comprometimento da receita.

Os clubes poderão renegociar suas dívidas no prazo que vai de 120 meses a até 240 meses. Inicialmente eram 180, mas a gente conseguiu convencer a Fazenda a ampliar para até 240.

Os clubes que descumprirem as regras perderão o direito de refinanciar as suas dívidas.

Não há, portanto, nenhum interesse do Governo em interferir em calendários dos clubes, de campeonatos. Esse é um trabalho que os clubes terão que fazer hoje com o órgão maior, que é a CBF. Existe um dispositivo que permite a criação de ligas que poderão fazer isso, mas tudo isso está agora com o Congresso Nacional para o aprimoramento do texto.

É bom destacar que o Governo Federal, sob a minha coordenação, dialogou com todos esses setores: CBF, Bom Senso Futebol Clube, clubes, cronistas esportivos, conforme eu falei aqui no início, executivos do esporte. Nós chamamos os presidentes dos clubes, as federações também vieram aqui, sindicatos de atletas, sindicatos de árbitros, treinadores e preparadores.

Eu queria que registrasse o nome dos Senadores que estão chegando aqui e dos Deputados para a gente fazer a... Já está aqui?

Os sindicatos de árbitros nós trouxemos também para discutir, treinadores e preparadores.

Eu fui várias vezes questionado se a quantidade de emendas que foram apresentadas para a MP, se elas...

Cumprimento aqui a Senadora Rose de Freitas, o Senador Hélio José e o Senador Gladson Cameli, companheiro lá na Câmara agora com essa nova missão aqui no Senado.

O Parlamento, o Congresso Nacional é dotado de Senadores e Deputados que têm um comprometimento com a sociedade. E é um texto extremamente delicado. Tem que haver – e eu tenho certeza de que haverá – um trabalho de responsabilidade por parte de todos em preservar o texto, objetivando, gente, modernizar o nosso futebol. Esse é um anseio não só dos clubes, mas da sociedade brasileira, que ama o futebol, que quer voltar a frequentar os estádios e quer que haja uma política que permita que as famílias voltem a frequentar os

estádios em clima de paz, como sempre foi em anos anteriores. Mas tudo isso passa por contrapartidas claras e rigorosas que nós queremos que os clubes assumam.

Portanto, eu desejo sucesso ao Congresso Nacional nessa comissão especial mista que será criada; desejo sucesso ao Relator, com quem vamos ter também um trabalho de diálogo permanente, para que possamos, então, aprovar esse texto.

E o terceiro projeto que vai vir para cá é a Lei de Incentivo ao Esporte. Essa lei, como eu disse no início, permite que empresas possam doar até 1% do lucro real auferido para projetos de apoio ao esporte, para projetos de apoio a eventos esportivos, para projetos de construção de arenas multiúso. Nós temos, inclusive, vários desses atletas e dessas confederações que estão com atletas treinando para as Olimpíadas sendo beneficiados através dessa Lei de Incentivo ao Esporte, Senador Cameli. Ela vence agora em dezembro, e a Presidenta Dilma já assumiu o compromisso de prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte.

Nós queremos trabalhar o aperfeiçoamento dessa lei, já que ela deu certo, e algumas empresas reclamam da necessidade de nós possibilitarmos que, em vez de 1% do lucro real, possa ser 1% do lucro presumido. E há quem defenda também que aumentemos essa alíquota para 2%, o que vai tornar muito mais atrativa a participação das empresas. Hoje só as grandes empresas é que estão participando, e há empresas de médio porte que querem também ter suas marcas atreladas à prática esportiva, sobretudo neste momento tão bom do esporte. Nós vamos discutir isso aqui com o Congresso. A lei, inicialmente, tinha prazo determinado, mas nós queremos que seja agora por prazo indeterminado, como é a Lei Rouanet, que deu muito certo e vem ajudando muito a cultura em todo o País.

Portanto, Presidente, Senador Romário, Senador Cameli, é importante a Lei de Incentivo ao Esporte tornar-se uma lei por tempo indeterminado. Vamos trabalhar isso com a Fazenda, com o Planejamento, porque, quando passarem os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e também a Universíade, nós teremos que ter sobretudo um olhar de que todos esses recursos hoje destinados para a preparação desses jogos precisam continuar no Ministério do Esporte, para que passemos à outra etapa, que é massificar, em todo o Brasil, a prática esportiva. Para isso, nós queremos que tenhamos várias fontes de fomento desse sistema: o Orçamento Geral da União; nós queremos que a Lei Agnelo Piva, que hoje tem ajudado o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro, os clubes formadores, através da CBC (Confederação Brasileira de Clubes), e que esses recursos oriundos das loterias ajudem também a promover o esporte educacional, o esporte de base, o esporte comunitário. Que nós possamos levar aos rincões mais distantes deste País espaços públicos para que os jovens, as crianças, os adolescentes, a terceira idade possam ter acesso à prática esportiva.

Para os senhores terem ideia, desde que foi criada a Lei de Incentivo ao Esporte, em 2007, foram captados, em 2007, R$50 milhões e aplicados em projetos de esporte de alto rendimento, mas também com foco no esporte de base. Em 2014, foram captados R$252 milhões, isso de R$450 milhões que estão previstos pela Fazenda para a Lei de Incentivo ao Esporte. Então, temos 50% já de captação.

Precisamos fazer um trabalho importante nos Estados. Vou visitar as federações de indústria dos Estados, para fazer, Senadora Rose, um trabalho de convencimento das empresas, para que elas invistam no esporte, para que elas permitam que muitos Municípios que não dispõem dessas estruturas possam tê-la.

Então, olhem o avanço: vocês veem que o gráfico vai mostrando que a cada ano aumenta a participação do setor privado. Ontem, em conversa com os atletas pelo Brasil, eles deram uma ideia que achei importante – o Congresso vai discutir aqui, na hora em que formos prorrogar a Lei de Incentivo ao Esporte –: criar um critério de certificação das federações, dos clubes que permita às empresas, Senador Romário, saber quem são os clubes que realmente têm executado os projetos, têm cumprido todas as etapas, para que essas empresas se sintam estimuladas a colocar recursos nessas entidades via Lei de Incentivo ao Esporte.

De lá para cá, portanto, foi R$1,367 bilhão de recursos captados disponíveis para estímulo ao esporte brasileiro. Então, vejam a importância que o Congresso terá com o Sistema Nacional de Esporte, com a MP do Futebol e também com a Lei de Incentivo ao Esporte.

Agora, a segunda etapa: olhem só alguns projetos que a Lei de Incentivo permitiu. Quanto à canoagem, em Foz do Iguaçu, o BNDES apoia a manutenção da Equipe Permanente de Canoagem Slalom Brasileira lá em Foz, com o valor de R$5,9 milhões, por meio da Lei de Incentivo. O projeto mantém o programa de treinamento unificado dos 24 melhores atletas das categorias oficiais de canoagem slalom, praticada em corredeiras e com obstáculos.

São 150 mil beneficiados em projetos de participação. São cinco projetos que, juntos, levaram atividades esportivas às capitais Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Brasília. Essa ações incentivam a qualidade de vida e a inclusão, além de proporcionar o esporte e a saúde, por meio da Cooper Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte, com sede em São Paulo. Então, são vários eventos, como ciclismo, canoagem, corridas, atletismo, que são beneficiados através

da Lei de Incentivo – o tênis também; temos o tênis internacional lá em Santos e, pelo quinto ano consecutivo, o Campeonato Internacional de Tênis foi também viabilizado através da Lei de Incentivo ao Esporte.

O Clube Pinheiros, que tem uma estrutura impressionante em São Paulo, com 16 modalidades olímpicas, também faz uso desse recurso desde 2008, que já chegou a R$65 milhões. Esses investimentos são revertidos em infraestrutura, equipamentos, equipes multidisciplinares, técnicos e intercâmbio.

A Fundação Amazonas, com o Projeto Arquearia Indígena, seleciona jovens índios para treinamento em tiro com arco. Em outubro de 2014, seis atletas do programa participaram do campeonato brasileiro da modalidade.

O Projeto Futuro Olímpico Guaíra é outro projeto muito lindo também. Esse projeto está no interior de São Paulo e vai beneficiar 900 crianças, adolescentes e jovens.

Vocês podem reparar que a maior parte dos projetos de apoio ao esporte estão em Estados do Sudeste e do Sul. Precisamos mudar isso, essa realidade, e levar para o Norte e o Nordeste também. Para isso, é preciso estimular as empresas dessas regiões.

Agora os programas e ações do Ministério que já existem e terão continuidade até pelo bom desempenho e também porque alguns carecem de aperfeiçoamento.

Para garantir o legado dos grandes eventos, o Brasil alterou a legislação, criou programas, aumentou investimentos, articulou ações, reforçou o esporte na escola e está renovando a infraestrutura. Aí você tem: Atleta na Escola, o Bolsa Atleta, os convênios que temos com vários clubes, convênios diretos do Ministério do Esporte, o Segundo Tempo, que é o Mais Educação, feito em parceria com o Ministério da Educação – anteriormente, era feito também com ONGs, mas tivemos alguns problemas que nos levaram a, naquele momento, excluir convênios com ONGs e fazê-los através de Estados, Municípios, escolas e também universidades – e a modernização da infraestrutura. Esses são programas permanentes que temos no Ministério do Esporte, o que permite, principalmente a partir da aprovação do sistema, que eles tenham continuidade, independentemente de quem seja o prefeito, de quem seja o governador.

Nós entendemos que os pilares do crescimento esportivo se baseiam em três tópicos: estruturação das modalidades esportivas, formação da rede nacional de treinamento – de que o Leyser vai falar daqui a pouco – e a ampliação da prática de atividade física, esses três.

Recebemos aqui o Secretário de Estado de Esporte de Minas Gerais, Carlos Henrique. Muito obrigado por ter vindo.

Esses três pilares, ao nosso ver, Senador Romário, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, são a base fundamental para a revolução da prática esportiva. Amplia-se a prática de atividade física; há uma rede nacional de treinamento, que, a partir do Complexo da Barra e de Deodoro, vai interagir, vai interligar as ações com o Brasil inteiro; haverá também centros de treinamento nos Estados; e haverá Centros de Iniciação Esportiva nos Municípios. Então, essa rede nacional vai estar interligada, e isso faz parte do Plano de Legado dos Jogos Olímpicos.

O esporte de base escolar, que é o programa Atleta na Escola, tem três modalidades olímpicas mais dez paralímpicas.

O programa Esporte da Escola: Segundo Tempo, Mais Educação.

Na infraestrutura e base, estamos com uma programação para dez mil novas quadras em escolas em todo o País, clubes sociais, centros esportivos locais e unidades militares. Inclusive, o Governador da Bahia, Rui Costa, já está fazendo isso com os espaços, as vilas militares da Polícia Militar da Bahia, reformando todas elas para que sejam utilizadas também para o programa Segundo Tempo e outras ações do esporte de base.

No Programa Atleta na Escola, em 2014, quatro milhões de estudantes participaram da fase escolar, na faixa de 12 a 17 anos, e 44 mil escolas foram inscritas para isso. Modalidades olímpicas: atletismo, judô e voleibol. Nas paralímpicas, temos: atletismo, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, golbol, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e voleibol sentado.

Então, juntos, o Ministério do Esporte e o da Educação, em parceria com Estados e Municípios, realizam competições também escolares em níveis de iniciação. Há os Jogos Escolares Estaduais, os Jogos Universitários. As etapas começam nas escolas e, em seguida, nos Estados e nas Regiões, como uma grande seletiva para a etapa nacional, que ocorre nos Jogos Escolares da Juventude, que são realizados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB). O programa incentiva a prática esportiva entre estudantes de 12 a 17 anos de idade de escolas públicas e privadas. Em 2014, o Ministério da Educação investiu R$70 milhões nesses jogos – na preparação desses jogos, é claro.

O Programa Esporte na Escola, que é o Segundo Tempo e o Mais Educação, é o esporte educacional integrado ao projeto pedagógico. Assim como esta Comissão une educação e esporte, além de cultura, é importante essa sinergia dos Ministérios também. Há núcleos em todos os Estados e no DF, com variedade de modalidades.

Senador Romário, o Programa Esporte na Escola, quando começou, em 2010, teve 329 mil alunos atendidos. Hoje, esse número já chega a 3,680 milhões.

Percebam os senhores como foi importante essa integração com o Ministério da Educação. Foi um avanço, foi um salto no Segundo Tempo e no Mais Educação. Vejam o gráfico: de 2012 para cá, estamos aí já com quase 4 milhões de crianças sendo atendidas, e o nosso objetivo é que esses números continuem crescendo em toda essa gestão. Eram 1.149 escolas em 2010; hoje, já temos cadastradas no Segundo Tempo 20.388 escolas em todo o País. Nós queremos dobrar isso e chegar, até 2018, com 40 mil escolas participando do Esporte da Escola.

A modernização da infraestrutura, como eu falava, trata daquelas quadras que a gente quer levar a 10 mil escolas públicas – essa é a previsão. O objetivo é atingir 5 milhões de alunos, e os investimentos vão passar de 3,8 bilhões. Desde 2011, foram contratadas 9.817 obras em 3.807 cidades. Isso distribuído nos 27 Estados da Federação. O eixo Comunidade Cidadã do PAC 2; escolas com mais de 500 alunos.

"Em que estágio está isso?", as pessoas perguntam. Concluídas: já temos 1.067 escolas que já tiveram concluídas essas quadras, num total de 10%. Então, nós temos ainda um longo caminho, Presidente, Senador Romário.

Já estão em obras 3.768, dando 38%.

Em licitação: 1.913, o que dá 19,4%.

Em ação preparatória: 3.063, o que dá 31%.

Portanto, nós temos contratadas já, das 10 mil que a gente tem, 9.817, entre concluídas e aquelas que estão em processo. Vejam algumas que já foram concluídas, que é o que queremos levar para o Brasil inteiro pelo Esporte da Escola.

Volte aí.

Essa aí fica numa escola em Águas Lindas de Goiás, é a quadra da Escola Municipal Érico de Souza.

Essa, em São Félix do Xingu, no Pará, que é a quadra da EMEF Teoria do Saber.

O modelo é esse.

Escola Municipal José Aparecido Ferreira, em Atibaia.

Escola Municipal Pedro Simas de Souza, em Ipirá, na Bahia.

Escola Municipal Maria Gorete, no Rio Grande do Norte. A Senadora estava aqui.

O Bolsa Atleta foi também outro marco muito importante: são 7.262 atletas beneficiados. São cinco categorias nessas bolsas: atleta de base, estudantil, atleta nacional, internacional e a modalidade olímpica e paralímpica. Os atletas recebem 12 parcelas anuais, com valores que variam de R$370 para o de base e estudantil a R$3.100, olímpico e paralímpico.

O orçamento, em 2014, para o Bolsa Atleta, foi de 181 milhões, investidos nesses atletas em todo o Brasil. Foram 6.528 bolsas para esportes olímpicos e paralímpicos. Então, os senhores podem ver que tudo isso é um planejamento muito estudado, visando aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Foram 535 milhões, desde 2005, incluindo 106 milhões em 2014, para os olímpicos e paralímpicos. Então, os senhores podem ver que a maior parte desses recursos está indo para o alto rendimento na preparação desses atletas.

A maior parte das bolsas também é destinada a atletas de categoria de base: 734 bolsistas não olímpicos em 2014, e 44.258 bolsas desde 2005.

Esses são exemplos.

A Ana Sátila, que é o novo talento da canoagem slalom, campeã mundial júnior na categoria K1, feito inédito para o Brasil. Ela é bolsista.

O Isaquias Queiroz, que tem 19 anos, é o novo talento da canoagem velocidade, bicampeão mundial na prova C1 500 metros. Ele também é bolsista nosso.

O Bruno Caboclo, que tem 18 anos, é o novo talento do basquete, escolhido pelo Toronto para disputar a temporada 2014 da NBA. É bolsista nosso.

Esse rapaz foi outra grande revelação que o Bolsa Atleta proporcionou. Esse garoto, o Marcus Vinícius, tem 16 anos, é o novo talento do tiro com arco, vice-campeão da Copa do Mundo. Quer dizer, o Brasil está revelando talentos aí no tiro com arco.

E alguns convênios que a gente já tem com clubes em todo o Brasil, clubes formadores. São 127 convênios, 40 instituições, num total de R$289 milhões investidos. São recursos do Ministério do Esporte, chegam a modalidades paralímpicas e olímpicas em todos os Estados.

Para os senhores terem ideia do esforço, de como estão as políticas do Governo da nossa Presidenta Dilma de apoio ao esporte no Brasil, em um ano, os convênios aumentaram em 420%: de R$4,5 milhões, em 2012, pulou para R$23,4 milhões, em 2013. E a maior parte dos recursos foram aplicados em estrutura de treinamentos, equipamento para as modalidades, contratação de profissionais e formação de equipes de base.

O Minas Tênis Clube, lá na minha querida Belo Horizonte.

O Esporte Clube Pinheiros, com várias modalidades aí: atletismo, badminton, basquete, esgrima, ginástica artística.

Alguns clubes disseram: "Mas por que só esses clubes tradicionais têm tido?" O critério é que os clubes apresentem projetos para a preparação de atletas de alto rendimento. Esses projetos vão para a CBC, há uma equipe técnica que avalia, faz a avaliação – Lars Grael, inclusive, é um dos que fazem parte dessa equipe técnica – e, uma vez o projeto aprovado, o recurso é imediatamente liberado para o clube formador.

O Tijuca, no Rio, é outro que também tem uma parceria muito grande com a gente.

O Sogipa, lá no Rio Grande do Sul, com estrutura para treinamentos.

O Grêmio Náutico União também: judô, remo, ginástica, esgrima.

E agora a gente vai para a preparação dos jogos do Rio 2016. Vou pedir para o nosso Secretário-Executivo, o Leyser, que durante todos esses eventos, desde o PAN, trabalhou toda a montagem, toda a coordenação, desde a matriz, desde a assinatura da carta de intenção, do protocolo de intenção tanto dos Jogos Pan-americanos, Parapan, e, agora, Jogos Olímpicos e Paralímpicos, faça agora um apanhado das obras da Barra, de Deodoro, e da Rede Nacional de Treinamento, que estão sendo espalhadas aí em todo o País, como defesa do legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016.

Então, Senadora Angela Portela, eu queria pedir permissão para passar a palavra ao nosso Secretário-Executivo, para que ele discorra sobre aquilo que é hoje a expectativa de todos nós, que são os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Ricardo Leyser.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu queria parabenizar o Ministro George Hilton e passar a palavra ao Secretário-Executivo Ricardo Leyser.

O SR. RICARDO LEYSER – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Bom dia, Ministro.

A ideia é fazer um pouco o balanço da preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, não só do ponto de vista das obras que vão sediar o evento propriamente dito, mas de toda a estratégia de construção daquilo que a gente chama de legado dos Jogos Olímpicos, ou seja, aquele planejamento que o País fez para transformar a situação do esporte brasileiro a partir da oportunidade que se cria ao sediar os Jogos Olímpicos.

Nós temos quatro pontos principais nesse legado, que são constituídos pelo Centro de Iniciação ao Esporte, pela Rede Nacional de Treinamento, pelas obras olímpicas propriamente ditas, onde vai acontecer o evento, e pelo Plano Brasil Medalhas, que é o planejamento do Brasil para que a sua delegação tenha um bom desempenho em casa, aqui nos jogos.

O primeiro projeto é o Centro de Iniciação ao Esporte. É uma iniciativa do Governo Federal, do Ministério do Esporte, através do Programa de Aceleração do Crescimento, do PAC 2, para tentar sanar uma deficiência muito grande dos Municípios brasileiros em torno da estrutura esportiva para o esporte de base, para aqueles jovens que começam a fazer uma prática já mais estruturada do esporte, e não tem um local adequado.

Como os Srs. Senadores sabem, a nossa infraestrutura esportiva é antiga, muito dela data da década de 70 e não tem mais as dimensões adequadas para a prática do futsal, para a prática do voleibol, para a prática da ginástica rítmica desportiva. Hoje, por exemplo, o handebol e o futsal precisam de uma quadra com dimensão de 20 por 40. A maior parte das quadras brasileiras tem 15 por 35. Hoje, para jogar o voleibol, a gente precisa de 12 metros de pé direito. As crianças, meninos e meninas, são muito altas e saltam muito alto hoje. A maioria dos nossos ginásios não tem essa altura. Então o Centro de Iniciação vem ao encontro dessa necessidade de se criar infraestrutura para essa iniciação esportiva.

São três módulos: um módulo só com ginásio, outro com ginásio e uma quadra externa e outro com ginásio e um minicomplexo de atletismo. Estão distribuídos pelo Brasil.

A visão do Ministério do Esporte é de que esse legado dos Jogos Olímpicos precisa ter um caráter nacional, precisa beneficiar todos os Estados brasileiros. Então nós temos hoje 250 Municípios já contemplados. São 264 centros de iniciação que estão contratados e essa é a distribuição regional dessa infraestrutura que vai ser um importante legado para o nosso País.

O SR. GEORGE HILTON – Eu vou fazendo algumas falas na exposição do Leyser.

Volte lá, por favor, Hugo.

Observem que o Brasil todo foi contemplado com esses Centros de Iniciação ao Esporte, porém, se a gente analisar o Centro-Oeste, apenas 8%. E como foi obra do PAC, do PAC 2, isso é feito diretamente com os Municípios. Então cabe ao Município fazer a inscrição na Secretaria Nacional do PAC e se habilitar. Coube ao Ministério do Esporte, portanto... Não somos nós que fazemos a seleção dos Municípios. Alguns Deputados, quando estive na Câmara, disseram: "Mas, poxa, o meu Estado ali só tem um, só tem dois". Essa foi uma ação direta dos Municípios com o Programa do PAC 2. E os recursos seguem alguns critérios que o PAC define para que os Municípios possam ser selecionados. Alguns Municípios queriam até mais do que um, mas, pelos crité-

rios do PAC 2, foram contemplados com um, porque tem o critério também, Leyser, de habitantes, não é isso? Agora, o Sudeste, não tenha dúvida, está aí muito bem atendido: 40% dos Centros de Iniciação; Nordeste, 29%; Sul, 13%; Norte, 10%; e Centro-Oeste, 8%.

A ideia nossa – e eu já estive com o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa – é de que no PAC 3 a gente possa continuar tendo, mesmo com todo esse ajuste fiscal, mais condições de selecionar mais Municípios para que a gente possa ter esses Centros de Iniciação ao Esporte.

O SR. RICARDO LEYSER – Como o Ministro disse, os Municípios que podiam ser contemplados tinham um critério populacional: acima de 100 mil habitantes no Sul e no Sudeste; acima de 70 mil no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. E eles visam, então, a esse incentivo à prática esportiva em regiões com baixo IDH, fazendo conexão também com os programas Atleta na Escola, Esporte na Escola, Segundo Tempo, criando o primeiro nível da Rede Nacional de Treinamento.

Os equipamentos fazem o primeiro desenvolvimento da nossa juventude, dentro do esporte. É um investimento hoje estimado em torno de R$1 bilhão, são R$967 milhões, dentro do PAC 2. É o maior investimento, a maior seleção única para a infraestrutura do esporte de que temos notícia na história do Ministério do Esporte.

O SR. GEORGE HILTON – Aí tira aquela ideia de que só o Rio de Janeiro foi contemplado com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Não, o cuidado que nós tivemos, até diferenciando os Jogos Pan-americanos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, era justamente fazer com que, no Brasil inteiro, o brasileiro vivesse esse momento olímpico, não apenas pela televisão, mas tendo espaços propícios para iniciação e também para os atletas de rendimento.

O SR. RICARDO LEYSER – A Rede Nacional de Treinamento é um programa do Ministério que busca articular todos os equipamentos espalhados pelo Brasil, todas as infraestruturas, no sentido de criar um caminho para o atleta. Sabemos que muitas vezes os atletas aparecem em cidades pequenas, em regiões mais distantes, que não têm, necessariamente, uma piscina olímpica, uma pista de atletismo, não têm todo o equipamento necessário para fazer todo o seu desenvolvimento. Então, é preciso criar um caminho ligando os centros onde esses atletas começam a aparecer, os centros onde eles vão ser desenvolvidos, até aqueles centros que são necessários, com laboratórios, com ciência do esporte, já voltados a um desenvolvimento dos times, das seleções brasileiras.

Então, a Rede Nacional é esse programa que, para cada modalidade, tenta criar essa rede de estruturas, de centros, para criar esse caminho para o atleta. Ela é composta por centros locais, regionais ou nacionais, em parceria do Ministério do Esporte com o Comitê Olímpico, com o Comitê Paralímpico, com as confederações, com os governos locais, regionais. A ideia é conseguir construir, realmente, essa visão da iniciação, da base, da identificação de novos talentos até a seleção.

Aqui são alguns exemplos recentes dessas infraestruturas que estão sendo colocadas. No atletismo, temos aí uma atenção especial, porque é uma modalidade muito importante para a base.

Aqui é a Arena Caixa, em São Bernardo do Campo, o antigo Volkswagen Clube.

A Senadora Fátima Bezerra não se encontra, mas ela nos ajudou muito na UFRN, nessa pista que foi construída, com o apoio da Senadora, na Federal de Minas Gerais.

Então há uma parceria grande com as diversas federais, para criar, dentro do atletismo brasileiro, essa visão da Rede Nacional, com pistas espalhadas pelo Brasil, todas pistas em condições de receber competições, fazer um treinamento mais adequado. São equipamentos públicos, abertos, geralmente, das universidades federais, em alguns casos, do Município e Estado, mas espalhados por todos os Estados brasileiros. Nosso objetivo é, em 2016, que todas as capitais brasileiras tenham, ao menos, uma pista de atletismo em condição de sediar uma competição oficial e fazer o desenvolvimento dos atletas. Faltam quatro pistas para a gente contratar este ano.

Outra iniciativa, em algumas modalidades, é o centro principal daquela modalidade. O Brasil tem uma experiência muito grande com centros de vôlei, em Saquarema, muito da nossa hegemonia do vôlei veio daquele trabalho em Saquarema, e estamos replicando para outras modalidades essa experiência.

Aqui, em São Bernardo também, é o Centro de Handebol, são dois ginásios, vai ser a casa da seleção brasileira. Temos um time feminino campeão mundial de handebol, é uma grande chance, uma modalidade muito praticada nas escolas, pela juventude brasileira, e vai ter em São Bernardo a sua casa.

Para a ginástica, que é uma modalidade em que o Brasil também tem despontado com vários atletas, a gente tem várias infraestruturas espalhadas pelo País, com essas estruturas de ginástica, especificamente, compondo a Rede Nacional.

Pode passar.

Aí são exemplos da distribuição, no Brasil, desses diversos centros.

O SR. GEORGE HILTON – É interessante, Leyser, falar que são equipamentos modernos, de última geração. Todos eles não perdem absolutamente nada para os dos países que já são considerados potência esportiva e que oferecem esses equipamentos para os atletas.

O SR. RICARDO LEYSER – Aqui um dos últimos exemplos: Centro Pan-Americano de Judô, centro nacional, na Bahia.

Quer dizer, aqui a ideia é mostrar a distribuição regional desses centros nacionais das diversas modalidades.

Pode passar.

Todas essas foram inaugurados recentemente – aqui, na UnB –, casas das seleções brasileiras, criando uma nova condição, Ministro, para os nossos atletas que vão disputar em 2014.

As duas joias da coroa, encerrando essa parte da Rede Nacional, que são o Centro Paraolímpico Brasileiro, Senador Romário, em São Paulo, que também está em nível avançado de construção, segundo essas fotos. É fundamental para a estratégia brasileira de estar entre os cinco primeiros do mundo. Esse é o estágio, agora em março, da construção do centro. Esse é o Centro Paraolímpico Brasileiro.

O último centro importante é o de Fortaleza. É um centro regional para o Nordeste, tentando levar ao Nordeste uma infraestrutura que hoje não é disponível, para que possamos ter, nas diversas regiões, a possibilidade da prática do esporte mais sistematizada.

Pode passar.

Essas ilustrações mostram todas as obras ficando prontas agora até o meio do ano.

E a Rede vai ser composta por isto: o legado da Olimpíada, que é o Centro Olímpico de Treinamento, com esses centros nacionais que nós mostramos, como o de judô, de handebol; centros regionais como esse de Fortaleza; e os diversos centros locais, como o Centro de Iniciação ao Esporte. Isso, para cada modalidade, cria, então, esse conceito da Rede Nacional.

O SR. GEORGE HILTON – Observe aqui – volte lá um pouquinho –: esse é o que eu considero grande plus, porque, quanto a todas essas estruturas do Brasil inteiro, quem cuidará delas? Quem vai fazer a gestão desses espaços? Por isso que o sistema nacional tem que ser aprovado aqui, no Congresso Nacional, porque ele vai definir o papel de todos os entes: União, Estados e Municípios. Quem vai fazer a gestão depois? E o papel das confederações? E o papel dos clubes, das federações?

Então, vê-se no desenho claro, ali na pirâmide: o Centro Olímpico de Treinamento, que é na Barra da Tijuca, Deodoro, com todas aquelas instalações; os centros nacionais de treinamento, que ficarão nas capitais, naturalmente; os centros regionais de treinamento; os centros locais de treinamento, que são os de iniciação ao esporte; os clubes, sistemas, unidades militares – quero destacar a importância das Forças Armadas dentro do sistema; tanto o Exército, quanto a Marinha e a Aeronáutica terão um papel importante nisso aí –; e a iniciação esportiva, que é a base, com o atleta na escola.

Nós vemos claramente aí o legado, a Rede Nacional de Treinamento, que vai ficar depois. A pergunta que não quer calar é esta: o que será, depois, dos Jogos Olímpicos? É essa estrutura aí, que será perene, através de uma legislação federal que vai exatamente definir o papel de todos eles.

O SR. RICARDO LEYSER – O.k., Ministro.

Então, o COT, que se refere às obras olímpicas, ganha esse caráter de centro multidisciplinar pós-2016, sendo aí o principal legado nosso.

Aqui em Deodoro, vai ser um parque olímpico com essas modalidades; na vila militar do Rio de Janeiro, com apoio ali do Centro de Capacitação Física do Exército, vai ser o grande parceiro na gestão futura desse pedaço do Centro Olímpico de Treinamento; e, na Barra da Tijuca, o outro parque olímpico, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, vai ser o outro braço do nosso Centro de Treinamento. Aqui são os estágios atuais.

Falando dos jogos propriamente ditos, aqui são os gastos dos Governos que estão consolidados na matriz responsabilidade. São 56 projetos olímpicos, hoje orçados em R$6,6 bilhões. Esse é hoje o orçamento dos Governos para os Jogos olímpicos e Paralímpicos.

Podemos ver que tivemos muito sucesso na participação da iniciativa privada. Hoje praticamente dois terços, 64%, são recursos privados e apenas um terço são recursos públicos nos investimentos para os Jogos Olímpicos.

Além disso, vamos atualizar, semana que vem, o Plano de Políticas Públicas, que é a antecipação de legados de transporte, de sustentabilidade para os jogos. São 27 projetos de infraestrutura, mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura, que estavam previstos para acontecer no Rio de Janeiro e que foram acelerados para coincidir com o período dos jogos.

Alguns exemplos, como o Laboratório de Controle de Dopagem, que está sendo inaugurado agora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era uma obrigação internacional do Brasil. O Brasil estava em desacordo com a Convenção da Unesco de controle de dopagem; hoje, com o novo laboratório, a gente passa a estar

dentro dessa *compliance*, atendendo aos requisitos que a Unesco tem hoje para essa política de combate ao *dopping*, o que é uma coisa importante.

Por último, o Plano Brasil Medalhas é o apoio ao nosso time, propriamente dito, à nossa seleção brasileira.

Vamos passar.

A nossa meta, claro, é classificar o Brasil entre os dez primeiros no quadro geral de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos. É a primeira vez que o Brasil vai com uma meta, com um objetivo a ser cumprido.

Foi R$1 bilhão destinado a esse programa, que contempla alguns daqueles centros de treinamento de que a gente já falou, mas principalmente, apoio aos atletas, às seleções, com diversas ações para que eles se preparem rumo aos jogos.

São 26 as modalidades olímpicas que hoje estão contempladas e 16 modalidades paralímpicas. Então, esse é o retrato das modalidades que podem ganhar medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos.

São 403 atletas hoje beneficiados com essas bolsas. O Plano Brasil Medalhas propõe o Bolsa Pódio, no valor de R$5 mil e R$15 mil, voltado a atletas de alto rendimento. São 403 atletas já apoiados. Esses são os retratos dos atletas que têm chance de ganhar medalhas.

O SR. GEORGE HILTON – Vou encerrar, agradecendo ao Secretário Leyser. Depois, os Senadores e Senadoras poderão tirar dúvidas com relação a tudo que envolve a preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Esse vídeo agora demonstra exatamente a dimensão que nós, que o Governo Federal tem da importância dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, não somente para o Rio de Janeiro, para a cidade do Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil. É um vídeo pequeno, eu gostaria que os senhores pudessem assisti-lo, porque ele, a meu ver, é a síntese de que nós estamos avançando muito, de que há, sobretudo, um novo olhar, no Brasil, de uma política focada, realmente, para a massificação da prática esportiva.

Vamos ver.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. GEORGE HILTON – Bom. Então, é isso.

Agradeço, imensamente. Perdoe-me pelo prolongamento, mas é importante, porque é uma agenda do País hoje. É uma agenda positiva.

Quero agradecer ao Senador Romário; agradecer também ao Senador Ivo Cassol, que nos prestigia aqui com sua presença; às demais Senadoras e aos Senadores. Agradeço também ao Leyser e a todo nosso *staff* do Ministério do Esporte, que está aqui para que possamos esclarecer eventuais dúvidas que as senhoras e os senhores tiverem.

Coloco nosso Ministério à disposição de todos, para que juntos possamos construir uma política nacional focada no esporte de alto rendimento, mas, sobretudo, com a clareza de que a base hoje é nosso grande desafio para que a gente massifique o esporte em todo País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Ministro.

Muito obrigado pela participação, Ricardo Leyser, Secretário Executivo do Ministério do Esporte.

Gostaria de registrar aqui a presença de Ivan Soares, Chefe de Gabinete do Ministro do Esporte; Carlos Geraldo, Secretário Nacional do Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte; Hugo Braga, Assessor Especial do Ministério do Esporte; José Joacy Bastos, ex-Secretário do Esporte do Rio Grande do Norte; Carlos Henrique Alves, Secretário de Esportes de Minas Gerais; Fábio de Castro Patrício, Diretor de Incentivo e Fomento ao Esporte do Ministério do Esporte; Louise Bezerra, representante da Rede Esporte pela Mudança Social; Eveline Santos, Assessora Parlamentar da Aner – (Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais); Ângela Balta, representante do Projeto Eu Também Posso; Jacob Lusk, representante do Projeto Eu Também Posso, também aqui presente; André Duarte Canellas, Assessoria Especial do Comandante da Marinha. Gostaria também de fazer um agradecimento especial a Dânia Vasconcelos e Rafael dos Santos, que são nossos intérpretes de Libras.

Os agradecimentos, Ministro, deixarei mais para o final. Vou franquear aqui a palavra a nossos Senadores.

Eu, como autor do requerimento, teria até – como está no Estatuto – direito a fazer as perguntas, mas vou declinar e passar para que nossos Senadores possam tirar suas conclusões, suas dúvidas e fazer suas perguntas.

Por ordem de inscrição aqui, cada Senador terá cinco minutos. Os Senadores e as Senadoras terão cinco minutos para fazerem suas perguntas e tirarem suas dúvidas.

Primeiro, passaremos a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Romário, queria parabenizá-lo por essa excelente iniciativa e por esse debate de alta relevância para o nosso País que V. Exª propicia.

À S. Exª o Ministro George Hilton e ao Secretário Executivo do Ministério, meus cumprimentos, minha saudação pela longa e mas importante exposição aqui colocada.

Seria importante, Sr. Ministro, que procurássemos, como o senhor colocou, definir melhor esse projeto que vai regularizar a utilização do legado pós-Olimpíada. Então, é importante ter esse PL em mãos o mais rápido possível, para podermos trabalhar para garantir, de fato, essas dez mil quadras, essas ampliações, essas melhorias e construções de pistas de atletismos. E que esses ginásios fiquem abertos nos finais de semana, para não inviabilizar a utilização desse importante legado pelo nosso País como um todo.

Quero dizer que eu e a Senadora Rose de Freitas, que está aqui ao meu lado, somos da CMO (Comissão Mista de Orçamento).

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Permita-me, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Pois não, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sem querer interromper e já interrompendo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Não; tranquilo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – E a Presidenta, Ministro, é a Senadora Rose – Presidenta da Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Para muito prazer nosso, as mulheres comandando o Orçamento da União pela primeira vez. Por isso é com muita honra que nós Senadores estaremos colaborando para que seja um orçamento maravilhoso.

Nós temos um compromisso de luta juntos aqui – a Rose, eu e outros – para não deixar que haja cortes tanto na educação, quanto na saúde e, também, especificamente esse ano, nos esportes.

Sabemos que vem um corte muito alto agora no orçamento, que estava lá no Governo – de R$70 bilhões. Então, eu queria saber se isso vai afetar esse planejamento da Olimpíada? Como o ministro está pensando em fazer? Porque o Brasil vai estar, todo ele, de olho nessa Olimpíada; é uma grande esperança para nós.

Por isso fiz questão de estar aqui esse tempo inteiro para ouvi-lo. Eu sou da Comissão de Direitos Humanos; há uma lista intensa lá agora, neste momento; há outras questões; nós temos que ir ao plenário; eu e a Rose temos que conversar com os Líderes sobre o Orçamento.

E, aí, Ministro, é muito importante para o nosso País essa popularização e o uso contínuo pós-Olimpíada; essa oportunidade.

O Senador Romário, um Senador audacioso, que atua de uma forma muito correta... Eu quero, Senador, inclusive parabenizá-lo por essa utilização da língua de sinais aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Isso demonstra o compromisso para podermos acessar toda a população.

Aí, Ministro, eu queria... Brasília, por exemplo. Brasília, você sabe que é Município e Estado ao mesmo tempo. Parece-me que não consta nenhuma obra específica dessas praças esportivas, desses centros esportivos nas nossas cidades aqui da periferia do Distrito Federal, que são cidades muito carentes e que precisam desse tipo de atenção.

Eu gostaria de, depois, discutir com o senhor – eu e a Senadora Rose vamos até pedir uma audiência para conversar sobre o orçamento do próximo ano – sobre essa questão de como nós podemos dar um *up* nessa discussão do Distrito Federal, para propiciarmos às comunidades carentes – Sol Nascente, Morro da Cruz – aqui de Brasília a possibilidade de estar, realmente, recebendo essas quadras, esses centros esportivos de que queremos tanto dotar a capital.

O Brasil já foi campeão em várias modalidades, mais até por um mérito próprio da pessoa, igual ao Romário, por exemplo, nosso campeão mundial, e alguns, como o nosso querido Adhemar Ferreira da Silva, que foi bicampeão mundial de salto triplo. O Brasil sempre teve tradição em alguns esportes. É importante que consigamos aproveitar essa oportunidade da Olimpíada para que possamos desenvolver também os outros esportes, nos quais muitas vezes o Brasil ficava renegado a segundo plano.

Concluindo, ainda tenho um minuto de meu tempo, mas tentando agilizar para até propiciar a que outros possam também falar... Ministro, quero colocar-me à disposição para colaborar naquilo que for necessário, porque sei que o esporte é a possibilidade de a gente tirar a criança da droga e a oportunidade de dar uma saída a essas pessoas que passam muita dificuldade. Então, é muito importante o trabalho que o senhor estará coordenando.

Eu espero participar dessa MP do Futebol e ajudando naquilo que for possível, pois também sei da magnitude dessa MP para nosso futebol, que é o principal esporte brasileiro.

A última pergunta que eu gostaria de saber: o Brasil tem um monte de quadra esportiva de futebol de salão. Futebol de salão nunca participou de Olimpíada. Eu quero saber se a gente vai garantir, porque o País

que é sede tem direito a incluir alguns esportes, que o Futebol de Salão seja, de fato, esporte olímpico para esta Olimpíada no Brasil, até em homenagem aos milhares de atletas que praticam esse esporte, diuturnamente, em nosso País.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Ministro. Como somos poucos Senadores, nós vamos conduzir este debate da seguinte forma: os Senadores fazem, primeiro, as perguntas – no caso, são cinco inscritos –; depois, V. Exª responde.

Muito obrigado.

O SR. GEORGE HILTON – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra, agora, ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero também cumprimentar V. Exª, Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobretudo pela iniciativa de convidar o Ministro para fazer uma ampla exposição das políticas de esporte para o Brasil nos próximos quatro anos.

De fato, eu entendo que o esporte é um braço importante, fundamental da educação e da formação de nossos jovens. Eu entendo também que a educação, Presidente, deve seguir uma receita simples: valorizar o professor para garantir o futuro do aluno.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E, nesse sentido, Presidente, V. Exª, que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tem uma grande responsabilidade – evidentemente compartilhada por nós Senadores –, porque nós temos uma dívida muito grande, ainda, com a educação. E acho que a grande revolução, inclusive ética e moral, que todos os brasileiros estão a exigir de nós passa pela formação das futuras gerações. Então, queria parabenizá-lo sobre isso.

Em segundo lugar, voltando fundamentalmente ao nosso tema de hoje, quero parabenizar o Ministro, que demonstra tranquilidade, capacidade de gestão, experiente Parlamentar que é. Então, quero cumprimentá-lo e também seu Secretário Executivo, porque fizeram aqui uma brilhante exposição.

Chamaram-me a atenção muitos pontos. Inclusive, quero pedir desculpas a V. Exª, pois tive de me ausentar e não pude acompanhar plenamente a apresentação. Quero fazer uma sugestão, Senador Romário – também a V. Exª –, pois acho que nossas apresentações, nossas audiências públicas têm que ser mais sucintas, porque, a exemplo de meu caso – tenho certeza de que outros Senadores também –, somos membros efetivos e suplentes de outras Comissões que funcionam simultaneamente neste horário. E acho muito indelicado, Ministro e Presidente, eu me ausentar quando o Ministro ou uma autoridade estiver aqui na exposição de seu plano, de sua política quanto a seus objetivos, etc. Razão pela qual nós temos de dar uma sintetizada nisso para que a gente possa abordar de maneira mais objetiva todas nossas relações. Eu tenho certeza de que, como Parlamentar, vai entender exatamente o que estou mencionando a V. Exª.

O senhor quer dizer algo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, a gente até pode começar a fazer isso com possibilidade grande de sucesso para a próxima audiência, mas em se tratando do Ministro que é e da Pasta que assume... Eu não acredito que os outros não sejam, mas essa Pasta é especial na minha vida por se tratar de esporte. Por isso, eu liberei o tempo de que ele precisou realmente, para fazer sua explanação.

Agradeço pela contribuição, pela colaboração quanto à possibilidade de começarmos a fazer isso nas próximas audiências públicas.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perfeitamente justificado. Inclusive, quero colaborar com V. Exª.

Eu acabei tomando um gole d'água agora e me deu um certo engasgo.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas quero rapidamente completar o meu tempo e pedir mais um minuto. Como propositor, vamos dizer assim, dessa dinâmica, eu deveria ser um exemplo; mas considerando que V. Exª me aparteou e tomou um tempo, quero pedir para V. Exª restabelecer um pedacinho do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O senhor terá mais um minuto.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero dizer ao Ministro que uma das questões que me preocupam, uma vez que fui Prefeito de Florianópolis, fui Prefeito de São José, na grande Florianópolis, é perceber que o Governo Federal desenvolve uma política, o Governo estadual desenvolve outra, e o Governo

municipal desenvolve outra. E aí todo mundo sai trabalhando, só que os resultados acabam não aparecendo. Então, chamou-me muito a atenção a questão do Pacto Federativo no esporte. Chama-me muito a atenção o Pacto Federativo de todas as formas, porque sou um Senador municipalista.

Eu acho que é no Município que nós temos que investir a maior parte dos nossos esforços e dos nossos recursos. É no Município que se pratica o esporte, é no Município que o cidadão vive, é no Município que ele precisa de atendimento à saúde, etc.. Isso já foi discutido e debatido ao longo do tempo. Então, a questão da municipalização é importante.

Outro aspecto bastante importante é essa política nacional. Eu até sonho – não sei se é possível – verticalizar alguns projetos bases, essenciais, vamos dizer assim, que pudessem ser amplamente discutidos, para que efetivamente pudessem seguir uma hierarquia do Governo Federal, do Governo estadual e do Governo municipal. Não sei se são dois, três, quatro, cinco ou dez – quanto mais, evidentemente, melhor –, e que isso fosse pré-requisito para a destinação de recursos para outros programas e para outros projetos em nível municipal e em nível estadual. Penso que, aí, nós estaríamos, realmente, criando uma política nacional de forma mais objetiva. Evidentemente, seria uma forma mais impositiva, mas, quando não temos a colaboração dos companheiros e dos entes federados para uma integração espontânea, acho que, para começar, nós poderíamos buscar, então, uma política nacional através da verticalização.

Portanto, era mais ou menos essa a minha contribuição, mas me preocupa também a situação dos Municípios brasileiros hoje. V. Exª, como Parlamentar, sabe muito bem do estado de falência que os Municípios e os próprios Estados estão vivendo. Pouco recurso, muitas obrigações. O Governo tem centralizado, infelizmente, a questão do Pacto Federativo. Centraliza muito. Legislou com contribuições, etc. e tal, e o Governo tornou-se relativamente imperialista, pois concentra grande parte dos recursos, em detrimento dos Municípios e dos Estados brasileiros.

A minha pergunta é a seguinte: eu sei que agora o senhor está com um orçamento relativamente importante, em função das Olimpíadas de 2016, mas me preocupa também o atendimento aos Municípios. Eu queria saber se o senhor tem orçamento, quanto o senhor tem, o que é possível fazer para auxiliar e dinamizar os Municípios brasileiros e, no meu caso, especificamente, lutar pelos Municípios catarinenses?

No mais, parabenizar V. Exª e me colocar à disposição para ajudá-lo a enfrentar os desafios, as barreiras e os obstáculos que o cargo evidentemente lhe impõe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Passo a palavra, agora, à Senadora Fátima Bezerra

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é claro, quero cumprimentar os demais Parlamentares, convidados e convidadas; cumprimento de forma muito carinhosa o Ministro George Hilton, nosso parceiro na Câmara dos Deputados. Como ele mencionou, lá travamos lutas memoráveis em defesa da educação, da aprovação do Plano Nacional de Educação; cumprimento **O SR. RICARDO LEYSER**, Secretário Executivo; e, em nome do Ministro e de Ricardo Leyser, cumprimento os demais servidores que fazem parte da equipe do Ministério do Esporte.

Ministro, quero aqui adiantar para o senhor que ontem aprovamos requerimento, junto com o Senador Romário, para a realização de uma audiência pública que terá como tema exatamente o futebol feminino. Faremos um balanço do futebol feminino tanto no Brasil como levando em consideração também a conjuntura mundial. Na verdade, apresentamos o requerimento atendendo a uma solicitação das entidades que representam o futebol feminino no País.

Há 120 anos, no dia 23 de março, Sr. Ministro e Sr. Ricardo, foi registrada a primeira partida de futebol feminino no Brasil. E o fato é que, infelizmente, Senadora Rose, o futebol feminino é uma modalidade ainda muito esquecida. Muito, muito, muito mesmo. Tanto é que só muito recentemente teve início um protagonismo maior, inclusive do nosso próprio País. É bom lembrar que, por exemplo, a seleção brasileira de futebol feminino, hoje considerada a melhor seleção da América do Sul, só muito recentemente ganhou esse destaque. Marta foi considerada a melhor jogadora de futebol do Planeta por cinco anos seguidos.

Mas o que quero dizer é que, não obstante a seleção brasileira de futebol feminino ser considerada uma das melhores do mundo, mesmo assim, repito, ela tem recebido pouco apoio de dirigentes, da torcida e até da imprensa. Portanto, a audiência pública que solicitamos, junto com o Senador Romário, é exatamente no sentido de cobrar do Poder Público e da sociedade, de dialogar com a torcida e com a imprensa, com encaminhamentos e ações concretas, para reverter essa situação.

Desde já adianto, Ministro George Hilton, que um dos temas, Senador Romário, que vamos discutir nessa audiência pública é exatamente a Medida Provisória nº 671/15, que está em discussão e que trata da questão

do futebol. Vamos discutir com o Ministro o aspecto da medida provisória que trata de uma das contrapartidas da medida assinada...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – ... no final do mês passado e que é exatamente a de que os clubes invistam obrigatoriamente nas categorias de base e no futebol feminino para terem suas dívidas negociadas. Isso é fundamental. Inclusive, se o Ministro já puder se colocar frente a isso, pode fazê-lo.

Digo que é fundamental porque temos conhecimento de que há resistência por parte de alguns clubes, e isso não pode prosperar. Não é justo, de maneira nenhuma, que essa iniciativa tomada pela Presidenta Dilma na Medida Provisória, de apoiamento às categorias de base e ao futebol feminino, seja prejudicada. Nós tínhamos que garantir isso aqui.

Então, vamos combinar com a Assessoria de V. Exª a sua agenda, porque consideramos que é muito importante que V. Exª esteja aqui quando dessa audiência pública.

Vamos trazer o Ministro da Cultura, da Educação, a sociedade civil, as entidades, para que façamos um debate bem proveitoso, um debate bem produtivo.

Segundo, quero aqui agradecer, Ricardo, pelos investimentos do Ministério do Esporte lá no meu Estado, no que diz respeito exatamente à pista de atletismo. Em breve, espero que o senhor a conheça. É a mais bonita do Brasil. Dizem que não é só do Brasil: é uma das mais bonitas do mundo. Ficou muito bonita, realmente. Nós temos aqui o Joacy, nosso ex-Secretário, e temos que reconhecer, sem dúvida alguma, o papel do Ministério, porque os recursos vieram do Ministério; mas eu quero render homenagens à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à nossa Reitora, Profª Ângela, à sua equipe, que fizeram, Senadora Rose, uma obra de muita qualidade.

Ao mesmo tempo, quero dizer a V. Exª que queremos agora a pista de atletismo para a Universidade Estadual de Mossoró, bem como, para o próximo ano, queremos levar esses investimentos também para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e para a cidade de Macaíba, Ministro, pois já está em curso lá a construção de uma vila olímpica, feita, até o presente momento, com os esforços exclusivamente – vou concluir, Senador Romário – do Prefeito Fernando Cunha, de Macaíba.

É um projeto que tem muita sustentabilidade. Macaíba faz parte da região metropolitana, e nós queremos muito que o Ministério do Esporte chegue junto à cidade de Macaíba.

No mais, quero dizer que estamos aqui à disposição, Ministro, para colaborar. Acho que a ideia de construir o Sistema Nacional de Esporte é fundamental para que possamos organizar melhor esse regime de cooperação e de colaboração entre os Entes Federados – Governo Federal, Estados e Municípios –, com o esporte dialogando fortemente com a cultura, dialogando fortemente com a educação e, consequentemente, com a escola. Esse é o caminho, e nós estamos prontos aqui exatamente para colaborar.

Quero dizer também que queremos contar muito com V. Exª para que o Torneio Internacional de Futebol Feminino vá para Natal. Natal está de braços abertos, queremos contar com V. Exª para que vá para Natal. Pedimos a V. Exª que não só nos ajude na defesa de Natal para sediar o campeonato, como também nos ajude na logística.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Passo a palavra agora à Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Bom dia a todos. Eu queria saudar todos que fazem parte desta audiência.

Ministro, quando o encontrei na posse da Presidenta Dilma, a nossa conversa era de quem estava chegando no meio com certo desconhecimento, mas V. Exª mostra agora que o trabalho determinado, o interesse fez de V. Exª um excelente gestor, como o senhor tem demonstrado aqui. Quero parabenizar também o seu Secretário.

Ministro, eu tenho que fazer alguns questionamentos.

Veja só: eu venho de um Estado onde nem futebol existe direito. Não há investimento na área de esporte de natureza nenhuma. Mas houve algumas iniciativas que tiveram muito êxito e que sustentam uma base sólida para expansão dessa questão da educação e da atividade esportiva.

V. Exª falou do Segundo Tempo. Ministro, não há esse programa mais no seu Ministério. Não existe. Quando surgiu, eu fui adepta dele, levei a discussão a todos os lugares, achei muito interessante esse programa. Três vezes na semana, o aluno estaria na escola com todo material esportivo, escolhendo a atividade esportiva de que gostaria de participar. Isso acabou! Há menos de 15 dias, reunimos prefeitos para tomarmos conhecimento

da causa por que acabou. No nosso Estado, onde eu incentivei, havia vários desses programas instalados, mas nenhum deles funciona mais. Essa é a questão que eu queria observar.

Esse é um Brasil que também tem muitas iniciativas brilhantes e muita derrota dessas iniciativas. Muda governo, muda o empenho do ministro que está lá.

Eu não creio que V. Exª vá ouvir minhas palavras por ouvir. Tenho certeza de que V. Exª vai se interessar pelas palavras que vou dizer.

Xadrez nas Escolas. Sabia que o Xadrez nas Escolas foi um programa pouco divulgado, mas onde foi implantado ele obteve êxito?

Vou citar o Município de Santa Maria de Jetibá. Presidente Romário, Santa Maria de Jetibá é uma cidade de pomerânios, com muita dificuldade no ensino por causa do dialeto. E nós, investindo na educação, encontramos o Xadrez nas Escolas e o levamos para lá. E me surpreendi um dia: ao chegar à cidade, havia mais de mil alunos dentro do ginásio de esportes jogando xadrez. O Ideb daquela cidade referente aos alunos disparou, foi lá para cima. A reprovação na área de Matemática caiu, mas o Xadrez nas Escolas também acabou. É aquela música: se era para desfazer, por que fez? Mas nós mandamos para fora para disputar uma Olimpíada de Xadrez um aluno de Santa Maria que falava o dialeto pomerânio.

Eu fiquei com pena, porque, depois desse sucesso – várias cidades se interessaram, e vários Parlamentares colegas meus que viram a matéria no Globo Repórter procuraram saber sobre isso –, o programa já não existia mais. Como sempre, alguma coisa acontece: ou há interesse político, ou há, então, desvio de recursos, que é um cacoete de todas as instituições brasileiras, agora até mesmo da Caixa Econômica. Então, chega uma hora em que você...

Vim aqui ouvi-lo por respeito à sua pessoa, por respeito à iniciativa do Presidente, por me interessar por isso, por ter o vislumbre de uma esperança. Há uma luz pequenininha ardendo na escuridão, e estou acompanhando, para ver se podemos voltar a falar de esporte na escola.

Quanto a esse panorama que o senhor nos mostrou, a essas metas, das quadras de esporte aprovadas no Espírito Santo, nenhuma foi construída.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Falo de quadras na escola. Está certo?

Mais ainda, o senhor falou dos pilares, do crescimento do interesse esportivo. Pode haver uma arrancada muito boa na questão das Olimpíadas, porque os olhos e o debate nacional estarão voltados para isso. Mas, Ministro, se não houver recursos... Acho que é um ano de sacrifício. Entendo isso, discuto isso e quero, tanto quanto os outros, o ajuste fiscal, para que este País possa voltar a se desenvolver.

Uma das áreas sempre sacrificada... Eu me lembro de que levava números para a área de Ciência e Tecnologia, discutindo o preço do barril de petróleo, para aportar mais recursos para a área do Esporte, da Ciência e Tecnologia, da Educação. Acho que essas três áreas têm de contar com um compartilhamento sério das políticas a serem adotadas nesse setor. E V. Exª pode inovar. Se não há saída com um orçamento adequado, pelo momento e, em outras vezes, pela questão de gestão, V. Exª sabe que não precisa criar a roda, mas que precisa haver uma interlocução com a sociedade produtiva.

Antes, isso era oferecido às estatais: "Você patrocina o balé aquático. Você patrocina isso ou aquilo." Isso não funcionava, porque havia também ali clientelismo político. Em algumas áreas, não havia interesse pelo balé aquático e se patrocinava, mas acabava sendo pífio o resultado.

Então, eu queria dizer a V. Exª que não estou aqui só para criticar, estou aqui para oferecer... Neste ano, na Presidência da Comissão, com nossos colegas, o Presidente da Comissão de Educação, o Senador Romário, terá assento para discutir o assunto. As prioridades estarão dentro da Comissão de Orçamento.

Peço a V. Exª duas coisas, se puder assim fazê-lo: primeiro, que esses pilares do crescimento esportivo estejam bem estruturados e sejam compartilhados com a Educação e com a Ciência e Tecnologia; segundo, que essas dez mil quadras anunciadas sejam previstas no orçamento. Não sei se V. Exª conhece o corte que será feito na questão orçamentária.

O SR. RICARDO LEYSER (Fora do microfone.) – V. Exª explicou aqui agora os valores de corte em geral, no global.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os jornais os anteciparam ontem, mas, muitas vezes, a gente não acompanha, Secretário Ricardo.

Mas é preciso que não façam isso à véspera de uma Olimpíada. Pode servir de incentivo à Olimpíada, mas pode servir de desestímulo um corte radical nessa estrutura. Tenho a certeza de que V. Exª vai parar para pensar.

Ainda dentro do que foi previsto, eu peguei uma parte significativa. Mas já conheço o programa. Sou daquelas frequentadoras de *sites* de programas e de prestação de contas. Eu me atualizo todo dia e acompanho tudo que fazem. Não adianta dizer que vai fazer se não tiver estrutura para fazer.

Portanto, eu peço o empenho do Presidente da Comissão, de V. Exª. Nós estamos dispostos ao debate. Há uma bancada do esporte dentro do Orçamento.

Estou à disposição. Peço que olhem com carinho, porque o Segundo Tempo era uma forma de incentivar o aluno a participar. As mães, as famílias iam pedir, com documentos assinados, com abaixo-assinados, que continuasse o programa. É uma pena que tenha acabado. Peço a análise para recuperar e reequipar esse programa e, sobretudo, o Xadrez nas Escolas. Fora isso, pode contar com o nosso apoio e trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Ministro, eu vou direto às perguntas e deixar para fazer as considerações no final, já que nós estamos prolongando um pouco o nosso tempo.

Eu tenho algumas perguntas a serem feitas. Na verdade, eu tinha 15 perguntas, mas, pelo que vi aqui, muitas já foram feitas, outras são parecidas. Diminuí para sete, oito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quinze é meu número preferido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Está certo. O meu número preferido é 11. (Risos.)

Ministro, como está a renovação da Lei de Incentivo ao Esporte, que vence este ano? A lei concede abatimento de Imposto de Renda para quem realiza doações aos projetos voltados para o esporte nacional.

Quais são as metas esportivas para depois da Olimpíadas? Porque se fala muito de um quadro de medalha, mas o que fica de legado esportivo para o País?

Como o Governo pretende manter o esporte como prioridade, explorando todo o seu potencial social, no Rio, especialmente, onde enfrentamos uma crise na segurança pública e sabemos que o esporte é uma das vacinas para o problema?

Nas últimas semanas, o Governo convidou dois ex-atletas para participar da gestão do esporte no País: Ana Moser, do vôlei, para presidir a Autoridade Pública Olímpica, e Lars Grael, para o Comissão Nacional de Atletas. O que vocês esperam do trabalho dessas duas pessoas?

Qual a relação de V. Exª com o Conselho Nacional do Esporte? Já houve alguma reunião com os membros do CNE para debater os novos rumos que o Ministério planeja para o esporte nacional?

E para finalizar, com relação à Autoridade Pública Olímpica, qual a sua real função atualmente? Há uma real desvalorização da APO, como tem sido propagandeado pela imprensa?

Eu vou fazer apenas essas perguntas agora e o senhor pode responder a todos os Senadores. Depois, fazemos as considerações finais.

O SR. GEORGE HILTON – Espero ser sucinto desta vez nas respostas. Mas porque, realmente, é uma agenda positiva. Os temas que trouxemos aqui merecem que a população conheça e, sobretudo, os Srs. Senadores.

Senador Hélio, o sistema nacional é a integração de ações que vão fazer com que haja continuidade...

Ah! Desculpa. É que estou olhando aqui para o Senador Dário.

Senador Hélio, o sistema nacional é a integração dessas ações que V. Exª muito bem colocou. Neste primeiro momento, sabemos a importância da Comissão Mista de Orçamento. Por quê? O sistema nacional não terá apenas como fontes de fomento e de custeio o Orçamento Geral da União e os orçamentos dos Estados e Municípios. Ele terá de ser dotado de outras fontes que precisam ficar claras no sistema.

Imaginem se a gente dependesse, Senadora Rose, Senador Hélio, do orçamento público para ter perenidade nesses programas. Talvez aí seja a resposta de porque muitos começam e não conseguem ter continuidade. Então, no sistema, tem que ficar definido não somente de onde virão as fontes para o custeio, para a gestão desses programas. Nós já temos hoje algumas fontes importantes, que são recursos oriundos da loteria. Nós temos o próprio orçamento do Ministério do Esporte, a Lei de Incentivo ao Esporte, que nós entendemos o que é.

O gráfico que mostrei aqui indica uma evolução muito grande do interesse do setor privado de participar. Ele poderá projetar outras fontes também. Acho que o importante no sistema não é só definir o papel dos Entes que vão participar – União, Estados e Municípios, que são os gestores –, mas também no setor privado, como confederações e federações de clubes. Uma boa parte desses clubes são dotados de toda estrutura. Eles poderão funcionar no sistema como grandes parceiros do Poder Público, diminuindo a necessidade de mais investimento na construção de novos equipamentos.

Obviamente, o foco nosso na criação do sistema é que na base, exatamente a reclamação da Senadora Rose, esses programas não fiquem comprometidos. Então, parte dos recursos do orçamento público, nos sistema, vai ficar para a base.

A Lei de Incentivo e os outros recursos provenientes da Lei Agnelo Piva e de outras fontes é o que vão fomentar o alto rendimento, para que tenhamos sempre grandes eventos internacionais e mundias aqui, e os nossos atletas, quando saírem daqui, tenham desempenhos importantes no pódio e nos *rankings* nos eventos internacionais. Então, é importante, quando o sistema chegar aqui, que os senhores coloquem claramente que boa parte dos recursos públicos, que são escassos em função de vários momentos que a economia do mundo passa, fiquem destinados à base.

Senador Dário, volto à questão do Pacto Federativo, essa descontinuidade – por isso, quando falei de sistema eu olhei – o sistema tem que resolver, tem que corrigir. A verticalização é exatamente a espinha dorsal. Haverá metas e determinados programas que têm que ser verticalizados, têm que seguir exatamente uma diretriz que sai daqui de Brasília e tem que ser acompanhada nos Estados e nos Municípios, como acontece com a educação. Temos uma Lei de Diretrizes e Bases, com planos decenais, metas que precisam ser cumpridas pelos gestores. Quando eles não cumprem, são penalizados.

Agora, não adianta dar mais responsabilidade para os Municípios se não mostrar para eles de onde virá a fonte para o custeio disso. É o que eu falava agora para o Senador Hélio. É preciso que definamos no sistema outras fontes que permitam que os Municípios possam tocar o que eu considero o mais importante nessa pirâmide, que é a base. Como hoje, por exemplo, o ensino fundamental é de competência dos Municípios, nós pensamos na ideia da criação de um fundo estruturante, e não só recursos do orçamento público mas de outras fontes também alimentem esse fundo e tornem perene, portanto, a execução daquilo que chamamos de esporte educacional, esporte comunitário. A partir dele, você tem possibilidade não só de massificar a prática esportiva no País, mas ser um grande laboratório para gerar muitos atletas de rendimento.

O sistema, a meu ver, vai ajudar muito mais os Municípios, porque hoje, aqui, existe uma política clara de apoio aos atletas de alto rendimento. A ideia que temos de dialogar com a Comissão Mista é que, após a eleições, é importante vincular essas receitas que estão sendo aplicadas para a preparação dos jogos, que elas continuem no Ministério, para que voltemos exatamente para a revolução da base, que é chegar a esses Municípios.

Hoje, o plano de preparação dos jogos, de legado, não atingiu essas cidades menores. Nós já preparamos agora e iremos criar as vilas do esporte, sobre o que quero conversar com a Senadora Rose. Nós conseguimos agora, com o Senador Jucá, algo em torno de R$140 milhões de recursos do orçamento deste ano, o que vai permitir que entreguemos aos Municípios pequenos, com até 50 mil habitantes, esse módulo que consideramos que também é um legado dos jogos olímpicos, que são a quadra coberta, o campo de futebol *society* com grama sintética e uma academia ao ar livre. A partir desse módulo, os prefeitos poderão criar as vilas do esporte, com espaços até maiores, para que, futuramente, eles ampliem. Mas nós entendemos hoje que o importante é começar.

Boa parte dos Municípios do Brasil têm até 50 mil habitantes. Se nós conseguirmos recursos não só do orçamento, recursos extras, mas também com o uso da Lei de Incentivo ao Esporte, numa parceria com o setor privado, nós vamos chegar a esses Municípios levando esse módulo que entendemos importante para popularizar o esporte nessas cidades.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ministro, só uma observação: V. Exª nos falou do adendo que foi relatado pelo Senador Romero. Mas ele está afeito ao corte também.

O SR. GEORGE HILTON – Pois é. Por isso que vou precisar de V. Exª como Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas não sou eu que suspendo o corte.

O SR. GEORGE HILTON – Não, para uma ampla articulação com a Fazenda.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas o senhor tem que fazer o movimento agora e também pedir que o dinheiro repatriado da Lava-Jato seja aplicado no esporte. Por que não? É uma bela utilização.

O SR. GEORGE HILTON – Importante.

A Senadora Fátima trata sobre a questão do futebol feminino. Essa é a cláusula pétrea do que nós formatamos no texto da MP do Futebol. É inegociável. Os clubes não poderão, de forma alguma, deixar de investir no futebol feminino. Claro que no futebol de base e no futebol feminino.

No Ministério do Esporte, hoje, já há um diálogo permanente com alguns setores privados no sentido de mantermos o campeonato nacional de futebol feminino, mas se os clubes entenderem e não fizerem uso do refinanciamento, a ideia é que se crie uma liga neste País objetivada exclusivamente para a execução do campeonato feminino nacional e também para estimular os campeonatos regionais.

E o Ministério do Esporte vai buscar, junto às estatais, o recurso para que a gente possa, inicialmente com recurso público, mas com a prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte, também chamar a atenção do setor privado para apoiar o futebol feminino. Isso é uma determinação da Presidenta Dilma. E nós vamos cumprir cabalmente o texto que hoje está com os senhores da MP do Futebol.

Eu queria que o Leyser respondesse algumas perguntas feitas pelo Senador Romário e pela Senadora Rose, quando ela toca na questão do futebol do Segundo Tempo e também a questão do Xadrez nas Escolas, porque nós começamos um planejamento lá atrás. Eu queria que você esclarecesse sobre isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Ministro, seria importante também saber a minha pergunta sobre futebol de salão...

O SR. GEORGE HILTON – Com relação à modalidade.

Cumprimento o Senador Roberto Rocha, que nos está prestigiando, e o nosso Deputado Márcio Marinho, que é o Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pela ordem, Senador Romário.

Ministro George, só para reforçar o pleito que fiz a V. Exª com relação à questão do campeonato lá em Natal. Na verdade, eu atualizei as informações, Senadora Rose: é, sim, um campeonato internacional, é um torneio de caráter internacional, Senador Romário, que vai se realizar no Brasil, torneio mundial de futebol feminino, em dezembro.

De fato, há, sim, interesse, como eu já disse, de Natal sediar. Mas, só para reforçar, a gente quer o apoio do Ministro não só para reforçar os entendimentos em curso para que Natal possa sediar, mas sobretudo que o Ministério possa nos ajudar no tocante à logística financeira.

O SR. GEORGE HILTON – Eu já determinei aqui. Já dei mais tarefa para o Secretário Nacional de Futebol com relação a esse pleito.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Manifesto o apoio do Estado do Espírito Santo. Sou coordenadora da minha Bancada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Desculpe-me, Excelência, Senador Romário. Tem também o apoio do Distrito Federal essa reivindicação da Senadora Fátima Bezerra.

O SR. GEORGE HILTON – Eu me esqueci de responder às perguntas do nosso Presidente sobre Ana Moser e Lars Grael. Quanto à Ana Moser, houve um convite da Presidência da República e nós estamos aguardando a resposta dela.

O Lars já aceitou e assume dia 29 agora a Comissão Nacional de Atletas, que é ligada ao Conselho Nacional do Esporte, órgão vinculado ao Ministério do Esporte. O Lars, inclusive, vai nos ajudar muito na elaboração e na formatação do Sistema Nacional de Esporte.

O CNE, pelo Estatuto, pelo Regimento, tem como Presidente o Ministro. Nós já estamos convocando o Conselho Nacional do Esporte agora para, na segunda quinzena de maio, termos a primeira reunião. Um dos temas que vamos tratar, além do sistema do plano de legado dos órgãos olímpicos e paraolímpicos, é da política de controle de dopagem, já que vamos entregar um laboratório de excelência, no Rio de Janeiro, que já será usado agora para os testes, para os exames e testes dos atletas, e será importante durante os jogos olímpicos e paraolímpicos.

Depois disso, vamos desenvolver nacionalmente uma política de conscientização dos nossos jovens que praticam academia, com relação à saúde, e a ABCD vai ter essa função, esse laboratório terá uma função importante de estabelecermos nacionalmente uma política de prevenção para os nossos jovens que praticam academia.

Em relação à APO, eu vou pedir para o Leyser responder, já que ele foi, digamos assim, o grande mentor, aquele que planejou e pensou a APO. O Senador quer saber sobre a sua utilidade, já que ela é questionada hoje por alguns.

A Lei de Incentivo ao Esporte vai ser prorrogada. A Presidenta Dilma já sinalizou que quer a prorrogação. Nós só estamos trabalhando com a Fazenda alguns detalhes: aumentar essa alíquota aí de 1% para 2% e a possibilidade de ampliarmos para as empresas que fazem uso do regime de lucro presumido. Hoje, é somente para aquelas que optaram pelo regime de lucro real, que é 1% do lucro real.

Acredito que, se conseguirmos avançar na Lei de Incentivo ao Esporte, com essa conquista – ir para 2% – e estender isso para as empresas menores que fazem uso do regime do lucro presumido, nós iremos dar um salto muito grande, que vai permitir que essa seja mais uma fonte de fomento aí para termos a continuidade desses programas.

Então, por favor, Leyser.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado.

Só um minuto. Antes de você responder as perguntas que já foram citadas aqui pelo nosso Ministro, gostaria de registrar a presença do nosso grande Deputado Federal Márcio Marinho, Presidente da Comissão do Esporte, lá da Câmara.

Seja bem-vindo! É sempre um prazer tê-lo aqui conosco.

Quero aproveitar também para agradecer a presença do Senador Roberto Rocha, do meu partido, que se inscreveu para fazer algumas perguntas. Vamos deixá-lo, então, fazer essas perguntas, para depois o Leyser e V. Exª finalizarem.

Por favor, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Muito bem. Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro, cumprimentar todos os colegas Senadores e cumprimentar todos os Secretários do Ministério do Esporte, na pessoa do Secretário Carlos Geraldo, grande entusiasta do que faz e seu grande auxiliar nesse Ministério importante que é o Ministério do Esporte, Ministro.

Eu quero, a princípio, manifestar o meu apoio à pretensão da Senadora de fazer, no Rio Grande do Norte, o torneio feminino.

O SR. GEORGE HILTON – Já deu quórum! Já deu quórum!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – E a Bancada feminina aqui é muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na verdade, sobre o meu, eu não preciso nem dizer, não é, Senador!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – É. Tendo o apoio já...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Está apoiado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com a presença do nosso Presidente lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Com certeza.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Com esse apoiamento, é claro que o Ministro vai também dar todo o apoio necessário para que isso aconteça.

Eu quero também cumprimentá-lo pela iniciativa dos *kits* – eu não sei como é que chama ainda o programa...

O SR. GEORGE HILTON – Vila do Esporte.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Vila do Esporte, que contempla Municípios de até 50 mil habitantes e que tem campo de futebol com grama sintética, com quadra coberta e com academia ao ar livre.

O SR. GEORGE HILTON – E o Leyser já me reclamou aqui que faltou citar pista de corrida. Então, agora completou mesmo o ciclo de preparação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Muito bem! Isso é muito interessante!

Nós, que fazemos parte da Comissão de Orçamento – aqui está a nossa Presidente da Comissão; eu, representando o meu bloco partidário –, vamos buscar meios para ajudar a fazer com que isso se viabilize. Conte conosco!

Mas eu quero fazer, objetivamente, duas perguntas rápidas. Aqui no Congresso Nacional está a Medida Provisória nº 671, de 2015, que cria um novo parcelamento de dívidas para os clubes brasileiros. Esses mesmos clubes já foram beneficiados, contemplados, por exemplo, com a lei da Timemania e com o Programa de Recuperação Fiscal, o Refis. Eu queria perguntar se... Mesmo considerando o momento econômico do Brasil, de enorme dificuldade, o ajuste fiscal que o Brasil faz, e quem paga mais por ele é o povo mais sofrido da população, é a população mais sofrida do nosso País, eu queria perguntar se, mesmo diante disso, há necessidade de mais um financiamento para os clubes de futebol.

Em segundo lugar, o esporte educacional e o esporte de base são sempre referidos a cada nova gestão do Ministério do Esporte, mas, ao longo do tempo, terminam ficando à margem. Como realmente criar bases para que as diversas modalidades sejam incentivadas desde a infância nas diversas escolas do País? Pergunto também se existe algum tipo de integração do Ministério do Esporte com o da Educação para que isso aconteça.

Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez e deixar essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Ministro.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpe-me, Ministro. Infelizmente, é assim que funciona a Casa. Eu tenho que presidir a CMO e tenho que preparar a reunião.

Peço ao Presidente da Comissão, Romário, que indique um membro para fazer parte da Coordenação de Recursos Orçamentários para as Olimpíadas na Comissão de Orçamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Certo, Senadora. Muito obrigado pela presença.

O SR. GEORGE HILTON – Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Acabou de chegar o Senador Eduardo Amorim.

Senador, muito obrigado pela presença.

Nós estamos no momento das perguntas. Se tiver alguma pergunta a fazer...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Tenho uma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Ministro, seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. O senhor, há alguns dias, esteve no nosso Bloco União e Força falando do que pensa e do que realmente deseja nessa área tão importante para todos nós nos próximos anos. Faço parte da torcida do quanto melhor, melhor. Conte conosco!

O senhor nos disse lá, certa vez, que estaria aqui, no Congresso, frequentemente, para conversar com os Líderes, para conversar com os Parlamentares. Acho extremamente feliz essa ideia. O diálogo é o cimento de qualquer relação, especialmente no momento que nós estamos vivendo, do País nessa situação de dificuldade, de arrocho fiscal, econômico e até de crédito.

Ministro, uma das ações mais exitosas do Ministério do Esporte nos últimos anos tem sido, com toda certeza, a implantação de uma rede de fomento a estudo e pesquisa voltados à consecução de políticas públicas de esporte e lazer, denominada Rede Cedes, que é a reunião dos Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer. Essa ação programática, que também envolve diversas universidades de expressão internacional, tem entre seus objetivos o aperfeiçoamento na gestão do esporte e lazer e a promoção da equidade regional do desenvolvimento da ciência do esporte no Brasil.

Então, diante de tal fato, há uma ampla necessidade de oferta de esporte e lazer em todo o Brasil. Só assim a gente poderá dar uma opção para os nossos jovens, para os nossos adolescentes, e promover, cada vez mais, uma vida saudável, até ajudando, porque não, não só a educação, mas também a saúde, inclusive como parte de projetos para a juventude em condição de pobreza e de ações prementes a implementar no que concerne ao desenvolvimento da pesquisa nesse setor.

Quais são, Ministros, seus projetos, suas iniciativas para atendimento das comunidades realmente mais carentes em todo o País? No meu Estado, em nossa capital, Aracaju, Ministro, até hoje – já relatei isto para o senhor –, nós não temos um grande ginásio de esportes. O único que tem é o Governo do Estado, mas a Prefeitura não tem. Toda vez que se faz evento, se pede o do Sesi, se pede o da iniciativa privada; enfim, o nosso Estado, como outros tantos do nosso País, carece dessa iniciativa.

Acredito em seu trabalho. Desejo-lhe êxito. Pelo esporte, com certeza, passam a vida de muitos adolescentes para um futuro muito melhor. Acredito muito nisso. É investimento, não é despesa. No meu entender, é investimento. Vivemos em um país continental, temos esse privilégio, e temos que saber realmente aproveitar todo o potencial dos nossos jovens e dos nossos adolescentes. Para isso, o Ministério do Esporte é extremamente estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Volto agora a palavra ao nosso Ministro. Por favor, Ministro.

O SR. GEORGE HILTON – Bom, quero agradecer as falas do Senador Roberto Rocha e também do Senador Eduardo Amorim e dizer que o desafio é muito grande num ano em que você tem recursos contingenciados.

Alguém me perguntou aqui com relação a toda a programação dos jogos olímpicos e paralímpicos. O compromisso, não é só do Ministério do Esporte, mas também do Governo, já que as Olimpíadas não são uma ação apenas do Ministério do Esporte, são uma ação que integra vários ministérios, tanto é que nós temos hoje um grupo interministerial que trabalha todas as frentes na preparação dos jogos olímpicos: o Ministério do Esporte, a Casa Civil, o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, o da Cultura, o do Turismo. Estamos assegurados de que os recursos para os jogos olímpicos serão preservados. Então, não há por que a gente... Respondendo a pergunta feita anteriormente.

A pergunta do Senador Roberto Rocha é se mais um refinanciamento não colocaria um ciclo vicioso nos clubes. Por isso que vieram a contrapartidas. Em nenhum dos outros Refis houve tanto rigor e tanta exigência para que os clubes se modernizem. Eu sei que, neste momento, há uma preocupação dos clubes em achar que as medidas são excessivas, mas elas são inegociáveis. Nós não vamos abrir mão de que os clubes adotem os sistemas claros de *flair play* financeiro, trabalhista; que tenham transparência inclusive na divulgação de balancetes dessas contas; que os clubes assumam a responsabilidade, os seus dirigentes, por gestão temerária;

e não comprometam receitas de novas direções, de novos presidentes. Ou seja, essas contrapartidas nunca existiram nos financiamentos anteriores. Por isso acreditamos que será diferente. Os clubes que não as adotarem, que não se enquadrarem vão deixar de receber, naturalmente, esses recursos, eles vão perder a condição do refinanciamento.

Portanto, nos acreditamos que a MP do Futebol é algo histórico neste País. Acredito plenamente que o Senadores e Deputados vão fazer com que essa MP continue mantendo sobretudo a lucidez deste novo momento que a gente quer do futebol e dos nossos clubes.

Senador Amorim, o esporte de base é o desafio, o legado de tudo isso. Nós estamos há mais de dez anos sediando grandes eventos, preparando atletas de alto rendimento, investindo muito em centros de excelência, centros de formação olímpica. V. Exª não estava aqui, mas mostramos um gráfico com obras no Brasil inteiro, com centros extremamente dotados do que há de mais moderno em equipamentos de última geração que estão sendo fornecidos para os atletas. Nós temos o Bolsa-Atleta com cerca de sete mil atletas no Brasil sendo preparados para os jogos olímpicos e paralímpicos. Penso que agora é hora de inverter a ordem desses investimentos. E, mesmo com as dificuldades que nós estamos atravessando, a percepção que eu tenho claramente é de que a economia será retomada e nós teremos, no orçamento do próximo ano, condições não só de executar os jogos olímpicos e paralímpicos, mas de veicular posteriormente esse orçamento, para que a gente o aplique no esporte de base, levando equipamentos para os Municípios carentes.

Com relação a sua capital, Aracaju, já faz parte do plano de legados dos Jogos Olímpicos que as capitais sejam dotadas de uma piscina olímpica, um ginásio olímpico e uma pista de atletismo. Obviamente, alguns processos não conseguiram avançar em função do novo momento econômico, mas, certamente, Aracaju vai ter uma piscina olímpica, um ginásio olímpico e uma pista de atletismo, porque isso está dentro do plano de legados que está sendo defendido e que está sendo trabalhado. Acreditamos que, com a retomada do crescimento econômico...

Também gostaria de contar com o apoio de V. Exª junto ao setor privado. Temos 450 milhões, hoje, parados, esperando serem captados por empresas que poderão fazer essa doação para construção desses espaços, cujo custo, normalmente, é muito alto. Elas poderão deduzir isso do imposto de renda. Alguns centros de excelência no Brasil – e o Leyser pode até colocar para a gente alguns – só foram possíveis em algumas cidades através da Lei de Incentivo ao Esporte.

Então, podemos trabalhar com duas frentes: com o segundo momento da recuperação econômica do nosso País e com o trabalho junto ao setor privado para que eles possam fazer a doação.

O Ministério tem um trabalho, e já determinei ao Fábio, que é nosso Diretor que atua justamente na Lei de Incentivo ao Esporte, que seja menos possível burocrático... Não abrimos mão de que o projeto seja bem elaborado, bem feito, mas queremos celeridade, objetivando inclusive que algumas cidades do País que já deveriam ter esses espaços importantes possam ter.

Temos, hoje, um grande desafio, para encerrar minha fala aqui, que é levar ao Brasil módulos, principalmente às cidades que têm até 50 mil habitantes, porque os jogos olímpicos e paralímpicos devem gerar o que chamamos de legado imaterial, que é a vontade dos brasileirinhos e das brasileirinhas de praticar esportes.

O que aconteceu com o Segundo Tempo, que a Senadora Rose reclamou aqui, é que muitos Prefeitos foram até o Ministério de Esportes e conseguiram levar os recursos, mas não tinham lugares para execução do programa. E, na prestação de contas, muitos deles têm dificuldades, daí a ideia de inverter a lógica: em vez de dar os recursos agora, vamos colocar primeiro os equipamentos. Vamos levar aos espaços públicos, para essas cidades pequenas, e eles poderão, depois, ampliar a execução desses programas. Essa, portanto, será uma ação efetiva.

Conto com V. Exª, que tem, sobretudo aqui no Parlamento, uma capacidade muito grande de interlocução com o Governo, com a área financeira do nosso Governo. Faço um apelo para os Senadores e Deputados para que, no orçamento do próximo ano, possamos viabilizar o maior número possível de emendas parlamentares que serão destinadas exatamente para o esporte na base, que é a construção desses módulos.

O Senador Roberto Rocha falou do esporte educacional. No sistema, resgatamos isso com o Ministério da Educação, porque, no sistema, que é a Lei de Diretrizes e Bases, que vai ser aprovada aqui, vai ficar de maneira implícita que caberá ao Ministério da Educação essa ação integrada com o esporte nas escolas, para que voltemos a ter educação física e que outras modalidades sejam aplicadas também no âmbito da sala de aula, no contraturno das aulas dos nossos alunos.

Queria que o Leyser, agora, respondesse àquelas questões pontuais sobre xadrez, sobre APO e outros temas afetos às olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Com a palavra o Secretário Ricardo Leyser.

O SR. RICARDO LEYSER – Obrigado, Senador, Ministro.

O esclarecimento para o Senador Hélio sobre futsal. A escolha de modalidades nos Jogos Olímpicos é uma eleição como a de cidade-sede. Não é uma decisão mais simples. Como o Comitê Olímpico Internacional, hoje, tem uma agenda que interessa muito ao Governo brasileiro, que é uma agenda de diminuição dos custos dos Jogos Olímpicos, há uma dificuldade muito grande em introduzir um novo esporte, mesmo como demonstração. O Comitê Olímpico Internacional congelou o tamanho dos Jogos para que não haja sempre um crescimento exagerado dos custos dos Jogos Olímpicos e mais países possam fazer, não só os países mais ricos. Por isso, hoje, não tem o futsal nos jogos do Rio 2016.

Quanto à questão da Senadora Rose sobre o Xadrez nas Escolas, eu acho que ela tem cem por cento de razão. Eu tive o privilégio de ser um dos implementadores, um dos gestores desse programa de xadrez na escola e acho que o Ministro George Hilton veio com o espírito de manter, aprimorar e recuperar alguns programas do Ministério, e acho, Deputado Zé Geraldo, que essa questão do xadrez deveria ser revisitada. É um programa de custo baixo.

Eu mesmo rodei no Piauí e em Pernambuco, onde ele fez um sucesso muito grande. Nós levamos o Karpov, que na época, tinha sido o campeão mundial, a Teresina e a Recife para fazer a promoção. A gente ia aos Estados e havia milhares de crianças fazendo partidas simultâneas. Eu acho que o Ministério deveria revisitar o Programa Xadrez nas Escolas, que teve um período curto de existência, mas que foi muito bem-sucedido. No final, ele continuou aqui, no DF, com o ex-Governador Agnelo, que implementou, em quase 400 escolas, esse programa, que deveria voltar a ter esse caráter nacional.

A questão do Segundo Tempo...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Secretário, só para fazer o registro, porque eu não posso me conter, de que o campeão brasileiro de xadrez atualmente é um maranhense, um jovem de São Luís do Maranhão.

O SR. RICARDO LEYSER – Pois é. Esse programa foi maravilhoso, Senador, porque ele tem um custo baixo, precisa de recursos humanos, e eu acho que tanto o Xadrez nas Escolas quanto o Segundo Tempo têm um pouco este problema: a necessidade de profissionais capacitados e contratados no Município e no Estado.

Eu acho que a questão do Segundo Tempo tem a ver com recursos orçamentários, porque como foi implementado inicialmente, ele tinha um custo elevado, e, obviamente, isso repercutia na qualidade do programa e havia muita dificuldade do Município e do Estado para conseguir contratar os profissionais.

Acho que quando o Ministro George Hilton dá esse enfoque no Sistema Nacional do Esporte e no papel do Município e do Estado, ele se refere a isto: como estabelecer gestores municipais e estaduais com condições de gerir essa política pública, porque o Segundo Tempo dependia muito desse investimento do custeio do Ministério do Esporte, e isso acarretou um aumento que foi uma trava ao crescimento do programa.

A estratégia do Ministério, então, foi, em parceria com o MEC, fazer esse desenvolvimento. Então, hoje, o Segundo Tempo acontece junto com o Mais Educação. Isso permitiu que a gente se aproximasse de quase quatro milhões de crianças, mas não no mesmo modelo que seduziu a Senadora Rose no começo do programa, que era um programa mais focado, com um custo um pouco mais caro.

Foi uma opção entre um programa menor com mais qualidade e um programa maior, atendendo a mais gente, mas com um investimento um pouco menor por aluno, e acho que aí a questão orçamentária, Senador Romário, é fundamental para a gente fazer crescerem esses programas.

Quanto à questão do Presidente da Comissão sobre a APO, eu acho que, em várias fases, ficou claro aqui que o papel da APO é um papel de integração entre os três níveis de governo, e o Brasil ainda não tem essa tradição de trabalho entre Município, Estado e União. A APO tem essa função, principalmente ligada à transparência dos jogos hoje.

Em poucos programas públicos você vai conseguir entrar em um *site* e saber quais são os projetos que fazem parte dele, quanto custam, como funcionam, quais são os programas, e esse papel é previsto em lei para a Autoridade Pública Olímpica. Há um papel muito grande de coordenação entre os três grandes parceiros, Municípios, Estados e União, e a interação com o Comitê Organizador. Então, eu diria que, hoje, esse é o grande papel da Autoridade Pública Olímpica. Ele ficou, em algum momento, um pouco prejudicado, e talvez isso gere críticas, porque, na sua implementação, nos dois primeiros anos, a Autoridade Pública Olímpica teve muita dificuldade para cumprir esse seu papel de integração. Foi só na sua segunda gestão, com o General Fernando à frente, que ela conseguiu aprovar a Matriz de Responsabilidades e fazer essa integração entre os Entes. Mas acho que essa perda do funcionamento inicial deixou algumas lacunas de funcionamento da Autoridade Pública Olímpica, que não conseguiu cumprir, às vezes, alguns papéis que alguns atores esperavam.

Quanto à pergunta do Senador Roberto Rocha sobre essa interação entre ME e MEC, são os projetos Atleta na Escola, a construção de quadras, o Mais Educação, em que hoje há uma integração muito grande. Mas a gente ainda precisa ganhar mais o coração da educação para a importância do esporte.

A importância dessa parceria é muito mais clara do lado do esporte do que do lado da educação. Se a gente conseguir realmente seduzir os gestores de educação para trazer para dentro da escola o esporte, eu acho, Ministro, que teremos um sucesso muito grande.

Sobre a Rede CEDES.

A Rede CEDES é importante. Muito do que o Ministério tem feito hoje baseia-se nos estudos da Rede CEDES, nessa rede de universidades, que a gente colocou nesses estudos. O principal estudo é o que aponta para a necessidade do Sistema Nacional do Esporte e dessa melhor definição dos papéis entre os três níveis de funcionamento. Então, podemos dizer que essa proposta é até fruto um pouco da Rede CEDES.

A gente tem esse problema de articulação entre os diversos níveis da Federação. E há muito subfinanciamento público. Os dados do Ministério mostram hoje que há pouco financiamento para o esporte nos Municípios e nos Estados. O financiamento público é basicamente federal. E há também um subfinanciamento privado. Daí a importância da Lei de Incentivo ao Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Ministro, mais algumas considerações?

O SR. GEORGE HILTON – Quero dizer que foi extremamente produtivo. E estou aberto para vir à Comissão de Educação, Cultura e Esporte quantas vezes as Srªs e os Srs. Senadores quiserem.

Entendo que, como foi dito pelo Senador Amorim, o diálogo é o grande instrumento para que a gente possa concretizar grandes ações, e ações objetivas.

Quero dizer que o esporte, além de ser uma agenda positiva hoje no Brasil, é um grande indutor de políticas públicas de prevenção. Com o esporte, a gente vai conseguir, até porque o diagnóstico vai mostrar isso... Nós temos um índice muito grande de jovens no Brasil que não pratica nenhum tipo de atividade física, de crianças, de idosos. E a gente sabe que, quanto mais investimentos no esporte de base, no esporte social, no esporte comunitário, nós não somente vamos projetar grandes atletas no rendimento, mas vamos ter uma política de prevenção na área de segurança pública, na área de saúde pública.

E esse é nosso desejo, Senador Romário, contar sempre com a Comissão aqui no Senado, para que a gente tenha ações que sejam pontuais e que tenham efeitos importantes para o hoje, mas fundamentalmente uma política de planejamento de médio e longo prazo para os nossos jovens aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Ministro.

Quero registrar as presenças do meu amigo e Senador Magno Malta; do amigo e Deputado Federal Francisco Escórcio, o Chiquinho. É muito bom vê-lo aqui na Comissão. Seja bem-vindo.

Ricardo Leyser, Secretário, muito obrigado pela participação. Foi bastante esclarecedora toda a sua fala em relação às perguntas e às curiosidades das Senadoras e dos Senadores.

Ministro, mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Vou repetir a fala da Senadora Rose de Freitas, que lá atrás, quando V. Exª aceitou esta Pasta, foi bem sincero em dizer que não tinha muito conhecimento de esportes, mas sabiamente conseguiu montar ao seu lado grandes profissionais, grandes Secretários que fizeram com que hoje V. Exª pudesse chegar aqui a esta Comissão fazendo essa explanação tão bem feita em relação ao Ministério e, principalmente, ao esporte do nosso País.

Posso afirmar para V. Exª, como sempre digo, que hoje com certeza V. Exª já está sentando na janela.

É um prazer realmente muito grande poder compartilhar essas quase três horas que passamos aqui nesta Comissão. V. Exª será sempre muito bem-vindo, sempre que puder. E como já lhe falei algumas vezes, vou corroborar aqui: pode contar com a minha ajuda em todos os sentidos.

Enquanto estiver fazendo esse trabalho profissional e de excelência, eu tenho certeza de que o nosso Ministério estará em grandes mãos. Parabéns mais uma vez.

Muito obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senado-

res Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Ana Amélia e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Romário e Blairo Maggi. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 4/2015-CE, de autoria dos Senhores Senadores Fátima Bezerra e Douglas Cintra e nº 33/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinados a debater "As políticas direcionadas à questão do artesão no Brasil". Como expositores, comparecem à Audiência Pública a Senhora Ana Beatriz Loureiro Ellery, Coordenadora do Programa do Artesanato Brasileiro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE/PR); Senhora Georgia Haddad Nicolau, Diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/Minc); Senhor Ricardo Villela, Gerente Adjunto da Unidade de Atendimento Setorial ao Comércio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Nacional; Senhor Manoel Vital de Carvalho Filho, Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE); Senhora Isabel Gonçalves Bezerra, Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS). Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, convida para compor a mesa o Senhor Deputado Federal Givaldo Vieira (PT/ES). Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião do Senhor Crispiano Neto, Ex-Secretário de Cultura do Rio Grande do Norte; Senhor Afonso Marcondes, Assessor Legislativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Nacional; Senhor André Araújo, Assessor Parlamentar do Sebrae; Senhoras Maíra Fontenele Santana, Durcelice Mascéne e Denise Forini, Coordenadores da Carteira de Artesanato do Sebrae Nacional; Senhora Mara Bicalho Dutra, Assessora Técnica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República; Senhor Marcos Ruy Lima, Assessor Parlamentar da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República; Senhora Nilvana Ribeiro Soares, Coordenadora Geral de Produção Associada e Desenvolvimento Local do Ministério do Turismo; Senhor Frederico Almeida, Assessor Parlamentar do Ministério do Turismo; Senhoras Maria Fátima de Araújo, Jaqueline Maria de Jesus, Maria Odila Garcia Ferreira e Sônia Terezinha Sobrino Rodolfo, da Associação dos Artesãos de Valparaíso e Regiões – Amorval (GO); Senhoras Rosilene da Silva e Antônia Riseuda Brasil de Oliveira, da Associação dos Servidores da Octogonal e Sudoeste – DF (Assorts); Senhora Aline Alencar Ribeiro, representante da Associação de Arte em Vidro do Distrito Federal (Artevidro); Senhor Carlos Roberto Salgueiro Dias, Artesão do Distrito Federal; Senhor Darlindo Oliveira, representante da Federação dos Artesãos do Pará (Facapa); Senhora Márcia Oliveira, presidente da Federação dos Artesãos do Rio Grande do Norte; Senhora Gláudia da Silva, representante da Federação dos Artesãos do Espírito Santo; Senhor Edimar Pereira, representante da Associação dos Artesãos da Feira da Torre (DF); Senhora Simone Alencar, representante da Associação dos Artistas e Artesãos do Setor Arniqueira do Distrito Federal (Asha); Senhora Rita de Cássia, Presidente da Organização Não Governamental MAMI (Movimento de Apoio as Missões Especiais – Família e Direitos Sociais); Senhora Maria das Graças Reis Costa, Presidente da Federação dos Artesãos do Espírito Santo; Senhora Vani Marifs, Presidente da Redartesã – Rede Solidária; Senhora Glaucia Miravandola, Associada da Federação dos Artesãos e Trabalhadores (FEARTS/ES); Senhores Roberto Alaminos e Cintia Novaes, Assessores Parlamentares da Confederação Brasileira do Futebol (CBF). Finda a apresentação dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Douglas Cintra, que a presenteia com uma peça de artesanato em homenagem ao forró pernambucano produzida por Luiz Antonio, artesão de Caruaru (PE). Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes na reunião. Usam da palavra os Senhores Senadores Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Paulo Rocha (não membro) e Lídice da Mata. Reassume a presidência a Senhora Senadora Fátima Bezerra. Neste momento, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, passa a palavra, excepcionalmente, ao Deputado Federal Givaldo Vieira (PT/ES) e aos seguintes integrantes da plateia: Senhora Simone Alencar, da Associação dos Artistas e Artesãos do Setor Arniqueiras (DF); Senhora Rita de Cássia, da ONG Mame (Movimento de Apoio às Missões Especiais– Família e Direitos Sociais); Senhora Conceição Juvêncio, da Associação de Artesãos de Curral Grande (CE); Senhor Edimar Pereira, da Associação dos Artesãos da Feira da Torre (DF); Senhora Maria das Graças Reis Costa, da Federação dos Artesãos do Espírito Santo; Senhora Vaní Mariss, da Rede Solidária dos Artesãos do Brasil; Senhora Gláucia Mirandola, da Federação dos Artesãos e Trabalhadores do Espírito Santo e Senhora Marcia Oliveira, da Federação de Cooperativas e Associações do Rio Grande do Norte. Prosseguindo, a Senhora Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, em caráter excepcional, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Em se-

guida, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 37/2015-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário, Lídice da Mata e Fátima Bezerra, que requerem "(...) nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia, Steven Joyce". O Requerimento é aprovado. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra, aponta as seguintes conclusões advindas da presente audiência pública: a aprovação do projeto de Lei nº 7.755, até o segundo semestre de 2015, pela Câmara dos Deputados; a criação da Frente Parlamentar Mista do Artesanato; a criação de políticas públicas efetivas para a promoção e valorização do artesanato brasileiro; e a realização da primeira conferência do artesão e do artesanato nacional. Em seguida, a presidência faz um convite aos presentes para participarem do Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos, a ser realizado no próximo mês de outubro, em Natal – RN. Agradecendo pela presença de todos e pela participação dos internautas, a presidência declara encerrados os trabalhos desta sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, encerra a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Fátima Bezerra,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e respectivas aprovações.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presente reunião convocada na forma de audiência pública atende ao Requerimento nº 4, de 2015, de minha autoria e também do Senador Douglas Cintra, de Pernambuco, que já se encontra aqui conosco. Audiência pública destinada a debater as políticas públicas direcionadas à questão do artesão no Brasil.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Nós queremos convidar Manoel Vital, Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vital, seja muito bem-vindo. Está representando a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Queremos convidar Georgia Haddad Nicolau, Diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura;

Ana Beatriz, do Programa do Artesanato Brasileiro, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

E com muita alegria, queremos chamar a nossa Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil, Isabel Gonçalves Bezerra.

Em nome de Izabel, quero saudar todos os artesãos e artesãs do Brasil, inclusive a representação dos Estados aqui presente, começando pelo meu Estado, a companheira Márcia, Rio Grande do Norte, aliás, Pernambuco, desculpe, junto com o nosso Senador Douglas Cintra, que é também coautor da realização da presente audiência.

Espírito Santo também presente.

Há mais outros Estados?

Um momentinho.

Pará, Goiás, Distrito Federal, Ceará, e estão chegando ainda mais representantes dos Estados.

Depois chegarão à mesa os nomes dos representantes dos Estados.

Informo também que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800612211, e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.gov.br, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. Estamos aqui, como acabei de mencionar, Senador Douglas Cintra, bastante conectados com todo o Brasil.

Eu quero, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Educação, em meu nome e também em nome do Senador Douglas Cintra, agradecer à Confederação, aos nossos convidados que acolheram o nosso convite.

Quero rapidamente fazer algumas considerações iniciais.

Esta reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da qual sou Vice-Presidente, tem o objetivo de debater a situação enfrentada pelos artesãos brasileiros que não contam ainda com a regulamentação de sua profissão e que defendem também políticas públicas que atendam aos seus anseios.

Eu quero aqui rapidamente destacar, Senador Douglas Cintra, que o que me levou, e a V. Exª, a apresentar esse requerimento para a realização da presente audiência foi a solicitação feita pela Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil. Nós estamos sendo aqui instrumento para que possamos fazer o quê? Discutir, refletir sobre a realidade de um tema que consideramos de muita relevância para o Brasil. Nós estamos tratando aqui de uma categoria, segundo dados do IBGE, de 2009, de cerca de dez milhões de brasileiros, a maioria, inclusive, de mulheres, que vivem direta ou indiretamente da produção artesanal no País.

Segundo ainda o IBGE, cerca de 8,5 milhões de brasileiros fazem do artesanato o seu pequeno negócio, movimentando mais de R$54 bilhões por ano. Há ainda uma avaliação de que esse número pode ser até maior, dado o alto grau de informalidade que há no setor do artesanato.

Eu queria destacar aqui como uma categoria, como a do artesão, repito, com essa dimensão que tem em todo o País, com o apelo que tem do ponto de vista de uma atividade geradora de emprego, geradora de distribuição de renda, até hoje, não tem a sua profissão regulamentada. Isso é inconcebível, isso é inaceitável! Vivemos cada vez mais um tempo de afirmação dos direitos sociais. Cada vez mais, queremos avançar no sentido de construirmos uma Nação civilizatória, uma Nação que acima de tudo reconheça e assegure os direitos dos trabalhadores, os direitos dos cidadãos e cidadãs.

Então, eu espero, Isabel, que um dos desfechos mais propositivos que esta audiência de hoje tenha seja contribuir para fortalecer o movimento, no que diz respeito à aprovação do projeto de lei que tem por objetivo regulamentar exatamente a profissão do artesão; aliás, projeto de lei esse que já foi aprovado pelo Senado.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Já.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O Senado realmente já fez o seu dever de casa. Trata-se do Projeto de Lei 7.755, de 2010. O Projeto de Lei se encontra exatamente agora em tramitação, encontra-se em análise na Câmara dos Deputados. O relator é o Deputado...

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Está sem relatoria. Foi indicada a Simone Morgado ...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu sei, mas vamos ter inclusive audiência hoje com os Deputados na Câmara...

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Ah! Júlio...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com o Deputado Júlio César. Vamos ter audiência, porque o projeto de lei, conforme eu acabei e mencionar, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Portanto, repito, um dos objetivos desta reunião, desta presente audiência é contribuirmos para fortalecer o movimento para que o Congresso Nacional faça o seu dever de casa, complete a lição, porque ele já foi aprovado no Senado, e, agora, falta ser aprovado na Câmara.

Dessa forma, teremos a legislação que trata da regulamentação da profissão do artesão, que, se Deus quiser, será aprovada, para que a Presidenta Dilma possa sancioná-la ainda este ano. (*Palmas.*)

Bom, dando continuidade às nossas considerações, quero ainda acrescentar que, na verdade, a história do artesanato confunde-se com o início da civilização. O artesão é o artista que expressa a sua criatividade e identidade cultural em trabalhos manuais. Por isso, é personagem essencial na preservação da cultura local.

No Brasil, trata-se de uma atividade, em geral, familiar muito presente nas regiões mais pobres em que os artesãos tiram de sua produção o sustento de suas famílias. Dados do Sebrae indicam que 77% dos profissionais do artesanato trabalham em casa.

Nos últimos anos, especialmente na Região Nordeste, o artesanato tem se expandido em ritmo acelerado e vem se sobressaindo como uma atividade econômica de grande potencial de crescimento e fonte geradora de emprego e renda. A forte vocação turística dos Estados atrai para o Estado turistas nacionais e estrangeiros. Isso, somado à infinidade de matérias-primas disponíveis e à rica cultura do nosso povo, faz com que a região seja altamente favorável ao surgimento de polos de desenvolvimento artesanal.

Por exemplo, o meu Estado – o nosso Estado, não é Márcia? –, o Rio Grande do Norte, a exemplo de todo o Nordeste, tem uma vocação extraordinária para o artesanato, seja na área cultural ou de trabalhos manuais. O Rio Grande do Norte, por exemplo, é rico em matérias-primas para o artesanato de fibras, como a palha da carnaúba, o sisal, a palha de coqueiro, o junco, o cipó. Há muito artesanato em barro também.

Na região do Seridó, no meu Estado, uma das maiores fontes de renda é a venda de tecidos bordados. Eu acho que vocês já ouviram falar nos bordados de Caicó, que são belíssimos, lindíssimos. Os bordados de Caicó

são feitos sob uma técnica produzida pelos portugueses no Município de Caicó e cerca de 70% das mulheres de Caicó, da região do Seridó, dedicam-se à essa atividade.

Apesar de toda essa diversidade, de toda essa riqueza, de todo esse potencial que tem – repito – o artesanato, infelizmente, ele ainda é visto muito mais como uma ocupação social do que como uma atividade geradora de trabalho e renda. Valorizar o artesão é valorizar o País, pois essa atividade estimula não só a manutenção de uma cultura regional e a identidade cultural brasileira, como também o turismo e a própria economia.

Por essa razão, temos de buscar um caminho sólido de desenvolvimento para o artesanato e o artesão. Temos de investir em políticas públicas que tenham como foco a promoção dos produtos locais e o desenvolvimento de uma identidade para os nossos produtos, sempre tendo em mente que não importa somente o produto, mas, principalmente, o bem-estar de quem está produzindo o artesanato.

A regulamentação da profissão do artesão, como já mencionei, está prevista no PLS nº 136, de 2009, já aprovado pelo Senado e que atualmente tramita na Câmara como o PL nº 7.755/2010.

A proposta, ou seja o projeto de lei que agora está na Câmara, prevê a atividade profissional do artesão, estabelece diretrizes para as políticas públicas de fomento ao artesanato, institui a carteira profissional das categorias, além de autorizar o Poder Executivo a criar a escola técnica federal do artesanato.

A proposta que se originou no Senado, ao mesmo tempo em que reconhece o trabalho do artesão, estabelece diretrizes de políticas públicas que fomentem a política do artesanato como profissão, levando em conta o seu perfil de atividade cultural e econômica.

Hoje, as políticas de governo para a área de artesanato estão a cargo da Secretaria da micro e pequena empresa por meio do PAB, o Programa do Artesanato Brasileiro.

O que pretendemos nesta reunião, Isabel, é: ouvir as reivindicações dos artesãos, as críticas e as sugestões sobre as atuais políticas e dialogar aqui com o Poder Público, no intuito exatamente de abrir um canal de debates para avaliarmos as políticas mais efetivas para essa categoria; incentivar a produção artesanal, considerando as vocações regionais do País, ao mesmo tempo em que nos trará retorno econômico por meio da geração de emprego e renda, servindo também para preservar nossas culturas locais.

Para isso, é necessário que as políticas públicas incluam a valorização do artesão com ações que contribuam para elevar o nível cultural e profissional desses artistas e ajude a criar uma mentalidade empreendedora por meio da qualificação dessas pessoas para o mercado competitivo.

Na verdade, o que nos moveu para a realização desta audiência pública, na condição de legisladora e representante do povo – tanto a mim como o Senador Douglas –, foi a possibilidade de trazer para esta Casa os anseios, as esperanças e os sonhos do nosso povo, dos que, com suas mãos, tecem, com tanto carinho e dedicação, o artesanato brasileiro. Simplesmente que tenhamos políticas públicas efetivas que possibilitem não só melhorar a produção e a qualidade de vida do artesão, mas sobretudo que façam com que o artesanato deixe de ser visto apenas como uma ocupação social e passe a ser respeitado como uma importante atividade econômica do País, que gera tanto trabalho quanto renda.

Com essas considerações, vamos passar imediatamente à nossa mesa de debates. Convido para a mesa o companheiro Deputado Givaldo Vieira. Por favor, dê-nos a honra de vir aqui para a mesa. (*Palmas.*)

O representante do Sebrae está aqui na mesa?

Nós recebemos do Ministério do Turismo o agradecimento do convite do Ministro Henrique Eduardo Alves.

Ao cumprimentá-los cordialmente, faço referência ao convite no qual, muito gentilmente, foi convidado o Sr. Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, para participar, como expositor, da primeira audiência pública destinada a debater as políticas direcionadas à questão do artesão no Brasil, a realizar-se no dia 22 de abril de 2015.

Informo que o Sr. Ministro sente-se honrado com o convite. Entretanto, devido a compromissos anteriormente agendados, fica impossibilitado de comparecer.

O Ministro apresenta escusas e deseja sucesso a tão importante evento.

A Diretoria indicou o Sr. Ricardo Vilhena para representar o Sebrae Nacional. O Sr. Ricardo Vilhena está aqui? Por favor, o senhor pode vir aqui para a mesa também?

Vamos começar com Ana Beatriz. Júlio, por favor, dê-me a relação dos convidados. Quinze minutos está bom?

Ana Beatriz é coordenadora do artesanato brasileiro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Eu queria pedir à assessoria para colocar mais cadeiras ali para o pessoal.

Com a palavra, Ana Beatriz.

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – Bom dia a todos. Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar a Senadora, depois o Deputado e meus colegas de Governo, o representante do Sebrae e Izabel, da Confederação.

O PAB, na verdade, foi instituído com a finalidade de coordenar e desenvolver as atividades que visam valorizar o artesão brasileiro, elevando o nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal no entendimento de que o artesanato é empreendedorismo.

O programa é representado em cada uma das 27 unidades da federação por meio das coordenações estaduais; unidades que executam diretamente as atividades de desenvolvimento do segmento artesanal e que integram a estrutura do órgão dos governos estaduais.

O PAB tem um foco de ação, a preparação do artesão das organizações representativas do setor para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização, a comercialização dos produtos artesanais. Essa a forma com que o PAB hoje trabalha, o Governo Federal, Governo Estadual, o contato dos artesãos tanto com o Governo Federal como com Governos estaduais. Alguns Governos estaduais, hoje, fazem parcerias com as prefeituras.

As ações desenvolvidas, em 2014, pelo PAB: apoio aos Estados, com aquisição de 27 caminhões para o transporte dos produtos artesanais para nossas feiras e exposições; apoio aos Estados para a utilização dos Sicab, aquisição de doações para os Estados de 27 impressoras para a emissão da carteira do artesão e do trabalhador manual, no Sistema de Informações e Cadastro de Artesanato Brasileiro.

Termos de comparação técnica. Termos de comparação técnica com a Marinha, que foi uma amostra do artesanato brasileiro em um navio-escola, durante uma viagem de guardas-marinhas. Países visitados com as nossas peças? Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Alemanha, Estados Unidos, México e Colômbia.

Acordos de cooperação técnica, com a Seppir, assinatura de acordo com a secretaria co mo objetivo de ações conjuntas, voltadas para a promoção do artesanato quilombola. O acordo foi realizado durante a III Conferência Nacional de Promoção e de Igualdade Racial.

Acordos de cooperação técnica com o Ministério da Cultura, vitrines culturais. O acordo foi para uma espaço de comercialização das 12 cidades-sede; acabou acontecendo somente em 7, que contaram com a participação de artesãos de todos os Estados. Foi uma participação muito importante que 2ª gente considerou com o Ministério da Cultura. Logo após, houve uma participação, também, do Ministério da Cultura na nossa feirão Salão Mãos do Brasil.

Termos de cooperação técnica com a UnB, que foi uma celebração, para a elaboração, desenvolvimento e validação das políticas nacionais de apoio ao segmento artesanal.

Apoio à comercialização.

As feiras de que o PAB participou no ano de 2014:

Feneart/PE;

Feira Mundial, no Pará;

VII Salão de Artesanato, aqui em Brasília;

XXV Feira Nacional de Artesanato, em Minas Gerias;

e Salão Mãos do Brasil, em São Paulo.

Feiras Regionais:

Fiart, Rio Grande do Norte;

Feira Mineira, do Artesanato de São João del-Rey;

e Feira de Artesanato do Araguaia.

Mostra de Artesanatos.

Mostra de Artesanatos nos aeroportos, durante a Copa das Confederações, no ano de 2013;

Mostra de Artesanato no Palácio do Planalto, durante a Semana do Servidor Público.

Esse são os investimentos do Programa do Artesanato, no âmbito da nossa Secretaria: no ano de 2013, R$6.676.702,81. Aí aumenta bastante no ano de 2013, pela compra dos caminhões, que foi no valor aproximado de R$5 milhões.

No ano de 2014, com apoio às feiras, doi R$4,966 milhões.

Vou falar um pouco do SIcab, que hoje é muito importante para o nosso Programa. É com ele que o artesão consegue a participação nas nossas feiras, capacitação e qualquer outra ação do PAB.

O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) foi desenvolvido com o propósito de prover informações necessárias à implantação de políticas públicas para o setor artesanal. A finalidade do sistema é possibilitar o cadastro único dos artesãos do Brasil de modo a unificar as informações em âmbito nacional, oferecendo uma base de dados ao PAB.

Número de artesãos e trabalhadores manuais cadastrados no Sicab: 103.823.

Esta é a forma da carteirinha do artesão.

Aqui, trazemos um quadro da evolução do cadastro dos artesãos no Sicab de 2011, época em que o Programa ainda era do MDIC, a 2014. Então, hoje, artesãos temos 87.582. É sempre importante destacar que essas carteirinhas são emitidas pelos Estados.

Aqui, a evolução dos trabalhadores manuais cadastrados no Sicab de 2011 a 2014. É importante aqui falar que o o PAB, neste ano, pretende fortalecer ainda mais o cadastramento, fazendo uma campanha junto com o Sebrae. Pretendemos conseguir que até o Sebrae possa também fazer esse cadastramento para que tenhamos um maior número de artesãos hoje cadastrados no País.

Aqui, o apoio à comercialização.

A participação do PAB em mostras e exposições visa à disseminação e a valorização da produção artesanal do País em âmbito nacional e internacional. As feiras de comercialização, por sua vez, contribuem para a geração de renda, e a participação do PAB nesses eventos se dá por meio da locação de espaços personalizados e exclusivos para artesãos cadastrados no Sicab

Nas feiras nacionais o propósito do programa é destacar o artesanato brasileiro de todas as regiões do país, sendo o espaço disponibilizado às Coordenações Estaduais do Artesanato que são responsáveis pela curadoria das peças que serão comercializadas.

Esse é o mapa das feiras e de onde aconteceu a Vitrine cultural.

Este é o investimento em feiras, da nossa Secretaria, ainda vindo do MDIC, em 2011. Trata-se de quanto do MDIC investia em feira, 2012, 2013 e 2014. São investimentos que consideramos hoje importantíssimos. As feiras são, hoje, forma de escoar produtos do artesão.

Depois de toda feira, fazemos um monitoramento para saber se está valendo a pena ou não a participação do PAB naquela determinada feira. Então, estou mostrando para vocês um tipo de apuração, que são os resultados de venda dos Estados. Compilamos os resultados de venda dos Estados em feiras apenas nacionais, não pegamos as feiras regionais.

Aqui, outra entrevista que fazemos com os artesãos sobre o volume de vendas, sobre o que ele achou, qual foi a expectativa, a decoração da feira, a programação visual. Em São Paulo, foi o primeiro local e a primeira vez que fizemos dessa forma, e foi também uma avaliação da nossa coordenação tanto estadual como nacional.

Aqui estão os resultados das nossas feiras, de comercialização. As cindo feiras de que participamos neste ano:

– Feneart, a maior feira nossa e acho que pode se dizer que é uma das maiores feiras da América Latina. Infelizmente, tivemos, no ano passado, o menor valor da Feneart, mas agregamos isso à Copa do Mundo, que modificou valores, porque, geralmente, ficamos em torno de R$4 milhões.

Esse é um gráfico de quantos artesãos foram beneficiados em 2014...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – ...de forma direta e indireta.

Nosso plano de ação para 2015:

Edital de chamamento público para participação de feiras regionais.

Edital de credenciamento de empresas para participação de feiras Nacionais;

Formação de GT para revisão das nossas Portarias.

Formação de GT para participação do PAB em Feiras Internacionais.

Formação de GT para criação do selo do artesanato brasileiro.

Campanha em parceira com o Sebrae/Nacional para cadastramento e renovação da carteira do artesão.

Articulação com os órgãos federais.

Articulação com os Sebrae/UF para capacitação de artesãos e trabalhadores manuais.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradecemos à Ana Beatriz, que aqui falou, representando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. É nessa Secretaria que está a Coordenação do PAB, do Programa do Artesanato Brasileiro.

Queremos registrar, com muita satisfação, a presença das Senadoras Regina, lá do PT do Piauí, do nosso Nordeste. Qual é o artesanato mais bonito: o de lá ou o do Rio Grande do Norte? Ambos.

Registro, com muita alegria, a presença da Senadora Angela Portela, do PT de Roraima. Queremos aqui ainda registrar, rapidamente, antes de passar a palavra ao próximo orador, a presença de Ricardo Vilela, de quem já falei. Ele está aqui representando o Sebrae.

Registro também Afonso Marcondes, da Assessoria Legislativa do Sebrae; André Araújo, da Assessoria Parlamentar do Sebrae; Mara Bicalho Dutra, da Assessoria Técnica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa;

Marcos Rui Lima, da Assessoria Parlamentar da Secretaria da Micro e Pequena Empresa; Frederico Almeida, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo.

Queremos registrar também a presença das delegações dos Estados, Fátima de Araújo, da Associação dos Artesãos de Valparaíso e regiões, de Goiás; Jaqueline, também de Goiás; Márcia Oliveira, da Federação dos Artesãos do Rio Grande do Norte. Na sequência, daremos conhecimento da participação dos representantes dos demais Estados.

Georgia, quer você agora usar da palavra? Georgia está aqui, foi convidada pelo Ministério da Cultura.

A SRª GEORGIA HADDAD NICOLAU – Obrigada. Em primeiro lugar, bom dia a todos. Cumprimento a Senadora Fátima, que é uma grande amiga da cultura. Temos grande apreço por ela, porque nem todos têm sensibilidade para as pautas da cultura como ela e outros colegas. Então, agradeço. É sempre bom estar aqui, ouvir a sociedade civil, ouvir os nossos Colegas Parlamentares. Então, em nome do Ministro Juca, dos Secretários e Parceiros do MinC, queria agradecer e saudar a Mesa, o Deputado e meus colegas de Poder Público, o colega do Sebrae, e, claro, a Isabel e todos os representantes do artesanato, que é um setor muito caro ao Ministério da Cultura.

Como a própria Senadora já falou, o artesanato é uma das profissões mais antigas que temos. No campo cultural, ele quase materializa o que significa a tal da economia da cultura ou economia criativa. Por quê? Porque ele representa uma profissão de extremo valor simbólico, conta uma história. Cada peça tem uma história, cada peça é única, conta uma história, vem com sua memória, com a memória de uma família, muitas vezes de gerações de família. Ao mesmo tempo, ele tem altíssimo valor agregado e é um produto que, enfim, deve ser comercializado para gerar, portanto, renda para aquele artista. Então, acho que, dentro do campo cultural, de acordo com as pesquisas do IBGE – sabemos que ainda são falhas, mas já dão um exemplo do que é – é o maior setor do campo cultural, em termos de movimentação de PIB e de profissionais envolvidos.

É a maior profissão que temos, com certeza. Assim como o artesanato tem várias abordagens na Esplanada – e aqui temos a Senaes, o MinC, o CMPE, o MTur, que não veio, o MDA também tem o programa Talentos do Brasil.

Quer dizer, dependendo de onde se olhe, o artesanato é um eixo importante em vários ministérios e no Sistema S também.

No Ministério da Cultura não é diferente. Você tem o IPHAN, que é o nosso Instituto de Patrimônio. E dentro da Diretoria de Patrimônio Material, nós temos o Centro de Folclore e Tradição. E existe o Promoart, que é o Programa de Promoção de Artesanato de Tradição Cultural.

Dentro da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, a gente tem, como vocês devem conhecer, o Programa Cultura Viva, que agora virou lei. E dentro dos pontos de cultura, grande parte deles é voltada ao artesanato também. Assim, indiretamente, se lida com o artesanato no Programa Cultura Viva.

E nós coordenamos o Primeiro Colegiado de Artesanato, quer dizer, é a primeira vez que existe um colegiado de artesanato. O artesanato entrou no plano nacional de cultura como um setor importante e no nosso colegiado completamos, no final do ano passado, o primeiro Plano Setorial do Artesanato, quando recebemos contribuições de vários de vocês. Abrimos consulta pública e mais de 300 pessoas colaboraram *on-line* na plataforma. Assim, chegamos a um plano setorial que é muito rico e acho que é uma diretriz importante. Embora obviamente não se encerre em si mesmo, é uma diretriz importante, feita por representantes da sociedade civil de vários Estados.

Enfim, só vou passar rapidinho. Esses são poucos eixos que entendemos como norteadores da economia da cultura. Então, não podemos falar da admissão econômica da cultura sem levar em consideração a nossa diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social. E é importante dizer aqui, que inovação é, por exemplo, um novo jeito de fazer a mesma coisa, um novo jeito de fazer uma escultura ou um trançado. Não necessariamente significa uma inovação no produto, mas uma inovação no processo.

Como eu já disse, o PNC, que é a nossa lei norteadora, define o setor de artesanato como partícipe das políticas públicas de cultura a partir do reconhecimento dos saberes, conhecimentos e expressões tradicionais. Então, temos uma preocupação em proteger e reconhecer a atividade enquanto expressão da cultura tradicional brasileira. E nunca podemos perder isso de vista quando falamos em comercialização. Esse aspecto cultural e simbólico é que faz o artesanato brasileiro ser tão rico.

Entendemos a necessidade da elaboração da instituição de um marco legal. Por isso, que esse APL e esta audiência são muito oportunos. E quanto mais tivermos melhor.

O artesanato enquanto atividade econômica tem por insumo simbólico a diversidade e o imaginário cultural brasileiro. Sem isso, vira só homogeneizante e sabemos que isso não é o que buscamos.

E, falando rapidinho, temos um programa de assessoria a empreendedores culturais em 14 Estados. Ainda estão incipientes, mas muito deles já atendem artesãos. Portanto, é muito importante dizer que vocês devem procurar nos seus Estados e usufruir das consultorias e assessorias oferecidas.

Também temos um programa, que foi em parceria com o MDIC, que é reconhecer APLs de cultura. E olha que interessante, desses 27 APLs, 10 são de artesanato. Enfim, ainda que o artesanato não tenha um reconhecimento como profissão, já faz parte da classificação brasileira de ocupações e têm milhões de pessoas envolvidas. E por incrível que pareça, dentro dos setores da cultura, eu diria que é um dos mais organizados.

Então, temos esses dez Arranjos Produtivos de Artesanatos. E como a nossa colega da SMPE já disse, o MinC fez pela primeira vez uma ação de comercialização de artesanato, porque o Promoart tem outro perfil, que é o programa do IPHAN.

No MinC, o Vitrines foi uma encomenda que nos foi feita pela Ministra. E eu diria que foi a nossa única ação efetiva na Copa voltada para o artesanato. E foi uma aventura, porque o MinC não tem expertise em comercializar. Por isso, buscamos parceria com a Secretaria de Micro e Pequenas e, a partir dessa parceria, o que percebemos é que preciso que nós, do setor público, nos unamos mais a fim de que tenhamos mais sinergia nas nossas ações.

O Vitrines foi o meio para que conversássemos com o SMPE, com o MDA, com o Sebrae, com o IPHAN. Então, ali percebemos essa necessidade de união para nossos objetivos. E foi uma aventura, mas diria que foi bem-sucedida. De modo geral, conseguimos comercializar os artesanatos na cidade-sede, tivemos uma boa venda. E, mais que tudo, conseguimos mostrar a riqueza de nosso artesanato aos turistas que vieram para a Copa. Acho que isso deve ser potencializado à enésima potência, feito da melhor maneira para que a gente aprenda com essa experiência para as Olimpíadas e para outros eventos. Acho que o artesanato é uma belíssima porta de entrada e um chamariz para a cultura brasileira e é muito importante. Então, conseguimos fazer o artesanato dos 27 Estados, com a ajuda dos caminhões da SMPE, que vieram em boa hora.

Bom, o colegiado e o plano setorial.

O plano setorial sistematiza, pela primeira vez, as demandas dos artesãos, propondo estratégias e ações. Então, o que o plano elegeu como princípios: o respeito à diversidade cultura, o artesanato como valor simbólico, a valorização e reconhecimento do artesão, protagonismo do artesão nas políticas públicas, o respeito das manifestações do artesanato tradicional e uma economia embasada na comercialização justa e produção sustentável.

Objetivos: extraímos só o suco do plano: fomentar e incrementar os ciclos produtivos do artesanato brasileiro, qualificar os profissionais da área em todas as etapas do ciclo produtivo, promover e divulgar o artesanato como manifestação da diversidade cultural brasileira, promover a melhoria dos processos de distribuição e comercialização, considerando os princípios da economia criativa e da economia solidária, fortalecer o artesanato brasileiro em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, e estimular o uso de inovações tecnológicas de técnicas de sustentabilidade ambiental.

Bom, eu não vou me prolongar, pois acho que é mais importante ouvir os colegas. Mas eu queria dizer que o Ministério da Cultura está junto com os artesãos nessa luta. Estamos à disposição...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GEORGIA HADDAD NICOLAU – Está aqui nossa colega do colegiado... E eu gostaria de agradecer o trabalho de vocês, porque foi um trabalho muito bem feito. O Plano está muito rico, e acho que é um ponto de partida importante para a gente começar a conversa – continuar, pois a conversa já começou faz tempo. Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada. Quero agradecer a Georgia, que falou aqui representando o Empreendedorismo, Gestão e Inovação, lá da Secretaria de Economia Criativa, do MinC.

Vamos passar agora para **O SR. RICARDO VILLELA**, aqui representando o Sebrae.

O SR. RICARDO VILLELA – Obrigado.

Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa por esta oportunidade de estarmos aqui nesta importante audiência para levar a vocês algumas informações a respeito do Sebrae em relação às atividades relacionadas ao artesanato.

Como vocês sabem, o Sebrae já atua há mais de 20 anos nesse segmento. É uma das atividades, uma das áreas dos pequenos negócios em que o Sebrae tem uma participação muito importante. Sempre estamos presentes com todos esses parceiros que aqui já me antecederam. O Sebrae tem um compromisso bastante forte em relação a esse segmento. Por outro lado, nosso compromisso principal é, assim como todo compromisso Sebrae, focado no empreendedorismo: nos pequenos negócios desenvolvidos no País.

Não temos uma visão do artesanato como atividade social. Temos esse conhecimento, mas não atuamos nessa área, apesar de considerarmos que ela também é muito importante como uma das atividades de geração de renda para milhões de artesãos, como a Senadora colocou.

As posições que a Senadora colocou em sua fala inicial são muito coincidentes com aquilo que o Sebrae vem praticando.

Hoje, temos no Sebrae algumas prioridades focadas nesse segmento. O nosso programa denominado Brasil Original, que foi criado por ocasião dos grandes eventos, tem feito um grande trabalho de promoção para a comercialização e a divulgação do trabalho dos artesãos brasileiros. Trabalhamos com várias exposições durante a Copa das Confederações e, posteriormente, a Copa do Mundo. Estamos trabalhando também para que isso volte a ocorrer por ocasião das Olimpíadas.

Uma segunda prioridade é o Prêmio Top 100 de Artesanato, que todos conhecem. Ele ocorre, sistematicamente, a cada dois anos. Neste momento, em função desses grandes eventos, houve um tempo um pouco maior, mas, este ano, estaremos lançando mais uma edição.

Por fim, uma iniciativa extremamente importante e ousada por parte do Sebrae, que é a construção do Centro de Referência do Artesanato Brasileiro em um prédio muito simbólico da cidade do Rio de Janeiro, na Praça Tiradentes. O prédio foi cedido ao Sebrae pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. E o Sebrae, através dessa concessão, está reformando e restaurando todo esse patrimônio histórico de modo que ele possa ser uma referência, como o próprio nome indica, para o artesanato brasileiro de forma permanente e, obviamente, para servir aos artesãos que desejem levar os seus produtos, participar de feiras e mostras e desenvolver aqueles trabalhos que o Sebrae desenvolve rotineiramente na capacitação voltada para a gestão do negócio. Esses são os nossos objetivos.

Temos parcerias com o PAB, com o MDA, com o Ministério da Cultura, com o Ministério do Turismo. Entendemos que o artesanato, como patrimônio cultural associado ao turismo, é uma das características principais do nosso País. Entendemos que esta audiência, como a Senadora falou, deveria ter como consequência principal a possibilidade da regulamentação da profissão do artesão. É uma luta muito antiga. Ela precisa se consolidar. Ela precisa, efetivamente, ser uma realidade, porque faltam informações básicas que só poderão ser alcançadas se houver uma regulamentação. As várias classificações, a parte do comércio, a parte da exportação, tudo isso é feito de forma relativamente, e não totalmente, informal hoje. Isso impede que haja políticas públicas mais claras e definidas para aqueles segmentos. Isso é fundamental.

Como já foi dito aqui, o Sebrae é parceiro para esse cadastramento. Estamos dispostos e disponíveis a contribuir para que isso ocorra. Entendemos que, eventualmente, como uma forma de sensibilizar e construir um melhor cadastro, talvez um incentivo tributário pudesse ser a forma de um maior número possível dos artesãos se cadastrar e permitir que o Governo saiba quem eles são, onde estão e o que fazem. Isso é fundamental para que possam se estabelecer políticas públicas. Nós não temos isso. Os números são absolutamente conflitantes. (*Palmas.*)

Os próprios números aqui mostrados deixam isso de maneira claríssima. Falamos de 8 milhões de artesãos e temos oitenta e poucos mil cadastrados. Alguma coisa não bate. Precisamos, efetivamente, ter essas informações.

Eram essas as palavras que eu gostaria de trazer.

O Sebrae é parceiro. A Direção atual do Sebrae, inclusive, é composta de pessoas entusiasmadas com o setor, o que justifica, inclusive, o investimento que está sendo feito, que é muito grande.

É óbvio que esse investimento não é permanente, porque ele é muito elevado, mas, no momento, em função da restauração do CRAB, da construção do CRAB e desses eventos todos, o Sebrae tem aplicado R$15 milhões a R$20 milhões por ano em artesanato. Só o Sebrae nacional, sem considerar as ações que são desenvolvidas em todos os Estados.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Queremos, aqui, agradecer a participação de Ricardo. O Ricardo representa, aqui, uma instituição, Ricardo que é muito importante nessa luta pela valorização do artesão e pelo fortalecimento do artesanato no nosso País.

Nós vamos passar agora, imediatamente, a palavra a Vital, Diretor do Departamento de Fomento à Economia, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu pergunto ao Senador Douglas Cintra, como coautor, da audiência, V. Exª prefere falar logo após, aqui, o término da fala das Mesas?

Senadora Regina, também, quando a gente terminar.

Vou passar a palavra agora a Vital.

O SR. MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO – Bom dia às meninas e aos meninos aqui presentes. É uma grande alegria estar com vocês aqui, ao lado da minha Senadora – muito tempo foi minha Deputada e, agora, é minha Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Somos conterrâneos.

O SR. MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO – Uma vez que somos conterrâneos. Eu sou do Território Seridó, do Rio Grande do Norte.

Em nome da minha amiga Márcia, eu cumprimento a nossa plateia aqui presente.

É, exatamente.

Nasci, vendo as minhas tias fazerem umas rendas de bilros. Eram uns negocinhos que elas ficavam mexendo com as mãos, numa rapidez fantástica. Então, nasci dentro do Seridó, vendo o artesanato e o algodão, meu saudoso algodão de fibra longa. Então, foi assim que eu cresci.

Bom, hoje, na Secretaria de Economia Solidária, não temos como foco o trabalho com o artesão. Não fomos nós que procuramos o artesão. Definimos o tema Economia Solidária, e, quando o definimos, fomos ver quem é que está nesse mundo. Quando a gente olha para o mundo da economia solidária, aí, o artesanato aparece de maneira muito forte.

Então, eu preparei, com minha equipe, uma apresentação para mostrar a relação da economia solidária com o tema artesanato, baseado nos números que conseguimos extrair de um mapeamento que fizemos no Brasil inteiro sobre esses empreendimentos econômicos solidários. E, nessa apresentação, também, procurei colocar alguns conceitos. "Que danado é isso de economia solidária?", Muita gente ainda não conhece bem, uma vez que esse conceito ainda é novo aqui, no Brasil.

Então, aqui, apresentamos uma rápida definição do que é economia solidária. Eu não vou ficar explicando tudo que está aí, porque eu quero ganhar mais tempo para falarmos sobre o que temos que fazer nessa área, mas toda organização associativa que seja autogestionária, que tenha como foco a questão econômica e trabalhe princípios como a solidariedade e a cooperação, esse tipo de economia, a essa economia associativa e autogestionária nós denominamos "economia solidária", e isso já está colocado em várias leis que tocam em temas como comercialização e apresentam a economia solidária com esse conceito que aí está presente.

Eu resumiria que é uma economia associativa e autogestionária.

Para trabalhar com esse tema, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional da Economia Solidária e foi convidado o Professor Paul Singer, que, até hoje, está à frente dessa Pasta.

Então, em 2003, surge a Secretaria para dar expressão pública a essa temática, que é a economia solidária, e fortalecer os empreendimentos que compõem esse modelo de economia.

Os empreendimentos, fazendo rebate em cima do conceito, têm que ser coletivos, autogestionários, têm que ser econômicos. Eles não são empreendimentos que nascem de forma pontual. Então, tendem a viver a vida deles de maneira ampla, e são diversas as formas sob que se enquadram dentro dessa economia. Quer dizer, é uma economia que não parte do formalismo. Um grupo se organiza para produzir e diz que produz de forma autogestionária. E observamos, na prática, que ele é autogestionário, é coletivo e já o reconhecemos mesmo ele não tendo uma pessoa jurídica definida.

Então, temos desde grupo informais, que é a grande maioria do público com o qual lidamos, até associações, cooperativas e outras formas organizativas.

Fizemos, então, um mapeamento. Já foi o segundo mapeamento. O último foi de 2010 a 2012, quando visitamos esses empreendimentos em cada Estado para ter uma radiografia de quem é esse público com o qual nós lidamos. Nesse último mapeamento – no primeiro já tínhamos trabalhado com quase 20 mil, eram 19 mil e alguns -, pegamos mais 20 mil empreendimentos e tiramos algumas fotografias do nosso público a partir desse mapeamento, pois não é censitário, mas bem explorador das características dessas organizações que chamamos de economia solidária.

Nesse mapeamento, apareceu para nós uma coisa estranha, porque quando vamos para o mundo real praticamente só encontramos mulher. No mapeamento, acho que em função das cooperativas e associações e também do meio rural, onde o que aparece mais fortemente é sempre a presença masculina – e esses empreendimentos são muito fortes também no meio rural – apareceu que 55% deles eram de homens e 45%, de mulheres. Mas lembro que isso não é um censo e, sim, uma amostragem que fazemos desse universo que é a economia solidária.

Aí coloco mais alguns dados: 60% deles estão no meio rural. Um bom percentual está formado por grupos informais, que vamos mostrar na frente; e um pequeno percentual só está descrito de forma mais organizada, com pessoa jurídica de cooperativas, que são as pessoas jurídicas mais apropriadas na legislação atual para lidar com os processos de comercialização.

Nas características gerais deles, aproveito para enfatizar que o grosso trabalha com processo de organização da produção indo até a comercialização, mas também trabalham com outros interesses, como por exemplo, trocas, finanças solidária, e por aí vai.

Na pergunta que fazemos, ou seja, por que eles se constituíram como empreendimentos, quase a metade fala que precisa de renda. E nessa quase metade que fala isso, vem muito a renda da mulher complementando a renda familiar. Muitas são arrimo de família e outras usam para complementar a renda do marido. Uma boa parte até pela questão da baixa escolaridade, da falta de formação técnica e por uma explosão das políticas públicas ao longo da sua história se mostram fora do mundo do trabalho, fora do mundo do emprego. Assim, essa é uma alternativa que esse grupo consegue usar para entrar no mundo do trabalho, já que não conseguem um emprego formal. Então, buscam uma atividade econômica via grupos. Eles são donos do próprio negócio e primam muito não só pelo lado econômico, mas por uma visão mais ampla da comunidade, vendo-se como agentes de desenvolvimento dessa comunidade.

Aí começamos a entrar nos artesãos. Nessa última pesquisa que fizemos sobre o nosso público, 18% do total se vê como artesão. E estou dizendo que eles se veem porque não está dentro do que nós, do Governo, colocamos como a definição do que é o artesão.

Então, não vamos caracterizar simplesmente alguém que manuseia. Você cria? Você trabalha? A gente não faz esse tipo de pergunta. A gente pergunta: como é que você se vê? E, aí, quase 20% se coloca como artesão.

Aqui está s distribuição deles ao longo das cinco Regiões. Então, a gente nota que o maior número apresentado no nosso mapeamento se encontra na Região Sudeste. Em segundo lugar, aparece a Região Nordeste. Ao todo, os que declararam artesãos num universo de 20 mil foram 3,5 mil empreendimentos.

E pedi para afunilarmos um pouco para ver qual é o retrato desses 3,5 mil empreendimentos a partir dos dados que tínhamos. Então, os colegas lá colocaram – e aí já coloco novamente a história da mulher – que 78% do público que compõe aqueles empreendimentos que lidam com artesanato é composto por mulheres. E quando vamos para o universo das pessoas, a gente chega a estes números: 81 mil mulheres de um total de 104 mil pessoas envolvidas nesse empreendimento que mapeamos. Lembro: não foi um censo. Então, a nossa equipe acha que esse número é extremamente maior.

Hoje, operando com redes – estamos fomentando um trabalho com redes – quando começamos a fazer aleatoriamente: "quem de vocês está dentro do mapeamento, quem participou do processo de mapeamento?", o que gente percebe é que menos da metade das organizações que estão organizadas em rede entraram no nosso mapeamento.

Então, esses números são extremamente pequenos frente à realidade, mas já mostra que partimos, no mínimo, desse patamar. Há os que colocam para vários segmentos que o número equivale a três vezes mais do que mapeamos, no mínimo. Mas esses são os números oficiais que temos dessa amostragem que a gente fez.

No que diz respeito a como eles estão organizados, vocês observam que mais da metade está no chamado Grupo Informal. Ou seja, o nosso grupo de artesãos ainda está numa fase muito embrionária do seu processo organizacional. Eles nem sequer chegaram, dos que mapeamos, a se constituírem como uma associação e muito menos como uma cooperativa.

Então, é um grupo embrionário no seu formato organizacional.

Aqui, quando perguntamos qual a atividade principal, eles trabalham fortemente com o processo de organização da produção e comercialização. Esse é o foco deles. E tem sido principalmente para isso – e mais na frente vou concluir com as informações sobre a política – que a gente vem procurando dar resposta.

A nossa política é direcionada para a economia solidária, para os empreendimentos da economia solidária, independentemente de eles serem artesanais ou agricultura familiar ou empresas recuperadas – aí já é outro formato. Então, é para a economia solidária.

O que a gente faz? Evitamos, até em função do nosso tamanho, particularizar muito os segmentos com os quais lidamos. Então, pensamos em atividades que fossem mais gerais. Primeira delas, independentemente do tipo de empreendimento, todos eles têm problema no que diz respeito à organização do seu processo produtivo. Vou dar um exemplo. Eu visitei há alguns meses uma feirinha de economia solidária no Rio de Janeiro. Quando você chega às feirinhas, 70% ou mais são de artesãos. A outra parte, 20%, 30%, 40% são de outras coisas, que geralmente são produtores voltados para a questão do campo, agricultores familiares com alguns produtos. Ao lado do artesão, ainda há artesão que é também agricultor familiar. Ele é agricultor familiar e artesão.

E fui perguntar ao grupo que estava lá como é que nosso Ministério estava conseguindo ajudá-los. Então, eles disseram: a parte de formação e assessoramento técnico, que hoje o Ministério do Trabalho coloca à disposição dos empreendimentos da economia solidária, tem sido algo relevante a influenciar na nossa economia. E aí eu perguntei: como? E uma senhora me deu um exemplo que foi muito esclarecedor. Ela conse-

guiu expressar o tamanho da importância do trabalho de assessoramento de técnico e formação, que nós do Governo, na nossa política, oferecemos.

Ela disse: para essa peça daqui, com assessoramento técnico, foi dada orientação de como mudá-la, sua apresentação. Mudaram as cores, mudou um pouco o formato, a partir de dicas de pessoas especializadas. Ela disse que, só com essa orientação, conseguiu aumentar o preço do produto: o produto custava R$2 e passou a ser vendido por R$3, porque tinha mercado para vender por R$3. Ela disse ainda que vendia 100 peças e hoje vende 500 peças. Ela disse que hoje a renda, com uma informação dada no assessoramento técnico, multiplicou o orçamento por três, sem nenhuma alteração no custo de produção.

Começamos a perceber que esse processo de formação e assessoramento técnico é um elemento determinante para aumentar a renda e aumentar a inserção desse nosso povo no munto do trabalho a partir da nossa política.

Então: assessoramento técnico, formação fundamental.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO – Acrescento a isso, também, um componente de infraestrutura. Quando a gente pergunta: "onde e qual a melhor forma de vocês comercializarem?". Aí eles dizem: "temos que ter os nossos espaços de comercialização. A gente não os tem".

Então estamos fomentando para que os nossos parceiros – que são algumas ONGs que trabalham muito no campo do assessoramento técnico e formação, e os governos que podem entrar com infraestrutura – liberem chamadas públicas para conseguirmos, principalmente, aquelas feirinhas simples, que são baratas, e o nosso público acha que pode colocar os seus produtos no mercado. Não dispenso as lojas e tal, mas o que é mais massivo, o que é mais solicitado, é que tenham esses espaços de comercialização.

E a última coisa que eles colocam – estamos tentando ampliar – é o fato de terem acesso às finanças de uma forma solidária, uma vez que da forma tradicional eles não conseguem acessar. Estamos trabalhando e fomentando os fundos rotativos, os bancos comunitários e estimulando as cooperativas de crédito a trabalhar também com esses empreendimentos econômicos solidários.

Então, isso é com o que, na prática, estamos trabalhando, ou seja, políticas para esse segmento que aparece como um dos públicos da economia solidária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradeço a Vital pela importante contribuição aqui.

Vamos passar agora, imediatamente, a palavra à Isabel, que é Presidente da Confederação Nacional do Artesão. Então, é a voz do artesão, agora, que vai falar. Com a palavra.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Bom dia a todos e a todas. Quero aqui, em nome da Senador Fátima Bezerra, saudar toda a Mesa. E em nome da nossa categoria, saúdo cada um que acredita que vamos ter tempos melhores. A vocês artesãos. A nós todos. (Palmas.)

Eu quero agradecer, também, dois pontos a essa Casa. Primeiro: porque foi nesta Casa, que depois de mais de 30 anos de luta pela regulamentação de uma profissão milenar, um PL teve sua aprovação na sua totalidade por todas as comissões. E, graças a Deus, por essa Casa, Fátima, pelo compromisso desses Parlamentares, Senadora Regina, Senador, meu conterrâneo, Senador Douglas Cintra, foi esta Casa que nos deu a garantia que as manobras e os *lobbies* de quem sempre nos manipulou não deixasse que nosso PL morresse. Nosso PL não cai, mesmo que existam manobras para que a categoria não chegue a ter a sua profissão reconhecida. Nós estamos na luta e muito atentos a todos.

Começando a nossa apresentação, quero dizer que vamos fazer um relato bem breve a vocês, porque o artesão trabalhador, na maioria dos países, já conta com o marco regulatório.

Infelizmente, ainda não conseguimos que os políticos tivessem o compromisso e responsabilidade de nos garantir tais direitos constitucionais.

Essas são relatos e debates de vários encontros e de seis congressos, o último realizado no Espírito Santo, em que a categoria – isto não é palavra de Isabel, é uma palavra de mais de 30 anos de luta – se manifestou que nos impuseram, na década de 70, a uma condição de *hippies*. E foi essa mentalidade de dizer que éramos *hippies*, que até hoje muitas pessoas desvalorizam a nossa profissão, acham que somos qualquer um, um profissional que não precisa de respeito.

Então, quando viram, éramos muitos. Começaram a nos enxergar com valores movimentados pela nossa produção e adotaram termos cunhados para identificar atividades informais de produção, que organismos internacionais, dentre eles o Banco Mundial, criou para identificar a multiplicidade de papéis na economia não

regulada dos países de terceiro mundo. Então, a economia informal. Nós temos profissão, não somos informais. Nós não temos legislação, mas temos sim profissão.

A informalidade, na década de 80, adquire uma imagem positiva. Havia um setor que dava lucratividade, e, de local de sobrevivência dos mais necessitados, transformou-se em um lugar privilegiado de criatividade.

Então, colega do Ministério, deixo um abraço ao Ministro Juca Ferreira, porque foi ele que incluiu o artesanato na linguagem do Ministério. Aqui saúdo aos dois, e peço para levantar Vani Maris e o nosso mestre Darlindo Oliveira, do Pará. (*Palmas.*)

São representantes diretos do colegiado, que participaram da construção do Plano Setorial, que espero que seja posto em prática.

A sociedade brasileira tem uma percepção do artesanato e do artesão ainda bastante incipiente. Mudou um pouco, colega Ricardo, do Sebrae – graças a Deus, muito boa a sua fala. Precisamos da regulamentação, porque somos trabalhadores, e políticas públicas para o setor.

Somos patrimônio imaterial e, em nossa produção, patrimônio material. E isso bem é falado pela cultura. Não podemos ver só cifras. Somos patrimônio imaterial, e nossa produção, patrimônio material, é uma fonte de identidade que carrega sua própria história.

Infelizmente, essa história tem que ser dita. Em 1977, Ernesto Geisel, ex-Presidente, editou e criou o Decreto nº 83.290 que instituía o PNDA, o atual PAB. Mas, naquela época, quando ele criou, o foco do programa tinha *priori* para nós, trabalhadores. Isso em 1970. Então, o artesão teria direito à carteira – não uma carteirinha qualquer – do trabalhador que lhe identificaria, como qualquer outro. Mas, por quê? Porque temos comercialização, Senadora Fátima, Senadora Regina, Senador Douglas, e dependíamos dessa estrutura. E passaram anos para enxergar uma carteirinha no Programa. Mas, alá trás, a gente já tinha direito a essa identificação.

Na instituição do PNDA, em agosto de 1977, "fica instituído o Programa Nacional do Artesanato, sob a supervisão do Ministério do Trabalho, com a finalidade de coordenar as iniciativas que visem a promoção do artesão e a produção e comercialização do artesanato brasileiro".

Então, nós tínhamos como *priori,* no programa, o artesão, o que não temos hoje. A prioridade hoje, o foco, é o produto. E o produto sem o artesão é morto, são as mãos daquele mestre que pegam a balata dentro da mata e fazem um artesanato que é reconhecido pela Unicef, homenageado, mestre Darlindo. (*Palmas.*)

Então, gente, são as mãos dessas nobres artesãs e artesãos que estão aí assistindo a audiência pública que fazem o produto. É por isso que o artesão precisa não de um programa, é muito pequeno, é ínfimo um programa. (*Palmas.*)

Nós temos um setor, como já foi dito aqui, que movimenta milhões e que, infelizmente, mais de 30 anos, Senadora, Senador, Senadora Fátima, mais de 30 anos.

Veja como é dito pelo Sebrae: em mais de 20 anos, pouco mais de 20, o Sebrae dá mais estrutura aos artesãos do que a política do Governo Federal atual. Isso é uma vergonha.

Então, passamos pelo Fernando Collor, que tirou a política do decreto do ex-Presidente e criou o Programa. E aí já se perde a vertente, só se enxerga a questão do artesanato. Onde se instituía a valorização... E a regulamentação do artesão sem maiores providências nos levou até a sobreviver com as ações pontuais do Programa, que nada mais fez para garantir a legalização da profissão dos melhores trabalhadores. Então, ele só focou o produto.

As Nações Unidas, naquele momento, em 1977, através do nosso Programa, já enxergava que havia um milhão de trabalhadores, e nós vimos, através do MDIC, em 2005, 8,5 milhões estimados pelo Ministério, através do Programa de Artesanato.

Hoje, quantos somos no Programa do Artesanato Brasileiro? Quanto movimenta o artesanato nossa produção no País? Gente, pela apresentação aqui feita, nós vemos um retrocesso, diminuímos e aumentamos em quantidade. Se avaliarmos os dados do Ministério da Cultura, os dados da própria Secretaria da Micro e Pequena Empresa, os dados da Secretaria da Economia Criativa, os dados que o Sebrae apresenta...

Inclusive, em 2003, Ricardo Villela – há no documentário que fizemos, "Brasil em arte, valores brasileiros" –, o Sebrae capacitou mais de 900 mil artesãos dentro de um ano e atendeu a mais de 250 mil entidades. Então, somos mais de 10 milhões, somos mais de 13 milhões de artesãos. Somos essa máquina que põe em produção uma mola que hoje significa mais em renda do que na saúde dessas mãos que vão morrer entrevadas – as mãos de vários artesãos que pisam no barro, porque a cerâmica é um dos segmentos fortes.

Igual ao Sr. Nuca, lá em Pernambuco, Senador Cintra, que morreu sem perna, porque pegou uma bactéria. E o que foi feito do Mestre Nuca? O que foi feito de vários mestres? O que foi o destino do Mestre Pixiló? Qual a garantia? Esses profissionais não podem morrer mais no silêncio. Nossa profissão exige respeito.

Quero dar só um exemplo que no *link* do Ministério... Vou acelerar, talvez não abra... O *link* do Ministério, para trabalhar 2015, me espantou, Ana Beatriz.

Eu tenho uma planilha, depois os Senadores... Peço a todos. Mas, em especial, os Senadores colocaram que o Orçamento teria, inclusive, recurso para o artesanato.

Como nós estamos em um programa situado numa Secretaria que tem *status* de Ministério, que elabora um orçamento para o ano vigente e que coloca na planilha a ênfase de várias empresas e microempresas, mas que, na hora de tratar e versar no orçamento sobre nós, sobre o nosso setor, diz "inclusive atividades artesanais"? E, em alguns tópicos do investimento, principalmente um que versa, que trata da questão de comércio, de investimento internacional, não consta "inclusive artesanato".

Então, se trata de falta de respeito pela categoria, já que infelizmente o Programa não é preparado para o artesão, o Programa não tem foco para os artesãos, certo? O Programa da Secretaria – parabéns para a Secretaria – trata muito bem do artesanato e da micro e pequena empresa,agora, de artesão, não – de artesão, não. (*Palmas.*)

Só melhorou em algumas vírgulas, porque a luta que travamos, principalmente nesses últimos dez anos, quando começamos a ter abertura para chegar ao Ministério, porque antigamente nem ao Ministério chegávamos.

Nesses últimos 10 anos, nós tivemos portas abertas, Fátima, e começamos a enxergar; mas, se você abrir o texto, o programa é de apoio ao Núcleo de Apoio ao Artesanato, mas só foca no artesanato. Quando trata de questão de entidade... Nós tivemos um lançamento, em 2007, do Fórum de Artesanato, e versava na lei que nós teríamos a participação da categoria; porém, até hoje, inclusive agora, quando conseguimos sentar com o Ministro, conseguimos vaga para tratar e elaborar políticas para nós, colegas, mas fomos cortados, não fomos mais chamados para as reuniões.

Temos modelos, Senadores, na Itália, na Espanha, modelos na Colômbia, bem perto daqui, modelo em Portugal, esse último *link*, que mostra que a estrutura da Confederação Nacional, junto com uma estrutura parecida com o Sebrae... Para que melhor? Confederação e Sebrae conduzindo as ações para o artesanato e o artesão do Brasil! Por quê? Como é que se gasta... Vocês têm de tratar, no Ministério, realmente, das micro e pequenas empresas, porque de artesão e de produção artesanal, eu tenho certeza, o Sebrae já faz tudo. O Sebrae faz feira; o Sebrae faz capacitação, e nós sabemos produzir, sabemos até fazer feira, Sebrae. Então, precisamos ter a nossa profissão regulamentada, como foi falado pelo Sebrae, porque é um marco histórico para a criação de políticas públicas.

Vemos que, através da regulamentação e de políticas, Fátima – está aí na lâmina, vai ficar para vocês –, precisamos de crédito especial. Por que expandiu a questão dos pescadores artesanais? Porque houve a regulamentação da atividade e houve políticas votadas. O Pronaf é uma política de crédito que podia beneficiar os artesãos. É diferenciada, Senadores, o que nos daria mais condições de produzir mais e com melhor qualidade.

Então, precisamos regulamentar. Agora, precisamos mais: estamos defendendo a criação da Secretaria Nacional do Artesanato.

(Soa a campainha.)

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – É essa Secretaria que dará condições, junto com a estrutura que estamos pedindo, para que possamos dar dignidade a essa categoria que, com certeza, com dados do Sebrae e os demais dados, embora, vergonhosamente, no Brasil, não existam dados oficiais pelos setores responsáveis, poderemos dar dignidade a esses trabalhadores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Eu quero convidar agora o Senador Douglas, como coautor do requerimento de realização da presente audiência, para dividir a direção dos trabalhos e fazer uso da palavra.

Depois, falará a Senadora Regina, que está inscrita. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Minha cara Senadora Fátima, primeiramente, quero parabenizá-la pela ideia de podermos fazer esta audiência, que, na realidade, é um reconhecimento a uma categoria, a um grupo de pessoas, não só grande, mas especial em nosso Brasil.

O artesão é, sobretudo, um artista; trabalha com a sua arte. Esse reconhecimento da criatividade que nós temos no Brasil precisa ser cada vez ser maior.

Quero fazer uma saudação aqui à Vânia, que é da minha terra, Caruaru; nasceu em Agrestina, cidade vizinha, mas mora em Caruaru, de que falarei daqui a pouco, pois é uma terra riquíssima em artesanato – e a nossa Presidente Isabel sabe disso.

Quero ainda fazer uma saudação à Isabel Gonçalves, que é de Lagoa do Carro, em Pernambuco, portanto minha conterrânea também, que representa, como ela bem tem dito, não apenas o artesanato brasileiro, mas sobretudo o artesão brasileiro.

Eu acho que isso faz uma grande diferença, Isabel, para que possamos, por meio dessa valorização e desse reconhecimento, encontrar os caminhos que façam o nosso setor não apenas ser mais forte, mas ser mais justo com aqueles que nele trabalham.

Eu quero, rapidamente, registrar que a nossa cidade de Caruaru – a cidade onde eu nasci e moro – é riquíssima em sua cultura. É conhecida pelo São João, mas sobretudo pelo seu artesanato. Foi lá que nasceu o Mestre Vitalino, alguém que deu ao barro a vida, criando as peças que têm reconhecimento no País e no exterior. Lá, em Caruaru, temos hoje alguns ateliês bastante famosos; na verdade, temos muitos ateliês e muitas pessoas pouco conhecidas que dependem e vivem do artesanato. Já se consegue ter alguns ateliês conhecidos, como o de Elias Francisco dos Santos, o de Luiz Galdino, o da família do Mestre Vitalino, o da família de Luiz Antônio, o de Zé Galego, o da Família Zé Caboclo, o da família de Manuel Eudóxio, o de Severino Vitalino e o da Família Gonzaga.

Temos lá também a Associação dos Artesãos em Barro e dos Moradores do Alto do Moura, uma instituição que representa a categoria, e é – para quem não conhece – o bairro das artes. Todas as pessoas que moram lá ou são artistas que lá nasceram, ou são pessoas que, pela aproximação com a cultura, vão morar lá, porque gostam de fazer parte da cultura presente naquela região. Então, deixo meu registro também ao Presidente Adir José da Silva, que trabalha lá e tem tido um excelente desempenho a frente dessa associação.

Falar do artesanato é falar de cultura e criatividade, mas é falar sobretudo de fonte de renda, fundamental para que a valorização dessa cultura possa persistir. E aí eu lembro – falei agora há pouco – de arte. O valor da arte é intangível. Eu acho que é isso o que precisamos trabalhar com relação ao nosso artesanato e aos nossos artistas.

Vemos tanta gente pagando tanto dinheiro por alguns quadros, por peças que são obras de arte, mas precisamos reconhecer que todo artesanato é uma obra de arte. Em todo artesanato está presente a essência da pessoa que o está produzindo. Cada peça produzida é diferente uma da outra, cada peça produzida representa a sua comunidade, o seu pensamento, o seu sentimento.

Em nosso Estado, Pernambuco, temos a tapeçaria, a que se dedica a nossa Presidente Isabel; temos o barro, a madeira, o papel, a renda, couro, ou seja, em cada região do nosso Estado, temos a presença de um material usado para expressar a habilidade do seu artesão. E precisamos trabalhar isso de forma muito mais integrada, para que, através da economia, do turismo e da cultura, possamos agregar valor a essas peças e agregar mais resultado à vida das pessoas que produzem o artesanato.

Faço um registro já com as informações que o nosso amigo Manoel trouxe e pelo que vemos aqui nesta plateia: é uma atividade com presença massiva das mulheres. Vemos que a própria sensibilidade é uma palavra que tem mais a ver com o feminino. Claro que nós, homens, temos alguma, mas a sensibilidade feminina se expressa mais no setor artesanal do nosso Brasil. Então, parabéns a todas as mulheres!

Esperamos aqui, Senadora, poder fazer um trabalho para consolidar, junto com instituições como o Sebrae, a força do artesanato no Brasil.

Tive, Ricardo, a oportunidade de ser conselheiro do Sebrae, durante quatro anos, e de acompanhar de perto o trabalho do artesanato do Sebrae em Pernambuco. Posso afirmar que é um trabalho excepcional de valorização, de conhecimento e de aprendizagem, junto ao artesão, para entender realmente do que ele precisa.

Reitero, mais uma vez, Senadora Fátima, a importância deste evento, e vamos trabalhar para que essa regulamentação possa acontecer da melhor forma possível. (*Palmas.*)

Eu quero aproveitar, Senadora, para trazer aqui, da minha terra, uma obra de arte do nosso barro, e dar aqui essa oportunidade de conhecimento, primeiramente, para a nossa Senadora que teve a ideia de fazer esta audiência.

Se V. Exª puder abrir, Senadora, para nós vermos... (*Pausa.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos. Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu vou ler, aqui, um pequeno texto que fizemos. E todos vão receber da Mesa essa lembrança.

Podem trazer para o restante da Mesa. (*Palmas.*)

Pode tirar o plástico.

Na verdade, Senadora, esse trio nordestino é o ícone do nosso forró tradicional, que também faz parte da nossa cultura.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Esse é o trio nordestino exatamente para homenagear as maiores festas de São João do mundo: Mossoró, Caruaru e Campina Grande. (Risos.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Para não perder a oportunidade.

Muito bem!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada. Pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – Então, Senadora, o artesanato enriquece a natureza humana e preserva as raízes de um povo. Exemplo claro disso é o fazer de Luiz Antonio com suas figuras de barro em movimento. Ele é um dos expoentes da emocionante arte que se pratica no Alto do Moura, em Caruaru, polo de excelência do artesanato brasileiro. Luiz Antonio é um dos discípulos do Mestre Vitalino, marco e referência internacional na história do artesanato do País.

Muito me honra o engenho do artesão da minha terra. É preciso, porém, estabelecer condições para tornar o artesanato um negócio organizado e justo.

Ivana, quero passar o cartão aos membros da Mesa para e espero que possam aproveitar.

Assim, deixo esse registro da nossa arte, da nossa cultura, fazendo, neste momento, Senadora, não apenas a valorização, repito, do artesanato, mas, sobretudo, do nosso artesão.

E quero oferecer ao nosso Ministro Garibaldi, que está chegando, também uma peça de artesanato.

Para a Senadora também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ministro, já era.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – O senhor é Ministro e Professor.

E deixo o registro também de que, nesta Casa, nós temos a oportunidade de conviver com Senadores que têm, não só o sentimento de contribuir com o Brasil, mas um sentimento de participação e de fazer com que os assuntos possam ser debatidos da melhor possível, da forma técnica, da forma política, unindo as duas, para que, assim, tenhamos melhores resultados, pensando sempre no fato, mas, sobretudo, no ser humano. Então, a presença de pessoas humanas como o nosso Senador enaltecem o nosso Senado e o seu papel na vida do nosso País.

Com isso, Senadora, feitos esses registros, deixo aberta a palavra agora para que possamos fazer as perguntas ou que possamos ter, aí, também, as palavras da Senadora Regina e do Senador Garibaldi.

Primeiramente, passo a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigada, Presidente.

Bom dia aos artesãos e às artesãs aqui presentes e às demais pessoas!

Estou ganhando presente aqui também.

Obrigada.

Eu acabo de vir de uma reunião na Comissão de Assuntos Sociais, onde estava em pauta um projeto sobre a seguridade do artesão. E, como o Relator não estava, eu li o relatório. E, aí, depois da sua fala, eu fico me perguntando: foi discutido com vocês aquela história da seguridade? Porque parece que a proposta é fazer do artesão um segurado especial, não é? Eu me lembro que o Relator coloca lá uma questão em que uma das condições do segurado especial é a sazonalidade da profissão, que a de artesão não tem. Não foi votado porque não tinha quórum. Vocês depois podem responder.

Mas, entrando no que eu quero dizer, a primeira questão é a gente ver que existem muitas iniciativas – Secretaria, Sebrae, Ministério –, mas, talvez, fosse importante que o plano fosse elaborado em conjunto, fosse intersetorial, dialogando com a representação do artesão. (*Palmas.*)

Fica cada um na melhor das intenções. Um faz um plano; outro faz outro plano... Talvez, fazendo juntos, o resultado seja melhor. Deixo como sugestão.

Lembro-me de que o projeto a que me referi sugere que o artesão se cadastre como MEI; a seguridade seria a do microempreendedor individual. Está proposto lá.

Há ainda uma questão que faz com que o Ministério do Meio Ambiente deva entrar nesse conjunto: o artesanato a partir do lixo, o aspecto da sustentabilidade. O artesanato sustentável deve ser uma coisa para se pautar.

Quero até exibir uma peça do meu Estado, tirada do lixo. Parece industrial, mas é panela velha, frigideira, copo de alumínio. Todo o alumínio que vai para o lixo essa pessoa resgata e derrete num forno bem rudimentar – um forno à lenha bem quente, do qual não aguentei ficar perto nem 30 segundos quando fui visitar – e produz essas coisas maravilhosas.

A SRª GEORGIA HADDAD NICOLAU – Como se chama esse artista? De onde é, Senadora?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu esqueci o nome dele, mas é de Piripiri, Piauí. Há mais peças; coisas lindas que ele faz, inspirações dele.

No Piauí, houve o Festival da Rabeca, e eu pedi a ele fizesse o troféu de cada participante do festival – uma rabeca. Ele fez coisas maravilhosas. Ele é muito bom nisso, mas é muito pequenininho ainda, usa um forno à lenha... Imagina derreter alumínio em forno de lenha, que calor não é. Podia haver um incentivo. inclusive para ensinar, para expandir, porque está muito restrito lá na cidade.

Isso é só um exemplo. Há ainda uma senhora lá que faz bolsas maravilhosas daquela lona que, na campanha política, se usa muito: os famosos *banners*, as faixas. Ela junto aquilo, recolhe, recomenda aos Partidos que deixem, e, então, faz bolsas, cintos, carteiras maravilhosas. Com caixas de leite, filtros de café, enfim, ela faz coisas maravilhosas com o que recolhe.

Então, precisamos dar atenção a essa parte da sustentabilidade e a esse pessoal que trabalha assim com o artesanato.

A divulgação é pequena. O pessoal produz muitas coisas lindas, mas não há divulgação, a não ser quando vai para as feiras. Nós temos tantos espaços de divulgação – aeroporto é um deles –, onde se poderia mostrar o artesanato do País a quem transita lá. Há muito espaço. O Aeroporto de Brasília tem muito espaço que poderia ser preenchido.

Eu tenho discutido, inclusive com o meu Governador, que as escolas de tempo integral podiam ensinar artesanato, porque os meninos passam o dia na escola e não há nada de alternativo para eles fazerem: ou jogam bola, ou fazem o dever, a tarefa. Podia haver esse incentivo para o artesão ir lá ensinar. Não sei se os meninos vão assimilar. Mas, enfim, existem muitas formas de dar vazão e dar divulgação ao trabalho do artesão brasileiro.

No meu Piauí, quando eu era Secretária de Administração, houve um encontro de secretários de administração lá no meu Estado, e eu os levei ao centro artesanal. Eles levaram praticamente as lojas todas; pagaram excesso de bagagem. Há coisas muito bonitas, mas o Ministério da Cultura nem citou. Não está nem no PL, na incubadora... Porém, temos a rendeira de bilro que é conhecida... Inclusive, há um estilista francês que vai entregar renda lá no Morro da Mariana, para fazer essas roupas lá na França.

Então, é essa questão da divulgação mesmo. O nosso artesanato em madeira e cerâmica também é muito rico. Tem o apoio muito grande do Sebrae e da Fundação do Banco do Brasil para um polo que existe lá de cerâmica, o que agregou muito valor ao artesanato, que está muito melhor, gerando mais renda para o pessoal.

Agora, há ainda uma figura, que eu acho que vocês que trabalham devem sentir, que é o famoso atravessador.

(Manifestação da plateia.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eu visitei uma exposição em uma embaixada, aqui em Brasília, há algum tempo, e as peças de madeira de um artesão que eu conheço, que foram compradas lá por R$80,00, foram vendidas aqui a R$2 mil. Havia lá gente de muito dinheiro. Isso é terrível!

De modo que precisamos ver como tratar disso.

A gente está aqui, e, no que depender de mim para apoiar a profissão, estarei à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – O Senador Garibaldi quer falar?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; quero ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Douglas Cintra. Bloco União e Força/PTB – PE) – isabel, com a palavra.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Senadora, quanto à questão da discussão da Previdência, eu quero até ressaltar – e agradecer, Senador – que, naquele momento, quando o senhor nos recebeu, até então Presidente do Senado, à época, éramos Fórum Nacional Pró-Regulamentação, a caminho da fundação de uma confederação e, hoje, já somos Confederação Nacional, e lá discutíamos isso com o senhor. Faço esse registro porque o Senador, quando ainda Presidente, nos recebeu e se comprometeu, realmente, a estar ao lado da categoria – e o Rio Grande Norte, realmente, é um expoente no cenário nacional, como o é o Piauí.

Porém, Senadora, nós discutimos a questão da Previdência, que é delicada e está aí. Se vocês observarem, na nossa profissão, as sequelas de artrite, artrose, problemas de vista, coluna, são tremendas. Então, a Previdência é um processo muito delicado, porque, infelizmente, como não fomos prioridade dentro do sistema atual de governo, nós não chegamos ainda a avançar, mas a categoria sentou-se com o Ministério. Na época, não existia a alíquota especial que foi transformada depois da criação do MEI. do qual não fazemos parte, uma vez que não somos empresas, mas trabalhadores.

Nesse contexto, a discussão não avançou. O PL não versa sobre essa situação, porque essa discussão pode ser feita posteriormente à regulamentação da profissão. O nosso foco é regulamentar e, depois, andar em uma construção mais coesa dos pontos que são mais emblemáticos e problemáticos.

Por isso, é compreensível que a Câmara, agora, pegue esse projeto, que tramitou tão bem aqui no Senado e foi aprovado, e pede para que seja discutido na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nós estamos versando sobre a profissão, Senadora, e vocês entenderam bem, esta Casa entendeu, por isso aprovou sem nenhuma alteração em todas as Comissões.

A Câmara, por sua vez, agora, de surpresa, subitamente, pega nosso PL e, de certa forma, atrapalha o curso do PL, que já seria votado pela CEFET...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Inclusive em caráter terminativo, não é?

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – É.

O Projeto não vai para votação. Então, terminando, segue para sanção.

Então, a existência de interesses escusos de parte de alguma pessoas no sentido de atrapalhar o processo de regulamentação de nossa profissão é latente, porque nós tivemos cinco PLs arquivados nesta Casa. Cinco! Nesta Casa, não; no Congresso. Começou pela Câmara. Esse foi o único que começou pelo Senado. Vocês deram uma lição a eles.

Então, agora, pedimos aos nobres Senadores que têm articulação junto aos Deputados Federais para que – e inclusive com o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha – reavaliem essa situação. Nós não precisamos... Vamos discutir o processo depois com o Sebrae, que entende muito bem e sabe o que nós produzimos, o que nós fazemos e o que nós precisamos. Existem dados!

Então, vamos regulamentar essa profissão e dar dignidade a essa categoria, que precisa chegar ao comércio e dizer: "Ah, quero comprar meus insumos e meus produtos". E perguntam: "Mas você é o quê?" "Eu sou artesã. Está aqui: sou artesã". Esta certo?

Então, é isso que precisamos. Não precisamos de ações pontuais; agora, precisamos de uma Previdência, realmente, a sazonal. Tem de ser sazonal, e por quê? Porque – e aqui estão os colegas – há a hora em que estamos vendendo, e há horas em que não vendemos. Com isso, há uma baixa da renda para nós, artesãos.

Essa sazonalidade, na questão da Previdência, é importante e vai ser o modelo a ser realmente construído. Por isso se precisa desse coletivo; por isso é preciso ampliar, Senadora, esse coletivo com vários órgãos. É por isso que precisamos de uma instituição que realmente seja colegiada e estudada para trabalhar o artesanato com um olhar especial para o artesão, não através de um programa que é voltado só para o artesanato.

E esse foco da Previdência, realmente, Senadora, é muito importante. Não foi discutido conosco. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradeço a participação de Isabel mais uma vez.

Quero, também, registrar a presença aqui do Senador Garibaldi Filho, ex-Ministro da Previdência, nosso conterrâneo, ex-governador do nosso Estado, o Rio Grande do Norte.

Quando o Senador quiser fazer uso da palavra, pode ficar à vontade.

A Ana Beatriz, aqui representando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, pediu a palavra.

Antes, porém, Ana, gostaria de dar conhecimento aqui das perguntas que os que estão acompanhando a presente audiência enviaram.

Vou fazer as perguntas, depois cada um de vocês fique à vontade. Acho que há mais algumas questões aqui relacionadas à Isabel, à micro e pequena empresa, mas, enfim, o Ministério do Trabalho ou o Minc também podem se colocar ou o Sebrae.

A primeira é de Ana Paula Santos, lá da Secretaria de Apoio ao Artesanato Brasileiro.

Ela pergunta:

Gostaria de saber do PAB por que criaram um conceito para o artesanato sem a participação da classe e se fez uma divisão que exclui o trabalho manual, mas se dá direito ao artesão a ter o Sicab? Como se explica isso, quando o artesão, principalmente os empreendimentos, são excluídos das feiras nacionais? Será que o PAB sabe que não há matéria-prima suficiente, da forma em que eles colocam, para atender a todos os artesãos do Brasil, o que mesmo assim seria uma devastação total das nossas reservas ambientais? Se for olhar por esse lado, nenhum país adota essa postura. Por que o PAB prefere deixar os estandes vazios, quando os Municípios não são avisados ou quando não têm condições de chegar à feira? Por que preferem privilegiar artesãos individuais, sendo que muitas vezes seus produtos são terceirizados, a apoiar o trabalho em grupos?

Depois, a pergunta de Jean Carlos.

Sou artesão e gostaria de saber por que não existe uma política pública voltada para a categoria, assim como existe para agricultura familiar e para os pescadores artesanais, já que os artesãos possuem também a sua especificidade?

Diz Rodrigo Pintos Coelho, Espírito Santo:

Houve um treinamento, a capacitação de vários artesãos em todo o Brasil. Qual o resultado efetivo dessa capacitação e como estão agindo esses multiplicadores? Qual o valor do investimento no artesão e no artesanato brasileiro? E qual o resultado do trabalho efetivo? Por que o apoio do Estado para a formalização de associações, se, na hora de convidar para participar em feiras, o PAB não nos reconhece e chama o artesão individual? E por que o Programa não senta com os representantes dos artesãos, para discutir as reais necessidades dos artesãos?

O Jean Carlos, novamente, do Distrito Federal:

Sou artesão e gostaria de saber...

Não; isso já perguntei. É a questão da política pública.

Esta pergunta é do Sr. Ronaldo:

Gostaria de saber sua real preocupação com a categoria na regulamentação desta lei. Nós necessitamos unir forças.

Essa pergunta é para o Sr. Manoel Vital:

O artesão em associação se torna mais forte, organizado. E as feiras são o maior ponto de comercialização para a categoria, mas falta ainda muito apoio dos Governos estaduais em certas regiões, essa regulamentação e o reconhecimento da categoria, que chega décadas atrasado.

Esse é o Carlos Eduardo Wendler, do Paraná:

Regulamentar a categoria dos artesãos, visando a cobrança de impostos e INSS, é causar a destruição da categoria, igual ao que aconteceu com a das empregadas domésticas.

Essas são participações na nossa audiência pública interativa.

Depois, faremos outras mais...

Vou já colocar aqui também este comentário foi de Karinne Alencar:

Acredito que seja essencial o reconhecimento de tão antiga profissão do artesão. No 6º Contrarte (2013), já se decidiu que o MTE tem mais capacidade de valorizar e executar as políticas públicas de que tanto o artesanato precisa que sejam finalmente desenvolvidas.

Pergunta de Andreza Pessini:

A grande dificuldade para o artesão é a comercialização e gestão. O que tem sido feito para solucionar isso? Quanto de investimento?

E novamente comentário de Ronaldo, do Espírito Santo:

O artesanato atualmente, na cultura, morre, mas todos os Ministérios têm um pouco de artesanato – MC/MDA/Secretaria da Micro e Pequena Empresa. O Ricardo, o Sebrae pensa só em empresários, mas associações tem que ser valorizadas. O único que evoluiu o artesanato brasileiro foi a Secretaria de Micro e Pequena Empresa.

Enfim, aqui são as opiniões daqueles e daquelas que estão aqui, internautas, acompanhando a presente audiência pública.

Vou passar a palavra agora para a Srª Ana Beatriz.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu peço à Presidente dos trabalhos que me dê oportunidade só de cumprimentar todos os que estão aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com o maior prazer, Senador Garibaldi Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Primeiro, quero saudar os nossos companheiros aqui do Senado: o nosso Senador Douglas Cintra, a Senadora Regina Sousa, que foi tão aplaudida. Queria eu ter tantos aplausos! (Risos.)

(*Palmas.*)

Só assim eu consegui. (*Risos.*)

Queria cumprimentar a Mesa, por meio da minha conterrânea, a Senadora Fátima Bezerra, que tem se preocupado muito com essa questão do artesanato. Principalmente com esta que considero a questão mais importante, se me permitem, porque não tenho conhecimento pleno, e a Isabel é que poderá corroborar comigo, com a sua autoridade de Presidente da Confederação. A Senadora Fátima Bezerra realmente tem me dito e tem dito nos fóruns em que ela comparece que, claro, sem a regulamentação da profissão, não poderemos ter a verdadeira dignidade do trabalho do artesão.

(Manifestação da plateia.)

E, se me permitem, quanto às outras questões, o resto virá atrás disso.

(Manifestação da plateia.)

Sem isso, é tudo ou nada. O artesão realmente precisa focar – que é a palavra da moda – nessa questão. E, se ela está na Câmara, já foi aprovada no Senado. E eu, na verdade, apesar de ter um mandato de Senador, do qual já decorreram quatro anos, não estava aqui.

Mas eu quero cumprimentar todos da Mesa – o Deputado Givaldo, a Drª Ana Beatriz, a Drª Georgia, o Dr. Manoel Vital, a Isabel, que já cumprimentei, o Ricardo Villela – e dizer que podem contar comigo. Isso que eu digo não é nada para agradar à categoria, porque ela está presente aqui com representantes de todo o Brasil. É porque, como dizia a Senadora Fátima, eu já fui governador e criei, no meu Estado, a atual Feira Internacional

do Artesanato (Fiart). Como Presidente do Senado – confesso que eu nem me lembrava mais; estou ficando velho –, na verdade, eu não me lembrava desse apoio que dei.

Muito obrigado, Isabel, por ter se lembrado.

Quero dizer que, ao lado da Senadora Fátima – e eu creio que a Bancada do Rio Grande do Norte na Câmara tem que assumir um compromisso –, nós vamos cobrar, eu e a Senadora Fátima, um compromisso, que é o de apoio a esse projeto de regulamentação. (*Palmas.*)

Peço licença para me retirar, e não é com medo das questões que foram colocadas. É porque, na verdade, tenho outros compromissos, mas gostaria de ficar aqui. Eu não abri o presente porque a Senadora Regina recebeu um semelhante e ficou tão feliz que já tirou fotografia, já expôs. Então, eu acho que este que está aqui é igual ao dela, e desde logo eu agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador Garibaldi, nós queremos agradecer a participação de V. Exª, que hoje, inclusive, preside também uma Comissão importante aqui da nossa Casa, que é a Comissão de Infraestrutura. E esse tema, depois, poderá ser também, Senador Garibaldi Filho, objeto de um debate lá na Comissão de Infraestrutura, dada exatamente a dimensão que tem a força do artesanato como fonte geradora de emprego e de renda no nosso País.

O Senador Douglas trouxe aqui o trio de forró. Na verdade, ele trouxe aqui, Senador Garibaldi Filho, para fazer a propaganda do São João de Caruaru.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ah, foi ele que trouxe?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Foi. Ele é de Caruaru. Mas eu disse a ele que agradecemos; e fazer a propaganda não só do São João de Caruaru, mas do de Mossoró também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – E do de Açu, que é o mais antigo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Do de Açu também, que nós conhecemos, um São João tradicional. E também, homenageando o Nordeste, o São João de Campina Grande.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Daqui a pouco ele não quer mais nos entregar o presente. (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Vamos, agora, passar para o Deputado Givaldo.

Depois, Ana Beatriz, eu volto a palavra aqui para a Mesa.

Deputado Givaldo, gostaríamos que o senhor pudesse, agora, exatamente dar uma panorâmica para nós aqui com relação à tramitação do projeto de lei lá na Câmara.

O Deputado Givaldo vem colocando seu mandato à disposição, no âmbito da Câmara dos Deputados, para fortalecer essa luta, para nós fundamental, que é a conclusão, a aprovação do projeto de lei que trata da regulamentação da profissão do artesão.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT – ES) – Senadora Fátima Bezerra, querida companheira que preside esta reunião, parabéns pela iniciativa.

Cumprimento os membros da Mesa – Ana Beatriz, Georgia, Manoel, Isabel e Ricardo –, os Senadores aqui presentes, Senadora Regina, Senador Douglas, Senador Garibaldi Alves Filho, que teve de se ausentar e que já foi Ministro da Previdência, todos os artesãos e artesãs aqui presentes, público que nos assiste, o primeiro contato que tive com a questão do artesanato foi em 2008 quando era Secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social. Eu me deparei com um setor muito dinâmico no nosso Estado, mas, do ponto de vista da assistência e das políticas públicas, muito carente, inclusive no aspecto da assistência social, Senadora. Em muitos casos, artesãos e artesãs passavam por dificuldades de subsistência. Desde então, eu me apaixonei por essa bandeira de apoio ao artesanato.

Depois, eu me tornei Vice-Governador no Espírito Santo, no último mandato. E, nesse mandato, junto com o Governador Casagrande, nós transformamos o Espírito Santo numa referência positiva em termos de apoio ao artesão, em termos de implementação de políticas públicas no nosso Estado. E cheguei agora à Câmara, na primeira experiência como Deputado Federal, Senadora, comprometido já com essa causa. Como a minha chegada se deu em fevereiro e logo, em março, houve o Dia do Artesão, havia pouco tempo para organizar, mas eu disse às companheiras que me procuraram lá: "Vamos marcar essa data". Então, fizemos um ato público ali, na Câmara, um ato simples na sua organização, mas que marcou a presença dos artesãos e das artesãs aqui, no Congresso, naquela oportunidade. Ali trabalhamos a realização desta audiência que V. Exª já tinha requerido para ser realizada. E aqui estamos fazendo este debate tão importante. Então, parabenizo V. Exª e todos que no Senado vêm encampando essa luta.

Agora, na Câmara, essa luta tem um objetivo mais urgente que é a aprovação do PL nº 7.755, que está tramitando lá. O PL está na Comissão de Finanças e Tributação – ele está com a Deputada Simone –, mas ele já

foi formalmente redistribuído para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, que é presidida pelo Deputado Júlio. O problema é que ele não saiu de uma comissão ainda para outra. Então, eu pedi à minha assessoria que atualizasse a situação agora, pela manhã. A Deputada Simone precisa devolver oficialmente o projeto, para que ele oficialmente seja encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nessa comissão, eu já tomei à iniciativa de solicitar ao Deputado Helder Salomão, que é do Espírito Santo e é membro da comissão, que fizesse uma solicitação para relatar o projeto. Eu fiz um texto dizendo a ele os motivos, inclusive colocando cópia de um decreto que já existe e que trata superficialmente da profissão. O Deputado Helder, então, atendeu ao pedido e já se manifestou oficialmente pedindo a relatoria. (*Palmas.*)

Agora, nós precisamos conversar com a Deputada Simone e com as Presidências das duas comissões para que essa tramitação se efetive, para que haja um andamento nessa comissão, sendo que, depois, é preciso concluir, ao final, na Comissão de Justiça, porque ele se torna um projeto terminativo. Ele pode ser concluído ali.

Acho, Senadora, que estamos justamente neste momento de conversas. No início, ouvi V. Exª dizer da intenção de fazer algumas reuniões com o Deputado Júlio e com outros Deputados. Eu quero simplesmente me colocar à disposição dessa luta pela qual estou comprometido.

Nós estamos falando desta que não só é uma profissão que deve ser regulamentada, mas que é a mãe de todas as profissões. (*Palmas.*)

É a mãe de todas as profissões, porque, antes da Revolução Industrial, tudo era artesanal. Então, o artesão era a profissão. Um sapato era produzido artesanalmente pelas mãos de um artista, de um artesão. Depois, com a Revolução Industrial, ele passou a ser feito por muitas pessoas em partes, em sequência de processos. Então, referenciar esta profissão como a mãe de todas as profissões, mais do que um negócio, mais do que o empreendedor, o artesão é aquele que carrega pelas suas mãos, pela sua atividade criativa, a capacidade de, através de seus produtos, espelhar a nossa cultura.

Um produto como esse entregue pelo Senador Douglas, feito pela criatividade e pela capacidade, por mãos de artistas, que são os nossos artesãos, ele expressa um jeito de ver o mundo, expressa uma identidade, não só da pessoa que elaborou, mas do seu povo, da sua gente. É assim com a panela de barro no Espírito Santo, e é assim com tantas coisas no Brasil, que expressam a nossa identidade plural, diversa deste povo mesclado culturalmente. Precisamos valorizar o artesanato em todos os seus aspectos como uma profissão, porque o artesão é realmente um profissional e tem que ser reconhecido e protegido como um empreendedor, sim, porque ali é um empreendimento, envolve principalmente a sua família. O artesão é um produtor cultural, um agente fundamental da nossa cultura brasileira, que nós precisamos cuidar de uma maneira especial.

Estou falando isso porque, se olharmos para o artesão só pelo aspecto do empreendedorismo, nós vamos, provavelmente, errar. Se olharmos só pelo aspecto do trabalho, vamos também errar. Se olharmos apenas pelo aspecto da cultura, corremos o risco de errar. O artesão precisa ser visto de maneira mais amplo.

Nesse sentido, esta audiência deve ser a diretriz, daqui para a frente, muito mais contundente ainda, em torno das políticas públicas para os artesãos, ouvir o artesão. Ele precisa ter uma voz efetiva.

Muitas vezes, aquilo que nós planejamos com boa vontade, com estudos técnicos bem embasados, pode ser que, pela sensibilidade, pela vivência dessas pessoas que reproduzem um jeito milenar de fazer as coisas, não seja exatamente aquilo que eles precisam ou possa ser muito melhorado. Então, ter a voz do artesão como definidora nessas políticas públicas é fundamental, Senadora.

No dia 19, a senhora não estava em Brasília, senão, certamente, estaria também lá no evento. Mas sua assessoria estava presente. Mesmo sem ter tido tempo de conversar com V. Exª, eu lancei lá uma semente de uma frente parlamentar mista. Como eu sou novato aqui no Congresso, transferi a provocação para V. Exª, Se achar que é um caminho, eu quero somar. Poderíamos ter, então, Senadores e Deputados imbuídos da intenção e da atividade de fazer avançar não só esse PL, mas outras causas dos artesãos, tendo a Câmara como protagonista. Obrigado. parabéns.

Finalizo pedindo desculpas porque em vários momentos eu me ausentei daqui. Eu tinha me comprometido a participar de um debate ao vivo, por uma rádio, lá do Estado. Era um tema importante, também da Câmara, e tive que cumprir. Fui à sala dos fundos para fazer a participação democrática nesse debate. Fiquei um pouco ausente da mesa, mas estou antenado com esses debates aqui. Parabéns, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Bom; nós queremos aqui parabenizar o companheiro, o Deputado Givaldo, pela brilhante participação e, de imediato, já dizer que, tanto eu quanto o Senador Douglas e a Senadora Regina, de pronto, aceitamos ser parceiros rumo à frente parlamentar em defesa do artesão e pela valorização do artesanato brasileiro. (Palmas.)

E digo mais, Deputado Givaldo: nossas assessorias estão à disposição para, em contato com a assessoria do seu mandato, darmos os primeiros passos. Eu fico muito feliz porque um dos encaminhamentos concretos que gostaríamos que saísse da presente audiência é exatamente o movimento rumo à construção da frente. As

frentes parlamentares, historicamente, têm cumprido um papel importante aqui, na nossa Casa, exatamente pelo seu perfil, pela sua história.

A frente tem um caráter plural. A frente reúne exatamente, no caso a frente parlamentar, os Parlamentares que, independente das suas ideologias partidárias ou políticas, estão ali unidos por uma causa. Portanto, a Frente Parlamentar em Defesa do Artesão e pela Valorização do Artesanato Brasileiro, cumprirá exatamente esse papel, Isabela, o papel de mobilizar cada vez mais o Parlamento brasileiro, seja no âmbito da Câmara como no âmbito do Senado, para que aqui possamos exatamente avançar naquilo que vem na direção de promover o artesão e de promover o artesanato no nosso País.

Então, eu acho que essa audiência de hoje já teve um fruto muito importante, Deputado Givaldo, que é a gente contar aqui exatamente com o seu compromisso e a sua disposição. Até porque as frentes parlamentares, inclusive de acordo com o Regimento da nossa Casa, não podem ser constituídas – Senador Paulo Rocha, do PT do Pará, que acaba de chegar – sem a iniciativa da Câmara.

Então, nós precisamos demais da Câmara dos Deputados, porque, regimentalmente, é evidente que, para ela ser uma Frente Parlamentar Mista, tem que começar, tem que ter exatamente a iniciativa da Câmara dos Deputados. E vocês viram aqui o aliado que os artesãos de todo o País acaba de ganhar: Deputado de primeiro mandato, mas que aqui falou com tanta propriedade exatamente pela sua vivência, já foi gestor, foi Vice-Governador, quer dizer, fala aqui com conhecimento. Olha o pessoal do Espírito Santo ali, todo orgulhoso, não é? (*Risos.*)

Pois é, fala aqui com conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

Pois é, Pernambuco também; todo o País.

Então, fala aqui com conhecimento de causa e, sem dúvida nenhuma, vai ser, já está sendo um aliado, um parceiro muito importante nessa luta que é a luta em defesa do artesão, que tem como desafio central, agora, antes de mais nada, repito, o Congresso Nacional completar o seu dever de casa, que é concluir a aprovação do PL que trata da regulamentação da profissão do artesão.

Senador Paulo Rocha, do PT do Pará, vou passar a palavra a V. Exª e, logo em seguida, nós voltaremos para a Mesa.

Quero registrar também a presença de Rita de Cássia, Presidente da ONG MAME, Movimento de Apoio às Missões Especiais. Ela também requisita, pede a fala para fazer aqui um registro sobre a questão do artesanato no sistema carcerário.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, do PT do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Na verdade, vim correndo aqui porque estou em outra atividade ali, que deixei e vim correndo aqui, só para afirmar meu compromisso com os artesãos de todo o Brasil.

Fui Deputado Federal por cinco mandatos e foi na Comissão do Trabalho lá da Câmara Federal, quando eu a presidi, inclusive, que a gente iniciou esse debate e essa coisa da regulamentação da profissão dos artesãos. E lá no meu Estado esse setor tem um papel muito importante, porque também faz parte da memória e da cultura da nossa gente lá do Estado, mas o meu compromisso é com todo o Brasil, porque a gente sabe da importância que tem para os nossos Estados, para a produção familiar, para a produção econômica e de setores do micro e pequeno empresário.

Então, venho aqui, companheiro Givaldo, reafirmar o compromisso. Conte aqui com uma Bancada de Senadores compromissados com o setor. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada ao Senador Paulo Rocha, mais um aliado muito importante nessa nossa luta.

Acaba de chegar também a Senadora Lídice da Mata, outra batalhadora. Foi gestora, Prefeita de Salvador.

Não sei se a Senadora quer fazer uso da palavra agora ou daqui a pouco. (*Pausa.*)

O.k.

Eu quero registrar aqui, também com muito carinho, a presença de Crispiniano Neto.

Crispim é poeta, é cordelista, já foi gestor também. Foi Secretário de Cultura lá do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, presidiu a Fundação José Augusto. É um homem de muita sensibilidade, um profundo conhecedor – não é, Crispim – da riqueza do artesanato do nosso Estado, do Nordeste e do nosso Brasil. Agora está militando na cadeia produtiva do livro e da leitura.

Seja muito bem-vindo, companheiro.

Nós vamos agora voltar para a Mesa.

Queremos ainda registrar e agradecer a presença de Maria Odila Ferreira, de Goiás, Sônia também e Teresinha, lá de Valparaíso de Goiás, Ozilene da Silva, da associação dos servidores da Octogonal e do Sudoeste, do Distrito Federal, da Rizelda Brasil, do Distrito Federal, da Aline Alencar, também do Distrito Federal, do Carlos Roberto, do Distrito Federal, de Darlindo Oliveira, da federação dos artesãos do Pará, da Márcia, da federação dos artesãos do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que já mencionei, e de Cláudia, da federação dos artesãos do Espírito Santo.

Quero mais uma vez agradecer a todos os internautas, aos que estão participando da audiência, agradecer a vocês pela atenção, inclusive um abraço especial aos que estão aqui, interagindo diretamente – viu, Georgia –, enviando perguntas para a nossa audiência.

Eu vou passar a palavra agora a Ana Beatriz, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Ana Beatriz, você recebeu uma série de perguntas, bem como houve a participação da Mesa, com as questões aqui apresentadas, inclusive, pela Isabel. Portanto, fique à vontade agora para se manifestar como Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – Eu queria fazer só um esclarecimento inicialmente ao que a companheira Isabel colocou, de que a ação, o Programa 2047 veio do MDIC, então o texto não foi colocado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa. É um texto colocado pelo MDIC à época do PPA 2011 a 2014. Agora é que nós estamos elaborando o PPA de 2015, que é o da Secretaria, apesar de estar no site da nossa Secretaria, porque nós viemos com a dotação orçamentária do MDIC.

Então o nosso primeiro esclarecimento seria de que o texto não foi colocado pela nossa Secretaria.

Outro esclarecimento que a Isabel solicitou aqui foi a respeito daquele... Na época, o MDIC... Eram considerados, estimados 8,5 milhões de artesãos. Por que isso mudou? Está escrito. Quantos somos hoje?

A nossa Secretaria continua... Eu acredito que tenha muito mais do que isso. É lógico, evidente. O que nós recebemos do MDIC foi colocado inclusive aqui na minha apresentação. E nós estamos buscando dia a dia saber onde estão e como estão, conversando com as coordenações estaduais, pedindo que elas cadastrem o artesão.

Então, na verdade, esse número, para a gente, é muito maior. O que a gente dá é o número que a gente tem de registro cadastrado no Sicab, mas é lógico e evidente que sabemos que não é esse.

Para quem não sabe, eu sou nova. Cheguei à Secretaria há algum tempo, mas vim agora em dezembro para o artesanato. E me preocupei bastante quando vi essa diferença de números. A minha primeira preocupação e atitude foi procurar o Sebrae, porque sei do tamanho do programa que o Sebrae tem e da força que ele dá ao artesão, para que fizéssemos juntos uma parceria e uma campanha para fortalecer o Estado, a nossa coordenação estadual e o Sebrae estadual, para que ele possa também fazer esse cadastramento do artesão, para que a gente tenha uma base e que passe dessa base de um censo que não foi bem um censo, mas que o IBGE, em 2009 ou 2008, colocou.

Então é só para registrar, Isabel, que, com certeza, nós sabemos que há muito mais do que esses artesãos. Na verdade, a nossa Secretaria seguiu o que já havia no Sicab.

Com relação às perguntas, não me recordo de todas. Recordo-me de uma – não sei de onde ele é –, que perguntou sobre a participação do PAB em feiras e por que a gente não apoia associações nas feiras. Meu conhecimento é de que os Estados apoiam. Por exemplo, em São Paulo, na nossa feira de São Paulo, Espírito Santo levou a associação, Alagoas levou a associação, Sergipe levou apenas a associação, Paraná levou a associação, Goiás levou a associação... Então, acredito que pode ser que alguns Estados trabalhem de forma diferente e que levem apenas o artesão individual...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Beatriz, permita-me. Na verdade, realmente vieram perguntas mais ou menos nessa direção, de que há preocupação porque: "[...] na hora de convidar a participar em feiras, o PAB não nos reconhece e chama o artesão individual e por que o programa não senta com os representantes dos artesãos para discutir as reais necessidades [...]?"

Uma outra pergunta também: "Qual o valor do investimento no artesão e no artesanato brasileiro [...]?"

A questão do treinamento, capacitação...

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – O valor acho que já coloquei aqui. O valor de 2014 foi R$4,8 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Para o Brasil todinho?

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – E a questão do treinamento... O Treinamento foi feito pelo Mdic, não foi feito pela nossa Secretaria. O Mdic não nos passou o resultado desse treinamento, mas como nós temos uma parceria com a UnB para um outro produto, nós estamos à procura da UnB por esse resultado dos treinamentos. Mas, à época, o Mdic não passou o resultado desse treinamento para a nossa Secretaria. Obviamente, a nossa Secretaria, com a preocupação de saber como foi o treinamento, até para avaliar se ele é

pertinente para que a gente continue com o plano de capacitação, está procurando a equipe da UnB para que tenhamos acesso a esses dados e ao monitoramento desse programa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Deixe-me só colocar aqui. Claro, as pessoas estão participando da audiência e é muito importante, a gente tem que valorizar e agradecer essa participação para efeito aqui de reflexão.

Vieram perguntas também no sentido de fortalecer aqui essa preocupação já levantada, Isabel. Olhe: "Por que criar um conceito para o artesanato sem a participação da classe e se fez divisão que exclui o trabalho manual? Mas dá direito ao artesão ter o Sicab?" Novamente há uma preocupação. E a participação dos artesãos nas feiras nacionais? Novamente aqui há queixas de que, enfim, esse debate, ou seja, as decisões acerca de os artesãos participarem dessas feiras nacionais, pelo que está colocado, é como se não houvesse um debate, ou seja, isso não é socializado com o conjunto das associações, das entidades... Entendeu?

Pergunta aqui ainda também: Às vezes os estandes ficam vazios. Enquanto isso, os artesãos não conseguem chegar até as feiras, porque preferem privilegiar artesãos individuais – e, muitas vezes, seus produtos são terceirizados – do que apoiar o trabalho em grupos.

Eu estou colocando aqui, claro, é importante para ser exatamente objeto aqui – não é, Vital e Isabel – de reflexão entre nós.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA (Fora do microfone.) – Eu gostaria de fazer...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senadora...

Você quer falar, Isabel?

Então, a Isabel vai falar.

Para organizarmos os nossos trabalhos, para que possamos sair daqui, inclusive, com encaminhamentos concretos, depois da fala de Isabel, vou passar para a Senadora Lídice e vou facultar a palavra, certo? Se houver alguém aqui do plenário que queira se colocar, vou pedir ao Secretário da Comissão, o Sr. Júlio, para organizar depois junto ao plenário umas breves inscrições, porque vamos depois passar a palavra ao plenário, para depois a gente concluir e exatamente aqui encerrarmos a nossa presente audiência.

Com a palavra a Isabel, por três minutos, para em seguida eu passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata, que veio aqui prestigiar o nosso debate e dar a sua contribuição.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Eu quero primeiramente fazer um agradecimento à primeira Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS), Deonilda Machado, que é Presidente da Federação do Paraná também e está aqui conosco – uma guerreira, Deonilda, Deonilda Machado! (Palmas.)

Mas o que me preocupa, dentro do contexto, Srª Ana Beatriz, é que infelizmente a gente trata de um programa – não é por que a senhora chegou hoje –, mas é a responsabilidade do programa gerir as dificuldades e os gargalos. Então, nós artesãos sabemos que somos considerados só para dados. Para quem é do trabalho manual, quem está na sua carteira do PAB aqui, existe uma situação, Senadoras e Senadores presentes: o artesão está contabilizado em dados, mas, na hora de participar de eventos do PAB..., por isso que o colega deve ter postado.

As coordenações que... Há, inclusive, na fala de Ana Beatriz, há essa fala também num encontro nacional em São Paulo. O programa sempre versa que a construção é feita com os coordenadores estaduais – eu desconheço.

Há um ditado popular que diz: "quem calça o sapato sabe onde ele aperta." Mas, no programa nacional de artesanato, infelizmente, quem sabe onde apertam os problemas são os coordenadores, não é a categoria. Por isso que não avançou: são 30 anos sem sucesso; é um processo falido o nosso programa de artesanato brasileiro; não trouxe retornos contundentes, dados estatísticos, nem retorno para que a categoria hoje estivesse com condições melhores e dignas.

Então, se o profissional não participa de feira é por que o processo não ajuda. E esse artesão é discriminado nos seus distritos. E, se falar, Senadores, é perseguido – quem fala, quem reivindica, quem diz o que está errado é perseguido!

(Manifestação da plateia.)

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Para a CNARTS ter um espaço, para a confederação ter um espaço, na feira de São Paulo, nada mais justo. A senhora sabe, Srª Ana Beatriz, o quanto foi difícil estarmos lá. E, inclusive, de forma vergonhosa, não podíamos expressar para o público o nome da confederação em nosso espaço, porque era proibido.

Então, todas essas reivindicações são necessárias, porque não se abriu o olho ontem e continua-se com os olhos fechados hoje. Para construir política pública, ações, é necessário vir da base, escutar a categoria. Se-

não, vai continuar a existir como um viés escuro e fechado, sem resultados positivos para quem é de direito o programa.

O programa não é para coordenadores, é para os artesãos. Por isso que digo que é um sistema falido, e precisamos mudar. A Presidente, os Ministros, os Senadores precisam, com urgência, sentar com a categoria e construir um novo modelo de programa e de ações políticas para os artesões do Brasil.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Concedo a palavra agora à Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

Senadora Lídice da Mata, enquanto isso, gostaria, rapidamente, de registrar ainda a presença aqui da Coordenadora-Geral de Produção Associada e Desenvolvimento Local do Ministério do Turismo, Srª Nilvana – não sei se ela está aqui ainda; d**A SRª SIMONE ALENCAR**, da Associação dos Artistas e Artesãos do Distrito Federal; do Sr. Edimar Pereira, dos artesões também da Feira da Torre, aqui do Distrito Federal; da Srª Denise, Coordenadora da Carteira do Artesanato do Sebrae nacional; Durcelice, também da carteira de artesanato do Sebrae Nacional; Maíra Fontenele, também coordenadora da carteira de artesanato do Sebrae Nacional; e Gláucia da Silva, da Federação dos Artesãos do Espírito Santo; Cíntia Novaes, assessora parlamentar da CBF; e Roberto Alaminos, também assessor parlamentar da CBF.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras presentes nesta audiência pública. Saúdo de forma especial a Mesa, presidida pela Senadora Fátima Bezerra, a quem rendo minhas homenagens pelo trabalho que desenvolve nesta Comissão.

Quero até explicar, Srªs e Srs. Senadores, que costumo estar aqui nas audiências públicas, mas hoje não consegui. Como o meu Estado é um Estado com muito turismo, esse feriado me impediu de ter alcance aos voos em que venho normalmente. Desde ontem que tento chegar aqui, e só consegui chegar nesse voo que sai de lá às 9h.

Quero saudar o esforço desta Comissão em tratar desse tema, tanto do ponto de vista do viés, do vezo da profissionalização, do reconhecimento da profissão de artesão, quanto do ponto de vista da discussão de uma política, de uma nova política para o artesanato no Brasil. E algo que me chama a atenção é que acho que muitas políticas nossas são fragmentadas em muitos organismos: trata de artesão o Sebrae, trata de artesão a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, trata de artesão o Ministério da Cultura, trata de artesão o Ministério de Turismo. E, de fragmentação em fragmentação, nós permanecemos fragmentados no fazer.

Creio que realmente é uma área que precisa de uma renovação muito grande, eu diria, de uma conferência brasileira de artesãos, para que nós pudéssemos chegar à base e sair de lá com uma política de baixo para cima construída, porque a política de artesanato, ou a chamada economia solidária, ou mesmo a economia criativa é uma das grandes modernidades da economia no mundo de hoje. Há países que, através da economia criativa, como a Inglaterra, hoje estão, digamos assim, bombando o seu PIB, incorporando ao seu PIB toda a contribuição que é feita a partir da criação. E o artesanato e o artesão se enquadram completamente nesse perfil da economia criativa, e o Governo brasileiro precisa voltar a sua atenção.

A política de turismo não sobrevive sem termos uma relação direta do artesão, porque o artesanato é uma produção associada ao turismo, pode ser, e tem o turismo, como matéria prima essencial, a cultura. O País, que tem um desenvolvimento alto em turismo, tem uma estrutura de cadeia produtiva do turismo que tem uma sustentação muito grande no artesanato, porque ele expressa uma cultura local. Se nós pegarmos todos os Estados brasileiros, todas as Regiões brasileiras têm grande riqueza no artesanato. Não é uma economia típica dos Estados pobres, digamos assim, da informalidade da economia do Nordeste. Não é verdade isso. Nós temos, em todos os Estados, nos grandes Estados brasileiros, uma produção de artesanato forte. Cito aqui, com destaque, o artesanato de Minas Gerais, conhecido no País inteiro pela sua força, pela sua produção, pela sua valorização.

No entanto, nós não conseguimos tornar as experiências positivas de políticas regionais em uma política nacional. Eu creio que é chegada a hora de o Governo brasileiro se debruçar no debate da economia criativa, em particular dentro da política de economia criativa, de um dos seus principais vetores que é a produção de artesanato no Brasil.

Eu creio que é chegada a hora de o Governo brasileiro se debruçar no debate, em particular da economia criativa de um dos seus principais vetores que é a produção de artesanato no Brasil.

Eu tenho todo interesse de participar desta discussão, deste debate, de ajudar na construção de uma política. O meu Estado tem uma tradição grande em artesanato, mas, no entanto, o artesanato da Bahia pas-

sa por uma crise muito grande de interrupção de políticas, de pouco debate na estruturação de uma política estadual para o artesanato.

E eu creio que este momento não deve se perder aqui, minha grande Presidente, Senadora que preside a Mesa neste momento, Senadora Fátima Bezerra, para sairmos desta audiência pública, quem sabe com uma proposta maior e mais avançada de um grande debate sobre a política nacional para o artesanato no Brasil. Eu acho que ela precisa ser uma política construída da base. Há hoje diversos fóruns que funcionam no Brasil de baixo para cima. O próprio Fórum Nacional de Turismo é construído de baixo para cima, com os Secretários de Turismo de todas as cidades integrando os fóruns regionais até o Fórum Nacional. Isso precisa se dar com a participação direta do artesão. (*Palmas.*)

O artesão é quem sabe, que aponta o financiamento que lhe falta, a assistência técnica que lhe falta para a produção maior, a distribuição do seu artesanato, a participação nas feiras de maneira democrática, as feiras nacionais, os grandes momentos do turismo nacional, como os grandes eventos de esporte nacional, como foi a Copa. E um balanço de qual foi o resultado para o artesão brasileiro da Copa do Mundo. Agora, vem a Olimpíada. Como os artesãos brasileiros poderão se incorporar a este grande momento da Olimpíada no Brasil, portanto, onde nós abrimos as portas de oportunidades para o turismo nacional?

Eu creio que é preciso um entrosamento maior. Às vezes, eu penso que o Governo fica de costas para o próprio Governo e suas diversas estruturas. Talvez, o artesanato esteja num momento de apontar a necessidade de unir mais as políticas dos diversos órgãos, talvez excessivos órgãos, que tratam da mesma coisa, da mesma política. No caso, é o artesanato no Brasil, mas há muitos exemplos a dar em outras áreas também, em que os diversos Ministérios repetem políticas que poderiam estar unicamente numa só estrutura e servindo muito mais ao fim a que elas se prestam.

Muito obrigada, Srª Presidente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senadora Lídice, é muito pertinente a sua participação, sem dúvida nenhuma. Na verdade, evidenciou o que já havia sido exatamente destacado aqui por outras pessoas, inclusive pela Senadora Regina, que é o caráter fragmentado das ações. Antes de mais nada, precisamos equacionar exatamente isso aí. O PAB exige uma ação de intersetorialidade muito forte. Não há como não haver uma ação muito forte e combinada do turismo com o Ministério da Indústria e Comércio, com o Ministério do Trabalho, a economia solidária, a cultura, a própria educação. O que estamos vendo aqui? Exatamente o que a senhora colocou: a questão do caráter fragmentado. Mais do que isso: eu acho que a senhora também dá uma sugestão que eu penso que é muito saudável e muito boa. Por que não haver também uma conferência do artesanato brasileiro? Por que não? (Palmas.)

Inclusive, para que cumpra esse papel que a senhora acabou de mencionar, para que, enfim, se corrija aquilo que precisa ser corrigido – e há muito coisa para ser corrigida. De um lado, há um esforço por parte do Governo, mas, por outro lado, o que estamos percebemos? Exatamente essa fragmentação. Então, para que essas lacunas e aquilo que precisa ser corrigido seja corrigido, que seja feito, como disse V. Exª, de baixo para cima, porque a conferência significa exatamente isso.

Esse é um método que o nosso Governo tem adotado. Em qual edição da economia solidária estamos, Vital? Na terceira Conferência de Economia Solidária!

Acho que, pensar na realização de uma conferência dos artesãos de todo o País, por si só, Senadora Lídice, Senadora Regina, já promoverá e muito o debate envolvendo o conjunto da sociedade, para que possamos avançar na direção que queremos, que é dar o devido protagonismo e a devida valorização, começando pelo reconhecimento do papel profissional deles, bem como a questão da promoção do artesanato.

Fiquei muito sensibilizada com essa sugestão que V. Exª apresenta aqui e creio que todos nós concordaremos em elencá-la como um dos encaminhamentos da presente audiência. (*Palmas.*)

Nós vamos agora, rapidamente, passar para a Simone, que é da Associação dos Artistas e Artesãos do Setor Arniqueiras, aqui do Distrito Federal; em seguida, para Rita de Cássia, da ONG Mame, que é o Movimento de Apoio às Missões Especiais; depois, para Conceição, da Associação de Artesãos de Curral Grande, Ceará; e Edimar Pereira, aqui da Torre.

Vamos, agora, facultar a palavra ao plenário para, em seguida, voltarmos a palavra para a mesa e concluir a nossa presente audiência pública.

Simone.

A SRª SIMONE ALENCAR – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Simone Alencar e estou falando em nome da Associação dos Artesãos do Setor Habitacional Arniqueiras, em Águas Claras, aqui em Brasília.

Eu tinha muitas falas, mas a colocação da Isabel contemplou a maioria, acho que 90%. Representa bem, Isabel. Parabéns pela sua luta.

Em Brasília, o assunto artesanato estava na Secretaria do Trabalho. Havia, realmente, algumas ações voltadas para o empreendedorismo, mas agora está na Secretaria de Turismo, onde foi criada uma Subsecretaria de Artesanato.

O que quero deixar aqui é que, nesta semana, está acontecendo a Feira Internacional dos Negócios de Artesanato (Finnar). Nós, hoje, criamos um "zap", um grupo para os artesãos do DF e do Entorno, onde vamos tratar alguns assuntos. Não vai se perder, não vai ser individualizado o que aprendemos aqui, o que ouvimos nesta audiência pública, muito boa. Está, realmente, contemplando a luta pela profissionalização do artesão.

Quero solicitar que haja critérios transparentes para a seleção dos artesãos que vão participar de eventos, de feiras. Na Finnar, por exemplo, não houve. Houve os critérios gerais. Na seleção mesmo, não houve transparência, aqui, no Distrito Federal. Gostaria de assinalar isso.

Quero também parabenizar a Senadora que está conduzindo esse trabalho. Fui surpreendida, é a primeira vez que venho. Vocês estão de parabéns. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k. Obrigada, Simone. Desde já, convocamos vocês. Até pelo fato de vocês serem de Brasília, fica mais fácil fazer a ponte com o Congresso Nacional e com a frente que vai ser criada.

Imediatamente, vamos passar a palavra para Rita de Cássia, Presidente da ONG do Movimento de Apoio às Missões Especiais.

A SRª RITA DE CÁSSIA – Quero agradecer a oportunidade.

Estou aqui representando esta ONG que trabalha com famílias, principalmente com famílias de encarcerados. Quero agradecer por esta luta que vai beneficiar muitos internos dentro do sistema prisional. Ali há artesãos valiosos, que trabalham até com lixo dentro do presídio, pessoas que estão ali à margem da sociedade, precisando de oportunidade, e o artesanato é uma porta de esperança de valorização pela vida.

Como foi dito aqui, o trabalho artesanal não traz só renda, traz a valorização do ser humano, porque ele se sente útil, sente-se criativo, coloca em atividade, e o sistema prisional está ali abarrotado de pobres...

(Soa a campainha.)

A SRª RITA DE CÁSSIA – ... porque os ricos não ficam, e eles precisam dessa oportunidade.

E eu estou aqui representando essa classe de artesãos do sistema prisional.

Era só isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Rita.

Agora, Conceição Juvêncio, da Associação de Artesãos de Curral Grande, do Ceará.

A SRª CONCEIÇÃO JUVÊNCIO – Bom dia a todos.

Eu estou aqui como Presidente da associação de uma comunidade que tem no máximo 600 habitantes. Mas eu venho trazer para os senhores o conhecimento de que a gente sofre, como artesão, com o sistema. Nós fomos incentivados a nos associarmos para que juntos fôssemos fortes. Fortes em quê, gente? A gente consegue trabalhar mais? Consegue. Consegue produzir mais? Consegue. Mas aí vem o sistema que te castra.

Quando a gente começa a vender mais, a gente tem que vender para um atacadista. Aí o Estado vem e leva 12% ou 17% em ICMS. Os senhores sabiam disso?

Nós somos artesãos e estamos pagando igual a qualquer indústria, a qualquer comércio. E existem políticas direcionadas a micro e pequenas empresas com imposto bem menor. Nós deveríamos ser isentos. Se não querem nos deixar isentos, nos dê 1% de tributação, a gente paga. Mas 12% e 17% é muito. E isso é o nosso feijão com arroz, que as pessoas não conhecem. Elas não sabem que uma associação nos fortalece, mas ela é uma natimorta. Uma associação não comercializa, diz isso o Código Civil. E aí? Para que você se associa? Para fazer peça bonita, olhar e dizer que fez?

Todo mundo, quando se associa, é para criar um trabalho, para você agregar renda, e você vai agregar renda vendendo. Se você vende no varejo, é lógico que não tem aí a tributação. Mas ir a uma feira é muito difícil. Quantas feiras você participa no ano? Se você cria um espaço onde possa ter um parceiro que tem uma loja e que você passa a fornecer para esse atacadista, você é tributado.

Eu queria só registrar isso e pedir a vocês que olhassem com carinho a situação das associações, que não podem ser uma instituição que o Ministério da Fazenda isenta e os Estados tributam. Por favor, vejam isso!

Eu acho interessante essa história de ter congresso, porque talvez aí viessem à tona os problemas que cada Estado tem nessa área. Porque não adianta a gente ser formalizado, tudo regulamentado e morrer na praia. Por favor!

Era isso o que eu queria deixar registrado.

Eu espero e agradeço a oportunidade. Inclusive estou aqui através do Sebrae, que foi o parceiro nosso, foi nosso braço direito desde 2008. Nós fundamos a nossa associação em 2004 e, se estamos aqui, é graças ao Sebrae. Porque, se fosse pelo nosso esforço, estava longe.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Conceição.

Agora, Edimar, da Associação dos Artesãos da Feira da Torre.

O SR. EDIMAR PEREIRA – Boa tarde. Eu sou artesão, faço brinquedos educativos. Represento a Torre de TV e alguns outros artesãos que não querem calar algumas perguntas que nós temos feito a todo o governo.

Esta oportunidade é um privilégio e agradeço a todos os Senadores, às autoridades do Estado que estão aqui, a Ana Beatriz, que representa o PAB, por nos ouvir hoje.

Nós queríamos só colocar, Ana Beatriz, que nós precisamos de uma política em que o PAB trabalhe com todos os Estados por igual, não setorialmente. Hoje nós, como artesãos de Brasília, enfrentamos várias dificuldades. Como? Para participar de uma feira internacional ou representada pelo PAB, eu tenho que tirar um nada consta da Agefis, um nada consta da secretaria de não sei o quê. Nós somos artesãos. Se o órgão que nos ajuda a expor os nossos trabalhos... Todos os artesãos hoje, quase todos de Brasília, estão no SPC, estão na dívida ativa, porque o próprio Estado não tem nos dado lugar para expandir a nossa mercadoria, para escoar a mercadoria que nós fabricamos. E acabamos devemos material, devemos financiamento para aquele microempreendedor, porque nós produzimos, acreditamos no Estado, e não conseguimos escoar.

A burocracia do Estado está nos matando como artesãos. Nós não temos condição de ter, por exemplo... Nós não temos um programa para ajudar o artesão a eliminar aquele microempreendedor para comprar o material, a remover o nome dele do Estado.

O Distrito Federal hoje, a nova gestão, não tem olhado o artesão. Ele tem judiado. Hoje, para participar de uma feira, você tem que ter o nome limpo, tem que ter várias exigências. E 90% dos artesãos não têm essa condição hoje, porque não têm como escoar a sua produção. Então só vai aumentando.

Senadores, olhem por nós da Feira da Torre. Nós estamos invadidos pelos camelôs. Solicitamos à Agefis, solicitamos aos órgãos, e não conseguimos uma fiscalização que nos dê o direito de trabalhar. Os permissionários estão sendo prejudicados pelos ambulantes. E eles têm os seus lugares para vender, não numa feira turística.

Olhem por nós! Eu vou me reter um pouco – teria muito mais coisas – para não tomar o tempo de vocês.

Olhem por nós! Nós estamos, aqui no Distrito Federal, abandonados. E precisamos de uma política do Estado que faça pelo artesão, não pelo artesanato dele.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradeço ao Edimar.

Agora, rapidamente, passo a palavra para Maria das Graças Reis Costa, Presidente da Federação dos Artesãos do Espírito Santo. Depois será a Vani Mariss.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS REIS COSTA – Boa tarde, Senadora.

Em nome da categoria eu quero agradecer esta oportunidade, esta porta aberta para fortificar mais ainda a questão da regulamentação da nossa profissão.

O Estado do Espírito Santo cumprimenta o nosso Deputado Givaldo, que é um apoiador e parceiro, todas as Senadoras que estiveram aqui nos apoiando, o Sebrae, o PAB, a Cultura, e o Vital, da Economia Solidária.

A Economia Solidária trabalha muito diretamente com o artesanato no Espírito Santo. Em todas as nossas feiras a Economia Solidária está presente com o artesão. E nós fazemos trabalho de capacitação através da Federação, junto com a Economia Solidária, dentro da Aderes, que é onde está o artesanato.

A colocação das Senadoras foi muito pertinente em termos de dar continuidade, Senadora Fátima, a esta audiência pública de hoje. Todas as questões que foram colocadas aqui... Nós gostaríamos de merecer esse favor de todos vocês: que fosse colocado no sentido até da conferência que a Senadora citou, que desse continuidade a esse trabalho, que ele não morresse aqui, hoje, porque nós estamos atentos, nós estamos lutando. E hoje, no Espírito Santo, nós temos cadastrados, com a carteira do Sicab, oito mil artesãos, famílias que estão assistindo a esta audiência pública hoje.

Das perguntas que foram feitas aqui, 90% foram do Estado do Espírito Santo, porque nós estamos imbuídos, nós temos o apoio do nosso Governo, nós temos o apoio dos nossos Deputados e nós temos o apoio da nossa Bancada de Senadores daqui do nosso Estado. Eu tenho certeza de que eles estarão somando nessa luta da nossa categoria.

Estou Presidente da Feartes e sou Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos, juntamente com a Presidente Isabel. Estamos nessa luta até onde for possível.

Gostaria de pedir mais uma vez à Ana Beatriz, com muito respeito, que colocasse nas reuniões do PAB o representante da categoria – que é a nossa Presidente Isabel – para discutir os assuntos pertinentes à nossa classe. Eu gostaria que dessem continuidade aos trabalhos e colocassem nossa representante para discutir todos os assuntos pertinentes ao artesão e ao artesanato.

Agradeço a oportunidade.

Estou muito emocionada, porque isso não acontece todo dia, esse é um marco na história do artesão do Brasil, do trabalhador brasileiro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Parabéns, Graça, você nos deixou emocionados também. Mas esse é o nosso papel. O Congresso Nacional é para isso mesmo, para ser porta-voz dos anseios, dos sonhos, das esperanças do nosso povo.

E aqui, em tela, hoje estamos falando exatamente disto: das esperanças no que diz respeito à questão de vocês, dos artesãos, que tanta vontade têm de contribuir cada vez mais com o desenvolvimento econômico e social do nosso País, promovendo exatamente essa beleza, essa riqueza que é o nosso artesanato.

Nós queremos passar, rapidamente, a Vaní, que é a Rede Solidária dos Artesãos do Brasil.

A SRª VANÍ MARISS – Oi, sou eu.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Você está ali, Vani.

A SRª VANÍ MARISS – Sou eu mesma. Eu gostaria só de... Pernambucana da gema, de Caruaru.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – É conterrânea do Senador Douglas.

A SRª VANÍ MARISS – Exato.

Gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras, a você, principalmente, Fátima, que nos está dando uma força fora de série. Eu gostaria de agradecer também à Senadora da Bahia, por essa ideia maravilhosa da conferência, que reúne todos os anseios da gente. A gente quer participar, a gente quer dizer o que quer, a gente não quer que venha de cima, que cheguem uns técnicos novinhos que não entendem patavina do que é artesanato e empurrem as regulamentações, as decisões goela abaixo. E a gente só balançar a cabeça e aceitar? Não! A gente quer participar, a gente quer dizer o que quer. Isso é uma oportunidade fantástica. A gente mesmo, com tanto tempo de luta, não tinha pensado nisso. A senhora veio agora com essa ideia que a gente tem que abraçar.

Peço, sinceramente, a todos os artesãos presentes e aos que nos estão assistindo no Brasil inteiro que unamos nossas forças, porque só unidos, Conceição, nós seremos fortes; só unidos nós teremos voz para podermos reivindicar os nossos direitos. Nós só temos deveres, direitos nós ainda não temos. Lá em Pernambuco...

(Soa a campainha.)

A SRª VANÍ MARISS – ... graças a Deus, o artesanato é isento, assim como no Espírito Santo. A nossa luta é para que em todo o Brasil o artesão não pague imposto. É um constrangimento muito grande, quando viajamos para uma feira em outro Estado e vem a fiscalização em cima e a gente tem que conversar com eles – em vários Estados é assim. Em alguns a gente não paga imposto, é isento, mas em outros não.

Gente, eu gostaria somente, só para terminar, de pedir, de conclamar todos artesãos do Brasil para nos unirmos nesse objetivo. Muitos dizem: "Ah, não vou, porque se eu for vou me indispor com a coordenação local." Poxa, a coordenação local e o PAB não têm política para o artesão, como a Isabel falou, não têm política. A Secretaria de Microempresa não é o nosso lugar, porque nós não queremos ser microempresas, nós queremos ser o que somos, artesãos, e queremos políticas públicas específicas para nós. A união é fundamental.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Vaní, pela participação.

Gláucia Mirandola, da Federação dos Artesãos e Trabalhadores do Espírito Santo.

A SRª GLÁUCIA MIRANDOLA – No meu Estado, temos o maior apoio que no Brasil não existe. Por isso, nosso Deputado está aí e por isto está aí, porque fez. A Isabel fez. Fizemos o maior congresso do Brasil. Tudo pago pelo nosso Governo. Isso foi no Estado do Espírito Santo. Ninguém pagou nenhum real para estar ali e teve dignidade, autoestima. O Brasil teve autoestima. O nosso Governo foi o exemplo para o Brasil.

Não estou aqui nem para elogiar tanto. A Fátima, tenho visto pelo Senado, porque, na minha casa, a televisão é ligada direto na Assembleia e no Senado – quando eles me ligam, eu falo que está no Senado –, quando ela falou, eu ouvi e divulguei para o Estado todo, para os meus colegas.

A minha pergunta hoje, o que me incomoda, nem é para vocês, é para o Ministério do Trabalho.

Em 1970 – isso está engasgado e preciso falar –, tivemos um congresso, não sei mais, acho que foi no Rio Grande do Sul, depois foi para Pernambuco, e uma representante do Ministério disse que, se nós tivéssemos a nossa carteira carimbada, em pouco tempo, seríamos aposentados. Não é isso? Eu já estou com 62 anos, tenho a minha carteira carimbada, em Decreto de 19 de março de 1979 – está aí sujinha, feinha, mas está – e, quando dei entrada para minha aposentadoria, me negaram. Quer dizer, foi uma mentira o que fizeram. Temos a carteira carimbada, mas não tivemos mais o direito. Passam os governos, vão fazendo decretos, vão fazendo, mas esquecem do que deram. Não é isso? Estou pagando, hoje, R$89,00, há cinco anos pago o INSS, porque, se eu tiver problema de saúde, terei algum benefício, pois me cortaram tudo aquilo que eu sonhei.

Então, hoje eu não posso me aposentar, mas sou artesã desde criança. O meu trabalho é reconhecido no Brasil. Eu trabalho com escamas e conchas. Já catamos muitas escamas e muitas conchas na beira da praia. Queria também me aposentar para dar oportunidade para outros participarem. A minha pergunta é para o Ministério do Trabalho sobre essa lei que está na minha carteira, esse decreto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k., Gláucia.

Muito importante aqui a sua participação e o seu questionamento. E, Senadora Lídice, Senadora Regina e Senador Douglas, voltamos exatamente a nos perguntar qual a relação disso com o fato, por exemplo, de não ter prosperado até hoje uma legislação que defina, que esclareça, que regulamente exatamente a profissão.

Vamos passar, imediatamente, para o último inscrito, que é Márcia Oliveira, minha conterrânea, da Federação das Cooperativas e Associações do Rio Grande do Norte.

A SRª MARCIA OLIVEIRA – Em nome da Mesa, em nome da Senadora, parabenizo a todos. Essa luta já vem há 30 anos, em todos os Estados, como está registrado aqui. Agradeço a todos os Senadores que estão aqui e que estão entrando nesta luta. É uma luta árdua, mas vamos conseguir.

O que acontece é que o nosso Estado é pequeno, mas rico, rico no artesanato. Já tivemos grandes projetos, grandes programas em que o Estado foi o maior exportador de artesanato. Vemos realmente a dificuldade. Não é nem uma pergunta, é uma indagação. Acho que é uma indagação, uma pergunta, está tudo junto. É para a Beatriz.

A Beatriz esteve, em janeiro, em uma das maiores feiras que temos – fora Pernambuco, o Rio Grande do Norte estava na feira, está com uma feira.

Na época, nos estandes em que o PAB colocou recursos, naquele espaço, uma artesã estava dentro de um estande, e ela pediu para que essa artesã saísse do estande, se retirasse do estande.

Vejo assim: a Portaria nº 14 do PAB diz que um dos requisitos para obter a carteira é ter idade igual ou maior que 16 anos. Então, pergunto: por que essa artesã se sentiu...foi um constrangimento, todo mundo ficou abismado com a atitude. É essa pergunta que faço a ela, devido à Portaria nº 14.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Senadora Fátima, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Antes de obtermos as respostas aos questionamentos da Mesa, quero aproveitar a presença das Srªs e Srs. Senadores para, como medida excepcional, solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta do requerimento de autoria do Senador Romário, Presidente desta Comissão, também subscrito por mim, uma vez que não teremos reunião deliberativa entre esta e a próxima reunião. Pela situação de excepcionalidade do requerimento de S. Exª, faz-se necessário que o analisemos neste momento.

Esse requerimento é para que tenhamos, na próxima reunião, uma audiência pública, antes da reunião, a ser realizada com o Ministro da Educação da Nova Zelândia.

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia, Steven Joyce.

Sala das sessões, 15 de abril, Senador Romário.

Peço a V. Exª que coloque em votação esse requerimento extrapauta, porque na próxima terça-feira estaremos em audiência pública, ouvindo e recebendo o Ministro da Cultura, Juca Ferreira. Antes, poderemos fazer uma audiência específica e especial para tratar desse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito. Exatamente, Senadora Lídice. Acato a sugestão de V.Exª e coloco aqui para apreciação dos nosso Senadores a inclusão do requerimento extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos à votação do requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, DE 2015

– Não terminativo –

Requeremos, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia, Steven Joyce.
Autoria: Senador Romário e outros

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do presente requerimento apresentado pela Senadora Lídice, de autoria do Senador Romário, subscrito por ela, e acabo se subscrever, permaneçam como se encontram. Na verdade, é o que a Senadora Lidice colocou: terça-feira vamos ter aqui, na Comissão, o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, e a ideia seria exatamente esta: o Ministro Juca às 10h e, às 9h receberíamos o Ministro da Nova Zelândia, que, aliás, é um Ministro muito forte, Senadora Lídice, Senador Douglas e Senadora Regina.

Pelo que estou vendo aqui, ele responde não só pela educação, mas por sete áreas: é Ministro do Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Inovação, da Reforma Regulatória, Ministro de Finanças e Ministro de Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado, Senador Lídice.

Bom, vamos agora voltar para a Mesa, e vamos, portanto, para as considerações finais da Mesa.

Ana Beatriz, você tem a palavra não só para se colocar perante o questionamento de Márcia, mas também para fazer suas considerações.

Com a palavra, Ana.

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – Agradeço a todos que estão aqui.

Quero falar um pouco sobre o ICMS, tributos.

A nossa Secretaria soube disso, sabemos que há Estados que são isentos e outros que não são isentos. Há Estados que são isentos apenas se você tiver a carteirinha de artesão. Outros já são insetos para todos.

Estamos em conversa, queremos que realmente essa isenção seja para todos os Estados, sem exceção. A gente não vê lógica em haver um Estado que tenha e outro que não tenha.

E queremos também não só para o artesão, mas para o trabalhador manual também, porque hoje há alguns Estados em que há isenção para o artesão mas não há isenção para o trabalhador manual. Acho que apenas dois ou três Estados, Pernambuco e Goiás, têm para o trabalhador manual porque fizeram um convênio.

Nós estamos já em conversa com relação a isso e nossa luta e nossa força é para que todos os Estados tenham a isenção do ICMS.

Respondendo ao rapaz que acho que já foi embora, então não vou responder, que era com relação... Ah, você! Com relação àquelas certidões todas, é uma política do Distrito Federal, não é uma política do PAB, soube disso realmente naquela roda de conversas – não sei se você esteve lá, em março –, de que participamos e vários artesãos vieram conversar comigo sobre isso. Foi falado lá na roda de conversas que era uma determinação da Secretaria de Turismo. E como é uma determinação estadual, a gente não pode entrar nesse conflito e dizer que não pode ser dessa forma participar das feiras. Infelizmente o PAB nacional não tem como resolver esse problema dentro do DF, já que foi explicado na feira que era uma regra da Secretaria de Turismo. Antes, na Secretaria do Ministério do Trabalho, não havia essa regra.

Respondendo à Márcia, na verdade, a história não foi bem assim, era uma menina, ela não era artesão, a mãe que era. E, como o PAB, em todos os eventos, toma o cuidado de não deixar uma criança comercializando, a gente pede para que, se a criança estiver dentro do estande, que os pais dela estejam dentro do estande também, para que a gente não tenha problema nenhum com a Secretaria de Trabalho. E não foi pedido para ela sair do estande, foi pedido apenas que ela, como criança, não comercializasse dentro do estande sem que a mãe dela estivesse lá dentro.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA BEATRIZ LOUREIRO ELLERY – É isso.

E quero dizer, por fim, que a nossa Secretaria está aberta a escutar todos vocês. Estamos lá de portas abertas para ter essa conversa e esse diálogo com todos vocês.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – O.k.

Vamos passar a palavra a Geórgia, do MinC, para suas considerações finais.

A SRª GEORGIA HADDAD NICOLAU – Bom dia, já quase boa tarde!

Queria agradecer, mais uma vez, à Casa, à Senadora, à Comissão, em nome de todos os Senadores e Deputado, e a todos os artesãos, pela oportunidade. Acho que foi bastante rica a audiência. Houve sugestões importantes. E acho que a gente tem que seguir.

Do lado do Ministério da Cultura, como a Senadora da Bahia falou, há uma questão: a economia criativa, a economia da cultura, e a própria cultura são pautas intersetoriais, transdisciplinares. Acho que é um desafio nosso deste século: aprender a trabalhar mais juntos, fora das caixinhas, porque, às vezes, a gente fica pensando só na nossa caixinha e aí não adianta.

Acho que, assim como a gente tem esse desafio na cultura de tratar os setores culturais e criativos como eixo de desenvolvimento do futuro, nossa diversidade cultural como eixo estratégico de desenvolvimento, a gente tem que colocar isso na pauta de uma vez por todas. A cultura é, sim, um eixo de desenvolvimento, não só econômico, mas simbólico e é uma forma de o Brasil se apresentar ao mundo nesse novo contexto global.

A gente acredita nisso e no Ministério, mas é lógico que isso não depende só da gente; então, oportunidades como esta são muito importantes, eu conto muito com os Senadores e Deputados para a gente conseguir fazer isso.

Então, como encaminhamentos, eu tenho aqui: desde já o nosso convite para outros órgãos participarem do nosso colegiado setorial de artesanato, que vai ter eleição este ano, provavelmente em junho, com essa transição – eleição este ano de novo.

A SMPE tem uma vaga, mas não está preenchida. Então, eu convido a SMPE a sentar no colegiado com a gente; o Sebrae, que faz parte do colegiado de moda, por exemplo, e não está no artesanato; o MDA, que tem um programa Atraentes do Brasil; e MTE, para gente poder dialogar dentro desse colegiado, entendendo que obviamente o Ministério da Cultura tem uma parte nesse processo.

Como encaminhamento, digo que o Ministério da Cultura está à disposição para absorver. O Governo, como um todo, tem uma experiência acumulada de participação social, que é muito importante ser valorizada. O Ministério da Cultura já fez três conferências nacionais. Temos mais de 20 colegiados setoriais. Temos o Conselho Nacional de Políticas Culturais. Temos um histórico de diálogo com as bases, que são muitas, porque são muitos setores. Isso é que eu acho que nos enriquece tanto, embora eu saiba que seja um desafio, porque quanto mais pautas maior o desafio, mas a gente gosta, e é para isso que a gente está aqui.

Então, da parte da Cultura, coloco o Ministério à disposição para o diálogo, tanto para colaborar com a Frente Parlamentar, como foi indicado aqui pelo Deputado, muito sabiamente, quanto para construir a conferência nacional do artesanato, como correalizadores, e para o que vocês mais tiverem e que a gente possa ajudar, nesse diálogo e nessa articulação, porque acho que tem que ser uma articulação. Objetivamente falando, coloco isso como encaminhamento.

Conto também com a Casa e com todos vocês para que a gente possa discutir mais a cultura como eixo de desenvolvimento econômico do País. Quem sabe uma audiência, Senadora, sobre economia criativa, sobre economia da cultura, porque não se trata só de um discurso, mas há ações bem concretas que podemos fazer e que a Casa pode ajudar, como a desburocratização das profissões, a formação, a assistência. A gente conta também com as emendas da Casa para que possamos ter mais pontos de assistência aos micro e pequenos empreendedores da área da cultura, e também com a Comissão de Assuntos Econômicos. Queremos também fortalecer o nosso discurso em relação à desburocratização e a todos os marcos legais, que sabemos que são necessários para a sobrevivência desses empreendimentos, não só empreendimentos como associações e pessoas físicas. É um mundo complexo.

Acho que é isso. Estou à disposição. Meu e-mail é georgia.nicolau@cultura.gov. br. Precisando, estamos aí.

Quero agradecer mais uma vez e espero voltar em breve.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Georgia, pela contribuição.

Quero passar, agora, ao Ricardo, do Sebrae, para suas considerações finais.

O SR. RICARDO VILLELA – Muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência. Foi muito importante para nós. O Sebrae está presente, disponível para contribuir naquilo que estiver dentro da nossa missão, do nosso alcance.

Hoje, estivemos aqui representando o gerente da unidade responsável pela atividade do Sebrae nacional no artesanato, mas estamos com a equipe toda aqui do Nacional. As três coordenadoras nacionais, a Durcelice, a Maira e a Denise, são as responsáveis por coordenar a ação no país desenvolvida pelo Sebrae, através dos SEBRAEs estaduais.

Foi muito bom ouvir essas manifestações todas. Agradeço todas as citações elogiosas, que nos deixam muito felizes, de todos aqui em relação ao Sebrae. Esperamos poder continuar merecendo essa confiança e essa satisfação de todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Ricardo. Já já teremos uma missão importante para o Sebrae. Obrigada pela participação.

Agora, vamos passar para Vital, que é o diretor de Fomento à Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO – Foi uma aula e tanto, hoje, dos colegas de Governo, de vocês, que fazem esse mundo do artesanato. Foi uma aula e tanto para a gente.

De forma mais imediata, a Gláucia colocou essa história do carimbo na carteira. A carteira de trabalho é responsabilidade direta do nosso Ministério. Agora, a Previdência fica responsável por toda parte da aposentadoria. Aqui, presente, está o Vinícius, da nossa assessoria parlamentar. Está ali.

Junto com o Vinícius, a gente vai ver com a Previdência, que fica no mesmo prédio, o que está acontecendo no que diz respeito a esse carimbo que cita, inclusive, o artigo e o número do decreto que dá esse direito. Então, a gente vai verificar com a Previdência.

E, aí, Senadora, a ideia é a nossa assessoria parlamentar conversar com a sua equipe, para dar a devida explicação para isso. De imediato, como não está na pasta da gente, temos dificuldade.

Tanto o Ronaldo, do Espírito Santo, como outros falaram da participação da gente, do Ministério do Trabalho, nessa política. Uma coisa que aprendi de 2003 para cá é que, por mais dinheiro que qualquer estrutura de governo venha a ter, ela não consegue responder ao conjunto das demandar para um segmento como esse de vocês.

A gente vai precisar da formação profissional que está concentrada lá no MEC, a gente vai precisar de elementos que estão aqui na Cultura, a gente vai precisar .... Ou seja, são tantas as demandas de vocês, que precisamos – viu, Senadora? – de um conjunto de ministérios para, juntos, ofertar essas respostas para o que vocês estão solicitando.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO – De antemão, o que a gente coloca é que mais de 20% do nosso público já está revelado, só pelos dados que são vocês, então, não tem como a gente estar fora. A gente está dentro, a gente tem já projetos, ações concretas, diálogos com vocês, em cada Estado, ouvir governo, ouvir as próprias organizações da sociedade civil.

O que a gente quer colocar é que estamos juntos, para poder avançar em toda e qualquer definição que este grupo aqui venha tomar. Podem contar com a gente, da Economia Solidária. Já conversamos com a Cultura, já conversamos com a Secretaria Especial da Pequena e Média Empresa.

Então estamos aqui à disposição.

Até o nosso próximo encontro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Agradeço ao Vital.

E agora, passo à Isabel.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Quero agradecer primeiramente a Deus, por ter nos dado essa oportunidade, de sairmos, principalmente a categoria, chegarmos até de madrugada, como está aí a Deonilda, vindo do Paraná, o Darlindo, do Pará e as meninas chegaram do Espírito Santo, gente que ainda está no meio do caminho. E dizer, Senadores, que poderíamos até estar em um número maior, abortamos a ação de todos em Brasília ao termos o conhecimento do que foi feito com o nosso PL quando, desnecessariamente, foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Então, precisamos estar aqui breve e bem mais fortes, por isso fizemos com representatividade. Inclusive quero agradecer a Goiás e Distrito Federal porque estamos aqui de mãos dadas.

Quero dizer, bem de coração, que não somos coitados nem estamos esperando políticas assistencialistas do Governo do Estado, queremos, meramente, garantia dos nossos direitos.

Eu fui representar, Senadora e Senadores, como artesã no Fórum Ibero-americano de Artesanato, no Uruguai, e fiquei envergonhada com nosso País. O único país que não tinha como gestão pública – que aqui é o PAB – um representante para falar de dados e da política implementada no País. Quem representou o País, como gestão do artesanato, foi a representante do Sebrae nacional – inclusive tenho saudade –, Patrícia Salamoni, quem a encontrar, deixo o meu abraço. E lá eu fiquei triste e isso nos fez engrossar o caldo e mostrar o quanto a ação, através do programa, independente de hoje estar Ana Beatriz, que amanhã pode não estar, quem está para sempre onde nós estamos somos nós.

Somos artesãos eternamente! (*Palmas.*)

Então, lá, eu me envergonhei e trouxe esse problema para a categoria, a categoria que já vinha lutando há mais de 30 anos, engrossou o caldo e por isso transformamos o fórum em confederação.

E estamos aqui para dar a mão a cada um Senador e construir, Senadora, com certeza, esse fórum, porque temos um molde já estudado desde 2005, que, pelo *lobby* que existe hoje, não se deixou concretizar.

Vamos ter forças sim, vamos mudar sim e vamos crescer, porque somos muitos, somos fortes e produzimos cultura, não produzimos produtos mortos, não somos máquinas. Trabalhamos com as mãos. Pedimos dignidade.

Muito obrigada e um abraço no coração de todos os colegas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Isabel.

Isabel, quero aqui, claro, parabenizar a sua garra, a sua dedicação.

Perguntaria ao Deputado se ele ainda quer, por favor...

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT – ES) – Senadora, só para elogiar, mais uma vez, a iniciativa de V. Exª, os Senadores que estiveram aqui presentes – alguns até o final, como o Senador Douglas, a Senadora Regina. É uma demonstração de muito compromisso aqui do Senado com a causa.

Quero parabenizar os integrantes da Mesa, que trouxeram referenciais significativos, e, principalmente, os artesões e as artesãs aqui presentes. Eu sei do esforço que vocês fizeram para estar aqui, os do Espírito Santo e os de tantos lugares. É gente que tem muita dificuldade de se movimentar financeiramente falando, e, cada vez que vêm aqui, é um esforço muito grande.

Então, eu louvo a garra de vocês. Eu sei o quanto superaram desafios para chegar, mas essa luta vai valer a pena, porque vocês estão marcando, de uma maneira muito forte, a presença de vocês, a voz de vocês no Congresso, com iniciativas como esta e com as repercussões que teremos a partir daqui.

A Frente Parlamentar, que agora conta com o apoio da Senadora Fátima e certamente dos demais Senadores, pode se tornar uma realidade. Aliás, até peço a ajuda de vocês, de quem estiver por aqui, porque temos que colher 180 assinaturas dos Deputados e dos Senadores também.

Quanto a esta grande novidade, apresentada aqui como uma proposta, eu falava aqui que a prioridade deve ser ouvir aquilo que querem os artesãos. A Senadora Lídice, acolhida pela Senadora Fátima, trouxe essa belíssima proposta da luta pela conferência, que eu acho que pode ser sim uma decisão desta audiência e acho que deve ser uma das duas grandes prioridades de trabalho da frente: aprovar o PL nº 7.755 e encampar a conferência. Podemos até pensar no lançamento da frente, Senadora, convidar o Ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência, porque ele pode tratar com os demais Ministérios – são muitos Ministérios que têm que falar sobre o tema –, e levar o nosso apoio à realização da conferência.

Então, parabéns a vocês pela audiência e pelas conquistas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Obrigada, Deputado Givaldo, mais uma vez.

Antes de partir aqui para os encaminhamentos da audiência, perguntaria à Senadora Regina e ao Senador Douglas se eles ainda querem fazer uso da palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, é só para registrar aqui o nosso compromisso firmado, registrado e reconfirmado de apoio ao artesão e dizer que me considero também representante da classe por pertencer a uma cidade que tem uma cultura tão rica. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Muito bem, Senador Douglas.

Vamos convidar, desde já, para que terminemos, para fazer uma foto – viu, Senadora Regina e Senador Douglas? –com o pessoal aqui do artesanato. Vamos fazer uma foto.

Mas, enfim, eu quero agora, em nome do Senador Douglas, da Senadora Regina, da Senadora Lídice, de todos que fazem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte da nossa Casa, inclusive em nome também do Presidente da nossa Comissão, Senador Romário, agradecer a cada um e a cada uma de vocês que aqui vieram. Agradecer aos representantes do Governo, Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com Ana Beatriz; o MInC, com Geórgia; Manoel Vital, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária; o Ricardo, pelo Sebrae.

Quero dizer, mais uma vez, da importância do Deputado Givaldo, porque ele será exatamente o nosso elo com a Câmara dos Deputado; muito importante pela sua qualidade, pelo conhecimento, inclusive, que ele tem do assunto; a Isabel, porque é a voz do artesão, ela que preside a Confederação Nacional, com muita responsabilidade, o que move Isabel é exatamente o desejo de que possamos avançar na direção tanto da valorização do artesão como da promoção do artesanato brasileiro. E é, exatamente nesse sentido, que quero aqui concluir a audiência, à luz de tudo o que foi colocado, Senadora Regina, e com a anuência dos artesãos aqui presentes, inclusive com a anuência da própria Isabel.

Saímos daqui com as seguintes definições: primeiro, a nossa prioridade é a aprovação do PL nº 7.755. Para tanto, por exemplo, primeiro passo será a constituição dessa frente. É fundamental a constituição da frente parlamentar mista, porque a frente, Givaldo, terá um papel muito importante, lá na Câmara, de monitorar, passo a passo, para que possamos fazer com que esse projeto tramite o mais rapidamente. Ele pode tramitar até simultaneamente, já que ele está em caráter terminativo, mesmo tendo levado o projeto lá para a Comissão de Desenvolvimento da Câmara, isso não impede que ele tramite simultaneamente nas duas Comissões.

Vamos aqui sonhar e ousar: por que não tirarmos o calendário que, até o segundo semestre, esse projeto tem que estar com a sua provação concluída? Vamos lutar para isso. (*Palmas.*)

Não é Douglas?

Aí vocês já vão ajudar e muito, já que estão aqui hoje e amanhã, entrar em contato.

A SRª ISABEL GONÇALVES BEZERRA – Até segunda.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Até segunda.

Pois bem, daqui a pouco, vocês terão em mãos a lista para hoje ir lá para a Câmara dos Deputados, porque são 180 assinaturas. Pegar as assinaturas hoje lá na Câmara e pegar aqui no Senado. Depois veja, Isabel, quem é a equipe responsável.

Diga, Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, me comprometo a pegar a assinatura da maior parte dos Parlamentares pernambucanos. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Perfeito.

E outra coisa, Senador Douglas, vamos fazer o seguinte: você a Senadora Regina já ficariam com a tarefa hoje de pegar à tarde, aqui no Senado, do conjunto de Senadores. Certo? E aí elas veem com o Deputado Givaldo a questão da Câmara. Mas você e a Senadora Regina para pegar a assinatura dos Senadores aqui.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Está bom, vou pegar dos Senadores e vou à Câmara também para pegar os de Pernambuco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Beleza, perfeito.

O segundo encaminhamento é: à luz de tudo o que ouvimos aqui, ficou caracterizado que, de um lado, há um esforço por parte do Governo, por outro lado, o que se viu aqui é a fragmentação – como colocou a Senadora Regina, a Senadora Lídice – dessas ações.

Enfim, as ações voltadas para promoção do artesanato, até pela especificidade que tem, Ana Regina, a questão do artesanato precisa haver muita intersecção, haver muito diálogo com várias áreas do Governo. É impossível uma política dessa não vingar do ponto de vista de ela ser exitosa, de ela ser virtuosa, se não tiver um forte diálogo com a cultura, com o Ministério do Trabalho, com o turismo. O turismo é fundamental! E o Sebrae.

Então, com o intuito de colaborar, qual é a outra proposta que eu queria colocar aqui e sair como encaminhamento aqui da Comissão? Que tenhamos, já daqui a uns 15 dias, uma reunião – e eu queria propor que fosse o Sebrae a fazer essa convocatória, a ficar exatamente com essa atribuição, reunindo as micro e pequenas empresas, além das demais instâncias aqui para darmos o primeiro pontapé com vistas a isso – viu, Ricardo, só um momentinho porque estou aqui...

Eu queria propor o Sebrae e a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, vocês dois. O que vai ser feito? Essas duas instâncias, que podem se reunir até lá no Sebrae, vão trazer, Georgia, a representação da cultura, a representação do Ministério do Trabalho, do Turismo, para que, a partir daí, tracemos um diagnóstico disso tudo e, à luz de todas essas lacunas que foram colocadas, a falta de intersetorialidade que está havendo. Há necessidade, por exemplo, de orçamento para essa área. Enfim, essa comissão, à luz do diagnóstico que apontou claramente a necessidade de um trabalho integrado por parte do Governo Federal, fazer com que tenhamos políticas públicas efetivas para promover a valorização do artesanato do nosso País. E já, inclusive, com uma proposta concreta em que caberá, inclusive, a esta Comissão definir a proposta para que nós possamos ter a primeira conferência do artesão e do artesanato brasileiro. (*Palmas.*)

Façam essas tratativas, Georgia, e, a partir daí, nós vamos, por exemplo, fazer o diálogo com o Ministro Miguel Rosseto, porque na questão das conferências, nós temos de dialogar com ele, Regina. E nós estaremos aqui, como Parlamento, à disposição para somar.

É evidente que cada qual sabendo qual é a função que lhe cabe: o movimento, com o seu papel; o Governo, com o seu papel; e o Legislativo, com o seu papel. E todos nós imbuídos na mesma causa, que é, de um lado, recuperar o tempo perdido e avançar na questão dos direitos sociais dos artesãos do Brasil, e, ao mesmo tempo, o Governo avançar no que diz respeito a termos políticas efetivas de fomento, de incentivo, de promoção ao artesanato brasileiro. O orçamento para o artesanato não pode continuar sendo esse. As políticas para o artesanato não podem se resumir somente a feiras nacionais ou a feiras regionais. O Governo pode fazer muito mais. (*Palmas.*)

Pode fazer muito mais o Governo, e vai fazer, sabe por quê? Porque precisa, antes de mais nada, dessa integração. É verdade, ou não é?

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Não é verdade, Senadora Regina?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O momento é muito propício porque estamos em fase de PPA, não é? Para ter política de verdade de médio prazo e não só essas coisas esparsas que acontecem durante o ano.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Exatamente. Então, a gente tem de ter uma postura de generosidade. É claro que todo mundo sabe que, por exemplo, parte do movimento – e é

legítimo – sonha com uma Secretaria Nacional do Artesanato, assim como há a Secretaria Nacional da Economia Solidária. Em parte do movimento, há aqueles que fazem uma leitura de que talvez a estrutura do Governo voltada mais diretamente para cuidar do artesanato fosse o Ministério do Trabalho e Emprego, até porque já houve uma época em que era o Ministério do Trabalho e Emprego que cuidava da política do artesanato, mas eu não vou entrar nesse debate aqui.

Até porque isso é um assunto posterior para vocês debaterem. Nós queremos sair daqui exatamente com este compromisso de que o Governo vai sentar e vai dialogar, claro, com a Confederação Nacional, Isabel. Primeiro, nós estamos cobrando do Governo. Evidentemente, na hora em que o Governo se senta para dizer: "Vamos dar as mãos, vamos ver como é que a gente interage, vamos ver como é que a gente evita superposições, vamos ver como é que a gente potencializa as ações voltadas para promover o artesanato." Porque em cada área dessa aqui há ações que dialogam com a questão do artesanato.

Então, primeiro esta tarefa: o Governo sentar para organizar esse trabalho, para organizar essas ações e, a partir daí, fazer o diálogo com a Confederação Nacional e com as demais entidades. Isso é o que nos move a, de repente, fazer um debate no Congresso Nacional. Nós não estamos aqui querendo fazer o debate por fazer o debate. Nós queremos fazer o debate de uma forma propositiva, respeitosa. Fazer um debate para que, depois, tiremos encaminhamentos concretos em que cada um tenha a sua responsabilidade – vocês, artesãos, tenham a responsabilidade de vocês; o Congresso e o Governo tenham a responsabilidade deles –, para que, depois, na próxima audiência pública que a gente venha a realizar, se Deus quiser, a gente possa exatamente fazer o balanço do que encaminhou, do que não encaminhou e, a partir daí, ir aperfeiçoando.

Quero, portanto, dizer que nós aqui ficamos muito felizes com a realização desta audiência. Mais uma vez, parabenizo os internautas, os que em casa acompanharam esta audiência pública até o presente momento, que interagiram mandando suas perguntas. Quero aqui, mais uma vez, agradecer à Confederação Nacional, aos artesãos e às artesãs, porque sem vocês não haveria sentido a existência deste debate, desta audiência pública. Mais uma vez, quero destacar a participação do Senador Douglas, parceiro muito importante desde a primeira hora, e a da Senadora Regina. Juntos – e também com outros Senadores – nós vamos dar toda a colaboração aqui, Givaldo, para que a Frente, aqui no Senado, funcione e cumpra o seu papel.

E me permitam dedicar esta audiência pública de hoje a vocês, artesãos de todo o Brasil, pela dedicação, pela coragem de vocês, pelo quanto de sonho e de luta que vocês têm. E me permitam dedicar a vocês, artesãos de todo o Brasil, através de algumas pessoas, como , por exemplo, Etevaldo Santiago, que é um mestre em escultura em cerâmica, em memória, lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte; através de Célia Alves, que é artesã de cestaria, lá do Município de Itajá – faz uma coisa linda –; de Santana, que é artesão em escultura de madeira lá do Município de Ceará-Mirim, no meu Estado; de Luzia Dantas, escultora de madeira lá de Currais Novos; e também de Batista, lá da minha cidade natal.

Eu sou Senadora, com muita alegria, pela generosidade do povo potiguar. Mas eu sou uma migrante. Nasci numa cidadezinha do interior da Paraíba chamada Nova Palmeira. E lá há um rapaz chamado Batista, que faz esculturas em madeira, que é uma coisa também muito bonita.

Então, em nome deles e delas, nós queremos dedicar esta audiência pública de hoje. Que ela possa ter, exatamente, contribuído para a gente avançar nas nossas lutas rumo à valorização do artesão e à promoção do artesanato brasileiro.

Por fim, quero aqui também, mais uma vez, fazer o convite para o sétimo Contrarte, que é o Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos. Esse sétimo congresso vai ser em Natal e nós queremos receber vocês lá.

E eu quero, desde já, pedir à Secretaria da Micro e Pequena Empresa e ao Sebrae – viu, Ricardo? Nós vamos com a representação aqui da Confederação bater às portas lá de Dr. Luiz Barreto, do Sebrae nacional – que nos ajudem na realização do Contrarte, o Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos, lá no Rio Grande do Norte. O Governador Robson Faria, a Secretária de Ação e Trabalho Social, Drª Juliane Faria, já estão totalmente à disposição, já disseram que, naquilo que couber ao Estado e naquilo que for possível, o Estado está à inteira disposição. Mas em face das dificuldades do ponto de vista orçamentário, que o nosso Estado e a maioria dos Estados enfrentam, Senador Douglas, nós precisamos, neste momento, e muito, do apoio do Governo Federal.

Queremos, portanto, desde já deixar aqui o nosso pedido junto ao Sebrae Nacional, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Cultura e à Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, para que tenhamos um Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos em outubro de 2015, em Natal, muito representativo e muito produtivo.

Já, inclusive, com decisões em curso. E vamos trabalhar para que no Congresso Nacional lá em Natal a gente já possa comemorar a aprovação da Lei nº 7.755, que trata da regulamentação.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Delcídio do Amaral, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho, Lídice da Mata e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA. A Presidência informa o recebimento do Aviso nº 146, de 2015, que encaminha resposta ao RMA nº 45, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, sendo vinculado ao AMA nº 1, de 2014. PAUTA. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 19, de 2015. Requer, nos termos do artigo 102-A, I, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, informações consolidadas, em nível nacional, relativas à disponibilidade financeira, em 31/12/2013 e 31/12/2014, das entidades integrantes do Sistema "S", a saber: SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SESC – Serviço Social do Comércio, SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI – Serviço Social da Indústria, SEST – Serviço Social de Transporte, SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e APEX Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 20, de 2015. Requer, nos termos do artigo 102-A, I, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, informações sobre os valores e os critérios de pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Seguro-Defeso) desde o ano de 2003. Nestes termos, requisitase: 1. A indicação dos critérios para a concessão do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Seguro-Defeso) desde o ano de 2003 e as modificações posteriores até a presente data; 2. Os valores globais gastos com o benefício, ano a ano, desde 2003, indicado por Unidade da Federação; 3. A justificativa para a informação, extraída do Portal da Transparência, de que no ano de 2013 foram gastos R$ 598.692.818,29 no pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Seguro-Defeso), cerca de 1/3 do valor gasto no ano anterior (2012 – R$ 1.723.364.496,96) e 1/4 do valor gasto no ano seguinte (2014 – R$ 2.117.223.436,11); e 4. A estimativa de economia de recursos com a modificação das regras para a concessão do benefício contidas na MP 665, de 2014, e o número de pescadores que deixarão de fazer jus ao benefício a partir da entrada em vigor da nova regulamentação. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Retirado definitivamente pelo autor. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, de 2015. Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os seis anos da implementação da Lei da Transparência. A Lei da Transparência 131 de 27 de maio de 2009, de autoria do senador João Capiberibe, foi sancionada pela Presidente da República, e se tornou uma eficiente arma no combate à corrupção no país. A Lei obriga a União, Estados e Municípios a colocarem as suas contas na internet. "A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira – TCU; 2. Sr. Ministro Valdir Moyses Simão – CGU; 3. Sr. Gil Castelo Branco – Secretório Geral da Associação Contas Abertas; 4. Sr. Marcos Vinícios Furtado Coelho – Presidente da OAB Brasília; 5. Sr. Ex Ministro Carlos Ayres Britto; 6. Sr. Luiz Inácio de Lucena Adams; 7. Sr. Afonso Guilherme – Promotor do estado do Amapá; 8. Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha; 9. Sr. José Luiz das Graças – Vereador do Município de Paraíso/MG; 10. Sr. Rodrigo Janot – Procurador Geral da República. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados o Presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guaranys, o Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, e o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 31, de 2015. Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e

artigo 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária , para debater sobre o tema "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2013 – Não Terminativo. Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia. **Autoria:** Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013 – Não Terminativo. Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva do projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2014 – Não Terminativo. Institui a Política de Estímulo à Cacauicultura no Sistema Cabruca. **Autoria:** Deputado Geraldo Simões. Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, de 2011 – Não Terminativo. Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM). **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela prejudicialidade do projeto. ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011 – Terminativo. Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva do projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2011 – Terminativo. Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Prejudicado o projeto, por unanimidade. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2011 – Terminativo. Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CAE. Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CAE/CMA, por unanimidade. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que o documento a seguir permanecerá à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, será arquivado.

Aviso nº 146, de 2015. Encaminha resposta ao RMA nº 45, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, sendo vinculado ao AMA nº 1, de 2014. O requerimento solicitava ao Ministério da Fazenda informações sobre o prazo de conclusão do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão nº 713/2014-TCU-Plenário, bem como para que enviasse cópia do referido estudo, uma vez que estivesse concluído, às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal.

Informo que encaminharei cópia da resposta à Senadora Vanessa Grazziotin por memorando, e aos demais membros por *e-mail*.

Vamos à pauta.

O primeiro item da pauta é de autoria do Senador Ronaldo Caiado. Como ele não está presente, passaremos ao segundo requerimento. O item 2 também é de autoria do Senador Ronaldo Caiado. Não estando ele presente, seguiremos com o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 19, DE 2015

– Não terminativo –

Requer, nos termos do artigo 102-A, I, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, informações consolidadas, em nível nacional, relativas à disponibilidade financeira, em 31/12/2013 e 31/12/2014, das entidades integrantes do Sistema "S", a saber: SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SESC – Serviço Social do Comércio, SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESI – Serviço Social da Indústria, SEST – Serviço Social de Transporte, SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e APEX Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Infelizmente, não podemos colocar em votação, porque não há quórum de votação. Mas V. Exª quer usar a palavra?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. Fora do microfone.) – Desnecessário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu não sei se nós temos quórum de assinaturas, porque para o requerimento não há necessidade do quórum qualificado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Precisa do quórum, mas não tem ainda.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, não seria de bom alvitre a gente aguardar mais uns dez minutos? Eu estou percebendo que agora acabou de chegar também o Senador Aloysio. Vamos suspender por uns dez minutinhos, para a gente aguardar, ou fazer outros trabalhos até então.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Posso dar uma tolerância, mas... Está chegando aqui já o Senador Jorge Viana.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. (Pausa.)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – No item 4 da pauta, requeremos o convite ao Ministro do Trabalho para prestar informações com relação ao seguro-defeso. Eu peço, se possível, que se faça a retirada de pauta desse requerimento do item 4, por favor. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – A retirada de pauta do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª solicita então a retirada definitiva do item 4?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Será acatada a proposição de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Está retirado da pauta definitivamente o requerimento do item 4, do Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, sou relator de um item da nossa pauta de hoje. Se não me engano é o item 20. Pediria a V. Exª, se fosse possível, a preferência, porque preciso atender o Dr. Fachin, que deve ir ao meu Gabinete daqui a pouco. Em seguida, volto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Então, aqui, atendendo ao Senador Aloysio Nunes, farei a inversão para a leitura do item 20 da pauta, que versa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2011, terminativo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria também de, no momento em que tivermos quorum, uma inversão, uma prioridade, no item 9. Trata-se de um requerimento de minha autoria. Se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É um requerimento do Senador João Capiberibe, o item 11.

Queria encaminhar à Mesa um requerimento pedindo para acrescentar, na audiência pública, o Secretário de Agricultura do Pará, Sr. Hildegardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois bem. No momento da leitura, então, apreciaremos essa proposição. V. Exª encaminhe à Mesa o requerimento.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2011

– Terminativo –

Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
– A matéria constou na pauta do dia 14/04/2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra ao Relator, o nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu relatório é muito singelo.

Trata-se de uma proposição de autoria do Senador Ciro Nogueira, que sempre tem boas ideias e as converte em bons projetos.

No entanto, este projeto é em tudo semelhante a uma proposição já aprovada pelo Senado. Refiro-me ao PLS nº 690, de 2007, que tramitou por esta Casa e foi aprovado.

Portanto, ratifico. O parecer foi inicialmente elaborado pelo atual Governador do Distrito Federal, o então Senador Rodrigo Rollemberg, que concluiu pela prejudicialidade do projeto.

O Senador Rollemberg, ao relatar esta matéria, concluiu, dada a absoluta semelhança entre as duas proposições, pela prejudicialidade da atual.

Tendo o Senador Rodrigo Rollemberg sido eleito Governador do Distrito Federal, o seu parecer não pôde ser apreciado nesta Comissão; por isso, V. Exª designou-me como seu sucessor. Nesta condição, ratifico o parecer de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Encerrada a discussão, vou submeter ao Plenário a decisão pela prejudicialidade do projeto, nos termos propostos pelo nobre Senador, mas não posso colocar em votação for falta de quorum. Faria a chamada nominal, mas já observei que só temos sete Senadores. Precisaríamos de nove Senadores para fazer a votação.

Mas o relatório já fica como lido para uma próxima reunião. Até mesmo nesta reunião, havendo quorum suficiente, colocaremos em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Chegou mesmo? Há nove Senadores?

Como não temos quórum e se trata de um item terminativo, tem que ser por votação nominal. Então, vamos aguardar e observar que haja quórum para votação.

Já tendo quórum, com a chegada da Senadora Regina, vou colocar em votação nominal...

Vou colocar em votação, então, já que há quórum e não há necessidade de votação nominal, o item 3, proposto pelo Senador Ataídes Oliveira, que apresentou requerimento convocando aqui o Senar, Senac, Senai, Apex, todo o Sistema S, pedindo informações ao Tribunal de Contas da União.

Não é isso, Senador?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sim, o objetivo desse requerimento ao Presidente Aroldo Cedraz, do TCU, é tão-somente para ver a disponibilidade financeira de todo o Sistema S em 31/12/2014, para a gente ver, porque hoje há ....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª pede 2013 e 2014, aqui no requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ah, eu peço 2013.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – É porque eu já tinha lido e fiz um resumo do que seria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Que ótimo, que ótimo. Porque eu vejo ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Mas se o Senadores quiserem que eu leia todo o requerimento, posso ler.

Não há necessidade?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Porque eu vejo ....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Porque já tinha lido e fiz um resumo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Porque vejo, Sr. Presidente e Srªs e Srs. Senadores, que a gratuidade hoje concedida pelo Sistema S não ultrapassa 15% de todo esse dinheiro recebido pelo Sistema S, que, em 2014, foi algo em torno de R$31 bilhões. Então, nós temos que aumentar essa gratuidade. Principalmente essas senhoras que sofrem agressões domésticas, que não têm condições de sobreviver sem a dependência econômica do marido, vão ter esses cursos gratuitos fornecidos pelo Sistema S.

Então, peço aos nobres pares que nos autorizem esse requerimento, para que possamos cobrar essa gratuidade do Sistema S, porque vejo que é de muita importância para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o requerimento do nobre Senador Ataídes Oliveira.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao item 9, que é do Senador Blairo Maggi, que está aqui conosco.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº 31, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e artigo 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o tema "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, só para contextualizar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Este requerimento que estou fazendo aqui é porque lá na Comissão de Agricultura, da qual faço parte também, nós vamos discutir esse assunto com essa entidade, a IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores). É uma nova entidade que congrega todo o setor de reflorestamento de essências nativas e também exóticas.

Juntos, nós queremos discutir a questão do meio ambiente, porque a proposta é que possa haver geração de energia de biomassa sustentável dentro do processo.

Portanto achamos, lá, na Agricultura, que seria importante que a Comissão de Meio de Ambiente estivesse junto, para nos assessorar, enfim, nos ajudar nessa audiência pública.

Por isso o pedido que faço aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Acho importante, Senador. Inclusive, na questão que estamos debatendo da revitalização do Rio São Francisco, temos uma experiência no Polo Industrial da Bahia, em que o Instituto de Florestas começou, há mais ou menos cinco anos, e já fizemos todo o reflorestamento do entorno do Polo Industrial. Quanto ao problema da produção da água, saiu na Folha de S. Paulo um artigo muito interessante de como, plantando florestas, pode-se produzir água, tema que hoje é muito importante.

O tema "reflorestamento" tenho o maior interesse em debater, até devido a essa experiência nossa, na Bahia, no Polo Industrial. Também nas margens dos rios da Chapada Diamantina, Rio Paraguaçu, estamos fazendo viveiros para plantar árvores nativas para produção da água e preservação das nascentes. Essa questão da biomassa hoje interessa muito ao País em função da crise hídrica que tem afetado todo o nosso País, notadamente o Nordeste brasileiro.

Portanto, vou colocar em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2013

– Não terminativo –

Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia.
Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.665, de 2012, na origem), de autoria do Deputado Félix Mendonça Júnior.

O art. 1º do PLC nº 64, de 2013, cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia, com o objetivo de atestar a sustentabilidade e o interesse social e ambiental da cacauicultura brasileira.

O art. 2º determina que os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia serão concedidos ao cacauicultor que atender aos seguintes critérios: a) observar todas as leis ambientais e trabalhistas nacionais, estaduais e municipais; b) cultivar o cacau na modalidade agroflorestal cabruca no Bioma Mata Atlântica, para o qual será concedido o Selo Verde Cacau Cabruca, ou sob a forma de sistemas agroflorestais no Bioma Floresta Amazônica, para o qual será concedido o Selo Verde Cacau Amazônia; e c) explorar a atividade de maneira sustentável.

O art. 3º estabelece que os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia serão concedidos pelo órgão ambiental federal competente, mediante solicitação do cacauicultor.

O art. 4º trata do prazo de validade dos selos; o art. 5º fixa que as despesas decorrentes das análises e vistorias necessárias para a concessão dos selos; o art. 7º preceitua que os critérios técnicos específicos para a certificação e os procedimentos para a obtenção dos Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia serão estabelecidos em regulamento; o art. 8º determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída à análise desta Comissão, Sr. Presidente, assim como à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria.

Quanto à análise, Sr. Presidente, primeiro, cabe a esta Comissão analisar o referido projeto. Cabe também observar que a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto compete à Comissão de Agricultura.

Com relação ao mérito, a proposição promove a conservação da diversidade biológica ao valorizar o cacau produzido em sistemas agroflorestais, tanto na Mata Atlântica quanto na Floresta Amazônica.

Entretanto, o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º do projeto – que estabelecem que o órgão ambiental federal realizará a certificação, poderá credenciar instituições para avaliar os empreendimentos que pleitearem os Selos Verdes Cacau Cabruca ou Cacau Amazônia, cobrará preço público ou tarifa e renovará e cassará os selos – invade, no nosso entendimento, competência privativa do Presidente da República, conforme o que determina o art. 84 da Constituição Federal de 1988, na sua alínea "a", inciso VI.

Ainda quanto ao mérito, cabe também enfatizar que sendo o Brasil um País de dimensões continentais, a fiscalização apresenta extrema dificuldade. Atribuir a atividade de certificação aos órgãos ambientais federais, conforme previsto nos arts. 3º, 4º e 5º da proposição, sobrecarregaria essas unidades, comprometendo a eficácia da atuação.

No que respeita ao prazo de validade dos selos, estabelecido pelo art. 4º, é preferível que tal matéria fique para regulamento, a exemplo do que dispõe o art. 7º do projeto em relação aos critérios técnicos para certificação e obtenção dos selos.

Diante disso, Sr. Presidente, concluímos, pelas razões expostas, que é necessário suprimir da proposição os referidos arts. 3º, 4º e 5º.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, com a seguinte emenda: "Suprimam-se os arts. 3º, 4º e 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, renumerando-se os subsequentes."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação o relatório da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quanto ao item 15, o Senador Eduardo Amorim não está presente, mas está a caminho, mandou informar.

Nós vamos passar para o item 16, Senadora Vanessa Grazziotin, que versa sobre a mesma matéria que V. Exª acabou de relatar, de autoria do Deputado Geraldo Simões, que institui a Política de Estímulo à Cacauicultura no sistema cabruca.

O Relator, Romero Jucá, não está presente. Vou nomear V. Exª Relatora *ad hoc*, para que possa relatar esse item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2014

– Não terminativo –

Institui a Política de Estímulo à Cacauicultura no Sistema Cabruca.
Autoria: Deputado Geraldo Simões
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação
Observações:
– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

Agradecendo V. Exª, passo à leitura do relatório, que destaca que a política sugerida tem, por finalidade, a adoção do sistema cabruca como estratégia de conservação do bioma Mata Atlântica e como patrimônio paisagístico, cultural, econômico e socioambiental das regiões produtoras de cacau.

A estratégia indicada na proposta contempla a integração de ações entre Poder Público e proprietários rurais, cabendo ao Poder Público estimular economicamente a manutenção do sistema cabruca, e, de outra parte, dos produtores rurais, o que exige máxima atenção e conformidade com a legislação ambiental.

Não foram apresentadas emendas ao referido projeto.

Quanto à análise, Sr. Presidente, cabe a esta Comissão analisar o referido projeto. E é importante também destacar a adequação da matéria aos ditames constitucionais vigentes.

Adicionalmente, cabe ainda ressaltar, quanto à constitucionalidade, que não se observa, na proposta analisada, qualquer usurpação das hipóteses de iniciativa reservada constitucionalmente ao Poder Executivo, conforme a Constituição Federal.

Observa-se também que a inovação da legislação vigente por meio da proposta legislativa com força de generalidade e coercitividade, sem afastamento dos princípios gerais do Direito, atende aos requisitos de juridicidade.

Noutro aspecto, com a técnica empregada na elaboração do texto, fica assegurado o cumprimento também da Lei Complementar nº 95.

Finalmente, no que tange ao mérito, estamos tratando de uma política que alcança, somente no Estado da Bahia, mais de seis mil quilômetros quadrados, equivalentes à área de cacau cultivada sob floresta, em regime de cabruca, isto é, um sistema secular que se caracteriza pela abertura de pequenas clareiras na mata, sem provocar maiores danos aos ecossistemas.

Deve-se considerar que foi na esteira desse sistema rudimentar, mas altamente preservacionista, que riquezas foram geradas, enquanto o homem se fixava no campo sem destruir o ambiente da Mata Atlântica em que esteve inserido.

Finalmente, a crise de sustentabilidade que vivemos atualmente se reveste de importância crescente no desafio de reconciliar economia com ecologia, e a proposição em análise avança nesse sentido, sendo esta a razão maior pela qual orientamos sua aprovação.

O voto, portanto, Sr. Presidente.

Em conformidade com o exposto, o parecer elaborado pelo Senador Romero Jucá, o qual V. Exª passou a mim como Relatora *ad hoc*, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100.

Eu quero dizer que aprovamos com louvor este projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois bem, o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira já explicou o que seria a mata de cabruca, que há no sul da Bahia, na região cacaueira. Talvez através desse sistema e também da consciência dos cacauicultores se tenha preservado parte da Mata Atlântica.

E nós temos ainda pouca coisa lá na Bahia, mas preservada por essas florestas que dão sombreamento ao cacau para sua produção. Hoje a consciência é maior ainda nesse sentido, até com replantio de mudas para o sombreamento e a produção do cacau, que foi restabelecida depois que se controlou a vassoura-de-bruxa.

Portanto, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Verificando aqui que já temos nove membros da nossa Comissão de Meio Ambiente, eu sugiro, Sr. Presidente, a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Temos oito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com V. Exª, nove.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Oito comigo. O Flexa...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Flexa flechou. Eu iria sugerir que a gente partisse para os itens terminativos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passamos ao item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 2011

– Não terminativo –

Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

– Matéria apreciada pela CCT, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Não estando presente o Senador João Alberto Souza, nomeio o Senador Ataídes Oliveira para relatar *ad h*oc.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos ao relatório.

Submete-se à deliberação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, propondo instituir o sistema de pagamentos e transferências por meio de dispositivos móveis (STDM).

O projeto de lei é constituído de sete artigos.

O art. 1° define o objetivo da lei, que é regular a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços no âmbito do STDM.

O art. 2° define o que é o STDM, esclarecendo que ele será regulado pela autoridade competente e que as disposições da lei não se aplicam as operações bancárias pela internet.

O art. 3° define que a oferta de serviços de pagamentos e transferências dentro do STDM será feita por empresas constituídas unicamente para esse objetivo.

O art. 4° disciplina as características dos registros de contas individuais mantidos em nome dos usuários dos serviços do STDM. O art. 4° autoriza as instituições ofertantes de serviços de transferências e pagamentos por meio do STDM a intermediar a oferta de serviços financeiros, como crédito, aplicações financeiras e seguros.

O art. 5° determina que "todas as empresas que oferecerem o serviço de pagamentos e transferências por meio de dispositivos móveis participarão de uma câmara de compensação responsável pela compensação e liquidação das operações em tempo real e pelo credenciamento dos estabelecimentos para saques de recursos em dinheiro".

O art. 6° determina que os valores depositados nas contas para movimentação por meio de dispositivos móveis deverão ser depositados em contas e aplicações no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O art. 7° é a cláusula de vigência.

O projeto foi originalmente distribuído para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), obtendo parecer favorável do Relator, com duas emendas de redação.

Por força dos Requerimentos nºs 239, 240 e 241, de 2012, foi redistribuído para exame pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e por esta CMA, mantida decisão terminativa da CAE.

A CCT votou pela prejudicialidade do projeto, considerando especialmente a aprovação da Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Não foram apresentadas emendas adicionais no prazo regimental.

Aí vem a análise, Sr. Presidente.

Vamos ler a análise.

A Constituição Federal estabelece, no seu art. 48, VIII, que "cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações".

O projeto em análise trata-se de matérias financeiras: pagamentos e transferências.

Não há vicio de origem do PLS, já que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, conforme art. 61 da Carta Magna.

Em geral, a proposição também atende às normas de redação previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Cabem ajustes de redação, especialmente devido à repetição da numeração de um dos artigos, e à menção à "autoridade monetária competente", quando deveria ser apenas "autoridade competente". As emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE superam esse ponto.

A esta CMA, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete opinar sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, especialmente estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria das relações de mercado, das condições de concorrência e dos interesses dos consumidores.

É o caso do presente PLS, que visa a permitir o acesso a serviços financeiros básicos à parte da população brasileira que hoje está à margem do sistema financeiro, por meio da infraestrutura de telefonia celular presente em todo o País.

Além da inclusão financeira, a oferta de serviços financeiros pelo celular pode reduzir custos econômicos gerados pelo uso da moeda física, pela perda de tempo com locomoção a agências bancárias e filas de espera. Também pode fomentar a concorrência no Sistema Financeiro Nacional, como bem lembrado pelo nobre autor da proposição na justificação do PLS.

Quanto à juridicidade, entendemos que o PLS nº 635, de 2011, não é compatível com o ordenamento legal vigente. Com efeito, o desenho regulatório indutor de desenvolvimento do setor já foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 12.865, de 2013, com origem na Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013.

Essa Lei, sem dúvida, inspirada nas ideias pioneiras do ilustre autor do projeto em análise, Senador Walter Pinheiro, estabeleceu o modelo de negócios para dar segurança jurídica aos investimentos privados no setor, regulando os chamados arranjos de pagamento. Em particular, estabeleceu a criação de empresas com propósito limitado e exclusivo para a oferta desses serviços.

Também incluiu o Sistema de Pagamentos e Transferências de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis, o STDM, como um dos componentes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o SPB, como disposto no parágrafo único de seu art. 8º. Além disso, estabeleceu, como princípio aplicável ao setor, a interoperabilidade entre arranjos de pagamento distintos.

O PLS nº 635, de 2011, que precedeu à lei que hoje regula o segmento, dispõe sobre o mesmo assunto, delineando comandos para o STDM, inclusive com dispositivos com o mesmo teor.

Quanto ao mérito, temos objeção quanto à obrigatoriedade de participação das empresas em uma câmara de compensação. Na verdade, a Lei nº 12.865, de 2013, possui comando legal mais apropriado para o desenvolvimento do STDM, ao incentivar a interoperabilidade entre os arranjos.

Essa imposição não constitui condição necessária para a criação e desenvolvimento de um novo arranjo de pagamento. É o que ocorre hoje, em que as empresas inovadoras ainda atuam apenas em seus próprios sistemas.

Na verdade, o comando poderia até desincentivar o surgimento de novos ofertantes de serviços que, pelo baixo volume e escala de operação, teriam de criar estruturas, num primeiro momento, desnecessárias e até custosas, até a consolidação e ganho de escala do serviço.

Para isso, a Lei nº 12.865, de 2013, não se aplica a arranjos de pagamento cujo volume e abrangência de negócios é, ainda, incipiente e incapaz de oferecer risco ao normal funcionamento das transações de pagamento de varejo.

O voto, Sr. Presidente:

Em virtude do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação. O projeto do Senador Walter Pinheiro é meritório e era necessário e importante. Ocorre que o governo, na Medida provisória nº 615, de 17 de maio de 2013, veio e regulamentou esse assunto.

Então, só para deixar registrado que é normal e nos deixa chateados aqui, no Parlamento, o fato de em relação a várias iniciativas de parlamentares, que vêm para melhorar o sistema, o governo, além de não nos apoiar, porque as matérias não andam aqui dentro, vem, depois, edta uma medida provisória e traz aquilo que o parlamentar estava defendendo como uma ideia, como uma bandeira.

É só para deixar registrado que, embora o projeto que o Senador Walter apresentou seja uma matéria importante e meritória, o governo fez um atalho e acabou com a iniciativa do Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso se chama "grilagem", Senador. (Risos.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Exatamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, só para um detalhe: essa relatoria ad hoc me deixa um tanto quanto constrangido...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – V. Exª aceitou...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – ...agora fica difícil recusar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu quero fazer um registro: o Senador Walter Pinheiro goza de toda a nossa confiabilidade e da nossa admiração; porém, eu vejo que esse procedimento, hoje costumeiro na Casa, de nomeação de relatores ad hoc é muito complicado, porque a gente traça um voto em cima de um relatório que, na verdade, sequer havia lido ainda.

Eu sugeriria ao Presidente que, doravante, nesta douta Comissão, uma vez o relator não presente, que se se retire a matéria de pauta.

Era esta a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. Vamos observar a sugestão de V. Exª.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Verificando que há quórum para votação e como já havia sido lido aqui o relatório do Senador Aloysio Nunes...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não; com a palavra pela ordem V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, pediria que V. Exª chamasse o o item 15, que está na pauta, para que nós pudéssemos lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Antes, porém, eu vou colocar em votação, em virtude de haver quórum para deliberação, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Trata-se de um projeto do Senador Ciro Nogueira que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança.

O parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira é pela prejudicialidade.

Há quórum para votação nominal e eu quero colocar em votação.

Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Caiado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP – RO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, aprovado com...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, antes de votar, eu estou querendo saber o que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu li, Senador, mas torno a ler. É o Projeto de Lei do Senado Federal nº 306, de 2011 – eu li antes, inclusive com a presença de V. Exª –, que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança.

Foi relatado aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela prejudicialidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, aprovação por unanimidade.

Agora, a solicitação do Senador Eduardo Amorim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, por falha minha, realmente, por chegar às 9h30 na Comissão, os meus requerimentos já haviam sido solicitados por V. Exª, mas, com a minha ausência, eles foram passados. Eu pergunto a V. Exª se seria possível a votação dos itens 1, 2 e 5, dos requerimentos que foram apresentados à Comissão e estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado, nós estamos agora votando os requerimentos terminativos aqui, aproveitando o quórum de votação. Depois, nós podemos retornar aos requerimentos de V. Exª para votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Item 21.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não seria o 15, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – O 21 foi solicitado pelo Senador Blairo Maggi antes.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011

– Terminativo –

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CAE

Observações:

– Matéria apreciada pela CCJ e pela CAE, com pareceres pela aprovação do projeto com as emendas apresentadas na CCJ.

– A matéria constou na pauta do dia 14/04/2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi para apresentar o relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A proposição altera a redação do art. 16 da Lei 12.414, de 2011, para estabelecer que o banco de dados e a fonte – aqui que vem a nossa mudança – são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado, excluindo, dessa forma, a responsabilidade do consulente prevista no texto vigente.

O art. 2º determina que a lei que se originar do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Armando Monteiro, que é o autor deste projeto, destaca que, embora a Lei n° 12.414, de 2011 – que disciplina a criação do chamado "cadastro positivo" –, contribua para a redução do custo dos financiamentos, em razão de viabilizar uma análise sobre o histórico de adimplemento de pessoas naturais e jurídicas, necessita o referido diploma de uma alteração em seu art. 16, de modo a excluir a responsabilidade objetiva do consulente – a pessoa natural ou jurídica que acessa informações em bancos de dados para fins de concessão de crédito ou realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem em risco financeiro pelos danos causados ao cadastro.

Assevera o autor que o consulente faz uso das informações a que tem acesso apenas para subsidiar a sua decisão acerca da concessão ou não do crédito, motivo pelo qual a responsabilidade objetiva e solidária pelos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância das disposições legais deve se restringir ao banco de dados e à fonte.

O projeto foi aprovado pela CCJ com duas emendas, uma propondo a adequação da redação da ementa da proposição e a outra incluindo o art. 2º no projeto, com a finalidade de revogar o art. 11 da Lei nº 12.414, de 2011, que veda a anotação de informação sobre o serviço de telefonia móvel na modalidade pós-paga nos bancos de dados.

Em seguida, a proposição e as emendas da CCJ foram também aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE.

Análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, e no art. 24, inciso VIII, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, que é a normatização via edição de lei, é o adequado. Também possui o atributo da generalidade e é compatível com os princípios diretores do sistema do Direito Privado.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa.

No mérito, compartilhamos do entendimento de que o consulente não pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados ao cadastrado, tendo em vista que ele é apenas usuário da informação.

Portanto, é correta a proposição ao excluir a responsabilidade objetiva do consulente do banco de dados, restringindo-a à fonte e ao banco de dados, estes, sim, responsáveis pela anotação e fornecimento da informação que pode causar dano ao cadastrado.

Também entendemos necessária a revogação do parágrafo único do art. 11 da Lei do Cadastro Positivo, proposta pela CCJ, de modo a permitir a anotação de informação sobre serviço de telefonia móvel na modalidade pós-paga nos bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.

Ora, o cadastro positivo é a lista dos clientes que pagam em dia suas dívidas. Considerando que o serviço de telefonia móvel, notadamente na modalidade pós-paga, fornece informações relevantes sobre o comportamento do cliente perante a sua operadora, sobretudo o histórico de adimplemento, entendemos que não deve ser excluído do cadastro positivo, o que pode acarretar prejuízo aos próprios consumidores, por impossibilitar o uso de informações sobre um item relevante de seu consumo na formação do cadastro.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão. (Pausa.)

Como não há nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Vou fazer a chamada nominal para a votação do relatório.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Fora do microfone.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ivo Cassol. (Pausa.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quero pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, a Senadora Regina...

Já está em votação. Não é mais possível.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Fora do microfone.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Fora do microfone.) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi por unanimidade.

Eu questiono ao plenário...

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Fora do microfone.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Então fica prejudicada a Vanessa, que é suplente.

Então a senhora pode votar.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Questiono agora ao Plenário se posso repetir a votação para as duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e na de Assuntos Econômicos.

Aqueles Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Do próximo item 22, o Relator não está presente, é o Senador Luiz Henrique.

Nós vamos passar ao item 15, por solicitação do Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Posso ler, Sr. Presidente.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto.

– Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o relatório é o seguinte.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2013, (Projeto de Lei nº 2.593, de 2011, na origem), de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini.

O *caput* do art. 1º do PLC nº 97, de 2013, altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Emílio Einsfeld Filho, localizado em Santa Catarina, com a desafetação da área de 14,4097 hectares. Os incisos I a X do *caput* do art. 1º da proposição descrevem o memorial da delimitação alterada da RPPN e o parágrafo único do art. 1º determina que a área excluída destina-se exclusivamente para a implantação da Pequena Central Hidrelétrica Capão Alto.

O art. 2º obriga a empresa responsável pelo empreendimento e também proprietária da RPPN a compensar a área desafetada, duplicando o tamanho da área desafetada.

O art. 3º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à análise das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A CCJ deliberou pela aprovação do projeto de lei.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria na CMA.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e à conservação da natureza. Cabe observar que a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição já foi realizada pela CCJ, nos termos do art. 101, I, do RISF.

Com relação ao mérito, o PLC nº 97, de 2013, retira 14 hectares da área da reserva, atualmente de 6.328 hectares, para instalação da pequena central hidrelétrica, que deve gerar 10 megawatts de energia, e, em contrapartida, inclui outros 29 hectares de área vizinha à reserva.

O autor da proposição informa na justificação que a RPPN Emílio Einsfeld Filho, localizada no Município de Campo Belo do Sul e Capão Alto, em Santa Catarina, é de propriedade da Empresa Florestal Gateados Ltda e criada através da Portaria nº 74, de setembro de 2008. Segundo a justificação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da nota técnica 367/2011/CCUC/CGEPI/DIREP, de 07 de julho de 2011, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, através do Ofício nº 737/2011 – GP/ICMBio, se mostram favoráveis à alteração da área da RPPN e observam que a proposta do projeto se mostra tecnicamente viável, uma vez que a área da RPPN será praticamente duplicada com a reposição de aproximadamente 29,9950 hectares contíguos à reserva existente e que possuem características de conservação superiores à atualmente possuída pelo empreendimento.

Tendo em vista que o projeto obriga a empresa responsável pela RPPN a expandir a área da reserva para compensar a perda de 14 hectares decorrentes da construção da usina hidrelétrica, consideramos que a proposição deve ser aprovada.

Então, Sr. Presidente, o nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2013.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com todo respeito ao projeto, porque sei é meritório, vindo da Câmara dos Deputados com ampla discussão, com o relatório primoroso do Senador Amorim, por uma semana só eu pediria vista, para analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. V. Exª será atendido.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, vista conjunta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não. V. Exª será atendido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não.

Vista coletiva.

Vamos ao Item da pauta nº 19.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011

– Terminativo –

Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela rejeição
Observações:
– Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CAS (substitutivo).
– A matéria constou na pauta do dia 14/04/2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, cumprimento os colegas e V. Exª.

Tivemos, ainda há pouco – eu iria até pedir um tempinho para cumprimentá-lo –, o Senador Delcídio do Amaral, nosso Líder do Governo na Casa, mas ele já saiu.

Essa proposição, Sr. Presidente, registra a Resolução nº 7, de 28 de agosto de 2006, está diretamente ligada a essa Resolução, a essa matéria, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para apresentar proposta de estrutura básica para um Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO). Esse Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e composto por representantes das entidades e dos órgãos integrantes do Conmetro.

Posteriormente, foi aprovada a estrutura básica do Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo (SIMAC). O SIMAC tem o objetivo precípuo de criar uma base de dados fidedignos que disponibilize informações estatisticamente consistentes sobre acidentes de consumo, de modo a proporcionar aos diferentes atores da sociedade a tomada de decisões fundamentadas. Dessa forma, será possibilitada a identificação de produtos e serviços que ponham em risco a saúde e a segurança do consumidor, a diminuição dos riscos de danos à incolumidade física do consumidor.

É basicamente esse o tema de que se trata e entendo que a matéria fica prejudicada, apesar da boa intenção do nosso Ministro, ex-Senador Vital do Rêgo, tendo em vista que avançou muito o trato desse tema a partir da Resolução de 28 de agosto de 2006 e, mais ainda, quando foi criada a estrutura do sistema de monitoramento de acidentes de consumo.

Então, Sr. Presidente, vale ressaltar que esse trabalho resulta no aprimoramento tecnológico contínuo da qualidade e da segurança do produto nacional, a redução de gastos públicos advindos de acidente de consumo e, consequentemente, otimização da aplicação dos recursos públicos feita na prevenção desses acidentes.

Como se pretende, um sistema nacional para o controle de acidentes de consumo seria uma iniciativa digna de acolhimento, no entanto, já está em fase de implantação o sistema de informação objeto da proposição.

Eu, particularmente, entendo que a proposição está prejudicada, porque o Simac... o INMETRO já desenvolveu o Simac, no exercício da sua competência prevista no art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Eu faço essas observações também dizendo que meu parecer é pela rejeição, considerando que já está sendo organizado um sistema similar que avançou bastante, inclusive com a estrutura aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.

Também faço a seguinte observação, que deve ser ressaltada, de que em razão do nível de detalhamento que o projeto apresenta, será melhor e mais apropriado que isso seja feito na norma infralegal.

Então, o meu parecer, Sr. Presidente, é pela rejeição da proposta, tendo em vista o trabalho que o Brasil já acumula na mencionada estrutura do Simac, que foi aprovada na 54ª reunião do CONMETRO, realizada em 10 de dezembro de 2009.

Ademais, entendemos que o disciplinamento – como disse ainda há pouco – do tema deve ser feito na norma infralegal.

Diante disso, meu parecer é pela rejeição da iniciativa da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em discussão.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para dizer que eu defendo, eu penso que o Poder Legislativo não deve se omitir com relação a isso; e o projeto é meritório, na minha opinião, poque protege o consumidor. E essa também é uma Comissão de defesa do consumidor.

Eu defendo a aprovação, nos termos do substitutivo que foi aprovado pela CAS, que pela minha concepção melhorou, inclusive, o projeto, e que no seu §2º diz claramente que os órgãos públicos de defesa do consumidor expedirão, sempre que necessário e cabível, notificação aos fornecedores de produtos ou serviços, para que, sob pena de desobediência e sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, prestem informação sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos e serviços oferecidos.

Então, eu considero que o substitutivo da CAS melhorou o projeto – que na minha opinião já era meritório – e, por isso, democraticamente, vou dar o meu voto contra o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero fazer uma pergunta ao Relator, o Senador Jorge Viana, se meu entendimento está correto. Quer dizer, houve aqui uma proposição do nosso ex-colega, o Senador Vital, mas, na proposição que ele está fazendo, o Governo – ou o INMETRO – já está avançado e fazendo esse programa. Exatamente isso? Quer dizer, torna-se inócuo aprovar essa medida, já que o Governo está tomando a mesma providência, porém, com o nome diferente: um é SINAC e o outro é SIMAC, mas o resultado final e a proposição é para a mesma coisa?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria esclarecer, inclusive, concordando com as observações do Senador Reguffe, que está 100% certo, porque é meritório esse tema e é fundamental que ele aconteça.

A única observação que faço é que há uma similaridade com um trabalho que começou em 2006 e que já vem sendo feito pelo sistema que faz o monitoramento desse risco para o consumidor. Por isso, eu entendi e sigo entendendo que há a prejudicialidade da iniciativa, apesar de ela ser meritória, apesar também de ela ter sofrido modificações que melhoraram ainda mais, como bem colocou o Senador Reguffe. Nós já temos todo um trabalho feito a partir do próprio Inmetro nesse sentido. Criou-se um sistema, e nós já estamos com esse sistema numa fase bem adiantada...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Lá na frente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Lá na frente. Nós vamos voltar atrás e fazer uma lei com um nível de detalhamento, que, na minha percepção, não cabe? O nível de detalhamento que se está propondo agora vai ser acatado, mais à frente, nos regramentos infralegais que certamente ocorrerão.

Então, o meu parecer foi no sentido de procurar aproveitar a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, porque, de fato – o Senador Reguffe tem toda a razão, assim como o próprio Senador Blairo –, ela é meritória. Mas, quando se vai buscar na legislação, que é o que normalmente ocorre, há boas iniciativas, mas há a implementação desses propósitos em sistemas, em legislações que já existem, como ocorre no nosso caso com o Sinmac. Já foi aprovada a estrutura básica do Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac), que já está sendo regulamentada. E é exatamente por esse aspecto que eu fiz a opção de entender que, mesmo meritória a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, para mim ela está prejudicada.

É esse o meu parecer.

Faço questão de dizer que endosso todas as observações que o Senador Reguffe fez, porque essa também é a minha avaliação. O Brasil precisa... Nós precisamos fazer a defesa dos consumidores. Como eu disse, na leitura do meu parecer, esse trabalho garante, primeiro, proteção ao consumidor e evita despesas e gastos que ocorram com esse tema, que é da maior importância e diz diretamente respeito à saúde, à segurança do consumidor quanto a produtos e serviços colocados no mercado. No fundo, nós estamos avançando no sentido de criar um sistema de proteção ao consumidor em relação a produtos que são colocados no mercado e que precisam ter um instrumento para a defesa do consumidor, de sua saúde e de sua segurança.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Em votação.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista do projeto, porque considero que o Poder Legislativo não pode se omitir com relação a isso. Cabe ao Poder Legislativo criar um regramento com relação a esse tema; não pode simplesmente deixar que o Poder Executivo, que o Inmetro o faça. Cabe ao Poder Legislativo, sim, criar uma legislação.

Como eu seria derrotado, vou deixar passar uma semana para que os Senadores possam pensar e refletir sobre o tema democraticamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pois não, Senador Reguffe.

Será concedida vista a V. Exª do Projeto de Lei do Senado 311, de 2011.

Vista conjunta ao Senador Ronaldo Caiado.

Retornando à pauta, vamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater os seis anos da implementação da Lei da Transparência. A Lei da Transparência 131, de 27 de maio de 2009, de autoria do Senador João Capiberibe, foi sancionada pela Presidente da República e se tornou uma eficiente arma no combate à corrupção no País. A Lei obriga a União, os Estados e os Municípios a colocarem as suas contas na internet. "A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira – TCU; 2. Sr. Ministro Valdir Moyses Simão – CGU; 3. Sr. Gil Castelo Branco – Secretório Geral da Associação Contas Abertas; 4. Sr. Marcos Vinícios Furtado Coelho – Presidente da OAB Brasília; 5. Sr. ex-Ministro Carlos Ayres Britto; 6. Sr. Luiz Inácio de Lucena Adams; 7. Sr. Afonso Guilherme – Promotor do estado do Amapá; 8. Sr. Fernando Rodrigues – Jornalista UOL/Folha; 9. Sr. José Luiz das Graças – Vereador do Município de Paraíso/MG; 10. Sr. Rodrigo Janot – Procurador Geral da República.

Autoria: Senador João Capiberibe

Em votação o requerimento do nobre Senador João Capiberibe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Para discutir, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador João Capiberibe pela autoria dessa lei. Considero que foi uma das melhores coisas que aconteceu nos últimos tempos neste País, no que tange à transparência, e acho importante debatermos, neste momento, aqui, essa lei.

Agora, eu queria dizer que os governos, não só o Governo Federal, como muitos governos locais, não dão o detalhamento necessário que é preciso se dar nos Portais da Transparência. Por exemplo, aparece no Portal da Transparência quanto o Governo está gastando com remédios, mas não aparece quanto o Governo está gastando com cada remédio. Não quero saber só quanto o Governo está gastando com remédios, quero saber

quanto está gastando com cada Tylenol. É preciso detalhar esse gasto. Aparece material de limpeza, mas não aparece o sabonete, o detergente. É importante para o cidadão, para o contribuinte saber quanto o Governo está gastando por valor unitário em cada um dos produtos, e não na rubrica cheia.

Eu acho que isso seria um avanço, inclusive, protocolei nesta Casa uma proposição que exige que os diversos governos tenham que colocar nos seus Portais da Transparência o detalhamento do gasto unitário, não só saber quanto o Governo gastou com remédio, mas quanto gastou com cada Tylenol, com cada medicamento, com cada Dipirona. Não saber quanto o Governo gastou com material de limpeza, mas quanto gastou com cada sabonete, com cada detergente. Isso é importante para que o cidadão possa controlar como o dinheiro dele, cidadão, está sendo gasto pelo Poder Público.

Eu queria, mais uma vez, parabenizar o Senador João Capiberibe pela autoria dessa lei.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Quero parabenizar, também, essa iniciativa brilhante do nosso querido Senador Capiberibe. O Brasil precisa de transparência. Esse é o grande negócio. É exatamente esta falta de transparência coadunada com a impunidade que nos leva a ser o campeão mundial da corrupção.

Então, parabenizo o Senador Capiberibe e sugiro, aqui, que, por ser um número elevado de convidados, que façamos em duas audiências. Eu gostaria de incluir aqui, também, o nome do Presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guaranis, para a gente ter algumas informações sobre o problema dos gastos do Governo com a aviação no Brasil. Portanto, gostaria de incluir – e peço, portanto, a V. Exª, Senador Capiberibe, se, possível, acatar –, então, mais esse nome.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Reguffe, de fato, V. Exª tem inteira razão. Alguns entes públicos não cumprem aquilo que a lei determina.

A lei é muito clara. A lei foi construída a partir de uma experiência concreta, a partir da exposição dos gastos públicos em 2001, lá no Amapá. E o que a lei exige é exatamente o detalhamento da nota fiscal. Exige o produto adquirido, a descrição do produto, o valor unitário, o valor global, o beneficiário do pagamento. Está tudo na lei.

O problema é que há uma resistência dos entes públicos no cumprimento da lei. Nós sabemos que, no Brasil, há uma resistência. A lei é cumprida por uns e não é cumprida por outros. A elite brasileira não tem costume de cumprir a lei. Agora, o povo, se cometer um pequeno deslize, vai parar na penitenciária. Mas quem desvia bilhões, esses estão mais protegidos. Se bem que ultimamente não é bem assim. A história está começando a se modificar, por isso às vezes eu me belisco para ver se, de fato, estou no Brasil. Quando eu vejo os magnatas da construção civil na cadeia, eu me belisco mesmo. Será? No meu País eu nunca tinha imaginado que isso pudesse ocorrer.

Voltando à questão. O objetivo dessa audiência pública – e concordo que a gente aprove uma audiência pública para fazer em dois momentos, que a gente divida, que não se faça no mesmo dia, pela importância do tema – é dar um balanço geral no cumprimento. Porque, em alguns casos, nós temos o cumprimento integral da lei. Eu poderia lhe dizer, Senador Reguffe, que o valor do pano de chão comprado pela Universidade Federal de Santa Catarina é um real, porque está lá no portal da transparência.

O Governo Federal, pelo balanço de contas abertas, é o ente público que melhor cumpre a lei. O que falta? Falta controle social. Falta que a sociedade se apodere desses instrumentos. Essa informação está disponível, mas nós não temos ainda uma divulgação suficiente. Primeiro, para que o contribuinte cidadão tenha conhecimento de que existe esse instrumento que exige essa exposição. Segundo, aqueles recalcitrantes que não cumprem a lei sejam acionados pelo Ministério Público. Por isso nós convidamos alguns promotores de Justiça para que eles relatem as suas experiências como fiscais da sociedade, que exige o cumprimento da lei.

Esse é o grande objetivo, para o que peço apoio. Eu gostaria de incluir aqui que o Ministro da Fazenda e Planejamento também participe. Eu gostaria de incluir no requerimento, aí vamos fazer em dois momentos diferentes, para que o resultado seja que possamos endurecer a Lei da Transparência, porque as penas ainda são brandas. Com o endurecimento da lei, inclusive enquadrando em crime de improbidade administrativa, que é o objetivo do trabalho que estamos realizando, tenho convicção de que não vamos mais padecer dessa carência de informação.

Era isso, Sr. Presidente. Peço o apoio dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Peço a V. Exª que inclua a proposição do Senador Ataídes e também formalize à Mesa a inclusão desse novo item da pauta.

Em votação o requerimento do nobre Senador João Capiberibe.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria solicitar a compreensão dos Senadores, porque foi aprovado na reunião anterior um requerimento do Senador Ronaldo Caiado, convidando o Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT, para comparecer a uma reunião seguinte a esta.

Como o Dr. Jorge Bastos já está presente com a sua equipe, eu pediria a compreensão dos nobres Senadores, para que eu pudesse encerrar esta reunião e convocar uma próxima reunião já com a presença aqui do Sr. Jorge Bastos.

Se os Senadores concordam eu vou encerrar a reunião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu gostaria, na esteira da exposição feita por V. Exª, de pedir a compreensão de todos os colegas, pares da Comissão, já que nós estamos tratando de um assunto extremamente grave, que é exatamente o transporte do entorno de Brasília, isto tem trazido sérias complicações.

E todos esses, não só goianos, mas todos esses migrantes, que vieram aí dos mais distintos Estados do Brasil, estão tendo esta dificuldade de deslocar-se para Brasília. Para vocês terem uma ideia, chega ao percentual de 70% as pessoas que moram no entorno e trabalham aqui na Capital, Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Percebendo que há concordância dos Srs. Senadores, está encerrada a reunião.

Iniciaremos uma outra reunião dentro de dez minutos.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015, TERÇA-FEIRA, APÓS A 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Reguffe, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Jader Barbalho, Lídice da Mata e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA, destinada à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater "a situação do setor de transportes nos municípios do entorno de Brasília", em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado. Comparecem como convidados os Senhores Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e Ismael Silva, Gerente de Transporte de Passageiros Permissionado – ANTT. A Presidência concede a palavra aos convidados, pelo tempo que julgarem necessário. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador Ronaldo Caiado, que tece comentários e perguntas. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Otto Alencar,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a debater a situação do setor de transportes no Município do entorno de Brasília, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Esta reunião contará com o serviço de interatividade do Senado Federal, que permite aos cidadãos encaminhar as perguntas ou comentários aos Senadores presentes por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão poderá acessar ao Portal e-Cidadania no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania e, na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar sua participação no Mural do Cidadão.

Os comentários e perguntas sofrerão triagem, conforme definido nos termos do uso do Portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas no cumprimento das regras de respeito à urbanidade e na conexão com a finalidade do serviço oferecido ao tema ora tratado.

Cada Senador ou Senadora, assim como a sociedade, pode ver todas as participações publicadas na mesma página no Portal e-Cidadania, onde também estarão disponíveis as apresentações trazidas pelos convidados, após o encerramento dos vídeos de audiência.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone Alô Senado 0800-612211.

De imediato, passo a palavra ao nosso convidado, que está aqui a minha direita, Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Convido à mesa o Sr. Ismael Silva, que vem com o Dr. Jorge, a nosso convite, a convite do requerimento aprovado aqui do Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra o Dr. Jorge.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão; Senador Ronaldo Caiado, que fez o convite; Senador Ataídes, Vice-Presidente da Comissão; senhoras e senhores, a Agência está pronta para responder as perguntas a respeito do entorno. Acho esse debate é muito importante. Agradeço o convite para que possamos esclarecer o problema do entorno, que é muito grave.

A Agência tem se empenhado demais para tentar resolver o problema do entorno do Distrito Federal, do transporte do entorno do Distrito Federal, que é gravíssimo. Precisamos da ajuda dos Srs. Parlamentares para resolver esse problema.

Vou pedir para que o Ismael faça apresentação, para que depois possamos debater a respeito do tema.

Está bom, Senador? Pode ser dessa forma?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Pode sim.

Dr. Ismael, para fazer apresentação.

O SR. ISMAEL SILVA – Cumprimento a Mesa, Senadores e a todos os presentes. A região do entorno do Distrito Federal é composta por 19 Municípios do Estado de Goiás e tem três Municípios em Minas Gerais. Trata-se da região que possui um dos maiores índices de crescimento populacional do País.

Segundo dados do IBGE, a região do entorno do Distrito Federal apresentou uma taxa de crescimento anual cumulativo de cerca de 6% ao ano entre 1960 e 2005. Essa concentração populacional desordenada exerce uma forte pressão sobre os equipamentos sociais e urbanos – educação, saúde, saneamento, assistência social, segurança pública, habitação e, claro, transportes –, gerando problemas sociais que comprometem a qualidade de vida na região e dificultam aos menos favorecidos o exercício de sua cidadania.

A segurança pública é um dos maiores problemas na região, que hoje possui dois Municípios, Águas Lindas e Luziânia, entre os dez considerados mais violentos do País. Os altos índices de criminalidade são consequência de estruturas urbanas deficientes, da baixa oferta de benefícios sociais e do alto índice de desemprego.

A ausência de uma política pública integrada para o transporte de passageiros dessa região, que se encontra sob a influência e a alçada da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, restringe a atuação da ANTT na solução dessa questão, deixando-a limitada à ineficaz, pouco atrativa e obsoleta solução do transporte rodoviário de passageiro por meio de permissões federais.

A atuação do Legislativo na construção de um arcabouço legal que contemple e acomode a multiplicidade das facetas políticas, econômicas e sociais da Ride é de suma importância para o equacionamento dos problemas locais, dentre os quais o da mobilidade urbana e semiurbana.

O serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros, é exatamente a esse transporte que nós nos referimos no início, é um transporte que tem características de transporte urbano. O motivo das viagens é exatamente o deslocamento todos os dias para trabalho e para estudo, porque o entorno do Distrito Federal não possui toda a infraestrutura de que necessitam as pessoas que ali moram. Por consequência, elas precisam dessa infraestrutura do Distrito Federal, pois têm que se deslocar para cá todos os dias.

Esse deslocamento acontece mais por necessidade de trabalho. E, em função dessa necessidade de trabalho, essas pessoas têm que todos os dias vir para Brasília. Esse transporte torna-se ineficiente economicamente. Por quê? Porque a grande massa dessas pessoas vêm para trabalhar e, depois, só voltam. E, aí, o empresário que possa vir a pretender entrar nesse mercado tem uma dificuldade porque, ao longo do dia, no entanto, não há viabilidade econômica para esse transporte. E, em função dessa falta de viabilidade econômica, é que nós temos toda a dificuldade.

Fora isso, os senhores vão ver no eslaide que nós também temos problemas com relação a não termos corredores exclusivos para esse transporte. Isso faz com que, por causa do trânsito do entorno do Distrito Federal, que está aumentando a cada dia, cada vez mais essas pessoas gastem mais tempo no deslocamento de suas casas para o trabalho aqui.

Para os senhores terem uma ideia, hoje o transporte do Distrito Federal, o pico dele é 4 horas da manhã. Começa às 4 horas da manhã o pico desse transporte e vai até as 7 horas da manhã, sendo que o transporte de 4 horas da manhã é mais... A pessoa consegue chegar no horário mais adequado para o trabalho. Uma pessoa que sai já às 6 horas da manhã já vai ter problemas com esse deslocamento por conta do trânsito. Então, em função de não haver corredores exclusivos, isso se torna mais complicado ainda porque todo o trânsito está envolvendo também o transporte público. Portanto, nós temos todos esses problemas elencados.

Nós temos uma licitação que está em curso. Dois desses lotes foram homologados pela ANTT, que se referem ao eixo Águas Lindas de Goiás e um pedaço do Eixo Sul, enquanto que, em dois outros lotes, nós estamos sem proponentes e estamos revendo como vamos recolocar esses lotes de novo no mercado, porque não houve interessados. Os empresários não se interessaram por esse transporte.

Então, nós temos toda esta questão que precisa ser feita entre Goiás, Minas e o DF, no que diz respeito a esse transporte, um convênio. Algo precisa ser feito. Realmente, esses entes precisam sentar e fazer um convênio para viabilizar esse transporte.

É isso, senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Quer fazer alguma exposição a mais, Dr. Jorge Bastos?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Pois não.

A apresentação está simples aqui para falar sobre os problemas que estamos enfrentando hoje, Senador.

A respeito da licitação.

Quanto à licitação, em dois lotes, nós tivemos vencedores. Foram propostas em que houve um único interessado. O grande problema desse transporte é que ele tem características de transporte urbano, e nós o tratamos como um transporte semiurbano. A Agência não tem condições de administrar um transporte urbano: vale-transporte, gratuidade para idoso. Em tudo isso eles não são contemplados. O vale-transporte quem vende é a própria empresa; nós não temos uma câmara de compensação; a Agência não tem essa autonomia para poder dar isenção de ICMS no combustível.

Então, nós tratamos de um transporte com características diferentes. O transporte no Distrito Federal tem várias isenções. Há 9 anos não se tem aumento na tarifa do Distrito Federal. Então, você fica em uma condição muito desigual de tratamento. O grande problema do transporte do entorno é esse. Portanto, com a ajuda dos senhores, o que nós precisamos fazer é um consórcio que agregue tanto o Governo do Distrito Federal como o Governo de Goiás e as prefeituras do entorno.

Com o agravamento das condições, o que aconteceu com esse transporte? Ao longo dos anos, esse transporte era para ser feito de ponto a ponto, de uma rodoviária da cidade do entorno para a rodoviária de Brasília. Como as cidades do entorno não tem um transporte público, quem faz esse transporte para as cidades do entorno é o transporte semiurbano. Os ônibus que teriam de sair na condição de um ponto, eles rodam as cidades do entorno para buscar os passageiros. Isso encarece mais o transporte, a condição das cidades, em termos de vias, é péssima, e os ônibus acabam se deteriorando por causa dessas condições. Então, é um conjunto de fatores que leva o transporte a estar hoje da maneira como está.

A solução que nós precisamos enfrentar, já há algum tempo, é esse grande consórcio envolvendo o Governo do Distrito Federal, o Governo do Estado de Goiás e as prefeituras. Temos tentado várias vezes, já fizemos n reuniões e as coisas, infelizmente, não andam. Se nós tivéssemos isenções como têm o Governo de Goiás e o Governo do Distrito Federal, esse transporte melhoraria muito. Precisamos fazer, dentro deste horário que o Ismael falou, de 4 horas às 7 horas da manhã, um corredor exclusivo. É um absurdo! É desumano um trabalhador ficar oito horas por dia dentro de um ônibus.

Então, infelizmente, nós estamos de mãos atadas para resolver esse problema, Senador. Por mais que tentemos fazer de tudo, nós temos essa grande dificuldade.

Eu queria esclarecer ao senhor e dizer que estamos dispostos. Para mim, essa é uma condição prioritária para a ANTT resolver, e conto com a ajuda dos senhores. Estou aqui à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente Jorge Bastos.

Antes de passar a palavra ao requerente deste convite, Senador Ronaldo Caiado, eu quero ratificar que o Presidente Otto, logo no início desta reunião, disse que esta reunião está sendo acompanhada pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pela interatividade com os nossos ouvintes e telespectadores.

Aqui tenho três perguntas. Permite-me só fazer as três perguntas, Senador Caiado?

Alisson Bruno Dias, aqui do Distrito Federal, Sr. Presidente Jorge Bastos, coloca aqui o seguinte: "O transporte público do Distrito Federal sempre foi vergonhoso. É necessário fazer uma licitação para que empresas sérias atuem na região. O Governo precisa exigir um serviço melhor e punir as prestadoras quando houver ineficiência e desrespeito ao cidadão, como atrasos frequentes."

Também Rodrigo Souza, aqui do Distrito Federal, coloca que diversas vezes já foi mencionado que poderia ser usada a linha férrea que passa pelo entorno Sul para o transporte de pessoas, mas essa ideia nunca avança. Isso poderia ajudar muito.

Por derradeiro, Catarine Dias. Ela diz: "Esse transporte do entorno do Distrito Federal é muito precário, causa muitos transtornos aos moradores. Falta qualidade, pontualidade."

Eu vou passar ao Presidente Jorge Bastos, mas, antes, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª pudesse conceder a palavra, por um prazo de cinco minutos apenas, às lideranças que vieram de alguns Municípios do entorno de Brasília, para que eles também pudessem expor a situação com que eles estão convivendo. É aquilo que o Dr. Jorge acaba de citar, que é algo que vem se arrastando, no decorrer desses últimos anos, sem nenhuma solução sendo dada. Ou seja, nós já tivemos a lei que cria a Ride (Região Integrada de Desenvolvimento), nós já tivemos a regulamentação da Ride, e esse assunto especificamente do transporte vem sendo a cada dia procrastinado. A situação não é só desumana, é algo que mostra a total ausência do Estado.

Nós sabemos que, nessas regiões do entorno de Brasília, nós temos uma estrutura, pode-se dizer, quase que mafiosa, que controla a estrutura de deslocamentos internos entre os bairros da mesma cidade, como também na área da segurança, na área do transporte, no abastecimento de água.

É uma região que precisa ser olhada com outra atenção por um fato. Eu tenho tentando sensibilizar os meus colegas Senadores e Senadoras de que não existe nenhuma situação semelhante no País, ou seja, é a única capital – lógico, é o Distrito Federal, não pode ter em outro lugar. Ele está, graças a uma luta nossa de goianos, instalado no nosso Estado de Goiás –, mas isso criou uma expectativa da migração para esta região em busca de uma melhor qualidade de vida. Então, nós aglutinamos no entorno pessoas que vieram de todos os Estados da Federação. E nós os recebemos muito bem. Sempre é característica do goiano acolher a todos que aqui chegam.

Ora, Sr. Presidente, uma capital de um Estado tem a sua região metropolitana. É um problema do Estado, caberá a ele. À capital do meu Estado de Goiás caberá discutir o problema com os seus Municípios limítrofes, assim como à cidade de Salvador, como à cidade do Rio de Janeiro, enfim, em cada capital o governador e o prefeito da capital sentam e decidem sobre esse assunto.

Então, nós estamos diante de uma situação que o Dr. Jorge acabou de relatar. Nós temos uma situação que é a União, lógico que é o Distrito Federal, e, daí há pouco, nós temos o Governador do Estado de Goiás, os prefeitos dos Municípios, dos 19 Municípios, o Governador de Minas Gerais e os prefeitos dos três Municípios de Minas Gerais. Ora, isso não dá acordo nunca. Vamos ser realistas; nós precisamos parar de ficar enganando as pessoas, de ficar mentindo para as pessoas. Isso é algo impossível de ser conciliado. Por quê? O Governador do seu Estado tem interesse, principalmente de Goiás, que tem 19 Municípios – nós temos o segundo maior colégio eleitoral de Goiás, fora Goiânia e o entorno. E a região metropolitana que é o segundo maior colégio eleitoral do Estado de Goiás é exatamente a região do entorno de Brasília –, e essas pessoas são vitimadas dessa demagogia eterna, na esperança de que amanhã eles terão uma perspectiva de um melhor transporte e também uma perspectiva de melhor segurança pública ou de qualidade de vida como V. Sªs aqui colocaram muito bem.

Então, se nós estamos hoje na condição de Senadores da República, e cabe a nós, como goiano que sou, representar o meu Estado, o ente federado Goiás, eu preciso ter o apoio de vários colegas para que possamos avançar em normas que nós possamos alterar a Constituição brasileira. Da maneira como está, é inviável. A União repassa para o Distrito Federal bilhões de reais a fundo perdido para que o Distrito Federal possa se ocupar da segurança, da saúde da população e também do transporte, mantida por um fundo que é a fundo perdido. Se não me engano, chega a R$19 bilhões o repasse da União para os cofres do Distrito Federal. Esse dinheiro não é cobrado do Distrito Federal; ele é repassado para que o Distrito Federal dê todo esse apoio a essas áreas.

Ora, ao que nós estamos assistindo? Sessenta e seis, vírgula nove dos usuários do semiurbano destinam-se para o Distrito Federal; 30% para o Plano Piloto, aqui, especificamente aqui – 30% daqueles 32 milhões que V. Sª colocou aqui, na projeção – e 70% para toda essa região do Distrito Federal; ou seja, 30% para o Plano

Piloto, Sudoeste e Cruzeiro e 70% para as outras áreas do Distrito Federal. Então, essa é a realidade que essas pessoas vivem, todo dia, às 4 horas da manhã.

Então, eu solicitei ao Dr. Jorge que nos encaminhasse algo, não só esse mapeamento que foi feito pela ANTT, da realidade e a situação desumana com que essas pessoas convivem hoje e são obrigadas a se manter, para que a gente possa também mostrar duas situações que nós precisamos debater nesta Casa. O Distrito Federal é um ente federado com o objetivo de poder ter uma estrutura administrativa do poder, ou o Distrito Federal foi criado para uma competição desigual e desleal com os entes federados limítrofes? Porque, se nós formos competir os benefícios que existem aqui, nenhum Estado vai conseguir.

Vejamos o fato que o próprio Dr. Jorge cita: há quantos anos não se tem reajuste da...?

(Intervenção fora do microfone.)

Há 9 anos não se tem o reajuste da passagem no Distrito Federal. Qual é outro Estado que suporta isso? Nenhum. Qual é a empresa – V. Exª, Sr. Presidente, conhece bem da matéria – que sobrevive 9 anos sem reajuste na sua tarifa? É lógico que Brasília tem uma estrutura de subsidiar o diesel, de isentar sobre outros tributos. Por quê? Porque esse fato não vai atingir a economia e, muito menos, a sua capacidade administrativa. No entanto, quantos Municípios no Estado de Goiás não têm essa capacidade da contrapartida? Nós temos aqui as licitações que estão abertas e que não existem empresas interessadas porque as que atuaram nessa região estão todas sucateadas, quebradas e falidas; só sobrevivem as empresas de Brasília; as empresas de Goiás, nenhuma funciona.

Então, Sr. Presidente, eu fiz questão – e tive aí o gesto também extremamente solidário do Sr. Ministro do Transporte, que esteve em meu gabinete com a presença, também, do Dr. Jorge Luiz, que se propuseram estar aqui para este debate – de mostrar que o ponto principal é que nós estamos cansados de "enxugar gelo", nós estamos cansados de sermos "empurrados com a barriga". Esta tese de que: "Olha, vai se fazer mais isso, vai se construir um consórcio", isso tudo, é uma situação que a população do entorno... Se algum político for lá fazer esse discurso, ele não termina ele, tamanha a irritação do povo lá com essa situação do transporte e da segurança pública.

Então, é fundamental que, ao fazermos esta audiência pública aqui, nós possamos, aí, sim, com a nossa assessoria jurídica, com todas as cabeças pensantes desta Casa – que tem, indiscutivelmente, pessoas capazes –, elaborar algo que fosse compatível para podermos chegar a um atendimento para essa região.

O Distrito Federal recebe o FCO, parte dele, quase igual ao do Estado de Goiás e de Mato Grosso – o Distrito Federal não foi criado para essa disputa competitiva. O Distrito Federal tem o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do País. O Distrito Federal tem o maior PIB *per capita* do País. Ora, Sr. Presidente, e nós estamos convivendo, aqui, nas áreas limítrofes do Distrito Federal, com o menor IDH do País. Nós não temos uma indústria instalada na região para poder absorver a mão de obra. Essas pessoas não estão às 4 horas da manhã para deslocar para cá porque querem: é porque não tem outra maneira de sobreviverem. Essas pessoas não têm empregos nem perspectivas nas suas cidades. A única alternativa que absorve é, exatamente, o Distrito Federal.

Com isso, Sr. Presidente, eu quero ponderar e pedir a V. Exª, que tem influência junto aos demais pares, que nos auxilie para que, com a nossa assessoria jurídica e técnica do Senado Federal, possamos mostrar que aquilo que a Ride propôs, ela, realmente, não cumpriu. Aquilo que foi aqui explicitado em forma de projeto de lei e de normatização da Ride – projeto de lei é desde 1998: a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 –, a regulamentação da Ride, vem no Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011. De tudo aqui que foi exposto, no papel está uma maravilha! Resolvendo problema de ocupação de solo, de transporte, de meio ambiente, de recursos hídricos, de saúde, de educação, de produção agropecuária, de habitação popular, serviços de telecomunicação, turismo, segurança pública, tudo isso está aqui muito bem relatado. Mas isso aqui é uma ficção, mais uma das ficções que nós temos.

Ora, para concluir este relato, eu sei que a ANTT não tem esse poder, porque a ANTT é uma Agência Nacional de Transporte Terrestre, que tem que tratar de uma ação que seria entre o Estado de Goiás e o Estado do Tocantins. Então, ela vai decidir as regras com que aquele transporte vai ocorrer. Tudo bem. Então, haverá a parte entre Goiás e Minas Gerais. Tudo bem.

Agora, de repente, nós estamos no entorno de Brasília: há a parte urbana do Distrito Federal e há a parte urbana do Estado de Goiás. Então, como nós... Porque é inédito. Se nós falássemos: em todas as capitais nós convivemos com isso, eu não estaria aqui, Sr. Presidente. Esse seria um problema disseminado em 26 Estados da Federação e eu não estaria discutindo esse assunto.

Agora, esse fato é inédito. Não existe outro fato igual à situação de Brasília. E é com essa situação que nós temos que entender que a legislação não pode ser essa. Quando a União repassa o dinheiro para o Dis-

trito Federal, ela não está ingerindo na gestão do Distrito Federal, ela respeita a soberania do Distrito Federal. Ora, mas por que Goiás, que alimenta 70% da mão de obra da capital, tem que ser tratado em uma condição sub-humana? Como disse o Dr. Jorge Luiz: oito horas por dia num ônibus não é similar a... Qualquer trabalho desse não teria sido rotulado de trabalho escravo?

Então, quando é por parte do Governo, vista grossa. Quando é qualquer empresa privada, o cidadão é totalmente exposto nacionalmente e rotulado de escravocrata. Quando é o público, não. Convive-se, deixa-se acontecer e cada um que tem tomar as suas providências, em um país onde se paga 36% em formas de tributos do PIB nacional para o Governo Federal e se tem o pior serviço prestado no mundo.

Então, Sr. Presidente, eu acredito que, dentro desse relato feito pela ANTT – eu sou muito objetivo como cirurgião e médico que sou –, não adianta – lógico que vou pedir aqui ao Presidente que faça a concessão para que cada Município possa ter cinco minutos da fala – nós pressionarmos a ANTT, se ela vai dizer tranquilamente: "Eu me ocupo de um transporte que puder se deslocar de um ponto do Estado ao ponto do Distrito Federal."

Agora, essa não é a solução para nós. Ou essa região, como um todo, será encampada pela União e, então, a União poderá assumir uma posição não só orçamentária, mas também de gestão sobre esse órgão... Porque se nós deixarmos, na vaidade, quem está no Governo Federal, essa situação jamais chegará, porque envolve o interesse, exatamente, de manipular 600 – o último dado não é esse –, 800 mil votos numa eleição. E é a região que é utilizada em Goiás como um tipo de curral eleitoral, porque são as pessoas mais carentes que aqui vivem. Então, o Governo se utiliza dessa fragilidade do cidadão para poder, no período eleitoral, desestabilizar o resultado de uma campanha.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que possamos ter, junto aos Ministros do Governo Federal e também junto à Presidente, um projeto que possa ser aprovado na Casa para resolver o assunto específico dessa região.

Ou, então, que deem a esses Municípios a condição de criar indústrias competitivas e com os mesmos subsídios do Distrito Federal. Aí, sim, essas cidades não serão mais cidades-dormitórios; serão cidades com a vida própria e com a economia própria.

Mas, se Brasília, que tem um fundo perdido de bilhões de reais por ano e que, de repente, tem também incentivos fiscais para construir aqui indústrias e desenvolver uma competitividade com os Estados limítrofes, não tem como sobreviver, é um problema que não é mais de Goiás, nem de Minas, nem de Brasília. O problema é da União, porque foi quem criou esse quadro todo. Em qualquer lugar que se instalar o poder, as pessoas vão migrar para lá para ter a oportunidade de emprego – Brasília não é única e exclusiva; toda capital de qualquer País tem a maior renda *per capita* e o melhor PIB, porque possuem os melhores salários. Mas e as pessoas que são carentes, em vários Estados do Brasil, vão migrar para onde?

O crescimento colocado pelo Dr. Ismael foi de 6% ao ano desde 1990. Joguem isso num Município e vejam a convivência que existe lá entre as pessoas que lá habitam. Nós que conhecemos bem aquilo, Dr. Ismael, sabemos que o jovem hoje está consumindo *crack* na cara de todo mundo. O cidadão hoje simplesmente fica trancafiando dentro do seu comércio, porque não tem como mais reagir àquilo que está acontecendo.

E eu pergunto, Sr. Presidente, por que, no trabalho que foi feito nacionalmente, para poder pacificar as favelas do Rio de Janeiro, lá o Governo Federal concedeu grande parte do Exército brasileiro, para que lá se ocupassem daquelas áreas? Aquelas áreas ficaram sob a tutela do Exército. Tive a oportunidade de conversar com o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e ele me disse: "Aquelas regiões, Caiado, transferimos 100% da responsabilidade para o Exército."

Está-se criando algum problema na autonomia e a na soberania do Distrito Federal? Pelo contrário, está melhorando a qualidade de vida das pessoas que ali vivem. Entretanto, em Goiás, que não tem há mais de 20 anos concurso para policial, cujo efetivo hoje é menor do que há 20 anos, e ainda com esse ajeitamento que o Supremo acaba de derrubar do Simve (Serviço de Interesse Militar Voluntário Especial), que mostra que mais de 2.400 simvistas serão retirados das ruas no meu Estado...

Ora, se não conseguem fazer hoje a segurança nem da capital, com é que vão querer fazer a segurança do entorno de Brasília? Por que não transferirmos para o Exército a responsabilidade de toda essa região, ocupando-os da segurança pública? Qual dificuldade que temos aqui do lado da Capital Federal? Isso estaria diminuindo o meu Estado? Estaria sendo uma ingerência da União na soberania do Estado de Goiás? Deixar o cidadão sair às 4 horas da manhã para chegar aqui às 8 horas – são oito horas por dia dentro do ônibus! –, deixar o cidadão ver a sua família sendo destruída pelo *crack*, assaltada, assassinada é soberania?

Então, essas serão as medidas sobre as quais, a partir de agora – logicamente com o apoiamento da parte técnica do Senado Federal –, vou-me debruçar, para apresentar mudanças. E aí, sim, daremos exatamente à ANTT a condição amanhã, configurada essa região como uma reunião *sui generis* no País, de ter o total controle, para que não haja a tutela da vontade ou do humor do governante de plantão em cada Estado, para se

interferir numa situação que é totalmente ilógica e irreal que é esta que estamos vivendo: as empresas de Goiás quebram todas; as empresas de Brasília vivem! (*Risos.*)

É uma situação econômica que quem vai querer? Qual é o empresário que vai querer ser empresário hoje em Águas Lindas, Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama, seja lá em qual cidade for? Nenhum.

Então, agradeço a presença dos senhores representantes da ANTT. É mais uma oportunidade para convalidar o que todos nós sabíamos, mas numa audiência pública.

E isso está sendo colocado, não adianta mais eu estar aqui pedindo a quem não tem como resolver o problema do transporte urbano do Estado de Goiás. Isso caberá exatamente a uma sensibilização dos Senadores e dos Deputados para que, acredito eu – a nossa assessoria ainda não me deu o resultado final, e acredito ser apenas por emenda à Constituição –, possamos trazer ou vislumbrar uma regulamentação dessa área nessas regiões.

Sr. Presidente, agradeço o espaço que me foi concedido; ao Dr. Jorge Luiz, que também sempre tem se colocado à disposição e nos mandou aqui uma radiografia dessa situação caótica que é o entorno de Brasília; e também ao Dr. Ismael, pela exposição que foi feita, confirmando todos os dados. Ou seja, 32 milhões de goianos – falo assim porque estão aqui no território do Estado de Goiás – deslocam-se anualmente para o Distrito Federal. Então, é algo que precisa ser revisto e não pode ser, simplesmente, encerrado em uma audiência pública como esta.

Muito obrigado.

Eu gostaria que V. Exª, se puder, concedesse cinco minutos apenas para a fala das lideranças que estão aqui de alguns Municípios – são poucas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Ronaldo Caiado, primeiro, quero parabenizá-lo neste momento – um pouco atrasado – por essa iniciativa. Vejo que esta audiência não será inócua; ela será de grande valia. Posso dizer isso porque conheço um pouco o Dr. Jorge Luiz Bastos, que já nos atendeu no passado, e o problema do transporte do entorno é de longa data. Porque sou um tocantinense goiano, ou um goiano tocantinense, e há mais de 20 anos eu acompanho também esse problema. E o Dr. Jorge conhece não só a rede viária do entorno, mas do Brasil todo. Também tenho a certeza e a informação do privilégio de que o Dr. Jorge Bastos goza diante do Governo Federal e até do Distrito Federal. Então, eu vejo que será realmente de grande valia esta nossa reunião.

V. Exª, Senador Ronaldo, colocou que falar com Ministro, um projeto de lei... O nosso Governador aqui do Distrito Federal, nosso companheiro aqui do Senado, hoje Governador, Rodrigo Rollemberg... Acho que essa audiência depois será de muita importância também. E o Dr. Jorge Bastos, eu não tenho dúvida de que ele vai levar, daqui dos nossos prefeitos, essas reclamações e de que nós podemos ter resultado.

Agradeço também a presença dos nossos queridos prefeitos aqui do entorno.

E, conforme consta do requerimento de V. Exª, Senador Ronaldo, já se previa a vinda dos nossos prefeitos. Portanto, concedo os cinco minutos que V. Exª solicitou a cada prefeito. A partir deste momento, então, pela ordem, os nossos prefeitos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Sr. Divino Ramos, que é Secretário no Município de Formosa, pudesse fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, então, o Prefeito Divino.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Secretário, perdão.

O SR. DIVINO RAMOS – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado, meu conterrâneo; obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar a todos aqui, em nome do Prefeito Itamar Barreto, da cidade de Formosa, que estou aqui representando.

Quero dizer que Formosa, Senador Ronaldo, o senhor, mais do que ninguém aqui neste plenário, conhece a realidade da nossa cidade. Por várias vezes, já tive oportunidade de participar de alguns eventos com o senhor na minha cidade e sei do carinho que o senhor tem pela cidade de Formosa. E eu gostaria de dizer, neste momento, que Formosa faz parte hoje, Sr. Presidente, do grupo dos G-100, que são os cem Municípios com maior dificuldade socioeconômica do País.

Formosa faz parte desse grupo. Por aí dá para entender que é um Município realmente carente, de pessoas carentes, um Município pobre, que não tem emprego para os os seus moradores. Com isso, Formosa tornou-se, ao longo do tempo, uma cidade-dormitório do Distrito Federal. Essa é a grande realidade e é a realidade dos demais Municípios que compõem o entorno do DF. Tenho certeza disso, porque eu acompanho, ao longo do tempo, a realidade de Luziânia, Águas Lindas e demais Municípios. Nós, em Formosa, sofremos muito com isso, Sr. Presidente.

Esta é uma oportunidade que o Senador Ronaldo Caiado nos dá de vir aqui ao Senado pedir, conclamar ajuda ao Presidente Jorge, da ANTT, e a toda a sua assessoria, para que possamos, juntos, achar uma forma de resolver ou, pelo menos, minimizar o sofrimento dos usuários do transporte coletivo de Formosa e dos demais Municípios, até o Distrito Federal.

Na minha avaliação, Senador Caiado, o senhor não precisa fazer mais nada para o nosso Estado se o senhor conseguir resolver o problema do entorno do Distrito Federal, o problema do transporte coletivo. É um clamor do nosso povo.

Eu não aguento mais, Sr. Presidente, eu não aguento mais, Senador, abrir a minha página no Facebook e receber denúncias e mais denúncias quanto ao péssimo serviço prestado pela empresa de ônibus que faz o transporte de Formosa até o Distrito Federal. Ônibus caindo aos pedaços, sem nenhuma estrutura.

Eu não vou engolir essa colocação do Presidente – me perdoe, Presidente –, falar que um corredor de ônibus seria uma alternativa e que o Governo Federal, hoje, não tem condição de resolver esse problema. É, sim, um problema do Governo Federal. O Senador disse muito bem. Os moradores de Formosa não vêm ao Distrito Federal para brincar ou passear. Eles vêm buscar o sustento para a sua família. É inadmissível permitirmos, nós, pessoas públicas da nossa cidade, que o usuário do serviço de transporte público pegue um ônibus às quatro horas da manhã e chegue ao seu trabalho às 8 horas. Isso é inadmissível! São pais de família que chegam à casa, às vezes, às 10 horas, às 11 horas da noite, ficam com sua família apenas 4 ou 5 horas no seu leito para dormir e já têm que pegar o seu ônibus de volta.

Com isso, Sr. Presidente – já encerro –, estamos colocando várias e várias vidas em risco, com as pessoas deslocando-se nos seus próprios carros, realizando um transporte que entendo como transporte clandestino, fazendo lotações nos seus veículos. Para diminuir o custo do combustível que ele gasta, ele pega três ou quatro passageiros como transporte clandestino. Se acontece um acidente na estrada, ele é responsabilizado pela Justiça. E com razão. Mas não há alternativa para nossos usuários, hoje, a não ser fazer isso, porque a empresa Anapolina não coloca à disposição número suficiente de ônibus e, muito menos, um ônibus de qualidade para valer o seus R$15,70 de passagem de Formosa até Brasília.

Então venho, junto com o senhor, Senador, colocar Formosa nessa luta, nessa briga, e dizer que o Prefeito Itamar Barreto está preparado para conversar com o senhor e com os demais Senadores que se interessarem pela causa.

Eu gostaria muito de uma audiência com o senhor, no gabinete, para que pudéssemos tratar melhor desse assunto. Encerro aqui dizendo novamente: o senhor não precisa fazer mais nada para o nosso Estado, como Senador, se o senhor resolver o problema do transporte coletivo do entorno de Brasília.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Cumprimento-o pela sua fala, Sr. Divino. E quero cumprimentar aqui, Senador Caiado, esse ícone da nossa política goiana, o Barbosa Neto, de longa data. Acompanhei o seu trabalho ao longo dos anos. Muito obrigado pela sua presença aqui conosco. Com a palavra, Senador Ronaldo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É verdade. A presença do ex-colega, do ex-Deputado Barbosa Neto, que hoje está fazendo parte aqui do Governo, na área específica do transporte. Tomei conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Não, desculpa: das entidades transportadoras privadas.

Sr. Presidente, nós estamos diante de um fato e, diante da exposição que já foi feita, diante das falas que já foram feitas, há um vereador da Cidade Ocidental que eu gostaria que usasse a palavra. Eu quero, sabedor de que nós vamos para o enfrentamento dessa discussão, desse tema que precisa ser votado aqui no Senado Federal, buscar cada vez mais subsídios de todas essas autoridades que conhecem a matéria, para que possamos deixar esse lado das audiências e partir para o lado da prática real, do que pode trazer resultado para a população do meu Estado de Goiás.

Como tal, eu gostaria de passar a palavra ao Vereador, se V. Exª conceder, da Cidade Ocidental e, logo após, Sr. Presidente, eu pediria que nós realmente pudéssemos encerrar a reunião, já que nós temos também hoje temas outros e o horário já exige de nós a presença na discussão da, especificamente, Comissão da Petrobras.

Como tal, eu agradeço aí a disposição de todos, o carinho que recebi do Ministro dos Transportes como também de toda a Diretoria da ANTT e de V. Exª, presidindo a reunião, como colocou muito bem, um goiano tocantinense que tem aí as amarras muito fortes com o nosso querido Estado de Goiás.

Essas são as minhas palavras de agradecimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador.

Só para recapitular. Senador Caiado, nós também temos um problema muito grave: Tocantins e Goiás, a nossa famosa 153, uma das rodovias que mais mata neste País. No ano passado – não me lembro bem –, com a presença do Presidente Jorge Bastos, ocorreu o leilão, parece-me no primeiro trimestre, em que a vencedora foi a Galvão Engenharia, com um deságio de quase 46% – não é? –, mas, lamentavelmente, diante do quadro da Petrobras, essa rodovia tão útil, que liga Norte e parte do Nordeste ao Brasil, está lá em situação extremamente precária. Eu sou o Relator da Medida Provisória 663, por meio da qual o Tesouro vai designar mais R$50 bilhões para o BNDES, um dos financiadores dessa concessão. No meu relatório, desejo colocar que o BNDES mantenha aquele compromisso com essa empresa vencedora, que é muito importante para a nossa 153.

Então, concedo a palavra ao Vereador. O nome do Vereador?

O SR. FÁBIO CORRÊA – Fábio Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD – BA) – Com a palavra, Vereador.

O SR. FÁBIO CORRÊA – Sr. Presidente, bom dia. Dr. Jorge Luiz, bom dia. Ismael, bom dia. Bom dia, Senador Ronaldo Caiado.

É com muita satisfação que venho aqui falar pela Cidade Ocidental e cumprimentar aqui também o nosso Presidente José Divino, que está presente. Sou Vereador junto com ele, com muita satisfação.

A gente fica triste, Sr. Jorge e Sr. Ismael, quando a gente começa imaginar que ainda continuamos a ser o terra do nem: nem de Goiás nem de Brasília. E aí, como o senhor falou, as dificuldades são grandes. Talvez, a gente não dê conta de resolver tudo, mas fico triste quando eu mando um requerimento, como Vereador, para o seu gabinete e o senhor me responde que já está ali estudando aquelas novas linhas, mas não tem ninguém que apareceu nem para concorrer para levar um ônibus. E aí eu fico triste como Vereador, porque todo mundo fala: o que o senhor faz? Eu falo: eu faço isso aqui, como deixei para o nobre Senador, um requerimento. Em alguns bairros nossos, as pessoas têm que sair até cinco quilômetros, pegar uma lotação, ir até a uma GO para pegar um ônibus e vir para Brasília. É um sacrifício que o senhor não imagina o quanto que é difícil.

Então, eu gostaria de lembrar ao senhor que, de repente, dá para a gente começar alguns atos emergenciais.

A Cidade Ocidental, de repente, perdeu a Anapolina. Perdeu lá a sua exclusividade, o monopólio. Mas parece que ia voltar agora com 31 ônibus e atenderia a alguns bairros, que seriam São Mateus, Dom Bosco descendo pelo Mesquita, Jardim Edite e ABC.

Eu gostaria que o senhor fizesse isso o mais rápido possível e gostaria que isso constasse em ata, porque esses bairros já não aguentam mais. Eu gostaria que o senhor tomasse providências para que esses bairros pudessem já começar na Anapolina. Já era para ter acontecido de a Anapolina rodar, não rodou. Eu gostaria que o senhor se empenhasse um pouquinho para que ela pudesse, o mais rápido possível, rodar.

Eu gostaria, Senador, de lembrar ao senhor o seguinte: de repente o Brasil é o país das desigualdades. Quando falamos que temos que nos debruçar e fazer uma nova lei para resolver um problema que é singular no Brasil, como a região metropolitana de Brasília, de repente estamos também estimulando uma coisa interessante. O senhor imagine quantos ônibus se quebram pela estrada, porque nem têm como rodar, o custo da passagem é maior do que ele está cobrando. Ele quebra. Mas o clandestino, não, Senador. O clandestino leva qualquer um. Ele carrega num ônibus que já não anda em lugar algum, mas anda no entorno de Brasília e vai para a Capital Federal. Ele carrega todos os seus passageiros, e não recolhe um centavo de imposto. Olhe que prejuízo!

Será que não dá para começar em caráter emergencial também? De repente, a palavra do nobre Senador e deste humilde Vereador e das pessoas que aqui estão pode sensibilizar as pessoas que têm a caneta, que têm a vontade política e aqueles que têm, de repente, a justiça. E que isso possa começar ontem, porque não aguentamos mais.

E eu, como Vereador da minha humilde Cidade Ocidental, que é a cidade que mais cresce no entorno, é a cidade de maior prosperidade, eu gostaria de participar e ajudar vocês em cada uma dessas decisões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Vereador Fábio.

E passo agora a palavra para o Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral da ANTT, para que ele, se assim achar melhor, fazer as suas considerações finais.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Mais uma vez eu quero agradecer a oportunidade de podermos expor o problema do transporte do entorno aqui no Senado Federal.

Quanto à pergunta do Vereador, o Ismael, que é o gerente responsável pelo entorno, está me informando que sexta-feira, dia 1º, a Anapolina volta a operar com 31 ônibus e já vai atender à região que o senhor pediu. Segundo a informação do Ismael, sexta-feira ela volta a operar.

É com muito pesar que a gente vem falar sobre o transporte do entorno aqui. Nós, hoje, temos uma tarifa alta, estamos tentando viabilizar de novo a licitação, viu, Senador? Nós não estamos parados, sem fazer qualquer coisa para melhorar, não. Nós estamos tentando colocar de novo uma proposta de licitação na rua para ver se conseguimos atender da melhor maneira possível.

O ex-Deputado Barbosa Neto tem conversado muito conosco. Ele sabe das dificuldades. Não sei se ele já foi embora ou se ainda está aí. Ele sabe muito bem das dificuldades do entorno, tem conversado conosco, com representantes das empresas e colocado para nós as dificuldades que existem para podermos ajustar da melhor maneira possível essa licitação, para que ela tenha êxito e nós tenhamos pelo menos um transporte de qualidade. Infelizmente não vai ser com o preço que seria o mais adequado para o entorno, como o Senador propôs, se não nós não vamos conseguir empresa para operar. Mas estamos prontos para fazer essa licitação, para melhorar a qualidade do transporte no entorno.

Teve uma pergunta que foi feita por um expectador da TV Senado sobre a linha férrea. A ANTT, junto com um órgão do entorno, está fazendo um estudo de viabilidade dessa linha. Com a Sudeco.

Então, deve estar pronto até, se não me engano, junho. Esse estudo de viabilidade estará pronto para nós vermos se realmente há viabilidade nesse transporte para que possamos fazê-lo.

Eu queria cumprimentar a Drª Sônia, que trabalhou conosco lá e sabe das dificuldades. Hoje, ela está no GDF e tem tentado nos ajudar, da melhor maneira possível, a aprimorar esse transporte. A Sônia já esteve dos dois lados do balcão. Ela sabe muito bem das dificuldades. Vamos tentar melhorar isso da melhor maneira possível para o usuário. Os senhores podem ter certeza de que a ANTT fará todo o possível – todo o possível mesmo – para melhorar esse transporte. Nós estamos lá à sua disposição para prestar esclarecimento a qualquer vereador, a qualquer prefeito do entorno para podermos discutir e melhorar esse transporte. Está bom?

Muito obrigado a todos e um bom dia!

Obrigado, Senador, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não tendo mais nada a discutir, encerro esta reunião. Mais uma vez, agradecendo a presença de todos os senhores.

Muito obrigado.

Todos tenham um bom dia.

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Angela Portela, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Hélio José, Humberto Costa, João Capiberibe, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Sérgio Petecão e Telmário Mota. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Primeira parte – Item único – Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2015/2016 e a 2ª Parte – deliberativa. O Senhor Presidente propõe a inversão da ordem das partes da reunião que é aprovada por unanimidade. Às onze horas e vinte e três minutos o Senhor Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senhor Senador Sérgio Petecão. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa. Item 1. Requerimento nº 20, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Estatuto do Idoso. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento nº 21, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os Direitos Humanos e a Saúde. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento nº 22, de 2015 – Requer Audiência Pública para debater a agenda legislativa proposta pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO), sobre o lançamento do Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP) e o seu sistema de apoio, o Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (CETAP). **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta e um minutos o Senador Sérgio Petecão passa a presidência ao Senador Paulo Paim que dá início à primeira parte da reunião – eleição do Vice-Presidente. O Senhor Presidente faz encaminhamento para que a eleição ocorra por aclamação. O Senhor presidente consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente anuncia que é eleito, por unanimidade, para Vice-Presidente, o Senador João Capiberibe. O Senhor Vice-Presidente eleito, Senador João Capiberibe, faz suas considerações iniciais. Às doze horas e dois minutos o Senhor Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senhor Senador João Capiberi-

be. Retoma-se à 2ª Parte. Deliberativa. Item 4. Requerimento nº 23, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as políticas públicas para pessoas Autistas, por ocasião do Dia Mundial do Autismo que ocorrerá no dia 02 de abril. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento nº 25, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os Direitos Previdenciários dos Servidores Públicos. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento nº 24, de 2015 – Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno, a realização de audiência pública, tantas quantas forem necessárias, para um debate amplo sobre a SUG 15, DE 2014. **Autoria:** Senador Magno Malta e outros. Resultado: Retirado pelo autor. Item 7. Requerimento nº 26, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 1º de outubro de 2015, em homenagem ao Dia Nacional e Internacional do Idoso. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento nº 27, de 2015 Requer a realização de Audiência Pública, no dia 21/05/25015, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para celebrar os 20 (vinte) anos da Rede Vida. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Retirado pelo autor. Item 10. Requerimento nº 29, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema Mortes no Trânsito – a ilusão do transporte individual. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento nº 28, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da menina Amy Galvin, filha da brasileira Karla Janine Martins de Albuquerque, residente na Flórida, Estados Unidos, que está reivindicando a guarda da criança, com o americano Patrick Joseph Galvin, o qual está sendo acusado de abuso sexual. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento nº 30, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema Combate ao Trabalho Escravo. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: Item 12. Requerimento nº 31, de 2015 – Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de uma diligência à cidade de Porto Alegre – RS, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com finalidade de apurar os encaminhamentos legais após a tragédia da Boate KISS. Para a diligência os participantes serão indicados por esta comissão. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte e seis minutos o Senhor Senador João Capiberibe passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Item 13. Requerimento nº 32, de 2015 – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constam no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Sugiro que sejam convidados: Ministra Ideli Salvatti; Ex. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; Sr. Pedro Dalari; Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; Representante da Casa Civil; e Representante do Ministério Público Federal. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Hélio José, João Capiberibe e Dário Berger. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª e 4ª Reuniões da CDH.

Os Srs e Srªs Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciarmos a reunião, comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Do Comitê Intersetorial Pró-Equidade de Gênero e Raça da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Conselho Nacional de Assistência Social: nota de repúdio à ofensa do Deputado Jair Bolsonaro à Deputada Maria do Rosário.

– Da Federação Nacional dos Jornalistas: relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, edição 2014. É nossa intenção fazermos uma audiência pública, em que os próprios jornalistas farão a apresentação deste Relatório.

– Do Conselho Distrital de Saúde Indígena, do Estado do Mato Grosso do Sul: moção de repúdio referente às demarcações de terras indígenas, especialmente, contra a PEC nº 215. Já há um requerimento, que deveremos apreciar, no momento adequado, do Senador Capiberibe, que vai neste sentido, da discussão da PEC nº 215.

– Da Conferência Nacional de Educação: moção pelo fim da violência contra a mulher. Entendo que essa moção é de suma importância, porque, infelizmente, Senadora Regina, apesar da Lei Maria da Penha, que está em pleno vigor, o que notamos é que a violência contra a mulher continua aumentando. Então, é obrigação desta Comissão agir, interagir, no sentido de diminuir essa covardia que é a violência contra as mulheres.

Os referidos documentos ficam à disposição dos Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão.

Vamos desdobrar a nossa reunião em dois momentos. A intenção primeira era de abrirmos a sessão com a eleição do nosso Vice-Presidente desta Comissão, que é o Senador Capiberibe, mas, tanto ele quanto o Senador Randolfe, estão em uma audiência na AGU, se não me engano, e, consequentemente, vão atrasar. Eu inverti, então.

A primeira parte da sessão nossa de hoje será deliberativa e a segunda será, então, a eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2015/2016. A indicação do companheiro Capiberibe, do Senador Capiberibe, para essa Vice-Presidência, foi uma indicação unânime, que recebi por parte da Mesa Diretora da Casa. Foi uma indicação do Senador Randolfe, que teve o apoio dos outros Senadores.

Eu faço aqui um aparte especial à Senadora Regina, porque houve períodos em que o PT, nesta Comissão, tinha a Presidência e a Vice, mediante entendimento. E inúmeros outros partidos não optavam para indicar a Vice. E eu já tinha comentado com V. Exª que, se o caso se repetisse, eu queria que V. Exª fosse a Vice-Presidente. Mas, como veio a indicação oficial, na proporcionalidade, naturalmente respeitamos bem como respeitamos a figura do Capiberibe, do mesmo brilho, digamos, de V. Exª, da mesma grandeza política de V. Exª. Tanto ele como V. Exª, eu tenho certeza, fariam – ele fará, como V. Exª faria – uma grande gestão no exercício da Vice-Presidência desta Comissão, que trata da vida, pois trata dos direitos humanos.

Senadora Regina, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria só de dizer que não resta qualquer constrangimento desde o início. Coloquei-me à disposição na Bancada, no caso de ser possível, mas sei que é preciso haver essa divisão entre os partidos. Então, isso não vai diminuir a minha participação, pois direitos humanos foi um tema que elegi para marcar o meu mandato

Estarei contribuindo da mesma forma como se Vice-Presidente fosse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Não só a minha pessoa, como todos, têm certeza de que a sua posição não seria diferente. V. Exª atuará aqui sempre como se fosse Presidente, Vice-Presidente, pela sua história e a competência do seu trabalho. Deixamos também em aberto as subcomissões, que também são importantes.

O Senador Paulo Rocha, hoje de manhã, já entrou com o pedido da constituição de uma subcomissão na Comissão de Assuntos Sociais na linha do combate aos acidentes no trabalho. É uma satisfação também ter o Senador Petecão, sempre se fazendo presente e apoiando os trabalhos desta Comissão.

Só faço uma correção quando aqui falei das atas da 1ª e da 4ª Reunião da CDH, na verdade, da 1ª à 4ª Reunião desta Comissão.

Como temos uma série de requerimentos, vamos, então, esperando a chegada do nosso candidato a Vice, que será escolhido de forma simbólica, votar o requerimento que se encontra sobre a mesa.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Estatuto do Idoso."

Autoria: Senador Paulo Paim

Como apresentei esse requerimento a pedido de uma série de entidades que querem discutir o dia a dia do Estatuto do Idoso, passo aqui ao meu Colega Petecão a Presidência, para que ele possa colocar em votação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Como já foi dito pelo nosso Presidente, o requerimento é de sua autoria e concedo a palavra ao Senador Paim para fazer o encaminhamento do requerimento e, em seguida, faremos a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Petecão, no exercício da Presidência; Senadora Regina Sousa, na verdade, o que as entidades querem é aprofundar o debate, lembrando a importância do Estatuto do Idoso, valorizando esse instrumento que já é uma referência internacional na área do nosso envelhecimento, no sentido de que ele seja cada vez mais aplicado e aperfeiçoado. Sempre digo – V. Exª e a Senadora Regina vão no mesmo sentido – que não existe perfeição. A lei sempre pode ser melhorada com o andar dos tempos.

Então, esse é o objetivo. Não marcamos data. Quero, mais uma vez, reafirmar o que disse na abertura dos trabalhos quando aqui elegemos, enfim, a Mesa desta Comissão. Tenho apresentado uma série de requerimentos, mas darei sempre, Senador Petecão, preferência aos Senadores desta Comissão e não ao Presidente.

O Presidente apresenta. Se não há outro requerimento para a audiência pública em datas agendadas e combinadas, colocamos aquele tema em debate. Por exemplo, amanhã, vamos debater aqui – vai ser importantíssima a presença dos Senadores e das Senadoras – as duas MPs, de nºs 664 e 665. V. Exª e a Senadora Regina Sousa são testemunhas das nossas preocupações.

Então, amanhã, teremos aqui o Ministro do Trabalho e o Ministro da Previdência às 8h30 da manhã, porque eles têm um compromisso no Palácio do Planalto, se não me engano, às 10h ou 11h. Eles estarão aqui conosco para debater essas duas MPs. Ambos já confirmaram.

Também, com essa mesma preocupação, apresentando na Comissão de Assuntos Sociais, vamos ter também o Ministro Nelson Barbosa para debater essas MPs.

Enfim, sobre essa questão do idoso, peço a aprovação dos nossos Pares, para que possamos aprofundar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido e defendido pelo Senador Paulo Paim.

Os Srs e Srªs Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os "Direitos Humanos e a Saúde".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao nobre Senador para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, Presidente Petecão, vamos concluir a votação dos requerimentos, já que contamos agora com a presença do indicado por unanimidade, por esta Casa, o Senador Capiberibe, acompanhado do Senador Randolfe Rodrigues, que foi quem fez a primeira indicação. Em seguida, então, partirmos para a eleição Vice que, entendo, será muito tranquila.

Este é apenas um requerimento, Sr. Presidente, para permitir que o próprio Ministro da Saúde venha aqui e faça uma exposição do seu programa de trabalho, o que ele está pensando, como está vendo este momento e como nós, da Comissão de Direitos Humanos, poderemos ajudá-lo no campo da saúde, já que este campo sempre está – e eu digo sempre – entre as três questões que, em qualquer pesquisa que se apresente ao povo brasileiro, o preocupam: saúde, educação e segurança.

Então, pretendemos debater esses três temas aqui na Comissão na ótica dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido e discutido.

Os Srs e Srªs Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2015

– Não terminativo –

Requer Audiência Pública para debater a agenda legislativa proposta pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO), sobre o lançamento do Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP) e o seu sistema de apoio, o Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (CETAP).
Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Explico rapidamente. O Sindifisco quer apresentar um trabalho a todos os Senadores, um trabalho integrado de transparência – V. Exª que é o autor da Lei de Transparência – e determinar qual é a contribuição que a sociedade organizada pode dar às políticas no campo tributário, enfim, contribuições que a sociedade paga para o Estado, para a União. Eles me pediram para fazer a reserva de uma sala.

Como há uma série de burocracias – estou sendo aqui muito franco –, entendi que a melhor forma de assegurar que eles fizessem essa exposição para os Senadores era marcarmos uma audiência. Ela vai ser hoje à tarde às 14h30. Eles virão aqui apresentar esse trabalho de auxílio a nós todos no campo tributário.

Hoje, às 14h30, eles virão aqui fazer essa apresentação a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Este é o objetivo do requerimento: legalizar algo que já está acordado. Também um dia me perguntaram, falando do Congresso de um país do qual não vou dizer o nome, por que o relatório final estava impresso na gráfica uma semana antes da votação. O motivo era porque já estava tudo acordado sobre o que iria acontecer no Congresso. Mas vou ficar só por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Não havendo quem queira discutir o requerimento, coloco em votação.

Os Srs e Srªs Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Repasso a presidência dos trabalho ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, para que possamos fazer a eleição do nosso Vice-Presidente. Depois, retomamos aqui os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Petecão, pela gentileza de sempre ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...e pela sua presença, aqui nesta reunião, que tem como objetivo principal a eleição do Senador Capiberibe.

Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – V. Exª já respondeu ao meu "pela ordem". É exatamente por termos o quórum necessário e a presença do nosso futuro Vice-Presidente, para, assim, procedermos à votação. Sugiro, se V. Exª me permite, que seja por aclamação, visto que já há consenso nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só vou aceitar palmas.

Prefiro a manifestação.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente disse: "Os que concordam permaneçam como estão". E nós todos batemos palmas.

Muito bem.

Voltamos à primeira página, enfim. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Senador Paulo Paim, que já foi eleito; e, para Vice-Presidente, Senador João Capiberibe.

Havendo concordância de V. Exªs, gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação, como foi já aqui anunciada pelo Senador Randolfe.

Assim, coloco em votação a proposta de eleição por aclamação.

Aqueles que aprovam, por favor, se manifestem. (*Palmas.*)

Aprovado.

Foi eleito por aclamação para Vice-Presidente desta Comissão o Senador João Capiberibe.

De pronto, convido o eleito a ocupar seu lugar à Mesa e usar da palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador Paulo Paim,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Desculpe-me, mas preciso retirar-me. Vou à Presidência da República agora. Então, não vou poder assistir ao discurso de posse do Senador, mas espero que S. Exª seja muito bem-vindo a esta Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Srs. Senadores, obrigado pela confiança.

Confesso que estou surpreendido com a política brasileira. Todos os Senadores e todas as Senadoras que compõem esta Comissão têm uma missão espinhosa e delicada, até porque – não sei se é a minha percepção, ou podemos comungar da mesma – a Direita política praticamente deixou de existir no País.

Não temos nenhum partido que se autodefina como de Direita. Pelo que me parece, a atuação dos setores mais conservadores da sociedade trabalham e criticam mais os costumes sociais. Temos uma ação muito sistemática, um ataque direto em relação aos direitos humanos, aos direitos das minorias, com manifestações homofóbicas, enfim, uma série de atitudes políticas mais em relação aos costumes e menos à política.

Isso é estranho numa sociedade que poderia mobilizar-se politicamente para defender uma tese, enfim, de defesa das tradições no plano político, mas isso está-se concentrando mais nos costumes sociais do que na política.

E a Comissão vai ter essa missão de debater, esclarecer e garantir os direitos das minorias sistematicamente atacadas e vivem situações muito dramáticas. Temos muitos homicídios praticados por motivação homofóbica, e isso termina constrangendo-nos também, porque somos tomadores de decisão, somos Parlamentares e queremos um País que aceite a convivência com as diferenças, em que haja muito mais cordialidade do que há agora.

Tenho convicção de que a condução do Senador Paulo Paim, que tem toda uma experiência, pois é a terceira vez que preside esta Comissão, com a participação dos Senadores que a compõem, certamente vai voltar a sua atenção a esse sistemático ataque político às minorias. Acredito que essa deva ser uma das nossas missões.

A outra, até aproveito, porque passamos, agora, em frente ao Palácio do Planalto, e há ali uma manifestação de povos indígenas. A Presidente Dilma acaba de anunciar o diálogo. Acho que seria importante que ela recebesse as lideranças aqui, porque ela nunca as recebeu.

Então, seria dizer "olha, daqui pra frente, nós vamos dialogar. E vai começar pelos indígenas" porque, infelizmente, nunca os recebeu durante o primeiro mandato. Agora, ela poderia começar, recebendo as lideranças indígenas. Seria bom que alguém estivesse ouvindo lá e abrindo as portas do Planalto, porque, afinal, é uma minoria muito sofrida no nosso País, que está sob ameaça permanente de, inclusive, perder os seus direitos e de retrocesso.

Era isso. Agradeço muitíssimo a confiança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um aparte, porque vou precisar ir ao plenário depois.

Quero cumprimentar V. Exª, porque, quando falamos em diálogo, quando falamos em humildade, quando falamos em entendimento, que é o que a Presidente está fazendo, de uma forma correta, teria que ser com todos os setores. É com o empresariado? É com o empresariado. É com o movimento sindical? É com o movimento sindical. Porém, é também com os índios, os quilombolas, enfim, com todos os setores, porque a Presidente estará demarcando um abraço global ao País.

Por isso, quero cumprimentar V. Exª. O seu primeiro pronunciamento fala exatamente da situação do povos indígenas, mostrando o seu compromisso com os direitos humanos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, é com muita alegria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª pode dirigir-se diretamente ao nosso querido Vice-Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – V. Exª é realmente o máximo! Um ídolo, nesta Casa! É o Senador Paim, que, desde a época da Constituinte, como Deputado, e, depois, como Senador, é realmente uma pessoa extraordinária.

O que temos aqui é a eleição de outra pessoa extraordinária, um exemplo de cidadão brasileiro, governador do Amapá, Senador desta Casa, ocupando vários cargos importantes, para nosso Vice-Presidente desta Comissão tão importante para as minorias, tão importante para os direitos humanos, para que as pessoas possam ter uma vida mais digna, de muita alegria.

Não pude estar aqui no momento da votação, mas quero registrar meu voto de louvor, de apoio a esta dupla, que tão bem conduzirá os trabalhos aqui.

Felicito esta Comissão pela aprovação dos quatro primeiros itens da pauta, já aprovados nesta Casa. O item sobre os direitos humanos e aquele sobre a saúde são de altíssima relevância, porque, inclusive, o Senador Paulo Paim retirou de pauta, ontem, um projeto, que estava tramitando lá na CAE, altamente discutível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – complexo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Complexo, vamos dizer assim. E ele teve a delicadeza e a compreensão de solicitar uma rediscussão.

Quando vejo aqui a proposição desta audiência pública do Item nº 02, acho que a saúde é muito importante. Devemos estudar a viabilidade ou não de uma subcomissão para alguns blocos dessas questões relacionadas à saúde. Já conversei com o nosso Presidente, e a assessoria está trabalhando nesse sentido.

Talvez façamos um requerimento de audiência pública para ouvir as vítimas e as entidades relacionadas a isso, a fim de, depois, concluirmos se vamos caminhar para aquele antigo viés ou outro. Mas são de grande relevância as questões que colocamos aqui.

É uma pena o Senado dar tanta tarefa para cada um de nós, que não temos assim o tempo de que todos gostaríamos para nos dedicar mais a ações tão relevantes das quais participamos.

Mas, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, é com muito orgulho, com muita sensibilidade e com muita alegria, que, sempre que puder, estarei aqui.

para discutir e propiciar que as nossas famílias e o povo brasileiro tenham aqui acolhida, uma condição mais digna; estarei aqui para discutir a melhor relação de trabalho, a melhor relação com o emprego, a melhor relação com o dia a dia da vida. Muito obrigado.

É, com muito alegria, que eu estou aqui também com o Senador Randolfe, que é uma revelação desta Casa; com o Senador Dário Berger, que também só nos traz satisfação.

Muito obrigado, Capi, seja muito feliz nesse novo posto! E registro aqui a minha alegria de votar e subscrever esse voto a V. Exª, obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou aqui dividindo a Presidência com o meu Vice, e o deixando bem à vontade, porque ele é o homenageado do dia.

Então, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, quero saudar o nosso Vice-Presidente desta Comissão. Que honra! Tenho muito orgulho de estar ombreado com o Senador Capiberibe, de quem já fui assessor, quando foi Governador do Estado do Amapá.

É um honra enorme estar ombreado com ele, aqui no Senado, em todas as boas e belas causas. Acabamos de vir de uma visita, agora, ao Procurador-Geral da República. Temos tido sintonia aqui e pensamos de modo muito parecido sobre o que é o melhor para o Brasil.

Esta Comissão de Direitos Humanos não poderia estar mais bem representada do que com esta dupla que a preside: V. Exª, Senador Paulo Paim, e o Senador João Capiberibe – duas pessoas totalmente identificadas com a história do significado dos direitos humanos. V. Exª, Senador Paulo Paim, além de ter a identidade negra, marca indelével do que significou a cruel colonização branca aqui no Brasil, notabiliza-se por sua coerência na defesa dos trabalhadores. V. Exª não se constrange em se levantar até, muitas vezes, contra o seu próprio Partido, quando ele tem projetos que são contrários aos interesses da classe trabalhadora.

O Senador João Capiberibe, além da trajetória de vida, tem algo que está marcado e que testemunha, inclusive, nas suas obras – permita-me, Senador, tratar assim, porque V. Exª tem uma que já concluiu e V. Exª me conta que tem outra já no prelo. O Senador João Capiberibe é um fiel retrato do retrocesso que é uma ditadura para o País. Todas as vezes em que estou com o Senador João Capiberibe, em todos os encontros em que estamos, ele diz: "Isso daqui é uma conquista da democracia!"

E fala assim, com a autoridade daquele que lutou, de fato, contra a ditadura. Uma coisa é falar contra a ditadura, como muitos falam hoje; outra coisa é ter vivido e sofrido com o que a ditadura fez contra nós. E, quando vejo alguns, até em manifestações públicas, que é uma conquista da democracia, levantarem a ideia da intervenção militar, penso que só pode ser ignorância sobre o período cruel que o Brasil passou durante 20 anos.

Senador João Capiberibe e Senador Paulo Paim, na democracia, ouvimos: "Fora, Sarney!"; "Fora, Collor!"; "Fora, FHC!"; e até "Fora, Lula!" e "Fora, Dilma!" Ninguém ouviu, durante a ditadura: "Fora, Médici!"; "Fora, Castello Branco!"; "Fora, Geisel!"; "Fora, Figueiredo!" E ninguém ouviu, porque não se podia pronunciar isso; era proibido haver manifestação de rua; era proibido haver imprensa livre; e não havia Ministério Público independente e autônomo, para investigar.

Então, só quem não sabe o que representa esse retrocesso é que pode levantar essa blasfêmia à democracia! Tanto é que, na Alemanha, há os crimes de referência ao nazismo, aliás, referências ao nazismo podem ser criminalizadas.

Por isso que, Senador João Capiberibe, nesta Comissão, quando falamos de direitos humanos, não nos referimos apenas ao que os opositores de direitos humanos compreendem. Direitos humanos não querem dizer simplesmente a proteção daquela população que também é vulnerável e está nos cárceres.

Direitos humanos são a consagração do pacto civilizatório, que nos fez chegar até aqui, pacto que foi constituído por três revoluções democrático-burguesas: a revolução inglesa, a revolução francesa e a revolução norte-americana.

Então, esta Comissão... Outra blasfêmia foi, em outros tempos aqui, terem proposto o fim desta Comissão. Ainda bem que, parece, isso não se fala mais. Esta Comissão representa a alma de qualquer Parlamento, porque junta todos os direitos que são inerentes à pessoa humana.

Saúdo a dupla que dirige esta Comissão, Presidente Paulo Paim e Senador João Capiberibe, e repito: nossa Comissão não poderia ter representação melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Dário Berger, assíduo também. Estamos nos encontrando em quase todas as Comissões, correndo aí. E ele disse: "eu irei lá hoje para a posse do Capiberibe".

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero aproveitar para saudar V. Exª e, em especial, saudar o Senador João Capiberibe, que acaba de assumir essa importante responsabilidade.

De fato, parece-me que esta Comissão é muito importante e não tem recebido a relevância que efetivamente ela merece. E nós, Senador Capiberibe, homens públicos, seja no Parlamento, seja no Executivo, temos muitas responsabilidades, como o senhor já teve e continua tendo. Entre elas – para não me alongar, eu gostaria de destacar apenas algumas –, uma das grandes responsabilidades que temos como homens públicos é a de lutar diariamente, Presidente Paulo Paim, para reduzir as diferenças e as desigualdades sociais. E aqui, me parece, esta Comissão poderá e deverá ser o foco dessa resistência para que, efetivamente, possamos fazer valer os direitos humanos.

E por que digo isso? Às vezes, eu me pergunto que carreira seguir, o que estou fazendo hoje, onde vou chegar, etc. São perguntas que faço para mim mesmo e que muitas vezes não sei responder. Em outras oportunidades, não quero respondê-las. Mas isso tem um sentido figurado muito forte: não quero respondê-las porque continuo sendo um ser humano. Não sou máquina, não sou número, não sou um detalhe, quer dizer, sou um ser humano. E, como ser humano, acho que mereço respeito pelas minhas atitudes, pelo meu comportamento. Eu estou falando na minha pessoa, mas isso é exatamente para as pessoas que estão nos assistindo hoje, as quais nós representamos. E vejo no senhor o protótipo, vamos dizer assim, da defesa desses direitos. Junto com o Senador Paulo Paim, parece-me que os senhores formam uma dupla bem... Não digo perfeita, porque a perfeição está longe de nós seres humanos, porque somos seres inacabados, embora lutemos para que, efetivamente, possamos realizar um bom trabalho. Mas, especificamente com relação a V. Exª, eu, que estou há apenas um mês e alguns dias aqui no Senado Federal, percebo que o senhor é um homem gentil, carismático, simpático, acessível e, por essa razão, quero dizer que tenho uma simpatia já preliminar muito forte por V. Exª.

Pesquisando sobre o seu passado, pude perceber que o senhor é um homem que já prestou relevantes serviços ao País, e continua prestando-os aqui no Senado da República. Portanto, eu não poderia deixar de participar aqui da sua posse, de lhe desejar muita saúde, muito sucesso, e desejar que façamos aqui um esforço para debater os grandes temas nacionais relacionados aos direitos humanos, que, oportunamente poderemos descrever, como o preconceito, já que, infelizmente, ainda uma pequena minoria cisma em insistir com questões que hoje, na minha opinião, devem ser superadas e abolidas definitivamente do nosso convívio.

Parabéns a V. Exª. Parabéns, Presidente. Muito obrigado. Que o senhor tenha um grande trabalho na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Dario Berger; obrigado, Senador Paim, Senador Hélio, Randolfe, que acabou de se retirar.

Na hora de escolher as comissões, todos aqui sabemos como se dá. As Bancadas se reúnem e cada um, então, escolhe pela importância. Aqui, no Senado, pela ordem de importância, começa com a Comissão de Constituição e Justiça, depois vem a CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos. Particularmente, a minha primeira escolha é CDH, sempre. Para mim, é a a Comissão mais importante do Senado e é sempre a minha primeira escolha, porque acho que aqui estamos em contato com os problemas mais sensíveis da sociedade, aqueles que terminam nos motivando a debater os temas econômicos, enfim, os demais temas que são da nossa função, da nossa obrigação.

Confesso que, desde que cheguei ao Senado – meio atrasado porque, nessa corrida, de vez em quando aparece alguém que me agarra pelo caminho e não me deixa continuar para chegar à reta final –, escolhi participar da Comissão de Direitos Humanos porque a considero uma das comissões mais importantes do Senado, neste momento que recrudesce o preconceito. Aliás, tenho uma interpretação da sociedade brasileira, que é uma sociedade fundamentada no preconceito contra os negros, que escravizou durante séculos, contra os povos indígenas, os idosos, enfim, é uma sociedade muito preconceituosa.

É interessante que as redes sociais nos permitem, hoje, um acesso maior ao pensamento das pessoas, porque ali elas expressam com total desembaraço, inclusive, a sua carga preconceituosa. Antes, a gente sentia isso na relação direta com as pessoas, no nosso convívio social. Hoje não. Nós temos essa oportunidade de

conhecer melhor a sociedade brasileira, acompanhando as manifestações, as opiniões que circulam com muita liberdade nas redes sociais. Isso, para nós, é muito importante.

Acho que, na democracia, uma comissão que se preocupa com causas tão sensíveis, ajuda a avançar a democracia, aprofunda a democracia. A democracia não tem um limite. A sociedade sempre espera muito mais. Na medida em que vai provando dos benefícios da democracia, ela vai se tornando cada vez mais exigente.

Nós estamos diante de uma crise que, certamente, é uma crise da democracia. A sociedade quer mais, exige mais, as instituições vacilam um pouco em atender o desejo democrático do povo brasileiro, mas eu tenho convicção de que, finalmente, nós vamos atender o desejo da sociedade brasileira, até porque, na política, não existe outro método de convencimento. Nós políticos somos convencidos pela pressão. Sem pressão, não há solução. Como eu acho que a sociedade começa a se mobilizar, nós vamos, sim, atendê-la. Enquanto estava aquele conformismo com as conquistas que vinham crescendo ano ano, a pressão era pequena, mas agora que houve uma paralisação do avanço dessas conquistas, nós vamos ter, Senador Hélio, Senador Berger, Senador Paim, nós vamos ter o povo aqui na nossa porta e, então, nós vamos acordar.

Eu sinto que o Parlamento está um pouco adormecido diante desse clamor popular, diante da voz das ruas. Nós ainda não despertamos.

No Plenário, eu sinto isso. Não sei se todos aqui comungam desse sentimento, mas eu estou sentindo que ainda estamos de costas. Havia 300 mil, 500 mil, um milhão de pessoas, ninguém sabe, é tanta confusão com os dados, com os números, mas, quando a gente olhava, era muita gente na rua, tanto na sexta-feira quanto no domingo.

Então, não podemos ficar insensíveis a isso. O povo estava ali cobrando, inclusive do Parlamento, porque, pelos dados do Datafolha, nós ficamos sem cumprir o nosso dever de casa. Estamos mal na foto, digamos, com 72% de reprovação de um grupo e 68% de reprovação de outro grupo. Eu não gosto de ser olhado atravessado, esse olhar com desconfiança é tão ruim. Quando a gente, às vezes, está no aeroporto...

(Intervenção fora do microfone.)

...no supermercado, há aquele olhar que te fuzila ou, então, que te condena. É ruim isso, porque condenar uma pessoa inclusive sem base... Mas a sociedade brasileira nos condena, e com razão. Não posso tirar a razão. Muitas vezes, aqui mesmo em Brasília, já fui abordado algumas vezes em supermercados por pessoas cobrando duramente. Eu digo: "olha, entendo você". Trato de dialogar com essas pessoas. Pelo menos isso aconteceu umas três vezes. Em uma, fiquei até assustado, pensei que fosse ser agredido, e tratei de explicar que fazemos um esforço, que a vida realmente, que o Brasil mudou; não tem como negar, o Brasil, mudou muito, mas há coisas que pioraram. Então, tentei explicar. A senhora lá estava agressiva comigo por causa dos impostos. Eu disse: "olha, nós estamos ali lidando para que não haja mais aumento de imposto, pelo menos isso." "Não, mas não pode cortar direitos!" Eu disse: também, nós também estamos lutando, ali tem um grupo que está trabalhando para ver se evita que algumas conquistas sejam retiradas, principalmente daqueles que mais precisam.

Enfim, conte com a gente, Sr. Presidente. O senhor vai contar sempre com a gente aqui na Comissão, como, nos anos anteriores, estávamos aqui com a Senadora Ana Rita, que também fez um belíssimo trabalho. Aqui juntos estivemos – quero fazer essa lembrança. E o Senador Paim, bom, aí, não precisa comentários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Eu queria, rapidamente, cumprimentar os Senadores que passaram por aqui, fizeram essa saudação: o Senador João Capiberibe, a Senadora Regina Sousa, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Dário Berger – agora eu estou cuidando para acertar só a pronúncia, porque eu tinha a mania de pronunciar errado, e um ou outro me corrigia; estou caprichando agora, até pelo carinho que merece –, o Senador Hélio José – o Senador Cristovam, que telefonou dizendo que não poderia estar aqui, mas que está muito feliz por V. Exª assumir a Vice-Presidência.

Permita-me Senador Capiberibe, V. Exª que falou muito em índio, em negro, neste momento, vou fazer uma pequena homenagem aqui ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, lendo o convite que ele me mandou, como Presidente desta Comissão:

O Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Ricardo Lewandowski, convida V. Exª para a cerimônia de assinatura da resolução que instituiu o sistema de quotas raciais nos concursos públicos do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Esse evento será realizado hoje, dia 18 de março de 2015, quarta-feira, às 13h30, no gabinete da Presidência.

Eu vou pedir uma salva de palmas para o Ministro Ricardo Lewandowski, (*Palmas.*)

Na prática, isso significa que as meninas e os meninos negros terão oportunidade de também participar de concursos para o Supremo Tribunal Federal, e o ato será hoje às 13h30.

Nem que eu não almoce, mas vou lá, estarei lá.

Eu queria, neste momento, passar a palavra, novamente, ao nosso querido Vice-Presidente, para que assuma a Presidência para que eu possa rapidamente advogar alguns requerimentos que aqui apresentei, mas quero de novo lembrar, Senador Dário Berger.

Apresentei uma série de requerimentos e continuarei apresentando. São requerimentos estratégicos. Quando os Senadores da Comissão – começamos mesmo a partir de hoje – apresentarem os seus requerimentos, eles terão preferência sempre, em detrimento dos nossos. Não em detrimento, porque os nossos são estratégicos, tanto que não marquei data, sabendo que segunda e quinta são audiências públicas; quarta-feira às 11 horas, sessão de votação.

Presidente, por favor assuma.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Vamos começar pelo requerimento de sua autoria, que requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as políticas públicas para pessoas autistas, por ocasião do Dia Mundial do Autismo, que ocorrerá no dia 2 de abril.

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as políticas públicas para pessoas Autistas, por ocasião do Dia Mundial do Autismo que ocorrerá no dia 02 de abril.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria:
Relatório:
Observações:

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito rápido...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Concedo a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Até atropelei.

Muito rapidamente para dizer que a lei dos autistas surgiu nesta Comissão. Eles procuraram, segundo eles, o Brasil e o mundo, e ninguém os ouvia. Eles vieram para cá e nós, da Comissão, os ouvimos. Eles queriam que apresentássemos a proposta. Eu disse: "não, aqui é a Comissão de Direitos e Legislação Participativa. Vocês, da sociedade civil, apresentam o projeto, nós indicamos o Relator e vamos construir a lei juntos". E assim foi feito. Hoje nós temos a lei do autismo, que beneficia milhares e milhares de brasileiros. Eles querem fazer essa sessão para lembrar a importância dessa lei. Por isso, a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em votação o requerimento.

Senador Hélio José, com a palavra, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, é de grande relevância, porque realmente as pessoas que têm na família a criança com autismo são, muitas vezes, vítimas de preconceito, as pessoas não entendem como aquela pessoa tão perfeita tem algumas atitudes desconhecidas.

Mais uma vez quero parabenizá-lo pelo encaminhamento que foi dado e por essa importante colocação.

Eu queria aproveitar a oportunidade de estar com a palavra, Excelências, para convidar as senhoras mulheres e os senhores homens que aqui estão presentes para, se possível, participar, lá no Salão Negro, da exposição "Memórias Femininas da Construção de Brasília". São mulheres lutadoras, batalhadoras que participaram de toda a história da construção do Distrito Federal e estão retratadas nessa importante exposição.

Eu tinha até um discurso pronto para fazer lá. Nem pude fazer, porque tive que priorizar a importante eleição do nosso Vice-Presidente.

A exposição vai continuar hoje, o dia inteiro. Agora, na hora do almoço, quem puder, lá no Salão Negro, dê uma passada para conhecer uma parte da história de Brasília e da luta da mulher no Distrito Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os Direitos Previdenciários dos Servidores Públicos.
Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, há um questionamento muito grande dos servidores públicos sobre a questão da paridade e da integralidade, a questão do aposentado, a questão do direito de greve, que até hoje não está regulamentado. Então o apelo deles é para que discutamos um pouco a situação do servidor público.

É esse o objetivo do requerimento que ora está sob apreciação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2015

– Não terminativo –

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno, a realização de audiência pública, tantas quantas forem necessárias, para um debate amplo sobre ....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, é SUG. Deixe-me explicar. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Até você tinha quase que me alertado, e eu não ouvi o conselho.

Esse é do Senador Magno Malta.

Para esse item, não será necessária audiência pública. Vou explicar o critério que adotei aqui para a indicação dos relatórios.

Esse é um projeto polêmico, que trata de gravidez. Num primeiro momento, quando aqui chegou, eu o destinei para a Senadora Marta Suplicy. O Senador Magno Malta chegou em seguida na fila. Ele disse: "Eu queria relatar." Eu disse: "Não, está com a Senadora Marta Suplicy, foi quem primeiro pediu." Se o Senador pedir, eu destino a...

Não sou eu quem decide quem vai relatar ou não, é o Senador que escolhe. Eu disse: "Sinto muito, Magno, mas já está com a Marta." Para surpresa minha – é um direito legítimo – a Marta devolveu o projeto e quando ela devolveu, o Senador Magno Malta legitimamente disse: "Olha, eu estava na fila. Se ela devolveu, agora eu vou pegar então a relatoria."

Então, essas audiências não existirão, e ele vai dar o parecer da SUG, mediante a consulta que fará naturalmente aos Senadores.

Então, não haverá essa votação. Ele pediu para retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mas acho importante ler o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) –

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2015

Havendo chegado a essa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Sugestão nº 15, de 2014, sugerindo a discussão e analise do tema "Regular a interrupção voluntária

da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde". E crendo ser necessário um debate amplo, sobre o assunto, mesmo a despeito de ser uma sugestão originária da população, precisamos ouvir os representantes dos diversos seguimentos da sociedade civil, entidades religiosas, comunidade acadêmica e científica. Assim, requeiro nos termos do artigo 90, II do Regimento Interno, a convocação de audiências pública, tantas quantas forem necessárias, para um debate amplo sobre o assunto, antes de ser emitido o parecer por essa Comissão, através da relatoria já designada.

Sala das Comissões, março de 2015. – Senador **Magno Malta.**

Ele requer e, em seguida, pede a retirada do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pede a retirada. Isso não quer dizer que outros Senadores não possam apresentar o mesmo requerimento com o mesmo teor para debater essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Então, vamos à votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele pediu para retirar de pauta porque não pôde chegar a tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele tinha me alertado já.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Retirado de pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 1º de outubro de 2015, em homenagem ao Dia Nacional e Internacional do Idoso.

Autoria: Senador Paulo Paim

De autoria do Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este é um pedido das entidades, associações e federação de idosos, aposentados e pensionistas de todo o Brasil, que querem nesse dia fazer uma audiência para discutir a política internacional do idoso correlacionando com a nossa política no Brasil, que é o Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 21/05/25015, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para celebrar os 20 (vinte) anos da Rede Vida.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este requerimento vou pedir também para retirar de pauta, porque há um movimento desse setor para que haja uma sessão de homenagem no plenário. Eu encaminhei já o requerimento ao plenário. Se aprovado no plenário, não há por que fazer aqui. Se não aprovado lá, eu voltarei para fazer essa homenagem aqui a pedido deles.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O requerimento é retirado de pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Mortes no Trânsito – a ilusão do transporte individual".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Todos sabemos que o Brasil é o país que, infelizmente, mais demarca no mundo devido aos acidentes, principalmente no trânsito.

Este é o objetivo: trazer aqui especialistas em trânsito na construção de política de combate ao acidente no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bem, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da menina Amy Galvin, filha da brasileira Karla Janine Martins de Albuquerque, residente na Flórida, Estados Unidos, que está reivindicando a guarda da criança, com o americano Patrick Joseph Galvin, o qual está sendo acusado de abuso sexual.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou advogar porque esse requerimento não é de minha autoria, é do Senador Humberto Costa, que teve essa iniciativa, que acho muito positiva.

As denúncias que tenho recebido na Comissão e no gabinete, dão conta de que temos no Brasil inúmeros casos em que uma brasileira conviveu com um cidadão de outro país, tiveram filhos. E a legislação, digamos, do país de origem do marido acaba se sobrepondo à nossa, e elas perdem os filhos. Então, elas querem debater isso. O que podemos fazer de forma que a mãe brasileira tenha o direito de ter os filhos, já que a legislação de países como a dos Estados Unidos e a de outros protegem sempre o pai de forma que ela não pode nem mais ver a filha ou o filho.

É um exemplo, mas o debate é este: como fazer para que as mulheres ou homens brasileiros tenham direito, devido a uma relação com um cidadão de um outro país, ao contato, no minimo, a guarda compartilhada, ajustada em relação ao pai da criança.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Em votação o requerimento.

Senador Humberto Costa e apoiado pelo Senador Paulo Paim, que assinou o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, DE 2015

– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Combate ao Trabalho Escravo".
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Todos nós sabemos que é um compromisso de todos e, principalmente, desta Comissão, combater o trabalho escravo.

Eu sou daqueles que diz que trabalho escravo, uma vez comprovado, em qualquer propriedade, urbana ou rural, o cidadão tem que perder a propriedade. E caminhamos na aprovação da PEC nesse sentido, que é a PEC do Trabalho Escravo, que tem um ajuste de regulamentação. Mas isso é o que diz a PEC, e eu sempre advoguei.

Quero também dizer que entendo da mesma forma a plantação, por exemplo, de maconha. Eu acho que os produtos químicos, as chamadas drogas ilegais, destroem famílias. Quem convive com isso sabe muito bem.

Uma vez configurado que existe essa plantação de drogas que o cidadão perca a propriedade. E isso já está assegurado na própria PEC, mas eu vou mais além neste momento.

Perguntaram-me qual a lei de combate à corrupção e à impunidade que resolveria mesmo a questão da impunidade. Usei o mesmo critério.Para o cidadão que for comprovado que roubou dinheiro público, dinheiro que deveria ir para a educação, habitação, segurança, saúde, Senador Dario, que trabalho muito nessa área, deveria ser adotado o mesmo critério: além de ter que devolver o dinheiro, vai perder o que tem, porque o princípio é o mesmo. Com isso ele vai pensar dez vezes, mil vezes antes de roubar. Ele pensaria o seguinte: ele tem, sei lá, cem milhões – estou dando um exemplo – roubou mais cem, vai perder os duzentos. Vai perder o que tem. Vão desapropriar, e ele vai perder o que tem. Olha, tenho quase certeza de que, com uma penalidade dessa, o cara vai pensar dez vezes: "não, mas isso eu tinha antes do fato". Vai perder igual e vai parar de roubar o dinheiro público, que leva à morte, enfim, de crianças.

E eu apresentei esse projeto. A UnB fez um estudo e apontou que este projeto deveria ser aprovado. Só que ele está aqui na Casa há uns dez anos. Espero que um dia a gente aprove isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de uma diligência à cidade de Porto Alegre – RS, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com finalidade de apurar os encaminhamentos legais após a tragédia da Boate KISS. Para a diligência os participantes serão indicados por esta comissão.
Autoria: Senador Hélio José e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Explicando que é um ajuste o requerimento.

Vou explicar que é da maior gravidade este fato, e por isso o ajuste.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É este o requerimento. Então, deixe-me explicar rapidamente.

Eu estou tratando aqui da Boate Kiss. Todo mundo lembra.

Quase 250 pessoas foram, eu diria, assassinadas lá em Santa Maria, no meu Rio Grande do Sul, na Boate Kiss, morreram queimadas. A maioria estudantes. Depois da formatura, foram fazer a festa, normal, de fim de ano, de formatura. Enfim, a casa de espetáculo pegou fogo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, inclusive catarinenses também morreram lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive catarinenses estavam lá. Exatamente. Diversos estudantes de outros Estados e não somente do Rio Grande do Sul, exemplo muito bem dado, o de Santa Catarina.

O que acontece? O fato já vai para dois anos, e nós, Câmara e Senado, trabalhamos exaustivamente, fizemos uma lei para combater os crimes cometidos – queiramos ou não foram crimes cometidos – em casa de espetáculo, dando toda a segurança para os estudantes, a população, enfim, possam se divertir. Só que há um *lobby* do submundo que não deixa aprovar. Incrível que não deixam aprovar. Morrem quase 250 pessoas e não deixam aprovar o projeto.

Tinham jogado o projeto para uma comissão que vai discutir a segurança pública um dia. Fui lá pesquei o projeto, trouxe para cá. Aprovamos aqui, joguei de volta ao plenário. E não votam, e não votam.

Os familiares estão indignados porque querem uma resposta até para que a morte de seus filhos não seja esquecida. E essa lei seria inclusive construída por eles em homenagens aos jovens assassinados em Santa Maria.

Já fiz duas audiências com eles aqui. Íamos fazer uma terceira, mas sabe o que eles me disseram – e por isso o adendo, embora já aprovado – "Senador, nós não temos dinheiro para ir". A Associação dos Familiares não tem dinheiro para vir para cá. Já vieram duas, três vezes, já estiveram em Ministério, já estiveram na Câmara.

Então, o adendo que faço é que nós vamos lá. Vamos fazer a audiência pública, que seria uma missão de alto nível na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Daí, sim, eles vão com os familiares para a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia. Já falamos lá com o Presidente, Deputado Catarina Paladini, que é do PSB, que já está ajustando.

O que estou propondo aqui é que nós irmos para lá, mais próximos da família. Eu já fiz duas audiências, inclusive em Santa Maria. Essa faríamos na capital com o objetivo de buscar um entendimento que fortaleça ainda mais a investigação, porque até hoje não há culpados, ninguém condenado pelo que aconteceu lá. E também o Congresso não vota uma lei que iniba, proíba, combata essa violência contra a nossa juventude.

Esse é o objetivo do adendo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever tal requerimento. Eu sou pai de três filhas e um filho, jovens, uma de 27, uma de 25, a outra de 23, e o menino de 17.

Realmente não podemos ficar parados ou inertes com relação a tamanha violência. Eu pude assistir – fui surpreendido – àquilo pela TV, àquela tragédia. Imagina como ficou o coração de um pai ou de uma mãe que perdeu um jovem em pleno início da vida produtiva, por causa dessa irresponsabilidade dos setores envolvidos.

Então, parabenizo V. Exª. Subscrevo o requerimento. Acho de altíssima relevância fazer essa questão. Acho que este é o objetivo da nossa Comissão de Direitos Humanos: evitar que outras famílias, que outros pais, pelo Brasil afora corram o risco de perder seus filhos em circunstâncias semelhantes ocorra. Acho que esta Comissão poderia, inclusive, tirar – não sei como funciona bem o Regimento – uma moção, alguma coisa para que este projeto seja levado ao Plenário, para que possamos debatê-lo e de fato deliberar a respeito dele, porque acredito que será aprovado por unanimidade.

Não é possível. Temos que tomar medidas.

Como engenheiro da área de eletricidade, aprovei tantos projetos com relação a instalações mobiliárias, na área comercial, na área das nossas grandes cidades, acho inadmissível o funcionamento de algumas formas de estabelecimentos comerciais, principalmente o de diversão, como essa boate.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu também acompanhei com muita atenção aquele triste episódio que culminou com centenas de jovens universitários perdendo as suas vidas na Boate Kiss, dentre eles, inclusive, alguns catarinenses.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina são dois Estados muito próximos. E acho que aquilo não podemos deixar passar em branco.

Aquilo, pelo menos, deve servir de exemplo para que possamos buscar alternativas mais seguras de os nossos jovens efetivamente se divertirem.

Acho que esse requerimento, essa audiência pública é legítima, oportuna, meritória. V. Exª está de parabéns por essa iniciativa. Acho que tem tudo a ver com as questões de direitos humanos.

E eu quero aqui ainda, embora depois de muito tempo, solidarizar-me com aquelas famílias, que vêm em busca de justiça. Eu imagino a dor dessas pessoas. Nós, que não passamos por isso, não temos condições de mensurar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Houve família que perdeu dois filhos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Uma vida não tem preço, e a vida de um filho é coisa que atravanca, acaba por desesperar o convívio do resto da família por toda a sua vida.

Portanto, quero hipotecar minha solidariedade, Senador Paim, para que possamos debater. Se Deus quiser, quero estar presente junto com V. Exª no Rio Grande do Sul, nosso Estado vizinho, irmão, para continuar debatendo e não deixar com que essa semente não floresça. Temos que lutar para que efetivamente possa-

mos encontrar uma solução mais adequada para que as boates, as casas noturnas e todas as casas de diversão possam oferecer segurança para a nossa juventude.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Dário.

Queria lhe dizer que as famílias têm exatamente o entendimento de V. Exª, que foi muito feliz quando usou o exemplo da semente. Eles dizem o seguinte: "eles querem matar essa flor de vida, que é a resistência no combate ao assassinato em casas de espetáculo". Mas dizem eles: "Não vão matar". E V. Exª usou o mesmo símbolo que eles usavam lá – eu os ouvi falando: "vamos continuar lutando". E essa audiência pública é para não deixar que matem essa semente de vida, que V. Exª muito bem retratou aí.

Vamos tentar marcar um dia. Talvez dois ou três Senadores possam ir junto, o que já tem uma simbologia muito grande.

Obrigado pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

Obrigado, Senador Berger.

Coloco em votação a inclusão extrapauta do Requerimento nº 31.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos à votação do requerimento.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação o requerimento extrapauta...

Bom, devolvo a palavra ao Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi que V. Exª é o autor desse requerimento.

Eu faço o encaminhamento, e V. Exª vai fazer a defesa.

Esse requerimento requer a realização de audiência pública para discutir a implementação das recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Peço a aprovação do requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao mérito da matéria, que aqui já li e vai advogada pelo nosso querido Vice-Presidente.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constam no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Sugiro que sejam convidados: Ministra Ideli Salvatti; Ex. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; Sr. Pedro Dalari; Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; Representante da Casa Civil; e Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão Nacional da Verdade apresentou seu relatório em dezembro passado. Nós temos aqui no Senado uma subcomissão que acompanhou os trabalhos daquela Comissão inclusive com algumas diligências internas.

Tivemos a oportunidade de visitar alguns centros de tortura da época da ditadura e trazer isso a público. Parece-me importante que esta Comissão continue acompanhando o desdobramento do relatório da Comissão Nacional da Verdade, Justiça e Memória.

E estamos apresentando este requerimento para convidar algumas pessoas – posteriormente daremos o nome –, para que eles nos apresentem aqui, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, qual a expectativa daqueles que trabalharam na Comissão para os próximos meses.

E queremos também criar aqui – e eu já adiantei isso na instalação da Comissão – uma subcomissão de acompanhamento. Na verdade é uma Comissão de Justiça de Transição, denominação que se dá quando uma

sociedade passa por momento de violência, guerra civil, ditadura, como é nosso caso. Assim poderemos continuar o trabalho de acompanhamento, porque certamente as muitas recomendações do relatório vão depender do Congresso Nacional. Inclusive, há uma proposta de um Senador desta Comissão, do Senador Randolfe Rodrigues, de revisão da Lei de Anistia. Acabamos de rever o Código de Processo Civil, acho que é o momento de analisarmos a possibilidade de rever a lei que instituiu a anistia no Brasil.

Peço aos meus pares a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, muito bem advogado pelo brilhante Senador João Capiberibe, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos encerrar agora, mas lembro que hoje, às 14h30, teremos aqui uma audiência pública, uma exposição de trabalhos que os auditores fiscais querem colocar à disposição dos Senadores no debate da reforma tributária, enfim, que trata do mundo das contribuições.

E todos são convidados.

Amanhã pela manhã, às 8h30m, teremos a última audiência pública desta Comissão sobre as duas MPs que nos preocupam muito: a 664 e a 665. Vão estar aqui o Ministro do Trabalho, da Previdência e, provavelmente, um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, pois me parece que o Ministro Miguel Rossetto está com problemas para vir.

E digo que, na Comissão de Assuntos Sociais, esse debate vai continuar com o Ministro do Planejamento.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de março de dois mil e quinze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros: Paulo Paim, Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves e os não membros Alvaro Dias, Douglas Cintra e Elmano Ferrer. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 22 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/03/2015, para "Apresentar a agenda legislativa proposta pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO), sobre o lançamento do Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP) e o seu sistema de apoio, o Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (CETAP)". O Senhor Presidente apresenta e convida os palestrantes para tomarem lugar à mesa. Em seguida, lhes concede a palavra nesta ordem: Sr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno, Presidente do SINDIFISCO Nacional; Sr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor de Estudos Técnicos do SINDIFISCO Nacional; Sr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do SINDIFISCO Nacional; e Sr. Álvaro Luchiezi Júnior, Gerente de Estudos Técnicos do SINDIFISCO Nacional. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Álvaro Dias, Maria do Carmo Alves e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissao de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 22, de 2015, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 18/3/2015, para apresentar a agenda legislativa proposta pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), sobre o lançamento do Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP) e o seu sistema de apoio, o Centro de Estudos Tributários Aduaneiros e Previdenciários (Cetap)

Nós vamos, de imediato, fazer a convocação da Mesa, dizendo que já está conosco aqui o Senador Douglas Cintra, lutador, parceiro desta causa, a quem quero deixar os meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Conforme combinado com a entidade, nós chamamos o Dr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindifisco Nacional. (*Palmas.*)

Convidamos o Sr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional. (*Palmas.*)

Convidamos José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor-Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional. (*Palmas.*)

E convidamos o Gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional, Dr. Álvaro Luchiezi Júnior.

Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Eu farei uma pequena introdução, meu amigo Douglas Cintra. Depois, eu abrirei a palavra atualmente a você no momento em que entender mais adequado. Depois, vamos passar as palavras para os expositores, que farão, aqui, enfim, comentários e explicarão à sociedade brasileira o porquê dessa iniciativa do Sindifisco.

A iniciativa, repito, é toda do Sindifisco. A Comissão dos Direitos Humanos apenas ousa recebê-lo aqui e abre esse espaço, porque é um tema fundamental para toda a sociedade brasileira.

Enfim, meus amigos e minhas amigas, digo isso para situá-los, já que esta nossa audiência está sendo gravada e depois vai ser transmitida para todo o Brasil.

A construção de uma sociedade democrática passa essencialmente pela participação de todos, eu diria, a participação popular nos processos de poder.

A nossa Comissão de Direitos Humanos carrega em si uma grande responsabilidade para com todo o povo brasileiro e, como eu sempre eu digo, também em nível internacional, porque direitos humanos não têm fronteira.

A missão de tornar a construção e garantia de direitos em um processo de participação legislativa, em que as pessoas têm os direitos do Estado, mas participam direta ou indiretamente no dever de realizar essa prerrogativa, tem que acontecer.

E hoje, aqui nesta Comissão, daremos início a uma nova etapa dessa construção de relação entre a sociedade civil organizada e o Parlamento.

Hoje, contamos com a presença de um dos mais atuantes sindicatos do Brasil que tiveram essa iniciativa de enorme responsabilidade sobre direito e deveres. O Sindifisco – Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil traz mais uma ferramenta de transparência e fortalecimento da nossa querida e insubstituível, eu diria, democracia.

Republicanos que são trazem a esta Comissão um projeto de auxílio direto aos trabalhos legislativo, como o Canal de Atendimento Parlamentar (CAP), amparado pelo Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (Cetap), com o objetivo de colocar, diz o sindicato, à disposição de Senadores e Deputados o maior número possível de informações qualificadas e seguras.

O CAP deve colaborar para a maior qualidade do processo legislativo e das discussões da conjuntura nesta Casa, na realização de ideias e propostas que têm como base sólida a eficiência dos serviços dos governos e a fiscalização para a nossa organização de Estado, o Estado que queremos e, acima de tudo, avanços que a sociedade exige por meio de uma série de manifestações, em que bradam nas ruas, como foi o caso recente deste fim de semana, por uma verdadeira reforma política e transparência absoluta nos atos e fatos e no combate permanente à corrupção.

Essa reforma política de que falo não pode ser e nem será travada e realizada somente entre os Parlamentares, mas deve ser pensada na postura de todos os trabalhadores da área pública e da área privada, enfim, com o debate com toda a sociedade.

Somente assim vamos garantir uma vitória completa para, nessa vitória, nós avançarmos na chaga que corrói os bens públicos, e, mais do que tudo, nas virtudes de um país magnífico como o Brasil, que tem de apagar a chaga da corrupção.

É por isso que nós, aqui da Comissão, não somente o Presidente, mas todos os Senadores e a equipe, parabenizamos, cumprimentamos e aplaudimos a iniciativa do Sindifisco de perceber a necessidade de um sistema eficiente para a geração de informação para a construção legislativa.

Saudamos, saudamos esse abraço que o sindicato nos traz hoje, com a certeza de que nasce um Brasil melhor com informação correta, transparência e mais cidadania.

Como bem lembra o eterno poeta Renato Russo, cantor do grupo Legião Urbana, "disciplina é liberdade, mas compaixão é fortaleza". E é isso que sentimos, com o apoio prestado por esses estudos e a assessoria espontânea que o Sindifisco realiza nesta nova ferramenta da cidadania.

E fico ainda com o Renato – não por ele ter o mesmo nome que eu, porque eu sou Paulo Renato – quando nos questiona: "Que País é este?". E respondo com a certeza de não ser o mesmo dos anos 80, da Legião

Urbana, mas que a cada dia há de superar suas dificuldades, há de avançar no fortalecimento das instituições e vai sempre pelear para manter firme, firme, a bandeira da democracia. Caminhamos sempre em frente, pois quem acredita sempre alcança. Quem acredita sempre alcança. Meus parabéns.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O que eu faço agora? Quando eu ia terminar o meu discurso para receber as palmas ele diz: "Tem mais dois presentes". Mas vamos terminar assim mesmo. Vamos lá, moçada. Aqui é tudo ao vivo, viu? Não precisa encabular não. Nem você encabule...

Eu estava só terminando, porque quando eu digo aqui que quem acredita sempre alcança, essa homenagem é a vocês do Sindifisco Nacional. Parabéns! Vocês merecem! Esta audiência pública é de vocês. (*Palmas.*)

O que me lembrava aqui corretamente a assessoria, fiz só uma brincadeira com ele, é que os outros dois convidados para usar a palavra chegaram neste momento: o Sr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional, e também **O SR. ÁLVARO LUCHIEZI JÚNIOR**, Gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

Aqui, até cinco minutos, é atraso que a gente considera. Vocês chegaram aqui exatamente às 14h35min.

Olha, por uma questão protocolar, eu terei de ficar e ficarei aqui com prazer, presidindo a reunião, mas esta audiência pública é de vocês. Vocês têm toda a liberdade de orientar os trabalhos, de falar, dividir a presidência comigo e inclusive definir quem é o primeiro a usar da palavra, quem será o segundo e o tempo que entenderem necessário. Vocês hoje são os donos da festa, porque vocês merecem esta festa em nome da democracia. (*Palmas.*)

Então, vamos passar a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno, que é o Presidente do Sindifisco Nacional.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Boa tarde a todos. A transmissão ao vivo aumenta ainda mais a nossa responsabilidade, não é?

Mas eu gostaria inicialmente de cumprimentar a Mesa, o Senador Paulo Paim, que sempre nos acolheu e sempre foi um batalhador ao nosso lado pela luta democrática a que ele se referiu e pela sociedade brasileira. Quero saudar também o Senador Douglas Cintra, por estar aqui hoje prestigiando este evento, e saudar os demais companheiros do Sindifisco Nacional que estão aqui nesta Mesa: Castelo Bessa, nosso Diretor de Assuntos Parlamentares; Pedro Onofre, nosso Diretor de Estudos Técnicos; e o nosso gerente do Departamento de Estudos Técnicos, Álvaro Luchiezi.

Mas, Senador Paulo Paim, Senador Douglas Cintra, esta iniciativa, na verdade, é uma nova etapa deste projeto, porque aqui mesmo, em 2011, no Senado Federal, nós fizemos o lançamento desse projeto, um projeto que tem por objetivo trazer toda a *expertise*, todo o conhecimento, todo o *know-how* que os auditores possuem em se tratando de legislação tributária aduaneira e previdenciária, e compartilhar esse conhecimento com os Srs Senadores e com os Parlamentares desta Casa.

Então, hoje, nós estamos fazendo a apresentação deste projeto, que já tem dado alguns frutos, nessa aproximação da entidade Sindifisco Nacional com o Congresso Nacional.

Nós, através deste projeto, trazemos diversas notas técnicas, nas quais o conhecimento adquirido, o conhecimento acumulado na Receita Federal, é colocado à disposição do Senado e da Câmara dos Deputados.

Mas vamos falar um pouco sobre essa parceria, que, como eu disse, se iniciou em 2011. Na verdade, o projeto é que se iniciou em 2011, porque o Sindifisco Nacional é uma entidade resultante de duas outras entidades, o ex-Unafisco Sindical, que era o Sindicato dos Auditores da Receita Federal, e a ex-Fenafisp, que era a Federação dos Sindicatos dos Auditores da Previdência Social, que também possuía uma trajetória de muita luta aqui nesta Casa, enquanto existiram. Mas, em 2009, essas duas entidades realizaram uma fusão, da qual surgiu o Sindifisco Nacional. Então, esse trabalho vem de muito tempo. O projeto é que se iniciou em 2011, como eu já disse anteriormente.

Mas um dos exemplos dessa nossa parceria, que eu não poderia deixar de citar aqui hoje, já se transformou em realidade, é o Projeto de Lei nº 6.094, de 2013, de uma campanha que também nós lançamos dois anos atrás, aqui mesmo, no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados, logo após as manifestações de junho de 2013. O Projeto de Lei nº 6.094 contempla as propostas do Sindifisco Nacional por um sistema tributário mais justo. Ele está tramitando atualmente na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, na qual nós trazemos diversas propostas, entre elas a correção da defasagem da tabela do Imposto de Renda.

Esse assunto, durante os últimos meses, tem sido frequente na grande imprensa nacional. O Sindifisco Nacional, inclusive, tem sido demandado por vários veículos de imprensa para, justamente, esclarecer essa questão da defasagem. E esse estudo que deu origem ao Projeto nº 6.094, de autoria de um Deputado do Partido do nosso Senador, o Deputado Vicente Cândido, do PT de São Paulo, que está tramitando atualmente, estabelece uma fórmula que consideramos mais eficiente para a correção da tabela do Imposto de Renda, cuja defasagem já acumula quase 65% desde 1996. Portanto, estamos falando de diversos governos. Estamos falando do final do governo Fernando Henrique, do governo Lula e do Governo da Presidente Dilma Rousseff. E, todas as vezes em que se fala da questão do Imposto de Renda, lembra-se da tabela do Imposto de Renda, e o Sindifisco é sempre demandado a falar sobre isso.

Os nossos estudos apontam para uma fórmula mais justa e que ao mesmo tempo não onere tanto o caixa do Tesouro Nacional, na medida em que corrigir de uma vez só esses 65% traria um confronto com o Governo, porque, certamente, o Governo teria que abrir mão de uma parte importante de sua arrecadação. Então, em vez de corrigir de uma vez só, o nosso projeto prevê uma correção escalonada ao longo de dez anos, de forma a fazer com que essa tabela fosse finalmente corrigida.

Para os senhores terem uma ideia da grande injustiça que hoje está contida na não correção da tabela de Imposto de Renda, até o início do ano, quem ganhava até R$1.787,00 neste País já era contribuinte do Imposto de Renda. Pelos nossos cálculos, se a tabela fosse corrigida pelos 65% acumulados, esse valor saltaria para perto de R$2.936,00. Então, o que estamos dizendo, na verdade, é que quem hoje ganha entre R$1.903,00, que é o valor que foi corrigido agora com a medida provisória da semana passada, a partir de abril – perdão! –, e R$2.936,00 está pagando imposto, quando não deveria pagar.

É justamente por trazermos essas informações que o Sindifisco tem sido bastante demandado junto à imprensa e junto a diversos órgãos, no sentido de buscar esclarecer o que está por trás da não correção da tabela de Imposto de Renda. E isso é fruto do trabalho do nosso sindicato, da nossa entidade, que a gente faz questão de trazer também aqui para o Congresso Nacional, para que esses estudos – e nós temos também diversos outros estudos – possam efetivamente colaborar para que possamos fazer um País mais justo. A sociedade clama por isso, clama por mudanças em que nós tenhamos o combate efetivo à corrupção, o combate efetivo à sonegação, mas também por um País que seja mais justo, principalmente no campo tributário.

E o Sindifisco Nacional, os auditores fiscais, têm, na suas competências, nas suas atribuições, justamente essa questão tributária, aduaneira e previdenciária.

Além disso, mais um exemplo da contribuição que nós temos dado a esse debate foi a última declaração do Ministro Levy com relação às desonerações tributárias, quando o Governo majorou as alíquotas sobre as desonerações tributárias, que o ex-Ministro Mantega vinha adotando como regra no último mandato. O Ministro Levy reconheceu que realmente deveria ser mudada a trajetória. O Sindifisco Nacional já vinha há muito tempo denunciando, alertando que as desonerações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Desculpe atrapalhar, mas eu acho importante registrar sempre a chegada dos Senadores aqui. Chegou agora o Senador Elmano Férrer, comprometido com essas causas. (Palmas.)

Ele também usará a palavra no momento que entender mais adequado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Fora do microfone.) – Só um momentinho, estou viajando a Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas pegue o microfone e diga isso. Só isso, para nós, já é importante.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu sou servidor público. É a primeira coisa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Eu me vi dessa forma nos cargos que eu exerci, de Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Piauí, Prefeito de Teresina, e agora como Senador. E, como servidor público, jamais poderei negar a minha identidade e a minha origem, razão pela qual estou aqui, para somar-me a vocês nessa luta, que é minha também.

Então, trago o meu abraço e peço licença, porque estou indo para Fortaleza agora, senão alguém vai pagar minha passagem. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Senador Elmano Férrer, V. Exª está conosco hoje e sempre.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Senador, muito obrigado pelo comparecimento.

Então, falando sobre as desonerações tributárias, o Sindifisco Nacional já vinha alertando há muito tempo de que essa não era a forma mais segura de buscarmos o aquecimento da economia, a garantia dos empregos, até porque, conforme foi comprovado também, essas medidas adotadas – a desoneração sobre a folha de pagamento – se mostraram equivocadas logo depois, e agora o Ministro Levy reconheceu que essas medidas foram, no mínimo, inoportunas. Então, o Sindifisco Nacional já vinha divulgando estudos e alertando para o perigo de se adotar, daquela forma, as desonerações em massa, como vinha ocorrendo.

Mas, trazendo um tema atual, antes de passar a palavra para os meus colegas, que vão fazer a apresentação do projeto em si, eu trago aqui, em primeira mão, a Nota Técnica nº 31, na qual o Sindifisco Nacional, a exemplo da questão da correção da tabela do Imposto de Renda, a exemplo da questão das desonerações tributárias, está trazendo para este Senado Federal a questão da redução do acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas, uma análise das Medidas Provisórias nºs 664 e 665, de 2014, na qual nós expomos o nosso ponto de vista, nós detalhamos os dados que possuímos e mostramos que, novamente, o ajuste fiscal, da forma como está sendo feito, está sendo jogado nas costas do trabalhador brasileiro, o que é mais uma grande injustiça neste País. Então, essa nota técnica será distribuída a todos os Parlamentares. Eu a entrego, em primeira mão, ao Senador Paulo Paim, para que ele já possa ter conhecimento desse material.

Enfim, Senador Paulo Paim, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer pela parceria, dizer que o senhor pode sempre contar conosco. Nós já estivemos juntos em tantas lutas, na PEC paralela, em 2003, quando o Senador foi fundamental na construção daquele grande acordo, ao lado do ex-Presidente Pedro Delarue, que não está aqui presente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permite-me um aparte, Presidente?

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi a primeira vez que eu fui vaiado na história da minha vida. Sabe por que eu fui vaiado? E tinham razão! O pior é que eles tinham razão. Galeria lotada de servidores públicos, e eu fui defender a reforma, dizendo que havia sido assumido um compromisso comigo por parte do Presidente da República e toda a equipe de ministros – eu me reuni com eles –, de que nós aprovaríamos a PEC paralela. Mas a gente sabe que trabalhador sempre é desconfiado, e com razão. Disseram: "Isso aí é papo furado, Senador! Nós queremos que tu votes contra!". Mas eu tinha assumido o compromisso, votei na reforma e, graças a Deus, demorou um ano. Vocês tinham um pouco de razão, viu? Demorou um ano. Eu ia quase toda semana à tribuna e dizia: "Eu assumi esse compromisso com a PEC paralela".

A PEC paralela resgatava grandes partes daquilo que havíamos acordado naquele momento. Felizmente, depois de um ano, aprovou-se. Tenho hoje uma grata lembrança e fiz as pazes com os servidores públicos, porque aprovamos a PEC paralela. Do contrário, eu estaria rifado até hoje. E vocês ajudaram na construção. (*Palmas.*)

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Claro, eu me lembro. Na oportunidade, o Presidente do ex-Unafisco Sindical era o Pedro Delarue, que não está aqui hoje. Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer por esta parceria e dizer que o Sindifisco Nacional está sempre à disposição. Temos uma estrutura que nos permite sempre fazer diversos estudos, emitir opiniões. Enfim, estamos à disposição desta Casa para tudo que verse sobre essas questões tributárias, aduaneiras e previdenciárias, porque elas fazem parte do dia a dia do auditor fiscal. As nossas atribuições estão justamente nessa área. E é nessa área que o auditor fiscal tem muito a contribuir e a colaborar com todo esse esforço que o País está fazendo neste momento.

Antes de me despedir, eu gostaria de chamar a atenção para mais um fato. Hoje, nós esperávamos que, dentre as medidas anunciadas de combate à corrupção, estivessem medidas também de fortalecimento da Receita Federal do Brasil como órgão de Estado. A Receita Federal é o órgão responsável pelo combate à sonegação neste País. Ficamos realmente um pouco frustrados, porque não vimos entre as medidas, pelo menos até agora, nenhuma medida que venha a fortalecer a Receita Federal do Brasil como órgão de Estado. Gostaríamos de ter ouvido isso, porque entendemos que fortalecer a Receita Federal é fortalecer o Estado brasileiro.

Quem sabe, como o próprio Ministro Cardozo falou, ainda virão outras medidas. Esperamos que, nessas outras medidas, nas próximas medidas, a Receita Federal esteja contemplada e seja fortalecida, para que acabemos de vez, quem sabe, com a sonegação e a corrupção no nosso País.

Então, eu me despeço, agradecendo mais uma vez as palavras muito gentis do Senador Paulo Paim, principalmente por essa parceria que temos aqui no Senado Federal.

Muito obrigado. Até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Presidente do Sindifisco, Dr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno. Permita-me dizer que concordo com V. Exª.

Pelo que me lembro, um dos fiscais, um dos companheiros do Sindifisco me disse: "Paim, quanto mais fiscal e mais estrutura tivermos, pode ter certeza de que nós pagamos a estrutura, pagamos o nosso salário, e o Governo vai arrecadar milhões e milhões a mais". Existe uma lógica: quanto mais bem estruturado, mais for-

talecido e bem remunerado também, há condição de se fazer um trabalho de arrecadação. E quem ganha é a União, quem ganha é o Estado brasileiro, quem ganha é o povo brasileiro.

Espero também que, nas próximas medidas, haja o fortalecimento do Sindifisco. Falo isso de coração, porque acho que é o caminho.

Dr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional, que já esteve aqui em outro debate dessas MPs, com posição muito firme e clara, em defesa do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Eu gostaria de ter o privilégio muito grande de ter o nome do Pedro Onofre. De fato, isso é apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai falar o Pedro Onofre. Quem esteve comigo aqui foi o Castelo. O Castelo está toda hora aqui, eu só olho para ele agora. Esse aqui vem, mas não é todos os dias.

Vai lá, Dr. Pedro Onofre Fernandes.

A sequência está correta; o olhar é que foi indevido.

O SR. PEDRO ONOFRE FERNANDES – Muito bem. S. Exª, Senador Paulo Paim, em nome do qual cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes, os colegas da Mesa, da diretoria do Sindifisco Nacional, colegas presentes no auditório, também da Receita Federal, demais presentes, meus senhores, minhas senhoras. Boa tarde a todos.

O Sindicato Nacional dos auditores da Receita Federal do Brasil tem como um de seus objetivos, dentre outros, promover a divulgação de temas de interesse da categoria, com ênfase nas questões tributárias, aduaneiras e previdenciárias, voltados para a justiça social e fiscal.

Dentro de sua estrutura orgânica, compondo a Diretoria Executiva Nacional, temos a Diretoria de Estudos Técnicos, à qual compete realizar estudos, análises e pesquisas sobre assuntos de natureza tributária, fiscal, aduaneira, sindical, de aposentadorias e de pensões, além de outros assuntos pertinentes aos interesses dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil e da sociedade em geral.

Seguindo essa diretriz, a Diretoria de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional tem pesquisado, escrito e divulgado inúmeros textos, artigos, notas técnicas, cartilhas, revistas e livros sobre os mais diversos temas dentro da área de conhecimento dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil. Chamamos a atenção para os livros *Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos – elementos para reflexão*, escrito em parceria com o Ipea e com o Dieese. Lá, expomos a reação contrária à proposta de desoneração da folha de pagamentos pela certeza dos efeitos negativos sobre a seguridade social e a Previdência Social. O outro livro, também, que disponibilizamos se chama *Sistema Tributário e Seguridade Social – contribuições para o Brasil*, escrito em parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que apresenta propostas que visam à promoção de alterações substantivas na estrutura do Sistema Tributário Nacional, reorientando-o no sentido de maior justiça fiscal, sem, contudo, implicar acréscimo da carga tributária.

Esses livros e diversos outros estudos elaborados pelo Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (Cetap), da Diretoria de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional, estão acessíveis aos ilustres membros desta Casa pelo Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP).

Então, o Cetap/CAP é um serviço mantido pelo Sindifisco Nacional e tem como propósito oferecer a V. Exªs e ao seu corpo de assessores um canal direto e exclusivo para apoiá-los, por meio de estudos e informações técnicas em questões que envolvam conhecimentos tributários, aduaneiros e previdenciários. Estudos de interesse do Parlamentar, desde que inseridos em nossa área de atuação e conhecimento, podem ser solicitados por meio do Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP), que serão desenvolvidos e disponibilizados ao solicitante e aos demais membros da Casa.

Sabemos que o Brasil é um país com um sistema tributário regressivo e permeado de medidas que aprofundam as injustiças que lhe são imanentes. Iniciativas que podem ajudar a reverter o caminho da regressividade e da má distribuição do ônus tributário passam, necessariamente, pela via parlamentar. Assim, disponibilizando aos Parlamentares o serviço do Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (Cetap), o Sindifisco – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, entende que está desempenhando seu papel social, contribuindo com o seu conhecimento para o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional, com vistas a construir um Estado onde prevaleça maior justiça fiscal, no qual os brasileiros possam contribuir efetivamente na medida de sua capacidade econômica e que tenham um retorno satisfatório em termos de investimentos, da prestação de serviços públicos e de políticas sociais.

Ao disponibilizarmos esse instrumento, nós desejamos que todo o Parlamento faça o melhor proveito possível, utilizando o nosso trabalho e a nossa contribuição, que é dada com toda a presteza e boa vontade.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor de Estudos Técnicos do Sindifisco, que mostra, mais uma vez, a qualidade do trabalho que ora estão apresentando e deixando à disposição do Parlamento.

E eu sou testemunha da história, ouviu? Quantas vezes eu fui à tribuna com dados do Sindifisco e da Anfip, demonstrando que aquela desoneração da folha de 20% – em muitos casos, foi para zero, um e meio, dois, dois e meio – não tinha como cobrir, não tinha como resolver o caixa da Previdência. Diziam que haveria uma devolução no futuro, não é?

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas, infelizmente, não houve condição e tiveram que mudar de posição. E o Ministro Levy, eu assisti à entrevista dele...

Meu querido e sempre Líder, Senador Paulo Rocha, que é um parceiro nosso aí, de anos e anos na peleia e na defesa dos direitos dos trabalhadores, da área pública e da privada, aposentados e pensionistas... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o Ministro Levy reconheceu que, de fato, foi uma medida que não deu certo e, consequentemente, está alterando os percentuais de dois e meio para quatro e meio.... Se não me engano: de um e meio para dois e meio, não é?

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – De um e meio para dois e meio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De um e meio para dois e meio, e de dois para quatro e meio, dois e meio para quatro e meio. E, aí, veio para esta Casa, e o Presidente Renan devolveu a medida. Então, continuamos no impasse, e a Previdência está com problemas.

Todavia, eu sempre falei que a Previdência é superavitária, e vocês alertavam, mediante aquela posição, que poderia haver problema. E é o que está no ar aí.

Mas, vamos lá.

Meus cumprimentos, Dr. Pedro, pela exposição.

Passamos a palavra, agora sim, para o Dr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, que esteve, esta semana, conosco aqui – não é? –, num outro debate.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Debatemos as...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso – está com a palavra –, as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Debatemos as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665.

Iniciando, eu queria saudar o nosso Senador Paulo Paim, agradecendo-lhe a oportunidade que nos dá, e, também, cumprimento o nosso Senador presente, Paulo Rocha, e demais pessoas aqui presentes, para, então, dizermos, um pouco, sobre esse projeto Cetap/CAP.

O projeto Cetap/CAP, como dito, idealizado pelo Sindifisco Nacional, tem como finalidade precípua a produção de estudos técnicos sobre assuntos relevantes e atuais produzidos, bem como permitir a demanda de novos estudos. E tem como objetivos o aprimoramento e o aperfeiçoamento dessas temáticas nas áreas tributária, aduaneira e previdenciária, bem como propiciar a sua distribuição e disponibilização via internet através dos canais abertos. No caso, com a criação do CAP, estamos com este canal aberto. E, nesta solenidade, abrindo oficialmente o canal aberto ao nosso Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador!

Permita-me, meu painelista, antes que ele saia: também quero registrar a presença, aqui, do Senador Alvaro Dias, que tem participado da Comissão, de todos os debates, e fez questão de vir assinar o livro para prestigiar o evento de hoje. (*Palmas.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Fora do microfone.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seja bem-vindo, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Fora do microfone.) – Eu não fico, porque vou à reunião de Líderes agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei disso, eu sei. Nós estamos sabendo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Fora do microfone.) – Mas vim aqui para assinar o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Valeu, valeu. Isso.

Por favor, José Castelo.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Então, tem como objetivo principal também a distribuição e a disponibilização de estudos do seu acervo, via internet, bem como atender às demandas que são administradas, no caso, pelo CAP –Canal de Atendimento ao Parlamentar.

O Cetap, sendo o Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários, é um centro administrado pela Diretoria de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional; e o CAP, o Canal de Atendimento ao Parlamentar, é administrado pela Diretoria de Assuntos Parlamentares.

Para a seleção de temas que são objeto de estudos, nós temos um Conselho Editorial, formado pelos diretores dessas duas áreas, e levamos em consideração os temas mais relevantes à produção técnica de estudos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meu amigo, eu tomo a liberdade, porque sei que você entende. Acho que é importante para nós poder registrar, neste momento, a presença da nossa querida Senadora Maria do Carmo Alves. (Palmas.)

Foi eleita hoje, de manhã, inclusive, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Foi a Senadora que me deu posse aqui, no dia em que fui eleito Presidente, e fez questão, a exemplo do Paulo Rocha, de vir aqui prestigiar esse evento dos senhores.

Seja bem-vinda, Senadora!

Pode continuar, meu amigo.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Muito bem.

Então, para que possamos captar bem a sistemática, o CAP passa a ser este Canal de Atendimento ao Parlamentar – no caso, ao Senador –, para propiciar ao seu gabinete e à sua assessoria os estudos já produzidos pelo Cetap, bem como acolher as demandas do gabinete em temáticas que ainda não estejam contempladas nos estudos e viabilizar o processo de atendimento a essa demanda. Por conseguinte, é nisso que consiste o nosso projeto Cetap/CAP, Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários, com o canal aberto ao Senado, que é o Canal de Atendimento ao Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos pela exposição, brilhante como sempre, do Sr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco.

Por fim, agora, passamos a palavra a**O SR. ÁLVARO LUCHIEZI JÚNIOR**, Gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco Nacional.

O SR. ÁLVARO LUCHIEZI JÚNIOR – Boa tarde aos componentes da Mesa, ao Senador Paim, aos meus diretores do Sindifisco Nacional, aos demais Senadores aqui presentes, aos auditores fiscais, aos assessores.

Coube-me nesta Mesa fazer uma apresentação mais formal do Cetap/CAP, um pouco mais detalhada. Eu vou me socorrer de duas apresentações que estão ali, no telão.

Enfim, o Cetap – Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários, do Sindifisco Nacional, é uma experiência que vai colocar à disposição dos Parlamentares o conhecimento que o Sindifisco e os auditores fiscais acumularam ao longo da sua história, trazendo a esses Parlamentares – Senadores, neste momento, e, depois, Deputados – alguns subsídios, conforme sejam as suas necessidades e conforme sejam as necessidades cotidianas do Parlamento.

Então, o Cetap é um centro de estudos para questões tributárias, aduaneiras e previdenciárias. Nós realizamos. Eu e minha equipe fazemos alguns estudos, e as demandas serão por nós atendidas.

Traz um conteúdo técnico, acumulado pelo Sindifisco e pelos auditores fiscais, com elementos de relevância para as questões parlamentares. Esses estudos são dirigidos a diversos setores da sociedade e começamos pelo Congresso Nacional.

A ideia é a de que, ao disponibilizar esse conhecimento acumulado, esse conhecimento técnico, seja possível contribuir, trazer alguma contribuição desse setor da sociedade, que é o Sindifisco Nacional, divulgando, compartilhando aquilo que se acumula, utilizando principalmente a internet, como vocês verão na próxima apresentação, porque temos um *site*, e lá se acessa; lá se tem acesso aos estudos, e, ao mesmo tempo, por esse *site*, mas não exclusivamente, os assessores dos Srs. Parlamentares podem pedir estudos e informações, que nós responderemos prontamente.

O CAP é o Canal de Atendimento ao Parlamentar. O Diretor Castelo falou há pouco a respeito, prestando apoio aos Parlamentares nessas questões. Faz-se o contato via CAP e depois encaminham-se as demandas para o Cetap. Os estudos técnicos estão publicados no *site*. Eles estão identificados e, por meio do CAP, faz-se esse contato, chegando até nós. Se um estudo não estiver pronto para subsidiar a ação, nós providenciamos algum subsídio técnico nesse sentido. Fazemos um parecer ou elaboramos um estudo mais profundo.

O Cetap é isto: um repositório de estudos. As demandas são apresentadas através do *site* ou diretamente por *e-mail* ou até mesmo por telefone, utilizando o canal, que é o CAP.

Como se solicitam novos estudos? O Parlamentar faz um contato; em seguida, fazemos uma pesquisa para saber se o estudo já existe ou se já existe alguma reflexão acumulada. Se sim, responde-se ao Parlamentar. Se não, passamos ao terceiro ponto, que é fazer um levantamento e elaborar um prazo, que não é muito longo, para poder dar a resposta à colocação que nos foi dirigida. Feito o estudo, finalmente, há a entrega ao Parlamentar por meio da Diretoria de Assuntos Parlamentares.

Como funciona isso na internet? Poderia colocar, por favor, a segunda apresentação.

Aí está. Como se faz isso? Por meio do *site*. Acessa-se o *site* cetap.sindifisconacional.org.br, e ali vamos encontrar tanto o material como a forma de fazer o contato. Os Srs. Parlamentares vão receber um *login* e uma senha. O *login* é o *e-mail* oficial da Câmara ou do Senado – estamos iniciando no Senado e posteriormente iremos para a Câmara – e a senha é o dia e mês de nascimento do Parlamentar, seguido pela sigla do partido. Então, se nasceu no dia 2 de março, é 0203, mais a sigla do partido a que pertence como senha. Tem-se o acesso e, na página inicial, clica-se em estudos, e lá estão os estudos que já estão produzidos.

O Diretor Pedro Onofre mencionou dois livros, mas há também notas técnicas e estudos como, por exemplo, das PECs 664 e 665, de que o Presidente Claudio falou há pouco. Então, em estudos, haverá a lista de estudos que já existem. Se quiserem pesquisar, também há uma ferramenta de pesquisa, de busca por palavra-chave. É só buscar pela palavra-chave, fazer a pesquisa, ter acesso à página onde se encontra o estudo. Para ter acesso, clica-se no título e baixa. Simples. Faz-se o *download*.

Para solicitar novos estudos. Esta é a parte mais importante, principalmente para os senhores assessores dos Srs. Parlamentares, que vão fazer, digamos, esse contato. Então, na página inicial, entra-se no menu CAP. Acessando o menu principal, CAP, há a solicitação de estudos – aqui embaixo: solicitar estudos –, abre-se um menu com o formulário, preenche-se o formulário, enviando-o. Nós recebemos, lá no Sindifisco, e ele é processado.

Não funcionou o *site* ou, por alguma razão, a senha encrencou, alguma coisa assim, ainda temos o *e-mail* e o telefone. Não é por falta de contato que não vamos acessar e pedir um estudo, ou informações. Recentemente, temos recebido algumas demandas de Parlamentares a respeito da tabela do Imposto de Renda. É um assunto que ainda vai ficar em voga. Então, estamos desde já disponíveis, sempre disponíveis, não só para esse assunto, mas também para outros que virão na sequência, como as Medidas Provisórias nºs 664 e 665 e outros assuntos.

Agradeço a atenção de todos e desejo um bom trabalho para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Paulo Rocha vai ter que sair, porque está sendo chamado na CCJ. Estão elegendo o Presidente da CCJ e ele vai lá, inclusive, para justificar por que não estou lá. Mas eu já assinei a presença.

Independentemente de o Paulo Rocha sair, as palmas agora são para o Álvaro, pela brilhante exposição. (*Palmas.*)

Eu estava acompanhando aqui, Álvaro, e vi que você mostrou os canais como os Parlamentares... Minha assessoria está aqui, porque eu, em matéria de computador e de internet, sou... Chega, não vou dizer nada. (*Risos.*)

Se eu disser que sou um especialista, estarei mentindo, mas também não vou dizer que não sei nada.

Mas, com certeza, vamos usar muito esses instrumentos que vocês estão colocando à disposição. Trata-se de um tema que, com certeza, podem saber, não é fácil para os Parlamentares dominar, que é essa questão das áreas que vocês estão abordando aqui.

Eu queria, neste momento, mais do que nunca, se assim vocês entenderem, abrir para participação não só dos Senadores, mas também para alguém do plenário que queira dar uma contribuição. O Claudio pode me ajudar aqui na coordenação desse trabalho daqui para frente.

Claudio, você pode provocar os seus amigos, se quiserem fazer alguma pergunta.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Passo a palavra à Maíra, futura auditora fiscal, futura colega nossa, que está nessa luta. São duas futuras colegas nossas que estão na plateia e querem falar neste momento. Passo a palavra a elas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Eu só queria dizer... A Senadora fala na hora que bem entender. Senadora aqui não tem protocolo.

Certo, Senadora?

A SRª MAÍRA GIANNICO – Boa tarde a todos.

Como o Damasceno mencionou, meu nome é Maíra.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar esta Comissão por essa iniciativa maravilhosa de trazer aqui, a esta Casa, uma discussão tão importante para a sociedade. Parabenizo também o Sindifisco, porque, certamente, esse portal, essa via de informação vai capacitar cada vez mais esta Casa e os Senadores para discussões tão importantes que envolvam conhecimentos tributários, aduaneiros e previdenciários. Então, certamente, esta iniciativa é muito importante para a sociedade como um todo.

Vou usar uma frase mencionada pelo Damasceno que diz que fortalecer a Receita Federal é fortalecer o Estado. Isto, sem dúvida nenhuma, tem uma importância fundamental. O auditor fiscal, hoje, tem muitos conhecimentos e pode contribuir com as discussões tributárias, com as discussões aduaneiras e com a questão da arrecadação, que hoje é um tema que está muito em moda, está sendo muito discutido em todas as instâncias do Governo. Para isso, é fundamental que a Receita Federal volte a assumir seu papel de protagonista, através da figura do auditor fiscal. É importante, para isso, que haja recomposição do quadro da Receita, que

vem sendo deteriorado ano após ano. Infelizmente, as entradas de novos servidores por concursos públicos não são suficientes para cobrir as saídas pelas aposentadorias. Hoje, em média, há 600 aposentados por ano dentro da carreira de auditor, um número muito alto. E a média de idade está por volta de 51 anos. Ou seja, o futuro também não mostra uma realidade muito favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E a média dos que entram por ano?

A SRª MAÍRA GIANNICO – A média dos que entram é de 30, 32 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deve-se mudar mesmo.

A SRª MAÍRA GIANNICO – É, tem que entrar.

Acabei não me apresentando, mas represento os 272 excedentes que foram aprovados no último concurso de auditor fiscal, que foi homologado em julho do ano passado. Então, nós estamos na luta, na batalha, tentando fazer com que nossa nomeação saia através da autorização, que tem que ser dada pelo Ministério do Planejamento. Nesse sentido, também tenho que agradecer muito aos Senadores que estão do nosso lado: o Senador Paulo Paim, o Senador Paulo Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se você me permitir, além de estarmos do lado dos movimentos, se vocês concordarem, como é uma audiência pública, pedimos que saia uma moção da Comissão assinada por mim para a contratação imediata de mais auditores fiscais. (Palmas.)

A SRª MAÍRA GIANNICO – Puxa! Maravilhoso! Maravilhoso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela manifestação do Plenário, já peço a vocês que ajudem a redigi-la no final. Claro que vou dar uma boa lida e nós vamos encaminhar aos órgãos competentes.

A SRª MAÍRA GIANNICO – Muito obrigada.

Agradeço ao Senador, agradeço ao Senador Paulo Rocha, que acabou de sair, ao Senador Hélio José, através da figura da Gabriela, que está aqui também, e a outros que têm feito vários esforços no sentido de facilitar nossa nomeação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acho que deve estar aqui também a assessoria da Senadora Ana Amélia, se não me engano, lá atrás. É ou não é?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não? Eu achei que estava com a Senadora.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A do Senador Lindbergh está aqui.

Eu gostaria muito, seria interessante – não me leve a mal, mas você continua com a palavra – que os assessores que estão aqui e que representam os Parlamentares digam o nome dos Parlamentares para constar, inclusive, na moção de apoio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – José Serra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Douglas Cintra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Hélio José.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Otto Alencar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Capiberibe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Marta Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lindbergh eu já falei aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Liderança do PR.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah, eu me enganei, porque esse guerreiro é parceirão nosso. Ele assessorou um grande amigo meu, o Senador Zambiasi, que, mesmo quando não concorreu, mesmo não sendo do meu Partido, declarou apoio a nossa candidatura.

Quero uma salva de palmas para o Zambiasi e para ti.

Ele só não concorreu porque não quis. Senão, estaria eleito. (*Palmas.*)

Lá atrás.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bezerra Coelho. (Palmas.)

Muito bem.

Quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dos Democratas.

E você representa o Benedito de Lira, não é? Eu falei no Zambiasi e não aplaudi o Benedito, que é meu amigão também. (*Palmas.*)

A SRª MAÍRA GIANNICO – Senador, só concluindo, ontem nós tivemos a aprovação do Orçamento, um avanço muito importante, primeiro, para o País como um todo e, especificamente, para nós, que tivemos a nossa menção dos 272 candidatos à Receita Federal dentro do Anexo V do Orçamento. Então, é um passo para a nossa nomeação.

Estivemos também, ontem, com o Ministro Nelson Barbosa, através do Senador Paulo Rocha, que também foi outra importante medida para poder fortalecer o nosso pleito e colocar as informações de uma maneira clara. Então, agradeço a esta Casa, agradeço a esta Comissão, ao Sindifisco, à Anfip.

Enfim, acho, para concluir, que essa iniciativa de transparência tem o nosso apoio, porque é por isso que queremos lutar daqui para frente.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Não sei se alguém mais gostaria de se pronunciar, mas, enquanto não temos nenhuma manifestação, Senador, eu gostaria de lembrar também que, na última campanha presidencial, o Sindifisco se fez presente quando entregou um estudo sobre o Sistema Tributário Brasileiro, no qual apontamos – algumas questões já foram trazidas no discurso do Pedro Onofre – o sistema tributário regressivo e, portanto, injusto que temos hoje no nosso País.

Na oportunidade, nós entregamos esse material a cada uma das candidaturas, e quem nos recebeu pela então candidata da Dilma Rousseff, hoje nossa Presidente reeleita, foi o atual Ministro das Comunicações, Deputado Ricardo Berzoini.

Através desse trabalho, o Sindifisco Nacional apontava diversas questões que mereceriam um olhar mais aprofundado de todos naquele momento. E hoje já vemos alguns temas sendo discutidos por esta Casa e pelo Governo nessas medidas que estão sendo anunciadas para o incremento da arrecadação. Já se fala hoje, por exemplo, no retorno da tributação sobre lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas. Antigamente, esse assunto era praticamente um tabu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu iria falar isto: parecia um tabu. Falar em tributar grandes heranças e fortunas era tabu. Hoje o debate começou a acontecer.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Pois é. E, para a nossa alegria, acabamos contribuindo para que esse debate chegasse até aqui. Quem sabe tenhamos, entre as novas medidas que serão anunciadas, medidas que caminhem nesse sentido, porque o Sistema Tributário Brasileiro hoje, na verdade, está consolidando a desigualdade no nosso País. Nós temos uma grande parte da população que acaba financiando o Estado, enquanto aquela que deveria estar contribuindo, muitas vezes, contribui menos ou não contribui na medida da sua capacidade. Então, é só mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa eu te dar uma provocada aí, porque eu ouço muito um dado, que eu nunca usei em um discurso meu, mas que quero ver se vocês confirmam. Os grandes iates – enfim, essa linha dos poderosos, porque para ter um bom iate tem que ser... – não pagam nada de tributo? É verdade?

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Não, não pagam o IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não pagam o IPVA?

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Não pagam o IPVA. Esse é outro grande exemplo de como o nosso sistema tributário propaga injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não tenho nada contra quem tenha iate. Quem puder ter pode ter, mas paga, como nós pagamos o da moto e até da bicicleta, que depois nós vamos estar pagando.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Enquanto o trabalhador brasileiro que adquire uma moto de 125 cilindradas para poder chegar ao seu trabalho de forma mais rápida e fugir do congestionamento das grandes cidades paga IPVA – nunca é demais lembrar que quem adquire uma motocicleta paga –, aqueles que têm helicóptero não pagam IPVA sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quase que eu perguntei. Mas eu achei que eu iria falar uma bobagem tão grande, pois eles pagariam, que eu não perguntei.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu pensei: "Esses pagam. Acho que é só o iate que não paga". Helicóptero também não paga.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Não paga. Aeronaves e embarcações particulares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A minha suspeita está se concretizando. Eu queria que ela não se concretizasse.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Aeronaves e embarcações particulares não pagam IPVA no nosso País. Denunciamos isso no material que entregamos a todas as campanhas presidenciais no ano passado, porque, realmente, como eu disse, enquanto o trabalhador é obrigado a pagar o IPVA até sobre uma moto, quem tem uma aeronave ou quem tem uma embarcação de lazer não paga nada de IPVA no nosso País, fruto de um entendimento, que consideramos equivocado, mas que vigora hoje no Supremo Tribunal Federal, de que IPVA foi um sucedâneo da taxa rodoviária e que, portanto, não se aplica.

Nessa linha, eu falei do Projeto de Lei nº 6.094, de 2013, mas também há a PEC dos Jatinhos, que também está tramitando na Câmara dos Deputados, que foi uma PEC abraçada também pelo Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, e que foi assinada por diversos Parlamentares. Aguardamos que finalmente seja formada uma comissão especial para essa PEC, para que ela possa, finalmente, sair de lá com um relatório, porque nós iríamos corrigir essa questão, que o Senador muito bem trouxe aqui para nós, de aumentar a incidência do IPVA para alcançar essas pessoas que deveriam ser contribuintes, mas que atualmente não o são.

É mais um exemplo de que, nessa área, o Sindifisco Nacional e os auditores fiscais têm muito a contribuir. E eu gostaria, claro, de firmar essa parceria com todos os Parlamentares daqui, desta Casa, porque entendemos que é assim que se constrói um país mais justo, um país que efetivamente faça com que o seu sistema tributário seja progressivo, ou seja, em que quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos. O que vemos hoje no País é uma completa inversão dessa situação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Claudio.

A Mesa está à disposição para alguma consideração a mais. Se o Plenário tiver alguma pergunta ou mesmo se quiser expor seu ponto de vista sobre o tema, também estamos à disposição.

Se ninguém mais quer usar da palavra – e a partir das 16h há votação em plenário e temos de ir para lá –, passo para as considerações finais da Mesa.

Cada um terá o prazo de cinco minutos e nós encerraremos a nossa audiência pública, que estava prevista para ser das 14h às 16h.

Há alguém que queria fazer uso da palavra aqui?

O SR. NELSON DE OLIVEIRA FRANÇA (Fora do microfone.) – A Senadora poderia dar uma palavrinha?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora quer fazer uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma satisfação. A Senadora vai usar a palavra. Viu? Provocaram-na, e ela disse: "Deixa comigo, então". (Palmas.)

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Senador Paim, membros da Mesa, esta discussão é muito importante. Eu sou advogada por formação, mas é difícil entendermos todo esse mecanismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Eu sou testemunha disso.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE) – Então, é importante essa exposição para podermos nos inteirarmos, para nossas assessorias se inteirarem também, para fazermos um bom trabalho bom, que é o que importa para o Brasil e para o meu Estado. Eu sou de Sergipe.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Maria do Carmo Alves, que demonstra a importância desse debate que vocês propuseram.

Eu vou me comprometer, pela importância do tema, a remetermos uma cópia depois para cada um dos Senadores para eles terem conhecimento de que podem contar com a entidade e com as informações que aqui foram dadas.

Para as considerações finais, com a palavra o Diretor de Estudos Técnicos do Sindifisco, Dr. Pedro Onofre Fernandes.

O SR. PEDRO ONOFRE FERNANDES – Muito bem.

Eu só quero reforçar, mais uma vez, a nossa disponibilidade de colocar todo nosso acervo à disposição de todos os presentes, ressaltando que os nossos trabalhos são elaborados dentro de uma concepção de estudo técnico, que não são permeados de suposições, de percepções, de coisas desse tipo, mas são todos fundamentados, vamos dizer, tecnicamente, à vista de uma teoria, à vista da legislação. Então, são estudos perfeitamente confiáveis. E, ao mesmo tempo, nós evitamos, ao máximo, dar um viés classista ou corporativista aos nossos trabalhos.

Então, esses estudos poderão ser utilizados, com toda a tranquilidade, pois eles estão fundamentados tecnicamente, e não são opiniões simplesmente de uma categoria ou de um sindicato.

E, colocando essa situação, que além dos que nós já temos disponíveis, que se encontram no nosso *site*, nós estamos, exatamente, colocando à disposição, estamos abertos à proposição de novos temas, dentro, naturalmente, da nossa área de conhecimento, para colaborar com a disseminação e a divulgação dos nossos trabalhos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Pedro Onofre Fernandes, Diretor Técnico do Sindifisco Nacional.

Passamos a palavra agora ao Dr. José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco.

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Novamente, quero agradecer ao Senador pela iniciativa de realizar esta audiência pública tão importante nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agradecer também aos Senadores e assessores que nos honraram com sua presença, agradecer à Senadora pela presença e dizer aos demais que estamos à disposição do Senado Federal para, através do canal de atendimento, ficar atentos às demandas dos Senadores, tanto no acervo já produzido, mediante a sistemática que foi exposta aqui, como também no trabalho de levar a proposta a novo estudo que seja objeto de projeto, de pronunciamento dos Senadores aqui, na Casa, e, certamente, sempre a serviço da sociedade.

E é com isso que nós, que fazemos o sindicato, nos sentimos gratificados no momento em que a nossa expertise possa ser útil aos projetos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meu querido José Castelo, mais uma vez eu vou te cortar, porque a Senadora veio dar um abraço em todos.

A Senadora Fátima Bezerra é Vice-Presidente da Comissão de Educação... (*Palmas.*)

... e tem compromisso com essa causa, com certeza.

Fico muito feliz por ela ter vindo aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Com certeza. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela tem outro compromisso. Por isso ela veio dar um abraço e está retornando.

Seja sempre bem-vinda, Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Agradeço então, à Senadora Fátima Bezerra pela presença e quero dizer, então, que, através do CAP, a Diretoria de Assuntos Parlamentares do Sindifisco se sentirá bem honrada sempre que demandada pelos gabinetes dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao José Castelo Branco Bessa Filho, Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Álvaro Luchiezi Júnior, Gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco, para deixar que o Presidente do Sindifisco encerre, então, a nossa audiência do dia de hoje.

O SR. ÁLVARO LUCHIEZI JÚNIOR – Vou ser bem rápido e sucinto. Acessem-nos e nos tragam trabalhos, porque nós vamos dar um retorno para vocês, com certeza, com muito mais elementos, com muito mais subsídios, sempre para engrandecer o trabalho parlamentar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito Bem, Dr. Álvaro Luchiezi Júnior, Gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco.

Agora, para suas considerações finais, o Presidente do Sindifisco Nacional, Dr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno.

O SR. CLAUDIO MARCIO OLIVEIRA DAMASCENO – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos aqui, neste plenário, agradecer a presença da Senadora Maria do Carmo Alves, que ficou aqui até o final, e aos demais Senadores que aqui estiveram e nos honraram com sua presença, de, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim, um parceiro nosso ao longo de muitos anos – não é, Senador? –, pelo trabalho, por essa parceria conosco e de dizer a todos que estamos sempre à disposição.

O Sindifisco Nacional tem sempre como contribuir com esse debate. Neste momento que o País atravessa, de desajuste nas contas públicas, em que a Receita Federal é, mais uma vez, chamada a cumprir o seu papel, assim como nós auditores fiscais, nós queremos contribuir com todo esse esforço e, ao mesmo tempo, trazer questões necessárias para que tenhamos não só um bom resultado no incremento da arrecadação, de que todo país precisa, mas precisamos também passar a pensar no futuro, em que sistema tributário nós queremos, porque é através de um sistema tributário mais justo que, com certeza, chegaremos a um país também mais justo.

Então, o Sindifisco Nacional se coloca à disposição desta Casa, dos Senadores e agradece, mais uma vez, pela oportunidade e pela presença de todos aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Claudio Marcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindifisco Nacional.

Esta Presidência, ao encerrar os trabalhos, agradece a presença de todos os Senadores que estiveram aqui, de todos os assessores e dos Senadores que já foram também citados, agradece a presença dos fiscais, dos servidores, enfim, de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para este evento acontecer, inclusive na organização do evento, na formulação dos *outdoors*, dos cartazes, que mostram a disposição do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros do Sindifisco de colaborar na assessoria direta aos Parlamentares e também aos seus assessores.

Vocês nos trazem uma enorme contribuição, que nos deixa até a possibilidade de ousar fazer um trabalho coletivo nesta e em outras comissões para aprofundarmos o debate da reforma tributária dos nossos sonhos, onde os pobres paguem menos, como disse muito bem o Presidente, e os poderosos paguem mais, de acordo com sua capacidade. Assim estaremos fazendo justiça na caminhada para a construção de um Brasil melhor para todos. Vamos todos nos somar para colocar o Brasil nos trilhos.

Parabéns a vocês!

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS e 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta minutos do dia dezenove de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger e Hélio José e o não membro José Pimentel. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa nº 1 de 2015, aprovado em 09/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: "Debater a Medida Provisória nº 664, que altera as Leis 8.213/91 (Regime Geral da Previdência Social) e 8.112/90 (Regime Próprio Servidores Públicos), no que diz respeito à aposentadoria, pensão, auxílio doença, vínculo conjugal, etc. e a Medida Provisória nº 665/2014, que altera a Lei 7.998/90 (que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a Lei 10.779/2003 (que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal), modificando os direitos trabalhistas já conquistados, como seguro desemprego, abono salarial, seguro defeso para o pescador". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações: Ministro Carlos Eduardo Gabas, Ministério da Previdência Social; Ministro Manoel Dias, Ministério do Trabalho e Emprego; Marcelo de Siqueira Freitas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social; Manoel Messias Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Dário Berger, Regina Sousa, Telmário Mota, Hélio José e Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, *Christiano de Oliveira Emery*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente Reunião destina-se a realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 1, de 2015, da CDH, de autoria deste Senador e de outros. Visa a debater as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665.

Para este debate, nós convidamos o Ministro do Trabalho e o Ministro da Previdência, que já se encontram aqui. Também informo o Ministro Manoel Dias, do Trabalho e Emprego, e o Ministro Carlos Eduardo Gabas, da Previdência Social, pois na verdade é um ciclo de três audiências públicas. A primeira audiência pública foi com técnicos do Dieese, do Diap, do Ministério Público, da OAB e da CNBB, e a segunda audiência pública foi com o movimento sindical – federações, confederações, centrais e entidades de caráter nacional.

Melhor do que eu fazer aqui uma fala, neste momento, e tentar resumir o que foi, nós vamos passar um pequeno vídeo de dez minutinhos, que dá um resumo dessas duas audiências públicas. É fundamental ouvi-los neste momento. A população brasileira tem acompanhado muito as audiências públicas. A gente ouviu os movimentos sociais, o corpo mais técnico de entidades de caráter nacional. É importante que a gente ouça agora os dois Ministros.

Os Ministros têm claro já que eu tenho levantado sempre as minhas preocupações sobre esse tema. Falava aqui há pouco com o nosso querido Ministro do Trabalho. É importante para mim a disposição do Governo de dialogar sobre os dois temas. Ter posições divergentes é natural, mas a conciliação, o acordo, a concertação, pensando no bem do povo brasileiro e na própria governabilidade é uma obrigação de todos nós. Por isso, eu quero, primeiro, cumprimentar a ambos pela presença aqui. Eu sei que ambos têm compromissos, e entendo. Nós estamos passando um momento – não vou falar em crise –, no mínimo, complexo, da conjuntura, em nível nacional, e ambos os Ministros, em seguida, terão que se retirar, mas deixarão aqui os seus representantes, tanto do Ministério do Trabalho quanto da Previdência, para a gente continuar dialogando.

Então, para ganhar tempo, eu peço que a gente passe o pequeno vídeo, que dá um resumo do que foi a conversa com os técnicos e com as entidades. Está liberado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Continua a exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós vamos, neste momento, interromper o resumo das audiências. Vai acontecer, em um segundo momento da nossa audiência pública.

Os dois Ministros foram muito gentis, porque nem poderiam estar aqui neste momento. Para se ter uma ideia, o Ministro Gabas tem uma reunião com o Vice-Presidente da República às 9h. Vai até chegar um pouquinho atrasado lá, mas ele fez questão de vir aqui à abertura. Mas vai ficar, representando-o, o Marcelo Siqueira, que é o seu representante imediato. O Ministro Manoel Dias, que também tem compromisso para debater o

quadro nacional, naturalmente, nas instâncias de Governo, vai deixar o Messias, Secretário das Relações de Trabalho. O Márcio ficará aqui, para nós continuarmos o debate.

Senadora Regina, sempre presente, Senadora do Partido dos Trabalhadores, uma lutadora. Que bom, Senadora Regina, que veio aqui! Que sirva de exemplo a outros parceiros nossos que estão vindo.

Ministro Carlos Eduardo Gabas, Ministro da Previdência. Primeiro, agradeço muito pelo esforço que eu sei que você fez para estar aqui neste momento. Está com a palavra pelo tempo que entender adequado, por causa de sua agenda.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado. Bom dia a todas e a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim! Obrigado pelo convite. De novo, me desculpo pela impossibilidade de ficar o tempo todo, como o senhor mesmo já acabou de relatar. Eu costumo dizer que não é que existe uma crise, mas está bastante animado o cenário, e essa animação faz que tenhamos que nos desdobrar em vários, para poder atender a todas as demandas.

Eu quero saudar aqui a iniciativa e dizer que a Previdência Social tem absoluta convicção do que está fazendo. Nós estamos, a cada dia, buscando a ampliação do acesso ao direito previdenciário, do acesso ao cidadão e à cidadã. Compreendo as colocações, inclusive ouvindo aqui os representantes dessa audiência pública que o senhor realizou. Quero parabenizar também a forma como foi feita, ouvindo todos os setores da sociedade. É assim que tem que ser em uma democracia. Todos devem ser ouvidos. Por isso, vieram as medidas para cá, para o debate no Congresso Nacional.

Gostaria de dizer que, mesmo compreendendo as posições que foram colocadas... É pena que não vou conseguir ouvir todas, mas depois queria que você me mandasse o vídeo, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ministro, só para situá-lo, todos vão na mesma linha. As duas audiências públicas vão na mesma linha daquele desenvolvimento. Como o senhor conhece com profundidade, já sabe como foram as audiências.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Já sei o que eles vão dizer.

Quero dizer que, em parte, concordo com algumas colocações. Primeiro, dizer que a previdência vai quebrar, que ela está quebrando, não é verdade. A previdência tem uma saúde muito boa. Há uma confusão na sociedade, de fontes de financiamento e de pagamentos. Nós precisamos, cada vez mais, deixar isso transparente. Senador Paim, nas apresentações de resultados, eu tenho reforçado a tese de que não existe rombo na previdência, e as medidas não foram enviadas para fechar a conta. Não são medidas estritamente fiscais. O que há é um debate antigo na sociedade. O senhor participou do Fórum Nacional de Previdência Social, que se instalou em 2007, e há um debate constante sobre a sustentabilidade do sistema.

Nós vivemos um processo de transição demográfica. Isso não é segredo para ninguém. O perfil da população brasileira deixa de ser um perfil jovem e passa a ser um perfil maduro. Nós não temos mais uma pirâmide. Nós já temos quase um barril representando graficamente a situação da sociedade brasileira. Isso faz com que nós tenhamos uma preocupação com o futuro. Nós, ao longo dos últimos dez anos, incluímos na proteção previdenciária, corretamente, 30 milhões de pessoas. Ou seja, nós contratamos com esses cidadãos, com essas cidadãs, com 30 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, uma aposentadoria, um pagamento para o futuro. Isso, em grande parte, foi feito, de alguma maneira, de forma subsidiada.

Por exemplo, as donas de casa de baixa renda contribuem com 5%, o que é correto; o empreendedor individual – nós incluímos quase 5 milhões de empreendedores nos últimos anos – é correto. Só que esses são contratos para um futuro muito próximo.

Então – e isso nós temos dito, Senador –, não se trata de uma ampla reforma da previdência. Nós não temos ideia de fazer isso. Mas nós precisamos adequar as regras à situação de avanços sociais. Nós temos hoje um perfil da sociedade, um cenário, uma conjuntura, diferente de trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás. No século passado, a expectativa de sobrevida era uma. Nos últimos dez anos, aumentou 4,6 anos. Só nos últimos dez anos! Então, as pessoas estão vivendo mais, graças a Deus. É bom viver mais. A outra opção é muito ruim. Diz-se assim: "olha, nós estamos envelhecendo!" Que bom! Eu quero envelhecer muito. Aliás, a sociedade tem vivido mais. Isso nos traz uma preocupação, porque as premissas atuariais... Em um regime de repartição, em um regime solidário, como o nosso, que nós defendemos e queremos preservar, é erro dizer que não existe cálculo atuarial. Existe. Nós precisamos cuidar da sustentabilidade dessa previdência para as próximas gerações. Então, não é uma modificação de regra que tem o objetivo de fechar a conta de 2015 e de 2016. Absolutamente. Não se trata disso. Trata-se de, na esteira das discussões que nós vínhamos fazendo desde 2007, implementar mudanças que têm o objetivo de garantir a sustentabilidade no tempo.

Nós não tiramos essas medidas da cartola. Nós não importamos modelos, mas também não inventamos nada aqui. Nós fomos olhar lá fora, em países que já passaram por processos de transição demográfica, quais foram as medidas adotadas, e não importamos nenhuma completamente para cá. Nós vimos qual foi a tendência dos regimes lá fora.

No ano passado, dos R$400 bilhões da Previdência, nós gastamos quase R$100 bilhões em pensões. Entendemos que devemos submeter à apreciação do Congresso Nacional e da sociedade mudanças nas regras de pensões. Nós não tiramos direito de nenhum pensionista, nem passado nem futuro. As pessoas continuarão recebendo as pensões. O que nós fizemos foi um ajuste nas regras para torná-las um pouco mais racionais no acesso ao direito à pensão. Isso tem reflexo nas contas da previdência para o futuro. E fizemos, Senador, algumas adequações, inclusive ao Código Civil, que não permite direito de transferência de herança a cônjuge de assassino. Nós fizemos essa modificação porque hoje, pela lei, ainda é possível que um homem mate a sua esposa, ou que uma esposa mate o seu marido, e venha à Previdência pedir a pensão daquele que ela matou, ou que ele matou. Isso é um absurdo! Então, isso está sendo também modificado, além de outras regras de acesso, como tempo mínimo de contribuição, tempo mínimo de casamento e união estável e o estabelecimento de cotas para divisão do valor da pensão para os dependentes.

Nosso Secretário Executivo do Ministério da Previdência, Marcelo Siqueira, que tem todo o preparo – eu diria que vai responder até melhor do que eu a essas questões – vai ficar aqui com vocês para esse debate. Mas eu quero primeiro reafirmar: a Previdência Social brasileira não está em agonia, não está para quebrar. Não existe nenhum motivo para dizermos que, se não mexermos em nada, a Previdência quebra. Não se trata disso. Nós estamos fazendo uma alteração que tem relação com a responsabilidade deste Governo com as futuras gerações. É um debate que é necessário e alterações são necessárias para a gente garantir a sustentabilidade da Previdência no tempo, e garantir que daqui a trinta, quarenta ou cinquenta anos ela continue levando cidadania a milhões e milhões de brasileiros.

Senador, eu quero pedir licença, me desculpar pela necessidade de sair, mas o dever me chama também para outra medida. Aqui, a Previdência Social continuará muito bem representada pelo Marcelo Siqueira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ministro. Obrigado pela presença. A gente entende a correria.

Vamos continuar o nosso debate.

Passamos a palavra, neste momento, ao Ministro Manoel Dias, do Ministério do Trabalho e Emprego, que também fez questão de estar na abertura desse debate e, depois, vai ser substituído pelo Messias.

O SR. MANOEL DIAS – Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim; bom dia, Senadoras e Senadores, bom dia a todos.

Nós temos, todas as vezes em que fomos convocados, comparecido para discutir, mais especialmente a Medida Provisória nº 665, que diz respeito ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

A discussão tornou-se mais ampla na medida em que as medidas foram enviadas ao Congresso sem prévia consulta, o que historicamente se fazia. Criou-se uma cultura e criou-se um gesto, desde o início do governo do Presidente Lula, de que tudo se faz como resultado de debate, de negociação. Mas, por necessidade decorrente da questão da anuidade, o projeto foi enviado sem essa prévia consulta ao Congresso Nacional.

A Presidenta Dilma tem determinado, e, já por quatro vezes – hoje, às 14h, teremos mais uma reunião com as centrais sindicais –, quatro Ministros da República têm procurado o diálogo, o debate e a discussão. E, na medida em que o Governo está se sentando à mesa para negociar, é evidente que a negociação implica adaptar e buscar uma solução que responda às necessidades que a medida propõe, adequada àquilo que os setores, mais especificamente o dos trabalhadores, no caso da Medida Provisória nº 665, entendem ser razoável.

Portanto, não se trata de, também no Ministério do trabalho, estancar a qualidade e a saúde dos nosso fundos. O FAT está com boa saúde, o Fundo de Garantia está muito bem, teve lucro, o seu patrimônio, no ano passado, aumentou quase R$10 bilhões. Nós, como gestores desses fundos, temos responsabilidade de cuidar da sua saúde. Aliás, vimos discutindo, já há dois ou três anos, no Codefat, a necessidade de tomarmos algumas medidas, porque o Brasil mudou. No campo da geração de empresas, criamos 22 milhões de novos postos de trabalho, o que implicou um aumento espetacular no pagamento dos benefícios, mas também aumentou a contribuição não só pelo acréscimo de mais 22 milhões de empregos, mas pelo aumento real do salário. Tivemos um aumento real do salário mínimo de 76%. Então, os fundos estão muito bem.

No entanto, temos que ter precaução no sentido de que o fundo é um dinheiro dos trabalhadores. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço são quase R$500 bilhões, recursos dos trabalhadores. Deste total, mais de R$300 bilhões estão na conta dos trabalhadores, e eles têm um papel fundamental, inclusive na participação, no desenvolvimento nacional.

Desses dois fundos, devemos, neste ano, colocar no mercado quase R$200 bilhões. Só o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem um orçamento de R$86 bilhões, algo em torno disso, destinados, R$55 bilhões, para a construção de casa própria para a população de baixa renda. Temos mais R$10 bilhões, nove e poucos

bilhões, de prêmios de que o Fundo participa. Na medida em que o trabalhador de baixa renda compra uma casa por R$50 mil, o Fundo vai lá e aporta R$25 mil para abater a dívida dos trabalhadores.

Temos R$36 bilhões no fundo de investimento que estão financiando infraestrutura, aeroportos, portos ferrovias, rodovias, hidrovias, além de mais de cerca de R$20 bilhões, que estão nos bancos oficiais e privados, que servem para financiamento das micro e pequenas empresas e do empreendedor individual.

A mesma coisa coisa ocorre no FAT. O FAT, por imposição constitucional, tem, neste ano, R$40 bilhões no BNDES, mas totalizam, hoje, mais de R$190 bilhões do FAT lá no BNDES, que servem para o financiamento da infraestrutura brasileira. O FAT tem mais outros recursos: R$2 bilhões para empreendedores individuais, mais R$10 bilhões, R$12 bilhões para o financiamento dos micro e pequenos. Então, devido a essa grandiosidade desse conjunto é que temos que ter muito cuidado.

É consensual lá no FAT, nas centrais, na representação patronal, em todos os setores, que alguma coisa tínhamos que fazer, algumas medidas tínhamos que tomar. Como isso foi anunciado junto com o ajuste fiscal, confundiu-se. Admito que foi talvez equivocada a maneira de fazer, mas aproveitaram, na onda que estamos vivendo – parece que o Brasil está afundando de maneira violenta – e se passou essa ideia.

O que está acontecendo? Estamos cumprindo uma determinação da Presidenta: vamos dialogar. E agora a bola está quicando no Congresso Nacional. Transferimos – não é que transferimos, é dever constitucional – e é o Congresso que vota, é o Congresso que aperfeiçoa as leis e é o Congresso que, ao fazer como o Senador Paulo Paim, ouve toda a sociedade. Claro que vamos buscar e vamos encontrar uma negociação. É fundamental essa negociação, porque o importante é que haja integração entre aquilo que é possível, aquilo que é ideal e aquilo que realmente é resultado da coisa, acho, mais importante desses últimos governos, que é negociação. Criou-se, estabeleceu-se um critério de se ouvir permanentemente a sociedade. Aliás, o Governo, inclusive, mandou ao Congresso Nacional proposta – deve ter enviado – proposta de incluir a sociedade civil organizada no debate, na discussão, nessa grande tarefa que todos temos de melhorar o Brasil.

Então, estamos fazendo agora essas reuniões com as centrais. As centrais têm uma posição. Nós estamos ouvindo as centrais, queremos que elas proponham, que tenham propostas a fim de que possamos discuti-las. Mas as centrais têm uma decisão e estão unidas; e inclusive criou-se a unidade das centrais sindicais. Embora tenham posições, às vezes, divergentes, elas criaram uma unidade que fortaleceu o movimento sindical. É importante também fortalecer o movimento sindical.

Bom dia, Senador, Santa Catarina acordou cedo.

As centrais tomaram uma decisão, e a proposta delas é de que o Governo retirasse do Congresso as duas propostas, a MP 664 e a MP 665. Eles vêm insistindo nisso. Hoje, à tarde, vamos ter mais uma reunião com as centrais, elas vêm formular algumas propostas, esperamos. O que está pactuado é que vamos discutir agora no Congresso. Agora é aqui que está a discussão, e é o Congresso que vai decidir. Estamos aguardando a designação do Relator a fim de que, com ele, com as centrais sindicais e com o Governo, possamos nos sentar à mesa e discutir essa questão.

Então, as duas ações que a Medida atinge com maior expressão é a questão do pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

O abono salarial foi aprovado no Congresso Nacional em 2001, 2002, quando os trabalhadores tinham o menor rendimento da história.

O salário mínimo estava lá e tinha o menor valor em toda a história. Então, ele veio com uma medida compensatória de recuperação da renda do trabalhador. E, quando veio o governo do Presidente Lula, em que este pactuou com as centrais sindicais a política de geração de emprego e aumento real do salário mínimo, as centrais, juntamente com o Presidente, discutiram essa questão, uma vez que o benefício do abono salarial está baseado no salário mínimo. Assim, se o salário mínimo aumenta, incidem valores cada vez maiores no pagamento desses benefícios.

Então, à época, estabeleceu-se o consenso de que se iria discutir para fazer a alteração nesse benefício. Em 2013, nós nos reunimos, as centrais, com o Ministro Mantega, e já era, naquela oportunidade, intenção do Governo reabrir essas discussões e enviar ao Congresso uma medida que fosse resultado do consenso. Contudo, não conseguimos chegar ao consenso, e postergou-se o envio dessa medida. E, aí, também há o consenso de que medidas têm que ser tomadas. Na realidade, o pagamento muda na questão de prazo, mas adequado o pagamento do abono... (*Pausa.*)

Tudo bem, Senador?

Tudo bem.

Como dizia, adequado o pagamento do benefício do abono salarial ao pagamento do 13º, nos mesmos prazos e nas mesmas proporções.

Então, eu quero dizer a vocês o seguinte: nós estamos abertos, o Governo está aberto. Quem vai decidir é o Congresso Nacional, porque, em última instância, serão os Parlamentares que votarão. Agora, nós estamos sempre à disposição para prestar qualquer informação quanto aos impactos das medidas sobre aqueles que elas atingem. Os nossos técnicos estão aí para fazer essa demonstração.

Não sei se já enviamos aos Senadores e Deputados aquele documento que foi elaborado... Já foi enviado? Sobre o seguro desemprego e sobre...

Nós enviamos para todos os Senadores e Deputados os cálculos sobre os impactos, sobre os resultados dessas medidas. E, também, na medida em que Senadores e Deputados, individualmente ou nas Comissões, desejarem, os nossos técnicos todos estão à disposição no sentido de esclarecer.

Eu tenho uma audiência agora com o Presidente da Câmara para tratar da pauta trabalhista, a fim de que o Ministério possa contribuir com o Congresso Nacional no encaminhamento dessas matérias; porém, ficam aqui o nosso Secretário de Relações do Trabalho, o Messias, bem como o Márcio, que é o técnico da área no Ministério do Trabalho.

Agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, de poder vir mais uma vez ao Congresso. A melhor coisa que tem é vir aqui, porque nos oportuniza a colocação das agendas e a manutenção e estreitamento dessa relação, que é fundamental. São Poderes que, embora independentes, são complementares. Eles têm tarefas cujo objetivo final é construir o País que tando queremos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Ministro Manoel Dias, do Ministério do Trabalho e Emprego, que, na sua fala, de acordo com o meu entendimento, foi muito claro e demonstrou que o Governo está aberto ao diálogo, está aberto à discussão.

Algo em torno de 800 emendas foram apresentadas às duas medidas provisórias.

O Ministro aqui informa que, ainda hoje à tarde, eles terão mais uma reunião com as centrais sindicais. E o Ministro foi muito franco; ele deixou claro aqui que as centrais estão pedino para que o Governo retire as duas MPs. Nos dois eventos que tivemos aqui, tanto com os técnicos da OAB, com a CNBB, Diap, Dieese e Ministério Público, o pedido foi o mesmo, bem assim na segunda audiência pública, que reuniu as centrais e confederações. Como disse o Ministro, é legítimo pedir; agora, o Governo, naturalmente, está fazendo tudo isso, mas, ao mesmo tempo, aqui, com as palavras do Ministro Gabas e, agora, do Ministro Manoel Dias, o Governo tem o compromisso do diálogo e do entendimento para chegarmos a um grande acordo em cima das MPs.

Mas, Ministro, eu estou com três Senadores aqui que querem, no mínimo, fazer uma saudação pequena a V. Exª. São eles: a nossa querida Regina Sousa, o Dário Berger e o Telmário Mota, que é do seu partido. São três Senadores atuantes, tranquilos, que têm uma postura muito gratificante, eu diria.

Algo que quero repetir aqui: disseram-me que este Senado seria mais conservador do que aquele que saiu. Eu estou tendo belas surpresas – eu que estou aqui há quase 30 anos no Congresso. Eu não estou tendo essa visão, não. Não é bem assim, não! Se os conservadores pensaram que assim seria, essas Senadores – e tomo como exemplo os três que estão aqui – estão mostrando que a história não é bem essa.

Mas vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

Passo a palavra ao Senador Dário Berger, que primeiro pediu a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero, com muita alegria, expressar aqui a minha satisfação em poder rever o Ministro Manoel Dias, um companheiro de muitas lutas e de muitas batalhas em Santa Catarina. A sua ascensão ao Ministério do Trabalho muito engrandece o nosso Estado, proporciona orgulho e autoestima, sobretudo porque Manoel Dias não é apenas mais um Ministro; é um Ministro que tem uma longa história política e que relevantes serviços já prestou ao Brasil e também a Santa Catarina.

Essa, a razão pela qual, além de expressar a minha satisfação em poder revê-lo aqui, na condição de Senador, onde estou há apenas um mês e alguns dias, posso perceber que o Governo dá demonstrações de que as manifestações surtiram efeito. Não conheço nenhum governo que deu certo até hoje que trabalhou de portas fechadas. A democracia pressupõe conversa, entendimento, diálogo, porque ninguém chega a lugar algum sozinho e ninguém é dono do poder.

A democracia representativa é exercida pelos seus representantes e, no regime presidencialista, evidentemente, a Presidente detém a diretriz e o poder de encaminhar toda a política econômica e social do País. Entretanto, ela tem que compartilhar esses caminhos com os demais entes da sociedade, não só com o Parlamento, mas sobretudo com a sociedade civil, que, evidentemente, neste momento, está irriquieta e insatisfeita.

Tenho a impressão ou, talvez, a certeza de que nós esgotamos uma forma de fazer política. Todos nós temos consciência disso, Parece-me que as instituições não atendem mais aos anseios da população, que deseja que se faça mais com menos, que se faça mais rápido e que esse processo seja mais justo e democrático.

Realmente, eu quero expressar aqui a minha preocupação com relação ao futuro do Brasil, especialmente com os últimos dados que acabei de ouvir com relação ao desemprego, que começa a se apresentar, e com relação à desaceleração da economia. E esses são fatores muito preocupantes, porque um dos grandes valores do atual Governo foi – e é –, realmente, a geração de oportunidades, de empregos, de inclusão social, resgatando a autoestima e o orgulho do brasileiro. E nós não podemos perder isso que conquistamos!

Eu sempre digo que o importante, no nosso exercício parlamentar, não é discutir mais aquilo que nós conquistamos, mas discutir aquilo que desejamos ainda conquistar. E nós desejamos conquistar um Brasil cada vez mais justo, com pleno emprego, que possa reduzir as desigualdades, as diferenças sociais, para que, efetivamente, a gente possa ter orgulho da nossa passagem, seja pelo Ministério, seja pela Presidência da República, seja pelo Senado.

Essa é a razão pela qual, Ministro, eu quero cumprimentá-lo, dar um abraço em nome de todos os catarinenses. Quero dizer também, Senador Paim, que hoje é dia 19 de março, dia do aniversário da cidade de São José, onde comecei a minha carreira política e onde fui eleito Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito e fui reeleito Prefeito com a maior votação da história do Brasil, com 85% dos votos.

Isso me traz muito orgulho na minha cidade, que está de aniversário hoje, e eu tenho inclusive que viajar daqui a pouco para participar das solenidades, mas não poderia deixar de estar aqui para dar um abraço em V. Exª, por quem tenho profunda admiração, um abraço fraterno e cordial ao nosso Ministro do Trabalho, Manoel Dias.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Nós combinamos que, como o Ministro está com problema de agenda, ele vai ouvir os três Senadores e ele faz o fechamento e nós o liberamos e continuamos o debate aqui com o substituto dos dois Ministros.

Com a palavra Senadora Regina Sousa, do Partido dos Trabalhadores.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Ministro.

Primeiramente, quero agradecer a sua disposição para dialogar, pois V. Exª chegou muito cedo, antes de nós, o que significa que tem um compromisso sério com o diálogo. Uma coisa que a gente criticou foi exatamente não ter sido discutido antes com as centrais nem com as bancadas de apoio ao Governo.

Vou falar apenas sobre um ponto, não para o senhor responder aqui, talvez se não quiser, o seu Secretário responde, mas para reflexão, para levar para discussão com os outros Ministros.

Eu acho o abono salarial... Não discordo do abono salarial, acho que a regra dele deve ser a do 13º também. Mas, no seguro-defeso, há muitos erros, muitas fraudes – sou testemunha, inclusive.

Mas não sei se essas medidas vão impedir que as fraudes aconteçam. Acho que é caso muito mais de fiscalização. E há um ponto sobre o qual precisamos refletir: a questão do acúmulo de benefícios assistenciais ou previdenciários. A pessoa recebe um auxílio da LOAS, por exemplo. Uma pessoa que tem alguém com deficiência em casa e recebe um salário mínimo. E não significa que isso dê para sustentar a família e que ele vai deixar de receber porque vai receber o seguro-defeso. Acho que é muito prejudicial para os trabalhadores mais pobres e que são os pescadores de verdade, aqueles pescadores artesanais.

Para mim, a solução é fiscalizar o acesso à carteira de pescador, porque há muitas fraudes nos sindicatos, muitos deles são coniventes mesmo com essa história. Mas que esse item seja estudado porque o fato de ele ter um benefício não significa que ele não precise do seguro. O benefício pode ser pela pessoa com deficiência, pode ser o bolsa família e não vai dar para ele se sustentar naquele período.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Regina Sousa, que fez uma colocação bem pontual.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para registrar a V. Exª que eu também sou titular da Comissão de Agricultura, onde está acontecendo uma audiência pública em que a Ministra Kátia Abreu se encontra presente. Então, queria pedir licença a V. Exª para que eu possa ir até rapidamente; depois, eu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado. Agradeço pela presença.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Meu Presidente Senador Paulo Paim, a cada dia aqui, Ministro Manoel, a gente aprende um pouquinho. E com o Senador Paim a gente aprende um "poucão". Todos os dias a gente aprende uma boa quantidade.

Quero saudar aqui toda a Mesa, o Ministro Manoel Dias, por quem eu tenho o maior apreço, o maior carinho, o maior respeito. Saudar os Senadores. O Dário já está indo. A Senadora Regina e os demais participantes das entidades aqui presentes.

Ministro Manoel, V. Exª que está à frente dessa pasta, a gente fica, neste momento, com o coração muito apertado porque eu conheço com profundidade o sentimento de V. Exª como um defensor do trabalhador, de sentimento trabalhista, até porque o Partido do qual faço parte... E me honra muito e tenho uma grande gratidão por V. Exª, que acreditou em nós lá naquele fim de mundo praticamente, como uns dizem, mas, que para mim, é o início do Brasil, porque as Américas começam do norte para cá. A gente fica com o coração apertado porque sei que V. Exª tem todo esse sentimento.

Mas V. Exª, acima de tudo, é um brasileiro, ama este País, faz com muito amor o seu trabalho. Tudo que V. Exª abraça, abraça com muita responsabilidade, com muito maestria e se dá como um todo. Bem colocaram aqui que V. Exª chegou cedo – este é o Dr. Manoel, como costumo chamar, este é o Ministro que nos orgulha.

Hoje, o Ministério – uma vez eu fiz uma fala nesse sentido – tem tido algumas baixas que precisamos recuperar. Sei que V. Exª administra, hoje, talvez uma das mais importantes pastas neste País, porque é a pasta que disciplina a vida entre o trabalhador e o empregador. Essa é uma causa sempre muito nobre e muito difícil porque há interesses: uns de direitos e outros que não querem ceder os direitos.

Sei que, a cada avanço, a cada medida que é tomada em nome do Ministério do Trabalho, V. Exª é o maior advogado do trabalhador. V. Exª conhece a nossa opinião e aqui acho que... inclusive, ainda dei essa sugestão numa oportunidade de uma reunião ministerial na qual V. Exª estava presente, e vi o Senador Paim e isso me causou uma boa impressão e respeito por V. Exª, Senador, porque vejo que V. Exª tem sempre só um estilo, seja nos bastidores, seja publicamente. Onde está, V. Exª sempre prima e zela pelos direitos trabalhistas.

Então, Ministro, eu queria fazer um apelo a V. Exª: vamos buscar o bom termo, nem muito ao mar, nem muito à terra. Vamos defender ao máximo, no que for possível, aqueles direitos já conquistados e que sempre balizam, disciplinam e dão motivação e otimismo ao mais pobre, ao mais carente, ao mais humilhado, ao mais humilde trabalhador.

Sua pasta é muito importante. O seu momento nessa pasta também é um novo desafio. Então, eu convido V. Exª para, juntos, fazermos fileira. V. Exª sempre bem diz: "Nós defendemos os seres humanos, outros defendem o capital."

Então, vamos juntos defender o povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Ministro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, com o brilhantismo de sempre.

Por favor, Ministro Manoel Dias, com a palavra .

O SR. MANOEL DIAS – Eu queria agradecer às manifestações dos Srs. Senadores e dizer que são pessoas com as quais nós temos perfeito entrosamento do ponto de vista política e até ideológico.

Nós temos lado, o nosso Partido tem lado. Por isso sofremos tantas vicissitudes. Mataram Getúlio, mataram Jango, desconstruíram Brizola, que eram figuras em relação às quais não havia dúvidas do lado em que estavam.

E a nossa tarefa – e eu, como Ministro, não tenho como abandonar esse caminho, até porque não teria razão de lá permanecer – importante na medida em se participamos do Governo: temos que ser parceiros. E um Governo plural. Nós estamos em um Governo excessivamente plural. Nós não fizemos uma revolução, nós ganhamos uma eleição. E a eleição foi resultado dessa composição. E nós, no caso o PDT, o PT, o PCdoB, temos um papel também fundamental na construção e viabilização deste Governo, porque temos que constituir uma força capaz de fazer o contraponto. Governar é administrar pressões. As pressões são construídas através da sociedade, pelas seus diversos segmentos.

Não sei se houve outros governos que, mais do que este, dialogaram com a população, com a sociedade civil organizada, os os movimento sociais. Aliás, ele é resultado muito desse diálogo, dessa discussão com esses movimentos sociais.

Claro que esse problema foi, até em razão disso, supervalorizado, o fato de não terem antecipadamente negociado com esses setores que foram, historicamente, parceiros nessa construção.

Então, Telmário, pode deixar que nós somos parceiros. Agora, temos de ter perfeita consciência do momento que vivemos. O campo popular não pode se dividir. O campo popular sabe que temos divergências, cada Partido tem a sua... Por isso que não somos... O PT é o PT, nós somos o PDT, o PCdoB e outros Partidos que estão no campo popular, que têm as suas características, as suas prioridades, os seus dogmas.

Agora, estamos construindo um projeto de transição, porque em 12 anos nós mudamos o Brasil – nós, não; o povo mudou o Brasil. É inegável que houve avanços espetaculares. Agora, a continuidade desses avanços depende de ajustes que estamos buscando fazer.

Por isto é fundamental a participação do Congresso: aqui é o principal instrumento da democracia. Quem decide é o Legislativo. O Executivo propõe, formula, mas quem decide, em última instância, a representação popular está aqui. Com toda a crítica que fazem, não há coisa mais importante; a ferramenta da democracia é o Congresso Nacional. Então, nós temos de ter respeito, temos de ouvi-los, pois, em última instância, vocês é que deliberam, vocês é que estabelecem o que deve ser aprovado e não aprovado.

Agradeço à Senadora a quem também digo que a questão, agora, do seguro-defeso passou para o Ministério da Previdência. A nós caberá o pagamento. Nós temos feito várias ações e desenvolvido programas de combate à fraude. A nossa obrigação é fazer isso. É uma luta histórica do bem contra o mal, não é? E geralmente o mal está na frente. Mas nós temos feito lá, desenvolvido ações, aproveitando as tecnologias que hoje estão à disposição, no sentido de combater a fraude. No último cruzamento que fizemos em todos os Estados, vimos que há benefícios concedidos em um Estado que a pessoa recebe em outro Estado. Só no Maranhão, há três mil e poucos benefícios concedidos ali que são recebidos no Rio de Janeiro. Claro que aí cabe a nós, é nosso dever, desenvolver tecnologias e programas que permitem, na hora, constatar como é que essas pessoas estão recebendo no Rio de Janeiro um benefício que deveria ser pago no Maranhão.

Então, a Senadora tem razão, as preocupações, por sua própria natureza, por sua própria origem, são de querer fazer justiça, e a justiça começa pelo menor, dando a ele os direitos. Ainda faltam muitos direitos. Inclusive, há a discussão: "Ah, mas foi feita tanta coisa e as pessoas não"... Isso tudo que foi concedido, que foi alcançado e foi conquistado é muito pouco diante do que eles têm de direito. São quinhentos anos de negativa, de negação desses direitos, e que já se incorporou. Falta muita coisa. E nós juntos vamos melhorar.

Nós estamos vivendo um momento efervescente da discussão política. Nós temos de ter responsabilidade, nós temos de ouvir, ampliar essa discussão, porque para todos os assuntos, lá, por exemplo, no Ministério do Trabalho, temos adotado esta política: ouvir, botar na mesa de negociação, criar grupos que vão aprofundar esse debate. E 99% desse debate tem levado a avanços, a consensos em temas que pareciam intransponíveis.

Então, quero agradecer aqui ao Senador e reiterar o que eu disse: que nós estamos lá a serviço do País e, fundamentalmente, desta Casa, porque nós dependemos desta Casa para a aprovação das propostas que nós consideramos fundamentais para avançar.

Obrigado, Telmário. O Telmário é um teimoso. O Telmário faz campanha a pé, de casa em casa, com alto-falante, brigando por coisas pelas quais ninguém briga, porque ele tem sensibilidade, ele veio de lá, ele é um matuto. Ele briga e eu, inclusive, digo: "Não vai ao Senado, vai a Deputado. A tua eleição será tranquila, tu vai ter um mandato e depois tu vai ser papa".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por ele ser teimoso, veio ao Senado.

O SR. MANOEL DIAS – Disse: "Não, eu vou ser Senador". Começou lá, com toda dificuldade, sem um tostão, chegou aqui e certamente vai fazer um bom mandato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está fazendo.

O SR. MANOEL DIAS – Porque ele tem cheiro de povo, ele conhece as necessidades daquela região que fica lá no começo do Brasil, mas está fora da rota. E às vezes não é lembrado diante do tamanho que o Brasil tem.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ministro Manoel Dias. Parabéns pelo seu pronunciamento em que aponta que a linha é o diálogo, o acordo, o entendimento. (Pausa.)

Continuamos a nossa audiência pública com Marcelo de Siqueira Freitas, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, que está aqui, e Manoel Messias Melo, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vou pedir à assessoria para retomar o vídeo neste momento. O vídeo, só para situar os dois Senadores, é um resumo da fala da primeira audiência em que a gente reuniu aqui a OAB, Ministério Público, Diap e Dieese.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

(*Continua a apresentação de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero cumprimentar a equipe que montou o vídeo. Ficou muito bom. Fez um resumão. Parabéns para quem trabalha aqui na Casa também.

Agora nós vamos, de imediato, já que os dois Ministros fizeram a abertura dos nossos trabalhos, registrar a presença já conosco, aqui, do Senador José Pimentel, que foi ex-Ministro da Previdência e tem uma visão muito clara.

O Senador José Pimentel, junto aos Ministros, na última reunião que tivemos, deixou muito transparente que tem que dialogar, tem que mudar, que não dá para aprovar como está. Deu esse depoimento. Dialoguei

muito. O Senador José Pimentel é Líder do Governo e a posição dele é muito clara, na linha do acordo, do entendimento e de mudanças nas duas MPs. Ele fez questão de que eu registrasse isso.

Quero cumprimentar também o Senador Hélio José, que chega aqui neste momento, Senador de Brasília, comprometido com todas essas causas. Esta audiência não seria a mesma sem a sua presença aqui, assim como aqui está a Regina desde o início, o Telmário também já passou aqui e o Dário Berger disse que voltará num segundo momento.

Eu vou passar a palavra para os senhores para que continuem fazendo essa exposição. Mas queria antes lembrar que esta é a terceira audiência pública que fizemos sobre o tema. Pretendemos aqui encerrar. A partir desta audiência, nós encaminharemos um documento resumido das três audiências para o Governo.

Eu inclusive, como disse muito bem o Telmário, não consigo ter duas posições. Ontem fui à tribuna e me obriguei a dizer, vou repetir aqui, que, se não houver mudanças, eu votarei contra e vou encaminhar contra na tribuna do Senado. Disse lá ontem. Só estou repetindo o que eu disse na tribuna do Senado ontem. Vou à tribuna, vou advogar contra as medidas, mas acredito, e olho bem para os dois aqui, que não vou ter de fazer isso, pois nós temos condições de construir um grande entendimento sobre essas medidas para que não tragam prejuízo para os trabalhadores, para os aposentados, para o nosso povo, para a nossa gente.

Eu fiz aniversário no dia 15 de março e o que mais me emocionou – foi lá em Porto Alegre, na Casa do Gaúcho, no Parque Harmonia, estavam lá em torno de 1,5 pessoas, cada um comprou o seu convitezinho a R$20,00 – foi que fizeram-me uma surpresa, com uma música interpretada pela Ângela Maria, que, se não me engano, é do Chico Buarque. Cantaram para mim: "Gente Humilde". Foi o momento em que mais mexeram com minha alma. E eu me lembrei das duas MPs. É dessa gente humilde que nós estamos tratando aqui.

Com a palavra o Marcelo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, só queria um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador fala quando quiser aqui. É só para situar os nossos convidados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelências, desculpem-me pelo atraso. Estava numa consulta médica, não pude chegar antes, mas não podia deixar de passar por aqui.

Como o nosso Presidente colocou, acho que é uma discussão de grande relevância para o nosso País, para as pessoas humildes da sociedade.

Só para contextualizar, fui do Partido dos Trabalhadores por dez anos; sou fundador do Partido Social Democrático, que é o PSD, Partido do Kassab, nosso Ministro das Cidades; fui diretor da CUT por alguns mandatos; fui coordenador do sindicato, como o nosso querido Senador, S. Exª, o Sr. Presidente colocou.

Não é justo que, por mais que sejamos Base aliada, apoiemos o Governo, fazendo algo que venha de encontro a tudo o que construímos na vida. Então, é necessário repensar, é necessário avaliar com cuidado essa questão.

Há questões realmente graves que são trazidas com relação à maneira como hoje está vigendo algumas questões que temos de consertar, temos clareza disso. Acho eu que, se nós tivéssemos voltado atrás, tivéssemos feito um projeto de lei, ficaria mais fácil para a gente contribuir para que essa coisas que o Governo está sugerindo sejam consertadas, fossem feitas sem prejudicar a classe menos favorecida, que é uma das prioridades nossas defender aqui nesta Casa.

Eu tenho de ir ao Palácio do Planalto representar o meu Partido agora, às 10h30, numa solenidade com a Presidenta Dilma. Por isso eu pedi ao nosso Presidente para fazer esta pequena fala aqui. Sei do compromisso do nosso Ministro Gabas com a história do trabalho, dos trabalhadores brasileiros, com o Governo, e sei do compromisso do nosso Ministro Manoel Dias com os trabalhadores e com o Governo.

Então, é questão de sofrimento para nós, para todo mundo e dos trabalhadores em geral. Então, precisamos refletir com tranquilidade. Não faço parte da comissão mista que está analisando a medida provisória, mas, como Senador da República desta Casa, como membro da Comissão de Direitos Humanos, não posso deixar de somar força com a posição do nosso Presidente Paulo Paim de que não será possível, da forma como está, votarmos a favor, mesmo sendo base aliada e querendo que o nosso Governo avance, tanto é que o nosso Líder, que é o José Pimentel, deixou claro que precisamos mudar. Então, vamos debruçar em uma análise.

Fizemos a terceira audiência pública ouvindo todos os setores preocupados com a situação. Não é só nossa, de Senador da base do Governo ou de Senador até de certo ponto também da oposição que quer colaborar com a situação vigente, mas é também de Centrais a posição de que algumas questões precisam mudar para melhorar realmente, para não ter abuso, mas, da forma como está, fica complicado, porque está misturando alhos com bugalhos. Temos que separar a situação em uma linguagem mais simples, mais fácil para que o trabalhador brasileiro entenda.

Então, quero desejar sucesso, Marcelo, Manoel, e dizer que nós, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, nós, Senadores da Casa, estamos para ajudar o Brasil, ajudar também nossa Presidenta a conseguir que retomemos o crescimento, mas não podemos rasgar a nossa história. Temos a compreensão de que quem está no subterrâneo do trabalho não pode ser penalizado por questões que vieram por causa de outras questões que não cabem aqui serem relatadas nesse momento. Todos sabem. Estão nas páginas dos jornais os problemas que nos levam a uma crise maior.

Quero agradecer a S. Exª, Senador Paulo Paim, pela concessão da palavra, pedir desculpas aos nossos representantes do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho, porque vou sair – tenho que ir ao Palácio do Planalto representar o meu Partido nessa solenidade –, e dizer que estamos juntos para colaborar, Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José, por sua colaboração no debate.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência, Dr. Marcelo de Siqueira Freitas, para sua exposição.

O SR. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS – Bom dia a todos.

Inicialmente, queria agradecer ao...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Marcelo, desculpe-me atrapalhar, mas, desde o início, tenho que fazer esse anúncio e não faço.

Esta audiência pública está sendo realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado, 0800-612211.

Pediu também para registrar a presença conosco uma líder dos aposentados idosos, a Srª Terezinha Torres, do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa. Seja bem-vinda!

Marcelo.

O SR. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim. Bom dia aos demais Senadores aqui presentes e que por aqui passaram, Senadora Regina Sousa, Senador Telmário Mota, Senador Hélio José, Senador Dário Berger e Senador José Pimentel.

Presidente, vou fazer alguns breves comentários em relação a algumas passagens do vídeo a que acabamos de assistir, mas, antes disso, vou iniciar fazendo um comentário bem breve, se a Senadora me permite, a uma ponderação que a Senadora Regina apresentou ao Ministro Manoel Dias, que registrou que este é um tema, agora, sob os cuidados do Ministério da Previdência, e, de fato, tem razão. Falo do seguro-defeso, que também foi objeto de algumas colocações no vídeo a que acabamos de assistir.

Senadora, o que posso registrar é que temos recebido a mesma demanda que a senhora nos trouxe, hoje, também dos movimentos sociais. Temos dialogado com muita frequência com as colônias de pescadores, com os movimentos que representam as colônias de pescadores. O Ministro da Pesca tem, inclusive, patrocinado alguns encontros no Ministério da Pesca com essas populações e os demais representantes do Governo para discutir especificamente os pontos do seguro-defeso.

A principal preocupação que nos foi trazida foi essa que a senhora também reproduziu com muita propriedade, que é a vedação que a medida provisória agora traz da acumulação do seguro-defeso com benefícios previdenciários e assistenciais.

Um ponto que acho que já posso registrar, e não discordando da senhora, mas do exemplo que o companheiro da CUT usou no vídeo quando citou o auxílio-doença, é que temos que talvez fazer uma distinção, e a distinção tem que ser feita em relação àqueles benefícios previdenciários que substituem a renda do trabalho, e infelizmente foi o exemplo que o companheiro da CUT usou do auxílio-doença. Em relação a isso, talvez não tenha mesmo muito sentido a acumulação com o seguro-defeso, porque ele já está recebendo uma renda específica para substituir o trabalho que ele está incapacitado para desempenhar enquanto recebe o auxílio-doença. Agora, de fato, há uma preocupação em relação a outros benefícios previdenciários e a benefícios assistenciais, como a senhora mesmo citou o exemplo da LOAS, do benefício da Lei Orgânica da Assistência Social.

Esse é um ponto que, de fato, temos nos debruçado. Dessas conversas e desses diálogos, já se iniciou no Governo uma análise em relação especificamente a isso. A partir do diálogo que está sendo construído, agora também no Parlamento com a tramitação das medidas provisórias, esse é um tema que talvez tenha que ser revisitado para que possamos discutir e chegar a um consenso em relação ao assunto: ou mantendo a redação da medida provisória ou entendendo as preocupações que estão sendo trazidas e avançando de alguma forma com relação a isso. Mas acho que é importante só fazer a distinção. Preservar a essência da medida provisória acho que é essencial em relação àqueles benefícios previdenciários que já substituem a renda específica da

atividade pesqueira, como o caso do auxílio-doença, e repensar eventualmente em relação a outros benefícios previdenciários e benefícios assistenciais.

Outro ponto que acho relevante registrar, e o próprio Senador Hélio fez questão também de comentar, e o representante da CUT também o fez, é que temos, sim, algumas distorções na legislação previdenciária que a medida provisória veio corrigir. O Ministro Gabas citou uma delas, que é a mais lembrada, que é a adequação da legislação previdenciária ao Código Civil quando proíbe o recebimento de pensão por morte por aquela pessoa que é responsável dolosamente pelo falecimento do instituidor da pensão, mas há outras distorções. O Governo espera que o Congresso, quando for ponderar, preserve a correção das distorções que existem, hoje em dia, na legislação previdenciária e que acabam não permitindo fraudes, porque, se a lei permite algum tipo de concessão de benefício, quem se beneficia dessa permissão não está cometendo uma fraude.... Então, não estamos aqui tratando de pessoas que estão praticando atos ilícitos. Agora, o fato é que a legislação previdenciária tem algumas brechas, apresenta algumas possibilidades que têm induzido comportamentos indesejados, e esses comportamentos indesejados entendemos que têm que ser corrigidos.

Em relação ao que a representante do Dieese fala no vídeo, percebi que a audiência pública com ela ocorreu no dia 5 de março. Como já estamos no dia 19 de março, posso registrar aqui para esta Comissão alguns avanços que ocorreram desde a audiência pública de 5 de março até hoje. Foram apontadas reuniões futuras pela representante do Dieese, mas, a essa altura, já ocorreram. De fato, como também registrou o Ministro Gabas e o Ministro Manoel Dias, houve uma série de encontros com as centrais sindicais para discutir as medidas provisórias. A reunião a que ela fazia menção onde não teria havido muitos avanços foi uma reunião pretérita. Já tivemos outra reunião na semana passada em que já houve, sim, alguns avanços. Parte das pautas apresentadas pelas centrais recebeu alguma sinalização positiva de parte do Governo em relação à possibilidade de atendimento. Hoje, à tarde, tem outra rodada de reuniões com as centrais no Ministério da Previdência, quando serão abordados especificamente os assuntos previdenciários das medidas provisórias. Já recebemos com antecedência a pauta das centrais. Já tivemos oportunidade de nos debruçar sobre elas, e, provavelmente, o Ministro Gabas, na reunião de hoje à tarde, já vai poder apontar para as centrais a possibilidade de acolhimento de algumas das pretensões apresentadas na pauta específica da Previdência Social.

Por fim, como último ponto apresentado também pela representante do Dieese, ela fez menção a uma reunião que ocorreria na CNBB com os Ministros de Estado para discutir as medidas provisórias. Essa reunião já aconteceu na semana passada. Estiveram presentes os Ministros Gabas, da Previdência, Manoel Dias, do Trabalho, e Helder Barbalho, da Pesca.

Ouvimos, com muita atenção, os apelos da CNBB, das Pastorais que estavam presentes e combinamos que fariam um compilado daquela reunião com propostas pontuais, específicas e diretas com relação a alterações nos textos. Estamos, agora, aguardando o recebimento desse material para, junto com tudo isso que temos recebido de contribuição da sociedade, das reuniões que os Ministros têm feito com as Bancadas, trabalharmos, junto, agora, com a Comissão Mista e, depois, com os Plenários da Câmara e do Senado, na discussão das medidas provisórias.

O que posso garantir, em nome do Governo, é que o diálogo está aberto e temos toda compreensão da necessidade de estabelecermos um diálogo franco e aberto com a sociedade e com os seus representantes aqui no Legislativo, de modo a preservarmos a essência das medidas provisórias e discutirmos eventuais avanços que possam ser possíveis.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Marcelo Siqueira de Freitas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, que vai na linha do apelo que estamos fazendo. O Governo tem que sentar, tem que dialogar para construir um entendimento. Você dá informações, para mim, muito positivas. O diálogo com a CNBB foi feito. Foi ouvido, pela voz da CNBB, o apelo, eu diria, quase dos excluídos – ribeirinhos, pescadores etc. –, aqueles que, como eu digo, me permita, Marcelo, só como força de expressão, que ganham no máximo até dois salários mínimos. Eu considero esse abono um 14º para eles.

A gente fala tanto em combater a miséria e a pobreza. Já pensou uma pessoa que ganha um salário mínimo, independentemente se naquele período trabalhou dois, três ou quatro meses...

Sempre digo que não é que a pessoa não goste de trabalhar. O brasileiro gosta de trabalhar. É que muitas vezes não consegue emprego. A rotatividade é muito grande. Sabemos que a rotatividade, e esse é um dado que o Ministério do Trabalho pode confirmar, é muito grande no Brasil. O que as empresas fazem? Os salários vão subindo, até pela evolução do salário mínimo, mérito do Governo, eles vão demitindo e pegando os salários mais baixos. Para esse povo que fica na faixa de até dois salários mínimos, aquele é o 14º do Natal deles, eu diria, como força de expressão. Sabemos que existem muitas estatais no Brasil e no mundo que pagam até o 15º salário. Tem o 14º e o 15º salários, que é o período de férias. Você entra em férias, recebe o salário e, na

volta, ganha o salário do mês. O assalariado não ganha. Por isso, eu sou um daqueles que tenho tido muito carinho, muito cuidado no debate do chamado abono, que chamo 14º. Só para reflexão nossa. Que bom que o Governo está aberto ao diálogo, à construção do entendimento!

Já recebi aqui algumas perguntas. A D. Inês pergunta: "Já que vão tirar o abono, por que não tiram o salário dos políticos, que ganham muito?". O pessoal bate duro mesmo, e sobra para todo mundo. Ninguém pense que esses movimentos, como disse, na tribuna, durante toda semana, depois dos movimentos de 13 e 15, leiam-se movimentos de sexta e de domingo, sejam um protesto somente contra o Executivo. Para mim, é protesto contra o Executivo, contra o Congresso Nacional, pegando também o Judiciário. Tenho essa clareza. E digo mais: aqueles que dizem também que esse movimento é da classe média alta estão enganados. A história mostra que, nas grandes mudanças do mundo, sim, a classe média foi primeiro para rua, e ela incentiva o pessoal da alta e da baixa a vir, e vem com muito mais pressão, com muito mais violência. Por isso, a forma de se defender. É aquela história: o leão só reage e agride quando está com fome, no desespero. Por isso, tenho esse cuidado muito grande com o que eu chamo daqueles que ficam no andar de baixo, até porque sabemos que esses movimentos, se todos não soubermos ter uma pauta positiva e dialogar com a sociedade, vão crescer.

Escrevi um artigo muito duro que saiu no jornal *O Globo*, e vou ler o artigo na tribuna. Falo naturalmente contra aquilo que alguns tentam voltar, que é a questão da ditadura, do *impeachment* fora dos parâmetros da lei. A lei está aí. A lei tem que ser cumprida. Há argumentos inclusive de juristas demonstrando que não é por aí. Temos que restabelecer com tranquilidade... Não é restabelecer, é garantir, é brigar pelo Estado democrático de direito, e que a disputa se faça nos parâmetros da legislação, da lei e da democracia, até porque estamos, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e digo sempre: não há direitos humanos sem democracia e não há democracia sem liberdade.

Eu passei pela época da ditadura. Tenho 65 anos. Esses jovens que falam isso não sabem que, naquele tempo, não poderíamos estar em uma reunião como esta. Eu não poderia dizer o que estou dizendo sendo da Base do Governo e vocês, tranquilamente, respondendo, os Ministros que aqui passaram, como alguém do plenário aqui, a própria Regina contestando alguns dados, e outros Senadores. Mas, enfim, entendo que este é o caminho: o diálogo, a discussão na busca do entendimento.

Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Manoel Messias Nascimento Melo, que aqui representa o nosso Ministro, que esteve aqui, mas teve que sair devido à agenda.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Obrigado, Senador Paim. É sempre um prazer voltar a esta Comissão. O Senador consegue transformar esta Comissão em um dos mais importantes espaços de debates sobre as questões do trabalho. Creio que é importante para que nós, que viemos do movimento sindical, das centrais sindicais do final da década de 70 e início de 80 e que sabemos que é importante que o mundo do trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fundamos as centrais. Naquela época não tinha central.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Eu estava lá, mas era garotinho. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fui Secretário Geral e Vice da fundação da CUT.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Fui Secretário Secretário das Relações de Trabalho da CUT, já agora.

Senador, como o Ministro Manoel Dias e o Ministro Gabas relataram aqui, o Governo enviou essas medidas provisórias para o local, o espaço onde devem ser discutidas democraticamente e aperfeiçoadas. No Estado democrático de direito, o Executivo propõe políticas, mas essas políticas, quando se exige, devem ser transformadas em leis no Parlamento eleito pelo povo. Esse é um aspecto importante. O Governo tem reafirmado o tempo todo, a própria Presidenta tem dito, que, se não tivesse aberto ao aperfeiçoamento, não seriam chamados todos os setores para discussão. Está discutindo! Está discutindo com as centrais sindicais.

Queria ressaltar, além disso, o papel das centrais sindicais. O Governo do Presidente Lula, ao reconhecê-las formalmente, legalmente – elas já existem de fato e já representam os trabalhadores desde o início da década de 80 –, afirma para a sociedade brasileira que não se podem discutir as questões do trabalho sem que a sua representação de classe discuta, participe da elaboração do processo. O Governo vem, ao longo desses anos, dialogando com as centrais em diferentes fóruns. Esse Governo, em todos os Ministérios, tem espaço de diálogo com a sociedade.

O nosso Ministério, o Ministério do Trabalho, se orgulha de, em todas as suas políticas, ter fóruns tripartites para discutir a política. O Codefat é gerido de forma tripartite. Um fundo que interessa diretamente aos trabalhadores é gerido de forma tripartite há décadas, desde a sua constituição, com uma invejável estrutura de apoio para o conselho. Mesmo com as dificuldades que os Ministérios enfrentam, em muitos momentos, do ponto de vista estrutural, tem uma equipe técnica que dá apoio, dá suporte, sempre preocupada que o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Fundo de Garantia sejam geridos da forma mais técnica possível, de forma a

ter sustentabilidade, porque sabemos da importância desses fundos para o trabalhador. Como grande fundo, os recursos ficam disponíveis para alavancar a economia em momentos importantes, e este é um momento importante. Esses fundos, tanto o FAT como o FGTS, desempenharão um papel muito importante para que a economia retome a sua rota de crescimento, e é com o crescimento da economia que poderemos manter essa trajetória exemplar de formalização do emprego e de elevação da renda do trabalho.

Como o nosso ex-Presidente Lula gosta de dizer, nunca antes na história deste País tivemos um período tão longo de crescimento da economia com distribuição de renda – é inédito! –, e distribuição de renda fortemente alavancada em um ponto importante, e o Senador faz parte dessa história, que é a valorização do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Messias, até para irmos dialogando aqui. Eu me lembro de que, naquela época, você já estava no movimento, e, quando fazíamos campanha para os US$100, éramos chamados de demagogos. "Esses demagogos querem quebrar o País! Malucos! Paim, centrais sindicais!" Eu me lembro como se fosse hoje. Lembro que uma época, no Rio Grande do Sul, saiu manchete no principal jornal, dizendo: "Paim quer quebrar o País. Insiste com essa loucura de salário mínimo de US$100". Já foi mais de US$300, mas hoje está em torno de US$300.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Exatamente, Senador.

E é claro que a política de valorização do salário mínimo, o crescimento da formalização exige permanente reflexão sobre as políticas do trabalho e que giram em torno da renda salário. Como já foi dito, e a própria técnica do Dieese, Lilian, expressa fortemente, o aumento da formalização, a ampliação do valor do salário mínimo, causa impacto, sim, impacto positivo – o Governo reconhece que é um impacto positivo – no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Mais trabalhadores estão protegidos. Mais trabalhadores têm acesso à proteção social, e esse Governo defende isso e quer manter esse sistema de forma sólida.

As centrais sindicais têm tido uma posição muito clara nas nossas reuniões com o Governo, com os ministros. A Presidente designou quatro ministros para dialogar, e estou dizendo que quatro ministros de Estado estão sentando-se rotineiramente com as centrais sindicais para discutir, dialogar sobre as medidas provisórias e eventuais aperfeiçoamento dessas políticas. Eu, de novo, diria que isso é inédito na história do País. Nós temos um período em que ministros se sentam com as centrais sindicais para discutir questões profundas, não só para receber manifestos, rapidamente, e passar a questão para um assessor. É para discutir, dedicar seu tempo a discutir medidas para aperfeiçoar a questão. O Governo espera, dessa forma, que as centrais sindicais se coloquem numa posição de apresentar proposições.

Quando as centrais sindicais e o Governo se colocaram à disposição do Parlamento para constituir uma discussão tripartite, para buscar, numa discussão, entre Governo, centrais e Parlamento, aperfeiçoar as medidas, talvez seja uma prova inequívoca de como o Governo entende o diálogo democrático. O Parlamento é o local onde as leis se constroem, e, ao mesmo tempo, se dispõe a sentar junto no Parlamento com quem vai construir o aperfeiçoamento da lei, com as centrais sindicais e propõe que, junto com as centrais sindicais, se busque um aperfeiçoamento.

As centrais sindicais, além de seu papel importantíssimo na defesa das principais bandeiras da sociedade – inegavelmente têm desempenhado um papel fundamental para o Estado democrático de direito que temos hoje e os avanços sociais que temos hoje –, elas têm e estão preparadas para desempenhar um papel para o qual foram fundadas, que é negociar também os direitos do trabalho.

Então, nesse aspecto, é importante que as centrais sindicais apresentem suas proposições concretas de aperfeiçoamento dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Esse é um aspecto importante. Nessas reuniões das centrais sindicais, propuseram um roteiro de debate que o Governo concordou em percorrer, que parte de uma discussão sobre a rotatividade do trabalho – como está formado o mercado de trabalho brasileiro e a rotatividade existente. Esse é um aspecto sobre o qual a sociedade tem de se debruçar e aprofundar; tem que entender as causas da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro.

O Brasil formalizou enormemente, nós crescemos 22 milhões de empregos a mais ao longo desses 12 anos e mantém... Chegamos a uma taxa de desemprego em dezembro, historicamente a menor taxa de desemprego da história do Brasil, e manteve-se em todo esse período praticamente sem grandes variações a taxa de rotatividade. Há uma leve queda da rotatividade causada pelo empregador e há um crescimento saudável da rotatividade por iniciativa do trabalhador que procurou um novo emprego. Mas, mesmo assim, o patamar de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro se mantém muito alto.

Há que se buscar entender por que essa rotatividade se mantém alta. É fato – e a minha trajetória sindicalista não permitiria negar este fato – que parte dessa rotatividade é fruto da busca de a empresa ajustar seus custos via força de trabalho. Esse é um fato, mas não apenas isso justifica.

Há instrumentos importantes. Por exemplo, já vinha sendo identificado pelo Ministério do Trabalho um projeto de estudo junto com o Dieese de três anos sobre rotatividade. Alguns setores se destacam nesse processo de rotatividade, e há que se buscar entender as causas.

Um dos setores é a construção. Na indústria de construção, dois aspectos se colocam. Primeiro, a indústria de construção se organizou no seu sistema produtivo para um nível de especialização – é claro que terá de ser estudado o porquê – que faz com que em uma grande obra, ou mesmo na construção de um grande conjunto habitacional, empresas diferentes executem etapas diferentes do processo. Mesmo quando é de uma mesma empresa, determinadas funções não estão presentes e não são necessárias durante toda a obra. Vou dar um exemplo muito óbvio: na construção de um conjunto habitacional, numa casa, vidros e louças sanitárias são colocados numa etapa final. Existem especialistas, empresas especializadas e trabalhadores especializados nessas funções.

Então, a indústria da construção criou determinado nível de forma de produzir que traz em si um nível de rotatividade que tem de ser estudado; tem de ser buscada uma forma de solução que não faça com que o trabalhador fique permanentemente em empregos de curta duração.

Buscou-se uma saída para garantir uma tributação correta das empresas construtoras, segmentando as grandes obras, cada obra com um CNPJ específico; que uma grande obra seja feita em geral por consórcio: tem um CNPJ; terminada aquela obra, o trabalhador sai daquela obra e vai para outra, é um outro CNPJ. São questões que resolvem um problema do ponto de vista de definição mais clara do processo de tributação, mas que trouxeram em consequência uma questão que tem de ser resolvida, que é a saída do trabalhador de um CNPJ para entrada em outro CNPJ: é uma demissão e uma contratação; é também um instrumento de rotatividade.

Por esse aspecto, as centrais vieram com essas propostas à mesa, e o Governo concordou em aprofundar um estudo sobre rotatividade, criar um grupo interministerial que discuta posteriormente de forma tripartite e com o Parlamento a regulamentação do art. 239 da Constituição Federal, que busca inibir a rotatividade. Está na Constituição, um dos artigos da Constituição que não foi regulamentado, e achamos devemos discuti-lo de forma tripartite para ver como regulamentar de forma adequada para inibir a rotatividade sem causar um efeito negativo na economia do ponto de vista da possibilidade de crescimento.

Do mesmo jeito, setores como o de *call center* de empresas de teleatendimento e telesserviços, que é uma das principais portas de entrada de primeiro emprego do jovem brasileiro. E que tem alta rotatividade também. Há que se buscar entender por que essa rotatividade e buscar contribuir para que a face negativa dessa rotatividade não se expresse. Uma parte da rotatividade no setor de *call center* é decorrente do jovem trabalhador que, depois de algum tempo, procura novo emprego melhor. Mas há uma rotatividade negativa que há de se combater, buscando-se meios de evitá-la.

Neste exato momento, por exemplo, eu deveria estar no Ministério do Trabalho, numa reunião com as federações que representam os trabalhadores do setor.

Já conversamos com os empresários e pretendemos conversar hoje com a representação dos trabalhadores para criar uma mesa tripartite, a exemplo da construção, para fazer esse estudo da rotatividade e das condições de trabalho no setor de *call center*.

A questão da rotatividade na construção nós queremos discutir na mesa tripartite da construção, que vem desempenhando papel fundamental ao longo dos dois últimos anos, para aperfeiçoar as condições de trabalho; uma mesa da construção que levou, para mais de 150 mil trabalhadores da construção, à constituição da representação sindical no local de trabalho. O Senador sabe que muitos empresários veem isso como tabu. Ter na obra uma representação sindical é um instrumento importante de democratização das relações de trabalho e de melhoria concreta das condições de trabalho na construção.

Então, na mesa da construção e, agora, na mesa sobre teleatendimento, sobre *call center*, vamos buscar entender rotatividade e adotar medidas – os quatro ministros do Governo sinalizaram que concordam com isto – que combatam a rotatividade negativa que há nesses setores e em outros setores, como o rural.

Especificamente na área rural, o Governo recebeu a Contag, além de discutir com as centrais, conversou com a Contag, que apresentou propostas importantes e interessantes em relação à situação dos rurais. Todos os senhores sabem que o trabalho no campo, o trabalho rural, é naturalmente sazonal: safras. E há mecanismos de sazonalidade que fazem com que os contratos de trabalho de assalariamento sejam de curto tempo.

O Governo vem buscando aperfeiçoar essa contratação de curta duração, garantir que ela seja formalizada, e constituir uma comissão nacional para acompanhar uma política nacional de assalariados rurais – sobre isso, foi editado um decreto pela Presidente dois anos atrás. Nessa comissão, estamos aprofundando a questão da

informalidade e do trabalho no campo, mas, especificamente sobre as medidas, a Contag apresentou propostas interessantes para permitir, por exemplo, que não seja impossível que o trabalhador rural acesse o abono social.

O Governo acolheu essas proposições, está estudando-as e buscará mecanismos de aperfeiçoar isso no debate do Parlamento.

Além disso, Senador, o Governo concordou com a importância de se discutir de forma tripartite um fortalecimento do sistema público de emprego. Não há como combater a efetiva rotatividade se não tivermos um sistema nacional de emprego que combine a questão da intermediação da mão de obra, da qualificação profissional e do acessos aos benefícios de seguro-desemprego, acesso a programas de cooperativismo e economia solidária. O Governo sinalizou objetivamente para as centrais retomarem esse debate, para se discutir a regulamentação, o fortalecimento do sistema público de emprego, que é federativo, necessariamente federativo, que reúne a União, Estados e Municípios. E precisa ser regulamentado, para que cada um dos entes tenha suas obrigações definidas, seus papéis definidos e seus recursos definidos – como devem ser aplicados.

Estamos num país em que, felizmente, a economia, o desenvolvimento e a formalização não acontecem apenas no litoral. Não acontecem só nas capitais. Onde mais se formalizou nos últimos anos foi nas cidades do interior e mesmo nos rincões. Sou do interior do Nordeste, do interior de Alagoas, região de seca, e sei como a política desses últimos anos fez aumentar o emprego formal na minha cidade. Aquela coisa praticamente impossível de existir existe hoje. E, se existe, exige, por outro lado, um sistema público de emprego que consiga cobrir todo esse mercado de trabalho, para acesso ao seguro-desemprego, para intermediação de mão de obra e qualificação profissional.

Então, o Governo está disposto a discutir esse aspecto, além de medidas mais pontuais, que o Governo se dispôs a estudar. Hoje, deveremos discutir outras. Por exemplo, estudar a possibilidade – o Senador também passou por esse debate – de o tempo em que o trabalhador estiver com o seguro-desemprego, se contribuir para a Previdência, contar para a aposentadoria. Isso é importantíssimo em setores, por exemplo, como a construção. Por conta dessa rotatividade, se você contar também – claro que terá de ser contributivo, ou seja terá de contribuir com sua parcela... Mas são medidas que o Governo está disposto a aperfeiçoar e adotar.

O Governo aceitou também a ponderação das centrais de revisar as regras de homologação das rescisões de contrato de trabalho. Hoje, a legislação prevê que as rescisões de contrato de trabalho só devem ser homologadas, com o sindicato ou no Ministério do Trabalho, a partir de um ano de contrato. O Governo está disposto a estudar a possibilidade de reduzir esse tempo, fazendo com que antes, em contratos menores, possa-se ter a proteção, o apoio do sindicato ou do Ministério do Trabalho, para garantir que os direitos do trabalhador sejam devidamente quitados na hora da rescisão do contrato de trabalho.

Além disso, o Governo se dispôs a discutir um conjunto de outras medidas que as centrais colocaram nesses debates: pensar a possibilidade de um sistema de proteção a emprego, para que, em momentos de crise, em setor de mão de obra especializada, haja um mecanismo que evite o desemprego. Que experiências como a da Alemanha e de outros países sejam adotadas aqui. Ou seja, o Governo está disposto a discutir propostas para aperfeiçoar medidas. Está disposto a discutir também, além das medidas, outras questões que estão no entorno e que são fundamentais, para que, de fato, se reduza a rotatividade.

O Governo tem certeza, como disseram o Manoel Dias e o Gabas isso aqui, de que os aperfeiçoamentos que queremos fazer no acesso a esses direitos e benefícios não são no sentido de restringir, acabar, extinguir direitos. É no sentido de o tempo todo buscar o melhor mecanismo de garantir a proteção social, agora, e pensando no longo prazo. E o melhor meio para isso é garantir que a nossa economia retome sua trajetória, de crescimento, geração de emprego e crescimento da renda. O melhor meio é nós reaprofundarmos o estudo da estrutura de mercado de trabalho brasileiro e aperfeiçoá-lo. Aperfeiçoá-lo. Nada melhor do que o debate com as centrais sindicais, nada melhor do que o debate no Parlamento brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (Palmas.)

Esse foi Manoel Messias Melo, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Pediram que eu repetisse. Vou repetir, então, o registro do Sr. Luziel, do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil dos Direitos da Pessoa Idosa, e também do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Professor Epitácio Macário e Professora Marta Queiroz.

Não sei se nossa Senadora quer fazer uso da palavra. Por favor, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu queria ainda fazer uma intervenção, continuando a que fiz antes. Primeiro, parabenizo pelo diálogo com as centrais. Que avancem. Se não houver mudança, por mais que a Bancada do Governo, ainda que discordando, tenha a disposição de aprovar alguma mudança proposta por ela mesma, não passa, porque já há muitas emendas, e sabemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cerca de 800 emendas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E sabemos que a oposição vai jogar duro.

Então, se tiver que ter mudança, que venha do Governo ou que venha da Bancada de sustentação ao Governo, porque vai ficar muito ruim aprovar com as mudanças propostas pela oposição. O Governo tem de ver isso também. Então, o máximo que se puder negociar e já apresentar como mudança proposta pelo Governo, acatando a ideia das centrais, acho que melhora bastante a relação também e para a sociedade também fica mais simpático de as mudanças virem das centrais, das propostas das centrais.

Agora, é uma coisa assim. Perguntamos por que não veio um pacote completo, que dividisse a conta. Depois, veio uma tese para as empresas, mas o Presidente do Senado devolveu. Então, é uma pergunta meio complicada para a Presidência, que não sei... Mas até que ponto o fator previdenciário ainda é importante para as contas da Previdência? A gente sabe que esse é um gargalo, uma coisa que está entalada na garganta dos trabalhadores. Será que já não cumpriu o seu papel? Não poderia ser uma medida compensatória para os trabalhadores?

O SR. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS – Bom, Senadora. Obrigado pela questão. Esse é um dos temas que está na pauta, a questão específica do fator previdenciário. Inclusive, hoje, na reunião com as centrais à tarde, eles já anteciparam que esse é um dos assuntos que eles vão colocar na mesa de diálogo.

O Ministro Gabas já externou sua posição pessoal em relação ao tema há alguns dias, inclusive pela imprensa, e a gente espera que, a partir da reunião de hoje com as centrais, se estabeleça uma linha de diálogo para buscar uma alternativa que seja viável ao fator previdenciário. A simples extinção do fator previdenciário não nos parece uma postura adequada. Agora, buscar alternativas – o Ministro, inclusive, já anunciou sua percepção pessoal em relação a uma das alternativas possíveis – é um caminho de diálogo que pode ser aberto para a gente discutir uma saída e encontrar uma solução perene para regras de acesso aos benefícios programados da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Marcelo e Messias!

Mas eu não resisto a fazer um rápido comentário a essa questão do fator.

É uma luta que nós travamos aqui desde a época do governo anterior, porque ela surgiu no governo do Fernando Henrique Cardoso, mas foi mantida no governo Lula e também no Governo da Presidenta Dilma.

Nós, há mais ou menos seis ou sete anos, já aprovamos aqui, no Senado, o fim do fator. Foi para a Câmara, mas a Câmara não votou. Falam que o Lula vetou, mas ele vetou uma emenda a uma medida provisória que não cabia naquele espaço, e o debate ficou sendo travado em cima do projeto de nossa autoria, que está na Câmara e que tem um substitutivo do hoje Ministro Pepe Vargas, Deputado Federal, que vai na alternativa apresentada, inclusive em uma entrevista à imprensa, pelo Ministro Gabas, que é a fórmula 85 e 95.

Como sempre tem aqueles que usam da má fé e da malandragem, tentaram jogar para a opinião pública, pelas redes sociais, que esse substitutivo significa que o cara teria que trabalhar até 85 e 95 anos de idade. Olha, é uma sacanagem, uma malandragem sem-vergonha de quem não tem o mínimo de respeito com uma proposta séria. Essa proposta é de idade com tempo de contribuição. Você, mais do que ninguém, pode explicar que ela pega... Hoje, por exemplo, com o fator, para a mulher se aposentar com aposentadoria integral, ela tem que trabalhar praticamente até os 67 anos, porque cada ano aumenta mais. Com essa fórmula, ela vai se aposentar com 55 anos. É 55 anos de idade e 30 de contribuição, o que dá 85. Para o homem é 60 de idade e 35 de contribuição, o que dá, então, 95. Então, é uma proposta interessante, que já se aplica para o serviço público. No serviço público é essa fórmula que é aplicada. As centrais enfim fecharam acordo e todas as centrais estão defendendo essa perspectiva de aprovação.

Na reunião que tivemos com os Ministros – a Senadora e outros Senadores estavam lá –, eu defendi este ponto de vista: é hora de nós, numa grande concertação, como se diz, colocarmos o debate do fator para podermos, aí sim, sair daqui com uma proposta positiva que atenda ao interesse dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas e combater a malandragem. Claro que a gente não vai concordar com a malandragem. Eu vivo dentro das fábricas e sei que isso acontece. O camarada está trabalhando e ajusta lá com o empregador, que também é culpado, para sair e receber seu dinheiro, mas continua trabalhando, agora ilegalmente. Se acontecer um acidente na fábrica, como fica? Ele fica trabalhando na ilegalidade no mesmo posto de trabalho com dois salários: o do seguro e aquele que recebe da empresa. Não é justo.

Eu fui um dos autores do seguro-desemprego. Foi uma fusão de três Parlamentares. Nós não fizemos seguro-desemprego para isso. Então, não é essa a intenção. Aí temos que ajustar. Eu defendo uma tese: entrou no seguro-desemprego, tem que, obrigatoriamente, fazer um curso técnico. Obrigatoriamente! E aí nós temos que ter estrutura, naturalmente, para oferecer curso técnico gratuitamente. Mas isso é um debate que... Sei que já há essa intenção no Ministério, mas temos que fazer com que isso aconteça. Aí, esse cidadão que, com a ma-

landragem do empregador e do empregado, que fazia esse conluio para receber duas vezes não vai fazer isso, porque ele sabe que vai ter que fazer um curso técnico e, naturalmente, não vai ter essa diferença no seu salário.

Ao mesmo tempo em que nós falamos isso, claro que achamos também que temos que combater a grande fraude que há na Previdência, da corrupção, do desvio... São bilhões. O próprio Ministro Gabas me dizia, numa oportunidade, que ultrapassa, em ações a receber, imediatas, R$400 bilhões.

E nós temos que aumentar o número de fiscais da Previdência, da Receita –, tivemos uma audiência em que falamos isto aqui ontem à tarde –, para que possam contribuir neste sentido. Acho que este é o momento de nós fazermos uma mudança positiva que, efetivamente, atenda aos interesses dos trabalhadores e ainda aumente o caixa do nosso Governo e da Previdência, que, como foi dito aqui, não é deficitária. A Previdência é superavitária.

Chegou aqui o Senador Donizeti. Se ele quiser usar da palavra neste momento, antes de eu ir para o encerramento...

Agradeço muito à Senadora Regina, que está prestigiando este nosso evento desde seu início, como sempre.

Senador Donizeti, só para situá-lo, dois Ministros que estiveram aqui, mas tiveram que sair, fizeram uma explanação na linha de que é possível construir o acordo mediante mudanças. As centrais sindicais estarão reunidas hoje à tarde com quatro Ministros na perspectiva de buscar um acordo. E existe a possibilidade de que aquela proposta, da Bancada, de que o fator esteja no debate. Há possibilidade, para comprometer algo que não foi dito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia, Senador Presidente e Srs. Secretários.

Eu cheguei atrasado, mas por estarem reunidas duas comissões no mesmo horário. Eu estava acompanhando a Comissão de Agricultura, onde está presente a Ministra Kátia Abreu, num debate que eu estou conduzindo pela parte do PT. Preciso voltar para lá porque vamos fazer a discussão sobre a biodiversidade, mas quero só parabenizá-lo, Senador Paim, pelo excelente trabalho que o senhor está fazendo aqui com o debate dessa temática dessas MPs, porque acredito muito que é através do diálogo que a gente vai encontrar uma média que é melhor para o Brasil, para os trabalhadores, para as trabalhadoras e para todos nós.

Era só isto.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Donizeti! (Palmas.)

Eu vou passar a palavra para as considerações finais aos representantes dos Ministros, mas, como eu sou de ter posição, sobretudo um pouco, eu – Senador Donizeti, fique bem à vontade – passarei a palavra para as suas considerações e fecharei lendo o meu ponto de vista rapidamente, em cinco minutos, sobre a conjuntura e as duas MPs.

Para as considerações finais, então, o Secretário Executivo Marcelo, que representou aqui, muito bem, o Ministro Gabas, que esteve aqui, fez uma exposição na abertura e foi para uma reunião com o Vice-Presidente da República.

O SR. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS – Obrigado, Presidente.

Quero só agradecer pela oportunidade e reafirmar o compromisso do Governo de dialogar com o Parlamento, de dialogar com a sociedade, especialmente com as centrais em relação ao tema. Há a perspectiva de que, a partir do diálogo, se preserve a essência das medidas provisórias, mas que se permitam avanços que possibilitem o enfrentamento de alguns pontos que têm causado alguma preocupação maior nos Srs. Parlamentares e nas centrais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Marcelo!.

Obrigado. (*Palmas.*)

Antes de falar o Messias, ele me lembrou que é compromisso – ele assiste, de vez em quando, à TV Senado – que as perguntas sejam lidas, e eu não as tinha lido. Então, vou ler para que quem participou e mandou nunca diga que só leio aquelas que me interessam. Às vezes eles acham que há seleção, mas não há seleção nenhuma aqui, portanto, vou dizer tudo que está escrito aqui, com sempre faço.

Comentário de Mauro Assis Garcia Breno da Silva: "Alguma coisa tem que ser feita para barrar o absurdo das pensões vitalícias. Meninas de 15 anos se casando com velhos moribundos, casamentos de fachada, para receberem pensões para o resto da vida (...) Faltou regulação específica, inclusive [aí ele fala de outro assunto] para o auxílio-reclusão, aumentando a carência".

Enfim, ele acha que tem que se mexer nisso. Parece que vai nessa linha.

Claro que podemos fazer ajustes, mas pode comentar.

O SR. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS – Só um esclarecimento, Presidente.

Na verdade, mexeu-se nisso. Na medida provisória – isto não tem sido muito divulgado –, as mesmas alterações feitas para pensão por morte também se aplicam ao auxílio-reclusão. Então, todas as alterações também são aplicáveis, porque a lei se refere ao auxílio-reclusão remetendo suas normas de acesso às mesmas normas de acesso à pensão por morte. Então, a MP não fala de forma expressa em auxílio-reclusão, mas, por decorrência da legislação do auxílio, todas as alterações havidas na pensão por morte também se aplicam ao auxílio-reclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Vamos à segunda perguntar. Se quiser complementar, você complementa na sua fala.

A segunda pergunta é de Helen Rios: "Por que não aumentam o tempo de serviço para aposentadoria de políticos eleitos? Por que eles podem se aposentar com oito anos de serviço prestado, enquanto um trabalhador, ou escravo moderno, terá de aumentar o seu tempo de permanência no trabalho?"

Primeiro, quero fazer um esclarecimento. Não existe essa história, como se prega... Só quem tem direito a se aposentar com quatro anos de trabalho é ex-governador. Basta que o ex-governador tenha um único mandato de quatro anos para se aposentar com o salário do teto, que é de trinta e poucos mil reais. Eu acho um absurdo! Aqui, no Parlamento, é preciso 35 anos de Parlamento para ter direito à aposentadoria, como ele fala aqui, integral. Não tem essa de alguém achar que vai se aposentar com oito anos. Repito: nem Presidente da República tem direito a aposentadoria integral com quatro anos. É uma anomalia que tem que ser mudada. Se já aconteceu, aconteceu. Não estou aqui fazendo crítica a quem passou por essa lei, mas ainda hoje, infelizmente, existe isso. Enfim, é algo de que eu, particularmente, discordo. Mas não existe... Aqui é 35 anos. Eu, por exemplo, vou completar 34 anos de Congresso Nacional no fim deste mandato e mais 20 anos como metalúrgico. Aí vou me aposentar. Também já vou estar com... Vocês já fizeram a conta da minha idade. Completei 65 anos agora. Desde a Constituinte que estou no Parlamento.

Bom, expliquei isto para a Helen Rios. Eu só terei direito à integral quando eu completar 35 anos de trabalho.

Comentário também da Helen Rios: "Queremos que mexam no pacote de vocês também: que o congressista seja assalariado durante o mandato; Congresso passa a aposentadoria para o regime do INSS; veto ao aumento do próprio salário e gratificações fora de padrões de crescimento e salários da população."

Isso já existe. Quero dizer para você que todo congressista que não quiser contribuir para o Instituto dos Congressistas se aposenta normalmente pela Previdência. É a opção. Parece que a maioria aqui já optou por contribuir para a Previdência porque o pagamento que ele tem que fazer, que é de R$4 mil a R$5 mil por mês, para esse fundo, na visão deles, não compensa. Alguns, inclusive, desistiram desse fundo dos congressistas e retiraram o dinheiro. E aí aplicaram na poupança achando que renderia muito mais. Então, sua proposta já existe. E, no fundo, todos nós somos assalariados.

Comentário de Pedro Nunes. Ele fala exatamente na linha do que os senhores falaram. "Eu apoio essas medidas, porque quem é trabalhador, na verdade, essas medidas não vão afetar. Só para quem não quer trabalhar e quer viver às custas é que sou contra, na minha opinião". Comentário do cidadão no Alô Senado.

É o ponto de vista dele e a gente tem que respeitar. Eu, particularmente, discordo do ponto de vista dele. Acho que nós estamos mexendo aqui com muitos assalariados e, por isso, todas as centrais se posicionaram contrariamente, e o próprio Governo está refletindo para construir um acordo. Vai aqui numa de que quem ganha salário mínimo – como já ouvi alguém dizer no passado – é vagabundo. Não é verdade! Quem ganha até dois salários mínimos não é vagabundo! São assalariados e ganham salário porque ganham, mas têm que ser respeitados.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Paim, esta é aquela história do inocente pagar pelo pecador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É exatamente isto. Foi o que ele quis dizer aqui.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Aparecem as pessoas promovendo desvios, arranjando "jeitinho", a questão de querer levar vantagem em tudo, que é uma minoria, e, ao final, aqueles que levam as coisas a sério ficam "pagando o pato" por esses que ele nominou como vagabundos. Mas não é a maioria e não são os trabalhadores de fato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Eu queria também, Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Messias, por favor.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – ... colocar que, no Ministério do Trabalho, e tenho certeza que é a posição do Governo, nós não vamos ter, repito, não há cidadania plena sem que nós pensemos que o trabalhador tem que ter proteção em todas as suas fases da vida. Ele tem que ter forma de trabalhar, tem que ter condições de entrar no mercado de trabalho e sobreviver a partir do seu trabalho, viver a partir do seu trabalho, mas ele precisa, também, nas fases em que não está trabalhando, ter o mesmo direito à dignidade e proteção social. Nenhum país se desenvolveu-se, efetivamente, sem construir um sistema de proteção social, para a época do desemprego, a época da doença, a época da aposentadoria e para outras vicissitudes da vida.

Então, é essa visão... Tenho que dizer que essa visão de que a pessoa só não trabalha porque não quer não é a realidade de nenhum país do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Tem outro cidadão que disse que não concorda com a declaração feita aqui sobre o salário mínimo.

Pode não concordar, mas que o salário mínimo cresceu, cresceu. Eu sou testemunha viva dessa história. Eu fazia greve de fome porque queria que o salário mínimo saísse dos US$60.00. E ele chegou a mais de US$300.00. Agora, claro que o dólar subiu e ele está próximo a US$300.00. Não há como não reconhecer isto. O salário mínimo cresceu. Isto é fato, é real, tanto que há um setor conservador que quer mexer na atual política salarial, mas nós dissemos que só se passarem por cima do nosso cadáver para tirar a política de inflação mais PIB, que está fazendo com que o salário mínimo distribua renda. Então, faço questão de responder isso.

Vou, agora, passar para as considerações finais e depois farei a minha... (*Pausa.*)

Ah, uma pergunta aqui que pode ser respondida ainda: "Qual a situação atual da PEC nº 555?" De Terezinha Torres, GT Seguridade Social. Assunto: aposentadoria. Da Seção Sindical Andes/ADUFPA.

Deixa eu responder.

Você pode responder.

A PEC nº 555 é uma proposta de emenda constitucional que suprime aquele pagamento que faz hoje o servidor, de até 11%, sobre o seu salário para a Previdência. Todo o argumento usado, e, no meu entender, corretamente... Ele pagou durante toda uma vida e, depois que se aposentou, voltou a pagar. A 555 retira essa obrigação de o servidor continuar pagando essa contribuição para a Previdência, uma vez que ele pagou a vida toda e já está aposentado. A PEC nº 555 está na Câmara dos Deputados. Ela não chegou aqui ainda. Nós participamos ativamente desse debate, estive num grande evento no Nereu Ramos e coloquei a minha posição. Eu defendo a aprovação da PEC nº 555. Tem que passar na Câmara e, depois, vir para o Senado. É de dois turnos com três quintos.

Messias.

O SR. MANOEL MESSIAS MELO – Senador, eu queria, novamente, agradecer em nome do Ministro e do Ministério do Trabalho como um todo, que está sempre à disposição da Comissão para contribuir, porque entendemos que é importante que as questões do mundo do trabalho sejam debatidas, discutidas com a sociedade e desmistificadas. Infelizmente, muitas vezes, na mídia, essas questões do trabalho aparecem de forma mistificada, distorcida em alguns aspectos, e é bom ouvir tanto o Governo como representantes dos trabalhadores e dos empregadores.

O Governo está disposto ao diálogo, está disposto a aperfeiçoar medidas... As centrais sindicais tiveram acesso a todas as informações do nosso banco de informações, seja do Ministério do Trabalho, seja do Ministério da Previdência, para que possamos, eventualmente, divergir sobre as propostas, mas os números do mercado de trabalho brasileiro, seja do ponto de vista trabalhista, seja do ponto de vista previdenciário, têm que ser vistos e entendidos e ter uma leitura comum, e hoje há uma leitura comum. Nós temos clareza do que é hoje a cobertura do seguro-desemprego, do mundo social, das coberturas previdenciárias, temos a clareza de quais os efeitos das medidas do ponto de vista da cobertura, até para que possamos discutir aprofundadamente eventuais aperfeiçoamentos. Estamos à disposição como Governo e como Ministério do Trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! (Palmas.)

Esse foi o Manoel Messias Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vou encerrar apresentando aqui o pronunciamento que farei hoje na abertura dos trabalhos do Senado, mas que entendo que também cabe aqui, na Comissão de Direitos Humanos, podendo todos, claro, que ouvirem concordar ou discordar, porque isso é democracia.

Falo sobre a conjuntura nacional, sobre o que está acontecendo e os movimentos de rua dos dias 13, 14, um movimento menor, e 15. Foi publicado hoje no jornal *O Globo*. Então não tem segredo. O que eu digo?

Os recentes protestos de rua, acontecidos de norte a sul do nosso país, nas capitais, no interior, um na sexta-feira (13) e outro no domingo (15), tiveram suas pautas. Entre elas, defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, fim do fator previdenciário, arquivamento das MPs 664 e 665, reforma política, defesa da democracia, combate à corrupção e à impunidade e críticas ao governo, ao Congresso e ao Judiciário.

Toda manifestação pública é legítima. E isso independe de pensamento ideológico ou de grei partidária. A democracia só se sustenta com liberdade: liberdade de ir, de vir e de expressão. Há que se ponderar, no entanto, que liberdade de expressão não compreende discriminação ou preconceitos já vividos historicamente. Ninguém de sã consciência pode concordar com as ofensas que foram ditas à Presidência da República, que não vou repetir aqui.

Nesse sentido, as faixas com símbolos nazistas e fascistas erguidas no domingo não são exemplos de democracia [e seriam criticadas em qualquer parte do mundo]. Elas simbolizam o ódio, o apartheid, e sabemos aonde isso pode dar. Eu próprio já fui vítima [inclusive de grupos nazistas; o processo está lá em Porto Alegre].

Também havia cartazes pedindo intervenção militar e volta da ditadura. Um absurdo! Só quem passou pelos anos de chumbo sabe o que representa um regime de exceção.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso se manifestou a esse respeito: "Uma intervenção militar seria algo inusitado, fora da lei, fora da Constituição, ao arrepio da lei, ao arrepio da Constituição. Vale evocar Rui Barbosa no ponto, quando afirmou diante do STF: 'fora da lei não há salvação'. Temos que sempre nos comportar dentro da lei".

Agora vejamos o pedido de *impeachment*. No domingo à noite, em um programa de televisão, o ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto disse que defender o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, como fizeram nas ruas do Brasil, não é crime. Estamos falando de direito de expressão, de opinião. Agora, "pedir o *impeachment* enquanto manifestação livre de vontade, tudo bem. Agora, concretamente, vamos convir, a Presidenta, no curso deste mandato que mal se inicia, não cometeu nenhum crime — que é pressuposto do *impeachment*, seja à luz do artigo 85 da Constituição, seja à luz da Lei 1.079, de 1950, versando sobre crimes de responsabilidade e, por consequência, *impeachment*. Não há a menor possibilidade de enquadramento da presidente da República nessas normas, sejam constitucionais, sejam legais".

Isso tudo [digo eu] me fez lembrar um político gaúcho, maragato, revolucionário, tropeiro de profissão, homem brilhante, semianalfabeto, que adquiriu sua cultura apenas na escola da vida: Honório Lemes da Silva, o Leão do Caverá. Dizia ele: "Quero leis que governem homens, não homens que governem leis".

Há 30 anos, o Brasil vive sob Estado democrático de direito, sendo esse o seu mais longo e ininterrupto período de plena liberdade. Foram apenas sete eleições diretas para Presidente. Estamos aprendendo, regando e acarinhando, no dia a dia, a nossa jovem democracia. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário, os partidos políticos têm de reconhecer e entender o recado das ruas. Os tambores foram tocados; os tambores estão sendo tocando. A nossa obrigação é captar as críticas, sejam elas quais forem, e, dentro da lei, buscar soluções para atender os anseios do povo brasileiro. Se isso não for feito e ficarmos dizendo que isso é só um movimento da classe média alta, estaremos sujeitos a novas e maiores manifestações; estaremos sujeitos a ouvir, de forma estrondosa, o rufar dos tambores cada dia mais forte, mais forte.

Nós temos uma obrigação, Líderes, independentemente de partido – oposição ou situação –, movimento social, popular, sindical, enfim, homens e mulheres que sabem da importância da democracia: lutar de forma permanente, ouvindo as ruas. Mas dizendo sempre: viva a democracia! Viva a liberdade! "Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós."

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim e José Medeiros. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 23, de 2015, aprovado em 18/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater: "Debater sobre as políticas públicas para pessoas Autistas por ocasião do Dia Mundial do Autismo que ocorrerá no dia 02 de abril". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações: Tatiana Roque, Enfermeira, Mãe de autista e Diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil; Lívia Magalhães, Diretora Jurídica do Movimento do Orgulho Autista Brasil – MOAB; Márcia Cristina Lima Pereira, Chefe do Núcleo de Autismo e TGD da Secretaria de Educação; Simone Maria L. C. M. Guimarães, Representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do DF; Adriana Alves, Coordenadora do "Desabafo Autista e Asperger", Professora e Mãe de Autista; Gianna Guiotti, Médica psiquiatra – representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais – CLIAMA; Anna Cristina Pires de Mello, Psicóloga – representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais – CLIAMA; Martinha Clarete Dutra, Diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. O Senhor Presidente concede a palavra para pessoas presentes no Plenário, nesta ordem: Fernando Cotta, representante do Movimento Orgulho Autista Brasil; Sibelle Verônica Batista Vieira, mãe de autista; e Giselle de Freitas, mãe de dois autistas e representante da Coordenação do Movimento Tudo Azul. Às doze horas e vinte e um minutos o Senador Paulo Paim passa presidência ao Senador Hélio José. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, *Christiano de Oliveira Emery*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 23, de 2015, de autoria deste e de outros Senadores, aprovado, para debater as políticas públicas para a pessoa autista, por ocasião do Dia Mundial do Autismo, que é lembrado e festejado, para que todo o Brasil debata o tema, no dia 2 de abril.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do nº 0800612211.

Nós vamos ter duas mesas para debater um tema como esse, a que também tenho dedicado parte do meu mandato, já que trabalho aqui com mais de mil projetos apresentados na Casa, e esse é um deles. Eu tive a alegria, por iniciativa de vocês, de ter participado da construção aqui, na Comissão de Direitos Humanos, da Lei dos Autistas.

De pronto, vamos fazer a primeira mesa.

Chamamos a Drª Tatiana Roque, enfermeira, mãe de autista e diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Chamamos Lívia Magalhães, Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil, Moab. (*Palmas.*)

Chamamos Márcia Cristina Lima Pereira, chefe do Núcleo de Autismo e TGD da Secretaria de Educação. (*Palmas.*)

Chamamos Simone Maria L. C. M. Guimarães, representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do DF. (*Palmas.*)

Só para situar rapidamente, esta é a primeira mesa.

Na primeira mesa teremos a Srª Adriana Alves, Gianna Guiotti, Anna Cristina Pires de Mello e Martinha Clarete Dutra.

Parece-me que as mulheres tomaram conta das Mesas, pessoal. Já estou preocupado. (*Risos.*)

Daqui a pouco elas pedem para eu sair para que elas assumam a Presidência.

Sejam todas bem-vindas. É uma alegria enorme recebê-las aqui. Eu tenho o maior carinho por essa causa, que é uma causa de todos nós, de todas as pessoas de bem do Brasil e do mundo.

Eu vou fazer uma rápida introdução. Como a nossa audiência é transmitida ao vivo para todo o Brasil, eu discorrei um pouco sobre o tema, com a colaboração que recebi da assessoria, para que, em seguida, iniciarmos o nosso debate.

Sejam bem-vindos.

Meus amigos e minhas amigas, recebemos aqui, hoje, na nossa Comissão de Direitos Humanos, meninos, meninas e jovens autistas, seus familiares e militantes de todo o Brasil.

Nesta audiência, seguiremos no debate sobre as políticas voltadas às pessoas com Síndrome do Espectro Autista.

O momento deve ser da maior alegria pela chegada do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, no próximo dia 2 de abril. Porém, somos tomados de preocupação, pois, após intensas lutas travadas e os esforços de todos nós que defendemos a causa, unidos aos movimentos de familiares de autistas nesta Comissão, chegamos à vitoria com a aprovação da Lei Berenice Piana de Piana, como eu digo. Para nossa satisfação, a aprovação da Lei nº 12.764, de 2012, com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, nos deu confiança de que os direitos seriam garantidos.

A presença de representantes do Governo Federal ligados ao Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência e o reconhecimento da condição especial de autista nos trouxeram grandes esperanças. Ainda assim, faltava um passo crucial, do qual não poderíamos abrir mão: a regulamentação da lei, sem a qual não se pode dar efetividade aos direitos estabelecidos na mesma. Houve diversas reuniões, tentativas do Governo de regulamentar o processo por decreto, mas inúmeras questões de divergência com o movimento asseguraram que o debate deve continuar sem retrocessos, segundo o movimento.

Fizemos audiência, especialmente nesta Comissão, para evitar qualquer desvirtuação que fosse do objetivo principal.

Sei que o Governo e as famílias militantes querem o melhor e é só no diálogo que a gente vai construir tudo isso, mas, mesmo assim, segundo relato que recebo, em dezembro do ano passado, o Decreto nº 8.368 foi assinado pelo Governo. Ali, segundo as famílias, existem algumas falhas que eles querem continuar a discutir.

Os avanços são inegáveis, mas a inclusão limitada dos autistas ao sistema público de educação e a inclusão do tratamento pelos CAPS geraram preocupações. Nossas crianças, adolescentes e adultos, sejam com espectro autista ou síndrome de Asperger ou com outra forma de deficiência, enfrentam toda sorte de discriminação. Mas amor de mãe, amor de pai e o amor maior de Deus não têm limite. É preciso muito amor e abnegação para enfrentar as lutas diárias: sessões de fisioterapia, atenção redobrada, jornadas por cidades com pouca acessibilidade, tudo por amor e dedicação, porque a causa, de fato, é justa e bonita. E ainda enfrentar a falta de sensibilidade e preconceito em defesa desses meninos e meninas que dão um brilho especial às nossas vidas.

As graves propostas, segundo diz aqui o relato, na alínea "c", previstas no Decreto, junto ao Conselho Nacional, exigem discussão maior imediatamente. As famílias querem aprofundar o debate.

Enfim, aqui lembro um caso mais dramático, do Rio de Janeiro, que levantou a polêmica, mas também demonstrou que o CAPS tem dificuldade para dar controle à terapia de seus usuários, como terão dificuldade de atender às múltiplas necessidades de profissionais desse público. Enfim, o importante é manter o debate aceso e buscar soluções que atendam às reivindicações dos familiares.

A essas preocupações, segundo o relato que recebi, somam-se a falta do CAPS em vários Estados. Dos 5.570 Municípios, apenas cerca de 2.155 contam com o equipamento.

A Organização das Nações Unidas aponta cerca de 2 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. Negar a criação de centros especializados para atender tantas famílias não pode acontecer. Temos de encontrar um caminho.

Hoje, incluir os estudantes no sistema escolar trouxe preocupação, pela forma do decreto firmado em 2014. Segundo exposto no decreto, as escolas que negarem matrícula serão multadas conforme a situação e só serão punidas por decisão do MEC.

Houve uma série de equívocos na definição final. Por isso, esta audiência visa também aprofundar esse debate.

Enfim, o Dia Mundial do Autismo de 2015 não será dia de celebração depois dessas medidas, porque temos que aumentar a mobilização, o diálogo e o entendimento. Será de lutas, de união e mobilização e muita conversação para a gente poder chegar numa linha de entendimento, numa concertação que atenda à vontade principalmente das crianças e adultos e, naturalmente, dos familiares.

Termino usando as palavras da poeta e terapeuta Mazu Gonçalves: "Traço em rima esse amor de quem luta pela consciência".

Cito trechos do poema Eu, Autista, de Mazu Gonçalves.
Criaram para mim
Um mundo paralelo
Obscuro, ilusório
Um mundo que não quero
(...)
Nem só de verbo
se comunica o ser
Não são só palavras
É o corpo a dizer
Nosso país não me cuida
Com devida atenção
Negligencia minha existência
Porém, tudo em vão
Sou alpinista
Escalando muros de preconceito
Sou o autista
Humano e possuo direitos.
(...)
Sou tantos Pedros,
Júlias e Marias
Sou dois milhões
De aflições e alegrias
Existo e peço
Que olhem mais para mim
E meu endereço
É o mesmo mundo sim!
Que os preconceitos desapareçam!
Viva a luta da família autista, do Brasil e do mundo! (*Palmas.*)

Esse pequeno relato que fiz foi uma construção coletiva que as assessorias das famílias autistas deram para a nossa Comissão. Fizeram esse registro para que as pessoas que estão assistindo à nossa reunião neste momento pela TV Senado, que está ao vivo para todo o Brasil, entendam a importância desta audiência pública e de tudo o que aqui será discutido.

Lembramos para os que estão agora chegando que teremos duas mesas. Já fiz a leitura dos nomes que comporão uma mesa e a outra mesa acontecerá na sequência.

De pronto, seguindo aqui, registro a presença, com o carinho de sempre, do Centro Educacional nº 3, de Sobradinho-DF.

Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Fashion Inclusivo.

Bem-vindos! (*Palmas.*)

Profª Márcia Alessandra S. L. dos Santos. (*Palmas.*)

Profª Ângela Ferreira. (*Palmas.*)

Quero também uma salva de palmas, com muito carinho, para todos os alunos e alunas presentes, que vieram lá do seu posto escolar, de onde estão buscando sua formação e preparação, para participar e defender seus pontos de vista, aquilo em que acreditam, junto com os painelistas, pais, familiares e amigos.

Vocês são nossos heróis. Vocês é que são autores dessa lei. Por isso, ela tem que ser aprimorada por vocês, e o momento é este.

Palmas para vocês! (*Palmas.*)

Faço também questão de registrar a presença, além dos convidados que irão falar, que já mencionei na abertura, do nosso querido Senador José Medeiros.

O Senador José Medeiros está presente aqui na segunda-feira de manhã, firme, para acompanhar este debate. (*Palmas.*)

Havia a intenção de que o jovem Vinícius...

Grande Vinícius, venha cá, meu comandante, aqui na frente. (*Palmas.*)

Esse é o grande Vinícius. Ele é um artista, um poeta, um cantor, um compositor, tudo e mais um pouco.

Palmas para ele!

É uma alegria enorme tê-lo aqui.

Nós ouviremos agora o Hino Nacional Brasileiro, apresentado pelo jovem autista Vinícius, em posição de respeito em homenagem ao Brasil, ao Hino e a todos os autistas.

(Procede-se à execução do Hino Nacional)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vinícius!

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer."

Só nos deem oportunidades, e nós, autistas, mostramos toda a nossa capacidade.

Mais uma salva de palmas para o Vinícius! (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, dar início aos nossos debates do dia de hoje passando a palavra à Srª Tatiana Roque, enfermeira, mãe de autista, diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil.

A SRª TATIANA ROQUE – Bom dia a todos!

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer pelo convite para participar deste debate e agradecer ao Senador Paulo Paim por promover este evento. Eu queria, ainda, agradecer à Mesa, composta pela Srª Lívia Magalhães, advogada e Diretora Jurídica do Moab, Movimento Orgulho Autista Brasil, pela Srª Márcia Cristina Lima, professora, chefe do Núcleo de Autismo e TGD da Secretaria de Educação, pela Srª Simone Maria, representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do DF, e gostaria também de dar o meu bom-dia aos alunos da Escola de Sobradinho, aos professores, profissionais, pais, mães e a todos os Senadores presentes.

Para falar sobre autismo, temos de falar de algumas características. Primeiro, o que seria o autismo? O autismo é uma síndrome comportamental. Essa síndrome atinge três áreas importantes. Então, há uma dificuldade na socialização, há um atraso na linguagem, na fala, e há alteração no comportamento, com comportamentos restritivos e repetitivos. Assim, o autista apresenta alterações nessas três áreas.

Nós sabemos que existem vários tipos de autismo, vários níveis de comprometimento. Então, hoje, nós temos autista leve, moderado e grave, o que vai depender exatamente desse nível de comprometimento. Só que, como existem vários tipos de autismo, os autistas não são iguais. Assim, eles precisam de atendimento individualizado. Nós não podemos pegar uma receita de bolo e oferecer para todos ao mesmo tempo. Não! O atendimento tem que ser individualizado, porque cada um vai depender do ingrediente que vai ser oferecido.

Se a gente for ver a questão da estatística, a gente se assusta. Em 1990, nós tínhamos um caso de autista para cada 2.500 crianças nascidas vivas. Hoje, a estimativa é de uma criança...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Desculpe-me, Tatiana. É que ele veio me entregar um trabalho que ele escreveu, segundo ele, em mais mais de 400 ou 500 horas, chamado *O Desafiante Mundo do Autista*. Eu estava explicando para ele que, depois, ele poderá, naturalmente, comentar a sua proposta.

Ele faz questão ainda...

Desculpe-me atrapalhar, porque...

A SRª TATIANA ROQUE – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... de fato, foi uma falha minha.

O Oswaldo Freire da Fonseca Júnior é jornalista e se dedica também a essa causa. A gente fez a interrupção, mas eu gostaria de pedir a vocês uma salva de palmas para ele pelo trabalho, que ele quer deixar à disposição de todos vocês. (*Palmas.*)

Este é o rascunho do livro, que vai ser publicado em nível nacional.

Certo, Oswaldo? Depois você comenta.

Por favor, Drª Tatiana, com as minhas desculpas, porque faço questão de prestar atenção a cada palavra dos meus convidados.

A SRª TATIANA ROQUE – Claro.

Obrigada.

Então, eu estava falando da estatística. Realmente, houve um aumento do número de autistas no mundo. E isso é preocupante. A ONU fala que são 70 milhões de autistas no mundo. Nos Estados Unidos, os dados oficiais falam que há um autista para cada 88 crianças nascidas vivas.

Só que o CDC, que é o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, afirma que há um autista para cada 50 crianças na faixa etária de 6 a 17 anos. Ou seja, é um número alto. Aumentou bastante. E as políticas públicas precisam ser modificadas para atender a essa grande demanda.

Infelizmente, no Brasil, não há uma estatística oficial. Nós não temos uma estatística oficial falando quantos autistas no Brasil. Isto é uma falha grave, gravíssima! Nós precisamos mapear. Temos que saber quantos nós temos e onde estão, porque a partir daí nós iremos intensificar as políticas públicas. Só que nós precisamos cobrar dos órgãos competentes para que tenhamos essa estatística.

Estima-se que existam 2 milhões de autistas no Brasil, mas não são dados oficiais.

Nós estamos aqui para reivindicar os direitos dos nossos filhos, mas não há como deixar de falar da Lei Berenice Piana. A Berenice, que é uma grande mulher, uma guerreira, uma mãe, tem um filho de 20 anos, o Dayan, e começou essa trajetória há muitos anos. No caso, o filho dela tem 20 anos e o meu tem 6 anos. Ela, uma mãe, uma guerreira, conseguiu, junto com outros pais, a criação da lei. Mas, infelizmente, essa lei não está sendo respeitada.

A lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Isto quer dizer que os autistas têm os mesmos direitos que têm as pessoas com deficiência, o que não tinham. E esses direitos cabem tanto no acesso à saúde, à educação e à assistência social, principalmente nessas três áreas.

Esta audiência tem o propósito de esclarecer, primeiro, o que é a síndrome, para quebrarmos a barreira do preconceito, e cobrar das autoridades que o cumprimento da lei seja feito na sua totalidade. Só queremos assegurar os direitos dos nossos filhos. A gente não está pedindo favor a ninguém; a gente está pedindo que a lei seja cumprida, pois não está.

A lei foi criada, foi feita com o suor de muitos pais pelo Brasil afora e está no papel – infelizmente, está só no papel –, e a gente precisa que os órgãos competentes façam a fiscalização, nas escolas, nos hospitais, nas vizinhanças, onde quer que seja.

Houve uma deturpação da lei. Foi acrescentado um conteúdo que não estava no texto original, confrontando as famílias de autistas que convivem com a realidade do autismo, ou seja, nós, pais e mães, sabemos o que é o autismo. Nós lidamos com autismo 24 horas. Quem está de fora pode ter uma noção, mas sabe o que é a realidade.

Só fazendo uma breve apresentação, porque esqueci de falar no início, quero dizer que meu filho tem 6 anos. Ele nasceu prematuro. Tive uma gestação complicada, de alto risco, foi difícil segurá-lo, mas, com tanto tratamento, com muita força de vontade e com Deus em primeiro lugar, conseguimos. Ele nasceu prematuro. O primeiro ano foi para ganhar peso. Com um ano e meio, mais ou menos, ele não falava nada. Ele era não verbal. Foi quando procurei ajuda. Procurei a fono. Ele foi para a fono e da fono foi para o terapeuta. Então, ele começou o tratamento com um ano e sete meses, sem diagnóstico. Com três anos, nós fechamos o diagnóstico e, a partir daí, a gente intensificamos o tratamento com várias outras terapias. Ele hoje tem 6 anos, conseguiu, graças a Deus, muitas conquistas, muitas vitórias. Ainda tem as suas limitações, mas conseguiu vitórias. Por quê? Porque teve um atendimento precoce, específico e um diagnóstico bem precoce, o que, infelizmente, não é a realidade de muitos de que eu vou falar mais à frente.

Então, é preciso cumprir a lei como ela foi escrita, como eu falei anteriormente. Cobramos a retirada da alínea "c" do Decreto nº 8.368, de 2014. Por quê? Porque o autista precisa do centro especializado, de uma clínica-escola, de um local específico, com equipe multidisciplinar, um local em que ele seja respeitado, em que seu direito seja respeitado, um local onde nós tenhamos psiquiatras, neurologistas, psicólogos, fonos, terapeuta ocupacional, professor de educação física, o que ele precisar. E isso foi desrespeitado na lei. Por quê? Porque na lei foi acrescentada essa alínea que fala que o autista tem de ser tratado no CAPS, que é o Centro de Atenção Psicossocial. Nós não temos preconceito contra o CAPS, nós estamos exigindo o direito de o autista ser tratado num centro especializado. Isso foi acrescentado na lei e foi retirado depois por esse decreto. O CAPS atende vários tipos de patologias e síndromes, com vários níveis de comprometimento, o que não seria específico para o autista.

Outra coisa: o CAPS, hoje, nós sabemos, não tem condições de atender, porque a demanda de autista é alta. Como eu falei no início, a estatística aumentou. Então, nos CAPS que há hoje, a fila de espera é enorme e autista não pode esperar. Quanto mais tempo espera, pior é o prognóstico, pior é a qualidade de vida no futuro. Por isso nós exigimos e estamos reivindicando um diagnóstico precoce e tratamento individualizado.

É necessário concentrar esse tratamento nesse mesmo local, como eu falei, com essa equipe toda. Por quê? Porque, se a gente concentrar o tratamento do autista no mesmo local, com tratamento intensivo, com tratamento específico, nós vamos ter ganhos, vitórias. O autista vai se desenvolver, vai ter uma qualidade de vida no futuro e, com certeza, vai conseguir viver em sociedade, estudar, formar família, casar-se e ter uma qualidade de vida. É por isto que a gente luta diariamente: para que os nossos filhos sejam felizes no futuro.

E não me venham dizer que não há dinheiro para construir os centros especializados, porque há. O que está acontecendo é falta de gestão. Vou dar só um pequeno exemplo: o dinheiro que foi desviado da Petrobras daria para construir muitos centros especializados. Não só para construir, mas para construir, equipar, contratar profissionais e atender a essa demanda. Então, dinheiro existe, só está havendo má gestão.

Outro ponto importante que eu gostaria de frisar é que, infelizmente, a Presidente Dilma vetou um artigo que havia na lei que falava sobre o horário especial, sem compensação, para os servidores públicos com filhos autistas. Nós que somos cuidadores, pais, mães, nós somos sobrecarregados. Por quê? Porque nossos filhos precisam de atendimento multidisciplinar. Por exemplo, meu filho faz seis atividades extra: terapia, terapia comportamental com o método ABA, terapia ocupacional, fono, psicopedagogia, natação e equoterapia. São seis.

Eu sou servidora do GDF, enfermeira. Eu não estava dando conta de fazer 40 horas semanais. O meu filho tem todas essas terapias e eu tenho outra filha, que é neurotípica, que, às vezes, a gente esquece... Não é que a gente esquece, mas os outros filhos ficam à mercê, porque aquela criança especial precisa de atenção redobrada. Por isto eu tive que reduzir a minha carga horária, porque eu não estava dando conta. Eu reduzi minha carga e meu salário foi reduzido pela metade. Tive que fazer outras coisas. E hoje, além de eu ter uma qualidade de vida, porque eu consigo atender às necessidades de meu filho com todas as terapias dele, eu consigo ser mãe da minha filha, o que eu não estava sendo. E isso é muito sério, porque acho que a família também precisa de ajuda. Quando se tem uma criança especial, não é apenas essa criança que precisa de ajuda, mas toda a família precisa, porque fica doente também.

Nós do Moab temos, uma vez por mês, o Desabafo, um encontro de pais que trocam experiência. No Desabafo, ouço muito as mães falarem dos problemas que têm com os outros filhos adolescentes e adultos que não conseguem compreender por que ela dá tanta atenção para aquele outro filho especial. Eles acham que a mãe não os ama. No entanto, não é questão de amar ou deixar de amar, pois a mãe ama todos da mesma forma, mas o fato é que a criança especial precisa de atenção redobrada.

Então, esse ponto da minha filha me fez também tomar a decisão...

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA ROQUE – Só mais um pouquinho.

Continuando, esse ponto me fez tomar a decisão de retratar, para que eu possa ser mãe dela, o que eu não o estava sendo.

Então, tramita aqui, no Senado Federal, um projeto de lei de autoria do Senador Romário que prevê horário especial, sem compensação, para o servidor público com filho, cônjuge ou dependente com deficiência. E eu gostaria, Senador Paim, de pedir a sensibilidade dos Senadores para que essa proposta seja aprovada o quanto antes, porque ela vai ajudar muitas famílias que têm pessoas especiais.

Não é fácil cumprir toda essa carga horária, com todas as atividades, atender ao filho especial, atender à família, como falei anteriormente. E mais: precisamos estudar o autismo. Para conseguirmos ajudar nossos filhos, precisamos saber o que é o autismo, pesquisar a terapia, pesquisar profissionais, levar a criança para exames, para consultas, ir a reuniões na escola, "trocentas" mil reuniões na escola, com coordenadores, com professores, e tudo isso requer a nossa presença.

Como falei anteriormente, o diagnóstico precoce é muito importante. Precisamos capacitar os profissionais para que saibam o que é autismo e saibam fazer o diagnóstico. Com o diagnóstico precoce, o autista vai ter qualidade de vida no futuro, vai ter um atendimento mais intensificado e o mais precoce possível.

As universidades precisam envolver-se nesse projeto. A querida Deputada Mara Gabrilli tem um projeto para que as universidades tenham o autismo como matéria específica. Isto será de suma importância. Por quê? Porque seria muito importante que os médicos saíssem das universidades sabendo o que é o autismo, como classificá-lo e como diagnosticá-lo. Então, há esse projeto da Mara, que ainda está na Comissão de Educação, tramitando, ainda não aprovado.

Defendemos uma política pública mais abrangente. Temos que atingir as crianças e os adultos. Não podemos esquecer dos adultos. Infelizmente, há profissionais que só atendem crianças. Por que não atender a adultos autistas? Claro que não estamos generalizando, mas a maioria só atende a crianças. Se formos pesquisar, veremos que só há artigos que tratam de crianças. Por que estou falando isto? Porque há uma falha, sim,

há uma deficiência de profissionais para atender a essa faixa etária. Não podemos nos esquecer dos autistas adultos, porque eles também precisam de ajuda, não chegou o fim do túnel.

Eu gostaria de colocar a imagem, por favor.

A saúde pública está defasada. A saúde está defasada, está precária. Sou servidora do GDF e sei o que é lidar com falta de material, com falta de profissionais, com falta de tudo. Infelizmente, a maioria dos autistas não tem uma família com condições de dar-lhes um tratamento adequado, e o governo não ajuda.

Esta imagem, para mim, é revoltante. Aqui estão dois adolescentes de 14 anos amarrados em uma cama, numa instituição em Alagoas. Por que estão amarrados nessa cama? Aliás, eles vivem assim. Porque a família não tem condições de oferecer um tratamento adequado, porque o governo não ofereceu um tratamento para essa família... Eles moravam trancados em casa. Tiraram-nos de lá e os levaram para uma instituição, mas eles continuam amarrados. Eles não tiveram um diagnóstico precoce, não têm atendimento individualizado, não têm terapias. A questão é: apenas oferecer medicação não resolve. Ajuda, mas não é a solução. Eles são medicados diariamente e amarrados.

Essa cena, para mim, é frustrante e me causa – desculpe-me a expressão – raiva. Sinto raiva por saber que temos tanto dinheiro para ser investido, sinto raiva por lutarmos tanto por uma política pública de qualidade para nossos filhos, sinto raiva porque o governo não lhes está oferecendo qualidade. Eu, como mãe de autista, fico triste e envergonhada de ver esta cena.

Desculpem-me a emoção, mas é triste ver e saber que o autista tem que passar por essa vergonha, por esse tipo de tratamento. Se nós tivéssemos...

Volta um pouco antes, por favor.

Obrigada.

Se nós tivéssemos os centros especializados, com atendimento digno, eles não estariam aí nessa vida. Eles estão vegetando. Qual o prognóstico para essas crianças? Zero! Para uma criança que não tem atendimento, que não tem estímulo, que não tem nada, que vive amarrada ao leito, qual seria o prognóstico de vida para ela? Zero! E isso é triste!

É por essas crianças que nós estamos aqui. Não é por nossos filhos. A gente luta pelo coletivo, para que essas crianças tenham qualidade de vida, para que elas tenham um tratamento adequado e sejam respeitadas.

Próximo, por favor.

E este é o meu amado filho, o Guilherme. Ele tem 6 anos. Este sorriso é o meu combustível diário. É uma criança feliz, uma criança respeitada, uma criança que, graças a Deus, foi privilegiada, sim, por eu ter condições de lhe dar um tratamento. Contudo, se eu fosse depender do governo e das políticas públicas, ele, com certeza, estaria amarrado àquela cama.

Desculpem-me pela emoção.

Para finalizar a minha fala, eu gostaria de deixar aqui uma reflexão: que as reflexões do dia 2 de abril iluminem as mentes e os corações das autoridades do Poder Público para que os autistas tenham oferta de atendimento digno pautada no respeito e na dignidade.

Obrigada.

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Srª Tatiana Roque, mãe de autista e diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Eu faço questão de registrar a presença do Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta.

O Fernando Cotta, a Berenice Piana e algumas outras pessoas vieram a esta Comissão para, aqui dentro, fazer surgir a Lei dos Autistas. Ela foi uma construção coletiva...

O SR. FERNANDO COTTA – O Ulisses Costa, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Ulisses Costa, do Rio de Janeiro.

Foi uma construção de vocês com esta Comissão, porque não havia, até aquele momento, nenhuma lei que garantisse os direitos dos autistas.

Assim, Fernando Cotta, na tua figura e na da Berenice Piana de Piana, eu queria que ficassem nos Anais da Casa que, não fosse a persistência, não fosse a teimosia de vocês, como aqui também demonstrou essa mãe, a lei não existiria. Existe uma lei porque vocês vieram aqui e me deram, meu querido Senador José Medeiros, um xeque-mate dizendo: "Paim, é agora ou nunca! Ou sai daqui essa lei, ou nós não teremos lei alguma!"

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador.

Eu queria apenas esclarecer que foi em 2009 que nós o procuramos, aqui, e conseguimos, depois de muita luta dessas mãezinhas do Brasil inteiro – estivemos representados –, sentar com a sua assessoria para

traçar, de fato, como essas pessoas poderiam ser mais bem atendidas, como o Legislativo brasileiro poderia estabelecer pelo menos um protocolo, digamos assim, de atendimento a essas pessoas.

Para quem ainda não sabe – se bem que acho que todo o Brasil já conhece isso –, o senhor nos acolheu de uma forma que, como eu digo, nunca conheci. Até hoje, Senador Medeiros, nunca conheci um parlamentar que fizesse o que o Senador Paim fez. Eu me lembro, por exemplo, em uma das votações que nós tivemos, que o Senador Paim, depois que o projeto retornou da Câmara, ligou de seu telefone pessoal – era o sepultamento do então Vice-Presidente José Alencar – para que os outros Senadores pudessem retornar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para que os Senadores que haviam ido a Minas voltassem, porque nós iríamos ficar, com a presença de vocês aqui, com a sessão aberta a noite toda, se fosse necessário, para dar quórum e votar a lei. E vocês ficaram aqui! Eu fiquei, mas vocês ficaram aqui, lotando o plenário.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é.

Eu não conheço, Senador Medeiros, alguém que tenha feito isso. Eu até lhe perguntei se ele tenha algum parente autista ou alguma pessoa autista conhecida. Ele disse que não. Ele realmente assumiu a causa porque viu que era uma causa legítima, uma causa sem partido político, uma causa que realmente luta pela melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que ainda estão, Senador, da forma como essa mãe colocou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vi a emoção da mãe também.

O SR. FERNANDO COTTA – Mas eu quero somente, Senador, deixar muito claro que o senhor, realmente, foi quem primeiro nos deu a mão para que isso pudesse ser uma realidade, para que as pessoas pudessem dizer que há uma lei no Brasil e que nós precisamos cumpri-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Fernando Cotta, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil!

Já que se citou o nome do Romário de forma positiva, eu, como Presidente desta Comissão, quero dizer, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é de nossa autoria, de que a Mara foi a Relatora, com um belíssimo trabalho na Câmara, quando a Mara veio aqui, nós fomos entregá-lo ao Presidente da Casa e o Senador Romário fez questão de estar junto. Naquele momento, nós... O Romário já tinha trabalhado lá.

Vou contar esta historinha, porque Deus conspira a favor das pessoas de bem.

Fomos falar com o Presidente Renan, e o Romário se prontificou a ser o Relator aqui, porque já tinha acompanhado a matéria lá. O Renan disse: "Olha, por mim, tudo bem! Vou fazer um esforço para que isso aconteça, mas quem indica o Relator é o Presidente da Comissão." E o que aconteceu? O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi despachado para esta Comissão, de que sou o Presidente.

Ontem ou anteontem, na semana passada, num grande evento relativo às pessoas com deficiência promovido pelo Romário no auditório Petrônio Portela, que contou com mais de mil pessoas, eu disse: "Olha, casualmente, como o universo conspirou, veio para mim a indicação do Presidente, e eu já o indiquei. Já está nas mãos do Romário. O Romário é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência." (*Palmas.*)

Tenho a certeza de que o Estatuto está em boas mãos. E tenho a certeza de que a esse outro projeto de autoria dele nós vamos dar todo o apoio. Vamos trabalhar juntos.

Quero dizer do meu carinho pela Mara Gabrilli, que é a Relatora lá, e pelo Flávio Arns, que foi Senador e Vice-Governador do Estado do Paraná. Ele foi um grande Senador e nos ajudou muito, conversou muito com as APAEs sobre a construção do Estatuto, que, acredito, meu querido Senador José Medeiros, vai se tornar realidade nos próximos dois ou três meses, pela vontade de todos.

Vamos em frente!

Neste momento, convido para usar da palavra a Srª Lívia Magalhães, Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil, Moab.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Bom dia a todos!

Cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado e parabenizo o Vinícius, pelo grande talento que ele possui. (*Palmas.*)

Já tive outras oportunidades de presenciar o talento do Vinícius. Ele é um grande exemplo para nós.

A Srª Tatiana Roque até embargou minha fala, depois de um depoimento tão emocionante. Não há como não se comover com a situação dos autistas hoje aqui, no Brasil.

Parabenizo a Comissão de Direitos Humanos pela iniciativa de promover a presente audiência pública, pela relevância do tema, principalmente em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, dia 2 de abril.

Inicio minhas considerações reiterando a fala da Srª Tatiana Roque de que o autismo é uma síndrome complexa, que atinge muitas pessoas e que é muito mais comum do que se pensa. Não existem dados oficiais

no Brasil, mas se estima que dois milhões de brasileiros possuam o Transtorno do Espectro Autista hoje. Então, além dos autistas, milhares de familiares são atingidos pelas políticas públicas direcionadas aos autistas.

Nós sabemos que, historicamente, as pessoas com deficiência enfrentam grandes dificuldades para terem seus direitos respeitados. A situação dos autistas não é diferente. A luta pela concretização dos direitos dos autistas ao longo dos últimos anos foi árdua.

Em 27 de setembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mais conhecida como Lei Berenice Piana. Após anos de batalha dos familiares, foram conferidos direitos específicos aos autistas. Eles foram considerados, a partir de então, pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. E foram assegurados diversos direitos, dentre os quais a atenção integral às suas necessidades de saúde e o acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

A Lei Berenice Piana foi uma grande conquista e foi muito comemorada. Porém, a sua efetiva aplicação dependia de regulamentação. Depois de dois longos anos de espera pela sua regulamentação, foi publicado o Decreto nº 8.368, em 2 de dezembro de 2014, com o objetivo de regulamentar a Lei Berenice Piana. Entretanto, não foi motivo de comemoração, considerando-se as omissões e os equívocos que o decreto trouxe.

Vou citar dois equívocos do decreto que são mais relevantes para nós que atuamos na luta pelos direitos dos autistas. A primeira é na área de saúde.

A Lei Berenice Piana confere ao autista o acesso ao serviço de saúde, incluindo atendimento multiprofissional. O Decreto nº 8.368, hoje, confere aos autistas o direito de serem atendidos na Rede de Atenção Psicossocial do SUS, através dos Centros de Atenção Psicossocial, CAPS.

O CAPS é o responsável pelo tratamento das pessoas com transtornos mentais, incluídos os decorrentes do uso de substâncias psicoativas. Ou seja, hoje, o acompanhamento de saúde do autista é realizado pelo CAPS, mesmo local onde são atendidas as pessoas que demandam atenção em saúde mental, alcoólatras e usuários de drogas. Então, esses locais são inadequados, tanto pela falta de estrutura física quanto pela falta de estrutura profissional. Falta tratamento multiprofissional adequado para atender às peculiaridades do autista.

Conforme a Srª Tatiana Roque mencionou, o autismo é caracterizado como um transtorno global do desenvolvimento. Existem alguns comprometimentos que podem variar entre um grau leve, moderado e severo. Nem sempre o autismo está associado à deficiência mental. Portanto, o tratamento do autista tem que ser diferenciado e acompanhado por uma equipe de diversos profissionais aptos a lidar com o transtorno.

Cito aqui mais uma iniciativa da grande Berenice Piana, uma grande guerreira e lutadora pelos direitos dos autistas. Depois de 12 anos de luta, depois de 12 anos indo à prefeitura, tentando conseguir, tentando melhorar a situação dos autistas, ela conseguiu a estruturação de uma clínica-escola do autista. É a primeira Clínica-Escola do Autista no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sabemos que é a primeira, mas é um passo. Por isso, as palmas. É importante o seu registro.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – É um grande passo, e diversos Municípios vêm pedindo o projeto da clínica-escola para implantar em seus Municípios.

Hoje, a Clínica-Escola do Autista atende a cem autistas com idade entre 3 e 45 anos de idade. Essa Clínica-Escola do Autista reúne a saúde e a educação em um só local. Há uma lista gigantesca de pessoas querendo ser atendidas por essa clínica-escola. As crianças que estão na rede regular de ensino recebem o mediador, que recebe a capacitação pela própria clínica-escola, e as crianças que não têm condições de frequentar o ensino regular ou que não se adaptaram ao ensino regular têm o ensino individual na instituição e o acompanhamento de uma psicopedagoga e de toda uma equipe multidisciplinar.

É importante destacar também que as mães são estimuladas na clínica-escola. Elas participam de grupos, recebem orientação, recebem capacitação para melhor cuidar dos seus filhos. Portanto, a qualidade de vida desses autistas que estão sendo atendidos pela clínica-escola é fenomenal. Essa clínica-escola de Itaboraí, Município do Rio de Janeiro, que tem um ano de funcionamento, é a primeira do Brasil e tornou-se referência em todo o País.

Então, parabenizo a Berenice por sua persistência de sempre, tanto pela lei quanto pela implantação da Clínica-Escola, que hoje é referência.

Se Deus quiser, se tudo der certo, haverá muitas clínicas-escolas espalhadas pelo nosso Brasil!

A outra questão que eu quero pontuar diz respeito à educação.

A Lei Berenice Piana prevê que o autista tem direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante e que, em caso de comprovada necessidade, o autista terá direito a um acompanhante especializado.

Houve uma omissão no decreto. Por quê? O decreto diz que, sendo comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada dis-

ponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar. Porém, o decreto não especifica a especialização do acompanhante. Então, o que isso acarreta? Hoje, algumas escolas acabam contratando estagiários sem qualificação, sem preparo, para lidar com o autista para acompanhá-lo e monitorá-lo na sala de aula. E essa falta de especificação acaba impossibilitando ou dificultando muito a disponibilização desse profissional. Então, é muito importante que seja especificada a qualificação, que seja professor de ensino fundamental com treinamento específico para lidar com o autista, para que haja uma qualidade de ensino, porque, se o autista não tem um mediador, não tem uma pessoa que possa ajudá-lo, ele não vai conseguir aproveitar o ensino como deveria ser aproveitado.

Então, para finalizar as minhas considerações, eu enfatizo que a nossa luta continua para que a Lei Berenice Piana seja regulamentada da forma mais adequada e de acordo com as demandas específicas dos autistas. Nós não mediremos esforços para que a sua regulamentação seja adequada, seja utilizando medidas judiciais cabíveis, seja pleiteando a expedição de um novo decreto do Poder Executivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Lívia Magalhães, Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil, que enfatiza, inclusive, tanto a luta da nossa grande Berenice, que aprendi a chamar de Berenice Piana de Piana. Não sei por quê.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É isso mesmo? Então é isso! Alguém me perguntou: "De onde é que o senhor inventou Berenice Piana de Piana?" Alguém me disse que era Berenice Piana de Piana, desde que eu a conheci aqui, nesta sala, quando fui Presidente, ainda em outra gestão, já que estou há 12 anos no Senado e estive mais 16 anos na Câmara. Então é Berenice Piana de Piana mesmo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Viu como eu estava certo? Está correto!

Meus cumprimentos, doutora, pela defesa firme, clara, tranquila e, eu diria até, carinhosa do seu ponto de vista, cobrando mais investimento na área e que não se cometam alguns equívocos, como foi o caso do decreto.

Quero ler aqui a cartinha que a professora me mandou. Eu falei de improviso, mas ela deixa o quadro bem claro aqui:

O Centro Educacional nº 3 de Sobradinho se encontra, sim, aqui, Senador, com alunos do Ensino Médio, para levarem o termo "autismo" para a sala de aula, onde será produzido... Teremos textos, questionamentos e debates. A turma presente será multiplicadora para todos os demais, mostrando a riqueza do que aqui, com certeza, aprenderão.

Professora Ângela Ferreira.

Parabéns, professora! (*Palmas.*)

Onde está a professora?

Levante-se, Professora Ângela Ferreira!

Aí, professora! (*Palmas.*)

Muito bem!

Passamos, de imediato, à Srª Márcia Cristina Lima Pereira, chefe do Núcleo de Autismo e TGD da Secretaria de Educação.

A SRª MÁRCIA CRISTINA LIMA PEREIRA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, e minhas colegas do Movimento Orgulho Autista e agradeço a oportunidade de estar sentada aqui, inclusive ao lado da Simone. Saúde e Educação juntas na Mesa. Estamos juntas mais uma vez.

Não vou me deter em questões legais, porque a Drª Lívia já abordou esse tema, mas vou começar com alguns pontos para irmos construindo nossos comentários, nossas colocações.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz, em seu art. 24, que trata da educação, a parte correta, definida, com relação à educação, fala do direito, que "assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis", e pontua vários aspectos que eu gostaria de abordar: as adaptações razoáveis – o que seria adaptação razoável para uma pessoa com autismo, a que tipo de adaptação eles teriam direito na questão da educação –, o apoio necessário, medidas de apoio individualizado. São termos que estão na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Lei Berenice Piana fala da questão da educação e do direito ao acompanhante especializado, que a Lívia acabou de mencionar, com o problema da regulamentação de quem é essa pessoa, de quem vai dizer qual é a necessidade, de quem vai assumir a indicação para as funções que estão prejudicadas, muitas vezes, no autismo.

A regulamentação dispõe que:

Art. 4º. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo (...).

(...)

§2º Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino (...) [então deverá prover esse profissional].

Não quero aqui fazer um resgate histórico desses conceitos de educação, de como isso tudo aconteceu, mas quero lembrar que, quando falávamos em integração, quando propusemos essa mudança de paradigma de integração para inclusão, a integração queria dizer que essa criança estaria pronta para frequentar a educação comum, a escola regular. E a inclusão não: a escola estaria preparada para receber toda e qualquer criança, e a receber bem.

Então, tentando juntar essa questão legal, o que deveríamos dizer em relação a adaptações razoáveis? O que seria razoável? *Tablets* para comunicação alternativa? O acompanhante especializado que, mesmo sem definição, alguns Municípios estão tendo a iniciativa de adotar, como professor estagiário ou um segundo professor dentro da sala? Educadores ou não? Porque há pessoas de ensino médio também, em alguns Municípios, atuando nesse papel.

O fato é que, na inclusão, teríamos de ter escolas aptas a receber todo tipo de estudante, com todo tipo de necessidade, com dificuldades outras. A prática e a pesquisa demonstram que isso não tem sido efetivo. Em vários congressos fora do Distrito Federal, escutamos muito que as escolas, infelizmente, não conseguiram absorver essa parcela da comunidade na educação especial.

Sabe-se que essa categoria de transtorno global de desenvolvimento é uma categoria com características bem diferenciadas, bem específicas e que traz uma dificuldade maior, sim, para essa adequação, para essa ambientação escolar. Eu mesma tive alunos que, infelizmente, não foram bem acolhidos na educação comum e precisaram sair da escola e hoje estão em casa, mas, felizmente, tive alunos que foram incluídos e conseguiram concluir o seu ensino básico, sua educação básica, e estão no mercado de trabalho. A gente tem experiências muito positivas na educação inclusiva, mas também temos algumas situações meio complexas.

Com relação a pesquisa, fiz um mestrado e o título do trabalho do mestrado era *Pais de alunos autistas – Relatos de expectativas, experiências e concepções e inclusão escolar*. E a reflexão iniciou justamente pensando nisso. Será que não se está falando de um ideal educativo quando se fala nessa inclusão que tanto se deseja e que eu também desejo. Será que a gente está falando de um ideal na realidade da educação pública que hoje a gente tem? Não estamos falando do que a gente imagina ou do que a gente deseja, mas da realidade da escola pública, com falta de servidores, com falta de recursos, com essa estrutura ou falta de estrutura que hoje se tem. Será que a gente não está idealizando, neste momento histórico, essa inclusão para todos?

E, dentro dos objetivos, então, a gente estudou o impacto do autismo na vida dessas famílias e as possibilidades e os limites essa inclusão, como as famílias avaliaram esse processo inclusivo, a satisfação, a insatisfação, as dificuldades, as possibilidades desse processo. A gente sabe que há uma representação social de segregação que é atribuída às unidades, as instituições que são exclusivas de pessoas com deficiências, embora tenham sido elas as que acolheram e que deram um lugar de aluno, muitas vezes, a essas pessoas com deficiência. Então, elas foram o espaço inclusivo, e continuam sendo até hoje, para algumas dessas famílias.

Quando a gente está falando de autismo, a gente está falando de pessoas com comprometimentos variados, falando de todo um espectro – por isso tantas cores no símbolo do autismo –, falando de um grau de comprometimentos variados. Por isso a gente também ainda tem possibilidades variadas de atendimento na educação pública aqui, no Distrito Federal.

Então, na pesquisa, a gente ouviu várias queixas e também elogios. A gente teve escolas que simplesmente trocaram o rótulo de aluno especial para aluno incluído, tivemos outras que realmente se apropriaram da ideia, da filosofia, e incluíram verdadeiramente, sendo dignas de serem chamadas escolas inclusivas. E isto é bacana. Mas, quando a gente fala de inclusão escolar, no autismo, a gente está falando de transtorno grave. Em algumas situações, em alguns casos, em alguns momentos específicos da vida de algumas dessas pessoas, essa avaliação precisa ser feita com um cuidado maior. Precisa ser feita uma avaliação caso a caso, como, por exemplo, no caso daquela cena que a Tatiana mostrou. Como a escola que temos hoje acolheria pessoas em um quadro grave naquele momento da vida deles? Será que hoje a gente tem essa condição na escola pública? Então, hoje, no DF, a gente ainda tem, sim, várias possibilidades, várias alternativas educacionais para as pessoas com autismo que vão desde instituições especializadas até a inclusão escolar tão desejada.

Espero que a inclusão um dia seja realidade mesmo para uma ampla maioria – acho que ainda há muitas com autismo que podem ser beneficiadas por esse sistema –, que a educação deixe de ser prioridade apenas nos discursos. É complicado falar isto aqui, mas acho que aqui também é um espaço em que isto precisa ser dito. A educação sempre é prioridade nas campanhas, desde a do vereador, no Município. Espero que essa prio-

ridade um dia seja real para que, minimamente, essas adaptações razoáveis sejam de acesso a essas pessoas e que a gente consiga uma inclusão mais ampla para que essas pessoas possam ser beneficiadas.

Ainda assim, teremos alguns casos em que a educação não está dando conta. Por isso, minha colega da Saúde está aqui do meu lado, porque a gente vai precisar desses atendimentos intersetoriais para essa colaboração. A gente precisa que a educação seja, de fato, valorizada para que essa população, que merece, seja considerada e respeitada como cidadã.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Márcia Cristina Lima Pereira, chefe do Núcleo de Autismo e TGD da Secretaria de Educação, que falou da importância da inclusão, mas que também temos que entender os casos especiais.

É isso, Drª Márcia?

A SRª MÁRCIA CRISTINA LIMA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Temos que ter investimentos para garantir.

E há algumas preocupações, naturalmente, com a regulamentação da lei pelo decreto.

Agora, vamos passar a palavra, com enorme satisfação, à representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do DF, Srª Simone Maria Guimarães.

A SRª SIMONE MARIA L. C. M. GUIMARÃES – Bom dia a todos.

A gente consegue ver alguns amigos de luta na plateia: o Fernando, a Cristiane, do CAPS, a Margareth, mãe, amiga e colega de luta.

Eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa na pessoa do Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, e também do Senador José Medeiros, que apoia a nossa luta.

Como a colega falou, é muito bom estarmos juntas aqui, Saúde e Educação. Eu estou aqui representando o Diretor de Saúde Mental do Distrito Federal, Dr. Ricardo Lins, que, infelizmente, não pôde comparecer. Sinto-me honrada de poder participar desta Mesa para debater este tema tão importante: as políticas públicas para as pessoas com autismo.

Sou pediatra de formação, me especializei em neuropediatria e convivo com este tema há muitos anos. Sempre trabalhei na rede de saúde do SUS, pela qual luto e na qual acredito.

Há mais de cinco anos, venho desempenhando a grande missão de ser Diretora do COMPP, Centro de Orientação Médico Psicopedagógica, o que tem me aproximado ainda mais da temática do autismo, porque une assistência e gestão.

No Distrito Federal, a Rede de Atenção Psicossocial vem crescendo, mas ainda necessita de ampliação dos pontos de atenção para promover ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral das pessoas com autismo.

Falarei um pouco sobre essa rede de saúde e o que vem sendo feito para o atendimento do autista.

Com relação à infância e adolescência, que é minha área, contamos, atualmente, com o COMPP, que foi criado em 1969, referência no atendimento e no acesso aberto às crianças e adolescentes com transtornos de aprendizagem, transtornos alimentares, transtornos do espectro do autismo, depressão, esquizofrenia, vítimas de violência, entre outros.

O COMPP conta com equipe multiprofissional: assistente social, enfermeiras, educadora física, fonoaudiólogas, nutricionistas, psicopedagogas, psicólogas, psiquiatras, neurologistas, neuropediatras e terapeutas ocupacionais, entre outros.

Conseguimos, junto com a Secretaria de Educação, através do Termo de Cooperação Técnica, que profissionais da Secretaria de Educação fossem cedidos para o COMPP para integrarem essa equipe, o que fortalece muito o nosso trabalho.

No espaço físico do COMPP, na Asa Norte, funciona o primeiro CAPSi do Distrito Federal, que vai fazer 16 anos na semana que vem, é o CAPSi do Plano Piloto, serviço que atende em equipe interdisciplinar os transtornos mentais com sofrimentos psíquicos graves, entre esses os autistas e suas famílias. Sim, atende às suas famílias porque a gente sabe que o investimento na família é muito importante.

A Rede de Saúde conta, ainda, na área da infância e adolescência, com dois CAPSi estruturados, um em Recanto das Emas e um em Sobradinho, ambos necessitando de ampliação de suas equipes e de seu espaço físico.

Contamos, ainda, com um Núcleo de Atendimento Terapêutico no HMIB, Hospital Materno Infantil de Brasília, com o Adolescentro e com um Centro Especializado de Reabilitação, que funciona em Taguatinga, da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência. Ainda contamos com o Hospital da Criança de Brasília, com os ambulatórios realizados nas áreas de psiquiatria infantil e de neurologia infantil. Para os adultos com transtorno, a gente conta, no Distrito Federal, com os CAPS II Transtorno, um em Taguatinga, um em Samambaia, um no

Paranoá e um em Planaltina, com os os psiquiatras dos Hospitais Gerais em seus ambulatórios, com o Hospital São Vicente de Paula, o Instituto de Saúde Mental e o CAPS I, que funciona no Instituto de Saúde Mental.

A gestão da Disam, desde o último governo, vem sendo colegiada, o que tem permitido a aproximação, o conhecimento, a integração e a articulação dos serviços de saúde mental para atender cada vez melhor essa população. Além desse colegiado maior de todos os gestores de saúde mental, existem quatro subcolegiados, um deles o da Infância e Adolescência, este subcolegiado, que já vem funcionando há alguns anos, com gestores e servidores de todos os serviços que prestam atendimento aos transtornos mentais no Distrito Federal.

Sempre nos empenhamos muito em melhorar a assistência dos pacientes com transtornos mentais os mais diversos, entre esses os autistas, pois, além da nossa formação, entendemos que há necessidade de acompanhamento e tratamento individualizado e precoce para essas crianças, além do suporte às suas famílias. Precoce por quê? Porque, quanto mais cedo investirmos nessas crianças, mudanças importantes podem ocorrer em suas vidas, já que aproveitaremos janelas importantes da plasticidade cerebral, que vem nos trazer modificações nas ramificações neuronais, se essas crianças forem estimuladas adequadamente.

Em janeiro do ano passado, 2014, a Secretaria de Estado de Saúde instituiu, através da Portaria nº 7, o grupo condutor para a elaboração da Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e a suas Famílias na Rede de Saúde do SUS, Distrito Federal, desde a detecção precoce dos riscos até o diagnóstico precoce, projeto terapêutico singular, profissionais e equipes de referência, tecnologias do cuidado, leitos ou enfermarias em hospitais gerais, tratamento medicamentoso, atenção à urgência, emergência e reinserção social.

Esse grupo vem trabalhando desde 2013, mais ou menos setembro. Além de considerar toda a parte da legislação, em especial, o destaque que a gente dá é para a Lei nº 12.764, de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, há a cartilha do Ministério da Saúde Linha de Cuidado para a Atenção Integral às Pessoas com Transtorno de Espectro Autista e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS 2013/2014. A gente começou o trabalho em 2013. O grupo foi coordenado pela Direção do COMPP, com vice-direção do HMIB, e teve como representantes gestores

O grupo foi coordenado pela direção do COMPP, vice-direção do HMIB e teve como representantes gestores dos serviços de saúde mental do DF, da Disam, da Atenção Básica, dos usuários, coordenador da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência do DF, parceiros intersetoriais, entre outros.

Concluímos os trabalhos em dezembro do ano passado, e esse grupo levou o documento desse trabalho, intitulado *Guia de Orientação sobre a Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas Famílias no Sistema Único de Saúde*, voltado para gestores e profissionais da saúde. Encontra-se em avaliação. Aguardamos a autorização para que possamos fazer os retoques finais nesse guia para publicá-lo. Será um documento importante nessa área de saúde e também intersetorial.

Esse guia objetiva contribuir com o conhecimento sobre a atual rede de serviços que realiza atendimento às pessoas com o Transtorno do Espectro Autista no DF. Fizemos um diagnóstico situacional de todos os serviços, todos os pontos de atenção, além de buscar a qualificação da atenção, a ampliação do acesso e a integração dos diversos pontos de atenção dessa rede de saúde e intersetorial do DF. Visa, ainda, à incorporação da ideia da integralidade na assistência à saúde, do cuidado continuado, de fluxos assistenciais seguros e garantidos que proporcionarão acesso a todos os recursos tecnológicos de que o usuário necessite nessa rede de saúde.

Grandes desafios foram constatados no nosso trabalho como necessidade de ampliação da rede de saúde, da rede de atenção psicossocial e implementação da rede de atenção à pessoa com deficiência no DF, aumento de cobertura de equipes de Saúde da Família na Atenção Básica, organização do fluxo na rede, articulação intra e intersetorial, pactuações, capacitação de profissionais, entre outros.

O que a gente espera com esse trabalho? Que uma nova comissão seja formada pra dar continuidade e implementação a esse guia. A partir do momento em que se pensa em uma linha de cuidado, em que se pensa no atendimento dessa pessoa ao longo de toda a sua vida, desde o nascimento, com as redes que estão por aí – sabemos da importância da Rede Cegonha, por exemplo, assim como da rede de atenção à pessoa com deficiência e rede de atenção psicossocial, urgência e emergência –, então, o usuário vai se ver nesse cenário sendo o protagonista do seu cuidado.

É importantíssimo, agora, nessa fase – já começamos um trabalho como o Moab – que o usuário esteja presente e possa estar conosco nesse processo de implementação. Nós tínhamos uma representante do Movimento Orgulho Autista Brasil no nosso grupo; também uma representante também da AMA, Margareth, que está aqui conosco e muito colaborou com essa iniciativa desde o começo; a Cristiane, que é a atual gerente do Caps Infantil, que está conosco o tempo todo. (*Palmas.*)

Então o que esperamos desse trabalho? Esperamos que esse trabalho....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está todo mundo procurando vê-las. Peço que se levantem as duas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª SIMONE MARIA L. C. M. GUIMARÃES – A gente espera que o nosso trabalho posa ser um ponto de partida, o início de uma longa caminhada. Vislumbramos que essas orientações que estão contidas no guia e são importantíssimas possam ser norteadoras para a elaboração de políticas públicas e para a aproximação de cada profissional: da saúde, da educação, da assistência social, de outras secretarias como segurança pública e educação, para que, realmente, a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista possa ser atendida em sua integralidade. Sabemos que eles têm as suas individualidades e precisam de um acompanhamento adequado para viver na sociedade.

Sabemos que existe, ainda, preconceito. Temos lutado muito contra isso, e uma das coisas que a gente traz aqui é que é necessária uma sensibilização dos gestores e de toda a sociedade para que o autista possa realmente viver de uma forma plena na nossa sociedade.

Obrigada e bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Simone Maria Guimarães, representante, aqui, da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do DF.

Nós vamos abrir um segundo momento para as falas do Plenário.

Agora, nós vamos apresentar a segunda Mesa. Eu conclamo as minhas convidadas para que retornem ao plenário; podem ficar na primeira fila, se possível. E eu chamo, para a segunda Mesa: a Srª Adriana Alves, Coordenadora do "Desabafo Autista e Asperger", professora e mãe de autista; Gianna Guiotti, médica psiquiatra, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais Ltda. (Cliama); Anna Cristina Pires de Mello, psicóloga, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais Ltda. (Cliama); Martinha Clarete Dutra, Diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

Como a gente falou tanto aqui, e corretamente, de combate a todo tipo de preconceito, a todo tipo de discriminação, só para ilustrar, entre uma Mesa e outra, e para não ficar só na fala dos nossos convidados – e eu falo demais, falo mais que os convidados, pois sobre o que cada um fala eu faço um comentário –, nós vamos passar um pequeno vídeo sobre um caso de racismo: a situação de um estrangeiro na Lituânia, em que ele participa de uma seleção de atores e ali sofre um ato de preconceito, até para lembrar que em março e abril, além do Dia do Autista, nós temos, no dia 21 de março, o dia internacional de luta contra todo tipo de preconceito, data inspirada, instituída pela ONU por conta do Massacre de Shaperville, lá na África do Sul, onde centenas de pessoas foram assassinadas porque queriam o fim do apartheid, e conseguiram, claro, embora Mandela tivesse que ficar 27 anos no cárcere com esse objetivo. Então, como são datas simbólicas de combate a todo tipo de preconceito – síndrome de Down, autismo, e também o preconceito contra a mulher, contra a criança, contra a orientação sexual de cada um, contra a sua religião –, nós achamos que, no intervalo, deveríamos passar, por dois minutinhos, um caso de preconceito que a gente, claro, contesta. No final, falaremos mais sobre a pessoa com deficiência.

(Procede-se à exibição do vídeo)
(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É só uma demonstração de como dói o racismo, independentemente do tipo: contra a mulher, contra o homem negro, contra o homem branco, por ele não saber ler a língua daquele país, se é deficiente ou não é deficiente. Eu acho que foi uma criação de quem fez o vídeo mostrar como dói o racismo.

Nós todos temos que dizer, sempre: que ninguém seja discriminado por motivo nenhum! Viva a liberdade! Viva a igualdade! E direitos iguais para todos!

É isso. (*Palmas.*)

De imediato, concedo a palavra à Adriana Alves, Coordenadora do "Desabafo Autista e Asperger" – até coincidiu, aí, com o pequeno desabafo que foi feito ali –, professora e mãe de autista, por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

A SRª ADRIANA ALVES – Bom dia a todas e a todos os presentes aqui, hoje. Este é um dia muito importante para todos nós que estamos de mãos dadas pelas pessoas com autismo.

Eu gostaria de cumprimentar a todos na pessoa do Senador Paulo Paim. Muito obrigada, Senador, por nos receber tão bem nesta Casa e por ter dado as mãos à causa do autismo.

Nós temos uma história de luta desde 2005. O Movimento Orgulho Autista Brasil surgiu de uma união de pais e familiares de pessoas com autismo para dar voz aos nossos filhos. Essa foi uma missão que não foi es-

colhida por mim. Ela começou muito antes disso. Eu tenho um filho de 17 anos, o Fernandinho, que é autista. Sou mãe de um outro rapaz também que é neurotípico, não é autista, e vivencio 24 horas por dia os desafios do autismo. Eles não são fáceis, não são poucos.

As famílias que têm pessoas com deficiência estão abandonadas. As políticas públicas existem, mas elas são muito poucas, escassas. As pessoas que precisam não têm acesso a elas na maioria das vezes. E a Tatiana falou – mãe de autista –, com muita propriedade, de como nós precisamos estar aqui muitas vezes para falar não em favor dos nossos filhos, porque nós ainda precisamos de muito para eles, mas de tantas pessoas que não têm voz, porque muitas vezes nem sabem dos seus direitos.

Então, o Movimento Orgulho Autista Brasil surgiu com essa meta de levar a público o que é o autismo, de desmistificar isso, para que as pessoas pudessem, através do conhecimento, deixar de lado o preconceito. O preconceito existe e, como educadora, eu nisto acredito, porque sou professora do Ensino Médio: que a educação vem ao encontro da melhoria da população em geral. Então, quando a gente fala sobre o que é autismo, sobre como isso se processa, sobre as dificuldades do dia a dia de tantas pessoas, a gente está fazendo isso por uma necessidade que nós temos de ser reconhecidos e de combater, Senador, esse preconceito. Isso porque esse preconceito a gente vivencia todos os dias.

Eu estou aqui hoje porque tenho quem fique com meu filho autista, que tem 17 anos, e é um autista não verbal. Vivencio muitas vezes essa dificuldade que é para a gente ter cuidadores especializados, médicos, pessoas na área da saúde que tenham capacitação. Então, a gente luta, a gente briga por isso também, ou seja, para que seja incluído... Eu fiquei muito feliz com essa notícia hoje de que a nossa Deputada Mara Gabrilli, que é um anjo, e muitos profissionais, que são anjos sem asas, têm lutado pela gente, por essa capacitação de que os profissionais precisam para entender o que é o autismo e poder tratá-lo de maneira adequada.

O Ensino Médio é muito importante na vida dos jovens. Eu fico muito feliz de ver aqui os alunos da Prof. Angela, que vêm lá de Sobradinho, e estão aqui para multiplicar esse conhecimento para os seus colegas de escola. Procurem entender como é que vocês são privilegiados por terem essa essa oportunidade de convivência com as pessoas com deficiência. Na idade de vocês – eu fui aluna de escola pública toda a minha vida –, não tive esse privilégio. Digo privilégio porque a convivência com a pessoa especial nos torna pessoas melhores também. Eu vivencio isso com o meu filho, o quanto que aquele rapazinho que hoje tem 17 anos que, infelizmente, não está inserido numa escola, porque a inclusão não é para ele – não é porque como educadora eu não acredite, mas é porque realmente não é o perfil que ele tem, não é o melhor para ele; infelizmente, ainda não é –, mas eu vejo como isso no dia a dia nos torna pessoas mais acessíveis, pessoas mais tolerantes. Ele me ensinou muito a ser assim, ou seja, uma pessoa mais sensível, mais tolerante no meu dia a dia. E é por ele e por todos os outros autistas que eu estou aqui hoje, para falar de muitas mães que hoje, infelizmente, não puderam estar aqui, mas o coração delas aqui está. E eu sei que elas são companheiras de luta.

Ontem, ouvi um desabafo de algumas famílias falando da dificuldade do diagnóstico e que lutam muito por isso. Nós aqui já ouvimos a fala da Srª Diretora do Compp. A gente sabe o quanto a saúde carece de profissionais que tenham essa especialização, porque, infelizmente, até hoje, o autismo não tem uma forma de diagnóstico, nem de laboratório, nem de imagem para que se possa dizer: "Olha, fulano realmente é autista." Sempre fica aquela dúvida na cabeça. Por quê? Porque existe um espectro, toda uma gama de sintomas, e somente uma pessoa que tenha tido essa formação – e essa formação ainda é muito escassa no Brasil ainda – pode dar esse diagnóstico.

Esse diagnóstico, muitas vezes, vem muito tardio. As famílias ontem, no desabafo, falavam sobre isso. E a área da educação só pode fazer esse atendimento, como a minha amiga muito competente, mestre em autismo, Márcia Cristina dizia agora há pouco, chefe de TGD do Núcleo da Secretaria de Educação, para esse atendimento, precisa desse diagnóstico.

Aqui em Brasília nós somos privilegiados sim, porque nós temos o COMPP. Os melhores profissionais lá estão. É bem verdade que o atendimento não é o que o COMPP gostaria que fosse, não é? Porque lá há uma demanda enorme para atender todo o Distrito Federal e entorno, quer dizer, é muita gente. Às vezes, uma família chega lá para ter um diagnóstico e precisa disso rápido para que aquela pessoa possa ter acessibilidade ao que ela precisa, e demora, às vezes, um ano, não é verdade?

Então, a gente gostaria que essa realidade fosse modificada. Por isso, o Movimento Orgulho Autista Brasil trabalha nesse sentido.

O Desabafo Orgulho Autista é uma iniciativa nossa para que tenhamos voz, para que possamos falar. Então, o Desabafo é como se fosse realmente um desabafo. Não é uma terapia em grupo, mas é uma ocasião em que as famílias, os parentes, as pessoas que vivenciam no dia a dia o autismo estão presentes falando sobre isso. Então, a gente tem muitos professores, profissionais.

Ontem, por essa ocasião, no Centro de Ensino Especial 1 de Brasília, que acolhe os adultos, a gente conversava com alguns professores. E eu fiquei particularmente muito feliz por ver professores lá buscando informações: "Como é que eu faço para atender melhor os meus alunos autistas?". Também estavam lá algumas colegas minhas de curso. Nós, como professoras – eu sou professora da Secretaria de Educação –, precisamos pagar pela nossa formação, porque a Secretaria de Educação tem a formação, mas ela é em número insuficiente para atender a toda a demanda.

Então, como familiar de autista, essa é uma causa que eu abracei não por vontade própria, mas porque foi uma missão que eu acredito que eu recebi. Então, eu não tive escolha. Ou eu tinha que fazer isso ou quem iria fazer?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fazer ou fazer.

A SRª ADRIANA ALVES – Fazer ou fazer. Exatamente, Senador.

Então, eu me sinto privilegiada por ter conhecido pessoas que iluminaram a minha vida, como o Vinícius, que foi aluno da escola em que hoje eu trabalho. (*Palmas.*)

Parabéns, Vinícius! Você é uma estrela brilhante.

E quero dizer que, por traz de todos esses meninos e meninas com autismo, de todo esse espectro, que são pessoas muito diferentes, não há um autista igual ao outro. Há mães que são anjos sem asas. A gente fala no nosso movimento de anjos azuis, que nossos filhos são anjos azuis. E a Rosângela, aqui presente, mãe do Vinícius, sabe dos desafios que ela enfrentou todos os dias. (*Palmas.*)

Parabéns, Rosângela!

Na presença da Rosângela, eu queria parabenizar todas as mães: a Tatiana, todas as pessoas, a minha amiga, que também é enfermeira, a Margareth, que tem três filhos com espectro autista – parabéns, Margareth, pela sua luta, você é uma guerreira! –, e todas as pessoas que lutam, a Gisele, todo mundo, porque a gente sabe como é difícil essa lida no dia a dia. (*Palmas.*)

A gente tem em Brasília, Senador, um centro muito bacana, que é a Cliama. Daqui a pouco as profissionais de lá estarão falando. É o que a gente precisa que exista na rede pública. A gente fica muito triste ao ver que, como muito bem falou a Tatiana, recurso existe; tem que existir vontade política. A gente tem que mostrar que é cidadão.

Foi muito difícil para mim, muitas vezes, não poder estar aqui presente, para ouvir, para participar, porque eu não tinha quem ficasse com o meu filho. E eu sei que muitas mães não podem estar aqui também. Quando a Tatiana mostrou para mim aquela realidade, aquilo realmente foi para mim uma faca no coração. Eu acho importante mostrar para todo mundo – sabe, Tatiana? –, porque quantas pessoas estão assim encarceradas e não têm acesso a nada? Um pai e uma mãe não trancam um filho porque querem, não. Trancam porque precisam, porque o autista não tem noção do perigo. Meu filho já atravessou na minha frente uma avenida movimentadíssima. E eu cega atrás dele. Foi o anjo da guarda, a mão divina que não deixou que nem eu nem ele fôssemos atropelados. Todos os dias a gente passa por isso. Meu filho tem 17 anos. Somente há três a gente encontrou um medicamento que fosse benéfico para ele, que melhorasse os sintomas, porque não existe nem medicamento para autismo.

As pesquisas no nosso País são muito poucas. Mas temos um pesquisador brasileiro que brilha nos Estados Unidos, o Alysson Muotri, que tem feito umas pesquisas muito boas. E temos muita fé que um dia isso venha a descortinar um mundo novo para o autismo.

(Soa a campainha.)

A SRª ADRIANA ALVES – Porque autistas que têm, depois de uma certa idade, condições de escrever um livro, de falar o que sentem, têm um mundo interno maravilhoso. Essas pessoas realmente são anjos sem asas.

Então, por mais que a pessoa autista seja adolescente, adulta ou da terceira idade – e já há pessoas com mais idade com autismo –, autista é autista a vida inteira e eles precisam ser respeitados e acolhidos.

Eu peço a Deus que um dia eu veja um sorriso, como eu vejo no filho da Tatiana, em todos os autistas. (*Palmas.*)

E é por isso que nós precisamos nos dar as mãos para falar sobre isso, para conscientizar esses jovens que aqui estão que eles são o futuro do nosso País, para que eles levem e sejam os reprodutores desse conhecimento, dessa desmistificação, para acabar com esse preconceito e vermos a pessoa com deficiência como uma pessoa que pode ter eficiência e eficácia no seu dia a dia.

Fora do nosso País se faz um acompanhamento – V. Exª sabe, Senador, que no Brasil as coisas são meio complicadas –, em alguns países, desses jovens. São trabalhados desde muito cedo, e as políticas públicas lá os favorecem. Então, esses jovens conseguem ter uma vida quase independente da família. Eles, de repente, conseguem um emprego mais simples, conseguem ter alguma autonomia.

Se o Poder Público olhar para isso com a eficiência que merece, vai ver, Senador, que isso é um problema de saúde pública, porque nós estamos falando aqui de uma estatística, como falou a nossa amiga Lívia, que não é a estatística oficial; é uma estatística estimada. Imaginem: se são dois milhões de autistas, quantas famílias estão envolvidas nisso? Então, quantas pessoas deixam de trabalhar, porque não têm a redução da jornada de que necessitam para acompanhar esse filho? Quantos irmãos precisam passar às vezes uma vida inteira preocupados com a gerência do futuro daquele irmão que vai depender deles a vida inteira? Se nós trabalharmos por essas pessoas, elas vão poder deixar de ser um peso para a família.

Isso não devia ser assim. O autismo não tem de ser uma sentença de vida, não. As pessoas com autismo, assim como as pessoas com qualquer deficiência, têm potencial. Elas podem, precisam e merecem ser cidadãs, porque elas pagam impostos como qualquer um de nós.

Eu queria agradecer muito, Senador, o seu apoio a esta causa e dizer que nós, do Movimento Orgulho Autista Brasil, temos muito orgulho. Esse orgulho de que nós falamos não é um orgulho no sentido pejorativo; é o orgulho que nós merecemos ter, como cidadãos, dos nossos filhos. É um orgulho que eu tenho certeza de que esta mãe linda que aqui está, a Rosângela, sente desse filho maravilhoso que é o Vinícius. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Adriana, Coordenadora do "Desabafo Autista e Asperger", professora e mãe de autista, que fez também um pronunciamento emocionado aqui, bonito, a que somou, inclusive, um pequeno vídeo de combate aos preconceitos.

Que efetivamente nós tenhamos políticas públicas que atendam às pessoas com autismo, enfim, e a outras que são também discriminadas! Principalmente no nosso caso aqui, que é em relação às pessoas com deficiência, eu tenho certeza de que os jovens levam essa mensagem.

Eu sei, pois já me informaram, que os jovens têm de sair às 11h15 – são 11h10 –, pois eles têm compromisso no colégio. Por isso, agradeço muito a vocês, antes de convidar a próxima painelista, por terem vindo aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não; agora.

Passo a palavra, a pedidos, a Martinha Clarete Dutra, que é Diretora da Educação Especial da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação.

Ela faz questão de falar algo antes que você saia, não é isso?

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, você está com a palavra.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Obrigada, Senador.

Eu pedi esse aparte porque, como professora que sou da rede pública do Estado do Paraná e do Município de Londrina, que também fica no Paraná, eu queria parabenizá-la, Ângela, por ter oportunizado, aqui, aos rapazes e às moças, que são seus alunos e suas alunas, este momento. (*Palmas.*)

É uma pena vocês não poderem ficar até o final, mas eu queria deixar para você cinco cópias de uma nota técnica emitida pela Diretoria de Políticas de Educação Especial e mais cinco cópias do parecer da Advocacia-Geral da União que trata da aplicação do art. 7º da Lei nº 12.764, porque, por meio destes documentos, nós estamos orientando todos os sistemas de ensino a cumprirem, rigorosamente, o que a lei determina. Então, é um subsídio para você compartilhar com os seus alunos.

Walter, eu queria que você deixasse também um *pen drive* com a Ângela. Walter é o nosso Coordenador-Geral de Políticas de Acessibilidade na Escola, do MEC. Por quê? Para você compartilhar com toda a escola, esse vai no formato digital.

Eu queria muito me dirigir, diretamente, a vocês, meninos e meninas estudantes, para vocês refletirem um pouquinho. Quando a gente lê no jornal e escuta no rádio, na televisão ou mesmo lê um livro ou a gente escuta alguém que leu, escreveu, ou fala alguma coisa do tipo: "Olha, fulano de tal não sabe conversar, não sabe ouvir ninguém, ele é um autista da política"; "Olha, o fulano de tal não compreende, não entende o que é importante, é um cara que ficou cego para as ações de Governo"; "Olha, a fulana de tal ali é claudicante, não sabe o que quer da vida"; "O outro fulano lá se faz de surdo", todas essas afirmativas estão profundamente ligadas e vinculadas a um simbolismo que a nossa sociedade criou, que é o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Então, olhem lá. Jamais pensem que cegueira é sinônimo de ignorância. Jamais pensem que autismo é sinônimo de isolamento, afastamento, *apartheid*. Jamais, jamais repitam e reproduzam a ideia de que surdez vem de quem não quer se comunicar contigo. Sabe por quê? Porque a cegueira, o autismo, os diferentes transtornos do espectro do autismo, a deficiência física, a deficiência auditiva, a surdez são apenas algumas das características do ser humano, são características que compõem as nossas outras características. Isto é,

todos nós – pessoas com e sem deficiência – somos pessoas únicas e singulares. Vocês não são iguais uns aos outros e não têm deficiência.

Assim, temos que compreender que somos singulares, que a nossa condição sensorial, física, intelectual, afetiva, emocional são características também, mas não são as únicas. Nós não podemos resumir as pessoas a uma característica e, mais, a uma característica que nós queremos colocar como pejorativa. Não, não podemos, porque essa é uma forma de, primeiro, negar a diversidade humana; segundo, de desvalorizar a diferença, que nos caracteriza como seres humanos.

Então, eu queria muito agradecer a vocês por terem estado aqui, embora tenham que sair antes do término, o que é uma pena, porque a gente teria muitas outras reflexões para compartilhar com vocês. Mas eu proponho que pensem um pouco sobre essas manifestações de preconceito e de discriminação e levem com vocês uma ideia de que, quanto mais a gente conviver, valorizar a diferença e a pluralidade humana, mais a gente vai crescer como cidadãos e cidadãs.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Martinha. Parabéns pela fala. Eu me comprometo com você, Martinha, a fazer com que o vídeo completo desta atividade seja também encaminhado à escola, para que eles ouçam na íntegra a sua fala.

Queria convidar os alunos, professora, num gesto simbólico da importância, para que eles saíssem por essa porta. Eles vão passar aqui, tirar uma foto com a Mesa e sair pela porta principal. Venham todos aqui na frente, por favor.

Ao mesmo tempo, agradeço à direção da Casa, do Senado, que, gentilmente, quando solicitamos, colocou ônibus à disposição para o deslocamento dessa moçada, para que participassem.

Por favor, venham aqui, atrás de nós, todos, todos, só para que fique uma foto simbólica dos estudantes aqui nesta atividade. Em seguida, o ônibus vai levá-los. Não se preocupem, o ônibus não sairá sem vocês.

Sejam todos bem vindos!

A SRª ÂNGELA FERREIRA – Essa escola que estou trazendo tem 1.700 alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Essa turminha aqui, privilegiada, serão os multiplicadores do tema de hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Feito, moçada.

Obrigado. (*Palmas.*)

Um abraço em cada um em seu nome, professora.

A moçada vai ter que retornar e nós vamos continuar com os nossos painelistas.

Chamamos agora a médica psiquiatra, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais (Cliama), Drª Gianna Guiotti.

A SRª GIANNA GUIOTTI – Meu nome é Gianna Guiotti Testa. Faço questão de falar o meu último sobrenome, porque hoje eu tive de trazer aqui meu pai, que é aposentado da Casa. Eu o trouxe para não me perder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como é o nome dele?

A SRª GIANNA GUIOTTI – Israel Testa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas aqui. (*Palmas.*)

A SRª GIANNA GUIOTTI – Eu queria falar que estou aqui hoje graças ao Dr. Aluísio, Diretor da Cliama, que muita gente conhece, um idealista, humanista que está há 18 anos na luta, com sua clínica aberta, atingindo a maturidade, propagando conhecimento, experiência. Estou, há cinco anos, acompanhando um pouquinho o trabalho lá.

Eu digo assim, acho que não é só aumento do número de casos de autismo que temos, eu acho que é um aumento da detecção também. Há muitos anos as crianças tinham problema e perguntavam: "O que ela tem?". Eu acho que não eram diagnosticadas. Tinham problemas, eram excluídas, saíam da escola. Com relação a isso, os pais de crianças mais velhas têm muito a falar, das que hoje estão acima de 20, 25, quase 30 anos. A assistência era praticamente nula.

Por isso que, já que o diagnóstico é precoce – o autismo é uma síndrome que a gente consegue detectar até os três anos de idade –, a assistência tem que ser precoce, porque a dinâmica psíquica da criança é muito variada e a gente pode intervir para que ela tenha ganhos importantes no seu desenvolvimento se a intervenção for precoce.

Veja bem, intervenção precoce. "Ah, detectamos que ela tem um espectro autista, ela tem um grau de autismo"; "Ah, vamos fazer hidroterapia, equoterapia, fonoterapia, psicoterapia". Não, gente. Não precisa encher a criança de estímulos. Vamos fazer uma avaliação do que ela está precisando neste momento: estímulo da linguagem, da socialização, da alfabetização. Então, a necessidade é muito individual. Hoje em dia a gente não vai entupir a criança de terapias, estímulos, porque pode ser pior. É uma avaliação muito peculiar, particular, que é para ser feita em família, na escola e na clínica.

Ouvindo aqui a fala da colega, de todos os que já se pronunciaram – aliás, estou adorando estar aqui hoje, estou crescendo demais como profissional –, fiquei pensando, assim, que existe um nó. Por que na política pública, se tem esse autismo, eles foram passados ao CAPs? Porque a política de atenção à saúde mental é estruturada no CAPs, hoje em dia, no Brasil.

Eu fico pensando: o diferencial de atuar em uma clínica como a Cliama é a integração com a escola e com a família. Eu acredito que a gente, tendo clínicas, como essa clínica-escola, pioneira no Brasil, que fazem trabalhos que não estejam articulados à escola não temos tanto ganho quanto se a gente integrar essas clínicas de assistência à escola. Então, eu fiquei pensando assim: nos moldes do PSE, que é o Programa de Saúde da Escola, por que que a gente não evolui, junto com a comissão intersetorial – porque existe uma comissão do Ministério da Saúde e Educação –, e vai por este caminho, já que, pelo caminho de saúde mental eu não sei se a gente conseguiria essas clínicas integradas à escola? E é muito importante a gente integrar a escola. Crianças têm uns interesses estreitos. "Meu filho agora, no momento, está querendo saber sobre dinossauro", ou está querendo... Então vamos, todo mundo, aproveitar a escola, a família, a clínica, se ele tem esse interesse, e tentar fazer com que ele cresça e tenha ganhos cognitivos de socialização a partir daquele interesse que ele manifesta naquele momento.

Existem crianças que não vão se integrar à escola, em determinada ocasião da vida, por algum momento que ela esteja passando ou realmente pelo grau que ela tem. Eles percebem, eles sentem o mundo de forma diferente, eles sentem no sentido tátil, no sentido auditivo, gustativo, tanto é que eles têm particularidades alimentares que, às vezes, é difícil a gente entender e conseguir levar. Então, é muito importante, eu fiquei pensando nisso, talvez, essa integração dessas clínicas com a escola através do Programa de Saúde na Escola, alguma coisa nos moldes do programa.

Sábado me ligou uma mãe, isso eu queria até deixar registrado, falando que tentou uma medicação. Agora que a gente acertou uma medicação para o filho dela; na verdade, não é uma doença, não existe uma medicação para o autismo, mas eles têm determinadas situações e sintomas que a gente precisa intervir e que bom que a gente tem medicação, porque senão, às vezes, a gente teria que fazer contenção mecânica, que é ver a pessoa amarrada ali. Não é só de medicação que ele precisa, mas a medicação, às vezes, é muito importante. O acesso à medicação também. E me ligou essa mãe, sábado, falando: "Eu tentei, na Secretaria, o medicamento, mas que eles só liberam para esquizofrenia. A senhora pode fazer um relatório pra mim?". Eu falei: mas como eu vou relatar, atestar que seu filho tem esquizofrenia, se ele tem autismo? Já tem autismo há 23 anos. Então, acho que isto também é muito importante: o acesso à medicação. É bem básico, também.

Eu queria registrar a importância de integrar os serviços de educação, família e clínica. Não adianta a gente ter as clínicas de referência se elas não estão integradas à escola. Gente, os professores precisam de ajuda, eles precisam ter uma equipe para ajudar no estímulo, para orientar como que ele deve agir com aquela criança. Eles precisam de um núcleo de apoio. Talvez, um núcleo de apoio – eu sou médica de família, também – como existem os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, talvez um núcleo de apoio à escola para as crianças com necessidades especiais de educação.

Além do Transtorno do Espectro Autista, também há as outras condições de crianças que precisam de atenção especial na educação. Se a gente não detecta, essa criança vai sair da escola, vai diminuir a autoestima, muitas vezes vai para a "drogadição", e os pais ficam desorientados, não sabem o que fazer.

Então, para nós profissionais, é muito importante e gratificante ver que estamos ajudando, que estamos quebrando o paradigma, o preconceito de que ele precisa de ajuda, precisa de tratamento, precisa de medicamento, precisa de terapia, de estímulo, ver que aquela criança está conseguindo progredir. "Não, ele tem espectro autista", mas ele está aprendendo, está se socializando. A gente ouve dos professores, dos pais: "Nossa, ele está outro, está superbem". E nos momentos difíceis, porque, como qualquer pessoa, há momentos muito difíceis, quando ele não consegue estar na escola, ele tem a clínica de apoio.

Pensando sobre a questão do adulto, há um jovem autista, de quem gosto demais e também de sua família, cuja mãe disse que a psiquiatra era só psiquiatra da infância e da adolescência. Essa mãe chegou para mim, já tem dois anos que está comigo, e falou: "Ah, mas ele cresceu, ela não quer mais atendê-lo". Para mim foi um prazer poder atendê-lo. Acho que, por esse motivo, eu jamais abandonaria um paciente. Talvez porque eles queiram outra pessoa, porque realmente eu acho que eu não vou ter condições de acompanhar. Mas, por ser médica de família também, eu acho muito interessante fazer o acompanhamento linear ao longo da vida, e não simplesmente porque ele atingiu a maturidade, outra idade, passar a bola.

Para essas pessoas, esses jovens, que política pública a gente pode fazer? Talvez escolas como centro de convivência, ou gerentes de caso, que é um programa muito maior, muito mais amplo do que só o CAPs. Às vezes, no CAPs, se for um autista de alto funcionamento, ele precisará de um estímulo muito específico, de um cursinho de informática, de uma coisa mais pontual. Então, não adianta eu colocá-lo dentro de um CAPs.

Talvez o modelo de gerente de caso, gerenciamento de caso. Existem já muitas experiências em outros países. Alguns CAPs têm esse modelo de ter um gerente de caso que faz um acompanhamento individualizado dessa pessoa, vendo o que ela precisa pontualmente naquele momento da vida.

E, por fim, as residências terapêuticas. Há a preocupação dos pais que vão envelhecer: "O que vai acontecer com o meu filho? Não posso colocar esse peso do cuidado só em cima dos irmãos." Então, talvez o modelo de política pública é que existam as residências terapêuticas, que hoje são muito pontuais, fazem parte do modelo de atenção em saúde mental, só que ainda estão engatinhando no nosso País. E as residências terapêuticas, onde as pessoas seriam assistidas, supervisionadas, mas integradas à sociedade.

Eu queria indicar um livro chamado *A Escola de Vidro*, que eu gosto muito de trabalhar com o professor, com o pedagogo. Quem me indicou foi uma psicóloga de escola. Ele fala realmente sobre isso, não só o espectro autista, quando a criança não consegue se adequar àquilo que é o modelo, que tem que ser o vidrinho. Se ela não se encaixa no modelinho, traz muito prejuízo.

Então, qual é o papel da saúde, qual é o papel da psiquiatria, qual é o papel da educação? Eu acho que é a gente aceitar as diferenças, e querer que os jovens e as crianças cresçam com autonomia e felicidade. Acho que todo mundo quer isso para os filhos.

Então, o nosso objetivo, na saúde e educação, é fazer com que eles tenham esse objetivo, que sejam felizes, que tenham autonomia dentro daquela capacidade que possuem.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, doutora médica psiquiatra, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais (Cliama), Drª Gianna Guiotti. Meus cumprimentos por sua exposição, que mostra a importância desse acompanhamento, que é fundamental para nossa moçada.

Eu quero registrar a presença do meu querido Senador Hélio José, que esteve comigo naquele evento. Eu o vi lá de cima, humildemente ali, quietinho, ouvindo e tal. Estava quase na hora do encerramento, mas fiquei muito feliz de vê-lo e poder conversar sobre o tema em debate lá, que é o mesmo de hoje: as pessoas com deficiência.

Parabéns, Senador Hélio José! (*Palmas.*)

José Medeiros, eu já fiz os devidos cumprimentos. Agora, José Medeiros, vou passar a palavra para os Senadores, mas há uma mãe que fez um apelo aqui para a Mesa, e eu entendi que o seu apelo procede, porque ela tem que buscar seu filho neste momento na escola. O seu nome é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai falar agora então, porque estava inscrita para falar mesmo, só vamos antecipar, devido a esse motivo, a Srª Sibelle Verônica Batista Vieira, mãe de autista. Por favor.

A SRª SIBELLE VERÔNICA BATISTA VIEIRA – Agradeço a abertura. Realmente tenho que buscá-lo. Se der a hora de ele sair da escola e eu não estiver lá, ele vai surtar e vai passar uns dois dias surtado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, com certeza.

A SRª SIBELLE VERÔNICA BATISTA VIEIRA – É o seguinte: eu escutei – quero deixar bem claro que não é nada pessoal contra a pessoa que estava representando a saúde do Distrito Federal, a parte da saúde, falando sobre o que é fornecido dentro da saúde para o autismo, para o autista – e eu me senti completamente ofendida como cidadã, como mãe. Eu me senti uma alienígena. Eu vou dizer para o senhor, eu pensei assim: eu não devo estar vivendo no mesmo lugar que esse povo, não. Não há, dentro do Poder Público, alguém que ofereça tudo aquilo que foi dito aqui, não, não.

Hoje o meu filho tem uma vaga na Secretaria de Educação. O que é fornecido para o meu filho hoje, no momento, é só uma vaga na 316 Sul, sendo que eu moro no Lago Norte. Se eu colocá-lo dentro do carro e ficar uma hora e meia com ele no trânsito para chegar à escola, ele vai chegar surtado e não vai ter aproveitamento pedagógico nenhum.

Então toda aquela questão que foi falada, todas aquelas coisas bonitas que foram ditas, que falam que existe para fornecer para o autista, sinceramente, eu acho imoral deixar todo mundo que está aqui acreditar que é verdade. Isso não é verdade.

Eu trabalho na Secretaria de Educação, sou secretária escolar, e há crianças esperando há dois anos por um laudo. Você olha para a criança e sabe que a criança é autista, mas é preciso um laudo para que ela tenha atendimento especializado. Ela não tem atendimento, ela não fez sequer a primeira consulta. Aí falam: "Vamos fazer um tratamento precoce, um diagnóstico precoce." Se levam dois anos para fazer uma consulta, que tratamento precoce é esse?

Quando eu notei que meu filho estava com transtorno, eu achei que ele estava ficando surdo, eu levei a uma otorrino, e ela foi bem clara comigo: "Seu filho está com dois anos. Se você quiser ter a chance de vê-lo falar, você tem que trabalhar, estimulá-lo ao máximo até os quatro anos. Depois, cada vez vai ficando mais difícil." Agora, se eu precisasse do Poder Público para isso, meu filho não teria falado. Hoje meu filho é verbal, graças a Deus e a muito estímulo. Agora, se eu precisasse enfrentar a fila e ficar dois anos esperando pela primeira consulta, Gabriel hoje não falaria.

Então, olha, eu acho de tamanha imoralidade a gente ficar aqui falando, falando, falando que existe, que existe, que existe, se não existe. Eu me senti extremamente ofendida, extremamente ofendida. Calma aí, o que a gente está fazendo aqui? A gente quer ver a realidade. Eu, pelo menos, saí da minha casa hoje, revirei o mundo para estar aqui, para falar da realidade dos autistas, e não de mentira. O senhor concorda comigo? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acho que tem que falar a verdade. A verdade... Como é que a gente fala? Quem fala a verdade não merece castigo e está sendo honesto consigo mesmo.

A SRª SIBELLE VERÔNICA BATISTA VIEIRA – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A verdade em primeiro lugar.

A SRª SIBELLE VERÔNICA BATISTA VIEIRA – Então meu apelo está aqui. Gente, existe? Existe? Se existir, existe no papel. Vamos cair na real, vamos ver o que realmente está sendo fornecido, porque chegar aqui, dizer que existe e todo mundo calar é complicado.

Eu vou ter que entrar com um processo para que meu filho tenha uma vaga perto de casa, para que ele não surte no meio do caminho. Essa é a realidade do autista. O senhor está entendendo?

Eu agradeço o espaço. Preciso ir buscar meu filho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi. Nossas palmas pela franqueza. (*Palmas.*)

Falou de um fato real, que você vive. Isso só vai ajudar, naturalmente, todos aqueles que estão aqui e que pediram esta audiência pública para construir, efetivamente, respostas para a família autista.

Essa foi a Srª. Sibelle Verônica Batista Vieira, mãe de autista, que fez o seu desabafo, mas também falou o que ela vive no dia a dia. São importantes esses depoimentos.

Vamos ouvir agora a Drª Anna Cristina Pires de Mello. Ela é psicóloga, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais (Cliama). E, por fim, a Drª Martinha encerrará.

A SRª ANNA CRISTINA PIRES DE MELLO – Bom dia a todos!

Antes de qualquer coisa, faço um agradecimento muito especial ao Senador Paim e, em nome dele, a todos vocês pela presença. Alguém precisa abrir as portas da Casa para que a gente entre. E agradeço também pela fala a todos os colegas que se manifestaram antes de mim, especialmente a Gianna, que atua comigo lá na Cliama, que alguns conhecem, que falou em nome do Aluísio, que é o idealizador e mantenedor desse espaço no qual a gente tem a oportunidade de poder trabalhar com o acolhimento e a humanização, que são as bases da filosofia que ele professa e que nós seguimos.

Eu queria me referir à fala da colega que mostrou as pessoas presas a um leito, porque ano passado eu estive, a chamado do Governo do Estado de Alagoas, prestando uma consultoria, e foi muito trazida essa questão do autismo. Quando eu voltei para Brasília, eu disse: olha, Aluísio, ainda bem que a gente tem um programa que funciona, um lugar onde a gente realmente vê que as pessoas voltam para as suas casas diferentes de como chegaram. Pela vontade dele, existiria uma Cliama em cada lugar de Brasília e em todas as unidades da Federação. Eu vim hoje aqui não para mostrar o que a Cliama faz, mas para dizer que é possível fazer um trabalho de qualidade e que esse trabalho pode ser direcionado a partir da exigência de que um planejamento em políticas públicas seja mais efetivo.

Então, existe um clamor da sociedade, mas a Cliama é uma só; eu sou uma só e ele também é um só, por mais que seja um ser humano de um dinamismo ímpar e de uma força de trabalho incrível, porque acompanha a todos nós, sessenta profissionais da equipe e cento e poucos educandos que temos na nossa instituição. Utilizamos o termo "educandos" em lugar de alunos porque aluno significa um ser sem luz, e, para nós, o ser humano é olhado acima dos rótulos, e nós entendemos que é esse ser humano integral que precisa de um atendimento.

Como a imagem fala mais do que todas as palavras, trouxe um filme de sete minutos e alguma coisa. Se me sobrar algum espaço, eu finalizo a minha fala, mas peço que mostre o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos ao filme.

Alguém já mandou aqui no meu celular um recado, dizendo que, em relação ao que disse antes, o termo correto é: a verdade liberta.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero só lembrar que esse vídeo foi feito na própria entidade, a Cliama. Ela me explicava que eles têm uma chácara em que vão acolhendo, instruindo, aprendendo e ensinando as crianças e adultos, naturalmente.

A SRª ANNA CRISTINA PIRES DE MELLO – A criança menor tem um ano e sete meses hoje; os mais adultos estão na faixa de cinquenta anos, com idade cognitiva de três, quatro, cinco aninhos.

Essa festividade do milho é para trabalhar os ciclos da colheita, início, meio e fim. As sementes eles ajudaram a plantar para o lanche de que eles vão usufruir.

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito, muito, muito bem. *Show* o vídeo! (*Palmas.*)

Por favor, doutora – só lembro que os Senadores falam no momento em que entendem mais adequado –, está com a palavra agora, para concluir sua exposição.

A SRª ANNA CRISTINA PIRES DE MELLO – Eu quero dizer a vocês que, cada vez em que falo em nome da Cliama, isso para mim é uma satisfação muito grande. Enquanto as pessoas têm tipos sanguíneos, eu digo que o meu sangue já é o sangue Cliama, é uma coisa que universaliza, porque nós procuramos que todas as pessoas não sofram além do necessário e porque as famílias nos chegam imersas em muita dor, em muita tristeza e conseguem, ao longo do convívio conosco, entender que a solução pode não ser de acordo com a expectativa que tinham, mas, um dia de cada vez, é possível que melhoremos, é possível dar um passo à frente, é possível melhorar. Mas é preciso fazer isso a partir deste ser humano: pai ou mãe. Que ele se cuide, para que possa olhar para o seu parceiro e para que, dentro da mutualidade, esse casal possa conservar a família, em vez de todos olharem para a criança e deixarem os outros filhos, o que é a queixa também dos irmãos que nos chegam.

Então, o nosso propósito é o de que o grupo familiar, como uma unidade socioafetiva, realmente possa estar incluída na vida em sociedade, porque esse ser humano não responde por si hoje, e não sabemos se ele vai adquirir a autonomia necessária para responder por si mesmo amanhã. Mas, enquanto essa família subsistir, enquanto esse casal tiver a condição afetiva de se sustentar, é mais fácil que essa família também tenha continuidade.

E é em nome da família, da educação e das práticas que nos conectam à realidade que a Cliama fala para todos vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Anna Cristina Pires de Mello. Parabéns pela exposição, pela fala.

Ela disse: "Meu vídeo deve ter uns sete minutos, mas diz tudo". Acho que disse tudo mesmo: como interagir, como participar.

A doutora me convidou, como também os dois Senadores, para visitar a Cliama. Eu me comprometi com ela. Iremos, claro, dentro das agendas. Para nós é melhor numa segunda-feira à tarde ou numa sexta-feira, devido às votações do Plenário.

Eu quero comer aquele milho ali, porque gosto muito de milho, não tenho como dizer não. Vou comer aquele milho lá com a moçada. Ainda há milho lá?

A SRª ANNA CRISTINA PIRES DE MELLO – Sim. Na realidade, o convite não é meu, é do Aluísio, o idealizador e mantenedor da Cliama, esse ser humano que eu gostaria que todos vocês conhecessem, porque, com certeza, a vida de vocês mudaria, como a minha também mudou para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, a Drª Martinha é a última painelista. O que acha? Nós a deixamos concluir e falamos depois ou você tem de falar agora, por compromisso já assumido, o que saberemos entender?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Até porque talvez ela possa complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Talvez possa ajudar.

Então, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, público aqui presente, pessoas que nos ouvem pela TV Senado e que nos assistem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador José Medeiros falando.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, porque hoje as pessoas acompanham o Senado em tempo real, eu queria cumprimentar todas as mães de autistas, no nome da Cleide, que é esposa de um amigo meu, que recentemente faleceu, que é mãe do Otávio Vautier, no Mato Grosso, na Cidade de Rondonó-

polis. Infelizmente abateu-se uma tragédia sobre essa família. Ele era um pai muito amoroso, cuidava muito bem do Otávio, que tem autismo, mas em novembro ele sofreu um acidente e faleceu. A família inclusive passa por uma dificuldade muito grande, porque até então o pai era o mantenedor, mas ele trabalhava como autônomo. E desde novembro o Otávio não pode mais ir para as terapias, devido à falta do pai, obviamente, e dos recursos financeiros, e se deparou de repente com as dificuldades do setor público em suprir essa demanda que existe. Eu ouvi o depoimento da mãe aqui, Senador Paim, é um depoimento muito real e retrata o que acontece na realidade. Eu vi que ela não conseguiu se expressar e nem colocar tudo o que tem ali devido à sua indignação.

E de fato a gente sente isso, a gente sabe que existe a falta de recursos para todas essas demandas. Mas quando você vê o Estado colocar as políticas e você entra na página do Governo Federal, e mesmo na dos governos estaduais, e você sente como se o serviço fosse prestado, mas quando você precisa não consegue acessar esse serviço, realmente a população fica indignada.

E só como exemplo, o Governo Federal tem um *site* que trata sobre o tema. Vou ler aqui: "Viver Sem limite. O plano Viver Sem Limite estabelece a meta dos centros especializados"... E aqui fala sobre a implantação dos CERs, os Centros Especializados em Reabilitação tanto física quanto intelectual, que também dão suporte, e coloca a rede de profissionais.

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tem sido amplamente utilizado para referir-se a três condições com vários aspectos em comum:

- Autismo Infantil
- Síndrome de Asperger
- Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação

O CER II atenderá preferencialmente crianças com idades até 12 anos, com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Contudo, os demais usuários que apresentem idades acima da descrita, também serão acolhidos no serviço. [Agora vem o ponto que quero fixar.]

Equipe Multiprofissional CER II:

- Assistente Social
- Enfermeiro
- Fisioterapeuta
- Fonoaudiólogo
- Médico (Ortopedista e Neurologista)
- Nutricionista
- Pedagogo
- Psicólogo
- Técnico de Enfermagem
- Terapeuta Ocupacional

E mais além vem todo o cabedal legislativo sobre o tema.

De forma que eu, se sou pai de autista ou tenho autista na família, vou procurar ajuda. A impressão que o pai tem quando ele busca isso é que existe realmente isso aqui. Mas a grande verdade é que, na realidade, embora existam recursos direcionados, embora exista essa vontade, os serviços não chegaram à ponta e por diversos fatores. Inclusive, como essas ações são compartilhadas com os outros entes da Federação, como os Estados e Municípios, vemos nos Municípios uma dificuldade muito grande de implantação, Senador Paim, desses centros, desde pela burocracia normal que se tem até, às vezes, pela falta de vontade política também.

De forma que existem esses centros que poderiam, na falta de uma escola integrada, como foi colocado aqui, na falta de os Municípios terem por exemplo uma escola-modelo, como nós temos aqui o Cliama, que foi colocado no vídeo, na falta disso, esses centros poderiam ajudar muito. Porque eu tenho a impressão, e ficou bem claro nas discussões, de que a inclusão forçada, a inclusão por via do decreto, da lei, da canetada, não vai resolver, não vai dar vazão às demandas, primeiro, por falta de capacitação dos profissionais.

Eu fui professor durante sete anos e vejo que a gente tinha dificuldade de lidar com os alunos mais extrovertidos – vamos dizer assim. O professor já tinha dificuldade de controlar a sala. Então, imagine um professor sem capacitação para tratar de crianças que têm autismo. Eu sei que os pais sabem do que eu estou falando aqui. A mãe disse muito bem aqui que ela já viu o filho entrar numa avenida de grande movimento, ela e a mãe, que já têm uma vivência. As mães se tornam verdadeiras especialistas no lidar com os autistas.

Então, Senador, eu vejo que essa indignação precisa ser externada aqui. A mãe já não está aqui. Eu só faço uma correção. Eu não coaduno com a tese de que os profissionais estão mentindo. Existem as políticas públicas e é importante que neste debate não existe ninguém mentindo. Existe aqui uma reunião importante

para o debate, é importante para a gente trazer essas discussões. É importante que os entes governamentais estejam aqui, que esses atores, que são geradores dessas políticas, possam justamente captar essas dificuldades para que possamos juntos – Executivo, Legislativo, pais, profissionais – chegar a um ponto em que a situação seja mitigada, porque hoje falta tudo na ponta, Senador Paim.

Aqui se falou sobre medicamentos. A dificuldade de ter acesso a medicamentos de alto custo hoje não é nem tanto de recursos. Os medicamentos existem, mas acessar isso é uma dificuldade imensa. As pessoas, às vezes, entram num ciclo: fazem os exames, o remédio ainda não chegou, depois o remédio chega, os exames vencem e os pais ficam nessa correria. E você tem, no meio de tudo isso, aqueles pequenos detalhes que, às vezes, não são colocados na equação. Ela disse: "A escola até existe, mas levar meu filho da Asa Norte até a Asa Sul..." São essas dificuldades que há no país inteiro para ter acesso aos centros. É importante as Prefeituras terem em mente a necessidade de acesso fácil a esses locais. Então, deveriam acabar com a burocracia para ter acesso a esses remédios de alto custo, para ter acesso aos centros. Eu já vi mães chorando em alguns centros, Senador Paim, porque a recepcionista às vezes, com um zelo enorme pelas filigranas dos regulamentos e leis, joga o filho dela para ser atendido duas semanas depois, porque ela havia chegado 15 minutos atrasada.

São essas dificuldades, esses emperramentos que às vezes comprometem toda uma boa ideia. Eu vejo muito boa vontade do Governo em resolver, mas precisa ajustar essa máquina para que essas coisas possam funcionar. No caso, Senador Paim, de uma discussão que eu vi aqui a respeito de eles serem tratados em centros específicos. O Governo vai dizer com certeza se existe essa possibilidade ou não, se isso pode ser discutido ou não, mas, a meu ver, foi muito coerente o fato de que eles são bastante vulneráveis e têm que ser encarados com esse caráter específico existente. O fato de ir para o Capes, onde há outras pessoas, onde são tratados, por exemplo, adictos, viciados em narcótico, e eles estariam ali também misturados...

Então, considero importante discutirmos isso para começarmos a avançar e de repente o Governo até rever essa regulamentação. Eu sei que a regulamentação é vista no sentido de resolver o problema, mas sempre quem está fazendo tem o viés econômico também. Às vezes, o Governo coloca uma regulamentação do ponto de se estar economizando também, podendo talvez comprometer e não resolver o problema.

Penso que não esgotaremos essa discussão agora, Senador Paim. Acredito firmemente que vamos precisar ter outras reuniões dessas, talvez até com temas bem definidos para discutirmos esses assuntos mais do dia a dia que estão afligindo as pessoas mais urgentemente, como a burocracia no acesso aos remédios, e até trazer entes também das outras esferas de Governo, como secretários estaduais ou profissionais dos Estados, para que possamos ter um resultado melhor, que possa influir mais na realidade, porque sei que para nós, do Legislativo, na velocidade do processo legislativo, é uma coisa, mas encarar esse problema do ponto de vista das mães e dos pais que estão sofrendo com isso é outra.

Então, são urgentes as necessidades. A discussão e, às vezes, a resolução dos problemas são lentos. Entendo a indignação e o sentimento de impotência que essas pessoas ficam diante de um Estado lento, que encaminha as coisas, de forma a não funcionarem. Sinto essa indignação, porque as pessoas, ao mesmo tempo, veem que há dinheiro, existem os remédios e há a possibilidade de uma resolução, mas não há resolução. Sinto-me na pele desses pais e mães com essa indignação.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Paim pela preocupação e pelo trabalho que já vem fazendo nesse sentido e filiar-me a V. Exª e aos demais nessa luta, para que possamos avançar neste tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, que deu a sua contribuição ao debate.

Está conosco também o Sr. Fausen Domingos da Costa, Chefe de Gabinete do Deputado Wellington Luiz. Seja bem-vindo!

Antes de passar a palavra à senhora, Drª Martinha, há três perguntas que vou deixar no ar. Quem puder responder... Posso até respondê-las, mas os presentes podem complementar. Como faço sempre, leio todas as perguntas que chegam na íntegra.

A primeira pergunta é da Srª Vanessa da Silva Ferreira: Qual a possibilidade da redução da carga horária dos pais com filhos autistas sem redução do salário para acompanhá-los em terapia? É aquilo que foi dito, no meu entendimento. Isso precisa ser feito através de lei ou convenção coletiva, mas, no mínimo, por lei.

A segunda pergunta é de Paula Paz: Gostaria de saber sobre o benefício de prestação continuada do INSS para os autistas. Milhares de pais e mães param de trabalhar para se dedicarem aos seus filhos, e o INSS nega o benefício, alegando renda, porque, há um princípio claro, no sentido de que o benefício só é assegurado, quando a renda *per capita* da família não ultrapassa um quarto do salário. Nesse caso, de novo, isso só é possível, alterando a lei. Ela diz que é um direito e, enfim, discorda do critério. Isso também precisa passar por lei.

Por fim, o cidadão José Nogueira da Fonseca informa que está faltando alimentação nas Apaes, no Estado de Santa Catarina. Por esse motivo, os pacientes precisam ir às suas residências para se alimentarem. Aí, é claro, é necessário que haja toda uma discussão entre as Apaes e os convênios, que têm de assegurar a alimentação, para que isso aconteça.

Quero agora passar a palavra, que esperou, durante todo este tempo, tranquila, ali, como sempre, a nossa querida e competente Martinha Clarete Dutra, Diretora de Política de Educação Especial, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Muito bom dia, Senador Paulo Paim! Quero, em nome do Ministério da Educação, agradecê-lo pelo convite, por, mais uma vez, termos a oportunidade de compartilharmos este momento com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Cumprimentar também todas as pessoas presentes, as famílias das pessoas com autismo, aqui representadas pelo movimento do Orgulho Autista do Brasil e também pela Ama, e as demais organizações que se fazem representar aqui, nesta manhã; cumprimentar os demais Senadores – é muito importante estarmos juntos nesse diálogo, nessa interlocução permanente –, e, é claro, cumprimentar aqueles e aquelas que nos acompanham a distância pela TV Senado.

Eu acho que o meu papel aqui é muito mais ouvir, aprender e discutir junto com vocês, com toda a sociedade brasileira, quais são os caminhos mais eficazes para que o Brasil efetive todos os princípios contidos na Constituição Federal de 1988. Esse é um grande marco no arcabouço jurídico brasileiro, porque a nossa sociedade passa a se reorganizar a partir de 88. E, do ponto de vista da definição, formulação e implementação de políticas públicas, a nossa Constituição Federal instaura um processo importantíssimo, que é a interlocução permanente entre a sociedade civil e o Poder Público, por meio dos conselhos setoriais de políticas setoriais – Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, conselhos estaduais de cada área de política pública e também os conselhos de Direito e, a partir deles, os conselhos locais, regionais. No caso da educação, também os conselhos escolares.

Por que essas instâncias foram instituídas? Não é para ser mais um protocolo. Não. É para, definitivamente, se perceber a necessidade dessa conversa e desse aprendizado comum.

O que muda na organização da educação brasileira a partir de 88? Então, o primeiro ponto: a educação passa a ser um direito de todas as pessoas, do berço ao túmulo, independentemente da faixa etária. Desde que nascem até que morrem, todas as pessoas têm direito à educação. Esse é um ponto.

Segundo: existe uma faixa de escolaridade obrigatória. Em 88, foi fixada a faixa dos 7 aos 14 anos. Em 2009, essa faixa etária foi alterada, dos 5 aos 17. Hoje, dos 5 aos 17 anos, ninguém pode estar fora da escola no Brasil.

E qual é o tipo de estratégia que se tem para garantir o que estabelece o art. 205, que diz que a educação é um direito de todas as pessoas, independentemente da sua situação sensorial, física, intelectual, econômica, política, linguística etc.?

Então, para atender essa especificidade, o que a Constituição diz que tem que ser feito? A Constituição fala que, para que esse direito à educação se efetive, tem que acontecer em um sistema educacional inclusivo. Isso significa que todas as 200 mil escolas brasileiras, sejam elas públicas, sejam privadas, têm que garantir condições de atendimento de todas as pessoas. E aí, se essas pessoas estão no interior, ou na capital, se são populações do campo ou da cidade, quilombolas, indígenas, população negra, pessoas com deficiências, pessoas das águas, da floresta, todas essas especificidades, constitucionalmente, têm que ser atendidas. Como fazer isso, num país tão grande, com uma população tão plural, com sistemas tão distintos?

Diz a Constituição: cada ente federado terá um conjunto de atribuições. Os Municípios têm um conjunto de atribuições, os Estados, o Distrito Federal e a União. Então, a partir da Constituição de 1988, não cabe ao Governo federal ir lá e gerenciar o funcionamento de cada política pública, mas cabe à União o cofinanciamento e as diretrizes nacionais – estamos aqui falando sobre a educação, então as orientações para os sistemas de ensino públicos e privados. Porque os sistemas privados têm liberdade de funcionamento desde que obedeçam as diretrizes gerais da educação do País e, portanto, não podem deixar de cumprir nenhum item.

Muito bem. E como isso acontece para atender as pessoas com o transtorno do espectro do autismo? Isso para a gente aqui recortar e fazer o foco da nossa discussão desta manhã.

Primeiro ponto: o Ministério da Educação estabeleceu como principal diretriz que todas as escolas têm o dever legal de fazer a matrícula. "Ah, e se recusar?" Se recusar, temos a Lei nº 12.764, conquista da sociedade brasileira, representada pelas famílias que aqui estão, e obra desta Casa, do Congresso Nacional. Diz lá, no art. 7º, que cabe uma multa de três a vinte salários mínimos.

Como é que essa multa vai ser cobrada? O Decreto nº 8.368 diz que cada ente federado, que é responsável pela autorização, pelo credenciamento da instituição de ensino, cabe também a regulação, a fiscalização e aplicação da multa.

Como fazer? É este documento que o MEC publicou na sexta-feira, porque temos que orientar como isso acontece, porque até hoje ninguém nunca cobrou uma multa. E é muito importante que a gente tenha esse tipo de regulamento, esse tipo de norma. Por quê? Porque inibe, coíbe e pune quem tenta cercear o direito das pessoas com deficiência à educação.

Então, a Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secadi, do MEC, fez uma consulta à Advocacia-Geral a União: com base no pacto federativo brasileiro, a quem compete cobrar essa multa? O MEC pode cobrar essa multa de uma escola de educação infantil lá do Município de Florianópolis? O MEC pode aplicar uma multa a uma escola de ensino médio aqui do DF? Não, não pode. Então, o que a AGU respondeu e nós trouxemos aqui para compartilhar com vocês, que é esse parecer da Conjur, da Consultoria Jurídica? Esse parecer tem treze páginas, traz toda uma fundamentação legal, na primeira parte, com base no art. 7º da Lei nº 12.764, e, depois, na segunda parte, a Advocacia-Geral da União diz o seguinte: que o Ministério da Educação é responsável pelo sistema federal e pelas universidades privadas do País. Então, toda vez que houver uma recusa de matrícula no âmbito dessas instituições federais de educação básica ou superior ou de educação superior privada, essa denúncia deverá ser feita ou diretamente ao Ministério da Educação ou ao Ministério Público Federal mais próximo da residência do denunciante. Ao receber essa denúncia, tanto faz por meio do Ministério Público ou diretamente pelo MEC, a Secadi, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, instaurará esse processo e coletará essas informações detalhadamente conforme a legislação que rege os processos administrativos – isto é, dando o direito de cada se manifestar em um devido processo legal. E à Secadi caberá um parecer conclusivo e o encaminhará para a AGU, que cobrará a multa.

Então, no âmbito federal, isso já está definido, e a Advocacia-Geral da União, mediante um parecer conclusivo da Secadi e do MEC, fará a aplicação dessa sanção.

E como tem que acontecer lá no Município? No Município, analogamente, caberá à Secretaria de Educação instituir esse procedimento na atribuição que lhe cabe: se é educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, ou finais. De repente, tem rede municipal que é responsável por todo o ensino fundamental, tem rede municipal que é responsável pelos anos iniciais. Educação infantil é sempre o Município. Pouquíssimos Estados fazem. Quem é que autorizou a escola? Se aquela escola é privada, quem autoriza é a rede responsável: ou é a Secretaria Municipal ou é a Secretaria Estadual ou, no caso do DF, o que significa os dois. E, no caso da escola de ensino médio, é o Estado normalmente.

Então essa instância instaurará o processo, dará sempre notificação ao Ministério Público nesse caso do Estado, para que acompanhe o procedimento, e igualmente incumbirá a sua procuradoria, que é um setor homólogo à AGU, para fazer a cobrança da multa.

Essa orientação está dada por meio da Nota Técnica nº 20, que foi emitida pela Diretoria de Política de Educação Especial do Ministério da Educação, para que todos os Municípios – e ela já foi enviada para todas as secretarias de educação do País – normatizem esses procedimentos para dar celeridade a essa sanção prevista no art. 7º.

Outro aspecto importante: o profissional de apoio e o profissional de atendimento educacional especializado.

Então, no âmbito da educação, existem hoje essas duas figuras que devem apoiar a escolarização das pessoas com deficiência. E essas duas figuras estão regulamentadas pela Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação. Por isso ela não consta especificamente do Decreto nº 8.368, porque na Resolução nº 4 ela está especificada.

Então quem são essas figuras? O professor do atendimento educacional especializado é de fato aquele responsável pelo estudo de cada caso, considerando que cada pessoa tem uma singularidade, um conjunto de características próprias. Então cabe ao professor o estudo do caso juntamente com a família.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Martinha, permita-me.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou explicar e a senhora vai continuar a exposição, porque depois vamos ter as considerações finais de cada um. Ainda tem a doutora... A mãe de autista, Drª Gisele de Freitas, que pediu a palavra e vai usá-la.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me explicar rapidamente para vocês.

Particularmente, estou passando por um momento muito complexo da minha vida política. Tanto que nesse momento, em Porto Alegre, o Santos Fagundes, que você conhece, que é sério...

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Claro, é claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...está me representando numa reunião na direção estadual do Partido com relação à minha posição e às duas MPs que vocês estão acompanhando, a 664 e a 665, que tratam do direito do trabalhador e do aposentado. E eu estou... Não gosto das MPs. Vou resumir aqui porque isso não é muito do debate. E o Santos Fagundes está lá me representando e explicando por que eu quero mudar as MPs em relação aos aposentados, trabalhadores e deficientes.

O Luciano, que também é cego, está aqui, não é, Luciano?

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Luciano, eu trouxe um *pen drive* para você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Luciano é quem escreve os meus pronunciamentos. Grande parte ele escreve, principalmente, é claro, na área que ele mais conhece e sente no dia a dia. Ele está aqui e vai ficar aqui com vocês. Eu tenho que estar em São Paulo, às três horas, para conversar com o Presidente Lula. E quero também de público dizer que era de manhã essa conversa com ele, mas eu expliquei sobre a reunião com os autistas. Ele, de pronto, transferiu a agenda dele para me receber às quatro da tarde em São Paulo, para falar sobre essa situação em que estou no meu campo político.

Então eu peço desculpa a vocês. Vou ter que sair nesse momento, mas vai ficar aqui com vocês o meu querido amigo e Deputado Hélio José, que prontamente, sabendo dessa questão, fez questão de vir aqui. Eu vou correr para o aeroporto. E, nesse debate, ele vai ficar até o final, dando o espaço necessário para que todos possam, além da nossa querida doutora, fazer as suas considerações finais. Vocês permitem que eu me retire, então, devido a essa minha situação?

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Claro. Boa viagem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E que dê tudo certo.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Leve um abraço nosso ao Presidente Lula. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Bom tarde a todos. Sou o Senador Hélio José, pelo PSD do Distrito Federal. Para mim, é muito prazeroso estar aqui substituindo, provisoriamente, o nosso Senador Paulo Paim. Sou membro titular desta Comissão de Direitos Humanos e estamos juntos, aqui, debatendo assuntos importantes para o Brasil.

Para mim, Martinha, você, que é uma trabalhadora do nosso Ministério da Educação, uma servidora que está desempenhando tão bem as suas tarefas, é um prazer estar ouvindo você. Depois, vamos encaminhar para os debates de conclusão a respeito desta importante audiência pública sobre um problema tão grave que atinge o nosso País, que é o autismo, que atinge tantas famílias e não escolhe cor, idade, pessoa – não escolhe: vem – e é o problema de todos nós e que precisa ser visto com muita tranquilidade, com muita responsabilidade, como está sendo colocado aqui pelos representantes do setor.

Estive ouvindo um pouco a explanação da Anna Cristina e da Gianna Guiotti e pude ouvir apelo de uma mãe, que é a Sibelle. Não tive condições de ouvir a Adriana Alves, porque tive um compromisso inadiável. Eu estava em outro compromisso ali, mas vim atender o nosso querido Paulo Paim, porque esta audiência é de alta relevância, importante para acompanhar e encaminhar, da melhor forma possível, essa regulamentação da Lei dos Autistas e todas essas questões que aqui estão sendo debatidas.

Então, volto a palavra para você, Martinha.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Obrigada. Seja muito bem-vindo entre nós. Acho que, quanto mais conseguirmos envolver nossos Parlamentares, nossos gestores com as famílias, com as organizações, mais nós vamos ganhar nesse processo. Porque nenhuma lei, nenhum, decreto, nem a Constituição se tornam realidade em nossa vida se nós não tivermos o compromisso e o engajamento, nos locais onde nós atuamos, de trabalharmos juntos. Por quê? Porque nós temos que mudar a mentalidade: a mentalidade das pessoas, a mentalidade da sociedade, e mudamos mentalidades na medida em que envolvemos as pessoas. A escola é feita de gente, o sistema de saúde é feito de gente, e são as pessoas que reproduzem preconceitos ou praticam o conceito da valorização da diversidade humana, não é verdade?

Por isso, não adianta achar que o mundo é o ideal. O mundo não é o ideal. Só que o que nos mantém nesse mundo são os desafios. O que nos faz avançar no dia a dia? São os desafios. Não podemos abrir mão, não podemos desistir nunca de construir uma sociedade melhor, e, para mim, uma sociedade melhor se constrói com política pública efetiva. Por isso, também não podemos desistir de tornar a política pública neste País um direito de todas as pessoas – todas –, sem distinção.

Então, continuando o meu raciocínio: existem duas figuras regulamentadas na Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação. Sobre uma, eu já explanei: o professor do atendimento educacional especializado. É ele que, em contato com as famílias, com os professores das classes comuns, com a gestão da escola, vai fazer esse estudo de caso e propor o plano de atendimento educacional especializado. É nesse momento que esse profissional vai identificar, com a ajuda da família da própria pessoa com deficiência, se há necessidade de

interface com a área da saúde, com a área da assistência social, transporte e todas as outras áreas de políticas públicas, e deverá promover essa articulação.

Existe outro profissional também regulamentado, que é o profissional de apoio, profissional de apoio para as atividades de alimentação, de mobilidade ou de higiene. Esse é um profissional da escola, que deverá ser formado de acordo com a necessidade de quem ele vai atender, porque a gente sabe que cada pessoa com deficiência tem uma especificidade: vai ter uma pessoa que vai usar uma sonda, para fazer sua higiene pessoal; vai ter uma pessoa que vai usar uma sonda para fazer a alimentação; e vai ter uma pessoa que não vai usar uma sonda, mas vai usar uma fralda, mas vai precisar de uma ajuda para se locomover. Então, quer dizer, dentro da especificidade, como é que recomenda que esse profissional tenha uma formação intersetorial, transversal, multidisciplinar de acordo com a atividade que ele vai precisar prestar – não é verdade? Então, por quê? Exatamente para se adequar à necessidade do outro, e não o contrário.

Outro aspecto importantíssimo: a educação regulamentou, por meio da LDB, o atendimento escolar domiciliar e hospitalar. Então, toda vez que a pessoa com autismo precisar se ausentar da escola porque está em casa em algum tipo de tratamento por alguma razão, ou está numa clínica por alguma razão, fazendo ali um tratamento que vai perdurar "x" tempo, ele não deve ter o atendimento escolar interrompido. Por quê? Porque precisamos garantir essa continuidade. Esse atendimento deve ser, sim, adequado àquela condição, se lúdico, à faixa etária, à etapa de ensino e, principalmente, à condição daquela pessoa. Mas a escola legalmente deve ter esse planejamento para atender a pessoa em casa – em domicílio, não é? – ou no hospital, ou numa clínica. Então, todas essas estratégias e regulações foram criadas para atender ao máximo a especificidade de cada pessoa presente na escola.

Outro aspecto importante, que aí o Ministério da Educação tem feito um apoio sistemático ao sistema de ensino e sempre de acordo com a demanda que vem de lá – nunca daqui para lá, sempre de lá para cá –, é exatamente a contribuição na disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, adequação arquitetônica e formação do professor. Essa é a mola propulsora. Ninguém muda sua prática pedagógica, seu projeto pedagógico de escola, se não houver um fundamento, se não houver um conhecimento, um estudo, uma ancoragem teórica e prática. Então, por essa razão, o MEC cofinancia esse programa nacional de formação continuada. Mas quem tem que organizar essas ações todas de oferta do AEE, de oferta da formação, inclusive envolvendo toda a comunidade escolar, é a rede local.

Então, por isso, minha gente, nós precisamos tornar esse debate aqui um debate que seja capilarizado lá no Município envolvendo os gestores e as famílias para estudar cada caso, porque cada caso é um caso, e nós não podemos generalizar que nenhum Município organiza nenhum tipo de ação e nem generalizar que todos os Municípios vão muito bem, obrigado. Não. Nem um caso é real nem outro.

Agora, de posse dessa...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – ...informação que essa regulamentação que hoje está dada pela própria Lei nº 12.764, que explicita, reafirma e complementa, como é que vai funcionar no Município de 15 milhões, vamos supor, de habitantes? E, no outro, de dois milhões? E no outro, de dez mil, de três mil? Então, cada Município tem uma realidade própria, cada Município tem uma rede própria de educação. E é ali naquela rede que nós vamos aprimorar esse processo permanentemente – permanentemente. E não há por que a gente desistir da implementação da política pública e desincumbir o Estado, porque toda vez que a gente desincumbir o Estado, primeiro, nós vamos segregar, apartar a pessoa com deficiência e sua família e, segundo, nós vamos tirar a responsabilidade da sociedade de se transformar e, principalmente, de se habilitar como uma sociedade cidadã, solidária, justa, com igualdade de condições para todas as pessoas.

Então eu quero encerrar mostrando para vocês alguns dados – os últimos – da educação das pessoas com autismo no Brasil. Assim eu encerro e fico à disposição. Eu tenho aqui um sistema de voz na minha mão que vai me permitir acompanhar o que vamos colocar na tela.

Na primeira tela, nós temos um gráfico que mostra o atual número de matrículas de pessoas com deficiência em geral na educação básica. Então nós temos ali, começando em 2003, 504.039 matrículas com 29% de inclusão. E a gente chega a 2014 com 886.815 matrículas e 79% de inclusão.

Aí vocês perguntam para mim: e daí?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Martinha, só um instantinho, porque tivemos um problema técnico e a tela não está...

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Ela não mostrou?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – ...passando. Isso. Mas vai resolver agora, nesse instante.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Ah, então está bom.

Aí vocês perguntariam: mas e daí? Daí que nós temos, primeiro, que superar o preconceito e a discriminação no direito ao acesso. Então nós não podemos permitir que nenhuma matrícula seja recusada. Só que não basta ter matrícula; tem que ter atendimento de qualidade.

Então, para mim, hoje, o grande desafio que nesse 2 de abril a gente precisa reafirmar é esse pacto para atuarmos juntos, lá na ponta, para que de fato todas as pessoas que estiverem no sistema tenham atendimento. E quem não estiver que venha para o sistema.

Com o TGD, a gente está na tela?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Já. Agora os gráficos já estão na tela.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Então o primeiro gráfico, vocês veem que tem duas linhas: uma que diz respeito às matrículas em classes comuns em escolas públicas e privadas; outra se refere às matrículas em classes e escolas especiais. Depois eu quero falar do papel de cada uma dessas instâncias.

No segundo, nós vamos falar só de matrícula de autistas.

Em 2003, 2009... Por que 2009? Porque é a partir de 2009 que o MEC passa a coletar essa informação no censo escolar. Antes era uma informação geral. Então a partir de 2009 a gente especifica autismo, Asperger, todo o espectro.

Então, em 2009, a gente tinha 59.480 com 82% em classes comuns do ensino regular. Em 2014, 83.307 com 83% de inclusão.

O que é importante notar? Primeiro que hoje a gente tem como acompanhar esse histórico das crianças, adolescentes, jovens e adultos que se declaram com autismo no ato da matrícula. Segundo, a gente tem como direcionar para o sistema de ensino os cursos de formação, priorizando as escolas com matrículas de crianças, adolescentes, jovens e adultos com algum tipo de autismo para os cursos nessa área. Então isso ajuda na formulação no planejamento da ação.

Aí a gente vem na educação superior, próximo gráfico. O próximo é um gráfico geral. A gente sai de 5.078 em 2003 para quase 30 mil em 2013, que é o último censo da educação superior. E quem se declara com algum tipo de transtorno global do desenvolvimento na educação superior. Aí é outro gráfico. Em 2014, 2.767 na educação superior. Deixe-me ver se falei bem. Duzentos e sessenta e sete. Perdão. Duzentos e sessenta e sete.

Então é um número muito pequeno. Por quê? Será que as pessoas não estão se declarando ou as pessoas não estão chegando? Creio que as duas coisas. Então hoje é um direito de todas as pessoas com deficiência atingir os níveis mais elevados de ensino. E à medida que nós efetivarmos e fortalecermos a qualidade da educação básica, as pessoas com autismo terão mais condições de exposição, motivação, para chegarem à educação superior e se darem bem.

A última tela, e com a qual quero finalizar, mostra o *link* do Ministério da Educação para todos do Brasil inteiro, todos que nos acompanham a distância e aqui presentes, poderem acessar tanto o parecer da consultoria jurídica da Advocacia-Geral da União sobre o cumprimento da sanção, mediante recusa de matrícula, quanto a Nota Técnica nº 20, do Ministério da Educação, que orienta os sistemas de ensino para aplicação dessa multa. Acho que uma sociedade instrumentalizada, munida e informada tem mais condições de fazer o controle social e, principalmente, de atuar em conjunto.

Então, fico à disposição, assim como toda a nossa equipe do Ministério da Educação.

Mais uma vez agradeço, Senador, pela oportunidade e a vocês, pela atenção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pessoal, vamos ouvir agora a Srª Giselle de Freitas, mãe de dois autistas e representante da coordenação do movimento Tudo Azul.

Três minutos, Srª Giselle, por favor.

A SRª GISELLE DE FREITAS – Boa tarde. Serei breve.

Fico muito feliz de estar aqui e poder representar o grupo do qual faço parte, Tudo Azul. Externo também todo o meu respeito pelo Moab e outros grupos que me receberam na hora que mais precisei. Todas essas políticas existem. O COMPP, por exemplo, me atendeu, atendeu meus filhos, porque faço parte dos pais que não têm um carro para levar os filhos para escola, faço parte dos pais que não têm dinheiro para pagar um bom atendimento como o da Cliama, faço parte de uma realidade onde apenas temos vivências parecidas, mas não realidades.

Então, com todo o meu respeito – e fico feliz por estarmos lutando pelo mesmo fim –, posso dizer que, com certeza, nem todas as políticas que estão lá, que estão escritas lá chegam aqui, chegam a nós. Muitos pais que nós atendemos no grupo, que o próprio Moab já recebeu, que o COMPP recebe, fazem parte de casos não só de saúde pública como de direitos humanos. São pais que estão com fome, com sede e que têm que vir para um tratamento. O meu filho é uma criança auto e heteroagressiva, meu filho caçula. Sou mãe de três filhos: Ana

Beatriz, neurotípica; Richard, autista; e Andrey, asperger. Fui bem premiada e agradeço a Deus, porque ele me fez ver o universo, as pessoas, lugares que jamais poderia imaginar.

O que quero dizer é que não é nenhuma história bonita. Não tenho nenhum *glamour* por estar aqui falando, passando na TV Senado. O que tem é a triste realidade de que o único lugar, em Brasília, que atende as pessoas que não têm condições de pagar é o COMPP. Portanto, a demanda é enorme, é monstruosa.

Tive, por sorte, não sei, um diagnóstico precoce dos meus filhos, através da Drª Rosa, e foi a grande salvação. Não foi tratamento. Não foi a escola sozinha. Houve um trabalho. Todo ano a gente sofre com os pais. Quem será o professor do meu filho? Será que ele quer trabalhar? Será que ele vai topar fazer tal projeto? Será? Será? Eu não pago conta com "será". Não é "talvez", não é "por favor". A Constituição, no preâmbulo, e nem precisava de tanta lei, se a gente pudesse respeitar e ter respeitado que todos somos iguais perante a lei... Que "igual" é esse?

Hoje, represento cidadãos brasileiros, represento aqui, com todo o meu respeito, cada associação deste País, Berenice Piana, Ulisses da Costa, Fernando Cota, Adriana, Lucinete Andrade, Leide Araújo, Presidente do Grupo do qual faço parte, e outras e outras pessoas, professoras geniais...

(Soa a campainha.)

A SRª GISELLE DE FREITAS – Só mais um minutinho...

que brigam, porque muitos não querem, não querem. Hoje o meu filho, além de autismo, tem transtorno positivo desafiante. Lutei ano passado pela bidocência, busquei caminhos para que ele pudesse ser atendido e respeitado como cidadão de direito e não como autista, porque o autismo é só a condição de nossos filhos, mas não os define.

Muito obrigada.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Pessoal, vamos passar aqui para as considerações finais.

A primeira, na Mesa, Tatiana Roque, por favor. Três minutos, Tatiana, por favor.

A SRª TATIANA ROQUE – Eu queria, mais uma vez, agradecer esse momento por estarmos aqui para discutir tantas coisas importantes.

Como a Giselle falou e como a Sibelle falou também, as duas mães que falaram a questão da realidade, isso nos deixa muito preocupados. Ficamos muito preocupadas, porque, realmente, a lei existe, os decretos existem, os locais existem, mas, como ela bem falou, aqui, em Brasília, são poucos os locais que atendem. A nossa demanda é muito grande. Nós não temos condições de atender todos os nossos autistas. Quando a gente exige a total regulamentação da lei, quando a gente exige a construção dos centros especializados, esse é um direito dos nossos filhos. Como eu falei em minha fala, ninguém está pedindo nenhum favor, a gente pede que eles sejam respeitados. Como a Giselle bem falou, existem muitos casos de famílias com rendas baixas e que precisam do Governo, mas não têm esse apoio, essa assistência, e mostrei a foto daquela criança amarrada ao leito. Então, essa realidade é a nossa, infelizmente.

Como falei, estamos aqui para lutar pelo coletivo. Para o coletivo, a realidade é outra, e a gente tem que ir atrás disso. A Cliama faz um trabalho muito bom, muito interessante, mas não atinge a totalidade. A Cliama atende não só autistas. Atende outras patologias, e isso, às vezes, deixa a gente um pouco preocupada. Há alguns casos que têm evolução, que têm progresso; outros, não.

Para finalizar, a questão de que a Drª Martinha falou muito bem.

Doutora, que bom que já há fiscalização em relação às escolas particulares, porque, infelizmente, a nossa realidade é que não aceitam e, quando aceitam, não estão preparados para atender as nossas crianças. Os profissionais não são capacitados.

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA ROQUE – O professor, ele não quer atender, ele tem a opção de não atender, e isso é preocupante. Eu tenho vários casos de mães, porque eu faço parte de vários grupos além do Moab, que relatam que passam um ano para conseguir um atendimento na Precoce e não conseguem; um ano para conseguir atendimento no COMPP e não conseguem. Por quê? O problema está no COMPP? Não, está todo na estrutura. Faltam profissionais para atender a nossa demanda.

Eu queria mais uma vez agradecer e pedir que nossas reivindicações sejam atendidas, sejam lembradas, sejam discutidas. Com certeza, nós vamos ter outros momentos para dar continuidade a nossas reivindicações.

Obrigada, bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Srª Tatiana, com certeza, serão consideradas, lembradas, porque senão não estaríamos aqui. É muito importante ouvi-las. Eu sou pai de uma filha com TDH. Sei o que são os preconceitos e a dificuldade que é para acompanhar tudo isso. Pode contar com a nossa Comissão de Direitos Humanos. No que puder, nós vamos ajudar.

Eu vou alternar democraticamente as duas Mesas. Passo para Adriana Alves, Coordenadora do Desabafo Autista e Asperger. É isso mesmo?

A SRª ADRIANA ALVES – Asperger

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Professora e mãe de autista.

A SRª ADRIANA ALVES – Isso.

Pode ser "asperguer" também. Vem do alemão. A pronúncia também pode ser essa. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Adriana.

A SRª ADRIANA ALVES – Então, como eu havia falado antes, não viemos aqui para brincar, mas para falar de coisas que, para nós, são muito sérias, que fazem parte do nosso dia a dia. Quando falamos sobre autismo, trazemos uma carga emocional muito grande, porque vivenciamos isso. Sou mãe, sou profissional também, sou professora, sou docente e vivencio essa situação. No Desabafo Autista e Asperger, vemos que, para a realidade das famílias, a lei só existe no papel. A gente fica muito se sentido próximo ao sentimento da Sibelle Verônica, que teve que sair mais cedo para buscar o filho. Eu pedi licença aqui para falar um pouco antes da ordem, porque eu também, Senador, tenho que sair para buscar meu filho na escola.

Na prática, toda essa beleza que a gente vê falando nos gráficos, não faz parte da nossa vida, não faz parte da vida do meu filho, não faz parte da vida do filho da Sibelle, não faz parte da vida de muitas outras pessoas que aqui não estão porque não podem vir, não porque elas não saibam desse evento, mas porque não têm condição, não tem com quem deixar seus filhos. A escola para elas não é uma opção.

Há pessoas, como ela falou, há dois anos esperando uma vaga para ser atendido no COMPP, para ter um diagnóstico. Que tratamento precoce é esse? São dois milhões de pessoas, por uma estimativa aproximada, mas, creiam, é muito mais, muito mais do que isso. Multipliquem isso pelo número de mães, pais, familiares...

Realmente, nós precisamos provocar esse debate. Por isso, estamos aqui hoje.

Gostaria de terminar falando que o Movimento Orgulho Autista existe com a finalidade de conscientizar as pessoas sobre o que é o autismo, e vamos continuar nessa batalha para que a gente consiga a acessibilidade atitudinal, que é mudar a atitude das pessoas. Não precisamos de rampa para autista. Claro que, para o autista, pode não ser só o autismo. Muitas pessoas com autismo têm outras coisas também, como o transtorno opositor, entre outras. Mas, principalmente, o que o autista precisa é que as pessoas conheçam o autismo e parem de encarar o autismo como se fosse uma coisa que as famílias têm que se virar sozinhas: "Não, a gente já tem isso aqui. Vamos aproveitar o que a gente já tem". Não! A gente não vai calar. A gente vai continuar falando. A gente vai continuar vindo a essa Casa, porque principalmente esta Casa é uma Casa do povo, e a gente considera essa como uma Casa nossa também, não só aqui, no Congresso Nacional, como na Câmara Legislativa – e, aqui, nós temos presente um representante de um Deputado, o Deputado Wellington, que, sempre que possível, nos apoia. A gente vai continuar buscando esse apoio, porque os homens e as mulheres públicas do nosso País nunca vão saber o que nós precisamos se nós não formos lá e dissermos a eles. Então, nós somos cidadãos, cidadãs e os nossos filhos também, e a gente precisa mostrar isso todos os dias, se for possível.

Gostaria de agradecer por essa ocasião e dizer pra vocês que, por favor, não se calem, continuem falando. Vamos fazer como a Sibelle. É difícil a gente falar daquilo que não é agradável para os outros ouvirem, mas é a nossa missão. A gente não está aqui, como eu falei, por um outro motivo. É uma coisa muito séria.

Então, obrigada e uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Adriana Alves e Tatiana Roque, que falou anteriormente.

Eu queria passar agora para a Srª Lívia Magalhães, Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasília, Moab. Por favor, três minutos, Drª Lívia.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Agradeço em meu nome o convite da Comissão de Direitos Humanos para participar da presente audiência pública, e agradeço em nome também dos autistas do Brasil e seus familiares, e debater esse tema que é tão relevante e que, com certeza, não ficará só por aqui. Nós vamos debatê-lo em outras oportunidades.

Eu ressalto, aqui, por fim, que o nosso foco é desenvolver iniciativas que garantam o acesso de todos os autistas, tanto à educação escolar pública, para todas as idades, seja educação básica, seja ensino profissionalizante... Não podemos esquecer dos autistas adultos também. Só falamos de crianças, mas os adultos precisam também desse amparo e das políticas públicas. Que essa educação escolar seja adaptada às reais necessidades

dos autistas! Nós lutamos também para que haja informação e preparação dos profissionais, tanto da área de educação, quanto da área de saúde, dos familiares e da população como um todo.

As pessoas têm pouco conhecimento sobre o transtorno, e essa política de conscientização é, sem dúvida, primordial para que todos possam conviver da melhor forma possível para que a inclusão realmente seja efetiva. Para tanto, nós continuaremos lutando pela regulamentação adequada da Lei Berenice Piana, principalmente quanto aos centros especializados na rede pública de saúde, para que haja um tratamento integrado da educação e da saúde para os autistas. Como a Drª Gianna pontuou, realmente, esse tratamento integrado de educação e saúde é muito importante. A qualificação dos profissionais é primordial também para que haja um acompanhamento e um tratamento bem eficaz para os nossos autistas.

Desejo uma boa tarde a todos e nos veremos nas próximas oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Drª Lívia, pelo pronunciamento.

Vamos passar, agora, para a Drª Gianna Guiotti, médica psiquiatra, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais, Cliama.

A SRª GIANNA GUIOTTI – Eu queria agradecer a oportunidade, na pessoa do Dr. Aluísio, Diretor da Cliama, de estar aqui, hoje.

Quero esclarecer que a instituição ideal não é aquela em que a criança se adapta a ela, mas, sim, a que tem certa flexibilidade e se adapta à necessidade da pessoa e da criança. Assim, misturar crianças e jovens com diagnósticos diferentes não tem tanto problema, desde que, dentro da dinâmica da instituição, possamos oferecer algo que proporcione um crescimento que seja viável para a criança. Quando recebemos um caso que pode ser diferente, pode ser difícil de acompanhar, temos uma discussão em equipe e vemos se será possível acolher.

O que é muito bonito de ver são as faixas etárias diferentes, como a Anna Cristina falou. Temos crianças de menos de dois anos, jovens, adultos já maduros, quase beirando os 50 anos. Há troca de experiência entre as famílias, nos grupos de famílias que a Ana tocou. Os jovens, os maiores acolhem, ajudam as crianças pequenas. Isso é muito rico, ajuda na socialização. Não se preocupem se vai haver misturas. Tudo bem, para determinadas patologias, não dá certo mesmo. Não vou misturar com pessoas em recuperação de dependência química. Nesse caso, realmente, não estaria bem adequado, só que, de outras formas, passando por uma discussão técnica, se vermos que é viável, é muito rico.

Quanto à evolução, se há progresso, acho que isso é uma coisa que todo mundo que trabalha com uma condição crônica tem que estar sempre se perguntando. Então, a equipe tem que estar se reavaliando, vendo o que pode fazer, e isso é muito rico. A gente tem que estar sempre se criticando, se questionando, para não "cronificar" junto com a pessoa.

Por fim, eu queria dar um recado aos pais, aos familiares, aos educadores: acho que realmente estamos evoluindo. Falta muito coisa ainda, mas estamos evoluindo. A representante do Ministério da Educação mostrou como era muitos anos atrás. Está diferente. Acho que temos que nos unir, falar, brigar e lutar mesmo.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Quero agradecer á Drª Gianna Guiotti e passar para a Drª Márcia Cristina Lima Pereira, Chefe do Núcleo de Autismo do ITGD, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, saudando o meu querido Deputado Wellington. Sou Senador pelo Distrito Federal, pelo PSB, e Wellington, Deputado Distrital. Ele está aqui sendo representado pelo Fauser Domingues da Costa. Meu abraço para o Wellington. Também está representando, aqui, o Fernando Cotta, Diretor-Presidente da Moab.

Vamos ouvir, agora, a nossa querida Drª Márcia Cristina Pereira.

A SRª MÁRCIA CRISTINA LIMA PEREIRA – Obrigada, eu queria desejar uma boa tarde a todos e agradecer, mais uma vez, o convite e a oportunidade de estar aqui, não só em meu nome, mas no de toda a equipe que componho, a minha Coordenadora estava presente, a Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Quero dizer que, nesta tentativa de avançar nas políticas públicas de educação, estamos finalizando a elaboração de uma minuta de portaria que regulamente esse acompanhante especializado dentro da Secretaria de Educação do Distrito Federal, visto que esse profissional que já foi citado até pela Martinha, esse profissional de apoio anterior, infelizmente, no caso da Secretaria de Educação, estava restrito ao apoio na alimentação, na locomoção e na higiene, o que nem sempre contempla as necessidades da pessoa com autismo, que, às vezes, precisa de uma medida de ação mais pedagógica. Na regulamentação, vieram as questões de interação social também e de comunicação. Então, vamos tentar regulamentar um outro profissional, de preferência professor. Estamos pleiteando junto à Secretaria de Educação que seja professor esse acompanhante especializado.

Espero que a gente consiga avançar nisso, que a gente tenha êxito nessa empreitada. Temos outras construções pensadas, mas inicialmente o nosso investimento maior é no acompanhamento especializado. Espero ter essa boa notícia antes de desocupar este cargo e voltar para a escola, que é a minha função como professora.

Obrigada.

Boa tarde a todos.

Espero dar uma boa notícia ainda este ano. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer à Drª Márcia Cristina Lima Pereira pela belíssima exposição e passar a palavra à nossa querida Anna Cristina Pires de Mello, psicóloga, representante da Clínica de Atendimento Psicológico a Crianças Especiais do Cliama.

A senhora dispõe de três minutos, por favor.

A SRª ANNA CRISTINA PIRES DE MELLO – Então, novamente, gostaria de agradecer a oportunidade de ter aprendido tanto com as falas de todos e também de dar algum esclarecimento.

A Cliama atende a diversos tipos de convênio, e temos uma faixa de atendimento a custo zero, que é preenchida todos os anos e uma lista de espera bastante expressiva, o que nos deixa muito satisfeitos, porque demonstra a confiabilidade que a nossa instituição tem aqui no Distrito Federal e fora daqui, pois prestamos assistência e consultoria para universidades e para outros Estados que nos procuram em busca não só da questão do autismo, mas também de outras deficiências.

Conforme vocês viram no vídeo, as nossas crianças, os nossos educandos, partilham do convívio com outros iguais, portadores de outras deficiências.

No caso do autista, o convívio do Down com eles tem trazido um progresso bastante expressivo para ambos, em se tratando do nosso Projeto Centopeia, que é o projeto de estimulação precoce de 0 a 7 anos. Quanto à questão que aflige tanto as famílias de autistas não falantes, eles recebem, por vezes, uma estimulação tão grande dos coleguinhas falantes, que isso os auxilia também.

Lembro a todos vocês que, se queremos inclusão, precisamos estar prontos também para alterar algumas coisas na nossa forma de ser e de pensar, porque as nossas famílias, incluídas no mundo aqui fora, não vão ter um mundo disponível só de autistas e de famílias de autistas, mas de pessoas com todas as suas condições de convívio e de peculiaridades.

Então, essa condição de fazermos parte da mesma cirande é que nos enriquece.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer a Drª Anna Cristina Pires de Mello pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, passo a palavra para a Drª Simone Maria L. C. M. Guimarães, representante da Diretoria de Saúde Mental, da Secretaria de Saúde do DF.

A SRª SIMONE MARIA L. C. M. GUIMARÃES – Bem, gostaria inicialmente de solidarizar-me com a mãe, com a Sibelle, que trouxe realmente a indignação de não ter conseguido ou não estar ainda conseguindo algum atendimento na Rede de Saúde. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que existem pessoas sérias, que estão lutando pela causa do autismo, que estão incessantemente trabalhando para que essas crianças, esses adolescentes e adultos possam ter uma vida em sociedade. É um direito de todos.

Nós sabemos que há uma dificuldade na rede de saúde muito grande, mas temos buscado soluções e estar junto aos gestores superiores, os gestores maiores da Secretaria de Saúde, sensibilizando-os quanto a esta causa.

Temos trabalhado na capacitação de profissionais de todas as áreas da psicologia, psiquiatria – temos uma residência médica em psiquiatria da infância –, porque estamos buscando, realmente, ajudar a rede a crescer e a fortalecer o atendimento a todas as pessoas que precisem de qualquer que seja o atendimento em saúde mental.

E com relação à parte das deficiências, o que a gente tem oferecido, também, ao agregar com a educação, com a segurança, com o esporte, a possibilidade de essas pessoas terem uma vida plena.

Um bom dia a todos e muito obrigada por poder participar deste evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer à Drª Simone Maria e dizer que eu, como Senador da República do Distrito Federal, faço questão de colaborar. Acho que é uma questão fundamental a saúde mental, essa questão aflige as famílias. Hoje mesmo, na reunião do Conselho Político com o Governador Rollemberg, hoje à noite, nós vamos estar juntos e vou lembrar a importância deste fato, o porquê de estarmos hoje aqui.

Estava conversando com a Drª Gianna, que tem uma chácara próximo ao Paranoá, próximo, inclusive, de onde resido. Resido no Condomínio Villages Alvoradas, próximo do Paranoá, ao lado da Ermida Dom Bosco. Faço questão de tentar marcar uma visita, uma ida para conhecer esse importante trabalho da Cliama. Quero me inteirar mais nestes assuntos, já que tenho uma filha com TDH e outra com depressão, e sei o tanto que isso é importante. Tem o Inasp (Instituto Nacional de Saúde Psíquica), que é uma ONG de que eu participo, que apoio e que discute a questão, também, regimental. Vamos fazer o que pudermos para colaborar nesta questão.

Queria passar para a Drª Martinha Clarete Dutra, nossa Diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério de Educação.

Mas, antes, Drª Martinha, reconhecer o seu grande trabalho, seus méritos, de estar colaborando no nosso Governo, em um Ministério importante, que é o Ministério da Educação, em uma área sensível, que é essa da inclusão social, e dizer que eu sou da base aliada, ajudo a Presidente Dilma, e que tenho muito orgulho de ver vocês batalhando tanto para nos ajudar a resolver assuntos tão caros, tão importantes para nossas famílias, como este que aqui estamos debatendo.

Passo a palavra para a senhora.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA – Muito obrigada, Senador. O Brasil inteiro precisa conhecer e trabalhar dia após dia. Pensar um país para todas as pessoas pressupõe derrubar barreiras e eliminar preconceitos. Por isso, quero concluir dizendo que cabe a todas as instituições especializadas em educação especial neste País apoiar o processo de escolarização em escolas inclusivas, sejam escolas públicas ou privadas. A sociedade brasileira não pode ficar passiva diante de qualquer ato de discriminação. Deve denunciar e exigir punição. Fazer um país melhor depende da ação de cada um e de cada uma de nós.

Então, o Ministério da Educação fica inteiramente à disposição por meio do telefone (61) 2022-7661 e do *e-mail* dpee@mec.gov.br para quaisquer informações complementares a fim de fortalecer a nossa luta. Uma educação de qualidade é necessariamente uma educação inclusiva. Lutemos todos nós, em conjunto, por esse ideal, por esse Brasil melhor, por essa pátria educadora!

Obrigada. (Palmas.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Queria agradecer à Drª Martinha por sua exposição belíssima aqui, pelo seu trabalho.

Queria saudar aqui o nosso querido Babalorixá Antônio de Oxalá, que está lá atrás e que vem debater a possibilidade de uma audiência pública pela tolerância, pelo direito de livre culto, pela livre profecia das questões, e dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará sempre de portas abertas para garantir todas as manifestações, conforme a nossa Constituição. Somos um país livre, laico, com livres cultos. Saudades! Quero desejar um abraço a ele, à comunidade do Gama que ele representa!

E quero dizer aqui, para as senhoras e os senhores envolvidos com a questão dessa audiência pública tão importante, que a Comissão de Direitos Humanos estará sempre aberta, sempre solícita a colaborar com assuntos de tamanha relevância para as políticas públicas deste País para a compreensão, para o bem-estar geral e social. Sabemos o tanto que os nossos meninos que, porventura, tenham essa questão sofrem com intolerância, com falta de compreensão.

Então, muito obrigado a todos vocês!

Quero declarar encerrada esta reunião e dizer que estamos juntos nessa luta.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE MARÇO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA Nº 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senhoras Senadoras: Paulo Paim, Regina Souza, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Angela Portela, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Romário, Magno Malta e Vicentinho Alves. Justifica ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**: **Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria com 02 Emendas de Redação que apresenta. **Resultado**: Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o apadrinhamento legal. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 3. Requerimento Comissão de Direitos**

Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2015. Autoria: Senadora Regina Sousa. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o Relatório da Anistia Internacional, que revela preocupação com violência policial, abortos e impunidade no Brasil. **Resultado:** Aprovado. **Item 4. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 34, de 2015**. Autoria: Senador João Capiberibe. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para rememorar os 51 anos do golpe civil e militar de 1964, que interrompeu o estado democrático de direito no Brasil com a deposição pelas armas do Presidente legalmente constituído João Belchior Marquers Goulart. Nomes indicados e aprovados na reunião: Cid Benjamim, Jornalista; Domingos Leonelli, ex-Deputado Federal; Dulce Pandolfi, Professora da Fundação Getúlio Vargas; Deputado Federal Chico Alencar; e Luiz Carlos Cunha. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 5. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24, de 2015**. Autoria: Senador Magno Malta. Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno, a realização de audiência pública, tantas quantas forem necessárias, para um debate amplo sobre a SUG 15, DE 2014. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Presidente passa a presidência dos Trabalhos para a Senadora Regina Souza. **Item 6. Requerimento Comissão de Direitos Humanos E Legislação Participativa Nº 35, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal cominado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe os programas e políticas públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher. **Resultado:** Aprovado. **Item 7. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 36, de 2015**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a SUG 15/2014. **Resultado:** Aprovado. **Item 8. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Redução da Maioridade/Imputabilidade Penal". **Resultado:** Aprovado. **Item 9. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical". **Resultado:** Aprovado. **Item 10. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 40, de 2015.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o "PLS 262/2014 que altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público." **Resultado:** Aprovado. **Item 11. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 37, de 2015**. Autoria: Senadora Angela Portela e outros. Requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a pesquisa divulgada pelo IPEA sobre a efetividade da Lei Maria da Penha. **Resultado:** Aprovado. A Senhora Presidenta Regina Souza devolve a presidência dos Trabalhos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Paulo Paim, João Capiberibe, Regina Souza e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Christiano de Oliveira Emery**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa de leitura e de aprovação das atas das 5ª a 8ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O Senador Cristovam Buarque solicitou a retirada de pauta dos itens 1 e 2, PLS 651, de 2011, e PLS 171, de 2013. Justificou sua ausência conforme memorando que apresenta.

São os seguintes os itens retirados:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.
Autoria: Senador Jorge Afonso Argello
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o apadrinhamento legal.
Autoria: Senador Eduardo Lopes
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos a nossa pauta.
Primeiro os projetos não terminativos; em seguida, os requerimentos.
Requerimento nº 34.

ITEM 4
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para rememorar os 51 anos do golpe civil e militar de 1964, que interrompeu o estado democrático de direito no Brasil com a deposição pelas armas do Presidente legalmente constituído João Belchior Marquers Goulart.
Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr. Presidente, Paulo Paim, meu caro Senador representante do Espírito Santo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Grande Magno Malta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – A quem eu tenho uma dívida grande. Em algum momento, nossas ações se cruzaram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – No dia 1º de abril, completam-se 51 anos do golpe militar.

V. Exªs sabem que, depois de um desmonte das instituições democráticas, para que a gente recupere o mesmo estágio democrático daquele 1964, são, no mínimo, 50 anos. Até hoje, as sequelas estão presentes, como, por exemplo, as torturas, o desaparecimento de pessoas pelo aparelho repressivo. Então, essas sequelas permanecem até hoje, portanto, para nós, que temos responsabilidade com a história e também, evidentemente, com a conjuntura em que vivemos, é fundamental trazer todos esses acontecimentos passados, que reproduziram o nosso presente. Nós somos consequência daquilo que vivemos no passado. Portanto, é muito importante saber o que foi o golpe civil e militar de 1964 – porque, na verdade, não existe golpe militar, só existe quando há suporte das forças políticas civis. Nós levamos 21 anos submetidos a esse regime autoritário, repressivo, violento, com uma institucionalização da violência do Estado, a perseguição dos opositores ao regime.

De lá para cá, há 31 anos, com a eleição indireta e com um novo pacto político habilidosamente construído, uma engenharia política fantástica, estabeleceu-se um pacto, chamado de Nova República, o pacto da Nova República, que dura até hoje.

Senador Magno Malta, esse pacto dura até hoje, mas eu o considero esgotado. As manifestações, as grandes manifestações populares hoje, particularmente a do dia 15 de março, são uma demonstração clara de que esse pacto se esgotou e de que nós temos que construir um novo pacto político, para poder promover o avanço da democracia. O Brasil melhorou muito com a democracia, e isso é inquestionável. É outro país. O

país de antes de democracia e o país de depois da democracia, de antes da Constituição de 1988 e de depois certamente é um país completamente diferente. A nossa história sofreu um processo de transformação enorme

Hoje, eu dou um dado assim que demonstra claramente o que a democracia representa para a construção democrática do nosso País. Essas operações que estão aí, a prisão dos magnatas da construção civil, isso jamais poderia ter acontecido num regime de ditadura, até porque esse pacto e esse modelo aí que nós estamos descobrindo agora de cartel, de cartelização das obras públicas aconteceu lá na ditadura, a construção da Transamazônica. As mesmas empresas que estão aí respondendo, cujos executivos estão presos, foram as empresas que construíram a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, que saiu do nada a lugar nenhum, até hoje, mas ali se enterraram milhões e milhões de reais, em grandes empreendimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive, dinheiro da Previdência. Dinheiro arrecadado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Há os grandes escândalos, como o da Capemi, da Coroa-Brastel, enfim, eu estou lembrando alguns que me vêm rapidamente à cabeça, e que eram abafados.

Não havia CPI, não havia investigação do Ministério Público, o Ministério Público não tinha esta independência que tem hoje, e a Polícia Federal era mais uma polícia política do que uma polícia republicana. Hoje, a polícia investiga, doa a quem doer.

Antes, não. Era para perseguir os adversários do regime.

Estamos vivendo essa mudança, mas não podemos deixar de trazer esses acontecimentos que levaram o País à democracia, garantindo tudo que está acontecendo de bom. Claro que há também muita coisa de ruim. Não imaginem que vamos conseguir construir um regime absolutamente sem reparos, sem equívocos... Não, cometemos equívocos, mas o saldo final é muito positivo. Por isso que estou propondo essa audiência pública para trazermos pessoas que possam nos informar sobre o que foi, o que representou e as consequências da ditadura civil-militar de 21 anos no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir e, diante dos argumentos sólidos já apresentados pelo Senador João Capiberibe, nós vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

V. Exª define o dia em que quer a audiência pública e será atendido.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu gostaria de adiantar os nomes que nós vamos convidar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, já fica registrado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Os convidados serão: Prof. Cid Benjamim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – ... Dulce Pandolfi; Domingos Leonel, ex-Deputado Federal da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fui Constituinte com ele, um grande Parlamentar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – ... Chico Alencar, Deputado Federal no exercício do mandato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Chico Alencar, também grande Parlamentar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – ... e jornalista Luiz Cláudio Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Luiz Cláudio Cunha, conheço muito bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Se houver alguma pessoa que nos possa indicar, poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu diria que, se V. Exª permitir, a lista fica aberta. Se algum Senador tiver uma outra indicação, será acatada por esta Presidência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Será no dia 31 a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, já fica acertado para o dia 31. Aprovada para o dia 31. O.k.?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovado. Meus cumprimentos pela iniciativa.

Primeiramente, os que estavam na pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2015 – Não terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o Relatório da Anistia Internacional, que revela preocupação com violência policial, abortos e impunidade no Brasil.
Autoria: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Regina Sousa para encaminhar o requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente, esses relatórios produzidos por entidades, ONGs, são sempre muito benfeitos, porque têm cunho científico para se fazer uma coisa com cuidado, com pesquisas... É sempre bom conhecermos. Às notícias que saem na imprensa nem sempre podemos dar total credibilidade.

Peço para fazermos essa audiência porque há violência policial e violência contra policial. Acho que vale a pena discutir esse relatório. Depois mandamos a relação das pessoas. Certamente, a pessoa responsável pela Anistia Internacional, o coordenador, deverá ser convidado. Mas é importante conhecermos esse relatório para vermos que encaminhamentos podem ser dados, inclusive a partir da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em debate o requerimento da nobre Senadora Regina Sousa.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu só peço que a data... V. Exª conversa com a moçada aqui. Como eu sempre disse, a preferência será sempre dos Senadores em relação a qualquer outra iniciativa que eu tenha tomado como Presidente.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta, os nºs 24, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, todos extrapauta.

Aqueles que concordam que haja inclusão dos requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aos requerimentos.

Primeiro requerimento:

Havendo chegado a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Sugestão nº 15, de 2014, sugerindo a discussão e análise do tema "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde". E crendo ser necessário um debate amplo, sobre o assunto, mesmo a despeito de ser uma sugestão originária da população, precisamos ouvir os representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, entidades religiosas, comunidade acadêmica e científica, médicos e todos que atuam nessa área.

Assim, requeiro, nos termos do artigo 90, §2º, do Regimento Interno a convocação da Audiência Pública, tantas quantas forem necessárias, para fazermos um amplo debate sobre o assunto, antes de ser emitido o parecer por esta Comissão e, naturalmente, votado o parecer da Relatoria.

Sala das Comissões.

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2015 – Não terminativo –

Requer nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno, a realização de audiência pública, tantas quantas forem necessárias, para um debate amplo sobre a SUG 15, DE 2014.
Autoria: Senador Magno Malta

Senador Magno Malta, para quem eu passo a palavra, neste momento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, o meu requerimento veio antes da Senadora Marta desistir da relatoria do Projeto de Legalização do Aborto.

Eu procurei V. Exª com interesse de relatar esse projeto e V. Exª disse a mim: "Você chegou tarde. A Senadora Marta já me pediu e está com a Senadora Marta."

Ótimo! Beleza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª respeitou de pronto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas tem que respeitar. O homem é aquilo em que ele acredita.

E a Senadora Marta tem todo o meu respeito, como o Capiberibe, como qualquer outro que diverge das minhas posições, como eu também preciso ser respeitado. E esta é a única regra de boa convivência na sociedade: respeito.

Eu sou as minhas crenças. No debate de audiências públicas três coisas são importantes: esclarecer, convencer ou ser convencido. E acho muito importante...

Até ontem uns repórteres vieram me entrevistar e perguntaram: "O senhor entende as razões por que o Senador Paim deu esse relatório para o senhor?". Eu disse: "Pelas mesmas razões que deu para a Marta, porque ela é tão Senadora quanto eu e eu sou tão Senador quanto ela, assim como poderia ter ido para a mão de qualquer outro. Qual é o problema disso?".

Imagine. Eu já sabia qual é o relatório da Senadora Marta: a favor. E qual o problema disso? Vamos debater? E quem vota é o Plenário. Nós precisamos fazer uma ampla discussão, um amplo esclarecimento. E o esclarecimento a se fazer é ouvir, ouvir o que aborto causa no sistema nervoso central, emocional de uma mulher que produz aborto. Ouvir esse tipo de gente aqui, que nunca foi ouvida. O grande problema dos abortistas em não querer o debate, querer simplesmente aprovar, é porque eles não querem que a sociedade tome conhecimento e que haja esclarecimento.

Eu pedi as audiências públicas, porque as pessoas acharam que, de pronto, eu iria dar um relatório. Nunca iria dar relatório sem haver debate, de maneira nenhuma, nós vamos debater.

Eu proponho, Sr. Presidente, no meu requerimento, que nós tenhamos um mínimo de três audiências públicas e, havendo necessidade, um máximo de cinco, não é, Senador Capiberibe? Há necessidade de debater o assunto. Mas, a princípio, um mínimo de três.

E nós ficamos à vontade, a partir da próxima reunião, para indicarmos as pessoas que nós gostaríamos de ver debatendo o tema aqui, a favor e contra – técnicos, especialistas, psicólogos, religiosos, quem a gente entender que deva debater. Nós temos uma sociedade cristã no Brasil, que acredita na vida – como eu acredito –, na concepção... É até muito engraçado, porque eles isolaram um vírus em Marte e já publicaram – os americanos –, para o mundo, que realmente está provado que há vida em Marte, porque conseguiram isolar um vírus. Se um vírus é a vida, um feto na concepção é que não é? Vamos discutir isso.

A gente lá no Espírito Santo, em Linhares, nós temos a proteção dos ovinhos das tartarugas para proteger a procriação delas, para que bicho não coma, para que ninguém quebre os ovinhos. Uma tartaruga tem direito à vida e à proteção mesmo do Estado, com prisão, com punição. Mas um feto não tem nem Ministério Público a seu favor, nem advogado, nem tribunais superiores, nem primeira instância. Então, nós precisamos fazer esse debate todo.

Por isso, eu proponho que sejam três boas e grandes audiências públicas, com boa publicidade, convidando essas ONGs, esses organismos.

Ontem eu soube que um grupo de mulheres abortistas foi ao Supremo conversar com o Lewandowski e que ele recebeu muito bem, apesar de ele ser contra o aborto. Estiveram na Câmara também ontem. A gente identifica esses grupos, Presidente.

Se a Comissão não tem os grupos identificados, posso passar para V. Exª os grupos identificados que são abortistas, que são grupos organizados. E, a partir da próxima semana, a gente fica livre para poder indicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Magno Malta, que justificou o seu requerimento.

E eu faço questão de esclarecer novamente. Quando este projeto chegou aqui, por meio de coleta de assinaturas, em forma de SUG, de imediato nós encaminhamos, por sugestão naturalmente de um setor, à Senadora Marta Suplicy. E foi exatamente o que descreveu aqui o Senador Magno Malta.

O Senador Magno Malta, sabendo que o projeto estava aqui, pediu a relatoria. E eu disse para ele: "Olha, já foi encaminhado à Senadora Marta Suplicy." E ele disse: "Não, tudo bem, Então, vou entrar com um requerimento para fazer um amplo debate." E eu disse: "Tudo bem."

E, logo que a Senadora Marta Suplicy devolveu, o Senador Magno Malta, e sua assessoria muito competente e atualizada, disse: "Olha, Senador, foi devolvido. Eu sei que está chegando hoje aqui e, como eu fui o segundo a pedir, acho que é justo que eu receba a relatoria." E, de fato, é isso.

O meu critério aqui não é ideológico, não é de quem tem posição a favor ou contra essa questão. Todos são Senadores iguais. E peço, inclusive, a todos que, quando tiverem um projeto que quiserem relatar, encaminhem o pedido aqui à assessoria, e eu darei preferência para aqueles que se apresentarem pedindo para relatar o projeto. Sempre faço assim, em todo o período em que estou nesta Casa, há quase 30 anos, tanto na Câmara, quanto no Senado Federal, nas vezes em que presidi Comissões lá e aqui. Então, é só esse esclarecimento.

E vamos agora ao outro requerimento – Senadora Angela Portela. E, claro, como teria que estar presenta, a Senadora Regina Sousa fez uma gentileza e assinou para a Senadora Angela Portela.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da nossa Constituição, e do art. 93, II, do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação, para debater a pesquisa divulgada pelo Ipea sobre a efetividade da da Lei Maria da Penha.

Os convidados serão encaminhados posteriormente a essa Comissão.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, DE 2015 – Não terminativo –

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a pesquisa divulgada pelo IPEA sobre a efetividade da Lei Maria da Penha.
Autoria: Senadora Angela Portela e outros

Senadora Regina Sousa, por favor, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Basicamente, é a mesma motivação do requerimento que fiz antes. É sempre importante a gente conhecer a fundo esses estudos, porque são pessoas que se dedicam a estudar alguns assuntos e, neste caso da Lei Maria da Penha, que é uma questão bem recente, a gente precisa saber que resultados ela está realmente oferendo na questão da violência contra mulher.

Então, é importante debater esse relatório. A Senadora Angela Portela certamente, depois, encaminhará pedido de data e convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Cumprimento a iniciativa tanto de V. Exª, como a da Senadora Angela Portela. É bem-vinda a Lei Maria da Penha, mas, infelizmente, a violência contras as mulheres continua aumentando – e muito! Por isso que existe, inclusive, uma série de projetos na Casa, aumentando a penalidade sobre os agressores.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores que concordam com o conteúdo do requerimento aqui por mim lido e advogado pela Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo à Presidência agora à Senadora Regina Sousa, porque há dois requerimentos de minha autoria. Como V. Exª havia sido indicada até mesmo para ser Vice-Presidente, está convocada para ser Presidente neste momento, grande Senadora Regina Sousa.

Antes que o Senador Magno Malta saia, que fique registrado em ata que, por solicitação de S. Exª, teremos de três a cinco audiências públicas, se necessário, sobre o tema dos requerimentos apresentados.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2015 – Não terminativo –

Requer nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal cominado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe os programas e políticas públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher.
Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, traríamos nesse dia a Ministra da pasta das mulheres para que faça a sua exposição sobre as preocupações que ela está tendo, o seu programa de Governo e tudo aquilo que ela entende que possa ser feito para inibirmos e combatermos a violência contras a mulher.

Enfim, este requerimento vai na mesma linha dos requerimentos aprovados aqui e demonstra a preocupação de homens e mulheres em relação à violência contra a mulher, tanto da Senadora Regina Sousa, como da Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 8:

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Redução da Maioridade/Imputabilidade Penal".
Autoria: Senador Paulo Paim

Os convidados serão enviados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Todos sabem qual é a minha posição e que sou contrário a essa redução da responsabilidade penal, que atinge, pela forma como alguns colocam, até as nossas crianças. Mas acho que esta Comissão tem obrigação de fazer o debate sobre esse tema e se posicionar sobre essa violência contra a nossa juventude. Lembro-me de uma frase pronunciada, uma vez, pelo Presidente Lula em que afirmava que, daqui a pouco, estaremos penalizando crianças com 9 e 10 anos.

É um tema que vai suscitar um debate intenso aqui. E cada um há de respeitar as posições. E que sirva esse tema para balizar o nosso voto e a nossa posição aqui no Congresso Nacional em matéria de Comissão de Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo discussão, vamos à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 7:

ITEM 7
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a SUG 15/2014.
Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este, na verdade, é um requerimento que vai na mesma linha de outros que aqui foram aprovados. E, como é um ciclo de palestras que vamos ter aqui, naturalmente vamos fazer indicações para cada um dos momentos. Então, teremos uma construção de forma tal que, em relação a esse tema – todos sabem que é um tema polêmico a questão do aborto –, vamos ter posições favoráveis e contrárias.

Mas é assim que a gente vai escrevendo, como diria alguém, a História da humanidade. E que os direitos humanos estejam sempre em primeiro lugar.

É isso, minha Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo discussão, vamos à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos mais um requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, DE 2015
– Não terminativo –

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical".
Autoria: Senador Paulo Paim

Os convidados serão enviados posteriormente à Secretaria desta Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como eu sou Relator desse tema – inclusive, é um tema que está em debate no Congresso Nacional, desde quando a Capital era lá no Rio de Janeiro e eu não era nem nascido, e esse tema já estava em debate. Como há uma vontade, digamos, de setores, de a convenção internacional ser reconhecida definitivamente pelo Congresso e como também há uma vontade de outros setores de que não ratifiquemos, de forma definitiva, essa questão que está em debate: a unicidade e a chamada liberdade de autonomia sindical.

É um tema que envolve interesse de empregados e de empregadores, enfim, dos líderes do campo sindical e daqueles que estão preocupados em saber para onde vamos na organização sindical do nosso País.

Por isso, tenho certeza de que a sala vai estar lotada e de que teremos aqui uma discussão acalorada sobre a estrutura sindical. Oxalá!

Eu tive a alegria, Senadora Regina, de ter sido Relator do projeto sancionado pelo Presidente Lula que consagrou o reconhecimento das centrais sindicais. Todos diziam que não haveria entendimento devido às divergências com as confederações, mas conseguimos costurar o acordo, inclusive com as confederações, e hoje as centrais estão reconhecidas, sem prejuízo do sistema confederativo, que é o que está na Constituição.

Esperamos também, neste debate tranquilo, mas amplo, geral e sem nenhuma restrição, conseguir construir uma linha de entendimento. É claro que vamos chamar inclusive a OIT – por sinal, tenho uma reunião com eles já na sexta – e vamos chamar todos os setores do movimento sindical para esse debate.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Antes de colocar em discussão e em votação, queria só comentar que essa foi a nossa grande bandeira nos anos 80, quando eu era até dirigente sindical.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E até hoje não avançou.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Acho que avançou na prática. Nós conseguimos, porque há várias centrais.

A questão da pluralidade, da liberdade está funcionando. Agora, realmente não tem sentido não reconhecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A convenção não foi...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ratificada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... votada ainda.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Exato.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10:

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o "PLS 262/2014 que altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público."
Autoria: Senador Paulo Paim

Os nomes dos convidados serão enviados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Senador, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse debate também é sobre um projeto do qual sou Relator e que envolve a vida organizada dos conselhos dos idosos: tempo de mandato, como se dá, como não se dá.

Então, como se criou uma polêmica enorme a favor ou não dessa regulamentação, a melhor forma que eu entendo de construir um relatório que seja um meio termo ou que deixe tudo como está é chamar as partes para um debate.

Por isso, estou convidando todos os interessados nessa questão dos conselhos, na ótica dos direitos humanos, naturalmente, como todos os requerimentos que aqui apresentamos, para participarem desse debate aqui, na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembramos a todos, antes de encerrar, que, amanhã, vamos ter aqui um debate muito interessante sobre a questão do Pronatec e do Fies, na ótica dos direitos humanos. Segundo me informaram aqui, essa será a audiência de amanhã. Ou não é? Fies!

Quando falarmos em Fies, vai entrar o Pronatec, pode ter certeza absoluta, porque não há como discutir Fies e não discutir Pronatec. O financiamento desses dois programas importantíssimos.

O Ministério da Educação vai fazer todos os esclarecimentos, porque se criou uma insegurança na sociedade. As denúncias que nos chegam – não são denúncias –, as preocupações são de que as pessoas não estejam recebendo o Fies, o Pronatec. Enfim, talvez não estejam totalmente à disposição, como estiveram há algum tempo, estes dois programas fundamentais que eu defendo, como dizem, até a morte: a importância do Pronatec e a importância do Fies.

E, amanhã, o Ministério da Educação virá aqui esclarecer aos Senadores que, de fato – creio eu que a questão está resolvida –, o Fies vai continuar e o Pronatec também. Vamos ajustar, enfim, para que esses dois programas tão importantes para a formação do nosso povo, da nossa gente, continuem em plena atividade como sempre estiveram.

Houve alguns problemas? Houve. Amanhã será o dia em que nós esclareceremos ao povo brasileiro que tanto o Fies quanto o Pronatec estarão em pleno funcionamento, o.k.?

Não havendo mais nada a tratar, encerramos, então, a nossa reunião de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Abraços.

Que Deus ilumine a todos!

Até amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Hélio José e José Medeiros. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2015, aprovado em 03/03/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e suas novas regras. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e represen-

tante da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes e representa a UNE do DF; Arnaldo Cardoso Freire, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Ministério da Educação; Nara Teixeira de Souza, Coordenadora da Secretaria de Políticas Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Celso da Costa Frauches, Representante da Associação Nacional dos Centros Universitários; Maria Regina de Avila Moreira, 1ª Vice-Presidente Regional Nordeste II do ANDES-SN. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, *Christiano de Oliveira Emery*, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 23, de minha autoria e de outros Senadores, para debater a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e suas novas regras.

Claro que poderá se falar também, como eu dizia outro dia, do Pronatec. Eu sou um fã do Pronatec e acho que também podemos dialogar sobre a importância do Pronatec, uma medida fundamental, de suma importância, para o povo brasileiro e a nossa juventude. Eu mesmo sou filho, digamos, do campo do Pronatec, já que foi um curso técnico que deu outro norte à minha vida, quando eu era vendedor na feira livre de Porto Alegre.

Enfim, esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com dúvidas, comentários ou perguntas, pode fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* que eu vou ler letra por letra para as pessoas que quiserem tomar nota: http://bit.ly/audienciainterativa; e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós teremos duas mesas: à primeira mesa nós convidamos Virgínia Barros. Está aqui, a Virgínia Barros é uma líder nacional, Presidente da União Nacional dos Estudantes e representante da UNE. Eu convido para vir à mesa Virgínia Barros, que já esteve conosco aqui no debate forte que fizemos do Estatuto da Juventude que hoje, graças a sua participação e também ajudou, inclusive, na conciliação para redação final, hoje o Estatuto da Juventude é lei sancionada pelo Governo.

Convidamos Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e representante da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep).

Palmas para as duas convidadas nossas aí, que já estão aqui na mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para mim, é fundamental esse carinho que as entidades têm e as lideranças como você, Virgínia, que, quando convidamos, de pronto, não se negam ao bom debate e aqui se fazem presentes. E por isso teremos duas mesas.

Convidamos, agora, o Sr. Arnaldo Cardoso Freire, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Seja bem-vindo também.! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E convidamos, agora, o representante do MEC, o Sr. Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimento o MEC. Nós somos daqueles que têm claro que os Ministros não podem estar em todas as audiências públicas, até porque são centenas, eu diria, aqui no Parlamento. No mínimo em uma semana dá para dizer que chega a ter dezenas de audiências públicas. Eu acho importante esse debate. E é fundamental que o Ministro, quando não possa comparecer, quando puder vir claro que será bem-vindo, que ele mande um representante que fale pela entidade.

Como aqui é um debate que interessa a todos os setores, eu vou convidar que o Dr. Antônio Corrêa Neto, que representa o MEC, fique nas duas mesas acompanhando os debates e usando a palavra, claro, no momento adequado.

Essa é a primeira mesa. Eu vou fazer uma pequena abertura, porque o trabalho desta Comissão, e de outros espaços aqui na Casa, é transmitido ao vivo para todo o Brasil. E eu farei aqui uma pequena leitura situando o debate de hoje.

Meus amigos e minhas amigas, todos que estão aqui presentes nesta Comissão, que tenho a alegria de presidir, a Comissão de Direitos Humanos, é claro que concluir a universidade é um sonho de toda a nossa gente, eu diria. Eu mesmo não concluí, mas gostaria de ter concluído. Então, o sonho é de todos nós. Mas meus filhos, graças a Deus, todos, concluíram ou estão concluindo.

No Brasil, especialmente neste momento, milhares de pessoas alcançaram esse objetivo e tantos outros milhões de pessoas estão à busca de chegarem lá. As novas gerações, principalmente os mais pobres, historicamente afastados dessa possibilidade, agora veem que podem se tornar bacharéis, por exemplo. Filhos e filhas de pedreiros, empregadas domésticas, operários de fábrica, agricultores, são os primeiros de suas famílias a vencerem essa etapa de suas vidas, nesse período – pegamos, para não uma coisa tendenciosa – a partir das duas últimas décadas.

Não é um simples canudo que os anima: a formação humana, a realização de suas plenas capacidades, se completam com a erudição e o saber. A universidade da vida pode trazer valores para muitos. Às vezes os bons, às vezes os ruins. Mas é nas academias, na Universidade, onde se formam os grandes pensadores e pensadoras que têm tudo para consolidar os interesses de uma nação.

Eu mesmo sempre digo que, para ser um bom Parlamentar, um bom Presidente da República, a pessoa não obrigatoriamente precisa ter nível superior. Eu poderia lembrar aqui do ex-Presidente Lula, que, indiscutivelmente, posso dizer que, por unanimidade, foi um grande Presidente, mas tem que estar cercado, sim, da Academia. A Academia é fundamental para a boa gestão, à administração, para atender aos interesses de 220 milhões de brasileiros. A Academia é fundamental, e todos nós sabemos disso, e o Presidente Lula nunca se posicionou de forma diferente, tanto que investiu muito nas universidades, nos cursos técnicos, enfim, na formação da nossa gente.

Na maioria das potências do mundo, o conhecimento é tratado como a maior riqueza, esses países investiram no ensino superior de qualidade e colheram, cada vez mais, inclusão social com muita força. Foi pensando assim que o Presidente Lula, lembro aqui, investiu toda a sua energia, ele que não tinha nível superior, para ampliar o acesso de quem mais precisa dessa oportunidade.

A inclusão tornou-se regra para as universidades brasileiras. As federais cresceram e tiveram *campi* construídos no interior de grande parte do Brasil. Nos últimos 12 anos, foram 25 novas universidades federais, saltando de 148 *campi* para 321, a maioria fora das grandes capitais.

Estou relatando aqui um resumo que vocês podem, inclusive, na fala concordar ou discordar, tudo aqui é válido.

Outra medida reparatória, importante, é a dívida do Estado com a negritude brasileira. Nesse sentido, surgiu o programa de cotas em universidades de todo o País.

Aqui eu faço um aparte. Estamos num debate muito grande aqui das duas MPs – todos vocês estão acompanhando –, a 664 e 665. Recebi, esses dias, uma carta muito bonita, vou dizer inclusive o Partido, do hoje médico do Partido Socialista Brasileiro, que diz: "Paim, lá atrás, quando eu via você defendendo a política de cotas, eu ficava muito brabo contigo. Eu não sou negro, voto nesse cara e ele vem com essa história de cotas aí e tal. Não entrei pelas cotas, hoje eu sou médico formado; [eu ainda vou ler a carta dele na tribuna do Senado] e como é bom a gente ver que o número de jovens negros nas universidades brasileiras avançou pela política de cotas. Então, eu quero dar esse depoimento de que a política de cotas deu certo no País, eu que fui tão contra, hoje sou um admirador da política de cotas implementada para que a juventude negra, índios, tenham acesso à universidade." Como os mais pobres, porque a política de cotas tem o corte social."

Mas, enfim, nesta Comissão realizamos debates ferrenhos sobre ações afirmativas. Muitos preferiram esquecer os anos do Brasil Império, quando ocorreu a falsa abolição. Libertaram os negros e negras dos trabalhos forçados, mas condenaram os ex-escravos à ignorância, proibindo, diria, na época, o acesso à educação.

E para o silêncio dos críticos de cotas – que bom que eles estão em silêncio, porque entenderam, e acho até que muitos hoje concordam, que discordavam no passado –, estudantes cotistas mantiveram as notas na média necessária não mostrando que são melhores, mas que têm a mesma capacidade dos outros estudantes. Não é a cor da pele que mede a capacidade.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) inclui milhões de alunos de baixa renda e isso para nós é gratificante. Só este ano de 2015, foram 213 mil vagas e, como resultado nas últimas eleições, pela primeira vez na história do Brasil, o número de votantes graduados foi maior do que as pessoas analfabetas, um avanço que demonstra a grandeza de uma Pátria que pretende educadora e que quer mais democracia para todos.

Outro passo importante dado foi o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). Foi com essa preocupação, de um debate que vi muito mais pela imprensa, por telefonemas e *e-mails*, que nos chegavam aqui, de uma intranquilidade em relação ao Fies, o que me fez provocar esse debate aqui na ótica de direitos humanos, já que eu entendo que educação tem tudo a ver com direitos humanos.

Enfim, eu poderia aqui tentar ser mais rápido sob o risco de que o Fies poderia ter problema para muitos alunos, inclusive tenho dois ou três casos no meu próprio gabinete, que a gente traz esse debate hoje à tona.

Vamos simplificar ao máximo aqui.

O fundo cresceu e passou a atender, junto com o Prouni, a cerca de 30% das matrículas em faculdades particulares do País. Neste ano, 1,9 milhão estudantes devem acessar os recursos do fundo.

Infelizmente, a demora na inscrição e aditamento de rematrículas mostram que o sistema está com falhas. Por isso, estamos aqui nesta audiência pública. Dessas quase 2 milhões de pessoas, 978 mil já puderam se reinscrever. Dados do MEC apontam que 313 mil tiveram contratos encaminhados entre o Governo e faculdade e aguardam o fechamento para outros alunos. Porém, 200 mil pessoas ainda não sabem como será a próxima fase para seguir o sonho de uma graduação no ensino superior. As polêmicas recentes, divulgadas por todo País, mostram que estamos com falhas no sistema. E é um direito do povo brasileiro que se esclareça. Por isso, estamos aqui.

Como disse o pensador grego Seneca: "A educação exige os maiores cuidados porque influi sobre toda a vida."

Enfim, as novas regras poderão ser aqui debatidas, com a profundidade que o momento exige.

Essa é só uma rápida introdução sobre o tema. Podem ver que, ao mesmo tempo em que fiz elogios, eu também mostrei, pelo que aqui foi construído pela assessoria da Comissão, que estamos com alguns problemas. Por isso, estamos aqui, neste dia, para debater a questão do Fies.

Eu, claro, vou aproveitar a sua presença aqui para que também dê uma pincelada no Pronatec, onde há também uma grande preocupação.

Nós vamos começar o nosso debate, passando, de imediato, a palavra àqueles que mais pediram que houvesse esse debate: os estudantes, a Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e representante da Federação Nacional das Escolas Particulares.

Começo com a Drª Elizabeth e, em seguida, falará a Virgínia, na visão dos estudantes. Eu mantive a escala: primeiro, a direção e, depois, os estudantes. Eu vou conceder dez minutos e mais cinco se necessário.

Pessoal, aqui está o ex-Deputado Federal Marcondes Gadelha, que está pedindo uma conversa comigo, mas, como sabemos que esta audiência pública é fundamental – ele também entende isso –, porque vai tratar da educação, então, ajustamos – só para justificar essa pequena interrupção – que, ao meio-dia, estaremos conversando ali no plenário do Senado.

Bem-vindo, Gadelha, Vice-Presidente do PSC!

Obrigado pela presença, Gadelha! (*Palmas.*)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Bom dia. Agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim. Virgínia, Antoninho, Arnaldo, Senadores e colegas presentes.

Como a audiência referia-se ao Fies, eu não trouxe coisas do Pronatec, mas posso falar rapidamente no final.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ter certeza de que o centro é o Fies. Como sou um apaixonado pelo Pronatec, não vou perder a oportunidade de falarmos sobre esse assunto, embora não esteja na pauta.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Claro.

Como é a Comissão de Direitos Humanos, também procurei trazer o Fies nessa ótica. Acho que podemos começar – conversarmos sobre alguns dados ontem, na Câmara – com a taxa bruta de matrícula no ensino superior no Brasil hoje. Passei para o meu computador. Se o senhor quiser olhar aqui, Senador, porque eu sou cega, eu olho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode olhar. Não tem problema.

A SRª ELIZABETH GUEDES – É porque eu sou cega. Eu olho aqui.

Bom, eu acho que o ponto de partida do Fies é a necessidade que nós temos de ter uma maior penetração no ensino superior no Brasil. Se esse ensino superior vai ser feito com vagas nas universidades públicas, ou se ele vai ser feito através de programas, como o ProUni, ou se ele vai ser feito através de aquisição de vagas, como é o caso do Fies, em troca do pagamento de impostos, isso é uma política de governo. Eu acho que o Senado, aliás este Congresso, o plenário do Senado e o plenário da Câmara, são os locais, junto com o Executivo, onde isso será decidido.

É importante ver que ali, o Brasil... Ih, desculpem-me.

Onde que é a letrinha, gente? A luz? Onde é a luz?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – O *laser*. Desculpem-me. Cada um é de um jeito. Está ali.

Então, é importante ver que aqui está o Brasil. Em 2007, nós tínhamos 30% de penetração – e eu estou falando de alunos na taxa bruta, então eu não estou falando que são jovens entre 18 a 24, eu estou dizendo que é a população de maneira geral – com matrículas no ensino superior. E passamos, em 2012, para 32%.

Atrás de nós, México, China e Índia. Eu vou ficar com a Índia, porque a Índia também é um emergente. A Índia passou de 13% para 25%, quer dizer, teve uma evolução substancial. Esse avanço todo que nós tivemos se deu já no período citado pelo Senador da grande ampliação da infraestrutura do ensino superior público feita pelo Presidente Lula, no seu primeiro mandato, e, depois, agora, continuada com a Presidente Dilma.

Esses gráficos estranhos, essa apresentação vai ficar com vocês, vocês vão poder ver. Na verdade, é o seguinte: essas corzinhas dizem qual é o percentual nessas faixas de idade – está aqui o percentual –, as cores dizem as faixas de idade de pessoas que estão com 25 e mais que estão na educação superior. Então, aqui estão as faixas etárias, e aqui estão os percentuais. Vocês podem ver que o Brasil tem um encolhimento enorme aqui e que a faixa de 25 e 34, nesses países, está projetada para frente. O que significa? Isso aqui é a taxa mais velha, de 55 a 65, por isso é que eu jamais poderia ir nessa direção, porque eu já estou aqui, eu não posso dar um... (*Risos.*)

Já passei da idade, estou aqui já. Mas você vê que há uma transferência intergeracional no avanço do conhecimento das taxas de penetração de ensino superior.

Aqui, esse quadro eu tirei, é um quadro que veio de uma matéria no jornal e fala dos jovens que a gente chama de "nem-nem", que é o jovem que nem procura emprego nem vai estudar. Então, ele nem está estudando nem está procurando emprego. Desse jovem "nem-nem" – isso é só para falar da importância do Fies e das políticas públicas – vocês vejam que o total nós estamos aqui falando de 15,9% em 2003, crescendo para 18% em 2013. Se a gente entra nas faixas de escolaridade, vemos que, no fundamental incompleto, vai de 22% para 27%; no fundamental completo, de 9% para 15%; no médio incompleto, de 12% para 17%. Apenas aqui, no ensino superior, há poucos jovens "nem-nem" em relação ao total da população. Isso significa que a educação, que é o portador do futuro do País – não há nenhuma possibilidade de o Brasil ter futuro fora da educação –, precisa capturar esses jovens, a gente precisa lançar uma rede e trazer essas pessoas para cá.

Nós temos conversado nos nossos Estados, levando o exemplo do Fies e do ProUni para as redes estaduais de ensino básico, quer dizer, esse incentivo, que se mostrou tão efetivo – está rimando, mas, enfim, não era a intenção –, essa coisa efetiva, que é o apoio, que o programa de inclusão, que é o programa de financiamento, na verdade, é uma rede de segurança que a sociedade lança para pessoas que ficaram pelo caminho por razões diversas.

Eu vou passar rapidamente isso aqui. Passar isso rapidamente, isso todo mundo conhece, são as matrículas do ensino público e do ensino privado. É importante a gente ver que, em 2008, há uma freada grande, tanto no público, quanto no privado, e depois o público cresce, porque é a entrada da infraestrutura do ensino das universidades públicas aqui.

E aqui estão as taxas médias de crescimento em dois períodos. De 2003 para 2013, temos 6,4% de crescimento; e, depois, de 2008 até 2013, 4,7%. Estou juntando tanto as escolas particulares quanto as públicas.

E vamos para o que é muito importante para nós, que são as nossa metas no PNE, e o Fies e o ProUni e a expansão da rede pública e a expansão da rede privada – e concordo com o UNE e com a Contee, que têm batido sempre nisso que a gente fala, na questão da qualidade, ela é fundamental para chegarmos na nossa meta de PNE. E vocês veem que as curvas são bastante abruptas, temos que ter crescimentos muito expressivos.

E aí, temos a questão dos ingressantes. Aqui estão os ingressantes da rede pública, aqui os da rede privada, aqui o total de ingressantes.

Esse é estoque estatístico de alunos que estão formados no ensino médio e que não têm acesso ao ensino superior ainda. Então, estamos falando que, em 2020, se tudo continuar como está, teremos mais de 30 milhões de pessoas formadas no ensino médio sem acesso ao ensino superior. Essas são as pessoas que estão perdendo a oportunidade de fazer a mobilidade social. O Brasil é o segundo país onde o diploma de nível superior, de fato, aumenta a renda de forma expressiva das famílias – e isso sabemos que gera bem estar social, que gera filhos mais escolarizados e que gera menos desemprego.

Toda vez que vemos um adulto ou um jovem fora da escola, estamos proibindo esse jovem e esse adulto de terem esse salto de qualidade na sua vida pessoal. Isso é uma pesquisa de um dos nossos associados da Anup, é uma pesquisa de verdade que diz que o aluno, quando entra, quando é egresso aqui, imaginando que os nossos alunos, na maioria das vezes, trabalham de dia e estudam à noite, tem um acréscimo de renda, até se formar – esse é um curso de quatro anos –, sair e ser egresso aqui, tem um acréscimo de renda que vai de 50% a 78%.

O Fies: as regras do Fies, todos nós conhecemos. Isso é um exemplo de um curso de quatro anos, ele tem um ano e meio, mais um ano, mais 12 anos. Confere, Flávio? Me corrija, porque você que controla essas coisas.

Essa é a evolução dos contratos. Então, é muito importante ver que, desse 1,9 milhão que a gente fala hoje, mais de um milhão foi feito nos últimos dois anos. E, obviamente, que, mesmo que não tivéssemos o problema orçamentário que temos – e que não será objeto, Toninho, da minha fala hoje, acho que o objeto aqui no Direitos Humanos é discutirmos o Fies como instrumento de promoção social e de inclusão –, mesmo que não tivéssemos os problemas orçamentários que tivemos, isso aqui não era mais exequível; quer dizer, um milhão em dois anos, ainda que a gente necessite de muito mais milhões do que esses, temos que entender que é um ritmo insustentável, qualquer que fosse a situação do Brasil.

Mas vou continuar mostrando aqui que, apesar de esse ritmo ter crescido, essa linha vermelha que está aqui mostra que as despesas anuais do Fies sobre o total do que é investido no pós-secundário no Brasil é de 5%; hoje, em que estamos no teto do gasto, no teto do dispêndio, com um 1,9 milhão contratos – esquece trava, essas coisas todas –, isso tudo é 5% de tudo que é investido – estou incluindo mestrados, doutorados, enfim, todas as coisas que são pós-secundárias.

E a linha azul mostra o investimento em educação. Aqui é a dívida total do Fies, como percentual do PIB, por parte dos alunos.

Então, acho que, sempre que olhamos isso, Senador Paim, é muito importante que discutamos o Fies por dentro, porque a lógica das regras é que vai construir a justiça social do programa ou não.

Hoje, quando tenho um teto – estava conversando isso com o Toninho agora – de R$20 mil para renda familiar e dou a esses R$20 mil o mesmo subsídio de juros que eu dou a uma família sem renda, eu acho isso uma coisa absolutamente regressiva, porque, eu, com R$ 20 mil, vou trocar de carro, vou à Disneylândia com meus filhos e coloco o mais velho no Fies, porque eu não preciso pagar. Eu tenho a possibilidade de chegar lá com R$20 mil de renda e pegar um empréstimo a juros subsidiados de 3,4%. Agora, eu acho que, quanto maior a renda, menor o subsídio, que tem que ser dado a quem necessita e não a quem está na porta do banco no momento em que o programa abre.

Esses são o Fies e os outros investimentos que eu considero públicos que são feitos na sociedade. A intenção aqui não é comparar a qualidade, mas comparar instrumentos de recursos públicos investidos na educação.

E sobre o ProUni, que o Senador citou, nós fizemos um estudo recentemente – que depois vou encaminhar ao senhor – que mostra que alunos 100% ProUni têm ENADEs médios mais altos que os ENADEs das escolas públicas em todas as profissões, incluindo Engenharia e Medicina. Por quê? Porque a ele não é dada a chance de ter menos do que 75% de aproveitamento.

Então, enquanto a classe média entra numa universidade pública, põe o seu carrinho no estacionamento e leva dez anos para se formar, oito anos para se formar, leva pau, acumula crédito, etc, esse aqui, que na maioria das vezes é um pardo, negro e pobre, tem de entrar, tem de provar que é miserável e ai dele se não tirar nota boa, porque o Estado o coloca para fora.

Bom, o que isso mostra, no fundo? Eu conversei sobre isso com o Prof. Dilvo. Primeiro, que a gente não gosta muito nem de pobre, nem de pardo, neste País, porque para eles o tratamento é severo. Aqui, não. Eu sou uma aluna de escola pública. Estudei em universidade federal, então, posso dizer. Sou branca, tinha carro e não levava nota baixa porque meu pai não deixava, mas, se deixasse, estava bem.

O Fies está aqui com 4.700. Esse foi um estudo, mas eu encontrei já 5.500 de custo médio anual. E aí eu volto a dizer, Virgínia, que eu não coloquei isso para discutir o valor. Estou dizendo o tamanho do investimento que o Estado está fazendo para melhorar a escolaridade do Brasil.

Qual é a situação atual? É esta: alunos invadindo *campus;* impacto na imprensa; as pessoas falando mal do programa; manifestação na rua; nas nossas áreas de atendimento, as pessoas chorando. É um negócio desumano. Eu acho que ninguém devia precisar chorar para estudar depois de entrar. Isso aqui eu considero que ocorreu por uma absoluta falta de comunicação entre nós, entre MEC, escolas e estudantes, porque fomos todos apanhados de surpresa no dia 29 e no dia 30 por essas portarias, cujos conteúdos todos conhecem.

A gente sabe que houve postergação de pagamento para as empresas que têm mais de 20 mil contratos ativos. O MEC ainda não disse quando vai pagar e de que forma. Disse: devo, não nego, pago quando puder. Nós temos várias consultas no FNDE perguntando: "Escuta, esse débito está atrelado a um contrato ou é um bolo de dinheiro que a gente vai levando para a frente e depois diz que é precatório?" Não obtivemos resposta. E digo isso porque eu, Flávio e Toninho fazemos muitas reuniões sobre isso e temos uma relação profissional muito séria, mas também muito amistosa.

Em janeiro, o SisFies ficou fechado para todo mundo, mas estavam todos tranquilos porque nunca passou pela cabeça de ninguém que fôssemos ter problemas com o SisFies. Toninho me jurou de pés juntos que não há nada, que o programa... Eu não acredito porque sei que eles são competentes. Quem lida com o Sisu, com o Enem e com o Enade não vai tropeçar num negocinho de R$1,9 milhão, porque isso é troco para o MEC hoje. O MEC sabe lidar com essas coisas. Eu acho que há a trava sim. E acho que a gente entra com liminar, ga-

nhamos a liminar, o Governo vem, recorre e ganha, e a gente fica nesse ganha, ganha, ganha, ganha, e vamos discutindo a melhor forma de melhorar o Fies.

Em fevereiro, ele permaneceu fechado para novos alunos. Abriu em março, e todos nós sabemos qual foi o resultado.

Para terminar, Senador, eu trouxe para o senhor duas coisas sobre as quais, ontem, conversei com duas colegas palestrantes aqui na audiência da Câmara. É a questão da nota de corte.

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – A questão financeira, que precisamos resolver e que vai ser resolvida: a gente tem que receber; o Pronatec não está sendo pago; o Fies, a gente recebeu o dezembro agora; a inflação média é altíssima.

A trava de 6,4 não leva em consideração que a inflação de energia vai ser 40; de funcionário vai ser... Ontem, mesmo, disseram que são 2% acima da inflação.

Mas eu acho que há uma coisa, Senador, que é a nota de corte. Isto aqui é a nota de corte, 350, 400, 450. Eu tenho para cá e para cá e vou trazer depois para vocês verem. Isto aqui é a distribuição por Estado.

Então, o senhor vê que, entre 400 e 450, a gente tem quase um milhão de alunos, 900 mil e muito alunos. Então, o senhor vai ver, por Estado, que as notas, os percentuais são mais baixos em cidades como, por exemplo, no Rio de Janeiro, são 18% de pessoas com 450. Por quê? Isso denota que nós temos uma rede pública de ensino ruim no Rio de Janeiro, porque não consegue fazer com que os alunos passem. Mas eu tenho uma concentração importante na Bahia, no Ceará, onde estão as pessoas com maior nível de necessidade.

Aqui eu entro na renda. Aí o negócio é mais regressivo ainda. O senhor vai ver que a concentração... Esses números crescem para cá, aqui eles vão diminuindo e aqui eles vão crescendo. Mas eu fiz só o comparativo – isso foi para uma reunião que eu fiz com o Prof. Dilvo – para mostrar para ele e para o próprio Ministro interino, na época Secretário Executivo, que eu estou deixando essas pessoas, sem renda, até um salário mínimo, e até um salário mínimo e meio. Eu tenho aqui que 30% das pessoas que tiram 400 são pessoas sem renda.

Então, fazer a nota de corte e não combinar isso com a renda é regressivo. Conversei isso, ontem, com as duas colegas e disse: isso é injusto! "Ah, mas a questão da qualidade de ensino." Bom, qualidade de ensino a gente faz é medindo o Enade, de saída. Então, que se exija que escolas que têm nota 400 cumpram outros requisitos no Enade. O que você não pode é: "Ah, não. O ensino público particular é picareta. Eu vou aproveitar e vou deixar esse povo na chuva." Mas esse povo já está na chuva. O que nós vamos agora é, em cima do corpo molhado, jogar neve, que é para congelar, mesmo, e sumir com o cara.

O que acontece hoje, na minha opinião, é o seguinte: o MEC não fez o dever de casa dele direitinho; repetiu em 2015 o orçamento de 2014 na esperança de que, em 2015, pudesse fazer lá uma medida provisória, como foram feitas duas no ano passado; viu que não tinha espaço para medida provisória e falou: "Bom, como é que nós vamos fazer para caberem 17 dentro de 12? Então, nós vamos fazer o seguinte: coloca a nota de corte e trava na demanda. Agora, trava no preço e corta na oferta. E aí nós vamos conseguir fazer com que 12 caibam dentro de 19." Eu estou dizendo se a gente fizesse 500 mil contratos. Ontem, o nosso Ministro interino disse que serão 200 mil. A gente baixa isso para 17.

Agora, qual o problema? O "financiamento" – entre aspas –, a postergação... Porque o que a portaria fez não foi não pagar, foi diferir a emissão e, por isso, nós estamos discutindo a legalidade dela na Justiça. A Lei do Fies diz que os certificados serão emitidos ao par. Ao par significa que eles têm uma data para serem emitidos, eles têm uma colocação direta e eles têm uma correção que é aquela determinada por lei.

Quando eu não emito, eu simplesmente digo o seguinte: devo e não nego, pago quando puder. Porque eu não vou poder emitir mais certificados com correção. Eu não posso fazer a correção para trás. O Toninho sabe disso.

Então, isso aqui é um problema, é mais uma bola de neve que a gente está criando, para a gente resolver ali adiante, como civilizados que somos. Mas, no momento em que eu quero fazer 12 caberem dentro de 15, e eu estou fazendo só 2,5 bilhões com as empresas de 20 mil contratos, estão faltando 3 bilhões.

Então, toda vez que atrasa a emissão, toda vez que o pagamento não sai em dia, eu quero lembrar ao Sr. Senador e a todos os presentes que, das 2.300 instituições de ensino superior no Brasil...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Eu vou terminar, Presidente: 2.100 são escolas que estão entre até 3.000 alunos. Essas pessoas vão desaparecer do mapa. Isso é uma outra forma de fazer exclusão.

Então, o instrumento que parece que vai beneficiar os pequenos é um instrumento de concentração, porque hoje a diversidade brasileira tem milhares de faculdades particulares, umas boas, outras picaretas – e

temos que botar todos os picaretas para fora do setor – e estão espalhados pelo fundão do Brasil e pelo Brasil profundo e esses caras vão desaparecer. E essa medida que parece que protege, no fundo, concentra.

É isso.

Eu queria agradecer esta oportunidade. Estão aí o meu *email* e o *email* da Amábile.

Enfim, quero falar um pouco rapidinho do Pronatec e dizer o seguinte: o Pronatec foi honesto. Começou desde o início com as vagas dentro do sistema. Você senta com o Cristiano, e o Cristiano te diz direitinho: "Bete, sabe como eu calculo isso? Eu calculo assim: eu pego todo mundo, boto pro eixo. Aí eu tenho tanto para o Nordeste. Isso aqui é para o Sesi, para o Sistema S."

O Fies é desse jeito porque o MEC quis. O MEC abriu para todo mundo, chamou todo mundo para estudar. Encharcou o mercado de dinheiro. E agora está assim. Sabe aquela moça, que muda de vida, do abajur lilás. Diz assim: "Não, eu nunca frequentei esses lugares. Eu sou de classe média alta. Estudei em escola de freira sempre."

Então, eu acho que o que houve foi que inundaram de dinheiro o mercado. E agora as instituições particulares são culpadas de terem feito as matrículas, e os alunos são culpados de terem acreditado no programa. Eu acho que tem que rever, e este lugar é um lugar onde nós podemos fazer isso com seriedade e compromisso com o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares e representa a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), que teceu aqui as suas considerações, os pontos de vista, mostrando enormes preocupações em relação ao Fies.

Passo a palavra de imediato à Presidente Nacional da União Nacional de Estudantes e representante também da UNE, Srª Virgínia Barros.

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Bom dia, Senador Paim. Queria agradecer bastante o convite. Bom dia a todos os representantes aqui na Mesa e a todos os que estão assistindo do plenário.

Eu vou ser breve.

Eu queria começar falando sobre a importância do Fies. O Fies tem uma dimensão social hoje muito grande. Não é à toa que, de repente, o Brasil inteiro, seja estudante ou não, seja do meio educacional ou não, começou a debater os desafios, os problemas do programa. A Elizabeth colocou a taxa bruta de matrícula que se tem hoje no País. Mas, se fizer um recorte de 18 a 24 anos, menos de 16% da juventude brasileira têm acesso ao ensino superior. E a gente não precisa recorrer a exemplos da Europa ou dos Estados Unidos para buscar índices de acesso ao ensino superior melhores do que os nossos. Então, aqui do lado, na Argentina, no Uruguai, você encontra situações em que um volume maior de jovens consegue ingressar anualmente no ensino superior.

E, quando o Congresso Nacional aprovou no ano passado o Plano Nacional de Educação, se entendeu que a democratização do acesso ao ensino superior deveria ser um dos principais temas abordados pelo PNE. Dito isso, a Meta 12 do Plano Nacional de Educação coloca uma elevação da taxa líquida de matrícula para os próximos dez anos de 33%. Ou seja, nós temos como desafio, nos próximos dez anos, dobrar praticamente o número de vagas, o número de acesso dos jovens ao ensino superior brasileiro.

Entre as estratégias que o Plano Nacional da Educação coloca para que a gente consiga atingir essa meta, está pelo menos 40% das novas vagas sejam criadas pela rede pública. Isso foi algo pelo qual a UNE pressionou bastante, porque a gente entende que o acesso ao ensino superior precisa ser reforçado na rede pública. Mas também coloca o Fies como uma das estratégias de ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro. Por quê? Porque se entende que, nos últimos anos, nós quase dobramos o número de acesso ao ensino superior. Então, se hoje a gente fala em 16%, dez anos atrás a gente falava em muito menos. Em 2002, eu acredito que havia cerca de 10% dos jovens no ensino superior brasileiro. O Brasil dobrou o número de vagas nas universidades federais. Ou melhor, mais do que dobrou o número de vagas nas universidades federais, interiorizou as universidades federais de todo o País. E, através do Fies e do ProUni, conseguiu fazer com que mais de dois milhões de jovens ingressasse no ensino superior brasileiro.

Então, hoje a gente tem uma realidade de cerca de 7,3 milhões de jovens no ensino superior e, desses, 75% ou um pouco mais, estão na rede privada.

Uma boa parte, uma parte significativa, conseguiu ingressar no ensino superior através de programas como ProUni e Fies. Então, isso localiza bem a importância de um programa como esse, porque democratizar o acesso ao ensino superior é parte central de um projeto de educação que visa ao desenvolvimento nacional para além do desenvolvimento econômico, sobretudo o desenvolvimento social e humano do nosso País.

Então, precisamos ampliar o acesso ao ensino superior e o Fies localiza-se dentro dessa estratégia.

Nos últimos meses, quando começamos a ter problemas no aditamento de contratos, sobretudo do Fies, hoje o MEC informa que existem cerca de 1,9 milhão de contratos ativos e, até poucas semanas atrás, nem a metade destes estudantes que já possuem a bolsa do Fies conseguiram renovar os seus contratos ou consegui-

ram aditar os seus contratos. Naturalmente a confusão dentro das universidades foi muito grande. O cenário dentro de boa parte das universidades privadas foi um cenário dramático, porque muitos estudantes iam para a universidade e não conseguiam. Primeiro, muitos estudantes entravam no sistema do Fies pela internet, no SisFies, e não conseguiam aditar os seus contratos, porque o sistema passou a funcionar de forma muito lenta ou simplesmente a não funcionar. E quando se ia para a universidade, havia filas e filas de estudantes que tentavam aditar o seu contrato do Fies e não conseguiam. A situação que isso gerou foi muito difícil para nós, que somos estudantes, porque tivemos estudantes que ficaram em uma incerteza muito grande se conseguiriam tocar o seu curso e muitos estudantes que, inclusive, chegaram a desistir do seu curso porque a universidade já estava cobrando o pagamento da mensalidade, ele não conseguia aditar o seu contrato Fies, não tinha condições e desistiu da universidade.

Isso é muito grave. E a UNE tem reiterado a sua posição em universidades de todo o Brasil e para o Ministério da Educação de que é fundamental que a gente consiga aditar de forma urgente todos os contratos do Fies desses 1,9 milhão de estudantes que têm acesso ao Fies e que têm o direito adquirido de ter o contrato do Fies aditado.

Eu acho que isso é fundamental, porque não podemos tirar destes estudantes a esperança de concluir um curso de ensino superior. Essa situação se reproduz em vários Estados, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em Santa Catarina – até como coloquei ontem – a situação é particularmente preocupante, porque a maior parte dos estudantes de Santa Catarina está em universidades comunitárias e praticamente todas estão tendo problemas relativos ao Fies e ao aditamento de contratos.

Então, em nossa opinião, é fundamental – e a gente reivindica isso ao MEC –, que todos os contratos sejam aditados e nenhum estudante bolsista do Fies perca o direito ao programa.

Para além disso, enxergamos que a ampliação do programa também é necessária. E, dito isso, o Congresso Nacional aprovou na semana passada a Lei Orçamentária Anual, e aguardamos com muita ansiedade, com muita expectativa, que o Governo diga a forma como essa Lei Orçamentária Anual vai ser implementada, porque nós acreditamos e reafirmamos que não pode haver nenhum tipo de contingenciamento no orçamento da educação.

No começo do ano para cá, alguns bilhões de reais já foram contingenciados da educação e, em nossa opinião, isso vai contra um projeto educacional que defendemos para o País. Então, conseguimos ampliar na LOA de 2015 as verbas para educação em relação ao ano de 2014. É fundamental que o Governo tenha atenção para que nenhum centavo, desse recurso que foi aprovado na LOA, seja contingenciado. E que nós consigamos preservar a educação dessa política de ajuste fiscal que tem sido nociva para o desenvolvimento do País.

Então, que consigamos ampliar o programa e garantir que todo o recurso assegurado e aprovado pela LOA seja destinado de fato à educação brasileira.

Sobre essa questão das reformulações do Fies em si, acho que precisamos aditar todos os contratos e ampliar o programa. Agora, isso não quer dizer que o programa não necessite de aprimoramentos. Eu acho, inclusive, que, agora que o programa já completou tantos anos de existência, cabe a nós repensá-lo, não no sentido de acabar com o programa ou de restringi-lo, mas repensar o Fies para que consigamos aprimorá-lo. O fato é que o Fies tem servido para grandes empresas de educação do nosso País e eu lamento chamar de empresas de educação porque, na opinião da Unieducação, não é mercadoria, é um direito de todos e é um dever do Estado. Então, o Fies em muitas ocasiões tem servido como segurança econômica para que as universidades possam fazer as suas fusões, seus processos de abertura de capital no mercado financeiro.

O fato é que, sendo um programa do Governo Federal nas universidades privadas, eu acredito que é fundamental que das universidades que aderirem ao Fies sejam exigidas contrapartidas que caminhem na perspectiva de ampliar o direito dos estudantes nessas instituições e a qualidade dessas instituições.

Quando nós, estudantes, ingressamos numa universidade, temos a expectativa de concluir o nosso curso, de ingressar no mercado de trabalho, de contribuir, com o nosso diploma, para a melhoria individual da nossa vida, mas também para a melhoria da sociedade, que carece de profissionais qualificados no mercado de trabalho cada vez mais. É fundamental, portanto, que possamos aumentar o rigor na fiscalização da qualidade dessas universidades. Não quero dizer com isso que todas as universidades privadas no País não têm qualidade. Parte das universidades privadas no nosso País consegue atingir índices de qualidade interessantes, mas, no universo de mais de duas mil instituições de ensino privado no País, é fundamental que haja mais rigor na fiscalização do conjunto dessas instituições, porque é do interesse do conjunto dos estudantes do País que haja uma educação de qualidade nessas universidades.

Então, é importante que o Estado brasileiro exija dessas instituições, sobretudo das que aderem a programas federais, como o ProUni e o Fies, um critério de qualidade como contrapartida para que se possa aderir ao programa. E mais, em especial nessa questão do Fies, o controle de mensalidade é importante, pois existem

estudantes pagantes que muitas vezes abandonam o curso porque a mensalidade aumenta de forma exorbitante e não têm condições de pagar.

Portanto, precisamos ter controle de mensalidades das instituições de ensino superior privadas, atendendo aos estudantes pagantes, mas também aos bolsistas do Fies, porque a mensalidade que não é paga hoje vai virar dívida no final do curso e, quando a mensalidade é muito alta, a dívida só aumenta. Então, é fundamental conseguir controlar o aumento da mensalidade dessas instituições. Nenhum estudante quer pagar mais podendo pagar menos ou não pagar nada. É fundamental que consigamos ter controle de mensalidade nessas instituições. Para isso, inclusive, precisamos exigir mais transparência nas planilhas de custos das universidades.

É fundamental que a comunidade acadêmica, estudantes, professores, possam ter espaço de diálogo com a administração da universidade para entenderem como funcionam as planilhas de custos da universidade e por que a mensalidade está aumentando ou não. Senão, vai simplesmente haver uma priorização do lucro do empresário da educação, prejudicando os estudantes, que, no final das contas, não vão ter condições de pagar a mensalidade e vão abandonar o curso, prejudicando sua vida e a sociedade.

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGÍNIA BARROS – É fundamental que o Estado brasileiro – e já vou caminhar para a conclusão – possa exigir contrapartidas das universidades que aderirem ao programa. Eu acredito que o MEC tem apresentado contrapartidas interessantes para as universidades que aderirem ao Fies, mas, é claro, que, nessa fase de transição, esse processo não pode dar-se de forma atropelada, porque as contrapartidas precisam vir para exigir da administração da universidade, não para prejudicar os estudantes na ponta.

Então, nenhuma contrapartida pode vir para prejudicar os estudantes. O fato é que hoje há estudantes que estão sendo prejudicados nessa fase de transição para as novas regras. Precisamos assegurar que todos tenham seus contratos aditados e que aqueles que têm expectativa de aderir ao Fies possam aderir ao programa a partir deste ano de 2015.

Acredito também que, assim como existe uma comissão nacional de acompanhamento do ProUni, também deveria existir uma comissão nacional de acompanhamento do Fies. O MEC deveria criar essa comissão para que possa haver controle social e do Estado brasileiro sobre como esse programa está sendo implementado nas universidades, com a participação estudantil inclusive, que, no final das contas, é quem vai estar se beneficiando na ponta do programa. Então, precisamos pensar no aprimoramento do Fies dentro desses critérios, repetindo que nenhum critério possa vir para prejudicar os estudantes na ponta. Todos os estudantes que têm o contrato do Fies devem ter os seus contratos aditados e todos os estudantes que têm expectativa de ingressar na universidade e que dependem de programas como esse precisam evidentemente de uma política de ampliação do programa para se consiga assegurar a ampliação do acesso também.

Essa questão de controle público e social nas universidades privadas não é algo que vem da minha cabeça. A própria Constituição Federal, ao estabelecer que educação é um direito de todos e um dever do Estado, insere o Estado como parte fundamental da oferta de vagas no ensino superior brasileiro, mas também da fiscalização do ensino superior brasileiro, porque, inclusive pela própria Constituição, um dos princípios que a educação superior precisa é o de assegurar a qualidade da educação superior.

Então, cabe ao Estado fiscalizá-la.

E, por fim, eu acredito que nessa expectativa de a gente conseguir ter universidades que tenham de reforçar a avaliação e a supervisão dessas instituições e de que a gente consiga garantir cada vez mais qualidade no ensino superior brasileiro, seja no ensino superior público, seja no ensino superior privado... Eu acredito que é fundamental que o Congresso Nacional possa se debruçar com mais atenção no projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria o INSAES (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior).

Esse Instituto tem como missão reforçar a fiscalização, avaliação e supervisão nas instituições de ensino superior brasileiras, mas, em especial, fazer com que haja um órgão do Estado que avalie a compra e venda de universidades, sob a perspectiva educacional.

Então, todas essas grandes transações que existem no meio empresarial da educação, hoje, no nosso País, são avaliadas pelo Estado brasileiro exclusivamente do ponto de vista da concorrência. É o Cade quem avalia compras e fusões de instituições de ensino superior. Ou seja, o único critério que existe para compras e vendas de universidades é a defesa de mercado, e não a defesa da qualidade da educação, decorrente dessas fusões.

O INSAES vai ser uma ferramenta importante para que, nesse processo, se consiga fazer com que previamente sejam avaliadas compras e fusões de universidades, sob uma perspectiva educacional, para que a gente consiga assegurar a qualidade no processo de ampliação do ensino superior brasileiro.

Então, só para finalizar isso, reforçar a importância do INSAES e da sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforçar a necessidade de o Estado fiscalizar e reforçar as contrapartidas nas instituições que aderirem ao

Fies, para que possam ter transparência, controle de mensalidade, qualidade. Essas contrapartidas não podem vir, de maneira nenhuma, para prejudicar o estudante na ponta. Pelo contrário, precisam vir para ampliar o direito dos estudantes em cada instituição de ensino do nosso País.

E é fundamental que a gente consiga aditar os contratos do Fies já firmados e ampliar o programa, porque democratizar o acesso ao ensino superior no nosso País segue sendo um desafio muito importante para o nosso desenvolvimento. É fundamental ampliar o acesso ao ensino superior brasileiro. Educação é uma questão de soberania, tem a ver com a soberania do nosso País, com a nossa autonomia científica, com o desenvolvimento social e humano do Brasil.

Portanto, a gente precisa dar cada vez mais oportunidades para que os jovens do nosso País possam ingressar na universidade.

Era isso. Obrigada mais uma vez, Senador Paim.

Estou à disposição para perguntas após o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Presidente da União Nacional dos Estudantes, representante da UNE, Virgínia Barros, que fez aqui a sua exposição, e demonstrou também as suas preocupações.

Vamos agora para o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Arnaldo Cardoso Freire.

Por favor, Sr. Arnaldo, com a palavra por dez minutos, com mais cinco.

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE – Obrigado. Bom dia a todos e a todas, Senador Paulo Paim.

Eu dividi aqui a minha fala – fui surpreendido ontem, porque quem viria era o Presidente da Confenen, mas, por algumas razões de saúde, ele não pode comparecer – em três partes, como professor: a importância do Fies, o problema e uma tentativa de solução.

Então, inicialmente, eu gostaria de falar para vocês sobre a importância do Fies. Eu acho que a Elizabeth e a Virgínia, que me antecederam, foram... A Elizabeth numa questão bem técnica – ela é uma técnica – mostrou com muitos gráficos e números que realmente é um programa substancial. E na visão da Virgínia, como estudante, a importância que, para o estudante, tem a questão do Fies.

Só para nós entendermos do que nós estamos falando, da importância, Senador, nós tivemos, em 2010, cerca de 70 mil estudantes beneficiados pelo Fies. Em 2014, cerca de 2 milhões –1,9 milhão estudantes beneficiados.

Isso representa, em números de investimento, cerca de R$1,9 bilhão, em 2011, e, agora em 2014, cerca de R$13,8 bilhões. O Toninho tem esses números e, depois, pode até fazer uma correção, mas são próximos a isso.

Existem dois pesquisadores norte-americanos, ganhadores do Prêmio Nobel na década de 70, Gary Becker e Theodore Schultz, que desenvolveram a teoria do capital humano. Eles fizeram pesquisa no mundo inteiro. A Elizabeth mostrou aqui parte da pesquisa, não a deles, mas da pesquisa atual, mostrando os ganhos com a educação. Eles dividiram em dois ganhos: o ganho privado da educação e o ganho social da educação.

O que é o ganho privado da educação? É aquilo que a Elizabeth mostrou. Que cada pessoa vai à faculdade desenvolver um curso superior porque vai ter um ganho, um retorno privado com a educação, um aumento de salário com a educação.

Por outro lado, existe também o ganho social da educação. Com cada pessoa que se forma, a sociedade ganha, o País ganha. Nós temos novos médicos, novos professores, novos engenheiros. Esse é um custo não ligado ao ganho privado da educação, mas ao ganho social.

Então, é disso que nós estamos falando quando falamos no investimento do Fies. O Fies, além de ser um investimento que teoricamente vai retornar, é lógico com um juros mais baixo, mas os estudantes vão pagar esse Fies, existe o ganho social que a toda a sociedade brasileira vai receber. E esse dinheiro não tem como ser medido. Vai ser um ganho social muito grande. E nós temos, no caso do Fies, em 2014, cerca de dois milhões de alunos novos beneficiados.

Muito bem. Eu sou Vice-Presidente da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, faço parte do Fórum Nacional de Educação e também sou diretor de uma faculdade, no melhor lugar do Brasil, não sei se vocês conhecem, que é Goiânia. Goiás é o melhor Estado do Brasil; Goiânia é a melhor cidade; e a minha é a melhor faculdade. Não é a melhor, não, mas é uma das melhores, porque em Goiânia todas as faculdades são boas. Mas, na minha instituição, todos os cursos têm conceito quatro e as vagas estão abertas ainda, para quem quiser.

Agora, vou falar sobre o problema. Estamos falando em uma Comissão de Direitos Humanos. Estamos falando sobre a questão humana do problema. As instituições de ensino, à luz das regras vigentes, até o dia 31 de dezembro de 2014, se prepararam para receber os acadêmicos. O que é se preparar? A instituição faz

investimentos em estruturas físicas, em laboratórios, em equipamentos e, principalmente, na contratação de professores para as novas turmas que virão.

A previsão era que, no dia 2 de janeiro, começassem a ser aditados os novos contratos. Com o atraso na abertura, este ano tivemos um atraso no aditamento dos contratos antigos, vieram os problemas. Não obstante não se ter aberto novos contratos, os contratos antigos, Virgínia, estavam sendo aditados. Depois de duas semanas, nós descobrimos que existia uma trava, que era a trava dos 6,4%. Ela começou com 4,5%; depois, passou para 6,4%. O maior problema é que isso não fazia parte das regras.

Então, 90 dias antes do término das inscrições da matrícula, pela lei, as instituições fixam os preços das mensalidades. E isso, em momento algum, tinha sido dito. Essa situação levou a um processo de judicialização: várias liminares foram concedidas, várias foram derrubadas, outras virão.

Isso está levando a um custo de transação maior, tanto para o MEC, como para as instituições. O que quer dizer isso? O MEC podia estar preocupado com outros problemas, em resolver outros problemas, e está preocupado com questão de liminar que entra, liminar que sai; tira a trava, coloca a trava; e as instituições também estão nessa situação.

Muitos alunos fizeram contrato e o contrato foi ser aditado. O contrato volta e existe um prazo de mais de dez dias para se refazer o contrato. Então, isso criou um problema muito sério.

Na verdade, eu entendo qual é o problema. Vamos entender, Toninho, que esse aspecto vai ser resolvido de alguma forma. Os contratos antigos de cerca de 1,9 milhão de alunos serão aditados.

A Elizabeth acha que o problema não está no sistema, mas vamos entender que o problema está no sistema. No decorrer do tempo – acho que você já tem os números para nos apresentar em relação à quantidade de contratos que foram aditados, que serão aditados –, esse problema será resolvido, ou seja, os contratos antigos serão aditados.

Muito bem. São 500 mil novos alunos que vão pleitear contratos em 2015, porque 500 mil alunos ingressaram em alguma instituição no Brasil na expectativa de conseguir o Fies, porque a regra permitia isso. Então, o grande problema que eu vejo hoje...

A SRª ELIZABETH GUEDES (*Fora do microfone*.) – No primeiro semestre, não é?

O SR. ARNALDO CARDOSO FREIRE – Exato. No primeiro semestre de 2015.

O grande problema que eu vejo hoje, Virgínia, é a situação desses alunos. Nós já recebemos um comunicado do MEC, um documento oficial do MEC, dizendo que os contratos antigos serão aditados e que é preciso ter paciência. Realmente, os contratos estão sendo aditados. Mas o grande problema hoje é a situação desses 500 mil alunos, porque, segundo falou o ministro interino ontem, apenas 200 mil alunos vão conseguir novos contratos. Ou seja, cerca de 300 mil alunos, que teoricamente estão estudando em alguma instituição no Brasil, não vão ter o direito de conseguir esse benefício.

Então, a primeira pergunta que eu faço, Toninho, é: quem tem direito a ter direito? Como o MEC... Onde está a regra que diz que esses 200 mil alunos vão conseguir isso? Quem são esses alunos? Quem tem direito a ter esse direito? Essa é uma coisa que está obscura – é uma coisa que está obscura!

Segundo, o recurso é insuficiente? O recurso é suficiente? Existe a necessidade de mudança das regras? Existe a necessidade de controle de preço, como diz a Virgínia? Existe a necessidade de controle de qualidade?

Eu vou citar só um exemplo para vocês. Acho que muitas pessoas não perceberam, mas esse fato aconteceu. No Enem deste ano de 2014, cerca de 500 mil alunos, 500 mil estudantes tiraram nota zero na redação. Isso foi noticiado na imprensa. No Brasil, 500 mil estudantes não conseguiram fazer a redação, tiraram zero na redação. Na verdade, não foi isso que aconteceu, porque, pela regra anterior, bastava o aluno ter feito o Enem para ter direito ao Fies. Ele não precisava tirar dez, não precisava tirar 450, não precisava tirar ponto nenhum. Bastava o aluno se inscrever e fazer a prova do Enem para ter direito ao Fies. E muitos alunos fizeram isso. Não estou dizendo que esses 500 mil fizeram isso, mas grande parte, mais de 50% fizeram. No entanto, depois da prova feita, veio a mudança da regra, ou seja, depois que terminou o jogo, disseram: "Gol de cabeça não vale, gol de pênalti não vale." Então, houve uma mudança da regra. Esse é o exemplo.

Existe a necessidade de se mudarem as regras? Sim, concordamos com a necessidade de mudança. Só que a nossa preocupação tem a ver com o tempo com que estão sendo feitas essas mudanças e com a clareza nas definições.

O grande problema atual, Virgínia, Toninho, é definir a situação desses 300 mil alunos que estão excluídos do sistema e não têm direito a ter direito. É urgente que se resolva isso.

Nós, instituições de ensino, se fazemos parte do problema, se o problema somos nós, se o problema é mensalidade, se o problema é a qualidade, seja onde for que estivermos envolvidos, nós queremos fazer parte da solução. Da forma como estamos vendo, na verdade, em vez de se procurar voltar no problema para resolver

a situação, a preocupação é de criar novos problemas. De se criar, sei lá, comissão para se discutir mensalidade, comissão para discutir qualidade. Não é isso! Não é esse o problema que temos agora, como diz a Virgínia.

Nós não podemos fazer nada para prejudicar o aluno. Nós temos que resolver a situação desses 300 mil alunos. Novas regas devem ser feitas? Sim! Novo controle de qualidade deve ser feito? Sim! Pode fazer oque quiser. a Confenen entende que, dessas ações que nós tivemos no Brasil todo, não tem uma ação da Confenen, patrocinada por ela. Nós entendemos que o MEC tem direito de fazer mudanças. O MEC direito de definir a regra? Tem! Só que, agora, no momento que nos estamos, existe uma situação de fato: como resolver a situação deses novos alunos. Então, como eu disse anteriormente, estou entendendo que os contratos anteriores serão todos aditados, estão sendo, e o problema é que tem a questão dessa trava de reajuste, mas estão sendo aditados.

Nós recebemos um comunicado oficial do MEC de que eles serão aditados, para nós não nos preocuparmos. Então, já conseguimos acalmar os alunos no processo comum que está sendo feito. Mas o problema maior é a situação dos novos contratos.

Então, para concluir, acho que, juntos, podemos e temos condição de achar uma saída para situação desses alunos. Como eu disse, queremos fazer parte da solução, mas eu acho, Toninho, que o MEC tem que conduzir esse processo. Ele é que tem de conduzir esse processo. Chamar as partes envolvidas, achar uma solução para o problema atual, com clareza, sem travas, sem nenhum subterfúgio, deixar a situação clara. A falta é o recurso? Como vamos resolver isso? Vamos achar uma forma de resolver isso. Existe uma redução de custo? Vamos trabalhar em cima disso. E definirmos regras para o próximo semestre. Então, já para o próximo semestre, as regras serão assim, porque as instituições, quando abrirem as matrículas no próximo semestre, vão achar que as regras são aquelas.

Então, Virgínia, se o MEC definir as regras que ele acha que tem que ser feito – tudo pode ser feito, controle de mensalidade –, a instrução vai definir se ela vai aderir ao sistema ou não. Fica a critério a instrução, desde que a regra seja aquela. Ninguém é obrigado a aderir ao Fies. Aderiu quem quis, mas aderiu em umas regras que existiam; não nessas regras atuais. Então, clareza, para o próximo semestre, as regras serão estas: um reajuste de tanto, e o que tiver que ser feito. Mas a instituição vai definir se ela vai ou não aderir ao Fies. É o que tem que ser feito. E o MEC tem a prerrogativa de fazer isso.

É isso. Estamos à disposição, Toninho, Virgínia, a Confenen está aí querendo fazer parte da solução.

E mais uma vez, Senador Paim, acho que o local certo é este, porque estamos lidando com pessoas, com famílias. Não são sonhos, não estamos dizendo de um sonho de comprar um carro, sonho de fazer uma viagem. Estamos falando de sonhos de as pessoas construírem as vidas delas, fazerem um curso superior, ter uma formação superior, mudar as famílias, mudar a sua vida. É disso que estamos falando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Dr. Arnaldo Cardoso Freire, que enfatizou, agora no encerramento, que estamos falando de sonhos. Sonhos de formação de todo o nosso povo, toda a nossa gente,que, em inúmeros casos, passa pelo Fies. Por isso o fortalecimento do Fies.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Ministério da Educação, o Dr. Antônio Corrêa Neto, que vai falar do Fies.

Ele me explicava que é outro setor que trata especificamente da questão do Pronatec. Consequentemente, nós o chamaremos em uma audiência pública só para que seja exposta e debatida aqui a questão do Pronatec, até pela importância que têm o Pronatec e o Fies para todos nós.

Dr. Antônio Corrêa Neto, por favor.

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar o Senador Paim; a Elizabeth; a Presidente da UNE, Virgínia; e também o Arnaldo, da Confenen.

Foi com satisfação que recebemos o convite para participar desta audiência. Estou aqui representando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério e que é o braço executor das políticas públicas no âmbito da educação.

O FNDE tem como missão prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação com qualidade a todos.

Em 2010, o FNDE foi alçado à condição de agente operador do Fies e administrador dos seus ativos e passivos, sob a normatização e supervisão da Secretaria de Ensino Superior do MEC, que é o órgão do Ministério que cuida da Política Nacional do Ensino Superior.

Entre 1999, ano de criação do Fies, até 2010, ano que o FNDE assumiu essa condição de agente operador, o fundo era operado pela Caixa Econômica Federal, que exercia o papel de agente operador e agente financeiro. Durante esses dez anos, de 1999 a 2010, o fundo teve uma execução bastante tímida. Foram financiados

apenas 564 mil estudantes. E financiados a juros altos, financiados praticamente sem prazo de carência e com período de reposição desse financiamento, que é a fase de amortização, com apenas uma vez e meia o tempo que o estudante passava na condição de financiado. Isso é submeter os estudantes a prestações muito altas, que muitos deles não conseguiam pagar, e eram levados à situação de inadimplência.

Quando levados a essa situação de inadimplentes, tinham o seu nome registrado em cadastro de proteção ao crédito. E a permanência nessa situação levava o estudante a ter aquela dívida antecipadamente vencida e executada judicialmente.

A partir de 2010, com o propósito de alavancar a expansão das matrículas na educação superior – a gente sabe que o Fies, ao lado do ProUni, ao lado do Reuni, que é a restruturação das universidades federais, ao lado da expansão dos institutos federais, aqui a Virgínia falou dessa quantidade de vagas criadas nesse período –, nós tivemos aí um novo Fies.

Esse novo Fies, teve uma redução de juros de mais de 60%, nós saímos de um juros de 9% e passamos para 3,4%. Nós triplicamos o período de carência desse financiamento, que é aquela fase em que o estudante deixa a faculdade e é uma fase fundamental na vida do estudante, o momento que ele tem para se apresentar ao mercado de trabalho, para se colocar no mercado de trabalho e ter condições de pagar esse financiamento.

Então, nós saímos de um período de seis meses de carência e chegamos a dezoito meses. E da mesma forma o prazo de amortização desse financiamento mais do que duplicou. Nós saímos de uma vez e meia e chegamos a três vezes mais doze meses, que é o período em que o estudante vai amortizar e pagar aquela dívida.

Para se ter uma ideia, Senador, do efeito que teve a mudança – estou falando dessa mudança, mas houve várias mudanças –, um estudante, hoje, que faz um curso e que paga uma mensalidade de R$1 mil, com um curso com duração de oito semestres, depois de cinco anos e meio, ou seja, terminado o seu curso, terminada a fase de carência, vem a pagar R$400,00, 40% do que ele pagava na mensalidade enquanto ele estava estudando. E no Fies 99 o estudante pagava mais do que ele pagava da mensalidade escolar. Então, quero ressaltar este ponto, neste fórum em que estamos aqui debatendo o Fies, pois isso tem uma importância ímpar nesse processo.

Aliada a essa questão das condições do financiamento, paralelamente, sabemos que um dos grandes gargalos para um estudante acessar o ensino superior era o estudante de baixa renda que não tinha condições de obter um fiador. E, quando se trata de uma operação de financiamento, não tem como abrir mão desta condição, as leis não permitem, o Banco Central não permite, então foi criado o Fundo Garantidor de Crédito Educativo, que é um fundo constituído com recursos do Tesouro Nacional e que garante essas operações de crédito do Fies para estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Antônio.

A Senadora Fátima Bezerra é Vice-Presidente da Comissão de Educação, um tema que ela trata com muito carinho, e ela está, neste momento, respondendo – inclusive por nós, porque eu faço parte – em uma CPI, a CPI do HSBC, que é uma CPI importante para que seja investigada a fundo essa questão. Mas ela fez questão de vir aqui deixar um abraço para vocês.

Agradeço.

Seja bem-vinda, Senadora, sempre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Volto a palavra ao Sr. Antônio Corrêa Neto.

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Bom, então, prosseguindo.

Paralelamente à melhoria nessas condições do financiamento foi criado esse Fundo Garantidor de Crédito Educativo, que tem como objetivo principal garantir operações de crédito, financiadas com recursos do Fies, a estudantes de menor renda.

Estudantes de menor renda são aqueles com uma renda *per capita* mensal de até 1,5 salário mínimo. Essa condição, esse benefício, foi estendido para o bolsista ProUni, o bolsista parcial do ProUni, que é aquele que obtém uma bolsa parcial e vem buscar no Fies a complementação do pagamento da sua mensalidade.

E até como indução de política, de melhoria da qualidade dos quadros de professores, também podem se beneficiar deste fundo, estudantes de licenciatura.

Também nessa esteira de alteração das condições, foi instituído o benefício de 1% de pagamento do saldo devedor com o trabalho, o que é extensivo a professor que atua na rede pública da educação básica e a médicos que também atuam na rede de saúde pública.

O que quer dizer? Quer dizer que aquele médico e aquele professor, depois de formado, se vier a trabalhar na rede pública de saúde ou de ensino, ele pode pagar o seu financiamento com o próprio trabalho. Isso quer dizer que, em oito anos e quatro meses, um curso de Medicina, que é um curso que tem um valor bastante elevado e que para o estudante de menor renda arcar com essa mensalidade, mesmo com todo esse período de amortização, ele tem algo em torno de 280 mil, 300 mil, trabalhando oito anos na rede pública de saúde, ele pode pagar o seu financiamento.

E sustentados por todas essas condições, nós chegamos, em 2014 – esse número já foi dado aqui –, a 1,9 milhão de estudantes financiados. Ou seja, nós fizemos quatro vezes mais, abrimos mais vagas em quatro anos do que se abriu de 1999 até 2009. Nós saímos, lá em 2009, com 32 mil estudantes financiados, passamos para 2010 com 70; 2011 com 154 mil financiamentos; 2012 com 377 mil, se eu não estou enganado; 2013 com 559 mil; e chegamos a 2014 com 732 mil.

Agora, em 28 de janeiro de 2015, iniciamos o aditamento de todos esses contratos. O Ministro, em diversas ocasiões, na Câmara dos Deputados, na imprensa, tem dito e repetido que está garantido o aditamento de todos esses 1,9 milhão de contratos. Então, essa coisa de falar que o MEC está travando o sistema para não deixar o estudante aditar é faltar com a verdade, porque, se nós quiséssemos que os estudantes não aditassem os seus contratos, nós teríamos dado um prazo de quinze dias, de vinte dias, de dez dias. O sistema está aberto desde o dia 28 de janeiro e vai estar aberto até o dia 30 de abril. E garantido pelo Ministro, compromisso assumido: se chegarmos a 30 de abril e ainda houver aditamento por ser feito, esse prazo será prorrogado. Não tenho dúvida nenhuma.

Agora, o que acontece hoje? Nós estamos com algo em torno de 1,1 milhão de aditamentos já solicitados pela CPSA, ou seja, já confirmados pelos estudantes. Já estamos com 500 mil aditamentos contratados no banco. Ou seja, tivemos um problema, sim, de lentidão de sistema. Essa lentidão não foi porque o MEC descuidou na evolução desse sistema. Essa evolução tem acontecido desde 2010, inclusive neste momento nós estamos fazendo o SisFies 2.0, estamos desenvolvendo todo o sistema numa plataforma mais adequada aos volumes de operações a que ele é submetido. Agora, o que aconteceu, Senador? Nessa mesma época do ano, nós tínhamos 1,2 mil acessos simultâneos; hoje nós estamos com 18 mil acessos simultâneos, chegando a picos de 57 mil. Então, por mais que a gente tenha tido cuidado com essa questão de evoluir tecnologicamente esse sistema, esse é um ponto fora da curva.

Algumas mudanças que o MEC implementou de dezembro para cá criaram uma certa ansiedade no estudante, que ficou preocupado, inclusive porque a própria imprensa dizia que não se ia garantir muitas das universidades, ou seja, fazendo aquele jogo de colocar o estudante contra o próprio Ministério; gerou essa ansiedade. Mas hoje garantimos: estamos com quase 1,1 milhão de aditamentos formalizados, já solicitados pela CPSA e também estamos com novas inscrições abertas.

Ou seja, o MEC nunca divulgou o número de financiamentos anuais a serem disponibilizados, nunca. Nunca. A Administração Pública tem de seguir... Ela tem de ter uma execução de seus programas compatível com o orçamento que tem. Isso está na Constituição Federal.

Então, se vamos firmar 100 mil a mais, 100 mil a menos neste semestre, nosso olhar está lá em 2023. São as metas do PNE, que tem meta para o ensino superior, que nem costumo chamar de plano, mas de um pacto nacional pela educação. Chamo dessa forma, porque foi amplamente e democraticamente discutido no Congresso Nacional, foi discutido com a sociedade, foi discutido com os segmentos, foi discutido com a UNE.

Portanto, o olhar do Ministério está em 2023, e não há mudança de política. A política permanece: é a expansão das matrículas da educação superior – não só da educação superior. O Senador tem acompanhado o que se fez pela educação básica neste País, o que se fez pela educação fundamental neste País. Vamos olhar, de 2003 para trás, o que se fez e o que fizemos. Agora, não dá para resolver 500 anos em cinco anos.

É aquela questão: as demandas são limitadas e os recursos são escassos, infelizmente. E não é uma peculiaridade do nosso País: a gente sabe que o mundo está passando por uma séria crise econômica, e, diferentemente, no Brasil, hoje isso... A questão econômica é globalizada. Então, não se precisa dessa ansiedade. E não é um favor que o MEC está fazendo para os estudantes, não. Não é favor, não, é obrigação. Foi lá, firmou o contrato, assumiu o compromisso, tem de renovar o contrato.

E o atendimento desta meta de 33%, de colocar mais cinco milhões na educação superior até 2023, vai ser cumprido. A política continua. Agora, se precisar mudar o plano, vamos ter de seguir os meios adequados e democráticos para fazer isso, como discutir com o Congresso Nacional, discutir novamente com a sociedade. Mas é um plano que acabou de ser aprovado. Então, essa meta será cumprida, os aditamentos serão feitos, e, só ressaltando, Senador, sem nenhuma alteração.

Quanto à renovação dos contratos firmados até 2014, estão dizendo que nós estamos descumprindo contrato, mas não estamos descumprindo contrato, estamos mantendo. A tudo aquilo que assinou lá no contrato o estudante vai ter direito. A única coisa que já estava prevista é o desempenho acadêmico, que é o esforço que a gente exige do estudante: para ter os juros subsidiados, o financiamento público, é preciso ter no mínimo 75% de aproveitamento acadêmico. Então, sem nenhuma alteração de regra.

Falar do Enem, bater no Enem, bater na nota mínima do Enem é bater na Constituição Federal, é bater na qualidade do ensino dentro da instituição de ensino superior, é bater em políticas exitosas no âmbito do

Governo Federal. É bater no ProUni, é bater no Pronatec, é bater no Ciência sem Fronteiras. O ProUni exige nota mínima desde 2005. O Fies é o último programa de expansão da educação superior que ainda não exigiu.

Quanto a esta questão de falar que o pobre não está incluído, está incluído sim. Se se pegar, das 8,7 milhões de inscrições para o Enem, fizeram o Enem seis milhões de estudantes. Quatro milhões e trezentos desses estudantes, já tirando os 500 mil que obtiveram nota zero em redação, conseguiram nota de 450 ou mais. E, se se pegar a distribuição dessas notas e comparar o Nordeste com o Sudeste, há uma compatibilidade muito grande. Dizer que pobre não é inteligente é mentira. O fato de ser pobre não quer dizer que ele não seja inteligente. Se se pegar o Norte e comparar com a Região Centro-Oeste e com a Região Sul, há uma grande compatibilidade.

Então, este discurso de que estamos querendo reter o fluxo por exigir uma nota mínima do Enem, nós não aceitamos. O MEC não abre mão da qualidade. Assim como estamos exigindo qualidade das instituições também temos de exigir esforço do estudante.

Era isso o que eu queria colocar inicialmente, Senador. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e me dispor para o debate e perguntas.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão, que tranquilizou o MEC e a todos nós no aspecto de que não haverá mudança até 2023. Tudo isso está mantido e o ajuste se fará sem nenhum prejuízo para os estudantes. Eu me refiro ao ajuste pelo número de acessos. Há que se ajustar a máquina do Ministério nesse aspecto.

E como ele vai ter oportunidade de falar também na segunda Mesa – essa foi, inclusive, uma proposta minha, de que ele ficaria nas duas Mesas – neste momento, convido os meus painelistas a tomarem assento à primeira mesa. Assumirão, aqui, os convidados da segunda Mesa. O Dr. Antônio fica.

Quero também dizer a todos que já está conosco o Senador Hélio José, grande Senador da República, aqui do DF, que é também professor e conhecedor do tema. Com certeza, S. Exª vai contribuir para o debate. Seja bem-vindo Senador Hélio José, sempre presente aqui na Comissão de Educação.

Para a segunda Mesa, chamo a Coordenadora da Secretaria de Políticas da Institucionais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Nara Teixeira de Souza. Por favor. (*Palmas.*)

Convido o Representante da Associação Nacional dos Centros Universitários, Celso da Costa Frauches. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E convido, por fim, representando o Andes, a Srª Maria Regina de Ávila Moreira, 1ª Vice-Presidente, que também venha à mesa para fazer a sua exposição. (*Palmas.*)

O Srs. Senadores aqui falam no momento que entendem mais adequado. Senador, V. Exª quer fazer a sua saudação?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim. V. Exª, realmente, é um entusiasta das causas sociais em nosso País. É Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos e, com muito compromisso, muita responsabilidade, nunca se negou a fazer o debate e encaminhar as coisas como devem ser.

Eu gostaria de reconhecer aqui, de público, esse trabalho maravilhoso do Senador Paim e cumprimentar os representantes do MEC, Sr. Antônio Corrêa, pela belíssima exposição da qual ouvi uma parte. Da mesma forma, cumprimento os representantes da UNE, Virgínia Barros e o André João Costa – não sei se ele esteve aqui, porque não estava na mesa – e também os representantes do Andes e da Contee, Professora Nara Teixeira e o Professor Celso da Costa.

Realmente, eu fui professor e quando fiz a Universidade de Brasília, lembro-me – foi no ano de 1978 que lá entrei –, o crédito educativo foi instituído, se não me engano, nesse período. Eu tive o crédito educativo, porque era uma pessoa que tinha algumas dificuldades naquele momento, 1978, 1980, 1990. Eu me formei em 1982 e usei o crédito educativo nesse período todo. Isso foi muito importante, mesmo sendo um valor pequeno, e foram recursos financiados pela Caixa Econômica. O advento do Fies realmente tem sido a esperança para milhões de brasileiros. O Presidente Lula e a Presidente Dilma têm feito muita coisa para o nosso País na área de educação.

É claro que ainda há muitas coisas a serem feitas. A educação é a liberdade e a excelência de um país. Um país só será desenvolvido plenamente quando a educação estiver na plenitude, sendo alcançada por todos, e o Fies é uma porta de entrada que garantiu a muitos que não tinham oportunidade adentrar a questão de ter direito a um curso qualificado, a um bom curso, a um diploma de nível superior.

Consequentemente, para nós, é de altíssima responsabilidade e relevância esta discussão, porque o que eu vejo de pessoas chorando, com dificuldades, por causa do que foi explicado pelo Professor Antônio... Precisamos superar os entraves que estão acontecendo.

Acho que a ampliação para o ensino técnico e para o ensino superior, de pós-graduação e mestrado, foi inteligente, porque ampliou-se o horizonte das pessoas. O Brasil precisa de um quadro técnico qualificado, para poder trabalhar e entrar no mercado de trabalho, e tal ampliação contribuiu muito para isso.

Então, queria saudar o Senador Paim, a Plenária toda, e dizer que estamos juntos nesta luta.

Tenho que sabatinar agora, em votação secreta, na CRE, dois embaixadores – um é dos Estados Unidos, inclusive. Como também sou membro da Comissão de Relações Exteriores, tenho que me retirar e ir para lá, pois já me ligaram aqui. Quero pedir desculpas por ter que sair, mas quero dizer que o Senador Paim tem o nosso apoio, o apoio de todos os membros desta Comissão. O que aqui é falado e debatido, é debatido entre nós, e temos toda a consideração, para encaminharmos da melhor forma possível. Essa referência que se tornou a tribuna da Comissão de Direitos Humanos é uma referência muito importante nesta Casa, respeitada por todos os pares, por todos os 81 Senadores.

Muito obrigado. Estamos juntos na discussão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Parabéns pelas suas considerações e preocupações, deixadas para a reflexão dos painelistas.

De imediato, a Drª Nara Teixeira de Souza, Coordenadora da Secretaria de Políticas Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

A SRª NARA TEIXEIRA DE SOUZA – Muito obrigada pelo convite, Senador. Como sempre, esta Comissão e o senhor têm se dedicado muito a discutir temas que, para nós, são muito relevantes. Esta discussão do Fies é uma delas, mas também a questão as MPs. Como trabalhadores, temos acompanhado e sabemos da importância de discutir isso com a sociedade. O Fies, com certeza, é um ponto que está chamando a atenção da sociedade inteira, e interessa a todos estarmos, neste momento, debatendo, no Brasil inteiro.

Agradeço o convite, em nome da nossa Confederação, a Contee, que representa os trabalhadores em estabelecimentos de ensino privado, desde a creche até o ensino superior. Nós representamos cerca de 1 milhão de trabalhadores, no Brasil inteiro. Então, para falar da questão da educação superior privada, especialmente, nós, de fato, conhecemos a realidade, porque trabalhamos e atuamos nesse setor de educação. É um grande prazer poder discutir esse assunto extremamente pertinente.

Gostaríamos de deixar muito claro que, neste debate com relação a essas normas que o MEC elaborou agora, a Confederação já mandou uma nota para o Ministério da Educação, colocando que concordamos, plenamente, com as medidas adotadas pelo MEC. Achamos corretas as medidas que, para nós, são extremamente importantes. Na hora em que se coloca um corte em relação a quem participa, quem está frequentando a universidade, é uma questão de qualidade mesmo, de se discutir a qualidade.

Nós não estamos colocando que para frequentar uma universidade pode ser de qualquer forma. Deve haver um critério, sim. Aí, lógico, podemos discutir a questão da melhoria da educação básica e da educação fundamental, que é importante, mas a questão de valorização de critérios de qualidade no ensino superior é, de forma muito concreta, fundamental.

A segunda norma, que também consideramos extremamente correta, é a questão de se dar um patamar com relação aos reajustes das planilhas, muito discutidos. Dois representantes da categoria patronal até colocaram essa questão dos reajustes, que consideramos corretos. Nós acompanhamos e temos conhecimento de diversas denúncias por parte tanto de trabalhadores como de estudantes que colocam que a elevação das matrículas, ano a ano ou semestre a semestre, é muito alta, muito além do que eles considerariam o correto.

A Vic, Presidente da UNE, colocou aqui que essas planilhas não são disponibilizadas ou debatidas com toda a Academia, com toda a sociedade que participa nesse momento de que forma ela é feita. Então, muitas vezes, os estudantes colocam: "O preço subiu por conta de água, luz." Mas, muitas vezes se coloca que o preço das mensalidades sobe, principalmente, por conta dos reajustes dos trabalhadores.

E aí, nessa questão específica, eu quero destacar – como a gente já colocou isso ontem – que as mensalidades têm uma planilha toda, mas, muitas vezes, a discussão de que aumenta muito mais por conta dos reajustes dos trabalhadores não é correta, ela não pode ser colocada como correta. Até porque, isso eu coloquei ontem – e a gente tem posicionamentos em todo o País –, os nossos reajustes de trabalhadores, e aí são professores e técnicos administrativos, no País inteiro, quando chegam a ultrapassar 2% de reajuste acima do índice da inflação, nós comemoramos como um grande feito, porque quase nunca conseguimos. Em vários movimentos é 1% – no meu Estado, eu posso colocar isso –, geralmente o patamar é 1% além da inflação do período da nossa data-base. Então se coloca um reajuste de 15%, de 12%, 10%, enquanto os nossos reajustes cobrem 1% do que foi a inflação no período do ano anterior. Então não dá para colocar que esses reajustes são reflexos fundamentais ou que um dos reflexos principais é a questão dos nossos salários, porque não corresponde a uma verdade muito concreta da realidade nossa vivida.

Uma outra questão que para nós também é muito importante destacar é que o Pronatec e o Fies são considerados por nós programas importantes, mas são programas emergenciais. Para nós, embora nós representemos uma categoria que seja de trabalhadores da educação privada, nós defendemos como princípio a educação pública, gratuita e de boa qualidade. Isso, para nós, é fundamental. Porque, para nós, a educação não é uma mercadoria. A educação tem princípios fundamentais colocados na Constituição brasileira e é um direito social, é um direito que todos temos de ter acesso à educação de qualidade e gratuita.

Infelizmente, em nosso País, não se tem condições ainda desse acesso à educação, principalmente à educação superior, que hoje concentra 71%, 72%, em estabelecimentos de ensino privado, sejam atendidos, fundamentalmente, pela educação pública. Nas CONAEs, no Plano Nacional de Educação, foi a bandeira nossa, há muito tempo, nós colocamos a questão fundamental da educação pública, que seja feito na educação pública.

Lutamos muito para que os 10% do PIB da educação brasileira fossem destinados apenas – apenas! – para a educação pública no Brasil. Infelizmente não saiu a questão pública como um todo, porque atende a vários programas do Governo. Mas nós achamos que é fundamental, cada vez mais, que esses investimentos da educação sejam feitos para instituições públicas em nosso País.

Quanto à questão da dificuldade, hoje, que as instituições privadas vêm colocando, é preciso destacar algumas coisas. Acho que dia 19, agora, de março, saíram duas matérias, uma acho que no *Exame*, e a outra – acho que na... não lembro agora qual o outro *site* que eu li – sobre os lucros da Kroton. E eu coloco da Kroton, especificamente, porque ela é a maior instituição privada do Brasil e, nesse momento, embora a gente tenha instituições privadas pequenas e médias, hoje existe uma concentração imensa na mão de conglomerados. São empresas que têm uma enorme quantidades de alunos hoje no Brasil, algumas delas inclusive não têm capital brasileiro. São empresas comercializadas nas bolsas de valores. Então aí a gente coloca que, geralmente, se o lucro é muito mais importante, tanto é que quando uma empresa como a Kroton, por exemplo, compra uma empresa pequena – no caso do meu Estado, já fez isso –, imediatamente manda embora mestres, doutores ou outros profissionais que estão ali há muito tempo, porque fica mais barato, fica muito mais barato para eles que visam o lucro mesmo.

A Kroton, volto a falar, recentemente, teve colocado o seu lucro líquido no último quadrimestre de 2014, de R$2,444 milhões, lucro líquido. Essa mesma empresa representa hoje no Brasil, dentro do seu núcleo de alunos, que chega a ser um montante muito grande, um percentual de 61,2% de alunos do Fies, do Fies. E hoje nós sabemos que há muitas empresas de educação privada que têm muito mais do que 61%. Há empresas, e nós recebemos denúncias e apresentamos diversas vezes ao MEC, que têm 100% de alunos bolsistas.

Uma empresa privada que tenha 100% de alunos financiados pelo Governo! É complicado! Muito complicado para a gente colocar isso. E aí, 61% ou mais! Então, muitas empresas têm um percentual hoje de alunos cujas verbas vêm do Governo público, através de um ou outro programa, mas financiado pelo Governo brasileiro. Isso é fundamental a gente colocar.

Outra coisa que também acrescentamos é que essas duas medidas são importantes, mas têm que ser ampliadas ainda mais. A questão da regulamentação do setor privado é fundamental. Na hora em que as instituições reclamam do Fies porque foram mudadas as regras, tanto o Ministro quanto representantes deixam aqui claras quais as mudanças, é preciso destacar que existem outras coisas que consideramos importantes.

Por exemplo: recursos públicos indo para empresas com dívidas trabalhistas imensa – FGTS, folha de pagamento de dois, três anos. Imensas! Imensas! E na hora que os trabalhadores saem, vão aos sindicatos, como fazer a rescisão? O Ministério do Trabalho tem dificuldade até para demitir esses trabalhadores. São dívidas altíssimas. E recebem dinheiro do Governo, principalmente por meio do Fies, deixam, atrasam um, dois, três meses as folhas de pagamento. Então, existem problemas. Nós acreditamos que esses financiamentos têm que ter critérios.

Além dos já destacados, a questão de dinheiro público ser repassado a empresas que não têm dívidas, principalmente trabalhistas, previdenciárias e outras. É preciso ter uma transparência em relação a isso.

Outra coisa que consideramos também muito importante é que tenha também, como já destaquei, esse critério de percentual de distribuição de bolsas. Não dá para colocar que uma instituição tem 100% de bolsas do Fies! É complicado colocarmos isso! Financiamento 100% de Fies para uma instituição privada? Precisa destacar isso mesmo.

Por fim, há a questão da qualidade. Discutir a questão da qualidade nesta Comissão, Senador, é muito importante, porque quando falamos de educação não estamos falando de qualquer educação. A educação tem um princípio e um fim. Qual é ele? É simplesmente falar que há o acesso à educação, mas os estudantes saem de lá sem condições reais de serem cidadãos, porque não é só apertar uma máquina, escrever uma coisa, eles têm que ser pensantes. Então, as aulas precisam ser dinâmicas, é preciso ter formação acadêmica. O tripé da educação, para nós, é extremamente valorizado. Tem que ter graduação, extensão, como tem que ter

pesquisa. São mínimas as empresas de educação superior privadas que têm programas de acesso à pesquisa ou extensão. Isso para nós é fundamental. Precisamos preparar os nossos jovens para terem uma capacidade muito mais ampla do que a que hoje tem sido colocada no mercado. Volto a falar mercado, porque infelizmente é a realidade da maioria das instituições privadas deste País. É um mercado! E nós achamos que a educação, volto a falar, não é mercadoria, não pode ser tratada como mercadoria.

O setor privado tem outro fator. Os dois companheiros falaram que o MEC cria normas. Olha, nós estamos acompanhando há dois anos. A Vic falou aqui, e no MEC sabem disso, de um importantíssimo projeto, que é a criação do Insaes. Para nós, o Insaes é um projeto muito importante. É um projeto feito, elaborado, pelo Executivo, mas que foi debatido tanto pelos trabalhadores como pelos empresários. A Beth mesmo participou de várias reuniões, como a UNE. Há um consenso das nossas entidades na aprovação desse projeto. Por quê? Como a Beth falou, a Beth coloca aqui que representa instituições sérias, volto a falar, existem instituições sérias, mas a grande maioria infelizmente não é. E a criação desse instituto é fundamental na hora que vai ser discutida a forma de avaliação, a supervisão e o acompanhamento.

O MEC tem inúmeros projetos, e eu me canso de acompanhar sindicatos e federações irem lá na Seres e colocarem que estão tendo problemas nessas instituições, nessa ou naquela. No MEC, falam que não podem fazer quase nada, porque não há instrumento. O número de trabalhadores é pequeno e até por causa das formais legais mesmo. Então, a criação desse instituto, pra nós, é fundamental.

A gente escuta vários patrões colocando que aceitam a fiscalização. Ué? Mas não estão aceitando a criação do Insaes! Não a estão aceitando! A maior briga nossa na questão do Insaes se dá com grandes empresários, com parte dos empresários que não aceitam ser supervisionados.

(Soa a campainha.)

A SRª NARA TEIXEIRA DE SOUZA – A educação, embora seja livre para a iniciativa privada, tem regras. A Constituição deixou clara a questão da qualidade. Tem de haver supervisão. Colocam que aceitam regras. Então, uma das regras não só relativa ao Fies mas também ao processo inteiro da educação privada no Brasil é a que diz respeito ao apoio à criação do Insaes, matéria que está parada na Câmara por vários motivos. Infelizmente, não conseguimos avançar.

Volto a falar: é fundamental que a educação privada seja supervisionada, seja avaliada. Na hora em que a gente fala da questão do Fies, essa questão da avaliação é fundamental. Ela é fundamental para que a gente possa construir, de fato, um país em que nossos jovens saiam das universidades preparados não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida, formando-se como cidadão.

Eu sou professora de História. Muitas vezes, quando acompanho falas ou mesmo posicionamentos de diversas entidades, de diversas pessoas, de muitos jovens, eu, particularmente, fico pensando: "Nossa, como falta uma bagagem maior, um conhecimento maior da história brasileira! Como falta uma bagagem maior de Filosofia, de Sociologia!" Esses são instrumentos que fazem a formação ser melhor.

Se há uma instituição, volto a falar, com um lucro muito grande, como parte dessas instituições da rede privada, como a maior parte das instituições da rede privada, a maior briga dela – pelo menos, é o que consigo compreender – não se dá por conta das regras. É lógico que houve problemas em relação a isso. O MEC já colocou que houve problemas, mas não é só essa questão. Há, sim, a questão de se achar que é uma ingerência do Governo o fato de ele querer colocar controle ou colocar normas. Essas normas são legítimas. Inclusive, é preciso aumentar essas normas, não diminuir. Podem ser dialogadas. Acho que têm de ser dialogadas, mas elas têm de existir.

No momento em que você não deixa muito claros esses critérios, não estabelece isso muito claramente, o prejudicado, fundamentalmente, é o aluno. Todo mundo coloca que nossa responsabilidade, nossa preocupação é com os alunos que se formam. Se a maior preocupação é, realmente, com os alunos, nós vamos – e acho isto extremamente interessante, terminando este raciocínio todo –, nesse processo inteiro, começar a discutir mesmo o Fies e vamos chamar não só os estudantes e as empresas, mas também os trabalhadores, porque eles conhecem a realidade dali.

Vamos conversar a respeito de que forma é feita a planilha, de que forma são feitos esses cálculos. Como é a educação? Como está a questão da qualidade? O número mínimo de mestres e de doutores nessas instituições está sendo cumprido? Como é essa questão? Estão nos dando condições, de fato? Por exemplo, há salas de aula de ensino superior com 400 ou 300 alunos? Há os aulões? Boa parte do curso é feita a distância? Como é isso?

A minha nora, que é enfermeira, estava dizendo que há cursos de educação a distância de Enfermagem. Realmente, eu não sabia disso. Eu falei: "Nossa! É complicado! Curso de educação a distância de Enfermagem é difícil, não é? Na hora em que eu chegar ao médico, vou ficar meio preocupada." O curso de Medicina será feito a distância também? Alguns cursos não podem ser feitos a distância, principalmente a graduação. Quando

falamos de educação a distância, ela tem de ser colocada dentro de critérios, não da forma como a educação privada tem feito hoje. Não se pode fazer da forma que a educação privada tem feito hoje.

Então, acredito que precisamos estabelecer diálogos concretos entre a sociedade inteira, o Parlamento – tanto a Câmara quanto o Senado –, o MEC, as empresas que representam as instituições privadas, os estudantes e os trabalhadores. Vamos aprofundar essa discussão do Fies e esses programas que o Governo hoje faz, porque, para mim, isso é emergencial, mas vamos também aprofundar e tentar melhorar ainda mais a nossa educação pública, gratuita e de qualidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Nara Teixeira de Souza, que falou pela Contee e que é a Coordenadora das Políticas Institucionais da Confederação! Falou da importância do diálogo, do entendimento entre estudantes, professores, empresários e o MEC. Isso é fundamental. Também entendo assim. Até pela crise por que estamos passando, é preciso muito diálogo. A palavra é "conversar". E, por isso, nós estamos aqui, hoje. É ou não é, Dr. Antônio? Foi muito boa a sua presença aqui, esclarecendo uma série de questões também.

De imediato, passo a palavra ao representante da Associação Nacional dos Centros Universitários, Sr. Celso da Costa Frauches – se não estiver certo o sobrenome, pode me corrigir.

O SR. CELSO DA COSTA FRAUCHES – Bom dia a todos.

Presidente, estou aqui representando o Prof. Paulo Cardim, que é o Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários. É uma entidade que representa cerca de 120 centros universitários, abriga cerca de 1,2 milhão estudantes da graduação e, hoje, mais ou menos, segundo cálculos recentes, 350 mil oriundos e financiados pelo Fies.

Vou resumir o texto, porque ele foi distribuído. Na realidade, foi lembrada aqui a origem do Fies, que foi criado em 2001, como sucedâneo do falido Crédito Educativo. Em 2010, realmente, a Presidente Dilma fez uma alteração substancial no Fies. E, aí, sim, ele se tornou atrativo para os estudantes, porque os juros eram 3,4%. Além disso, já foi dito pelo representante do FNDE, havia os prazos de amortização.

Em princípio, nós não somos contra nenhuma das alterações feitas no Fies. A única coisa que nós colocamos é a forma açodada com que isso foi feito. Isso foi feito no último dia útil de 2014, para vigorar a partir do primeiro dia útil de 2015. Os estudantes que pretendiam se beneficiar do Fies já haviam feito vestibular, já haviam se matriculado, e, com a promessa da candidata Dilma de que o Fies seria expandido – mantido e expandido –, evidentemente eles acreditaram na candidata e estavam esperando a matrícula pelo Fies. Essas três portarias atropelaram leis, quebraram contratos unilateralmente, enfim, desorganizaram um sistema que estava funcionando adequadamente. Se essas portarias fossem editadas no final de 2014 para vigorar a partir do segundo semestre de 2015, os alunos não seriam ludibriados. Quando eles fizessem o processo seletivo, matrícula no segundo semestre de 2015, eles saberiam, por exemplo, que só haveria 200 mil financiamentos, como agora o Ministro interino anuncia.

Uma outra questão que ficou problemática para alunos e estudantes: o Ministro da Educação da época, Cid Gomes, manteve-se fora da questão. Ele atribuiu isso ao Prof. Luiz Cláudio e disse que aquele problema não era dele, que ele não havia criado esse problema. Ora, quando nós nos deparamos com um Ministro da Educação que não quer discutir um problema que é do Ministério da Educação, e leva isso para um subalterno, evidentemente tanto estudantes quanto instituições ficam desconfiados de que o sistema não está funcionando.

A outra questão é a trava dos 6,5%. Isso foi feito através de um sistema. A Lei das Mensalidades funciona. A questão colocada aqui, que não se controla a mensalidade, não é verdade. E vou dizer que a mensalidade não é controlada somente por aumento salarial ou inflação. A lei diz o seguinte: a variação de custos, a título de pessoal e de custeio, comprovando, mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando essa variação resulte de introdução de aprimoramento no processo didático-pedagógico. E essa planilha de custo tem que ser publicada até 45 dias antes do encerramento da matrícula. Se estudantes, se organizações não fiscalizam isso, o problema não é da instituição. Se o MEC não fiscaliza isso, o problema não é da instituição. As instituições que seguiram a Lei nº 9.870 publicaram a sua planilha, e essas planilhas não foram contestadas nem pelo Ministério da Justiça, nem pelos alunos, nem pelos pais dos alunos, nem por ninguém.

Elas cumpriram as normas e, evidentemente, o aumento da mensalidade atendeu as normas vigentes. Isso aí é tranquilo, nenhuma das instituições que cumpriram a lei estão preocupadas com isso. Todavia, como eu disse, se com prévio conhecimento de um semestre para o outro, e não da véspera de um semestre para o dia seguinte do primeiro semestre. Se isso ficasse acordado entre as partes, não seria uma quebra unilateral de contrato, seria um acordo: "Só vamos aceitar aumento de mensalidade de até 6,5% – ou de 4%. É o que o representante da Confenen falou: aderiria quem quisesse, a instituição que quisesse aderiria; se aderisse estaria

concordando com esse aumento. É isso que nós questionamos, nós não questionamos o poder do Ministério da Educação de alterar nada.

Outra questão: a nota de corte. A nota de corte é de lei, o MEC pode alterá-la no momento que quiser. Ele não o fez antes porque não quis, essa é a verdade. Do ProUni, tinha 450. Por que não colocar 450 no Fies? Voltamos a dizer: a nossa única reclamação, a nossa única crítica é que isso foi feito num dia para vigorar no dia seguinte. Isso não pegou a instituição, porque nós vamos ter alunos financiados pelo Fies – já foi apresentada aqui a quantidade de alunos que tiveram mais do que 450 pontos no Fies e teriam condições tranquilas de se matricular –, não é esse o problema. O problema é o aluno que foi apanhado sabendo que poderia ter nota zero, e ele teria matrícula garantida financiada pelo Fies. Esse é o problema. Nós reconhecemos que, para nós, instituições privadas, que somos submetidas, sim, a avaliação institucional – temos o Enad que avalia os nossos alunos –, se nós recebermos alunos, quanto mais bem formados no ensino médio os alunos que recebermos, menos problemáticos eles serão e, sem dúvida, poderão nos dar alegrias maiores na hora de fazer o Enad ao final do curso. Então, nós somos favoráveis, sim, à nota de corte – voltamos a dizer: desde que seja feita em momento próprio.

Todos esses ajustes feitos... A Anaceu está perfeitamente de acordo, só que devem ser atendidos o princípio da legalidade. Fala-se aqui em qualidade, em mensalidades, mas se esquece a Lei nº 10.260, de 2001. Essa lei trata das normas da Administração Pública, que diz que todas as normas emanadas do agente público têm que atender o princípio da legalidade e assegurar o seguinte: finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, ampla defesa, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Ou seja, ao baixar uma norma que não é lei, o MEC – o MEC e qualquer outro agente público – tem que atender esse princípio. A segurança jurídica foi agredida nesse processo atropeladamente feito pelo Ministério da Educação ao apagar das luzes de 2014.

Quanto à avaliação de qualidade. O Sinaes é uma lei de 2004. Desde 2004, progressivamente, os cursos são submetidos ao Enad, os alunos. O Sinaes tem um sistema de avaliação altamente positivo, só que o Ministério da Educação, até agora, não implantou o Sinaes adequadamente. A culpa é das instituições? Não. O que o Ministério da Educação criou alternativamente? Criou um conceito preliminar de cursos, um índice geral de cursos – feito à margem da lei, porque não está prevista na Lei dos Sinaes – e começou a aplicar isso como se fosse avaliação de qualidade de curso. É uma mentira, não é. Basta pegar a fórmula, a nota técnica de cálculo do CPC, para verificar que isso não é avaliação de qualidade. Foi feito por quê? Porque o Ministério da Educação não tem quantidade nem qualidade técnica para fazer isso. Por isso, nós somos contra o Insaes.

O Insaes deve vir, sim, com regras claras, com a proporcionalidade necessária da representação da iniciativa privada. Se nós hoje matriculamos 72% dos estudantes no ensino superior, nós não somos culpados disso. Nós estamos agimos onde o Poder Público não entra. Se o Poder Público amanhã tiver competência financeira e técnica de qualidade para atender isso, ótimo. A Lei dos Sinaes não foi feita somente para as instituições privadas, ela foi feita também para as instituições públicas. Existem instituições privadas de má qualidade? Existem. Existem instituições públicas de má qualidade?

(Soa a campainha.)

O SR. CELSO DA COSTA FRAUCHES – Existem. Então, não vamos colocar a questão, e esse não é o foro adequado entre público e privado. A questão é: os Sinaes.

Em relação ao Fies, foi dito aqui e é importante afirmar o ganho social do Fies. Existem cálculos de economistas afirmando que o provável prejuízo financeiro que o Poder Público tiver com a não adimplência de todos os financiados pelo Fies vai ser coberto pelo ganho social, ou seja, pelo acréscimo de qualidade e de competência técnica e profissional dos profissionais formados financiados pelo Fies. Sem o Fies, esses quase 2 milhões de estudantes não estariam nas universidades públicas. De maneira nenhuma eles teriam condições de ingressar na universidade pública. Por que o Poder Público não abre as portas para ele e para os ricos? Por quê? Não é por culpa nossa. Nós atendemos uma demanda social legítima. Nós somos parceiros do Poder Público para alcançar os 33% de matrículas na educação superior até 2024. Nessa parceria, o Fies deve ser mantido nos parâmetros, nos moldes que o Ministério da Educação entender, desde que sejam previamente conhecidos tanto de estudantes como de alunos.

São essas as afirmações, em nome da Anaceu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Celso da Costa Frauches, que representou aqui a Associação Nacional dos Centros Universitários, fez suas ponderações e reclamações, apontando alguns caminhos. Com isso tudo, naturalmente, o Dr. Antônio Corrêa Neto vai ter a oportunidade de falar no momento em que for chamado, nesta última Mesa.

Mas vamos agora à Drª Maria Regina de Avila Moreira, 1ª Vice-Presidente da Andes.

Eu quero apenas registrar a presença aqui conosco de Michele Moura, da Fenep; Alisson da Costa Dias, que representa aqui o Senador Hélio José; Paulo Tarso, também do gabinete do Senador Hélio José; Daiane Rodrigues, do MEC; José Maurício Lima de Souza, do Fórum das Entidades de Ensino Superior; Anne Oliveira, representando a Estácio Ensino Superior; André João Costa, Vice-Presidente da UNE; Maria Regina Moreira, da Andes; Daniel Franco, também da Andes; e Fabíola dos Santos Borges, da Anaceu.

Por outro lado, também, não pensem vocês que o sistema interativo não funciona, porque funciona. Há aqui seis folhas de pessoas questionando. Eu vou deixar, primeiro, falar a nossa querida convidada da segunda Mesa e, em seguida, antes das considerações finais, farei a leitura das perguntas que estão aqui, à nossa disposição.

Então, passo a palavra agora à Srª Maria Regina de Avila Moreira.

A SRª MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA – Bom dia a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar os presentes, convidados que estiveram e estão à Mesa, e agradecer o convite ao Senador Paulo Paim.

Quero acreditar que o convite para o Andes estar aqui é no sentido de fazer, de fato, um debate em que se discutam diversas posições. Todos são conhecedores da posição do Andes, que tem, até então, pelas falas que ouvimos aqui, uma posição dissidente em relação ao que foi colocado, em que pese a concordância com vários aspectos que a Nara nos trouxe.

Temos uma avaliação bastante conhecida e explicitada, contrária a qualquer tipo de financiamento público a instituição de ensino privada, nem mesmo com caráter emergencial.

Mas gostaria de me manifestar, dizendo que não estamos sós nessa posição. Hoje, inclusive, dia 26 de março, é um dia importante para nós, porque é o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, com mobilização em vários Estados e que envolve não apenas segmentos diretamente relacionados com a educação, mas os diversos setores dos trabalhadores, da população, que defendem a educação pública totalmente gratuita e pelos 10% do PIB para a educação pública já.

Também é o dia em que o comitê nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já lança e protocola no MEC a cartilha, que está aqui, com a análise sobre a crise que estamos vivendo na educação, com os resultados que saíram do Encontro Nacional da Educação realizado em agosto de 2014, que reuniu centenas de pessoas, estudantes, professores e entidades.

A cartilha, além de uma caracterização do que vem sendo a privatização do direito à educação pública e suas perversas consequências, traz os eixos que nortearão a ampliação desse movimento. Aponta para a organização de encontros regionais que irão culminar num novo congresso, num encontro nacional em 2016. Esse informe é extremamente importante, porque, primeiro, a gente tem a possibilidade de socializar lutas que, em geral, são omitidas pela grande mídia e, depois, porque a posição do Andes, sindicato nacional, em relação ao tema desta audiência diz respeito ao debate mais amplo sobre o modelo de educação que defendemos.

O Andes defende a democratização do acesso universal à educação e, no caso, ao ensino superior. Portanto, qualquer medida para ampliação de vagas é na perspectiva da universalização ao acesso e permanência nas instituições de ensino públicas, o que significa o necessário financiamento para isso.

A opção dos últimos governos para cumprir metas quantitativas dessa ampliação e que estão sendo vinculadas às determinações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, estão concentradas em alguns mecanismos, basicamente o Reuni, cuja expansão foi sem contrapartida financeira de infraestrutura, de corpo técnico administrativo e de docentes e que, portanto, interfere na qualidade, e para dar conta da demanda, inclusive, foi intensificado o processo de terceirização cujos trabalhadores estão sofrendo as consequências do corte de verbas para educação.

Há diversas pesquisas que denunciam esse processo, que estão publicadas e disponibilizadas na revista periódica do nosso sindicato com o nome de Universidade e Sociedade, para quem quiser acessar e se aprofundar sobre o significado da expansão através do Reuni nas universidades.

Mas, principalmente, essa ampliação vem sendo efetivada por meio do financiamento público ao setor privado, com a instituição do ProUni e Fies, entre outros.

Segundo o Portal de Transparência, o custo do Fies em 2013 foi de R$7,5 bilhões em investimentos diretos e correspondem a mais de 40% do faturamento de parte de empresas educacionais, como bem falou a Nara, o que demonstra que o Fies é um grande salvador da inadimplência que atingiu o setor privado da educação. É o Estado, do nosso ponto de vista, socorrendo e contribuindo para a lucratividade do setor privado em detrimento do financiamento do setor público. O PNE aprovado, inclusive, que prevê os 10% do PIB até 2020, explicita bem a ampliação desse financiamento do setor público para o setor privado.

Assim, a avaliação que o Andes faz sobre as mudanças anunciadas para o Fies é de que, na realidade, elas fazem parte do pacote de ajuste fiscal. Nesse sentido, essas medidas para o Fies são menos pelas razões que foram propagandeadas de garantia da qualidade, porque se assim o fosse a expansão do ensino a distância,

a forma de implantação do Reuni não seria como estamos vivenciando nas universidades. Portanto, a leitura que temos dessas alterações é de que elas estão mais voltadas para cumprir a agenda do ajuste fiscal. Ou seja, integram o pacote anunciado, cuja meta em função do superávit primário é elevação de juros, aposta em medidas recessivas, corte de direitos, a exemplo das MPs 664 e 665, além do corte das verbas pela educação da ordem de 30%, enquanto o pagamento da dívida pública saca mais de 40% do Orçamento e o Governo sequer sinaliza para a necessidade de uma auditoria dessa dívida.

Essa perspectiva, sim, seria, de fato, compromisso em reverter a crise que nos assola e apostar em políticas públicas na direção do direito à vida, inclusive. Ao contrário, esse corte levou as universidades a atrasarem o retorno às aulas, ao não pagamento dos trabalhadores terceirizados, processo, aliás, que é o resultado do aprofundamento da privatização em curso no setor público. O Governo toma medidas que cobram dos trabalhadores o colapso em vez de cobrar dos segmentos que lucram com a própria crise.

Na realidade, tanto o Fies como o ProUni significam o sangramento de verbas públicas em benefício do lucro do setor privado, modelo, aliás, que na própria lógica do sistema predominante já deu mostra de esgotamento.

Diversos países que foram citados aqui, inclusive, estão revendo essa política, como o caso do Chile, a partir da ampla mobilização dos estudantes para os quais dirigimos especial atenção quanto à importância de sua mobilização e participação guiada pela seguinte questão: Que educação queremos e como? Inclusive, peço permissão para ler dois trechos de um *InformAndes* especial de 2014, que é um instrumento de divulgação das nossas lutas, que diz respeito a esse processo de endividamento, inclusive, em outros países e qual é a previsão para Brasil. Diz assim:

> *[...] os resultados dessa grande inversão indireta do dinheiro público em créditos estudantis têm se mostrado cada vez mais falha. De acordo com a revista Forbes, no ano de 2013, cerca de dois terços dos estudantes universitários [...] [dos Estados Unidos] estavam em dívida com seus financiadores. A média dessa dívida era de US$26 mil (R$62 mil), e um décimo dos estudantes devia mais do que US$40 mil. O valor total das dívidas estudantis era de US$1,2 trilhão, sendo US$1 trilhão proveniente de empréstimos públicos.*

Em relação ao Brasil, está colocado o seguinte:

> *O forte endividamento estudantil nos países citados [Estados Unidos e esta matéria fala da Alemanha e do Chile] a inadimplência que o acompanha podem ser presságios de um futuro não tão distante no Brasil. Em setembro de 2014, a empresa de serviços financeiros Morgan Stanley divulgou relatório no qual aponta preocupação para o crescimento da inadimplência dos estudantes favorecidos pelo Fies, que pode chegar a 27% em 2017. Segundo o relatório, a inadimplência dos empréstimos deve começar a aparecer em 2015, já que o programa se massificou em 2010, e os pagamentos são feitos apenas depois do término da graduação.*

Não é demais lembrar que o Fies não é, nem de longe, materialização da garantia do direito à educação, a conta chega e com juros.

Os contratos de financiamentos saltaram de 76 mil, em 2010, para 732 mil, em 2014, como também já foi dito. O repasse vai direto para as instituições e a cobrança vem para o estudante beneficiado. Portanto, a educação deixa de ser um direito e se consagra como um serviço, uma mercadoria que pagamos para resguardar o lucro do setor privado.

Na ótica dos direitos humanos, Senador Paulo Paim, o endividamento dos estudantes e suas famílias é uma realidade.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA – E essa é uma preocupação, são milhares sendo executados pelos bancos. Nesse sentido, prestamos toda nossa solidariedade ao sofrimento que tal política vem causando.

Da mesma forma, entendemos a angústia daqueles que querem acessar o ensino superior e sofrem com as barreiras já existentes e as que estão sendo criadas a partir da política de ajuste fiscal. No entanto, nós temos a convicção de que não é a continuidade, muito menos acertos no Fies, ProUni e outros que darão conta dessas necessidades.

Somos pela extinção de todos esses mecanismos que desviam verbas para o setor privado e chamamos as organizações estudantis, os estudantes e trabalhadores a defender de fato a educação como direito.

Já vou concluir.

Gostaria, antes de concluir, de dizer que hoje, além de ser um dia nacional de luta, vários trabalhadores da educação estão paralisados. Nós temos os professores de São Paulo, nós temos os professores do Pará, recentemente tivemos os professores do Paraná.

Portanto, fazendo essa saudação àqueles que lutam pela educação pública, a gente gostaria de deixar claro que a posição do Andes é da defesa da educação como fundamental, mas a construção de uma sociedade soberana e independente só pode se viabilizar com total financiamento e responsabilidade executiva pelo Estado.

É nesse sentido que a gente agradece a possibilidade de colocar a nossa posição.

Estamos à disposição. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Maria Regina de Avila Moreira, que falou pelo Andes, deixando clara a posição do Andes.

Nós vamos agora para as considerações finais.

Como o Sr. Antônio Corrêa Neto fala pelo MEC, ele vai fazer o encerramento.

Nós vamos dar a palavra a cada um de nossos convidados, por algo em torno de cinco minutos, para as considerações finais.

Começamos com a nossa querida Presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros.

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Quero agradecer ao Senador Paim pelo convite e a esta Comissão, bem como saudar todos os convidados.

Eu queria colocar a UNE à disposição de todos os estudantes que estão sofrendo prejuízo com as novas regras para que que a gente possa, em cada universidade do País, lutar pela ampliação dos direitos estudantis.

Inclusive uma coisa que eu acho importante colocar, que eu não coloquei na minha intervenção inicial, é que muitas universidades estão cobrando dos estudantes a diferença entre o valor do aumento da mensalidade e o ajuste da inflação. Isso não é correto. Não só não é correto como isso ilegal, isso é irregular. E eu acho fundamental que todos os estudantes possam denunciar.

Eu acho que essa discussão do Fies nos ajuda a discutir, para além de um modelo de educação, a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro. É claro que existe muita resistência no espaço da universidade, um espaço que sempre foi elitizado, a você ter pela primeira vez os filhos da classe trabalhadora ingressando no ensino superior, seja através de políticas como a ampliação de vagas nas universidades federais, seja de ProUni ou Fies. O espaço da universidade, em que pese a sua composição social, começa a mudar para que cada vez mais jovens filhos da classe trabalhadora ingressem na universidade. A estrutura institucional da universidade, seja pública, seja privada, ainda é uma formação institucional profundamente elitizada, que inclusive não valoriza a inteligência estudantil no crescimento da instituição.

Eu acho que é fundamental que a gente consiga aproveitar esta oportunidade em que todo o País está debatendo um tema relativo à educação para retomar um debate mais amplo sobre uma reforma universitária democrática no nosso País, uma reforma universitária que venha para regulamentar o ensino superior privado, que venha para radicalizar o acesso ao ensino superior brasileiro e que venha para garantir cada vez mais qualidade no processo de expansão do ensino superior do nosso País.

Então, a UNE está à disposição de todos os estudantes do País para lutar pelos seus direitos. Já estamos fazendo manifestações em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no norte do País.

Na Universidade de Fortaleza por exemplo, no Ceará, a luta estudantil conseguiu reduzir o reajuste da mensalidade. E eu acho que é importante que a gente aproveite essa oportunidade para debater a ampliação dos direitos dos estudantes no ensino superior e não uma restrição de direitos.

Então, a UNE fica à disposição dos estudantes de todo o País e à disposição para o diálogo com a sociedade, para que a gente consiga cada vez mais ampliar o acesso à educação superior do nosso País, ampliando os direitos dos estudantes de todo o País e sendo intransigentemente contra qualquer forma de restrição ao direito dos estudantes no País inteiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Virgínia Barros!

Virgínia Barros é Presidente da UNE e ficou exatamente dentro do tempo combinado, dando-me até uma folga de um minuto e meio.

Vamos, de imediato, agora, conceder a palavra à Srª Nara Teixeira de Souza, que aqui representa a Contee.

A SRª NARA TEIXEIRA DE SOUZA – Vou ler o final da nota que distribuímos para todos os presentes:

Sabemos que as medidas foram tomadas devido à contenção de gastos, mas são medidas corretas. Em vista disso e de tudo o que foi exposto tanto por nós como pelos outros companheiros aqui, a Contee reivindica do Congresso Nacional uma posição firme sobre a questão, inclusive com o apoio do grupo formado pelos Ministérios da Educação e da Justiça, para analisar as mensalidades cobradas em cursos superiores financia-

dos pelo Fies, a fim de evitar cobranças abusivas que comprometam tanto a oferta do financiamento como o pagamento futuro pelos estudantes.

É fundamental também que os Srs. e Srªs Parlamentares atuem em defesa da aprovação do Insaes, da implementação do Sistema Nacional de Educação até junho do ano próximo, como determinado Plano Nacional de Educação, e da regulamentação da educação privada.

A educação é um direito constitucional de todos os cidadãos e cidadãs e não pode continuar sendo tratada como mercadoria, ainda mais com a utilização de recursos públicos, que deveriam ser investidos no fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Acho que esse debate, volto a falar para nós, serve como pontapé inicial para, realmente, aprofundarmos essas discussões, não só a questão do Fies e do Pronatec, como também a questão da qualidade e diversas questões que interferem na qualidade da educação superior brasileira e da educação fundamental.

Temos muito interesse em fazer essa discussão. Então, acho que, mais uma vez, esta Comissão de Direitos Humanos serve para que possamos discutir com toda a sociedade e esclarecer isso.

Senador, muitas pessoas acompanham direto a Rádio. Meu companheiro, que trabalha o dia todo ali, não perde um programa. Às vezes, até achamos que não há muita gente que escuta um debate como este. Muita gente o escuta, muita gente o acompanha.

Então, temos a oportunidade de contar com as Casas abertas para podermos discutir e nos posicionar. Muitas vezes, nossos posicionamentos acabam não chegando ao contingente de pessoas que nós gostaríamos de atingir. Então, este é um espaço fundamental. Acho que esta discussão hoje, nesta Casa, como já coloquei, Senador, trata da questão dos direitos humanos, da cidadania. A gente tem de aprofundar esse debate, que é tão caro e tão precioso para todos e todas no nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Profª Nara Teixeira de Souza, que aqui falou pela Contee.

Agora, vamos, de imediato, conceder a palavra ao representante da Associação Nacional dos Centros Universitários, Sr. Celso da Costa Frauches. Por favor!

O SR. CELSO DA COSTA FRAUCHES – Para encerrar, nós só queríamos acentuar a importância do Plano Nacional de Educação, do seu cumprimento. O Plano Nacional de Educação resolve todas essas questões público-privadas, o financiamento do Poder Público para instituições privadas. Isso teve amplo apoio da sociedade.

Foi feita a Conferência Nacional de Educação, na qual eu estava presente, com a participação de todos os sindicatos, da CUT, de entidades educacionais públicas e privadas. Houve os fóruns regionais. E ali ficaram estabelecidas metas, que hoje são leis. Essas metas atribuem estratégias para o cumprimento e a ampliação do ProUni, do Fies e também da educação pública básica, a qual, talvez, seja o problema mais sério da educação brasileira.

Se nós dermos atenção para a educação básica pública, que não é desenvolvida pelo Governo Federal, mas, sim, pelos Estados e pelos Municípios – talvez, aí o acompanhamento do Ministério da Educação tenha sido, até agora, bastante frágil –, esperamos que o Congresso Nacional – Senado Federal e Câmara de Deputados, especialmente suas Comissões voltadas para a educação – acompanhe o cumprimento do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio.

O primeiro Plano de Educação não teve acompanhamento nenhum. O Ministério da Educação não fez nenhuma avaliação, o Conselho Nacional de Educação não fez nenhuma avaliação, as Comissões de Educação da Câmara e do Senado não fizeram nenhuma avaliação. Por isso, ele não foi cumprido.

Esperamos que, agora, o Ministério da Educação, realmente, cumpra o Plano Nacional de Educação, mas, além disso, tenha instrumentos para cobrar dos governos estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios os Planos Estaduais e Municipais de Educação. Esse é o grande problema, porque, se tivermos uma educação básica pública, da qual fazem parte cerca de 80% dos estudantes, nós teremos, sem dúvida, acesso muito mais possível para os jovens de baixa renda nas instituições públicas, porque, tendo uma formação básica de qualidade, sem dúvida, eles terão condições de concorrer, com igualdade de condições, com a classe média, com os alunos das escolas particulares, que têm formação adequada para enfrentar e superar os vestibulares das universidades públicas e, agora, este obstáculo que é o Enem.

Então, a nossa fala final é só para isto: pedir ao Ministério da Educação que cumpra e que faça cumprir o Plano Nacional de Educação para este decênio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Celso da Costa Frauches, que representou aqui a Associação Nacional dos Centros Universitários.

Agora, passamos a palavra à Srª Maria Regina de Avila Moreira, que aqui falou pela Andes.

A SRª MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA – Bem, nós também gostaríamos de agradecer a possibilidade de estarmos aqui, neste espaço, colocando a posição do Andes – Sindicato Nacional, que, como disse, não é só do Andes, mas de uma parcela dos trabalhadores e da população; parcela de estudantes que defendem, na verdade, uma perspectiva da educação.

O debate que está colocado hoje, aqui, nesta reunião, para nós, Senador, não é pontual, não é apenas de gestão, problemas de gestão ou de regras, mas é fundamentalmente de concepção de educação. Que educação queremos e como queremos. Foi dito aqui, em determinado momento, que faz contrato de financiamento quem faz essa opção, quem pode fazer. E a gente sabe que a realidade não é essa. Ora, paga a instituição privada quem faz opção e quem pode, mas o acesso e o direito à educação tem que ser para todo mundo, inclusive com ampliação do acesso e da permanência. Não adianta garantir o acesso, se a gente não tiver uma política de permanência. E nós, que estamos nas universidades federais, estamos vendo o que é a restrição da Política de Assistência Estudantil, por exemplo. Esse debate, para nós, é fundamental.

Para finalizar, quero fazer um chamado. Hoje, há mobilizações em todos os Estados. Que estudantes e trabalhadores participem desse processo de mobilização em defesa, porque, para nós, o único diálogo possível é o de defender os 10% do PIB para a educação pública já.

Muito obrigada e um bom-dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Maria Regina de Avila Moreira, que falou pela Andes, defendendo o seu ponto de vista na concepção da educação do nosso País.

Na sequência, vamos à Srª Elizabeth Guedes, que é Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e ao representante da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep). Por fim, o Sr. Antônio Corrêa.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Obrigada, Senador Paim.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui com o senhor e com todas as pessoas da Comissão de Direitos Humanos.

Vou começar minha fala fazendo uma pequena correção à minha querida amiga Nara. A Kroton não poderia ter 60% dos contratos do Fies porque isso é mais do que ela tem de alunos presenciais. Mas vou pegar esse número e vou te dar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Dela também não tem, não. Dela está 40.

Bom, eu queria voltar para o nosso querido Toninho. Lutamos a boa contenda. Somos executivos com energia. Quero dizer para ele o seguinte: a Vitória pode ficar tranquila. Nós não vamos ter mais problema de trava de 6,14, porque, se você garante que todos os contratos serão aditados e que eles não serão quebrados, eu saio daqui feliz.

Ou seja, o MEC vai respeitar o que estava escrito, porque a trava de 6,40, Toninho, existia sim. Ninguém falta com a verdade quando diz que ela existe. Sabe por quê? Porque não é possível que todas as escolas do Brasil inteiro parem na mesma tela e com a mesma mensagem. Então, eu fiquei tranquila com a sua fala, estou saindo daqui feliz da vida, e lhe agradeço.

Queria voltar um pouco também à questão da nossa colega da Andes. Respeito muito a sua posição, sou aluna de universidade federal – meu mestrado foi feito na Fundação Getúlio Vargas, mas eu me formei na UFRJ –, mas a Constituição diz, quanto à educação, no art. 209, que a iniciativa privada pode exercer esse papel – da mesma forma que discutimos isso com a Contee.

O ambiente de crédito estudantil lá nos Estados Unidos, que a professora leu, é totalmente diferente do ambiente do Fies, totalmente diferente. O perfil das dívidas é totalmente diferente. O Toninho, inclusive, explicou qual era o perfil, o alongamento etc. Eu também adoraria que tudo pudesse ser público e gratuito, mas alguém tem que trabalhar para pagar imposto, senão esse dinheiro vem de onde? Vamos fazer uma maquininha e fazer dinheiro? Eu adoraria que pudesse ser assim. Eu também gostaria de continuar estudando de graça, gostaria que tudo fosse de graça, transporte de graça... Agora, eu quero saber de onde é que esse dinheiro vem se não vem de impostos. Por isso eu sempre discuto a questão do recurso público. Não existe recurso público... O governo não produz recursos, quem produz recursos somos nós, empresários, que trabalhamos e recolhemos impostos ao governo. E concordo com a Profª Nara: ninguém pode ter um tostão de subsídio se não tiver todos os seus impostos pagos e se não tiver qualidade acadêmica – concordo com a senhora, vamos chegar ao mesmo lugar por caminhos diferentes talvez.

E a última coisa que eu queria separar era o seguinte. A restrição orçamentária que está sendo feita às universidade federais nada tem a ver com o problema orçamentário do Fies, são coisas diferentes, são caixas que não se comunicam inclusive. O orçamento das universidades federais vem de... Você pega o manual téc-

nico e vê lá que a origem do recurso é uma, é uma classificação de despesa. O Fies vem de uma classificação de despesa totalmente diferente, e é financiamento, a gente espera que o aluno pague.

Então, eu acho que, de tudo isso, Senador, o que fica para nós é o seguinte: nós vivemos numa democracia na qual a ampla diversidade de opiniões deve continuar a existir e, acima de tudo, nós temos constituições e temos leis – senão vamos voltar para a barbárie. No dia em que eu achar que a minha opinião... Vamos acabar com tudo ou vamos fazer do jeito que eu acho: a vida vai ficar muito difícil para todos. O seu exemplo é um exemplo de democracia, de tolerância e de diálogo, o que eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, D.Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Anup e que também aqui representou a Fenep. Permita-me citar uma frase que até usei em artigo que foi publicado por alguns jornais, uma frase que diz o seguinte: "Fora da lei não há salvação" – frase de Rui Barbosa. Estou me referindo àqueles que queriam suscitar o debate do *impeachment* sem nenhuma sustentação legal. Não peguei só a ideia de Rui Barbosa, mas peguei a de outros juristas conceituados que diziam isso. E eu me socorri, inclusive, naquele momento – só para enriquecer o debate – de um grande revolucionário gaúcho lá dos meus Pampas. Ele disse lá na Revolução de 30, se não me engano: "Eu quero leis que governem homens, eu não quero homens que governem leis."

Por isso, eu acho que é importante este debate democrático que aqui fizemos, no qual cada um coloca o seu ponto de vista. Isso é muito bom! Que bom que a Andes coloca aqui seu ponto de vista de forma firme e clara. E é nesse debate que podemos avançar, é essa a esperança que tenho em nosso País – quero receber, inclusive, o documento que a senhora me apresenta em defesa da educação pública. E esse debate nós vamos construindo.

Claro que eu também, conforme as concepções colocadas, acho que é fundamental o ensino livre, público e gratuito, mas enquanto não chegamos lá, vamos ter que fortalecer todos os passos possíveis. Eu, particularmente, sempre defendi – votei a favor e não posso negar –, votei a favor do ProUni, votei a favor da política de cotas e votei, sempre, nas propostas que aqui chegaram, do Fies e tantas outras. Mas o debate é que enriquece.

Apenas fiz questão de deixar claro a importância de estarmos discutindo educação na Comissão de Direitos Humanos, porque é efetivamente uma questão de direitos humanos. Estou convencido disso. Tenho o maior carinho pelas outras comissões, e esse é um tema que vai ser discutido, sim, na Comissão presidida por meu amigo Romário. Eu até disse a ele que faremos o debate lá também, tanto o do Pronatec como o do Fies e de todo o sistema de educação. E todos desta Mesa, a depender do requerimento que lá apresentei, estarão convidados. Todos que estão aqui neste momento.

Vou passar a palavra para o Sr. Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão, mas me permita, por uma questão até de compromisso meu, fazer a leitura das perguntas que vieram. Vou ler todas, leio sempre todas, antes de passar a palavra, se assim o entender, para o meu querido Senador Telmário Mota, um Senador que, eu diria, é uma grata surpresa para mim aqui no Senado, pelas posições que percebo que ele assume e defende. Esse é um Senador dos nossos. Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quando digo "nosso" é porque ele defende... Se V. Exª quiser falar agora, pode falar, antes que eu dirija a palavra para o Sr. Antônio Corrêa Neto, que aqui representa, e muito bem, o Ministro da Educação, no meu entendimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu quero apenas mais uma vez parabenizar V. Exª e todos que compõem esta Mesa para discutir um tema tão importante.

V. Exª começa a trabalhar muito cedo. Não é fácil. Não é que eu não chegue cedo, mas eu tinha outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Alguns me pediram: "Às 8 horas não, Paim!". Eu disse: "Está bom, às 9 horas".

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E eu estava ansioso para chegar aqui, mas estava até agora debatendo a Medida Provisória nº 664, de que sou o Relator revisor, e V. Exª é campeão de emendas, tem mais de trinta emendas. Ao todo, são quinhentas e tantas emendas. Nós estávamos debruçados sobre essa causa, uma causa que envolve toda a sociedade, pois são muitos os direitos. Então, estávamos atarefados com isso, mas eu estava muito ansioso para chegar até a comissão de V. Exª, Senador, porque é prazeroso. Eu sei que V. Exª faz isso com muito amor, um Senador com mais de 34 anos de atividades no Senado, mas que parece um calouro. Chega cheio de razão, cheio de energia, cheio de motivação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E de muita rebeldia, segundo alguns.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – V. Exª realmente faz esta Casa cumprir com o seu papel. Com toda a sinceridade, talvez seja um dos poucos que olha e faz esta Casa olhar as pessoas como deve olhar, com o olhar humano, com o olhar respeitoso, com o olhar democrático, de brasilidade, de cidadania.

Seria muito bom se todos os componentes desta Casa – eu não me refiro aos servidores não, que trabalham com perfeição, mas aos temporários, que são os Senadores – tivessem a sua característica, o seu perfil. O Brasil estaria bem servido, como está bem servido o Rio Grande do Sul.

Eu quero comentar este assunto, mas quero, naturalmente, ouvir mais pessoas, porque ouvi uma pergunta interessante ainda agora, e acho que tenho, aparentemente, um caminho para responder.

Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, grande Telmário Mota, Senador do PDT. Temos conversado muito e trocado informações, e confesso que estou aprendendo muito com V. Exª.

Permita-me agora, representante do Ministério da Educação, Sr. Antônio Corrêa Neto, que eu leia as perguntas.

Pergunta de Carla Monteiro: "Estudantes que necessitam do Fies no segundo semestre, serão abertas novas vagas ou em 30 de abril terminará definitivamente?".

Terminará o Fies, enfim. Ela usa ponto de interrogação. Vou tentar ler rápido.

Pergunta de Jequiel Nunes de Camargo: "Boa tarde. Eu me chamo Jequiel Nunes de Camargo. Sou bolsista parcial do ProUni, mas estou enfrentando dificuldade para realizar minha inscrição no SisFies para cobrir o restante da mensalidade. Quando a bolsa do ProUni irá aparecer no SisFies para que eu possa concluir a inscrição?".

Outro, Tiago Henrique Lemos Lima: "A educação, cuja importância é tão inestimada para os rumos desta Nação, está sendo negligenciada pelo Governo. O que deveria ser prioridade, junto a outras medidas. A sociedade pede que se regularize. Só quem perde é o povo pobre, que sonha em ter uma vida melhor."

Ele está dizendo da regularização do sistema de cadastro do Fies, pelo que entendi.

Douglas Sella: "Limitação junto aos novos contratos do Fies não seria inconstitucional? Uma vez que não há nenhuma avaliação que diferencie os candidatos, não há mérito e muito menos avaliação, é por ordem de chegada. Mas que chegada? Quem controla um sistema que o tempo todo está *off-line*!"

Pergunta de Adriana Alves de Lima: "Por que não consigo fazer o cadastro no Fies se a faculdade diz que as vagas são ilimitadas ? Estou tentando desde o primeiro dia de inscrições e recebo a informação de que as vagas já esgotaram."

Pergunta de Geovanni Oliveira: "Duzentas mil vagas para novos contratos do Fies,segundo o ministro. Gostaria de uma explicação sobre o erro "M321 – O limite de financiamento disponibilizado para esta Fies está esgotado. Qual é o real sentido deste erro? Significa mesmo que a Fies não tem mais financiamento?"

Jaqueline Nogueira Guinossi, de São Paulo: "Informo que o *site* do Fies está apresentando problemas e que, por isso, os alunos não estão conseguindo concluir o cadastro."

Luciano Passarelli: " Bom dia! Quando vão ser resolvidas as dificuldades que a grande maioria dos estudantes estão tendo para conseguir a adesão do Fies? O *site* continua lento e apresentando erros."

Aí vem o Geraldo Fonseca Mota: "Se após a inscrição do Fies ser concluída, determinando um percentual de 75%, com a documentação correta, por que as escolas interferem obrigando a baixar o percentual para 50%?"

Aí vem Elisângela de Brito Negreiros, que diz: "Estou tentando o financiamento no Fies desde 23 de fevereiro, quando foram abertas as inscrições de novos alunos. Eram vagas limitadas, mas uma semana depois determinaram que houvesse cotas, porém os procedimentos foram mudados sem aviso prévio."

Aí vem Odirlei Colzani: "Bom dia! Como se pode negar o Fies para os estudantes que participaram de processos seletivos, anteriormente à portaria que foi modificada em 29/12/2014? Pois não foi respeitado o princípio da publicidade."

Vem Odirlei Colzani de novo; é a segunda pergunta dele. Pode-se fazer mais que uma pergunta: "Bom dia! Por que em alguns contratos o governo têm como garantia de pagamento a assinatura do estudante, do fiador e do FGEDUC, mas na cláusula 12ª, parágrafo quarto, não dá garantia nenhuma para o empréstimo global que consta na cláusula terceira? Isso não seria estelionato?"

Pergunta a cidadã Denise Cordeiro dos Santos: "Por que a inscrição do Fies tem tanta burocracia, sendo que é público? Informo que há muitos pais que contam com o Fies para que seus filhos cursem faculdades particulares, já que não possuem condições de custearem os altos valores das mensalidades."

Geovanni Oliveira: "Pessoal, foco no debate! Não adianta ficar enaltecendo o programa; isto é óbvio: o Fies é um bom programa. O problema hoje é sistêmico: *site* fora do ar, erros imposto pelo MEC nos cadastros que estão impedindo de estudantes concluírem as inscrições, seja para aditamento ou novos contratos."

Denise Cordeiro dos Santos, mãe de Fernanda, cursando Medicina na Faciplac: "Importante ressaltar que há muitos pais que deixaram seus filhos prestarem vestibular numa faculdade particular justamente por causa do Fies,e agora essa insegurança toda,o difícil acesso ao *site*..."

Odirlei Colzani: "Nós aqui, do DCE/FURB, entendemos que, devido à falta de legalidade (as novas regras não estão escritas e não foram publicadas... Logo, todos os novos estudantes que quiserem devem ter os seus

contratos financiados. Afinal, o governo veiculou a campanha: "Com o Fies dá!". E agora?" Está cobrando que o Fies tem que continuar firme e forte.

Denise Cordeiro dos Santos: "Por que a dificuldade em conseguir a adesão ao Fies, sendo um direito do cidadão? Foi imposto que o aluno fizesse o Enem e fizesse mais de 450 pontos para conseguir o Fies. Então, por que essa dificuldade?"

Jaqueline Nogueira Guinossi: "Estamos vivendo dias terríveis! Passamos dias, noites e madrugadas em busca da realização do sonho de minha filha cursar sua faculdade. Para ter a chance de ter o Fies foi necessário fazer a matrícula... 3 mensalidades atrasadas. Nos ajudem com providências satisfatórias."

As últimas duas perguntas.

Paula Cristina Da Silva: "O que está acontecendo com o sistema de cadastro no Fies? Muitas pessoas estão tendo problemas de acesso à página. É possível esclarecer?"

Acho que essa pergunta é meio geral e seria importante que o senhor a repetisse, se possível.

Pergunta de Geovanni Oliveira: "Sr. Antônio Corrêa Neto, qual a explicação do governo sobre esse problema do Fies?" E fala de novo aqui – eu não o conheço esse sistema, naturalmente, porque não uso Fies – no M321.

Deve-se explicar o que é porque, para quem nos está assistindo, eu falei tantas vezes M321 e a maioria não sabe o que é o M321, como eu também não sei.

"'O limite de financiamento disponibilizado para esta IES está esgotado' que está impedindo a conclusão da inscrição de milhares de estudantes? Significa que acabaram as vagas do Fies?"

Essas são as perguntas. Eu já combinei aqui com o Dr. Antônio Corrêa Neto. Ele levará todas as perguntas, vai nos devolver por escrito e vamos dar retorno a essa moçada aqui. Pela mesma forma que chegou, vamos mandar de volta.

Está entregue em suas mãos.

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se puder responder as gerais...

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Das demais nós faremos o encaminhamento combinado.

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Bom, primeiramente ratifico aqui, faço minhas as palavras do Ministro, ontem, na Comissão da Câmara dos Deputados, da garantia da formalização de todos os contratos formalizados no âmbito do Fies até 31 de dezembro de 2014, sem quebra de contrato. Não existe quebra de contrato. Tudo que foi pactuado entre o estudante e o Fundo de Financiamento Estudantil será cumprido e será mantido. Essa é a posição número um.

As novas inscrições continuam abertas. Os estudantes continuam fazendo inscrição. Nós já estamos hoje com 275 mil acessos entre estudantes que estão em preenchimento e estudantes que já conseguiram concluir a sua inscrição. Então, continuam abertas as inscrições ao Fies até o dia 30 de abril.

A exigência da nota de corte de 450 pontos é a partir de 30 de março. Portanto, aquele estudante que fez o Enem só para cumprir a norma e tirou zero, o importante é que ele foi a todos os dias de prova e até o dia 30 de março ele tem direito ao financiamento nessas condições.

O Fies não acaba aqui, é uma política pública de sucesso, uma política necessária e não vai ser possível atender a toda demanda pelo ensino superior em um semestre, em um ano. Isso será cumprido, será mantido o pacto das metas que estão disciplinadas no PNE. Eu costumo dizer: e isso independe de Governo, o PNE não é um plano de Governo, o PNE é um plano de Estado. Então, independentemente de Partido, independentemente de Governo, ele tem uma vida longa, ele termina em 2023. Então, não há com o que se preocupar: a política não mudou, as metas não mudaram. Estamos convictos de que vamos cumprir as metas do PNE.

Bom, com relação às perguntas dos estudantes, o mais recorrente é a questão de funcionamento do SisFies. Eu já tive oportunidade de esclarecer aqui o que está gerando essa lentidão no sistema, essa demora na conclusão das operações. Não é nada premeditado, é um problema de sistema, ou seja, dada a quantidade de acessos simultâneos, que eu já expliquei aqui, a variação entre esse mesmo período do ano passado e este ano é uma coisa fora da curva, fora do ponto. Inclusive ontem, ainda em contato com o diretor de tecnologia do Ministério da Educação, o MEC está trabalhando no novo banco de dados com uma nova *performance*, já está em testes de aplicação e muito provavelmente a gente tenha condição de colocar isso no ar entre este final de semana e o início da próxima semana. Talvez tenhamos para fazer essa implementação que tirar o sistema do ar por um dia.

Então já vou avisar que, se isso for feito, não se assustem. É para melhorar a performance do sistema e os estudantes conseguirem com mais agilidade completar essas operações.

Outra coisa é a questão da redução do percentual de 50%. Realmente o que define o percentual de financiamento do estudante são as regras que estão implementadas no sistema. Então, se alguma faculdade está tolhendo o estudante do direito de obter o percentual de financiamento que lhe é devido, ele, por gentileza, pode usar os canais de comunicação, de atendimento institucional do fundo e nos comunicar, porque nós vamos tomar providência.

Acho, Senador, que é basicamente isso. Vamos responder sim, vamos mandar a resposta.

Quero mais uma vez agradecer o convite pela oportunidade de o Ministério estar esclarecendo aqui, prestando informação sobre a operacionalização do fundo, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e nos colocar à disposição de todos: da Câmara, do Senado, da sociedade e dos estudantes no FNDE.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Antônio Corrêa Neto, que falou pelo Ministério da Educação. Eu queria cumprimentar V. Exª e todos os nossos painelistas, um carinho especial ao Senador Telmário Mota, que fez questão de dar uma passada aqui para cumprimentá-los. Vamos conversar um pouco depois. E dizer que, para mim, como Presidente desta Comissão...

Eu tenho dito o seguinte, Sr. Antônio Corrêa Neto, que aqui fala em nome do Ministro: eu não sou daqueles presidentes de comissão que entendem que em todas as comissões o Ministro tem que estar presente. Eu acho que o bom Ministro é aquele que tem os seus colaboradores, os seus adjuntos, aqueles que trabalham em equipe que tenham capacidade de falar pelo Ministério. E V. Exª falou aqui muito bem, em nenhum momento deixou dúvida sobre qual é a posição do Ministério sobre o tema.

Senador Telmário, nós somos testemunhas. Se os Ministros vierem em todas as audiências públicas, nós vamos ter que aumentar o número de Ministérios para atender a todos. E todos nós sabemos que não é essa a intenção do povo brasileiro, pelo contrário. Se depender da opinião pública, é para diminuir o número de Ministérios.

Então o que nós temos que ter é isso. Por isso, de minha parte...

O que eu fico chateado mesmo, permita-me V. Exª, que aqui representa o Ministro, é quando você faz com todo o respeito, com todo o carinho. Ninguém inventa audiência pública. As audiências públicas, elas são demandas da sociedade. A gente pega o que mais a sociedade está pedindo que a gente debata e traz, como é o caso hoje do Fies. Vocês viram aqui o número de perguntas, que foram selecionadas para não serem repetitivas. Esta foi uma das audiências para onde mais vieram perguntas da população.

Eu fico chateado quando se faz o convite a este ou àquele Ministério, o camarada não responde e nem sequer manda um representante.

Como eu estou no Parlamento, como você disse, há quase três décadas ou há algo tem torno de três décadas, eu vi muito isso acontecer, independente do governo. O mínimo de consideração com a Casa Legislativa... Eu digo que o mínimo não é só mandar uma cartinha. Mande um representante! O bom Ministro para mim é aquele que é bem assessorado. Se está bem assessorado, ele não tem problema algum em mandar um representante para responder pela sua pasta.

Enfim, nós terminamos. Esse debate não termina aqui. É claro que ele continua.

Quero agradecer muito a todos vocês.

Eu sou daqueles que batem na mesma tecla: sem educação não há solução. Essa é uma marca. E qualquer revolução democrática passa pela educação. Por isso nós tínhamos que debater esse tema. Vamos continuar debatendo-o, inclusive em outras comissões, somente com um objetivo: que cada vez mais a gente faça com que a educação chegue a todos os brasileiros e brasileiras. Oxalá um dia a gente não tenha que discutir somente qual é o percentual que vai chegar ao nível superior. Que todo brasileiro tenha essa oportunidade.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia trinta de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, José Medeiros e Hélio José. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta:

Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nºs 15 e 29, de 2015, aprovados em 03/03/2015 e 18/03/2015, respectivamente, ambos da autoria do Senador Paulo Paim, que requerem a realização de Audiência Pública para debater a Mobilidade Urbana, Acessibilidade, a importância do uso das bicicletas no Transporte Urbano e as Mortes no Trânsito – a ilusão do transporte individual. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ronaldo Alves, Gerente de Acessibilidade e Transporte Cicloviário – Secretaria de Mobilidade do DF; Profº. Fábio Iglesias, Subchefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Professor do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília – UnB; Profª. Maria Rosa Ravelli de Abreu, Doutora do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília – UnB; Edson Nunes, Inspetor - Chefe da Divisão de Planejamento Operacional da Coordenação-Geral de Operações da PRF; Carlos Henrique Rubens Tomé Silva, Secretário de Mobilidade do Distrito Federal; Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - representante do Ministério das Cidades; Alberto Angerami, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) – representante do Ministério das Cidades; Cláudia Maria Cristina Macke Miani, Jornalista e Coordenadora desde 2004 do Programa de Prevenção de Acidentes da Rede SARAH ; Henrique Luduvice, Diretor Geral do DER-DF; Profº. Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas e Representante do Blog Ambiente e Transporte; Renata Florentino, Secretária Institucional da ONG Rodas da Paz; Uirá Lourenço, Colaborador do Mobilize; Paulo Henrique da Silva Santarem, Representante do Movimento Passe Livre; Nazareno Affonso, Coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos – MDT/ANTP – e Ex-Secretário de Transporte do DF. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: Enviar ofício ao presidente do Senado informando que a CDH aprovou encaminhamento solicitando a colocação em pauta da PEC nº 74 de 2013, "que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social". O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Hélio José e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 15 e 29, de 2015, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, para debater mobilidade urbana, acessibilidade, a importância do uso das bicicletas no transporte urbano e as mortes no trânsito. Aqui, claro, vai ter muito a ver com transporte individual.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas aos nossos convidados podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link: bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Teremos três Mesas, pela importância do tema, cuja introdução vou fazer rapidamente. Depois, vamos montar a Mesa.

Como a nossa audiência pública é transmitida ao vivo para todo o Brasil por todo o sistema de comunicação aqui do Senado – rádio, agência e TV –, vou situar para aqueles que nos estão ouvindo ou aos que estão nos assistindo pela TV Senado um dos motivos desta audiência pública – naturalmente, os nossos convidados vão enriquecê-la muito mais.

Podemos adiantar que faremos tantas audiências públicas quantas forem provocadas pela sociedade para debater um tema.

Vou mostrar números. Fui provocado para esta audiência pública por números assustadores.

Rapidamente, faço aqui, antes de montar a Mesa, uma introdução. Nesta audiência, vamos debater os avanços e retrocessos da mobilidade urbana no Brasil e, como propõe o tema, a ilusão do transporte individual, motorizado ou não, e a sua importância.

Infelizmente, só na última hora, pelo menos seis pessoas perderam a vida em alguma estrada do País por acidente. Repito: infelizmente. Lembro aqui que um avião caiu nos alpes franceses há poucos dias, uma tragédia que comove o mundo todo. Houve 150 mortes. Vamos aqui, sim, fazer uma homenagem aos faleci-

dos e lamentar o que houve na cabine do piloto. Assim mesmo, queremos lembrar que essa tragédia noticiada deixou em estado de choque o mundo todo, mas é bom lembrar que, aqui no Brasil, morrem 136 pessoas por dia em acidente de trânsito, quase um avião *boeing* por dia. Estimativas apontam cerca de 50 mil mortos ao ano, dos quais 43 mil falecidos no primeiro momento do choque fatal, índice que se assemelha, queiramos ou não, às guerras que chegam a durar anos e anos no mundo.

A cultura "rodoviarista" foi implantada nos anos de chumbo no Brasil pelo estímulo às fábricas multinacionais de carros. Não tenho nada contra elas; que venham tantas fábricas multinacionais para o Brasil quantas queiram, porque estarão gerando emprego, mas temos também de olhar outras formas de transporte. Aqui, já estou até saindo do texto.

O sistema ferroviário, metroviário, enfim, as bicicletas, vão ser um dos pontos a serem aprofundados aqui.

Apesar da importância da indústria para o emprego de milhares de trabalhadores – eu mesmo sou metalúrgico –, a lógica do transporte, focada apenas no veículo do transporte e no transporte rodoviário, dá, com certeza, sinais de desgaste. O abandono das linhas de trem e demais formas de transporte urbano, como o metrô, também aponta uma falha de nós todos em relação não só ao presente, mas também ao futuro.

É cada vez mais difícil compreender as críticas de alguns setores da sociedade – alguns setores, não todos –, como aconteceu, recentemente, em São Paulo, onde se tentou implementar – no meu entendimento, corretamente – ciclovias e ciclofaixas. Houve protesto contra a implantação dessa forma de transporte baseado nas bicicletas, adotada nas principais potências do mundo. Lá provou-se que pode dar certo, e não só pode, como deu certo.

Lembro aqui a minha capital – minha capital porque sou do Rio Grande –, a capital de todos os gaúchos e gaúchas, Porto Alegre. Num dia de manifestação ciclística, em que centenas de pessoas, famílias, crianças andavam nas ruas de bicicleta, houve lá uma grande tragédia: um motorista irado, irritado, avançou sobre o grupo, num ato de covardia, atropelando pelo menos nove pessoas.

A realidade é dinâmica. A história traz a evolução tanto no Parlamento, quanto na sociedade civil organizada, construindo alternativas cada dia mais reais.

A busca pelo transporte público de qualidade foi um dos estopins das manifestações também conhecidas como jornadas de junho e julho de 2013. É pelo direito, nas cidades, à mobilidade que a nossa juventude se mobiliza e demonstra que nossas lutas por liberdade não foram em vão, inclusive no enfrentamento à ditadura. Não foi por R$0,20 que eles foram às ruas. O debate da mobilidade urbana e sustentabilidade provoca a população a se manifestar por mais avanços nessa área, pelo direito humano à vida e a cidades mais humanizadas, por mais democracia nas estradas, que devem ser pensadas também para as pessoas e não só para o transporte, seja de passageiros, seja de carga.

Para isso e para essa democracia avançar, a Comissão de Direitos Humanos se enche de esperança, por ser provocada pela sociedade organizada a abrir, mais uma vez, este espaço, como já fizemos no passado, para o debate sobre o futuro do Brasil e do Planeta.

Essa foi uma rápida introdução e, a partir deste momento, nós vamos convidar os nossos painelistas, começando pela Mesa nº 1. Então, vamos para a primeira Mesa.

Eu chamo o Gerente de Acessibilidade e Transporte Cicloviário, da Secretaria de Mobilidade do DF, Sr. Ronaldo Alves. Por favor, Ronaldo Alves, que já esteve conosco, aqui, e deu grandes contribuições ao debate. Lembro-me de que, numa oportunidade, trouxe até uma bicicleta. Foi uma novela para entrar, mas, enfim, entrou com a bicicleta e a botamos aqui na frente. Seja bem-vindo, Ronaldo Alves!

Chamamos, também, o Subchefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, da Universidade de Brasília, UnB, Professor Fábio Iglesias. Por favor, Dr. Fábio Iglesias.

Chamamos a Professora Maria Rosa Ravelli de Abreu, Doutora do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, UnB. Seja bem-vinda também! Já esteve aqui conosco, também, outras vezes.

Edson Nunes, Inspetor Chefe da Divisão de Planejamento Operacional da Coordenação-Geral de Operações da PRF. Seja bem-vindo também!

Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, representando, aqui, o Ministério das Cidades. Seja bem-vindo!

Aqui eu cumprimento, mais uma vez, o Ministério das Cidades, que nunca deixou de mandar um representante todas as vezes em que os convocamos ou, diria, os convidamos. Em nenhum momento deixou de mandar representante. Eu sou daqueles que dizem que, em audiência pública, não tem de, obrigatoriamente, estar presente o Ministro. Sabemos que aqui são dezenas de audiências públicas em todas as duas Casas. Eu sempre digo que o bom Ministro não é aquele que é doutor em todas as áreas, mas que tem pessoas altamente capacitadas para representá-lo em momentos como este. E é isso o que se faz agora.

Eu quero dizer que não tem nada a ver a primeira Mesa com a segunda Mesa ou a terceira Mesa na questão de hierarquia. Eu chego até, às vezes, a dizer que eu preferiria sempre estar na terceira Mesa, se fosse convidado, porque a terceira Mesa é a que fica até o final quando o debate se dá com a Mesa e o Plenário. Então, todos aqui têm o mesmo valor. Apenas eu sigo a orientação que recebi, pois é feita de forma tranquila e sem nenhuma distinção a seleção de quem deveria estar na primeira ou segunda Mesa.

Cada um dos convidados terá dez minutos com mais cinco de tolerância. Depois, vamos para a segunda Mesa, para a terceira Mesa e, então, abrem-se os debates entre os convidados, se assim o entenderem, e a terceira Mesa fica até o encerramento.

Ao longo dos anos em que presidi esta Comissão outras vezes – por duas vezes, tendo voltado este ano –, eu sempre optei por termos alguns vídeos que falassem do tema, deixando sempre as autoridades convidadas também apresentarem vídeo. Então, por provocação, melhor, sugestão da assessoria da Comissão, nós vamos passar um pequeno vídeo agora. Depois, um outro, tudo de cerca de dois minutos, mais ou menos; o outro no intervalo de uma Mesa para outra.

O primeiro vídeo leva o título: "Pateta Vive Dia de Cão no Trânsito." O personagem Pateta, de Walt Disney, torna-se um monstro ao conhecer a sensação do poder em seu carro.

Eu achei muito real quando me sugeriram, porque, às vezes, o cidadão, em posse de um volante, acha que é Deus ou o diabo, porque está ali para o mal e para o bem e se transforma. Tomara todos se transformassem para o bem! Mas a gente quer combater o mal, por isso a sugestão do vídeo.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como vimos, são exemplos de tudo aquilo que não poderia acontecer, mas que, infelizmente, é uma realidade.

Eu, particularmente, digo a vocês que, esses dias, fui ao cinema assistir a um filme intitulado "Relato Selvagem". No filme, os dois personagens fazem essa briga durante o trajeto e, ao final, morrem os dois com a explosão do carro. Tudo isso de tanto brigarem no trânsito. Para quem assiste ao filme fica essa mensagem no final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já vi que o Luduvice assistiu também ao filme.

De fato, foi chocante o resultado final: com a agressão durante todo o filme, os dois acabam morrendo dentro do carro.

Muito bem. Começamos, então, de imediato, agora, depois dessa rápida apresentação das nossas preocupações, embora descontraidamente, passando a palavra ao Gerente de Acessibilidade e Transporte Cicloviário, Secretário de Mobilidade do DF, Sr. Ronaldo Alves.

O SR. RONALDO ALVES – Bom dia!

Eu queria, mais uma vez, Senador, agradecer o convite, que é, às vezes, até uma convocação para, mais uma vez, debater esse assunto tão importante.

Queria fazer, inicialmente, um histórico rápido aqui da importância desta Comissão para esse tema. Quando se fala em mobilidade, quem mexe um pouco mais com isso há algum tempo sabe que a palavra, o termo "mobilidade" é relativamente recente e sua compreensão de maneira clara e até conceitual é bem diversa muitas vezes.

O Senador relutou um pouquinho, mas eu vou detalhar um pouco. No dia 25 de fevereiro, aconteceu aquele incidente em Porto Alegre, em que um grupo de ciclistas do Movimento Massa Crítica estava trabalhando o seu perfil de uso de rua para divulgar as suas ações, suas necessidades nas cidades, e foi atropelado pelo Sr. Neis, que por sinal não estava livre. Isso foi um incidente que aconteceu no dia 25 de fevereiro e que provocou uma comoção nacional.

E nós, que trabalhamos pela mobilidade e pela qualidade de vida dos cidadãos, através de diversas entidades e grupos de ciclistas, a própria ONG Rodas da Paz, da qual eu era Presidente na época, fizemos aqui, nesta sala, uma audiência chamada de audiência extraordinária. Como foi uma coisa muito de imediato, não tinha como chamar os demais membros da Comissão para fazer uma reunião ordinária, nós usamos o Regimento do Senado para as Comissões. Já que o assunto era extremamente importante e a sociedade estava lá fora – porque nós fizemos um evento na rua chamado "Enterro Simbólico do Código de Trânsito", o Senador e sua assessoria nos receberam na rampa do Congresso e nos trouxeram aqui para dentro, todos de bicicleta. Só que as bicicletas não podiam entrar. E, como ele relatou agora, foi solicitado que apenas uma única bicicleta passasse – a bicicleta do Weimar Pettengill, dobrável, porque era pequenininha e foi colocada do outro lado da bancada. Isso foi importante e foi simbólico para nós: foi a primeira vez que uma bicicleta entrou de verdade nesta Casa, numa Comissão tão importante, que trata da qualidade de vida e do respeito à cidadania, que é a CDH.

Continuando, do jeito que vocês estão vendo aí, as pessoas estão falando e, às vezes, a gente conversa no pé do ouvido. E conversando com o Senador, eu perguntei a ele onde estava o PL. Cadê o PL da Lei da Mobilidade? O PL 12.587 de 2007 estava perdido aqui dentro da Casa! Na época, nós descobrimos, pela assessoria do Senador, que estava preso na Comissão de Relações Exteriores. E aí passaria por quatro Comissões. Isso era 3 de março de 2011. A gente fez um acordo com a assessoria para nos passar os endereços e contatos dos presidentes das Comissões e fizemos uma via sacra aqui, durante o ano inteiro de 2011, tentando apressar um pouco essa tramitação. Mas sem demorar muito, o PL 1.687, de 2007, no dia 3 de janeiro de 2012, vira a nossa Lei da Mobilidade, que já estava tramitando aqui desde 1995, com diversos números. Vai para o último apensamento, e vira o 1.687, e vira a Lei da Mobilidade.

Para gente, é importante lembrar como é bacana a sociedade vir a estas Casas de cunho político, tão mal faladas – hoje, a classe política está muito defenestrada –, mas é nesses ambientes que as coisas se resolvem. É neste ambiente de cidadania, de convencimento, de argumento, de conversa que as coisas acontecem.

Eu sou muito grato, Senador, pela Lei da Mobilidade ter começado um pouco com essa briga e, fundamentalmente, feito isso nesta cidade, Brasília, que é a sede dos Poderes e uma cidade, o tempo inteiro, pisoteada pelo conjunto de governos que passaram por aqui.

Esse é o primeiro agradecimento que, em nome da sociedade civil organizada ou não, dos grupos de ciclistas organizados com CNPJ ou não, hoje, junto ao grupo de pedestres – agora também estamos juntando nessa nova versão da luta –, fazemos à CDH e ao Senado da República.

Num segundo momento, quero fazer rapidamente uma contextualização e, depois, vou passar a palavra ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Sr. Carlos Tomé.

Voltando um pouco ao histórico, ainda em 2005... Para os senhores entenderem como as coisas demoram, falei agora para a Prof. Maria Rosa ali que tudo que nós queremos no contexto de política pública é muito lento na tramitação, não importa onde estejamos trabalhando, se no Legislativo do Senado, no Legislativo da Câmara, se no Executivo. As coisas são muito devagar porque os nossos anseios, nossos desejos são mais prementes do que, muitas vezes, os ritos e os processos daquilo que a gente conhece como Poder Público.

Em 2005, foi criado o primeiro grupo de trabalho, ainda no governo Roriz, para tratar de construção de ciclovias nesta cidade. Nesse grupo de trabalho, conheci a Dr. Mônica Veloso, Leandro Salim e uma porção de pessoas que participaram desse grupo. E aí saiu um relatório, em 2006, que prevê e faz recomendações, por conta dos incidentes acontecidos naquela época. Naquela época, morriam 65 ciclistas por ano; em 2005, foram 71 ciclistas. Olha, que doido! É muita coisa! E hoje, revendo um pouco a estatística, que é muito gelada, com certeza, falecem 32 ciclistas por ano nesta cidade. Não há nada a comemorar, mas a estatística também nos prova que alguma coisa foi feita de lá pra cá.

Então, foi feito esse grupo de trabalho e com a evolução disso é que vamos começar a montar um pouco da estratégia, com a presença do secretário. Assim, temos o relatório de 2006.

Depois, temos a entrada do Governo Arruda, em que ele recebe as primeiras demandas disso. E a partir de um sistema de microrredes pesquisado na comunidade – pesquisas de origem ou de destino –, saem as primeiras linhas de um rabisco que seriam uma possível malha cicloviária para o Distrito Federal. Em seguida, ainda no Governo Arruda, ele faz a licitação de projetos executivos. Aí, temos uma prerrogativa de fazer algo: temos projetos, mas não acontece a licitação dos projetos.

Sai o Governo Arruda, por diversas razões que o mundo inteiro já conhece, e entram alguns dos seus sucessores. Foram vários mandatos-tampão. O seu Vice-Governador, que hoje chegou a Deputado Federal pelo DF, Rogério Rosso, se comprometeu num evento, no Dia Mundial sem Carro, de 2010, a investir em mais estações de ciclovias R$56 milhões. Ele assina um documento que transporta do Buriti ao Museu da República, num evento simbólico – porque era próximo de campanha eleitoral ele não podia assinar nada de muito importante –, mas faz o compromisso. Ele não executou isso, mas, pelo menos, deixou um passo do que hoje achamos na Secretaria: recurso, ainda dentro do Programa de Transporte Urbano (PTU), do convênio BID com a Secretária de Transportes antiga do Governo do Distrito Federal.

O próximo passo disso é o Governador Agnelo. Na Câmara Legislativa, numa audiência pública que trabalha sobre o PDTU ou aprovação do Plano de Transporte Urbano, nós o pegamos no corredor e falamos: "Puxa! Assina isso aqui!". Era um documento feito por ciclistas: *Manifesto dos Ciclistas*, havendo, depois, uma compensação disso ainda no Parque da Cidade, ao vivo, para a TV mostrar que ele se comprometia. Lá, no primeiro item, é dito: "Governador convence todo mundo aí a fazer a licitação das obras cicloviárias. Tem projeto do Executivo. Está lá no seu Governo".

Aí, andando um pouco mais à frente, em novembro de 2011, no dia 21 de novembro de 2011, sai no Correio Braziliense algo que não esperávamos: "O Governo do Distrito Federal vai investir R$122 milhões em ciclovias". A palavra "ciclovias", essa palavra soa como algo positivo em nossos ouvidos, mas pode ser bem nega-

tivo às vezes. De qualquer maneira, foi feita a licitação e essas são as obras que temos hoje no Distrito Federal: uma malha de mais de 450km de ciclovias e de ciclofaixas construídas. E é a parte mais interessante, porque funciona como uma base daquilo que é uma coisa muitíssimo antiga por que se está brigando.

Da mesma forma, Senador, em São Paulo, olhando sem muita expectativa profissional, porque não somos da área de arquitetura e urbanismo, somos somente militantes, muitas vezes, do contexto da bicicleta, apaixonados por ela, como transformação da cidade, com certeza, sabemos que não há os melhores projetos. E não vai haver mesmo, porque essas coisas são imediatas, necessárias, para que possamos dar aquele passo no sentido de botar o pé na fresta da porta para que ela nunca mais se feche.

Fazendo uma comparação rápida entre o que foi investido até agora, no Distrito Federal, em infraestrutura cicloviária – vamos confiar que foram R$56 milhões e alguma coisa a mais e o Orçamento do GDF, em 2011, dava R$33,6 bilhões –, exatamente 0,3%, 0,5% do total do Orçamento foi investido nisso. Grande parte disso foi investido em outras vias – sistema viário, viadutos, sistema de transporte, BRT e algo assim. É muito pouca prioridade para infraestrutura de bicicletas.

É por isso que louvamos, agradecemos e falamos muito bem, até hoje, da infraestrutura cicloviária. Ela foi uma vitória desta cidade, e é um símbolo. Façam!

Depois, vai acontecer a parte mais importante, falando especificamente do que estamos fazendo agora. Pesquisei nas nossas 27 Unidades da Federação e o tema "Mobilidade" realmente entrou na pauta de tudo quanto é canto. Entrou nas campanhas políticas de todos os níveis: de prefeito a governador e a Presidente da República. Então, há o compromisso da Presidenta Dilma, também do candidato Aécio e de todos.

O mais importante é que a mobilidade vai deixar, no DF, de ser apenas uma palavra e um sonho, porque, pela primeira vez na estrutura institucional, temos mobilidade dentro de uma secretaria de Estado de Governo: a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal, cujo Secretário chamo gentilmente aqui para compor a Mesa, se me permite, Senador, Carlos Henrique Tomé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Encerramos a fala do Sr. Ronaldo Alves. Foi combinado o jogo antes: ele queria fazer uma pequena introdução e depois, segundo ele, a personagem principal vem à Mesa para encerrá-la, que é o Sr. Carlos Henrique Rubens Tomé Silva, Secretário de Mobilidade do DF. (*Palmas.*)

Passamos, de imediato, a palavra ao Professor Fábio Iglesias, que é Subchefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, da Universidade de Brasília, UnB.

Já registro, aqui, a presença do Senador Hélio José, sempre presente, peleador, lutador, que orgulha a Casa. É uma bela surpresa para quem não o conhecia no cenário nacional. Conheciam-no bem em Brasília, mas, como Senador... Agora, ele é Senador pelo DF e pelo Brasil.

Parabéns, Senador Hélio José. (*Palmas.*)

Professor Fábio, tem dez minutos, com mais cinco, como cada um dos painelistas.

O SR. FÁBIO IGLESIAS – Pois não.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim. Obrigado pela organização desta audiência pública.

Cumprimento meus colegas de Mesa. Acho a oportunidade, aqui, excelente para debater esse tema.

O Senador Paulo Paim começou mostrando o vídeo do Pateta, com situações que são cômicas – tragicômicas, na verdade – e servem como um bom cenário para a minha fala, porque o que vou mostrar é uma perspectiva um pouco distinta dos problemas de trânsito, que envolvem uma área específica da Psicologia, que é a Psicologia Social.

Então, o grande desafio – e isso fica claro nas falas anteriores e, sobretudo, naquele vídeo – é que precisamos mudar comportamentos. Quando se fala de mobilidade urbana, quando se fala da ilusão do transporte individual, quando se fala em aumentar o uso da bicicleta e de outros meios alternativos de transporte, basicamente, esse é um problema de mudança de comportamento.

O Brasil é antiexemplo, como se sabe, no mundo. Ele é o campeão, na verdade, de mortes no trânsito, uma estatística vergonhosa. Os acidentes matam mais que câncer e mais que homicídios, e 40% das vítimas são motociclistas e 25% são ciclistas ou pedestres, o que é outra estatística absolutamente inaceitável.

Os principais fatores costumam ser elencados como: problemas nas vias, problemas nos veículos, manutenção, infraestrutura, obviamente, problemas relacionados a treinamento ou o que se chama de educação para o trânsito, falhas na sinalização, que todos conhecemos, uso do celular, embriaguez e assim por diante, mas todos esses problemas passam por um outro fundamental, que é um problema de normas sociais. Então, o problema não é só técnico, o problema não é só de infraestrutura, é, claramente, um problema de compor-

tamento, um problema de como as pessoas convivem, como elas se influenciam, se deixam influenciar e assim por diante.

A Psicologia é muito conhecida pelos exames psicotécnicos – todos os motoristas, de todas as categorias, ciclistas e assim por diante têm que passar por exames psicotécnicos –, mas ela é muito mais do que isso.

Então, por exemplo, a Psicologia do Desenvolvimento se ocupa com as diferentes fases do desenvolvimento. As pessoas esquecem, por exemplo, que um carrinho de bebê participa do trânsito, assim como um idoso que faz uso de uma bengala, um andador e assim por diante.

Existem problemas que estão relacionados à percepção. Por exemplo: a acuidade do motorista, a sua audição, a sua estimativa de distância, tempo de reação para evitar uma colisão. A Psicologia Cognitiva se ocupa, por exemplo, de problemas de raciocínio, memória, tomada de decisão.

A Psicologia da Saúde, por razões óbvias – aliás, o Senador Paulo Paim falou do caso lamentável que aconteceu com a Germanwings na semana passada; então, claramente, é um problema de saúde mental –, a Psicologia Social é uma área que se ocupa, ainda, de outros fenômenos que perpassam todos eles, problemas que envolvem normas, atitudes, comunicação, conflitos. Ela é, por excelência, a ciência da influência social.

Quando nós olhamos para essa foto de satélite – ela, logicamente, é uma combinação de fotos que mostram o mundo à noite –, conseguimos ver como está a concentração da população mundial. Claramente, se tem um processo crescente de urbanização, mas ele é muito concentrado em algumas áreas. As áreas escuras no globo significam que tem muito pouca gente vivendo ali. Então, 70% da população mundial, hoje, vivem um processo de urbanização e esse número é ainda maior no Brasil.

Se nós destacarmos ali as informações do Brasil nessa foto, claramente veremos que, considerando o território como um todo, a gente tem uma média de 23 habitantes por quilômetro quadrado, mas, considerando os quilômetros quadrados urbanos, e as grandes cidades respondem, obviamente, pela maior parte da população, nós temos mais de seis mil habitantes compartilhando um espaço que é muito restrito. Entre outras coisas, isso significa crescimento vertical muito mais que horizontal, uma alta concentração. E, claro, problemas que estamos acostumados a enfrentar. O problema, por exemplo, que envolve água e energia mais caracteristicamente no Sudeste é o resultado desse processo de alta concentração e alta demanda por produtos, serviços e espaços, o que caracteriza os problemas de mobilidade, os problemas de trânsito, logicamente.

Então, o trânsito é basicamente um problema de disputa por espaço. Uma lei física descreve, claramente, que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço no mesmo tempo. Então, nós temos um veículo para cada quatro habitantes no Brasil e quase a cada um minuto nós temos um acidente e, a cada sete minutos, um atropelamento. De novo, estatísticas inaceitáveis.

Essa maior densidade significa que nós temos uma demanda por espaço que é muito maior do que a oferta e as consequências serão, claramente, congestionamento, barulho, acidentes, conflitos, agressões, problemas ambientais.

É importante destacar aqui que muitas vezes os problemas tomados como mais importantes são aqueles que envolvem grandes acidentes, mas pequenos conflitos que acontecem no dia a dia respondem muito mais por nossa qualidade de vida, por nosso aborrecimento diário, problemas que poderiam plenamente ser minimizados.

Esta é uma foto famosa. Quem se interessa pela temática de mobilidade, de bicicleta, conhece. Ela foi feita pela Universidade de Munique, Alemanha. E mostra que, claramente, a rua fica muito mais sustentável, muito menos densa, de qualquer ponto de vista, se a mesma quantidade de pessoas que poderia estar utilizando automóveis fizer uso de um ônibus ou simplesmente de suas bicicletas. Então, essa é uma imagem bastante simbólica. Mas há algo de errado no trânsito brasileiro na forma como estamos fomentando uma quase dependência do automóvel, do veículo automotor como meio de transporte.

Esses dados aqui mostram também, claramente, que existe uma superconcentração, principalmente na Região Sul e Sudeste do Brasil no caso dos carros. No caso das motos, está um pouco mais equilibrado por razão de ordem financeira e geográfica. Enfim, de novo essa concentração muito problemática de nossa área.

Sob o ponto de vista da Psicologia Social, isso pode ser entendido como um dilema social. Ora, o que é o dilema social? Toda vez que nossos interesses individuais são conflitantes ou contraditórios com interesses da sociedade, do coletivo. Isso é muito conhecido na chamada Teoria dos Jogos, utiliza-se muito esse paradigma em Economia. A grande questão é: eu devo utilizar o transporte individual, o que provavelmente me trará benefícios individuais: conforto, segurança, abrigo da chuva, etc., ou fazer uso de um sistema coletivo que traria, logicamente, benefícios para toda a sociedade, pois significa que estou minimizando o impacto de poluição, congestionamento, barulho, acidentes, tudo o mais? Então, os dilemas se colocam desta forma: usar o carro ou usar o ônibus; usar o carro ou usar a bicicleta; usar o carro ou fazer uso do metrô. E todas essas situações podem ser entendidas como uma dinâmica de cooperar ou competir com as outras pessoas, claro! Se eu for

garantir meu conforto individual ao fazer uso do automóvel, eu estou, entre aspas, "competindo com outros usuários"; se eu fizer uso de meios alternativos, meios públicos, meios não poluentes, por exemplo, eu estou cooperando com as outras pessoas.

Então, nós podemos entender desta forma: eu tenho uma situação ideal se duas partes cooperarem, eu tenho uma situação não ideal se um cooperar e um competir.

É típico quando você pede que as pessoas mudem e adaptem seu modo de transporte elas dizerem: "Eu não vou fazer isso porque não vejo os outros fazendo". Então, é uma dificuldade muito grande. Logicamente, se todos resolverem usar automóvel, se todos resolverem competir, nós teremos uma dinâmica inviável.

O que é interessante no cenário de trânsito é que todas as situações de ultrapassagem e estacionamento ou simplesmente deixar meu carro em casa e fazer uso da bicicleta, elas atendem também esta dinâmica que é a de ceder ou forçar minha vontade, ceder ou forçar passagem. É interessante também que, se as duas partes cederem, se todo o mundo resolver cooperar, a dinâmica também não funciona. Então, há nuances aí muito interessantes, não é?

Aqui existem exemplos típicos: se eu tenho de ceder a vez quando essa senhora está atravessando a rua, isso significa que eu terei de retardar minha movimentação e dar prioridade a ela.

Aqui, um motorista que estaciona em cima da calçada e, logicamente, passa a provocar todo o tipo de aborrecimento ao pedestre.

Aqui é uma situação inviável. Essa é uma foto de um lugar não distante aqui do Senado.

Quando se utiliza uma estratégia como esta: um carro a menos, claramente fica evidente qual é o dilema. Quer dizer, eu estou deixando o carro em casa, eu estou contribuindo para o trânsito como um todo e privilegiando, aqui, benefícios coletivos.

O problema é que existem barreiras para se mudar comportamento. Uma delas é a incerteza. As pessoas dizem: "Não, isso não é um problema! Isso não está muito claro. Eventualmente o Governo vai melhorar o trânsito e nós vamos resolver". Ou a negação. Há pessoas que simplesmente se recusam mudar. Há pessoas que dizem: "Eu não vou mudar o meu comportamento porque eu não vejo outras pessoas mudando, então não farei esse sacrifício sozinho". Ou simples reatância: "Eu não vou fazer só porque estão me mandando, só porque existe uma lei ou um incentivo para isso". Ou o tokenismo, por exemplo, que é comum nas ações afirmativas: "Eu já faço a minha parte: eu ando de bicicleta no domingo, à tarde, com o meu filho, então eu já estou colaborando para a mobilidade urbana". Conflito de prioridade: "Eu gostaria de fazer isso, mas eu tenho uma agenda apertada, eu não tenho tempo". Falta de identificação: "Eu não sou daqui; eu não sou desta cidade; eu moro aqui há pouco tempo". E, finalmente, aquilo que as pessoas identificam como quase uma tendência à inação: "Se eu deixar o meu carro em casa o impacto é quase zero. Então não faz muita diferença e eu vou acabar fazendo do mesmo jeito". Todos pensando dessa forma, logicamente você tem uma situação insustentável.

Aqui são alguns trabalhos que temos feito na área de Psicologia, identificando quais são essas barreiras psicológicas que as pessoas acabam expressando que impendem um consumo mais responsável, no caso nosso hoje, as impede de fazerem mais uso de transporte alternativo ou simplesmente de buscar formas menos poluentes e menos conflituosas de locomoção. Tipicamente, o brasileiro ou nega o problema ou identifica prioridades que são mais importantes, obviamente, do que essa mudança de comportamento.

Em uma outra linha de pesquisa temos identificado, por exemplo, quais são as justificativas que as pessoas adotam para não se comportar de forma melhor em relação à infração de trânsito, ao respeito ao pedestre, ao respeito ao ciclista, e assim por diante.

Então, a grande pergunta: como promover uma melhor mobilidade urbana?

Claro que tecnologia e infraestrutura são fundamentais, mas elas não são suficientes. Você tem um problema que envolve mudança de comportamento.

O problema das ciclofaixas, que o Senador Paulo Paim mencionou na abertura da Mesa, mostra isto: não basta construir ciclofaixas, não basta quebrar recordes de quilômetros construídos se isso não for acompanhado propriamente de uma mudança de comportamento. Então isso envolve desafios, por exemplo, hábitos: deixar o carro em casa, deixar de usar o carro para ir à esquina comprar pão; cultura: temos que valorizar os problemas ambientais, valorizar mais a bicicleta; adaptação ao clima: pedalar no sol ou na chuva. São desafios típicos que temos em nosso País.

Algumas coisas já se sabe que não funcionam, a literatura científica mostra claramente: campanhas de "conscientização" – entre aspas –, porque se o recado for: "seja mais consciente", não funciona; elas têm uma eficácia muito limitada. Recados do tipo: "seja melhor", "você é responsável", "não corra" não costumam, realmente, gerar uma mudança de comportamento. As pessoas não param de fumar porque a gente diz a elas que fumar faz mal à saúde. E isso é inquestionável. Leis sem fiscalização obviamente não funcionam. Todos os nossos problemas de saúde pública, direitos do consumidor, nossas leis, muitas vezes são excelentes, mas elas

não funcionam. Radares e pardais têm também eficiência também limitada porque funcionam apenas localmente, todos sabemos disso. E infraestrutura sem planejamento de uso. É preciso investir em estacionamentos para *bikes*, vestiários, transporte alternativo, e assim por diante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. FÁBIO IGLESIAS – Obrigado.

Quais são as intervenções, então, que realmente funcionam?

Primeiro, o chamado *marketing* de normas sociais. Um conjunto de trabalhos tem mostrado que quando fazemos levantamento de opinião pública e divulgamos o que a maior parte da população pensa e como se comporta a respeito isso gera mais mudança de comportamento. Com dados como, por exemplo: "Oitenta e cinco por cento da população são a favor das ciclovias, e você?", as pessoas tendem a mudar suas atitudes em direção àquilo que as outras pessoas parecem estar mais expressando.

Segundo, programas de recompensa, não necessariamente financeira. Por exemplo: descontos em produtos e serviços, bônus em seguros pessoais – imagine bônus, por exemplo, em seguros de carros se você for mais incentivado a usar a bicicleta, ou ir a pé, ou de ônibus –, acesso facilitado. Um *shopping* aqui em Brasília tem feito uma estratégia muito interessante ao prover acesso facilitado se você chegar de bicicleta. Tem lugar até para carregar bicicleta elétrica, o que é muito interessante. E logicamente dá a impressão, estamos falando de um aspecto central de psicologia: as pessoas querem mostrar que elas se preocupam com o ambiente, que elas gostam de andar de bicicleta. Então, elas gostam de se sentir bem como pessoas que são gentis, que são *cool*, como se diz em inglês, que são legais. O símbolo de um carro a menos justamente passa essa ideia. Então, estratégias como essas têm que ser mais fundamentadas.

Aqui uma série de trabalhos que desenvolvemos na Universidade de Brasília. Temos todo o interesse em fomentar mais as intervenções baseadas nesse tipo de conhecimento.

A Psicologia é, por excelência, a ciência que se volta para a mudança de comportamento. Ela é bem fundamentada, trabalha com conceitos e teorias que são robustos, métodos científicos rigorosos, análise de dados qualitativos e quantitativos – eu mesmo sou professor de Estatística lá no nosso departamento. E nós temos aplicações que têm sido testadas e aprimoradas em diversas áreas, em especial nas áreas que envolvem mudança de comportamento no trânsito. E ela costuma fomentar políticas públicas nos países desenvolvidos.

Nós aqui no Brasil precisamos seguir o exemplo, ao invés de simplesmente querer reinventar a roda – perdoe o trocadilho. A Psicologia tem muito a oferecer sobre isso, e espero que instâncias como esta audiência pública possam aumentar esse tipo de colaboração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Professor Fábio Iglesias, meus cumprimentos.

Sem sombra de dúvida, a Psicologia Social e do Trabalho cumpre um papel fundamental no combate aos acidentes no trânsito, como também em outras áreas – é o caso desse avião, do piloto. Fui relator de um projeto aqui que regulamenta todo o sistema principalmente de trabalho nos aviões, dos pilotos. E os psicólogos, não eu, que vieram, na época, aqui me subsidiar nas audiências públicas diziam que isso poderia acontecer, o que aconteceu agora no âmbito internacional, devido à pressão psicológica a que os pilotos estavam submetidos. Eles deram até o exemplo mais prático, sem condenar o piloto, daquele incidente de São Paulo em que morreu o nosso presidenciável Eduardo Campos. A pressão a que eles estão submetidos é enorme.

Quanto ao caso desse piloto, no encerramento – eu pensei no encerramento para nós fazermos um debate tranquilo –, faremos uma homenagem àqueles que morreram aqui, quem sabe com um minuto de silêncio ou algo assim, no encerramento da nossa audiência pública.

Mas, meus cumprimentos. Eu entendo que, cada vez mais, nesses tempos difíceis, inclusive no Brasil – estamos, querendo ou não, em uma crise que não é boa –, a Psicologia cumpre, no meu entendimento, um papel fundamental no diálogo com todos, inclusive com os políticos. Quem sabe, com tratamento mais adequado, os políticos possam melhorar? E eu digo todos. Eu, por exemplo, tenho um irmão que é psiquiatra, e ele faz consulta normalmente com uma psicóloga, é fundamental para ele isso. Ele acha que todo cidadão deveria ter esse cuidado.

Muito bem. Vamos lá. Alguns vão dizer: "Ele está fazendo propaganda aqui para os psicólogos", mas não tem nada a ver. Acho que a Psicologia cumpre um papel importante na formação de todos nós de, enfim, trabalhar com a mente – estou certo, doutor? Estou dando um palpite, não sou psicólogo. Sou um peão metalúrgico. (*Risos.*)

Se você aí estiver discordando, pode dizer: "Não, não é bem assim, mas eu posso te explicar o que é".

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tocou a campainha para mim, para eu parar de falar e passar a palavra aos convidados.

Eu queria já cumprimentar também o Senador José Medeiros, sempre presente, aqui, nas segundas-feiras, assim como o Hélio José. Sei que muitos Senadores têm suas agendas no Estado. Mas como esses estão aqui em plena segunda-feira para participar de reunião de debate, quero aqui fazer os meus cumprimentos aos Senadores Hélio José e José Medeiros neste momento. (*Palmas.*)

Professora Maria Rosa Ravelli de Abreu, Doutora do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UNB).

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Quero cumprimentar a todos e, mais uma vez, parabenizar S. Exª o Senador Paulo Paim pela sua luta permanente em discutir os diferentes aspectos dos direitos humanos.

O tema do transporte público, da mobilidade e das mortes no trânsito, hoje, no nosso País, nas nossas grandes cidades, é um vetor que fere os direitos humanos. Temos um transporte público que, na verdade, segrega os pobres dos ricos. Temos um modelo de transporte público que, na verdade, gera um *apartheid* social. Além de prejudicar muito, de ser um transporte ineficiente, que prejudica muito a economia, impacta negativamente na economia, prejudicando o meio ambiente e a saúde das pessoas, e fere os direitos humanos.

O *locus*, o lugar muito próprio para pensarmos o tema do transporte público, é esta Comissão, que talvez tenha o papel de buscar um pacto, uma pactuação de transição para um modelo mais humano e eficiente. O Senador falou, no início, da morte dos trilhos. Matamos os trens; somos radicais quanto a isso. O ônibus tem um papel muito importante no sistema de transporte, a bicicleta tem um papel muito importante, mas o trilho é como as artérias no corpo humano, os eixos principais, que têm grande capacidade de levar pessoas. Os ônibus alimentam, assim como as veias, os vasos alimentam nossas artérias localmente. Então, o sistema tem de ser reestruturado, e isso passa por uma pactuação.

Eu acho que é uma pactuação o que se iniciou na Europa nos anos 60, 70, chegando hoje a bom termo, a ponto de, por exemplo – vou dar o exemplo de Paris, mas isso vale para a maioria das cidades hoje –, haver um cartão mensal em que o cidadão anda no trem urbano, no metrô leve de superfície (VLT), no metrô, nos ônibus elétricos – há a transição para o ônibus elétrico, por conta das exigências das emissões e da cidade mais silenciosa. Com um cartão único, é assegurado ao cidadão o direito de ir e vir. Ele usa bicicleta, ele usa até o carro elétrico de aluguel. A última inovação da prefeita, que é uma espanhola, a Prefeita Anne Hidalgo, de Paris, é colocar uma caminhonete elétrica de aluguel para, de repente, se poder fazer uma pequena mudança, carregar um material. Então, isso tudo é compartilhamento do transporte.

É até interessante pensar que, no início do século passado, Henry Ford dizia que desejava colocar um automóvel na casa de cada americano. Talvez, hoje, principalmente os jovens pensem: "Puxa! O carro é um objeto de consumo. Eu posso compartilhar. Eu uso o meu cartão quando eu preciso". E cabe ao Poder Público ir disponibilizando essas alternativas.

Aí entramos na questão da mortalidade e dos acidentes. Em um trânsito mais suave, eficiente e humano, usa-se menos o automóvel, e a autoridade pública regula a velocidade. Podemos não acreditar, mas, em Londres, por exemplo, são 20 milhas/hora; em Paris, 30 milhas/hora. Aqui, achamos que é impossível andar a 30km/h, mas é muito agradável. O motorista começar a ver a cidade, as árvores. Na verdade, o paulistano anda, em média, a 8km/h.

Então, regular a velocidade, fazer a transição para os ônibus elétricos, fornecer o cartão mensal, semanal, diário para assegurar o direito humano de ir e vir, como diz a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, são alternativas que temos.

Então, para vermos como estamos, esse exemplo que roda nas redes sociais é muito interessante, para vermos, digamos assim, nosso comodismo, nosso descuido com os direitos humanos.

Xangai, na China, em 1993, iniciou o metrô. Hoje está desse tamanho. O do Rio de Janeiro continua igual. E o de São Paulo? Comparando com o de Tóquio, segundo alguns estudos de especialistas, daqui a 150, 200 anos, se continuar o ritmo, o que teremos? Nossas cidades não têm metrô. Porto Alegre é pouquinho... Na Bahia está parado. Em Recife, Fortaleza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há quem diga que São Paulo tem dia e hora para parar, mas parar mesmo.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Aqui é o de Brasília, que permitiu toda uma ligação com o setor sul e oeste da cidade. É um metrô que, infelizmente, como na maioria das cidades, ficou parado nesses últimos anos. Nos últimos anos, não cresceu um quilômetro sequer, não teve uma única estação construída. Agora, o novo governo tem compromisso com a sustentabilidade, tem no seu programa melhorar o transporte público – não é, secretário? –, ampliar, modernizar. Esse já é o portal novo do metrô de Brasília.

Aqui, as medidas para redução de velocidade. Vou colocar rapidamente alguns exemplos de como fica uma cidade, essa é Londres, com o limite de velocidade. Você fica com uma cidade muito mais agradável. Ademais, há a questão dos acidentes, que diminuem. Mas, claro, foi muita campanha da comunidade.

Veja bem, essa alternativa é muito interessante para a questão das ciclovias também. Ela pode complementar a rede ciocloviária de uma cidade. Uma rede cicloviária não é só ciclovia nem só ciclofaixa. Numa cidade com a velocidade regulada e com uma via exclusiva para ônibus, como é o caso de Londres, você pode compartilhar a motocicleta e a bicicleta com segurança.

Então, vemos Paris com 30.

Esses são os veículos elétricos, que já estão circulando na maioria das cidades. É um programa da Comunidade Europeia, para fomentar a inovação do veículo elétrico, por hidrogênio, pela questão dos compromissos. Agora em novembro, em Paris, há um novo pacto em relação às emissões de carbono. Então, as cidades estão se preparando. Poucas cidades brasileiras estão se preparando para essa transição do modelo energético a energia solar, para o veículo elétrico. Nós vamos ser obrigados pelos compromissos internacionais.

Eu vejo que o mais importante é a questão dos direitos humanos. O modelo de transporte público das nossas cidades fere profundamente os direitos humanos. Ele promove *apartheids* sim, além de prejudicar a economia.

Vejam essas mudanças: o vermelho se torna verde; é uma transição do ônibus elétrico, em Londres. Estamos colocando esse exemplo, mas essa transição você encontra em cidades pequenas.

Aqui é o carro elétrico, que está incluído no cartão mensal. Nas cidades brasileiras, sequer temos o cartão mensal para o trem e o metrô.

Não basta apenas melhorar a tarifa; precisa também haver conforto e pontualidade. São Paulo, por exemplo, implementou o cartão mensal – não é, Senador Paim? –, mas a migração não está acontecendo porque todas as medidas que a autoridade pública, no campo da mobilidade, deve tomar são no sentido de favorecer, facilitar a migração do uso intensivo do automóvel. O automóvel é um direito da pessoa, mas tem que ser regulado e deve ser favorecido, de sorte que a pessoa não seja obrigada a usar intensivamente o automóvel no dia a dia. Para isso, essas boas práticas cabe a nós estudar.

Esse é um utilitário, uma pequena caminhonete, também elétrico; já são 200 veículos. E isso dado o grande sucesso do uso do carro elétrico de aluguel, que são encontrados em São Francisco e em várias cidades americanas e canadenses.

A redução do diesel para 2020 é outra medida.

A prefeita Anne Hidalgo está... Evidentemente, estamos fora do circuito dessas cidades que estão competindo entre si para ver qual é a cidade mais sustentável, mais verde, qual dá mais bem-estar para as pessoas. Este é o desafio do administrador: implementar políticas públicas que tragam qualidade de vida e bem-estar na cidade, porque quase 90% das pessoas, no caso dos brasileiros, moram em cidades. Então, é aqui que precisamos ter bem-estar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Aqui são as estações novas. Falando de bem-estar, aqui são as estações novas que os metrôs estão renovando. Esse, no caso, é o metrô de Londres. É uma das linhas que estão sendo renovadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Drª Maria Rosa. A anterior chamou-me a atenção, pelo fato de vermos toda essa briga entre caminhoneiros, com diesel... "Zero Diesel a Paris em 2020".

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para a realidade brasileira, é algo...

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – .... distante ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... bem distante.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Então, essas estações novas se ligam com a convivência democrática nas estações de metrô. Os terminais não são apenas os lugares onde se muda de veículo, onde se faz a transição de um modal para outro, mas um lugar onde se toma um café, compra um livro, encontra pessoas. Então, a qualidade de vida nas estações...

Essa é outra estação feita pelo Foster, um grande arquiteto europeu.

Essa é outra estação, feita em cima de um canal.

Aí a reorganização com racionalidade das linhas – é disso que falamos –, no sentido de que elas precisam ser integradas, com transição para o veículo elétrico, velocidade regulada, pontos de recarga para veículos elétricos, fomento ao telhado solar e compras governamentais de veículos elétricos. Por exemplo, os carros, as

caminhonetes, os utilitários do serviço público são uma maneira de se fomentar a produção nacional, no país, de veículos elétricos para limpar o ar e tornar a cidade mais saudável.

No meu entender, esse ponto 6 é o fundamental. É a remuneração a valor justo do serviço público prestado pelos operadores. O modelo atual prevê maximização de lucro. Isso é natural. Se preciso maximizar meu lucro como operadora de uma linha de ônibus, vou buscar dar um transporte mais confortável, manter uma pontualidade. Esse ponto é fundamental. A Prefeita Erundina tentou fazer isso. Ela tentou essa pactuação. Foi bem sucedida. Depois, houve uma reversão no governo seguinte.

Senador Paulo Paim, quanto a esse ponto 6, a Prefeita Erundina tentou pactuar com os empresários, com os operadores esse serviço justo, não maximizando o lucro, porque, não se precisando de lucro exagerado, como era de 18%, o estudo da Ernst & Young mostrou isso lá em São Paulo, cabe ao governo, à autoridade pública, definir o critério da frota, a transição da frota para um veículo confortável, garantir a pontualidade etc.

Então, essa pactuação é a proposta que a comunidade vem fazendo nos grupos de que tenho participado. Ao governo cabe pactuar com os empresários, com os operadores, com os políticos, com os consultores que trabalham para este modelo, porque há muitos consultores que trabalham, advogam esse modelo, acreditam que esse modelo é o melhor. Só que, como foi muito bem colocado aqui, existe a questão do equilíbrio.

Foi colocado o dilema social quando o interesse individual é contraditório com o da sociedade e com os direitos humanos. Então, de repente, eu, como operadora, como consultora desse modelo injusto, posso ter meu interesse individual em contradição com o interesse dos direitos humanos, da sociedade.

Aqui, essa foto pode ser de qualquer cidade brasileira. É o transporte, é o calvário diário do brasileiro. Isso foi tirado assim: pesquisar engarrafamento. Aí veio isso aí. Não é justo! Para quem tem a chance de morar no contrafluxo do trânsito, morar perto, tudo bem. Mas é injusto – é injusto! – e tem saída que vai beneficiar a todos.

Inclusive, ouvi uma notícia muito interessante de que o VLT de Santos vai ser operado por um grande operador de transporte público. Quer dizer, um operador desse transporte incorreto, ineficiente. O Governo pode pactuar com ele uma transição para um modelo novo, e até operar outros modais.

Esse é o cartão mensal: um é de Londres, um é de Paris, mas há em Nova York, há em todas as cidades médias e grandes do mundo todo onde o transporte é para servir as pessoas em primeiro lugar.

(*Soa a campainha.*)

E aqui está a questão da legislação: tanto a declaração, o art. 22, que coloca os direitos, como o transporte público, o art. 30, inciso V, da Constituição.

E aqui, finalizando, direitos humanos no transporte público. Para migração do transporte individual para o coletivo, trilhos nas artérias de alta capacidade, integração com ônibus locais, energia limpa e o cartão mensal. É pontualidade, frequência.

Então, seria o fim da segregação, fim do transporte pobre para o pobre, que é o exemplo lamentável, triste das nossas cidades. Mas é muita a fé que a gente tem, muita confiança no esforço, porque já são muitas as audiências feitas pelo Senador Paim, que tem mente e tem coração – que tem mente e tem coração para perceber as mudanças que vão beneficiar todos e inclusive a economia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Profª Maria Rosa Ravelli de Abreu, Doutora do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, que vincula muito bem essa questão social com o transporte.

Digo sobre algumas MPs que saíram ultimamente que só atacam o andar debaixo, quem mora no porão. E isso não dá; não dá! Não é questão aqui de situação ou de oposição. É preciso haver outro olhar – é preciso haver outro olhar! – para a sociedade brasileira. E gostaria de dizer que esta Mesa aqui está sendo muito rica nessa exposição.

Deixem-me dar até um exemplo aqui; vou deixar uma provocação para o Secretário de Mobilidade do Distrito Federal. Falava baixinho para ele que moro longe daqui, moro na periferia de Brasília, e estou demorando uma hora e meia para chegar lá. Então, perguntava outro dia para um especialista... Moro no caminho de quem vai para o Alphaville, não moro no Alphaville, moro num daqueles condomínios; moro 10km antes do Alphaville, num condomínio por ali. Muito bem. Perguntei outro dia porque não fazem um corte, para a pessoa não ter que ir lá ao Catetinho, ou lá à Ponte JK praticamente para pode vir para cá. O que me disseram? Não, por causa das grandes propriedades. A especulação imobiliária desses terrenos que estão quase todos vazios não quer que atravessem ali uma avenida. Nisso a gente vai ter que pensar. Eles vão ter que ceder, vai ter que haver, sim! É um absurdo que, para você chegar a um ponto x, você tenha que ir do ponto h ao ponto x, para chegar no meio. Vou mencionar aqui o alfabeto: para chegar ao meio do alfabeto, você tem que ir do a ao z, e o x está lá no final. Se fizessem uma via naquela terra que está ali, em que não há propriedade, estaria resolvido um problemão, aqui em Brasília, de tráfego. Dei o exemplo.

Secretário, vamos estudar, para ver se é viável.

Muito bem, vamos lá. Então, agora ao Inspetor-Chefe da Divisão de Planejamento Operacional da Coordenação-Geral da Operação da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Edson Nunes.

O SR. EDSON NUNES – Bom dia!

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite à Polícia Rodoviária Federal.

Achei muito interessante a apresentação do Prof. Fábio e o que foi mencionado também pela professora. Acho que este é, realmente, o grande x da questão, quando a gente fala não só de imobilidade urbana, como na parte de acidentes de trânsito e, infelizmente, também na questão das mortes no trânsito: justamente esse dilema que existe entre o individual e o coletivo.

Nós da Polícia Rodoviária Federal, desde 2007, 2008, temos procurado trabalhar na questão do uso da estatística para diminuir esses acidentes.

Bem no início da sua fala, o Senador mencionou a questão da comparação do acidente de trânsito com a questão da aviação. E eu achei muito curioso. Fiquei até pensando, quando ele fez a comparação com as mortes no trânsito: é quase um avião por dia, como o senhor mencionou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Um Boeing por dia.

O SR. EDSON NUNES – Um Boeing por dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A consultoria do Senado que conseguiu esses dados.

O SR. EDSON NUNES – É lógico que eu só posso falar em nível de rodovias federais. Para nós, seria mais ou menos um avião desses por semana, só falando em nível de rodovia federal. E aí eu faço aqui uma pergunta: será que nós viajaríamos de avião se caísse um avião por dia ou mesmo por semana? Será que teríamos coragem de andar de avião ou aboliríamos esse meio de transporte? E nós deveríamos trazer isso também para a nossa realidade, vamos dizer assim, terrestre, quando pensamos na questão do automóvel, da motocicleta, porque parece que realmente não pensamos nisso; achamos que somos meio que imortais e que basta pegar o carro e sair.

Recentemente, li um artigo muito interessante. Quando aconteceu aquele caso – a maioria aqui deve lembrar – do garoto em um zoológico, acho que em Curitiba, que foi atacado por um tigre, eu vi uma matéria muito curiosa. E, na hora em que li o título da matéria, falei: mas qual é a relação? O título da matéria era algo mais ou menos assim: o garoto e o tigre no zoológico *versus* acidentes e mortes no trânsito. Fiquei pensando: qual é a relação? O que tem uma coisa a ver com a outra? Aí, lendo o artigo, achei muito interessante, porque, na realidade, nos dois casos... Se analisarmos o caso do garoto no zoológico, havia, se não me engano, duas cercas de proteção antes da tela onde ficava o animal, e havia ainda vários avisos do perigo de se chegar próximo àquela jaula. Independente disso – e não vou nem entrar na questão dos cuidados ali do pai –, o garoto pulou essas duas cercas, desobedeceu a tudo isso. E o artigo fazia a analogia do trânsito: muitas vezes, o governo, a entidade pública dimensiona para aquela determinada via um limite de velocidade, ou um "proibido ultrapassar" ou "não estacione aqui". E nós, da mesma forma que o garoto, mesmo sabendo do risco, ainda continuamos fazendo a coisa errada. Achei uma analogia perfeita.

Se nós analisarmos, mais uma vez, falando, é claro, de rodovia federal, não chegam a 4% os acidentes de trânsito em rodovia federal que têm como causa a colisão frontal. O tipo de acidente colisão frontal representa, aproximadamente, de 3% a 4% dos acidentes. Porém, esse mesmo tipo de acidente, colisão frontal, representa quase 40% das mortes no trânsito das rodovias federais. Então, com base nisso, procuramos trabalhar a estatística – o professor até falou que também trabalha na área de estatística na Universidade de Brasília.

A Polícia Rodoviária Federal começou a usar, então, a sua estatística, de que forma? Primeiro, na coleta dos dados. Hoje em dia, todo Boletim de Acidente de Trânsito da Polícia Rodoviária Federal, assim que o policial encerra essa ocorrência, já faz parte do nosso banco de dados. Depois desse boletim no banco de dados, conseguimos extrair, então, e fazer uma análise de todo o acidente, das mais diversas formas, para que possamos, então, criar ações para coibir o acidente, minimizar a ocorrência de acidente e, por decorrência também, a morte no trânsito.

Por exemplo: em que dia da semana o acidente mais ocorre? Em que horário ele mais ocorre? Qual é o tipo de acidente que mais ocorre? Em que hora e em que local? E, a partir dessa análise, vemos o que precisa ser feito. É uma questão única de fiscalização? Se positivo, qual é o tipo de fiscalização que tem que ser adotada? É uma questão de infraestrutura? Se positivo, a gente faz ofício aos órgãos responsáveis, como, por exemplo, o DNIT ou as concessionárias, no caso das rodovias que são concedidas, pedindo ou duplicação ou melhoria na sinalização ou uma simples construção de uma terceira faixa, quando a duplicação é muito mais onerosa. Às vezes, simples tachões impedindo a passagem de uma faixa para outra já fazem uma grande diferença.

A gente tem trabalhado na Operação Rodovida – vou até mostrar aqui alguns resultados –, que parte basicamente da integração entre os diversos órgãos vinculados ao trânsito, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal. A gente identifica, através dessa análise, quais são realmente esses pontos mais críticos, e aí cada agência, claro, dentro da sua área de atuação, faz ali, naquele ponto crítico, uma operação.

Ou seja, se o usuário está cometendo uma infração em qualquer rodovia, seja federal, estadual ou municipal, ele pode passar para outra rodovia, tentando, às vezes, fugir de uma fiscalização. Ou, às vezes, como, por exemplo, na questão que foi colocada aqui do alcoolismo, uma pessoa que ingere bebida alcoólica numa cidade de um Município pode vir a pegar uma rodovia estadual ou federal. Então, não basta apenas a fiscalização em um único eixo. Daí a necessidade, vamos dizer assim, dessa integração.

Vou mostrar rapidamente como foi feito esse trabalho e, principalmente, os seus resultados.

Esse é o comparativo 2013/2014, mas a nossa Operação Rodovida pega ali o final do ano e o início do ano, até o Carnaval. Então, o que vou chamar de 2013 seria finalzinho de 2012 até o Carnaval de 2013, e o que vou chamar de 2014 é o finalzinho de 2013 até o Carnaval de 2014.

Então, aí estão os períodos que mencionei, a comparação do período 13/14 com o 14/15. A gente chama de primeira etapa a que vai das festas de final de ano até as férias de janeiro e de segunda etapa a que a gente chama de Operação Carnaval, tanto de 13/14 quanto de 14/15.

Podemos perceber aí uma evolução da nossa frota de algo em torno de 8% ao ano. Isso é fundamental quando a gente procura trabalhar esses números, porque seria muito difícil trabalhar única e exclusivamente com números brutos, absolutos, já que a gente tem esse aumento de quase 8% ao ano em alguns casos, e, se compararmos ao longo dos últimos dez anos, esse aumento foi de 136%.

Vamos perceber aí também que há um aumento muito maior, inclusive na questão das motocicletas.

Ali, ainda em comparação a essa frota, temos os acidentes por milhão de veículos. Nessa linha vermelha, temos uma tendência. Foram feitos cálculos considerando que, se nada fosse ser feito, esse seria nosso cenário a partir dos anos de 2011 a 2015. E aí, com nosso trabalho de gestão em cima dessa integração, nesse período da Rodovida, tivemos resultados muito impressionantes. Se compararmos de 2011 a 2015, houve uma redução na quantidade de acidentes, na comparação pela frota, de 45%.

Ali, os acidentes graves. O que consideramos, para efeito dos nossos cálculos, um acidente grave? São aqueles acidentes que têm, pelo menos, um ferido grave ou um morto. No mínimo, um desses critérios têm de ser atendidos. Aí, da mesma forma, temos uma tendência de crescimento muito forte do período 2011 a 2015. Com as nossas atuações e ações promovidas pela Rodovida, houve uma redução de 45% no período, sendo que, só do ano passado para este, houve uma redução de 21%, quase 22% nos acidentes graves.

A questão dos feridos, temos aí também como era a tendência e como ficou depois da nossa atuação: 38,8%, se comparado 2011 a 2015.

E a questão mais fundamental que a gente ataca, que é a dos mortos. Também na comparação pela frota, havia uma tendência muito grave, e, com a nossa atuação, houve uma redução de quase 40% de 2011 a 2015, considerando que estamos na década de redução de acidentes da ONU, que prevê em 50% – isso em números absolutos – da mortalidade do País em dez anos, considerando 2011 a 2020.

Aqui, os resultados em números da primeira etapa, que é aquela considerada de meados de dezembro até final de janeiro, a variação de acidentes, acidentes graves, feridos e mortos.

Aqui, já entramos na segunda etapa, que consideramos Operação Carnaval, que é, sem sombra de dúvida, a nossa operação mais crítica, até pela característica do feriado, com um consumo muito alto de bebida alcoólica e uma mobilidade muito grande entre as principais capitais, principalmente aquelas que levam ao litoral.

Aí, a questão dos acidentes, num valor relativo de 21% de redução, de 2014 para 2015; 17% no fator "feridos", também relativo; e 22% na questão da redução do número de mortos, do ano passado para cá.

Observem que, no período histórico, considerando desde 2007 até 2015, foi o nosso, vamos dizer assim, Carnaval, a melhor Operação carnaval, com uma redução expressiva no número de mortos. Se considerarmos o nosso pior Carnaval, em 2011, quando tivemos uma taxa de 3.3 mortos para cada milhão, essa taxa caiu para 1.37.

Os três Estados que, somados – isso em âmbito nacional –, contribuíram com mais de 405 do número de mortos no País, receberam reforços de toda a Polícia Rodoviária Federal, não só com incremento de efetivo, mas também de viaturas, etilômetros, radares, todos os equipamentos necessários para auxiliar esses três Estados. Individualmente, cada um deles teve redução: Paraná, 67%; Minas Gerais, 47%; e Bahia, 39%, em comparação com o Carnaval do ano passado.

Ainda com relação à Operação Carnaval, estão aí os números dos acidentes, acidentes graves, feridos e mortos, sendo que tivemos uma redução de 17% de mortos. Se analisarmos, dá quase, vamos dizer assim, não é um Boeing, mas são dois ônibus, trazendo aí para o modal rodoviário, considerando os mortos.

Ainda com relação aos acidentes, no período da Operação Total, agora, considerando o primeiro e o segundo período, que chamamos de fim de ano e Carnaval, aqui tivemos a questão dos acidentes, a questão dos feridos, 16%, e a questão dos mortos, 17% de redução em todo o período da operação; aí, os números de toda a operação.

A questão do incremento da fiscalização, mais de 1,7 milhão de pessoas fiscalizadas só nesse período da Operação Rodovida, 1,690 milhão veículos, 10 mil carteiras de habilitação recolhidas e 120 mil pessoas atingidas por ações de educação para o trânsito. Na figura, vemos um dos tipos de educação para o trânsito que consideramos extremamente eficiente, que é o Cinema Rodoviário. O motorista, no momento em que o seu veículo é abordado, ele tem o veículo e documentos fiscalizados, é convidado a assistir a palestras e a vídeos sobre educação para o trânsito. Normalmente, esses vídeos estão relacionados a algum tipo de cometimento de infrações daquela localidade onde o Cinema Rodoviário está sendo apresentado, como cinto, velocidade, alcoolemia. Depois disso, ainda é solicitado ao condutor que faça o teste do etilômetro.

Então, nunca única ação, há quatro abordagens distintas: pessoas, veículos, a questão da sensibilização da educação para o trânsito e a questão da alcoolemia.

Nesse período da Rodovida, foram feitos 516 mil testes de alcoolemia, 10 mil atuações por alcoolemia e 2 mil prisões por alcoolemia.

Aqui, obviamente, tentamos utilizar muito a mídia como um parceiro. Um exemplo muito bom disso foi o efetuado no Rio Grande do Sul, quando tivemos lá uma operação chamada Operação Hermes, que tentava coibir, e conseguiu com bastante êxito, o aumento da velocidade nas rodovias. Então, a gente usou a mídia durante muito tempo antes da operação, dizendo: "Olha, vai ter a operação. Os radares vão ficar nestes pontos. Por favor, reduza a velocidade".

Porque a intenção nossa não é simplesmente autuar. Inclusive, para nós, o objetivo, vamos dizer assim, no mundo perfeito e infelizmente utópico, seria não precisar fazer nenhuma autuação. No mundo utópico, ninguém cometeria infração. E, mesmo assim, mesmo com aviso, mesmo com exposição na mídia das nossas operações, ainda assim, tivemos um número de autuações recorde no Estado no período da Operação Hermes.

É triste perceber que o motorista... É como a gente diz muito: a gente precisa salvar o cidadão parece que dele mesmo. É triste, mas é verdade.

E aí alguns exemplos tristes da imprudência no trânsito nas rodovias federais.

Então, a gente entende que o segredo principal é esse da integração. O uso da estatística é fundamental para essa diminuição, porque só assim a gente pode entender onde morre, por que morre e que tipo de ação deve ser feita, seja no âmbito normativo, seja de infraestrutura, seja operacional, seja de fiscalização, seja no próprio veículo ou, como disse o professor, na questão da atitude. Eu acho que, em todas essas áreas, em todos esses eixos, a integração e a estatística poderão cooperar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Inspetor Chefe da Divisão de Planejamento Operacional da Coordenação-Geral de Operações da PRF, que mostrou aqui um trabalho vinculado ao Ministério da Justiça, apontando caminhos de estatística, diálogo, entendimento, formação, preparação, enfim, que haja um caminhar juntos de todos nós, que vai ajudar, na minha concepção, inclusive a tirar o País da crise.

Passamos a palavra, de imediato, ao Secretário de Mobilidade do DF, Sr. Carlos Henrique Rubens Tomé Silva. Na sequência, falará o Sr. Dario Rais Lopes, que é Secretário de Transporte Urbano, do Ministério das Cidades, e aí os dois Senadores, se quiserem, seria o momento adequado para entrar no debate já, antes de mudar a Mesa.

Por favor, o Dr. Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – Bom dia, Senador Paim. Bom dia, demais Senadores aqui presentes, Senador Hélio José, meus companheiros de Mesa. Bom dia a todos que nos assistem.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite feito à Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal e parabenizar o Senador Paim pela iniciativa não só desta audiência pública em particular, mas pela insistência, persistência e perseverança com que trata esse tema da segurança no trânsito e da mobilidade urbana.

Para mim, é uma satisfação especial estar aqui neste dia, porque sou servidor do Senado Federal, sou consultor legislativo cedido há pouco mais de três meses para o Governo do Distrito Federal. Então, para mim, é uma alegria especial estar aqui hoje, poder falar um pouco sobre o nosso trabalho no Governo do Distrito Federal.

É muito difícil falar depois de tantos especialistas aqui. Eu não sou um especialista no tema, eu estou Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, mas este é um tema que merece nossa mais absoluta atenção, nossos mais tenazes esforços para resolver. E o Governador Rodrigo Rollemberg tem repetido insistentemente que a mobilidade urbana é um dos temas que mais o preocupa, porque afeta a vida das pessoas diariamente. Todos os dias, na hora de ir para o trabalho ou voltar do trabalho para casa, as pessoas passam raiva no trânsi-

to, passam uma hora, duas horas – o Senador Paim está aqui, já testemunhando que passa um bom tempo no trânsito para chegar ao Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – Já está acabando? Eu falo muito, hein? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada, você nem iniciou o seu tempo ainda – nem iniciou. (*Risos.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – A questão da mobilidade urbana, a gente precisa partir de uma constatação: não existe nenhum exemplo no mundo uma cidade que tenha resolvido o seu problema de mobilidade urbana, apostando no transporte individual. O transporte individual por automóvel não é a solução para os problemas de mobilidade. Há, claro, o seu espaço, o seu lugar para atividades específicas, mas não é, nem de longe, a solução para os problemas de mobilidade urbana.

Criar uma política de melhoria da mobilidade urbana centrada no alargamento de vias é uma falácia, porque, no final das contas, o que você está escolhendo é entre ficar engarrafado em duas faixas ou ficar engarrafado em quatro faixas ou seis faixas. É preciso reverter esse modelo, que é um modelo econômico e também um modelo cultural. Lá, desde o século XVIII, Adam Smith já dizia que maximizar a utilidade individual gerará automaticamente a maximização da utilidade coletiva. Isso é um fundamento da economia moderna, da economia capitalista, mas esse caso da mobilidade urbana é uma situação em que esse axioma não vale.

A maximização da utilidade individual representada até hoje pela utilização do automóvel tem-se mostrado um grave problema para o coletivo, para as cidades. Então, precisamos da intervenção do Estado, para corrigir, vamos dizer, essa falha de mercado.

E nós, aqui no Distrito Federal, estamos tratando dos problemas de mobilidade segundo três horizontes temporais bem definidos: os horizontes de longo, médio e curto prazo. No longo prazo, os problemas de mobilidade têm a ver com o padrão desigual de ocupação do território. O modelo de ocupação territorial do Distrito Federal é excludente; há pessoas que moram muito afastadas, enfrentam muitos problemas de mobilidade e, naquelas localidades em que elas moram, não desfrutam dos bens e dos serviços públicos com a qualidade que existe no centro.

Isso é um padrão muito comum nas cidades brasileiras, mas, em Brasília, ele é particularmente cruel, porque, entre o centro e as periferias, existem, na verdade, grandes vazios. Esse padrão pendular de deslocamento em que as pessoas vêm para o centro, em que estão concentrados os empregos, e voltam para a periferia, em que estão concentradas as moradias, existe na maioria das cidades. A diferença é que, em cidades diferentes de Brasília, entre uma coisa e outra, existe a ocupação urbana, e aqui em Brasília, é diferente, porque há grandes vazios.

Então, o primeiro horizonte em que estamos trabalhando é o horizonte de longo prazo, com o objetivo de tratar a mobilidade não como aquela atividade que a pessoa faz, deslocando-se para mais longe e de maneira mais rápida, mas, sim, que diminui a necessidade de deslocamento das pessoas, fazendo com que elas tenham uma escola perto de casa, um hospital de qualidade perto de casa, para que não precisem se deslocar para muito longe. E é claro que, nesse horizonte, você tem uma interface muito importante com a área de planejamento territorial, com a área de planejamento urbano, para reverter o modo como as coisas normalmente acontecem. Normalmente, acontecem ocupações descontroladas do território, e o Estado corre atrás, para implantar a infraestrutura necessária.

Então, surge uma ocupação urbana num determinado lugar, e o Estado vai correr atrás, para colocar água, para colocar luz, para colocar saneamento, para colocar mobilidade. É esse o padrão que precisamos reverter. É preciso conjugar o planejamento urbano, o planejamento da ocupação territorial, com o planejamento de transportes e das demais infraestruturas, para, justamente, tirar o Estado dessa posição reativa e colocar o Estado na posição que lhe é devida que é uma posição pró-ativa, de planejador da ocupação territorial.

O segundo horizonte temporal que nós estamos trabalhando é o horizonte de médio prazo, reconhecendo que esse padrão de ocupação existe e continuará existindo por algum tempo. Portanto, nós precisamos, diante da realidade, possibilitar que as pessoas se desloquem para mais longe e mais rápido, porque hoje as pessoas moram longe de onde trabalham.

Nesse horizonte de médio prazo, estão incluídas as implantações de corredores de transporte. Aqui no Distrito Federal, aqui em Brasília, nós temos um padrão de ocupação em que, lá atrás, definiu-se que ele privilegiaria a parte sudoeste do quadrilátero, e esse é o local de maior preocupação nossa, porque concentra a maior quantidade de gente, o maior contingente habitacional, populacional. Esse é o nosso maior foco de preocupações.

Porém, nós não podemos e não vamos deixar de lado outros eixos, que são necessários também, porque estão há muito tempo abandonados: um é o eixo que vai para a cidade de Brazlândia; outro é o eixo norte, que

vai para Sobradinho e Planaltina; e o terceiro é o eixo leste, que é esse a que o Senador Paim se referia, que vai para a região do Alphaville – na direção de lá, não necessariamente até lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ilustrar a preocupação com o social: até chegar ao Alphaville, acho que há uma centena de condomínios de classe média, mais para pobre. Com carros simples – isso faz parte da vida – eles se deslocam e ficam uma hora e meia. Eu vejo por mim, o que eu gasto de combustível. Mas eu sou Senador da República, posso pagar. No entanto, essa população toda o que está gastando de combustível é, muitas vezes, o dinheiro do pão, do leite, do aluguel.

Enfim, só enriquecendo a sua iniciativa, que achei adequada, correta.

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – E, nessa reestruturação do sistema, como diz a Profª Maria Rosa, nós temos como orientação do programa de governo do Governador Rollemberg a preferência pelo modal ferroviário.

E o terceiro horizonte que estamos trabalhando, nesse ponto aqui, no Distrito Federal, é um horizonte de curto prazo, partindo da premissa ou do entendimento de que a implantação desses corredores é necessária, é urgente, mas é demorada. É preciso, como disse o inspetor Edson, usar o conhecimento, a estatística, os dados que são levantados, o melhor conhecimento disponível para projetar bem esses corredores, e isso leva tempo. É preciso projetar, é preciso tirar as licenças, é preciso licitar, é preciso fazer a construção para, depois, em seguida, começar a operação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Precisa ter orçamento...

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – Precisa ter orçamento, claro.

Então, o terceiro horizonte temporal que estamos trabalhando é um horizonte anterior a tudo isso, que é o horizonte de curto prazo. E o que nós chamamos de horizonte de curto prazo? É fazer com que isso que já existe funcione. Nós temos – todas as cidades têm, e no Distrito Federal não é diferente – o sistema de transporte coletivo, temos as vias arteriais que ligam as cidades de um lado para outro, algumas melhores outras piores, mas o funcionamento, a operação disso tudo é muito ruim. Nós precisamos melhorar isso aí.

E temos uma dificuldade adicional, porque estamos em um período de transição ainda. Em 2012, foi feita uma licitação para mudança do sistema do transporte coletivo, que era da delegação por frota, associada a algumas linhas, para uma delegação por bacia. No meio desse caminho, há uma mudança de filosofia da coisa, porque antes o Estado era o gestor do sistema, o gestor direto do sistema, que determinava para as empresas quais eram as linhas que ia ser seguidas e quais os horários que iam ser seguidos, e agora o Estado precisa passar a ser – segundo o modelo que foi implantado na licitação de 2012 – um gestor de contratos. Passa a ser uma concessão pública, uma concessão de serviços públicos, e essa concessão é baseada em um contrato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – E o Estado passa a ser o gestor desse contrato.

Se esse modelo é adequado ou não também está aberto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para avisar que V. Sª tem mais cinco minutos.

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – Pois não.

Prossigo: também está aberto a discussões. Mas esse é o sistema que está implantado hoje e, portanto, esse é o sistema que nós precisamos trabalhar.

Isso tudo, para quê? Para tentar gerenciar esse conflito de interesses entre a utilização de carros e a utilização de outros modos de transporte – transporte público coletivo ou transporte não motorizado. Essa equação é uma balança de dois pratos: de um lado, você precisa estimular o uso do transporte coletivo, estimular o uso do transporte não motorizado, e, por outro lado, desestimular o uso do automóvel. O problema é que, num primeiro momento, desestimular o uso do automóvel... Como se faz isso? Cobrando estacionamento, colocando obstáculos fundamentalmente econômicos ao uso do automóvel. Para se fazer isso, é preciso ter um sistema de transporte coletivo e um sistema ou uma possibilidade de uso do transporte não motorizado minimamente funcional. E estamos caminhando nesse sentido, para criar as condições de utilização do transporte coletivo e do transporte não motorizado para, num segundo momento, implantar as medidas necessárias para o desestímulo do uso do automóvel. Entendemos que desestimular o uso do automóvel sem dar opção para a sociedade não é o melhor caminho.

Um dos elementos fundamentais de todo esse assunto é a segurança no trânsito. Nós temos, nos últimos anos, como já foi mostrado aqui pelos especialistas, uma explosão no número de acidentes fatais, no número de óbitos no Distrito Federal, e o mesmo padrão segue no Brasil inteiro, por exemplo, de acidentes com morte de motociclistas. Então, esse tipo de estatística é fundamental para que possamos implantar as políticas públicas necessárias para atacar onde está efetivamente o problema. É claro que nosso desejo é que ninguém morra no trânsito, mas gerenciar é estabelecer prioridades, e a prioridade é onde mais pessoas morrem.

Se traçarmos a quantidade de mortos no trânsito no Distrito Federal, ela é praticamente constante desde 1988, quando houve a Constituição Federal, com alguns pontos de diminuição, outros pontos de ascendência. Um dos elementos que foi fundamental para a redução do número de óbitos no trânsito foi a campanha Paz no Trânsito, mas também outras campanhas foram fundamentais para isso. E o grande desafio das políticas públicas nesse campo – e da grande maioria das políticas públicas – é a permanência no tempo. Então, o que se enxerga é: uma ação, uma política pública adotada com determinado objetivo atinge aquele objetivo, e, em seguida, aquele objetivo ou deixa de ser importante ou a campanha é flexibilizada, e aquilo que deu causa à formulação daquela política volta a acontecer.

Então, há um gráfico do Detran bastante interessante, com diversas ações pontuais, como fiscalização ostensiva, campanha contra álcool no volante, campanha Paz no Trânsito. Cada vez que se adota uma campanha dessas, o número de mortos cai, mas, logo em seguida, volta a subir e se mantém num patamar praticamente constante desde a Constituição Federal, um pouco superior a quatrocentas mortes no trânsito por ano.

Bem, como é que estamos fazendo na Secretaria? Um dos elementos para tentar... Por que a Secretaria é hoje Secretaria de Mobilidade, e não mais de transportes? Nós enxergamos uma oportunidade. Foi dito aqui, em algum momento, que o termo mobilidade é um termo novo, recente, e nós enxergamos nessa nova ideia uma oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA – ... de reunir todas as políticas que são necessárias, porque era tudo muito espalhado, e acredito que essa seja uma realidade em todos os governos do Brasil.

Calçadas. Estamos buscando, para dentro da Secretaria de Mobilidade, política sobre calçadas, ciclovias, sistema viário, táxi, ônibus, todos os modais de transporte, mas também política de estacionamento, política de carga e descarga, para tentar desafogar o trânsito.

Nesse meio, estamos propondo para o Governo do Distrito Federal uma coisa que estamos chamando de Pacto pelo Trânsito, que tem elementos para garantir a fluidez e a segurança no trânsito. Nesse programa, estarão incluídos aqueles elementos para garantir a segurança no trânsito relacionados, basicamente, à infraestrutura. Com base em estudos, identificamos que a grande maioria dos acidentes de colisões de veículos com mortes no Distrito Federal ocorrem em locais onde havia uma imperfeição na via, seja de projeto, seja por mau uso daquela via, que permite um "gato", vamos dizer assim, e esse "gato" é o gerador de um acidente. A grande maioria dos atropelamentos também ocorre a 50 metros de um ponto de ônibus, na hora de pico

Com base nesses estudos, no melhor conhecimento disponível, nós vamos implantar política pública para melhorar a infraestrutura das vias, para impedir esse mal uso da via e também para garantir que o pedestre possa fazer a travessia daquela via, no horário de pico, com segurança.

No mais, agradecer mais uma vez o convite e a iniciativa do Senador Paulo Paim e me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Secretário de Mobilidade Urbana do DF, Sr. Carlos Henrique Rubens Tomé Silva.

Vamos logo ao próximo convidado. Cumprimentando as iniciativas do DF, na figura do Carlos Henrique, Secretário de Mobilidade do DF, passamos a palavra ao Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, que aqui representa o Ministério das Cidades, Sr. Dario Rais Lopes.

Em seguida, ouviremos dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dario Rais Lopes) – Bom dia a todos. Senador Paim, agradeço pelo convite e oportunidade.

Eu vou tentar fazer uma pontuação e a interface que nós, na Secretaria de Mobilidade, vemos entre a questão da mobilidade e a questão da segurança no trânsito.

Vou começar resgatando aquele conceito que, na academia, talvez seja o menos controverso de mobilidade urbana hoje. Mobilidade urbana seria a capacidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, atendendo a três atributos: espaço, tempo e estado.

O atributo de espaço diz respeito à possibilidade de as pessoas se deslocarem de onde estão para onde desejam.

O atributo de tempo diz respeito à possibilidade de as pessoas se deslocarem e chegarem aos seus destinos dentro dos tempos necessários ou dos tempos desejados.

E, por fim, mas não menos importantes, os atributos de estado. Mais do que você chegar aonde você quer e no tempo que você deseja ou precisa, você tem de chegar com conforto e com segurança.

Prover possibilidade de deslocamento por qualquer modo público no qual você tem mais do que seis pessoas por metro quadrado não é prover mobilidade no sentido amplo do conceito. Prover possibilidade de deslocamento no qual o índice de acidentes é alto não é prover mobilidade, ou seja, o conceito de segurança

é intrínseco à mobilidade, e a mobilidade, por tratar de atributos como tempo, espaço e estado, trabalha no âmbito urbano com, primeiro, a organização da cidade.

Ao se trazer próximo atividades meio e fim, ou seja, habitação e trabalho, habitação e serviços, você dá melhores condições de mobilidade, porque você diminui as distâncias e permite que os deslocamentos sejam feitos por modos não motorizados.

Ao pensar nos atributos de espaço, de tempo e de estado, você pensa nas formas de circulação, o trânsito, e como os deslocamentos são feitos: de forma individual ou de forma coletiva, o transporte.

Ou seja, mobilidade é mais do que pensar o transporte coletivo, é mais do que pensar o trânsito, é pensar simultaneamente o uso do solo, que vai definir os padrões de deslocamento; o transporte, que são as formas pelas quais esses deslocamentos são feitos; e o trânsito, quem são e a própria circulação em si.

Soluções de mobilidade, portanto, acabam sendo soluções estruturantes no sentido de mudar ou aprimorar o desenho de uma cidade.

Para que se veja o impacto disso agora na questão da segurança no trânsito, vou resgatar um conceito de trânsito.

Trânsito como atividade, ele tem três grandes pilares, que, em inglês, são *the triple e*: a engenharia, a educação e o esforço legal, a fiscalização.

O primeiro pilar é a engenharia. E por que é o primeiro pilar? É o primeiro porque é através da engenharia que as condições físicas para a circulação serão estabelecidas. E é primeiro porque uma boa engenharia, ou seja, o uso de técnicas de *traffic calming*, o desenho adequado das vias de circulação, ajuda a disciplinar o mau condutor. Por outro lado, uma engenharia má, por exemplo, uma sobrelevação invertida ou um ciclo semafórico mal calculado imputa ao bom condutor riscos desnecessários.

Como é que a gente junta tudo isso, então? Junta-se através da engenharia. As boas soluções de engenharia de mobilidade são soluções que não só permitem um bom deslocamento, mas elas criam o ambiente no qual você tem a menor probabilidade de acidentes.

Como é que a gente pode ver isso na prática? Vou pegar um exemplo aqui: a primeira grande solução de mobilidade urbana do mundo, que é uma solução brasileira, são os trinários da cidade de Curitiba. Para quem ainda não está perfeitamente identificado com a ideia, trinário é um corredor, que lá em Curitiba se chama canaleta. Ao lado da canaleta, você tem uma avenida e, depois, uma ou duas quadras dessa canaleta, você tem uma avenida que funciona em binário – uma que vai ao centro e outra que vem do centro. Entre essas duas avenidas de sentido único, você chama de setor estrutural do trinário. E é no setor estrutural do trinário que você permite o maior adensamento. A partir das quadras externas ao setor estrutural do trinário, você vai reduzindo as cotas, ou seja, você vai reduzindo o adensamento. Mais pessoas morando próximo ao sistema de transporte coletivo que tem prioridade. Isso é uma solução integrada. Isso é uma solução de mobilidade.

Qual é o resultado concreto dessa história toda que começa, em Curitiba, a ser planejada nos anos 60? Para mostrar o resultado disso, vou regatar uns indicadores aí. Lamentavelmente, acho que é claro para todo mundo que a nossa situação em termos de indicadores de segurança de trânsito não é das mais confortáveis aqui no Planeta. Nós vamos raciocinar só com o indicador que é mais utilizado, que é o indicador indicado pela Organização Mundial de Saúde, que é o número de mortos no trânsito por cem mil habitantes.

O Brasil ocupa uma incômoda posição: temos um indicador de 22 mortos por ano, por 100 mil habitantes. Isso é ruim, desconfortante, mas não é o caos – ao observar a Nigéria, por exemplo, isso aí está em torno de 35. Mas a gente não quer ser comparado à Nigéria, com todo o respeito que o pessoal de lá merece; queremos ser comparados ao *benchmark*. E o *benchmark* desse indicador, hoje, é o Reino Unido, em que esse indicador é de 3,7 no país; temos o indicador de 22, e há o indicador de 3,7.

Em termos de indicadores, somos dos BRICS, em que todos têm indicadores em torno de 19 e 22, que somos nós. Então, é uma coisa interessante, até para estudo econômico e sociológico, como esses países de capitalismo tardio e de inserção tardia, na globalização, acabam tendo, nessa questão, o mesmo comportamento. Mas vamos observar cidades isoladas.

Curitiba, depois de tudo isso, tem um indicador que é de 5,2 – a média brasileira é de 22, e Curitiba é de 5,2, que é o indicador do Japão há dois anos. Ou seja, boas soluções, soluções integradas que respeitem e adotem integralmente o conceito da mobilidade criam um ambiente propício a você ter mais segurança no trânsito. Diria que as boas soluções da engenharia da mobilidade são uma condição necessária, mas não são uma condição suficiente, porque você tem que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só por uma questão de grande justiça, ou injustiça, quero fazer justiça... Lembra-se de Curitiba? Estive lá recentemente. Foi muito por meio do Jaime Lerner, não foi?

O SR. DARIO RAIS LOPES – Sim, foi o Prof. Jaime Lerner, que coordenou o primeiro estudo, e fez a... Tanto é que se chama canaleta, não se chama corredor, porque isso não existia nos anos 60. E foi colocado um conjunto de professores da universidade, isso foi extremamente importante no Estado, porque foi uma universidade que resolveu – e como venho da universidade também tenho que vender o meu peixe, não é? –; foi um conjunto de professores da universidade de arquitetura, universidade de engenharia civil...

E por que canaleta? Para dar a noção e a ideia para o cliente da fluidez. É na canaleta que você vê o líquido correndo, sem nenhuma solução de continuidade. Então, esse é o meu conceito de canaleta.

Mas é importante resgatar isto: as soluções de mobilidade são importantes. E é muito importante a posição do Distrito Federal, no sentido de agregar isso, a começar pela questão do uso do solo, organizando o uso do solo, dando prioridade para modos de transporte em que você tenha a redução das distâncias, e das distâncias grandes, dando prioridade aos modos coletivos.

Isso não garante que você terá um indicador de segurança que seja um indicador como o da Grã Bretanha, da Alemanha. Não, mas é uma condição importante, é uma condição necessária. Então, penso que o caminho nesse quadrante é uma condição fundamental para haver bons resultados.

Vou mencionar alguns exemplos que estão acontecendo hoje no Brasil. Estamos, na Secretaria, apoiando, entre os vários projetos que apoiamos, um projeto no interior do Rio de Janeiro – foge-me se é em Caxias ou se é em Nova Iguaçu. É muito interessante, está-se reestruturando, redesenhando a rede de transporte coletivo com os corredores, que têm alimentação tradicional.

Mas o mais interessante é que há um sistema de alimentação por bicicleta. O que acontece: o cliente sai de sua casa de bicicleta, chega à estação de integração com o transporte coletivo, há um bicicletário, e ele pode fazer essa integração. Então, existem iniciativas muito interessantes, muito ricas, no País como um todo.

Em Curitiba, de novo, tive a oportunidade de eu mesmo fazer uma experiência com *car sharing*. Em Curitiba, hoje eles estão implantando o *car sharing*, mas, como é um processo inicial, esse processo está sendo implantado entre os órgãos da Administração Pública. Então, você sai ao Palácio do Governo, vai ao Departamento de Estradas de Rodagem, ou a lugar semelhante, com os carros. Os carros são elétricos. Para quem não está acostumado, é horrível, porque você só ouve o barulho, não ouve nada naquele negócio. Então, você vai com um medo desgraçado de fazer um acidente, porque você não sabe se está ligado ou não. Mas é uma experiência riquíssima essa do *car sharing* em Curitiba.

Ou seja, nós temos uma situação que não é ainda confortável, longe disso, mas eu penso que temos, ao longo do País inteiro, muitas iniciativas que devem ser resgatadas – acho que esse é um fórum muito interessante para o senhor conduzir, esse resgate – no sentido de disseminar essas boas práticas e, principalmente, disseminar a ideia de que as soluções de mobilidade devem ser implementadas com essa visão sistêmica de trânsito, transporte e uso do solo. Mas elas não são a grande solução. Há que se avançar mais para que tenhamos uma efetiva segurança no trânsito.

Era isso que eu queria colocar.

Queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e representante do Ministério das Cidades.

Agora, informo também a todos que a nossa audiência pública, desde as 9h, é transmitida ao vivo pela TV Senado, por todo o sistema, e também pelo canal 24 da TV a cabo. E, para as pessoas que quiserem interagir: bit.ly/audienciainterativa.

E permita-me, Senador – V. Exª pode até comentar, se assim entender –, ler algumas frases dos nossos queridos telespectadores.

Pergunta de Israel Kauan Pereira de Freitas: "não seria bom implementar novas ciclofaixas ou ciclovias?"

Depois, Anna Flávia Schmitt: "O Estado de Santa Catarina está com problemas graves de mobilidade urbana e transporte público, e muitas cidades do litoral não têm ciclovias. O interior do Estado quase não tem mais transporte público."

Eu sempre digo que leio tudo o que chega aqui, independente da posição de cada um.

João Paulo Ribeiro: "Bom dia. Sou de Salvador, tivemos [aqui] uma obra do PAC que fez a via expressa com ciclovias sem continuidade, com batentes entre um trecho e outro e não foram bem sinalizadas. Construtoras deveriam ser obrigadas a consultar a população e ciclistas para não se perder oportunidades."

João Paulo Ribeiro: "Muito bom dia [para todos]. Há propostas/requerimentos para a isenção de IPI para as bicicletas. No entanto o que vemos são [redução de] IPI dos carros inferiores às das *bikes*."

Só para dizer que, nessa questão do IPI, há um projeto do Inácio Arruda, há um de minha autoria e também um, agora, mais recente e que, na verdade, é mais completo, do Senador Randolfe Rodrigues, que trata dessa questão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pergunta João Paulo Ribeiro: "Gostaria que [...] [os ilustres convidados e Senadores comentassem] a respeito da isenção/redução de IPI para as bicicletas no Brasil. Já há [...] [inúmeros projetos] nesse sentido. Na Europa a bicicleta gera mais emprego que indústria siderúrgica, minas e pedreiras" – conforme ele.

Comentário de Ítalo Marcus de Moraes Tupinambá: "Sou ciclista, moro em Teresina-PI, as últimas reformas urbanas, notadamente pavimentações, suprimiram muitas ciclofaixas, algumas foram implantadas visando mais o lazer e o esporte" – e esqueceram o ciclista –, "a enorme frota de ciclistas da cidade é composta de trabalhadores simples" – ele fala aqui – "da construção civil."

Comentário de Ítalo Marcus de Moraes Tupinambá: "E por moradores das zonas rurais da capital do Piauí, as faixas que havia eram precárias, mas serviam para delimitar o espaço e precariamente proteger os ciclistas dos concorrentes mais próximos, os ônibus e os caminhões [...]" e carros.

Comentário, agora, de cidadão, via Alô Senado, Elias Gessé Erdman, Mato Grosso: "Em Várzea Grande e Cuiabá/MT, foram feitas várias obras para a Copa do Mundo, mas não houve melhorias na mobilidade urbana. Informa que mora há 15km do local de trabalho, mas que não pode utilizar a bicicleta como transporte, porque não há ciclovias."

Agora, Comentário de Maria de Fátima Anselmo Edelmann, São Paulo: "Acredito que deveria haver delegacias voltadas exclusivamente para o trânsito, tornando mais célere a resolução dos problemas que ocorrem nas vias brasileiras e, consequentemente, reduzindo as demandas das outras delegacias."

Por fim, a última, do Fernando Luis Garcia Macedo, de Santa Catarina: "Quanto ao transporte individual, acredito que é preciso investir mais em ciclovias, já que o ciclista é banalizado no trânsito, pois não há respeito por falta de conscientização. Deveria haver maior rigor nas leis para valorizar a vida do ciclista."

Como vemos, os ciclistas são os que mais bombaram aqui, exigindo mais espaço e condições para que eles transitem, não só por lazer, mas também para o trabalho.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Hélio José.

Em seguida, Senador José Medeiros.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência, é com muita tranquilidade que quero parabenizar V. Exª por esse trabalho excepcional de discutir assuntos tão diversos e variados, mas tão importantes para os direitos humanos, para a vida das pessoas.

Sem dúvida, a questão da mobilidade está bem voltada para essa questão do direito de ir e vir de uma forma não estressante, de uma forma confortável, dentro do tempo adequado. É um direito que as pessoas têm e que nós, o Estado, precisamos garantir.

Creio que esse debate aqui vem bastante ao encontro disso e nos ajuda muito a refletir sobre a necessidade de cidades ecologicamente corretas, com trânsito mais adequado.

Eu queria saudar o Sr. Edson Nunes, da Polícia Rodoviária Federal, tão importante para nós todos; a D. Maria Rosa Ravelli de Abreu, professora, que deu aqui uma aula de cidadania; o Sr. Dario Rais Lopes, representando nosso Ministério das Cidades, e, em especial, meu querido amigo Carlos Henrique Rubens Tomé Silva, nosso querido Carlos Tomé, que fez toda a discussão técnica do nosso Governo atual, do Rollemberg, e que está cumprindo essa tarefa de Secretário de Mobilidade Urbana do Distrito Federal.

Quero saudar também nosso amigo Henrique Ludovice, mais conhecido como Ludovice, Diretor Geral do DER do Distrito Federal, que tem feito também um trabalho importante na questão das vias urbanas do Distrito Federal.

Não resta dúvida de que, quando andamos em outros países, principalmente os europeus, enchem-nos os olhos quando vemos um trânsito muito mais civilizado, muito mais adequado à realidade das grandes cidades.

Lembro muito bem: por exemplo, em Viena, na Mariahilfer, o trem passa na frente de todo mundo, não atropela ninguém, rapidinho, todo mundo subindo e descendo; em Zurique, a mesma coisa. Outro exemplo, quando você vai a Madri de carro. Madri é uma cidade centenária, e se entra e sai rapidinho. Eu estava dirigindo lá, fiquei em Las Ventas, no centro da cidade, e entrar e sair de Madri, uma cidade enorme daquela, em hora de *rush*, é rapidinho. Por quê? Porque há engenharia de trânsito adequada para permitir essa mobilidade com mais tranquilidade.

Então, temos esperança de desengarrafar nossas grandes cidades brasileiras, de educar nosso povo para que possa utilizar algumas formas alternativas, algumas formas mais humanas de deslocamento.

Quando a gente chega a Amsterdã, por exemplo, vê aqueles bicicletários lotados, como colocou aqui o Dario Rais, do nosso Ministério das Cidades, do meu querido amigo e Presidente do meu Partido, Gilberto Kassab. É muito importante aquele deslocamento. São pessoas de terno, pessoas preparadas para ir para o serviço, todo mundo de bicicleta, andando para cima e para baixo. Então, é uma cultura que nós, aqui, precisamos ter nas nossas cidades.

É muito desgastante entrar em São Paulo e demorar tanto tempo para chegar ao centro da cidade, por exemplo. Brasília, hoje, é uma cidade que foi mais planejada, com ruas largas, e, se for sair aqui no final de tarde, se for para o rumo oeste, por exemplo, Taguatinga, ou rumo leste, que é Planaltina, você vai se penalizar bastante com o eixo, porque são seis vias superlotadas, com trânsito muito lento. Então, a gente precisa dar uma melhorada nisso. E acho que o Carlos Tomé tem tentado olhar com um olho mais voltado para essa questão de humanização do nosso trânsito.

Nesse final de semana, quem pôde ler o *Correio Braziliense*, viu que ele trouxe uma reportagem sobre a paz no trânsito, que era uma coisa que dava orgulho ao morador brasiliense.Na época do governo Cristovam, Senador aqui nesta Casa, foi instituído uma campanha muito forte com relação à paz no trânsito.

Tomé, acho que poderíamos tentar, de repente, reeducar o pessoal para respeitar aquele bate mão nas nossas faixas de trânsito, que eram orgulho de todos nós. O Uruguai é um país aonde se você colocar o pé na rua, as pessoas param. Na Suíça, a mesma coisa. Aqui em Brasília era a mesma coisa: quando o pedestre chegava na faixa o pessoal respeitava, e isso transformava as pessoas, que tinham muito mais orgulho. De repente, a gente pode resgatar essa discussão.

A questão das ciclovias. Acho que algumas quilometragens foram feitas razoavelmente pelo Governo anterior, mas penso que devemos retomar, fazendo, talvez, com mais qualidade, com mais planejamento, porque Brasília é uma cidade plana, que favorece muito a que as pessoas se desloquem em ciclovias.

Sobre a questão do VLT, acho que precisamos investir mais. Talvez essa ligação da W3 toda, a avenida comercial de Taguatinga, alguma coisa assim, Hélio Prates. Poderíamos desengarrafar essas principais vias... Talvez a Esplanada. O VLT é um transporte sobre trilhos, que vai ficar mais tranquilo e que vai carregar mais pessoas de uma vez só, evitando a poluição. Acho que vale a pena a gente avaliar isso. Há também essa questão da interligação, o aproveitamento dos trilhos de Luziânia para Brasília. Luziânia é uma grande cidade do entorno de Brasília.

Como já existem os trilhos, se melhorarmos vai ser de grande importância para o Distrito Federal, porque vai unificar as cidades de grande densidade populacional, facilitando o transporte para os pontos onde essas pessoas trabalham aqui no Distrito Federal.

Quero dizer que nós, do Distrito Federal, Senadores e Deputados Federais, estamos abertos para nos unirmos e apresentarmos emendas coletivas que possam estar contribuindo tanto com a Secretaria de Mobilidade, quanto com o DER e com o próprio Detran, a fim de possamos dar melhor harmonia e tranquilidade ao nosso trânsito. Estamos abertos, Carlos Tomé e Henrique, para discutirmos isso no tempo devido. Você que é nosso amigo desta Casa sabe bem como são os trâmites.

Quero concluir, Senador Paulo Paim, mais uma vez tendo o orgulho de participar desta Comissão como membro titular, pois sei o seu esforço no sentido de trazer os mais diversos assuntos para o debate, o que tem sido importante para o nosso País e para as nossas cidades. Assim, colaborar nesta Comissão é de bastante satisfação a todos nós, que estamos sempre abertos para colaboração.

Obrigado a todos. Estamos aí para ajudar Brasília e o Brasil a terem um trânsito mais humano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

Agora vou passar a palavra ao Senador José Medeiros. Mas noto que no plenário há diversos estudiosos, especialistas neste tema. Se quiserem usar a palavra...

Lembrei de você, Nazareno, porque trabalhou em Porto Alegre. Assim, se quiserem usar a palavra, é só se inscreverem e darem as suas contribuições ao debate, depois que terminarem as Mesas subsequentes. Mas seria importante ouvir a colaboração de todos que estão no plenário, independente dos nossos convidados.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paulo Paim, inspetor Edson Nunes, Secretário Dario Rais, Secretário Carlos Henrique, Prof. Fábio, Profª Maria Rosa, um debate muito importante porque, aqui já foi falado, citado, nós perdemos em vidas contáveis, o número é alto e assusta, e às vezes assusta de forma seletiva. Quando acontece uma tragédia como a da Boate Kiss, mais de 270 pessoas morreram, o País fica em verdadeira comoção, assusta-se com aquilo, ou cai um avião, morrem mais de cem pessoas. Mas todos os dias há verdadeiras tragédias acontecendo. Nós temos um corredor rodoviário em Mato Grosso que, todo ano, em torno de 280 pessoas, todo ano aquele número. É muita gente. E, nas cidades, todos

os dias, acontecem verdadeiras tragédias. E às vezes a indignação é um pouco seletiva, porque vai morrendo aos poucos, isso parece fazer parte do nosso cotidiano.

Eu vejo que, na verdade, diagnosticado o problema está. Nós temos conhecimento, *know-how* para isso, temos casos de sucesso em vários locais do País. Brasília é um exemplo, já foi citado aqui, Curitiba também e vários outros locais. A pergunta que fica é: o que falta? Porque nós temos o conhecimento, nós sabemos do problema. Parece que a resposta óbvia é: prioridade e vontade política de que a coisa aconteça. Vejo como exemplo a Copa do Mundo, em que havia uma grande preocupação com a segurança pública, estou falando no geral, obviamente também com o fator mobilidade. Os órgãos se integraram – houve uma preocupação com isso –, e funcionou como um relógio.

O inspetor colocou aqui sobre o Programa Rodovida, e foram citados outros programas também. Foi provado matematicamente, estão aqui os gráficos, que, nessas operações específicas, como a Operação Carnaval, que se sabe que haverá fluxo de pessoas, fatores como álcool, o Poder Público foca, traz como prioridade, e os números caem. E por que isso não acontece diariamente no ano inteiro? Ou por que esses programas de sucesso não estão ocorrendo? Isso nos remete novamente à prioridade e à vontade política, porque, se for exigido da Polícia Rodoviária Federal que faça a Rodovida anual, ela não vai conseguir porque não terá efetivo para isso. Com certeza, consegue fazer a Rodovida com um esforço concentrado, em que se reagrupam as escalas, em que todos os recursos são colocados em prol daqueles, vamos dizer, oito a dez dias de Carnaval, mas não consegue manter isso durante o ano. Assim como a segurança pública da Copa, também não se consegue fazer isso durante todo o ano.

O certo é que temos muito trabalho pela frente porque nos falta, a meu ver, e digo isso por constatação aqui das falas, integração nesses órgãos. Nós temos o *know-how*, temos o conhecimento, e falta integrar. Eu vou dar um exemplo aqui. O Prof. Rais é do Ministério das Cidades. Este Ministério tem o Denatran, que faz parte do Sistema Nacional de Trânsito, mas boa parte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o representante do Denatran vai falar também aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...do Sistema Nacional de Trânsito está meio que ligada ao Ministério da Justiça, e o Denatran está no Ministério das Cidades. A meu ver, nós tínhamos que ter uma integração maior desses órgãos todos.

Foi colocado aqui pelo professor que o principal pilar do sistema, quando colocou os três pilares, é a engenharia. Mas o que a gente vê, apesar de ela ser o principal pilar, nos exemplos em cidades, em Municípios. Como é que isso ocorre? Geralmente o setor de engenharia fica na secretaria de obras ou em outros lugares ligados ao planejamento. Dificilmente, você encontra um Município que tenha um departamento de engenharia à disposição daquele órgão, integrado às secretarias de planejamento, para pensar o trânsito, para pensar essa engenharia de tráfego.

E mais ainda, outro fator, me parece que temos uma grande falta desses profissionais, porque eu vi uma entrevista de um prefeito que implorava, que pagava o que fosse para ter um profissional desses em sua cidade, porque ele queria fazer uma revolução no trânsito. Encontrei-o, após alguns anos, e perguntei se ele tinha encontrado esse profissional. Ele me disse que não tinha encontrado. Então, parece-me que temos pouca mão de obra capacitada nesse setor. Talvez nos grandes centros a realidade seja diferente, mas, nos Municípios do interior, há muita dificuldade a respeito.

Paralelo a isso, eu vejo que, nos Estados, nós temos o DETRAN, que, em tese, é o órgão responsável pela coisa toda, mas eu vejo os DETRANs, hoje, muito mais de forma cartorária do que como um órgão capaz de dar subsídio para os Municípios. Agregado a isso, eu vejo as secretarias de trânsito como um apêndice, como algo que "tem que ter, meio que pró–forma, para que eu possa fazer parte do Sistema Nacional de Trânsito". Quando é montada a secretaria nas Prefeituras – e eu estou falando muito de Município aqui porque é onde a coisa corre, onde a coisa acontece –, não se vê muito foco nisso. As secretarias de trânsito, na maioria, têm dificuldade de verbas para comprar cartucho de tinta. São responsáveis pelo planejamento do transporte, por tirar os gargalos dos pontos de conflito, pelos novos pontos de afluxo de pessoas, mas não têm estrutura nenhuma.

Então, temos esse caldo todo que resulta no que temos nas cidades. A engenharia faz, às vezes, obras magníficas, e um ouvinte nosso citou o caso de Várzea Grande, no Mato Grosso. Em Várzea Grande, no Mato Grosso, por exemplo, durante a Copa, foi lançado um grande pacote de obra de mobilidade urbana. E o que mais se ouvia falar era em mobilidade, mobilidade, mobilidade – palavra maravilhosa, linda! Mas o que aconteceu depois com o legado da Copa? Ficou o esqueleto de um VLT. Passou-se boa parte do tempo discutindo esse meio de transporte, se seria BRT ou VLT; veio a Copa; e o VLT não aconteceu, mas está lá, ligando nada a lugar nenhum. É um esqueleto no meio da cidade. Já se gastou R$1,4 bilhão, e fala-se em gastar mais R$1 bi-

lhão para terminar isso. Paralelo a isso, não se vê um projeto de integração a esse corredor. Então, do que vai adiantar você ter um corredor se você não tem a linha alimentadora desse sistema?

Eu estou dando o exemplo de Mato Grosso, onde surgiu esse caso, mas a gente nota que, em boa parte do País, nós não temos um sistema de transporte integrado, e, nesse ponto, recaímos no que o Carlos falou aqui: dar alternativas para que essas pessoas comecem a migrar. Eu até noto que há certa vontade, mas o sujeito para na calçada, olha para o carro dele e pensa: "Se eu for pegar o ônibus, ele vai passar daqui a quantos minutos?"

O grande problema é que, no nosso sistema de transporte, por essas secretarias não serem, vamos dizer, aquele órgão que funciona a contento, não funciona a engenharia, e, portanto, nós não temos corredores em que esse meio de transporte possa trefegar e ser alimentado. Não existe essa integração. Nós temos um setor de transporte mal fiscalizado, e, com isso, nós não temos regularidade, não temos boa qualidade. E isso espanta.

Eu sinto, na verdade – e aqui vai uma crítica ao setor que recebe essas concessões –, que o melhor negócio do mundo é uma empresa de transporte público. O melhor negócio do mundo seria esse. E o segundo melhor negócio seria uma empresa dessa mal administrada, digamos assim. O melhor seria uma bem administrada; o segundo seria uma mal administrada, mas ainda assim daria muito dinheiro.

Em todo negócio que montarmos, vamos ter que ficar esperando cliente, implorando para que ele venha; vamos ter que fazer campanhas de publicidade; vamos ter que pegar todo tipo de crédito, cheque, tudo; e vamos ter que ter ainda um setor de cobrança para receber isso. No setor de transporte, não. Quem espera é o cliente, ávido que passe. Faça sol ou faça chuva, ele está lá; se chover, melhor ainda. Então, é um ótimo negócio. Mas esse setor faz uma verdadeira... Judia mesmo do usuário, porque, em quase todas as prefeituras, Senador Paim, a grande verdade é que se matam os horários. No interior, o couro come. As empresas rodam nos horários-filé, mas colocam poucos veículos, e, portanto, o passageiro anda como se estivesse naquelas carretas que carregam porcos, imprensados, as mulheres até sofrendo constrangimentos. Nos horários de menos lucro, vamos dizer assim, esses ônibus simplesmente não rodam. E fica por isso mesmo porque as Prefeituras, ou por deficiência ou por corrupção dos gestores, não mantêm uma fiscalização ativa.

Então, nesse cenário, o que vai sobrar? Transporte individual. O sujeito vai comprar uma motocicleta, vai comprar um veículo e, com isso, some do transporte coletivo. Então, vejo que a saída – e esse diagnóstico eu tirei por aqui, essa conclusão eu tirei pelo que já foi falado aqui - é, em primeiro lugar, o poder público colocar isso como prioridade. "Vou resolver". Ter vontade política para isso. E colocar recursos para tal. Do contrário, vai parar. Vai ter dia e hora para parar.

Vemos que a cada dia esses órgãos são menos priorizados. Os órgãos que estão tentando fazer alguma coisa, como a Polícia Rodoviária Federal, são sucateados. Lógico que o inspetor não vai dizer isso aqui, porque ele veio com o foco de trazer os resultados, e nem cabe a ele fazer essa crítica, mas é uma constatação. Em todos os Estados, unidades da Polícia Rodoviária Federal estão sendo fechadas por falta de efetivo. Há poucos dias, a Senadora Ana Amélia falou sobre o Rio Grande do Sul; no Mato Grosso já é o terceiro que fecha do ano passado para cá. E menos fiscalização, mais acidentes. Isso é óbvio.

Paralelo a isso... Estou fazendo essa colcha de retalhos para mostrar o que está acontecendo nas três esferas. Municípios, Estados e União têm essa problemática.

Vou falar sobre um problema que tem acontecido muito nas rodovias. Estamos aumentando... Temos vias feitas para veículos da década de 70 e hoje temos verdadeiros rodotrens trafegando com pesos de 100 toneladas. E coloco o ponto: não me parece haver uma integração entre o que o DNIT libera – porque é o DNIT que libera esses rodotrens... Não vejo o DNIT conversando; e se existe essa conversa, talvez não esteja surtindo resultado. Mas não vejo essa integração entre a engenharia, a fiscalização, quem planeja, enfim, está tudo muito solto. E por essas coisas estarem soltas, o sistema não funciona.

De outra parte, vemos o Governo, o setor econômico liberando cada vez mais incentivos para a compra de automóveis. Agora mesmo a indústria está gritando aí... Daqui a pouco vem mais uma roda de incentivos. E aí a minha indagação: esse setor econômico está conversando com o Ministério das Cidades, com quem faz as rodovias, com quem faz a parte urbana, está havendo essa integração? Porque são setores que deveriam estar totalmente conversando entre si, dentro de um planejamento, para que pudéssemos resolver esses problemas. Mas, a meu ver, está indo muito a reboque.

Eu sempre cito como exemplo, eu tenho como exemplo de tudo isso aquela ponte estaiada, linda, lá em São Paulo. Toda vez que eu vou assistir ao jornal e vejo aquela ponte, eu a vejo como exemplo disso. Fico imaginando o quanto foi gasto naquele empreendimento, e eu pergunto-me o que ela resolveu? Ela ligou um engarrafamento a outro engarrafamento. Este é o retrato que nós temos. E aí, às vezes, a gente até fala: "Mas o cidadão deveria se conscientizar e andar, pegar a bicicleta". Mas ele fala: "Como? Nós não temos uma malha viária preparada para isso". "Devia andar de ônibus". "Mas como?" Não é verdade! Essa é a reflexão que fica, porque penso que tem que partir do Poder Público.

Senador Paim, V. Exª foi de uma felicidade imensa ao puxar esse tema. Penso que temos que ter outras rodas dessa para começarmos a buscar esses atores todos, para podermos fomentar toda essa discussão, no sentido de trazer esse cliente, digamos, para o transporte público.

Para finalizar, lembro-me de entrevista dada pelo presidente do Chicago Bulls, época em que surgia a transmissão dos jogos com aquela forma maravilhosa, oportunidade em que o repórter perguntou-lhe: "Como é que vocês vão fazer para competir com a TV? Porque o sujeito vai estar na poltrona da casa dele, muito bem-instalado, comendo pipoca ou qualquer outro petisco, assistindo aos jogos, com entrevistas, e como é que vocês vão fazer para levar o público às arenas?" Ele disse: "Vou tornar a arena um lugar mais confortável do que a poltrona da casa dele". E, de fato, isso virou uma realidade nas arenas nos Estados Unidos.

Então, no momento em que o transporte coletivo for melhor do que o meu carro, com certeza, eu vou mudar para o transporte coletivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. V. Exª deu um exemplo no final que, de fato, arredondou toda a sua fala. (*Palmas.*)

Nós precisamos disto: transporte coletivo de qualidade. E, com isso, naturalmente a população terá o seu espaço.

Eu vou pedir a esta Mesa que volte para a primeira fila, porque, neste momento, nós vamos chamar uma outra Mesa, sem prejuízo do debate, e depois vamos passar a palavra também para os nossos convidados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, eu vou me retirar momentaneamente, porque tem um pessoal me esperando, mas ainda retorno. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k..

Então convido, para a segunda Mesa, o Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e também representante do Ministério das Cidades, o Sr. Alberto Angerami.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido a Srª Cláudia Maria Cristina Macke Miani, jornalista e coordenadora, desde 2004, do Programa de Educação e Prevenção de Acidentes da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação; grande Rede Sarah.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido o Sr. Henrique Luduvice, Diretor-Geral do DER-DF; o Prof. Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciência Pública e representante do Blog Ambiente e Transporte e, por fim, Renata Florentino, Secretária Institucional da ONG Rodas da Paz.

Para ganharmos tempo, peço aos representantes do Ministério das Cidades que continuem nesta Mesa, os dois, um está chegando e outro que já estava, porque entendo que o Ministério das Cidades ao mandar inclusive dois representantes para falarem de áreas específicas está prestigiando esse nosso debate.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Alberto Angerami, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), também do Ministério das Cidades.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. ALBERTO ANGERAMI – Bom dia a todos!

O Departamento Nacional de Trânsito é um órgão executivo nacional de trânsito; o diretor do órgão é o presidente do Conselho Nacional de Trânsito, órgão que dita a política de trânsito no Brasil.

Já foi dito aqui que o trânsito se sustenta em três pilares: educação, engenharia e fiscalização. Eu coloco como prioridade um a educação; educação que começa nos lares, passa pelos cursos primário, secundário, superior etc.

A engenharia, como bem disse o Dr. Dario, é a utilização de vias públicas boas. Porque trânsito, segundo o próprio legislador no Código de Trânsito Brasileiro, é a utilização das vias por veículos, motorizados ou não, pessoas e animais.

A educação, a engenharia e a fiscalização precisam estar integradas para que nós tenhamos segurança no trânsito. E a segurança no trânsito depende fundamentalmente da fiscalização. Eu insisto em falar em fiscalização continuada e não esporádica, como eu insisto em falar em educação continuada e não esporádica. As campanhas educativas devem ser continuadas, diárias, como a fiscalização deve ser continuada.

Eu percebi, na minha cidade, São Paulo, que quando foi instituído o bafômetro a fiscalização era continuada. Nós sabemos que a bebida alcoólica tem provocado acidentes gravíssimos em todas as cidades brasileiras. Essa fiscalização com a bafômetro era continuada, mas ela se tornou esporádica. Francamente, eu tenho visto muito pouco fiscalização com o bafômetro.

Os números de acidentes são alarmantes. Ano passado, tivemos cerca de 50 mil mortes no trânsito no Brasil, com um índice de 22 mortes por ano por 100 mil habitantes, quando sabemos que em países onde a educação é continuada, onde a fiscalização é continuada, esses acidentes atingem de 5 a 6 mortes por cada

100 mil habitantes. E, em razão dos acidentes, das mortes no trânsito, dos acidentes com vítimas, que representam para nós cerca de 35 bilhões por ano, em razão disso a ONU editou uma resolução, um pacto com 178 países signatários, a chamada década da redução de acidentes, resolução que foi firmada em 2010, a contar de 2011 até 2020. Já tivemos uma primeira conferência internacional, em Moscou, e a segunda será aqui no Brasil, nos dias 18 e 19 de novembro.

Portanto, vamos ter que apresentar nessa conferência os nossos números, que não são tão maravilhosos. Pelo contrário. Mostram que está havendo uma falha incrível nesse tripé do trânsito seguro, que é a educação, em primeiro lugar, que eu priorizo, a engenharia e a fiscalização.

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Dr. Alberto, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que complementou as informações que o Dr. Dario já havia trazido por parte do Ministério da Cidade.

Vou passar a palavra a Drª Cláudia Maria Cristina Macke Miani, jornalista e coordenadora, desde 2004, do Programa de Prevenção de Acidentes da Rede Sarah.

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Muito obrigada.

Bom dia, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Agradeço muito pelo convite à Rede Sarah, na pessoa da Drª Lúcia Willadino Braga, Neurocientista e Presidente da Rede Sarah.

Senhores expositores, participantes desse debate, ao longo desta manhã, tantos assuntos já vieram à discussão, mas, espero, de verdade, somar, auxiliar nos debates e encaminhamentos dos trabalhos de hoje, desta audiência pública, visando acessibilidade melhor e, portanto, o direito de ir e vir com o respeito devido, quando fazemos uso do espaço público.

Os pilares da educação e segurança do Programa de Prevenção de Acidentes, criado pela Rede Sarah, do qual faço parte, criado para atender jovens estudantes do ensino fundamental, tem o propósito de transformar, desconstruir hábitos errados, focar em atitudes seguras e, assim, objetivamos a preservação da vida com qualidade, que é algo que perseguimos todo o tempo na Rede Sarah.

A Rede Sarah é um centro de neurorreabilitação, cujos tratamentos são de referência dentro e fora do País. Nas nove unidades que mantemos, nas capitais brasileiras, temos um mapa da violência que ora reproduzo aqui para os senhores.

Essa pesquisa foca o paciente internado, isso nos facilita, uma vez que o acesso a esse paciente está ali, já que não precisamos marcar uma possível entrevista. Nós focamos, então, o ano 2000, e, depois, os anos de 2009 a 2014.

Pois bem, nesse perfil dos pacientes, o acidente de trânsito é o trauma mais recorrente, como os senhores podem observar. Em 2000, tínhamos 38% dos nossos pacientes internados por traumas, eles foram vítimas de acidentes de trânsito. Em 2013, para trazer então mais próximo da nossa realidade, esse número era de 46%, em 2014, 49%.

É o trânsito, sem dúvida, o grande maior causador de politraumas, depois são as quedas, que aqui também vale à pena uma ressalva: a população, à medida que envelhece, as quedas se acentuam com gravidade. Então, essas quedas acarretam traumas graves, principalmente a partir dos 60, 65 anos. Em seguida, chamo a atenção também às agressões por armas de fogo, prática de esporte, acidentes por mergulho e outras causas externas. Quando falo em saltos, mergulhos, refiro-me a saltos de ponta ou saltos ornamentais, como são conhecidos.

O meio de locomoção eu acho que precisamos reforçar como acessibilidade e o uso do espaço público. O histórico de acidente, quando ouvimos os relatos dos pacientes, o acidente é o grande causador e com mais vítimas. Já foi pior. Em 2000, 54% estava no automóvel, no momento do acidente. Em 2013, como os senhores podem ver, esse número já caiu para 38%; em 2014, caiu para 35%. Bom, ainda é considerável. Mas o meio de locomoção que mais cresce nas grandes cidades, também hoje, é o que mais traz sequelas individuais, que são as motocicletas. Em 2000, 22% foram feridos em motos. Comparemos, então, esses números, agora, com os últimos números de 2013/2014: 47%, em 2013; em 2014, 49%.

Outro referencial que acho bastante significativo para este debate é o extrato da violência no trânsito envolvendo o pedestre. Foram 7% dos nossos pacientes vítimas de um atropelamento. E esse número se manteve nos três últimos anos: 7%. Mas ressalto, Senador, não ser confortável. Por quê? Porque o perfil que chega para reabilitação no Sarah é o perfil que é salvo, aquele momento do acidente é um momento crucial em nível de agressão, e muitos não sobrevivem no ato de um atropelamento.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar, que os senhores representantes da segurança no trânsito também já trouxeram, é a questão dos acidentes nas rodovias e os locais relatados pelos nossos pacientes, quando se referem a acidentes. De 69%, mais ou menos, a 76% se acidentaram em rodovias. Em 2013, tivemos esse

número aqui substancial: 76%, que se feriram numa pista de uma rodovia; e, em 2014, 71%. Essa é a história que ouvimos com mais frequência no relato dos nossos pacientes.

Em termos de gravidade, os acidentes de trânsito trazem politraumas, acidentes medulares, acidentes cerebrais. E, quando falo acidentes medulares, a região cervical, portanto, que é altamente mobilizante, é uma preocupação constante no nosso cotidiano de atendimento.

Ressalto, também, os acidentes nas vias urbanas. Temos aí um número significativo. Registramos, em 2000, 19% dos nossos pacientes se feriram numa estrada de terra. Já em 2013, esse número – desculpe, pode voltar – foi de 15%; e em 2014, 19%. Estradas de terra são estradas menos favorecidas, infelizmente, estamos mais expostos a uma tragédia, são estradas não pavimentadas, não sinalizadas, sem infraestrutura, sem segurança, sem socorro. Foram 10% no ano passado, o mesmo número, como os senhores podem observar em 2013.

Temos estatísticas que demonstram também, a exemplo dos senhores que cuidam da segurança, que são os dias de maior risco: finais de semana, sem dúvida, uso de bebida alcoólica é um elemento agravante, sem dúvida.

Gostaria, também, de falar sobre o gênero: as mulheres são as que menos se expõem nesses riscos; em compensação, os homens são os que mais se vitimizam nesses traumas. Então, observem que, em 2014, esses números também nos surpreenderam: mulheres: 40,2% se feriram em 2014; homens, em 2014: 59,8%. Os senhores observam friamente, parece uma diminuição, mas não é confortável também, quando olhamos os traumas altamente incapacitantes. Eu acho que é isso que eu gostaria de ressaltar agora. As lesões medulares e os traumatismos cranienceфálicos são as maiores sequelas dos acidentes automobilísticos.

No ano passado, 77% se feriram com lesões medulares. Vale lembrar que é o sistema nervoso central. Ainda, na Medicina, não temos o que, confortavelmente, gostaríamos de ouvir num hospital que é: em quanto tempo, senhor médico, eu me curo? Essa resposta ainda demanda longos anos de pesquisa. A Rede Sarah está na ponta, em termos de pesquisas. Então, na verdade, é o grande desafio para a Medicina mundial. Daí eu achar que a questão da prevenção, é com o que eu trabalho, ser tão importante.

No ano passado, então, 77% tiveram lesões medulares; em 2013 esse número foi um pouco maior: 79%. Traumatismos cranienceфálico, quando falamos em lesões do sistema nervoso central, é acentuado também. Vejam os senhores aqui que, em 2000, 21%; em 2013, 13%; em 2014, 15%. Mas também, quando falamos em gravidade, as lesões neurológicas também nos preocupam muito. Dois por cento parecem pouco, numa visão macro, porém é uma lesão altamente incapacitante. Então, uma lesão que nós consideramos lesões graves.

Senhores, eu gostaria de descer a detalhes um pouquinho mais, quando falamos em lesões na medula. As lesões na medula nas áreas mais baixas, que chamamos de paraplegia, que afeta os membros inferiores, representa um maior volume de queixas de perda de sensibilidade e movimento dos nossos pacientes, vítimas de um acidente de automóvel. Foram 59%, como os senhores podem observar no gráfico, em 2013; 60% em 2014.

A tetraplegia, que é uma lesão ainda mais comprometedora, inclui a perda também dos movimentos e sensibilidade nas partes superiores do corpo, incluindo membros superiores. A tetraplegia é a lesão mais incapacitante, em que o paciente precisa contar com mais apoio, mais dedicação de nossos profissionais num trabalho interdisciplinar que o Sarah se dedica e trabalha, em todas as unidades, nas 9 unidades no País, onde mantemos o funcionamento da Rede Sarah. Quando afeta a área cervical pode até mesmo comprometer a capacidade respiratória. Essa lesão foi diagnóstico de 41% dos nossos pacientes, em 2013, e 40% em 2014.

Um outro ponto importante que precisamos trazer para debate é um instrumento tão corriqueiro, que todo mundo tem no veículo, mas nem sempre fazemos uso, e que cabemos discutir: a falta do uso do cinto de segurança, que ainda é algo que nos impressiona, os números, quando ouvimos os relatos dos pacientes, condutores, motoristas: 60% não usavam cinto de segurança na hora do acidente, nos registros que temos relativos a 2014, como os senhores podem observar ali. Portanto, 56%, em 2014; em 2013, temos esse número um pouquinho menor, 60%.

Passageiros do banco da frente, banco dianteiro. Parece que o condutor não é muito ouvido. Então, olhem só, os números são maiores. Se compararmos só 2013 e 2014, esse número foi menor em 2000, quando usamos a primeira referência. Então, 2014, 66% dos ocupantes do banco dianteiro não usavam cinto de segurança na hora do acidente; em 2013, 70%.

Banco de trás. Observem, senhores, em 2000, este número já foi bem maior, tivemos 86%, 80%. Esse número vem caindo. Em 2013, 76% e, em 2014, 68%. Sem dúvida que a fiscalização vem se mantendo mais efetiva. Mas, ainda assim, somos um tanto negligentes no nosso País em relação ao uso do cinto de segurança.

Por isso, senhores, a Rede Sarah intensificou os programas de prevenção de acidentes, principalmente acidentes no trânsito. Esse programa do qual faço parte, o Programa de Prevenção, é voltado a jovens, porque nós entendemos que ali que se constrói um futuro indivíduo mais consciente, mais preparado e, quem sabe,

um condutor que não vai provocar tantos desastres no trânsito. Intitulamos Educação para Toda Vida, porque ali realmente você semeia para toda a vida.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Já concluo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Sª tem mais cinco minutos.

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Então, eu participo desse programa. Levamos aos auditórios da Rede Sarah esses conceitos de informação e de prevenção, no formato de palestras – eu também ministro algumas palestras –, numa linguagem bem lúdica, bem infantil, porque a gente precisa atingir esse público – estamos no centro da Asa Sul, da Rede Sarah, no auditório da Rede Sarah. Usamos uma linguagem bastante focada no lúdico.

Também temos informações sobre acidentes caseiros, acidentes domésticos, acidentes nas escolas. Como atravessar a faixa de pedestres, o uso da sinalização de mãos, que parece tão simples, tão básica, mas o quanto ela é importante, porque ela envia comandos cerebrais para aquele condutor. Portanto, aquele condutor será sensibilizado, e as áreas vão contribuir para uma atenção maior.

Nós também trazemos para o cotidiano dessas crianças situações do trânsito onde elas estão. Por exemplo, atravessar a faixa de pedestres, não fugir de uma faixa de pedestres, onde a gente não será respeitado devidamente. Não usar o corredor – isso a gente só assiste no Brasil. Os senhores trouxeram debates e informações, numa visão internacional, com certeza a isso a gente assiste no Brasil todos os dias, os corredores, que são corredores de motos, corredores de acidentes. A sinalização devida em todos os momentos. Não descer, acho que isso é importante sinalizar – quando nós trazemos essa informação para a criança, por mais que haja uma faixa de pedestres –, não devemos descer pelo lado, pela via, pela pista e, sim, pelo lado da calçada, onde, ao abrir uma porta, eu posso comprometer a vida de um motociclista, de um motoqueiro, de uma pessoa que trabalha fazendo entregas na rua. Com um abrir de portas, eu posso provocar um acidente, às vezes fatal. Então, usar realmente todos os instrumentos de segurança e, é claro, a educação, que em todos os momentos a gente deve fazer uso.

Nós também tratamos com essas crianças o momento certo e como atravessar. Quando estou na condição de ciclista, estou fazendo uso de um veículo. Então, eu não posso atravessar a faixa de pedestres usando aquela bicicleta. É importante trabalhar essa questão com a criança, por mais que a criança esteja num campo de futebol e vá salvar a sua bola. Naquele momento despertar para o quanto custa a vida. É um exercício que sempre faço com eles: qual é o custo da sua vida? Quando custa a bola? Quando custa a sua vida? Acho que isso é importante. O veículo que, num fator surpresa, pode vir sobre a gente.

Trabalhamos as sequelas mais graves, que são tão comprometedoras. E ali, a título de informação, a gente grifa a frase "o cérebro é o piloto do seu corpo; se ele for atingido, tudo será modificado". Passamos vídeos, que aqui trago somente a título de ilustração. Medula, por que tanto cuidado com ela? É o sistema nervoso central e, portanto, o cérebro manda mensagens via medula e ela, como uma grande avenida, distribui – e ela não pode estar congestionada –, essas informações para todo o corpo. Porém, ela é frágil, e, em caso de lesão, realmente, ela não responderá. Quanto mais alta a lesão mais ela será grave.

Então, é isso o que abordamos. Abordamos também histórias de pacientes, devidamente autorizadas pela família. Ilustramos que o não uso ou o uso incorreto do cinto de segurança, o não uso desse instrumento elevado, que favorece a boa colocação do cinto de segurança, porque a criança reclama, e quando diz que não gosta de usar o cinto de segurança procede, porque o cinto malcolocado machuca o pescoço e pode trazer uma lesão cervical pela frente. Malsentados, inclinados, podemos ser enforcados por um cinto de segurança. Tudo isso é assunto para a gente disseminar nessas palestras. O local correto de se sentar no carro. Com certeza um bebê não deve ser transportado no banco da frente. Histórias de jovens e crianças, até 7 anos, nós trazemos, uma vez que houver autorização dos pais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Esse jovem – já concluo – que se acidentou com um cinto de segurança, um cinto subabdominal, que pode ferir a medula. "O motorista bebeu bastante", diz Amanda Luiza, 18 anos, que ficou tetraplégica.

Então, senhores, é isso que a gente traz a título também de debate, ilustração, mas é a realidade de um cotidiano, de um centro de reabilitação.

Queremos e propomos a esses jovens mudanças de hábito. Beber e dirigir, que não é uma prática nem legal e nem segura, isso é algo que a gente trata com esses jovens.

Eu concluo dizendo que a Rede Sarah trata os pacientes, mas há muito tempo se dedica também a educar, difundir informações, porque essa é uma forma também de cuidar da sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Cláudia Maria Cristina Macke Miani, jornalista e coordenadora, desde 2004, do Programa de Prevenção de Acidentes da Rede Sarah.

Eu dou um testemunho. Estou com um problema exatamente na cervical, não é na lombar, que irradia para toda a perna, inclusive estou usando uma cinta aqui que me indicaram lá no Sarah. É lá que eu estou fazendo o tratamento. Hoje à tarde é o dia em que eu estarei lá.

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Que ótimo! Não que eu queira que o senhor vá até lá, mas porque lá o senhor estará num local mais indicado e, com certeza, terá a resposta devida para as suas queixas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos à equipe lá, porque eu noto que eles atendem todo mundo. Todo mundo vai para a fila e todos são atendidos. Mesmo sendo Deputado ou Senador não se tem algum tipo de privilégio lá.

Então, aqui, me permitam, peço uma salva de palmas para a Rede Sarah e para a sua equipe. (*Palmas.*)

A SRª CLÁUDIA MARIA CRISTINA MACKE MIANI – Eu agradeço também a oportunidade de poder ilustrar, a convite do senhor e desta Comissão tão honrada, tão importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Henrique Luduvice, Diretor-Geral do DER– DF, e que, se não me engano, na época do governo Cristovam, ajudou a implantar o sistema, em nível nacional: Paz no Trânsito. Quando eu chegava no meu Rio Grande eu dizia: "Temos que fazer como em Brasília, porque em Brasília, na faixa de pedestre, todo mundo para, quando o cidadão levanta a mão".

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Perfeitamente.

Eu gostaria, primeiramente, de saudar o Senador Paulo Paim e todos os membros Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por promoverem este importante debate e pela persistência com que conduzem esse tema.

Queria saudar também o Senador Hélio José, o Senador José Medeiros, que já se manifestaram, e a todos os componentes desta Mesa.

Quero registrar que o Distrito Federal está absolutamente compromissado, comprometido neste Governo, para que nós voltemos a alcançar indicadores como aqueles que tornaram o Distrito Federal uma referência no Brasil na época do Paz no Trânsito.

E aqui eu não poderia deixar de citar o nosso ex-Secretário de Transporte, Nazareno Affonso, assim como também o Carlos Tomé, que também já fizeram uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero parabenizar ambos, porque eu conheço o trabalho deles.

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Bom, quero, primeiramente, registrar que nós todos, efetivamente, temos que olhar o trânsito de uma forma diferenciada.

Quando o Brasil promoveu o Outubro Rosa, na busca da redução do câncer de mama, ou o Brasil promoveu o Novembro Azul, na busca da redução do câncer de próstata, nós verificamos que 27 mil brasileiros e brasileiras morriam dessas doenças. E efetivamente o trânsito brasileiro mata 43 mil por ano. Portanto, ele é uma epidemia, ele é uma doença de gravidade exemplar.

Por isso surgiu o Maio Amarelo que, efetivamente, é um movimento nacional e internacional que busca rigorosamente a redução dos acidentes com morte, dos acidentes com sequela no trânsito no Brasil e no mundo.

Particularmente, eu queria ainda registrar que o programa Paz no Trânsito foi uma referência em nível nacional, porque ele buscava naquele momento, naquela ocasião uma redução drástica dos acidentes com morte no Distrito Federal.

Nós temos uma cidade polinucleada, uma cidade com cidades-satélites e um centro, o Plano Piloto, interligadas por rodovias. E, efetivamente, nós também podíamos observar uma velocidade muita alta praticada no Distrito Federal. Era comum as pessoas irem até a Universidade de Brasília a 110 ou 120 Km/h. Era comum as pessoas transitarem em velocidades excessivas. E os acidentes e as famílias sofriam muito com as perdas de entes queridos e muitas vezes com sequelas duradouras de vida inteira.

Outro dado importante naquele momento era a necessidade dessa conscientização. A sociedade se revoltou e, a partir de uma grande caminhada, com 30 mil pessoas vestidas de branco, no Parque da Cidade, ela se manifestou de forma contundente.

Havia um governo, o Prof. Cristovam Buarque, hoje Senador representando o Distrito Federal, que falava de cidadania de manhã, de tarde, de noite e de madrugada, que encampou aquela proposta da sociedade e criou o Grupo Executivo pela Paz no Trânsito, que tinha o DER, tinha o Detran, a Secretaria de Transportes, hoje

Secretaria de Mobilidade, a Secretaria de Segurança Pública, a Companhia de Polícia Rodoviária, hoje Batalhão da Polícia Rodoviária, e o Batalhão de Trânsito absolutamente comprometidos com um grupo executivo pela paz no trânsito, que buscava instrumentalizar alternativas e soluções para aquelas demandas que eram da sociedade. E ali veio a duplicação de rodovias, a pavimentação de rodovias, a mudança do partido da sinalização no Distrito Federal, com a introdução dos pórticos, bandeiras duplas, bandeiras simples e também os painéis diagramados, painéis iluminados, uma revolução na sinalização do DF, com a implantação, inclusive, de 33 mil novas placas em quatro anos, todas elas refletivas, no DF.

Mas era preciso também conter a velocidade. Buscamos, então, à época, a implantação dos radares. E por que coloco isso de forma muito clara? Porque, a partir daquele programa, Senador Paim, nós passamos a ter uma reverberação do tema trânsito no Brasil inteiro.

Apenas para efeito de registro, naquela época, o Código de Trânsito Brasileiro atual, vigente no Brasil tramitava no Congresso Nacional havia 17 anos e estava efetivamente sem qualquer prioridade na nossa Casa Legislativa. A partir daquele programa, o Código de Trânsito foi aprovado e os programas que se sucederam em Estados e Municípios, de certa maneira, repercutiam o sucesso que se alcançou naquele momento sobre esse tema no Distrito Federal.

Mas, é óbvio, as continuidades são necessárias em relação a programas de governo, mas nem sempre acontecem. E particularmente há espasmos onde nós demos, como Brasil, ênfase à questão do trânsito e dos acidentes e em outros tantos momentos não tivemos essas ênfases necessárias.

É preciso então registrar que o trânsito, na verdade, sempre teve uma questão bastante importante no Brasil, pouco falada, que é uma busca de certa hierarquização. As pessoas que têm poder aquisitivo maior, as pessoas que têm carros mais potentes, mais bonitos, em geral, tentam se impor às demais também a partir da sua, entre aspas, "prioridade" ou a sua capacidade de impor certa velocidade. E é preciso repensar isso. O trânsito é igual para todos, a legislação e a sinalização são iguais para absolutamente todos, independentemente da sua renda, independentemente da capacidade ou da potência do seu veículo.

E é preciso também deixar muito claro que o País deixou de investir, ao longo do século 20, nos transportes coletivos, que efetivamente hoje retirariam muitos desses veículos de circulação no País.

Quando nós elogiamos, e aqui já aconteceu neste evento, a Europa e outros países que investiram no setor público, no setor de transportes, particularmente no metrô, nos trens, ou mesmo em corredores, nós efetivamente estamos registrando o trabalho de um século de sociedades que priorizaram isso ao longo do século 20, enquanto o País investiu em uma linha e mais um rabicho no Rio de Janeiro, agora com novos investimentos por conta da Copa e também da Olimpíada, três linhas de metrô e três linhas de trem em São Paulo, e uma linha com também um ramal aqui no Distrito Federal, e assim sucessivamente. Ou seja, nós não tratamos efetivamente o transporte como prioridade ao longo do século 20 que, efetivamente, foi aquilo que fez com que vários desses países citados como exemplo, como referência, tivessem essas malhas exemplares, algumas já aqui até demonstradas.

Outro dado importante que é preciso registrar é que nós temos que hoje buscar a implantação desses corredores, a implantação desses modais, de uma forma mais diferenciada. Por quê? Porque as cidades já estão absolutamente construídas e consolidadas, o que implica, naturalmente, investimentos muito mais caros, porque efetivamente é preciso fazer investimentos de maior monta em termos de recursos. Mas é necessário, porque as cidades não comportam mais o número de veículos e o crescimento populacional do País. Saímos, lá atrás, em 1970, de 90 milhões em ação, como se cantava numa Copa do Mundo, para 170, no ano 2000, e 190 já em 2010. Foram 100 milhões de habitantes que, de certa maneira, se incorporaram às nossas cidades em um espaço de quarenta anos.

Enquanto algumas nações, com suas populações estabelecidas, investiam em melhorias, o nosso Brasil investia majoritariamente em carências. Educação para quem ainda não tem; saúde para quem ainda não tem; trânsito e transporte levando uma linha, puxando uma linha para mais distante, para um novo bairro que surge, para acomodar uma população que nasceu nesse período. Ou seja, nós investimos em carências, enquanto boa parte da população do mundo estabilizado, dos países centrais, efetivamente investe em melhorias.

Agora que nós estamos chegando próximos de uma população que deverá ser a população definitiva, em torno de 220, 235 milhões de habitantes, que é o que os nossos estudiosos da Geografia apontam, nós vamos ter cada vez mais capacidade de investir nessas melhorias. Mas, de qualquer forma, há uma temática hoje colocada de verdade como prioridade no País, que é a mobilidade. A população foi à rua, pediu educação de qualidade, saúde de qualidade e mobilidade, ou seja, o direito de deslocamento em segurança não só na via urbana, mas obviamente no próprio País.

Senador, a Engenharia me permitiu efetivamente conhecer o Brasil inteiro. Fui a alguns Estados, uns mais outros menos vezes, Roraima eu fui sete vezes, e nós acompanhamos, nos últimos tempos, pelo incremento do

poder aquisitivo, não só a capacidade das pessoas em adquirirem veículos – e muitas das nossas cidades até então pacíficas no trânsito passaram a ter indicadores de acidentes muito duros e, mais que isso, congestionamentos expressivos –, como também verificamos que a população passou a utilizar outros meios, inclusive o avião.

E isso, efetivamente, demonstra uma capacidade de crescimento do poder aquisitivo. Mas isso, sem uma política de transporte e de mobilidade, na verdade, eleva as dificuldades de deslocamento de pessoas, de mercadorias, e interfere na própria competitividade de um Município, de uma unidade da Federação e até do próprio País. Sem contar que todas essas situações levam a uma situação de caos na própria saúde pública.

Portanto, acho que o tema trânsito, o tema transporte efetivamente tem que entrar de forma concreta e definitiva na pauta prioritária do nosso Brasil. E é importante que esta nossa Comissão aqui, no Senado Federal, possa colocar isso para conhecimento de todos os brasileiros.

E queria finalizar dizendo o seguinte: hoje, quando se fala de deslocamento, nós estamos falando, sim, de economia, estamos falando de competitividade, que é uma linguagem que muitas vezes cala mais fundo e eventualmente assume ares de prioridade do que aquelas referentes, em certos momentos, à questão humana. Nós precisamos tratar do trânsito e do transporte como uma questão humana, mas como também uma questão da economia.

A circulação em segurança é importante para construirmos uma democracia cada vez mais consolidada em termos de direitos, mas é importante para que o próprio País possa ter perspectivas em termos econômicos neste século 21.

Juntando essas duas circunstâncias, nós podemos obviamente atrair mais e mais setores para que nós possamos pensar juntos um modelo, uma proposta, uma ação de Brasil neste século 21, que priorize, sim, o transporte coletivo em detrimento do transporte individual. O conforto, a privacidade e, eventualmente, a segurança no transporte público, que muitas vezes são fatores que levavam ou levam as pessoas a buscar o individual.

Nós precisamos conceder, ou autorizar, ou buscar, ou estabelecer no transporte público valores que, muitas vezes, fizeram com que as pessoas buscassem historicamente aquele transporte que é individual.

Sabemos que é uma mudança de cultura, é uma mudança de concepção. É o País avançar democraticamente para priorizar o coletivo em detrimento do individual. Não é essa a nossa história. Não é isso que tradicionalmente escutamos e assistimos nas nossas redes de televisão e muitos dos nossos escritos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE LUDUVICE – Mas é preciso avançar nesse projeto para que nós possamos alcançar indicadores que tornem este País referência em termos de trânsito e transporte também em nível internacional.

Era isso que eu gostaria aqui de colocar e agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Agradeço ao Diretor-Geral do DER-DF, Henrique Luduvice, que deu aqui um panorama global da importância do social e do transporte coletivo principalmente. Uma mudança cultural. Não pensarmos no bem do transporte individual, mas pensarmos no bem do transporte com qualidade.

Quero dizer aos amigos que estão aí que teremos a terceira Mesa, com quatro convidados também.

Passo a palavra agora a Srª Renata Florentino, Secretária institucional da ONG Rodas da Paz.

A SRª RENATA FLORENTINO – A gente vai trazer um tema bem específico hoje. A gente sabe que mobilidade é um tema muito amplo, tem várias abordagens, e aí, coincidentemente, um tema tratado por várias pessoas, que é questão da segurança em rodovias.

A gente está vendo um modelo de urbanização com uma segregação espacial bem razoável, aqui em Brasília já se está um pouco mais acostumado a isso, mas a gente vê que estão se expandindo as áreas de moradia, expandido as periferias e ainda com postos de trabalho muito concentrados.

O IBGE acabou de lançar um estudo que mostra que mais de sete milhões de brasileiros fazem esse tipo de deslocamento entre cidades, entre Municípios, seja para trabalhar ou estudar.

Quando a gente está tratando desse tipo de deslocamento entre Municípios, a gente, geralmente, está falando de deslocamento por rodovias. E aí um dos mitos que a gente tem que quebrar é achar que esses deslocamentos por rodovias, quando são motorizados, são ou por viagens de lazer, e quando são feitos por ciclistas, são ciclistas atletas. Quando a gente fala das pessoas que moram longe dos seus locais de trabalho, não por opção, mas por uma condição, e têm que se locomover por rodovias para acessar seus locais de trabalho, a gente está falando de pessoas que se expõem em vias de alto tráfego, de alta velocidade, sem que isso tenha sido, de fato, uma escolha, mas, muitas vezes, uma necessidade.

Aqui em Brasília... Isto aqui é um exemplo de demanda em ciclovia em rodovia que não atende atleta, é uma ciclovia de três quilômetros de extensão que atende a um pedido da comunidade da Estrutural para se integrar a Vicente Pires, onde muitas pessoas que residem na Estrutural trabalham.

Esta é via que liga a Estrutural à EPTG.

Muitas vezes, a gente fala da necessidade de ciclovias em rodovias. As pessoas dizem: "Mas é para atletas!" E é sempre bom trazer um exemplo concreto que mostra como esse deslocamento acontece.

Nas rodovias federais, nos dados da PRF – Polícia Rodoviária Federal – que a gente pegou, a chance de um ciclista estar envolvido no que costumamos chamar de acidente, por mais que não seja, era de 2,3%; a chance de um ciclista estar entre os mortos desse acidente era de 4,9%. Ou seja, as rodovias federais mostram uma oferta de risco proporcionalmente muito maior do que a que deveria ser se houvesse uma infraestrutura viária um pouco mais adequada.

Aqui em Brasília a gente tem um dado um pouco mais sério, na verdade. Dentro da nossa malha viária, menos de 5% dos quilômetros são rodovias e mais de 50% dos ciclistas mortos concentrados nesses menos de 5% de vias, que são as nossas rodovias distritais e federais.

Por muito tempo, quando a gente fez esse debate da necessidade de ciclovia em rodovia, caía-se no "não, mas quem utiliza é atleta".

Poxa, eu acho que dificilmente 55% dessas pessoas que faleceram eram atletas, geralmente atende esse pedido de deslocamento, e como exemplo o caso da Estrutural, seja a Estrutural, a EPTG, a EPIA, EPNB, as vias que forem. A gente tem que ser muito bem-assessorado por estatísticas prudentes na hora de tomar decisões de investimentos de políticas públicas para não ficar refém de emoções, opiniões ou bordões.

A gente viu um exemplo muito bem-sucedido agora que está acontecendo na cidade de São Paulo. De fato, uma política de mobilidade, uma política cicloviária que não é só fetichizada por quilômetros de ciclovias construídos. É uma política associada à redução dos limites de velocidade, à elaboração de um plano diretor que revê o jeito que a cidade está sendo construída, para orientar o volume dos empreendimentos que a cidade vai aceitar, o tipo de deslocamento que esses empreendimentos vão causar. E, por mais que a gente chame aquilo de ciclovia, tecnicamente, o que eles estão fazendo não é segregar a bicicleta do trânsito, o que São Paulo está fazendo é justamente incluir a bicicleta ao trânsito.

Por isso até que a Prefeitura teve uma decisão vitoriosa agora, relacionada àquele pedido da suspensão das obras por uma promotora do Ministério Publico, e a argumentação da Prefeitura é que a ciclovias ou ciclofaixas, que estão fazendo lá, não eram obras de engenharia, eram apenas sinalização de trânsito por isso não se aplicava boa parte daquelas reivindicações que a Promotora havia feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que a Prefeitura, lá, ganhou, então.

A SRª RENATA FLORENTINO – Sim. O Presidente do TJ de São Paulo, o Nalini, suspendeu o efeito da liminar que estava pedindo a suspensão das obras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem! A vitória é das nossas bicicletas.

A SRª RENATA FLORENTINO – E essa decisão, inclusive, foi tomada na sexta-feira, à noite, quando estava acontecendo a Bicicletada Nacional, aliás, internacional, várias cidades do Brasil e do mundo estavam pedalando em conjunto com São Paulo, pedindo para aquele projeto cicloviário, não só de ciclovia, mas de redução dos limites de velocidade, de campanha educativa, de corredor de ônibus, que envolve um Plano Diretor muito interessante siga adiante.

E, aí, voltando para a questão das rodovias, aqui, no Brasil, além desses dados da PRF, que mostram que as rodovias federais oferecem um risco maior do que o que deviam para os ciclistas, na última campanha de 2014, a Presidenta Dilma acenou compromisso com algumas pautas que foram propostas pela União dos Ciclistas do Brasil, que fez uma Carta Compromisso, que foi assinada pelo candidato Eduardo Jorge, pela candidata Luciana Genro, pela candidata Marina Silva, e a Dilma Rousseff deu uma resposta a essa carta, incorporando a maior parte das propostas na sua integralidade. E uma delas era justamente a questão de tratamento viário adequado para as rodovias federais, para a gente dá conta de centrar num gargalo, que concentra boa parte das nossas fatalidades.

Isso aqui é um gráfico que ajuda um pouco a sair da ideologia abstrata na hora de discutir planejamento urbano. O que é que esse gráfico indica? Quanto menor o tráfego, menor a velocidade de circulação numa via, mais adequado é ele ser compartilhado com ciclistas. À medida que o tráfego e a velocidade vão aumentando, você já pode ter uma solução intermediária, que são, no caso, as ciclofaixas de São Paulo.

Quando você tem alto tráfego, alta velocidade, que é o caso da maior parte das nossas rodovias, você tem a necessidade de ter uma ciclovia, de fato, segregada, para proteger o ciclista dos riscos aos conflitos a que ele está exposto ali.

Isso aqui orienta tanto o que está acontecendo em São Paulo, que é o que a gente acabou de mencionar, eles estão fazendo essa sinalização no asfalto, eles não estão fazendo uma infraestrutura totalmente separada, eles estão aproveitando uma infraestrutura que já existe e é o que deveria orientar a construção de ciclovias aqui, nas rodovias do Distrito Federal.

Na hora em que a gente vê aquele dado do IBGE, que fala que mais de 7 milhões de brasileiros estudam ou trabalham em Municípios diferentes, aqui, em Brasília, que a gente é considerado RIDE, não é bem um Município, esse número é de 200 mil pessoas – DF e Entorno – fazendo esse tipo de deslocamento.

Agora, o que acontece é que, se a gente olha para dentro do Distrito Federal, por mais que a gente não seja considerado um Município, a gente tem distâncias entre as Regiões Administrativas daqui que são bem consideráveis e a gente tem uma concentração de postos de trabalho altíssima. A título de exemplo, o Plano Piloto concentra 48% dos postos de trabalho e tem 8% da população.

O Plano Piloto é ligado, basicamente, por rodovias às outras Regiões Administrativas.

Águas Claras, que é um bairro, em tese, recente, planejado, conta com 4,4% da população e tem 2,2% dos empregos. Menos desproporcional do que o Plano Piloto, mas, ainda assim, você percebe que tem mais gente do que posto de trabalho. As pessoas têm que sair dali para chegar na sua fonte de renda.

Na hora em que a gente vai para a Ceilândia, Ceilândia tem 16% da população do DF, ou seja, o dobro da população do Plano Piloto, e tem a mesma quantidade de emprego que Águas Claras, 2,2% dos postos de trabalho do Distrito Federal.

Se a gente não rever esse tipo de política urbana, em que a gente diz que as pessoas são bem-vindas para trabalhar em algumas áreas, mas elas não são bem-vindas para morar, a gente tem que dar um jeito de lidar com as rodovias urbanas que a gente cria, seja a EPNB, a EPTG, o Eixão e outras vias. E a questão da redução dos limites de velocidade tem que deixar de ser um tabu. A gente sabe que Brasília é tombada, mas a gente tem que entender que a velocidade não é um patrimônio histórico, ele não tem que ser tão protegido assim.

O que aconteceu em algumas cidades, como foi o caso de São Paulo, que, também, com uma ideologia motorizada muito forte, é que a prática venceu a prevenção, na verdade. A velocidade média dos veículos foi caindo tanto, à medida que a frota aumentava e os congestionamentos aumentavam, que, aí, a resistência à redução nos limites de velocidade já foi diminuindo ao longo do tempo, mas a questão é que a gente tem que dar conta de ter medidas mais altivas e preventivas para não ser refém do apocalipse motorizado e achar que ele, reduzindo a velocidade através dos congestionamentos, é o que vai reduzir as fatalidades no trânsito. A gente tem que dar conta de tratar a velocidade das nossas rodovias urbanas com um pouco mais de critério e menos pudor.

Em Brasília, aconteceu uma coisa curiosa. Esse é um dado que eu já mencionei, mas olhar é sempre melhor, da concentração dos mortos por tipos de via aqui no DF, nos últimos dez anos. Esse é um dado oficial, a malha viária, é um dado oficial que o DER tem, a CNT tem. O número de ciclistas mortos é um dado que o Detran produz anualmente, enfim, são dados oficiais de que o Governo dispõe.

Temos que entender que um bom dado é aliado de uma boa política pública. Se ignoramos as estatísticas que o próprio setor público produz, estamos perdendo eficiência nos investimentos que estamos fazendo. O que aconteceu aqui em Brasília, que hoje em dia tem a maior malha cicloviária do País, é que concentrou-se o investimento de ciclovias em vias de baixa velocidade. Se olharmos isso dividido por Região Administrativa, a gente vê que mais de 40% dos quilômetros de ciclovia feitos estão concentradas no Plano Piloto, que é uma área que tinha 4% dos ciclistas mortos dos últimos dez anos. Essa é uma concentração de investimentos que não colabora em nada para mudar a nossa realidade para melhor. É uma concentração de investimentos que vira uma peça de propaganda só refém dos quilômetros de ciclovias, sem perceber que ela tem que estar inserida em uma discussão de política cicloviária maior.

Mas aí, na hora em que a gente vai fazer uma argumentação: "Mas a EPTG continua sem ciclovia". A EPTG, nos últimos dez anos, teve a mesma quantidade de mortos do que o Plano Piloto inteiro. O Plano Piloto, hoje em dia, tem 140km de ciclovia, e a EPTG, que passou uma ampliação viária razoável, com recursos do BID – foi uma operação milionária na época –, continua sem seus 16km de ciclovia necessários.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RENATA FLORENTINO – Voltamos, então, para esse dado que mostra que menos de 5% das vias do DF concentram mais da metade das mortes. Se a gente tivesse um planejamento orientado pelas estatísticas que o próprio Governo dispõe, a gente não teria gastado tanto dinheiro em áreas onde, às vezes, ele não era tão prioritário.

Temos que ter clareza da seguinte informação, com a qual o próprio Haddad trabalha muito: aqui em Brasília, há mais de 11 mil quilômetros de via. Acho que são 11,6km de via asfaltada. Por mais que a gente tenha uma grande malha cicloviária, de mais de 400km, isso não garante o acesso das pessoas à cidade. Se temos mais de 11 mil quilômetros de via, 400km dentro destes 11 mil, do jeito que estão distribuídos, do jeito que os postos de trabalho são concentrados e as moradias dispersas, a gente não está dando conta de garantir o direito à cidade com segurança da nossa população. Se a gente fica refém da concentração de investimento na área que já concentra a maior parte dos postos de trabalho, mas que não concentra a maior parte da po-

pulação, a gente vai continuar enxugando gelo e tendo que repetir alguns investimentos sendo feitos, porque eles não foram feitos de forma adequada.

Então, essa é a mensagem que a gente queria passar, pegando um ponto específico, que é a questão da segurança nas rodovias, ainda mais relacionada aos ciclistas aqui no Distrito Federal, e colocar essas questões de fundo: sem planejamento urbano para reduzir essas segregações espaciais, a gente vai ficar refém de grandes deslocamentos, grandes distâncias; outra: enquanto a gente não der conta de avaliar as estatísticas que os próprios governos dispõem para orientar seus investimentos, a gente vai continuar refém da situação, sem dar conta de reagir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esta foi a Secretária Institucional da ONG Rodas da Paz, Srª Renata Florentino.

Agora, vamos passar a palavra ao Sr. Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas e representante do Blog Ambiente e Transporte, que foi um dos que insistiu muito para esta audiência acontecer.

Na última Mesa, além do representante do Ministério dos Transportes, temos o Uirá Lourenço, colaborador do Mobilize, e Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento Passe Livre.

Eu fiz questão de incluir aqui o Nazareno, porque quando eu comecei a falar desse tema, o Nazareno já falava. Quando eu digo "comecei a falar" é ouvir e aprender um pouco. E você, no Rio Grande do Sul, já era quem mais falava sobre isso. Eu queria lhe ouvir hoje também.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lá.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, obrigado pela participação aqui. Serei bem rápido, porque o nosso tempo não está brincadeira, não é, Senador? Vamos lá.

Nós conversamos com o Senador Paim sobre a necessidade de tentar, de alguma maneira, impedir que este número de 50 mil mortos por ano aumente. Nossa intenção é diminuir. Tanto que a gente estava com a assessoria antes do final de semana.

Eu pediria, inclusive, a TV Senado, que está gentilmente transmitindo a audiência, que pudesse mostrar as imagens enquanto eu falo.

Cinquenta mil mortos por ano é, mais ou menos, a seguinte conta: 42, 43 mil mortos por conta dos acidentes propriamente ditos – que deve ser o número a ser liberado, nos próximos dias, de vítimas dos acidentes no Brasil em 2014 – mais, aproximadamente, 6 a 7 mil mortos no período de 24 horas a 2 meses após o acidente – porque, várias pessoas, não morrem, necessariamente, no momento do acidente: são levadas para hospitais, são resgatadas, mas terminam morrendo em complicações decorrentes do acidente. E a gente dividiu esses 50 mil pelos 365 dias do ano, e a que nós chegamos? Cento e trinta e seis mortos por dia, que, dá, mais ou menos, um *Airbus* A320 ou um *Boeing* 737 de média configuração. Ou seja, morrem por dia, no Brasil, um Airbus desse que se acidentou. Não dá para ficar parado!

O que leva as pessoas a morarem nas cidades? Primeira coisa: as pessoas nascem nas cidades, como a gente está mostrando a imagem dos bebezinhos. Qual é a outra opção? As pessoas vão para as cidades por conta de oportunidades de trabalho; é um direito das pessoas quererem trabalhar. Outra opção: necessidade de estudar, tanto para si, quanto para seus filhos e seus parentes. É uma necessidade. Então, isso faz as pessoas irem para as cidades. Busca de saúde: tanto se curar, quanto preventivamente – praticar esporte –, para si ou para os seus filhos.

Percebam o seguinte: o gráfico de cima, a tabela de cima, mostra, em azul, o crescimento da população urbana no Brasil. A última coluna é 2050. Nós vamos ter, aproximadamente, 237 milhões morando nas cidades e menos de 6,3 milhões habitantes morando na zona rural. É um movimento semelhante ao da China. Na China – embaixo, a gente fez a mesma contabilidade –, em vermelho, é o crescimento da população saindo dos campos; em amarelo, a população que saiu dos campos. Ou seja, em vermelho, a população urbana; e, em amarelo, a população dos campos. Ocorre uma inversão. Isso é mundial: as pessoas vão para as cidades. Então, as cidades crescem, elas incham. Nós precisamos ter condições.

Aí, a gente pegou Seul, em 1961, e em 2011. A gente pegou Nova York: em 1931, e em 2005 – reparem como aumenta a quantidade de edifícios. Singapura: em 1964 e em 2004 – de novo, explosão imobiliária. Rio de Janeiro: no século 19 e no século 21. Porto Alegre – terra do Senador; isso é perto do Guaíba, não é, Senador? –: em 1890 e em 2009 – reparem só: extremamente urbanizada. Bahia, Salvador: no século 19 e no século 21 também. Brasília: em 1960 e em 2003 – reparem a pista de Brasília, aqui na Esplanada: seis pistas e congestionadas; era a cidade feita para o rodoviarismo, e congestionada. Tóquio: em 1945, totalmente devastada pelas bombas incendiárias, pelos bombardeios, e em 2007, já reconstruída como um grande centro urbano.

Vamos lá: Cidade do México: 20 milhões de habitantes, 201km de linhas de metrô, 4 milhões de passageiros por dia; ali, em cima, um mapa da linha do metrô.

Tóquio: 13 milhões de habitantes, 203km de linhas de metrô, quase seis e meio milhões de passageiros de metrô por dia – a complexidade da linha deles.

Rio de Janeiro: duas linhas, 13 milhões de habitantes, 41km de linha – olhem a diferença! Estão entendendo? Olhem a diferença!

São Paulo: 17 milhões de habitantes, quatro linhas de metrô hoje em funcionamento, 75km, aproximadamente, 2,8 milhões de passageiros. Eu não estou contando, em duplicata, passageiro que faz o transbordo na Sé, como várias vezes é contado. Então, por isso que estou utilizando o número real de passageiro indivíduo, está o.k.?

Porto Alegre: 1,4 milhão de habitantes; 34km de linhas de metrô, 203 mil passageiros/dia.

Belo Horizonte: 3 milhões... Eu vou avançar para a gente não tomar muito tempo.

Recife, a mesma situação: muitos, muitos, muitos habitantes, poucos quilômetros, poucos passageiros.

Distrito Federal: 2,4 milhões de habitantes, 42km, 160 mil passageiros/dia – olhem o tamanho da linha.

O que eu gostaria de dizer? Que o transporte é uma necessidade das pessoas. Se aumentar R$0,50 no preço de uma passagem de ônibus, de metrô, do que quer que seja, para uma pessoa que precisa do transporte público, isso serão 100 pães no final do mês, serão 15 litros de leite, 2kg de carne, são quase 15kg de açúcar, ou seja, todo preço, todo centavo no preço da passagem de ônibus, influi no orçamento das populações de menor renda.

Essa caso da famosa D. Maria, ela está preocupada, porque se não conseguisse a vaga no colégio perto de casa, o filho não iria estudar. Então, você condena a pessoa ao subdesenvolvimento, à baixa escolaridade, ao subemprego, se ela não tiver condições de estudar e transporte. Isso é injusto.

E qual é a situação que nós temos? Nós temos o seguinte: os pedestres que são, literalmente, abandonados ao relento. Nós andamos nas cidades brasileiras, poucas têm uma política de pedestrianismos: calçadas lisas, desimpedidas, em que um cadeirante, um idoso, uma criança, um carrinho de bebê possam circular. As pessoas são colocadas ao deus-dará. Então, essa é situação.

Ciclistas, o que que eu gostaria de dizer? A bicicleta não é simplesmente um hábito de pequenos burgueses que acham muito bonito. A bicicleta é aproximadamente o principal meio de transporte no Brasil de quem ganha até três salários mínimos e não usa o transporte público.

Então, essas pessoas têm uma extrema necessidade de ter condições de trafegabilidade e segurança e não podem ser jogadas nesse caos que está se fazendo que se incentiva a velocidade. Eu vim pra cá, na audiência, e ouvindo as propagandas de automóveis, todas enfatizam a velocidade, todas. Porque é mais potente, porque é mais rápido, porque é mais poderoso, porque vai de zero a cem em tanto... Gente, nós estamos ouvindo as pessoas falando que estão reduzindo a velocidade média nos centros urbanos desenvolvidos para 20, 30km/h! Por quê? Porque existe a questão da segurança. E por que que eles podem aceitar isso? Porque eles têm um bom transporte público, esse é o principal.

Automóveis, esse é o grande problema que nós temos. Quando a gente fez esse trabalho, estávamos em 60 milhões de automóveis. Na verdade, hoje, já estamos em 74 milhões de automóveis, em 2015.

Eu gostaria de pegar o dado do Inspetor Edson, que mostrou que a gente fabrica automóveis à taxa de 8,5% de crescimento da frota, por ano. Eu queria lembrar que a população brasileira cresce à média de 1,5%. Deixa eu explicar: do ano 2000 para cá, foram fabricados 38 milhões de automóveis; do ano 2000 para cá, nasceram 20 e poucos milhões de brasileiros. O que que eu quero dizer: se fabrica mais automóvel do que nasce brasileiro.

Não cabe pessoal, não cabe isso dentro das cidades! Sabe, simplesmente, nós estamos parando. "Ah, mas tem a questão do emprego." Vamos levar os empregos para a área metroferroviária que está abandonada. É uma área ligada à metalurgia, altamente estratégica, necessária para o desenvolvimento brasileiro e que pode suprir de maneira eficiente e saudável.

Ônibus, nós temos aqui, essa é a situação dos ônibus. Isso daqui que eu estou mostrando é o sistema de Bogotá, exatamente o TransMilenio. E eu peguei essas imagens quando eu digitei a palavra caos mais TransMilenio. Então, mostra a situação de esgotamento do TransMilenio.

O TransMilenio é uma experiência baseada num modelo de Curitiba, que era um modelo feito em cima da possibilidade de Curitiba ter metrô. Curitiba ficou excluída quando houve a opção pelos cinco grandes metrôs no Brasil. Ainda não havia Brasília, ainda não havia outros. Então, era Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Curitiba ficou em sexto lugar e ficou fora.

Jaime Lerner, espertamente, pegou a proposta de desenho e fez um sistema de ônibus baseando-se na possibilidade da linha do metrô. Só que o sistema se esgotou, ele não cabe mais. É virtualmente impossível. Tenho parentes meus em Curitiba e as pessoas estão migrando, saindo das áreas dos grandes corredores de ônibus por conta da poluição sonora, por conta da poluição atmosférica, por conta dos acidentes. Porque ficam

áreas degradadas durante o dia. É só cinza. A noite, então, é abandonada, aquela imagem ruim de abandono que você tem nos grandes centros velhos de algumas cidades.

E qual é a solução? É a gente não precisar utilizar o transporte rodoviário nesse padrão. Nós vamos chegar.

Essa era a primeira ideia de ônibus, que se tinha. *Omnibus*, em latim: para todos. As pessoas que não tinham dinheiro para comprar cavalos pagavam para andar em carroças, carruagens.

Olha, isso é o ônibus brasileiro típico de piso baixo. Reparem que ele possibilita que o ônibus pare na linha da calçada e que a pessoa role da calçada para o ônibus sem ter problemas de acessibilidade. Esse é o termo principal. Isso possibilita duas coisas: que o motor seja colocado atrás e que possamos utilizar também motores elétricos, o que seria um ganho de qualidade ambiental nas cidades brasileiras tremendo. Além do mais, deixaria de se consumir diesel.

Esse é o ônibus chassis alto, que é o ônibus padrão no Brasil, é o Padron. Reparem que, por ser chassis alto, ele pode ser utilizado tanto para caminhão quanto para ônibus. Primeiro para caminhão, depois para ônibus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Exatamente, sendo aqui assessorado pelo Dr. Dario.

Então, o que acontece? Isso é muito bom para a empresa, mas é péssimo para o passageiro. Para a empresa pegar um veículo e transformar de um para outro é um ganho, mas para o passageiro não. Todo mundo sabe que subir as escadas dos ônibus brasileiros é um elemento complicador. Dá um problema de acessibilidade tremendo. Então, nós temos nas cidades... Conversando aqui com a Cláudia, um cadeirante, uma pessoa com dificuldade de mobilidade como ela faz? Ela tem dificuldades. Então, nós temos, na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, cadeirantes andando no sistema tranquilamente.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Um amigo meu foi disputar o Panamericano no ano passado, no Canadá, e ele contou que quem passou por ele andando de cadeiras de rodas motorizada foi o Stephen Hawking, aquele fantástico físico, andando sozinho, numa rua em Montreal, passando com a cadeirinha motorizada dele. Ele passou, desceu, atravessou a rua. Isso seria inviável no Brasil. Quer dizer, são essas pequenas coisas que vão pegando.

E por nós termos um culto, por estarmos assim "excedificando" a quantidade de automóveis, nossas ruas estão se impermeabilizando e se transformando em armadilhas quando chove. Então, nós passamos a ter problemas de inundações o tempo todo, porque não há condição de o sistema de drenagem drenar essa quantidade de água. É virtualmente impossível. É enxugar gelo, como disse a Renata, nós estamos enxugando gelo. Não há como captar essa água toda porque nós impermeabilizamos.

Isso cinza é a mancha urbana do Rio de Janeiro *versus* a área verde. Olha como está impermeabilizado. Eu vou agora botar São Paulo. Olha só, igualmente impermeabilizado. Claro que quando chover, inunda. Óbvio. Belém está quase no nível do Rio Amazonas. Então, inunda. Além da impermeabilização, nós temos o famoso problema da poluição, dos gases de efeito estufa.

Nós que pesquisando essa questão de transporte e meio ambiente estamos com um pedido do Painel Governamental de Mudanças Climáticas de estudar o máximo possível a interação entre energia e transporte, porque a geração de energia e o transporte são quase um terço da geração de gases de efeito estufa do Planeta. Então, o que pudermos fazer para reduzir essa emissão de gases de efeito estufa vai diminuir o efeito final, que é o aquecimento global. E esse aquecimento é o que desregula todo o regime das chuvas, que inundam as cidades. Vejam vocês que as coisas se tocam.

Quais as soluções? Primeiro, diminuir o nível de impermeabilização. Solo permeável, solo com possibilidade de absorção de águas nas áreas de menor circulação de automóvel. Segunda coisa, desasfaltamento e desconcretamento. Seul era uma pátria rodoviária. Por conta das Olimpíadas e da Copa do Mundo, desmontou sua estrutura rodoviária e, por debaixo do solo, fez cinco ou seis linhas de metrô e devolveu a cidade para os cidadãos. Então, onde havia grandes viadutos, onde havia áreas sombreadas de poluição, agora recuperou a área dos rios, que se tornaram área de convivência. Isso pode ser feito em todo o Brasil. Isso não tem nada de impossível.

É uma comparação: uma van leva até 20 pessoas; um ônibus, 50 pessoas; um ônibus articulado, 120 pessoas; e um biarticulado, até 160 pessoas. Isto em configurações de cinco passageiros por metro quadrado, o que é muito, gente. Desculpe-me dizer, mas é muito. Eu vou entrar nisso. Um veículo elétrico sobre pneus, um ônibus elétrico leva também até 180; um VLT, que é o bonde moderno, leva até 580 pessoas, só que é bem maior; um monotrilho, 1000; um metrô, até 1840 pessoas, com seis carros.

Aonde eu quero chegar? É o seguinte: a ficar em um congestionamento com cinco ou seis passageiros, ou até mais, por metro quadrado, dentro de um ônibus ou de qualquer que seja o veículo, o passageiro vai

preferir ir de automóvel, porque, a ficar congestionado em más condições, insalubres, a ficar naquela condição, ele prefere ficar no carro. Então, o quê que eu quero dizer? Se nós conseguirmos oferecer um transporte de qualidade, nós tiramos passageiros do automóvel e botamos no sistema de transporte. E a conta que a gente tem visto é a seguinte: as pessoas não costumam migrar do automóvel para o ônibus, porque o ônibus é superlotado. As pessoas aceitam migrar para o trem, para o VLT, para o metrô e, em alguns casos, para a bicicleta, quando for próximo, quando houver boas condições. Para ir para o ônibus, não. Por isso que os BRTs não têm funcionado adequadamente, porque termina sendo uma conta igual, e então a pessoa prefere andar de carro.

A gente prega muito acessibilidade.

Seria importante estar o Secretário de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – É preciso a integração total dos meios de transporte. Quem pegar uma única passagem pode mudar de ônibus pra trem, pra metrô, para o que quer que seja, pagando uma única passagem justa. Senão, não vai ter condição. O que a gente fala de acessibilidade é isto: a pessoa poder se deslocar no mesmo nível de piso. Isto é fundamental para a gente poder fazer cidadania, direitos humanos para todos os deficientes e não deficientes.

Reparem que as calçadas são planos, lisas, com indicações.

Aqui são propostas de ciclovias, ciclofaixas, com média e grande segregações. Isso garante a proteção ao ciclista. Nós temos tido muitos embates aqui, em Brasília, por conta da questão: ciclista na rua ou não? Eu tenho muito medo de colocar ciclistas na rua com o trânsito de Brasília ou de outra cidade. Eu tenho defendido muito as ciclovias, mas eu não sou contra a ciclofaixa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Mas nós precisamos garantir a segurança; se não, todo mundo vira estatística. Isso é fundamental. Grandes estacionamentos. Políticas de aluguel de bicicletas, vestiários em locais de trabalho... Nós estamos em um País tropical, onde a necessidade de mudar de roupa e tomar banho após andar de bicicleta é uma necessidade.

Aqui, alguns exemplos. Eu queria só mostrar isso daqui.

Esse é o melhor dos mundos, que a gente tinha feito um estudo. Isso daqui é uma cidade no Distrito Federal chamada Taguatinga. Isso daqui é Taguatinga Norte. Nós fizemos um estudo com essa proposta. Está parada há oito ou nove anos. Não vai pra frente. Nós alargaríamos as calçadas, colocaríamos todas planas, lisas, com caminhos, trilhas para deficientes visuais, para cegos. Essa faixa do meio é a ciclovia, a faixa na direita, depois da CEB, é a passagem do Veículo Leve sob Trilhos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ..., bonde, e, do outro lado, finalmente, a passagem do automóvel e dos ônibus. Tudo aqui bem bolado, simples. As pessoas poderiam deixar seu automóvel em casa e seguir normalmente.

A mesma coisa aqui aplicada para outra área, vista de outro ângulo, com contador de vagas para a pessoa que tiver automóvel ver a quantidade de vagas e não precisar entrar inutilmente.

Finalizando, Senador, foi a apresentação expressa mais rápida que eu já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas foi muito bem.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Obrigado.

O que eu gostaria só de frisar é o seguinte: a necessidade de se retirar as pessoas do ambiente de risco é fundamental. Se não, elas viram estatísticas, e os sobreviventes, se tiverem sorte, vão ser atendidos no Sarah ou se tornar um peso econômico para suas famílias e para o Estado. Nós não podemos deixar essa mortalidade, esse assassinato, esse genocídio continuar na sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Prof. Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciência Política, representante do *blog* Ambiente e Transporte.

Convido os companheiros da mesa a retornarem à primeira fila e chamo a terceira mesa.

Chamo o Uirá Lourenço, colaborador do Mobilize, e também o Paulo Henrique da Silva Santarem, do Movimento Passe Livre, e Nazareno Affonso, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos, MDT/ANTP, e ex-Secretário de Transportes do DF.

Eu iria pedir que, enquanto montam a mesa rapidamente aqui, que a gente passasse aquele pequeno vídeo ali.

É uma propagandazinha que você usou aqui, rápida.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso mostra, num impacto rápido, o que pode acontecer.

Nós vamos, de imediato, aqui, passar a palavra ao Uirá Lourenço, do Mobilize, que trabalha nessa causa há muito tempo, pelo tempo concedido a todos, naturalmente, 10 minutos, com mais cinco, e, em seguida, ao Paulo Henrique e ao Nazareno, que fecha essa mesa.

O SR. UIRÁ LOURENÇO – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite, Senador.

Bom, eu tenho uma apresentação que eu ia fazer, na verdade, para contextualizar a questão da mobilidade urbana nas cidades, com foco na mobilidade saudável. Então, farei algumas considerações. É bom que muitas pessoas já tenham falado aspectos que vou ressaltar aqui.

Pode passar, por favor.

Bom, como a gente está aqui na Casa de Leis, é importante fazer um resgate do nosso marco legal, uma importante política que a gente tem, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012, que está aí com princípios bem condizentes com o motivo da nossa luta. Acho que muitos dos que já falaram aqui têm realmente esses princípios em mente, a gente luta por isto: acessibilidade universal, a questão da priorização dos modos coletivos e saudáveis. Eu prefiro o termo "modo saudável" do que "modo não motorizado" porque acho que tem que ser algo afirmativo. A gente quer uma cidade saudável, ativa. Então, esses princípios estão bem elencados nessa lei.

Temos aí o Código de Trânsito Brasileiro também com questões importantes para a nossa luta. Está bem estabelecido lá que o maior protege o menor, que o motorizado deve cuidar do não motorizado, que todos devem prezar pelo pedestre. A gente sabe que, no dia a dia, isso não acontece, mas está aí bem estabelecido. Outras garantidas aí do Código de Trânsito: a questão da distância lateral de segurança – ao passar por um ciclista, manter a distância mínima de um metro e meio –, a preferência que o condutor deve dar ao pedestre e ao ciclista ao virar uma via, coisa que está muito boa na teoria, mas que a gente sabe que, na prática... O Pateta, como foi muito bem mostrado no início, expressa bem essa euforia, com as pessoas querendo ganhar alguns segundos e comprometendo a vida de muitas pessoas por causa de segundos. A questão da redução de velocidade ao ultrapassar o ciclista também está bem expressa no Código de Trânsito.

Bom, um marco superimportante é a Década de Ações pela Segurança no Trânsito, que a gente está vivenciando. Aqui, no Distrito Federal, a gente tem um marco legal bem estabelecido já desde 2005 em relação à acessibilidade, ao incentivo ao uso da bicicleta... Então, realmente, a parte de legislação é bem vasta.

Mas aí o que a gente tem, o quadro que todo mundo já colocou, que todo mundo conhece no dia a dia, é esse caos de norte a sul do País, com as pessoas imobilizadas, uma perda de economia de recursos, uma perda de tempo, excesso de poluição, enfim, com todos os malefícios advindos desse sistema de transporte baseado no carro, na moto, no transporte individual motorizado. Essa legislação que a gente tem parece ir no caminho contrário, quer dizer, de alternativas a esse caos que a gente tem.

Só para ficar mais claro, aqui, no Distrito Federal, também diversas vias com a mesma situação de caos, aqueles caos pendular no início do dia, para ir para o trabalho, e no final do dia, para voltar do trabalho. A gente conhece bem o círculo vicioso, mas eu só tentei sintetizar aí que é totalmente insustentável. Quanto mais você investe em carros, mais caos, mais poluição, e isso compromete também a velocidade, por exemplo, do transporte coletivo, que se torna mais lento, mais caro.

Então, a gente tem dois caminhos para seguir: continuar com essa lógica absurda, lógica atrasada de ampliar vias, de dar ainda mais espaço aos carros, porque, como congestionou, tem que ampliar as vias, ou reverter esse processo e buscar uma cidade mais humana, saudável.

E aí uma constatação que a gente tem no dia a dia. Bom, eu só uso bicicleta no dia a dia, não tenho carro por opção já há mais de dez anos, e estou sempre com a câmera para observar a cidade. Isso aqui – a Renata já falou – é a EPTG, nossa curiosamente chamada Linha Verde, que não tem nada de verde. Então, ali o ciclista no meio do caos, pois a ciclovia prometida nunca saiu do papel, e lá morrem várias pessoas a cada ano. O pedestre, da mesma forma, ali, jogado. Ali ainda está seco, mas, no período de chuvas, aquilo é um barrão escorregadio. Então acaba que, na realidade, apesar da nossa legislação, o pedestre e o ciclista ainda são seres invisíveis ao nosso Poder Público .

Várias cenas ainda na nossa Linha Verde. É a isso que se sujeita... Não bastasse a ampliação viária que desconsiderou totalmente ciclistas e pedestres, ainda temos os "patetas" do trânsito invadindo o acostamento. Eu não sei se dá para sinalizar com esse... Ali, do lado esquerdo, seria um corredor de ônibus, que nunca operou, e aqui, do lado direito, onde está a linha vermelha, são os nossos motoristas que invadem o espaço que poderia ser do ciclista, na falta de ciclovias.

Aí se fala muito: "ah, mas ciclista também tem que seguir a lei, tem que andar na mão". Na falta de ciclovias, esses dois trabalhadores seguem esse caminho porque não há o menor sentido em ir lá do outro lado para, depois, dar uma volta e se sujeitar a ainda mais conflitos. Então, eles vão pela contramão... Eu fazia esse caminho. Eu morava em Águas Claras e fazia esse trajeto todo dia, também tendo que ir na contramão, por falta de opção. Não é que ciclista seja infrator. Enfim, a gente tem que repensar essa visão também. Parece que as pessoas não são vistas no dia a dia.

Ali, novamente a nossa Linha Verde, com os pedestres no barrão, a nossa W3 aí também... Enfim, não é só em Brasília. Mais uma vez a Linha Verde... Em Belém também, a mesma coisa... Enfim, isso aí acontece no País inteiro. Ali, São Paulo, na 23 de Maio, também um ciclista em meio ao caos.

Portanto, do ponto de vista governamental, realmente a gente ainda é invisível e, muitas vezes, expressamente proibido, tolhido de circular. Inclusive, alguém comentou – eu não me lembro de quem foi, acho que foi um dos Senadores – sobre a ponte Estaiada. Ela está ali, com a sua placa bem convidativa às pedaladas e caminhadas. E isso acontece em várias cidades. Eu quis buscar justamente exemplos pelo País para não parecer que é uma coisa localizada.

Aí, pode-se pensar: "para não tornar essas pessoas invisíveis, vamos investir em infraestrutura, um componente importante".

O que temos aqui em Brasília, que foi considerada a capital das ciclovias, são algumas imagens da nossa infraestrutura. É interessante resgatar a colaboração de alguns internautas, que colocaram a questão de falta de continuidade. É bem interessante. Inclusive, pintaram uma interrogação: "E agora? Para onde vai? É teletransporte?" Então, alguém ali, revoltado com a condição... É uma ciclovia que acaba de repente, num bairro nobre, o Sudoeste, que poderia trazer pessoas do automóvel para a bicicleta, mas que, realmente, não oferece condições mínimas de conforto e de segurança.

Ali também, o pai com o filho, a ciclovia termina de repente... Lama... Realmente, a infraestrutura não é de qualidade. Não bastassem as imperfeições, os nossos motoristas que não têm uma formação cidadã estão bloqueando ali, sem cerimônia. Então, que tipo de incentivo a gente quer dar às pessoas para trocar o carro pela bicicleta? Basta construir ciclovia?

Esse é o meu trajeto diário, na Asa Norte, na altura da sete, oito. Todo dia a mesma coisa. As pessoas indignadas colocam isso que chamo de multas-cidadãs: "não estacione na ciclovia", "perdoe-me"... Enfim, elas tentam sensibilizar. Por falta de ação do Poder Público para ir lá fiscalizar, multar e guinchar, isso acontece todo dia, as pessoas tentam sensibilizar na base da multa-cidadã. Na ausência do Estado para fiscalizar, essa é a atitude. Só para reforçar, acho que é bem emblemático, não só no Distrito Federal, mas em nível nacional, essa autointitulada Linha Verde. As pessoas também ali grafitaram justamente pedindo. Não é por falta de demanda que as melhorias não vêm, as pessoas estão se expressando. As mobilizações, desde junho de 2013, mostram isso, pois um dos lemas é o transporte.

Só para ilustrar, apesar de todos os problemas ilustrados, Brasília tentou emplacar essa coisa de ser referência nacional e internacional em ciclovias. Que referência é essa? Basta construir 200, 300km de ciclovia e é referência?

Para sintetizar, além de infraestrutura, a gente precisa muito mais de educação, fiscalização. Já se falou também em incentivar ao uso de bicicleta ou ao transporte a pé e, juntamente, desestimular o uso do automóvel. Com a soma desses fatores, a gente vai ter cidades para as pessoas, como, na Europa, Amsterdã, Copenhague, que são boas referências de mobilidade, onde as pessoas usam, sim, bicicleta. Existe uma infraestrutura adequada, é caro estacionar nas áreas centrais. Então, vários fatores implicam uma cultura dessas. A gente viaja para fora e fica encantado, mas volta para cá e parece que tem que, necessariamente, voltar à vida enclausurada do automóvel.

Aqui são algumas manchetes, na França, incentivando diretamente a pessoa a usar bicicleta, e ela é remunerada por isso. Na área central de Paris, eles querem banir o automóvel. A Profª Maria Rosa trouxe esses exemplos das cidades europeias que combatem a dependência do automóvel. Aqui, nossos projetos ainda vão na contramão. Duas manchetes para contrapor: uma de estacionamento subterrâneo na Esplanada – quer dizer, você quer trazer ainda mais carros para a área central –, ideia que, felizmente, não emplacou, mas deve estar lá na gaveta esse projeto perigoso, que vai na contramão, e a questão da isenção do IPI, de que já se falou também, essa coisa danosa de abrir mão de recursos em favor de um segmento, da indústria automotiva, do *lobby* automotivo, cujos empregos poderiam ser gerados em outras áreas, como bem falou o Carlos Penna, como na questão do setor metroviário. Quer dizer, as pessoas não vão ficar desempregadas, é só você reordenar de forma a ter uma mobilidade saudável, uma indústria da mobilidade saudável.

Para dar um painel mais específico da questão da bicicleta, ainda há essa questão muito arraigada de que é meio de transporte das populações de baixa renda, o que é um fato, mas é uma realidade. A gente tem,

em várias cidades, essa cultura, que, infelizmente, parece invisível, mas, se você notar bem, há muitas cidades, como Recife, Belém, São Paulo, grandes capitais que estão inundadas de bicicletas. Em Belém, na Avenida Principal, chega a ter congestionamento de ciclistas, que usam a bicicleta para diversos fins, seja para levar a criançada para a escola, seja para levar carga. Isso aí é um painel bonito da mobilidade que a gente tem que, realmente, incentivar.

Transporte de carga... Só para ilustrar bem. E existe uma demanda reprimida, justamente pelo fato de o Poder Público não estar atento, ainda. Então, as pessoas estão usando bicicleta mas não há lugar, por exemplo, para estacionar. Uma coisa simples.

Então, ali no terminal de ônibus, por exemplo, de Florianópolis, a pessoa vai fazer a integração com o ônibus e tem que largar a bicicleta ali, de qualquer jeito, do lado de fora.

Ali um supermercado em São Mateus, interior do Espírito Santo. Também bicicletas aos montes, estacionadas de qualquer forma. Inclusive, esse lugar tem bicicletário, mas está abarrotado e as pessoas têm que parar fora.

Aí uma cena interessante, uma árvore que dá ótimos frutos, árvore de bicicletas em Belém. Isso aí é uma obra em construção e os operários todos indo para lá de bicicleta, e tendo que parar de qualquer forma. Tem o lado bom, que é o de que as pessoas estão usando, mas tem o lado ruim, que é a demanda reprimida. Quer dizer, não há lugar para você realmente deixar a bicicleta.

Só para registrar, também, a questão do transporte coletivo, que é muito ruim. Quer dizer, a gente vê a bicicleta como algo integrado. O transporte coletivo tem que estar, e, infelizmente, o transporte coletivo é superprecário e também precisa ser melhorado.

Questão do pedestrianismo, que também é negligenciado. Então, há vários locais... Aqui, em Brasília, a Capital Federal, você tem uma situação inadmissível de carros invadindo calçadas, calçadas destruídas ou, muitas vezes, nem há calçada. Então, você tem essas situações na Capital do País, situação vexatória, pior ainda para os cadeirantes, que têm necessidades ainda maiores. Muitas vezes você tem rampas bloqueadas, você tem cadeirantes que precisam andar pela rua porque não tem espaço adequado. Então, aí em outros locais, aí também, em Belém, no Espírito Santo, em vários outros locais essa é a situação que você encontra: cadeirantes andando no meio da rua.

Bom, aqui só para elencar algumas questões aí, realmente para levar a bicicleta, mobilidade saudável a sério, você tem vários pontos aí: não só a infraestrutura, mas um contexto urbano mais saudável. A questão de campanhas educativas é bastante importante. Até alguém falou a questão de ser algo positivo. A campanha tem que ser positiva. E eu não coloquei aqui na apresentação, mas achei interessante. O DF investe muito pouco – eu vou mostrar mais a frente – em educação no trânsito. E uma das poucas que eu vi nos últimos anos, do ano passado, coloca lá uma propaganda relacionada à distração no trânsito e coloca a foto de um ciclista estatelado lá, no chão. Quer dizer: isso é você ressaltar a bicicleta? Quer dizer, nas poucas campanhas, nos poucos anúncios que você vê no jornal o que se vê é o ciclista morto, esquartejado, associando-o à distração. Quer dizer, há que se rever esses pontos.

Então, eu vou passar rapidamente essa parte. São só alguns tópicos, realmente, para se ter em mente.

A questão do policiamento, que pode ser feito de bicicleta, algo que é superpositivo e tem em várias cidades, inclusive aqui do Brasil, mas aqui em Brasília ainda é incipiente.

A questão do transporte de passageiros, que é bem avançado lá fora. Quer dizer, você tem cartões postais da Alemanha, da França, tem o bicitáxi circulando, algo superpositivo que a gente também mal vê aqui no País.

Algo fundamental, de que também se falou, é a velocidade, que é absurda. A gente estava falando de um limite teórico de 80, mas a gente sabe que, na prática, fora do alcance do radar, ela chega a 120, 150. Enfim, a gente sabe que a redução na velocidade traz mais pessoas para a rua, convida mais a pessoa caminhar, a pedalar.

E há a questão, também, dos acidentes de trânsito. Como o nosso colega do Sarah colocou muito bem, é muito importante você prevenir, você reduzir esse limite de velocidade para, realmente, evitar politraumatismos. Enfim, a gente precisa repensar isso. Fala-se muito em ciclovia e infraestrutura, mas se fala pouco em algo básico, que é esse limite absurdo de velocidade que a gente tem nas vias.

Aí, só para ilustrar como é positiva essa redução de velocidade. Reduzem-se drasticamente as mortes e as lesões pela diminuição da velocidade.

Isso serve para ilustrar as manchetes. Uma coisa que a gente vivencia é essa violência no trânsito. É algo que precisa ser sempre colocado.

Aqui, no Distrito Federal, só para mostrar alguns dados, de 2001 a 2010, aplicou-se muito, quase R$800 milhões, em obras de duplicação, mas, no mesmo período, o investimento no metrô foi quatro vezes inferior.

Eu tinha falado da educação no trânsito. Entre 2012 e 2014, o Detran arrecadou R$356 milhões em multas e destinou apenas 3,5% a campanhas de educação no trânsito. E esse baixíssimo percentual ainda é mal

aplicado, como ilustrei, em campanhas que não são positivas, que colocam o ciclista como algo negativo, sujeito à morte.

Então, a gente precisa realmente repensar sobre isso. É preciso que haja uma mudança cultural, não só uma mudança de infraestrutura. É preciso passar da cultura motorizada. Atualmente, muitas de nossas crianças não pedalam mais e já vão para o seu carrinho motorizado, para a sua moto. Então, a gente precisa repensar essa atitude. É uma questão que envolve várias áreas, não só a de mobilidade e a de meio ambiente, mas também a de saúde.

É legal também a cultura europeia da bicicleta, que muitas pessoas conhece. E também temos a nossa cultura, mas temos de ser criativos. Não temos aquelas bicicletas com caixas, mas adaptamos as nossas caixas. Então, crianças em caixas também estão sendo levadas para a escola, para a diversão, mas não são vistas. Acho que é importante falar, nesta Comissão de Direitos Humanos, que há crianças, mães e trabalhadores que precisam ser ressaltados, que precisam de segurança.

Falas-se muito da bicicleta como transporte individual, mas há famílias sendo transportadas todo dia, e elas precisam de atenção. Será que ela serve só como transporte individual? Eu me nego, realmente, vendo essas imagens, a considerar a bicicleta como mero transporte individual.

Há alguns exemplos de pessoas que abandonaram o carro e que usam a bicicleta no dia a dia, felizmente. Cada vez mais, temos de ter isso como exemplo e temos de incentivar isso ainda mais.

Para resumir, aí estão os vários benefícios do uso da bicicleta, sejam relativos à saúde, sejam relativos ao meio ambiente.

Há a questão democrática, que acho bem interessante. Então, para um ambiente acolhedor, você traz pessoas com mobilidade reduzida. Dizem: "Ah, a ciclovia é só para ciclista." Não! As pessoas vão usá-las, como as pessoas com cadeira de rodas que antes ficavam presas em casa. Então, você dá a possibilidade de as pessoas realmente vivenciarem a cidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UIRÁ LOURENÇO – Acho que essa é a mensagem.

Os nossos agentes ambientais são pouco vistos também. Há pessoas que carregam latinhas, que fazem a coleta seletiva com o auxílio de bicicleta. Quer dizer, não só há a questão de não emitir poluentes, mas também a de fazer a coleta seletiva. Há vários exemplos que, às vezes, também passam despercebidos.

Há uma campanha sobre antissedentarismo. Muitas pessoas falam de desculpas. No vídeo do Pateta, dá para ver isso também. As pessoas falaram aqui da questão psicológica. Lembrei do professor de Psicologia. Dizem: "Ah, não tenho preparo nem idade". A bicicleta é democrática. Se for preciso carregar peso, dizem: "Ah, vou de carro." Sempre se dá um jeito. Enfim, essas são algumas desculpas que tento contrapor, só para refletirmos.

Por fim, quero só deixar alguns tópicos.

O foco da mobilidade tem de ser a segurança no trânsito.

Há a necessidade de integração de políticas. Infelizmente, vivemos num contexto, numa estrutura governamental formada sempre por caixinhas: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde. Precisamos integrar estas políticas: saúde, educação, turismo, economia.

Precisamos aplicar as leis. Como mostrei, temos um marco legal até interessante, mas é preciso pôr isso em prática.

É preciso haver coerência no planejamento, com conexões entre as ciclovias. O caminho do ciclista precisa ter qualidade. Queixaram aqui algumas pessoas que se manifestaram pela internet, dizendo: "Ah, foram pavimentar as ruas e destruíram as ciclovias. Fizeram a ciclovia, mas ela não tem continuidade." Precisamos de qualidade.

É preciso haver mudanças culturais. Temos de pensar em medidas de curto, médio e longo prazos.

Já estourei meu tempo. É isso aí. Agradeço a oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Uirá Lourenço, que coordena este movimento de mobilização e que apresentou um belo trabalho. Com certeza, todos aqueles que nos estão assistindo aprenderam um pouco mais sobre a importância da mobilidade urbana.

Com a palavra, Paulo Henrique da Silva Santarem, representante do Movimento Passe Livre.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTAREM – Boa tarde a todos e a todas.

Acho que, como muita gente já falou nesta manhã, como muitas questões sobre esse tema já foram colocadas, vou tentar restringir minha fala. Talvez eu não fale pelos dez minutos a que tenho direito. Talvez eu não ocupe a totalidade desse período. Vou tentar realizar uma fala, então, mais pragmática, todavia centrada em três pontos.

Antes de tudo, eu queria apresentar o posicionamento do Movimento Passe Livre a esta Casa: posicionamento contrário à redução da maioridade penal; posicionamento contrário ao encarceramento da população jovem e negra, das crianças negras brasileiras; posicionamento contrário a essa medida reacionária e conservadora que tem sido encabeçada pelos piores setores da sociedade brasileira e que está chegando, hoje, à votação no Congresso Nacional, em uma das comissões, medida contra a qual lutaremos com todas as nossas forças e contra a qual lutaremos também caso ela se apresente aqui. Esperamos a colaboração da Comissão de Direitos Humanos para que não se realize esse retrocesso brutal e genocida com relação à população negra brasileira. (*Palmas.*)

Para além disso, seguindo nesse esteio, eu gostaria de recordar algumas coisas sobre a configuração socioeconômica da população vitimada por mortes no trânsito. A população mais vitimada por atropelamento é a que está de bicicleta.

Dados específicos da Codeplan, que se reproduzem no Brasil inteiro, dão maior vulnerabilidade a mortes por causas externas. A maior vulnerabilidade a mortes por causas externas por acidentes de trânsito está concentrada na juventude negra brasileira, essa juventude negra brasileira que, por diferentes motivos e fatores, é acometida por mortes no trânsito, seja na direção do automóvel, seja por atropelamento, seja por atropelamento de bicicleta. Então, é relevante, em alguma medida, nós compreendermos quem é esse público das mortes no trânsito. Quem são essas 50 mil pessoas que morrem anualmente no Brasil por morte no trânsito com as quais estamos lidando? É uma população negra, é uma população periférica, majoritariamente. Aí, nós temos que pensar isso e vincular políticas destinadas a esse setor. Este é o primeiro ponto, tentando dimensionar racialmente esse conflito.

Uma segunda questão – isto já foi dito aqui, está tácito, quero só tencionar em uma dimensão este ponto – é que as mortes no trânsito são, principalmente, oriundas da política de transporte individual motorizado, da política rodoviarista, da política de dar a todo mundo um carro, da ideologia de que todo mundo deveria ter um carro para poder andar pelas vias quando quiser, da forma que quiser, como se o carro possibilitasse isso.

Esse tipo de política – queria colocar alguns questionamentos – tem estruturado a economia brasileira pelo menos nos últimos 60 anos, essa política rodoviarista de vincular a economia brasileira à indústria automobilística, de vincular a economia brasileira ao *lobby* do petróleo, aos gasolinômetros, de vincular a economia brasileira a uma necessária estrutura de consumo, de precisar baixar o IPVA, essas coisas, para as pessoas poderem consumir mais carros e, assim, fazer circular a economia nacional.

A economia brasileira está vinculada a uma máquina de assassinato, a um processo de assassinatos e a um processo de mortes, a uma máquina de guerra, não uma máquina de guerra como os teóricos apresentam, mas como uma máquina de morte, de matar pessoas, de moer gente. Isso tem assassinado a população brasileira. Então, há um problema de saúde pública grave.

O contraponto que se apresentou, no conjunto das mesas, é o da política de transporte coletivo, para que seja transformado em transporte público, e o da política de outras formas de mobilidade, como o Uirá disse, de mobilidade saudável ou de mobilidade ativa, uma mobilidade que não seja baseada no modelo rodoviarista e não seja baseada, necessariamente, no modelo motorizado.

Trata-se de colocar nossa bandeira, o contraponto que nós colocamos nas ruas nesses dez anos de Movimento Passe Live, que é o fortalecimento do transporte coletivo, tanto com as dimensões tecnológicas e de respeito aos direitos humanos, que já foram colocadas pela Maria Rosa e pelo Carlos Penna Brescianni, como também pela política da tarifa zero. Aliás, acho que é sempre bom reapresentá-la aqui, é a nossa concepção de transporte coletivo. Achamos que o transporte coletivo tem que deixar de ser um serviço, tem que deixar de ser uma mercadoria e tem que passar a se consolidar enquanto direito e passar a ser público, e algo que é público, é incentivado, é universalizado e é de acesso a todos.

Em 2010, nós tínhamos 37 milhões de brasileiros que não podiam andar de ônibus simplesmente porque não tinham dinheiro. São essas pessoas que são assassinadas ao redor das paradas de ônibus? Não, essas são as que andam de ônibus. Esses outros 37 milhões de pessoas estão onde? Onde estão esses 37 milhões de pessoas que não podem pagar para utilizar ônibus, que não vão ter acesso ao financiamento de um carro ou de uma moto? Essas pessoas estão andando de bicicleta, essas pessoas estão andando a pé nas ruas, essas pessoas estão jogadas na marginalidade, cometendo delitos e, possivelmente, sendo jogadas nas cadeias e nas prisões brasileiras, numa tentativa de acirrar seu encarceramento e, voltando ao tema, ao seu genocídio.

O transporte está vinculado a um tipo de política que é responsável por grande parte das mazelas que vivemos neste País. A política de transporte leva a economia brasileira a um tipo de progresso consumista, a um tipo de progresso que desestrutura, a um tipo de progresso que ataca o meio ambiente e que desestrutura uma série de relações sociais, é um tipo de política que gera segregação necessariamente, gera violência, necessariamente, e, necessariamente, gera morte.

Então, a nossa proposta de política de tarifa zero e de universalização no serviço é justamente pensando na dimensão ambiental, na dimensão da qualidade, na dimensão social, na dimensão do desenvolvimento da vida humana e no desenvolvimento nacional e internacional, no desenvolvimento dos povos e não no desenvolvimento do capital. Não vou entrar em pormenores da política aqui, mas só apresentar como ela se vincula ao tema específico que estamos colocando.

Por fim, sei que não se trata propriamente de uma hipocrisia, mas é curioso estar debatendo aqui mortes no trânsito quando esta Casa tem se calado sobre um tema essencial à política de trânsito pelo menos desde dezembro de 2013. No dia 3 ou dia 4 de dezembro de 2013 foi aprovada, no Congresso, a chamada PEC nº 90, que instituiu o transporte como direito social. Essa proposta de emenda constitucional acrescenta o transporte aos outros 11 direitos sociais que estão previstos na Constituição, a saber: educação, saúde, trabalho, alimentação e uma série de outros. Incluiria o transporte nele, como uma resposta imediata às mobilizações de junho de 2013. Mais que a resposta às mobilizações de junho, é uma compreensão do papel do transporte nas cidades brasileiras, na nossa sociedade. Ela chega aqui no dia 11 de dezembro de 2013, ela é entregue a esta Casa. Eu estava aqui olhando o celular para obter essas datas claramente. Ela é discutida na CCJ entre o dia 20 de janeiro e o dia 24 de abril de 2014, ela é discutida e seus pareceres são lidos na CCJ. A partir do dia 28 de abril de 2014, ela está na mesa do Presidente desta Casa esperando inclusão na pauta da Ordem do Dia. Mas não foi a discussão até o momento. Então, esta Casa, se quer discutir a política de transporte coletivo, tem que colocar em votação a Proposta de Emenda Á Constituição nº 74, que está aqui, que transforma o transporte num direito essencial.

Aí, a sugestão que queremos colocar aqui, enquanto Movimento Passe Livre, é que, desta reunião da CDH, tanto as entidades como, principalmente, os Parlamentares aqui presentes encaminhem ofício ao Presidente da Casa para que essa pauta seja colocada em votação.

É isto: Renan Calheiros, ponha a PEC nº 74 em votação! Largue de se calar sobre o nosso direito de transporte! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Paulo Henrique da Silva Santarem, representando o Movimento Passe Livre.

Eu, de pronto, sem certeza de que esta é a posição do Plenário, vou atender sua solicitação. Vamos fazer um requerimento, baseado nesta audiência pública, em que a Comissão de Direitos Humanos, todos os Senadores presentes e os painelistas pedem a aprovação da PEC nº 74.

Se todos que estão aqui concordam com essa proposta, embora seja mais fácil dizer que fiquem como estão, peço que se manifestem. (*Palmas.*)

Então, vou encaminhar o seu pedido ao Presidente Renan, até porque concordo, na íntegra, com ele. É uma PEC amplamente discutida, aprovada na Câmara, aprovada aqui na CCJ, e tem tudo para ser votada no plenário. Tenho quase certeza de que o pedido será aceito. Tenho quase certeza de que o pedido que faremos será aceito e de que a matéria irá à votação.

O último painelista é o nosso querido convidado Nazareno Affonso, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT-ANTP).

Repito: fiz questão de convidá-lo porque ele foi a primeira pessoa que ouvi falar em mobilidade urbana, no Rio Grande do Sul. A partir daí, passei a ter mais cuidado com o tema.

O SR. NAZARENO AFFONSO – Senador, muito obrigado pela oportunidade. Tenho acompanhado esta Comissão. V. Exª tem me chamado várias vezes. Tomei ciência de última hora, pelo pessoal do Rodas da Paz, mas eu não poderia deixar de estar aqui acompanhando este trabalho.

Eu queria dizer ao nosso Secretário que estamos esperançosos com ele. Depois de um tenebroso inverno, temos um secretário formado na área. Isso facilita muito o trabalho desenvolvido no Conselho das Cidades, onde existe um comitê de mobilidade bem estruturado e que foi responsável, logo depois das manifestações, a pedido de três ministros da Presidente Dilma, de elaborar o Pacto Nacional pela Mobilidade Urbana. Nesse pacto, nós praticamente chegamos a 180 propostas. A sua elaboração contou com a participação do pessoal do Movimento Passe Livre e de vários convidados, além dos conselheiros do Conselho das Cidades. E, dessas 180 propostas, nós chegamos a uma resolução. Há uma parte com propostas claras de como baratear a tarifa, de como garantir recursos, a questão da acessibilidade está presente e está presente uma questão abordada eu acho que até pelo Senador, sobre a capacidade de gerenciar dos Municípios. Eles não têm capacidade nem de planejar nem de projetar e de implantar; e, na outra ponta, como eles vão gerenciar. Então, nós estamos com R$143 bilhões para aplicar em sistemas estruturais, tanto em sistemas metroferroviários, que são responsáveis por 66% desses recursos, como em sistemas rodoviários de média e alta capacidade, e temos esperança de que isso venha a acontecer.

Esse pacto foi esquecido pelo Governo. A todo momento nós o estamos questionando. Foi aprovado no Conselho das Cidades em outubro de 2013 e só foi publicado no *Diário Oficial* em julho de 2014, algo parecido com a questão da PEC, que também defendemos, faz parte desse pacto a defesa da PEC.

Então, eu queria apenas deixar isso e depois encaminhar para a Comissão, para vocês terem conhecimento e nós vermos como podemos fazer uma mobilização.

Dentro do Conselho das Cidades, foi formado um GT só para tratar disso, e nós vamos ter o apoio aqui da Semob para detalhar essa proposta, ver a factibilidade e tudo mais. Temos outro grupo de trabalho, no âmbito da SRI (Secretaria de Relações Institucionais), que começou, deu o prazo de novembro, mas também não encaminhou. Então, é um tema que nós gostaríamos de colocar em pauta.

Então, é um tema que nós gostaríamos de pôr em pauta.

Outro ponto que nós estamos colocando lá no comitê de mobilidade é exatamente o tema da violência no trânsito. Nós vamos ter este ano um desafio para o País, porque vamos ter o encontro de ministros para fazermos o balanço da década. Infelizmente, apesar dos esforços da Polícia Rodoviária Federal, os nossos números em mortes têm aumentado. Há uma colocação em que parece que, em 2013, houve uma estabilização, mas não temos certeza ainda desses números. Mas o que tem acontecido é que nós assinamos isso e, nesse período, nós aumentamos em mais de 10% o número de mortes em vez de reduzir os 50% que foram assumidos nos dez anos, pela década, de redução de acidentes.

A nossa esperança – e lutamos por isso há muito tempo – é de que isso venha a acontecer. E o nosso posicionamento é muito claro: educação é fundamental. Nós temos que ir para escolas e temos de educar o motorista. Porém, a violência no trânsito existe pela ausência do Poder Público. Vimos, por esse trabalho aqui da Polícia Rodoviária Federal, que basta um início de presença do Poder Público para uma mudança radical. Se nós formos ver, 3% da frota é fiscalizada. Eu acho que há um projeto na Câmara – não sei se morreu nesse processo todo – em que deveriam ser fiscalizados pelo menos 30% da frota. Então, o que vamos ver?

Nós temos dois eixos fundamentais de violência no trânsito: a velocidade e o álcool – o álcool principalmente. Falam de outras drogas, mas é o álcool o principal. As outras drogas atingem mais o transporte de caminhões, que também é outro problema que nós temos de enfrentar. Nós sentimos as dificuldades recentemente.

E a esperança que nós temos, aqueles que lutam há muito tempo, é de que, de fato, o Governo se unifique. E, neste particular, há uma outra iniciativa, que é o Comitê de Mobilização pela Saúde e Paz no Trânsito, do qual eu participei, que elaborou uma outra carta, tipo esse pacto da mobilidade, em que estão todas as propostas detalhadas – detalhadas, Senador! Totalmente detalhadas, para atuar na questão transporte público, desde o desenho das ruas até toda a parte de fiscalização, de gestão; está tudo lá detalhado.

Nós tivemos uma notícia boa, no final do governo passado, quando houve uma resolução do Contran que retomou a política nacional de trânsito e fez um resumo praticamente do que foi desenvolvido. Mas colocou que nós entramos agora numa fase de elaboração do Programa Nacional de Trânsito.

A ideia desse Programa Nacional de Trânsito é pegar o material desse comitê, que, aliás, foi congelado pelo governo já faz mais de um ano... Quer dizer, era o único espaço no Sistema Nacional de Trânsito que não era tutelado, como participação. Em todos os outros, o diretor do Denatran escolhe quem vai ser o membro de cada câmara temática; nesse, não. Nesse, são representações da sociedade, haja vista nós chegarmos a um resultado que foi reconhecido pelo próprio Denatran para se chegar a isso.

A nossa esperança é de que esse Comitê seja reativado e que, ao ser reativado, nós possamos retomar essas propostas todas. É aquela sensação: a sociedade se reúne, elabora, propõe, dá as soluções. Nós estamos vendo nessas mesas apresentadas – o Uirá colocou várias coisas e vários dos palestrantes também colocaram – que nós temos soluções; não temos de inventar a roda, está tudo dado. O que precisamos nesse processo todo é de reconhecer que algumas coisas não dão certo: o automóvel não é o meio de mobilidade para todos, ele é um meio que deve ser integrado ao sistema, à mobilidade sustentável toda, e não apartado. Diz-se: "O automóvel é aquele bicho ruim e tal". Não! Mas, ao mesmo tempo, têm que ser reduzidos os privilégios dele.

O que acontece hoje? Ele ocupa mais de 80% do sistema viário. No transporte público, estamos vendo as dificuldades de se fazer uma faixa exclusiva de ônibus. Até 2011, nós tínhamos, no Brasil, 410km de faixas prioritárias. Juntando Curitiba, Porto Alegre, juntando tudo, não as faixas de São Paulo, nós tínhamos 410km. São Paulo, numa tacada só, fez 380km de faixas exclusivas, em um ano e pouco. Quer dizer, é possível. E aí, no MDT, do qual sou coordenador nacional, está defendendo que esse número aqui seja de 10 mil quilômetros de faixas exclusivas no Brasil. Para isso, tenho defendido – e o pessoal da área de trânsito não gosta dessa proposta – que seja proibido, em qualquer via em que circule transporte público, estacionamento de carro. Estaríamos facilitando para as prefeituras todo embate com comerciante, tudo que hoje segura para que a gente não tenha as faixas exclusivas.

A outra é que temos de acabar... Infelizmente, há dois palestrantes com os quais, toda vez que eu venho aqui, tenho uma desavença. Eu sou metroviário de formação. Aposentei-me pelo Metrô de São Paulo e o conheço profundamente. Estive no seu nascedouro, em 1971. Entrei como estagiário. Não tenho dúvida de que eu gosto do metrô. Mas acho que não podemos trazer, em lugar nenhum, um confronto de modais e toda hora vermos colocarem o ônibus como um sistema de terceira ou quarta categoria, só como alimentador de um sistema que sabemos que tem seu tempo de implantação muito longo. São Paulo está fazendo um esforço gigantesco para fazer 72km de metrô. Sabe para quando, Senador? Conforme falado pelo Governo, esse sistema estará à disposição da população em 2020, Não estará pronto antes disso. Não porque nós não saibamos fazer projeto, não saibamos implantar, mas porque nós temos, não só no caso do metrô, mas também no caso dos BRTs, um problema de entraves: nós temos o Ministério Público, nós temos todas as questões ambientais... Você pode fazer uma rodovia urbana em qualquer lugar e você não tem impedimento, mas você vai fazer metrô e o cara diz que faz muito barulho, enquanto três ou quatro caminhões passando fazem muito mais barulho do que isso aí. É nisso – nós estamos trabalhando no MDT, juntando todo mundo – que nós precisamos trabalhar, trazendo o Ministério Público para junto, trazendo o Tribunal de Contas para junto, trazendo todo mundo, porque não podemos ter um sistema desses com tamanho impedimento. São dez anos! O Secretário de Transportes Metropolitanos disse: "Entre estar com o projeto pronto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO AFFONSO – ... e a implantação, nós temos dez anos para uma linha de metrô estar implantada." É um absurdo! Um absurdo! Estamos lutando contra isso.

Por outro lado, temos sistemas... Desculpem-me, mas conheci Bogotá e não vi nenhuma cena como a que ele apresentou aqui. Eu visitei. Aqui estamos com a Diretora Luísa, nós visitamos juntos. É outra coisa! É um sistema que atende... Há gargalo. Mesma coisa se a gente for hoje visitar, infelizmente, a Estação Sé do metrô. Você precisa ter capacidade de se mover lá dentro. Fui à Estação Anhangabaú e tive de esperar seis carros para conseguir entrar na estação de metrô. O que acontece? Quando o sistema estoura, vamos ter de buscar outro. O que está acontecendo em Bogotá? Em algumas áreas o governo já estudando o sistema metroferroviário. O que não podemos é imaginar em Brasília, com essa quantidade de área pública disponível, a gente não usar um sistema com o nível... Os corredores, aqui, em Brasília, até chegarem à capacidade do metrô, ainda vão muito longe. O metrô daqui é ridículo: 42km para carregar 160. Mas isso por quê? Porque ele foi todo mal projetado. A gente, na época... Eu era criticado no governo Cristovam porque eu exatamente questionava o metrô. O pessoal dizia: "Você é contra metrô?" Eu dizia: "Sou o único metroviário do Governo. Eu só quero que o metrô vire algo que a população use." E foi uma briga com as empreiteiras na época porque eles queriam fazer, antes, as estações aqui, no Plano Piloto, que eram estações... Para se ter ideia, essas estações que estão fechadas, que vão voltar a colocar, elas carregavam... A quantidade de gente que entra é equivalente a duas linhas de ônibus. E custavam não sei quantos milhões. Eu acho que eram US$10 milhões. Era uma coisa assim monstruosa. Por isso elas foram fechadas por esse tempo todo. Não havia demanda dentro dela. Por quê? Colocaram dentro de um vazio, quando ele deveria estar passando na W3. Ele deveria ter chegado lá em Taguatinga, entrado na comercial e depois na comercial lá de Ceilândia, mas, por interesses de empreiteiras, eles foram para lugares mais simples. Era muito mais fácil passar no Eixão, era muito mais fácil passar por fora de onde existia o comércio.

Então, o que nós estamos defendendo agora? Nós temos, sim, de cuidar dos sistemas convencionais de transporte. Nós estamos defendendo isso. Nós temos o sistema da CBTU, Senador, que tem coisas vergonhosas, trens que passam a cada duas ou três horas. Quer dizer, são coisas assustadoras que nós temos no sistema da CBTU. Então, nós achamos que temos de cuidar disso. Temos de cuidar do sistema convencional, que é fazer essas faixas exclusivas e generalizar pelo País, para que isso se multiplique enormemente. A gente já tem dados de São Paulo que mostram ganho de tempo de viagem de mais de 40 minutos por dia com esses sistemas. E nós temos que pôr na cabeça, definitivamente, que a questão do automóvel não é... O discurso que eu mais ouço: vamos criar condições para que o cara deixe o carro em casa e pegue o transporte público. É o discurso que o MDT faz, que a gente faz na ANTT, em todos os lugares. E não é isso. Vamos tirar privilégio do automóvel. Se, no dia em que ele pegar o carrinho dele, quando tiver que se deslocar, ele perceber que consegue chegar 20 ou 30 minutos mais rápido de transporte público, e, quando chegar à ponta, deixar de ter a via urbana subsidiada pela sociedade e tiver de pagar R$1.000,00 de estacionamento por mês, aí eu quero saber se o cara não começa a deixar o seu carro em casa, mesmo se o transporte público não estiver bom como a gente tem por ônibus, como a gente tem hoje no sistema metroferroviário de São Paulo, que não tem hoje a qualidade que tinha de quando nós o implantamos.

Então, Senador, nós estamos defendendo que parte desses recursos, dos 143 bi, se volte para quê? Mudar a tecnologia do ônibus, como foi colocado pelo Penna. Isso é urgente. Nós temos que parar de ter caminhão encarroçado para ter ônibus. Nós temos uma das melhores fábricas de ônibus do mundo. É só fazer isso...

(Soa a campainha)

O SR. NAZARENO AFFONSO – Concluindo.

E outra coisa: nós temos abrigos em todos os lugares, nós temos uma política de pavimentação de corredores por onde circulam ônibus. Quer dizer, dar qualidade ao sistema convencional, tanto o metroferroviário, no caso da CBTU, quanto o de transporte público.

Então, é isto, meu caro Senador. Parabéns pela iniciativa! Eu acho esta Comissão de Direitos Humanos algo fantástico.

Para fechar, eu só queria pegar uma última frase, do nosso amigo Rolim, de Porto Alegre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Rolim!

O SR. NAZARENO AFFONSO – ..., que está agora no Tribunal de Contas. Acho que ele está no Tribunal de Contas. Não sei. Ele saiu do...

Eu conversei muito com o Rolim, dizendo que nós temos que transformar essa questão da violência no trânsito numa questão fundamentalmente de direitos humanos. E ele não consegue incluir. A gente discute várias facetas, mas a violência no trânsito, as mortes no trânsito... É o maior desastre de políticas públicas que nós temos. Não existe outro. Nenhum desses acidentes, não há nada parecido com a política pública dizimando seres humanos.

Então, é isto.

Parabéns para o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Vamos acatar a sua sugestão de que a violência no trânsito seja uma questão de direitos humanos. Vamos trabalhar com essa questão.

Você está se referindo ao Rolim que foi Deputado Federal.,,

O SR. NAZARENO AFFONSO – *(Fora do microfone.)* Isso, nosso amigo lá do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Militante histórico pelos direitos humanos.

O SR. NAZARENO AFFONSO – Isso. Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sempre caminhei ao lado dele. Ele é um intelectual preparadíssimo. Eu gosto muito dele. Para mim, uma das referências da vida pública é o Rolim.

O SR. NAZARENO AFFONSO – Para mim também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como você também é.

Este foi o Nazareno Affonso, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos, MDT-ANTP, e ex-Secretário de Transportes do DF.

Senador José Medeiros, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É rápido. Eu creio que avançou bastante o debate. O Paulo até se mostrou inquieto, e eu entendo essa inquietação, porque a Casa é multifacetada mesmo. Então, você veja que às vezes não são só conflitantes as propostas, mas não se consegue entender mesmo. Mas o debate político é justamente colocar as coisas em crise, para fazer acontecer.

Eu vejo que o Prof. Nazareno colocou aqui bem que soluções já temos, de sobra até, agora falta integrar todo esse conhecimento, todos esses ingredientes, para que a receita dê um prato bom.

Eu continuo batendo na tecla sobre a questão dos Municípios. E aí eu acho que é um desafio para o Dr. Dario, que vai ter que ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele vai falar em nome dos painelistas no encerramento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ah, sim!Porque justamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só fazer um esclarecimento a todos. Eu gostaria que todos falassem, mas o nosso problema é sermos obrigados a encerrar às 14h. Então, como o Dr. Dario está na Mesa, ele faz uma consideração final, e nós vamos encerrar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Correto. E nesse meio, ainda tivemos que sair para a posse.

Mas, finalizando, eu creio que a saída está nos Municípios, obviamente. Não temos como fazer qualquer coisa, como avançarmos, se não conseguirmos chegar lá para fazer quase que uma conscientização dos prefeitos a darem prioridade a esse tema, para podermos avançar. Senão, vamos continuar fazendo as boas políticas aqui, tendo ilhas de excelência. Vamos continuar andando em ônibus "encarroçados", numa situação de que não vamos avançar. Vai continuar o automóvel se proliferando cada vez mais, e não vamos sair da situação em que estamos.

Então, é isso aí, Senador. Eu queria agradecer mais uma vez por essa brilhante ideia de abordarmos o tema. Espero que não seja a última e que possamos ter mais dessas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. (*Palmas.*)

Eu gostaria, repito, que todos pudessem falar agora, no final,mas, devido ao nosso horário, eu pediria que, rapidamente, também o Sr. Dario Rais Lopes, que é Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, fizesse as suas considerações, para podermos encerrar a nossa audiência, com o compromisso de voltarmos novamente a esse debate com um prazo maior.

O SR. DARIO RAIS LOPES – Boa tarde, eu queria parabenizar todos e pontuar algumas coisas muito interessantes para mim. É a primeira vez que estou nesta Casa. Vi, aqui, de uma maneira mais acalorada, um debate que há muito tempo tenho na academia.

Na academia, já existe um consenso entre todos os pesquisadores e acadêmicos puros que trabalham nessa área de transporte e mobilidade de que você tem que aproveitar todos os sistemas. A grande discussão que se tem hoje na academia é sobre os limites de validade, ou seja, os intervalos a partir dos quais você pula de um sistema para outro, de quando é que você passa do sistema sobre pneus convencionais para o sistema sobre pneus segregados e de quando você passa do sistema sobre pneus segregados para o sistema sobre trilhos. Hoje, o estado da arte da discussão acadêmica são esses indicadores.

E hoje, mais do que isso, para pegar o que já se falou por aqui, passou-se da questão da demanda e está-se discutindo muito questões de externalidade. A função utilidade deixa de ser a função utilidade individual e já está incorporando aspectos de externalidade para você definir.

Ou seja, eu vejo com muita satisfação que uma discussão que era eminentemente acadêmica foi travada, pelo menos parcialmente, aqui com tanta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Elegância.

O SR. DARIO RAIS LOPES – ... elegância... (*Risos.*)

... e, mais do que elegância, com tanta vibração, com tanto envolvimento.

Há muitas coisas muito importantes nesse grande elenco de soluções. Eu gostaria de ressaltar uma só, que foi colocada pelo Uirá, que é uma discussão muito grande, também, que se tem sobre a questão das garagens subterrâneas. Isso é um tópico que eu acho que merece um capítulo especial e uma mobilização especial.

Vou dar um exemplo para quem não teve a experiência: a mobilização que foi feita nas garagens subterrâneas de Madrid. O que aconteceu? Um enorme receio de você incentivar o uso do carro. Aí, a mobilização da sociedade fez com que você colocasse as garagens subterrâneas e, ao tirar a vaga da pessoa, alargasse a calçada. Então, o ganho do espaço urbano foi para o pedestre, não para o veículo. Então, você faz uma garagem muito cara e desincentiva. Ou seja, só vai usar quem realmente quer, e o ganho ficou para o veículo. Quem não conhece, vai só à Porta do Sol, La Puerta del Sol, e, depois, tenta pegar fotografias antigas. Então, você aumentou o passeio.

Eu acho importante que se mobilize, porque, senão, você pega um instrumento, que pode ser um instrumento bom, e ele acaba sendo de incentivo ao transporte individual.

Por fim, há uma do Senador José Medeiros. Talvez seja o maior desafio que nós tenhamos na Secretaria de Mobilidade saber como tratar a mobilidade num país tão diferente como o Brasil.

Uma primeira abordagem que nós estamos tentando fazer: as cidades que já passaram do limiar da motorização, cidades com 200 ou 250 mil habitantes, têm de ser objeto de investimento. As cidades que estão abaixo desse limiar da urbanização, acima de 20 mil, são cidades que têm de fazer plano de mobilidade. Então, isso permite que você organize, um pouco, a questão.

Para cidades menores do que 20 mil, que são muitas, nós estamos tentando estruturar, dentro da Secretaria, não um escritório de projetos, mas, pelo menos, uma equipe que dê o apoio. A que é que nós estamos orientando? Que os Municípios se juntem em consórcios para que a gente dê pelo menos um termo de referência para facilitar a contratação por parte desses Municípios.

Então, nós vamos tentar fazer com que as cidades que estão abaixo do limiar da motorização cresçam com um pouco mais de consistência e sustentabilidade e as cidades que estão acima do limiar nós vamos tratar, realmente, com investimento.

Não sei se é a melhor solução. É lógico que esse espaço é um espaço muito propício para que isso seja discutido. Se for conveniente, se for necessário, eu me coloco à disposição dos senhores para vir aqui e discutir este e outros temas.

Eu queria só agradecer a todos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Isso é muito importante – só um parêntese –, para que as prefeituras tenham um norte, porque tem Prefeitura que vai gerenciando o trânsito assim: deu problema, coloca um quebra-mola.

O SR. DARIO RAIS LOPES – Estamos tentando. Nós não vamos resolver – vou ser bem claro –, mas eu acho que, se a gente tentar agregar um pouco de valor, isso faz com que, com o tempo, as pessoas comecem a praticar a engenharia com um pouco mais de consistência.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Dario Rais Lopes!

Eu iria propor agora – estou esperando uma informação, porque me parece que já estava no discurso de abertura que eu fiz – um minuto de silêncio em homenagem aos 150 mortos no acidente do voo. Peço que, se puderem, passem, como havíamos combinado, aquele videozinho na tela e que façamos um minuto de silêncio e encerramos a sessão, porque não deixa de ser morte no trânsito, pela simbologia e até porque, como aqui foi dito por todos, esse número de pessoas, 136, morre praticamente todos os dias no País.

Então, um minuto de silêncio enquanto o vídeo corre ali de forma silenciosa, em homenagem a esses passageiros que morreram no voo.

Havíamos combinado antes que esse seria o videozinho de encerramento. Ainda não começou o minuto. Esse videozinho passaria numa homenagem às 150 pessoas que morreram nesse acidente aéreo, porque, lamentavelmente, o piloto acabou dirigindo o avião para o choque nas montanhas.

Então, vamos a um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Feito o minuto de silêncio, que as palmas sejam energia para aqueles que morreram e para outros tantos que lutam até hoje também para que isso não volte a acontecer. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Dário Berger, Hélio José, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Vicentinho Alves e da não membro a Senhora Senadora Lídice da Mata. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 34, de 2015, aprovado em 25/03/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de audiência para rememorar os 51 anos do golpe civil e militar de 1964, que interrompeu o estado democrático de direito no Brasil com a deposição pelas armas do Presidente legalmente constituído João Belchior Marques Goulart. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. Às nove horas e vinte e seis minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador João Capiberibe, Vice-Presidente. O Senhor Vice-Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Eliana Castro, Coordenadora do Grupo Independente de Familiares dos Mortos e Desaparecidos; Deputado Federal Chico Alencar; Iara Xavier, Representante do Comitê pela Verdade do DF; Luciano Mariz Maia, Procurador Regional da República, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto; Dulce Pandolfi, Professora da Fundação Getúlio Vargas; Sueli Bellato, Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Às dez horas e cinquenta e dois minutos o Senador João Capiberibe passa a presidência ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao convidado Cid de Queiroz Benjamin, Jornalista e Escritor. O Senhor Presidente exibe o documentário "Nossas Histórias", realização criar Brasil; Memorial da Anistia; Projeto, Marcas da Memória; Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em seguida, passa a palavra aos demais convidados nesta ordem: Luiz Claudio Cunha, Jornalista e Escritor – Autor do livro "Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios"; Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes. Às doze horas e onze minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente João Capiberibe passa a palavra aos demais convidados: Deputada Federal Janete Capiberibe; Alípio Freire, Jornalista e Diretor Cinematográfico; e Ex-Deputado Federal Domingos Leonelli. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu,

Christiano de Oliveira Emery, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativ***a.***

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Peço aos nossos convidados que sentem. Sob a orientação do Senador João Capiberibe, eu abrirei aqui, e, em seguida, ele vem para cá para coordenar os debates.

Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização audiência pública, nos termos do Requerimento nº 34, de 2015, da CDH, de autoria do nosso querido Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, aprovado em 2015, para lembrar, rememorar, os 51 anos do Golpe Civil e Militar de 1964, que interrompeu o Estado democrático de direito no Brasil, com a deposição, pelas armas, do Presidente legalmente constituído, João Belchior Marques Goulart.

Quero mais uma vez enfatizar que esta audiência é uma iniciativa do nosso João Capiberibe, que fez questão que acontecesse no dia de hoje, e o requerimento apresentado por ele foi aprovado por unanimidade por esta Comissão.

Enquanto ele dá uma entrevista, vou apenas montar a primeira mesa. Em seguida, ele assume a presidência dos trabalhos e eu vou para o plenário, ao lado dos meus queridos convidados, Senadores, Deputado Federal João Morais, Deputado Federal Daniel Miranda, Deputado Federal Chico Alencar e o meu querido, sempre presente, Senador Hélio José.

De imediato, vou chamar a composição da primeira mesa, porque o discurso de abertura será feito pelo Senador João Capiberibe.

Citei sim, Deputado Federal Daniel Almeida, se não citei, cito agora: Deputado Federal Daniel Almeida, meu querido amigo; Jô Moraes, que esteve aqui, teve que dar uma saída, mas volta. E o Deputado Federal Chico Alencar. Senadora Lídice da Mata, grande Senadora também presente.

Vou fazer a montagem da mesa para que o nosso Senador faça o discurso de abertura, conforme combinado.

Convido para a primeira mesa a coordenadora do Grupo Independente de Familiares de Mortos e Desaparecidos, Srª Eliana Castro. (*Palmas.*)

Convido também a representante do Comitê pela Verdade do DF, Srª Iara Xavier. (*Palmas.*)

Convido também o meu amigo, ex-Deputado Federal, sempre presente, Gilney. Não, ele me disse que falará li do plenário mesmo. Eu quero fazer uma homenagem a você, Gilney, pela sua história, pela sua luta. (*Palmas.*)

Claro que isso eu improvisei, não estava escrito.

Já chamei a Srª Iara Xavier.

Chamamos agora Sr. Luciano Mariz Maia, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto do Ministério Público Federal.

Chamamos Professora da Fundação Getúlio Vargas, Srª Dulce Pandolfi. (*Palmas.*)

Chamamos o Sr. Cid de Queiroz Benjamin, jornalista e escritor. (*Palmas.*)

Chamamos o meu querido amigo e Deputado Federal, que me procurou há minutos e fez um belo convite – não vou dizer qual – o meu querido Chico Alencar.

De imediato, convido meu querido Senador João Capiberibe. V. Exª está convocado a assumir a presidência dos trabalhos. A nossa assessoria, inclusive, fez um belo pronunciamento de abertura, e eu disse: "quem vai fazer o discurso de abertura é V. Exª. Se quiser usar o pronunciamento, use; se não quiser, fale de improviso".

Peço a todos uma grande salva de palmas ao Senador João Capiberibe que, neste momento, assume a presidência dos trabalhos. Eu ficarei no plenário, me somando a essa militância da liberdade, da democracia. Que esse ato seja um ato que reafirmo: ditadura nunca mais!

Com a palavra, como Presidente, João Capiberibe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Bom dia a todos e a todas.

Meus cumprimentos ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que, pela terceira vez, conduz a Comissão de Direitos Humanos.

Antes de tudo, quero agradecer a presença de todos os convidados para essa audiência pública, que rememora um dos episódios mais tristes da história do País, que é a ditadura civil-militar de 1964.

Eu diria que o Brasil da democracia é infinitamente melhor do que esse Brasil que a minha, a nossa geração conheceu. E muitos dessa geração estão aqui presentes e foram vítimas da violência da ditadura, da truculência, enfim, cresceram num clima assombroso de medo. E nós, com muito sacrifício, com o sacrifício de

muita gente, de pessoas que tombaram pelo caminho e se sacrificaram, podemos viver neste País que estamos vivendo hoje: m País infinitamente melhor do que já foi no passado, um País protagonista, um País reconhecido em todo o mundo.

Eu me lembro do período do exílio, em que só ouvia falar do Brasil depois do carnaval em função das estatísticas de mortos ou, quando muito, pelos feitos do Pelé. Era o que normalmente se ouvia falar do Brasil. O Brasil não era protagonista de absolutamente nada, a não ser também das denúncias de violência e de tortura nos porões da ditadura.

Portanto, este momento é muito importante para que as gerações que nasceram, cresceram na democracia entendam que a democracia precisa avançar. Isso é o que me parece que está acontecendo neste momento.

Eu vejo com entusiasmo esses sintomas novos da democracia, que revelam um comportamento das elites brasileiras, que foram sempre assim.

Nós temos hoje três fatores importantes, determinantes dos próximos dias, dos próximos meses no nosso País. Nós temos uma revelação de escândalos que só a democracia poderia revelar.

O que estamos vivendo hoje é fruto, é resultado, é consequência da Constituição de 1988 e do avanço do processo democrático: a Operação Lava Jato, todo esse envolvimento dos homens, dos magnatas da construção civil que estão presos. Até, Senador Paim, às vezes eu me belisco para acreditar que isso é verdade, que isso esteja acontecendo no Brasil. Essas pessoas sempre tiveram poder enorme, muitas delas desde sempre, são sócios dos orçamentos públicos do nosso País desde sempre. Não é de agora. Temos agora mais um escândalo, o Conselho Fazendário, em que se descobriu, em rápida investigação da Polícia Federal, que chega a R$20 bilhões.

Isso só possível graças à democracia, graças à independência do Ministério Público, graças à independência da Polícia Federal, graças ao fortalecimento das nossas instituições. (*Palmas.*)

Na ditadura, isso sempre aconteceu. Eu me lembro das grandes obras da ditadura, inclusive eu me lembro de uma história que o saudoso Governador Miguel Arraes nos contou, que um ministro da Justiça da ditadura, quando faleceu, tinha deixado numa conta da Suíça US$55 milhões, ministro da Justiça. E esses valores foram constados em inventário, e a família recebeu esse valor. Isso hoje dificilmente aconteceria. Temos agora o SwissLeaks, que é outra questão, digamos, que está mexendo com a elite brasileira, em todas as áreas.

O que me parece é que há um entrelaçamento entre os envolvidos na Lava Jato, no SwissLeaks e também nessa questão do Conselho Fazendário.

Eu tenho impressão de que, na hora em que aprofundarmos as investigações, vamos encontrar as impressões digitais dos mesmos, nos três escândalos que são investigados neste momento. Portanto, graças à democracia, temos a oportunidade de, de fato, passar o Brasil a limpo. E essa é uma responsabilidade que não cabe apenas ao Executivo; cabe ao Parlamento.

Nós somos hoje, digamos, cobrados, exigidos para que possamos dar contribuição no sentido de fazer a democracia avançar. Portanto, não podemos perder de vista o que aconteceu no passado. Também devemos juntar a ponta do passado com a ponta do presente para fazer a democracia avançar. E é para isso que nos reunimos, nos encontramos e relatamos histórias que podem mexer com a nossa juventude, que podem despertar a nossa juventude no sentido de exigir que a democracia possa dar passos mais largos, que possam vencer esse pacto que, do meu ponto de vista, se exauriu, que é o pacto construído com a Nova República, através da habilidosa engenharia política de Tancredo Neves. Ele juntou os próceres da ditadura com os desejosos de democracia e construiu um processo amplo, um pacto amplo baseado em algumas questões que, hoje, são impossíveis de continuar existindo, como, por exemplo, o loteamento de cargos públicos.

Nós temos que dar uma resposta para isso. Nós temos que pôr um ponto final nessa questão. Então, esse pacto de 31 anos atrás está vencido, e cabe ao Parlamento dar passos adiante.

Eu queria, finalmente, agradecer a todos aqueles que o Presidente da nossa Comissão, Paulo Paim, já convidou para a Mesa.

Então, vamos começar a audiência pública ouvindo exatamente os nossos convidados, porque estamos aqui mais para ouvir do que para falar. Isso porque, depois de analisarmos o relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, haverá desdobramentos legislativos. Então, vamos apresentar algumas propostas legislativas, porque, enquanto houver um único desaparecido político, não poderemos cruzar os braços. Nós temos que prestar contas até encontrarmos o último ser humano que a ditadura fez desaparecer. E é importante a nossa persistência na busca do esclarecimento de todos os casos de desaparecidos políticos para que essa prática não se reproduza mais no presente.

Portanto, vamos começar convidando a Eliana Castro, Coordenadora do Grupo Independente de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Com a palavra, Eliana.

A SRª ELIANA CASTRO – Bom dia.

Sou Maria Eliana Castro, sou irmã de desaparecido político da guerrilha do Araguaia. Falo, como familiar, que a tortura é comum em nosso País desde sempre, uma prática nefasta, verdadeira herança maldita, trazida pelos portugueses, educados nos métodos da dita sagrada inquisição e que permanece até hoje, passando por Colônia, Império, independência, República, ditadura, e em perfeito estado de direito, com um governo de todos os tipos. Isso diz a Prof. Vitória de Mesquita Benevides Soares, uma socióloga.

Fazendo parte do contexto das ditaduras do Cone Sul, o Brasil iniciou o seu processo em 1964 e terminou em 1985. Como em todos os regimes de exceção, as práticas de torturas, mortes, prisões, exílios e violência generalizada, resultam em dolorosa memória que só o romper do silêncio, através de publicações e divulgações, vão visibilizar os absurdos cometidos nos porões dos quarteis e outras instituições criadas para alimentar o sistema ditatorial.

No Brasil, a Lei de Anistia – denominação popular – ou Lei 6.683, foi promulgada pelo ex-Presidente João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, após ampla mobilização social, ainda durante o regime de exceção de 1964.

Não concordamos totalmente com a Lei de Anistia, mas, como foi promulgada, tivemos que aceitar de uma forma não muito agradável, porque aqueles que torturaram, mataram, executaram, jogaram e fizeram verdadeiro extermínio daqueles jovens que simplesmente não concordavam com a forma com que a liberdade de um país estava sendo feita, foram anistiados. Tivemos de simplesmente aceitar essa forma de anistia.

A redação original do projeto de lei diz:

> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.

Esses "outros diplomas legais" foi retirado, infelizmente, da redação original, e ficamos com a lei, para mim, meio capenga. Mas em dois mil e...foi pedida, no Supremo Tribunal, uma revisão, e nós perdemos por sete a dois.

Eu espero que agora possamos fazer uma boa avaliação e cheguemos a um consenso melhor quanto aos torturadores desse período ditatorial que o nosso País teve.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado a Eliana Castro.

Eu tenho a honra de passar a palavra ao Deputado Chico Alencar. Vocês sabem que, nesta Casa, ocorrem simultaneamente, pelo menos, dois, três, quatro eventos.

E o Deputado Chico Alencar está sendo demandado. Estou o acompanhando pelo telefone e, a toda hora, ele está sendo convidado a comparecer em diversos eventos programados. Eu sei que ele tem debates importantes, inclusive, relativos a direitos humanos, que deverão ser travados na comissão, daqui a pouco.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Vou até falar em pé para ser mais breve, até porque os depoimentos vivos aqui, que esta mesa recolhe e traz, são muito mais importantes.

Vou começar com uma aparente indiscrição.

Quem aqui – vou poupar a mesa, até porque ninguém levantaria o braço – tem menos de 51 anos? (*Pausa.*)

É claro que se eu perguntasse: quem gostaria de ter menos de 51 anos, todos levantariam. Mas, olhem, dois terços desta sala nasceram depois do golpe. Aí eu falo do meu lugar permanente, pois mandato parlamentar de Senador e de Deputado é transitório, e o meu lugar permanente é o de um velho professor de história. E isso é significativo, porque vejo no meu cotidiano muitos jovens que não têm a menor ideia do que foi a ditadura.

E nessa mínima ou pouca visão desse período histórico, que não é tão passado assim, muitos fazem a afirmação superficial e reverberam na linha do que o Senador Capi trouxe aqui: "Ah, pelo menos naquele tempo não tinha roubalheira."

Sábado passado, no Rio de Janeiro – não sei se meus colegas moradores do Rio souberam –, um grupo de vinte ou trinta pessoas foi para a frente do Comando Militar do Leste, o antigo Ministério da Guerra, ali na Central do Brasil, para aclamar pela volta dos militares.

E aí um jovem do grupo de teatro Companhia Ensaio Aberto ficou indignado e fez uma breve fala, com ares de comício relâmpago, porque ele teve de sair correndo, sob pena de apanhar. Era um jovem com visão. Depois ele, já longe daquela manifestação de viés fascista, foi detido por policiais militares que queriam revis-

tá-lo. Ele disse: "Só abro a minha bolsa na minha mão". Acautelou-se. Levou *spray* de pimenta. Foi derrubado, detido. Quiseram fazer um auto de desacato à autoridade e resistência à prisão.

Só conseguimos, um grupo grande que se mobilizou, tirá-lo desse absurdo dos absurdos lá para a meia-noite. E o Delegado ainda ameaçou prender a advogada colega dele, tributarista, que foi lá dar um amparo imediato. Então, houve mentira de policiais militares fardados, detenção arbitrária; e o delegado, policial civil, coonestando isso tudo agora, sábado, na semana em que se relembra o golpe.

Portanto, vemos que essa rememoração histórica é fundamental até porque, como diz um conterrâneo do meu querido Paulo Paim, Mário Quintana, o passado não conhece o seu lugar, insiste em reaparecer no presente. Sabemos que a história só se repete como fácil ou como tragédia, já dizia o velho Marx. Daí a importância desta memória aqui.

Gilney lembrava que o golpe, na verdade, foi 1º de abril, mas os mineiros, talvez liderados por Mourão Filho, pelo fato de terem saído lá de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, no dia 31 de março, cunharam essa data, até porque 1º de abril é o Dia Internacional da Mentira. Um evento histórico que se quis redentor, que salvou a democracia de uma república sindicalista, que ia combater a corrupção e outros desmandos não poderia ter essa marca do 1º de abril.

De qualquer forma, 31 de março ou 1º de abril é um tempo que a gente tem que negar e repudiar pedagogicamente inclusive, insistindo na informação.

Eu encerro com dois registros que, na verdade, são artísticos: Francis Hime e Chico Buarque, mais dois que não poderiam levantar o dedo de ter menos de 51 anos, também dessa geração que cresceu nesse tempo terrível, fizeram um samba maravilhoso chamado Vai Passar:

> Dormia
> A nossa pátria mãe tão distraída
> Sem perceber que era subtraída
> Em tenebrosas transações

Todo regime autoritário, discricionário e ditatorial é sementeira de corrupção. (*Palmas.*)

Não tenho dúvida. Há uma tese acadêmica recém-publicada em que um professor – creio que é nosso colega lá do Rio de Janeiro – fala das empreiteiras na ditadura. E todo alto chefe político de origem militar, como Golbery, por exemplo, ao sair do poder, ia logo para uma empresa privada. Então, havia esse conluio espúrio já naquela época.

Mas o Chico e o Francis também dizem:

> Num tempo
> Página infeliz da nossa história
> Passagem desbotada na memória
> Das nossas novas gerações

O nosso trabalho é reavivar esse presente para que ele não se repita.

Encerro. Eu fiz uma publicação meio pessoal ano passado, fazendo a memória da minha vivência na ditadura, nada comparável em sofrimento e capacidade de resistência de muitos que estão aqui, que tive o privilégio de conhecer e deles ficar amigo. Mas eu era secundarista. Não era universitário naquele tempo. Vivi esses momentos e, depois, escrevi um livro de história, cada capítulo musicado pelo meu compadre Milton Nascimento, por Fernando Brantes, também setentões. O Fernando, para o filme Jango fez um texto belíssimo, que nos envolve, nos comove e nos move nessa resistência continuada contra as ameaças à construção democrática brasileira hoje muito presente.

Eu estou tendo que ir correndo lá, senão aprovam a toque de caixa a redução da maioridade penal, porque agora a lei é encarcerar todo mundo – essa mentira de que isso resolve o problema da violência.

Então, o Fernando diz o seguinte sobre os episódios de 1º de abril:

> Os acontecimentos daquele dia
> ainda estão claros na memória
> fechado no escuro do quarto
> querendo fugir do mundo
> que me chegava pelo rádio.
> Eu pouco mais que um menino
> chorando como se fosse morte
> a viagem- fuga do Presidente Jango.
> Os anos passados, a maturidade

a visão diária da injustiça e do ódio
da opressão, da mentira e do medo
me levam, agora maduro
em nome da verdade e da história
a reafirmar o menino
as lágrimas derramadas de 64
continuam justas.

Assim seja. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

Cumprimento os Senadores presentes: o Senador Hélio José, o Senador Donizeti, a Senadora Fátima Bezerra, o Senador Medeiros.Também cumprimento o Deputado Chico Lopes – seja muito bem-vindo à Comissão de Direitos Humanos do Senado; o Deputado Gilney Viana que, se não foi o último, foi um dos últimos a ser libertado pela ditadura, nos anos 1970; a Deputada Janete Capiberibe.

Nós vamos ter duas mesas. Esta é a primeira mesa; e logo em seguida, vamos ter uma segunda mesa.

E eu queria convidar a Sueli Bellato, que é da Comissão de Anistia, para compor a mesa conosco. Esta Audiência Pública é uma parceria da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão da Anistia. (*Palmas.*)

Logo em seguida a esta mesa, vamos assistir a um documentário chamado Nossas Histórias, entre uma mesa e outra.

Também está aqui entre nós o ex-Deputado Constituinte, Domingos Leonelli, que veio participar desta mesa. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não vejo o Leonelli, acho, há mais de vinte e poucos anos. Eu só queria lembrar aqui que ele foi fundamental quando fomos à África do Sul – João Herrmann junto, já falecido – exigir a libertação de Nelson Mandela.

Diziam que não conseguiríamos descer e que o avião da Varig ia ser bombardeado. O Leonelli disse no avião: "Bombardeado coisa nenhuma. Vamos descer, e pronto!". O avião desceu; e hoje, Mandela é lembrado como o grande líder do combate ao *apartheid*, um dos maiores líderes da humanidade, que está lá em cima, mas está olhando esta reunião.

Palmas a você, Leonelli, e ao João Herrmann. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Já que o Senador Paim lembrou a luta da ANC de Mandela, na África do Sul, lembro que alguns brasileiros participaram ativamente do apoio a ANC e a Nelson Mandela. E eu queria destacar uma pessoa, Mariuza Correa Lima. Mara foi uma figura muito importante. Nós morávamos em Moçambique, e ela deu um apoio integral à luta armada da ANC. Eu me lembro de que ela teve muitas dificuldades em algum momento, em Moçambique, quando o país se distendeu em direção, porque precisava sobreviver – hoje a gente entende –, ao governo racista da África do Sul.

Ela tinha em casa um verdadeiro arsenal da ANC. E eu e Janete frequentávamos a casa dela com os nossos três filhos. E o medo era muito grande, porque Maputo recebeu vários ataques, ataques terroristas nesse período. E ela tranquilamente ali ... Mara era uma figura revolucionária que deve estar nos ouvindo lá de cima. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra a uma família de heróis deste País. Iara Xavier.

Eu só queria, Iara, cumprimentar o Senador Anibal Diniz, que acaba de chegar. Seja bem-vindo, Senador.

A SRª IARA XAVIER – Bom dia a todos, bom dia, Senador Capiberibe, Sueli Bellato, cumprimento a Mesa.

Venho de uma família de comunistas, perseguidos já no golpe. Eu tinha 12 anos, tive que ficar um ano fora de casa.

Quando vi essas manifestações de volta ao regime militar, eu fiz uma pergunta: onde nós erramos? Porque não foram vozes isoladas, no meu entendimento, e havia muitos jovens. Não foram os bolsonaros da vida normal; foi uma classe média enfurecida, como enfurecidos estiveram em 1964, achando que iam perder seus poucos privilégios. E essa juventude, de forma irresponsável ou não, ou muito consciente, proclamava a volta da ditadura.

Nós tivemos um acúmulo: os 50 anos do golpe, a constituição da Comissão Nacional da Verdade. Nós conseguimos que esse tema não só de reparação, mas de memória, de verdade e de justiça para aqueles familiares, de honra àquelas vítimas fosse pautado na agenda da sociedade, porque, então, era uma coisa muito localizada de grupo, dos familiares. E cresceu. Será que isso ainda os assusta? Será que a nossa dor, porque o que resta a nós familiares é só dor, porque essa dor é irreparável. E nós queremos apenas justiça.

Será que isso ainda os assusta tanto? Será que esse ódio é tão profundo que possa a pessoa achar que um regime...eu acho que ninguém pode alegar ignorância. Hoje em dia, você com uma tecla tem acesso a po-

sições diferentes diversas, não só no Brasil como em todo o continente, várias ditaduras. Temos o caso do Chile, mais feroz, menos feroz, mais amplo, menos amplo, mais seletiva como a brasileira. Quer dizer, não pode, Deputado Chico Alencar, que é professor de História – saiu. Eu digo: onde nós, nessa construção da nossa democracia, estamos errando?

Onde é? Que valores? Porque acho que valores como ética, moral, justiça são universais! Você pode estar mais à direita, mais à esquerda, no centro, mas se você é uma pessoa íntegra, nunca vai defender prisão, tortura, assassinato, estupro. Você pode divergir, pode achar que se esgotou um modelo e que vamos mudar. Mas aí é eleição. Agora, você perde e você começa uma movimentação defendendo valores totalmente contra o ser humano. Isso foi uma coisa que impactou, porque a nossa luta, dos familiares, como eu disse primeiro, foi uma luta muito isolada.

Nós jogamos muitas fichas na Comissão Nacional da Verdade, jogamos no Supremo, achando que íamos avançar. E não avançamos o suficiente, porque esperávamos que a justiça...

O Ministério Público tenta, mas é tudo muito lento e, de repente, a gente vê, no País, uma situação onde uma parcela dessa população defende a volta de um regime militar. E isso nos choca muito! Isso nos choca, e digo que achamos um desrespeito tão grande à nossa dor, a toda essa luta, a todo esse conhecimento.

Então, Senador, acho que precisa ainda muito ser feito. Eu acho que o Governo precisa ainda implementar, o Ministério da Educação, precisa ver que a formação, os valores têm que ser transmitidos, têm que ser debatidos. Nós nunca tivemos medo de debater com ninguém. Eu acho que precisamos reavaliar o caminho que estamos traçando nesta democracia e a importância que tem que ser dada ao respeito aos direitos humanos. A importância tem que ser dada e tem que ser prioridade deste Governo. Vemos aí o caso da redução da maioridade penal.

Então é com muito desgosto, assim, um pouco assustada que vejo esse clamor, sabe? Estou acostumada a ouvir, aqui dentro, debate desde a década de 1990, o Bolsonaro querendo pular no nosso pescoço, normal. Agora, quando você vê e recebe nesse bendito Facebook... Eu tenho vários amigos para quem falei: "gente, desculpa, mas não há condição".

Então, a defesa da democracia, para mim, passa pelo respeito aos direitos humanos e passa, para que se entenda, de uma vez por todas, que nós, familiares, temos direito a ter justiça, temos direito de conhecer a verdade: quem, como e onde assassinaram os nossos familiares, e que eles respondam judicialmente pelos crimes cometidos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Iara. A Iara teve dois irmãos assassinados pela ditadura, Alex e Iuri, jovens, 21 anos. E desaparecidos. Um já conseguiram localizar. Veja, as pessoas não desaparecem no ar; alguém desapareceu com eles. Bastaria essas pessoas que agiram, que torturaram, que assassinaram e que desapareceram falar, que se localizariam todos os desaparecidos. Mas ninguém... É um segredo que continua guardado e não há nenhum tipo de pressão capaz de fazer os responsáveis pelos crimes da ditadura falar. Há uma proteção, ainda perdura até hoje aquele pacto de 31 anos atrás.

Dando sequência, vamos ouvir o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto do Ministério Público Federal, Luciano Mariz Maia. Com a palavra.

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – Alô. Bom dia, Senador João Capiberibe; bom dia, Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão com tanto brilho e que a Procuradoria Federal do Cidadão se orgulha de ter parceria com esta Comissão em algumas atividades tão relevantes e também agora.

Como lembrou o Deputado Chico Alencar, eu tenho mais de 51 anos, tenho 55 anos. Era uma criança em 1964, mas jovem e adolescente, e depois universitário, sofrendo ainda os efeitos da ditadura militar. Em 1977, quando entrei na universidade, no curso de Direito, logo em abril tivemos o Congresso fechado e uma reforma do Judiciário por uma canetada. Ou seja, é curioso que, tendo sido dado o golpe em 1964 – e Hélio Gaspari o chama, no primeiro momento, de a ditadura envergonhada –, permitiu as eleições em 1965.

João Agripino, meu tio, foi eleito Governador em 1965, ele que foi Senador aqui, um Senador com muita atuação parlamentar aqui em 1965, e tirou o seu mandato inteiro, viveu aqueles momentos difíceis, das Ligas Camponesas, em 1968, o recrudescimento do golpe. Mas o que é possível identificar? E é isso o que o Ministério Público, como guardião do regime democrático, do Estado de direito, procura fazer ainda agora.

Aprendi com outro Senador, Antônio Mariz, meu primo e querido amigo, eu adolescente, acompanhando as lutas de *Resistência ao Medo,* em 1978, quando ele foi o anticandidato, que o "poder tende a corromper, o poder absoluto corrompe de forma absoluta", como diz *Lord Acton,* e corrompe a si próprio. Os militares, que baseiam todo o seu esforço na hierarquia e na disciplina, com a ditadura e a introdução da tortura, trazida da Polícia Civil – o Fleury era da Roubo e Furtos e, portanto, hábil no uso da tortura para fazer revelar os peque-

nos maus feitos – trouxeram a tortura, como instrumento do Estado para atuar contra os inimigos do regime, convertendo a doutrina da segurança nacional, baseada na tortura, num instrumento de terror.

O que terminou acontecendo foi a corrupção e a destruição da própria estrutura a hierarquia e da disciplina militar, fazendo com que poderes paralelos, e aí entra, como foi feito referência aqui pelo Deputado Chico Alencar e pelo Senador João Capiberibe, um diálogo promíscuo entre o empresariado e os militares, fazendo não só com que houvesse o financiamento da atuação clandestina das forças de repressão e terror, mas, ao mesmo tempo, fazendo com que se fizessem tábulas rasas das obrigações constitucionais dos vários entes federativos. Ou seja, as forças de repressão e terror dialogavam diretamente entre si, passando por cima dos vários escalões sem prestar contas a eles, dialogando com as forças estaduais, Marinha, Aeronáutica, Exército, Secretaria de Segurança Pública, os seus DOPS, os seus setores de repressão, tudo com um financiamento *a latere,* baseado nos empresários que também lutavam para evitar a comunização do país. Ou seja, o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente: corrompe a disciplina, corrompe a hierarquia, corrompe o Estado de direito.

Os militares, que deram o golpe em 1964, quiseram institucionalizar o regime com a Constituição de 1967, que foi entregue ao Parlamento em dezembro de 1966, aprovada em janeiro de 1967 – menos de dois meses para uma Constituição ser aprovada.

Essa Constituição não se revelou suficiente. Embora ela previsse os próprios modos de modificação, era a caneta do regime de plantão que, por atos institucionais, continuava introduzindo emendas constitucionais e alterando ao seu livre sabor. Foi assim com o AI-5, que veio em 1968, e foi assim com vários outros instrumentos normativos. Ou seja, instituído o estado de legalidade, não se restaurou o Estado de direito, a não ser com a Constituição de 1988, porque, como disse Canotilho, a Constituição não é apenas a lei suprema, mas é uma lei fundada na justiça.

É nesse sentido que, como foi feito referência, não pode haver um Estado de direito sem democracia, não pode haver Estado de direito sem um Parlamento livre. Por isso o Ministério Público atua tanto para que o Parlamento seja sempre livre, ausente de peias do Executivo ou das Forças Armadas. Agora, é preciso que seja justo com o seguinte aspecto: restabelecida a governança civil a partir de Tancredo, em 1985, não temos de lideranças militares autênticas, nesses últimos trinta anos, nenhum gesto concreto de tentativa de retomada de poder. O que temos, ao contrário, são viúvas tentando... (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO MARIZ MAIA – ... de um modo ou de outro, restabelecer-se pelo medo infundido em todos e em cada um. O que termina acontecendo? Os militares voltaram aos quartéis, mas a militarização da sociedade continua prevalecendo. São as nossas polícias, como lembrou Chico Alencar, que continuam matando os nossos jovens e jovens pobres, e jovens negros.

São eles. E por que isso? Graham Greene, no livro *Nosso Homem de Havana*, diz assim: a classe dos torturáveis. Quais são os torturáveis? Os nossos pobres e os pobres de países pobres como os nossos. O que uma ditadura faz é ampliar a classe dos torturáveis, acrescentando aos pobres os estudantes, os intelectuais, os políticos de oposição, os sindicalistas, os artistas, os jornalistas, os negros. Esses sempre e permanentemente.

Portanto, o que precisamos efetivamente é resgatar a verdade, a memória, estabelecer a reparação, a segurança da não repetição, mas completar a democracia interrompendo a continuidade autoritária. E, nesse sentido, fazer com que a nossa democracia seja para todos e não para poucos, seja também para os pobres. E que possamos entender que a tortura continua como instrumento de poder. E aquele delegado que tortura se torna posteriormente um deputado estadual, um deputado federal, porque tem um discurso que a sociedade aplaude, que é o discurso de combate à criminalidade, um discurso que pretende a redução da maioridade penal, um discurso que pretende encher as cadeias cada vez mais de pessoas presas, sem pensar numa forma de ressocialização e de uma punição pela justa e devida medida. E nos tornamos um dos países que mais encarcera no mundo. Já são quase 600 mil pessoas encarceradas, fora 200 mil que cumprem pena que não são no cárcere. São mais de 800 mil pessoas punidas neste País ou aguardando punição que estão presas.

De tal maneira que celebrar o 31 de março é celebrar permanentemente a nossa necessidade de advertir que, se não trouxermos a luz, as trevas terão lugar. E se não lutarmos pela democracia, a ditadura se implantará pelo medo da sociedade com o desconhecido.

E, nesse sentido, a celebração desta reunião, desta audiência desta Comissão, é um esforço para que cada um de nós continue lutando pela liberdade de expressão, lutando pela liberdade de reunião, lutando pela verdade, pela reparação, para que consigamos, para os nossos filhos e os nossos netos entenderem que, por mais difícil que seja enfrentar a verdade, mas difícil ainda é não poder enxergá-la na ditadura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Procurador Luciano Mariz Maia, eu passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu resolvi falar. Eu tenho que sair depois da fala da Iara e da conclusão da fala do Procurador. Por que voltam esses sentimentos, no meu ponto de vista? Eu penso que o Governo atual, o Governo, meu Governo, de que faço parte, tenho orgulho, cometeu algumas falhas de não fazer uma disputa de valores na sociedade. Preocupou em governar, preocupou em criar solução para os problemas, mas não fez a disputa de valores. Eduardo Costa diz, nestes versos aqui, uma coisa que está atual para nós, no meu ponto de vista.

"Na primeira noite, eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem. Pisam as nossas flores, matam nosso cão. E não dizemos nada. Até que, um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz. E, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada".

Então, nesse 31 de março, para mim, o que fica, a lição... Eu que, nos primeiros anos da ditadura, era inocente – tenho 59 anos, nasci em 1955 – não sabia o que estava acontecendo. Eu não sou militante de esquerda ao tempo da ditadura. Comecei a compreender isso ao final. Augusto Boal fez minha cabeça, fazendo-me crer da luta de classe. Hoje, estou com essa preocupação. Peço e queria deixar para nós todos que não podemos sequer deixar roubar uma flor no jardim da democracia, precisamos reagir e fazer a defesa.

Outra coisa que Chico falou sobre a ditadura, quando alguém fala que não havia corrupção. Ricardo Semler, que é um psdbista, diz em um artigo que "nunca se roubou tão pouco", para dizer que uma Organização Não Governamental disse que, na época da ditadura, o desvio do PIB era da ordem de mais de 5%. Nos governos que antecederam a este que está aí era mais de 3% e que agora está em 0,8%. Ele termina fazendo uma comparação com a represa da Cantareira de que, na medida em que a água baixou, apareceu o lodo barrento.

Eu penso que essa é outra tarefa nossa. O que sobra das manifestações para mim, dos dias 13 e 15 de março, é que há duas coisas convergentes: o combate à corrupção e a reforma política. Nós precisamos conseguir chamar para um campo só aqueles que estão defendendo o combate à corrupção e aqueles que estão defendendo a reforma política. A reforma política, do meu ponto de vista, só sairá, com mais profundidade e com a necessidade que o País tem, se tiver pressão popular.

Nesse 31 de março, nestas minhas palavras, quero dizer e finalizar resumidamente: é preciso, no combate à corrupção, na reforma política, fazer uma defesa veemente à democracia. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN) – Senador, também peço...

Eu vou ter uma entrevista agora e queria dar meu bom-dia e saudar aqui nossos convidados e convidados. Mais do que saudá-los, agradecer pela dedicação militante e pelo trabalho que cada um e cada uma de vocês têm feito nessa luta pela defesa da democracia, na busca da verdade e da memória. Então, é muito importante o trabalho e, repito, a dedicação que cada um e cada uma de vocês têm feito. Saúdo aqui os demais colegas Senadores e os demais presentes.

Quero dizer, Senador Capiberibe, que é sempre oportuno, claro, fazermos essa reflexão do ponto de vista de, cada vez mais, aprofundar a reflexão sobre os tempos vividos de 31 de março e suas consequências e suas sequelas. O Brasil, sem dúvida nenhuma, foi um dos países que demoraram muito a encarar a busca dessa verdade e a busca dessa memória. Demorou muito!

Mas, enfim, está em curso e, mais do que estar em curso, o que é importante também agora é aprofundarmos cada vez mais a busca dessa verdade, a busca dessa memória. Eu, particularmente, somo-me àqueles e aquelas que defendem a revisão da Lei da Anistia. Somo-me aos que defendem essa tese.

Mas acho que, mais do que nunca, esse 31 de março de 2015 nos leva a lutar para fortalecer a democracia, exatamente, também, pelos tempos que estamos vivendo hoje.

Enquanto escutava o Dr. Luciano falando, eu me lembrava disso. Enquanto estamos aqui, o Deputado Chico Alencar teve que correr lá, para a Câmara, porque a Casa resolveu, agora, enfim, aprovar a legislação que vai na direção de redução da maioridade da idade penal.

O fato é que estamos vivenciando, nesse exato momento, um avanço do ponto de vista das teses conservadoras, aqui, no âmbito do Congresso Nacional, e isso é muito preocupante, mas muito preocupante mesmo. E isso exige de todos nós, das forças vivas da democracia, dos que militaram no passado e dos que militam no presente, muita unidade, muita união, para evitarmos o retrocesso.

Eu quero terminar, Senador Capiberibe, dizendo que, eu também era criança quando golpe veio, e tenho muitas lembranças tristes daquele período, muitas perdas. Uma das perdas que me tocam muito fundo foram as consequências nefastas que o golpe trouxe, por exemplo, para a área da educação, que é a minha área. Eu sou professora.

Quer dizer, dói muito pensar que Paulo Freire não tenha tido a oportunidade, porque o Brasil precisava, mais do que nunca, naquela época, de implementar o seu Plano Nacional de Alfabetização.

Paulo Freire esteve no meu Estado exatamente em início de 1963, lá, numa cidadezinha chamada Angicos, quando, em 40 horas, ele conseguiu alfabetizar dezenas de pessoas, tornando-as cidadãos e cidadãs. Enfim, e foi banido em consequência do golpe.

Passados esses 51 anos, de repente, vêm as mobilizações sociais, e sejam bem-vindas as mobilizações sociais, porque, inclusive, elas são fruto da democracia pela qual lutamos e a qual conquistamos. Mas dói, de novo ver uma faixa, lá, na mobilização social, agora, no dia 15, "abaixo Paulo Freire". Eu prefiro, inclusive, acreditar que quem exibiu aquela faixa não tem a menor noção de quem foi Paulo Freire, o que foi que ele fez, exatamente, o seu legado.

Então, o golpe trouxe, por exemplo, perdas irreparáveis, foi um verdadeiro golpe mesmo para a Educação. A Educação brasileira podia estar, hoje, em outros patamares, e não estamos ainda no patamar em que devíamos estar. Em parte, deve-se, exatamente, ao reflexo do golpe militar na Educação.

E o segundo item é a questão da reforma política. Hoje, mais do que nunca, Senador Capiberibe, é um momento muito oportuno para fortalecermos a nossa crença, a nossa fé, a nossa convicção, a nossa capacidade de não desistir, de lutar, para que, de fato, saia uma reforma política que responda aos anseios da sociedade.

Nós temos que ter muito – muito, muito – cuidado. Para mim, esse é o tema, hoje, mais relevante e mais importante. Tenho defendido, inclusive, dentro do meu Partido, que poderíamos nos unificar, agora, em torno do movimento da coalizão democrática, uma coalizão democrática que tenha como eixo o fim do financiamento empresarial de campanha e a defesa do voto proporcional, da paridade de gêneros.

Digo isso, porque há um risco muito grande – vou concluir – de o Congresso Nacional aprovar uma reforma política que significará um retrocesso para o avanço e o fortalecimento da democracia no nosso País, na medida em que a proposta defendida, hoje, pela maioria, aqui, no Congresso Nacional, é a que trata de constitucionalizar o financiamento empresarial de campanha.

Então, acho que neste 31 de março é mais um bom momento para a gente, repito, reafirmar o nosso compromisso com a defesa da reforma política. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Nós temos duas Mesas... Não gostaria de lembrar, mas o tempo é limitado. Então, peço aos nossos expositores... Aliás, todos estão colaborando muito. É impressionante; e eu não havia nem falado. Acho que vou retirar o que eu disse. Mas muito obrigado pela colaboração de todos.

Daqui a pouco temos uma segunda Mesa e temos um documentário.

Senadora, estou absolutamente convencido de que vamos dar um salto adiante na democracia.

Acompanhei as palavras do Procurador e, de fato, nossas Forças Armadas estão recolhidas, se profissionalizando. O temor seria um golpe parlamentar. A gente poderia temer isso. Mas, até então, somos vários Senadores aqui, e não me consta que haja qualquer tipo de murmúrio aqui dentro do Parlamento. Acho que estamos distante da possibilidade de um golpe parlamentar como aconteceu no Paraguai com o Zelaya. Enfim, acho que, se a pressão continuar sobre o Parlamento, vamos ter que buscar um denominador comum com o Executivo para um avanço da democracia. Estou convencido de que vamos dar um passo adiante na democracia e que o Parlamento vai contribuir.

O Parlamento é pouco cobrado. Ouvir o relato de uma constituição que chega ao Parlamento em dezembro e é promulgada em janeiro reflete um Parlamento que estava ajoelhado e, hoje, temos um Parlamento recuado. Esta é que é a grande verdade, convenhamos. Nós estamos aqui e sabemos que há um certo recuo diante da crise que está aí. Precisamos fazer este Parlamento avançar e se comprometer com solução da crise. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Vamos ouvir a palavra da professora da Fundação Getúlio Vargas, Dulce Pandolfi.

A SRª DULCE PANDOLFI – Vou ficar de pé.

Espero não decepcionar Capiberibe por causa do horário, pois já comecei a cortar a minha fala.

Começo agradecendo o convite, a oportunidade de expor algumas ideias aqui no Senado e parabenizando os organizadores do evento, o Senador Paim e o Senador Capiberibe. Ressalto a importância deste momento, até porque, como alguém já disse aqui, comemorar não é apenas festejar, é também lembrar, é também não esquecer. E hoje estamos diante de uma data que não podemos esquecer.

Não vou fazer uma exposição linear, até porque meu tempo é curto, mas quero levantar algumas questões a partir dos meus diversos lugares. Sou uma historiadora, sou uma militante dos direitos humanos e sou também uma vítima do estado autoritário que se plantou no País.

Eu queria, inicialmente, remeter a dois depoimentos que considero importantes para a gente fazer algumas reflexões aqui.

O primeiro depoimento foi exatamente dito, foram palavras por conta das comemorações ocorridas no ano passado, na data de 50 anos do Golpe de 64, no Clube Militar, na cidade do Rio de Janeiro, pelo General reformado Luiz Gonzaga Lessa. Ele, preocupado em esclarecer aos mais jovens a verdade dos fatos, disse o seguinte naquele episódio, há exatamente um ano:

> O Movimento de 64 não foi militar, foi um movimento de massas impulsionado pela classe média. O que ocorreu no País não foi uma ditadura, não foi golpe coisa nenhuma. Havia eleição. Era indireta para Presidente, mas havia sempre eleição direta para Senador, Deputado etc. O movimento revolucionário [tudo isso ele falando] não foi uma quartelada. Ele impediu o comunismo e possibilitou a ampliação da democracia através de uma transição pacífica.

O militar prossegue:

> A Comissão da Verdade é um erro, é uma farsa. A Lei da Anistia foi um acordo entre o governo militar e os políticos da época, para trazer a paz, esquecer o passado e seguir em frente. A Comissão da Verdade acaba com isso tudo. Inclusive, ela não quer apurar os crimes que foram cometidos pelos terroristas.

O outro depoimento que eu quero remeter – e que todos vocês devem lembrar bastante, mas eu acho que nunca é demais falar dele –, é do Coronel Paulo Malhães, dado à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, publicado no *Globo* em 16 de março de 2014.

Ao assumir a responsabilidade pelo desaparecimento do então deputado Rubens Paiva, preso em sua residência no Rio de Janeiro, em janeiro de 1971, e cujo corpo até hoje não foi encontrado, o torturador Paulo Malhães, de forma didática, explicou por que, no período da ditadura, era melhor desaparecer com os inimigos do que, simplesmente, matá-los.

Diz ele*:*

> O desaparecimento é mais importante do que a morte porque causa incerteza no inimigo. Quando um companheiro morre, os guerrilheiros lamentam, mas acabam esquecendo. Não é o caso do desaparecimento que gera uma eterna expectativa nos familiares."

Está aqui Iara, presente, a quem eu rendo as minhas homenagens.

Prossegue ele:

> "Nada fiz além de cumprir meu dever. Se precisasse faria tudo de novo. Foi tudo racionalizado. Eu tenho 76 anos, mas ainda posso dar instruções aos mais jovens" (Paulo Malhães).

Pergunto: qual o sentimento que essa fala do torturador produz em todos nós, sobretudo nos familiares e em todos os desaparecidos do País? Pergunto: por que é possível Paulo Malhães falar com tamanha naturalidade e audácia sobre os crimes considerados de lesa-humanidade e ainda afirmar que, se precisasse, faria tudo de novo? O Estado brasileiro o anistiou? Quem o anistiou? Qual a diferença entre perdão e esquecimento? Por que, diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil não julgou criminalmente os seus torturadores? É possível sermos um país mais justo e democrático se esquecermos o passado ditatorial? Por que a tortura que existe desde os tempos mais remotos e que não foi uma invenção da ditadura, embora ela tenha sido acirrada ali, continua sendo utilizada até hoje em nosso País, um país onde vigora um regime democrático, ainda que com algumas imperfeições?

Eu acho que esses casos são reveladores do Brasil de hoje e se tornam bom prólogo para tecer algumas considerações sobre o Golpe de 64.

Sabemos que o regime implantado com o Golpe de 64, que destituiu Jango da Presidência da República, teve várias facetas e muitas especificidades. Até hoje, vencidos e vencedores disputam a memória sobre o ocorrido. A disputa começa, tanto pela data – 31 de março, 1º de abril – ou até mesmo pelo nome: aquilo foi um golpe ou foi uma revolução? Foi uma contrarrevolução?

Inicialmente, é importante afirmar que o Golpe de 64 – e, consequentemente, a implantação da ditadura – não foi um processo inevitável. Isso eu acho importante ressaltar neste momento que o Brasil está vivendo, porque ele foi resultado de um jogo político onde os atores sociais, mesmo que com pequena margem de manobra, poderiam ter jogado de outra maneira, e, portanto, o placar poderia ter sido outro. É claro que, para o historiador, o "se" não existe, mas, de qualquer maneira, tanto os setores vitoriosos, ou melhor, tanto militares,

quanto civis não tinham projeto definido para depois da tomada do poder. Ao sabor da conjuntura, eles foram fazendo uso de muitos casuísmos, e o regime ia mudando as suas regras do jogo.

Aqui é interessante, até, a gente lembrar da posição do JK no primeiro momento e do próprio Lacerda, que depois é perseguido pelo regime. Mas, enfim, de qualquer maneira, o Golpe de 64 foi um divisor de águas na história do País. E também foi um divisor de águas na minha história: eu morava em Recife, tinha 14 anos e era uma entusiasta, tanto do governo Jango, quanto do governo Miguel Arraes.

Pernambuco era, no pré-64, talvez o Estado mais comprometido com as tais reformas de base, que tanto me fascinavam. Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Paulo Freire, já citado aqui, as ligas camponesas, a reforma agrária, o movimento de cultura popular, a campanha de alfabetização de adultos povoavam a minha imaginação.

Nos dias que antecederam o Golpe, o clima era, visivelmente, tenso, mas, para mim, tudo parecia muito sólido. Por isso, no dia do Golpe, meu mundo caiu: tudo que parecia tão sólido, rapidamente se desmanchou no ar. De fato, o Golpe pegou muita gente de surpresa. Lembro do corre-corre, dos livros queimados, dos estudantes baleados, do líder comunista Gregório Bezerra, com a corda no pescoço, sendo arrastado, pelas ruas do meu bairro, pelo Coronel Villocq Vianna, um dos comandantes da 7ª Região Militar, em um jipe do Exército Brasileiro, recebendo dos militares "um tratamento que nem cachorro merece", como disse, recentemente, no ano passado, a mãe da Cláudia, que foi morta, no Rio de Janeiro e arrastada num carro pela Polícia Militar – todo mundo deve ter visto as cenas pela televisão –, e a filha vai à televisão e disse uma frase que me tocou muito: "Minha mãe recebeu um tratamento, dos militares, que nem cachorro merece".

Aquela exposição pública do Gregório parecia querer demonstrar não só que eles, os militares, haviam vencido a guerra, mas, também, que o tratamento dos inimigos, no pós-guerra, ia ser pesado. Logo depois do golpe, muitas eram as notícias sobre as torturas e o desaparecimento de inúmeros trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, inimigos mortais do regime, em função da projeção política que haviam conquistado no regime Jango, que tinha como uma de suas bandeiras principais a reforma agrária.

Sobre esses trabalhadores, a despeito do trabalho da comissão da verdade, até hoje pouco se sabe. Em 1964, muitos não tinham nem documento. Aliás, eu acho que todos. Eram atores importantes do processo, mas eram pré-cidadãos.

Ao longo do período ditatorial, a despeito da diversidade na modalidade e até mesmo da visibilidade ter sido variada, a tortura, a morte e o desaparecimento foram práticas adotadas pelo regime como uma política de Estado.

Foi exatamente em meados da década de 70 que a luta pela anistia, apesar de pautada desde os primeiros momentos de implantação do regime, ganhou mais densidade.

Em 1975, foi criado, por Therezinha Zerbine – hoje aqui homenageada – e outras pessoas, o Movimento Feminino pela Anistia. Pouco tempo depois, em 1978, foi criado o CBA, o Comitê Brasileiro pela Anistia, que teve, também, como presidente, a mãe do Cid Benjamin, uma pessoa a quem aqui eu rendo minhas homenagens, que teve um papel fundamental naquele movimento.

No dia 28 de agosto, no turno do General João Figueiredo, depois de aprovada no Congresso, foi sancionada uma lei de anistia. Como forma de pressão, para conquistar uma anistia ampla, geral e irrestrita, os presos políticos – entre eles, Gilnei – fizeram uma greve de fome que durou 32 dias, o que sensibilizou muitos setores da sociedade.

Mas o projeto aprovado não foi o nosso projeto, não foi o projeto do CBA, não foi o projeto dos presos, não foi o projeto dos familiares, não foi o projeto do MDB. Ou seja, essa anistia não foi resultado de um pacto político. Isso que é fundamental se dizer, embora isso seja propalado em prosa e verso. A anistia era concedida a todos os brasileiros, com exceção daqueles que tivessem cometido os chamados "crimes de sangue".

Segundo algumas leituras, a lei garantiu perdão aos dois lados, seja os que combateram o regime militar, desde que não houvessem cometido os "crimes de sangue", seja os que eram agentes da ditadura e que haviam praticado crimes de sangue, crimes hediondos como torturas e assassinatos, ou seja, aquela anistia era totalmente incoerente.

Essa leitura foi possível porque a lei de anistia concedia aos crimes políticos e aos chamados "crimes conexos", aspas, que eram considerados crimes conexos aos crimes políticos. Mas a tortura não é e nunca foi, em nenhum lugar do mundo, um crime político; nem é um crime conexo ao crime político. Ela é um crime de lesa-humanidade. Entretanto, como a ditadura não reconhecia a tortura, a lei, obviamente, nada dizia sobre a tortura, e os agentes do Estado ficaram assim anistiados em função dos tais crimes conexos.

Ao contrário de outros países – da América Latina, inclusive –, no Brasil, essa anistia não foi concedida em regimes posteriores à queda do regime militar, mas ela foi outorgada pelo regime. Insisto, ela não foi negociada, ela não foi um pacto. O nosso projeto foi derrotado!

Paradoxalmente, hoje, o Brasil, ao mesmo tempo em que é signatário de inúmeras convenções internacionais que consideram a tortura crime imprescritível, é réu em ação movida pelo Centro de Justiça de Direito Internacional, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, acusado de proteger os responsáveis pela tortura, assassinato e desaparecimento de presos políticos, durante o Regime Militar.

Lembro ainda que, na nossa Constituição – a Constituição de 1988 –, a prática de tortura é considerada um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Em setembro de 2010, pouco antes da criação da Comissão da Verdade, a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou uma ação de contestação da Lei da Anistia junto ao Supremo Tribunal Federal.

Embora reconhecendo a importância de se conhecer o passado e que o direito à verdade e à memória não deveria ser questionado, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sete a dois, lamentavelmente julgou a ação improcedente, alegando que a Lei da Anistia havia sido o resultado de um pacto que possibilitou a redemocratização do País e que não se deveria legislar de forma retroativa.

Pergunto de novo: que pacto foi esse?

Acho importante mencionar aqui, rapidamente, pelo menos uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo em 2010, em que 50% da população de 11 capitais concordava plenamente com o uso da tortura para obter provas dos acusados.

E, para finalizar, recentemente a Anistia Internacional realizou uma pesquisa em 21 países. A pergunta era saber se, caso a pessoa fosse presa, teria medo de ser torturada. O Brasil, lamentavelmente, apareceu em primeiro lugar. Acho isso impressionante, gente.

Na Argentina, as pessoas não têm medo, se forem presas, de serem torturadas, um país que foi mais violento do que o nosso. No Uruguai, também as pessoas, se forem presas, não têm medo de serem torturadas. Enfim, em outros países do mundo... Essa pesquisa foi feita, e vocês podem ter acesso a ela pela Anistia Internacional. Eu a acho impressionante.

E, no Brasil, quer dizer... O paradoxo é este: as pessoas concordam com a tortura, e, ao mesmo tempo, morrem de medo, porque sabem que, se forem presas, podem ser torturadas. O Brasil tirou o primeiro lugar nesse quesito.

Esses dados são impressionantes, preocupantes, mas acho que estamos vivendo um momento muito importante, e espero que o Parlamento, os Senadores, nós consigamos tirar proveito dessa situação.

Temos um momento propício, com muita dificuldade; temos um embate muito grande. Vivemos exatamente um momento de disputa de uma memória do passado e de disputa de uma situação presente. Acho que a Comissão da Verdade, com todos os seus problemas, etc. e tal, teve um papel fundamental, inclusive o de responsabilizar as Forças Armadas e de considerar a tortura que foi realizada no período ditatorial uma política de Estado, feita pelo Estado brasileiro.

Então, acho que a gente tem de aproveitar essas oportunidades. E faço um apelo aqui aos Senadores, para que não deixem essa história morrer. Ela não pode morrer; essa luta tem de continuar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ELIANA CASTRO – Só um minutinho, só para uma observação.

Não é preciso ser preso para ser torturado. Minha família é torturada há 41 anos, porque nós não temos o corpo do meu irmão, que é desaparecido político.

Então, essa Lei da Anistia, infelizmente, faz com que a gente fique constantemente sendo torturado. Não é preciso nem ser preso; a gente tem sido torturado no decorrer desses anos todos.

Obrigada e me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Bem; dando sequência, convido a Sueli Bellato, Vice-Presidente da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, para usar a palavra.

A SRª SUELI BELLATO – Muito obrigada, Senador Capiberibe. Muito obrigada, Senador Paim, a quem a Comissão de Anistia buscou para este evento.

Nós entendemos que não poderíamos deixar passar em branco nessa conjuntura em que vemos a distorção dos apelos sendo clamada nas ruas.

Mas peço licença a V. Exªs para dizer que não vim sozinha. Queria que o Senado soubesse quantos são os colegas, muitas vezes anônimos, da Comissão de Anistia, que estão presentes.

Então, peço que levantem o braço. (*Palmas.*)

E não só são esses colegas, mas temos também o privilégio de estarmos acompanhados de alguns companheiros do Comitê de Assuntos de Consulta (CASC). Estou vendo, a Rosa, o Alípio...

Quantos são os do CASC que estão presentes? (*Palmas.*)

A Iara, o Alípio Freire, que está lá...

Então, é para dizer que é um imenso prazer estarmos aqui. E tenho a satisfação também de ver tantos amigos presentes. Parece que, de repente, passou um filme na minha cabeça.

Já trabalhei na Procuradoria da República... Aliás, quando fui para o Ministério da Justiça como Conselheira da Comissão de Anistia, a convite do então Ministro Márcio Thomaz Bastos – eu tinha trabalhado no Acre com ele, na assistência, no caso Chico Mendes – e me foi permitido pelo Senador Sibá Machado passar algumas horas do meu dia lá no Ministério da Justiça, contribuindo no Conselho da Comissão de Anistia. Naquele momento, a Comissão era uma comissão muito menor, muito mais frágil: éramos 11 Conselheiros e um recurso diminuto disponível na República. Esses foram os primeiros dias do governo Lula.

Hoje, temos cerca de 75 mil processos e desses já há, pelo menos, apreciados mais de 60 mil, ainda que esses 15 mil que nos faltam sejam para nós um motivo de muita preocupação. São pessoas mais velhas, pessoas com muitas dificuldades que enfrentam e aguardam o atendimento ao pedido de reparação do Estado.

Mas lhes digo que há um esforço, há uma tentativa de resposta de reparação e nos reportamos sempre que, ainda que a Lei nº 6.683, de 1979, seja o chão, também, do nosso trabalho, o que nos traz luz é a Constituição de 1988, buscada na rua com muito suor e lágrimas.

No Rio Grande do Sul, Senador Paim, lembro-me, ainda quando trabalhei lá, com o Agostinho, da constituinte na roça. Essa Constituição nós fomos retirar das praças, das ruas, das fábricas, das igrejas. Ela não caiu do céu; ela foi buscada com muito empenho pela sociedade brasileira. E é a ela que nós nos reportamos na Comissão de Anistia.

Entendo o dilema que enfrentam os familiares que se reportam à Lei nº 6.683, mas não foi a Lei nº 6.683 que nos autorizou a expandir, da forma como expandimos, a política de reparação praticada pelo Estado brasileiro.

Sou colega, também, da Eliana na busca dos desaparecidos do Araguaia, no GT formado na República para que cumpramos as sentenças de condenação a que o Brasil foi condenado tanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos como aqui pela Justiça Federal, e, de fato, não é fácil. Nós ficamos com um sentimento um pouco, eu diria, de inveja quando assistimos aos documentários e vemos o então Presidente da República Néstor Kirchner determinar às Forças Armadas que retirassem os quadros dos militares torturadores que deram o golpe de Estado na Argentina. Essa timidez que parece haver fala pelos seus gestos. Os gestos falam muito.

Muitos dos militares, como disse a professora Dulce, que ainda dizem que têm capacidade de ensinar aos mais jovens, é porque foram formados na Escola das Américas e não houve revisão, ainda, da sua formação. Os jovens continuam à mercê deles, para que eles lhes ensinem, e não que nós, cidadãos e cidadãs, digamos que Estado de direito queremos preservar, por qual Estado nós queremos zelar.

Ontem, eu estava com a minha colega Mariana, na UnB, fazendo um debate, e uma senhora – e foi dito que ela tem três faculdades, inclusive uma de Direito – encontra na atual Constituição Federal a disposição que autoriza o *impeachment* da Presidente. Eu disse: "Olha, não sei por que faculdade a senhora passou, porque a única disposição em que eu consigo entender que há possibilidade de intervenção em Estado é aquela que trata das violações de Direitos Humanos, e nenhuma mais."

Ao que eu, ainda quando criança, assistia, antes do golpe, era uma campanha do "varre a corrupção" – o "varre, varre, vassourinha". Foi assim que o então Presidente Jânio Quadros se elegeu. Então, falar em corrupção hoje e que seria este um dos motivos plausíveis para o *impeachment* não encontra nenhuma previsão nem legal, nem moral, porque nós sabemos que a corrupção vem de muito tempo. Corrupção são as atitudes que se repetem hoje, ainda, no meio dos cidadãos.

Quando falamos em reparação, na Comissão de Anistia, não estamos falando apenas da reparação econômica; estamos falando da reparação moral, aquela que muda a atitude das pessoas. Quantos servidores, militares e civis, valem-se de outros servidores ainda como seus empregados, em desvio de função? Quantas denúncias nos chegam de que há ainda, no corpo militar, militares que se valem daqueles subalternos para limpeza de casa, para serviços particulares? Isso é corrupção! Fazer a carteirada, dizer "sabe com quem o senhor está falando?", tudo isso é corrupção.

E parece, Iara – e você tem razão em dizer "onde nós erramos?" –, que não ficou dito o que estava no meio de uma sociedade que gera as suas instituições. Quem elege os Senadores, os Deputados, quem forma todas as instituições é a própria sociedade. Então, eu não consigo ver um Congresso nem uma instituição civil, militar ou eclesiástica que não seja fruto da própria sociedade. Acho que essa fica também como uma reparação possível a que estamos sendo chamados no dia a dia. É a reforma política, dita pela Senadora Fátima, e é também o que estamos ensinando nas academias, o que a escola continua ensinando, como o Ministério da Saúde, como o Ministério da Educação, como todos concorrem com o Ministério da Justiça para que nós façamos essa reparação.

Fica difícil, de fato, para os familiares, quando o Estado brasileiro pede perdão – e aqui também há vários declarados anistiados a quem o Estado brasileiro pediu perdão –, mas há uma inconclusão desse pedido. Se eu lhes peço perdão pelos erros praticados ontem, mas não demonstro que, hoje, eu tenho uma atitude diferente daquela que tive ontem, como a sociedade pode acreditar em mim? E isso quando sei que há não apenas um Amarildo desaparecido hoje, mas centenas deles, daqueles que nós conhecemos e daqueles que nós não conhecemos.

Então, a Comissão tenta trazer esse material no Projeto Marcas da Memória com os seus filmes. Hoje, nós temos sido prestigiados com prêmios, inclusive, ganhos em Gramado e em outros setores, com exibição internacional, na Alemanha, em Cuba, em Portugal. Vários países conhecem os nossos documentários. São mais de 20 filmes, produzidos por Sílvio Tendler e tantos outros.

É como nos lembra a Clara Charf: como eu posso entender o presente se eu não entender o passado? E o material, os livros, o material pedagógico, que está à disposição, são nesse intuito, de nos ajudarmos na nossa formação. Formação não é algo que acontece na academia, num determinado momento da vida e depois se estanca, mas ela continua acontecendo todos os dias.

Contava também ao Senador Paulo Paim que acabei de chegar, ainda ontem de El Salvador, onde houve uma guerra, com os prejuízos mais nefastos que se pode imaginar, num Estado do tamanho de Sergipe com cem mil mortos. Não há uma família que conte a história sem dizer que tem um morto ou um torturado. E eu vi, num voluntário que trabalhava em El Salvador, oriundo da Argentina, uma camiseta com a inscrição "Brasil, estamos de olho em você". Certamente, assustou a juventude da América Latina ter visto jovens pedindo a volta da ditadura, porque isso a Argentina não quer, isso o Chile não quer, isso o Uruguai não quer, isso o Brasil não quer! (*Palmas.*)

Então, eu penso que a revisão da Lei da Anistia, de 1979, é uma grande possibilidade que o Brasil tem. Há um novo componente no Supremo Tribunal Federal, há uma composição distinta, há uma condenação da Corte Interamericana, determinando a revisão da Lei da Anistia, há uma disposição de muitos Procuradores da República, que, mesmo perdendo as ações, continuam dando entrada, continuam oferecendo denúncias. Essa é uma atitude aguerrida que o Ministério Público Federal também tem tido e que nos possibilitará, em breve, se Deus quiser – especialmente porque estamos na Semana Santa –, que haja essa modificação da Lei da Anistia no Supremo Tribunal Federal.

Então, quero, em nome de todos os Conselheiros, da Conselheira Marina, que também está aqui presente; em nome de todos os servidores do Ministério da Justiça que compõem a Comissão de Anistia, em nome da sua presidência, expressar o meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Eu gostaria de registrar a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é da geração que cresceu na democracia, ele certamente tem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele tem menos de 51.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Bem menos de 51 anos, e ainda vai levar um tempo para ele chegar lá aos 51. Ele cresceu na democracia e tem uma visão fantástica daquilo que nós vivemos.

Muito obrigado, Senador.

Vamos para o último componente desta primeira mesa.

Eu vou pedir licença por alguns minutos para que eu possa atendar uma agenda muito rápida; e volto em seguida. Assim é o Senado e a Câmara também.

Eu queria convidar o nosso Presidente, Senador Paim, para presidir a mesa.

Daqui a pouco somem os Deputados e os Senadores todos; eles vão passando por aqui.

Senador Paim, por favor, eu peço a V. Exª que convide o nosso último palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu dizia ao nosso querido Capiberibe que ele fique tranquilo porque a minha agenda é só aqui. Suspendi todos os demais compromissos pela importância desse evento no dia de hoje.

Então, de imediato passo a palavra ao jornalista e escritor de Queiroz Benjamin.

V. Sª tem a palavra pelo tempo necessário ao seu posicionamento.

O SR. CID DE QUEIROZ BENJAMIN – Obrigado, Senador.

Bom; eu começo agradecendo o convite do Senador Capiberibe, agradecendo ao Senador Paim, saudando o meu amigo, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou tratar de não falar muito, porque temos outra mesa e temos a exibição de um filme, e vou também procurar me ater a questões não levantadas ou tratadas de forma mais periférica.

A Dulce fez referência a uma coisa que alguns militares dizem, ou seja, que foram empurrados para dar o golpe militar em 64, de que houve um clamor da classe média que os levou para lá. Isso é uma balela! O mesmo grupo que deu o golpe militar em 64, em 54, levou Getúlio ao suicídio; em 55, tentou impedir a posse do Juscelino Kubitschek; em 61, tentou impedir a posse do Jânio. Então, isso é uma conversa fiada que não se sustenta efetivamente.

O golpe se inseria em um contexto internacional de guerra fria etc. e respondia, por parte das classes dominantes, a um ascenso dos trabalhadores apoiando reformas democráticas e republicanas que o governo Jango implementava. E, nesse sentido, vale a pena a gente fazer até uma reflexão sobre o que seria o Brasil se não tivesse havido a ditadura militar, se não tivéssemos tido o golpe militar, se as reformas agrária, tributária, educacional, eleitoral, urbana e outras todas fossem feitas. Certamente, teríamos tido um País muito mais democrático, muito mais justo, muito mais fraterno.

O golpe, então, respondeu a uma situação externa e respondeu a uma situação interna de setores prejudicados por essas reformas – sim, porque seus privilégios eram afetados –, que quiseram se antecipar e derrubar o Presidente da República.

Fala-se muito da ditadura hoje em dia lembrando o aspecto do respeito aos direitos humanos, o que é importantíssimo; isso é fundamental. Agora, é preciso lembrar que a ditadura não foi só isso – a ditadura não foi só isso. Se a gente pegar a distribuição de renda, havia um processo de melhoria dessa distribuição de renda que foi brutalmente interrompido com o golpe de 64. Na justiça social a mesma coisa: um avanço para uma sociedade mais fraterna, mais igualitária etc. Na cultura, basta lembrar que o Ballet Bolshoi foi proibido de apresentar o *Lago dos Cisnes*, no Rio de Janeiro, no Teatro Municipal. Ele estava fazendo uma excursão pela América Latina e, como vinha da União Soviética, o *Lago dos Cisnes* foi proibido. Quer dizer, é preciso lembrar a censura na imprensa, na música, no teatro.

Os agentes do Dops querendo prender Sófocles! Quem é esse subversivo que escreveu Antígona? O Chico Buarque fazendo samba e assinando Julinho da Adelaide, porque, se assinasse Chico Buarque, não seria aprovado pela censura. O Maurício Tapajós, que está morto, infelizmente, certa vez cantou uma música muito politizada, que não havia sido censurada. Como ele era meu amigo, eu disse certa vez: "Maurício, como essa música não foi censurada?" E a música é pau puro na injustiça, defendendo que as pessoas se unam e lutem contra a injustiça e tal, inclusive o refrão é "Quando o muro separa, uma ponte une". E ele disse: "Ah, Cid, eu fiz o seguinte: mandei essa música na época do carnaval, junto com as marchinhas, com os sambas-enredo, e o título da música é *Agora é Portela 74"*. Não tem nada a ver com Portela, não tem nada a ver com Carnaval, mas foi o subterfúgio utilizado, e ela conseguiu passar.

No cotidiano das pessoas também, basta lembrar um surto de meningite, que matou crianças, começou em São Paulo e chegou ao Rio. E foi censurada qualquer notícia sobre o surto de meningite, porque podia dar a impressão de que as autoridades sanitárias e da saúde não estavam trabalhando bem. Isso ocasionou a morte de crianças, porque os pais não foram avisados, não foram orientados a respeito de como proceder etc., etc.

Então, a ditadura, na verdade, foi um horror. Se o Brasil não tivesse vivido esse período, seria outro País, com certeza absoluta.

A gente vive também até hoje consequências da forma como a ditadura acabou. Diferentemente da Argentina, onde os militares tentaram a aventura das Malvinas e acabaram sendo derrubados, no Brasil, os militares organizaram, por dez anos – claro que pressionados pelo movimento popular, não foi uma coisa de laboratório –, o que eles chamaram de "distensão lenta, gradual e segura". E há resquícios até hoje essa forma como acabou a ditadura.

Quanto à questão da anistia – e já foi lembrado por algumas pessoas –, primeiramente, essa inverdade de que a anistia foi um "acordão" da sociedade. Não foi! Havia dois projetos, que foram a votação no Congresso. O da ditadura foi aprovado por quatro ou cinco votos, num Congresso mutilado pelo Pacote de Abril. A anistia não libertou o Gilnei, por exemplo, porque era condenado pelo chamado "crime de sangue", participou de alguma ação armada em que houve feridos. A divergência básica que havia não era se anistiava ou não torturadores, isso não estava em discussão, nem se cogitava isso; o que estava em discussão era uma anistia ampla, geral e irrestrita, como queria a OAB, a ABI, o MDB, na época etc., ou uma anistia que deixasse de fora o pessoal que teria cometido "crime de sangue". Ganha essa proposta de ficar de fora o pessoal dos "crimes de sangue".

A ditadura, posteriormente, usou um artifício – os tais "crimes conexos" – para justificar a anistia a torturadores. Só que "crime conexo", digamos, é um crime político, você vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Cid.

Antes que a Lídice saia – e a Lídice é um ícone dessa luta –, eu queria registrar a presença de S. Exª aqui. Tomei a liberdade de fazer a interrupção ao Cid pelas causas que você batalha e defende, antes que você saia. (*Palmas.*)

O SR. CID DE QUEIROZ BENJAMIN – Saudações.

Muitas vezes, por exemplo, a guerrilha ia sequestrar um embaixador para libertar presos, mas usava carros roubados. O roubo desse carro é um crime conexo ao crime político direto. Agora, considerar que o estupro de uma presa política é crime conexo, é crime político, é um escândalo – isso é um escândalo! Lamentavelmente, não só militares entraram por aí, como o Supremo Tribunal Federal, há três ou quatro anos, ao responder uma ação da OAB, referendou esse tipo de interpretação.

Saúdo, inclusive, uma iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que apresentou um projeto de lei que modifica a Lei da Anistia, deixando claro que ela não atinge torturadores e assassinos. E por um caminhão de razões, uma das quais, por exemplo, é a de que desaparecidos são um caso em aberto. O caso não está solucionado, não foi elucidado, não se encontraram restos mortais, pode ser um crime em andamento. A gente vê, na Europa, volta e meia, um maluco raptar uma moça e a manter no porão por dez, quinze anos; e, depois, a coisa aparece. Quem pode garantir, do ponto de vista judicial, que os desaparecidos estão mortos? É um caso em aberto evidentemente. Não bastassem outras razões já levantadas aqui, inclusive pela Dulce também.

E quanto aos torturadores, digo isso com a maior tranquilidade – já escrevi artigos, num livro que escrevi falo isso –, eu não tenho qualquer rancor por eles. Eles têm a vida deles lá, eu tenho a minha aqui etc. É uma questão política essa questão dos torturadores. O futuro da tortura está ligado ao futuro dos torturadores. Enquanto eles não forem responsabilizados e julgados, a tortura vai prevalecer. Possivelmente, diria que provavelmente o Amarildo, o pedreiro que morava na Rocinha, no Rio de Janeiro, estaria vivo se os torturadores da ditadura estivessem sentados no banco dos réus, porque a tortura continua, não da forma de antes, não como uma política institucional de Estado, mas continua, em particular, em relação às camadas mais pobres. E, para elas, o Estado de direito chegou de forma muito precária. É preciso que seja dito.

Hoje em dia, nas manifestações, alguns jovens ativistas, quando se dão conta de algumas injustiças que permanecem, dizem: "a ditadura continua, não acabou". Não é assim, claro que acabou. É muito diferente, mas há limitações muito grandes nos direitos democráticos, republicanos das camadas mais pobres. E não é só na questão da prisão, da tortura, dos maus tratos etc.; é com conivência, inclusive, do Ministério Público e do Judiciário muitas vezes.

A gente tem, no Rio de Janeiro, uma ocupação, a Maré, que é um complexo – são sete ou oito favelas ali –, onde moram 130 mil famílias, isto é, há 130 mil casas. Muito bem; foi pedido pela Polícia – o Ministério Público encampou e o Judiciário concedeu – um mandado de busca e apreensão para o conjunto do Complexo da Maré. Olha, isso não aconteceria no Leblon ou em Ipanema, no Rio de Janeiro. O mandado de busca e apreensão é direcionado a uma residência a partir das razões apresentadas ao juiz, que vai dizer: "Está bom, há razões para que a inviolabilidade do lar não seja respeitada aqui etc." Mas você fazer isso para 130 mil famílias é um escândalo! Mostra que o Estado de direito está muito longe de ter chegado lá.

De qualquer forma, eu acho que a gente tem avançado bastante nos últimos dois anos na recuperação da memória, seja pelo aniversário redondo de 50 anos do golpe, no ano passado, seja pela criação das Comissões da Verdade. O fato é que se avançou muito. Eu diria que, neste ano e pouquinho, nesses quatorze meses, de janeiro no ano passado até agora, discutiu-se mais o golpe e a ditadura do que nos 50 anos que precederam essa data. Isso é absolutamente fundamental.

As Comissões da Verdade, apesar das limitações, jogaram papel positivo. E há a lamentar o boicote aberto e explícito das Forças Armadas. Chega a ser gritante, revoltante, que o Ministério da Defesa emita uma nota dizendo que não tem elementos para afirmar que tenha havido tortura em órgãos, em prédios militares. Isso é um deboche, um deboche absoluto!

E, aí, chegamos a um ponto que é crucial: a abertura dos arquivos. Os arquivos militares têm importância na repressão política na ditadura. O resto não tem quase nenhuma importância. Em alguns Estados chegam a ser ridículos. No Rio de Janeiro, onde o Dops não tinha uma função repressiva muito aberta, fazia mais trabalho de cartório, colhia depoimento quando o cara era acusado, para instruir o processo e tal, o Dops produzia fichas – e eu sei por experiência própria, porque pedi meu *habeas data* – que eram verdadeiras palhaçadas.

Eu fui apontado pelo Dops como um elemento "muito perigoso, devido à minha alta periculosidade". Esse era o nível do trabalho do Dops do Rio e essas são as fichas que chegaram a ser conhecidas. É absolutamente fundamental que esses arquivos sejam abertos. E ninguém que tenha mais de 10 anos de idade vai acreditar que esses arquivos foram destruídos. Não se destrói arquivo; arquivo é poder. Cabe à Presidente da República, que tem o mérito de ter aberto a Comissão da Verdade – devia ter sido aberta muito antes – exercer a sua autoridade como comandante-chefe das Forças Armadas.

Essa questão da recuperação da memória é absolutamente fundamental, não para punir A, B ou C, embora devam ser punidos, mas é fundamental para sociedade. Isso não é olhar para trás; isso é olhar para a frente, é criar anticorpos para que essa barbárie não se repita.

Eu sou fã do Nelson Mandela muito antes de ele virar um ícone *pop*. O Nelson Mandela, que era apontado, inclusive pelo governo americano, como terrorista – não podia viajar –, virou um herói mundial. É uma figura maravilhosa o Nelson Mandela. Ele passou 27 anos preso; 13 desses anos, quebrando pedras. Foi barbaramente torturado, mas era referência. Dos 27 anos, a maior parte desse tempo, quase todo esse tempo, estava preso sozinho, em solitárias, o que é algo que destrói muito as pessoas. Muito bem; chegou um momento em que o regime racista não tinha mais condições de se sustentar, pois estava desabando; tinha que negociar uma saída. Com quem negociar? Quem tinha legitimidade, como liderança da população negra amplamente majoritária, era o Mandela. Pois bem; o regime racista faz uma proposta ao Mandela no sentido de ele ser solto, com a condição de ele condenar publicamente a violência na resistência ao *apartheid*. O Mandela, que tinha feito luta armada contra o *apartheid*, já não defendia essa posição nem o seu partido defendia isso. Ele se recusa e diz que os promotores da violência eram os racistas. Eles é que tinham que se desculpar, que não cabia ao preso político, líder negro, fazer qualquer autocrítica da violência. Ele ficou mais dois anos preso. Foi libertado incondicionalmente depois.

Pois bem; ele tinha todas as razões para ser um sujeito rancoroso, ressentido e querer, de alguma forma, cobrar tudo que o regime racista fez com que sofresse a maioria do povo da África do Sul, que é negro. Contudo, ele compreendeu que enveredar por aí seria abrir uma guerra civil que, talvez, não chegasse a lugar nenhum. E faz uma proposta absolutamente generosa, mas absolutamente politizada, que é a seguinte: aceita dar anistia, inclusive a torturadores e assassinos de presos, com a condição de os caras irem a um tribunal e dizer tudo que fizeram. Qualquer fato omitido podia dar margem a um processo e a uma condenação. Isso foi uma catarse na sociedade sul-africana, porque as pessoas sabem que há tortura, que há maus-tratos, mas não sabem exatamente como é a história lá dentro. Deu uma cambalhota a sociedade. Agora, certamente, ela criou anticorpos muito poderosos para que essa barbárie não se repita.

É por isso que os arquivos têm que ser abertos! É por isso que temos que sentar os torturadores nos bancos dos réus, mesmo que se dê anistia para eles mais adiante. Isso, para mim, não é o mais importante. Mas há que se cumprir esse ciclo e mostrar à sociedade o que aconteceu, justamente porque estaremos olhando para a frente e não porque estaremos olhando para trás.

Por fim, eu quero falar da questão das Forças Armadas. Elas são uma instituição respeitável, respeitada, necessária. A ninguém interessa enxovalhar as Forças Armadas, mas elas precisam se dar ao respeito. Elas não pode seguir afirmando que o Wladimir Herzog se suicidou ou que não houve tortura em quartéis, porque isso é uma coisa ridícula. Eu, como cidadão, quero saber qual é a formação que está sendo dada aos jovens oficiais, por exemplo, na Academia Militar das Agulhas Negras, onde, há três anos, foi escolhido, como paraninfo da turma de jovens oficiais formados, o General Médici. Lá nessas escolas militares, os currículos continuam se referindo ao golpe militar como "a revolução redentora". Criou-se uma situação em que os militares não entram diretamente na política – de fato eles estão no canto deles –, mas a sociedade e o governo não têm ingerência nas Forças Armadas. Essa situação não serve à democracia.

O capitão Wilson, da bomba do Riocentro, quando se recuperou e saiu do hospital, ele não foi sequer reformado. Ele devia ser julgado e punido, mas não foi sequer reformado; ele foi realocado e trabalhou como professor de história num colégio militar – o cara que estava colocando a bomba no Riocentro.

Então, essa é uma questão que chama a atenção, inclusive, porque é uma questão que o Parlamento pode assumir e pode entrar neste debate: qual é a formação que está sendo dada nas escolas militares? Qual é o currículo no qual é formada a nova geração de oficiais? Porque, senão, a gente está formando militares que, mesmo que se não metam na política agora, serão, a médio e longo prazo, uma constante e permanente ameaça à democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Cid de Queiroz Benjamin, jornalista e escritor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou passar a palavra, em seguida, a V. Exª, Senador.

Como estamos com problema de tempo, vou pedir que os meus convidados retornem para a primeira fila. Eu chamo a segunda mesa e, então, passo a palavra para o nosso Senador.

Como estamos correndo contra o tempo, é com enorme alegria que eu quero chamar o ex-Deputado Federal Domingos Leonelli, parceiro de uma grande e bonita invernada na África do Sul, quando, estando Mandela no cárcere, nós fomos recebidos por Winnie Mandela.

É bom te receber aqui, nesta data histórica, em nome da democracia e no combate permanente a todo tipo de ditadura. (*Palmas.*)

Quero convidar também a minha querida amiga Deputada Federal Janete Capiberibe.

Do seu currículo e da sua história, todos sabem. (*Palmas.*)

Quero convidar Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes.

Grande Patrique! (*Palmas.*)

Luiz Claudio Cunha, jornalista, escritor – autor do livro *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios* –, nosso parceiro aqui, no Senado e no Congresso, de forma permanente, em todas as lutas do bem. (*Palmas.*)

E o jornalista e diretor cinematográfico, Sr. Alípio Freire.

Por favor. (*Palmas.*)

A Janete fez questão de lhe dar um abraço.

Segundo a programação da Comissão, que organizou a nossa reunião de hoje, agora nós teríamos o vídeo chamado *Nossas Histórias*, que conta a trajetória política de Angelina Dutra de Oliveira, Damaris Lucena e Theodomiro Romeiro, três pessoas até então anônimas na sociedade brasileira, que lutaram contra a ditadura militar, no Brasil, e tiveram as suas vidas transformadas pela repressão, com perdas de pessoas próximas, prisões, torturas e exílios.

Este filme é um precioso acervo humano sobre esse período da triste história do País.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Presidente, serei breve. Eu queria só saudar todos os convidados deste dia... Na verdade, este é o dia errado, porque o dia mesmo será amanhã, dia 1º de abril.

Mas, neste dia em que a Comissão de Direitos Humanos do Senado faz um seminário, uma jornada de testemunhos e depoimentos sobre a ditadura, eu queria saudar os convidados das mesas anteriores – destaco o meu querido e irmão Cid Benjamin –, bem como saudar esta mesa de agora, da qual destaco o Patrique Lima, companheiro da direção da União Nacional dos Estudantes, a minha querida companheira Janete, o meu querido Domingos Leonelli, o Luiz Cláudio Cunha, queridíssimo companheiro e amigo, e o jornalista e diretor cinematográfico, Alípio Freire.

Cumprimentando a todos, ressalto que esta jornada de depoimentos hoje é fundamental e, pela riqueza dos depoimentos, deveria a TV Senado, que a está exibindo, disponibilizar o evento para todas as escolas. É fundamental que o Brasil compreenda o que aconteceu nos 21 anos de ditadura para que coisa igual não aconteça.

O que foi relatado até agora – e, com certeza, a próxima mesa ressaltará – é que nós pagamos dois preços: um preço, primeiro, pela ditadura, que trouxe raízes na formação do sistema político brasileiro – e tenebrosas raízes. É bom lembrar que na ditadura não havia Ministério Público Federal, com os poderes que só a Constituição de 1988 lhe deu. Portanto, é um absurdo total, uma ignomínia total dizer que, durante a ditadura, não havia corrupção. As causas e as raízes de toda a corrupção existente hoje estão no período autoritário. As causas do enriquecimento de empreiteiras, como hoje nós diagnosticamos, estão no período da ditadura. Então, havia corrupção e violação de direitos humanos, como nunca houve em toda a história brasileira. Foram cometidos crimes pelo Estado brasileiro durante esse período sem similares na história nacional.

A outra sequela é que o nosso processo de transição foi tardio, como aqui registrado. Enquanto a Argentina levou os responsáveis por sua ditadura para a cadeia – e alguns deles terminaram seus dias na cadeia, como fizeram o Uruguai e até o Chile, que teve o mais cruel golpe de estado da América Latina –, o nosso processo demorou não apenas 20 anos. Com a constituição da Comissão da Verdade, que terminou seus trabalhos ano passado, foram quase 30, porque Geisel, que anunciou uma "abertura lenta, gradual e segura", preparou o ambiente para que, inclusive, o governo fosse assumido, subsequentemente, por um líder do partido da ditadura. Então, na prática – é claro por um acaso do destino –, não houve processo de reconciliação nacional.

E não se trata de ajuste de contas. É importante a reconciliação nacional, porque a Lei da Anistia, de 1979, não foi uma lei aprovada sob a égide de um Estado democrático de direito e não foi, como alguns dizem, uma lei da "reconciliação nacional". Ao contrário; foi imposição de um regime arbitrário sob a égide da pressão sobre o Congresso, com vários fechamentos do Congresso Nacional, e aprovada, mesmo assim, por ínfimos cinco, seis votos do partido governista.

É por isso que essa lei precisa ser revista. É por isso que temos um projeto de lei, já aprovado na Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – e Defesa do Estado. E, portanto, este projeto não pode ficar levado às gavetas para nunca ser apreciado, nunca ser votado, ou por medo de que seja votado, por pressões não sei de onde, sob a égide do Estado democrático de direito, ou com designação para ser rejeitado.

Nós temos dois atos – e concluo, Senador Paim – para, de fato, concluirmos nosso processo de transição democrática: um já foi, a Comissão Nacional e as Comissões da Verdade; o outro – e o Cid foi muito feliz nisso

– não é nem a punição, que talvez para alguns nem haja tempo mais, mas o fundamental é dizer claramente para as gerações que virão o que aconteceu na história e, para isso, temos que votar o PLS nº 237.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe!

Como foi dito, é importante que a juventude brasileira saiba o que aconteceu nesse período.

Eu tinha o entendimento de que íamos ter três mesas, mas são apenas duas.

Como acho que nós estamos ao vivo para todo o Brasil, nós vamos rodar esse pequeno documentário de 20 minutos, o que é praticamente a fala de um orador. Em seguida, a mesa fala e nós ainda poderemos abrir para o Plenário, para algumas considerações, porque sei que o Gilnei quer falar.

Então, vamos lá.

É o filme *Nossas Histórias*. Em seguida, vamos à mesa.

(Procede-se à exibição do filme Nossas Histórias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

São Nossas Histórias, do período da ditadura, uma parte do que aconteceu. Uma parte muito pequena, mas importante que a gente retome neste momento.

Vamos direto a nossa Mesa, conforme entendimento feito aqui.

Eu passo a palavra ao jornalista e escritor Luiz Carlos Cunha, autor do livro *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios.*

Vou conceder um tempo de 10 minutos, com mais cinco e mais cinco, caso necessário.

O SR. LUIZ CLAUDIO CUNHA – Obrigado, Senador, pela honra do convite e por dividir esta mesa e ouvir tanta gente ilustre, todos eles resistentes à luta contra a ditadura e na tarefa permanente de a contar.

Eu lembro, vendo tanto cabelo branco no filme e aqui na mesa e no plenário, que nós estamos, na verdade, relembrando o primeiro ano do segundo século do Golpe. Nós já passamos 50 anos e existe muita coisa ainda a ser feita.

Antes de falar uma coisa importante aqui, eu queria dizer que vou falar de três fatos graves que mostram que nós devemos continuar lutando nessa questão grave do Golpe: um é o cinismo dos generais – também colocada pelo Cid; o outro é a tibieza da Presidente Dilma, e a terceira é a omissão do Congresso.

Agora, há uma semana, uma entidade que trabalha com todas as universidades do continente, coordenados pela Universidade de Vanderbilt, no Tennessee, Estados Unidos, fez uma pesquisa que é muito preocupante do ponto de vista brasileiro. Mostra que esses idiotas que ficam pedindo a volta dos militares ao poder não são uma minoria que deva ser desprezada por nós, eles representam um perigo muito grande.

Nessa pesquisa feita pela Vanderbilt, no Brasil, há três quadros muito preocupantes: no primeiro quadro, mostra-se que o apoio a um golpe militar no Brasil, sob a justificativa dos altos níveis de corrupção, aumentou, em 2007, de 36,9% para 47,6%, em 2014. Ou seja, o que era um terço da população brasileira; agora, há um em cada dois brasileiros, por essa pesquisa, que justificariam um golpe pela incidência da corrupção que hoje ocupa toda nossa mídia diariamente.

O segundo quadro, muito importante, mostra que, num confronto com a avaliação da Presidente Dilma, as pessoas que avaliam como ruim ou muito ruim o seu governo, compreensivelmente, representam 52,8% das pessoas que apoiam o golpe. Mas o estranho é que, das pessoas que acham que é regular o Governo Dilma, 46,4% também apoiam o golpe; das pessoas que acham que o Governo Dilma é bom ou muito bom, 45,6% apoiam um golpe sob essa justificativa. O que mostra, inclusive, que os apoiadores da Presidente têm uma profunda descrença na democracia e isso nos deve deixar muito preocupados.

No terceiro quadro, que eu acho mais preocupante, eles fizeram um levantamento em 23 países do continente americano, mostrando a defesa do golpe pela justificativa da alta corrupção. O primeiro, com 58% da população apoiando o golpe, era o Paraguai. O Brasil entra nessa relação em sexto lugar, com 47,9%.

Curiosamente, os três países onde menos se apoia um golpe pela justificativa da corrupção são a Argentina, o Uruguai e o Chile. O que é que isso nos leva a concluir? Os três países que fizeram o dever de casa e, logo após os seus períodos ditatoriais, abriram Comissões da Verdade e executaram as investigações necessárias para responsabilizar os militares e exercitar o poder da democracia, colocando repressores, torturadores na cadeia, punindo-os, como na Argentina, onde o Videla morreu na cadeia; no Uruguai, onde o Juan María Bordaberry, morreu na cadeia; e o Chile, que criou a Comissão Rettig, logo em 2000, para apurar tudo isso, esses são os países que, ao escancarar os horrores da ditadura, criaram uma blindagem na opinião pública contra o regresso dos militares.

O Brasil, que é uma país cínico, que não fez seu trabalho, está na ponta desse processo, porque as pessoas, inclusive as mais jovens, não conhecem os horrores da ditadura e acham que ela pode ser uma bela solução para os dramas do País.

Importante lembrar que a nossa Comissão da Verdade foi instituída em 2012, 27 anos depois da saída do último General, Figueiredo, em 1985. Ou seja, chegamos atrasados. Eu participei da Comissão da Verdade durante um ano, saí da Comissão por divergências abertas contra uma certa postura defensiva da Comissão, e, lá, eu percebi o seguinte: quando procurávamos os generais, os militares envolvidos com a repressão, chegávamos tarde. Ou eles tinham morrido, ou estavam com Alzheimer, ou estavam com Parkinson, ou estavam desmemoriados, ou estavam absolutamente indiferentes à investigação da Comissão da Verdade. Ou seja, chegamos tarde pela história, por conta da nossa timidez em relação a essa questão.

Eu quero, aqui, defender, efusivamente, a Comissão da Verdade. Acho que foi um evento da maior importância, porque ela estabelece, nas suas 29 recomendações finais, alguns itens decisivos para o futuro do País. Se essa Comissão tivesse sido instituída lá, em 1985, 1990, a gente poderia ter feito o dever de casa e não teríamos tantos nostálgicos da ditadura como temos, hoje, no País.

Nas 29 recomendações finais, por coincidência, a primeira delas, reconhecimento pelas Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações, ou seja, cobrar dos militares, como lembrou o Cid, a sua responsabilidade pelo horror que impuseram ao País durante duas décadas. A segunda, determinação pelos órgãos competentes da responsabilidade jurídica que revogue essa obscena lei de autoanistia, que foi formatada pelos militares para se defenderem do eventual advento da democracia, como era inevitável.

Essa questão nos coloca, primeiro, o cinismo dos generais. O grande porta-voz dos generais da direita nostálgica da treva da ditadura é o General Leônidas Pires Gonçalves. Ele ecoa um mantra que foi assumido por dois ex-Ministros da Defesa, o Ministro Nelson Jobim, do Lula, e o atual Ministro da Defesa da Dilma, Jaques Wagner, dizendo o seguinte: "Vamos olhar para frente. Não vamos ficar olhando para o retrovisor. Nós temos que pensar no futuro."

Isso mostra que o General Leônidas, além de um mau general, é um péssimo motorista. Espelho retrovisor não é um enfeite, nem um adereço; o espelho retrovisor é um instrumento de segurança essencial para um bom motorista, porque, através dele, nós conseguimos direcionar a rota, sabendo quem à esquerda ou à direita pode nos abalroar. Ou seja, nós devemos fazer a nossa trilha para o futuro olhando para trás.

Olhar para trás nos ensina como trilhar com segurança o caminho para frente.

Durante todo o trabalho da Comissão da Verdade, ela foi flagrantemente sabotada pelos generais. Eles foram cínicos. Chegaram ao ponto de negar que havia tortura em qualquer dependência das Forças Armadas, inclusive esquecidos de que na Tutoia, a sede do DOI-Codi em São Paulo, que foi o mais letal endereço da ditadura brasileira, em 1970, uma jovem guerrilheira da VAR-Palmares, chamada Vanda, codinome de Dilma Rousseff, foi torturada durante 22 dias. Eles esqueceram disso no relatório medíocre, tacanho e mentiroso que forneceram de uma forma debochada, como lembrou o Cid, à Comissão da Verdade, rebatendo inclusive eventos que marcam uma guerrilheira que, por acaso, hoje, é Comandante Suprema das Forças Armadas, a qual todos os generais devem respeito e obediência. Ou seja, afrontaram a verdade.

A D. Dilma teve um papel da maior importância ao convocar a Comissão da Verdade. Ela começou muito bem e terminou muito mal, porque, quando passou o 31 de março de 2014, 50 anos do golpe, D. Dilma esqueceu de fazer uma coisa que era elementar na sua biografia. Toda hora ela convoca televisão e rádio para pedir apoio ao programa do PAC, ao Minha Casa, Minha Vida, ao Mais Médicos, várias coisas importantes para o País, mas, na hora que passou o 31 de março, ela tinha obrigação moral, até porque ela carrega na carne e na alma as dores da tortura da ditadura, de convocar uma rede nacional de televisão e falar ao País, inclusive para esses jovens imbecilizados que hoje vão às ruas pedir a volta dos militares, o que nós passamos na ditadura.

A D. Dilma é a única mandatária do mundo que tem o privilégio de ser uma ex-presa política e torturada. Com ela, divide essa condição nada honrosa a Michelle Bachelet, do Chile, e o Pepe Mujica, do Uruguai.

Ela devia ter lembrado dessa sua biografia. Ela faltou a um dever moral de ir perante à Nação brasileira e dizer em rede de rádio e televisão que aquela data marcava 50 anos do golpe. Isso passou em branco. D. Dilma não fez nada.

Na hora de fazer a entrega oficial do relatório da Comissão da Verdade houve uma negociação muito forte, sob pressão dos generais, para que fosse um evento privado. Os seis comissários da Comissão entregando nas mãos da D. Dilma o resultado de dois anos de investigação. É um deboche absurdo! Quer dizer, uma comissão que tem um compromisso moral de prestar contas ao País entregar de forma envergonhada, quase clandestina, o relatório para a Presidente da República seria um acinte à memória nacional.

A pressão das famílias, muitos de vocês aqui, indignados com essa primeira tentativa de fazer uma entrega clandestina do relatório, é que obrigou o Palácio a rever essa cerimônia e fazê-la um pouquinho mais aberta, no Palácio do Planalto. Assim mesmo, sem aquela pompa e circunstância.

E o que aconteceu com o relatório? Nada. As recomendações finais, as 29 recomendações, nenhuma delas foi executada ou tornada política de Estado pelo Governo que havia convocado a Comissão. Ou seja, a D. Dilma Rousseff, que começou muito bem convocando a Comissão da Verdade, terminou muito mal não fazendo nada. Pegou o relatório e, se não houver uma luta e uma cobrança nossa aqui, vai ficar nas gavetas da história, como tantos outros documentos do País.

A terceira questão, para encerrar a minha fala, é a omissão do Parlamento. Existem dois projetos de revisão da Lei de Anistia tramitando no Congresso: um da Deputada Luiza Erundina, na Câmara; e outro do Senador Randolfe Rodrigues, no Senado. É muito pouco projeto para um Congresso que tem 81 Senadores e 503 Deputados.

É uma questão moral do País a recuperação da memória nacional. É uma coisa que afeta crimes de lesa-humanidade. O Brasil é o único país do mundo que não tem um miserável torturador na cadeia. Nem denunciado e condenado.

O Coronel Brilhante Ustra, que foi o mentor e o chefe da Tutoia, onde foi torturada a Dilma Rousseff, está vivendo apenas processo na Justiça, mas ele não foi condenado.

O País passou ileso por esse processo traumático. É uma vergonha para nós brasileiros que, passados 21 anos de ditadura, a gente, ainda de uma forma cínica, talvez temerosos de uma reação dos quartéis, não tenhamos a coragem de abordar as questões como elas deveriam ser abordadas, com o desprendimento que faça jus à cobrança que a história nos fará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi Luiz Claudio Cunha, jornalista e escritor, autor do livro *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios.*

Agora, vamos diretamente ao Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes, Patrique Lima, com a palavra por dez minutos, e com mais cinco e com mais cinco se for necessário.

O SR. PATRIQUE LIMA – Bom dia a todos e todas. Gostaria de saudar a todos aqui presentes, na figura da Deputada Janete Capiberibe, que é amapaense assim como eu, e o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, e estendo a todos aqui presentes e à mesa que está composta.

Para nós da União Nacional dos Estudantes, o debate desses 51 anos da ditadura militar brasileira é imprescindível para reafirmar o nosso papel na história. A primeira ação da ditadura militar na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril foi incendiar e metralhar o prédio da União Nacional dos Estudantes. Esse prédio, que depois de 50 anos, no próximo março do ano que vem, estará reerguido e estará de volta a Casa do poder jovem brasileiro, a Casa de todos os estudantes, e que concentrará as suas lutas, e que, para a gente, na história, é muito valioso e ajuda a reconstruir parte da memória nacional que foi usurpada e apagada pela ditadura militar. Nós não podemos deixar passar em branco.

A minha geração não conviveu com a ditadura militar: eu nasci, exatamente, no ano em que nasceu a Constituição cidadã. Mas, para nós, jovens engajados, temos clareza que o movimento estudantil jogou imprescindível papel no combate às arbitrariedades da ditadura militar. Perdemos uma série de estudantes, militantes e dirigentes da nossa entidade nesse período, e, para nós, não pode ser deixado passado em branco. Como bem salientou o Senador Randolfe Rodrigues, a Lei da Anistia não foi discutida, ela não foi um acordo, ela foi uma imposição do regime que estava acessando. Para nós, a revisão da Lei da Anistia é causa importante para recontar a nossa história a partir dos trabalhos e dos relatos da Comissão da Verdade.

A União Nacional dos Estudantes, após o estabelecimento da Comissão da Verdade Nacional, organizou a sua Comissão da Verdade para apurar os crimes cometidos contra os seus diversos dirigentes e diversos estudantes durante o período da ditadura militar. Ela encerra seus trabalhos nos próximos dias 3 e 4 de junho, no nosso 54º Congresso Nacional, que deve se realizar na cidade de Goiânia ou de Belo Horizonte. Para nós, é importante que, junto com a verdade que seja estabelecida, possa haver, sim, uma nova lei que revise a Lei da Anistia. Nós queremos medidas legais do Estado brasileiro para punir aqueles que ceifaram a vida e o futuro de diversos lutadores que defendiam nosso País, e que impediram o nosso crescimento e que impediram o crescimento do País.

Temos vivido nesse período – e aí foi bem lembrado por diversos oradores aqui antes... que todo período de pré-golpe vem imbuído com forte discurso da anticorrupção. Esse debate da corrupção – que, para nós, não é uma bandeira política; para nós, esse debate de combate à corrupção não é uma bandeira política – é princípio basilar dos agentes públicos, e não pode servir, momentaneamente, de bandeira de agitação para determinado grupo político. Isso tem que ser princípio. Para nós, todos momentos pré-golpe, a história nos mostra que sempre foram imbuídos desse discurso anticorrupção.

É importante que a gente possa estar conscientes do momento que nós estamos vivendo na conjuntura política atual.

Nas manifestações do dia 15 passado, eu vi uma faixa que foi muito emblemática, aqui em Brasília, que dizia assim: "Abaixo Paulo Freire". Essa faixa é emblemática, porque eu acho que tem a ver um pouco com o cerne da questão estratégica da visão de futuro do País.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, tinha como símbolo a sua teoria da pedagogia do oprimido, que conseguia fazer relação com a posição de classe de que cada pessoa ocupava na nossa sociedade. Combater Paulo Freire é combater a memória de quem é quem na sociedade, de quem é explorado e de quem é explorador.

E combater isso é, também, a memória. Porque os que pedem intervenção militar negam a história. Negam a posição das pessoas e de quem era quem. No Brasil – e aí vale o registro desse debate sobre a corrupção –, as empreiteiras brasileiras que mais cresceram, e que hoje, inclusive, ocupam os principais espaços da construção civil brasileira, tiveram seu crescimento na ditadura militar. Vale o registro de que o Brasil aumentou a sua dívida externa no período da ditadura militar para mais de US$100 bilhões. E tudo isso passa à margem da história, sem o devido registro de onde foi parar isso.

Muita gente fala que foi graças a ditadura militar o período da construção e da infraestrutura do Brasil. Construíram pontes, estradas, ferrovias, hidrovias, mas ninguém discute a que custo isso saiu. A infraestrutura do Brasil é fundamental, e até hoje nós perecemos de mais infraestrutura, mas o preço que nós pagamos por esse processo de infraestrutura que a ditadura militar promoveu é muito caro e nós sentimos ainda hoje.

Para nós, da União Nacional dos Estudantes, a nossa posição hoje é de defesa da democracia. É da defesa dos avanços e dos direitos conquistados até hoje, a partir da Constituição de 1988. Nós achamos que, para consolidar a democracia brasileira, ainda falta muito. Nós temos muito trabalho ainda pela frente e muito enfrentamento para se fazer, com muitos direitos que ainda precisamos conquistar, mas o caminho que nós devemos seguir é através da democracia, da participação popular, do investimento em educação, do investimento em setores estratégicos que garantam o bem-estar e a qualidade social do nosso povo.

Neste exato momento, na Comissão de Constituição e Justiça, na outra Casa, na Câmara dos Deputados, está sendo votada, abriu o processo de votação para redução da maioridade penal. Para nós, da União Nacional dos Estudantes, é importante que nós possamos ligar um alerta. Porque hoje a gente está sendo acometido, nós estamos sendo bombardeados por um conservadorismo na nossa sociedade, que nos remete a riscos históricos de atrasos nos nossos direitos sociais. Assim como a redução da maioridade penal, assim como os direitos sociais, civis da comunidade LGBT, assim como outros temas ligados a avanços em que até há um tempo atrás tínhamos avançado bastante.

Agora é importante que nós possamos ter tudo isso desse prisma dentro de um apanhado histórico. Para nós, estarmos vendo jovens defendendo a ditadura militar, nos remete a uma questão muito séria sobre o papel da nossa educação hoje.

Eu sou do Amapá, estudei lá minha vida toda em escola pública e, durante muito tempo, até eu entrar na universidade, diziam que não existia ditadura militar no Amapá, que não existia nenhum registro, que o Amapá era ainda Território Federal. E só depois de eu entrar na universidade é fui saber a história do nosso Estado, a partir de outros olhares, e a gente vai descobrir figuras emblemáticas da luta democrática, como a Janete Capiberibe, como o João Capiberibe, e outros lutadores, como o próprio Chaguinha, que desempenharam funções, que lutaram no combate à ditadura militar, no meu Estado. Quer dizer, então, a história nos nega, a história formal, a educação formal nos nega.

E é importante que, neste momento, a gente possa discutir também o papel da educação na formação dos jovens brasileiros. Os jovens brasileiros precisam deparar com a história real, com a história da verdade, porque isso vai ser fundamental para a formação dos cidadãos brasileiros, mas também para que possamos rechaçar o risco da volta da ditadura e para que possamos ter a nossa memória reavivada, a fim de que nunca nos esqueçamos dela e de que ela nunca mais aconteça.

É isso, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado, Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da UNE, que teve e tem um papel importante na história do nosso País.

Eu passo a palavra a uma pessoa muito especial na minha vida e na minha luta, a Deputada Federal Janete Capiberibe.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Minha saudação a todos e a todas que participam desta audiência pública.

Obrigada, Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que está, de verdade, na defesa dos direitos humanos da população do nosso País.

Obrigada, Senador Capi, pelo convite para a participação nesta audiência pública.

E obrigada a todos aqueles que palestraram aqui, como a Sueli, que, com toda a equipe, com todo um grupo de militantes, podemos dizer, da Comissão de Anistia, e que nos fez um relato pé no chão, realidade da militância sua, Sueli, com todos os recursos humanos com os quais trabalha. E não é de agora, você citou aqui que esteve no Acre.

Enfim, quero dizer que esta manhã, Senador Paim, é muito enriquecedora. Em primeiro lugar, eu me sinto assim muito feliz, muito apoiada aqui, com Gilney e com Alípio, que viveram essa questão na carne, na pele; com Cid Benjamin.

Você não me conhece, mas eu venho... Inclusive, sua mãe, a Iramaia... Eu a chamo assim, porque é uma pessoa muito íntima para mim.

Enfim, é um momento muito importante para nós, que combatemos, através da nossa militância, da luta armada mesmo, a ditadura militar.

E quero, Patrique, aproveitar, você que é jovem, que é do meu Estado do Amapá – há alguns amapaenses nesta sala –, para lhe passar uma preocupação com o processo de resgate da verdade, memória e justiça no nosso Estado do Amapá. Nesse momento, o Governador do Amapá, Waldez, eleito nesta democracia conquistada com suor e sangue, a duras penas, paralisa a Comissão da Verdade do Amapá, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa.

Sueli Bellato esteve no Amapá na sua instalação, quando o Governador Camilo estava no poder. Ele criou todo um grupo importante para fazer o resgate dessa memória, que para nós, amapaenses, é muito importante, porque nós, no Amapá, estamos do outro lado do Rio Amazonas. Nós estamos isolados do Brasil, estamos mais perto da Guiana Francesa, da França, da União Europeia do que do Brasil.

E ali, Patrique, você sabe tudo que aconteceu, um fenômeno que precisa ser esclarecido, criado pelos governos militares do nosso Estado do Amapá – era Território, na época –, um fenômeno que se chamou "engasga-engasga". Especula-se que aconteceu para a criação da Polícia Militar ali no nosso Estado do Amapá e foi uma violência muito grande, até hoje não esclarecida. Muitas pessoas foram presas, encapuzadas, levadas para Belém, para ficarem ali presas no Exército, na 5ª Companhia de Guarda, e nada disso está aí na memória da população.

Está claro para a nossa juventude, Patrique, esse fato que ocorreu durante o período da ditadura militar. Então, é necessário que a juventude no Amapá pressione, tensione, vá às ruas pedir ao Governador Waldez que reinstale a Comissão da Memória, Verdade e Justiça para que, em seis meses, que era o prazo ainda necessário para a conclusão dos trabalhos, apresente à sociedade, à Assembleia Legislativa, à Justiça do Estado do Amapá esses fatos trazidos à luz e à verdade.

Eu quero, assim como o Cid Benjamin, o Luiz Claudio Cunha, vocês que são jornalistas, escritores, vocês têm o registro do que ocorreu nesse período, mas não é todo cidadão brasileiro... a juventude brasileira não tem acesso a essas informações que vocês fazem. Li o seu livro e agora o Luiz Claudio faça dessa possibilidade de um novo golpe militar no nosso País e apresenta um *ranking* de quatro países, Argentina, Uruguai, Chile e Brasil... e isso me preocupa muito.

Eu ainda fico tremendo quando falo nas coisas do período da ditadura militar. Bom, uma questão é esta: fazer essa denúncia aqui, pedir àqueles que são do PDT aqui no Senado que falem, conversem, pressionem o Governador Waldez Góes para que ele reinstale a Comissão ali no Estado do Amapá.

A segunda questão que eu queria colocar é relacionada com a fala, com a provocação que o Luiz Claudio fez diretamente ao Congresso, sobre os generais, o cinismo... A gente vê, a gente sabe a postura da Presidenta Dilma, que é uma ex-presa política torturada no nosso País. E depois a provocação que você faz ao Congresso Nacional. Eu vou fazer um movimento dentro da Câmara Federal para que apresentemos vários projetos de lei de anistia que puna os crimes de lesa-pátria que ocorreram no período da ditadura militar. Já valeu esta audiência, não só por essa provocação sua, mas por tudo o que está sendo conversado aqui e dito.

Eu queria me reportar, ainda, à Amazônia. O Chico Mendes, que foi um acriano, seringueiro, ambientalista, ele foi alfabetizado por um refugiado das Ligas Camponesas do Nordeste do Brasil. Ele ensinou o Chico Mendes, esse refugiado das Ligas Camponesas, a ler e escrever a partir do jornal *Voz Operária* e ele ensinou o Chico Mendes a ouvir a BBC de Londres, a Rádio Tirana e outras.

Eu também, no nosso Amapá, Patrique, o meu alfabetizar político, eu já era secundarista, foi o Chaguinha, o nosso Chaguinha. Ele nunca nos falou, mas eu acho que ele também veio das Ligas Camponesas, no Nordeste, pelo método que ele usou para alfabetizar o Chico Mendes, no Acre, foi o mesmo que o Chaguinha, do Partido Comunista, usou para me alfabetizar politicamente.

O Chico Mendes, quando aconteceu o Golpe Militar de 1964, ele ouviu, pela BBC de Londres, que o professor dele desapareceu do seringal em que ele estava no Acre. Ele ouviu pela BBC de Londres que o Golpe Militar, dado pelos militares, não era bom para a Amazônia, porque os militares traçaram um projeto de de-

senvolvimento econômico para a nossa região totalmente incompatível com a vida, com a biodiversidade, com a diversidade genética, com a vida das pessoas na Região Amazônica. Nesse projeto de desenvolvimento dos militares, já no Golpe, o militar de plantão, em 1970, Emílio Médici, começou o Plano Nacional de Integração, com a abertura de rodovias, as obras da rodovia BR-230, conhecida como Transamazônica, a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, a BR-210, conhecida como Perimetral Norte, com 100km no nosso Estado, o Amapá, quando morreram 80% dos índios Waiãpi. A estrada chegou até os índios e praticamente os dizimou, porque o contato com o branco trouxe malária e outras enfermidades para as quais eles não tinham resistência. Pelo menos oito mil índios, estima-se, pois o número pode ser muito maior, foram exterminados, vítimas desse genocídio. Não há registros, Sueli.

A Comissão da Anistia e a Comissão da Verdade não conseguiram se aprofundar no extermínio desses mais de oito mil índios no nosso País, das etnias Waiãpi , Jiahui, Tenharim, Waimiri Atroari, Caxinauá, do seu Acre, Senador Aníbal, e Madijá. Os que sobreviviam, na época, eram presos e escravizados. As correrias – no Acre essa palavra era comum, no Amapá nem tanto – feitas pelos militares, pelos empreiteiros, pelos madeireiros, pelos fazendeiros, foram um verdadeiro genocídio com a população indígena no nosso País.

Eu queria fazer um relato bem rápido, não sei se ainda tenho tempo, Senador Capi. Vivi nove anos no exílio. No nono ano, em janeiro de 1979, em Moçambique, o último país do nosso exílio – meu, do Capiberibe e de nossas três crianças –, chegavam as notícias de que estavam os exilados todos voltando para o Brasil, que a Comissão de Anistia os recebia no aeroporto. Não acontecia nada. Eu vim com as minhas três crianças. .

Eu tinha um contrato com o governo de Moçambique, eu era professora, dava aula de Biologia lá, e vim passar um mês no Brasil para encontrar a minha família, os amigos – nove anos depois, era muito tempo, era muita saudade – e, ao chegar ao aeroporto do Galeão, no túnel ainda, eu fui sequestrada com as minhas três crianças – a mais velha tinha 8 anos – e fui levada para a Polícia Federal. Eu fui sequestrada, aliás, no túnel do aeroporto. Cid, a sua mãe, a Iramaia, estava lá, e ela, com mais todos os compunham a Comissão de Anistia gritavam: "Aí está a Janete, que chegou de Moçambique com os três filhos." Mas a Polícia Federal, com um revólver em cima de mim, com as crianças não podia...

E eu fui sequestrada, levada para um prédio da Polícia na Praça Mauá, e passei a noite, depois de ter atravessado o Atlântico e chegado ao Brasil, em uma sala de tortura, preparada para a tortura, com duas lâmpadas enormes viradas para bancos altos assim e um sofá velho, todo rasgado, onde eu tive que passar a noite sentada com as minhas crianças, as três nesse sofá.

Bom, eu tinha ouvido um pouco o barulho de fora, e eu pedi também para uma companheira que veio de Moçambique comigo, também com dois filhos, pedi a ela: se acontecer alguma coisa comigo, você avisa a Iramaia aí fora, avisa a Comissão de Anistia. E eu acho que ela avisou, mas, de toda forma, na manhã seguinte, de novo eu fui sequestrada pela Polícia Federal e levada até dentro do avião da Varig, até às poltronas onde eu sentei com os meus filhos, o que é uma constatação da conivência da Varig com a ditadura, com os órgãos de repressão. Eles não disseram nada. A minha filha mais velha teve uma crise terrível, tremia... (*Palmas.*)

A SRª JANETE CAPIBERIBE – Só mesmo a minha presença, o braço em cima das três crianças nos ajudou desde o momento que nós fomos sequestrados.

Enfim, trouxeram-me para Brasília, de novo me sequestraram na porta do avião e me deixaram na Polícia Federal também sequestrada. E o povo do Comitê da Anistia gritando lá fora: "Janete chegou, está com os três filhos, veio de Moçambique" – eles se comunicaram do Rio, a Comissão de Anistia, com a daqui de Brasília.

Enfim, eu sei que eles não me liberaram, eles tiravam de trás de uma mesa de escritório um revólver e apontavam para mim com as crianças. E a Comissão lá fora gritando meu nome e das minhas três crianças. E eu só sei que eles só me liberaram depois que me fizeram um interrogatório minucioso de nove anos de exílio: a fuga, Bolívia, Chile, Canadá, Moçambique, tudo. E eu fazia o que a Angelina dizia, eu não dizia o nome de ninguém. Dizia todo o contrário se coincidisse que eles dissessem o nome de algum companheiro. Por quê? Essa minha volta, eu fui presa uma primeira vez nos nove anos anteriores e não foi tão terrível como essa minha volta ao Brasil; as pessoas não chegam a pensar nisso. É como o Gilney, a Lei de Anistia foi aprovada e você não foi anistiado, não é verdade?

Portanto, foi assim um momento muito terrível que eu vivi nas mãos da ditadura militar. Eu acho que eu vou terminar, já falei muito.

O Governo brasileiro, a ditadura militar, em janeiro de 1979, eles nos davam um documento, o primeiro documento dos meus filhos e o meu, depois que fui presa, quando eles ficaram com os meus documentos, que foi um passaporte com validade de três meses. Aí, eu vim para passar um mês, eu tinha um contrato de trabalho em Moçambique e precisava voltar. Quando fui de Brasília para minha cidade, no Amapá, Macapá, eu tinha, todos os dias, que me apresentar na sede da Polícia Federal, todos os dias, durante quase três meses.

Vou terminar com isso, porque é uma história interessante a desse xale que estou nesse *folder,* um xale que coincidiu com a mesma época da minha volta ao Brasil. A Therezinha Zerbini, que estava no México, em Puebla, era o Ano Internacional da Criança, ela ali pediu ao episcopado o fim do meu sequestro, que eu pudesse voltar com as minhas crianças para Moçambique. Isso foi muito importante. Essas duas mulheres, a Therezinha Zerbini e a Iramaya – não vou nominar outras companheiras, porque posso fazer injustiça – e outros companheiros que estiveram nessa luta, nesse apoio pela abertura política, pela democratização, foram muito importantes. O Dr. Assu Guimarães, que procurei um ano atrás, era Presidente da OAB quando passei em Brasília, e ele me deu muito apoio, assim como a CNBB, a ABI, a Comissão de Anistia. O Dr. Assu Guimarães já faleceu. Eu fiquei triste, queria dar um abraço nele, agradecer, muito tempo depois. Vou ver se encontro familiares dele para agradecer a eles também, é uma vontade que sinto.

Então, eu concluo retomando as palavras da Iara. O que nós fazemos, o que nós devemos continuar fazendo diante desse retrocesso de perdas de direitos, a partir da Constituição de 1988, como ocorre com a redução da maioridade penal... Eu marquei presença na CCJ e vou sair daqui para lá também. O Chico Alencar foi antes. De ontem para hoje, principalmente, os Parlamentares que são pastores evangélicos e os ruralistas estão ali fechados para votarem a criação da comissão especial para formatar esse famigerado projeto, que infelicitará a vida da nossa juventude. Digo que esse projeto da redução da maioridade penal...

A PEC nº 215, é um retrocesso nos direitos adquiridos pelos povos indígenas no nosso País. Passar para este Congresso Nacional, com a composição que tem, a definição da demarcação de terras indígenas, identificação, demarcação, homologação, é uma perda total de direitos. Não chega já os que foram assassinados durante o período da ditadura militar.

Enfim, estamos na luta, protagonizamos durante todo esse período e continuamos protagonistas dessa história. Vamos, sim, fazer esse movimento para que sejam punidos os assassinos do período da ditadura militar, para que a nossa juventude... A grande preocupação aqui é com as gerações presentes. Vários falaram suas idades, mas sou muito mais velha, tenho 66 anos, tenho mais do que todos que declinaram a idade aqui. A minha preocupação é grande. Que comece mudando por este Senado a Ala Filinto Müller. No meu Estado, no segundo maior Município, há a Avenida Filinto Müller, em Santana.

Então, é preciso que a memória e a verdade apareçam, para que os nossos jovens, Patrique, debatam isso nas escolas, na universidade, e a gente continue essa mudança, que vem andando aí, mas a passos muito lentos.

Muito obrigada, gente.

Desculpe pela emoção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito obrigado.

Vou lembrar aqui um dos *slogans* da ditadura na Amazônia, quando faziam uma intensa campanha, Senador Paim. Eles tinha dois *slogans: "*Integrar para não entregar" e "Terra sem homens para homens sem terra". O resultado é que 20% da Floresta Amazônica desapareceram ainda como consequência dessa política.

Bom, passo a palavra para o combatente Alípio Freire, Jornalista e Diretor Cinematográfico.

O SR. ALÍPIO FREIRE – Boa tarde a todas e a todos.

Eu agradeço o convite ao Senador Paim, a quem cumprimento, e a todos os Senadores presentes.

Cumprimento a Mesa através do Capiberibe e da Janete.

Cumprimentar os presentes é difícil. Eu contei e há 17 pessoas que são minhas amigas aqui, o pessoal da Comissão de Anistia: Sueli, Marina, Rodrigo, Rosa, Amarílis, que estava aqui, são muitos.

Já que ela foi tão citada, eu não poderia deixar de fazer uma pequena homenagem a Iramaya Benjamin, uma das figuras... (*Palmas.*)

...mais fantásticas que eu conheci e que me faz falta. Ela até me adotou como filho mais velho. Quando os outros não se comportavam, ela dizia: "Você está precisando vir ao Rio falar com os meninos". (*Risos.*)

E os meninos estavam mais que comportados, mas ela queria linha justa.

Tem também o pessoal do Conselho Curador do Memorial da Anistia. A nossa companheira Sônia. Aquele casal simpaticíssimo, os meus amigos Yara e Gilnei. Todo mundo aí. Então, é difícil.

Muita coisa já foi tratada aqui. Eu vou tentar puxar a questão para a perigosa conjuntura em que vivemos. Acho que alguns dos que se manifestaram foram extremamente otimistas. Eu não sou pessimista, mas temos que dar uma aterrissada.

Uma das coisas que me leva a pensar hoje e comparar com 51 anos atrás é a intensa presença e ingerência dos Estados Unidos no nosso País neste momento. Se não tivermos clareza disso, não vamos conseguir sequer avaliar a importância e o peso de uma série de coisas que estão acontecendo.

Não sou paranóico, não sou Ubaldo, mas alguém já parou para refletir sobre quem derrubou o avião do Eduardo Campos? Não caiu de graça. Não caiu de graça! Não caiu.

Na comissão de averiguação, que tem dois técnicos dos Estados Unidos... Não esqueçamos que o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em 1964, era também funcionário da CIA.

A primeira versão demorou e saiu meio escabreada, dizendo que foi falha humana, que o piloto não tinha feito os cursos que deveria, tititi, que ninguém no Brasil sabe pilotar aquele tipo de Cessna. O Ministério Público contestou, não aceitou. E agora eles estão procurando uns pássaros que voavam, alguma coisa assim. Se não é pássaro, é borboleta; se não é borboleta, é libélula, e vai. Quanto a isso, acho que todos deveríamos forçar a investigação.

Nos jornais, temos tido as mais diversas denúncias da ligação de elementos dos Estados Unidos, financiados pelos Estados Unidos, com as manifestações. Eu entendo quando se diz que mesmo os que votaram na Dilma e alguns que a apoiam são a favor do golpe. Eu entendo, porque a maioria de nós tem vergonha de defender a Dilma. Eu defendo. Não a Dilma pessoa, porque nem a conheço direito. Nunca convivi com ela, embora tenhamos estado juntos.

Vocês lembram que o pré-sal foi descoberto durante o governo Fernando Henrique, o segundo governo, e imediatamente escondido? Ah! Não é tão importante assim! No segundo governo Lula, ele chega, por algum motivo – vá lá saber qual –, e faz um estardalhaço. Parecia que tinha sido descoberto por ele. E a partir daí, a pressão dos Estados Unidos para que o pré-sal não fosse explorado só cresceu.

Vocês acompanharam o leilão do Campo de Libra, que é uma fração mínima do pré-sal? Foi feito um edital para o leilão a que nenhuma empresa americana conseguia corresponder. E ganhou a China. O Brasil colocou, no meio do Atlântico, uma potência atômica. Ter petróleo e não ter bomba atômica é ocupação, é dominação. Por trás de toda essa crise está o nosso petróleo, mais uma vez.

Todos lembramos o suicídio de Getúlio Vargas, que já foi citado aqui. Atrás disso estava o petróleo brasileiro. Todos lembramos – se não lembramos podemos lembrar agora – que, a partir daí até 1964, toda a divisão e a polarização das eleições para a Presidência da República eram um candidato a favor da manutenção do monopólio estatal do petróleo e outro contra. Assim foi Juarez Távora e Juscelino Kubitschek; assim foi Jânio Quadros e Marechal Lott, e assim por diante. E estamos outra vez frente a uma situação desse tipo. Não dá para brincar.

Junto com isso, o Governo Dilma põe em ação os BRICS – como outros querem dizer. Antes, ninguém mexeu com os BRICS. Era uma rodinha de amigos conversando, solidariedade. E os BRICS criaram o banco de fomento, o novo banco de fomento. Isso é uma disputa internacional inclusive do dólar como moeda padrão única. A China é dos BRICS e está lá no meio do Atlântico. É a terceira margem do oceano agora. Então, acho que quando olharmos a atual conjuntura, não podemos esquecer a geopolítica dos Estados Unidos, de jeito nenhum!

Nós tivemos manifestações, há anos atrás... Bom, até então o último ditador que havia sobrado no Ocidente era o Fidel Castro, segundo Washington. Aí, de repente, descobrem um monte de ditadores no Norte da África, no Oriente próximo. O que é isso?

E grandes manifestações, porque era preciso a democracia, o fim da corrupção, o fim do uso da burca e um monte de marmeladas. Era preciso que as forças da democracia fossem lá. E eles invadiram. Depois da invasão, a Pax Americana, ou seja, a paz dos cemitérios nesses países. Por coincidência, todos estavam sentados em cima de milhões de barris de petróleo, oleodutos, gasodutos ou coisas do gênero.

A derrubada do avião do Eduardo Campos... Porque aí teve Primavera Árabe para todo canto. A derrubada do avião do Eduardo Campos veio um pouco depois da queda do avião da Malaysia Airlines.

Os caras não têm muita imaginação, mas nós também mergulhamos num túnel da pós-modernidade em que não fazemos a junção das coisas. É tudo fragmento. Cada coisa acontece num canto.

As manifestações aqui. Vocês acham que é só rede social que convoca isso? Nunca! Primeiro, ela já está pautada pela grande mídia, que dizem que está obsoleta. Não é verdade. Quem pauta os debates da internet, as redes sociais, são TV Globo, as manchetes dos jornais, a *Veja*. Quem pauta são eles! A conversa vem depois. E esses jornais, revistas, televisões nós sabemos de sobra de quem são! Aliás, era proibido capital estrangeiro ter meios de comunicação no Brasil e isso foi flexibilizado na época dos militares ainda. Flexibilizado significa que o capital estrangeiro é sócio disso tudo.

Não esqueçamos que a campanha da Dilma – primeiro a candidatura e, em seguida, a campanha – foi sabotada internamente no PT por forças poderosas. Vamos parar de fazer cara de santo e de inocente! A maioria aqui é próxima ou foi próxima do PT. Há um isolamento por interesses distintos, suponho e espero que distintos, porque, se eu começar a supor que forças do PT têm o mesmo interesse que as do PSDB ou do DEM, aí, então, acabou o mundo!

Acho muito delicado quando a gente olha o Governo Dilma. Eu acho que ele está tomando algumas medidas absolutamente incorretas, algumas. Mas que força há, que base social organizada, se o Partido que nasceu para organizar a classe trabalhadora desestruturou tudo?

O Paim, que está aí, não vai me deixar mentir. (*Risos.*)

Sou filiado ao PT e gostaria que o projeto tivesse dado certo, mas temos que olhar de frente o que está nos esperando, porque isso é muito grave. Como é que você vai enfrentar toda essa crise internacional?

Agora, uma das estratégias dos Estados Unidos é o controle do Atlântico Sul – já disseram, numa reunião em Lisboa, há seis anos, que, a partir daquele momento, a Otan não se limitaria apenas ao Atlântico Norte, ela interviria em qualquer lugar em que a civilização ocidental democrática e cristã estivesse em risco.

A China está aqui no meio; a África do Sul e o Brasil estão associados à China, à Rússia e à Índia. Nesse jogo de tabuleiro, a China está fazendo um canal ao sul da Nicarágua que vai transformar o Canal do Panamá em coisa superada. E esse canal vai ser controlado, e a força-tarefa que vai estar lá, pelos russos, ou seja, eles não vão precisar dar mais a volta ao mundo para chegar ao Atlântico Sul.

A desestabilização do Brasil coincide, neste momento, com a desestabilização da Rússia, onde a questão é a mesma. Eu não sou, nem poderia ser, um admirador de Putin, do Presidente Putin, mas ele está dando um *show* de diplomacia no pedaço dele.

Então, acho que vivemos um momento que é muito grave. Tem gente brincando com fogo! E a minha palavra de ordem neste momento – apesar do ajuste fiscal, disso ou daquilo que está errado, de um monte de coisa ali que está errada – é garantia da constitucionalidade de uma Presidente; é a minha palavra de ordem. E não estou conclamando ninguém a ter a mesma palavra de ordem que eu. Se a gente não conseguir garantir a constitucionalidade do País, nem as outras coisas vamos mudar. E aí acabou!

Agradecendo mais uma vez a paciência de vocês e o convite, espero ter contribuído com alguma coisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigadíssimo, Alípio, pelos seus alertas.

Este é um país que muita gente cobiça. Aliás, pouca gente cobiça, mas é um país muito rico, um país com um potencial que vai além do petróleo; tem a biodiversidade, tem coisas fantásticas o nosso Brasil, água em abundância, enfim, temos muitas riquezas. E temos 200 milhões de brasileiros, o que também é uma riqueza fantástica.

Como nosso último convidado, quero passar a palavra ao Deputado constituinte Domingos Leonelli, companheiro de muitas lutas.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – Presidente em exercício, Capiberibe, meu amigo querido, governador de uma verdadeira revolução na floresta, que nós procuramos narrar e com ela contribuir; meu amigo Paulo Paim, Presidente desta Comissão, quero lembrar que não apenas fizemos aquela missão na África juntos, mas escrevemos juntos praticamente todo um Capítulo VII da Constituição brasileira, que fala dos direitos dos trabalhadores, os quais a duras penas conseguirmos ampliar. E alguns desses direitos, alguns desses dispositivos até hoje não foram aplicados.

Dizia um Senador italiano que a Constituição da Itália era tão boa porque tinha 50 anos e não tinha sido completamente aplicada ainda. A nossa está entrando neste caso: é tão boa que não consegue ser aplicada.

Quero compartilhar um pouco aqui uma visão que talvez não coincida com a da maioria. Já que os fatos da ditadura, a composição foi bem rememorada, muito bem colocada por todos, eu gostaria de abordar dois momentos só: o nascimento e a morte dessa ditadura. Eu gostaria de me fixar mais nesses dois pontos até para atender a essa visão de que rememorar não é olhar pelo retrovisor; rememorar serve para olhar para frente, é muito importante para o olhar para adiante. E, se puder, se estiver com o Ministro Jaques Wagner, vou transmitir a ele essa sua boa recomendação de que o retrovisor é uma peça muito importante do automóvel.

Eu queria lembrar aqui que não considero que o golpe militar tenha sido apenas um golpe militar, tenha sido uma quartelada. Compartilho da ideia de que havia uma revolução em marcha. Havia uma revolução democrática, uma revolução talvez social-democrática em marcha, desde Getúlio, passando por Juscelino e, principalmente, com Jango, quando esse processo se acentuou muito com a campanha pelas reformas de base, que eram reformas revolucionárias, tão revolucionárias que até hoje não foram realizadas: a reforma urbana, a reforma agrária. Até hoje estamos nos devendo essas reformas. E isso estava em um processo acelerado. Realmente, o País caminhava não para uma ditadura anarco-sindicalista, mas para um processo de transformação bastante significativo.

Quero compartilhar aqui do que já foi dito: que país seria este se não houvesse o golpe militar? Com certeza, um país muito mais avançado. Com certeza, muitos dos gargalos teriam sido resolvidos naquela época. Então, penso que o que nós vivemos em 1964 foi uma contrarrevolução. Foi, realmente, uma contrarrevolução profunda, planejada, com pensamento, com projeto; não foi uma quartelada simples como até pretendiam alguns militares.

Como aquele que disse que era uma vaca fardada, pretendiam era isto mesmo: derrubar o governo de Jango, implantar rapidamente e restruturar a democracia. Mas não foi. Por trás deles, havia um Golbery, havia um Geisel, havia um pensamento político que se revelou logo no começo do golpe militar e da ditadura civil-militar, na minha opinião, porque Golbery do Couto e Silva teve tanta importância quanto Octavio Gouvêa de Bulhões.

E começou a ditadura a executar um projeto de transformação contrarrevolucionária. A primeira coisa que ela fez foi quebrar a estabilidade no emprego, porque era fundamental quebrar essa estabilidade para possibilitar a venda das empresas brasileiras às multinacionais. A estabilidade no emprego era o principal obstáculo da venda de empresas brasileiras para o avanço do capital estrangeiro no Brasil, um avanço bem diferenciado daquilo que Juscelino fez.

Juscelino, também num processo de benesses ao capital estrangeiro, deu ao capital estrangeiro, à indústria automobilística um mercado e fechou o mercado. Foi uma beleza: dar uma reserva de mercado fantástico como essa a determinadas cinco ou seis grandes empresas. Em compensação, possibilitou o crescimento de uma indústria de acessórios, de equipamentos, de fábricas, o que realmente foi uma contribuição extraordinária para a economia.

O golpe de 64 fez o contrário. Qual foi a atitude logo adiante, a primeira coisa que ele fez de essencial? Ele desmontou a nossa matriz energética e a nossa matriz de transporte. Em dois anos, ele inviabilizou as ferrovias e possibilitou esse rodoviarismo louco que consome os recursos brasileiros. E aí entra com força isto que hoje espanta todos: entra com força o reino das empreiteiras, construindo estradas etc. Paralelamente a isso, num País que tem 8 mil quilômetros de costa, eles desmontam a navegação de cabotagem. Por quê? Porque precisavam desmontar uma coisa que se chamava PUA (Pacto de Unidade e Ação) entre os sindicatos dos trabalhadores ferroviários, dos trabalhadores portuários e dos aeroviários. Era o PUA. Essa desmontagem da nossa matriz de transporte, que era fundamental, foi essencial também para a desmontagem da matriz energética. Então, eles executaram um projeto detalhadamente.

A política de Octavio Gouvêa de Bulhões e de Roberto Campos foi uma coisa muito bem pensada, muito bem trabalhada. Não se pode dizer que os militares chegaram ao poder sem ter o que fazer, sem ter pensado nada. Eles tinham aquilo preparado. Havia alguns caras que acreditavam que ela era passageira, mas eles sabiam que não era – insisto – meramente militar, era civil, talvez até mais civil que militar.

Golbery do Couto e Silva saiu do Exército diretamente para ser Presidente da Dow Chemical no Brasil, que, na Bahia, chegou a ter a sua mina de sal-gema, com uma área cercada, com a aquiescência do Sr. Antonio Carlos Magalhães – os dois viviam em comum acordo. Fecharam um território brasileiro em Matarandiba. Os moradores de Matarandiba só podiam entrar na sua cidade se tirassem uma carteira de identidade na Dow Chemical na Pituba, em Salvador.

Foi um processo foi um processo desnacionalizante, foi um processo profundamente estruturante de uma nova ordem econômica e financeira. Foi quando os bancos adquiriram uma importância gigantesca na economia e "financeirizou-se" a nossa economia brutalmente.

Eu quero dizer isso porque tem a ver também com o fim da ditadura. A ditadura, lamentavelmente, não terminou, não foi derrotada pelas forças heroicas de muita coragem e de muito patriotismo dos nossos revolucionários armados. Marighella – está ali a neta e a filha de Carlinhos – foi uma grande referência para mim, inclusive, eu o conheci pessoalmente, uma beleza, uma figura humana extraordinária. A ditadura foi derrotada pelas forças democráticas, pela perspectiva democrática, pela visão do velho partidão, que ainda que não tivesse sido realizado... No lugar do partidão, surgiu o PT. O PT é um partidão que deu certo, que transformou-se no partido da classe operária, cresceu e, em vez de adotar uma política revolucionária, adotou uma política reformista etc. Essa substituição foi extraordinária para a política brasileira e deu certo.

E aí entraram fatores subjetivos que não vale a pena examinar aqui; talvez, valham a pena, porque também o partidão, naquela época, não tinha chance, embora tivesse a política mais correta, tanto que essa política foi adotada pelo PT – a política das alianças, a política da amplitude –, e não podia, porque já estava demais desgastado. É uma coisa que talvez se assemelhe ao que está acontecendo, hoje, com o PT também. Eu li na *CartaCapital*, que agora tem três análises importantíssimas... Porque o PT é um patrimônio do Brasil muito importante. Não podemos desconhecer a importância do PT para o bem ou para o mal, ou para ele deixar de existir ou para continuar existindo, mas é importantíssimo que se discuta essa função do PT.

Retomando, por que eu disse isso? Porque o fim da ditadura correspondeu também a uma certa incapacidade que o último governo, o governo de João Figueiredo, teve de se manter ligado às elites. Ele começou a entrar em contradição com essas elites e começou a ser insatisfatório do ponto de vista das elites. As elites começaram a se desprender do governo Figueiredo e a formar, digamos assim, a compor um leque de alianças democráticas, principalmente comandado pelo PMDB, que já havia ganhado duas eleições.

Nós não podemos dizer que vivemos uma ditadura militar clássica, de repressão total, absoluta, porque não é verdade. Nós tivemos ditadura terrível, desumana, brutal, mas havia áreas de oxigênio de onde ela se beneficiava e se beneficia até hoje. A questão da impunidade está muito vinculada a essa história da permissão, das concessões democráticas que ela fazia.

E, nessa composição, houve um determinado momento, no País, em que havia duas grandes teses sobre a substituição, a superação da ditadura: uma tese, defendida pelo Partido Comunista Brasileiro, pelo PMDB, pela social democracia – à época, Fernando Henrique e outras pessoas –, que era derrotar a ditadura; e outra, de uma concepção mais radical, que era a derrubada da ditadura. E essas concepções não conseguiam se juntar. Eu acho importante examinar isso hoje porque também estamos diante de concepções, à esquerda, díspares e contraditórias entre si, que vêm favorecer sempre a direita quando acontece isso.

Essas contradições, essa contradição básica foi atravessada literalmente por uma ideia, uma proposta que era ao mesmo tempo... Uma tese era a ruptura com o sistema; a outra tese era a composição, a abertura do sistema. E houve uma proposta, em determinado instante, que era uma ruptura e, ao mesmo tempo, uma ruptura democrática, um processo que era processual, e era ruptura, que foi a proposta das Diretas Já, que, ao mesmo tempo que era uma proposta de ruptura, de ruptura mesmo, de substituição da ditadura de um general por um governo eleito, tinha também o componente democrático, porque seria uma emenda parlamentar, uma emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional. Portanto foi uma saída, uma proposta que atravessou essas concepções e essas contradições que a esquerda vivia à época.

Eu digo neste livro, que é enorme, brutal, que considero que a campanha das Diretas Já acabou se transformando numa quase revolução democrática. Eu fico imaginando se não tivessem nos faltado os 221 votos que nos faltaram para a aprovação, Paim, dessa emenda como seria este País. Pela primeira vez na história o povo era o principal personagem. Nos palanques, eu me lembro bem, no Anhangabaú, o principal personagem era sempre o povo nessa campanha. Por mais que ela tenha sido, digamos, turbinada pela propaganda, pelo apoio dos governos estaduais, era o povo o principal personagem. E isso tinha um significado histórico impressionante. Pela primeira vez na história brasileira o povo estaria dando às elites o direito de serem votadas, ao contrário do que sempre aconteceu e continua acontecendo, de as elites concederem ao povo o direito de votar. Eu acredito que teria um caráter de refundação do Brasil. Qualquer que fosse o Presidente eleito, depois de uma eleição conquistada pelo povo em praça pública, teria um caráter transformador muito mais profundo.

Eu quero lembrar como o regime se mobilizou para isso, porque ele combinou a força de comunicação da direita, que era a Rede Globo, a *Veja*, etc., com a força militar. Brasília foi cercada no dia da eleição. Era preciso garantir aos parlamentares que iam votar contra as diretas ou se ausentar que eles não seriam retaliados. E o General Nini foi para lá com aquela chibata dele, fez aquela presepada toda, mas o importante é que eles usaram todas as forças para impedir isso. Por quê? Era para impedir a eleição direta de Presidente? Não. Tanto é que eles concederam logo depois essa eleição. Era para impedir que o povo fosse o autor dessa página da história, era para impedir o protagonismo popular, que seria transformador, teria uma função de transformação social muito profunda.

Aí, a essa tragédia se sucederam outras. A eleição de Tancredo só foi possível porque absolveu uma parte, como Capiberibe já disse, absolveu uma parte da direita, chefiada por Sarney, que era um chefe contra as diretas, era um dos principais articuladores, era o líder do partido do Governo na época. Acontece a tragédia da morte do Tancredo, que se elegeu, embora explodindo esse Colégio Eleitoral que não valia mais nada. O Colégio Eleitoral era o sonho de todos os parlamentares picaretas da época. Era como... Antigamente, eles apenas homologavam o resultado que os generais apresentavam. Já imaginaram poderem eles escolher, o Parlamento escolher um presidente da República? Quem eram os candidatos? Maluf, cheio de dinheiro. Ia ser a maior vergonha da história, não fosse aquela manobra, não fosse a campanha das Diretas Já, que impulsionou a campanha de Tancredo – tanto é que virou Tancredo Já –, que estourou o Colégio Eleitoral antes mesmo, e ele só se reuniu formalmente para praticamente homologar a candidatura de Tancredo, que, lamentavelmente, morre e assume Sarney.

Quero deixar claro que não era contra a eleição direta para Presidente que se deu toda aquela mobilização, foi exatamente para impedir que o povo fosse o principal protagonista de um processo que aconteceria caso a emenda do Dante de Oliveira... Nosso saudoso Dante de Oliveira, meu parceiro nesse livro, que teve um ideia que correspondeu a uma tática política, a um momento histórico essencial.

Muito obrigado.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, ex-Deputado e Constituinte Domingos Leonelli.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Senador Capi...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Agradeço a todos que nos proporcionaram este momento histórico aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Consulto os Srs. Senadores e a Srª Senadora se desejam usar a palavra.

Passo a palavra à Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito rapidamente, Presidente, pelo avançado da hora, quero justamente parabenizá-los – o senhor e o Senador Paim, que têm mantido viva a chama da luta pelos direitos humanos nesta Casa – pela realização deste encontro, destas duas mesas-redondas – ou quadradas –, estas duas mesas que rememoraram no Senado Federal esse momento histórico fundamental da organização da sociedade brasileira, quando, há 51 anos, sofremos o golpe militar. Eu, aliás, tinha 7 anos de idade e meu pai foi um dos que tiveram que fugir e depois foi preso. Vivi, portanto, a minha infância e juventude toda vinculada a essa data.

Mas quero saudar e vincular também a outros momentos que estamos passando aqui agora. Não temos o público que concorreu com os senhores e as senhoras que aqui se colocaram. A Comissão de Assuntos Econômicos concorria com a nossa reunião, realizando a audiência do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a figura mais destacada hoje pela imprensa nacional. Então, a concorrência não foi pequena, foi grande. Mesmo assim, creio que permaneceram conosco nos acompanhando internautas, pessoas que, através da Rádio Senado e da TV Senado, estão vivendo este momento histórico e todas as pessoas que aqui estiveram.

Neste momento, na Câmara dos Deputados, nós acabamos de perder a votação na Comissão de Justiça, que admitiu a possibilidade da diminuição da idade penal. Eu fui olhando aqui as mensagens de alguns que se manifestaram, inclusive Parlamentares, saudando este novo momento como um grande momento da vida nacional. Eu creio que entre a discussão de direita e esquerda no Brasil de hoje está justamente a ideia da proteção daqueles que precisam de proteção na sociedade. E costuma-se dizer que quem defende a maioridade penal são aqueles que estão mantendo a violência no País.

Eu quero dizer que a nossa luta pela manutenção da maioridade penal é justamente um dos pontos de respiradouro da luta contra a violência que se abate sobre a sociedade brasileira neste momento preciso, em que a juventude – que a UNE antes representou e que, naquele momento, significava o jovem de classe média que estudava e que fazia universidade –, no Brasil, hoje, tem uma outra formatação. Nós temos jovens de classe média que estão representados pela UNE e por outras entidades estudantis do Brasil, mas nós temos uma enorme juventude fora da escola, fora do trabalho, colocada totalmente à mercê, vulnerabilizada, nos bairros populares deste País e que perfaz o quadro dramático da violência no Brasil, que tem, na maior parte da população vítima dessa violência, jovens entre 17 e 25 anos. Os jovens são vítimas e também são os agentes da violência. É essa contradição da realidade social que os coloca nesse patamar.

E acreditamos que, apesar de todas as críticas, das desilusões que possamos ter acumulado nesses anos e de todos os desafios que temos pela frente, rememorar a história do nosso País é não deixar que essa juventude possa ser confundida, não deixar que essa juventude possa imaginar que uma ditadura pode ser o melhor caminho para a organização da sociedade.

Eu acredito que, com todas as dificuldades que estamos enfrentando, inclusive as dificuldades de manter a democracia, ela ainda é necessária. E é importante que seja mantida. Acho que esse debate, esse esforço de realizarmos este seminário aqui hoje é a confirmação desse compromisso de luta de todos nós pela democracia no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, reconhecido como um defensor intransigente dos direitos humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Capiberibe, companheiros, Freire, Cunha, Leonelli, Janete – que não está –, Lima, eu confesso, em primeiro lugar, que eu tinha uma reunião com V. Exª ontem à noite e eu não fui porque eu estou com um problema seriíssimo na coluna. É uma dor infernal; ela sai da coluna e estoura na perna. Mas fiquei aqui todo o tempo porque achei importante este momento e o debate que aqui V. Exª trouxe à Casa e ao Brasil.

Eu vou aceitar a sugestão do Randolfe, no sentido de mandar produzir esta audiência pública e ver se remetemos em nível nacional, para que nossa juventude tenha conhecimento. Alguns, com certeza totalmente equivocados, foram às ruas pedindo até mesmo a volta da ditadura. Que esta audiência pública seja um instrumento de debate nas escolas, nas universidades. E vamos também remetê-la aos Senadores que não puderam acompanhá-la.

Eu confesso que estou também muito preocupado com o momento por que o Brasil passa em toda sua amplitude. Já falam até – e não sabemos o desdobramento – da criminalização dos partidos políticos diante da conjuntura que se apresenta. E nós sabemos no que isso poderá resultar.

Eu sou daqueles que acha – escrevi um artigo recentemente inspirado em Ruy Barbosa – que fora da lei não há salvação. Inspirado em um revolucionário gaúcho – coloquei no mesmo artigo –, eu digo que eu quero leis que governem homens e não homens que governem as leis. Porque seria, com isso, estar invertendo por cima da lei a perspectiva de *impeachment* ou golpe.O *impeachment* seria um golpe institucional, o golpe que eu espero que não chegue nunca a acontecer.

Esta audiência e todos que aqui falaram, os familiares, mostraram o quanto o Brasil teve de atraso. Somente quem passou sabe – e eu passei à época, por isso que eu brincava com sua esposa... Eu tenho 65 anos. Eu tinha 14 quando houve o golpe e eu já era Presidente do Ginásio Noturno para Trabalhadores de Caxias do Sul. Fui destituído; fui chamado ao Exército e fui destituído da Presidência. Um gurizão, com 14 anos, cheio de fôlego pela vida e para administrar aquele ginásio. Fui para um outro ginásio noturno; dali a um mês, assumi a Presidência. E fui destituído também; pela segunda vez, destituído. Em seguida, caminhamos para a questão das centrais. Eu tinha uma missão, que recebi das centrais, de ir para Europa mostrar o que estava acontecendo no Brasil. No aeroporto de São Paulo, tive que ficar praticamente despido e meu dossiê que eu levava ali ficou. Assim mesmo, eu fui; mas superconstrangido.

Enfim, quantos amigos perderam suas vidas! Não fui torturado, mas quantos foram torturados – e sei aqui o sofrimento das mães, enfim, dos parentes e amigos pelo que aconteceu. Por isso eu repito muito uma frase que é uma marca da democracia, daqueles que amam a liberdade e a justiça: "Ditadura nunca mais; liberdade, liberdade abre as asas sobre nós."

Vi aqui o depoimento da sua esposa: inegavelmente alguém que viveu aqueles momentos, como também os familiares. E esta audiência pública tem esse componente. O quadro que se apresenta é um quadro delicado. Eu tenho tido a ousadia de colocar algumas posições a público, mas sempre na linha de fortalecer a democracia em primeiro lugar e evitar que haja qualquer tipo de retrocesso. Só nós – nós, eu digo, e não eu; e V. Exª é testemunha da história –, que vivemos aqueles momentos, sabemos o que é viver sob o tacão da ditadura.

Meus cumprimentos, João Capiberibe; meus cumprimentos a todos os painelistas. Vou fazer a minha parte reproduzindo esta audiência, tentando fazer com que ela chegue a todos os recantos do Brasil.

"Ditadura nunca mais; liberdade, liberdade abre as asas sobre nós." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Obrigado, Senador Paim.

Muito bem, eu queria só reafirmar algo que eu acredito: não existe presente nem futuro sem que nos entendamos com o nosso passado. Eu fico imaginando...

Ontem não sei se alguém ouviu a notícia – eu estava assistindo a uma passagem na televisão – de que, na Hidrelétrica de Três Marias, das seis turbinas, uma funciona. Eu fico imaginando, quando foi inaugurada lá no início dos anos 60, o tamanho da festa. Fiquei imaginando aquele acontecimento fantástico no início dos anos 60, aquela obra de engenharia. São centenas de metros; é uma coisa fantástica. Tem 2 ou 3 quilômetros de extensão a barragem. Jamais aqueles que a inauguraram e que a construíram imaginaram que um dia aquela hidrelétrica não funcionaria por falta de água no Rio São Francisco.

Olhe, se isso fosse levado em consideração hoje, se nós tivéssemos esse compromisso com o passado, nós não estaríamos construindo Belo Monte. Imaginem, daqui a 60 anos, nesta mesma Comissão de Direitos Humanos, quem sabe algum Senador vai falar que a Hidrelétrica de Belo Monte está parada por falta de água?

Então é fundamental nos entendermos com o nosso passado para que possamos fazer a democracia avançar em nosso País. Eu estou convencido de que nós seremos capazes de dar passos importantes adiante. Na medida em que formos compreendendo, cada vez mais, quem nós somos, qual o resultado do presente, eu tenho certeza que nós vamos avançar, Senador Paim.

Eu me preocupo; eu acho que qualquer retrocesso com relação à democracia... Ontem mesmo eu estava conversando com algumas pessoas e disse: nós temos que agradecer a democracia, todos os avanços. Cada Presidente que passou pelo País deu sua contribuição, mas a democracia é o grande guarda-chuva que protegeu os avanços até agora. E minha esperança e expectativa são: que a gente continue avançando.

Eu queria agradecer a todos os nossos convidados que se deslocaram de vários Estados para participar deste encontro.

Agradeço o Presidente Paim pela abertura que nos dá aqui na Comissão. De fato, aqui nós estamos concentrando as ideias de defesa dos direitos humanos, de defesa do patrimônio ambiental brasileiro. Aqui mesmo, nesta Comissão, nós aprovamos, na semana passada, um relatório que permite, digamos, contemplar todos aqueles que intervêm na biodiversidade brasileira: as populações indígenas, quilombolas, populações tradicionais, enfim...

Nós vamos votar, daqui a pouco, lá no plenário do Senado, o novo marco da biodiversidade. Espero que a gente possa aprovar e fazer o mínimo de justiça. Não é tudo, Senadora Lídice, mas é o que se conseguiu. Eu acho que é bem mais do que nós recebemos. Se nós aprovarmos esse projeto hoje no plenário do Senado,

nós vamos dar uma contribuição, promover um avanço para que se desenvolva a indústria da biodiversidade e, sobretudo, para que se reconheça o direito de todos aqueles que constroem este País.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião. *(Palmas).*

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião foi encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Ana Amélia, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores que conforme determina o Art. 7º, Inciso III, Letra F, da Resolução nº 2, de 2013 – CN, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve indicar um Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. Esclarece que essa indicação será mediante votação secreta dos membros desta Comissão, a ser realizada. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. Às catorze horas e trinta e nove minutos é suspensa a reunião, que é reaberta às catorze horas e quarenta e dois minutos. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Jô Moraes. O Presidente convida a tomar assento à mesa o Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública,** com o Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para discutir os rumos da política externa brasileira e prestar informações no âmbito de sua competência. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião. O Presidente concede a palavra ao Chanceler Mauro Vieira, para sua exposição. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Marta Suplicy, Fernando Bezerra Coelho, Luiz Henrique, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Ronaldo Caiado, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, José Agripino, Helio José e Gleisi Hoffmann. O Ministro responde aos questionamentos apresentados. Às dezesseis horas e vinte quatro minutos assume a presidência o Senador Luiz Henrique e às dezesseis horas e vinte e cinco minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Chanceler faz as considerações finais. O Presidente agradece a participação do Ministro de Estado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A comunicação que eu queria fazer é sobre a indicação de um membro desta Comissão para integrar a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, que, este ano, será presidida pela Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Essa Comissão tem uma composição, é uma comissão mista, que, do lado dos Senadores, é integrada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no caso, eu; pelo Líder Parlamentar do Bloco da Maioria, que ainda está vago, espero que seja suprido com a maior brevidade – estamos sem Líder da Maioria; pelo Líder da Minoria, que é o Senador Alvaro Dias, que vai indicar também um Senador da Minoria. A nossa Comissão tem um lugar nessa importante comissão mista.

Eu vou comunicar a todos os membros da Comissão que, a partir de hoje, abro as inscrições para quem queira se candidatar a esta função, e faremos, então, a escolha, já na semana que vem, para que essa Comissão já seja composta.

Senador Jorge Viana, o que acha V. Exª? Começamos já, esperamos um pouco? V. Exª, que é um Senador afeito às lides desta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu penso, queria sugerir, tendo em vista termos aqui algo que é do interesse do coletivo desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – E estamos na TV Senado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E V. Exª informou, há pouco, já também uma das razões, mas eu acho que poderíamos dar uns cinco, dez minutos, pedindo que a assessoria da Comissão ligue para os Senadores titulares informando que nós vamos começar a reunião em dez minutos. Eu acho que seria prudente montar um conjunto de assessores daqui ligando para os Senadores informando que o Ministro já está aqui e que nós vamos começar em cinco, dez minutos esta audiência, mas queria, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – A assessoria já está comunicando, já está fazendo isso freneticamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já está fazendo. Eu acho que isso é importante.

De qualquer sorte, o horário e o esforço de V. Exª, inclusive, de promover esta audiência, que é muito importante, termina que ocorre... Acaba de chegar também mais o Senador Luiz Henrique, que é o Vice-Presidente. Em mais uns cinco minutos, podemos começar. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Então, está suspensa.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 39 minutos e reaberta às 14 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está reaberta a reunião.

Eu convido o Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado de Relações Exteriores, para se juntar a nós. (*Pausa.*)

Quero anunciar, para a nossa alegria, a presença da Deputada Jô Moraes, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e que preside também a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência.

Srs. Senadores, esta reunião se destina a discutir os rumos da política externa brasileira e a prestar informações aos membros desta Comissão, no âmbito da sua competência, em atendimento ao §2º do art. 103 do nosso Regimento Interno. Nós recebemos hoje o Embaixador Mauro Vieira, que, logo no início desta Legislatura, já se dispôs a vir conversar conosco a respeito da sua nobilíssima missão.

Logo na reunião inaugural, Sr. Ministro, nós tivemos uma participação muito numerosa de Senadores. Nessa reunião houve, de alguma forma, um aquecimento para a sua audiência pública. Eu até, na visita em que lhe fiz, na companhia do nosso estimadíssimo Vice-Presidente, Luiz Henrique, tive a ocasião de lhe expor em linhas gerais os temas que foram levantados aqui na nossa Comissão. São temas da maior atualidade, sobre os quais o senhor, seguramente, já se debruçou mais de uma vez, agora com o olhar de Ministro das Relações Exteriores: nossas relações com os Estados Unidos, a retomada de um diálogo em um nível mais elevado e mais produtivo dessas relações; o Mercosul, a sua crise, os problemas que ele apresenta hoje, os dilemas diante dos quais nos encontramos hoje; o relacionamento com a União Europeia; a questão da Venezuela, que foi muito debatida entre nós – Qual a visão que o senhor tem da Venezuela? Ali se respeitam, ou não, as cláusulas democráticas previstas nos tratados do Mercosul? – e as questões orçamentárias, a necessidade de dar ao Itamaraty os meios para fazer a sua política. Foram levantadas várias questões aqui nesta Comissão. Ela desperta um interesse enorme por parte do Senado, e a presença dos Senadores aqui e da Presidente da Comissão de Relações Exteriores é uma prova disso. Nós consideramos que a boa diplomacia é essencial para uma boa política externa. Ambas devem caminhar juntas.

De início, quero manifestar a V. Exª e a sua equipe – vejo aqui presente o Embaixador Pedro Borio, Secretário-Geral do Itamaraty, o nosso reconhecimento da alta qualidade dessa carreira que os senhores tão bem encarnam. Como diz sempre o Senador Luiz Henrique, o Itamaraty é um repositório de uma excelente massa crítica do serviço público brasileiro.

O que nós queremos conversar com V. Exª hoje é quais são as diretrizes para este Governo que se inaugura? A Presidente Dilma dizia, na sua campanha "governo novo, ideias novas". Foi o *slogan* que ela repetiu à saciedade. No campo da economia, da política econômica, houve algumas mudanças até desconcertantes para uma parte do eleitorado. Queremos saber, em relação à política externa, quais são os elementos de continuidade em relação aos governos anteriores, especialmente o primeiro governo Dilma e os dois governos do Presidente Lula, e quais são os elementos de mudança que, nesse novo mandato da Presidente Dilma, ela decidiu imprimir à política externa e encarregou o senhor de fazê-lo.

Nós todos sabemos que uma política externa não se cria em 12 anos de um governo, de um partido. Ela é resultado de uma longa sedimentação, de uma tradição, que, nosso caso, vem desde os primórdios da independência. Há nessa política externa, elementos de continuidade e elementos de ruptura. A política ex-

terna brasileira, nos últimos anos, tornou-se um assunto polêmico. Deixou de ter, na minha opinião, um grau de consenso, de aprovação, amplo, que já teve no passado, na medida em que muitos de nós consideramos que a política externa brasileira vem sendo condicionada por uma determinada visão política, ideológica que não corresponde, na visão de muitos, aos interesses permanentes do nosso País. Sempre que, na minha visão, a política externa brasileira se tornou prisioneira de uma ideologia – foi assim durante a Guerra Fria e eu considero que é assim, também, nesses tempos em que se criou algo que, no meu entender, é um insulto à memória de Simón Bolívar, o bolivarianismo –, isso trouxe limitações, na minha opinião e na opinião de muitos membros desta Comissão, à nossa liberdade de atuação, seja no nosso entorno imediato da América do Sul, seja no mundo. Já outros colegas desta Comissão pensam o contrário do que estou dizendo: acham que é por aí mesmo que a gente deve ir. Então, esse é um tema de debate importante, que será, seguramente, objetivo do tratamento de sua parte aqui na nossa Comissão.

A Venezuela – e o senhor esteve ainda recentemente na Venezuela – é assunto de enorme preocupação para nós nesta comissão. Alguns aprovam o rumo do atual governo; outros, não. É uma questão altamente polêmica. Qual é o papel que o Brasil pode desempenhar na retomada de um diálogo mais produtivo entre a Venezuela e os Estados Unidos? Será que isso tem que ser feito necessariamente no âmbito na Unasul ou podemos ter a presença de uma diplomacia brasileira mais autônoma – talvez a expressão não seja a melhor –, podemos usar a influência das nossas relações tradicionais de amizade, do fato de sermos uma Nação democrática, que, portanto, tem a credibilidade junto aos setores da oposição venezuelana, para promover um distensionamento que permita que tenhamos eleições legítimas, cercadas de legitimidade neste País?

Da mesma forma, em relação a Cuba. Cuba está passando por um processo importantíssimo de transição. Estamos nos avizinhando do reatamento de relações diplomáticas com os Estados Unidos. Como o Brasil poderá influir positivamente na evolução cubana, aproveitando a presença que temos no financiamento de um importantíssimo empreendimento que é o Porto de Mariel?

Enfim, Sr. Presidente, aqui nesta Comissão também verificamos, com preocupação, o fato de que vão evoluindo rapidamente os entendimentos entre os Estados Unidos e a União Europeia e, por outro lado, se esboçando e se tecendo a chamada Aliança Transpacífica. Por cima do Atlântico e do Pacífico, vão se tecendo relações importantes, e nós, nesses dois oceanos, corremos o risco de ficar a ver navios. Imaginem os senhores que, se os Estados Unidos selam esse acordo com a União Europeia, enquanto persistimos na nossa aposta na OMC, talvez percamos uma oportunidade importante de nos inserirmos numa nova dinâmica comercial do mundo. O Brasil hoje é uma potência de porte médio e não pode deixar de ter uma política externa de acordo com o volume que nossa economia, o nosso País, o nosso peso demográfico, a nossa democracia nos confere no mundo.

Enfim, Sr. Ministro, são assuntos da maior atualidade.

O Mercosul, o que é o Mercosul hoje? Encarar com realismo o que é Mercosul. Claro, aqui não se quer acabar com o Mercosul, mas verificar que a união aduaneira, a zona de livre comércio está sujeita às exceções, muitas exceções, muitas barreiras. Da mesma forma, a tarifa externa comum comporta um tal número de exceções que acabam as exceções se tornando regras. Que visão o senhor tem da evolução nossa, da nossa relação com o Mercosul? O novo Presidente do Uruguai já disse que quer ter mais liberdade para acordos bilaterais. Como ficará a posição do Brasil nessa matéria?

Enfim, Sr. Presidente, Sr. Ministro, temos uma quantidade enorme de questões que, seguramente, serão levantadas pelos meus colegas, além dessas que procurei recolher, como lhe disse, na primeira reunião, na instalação desta Legislatura.

Com muito prazer, passo a palavra ao senhor para sua explanação inicial.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Agradecer ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Luiz Henrique da Silveira, aos Srs. Senadores presentes, às Srªs Senadoras e à Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Queria, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação de estar aqui no dia de hoje. É a quarta vez que participo de uma reunião desta Comissão, mas a primeira vez na condição de Ministro das Relações Exteriores. Em três outras ocasiões, no passado – em 2002, 2004 e 2009 –, estive aqui para a sabatina e para a aprovação pela Comissão para desempenhar as funções de Embaixador em Berna, em Buenos Aires e em Washington. Em todas essas ocasiões, tive, nesta Comissão, a melhor relação possível, a melhor troca de ideias, um diálogo muito intenso com os senhores membros da Comissão, que se transforma numa ocasião muito rica de debate para o Embaixador que vai assumir uma missão, inclusive debatendo seu programa de trabalho e as instruções que tem com o sentido de desenvolver suas atividades e as relações do Brasil com o país para onde vai. Esta é a primeira vez que tenho a honra de vir na condição de Ministro das Relações Exteriores.

Queria, antes de tudo, agradecer a V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e também a V. Exª, Senador Luiz Henrique, o encontro que tivemos exatamente no dia da eleição dos senhores para a direção da Mesa da Comissão, ocasião em que nos reunimos no Itamaraty e em que eu me ofereci para estar presente aqui no menor prazo possível, justamente para mantermos um diálogo e uma interação, para prestar os esclarecimentos, apresentar um pouco as linhas gerais da política externa brasileira, no segundo mandato da Presidente Dilma, da forma que ela me incumbiu de executá-la, e também ouvir comentários, observações, sugestões da Comissão, porque creio que, dessa interação e dessa troca de opiniões, pode nascer um número grande de iniciativas que são importantes para a execução da nossa política externa.

Eu gostaria de dizer que a política externa brasileira tem objetivos de Estado permanentes, e, nesse sentido, a execução da política externa, seja agora nesse período, seja nos períodos dos anos anteriores, tem como objetivo a inserção internacional do Brasil e a defesa dos interesses do Brasil no mundo.

O Brasil é um ator global, um país de dimensões continentais, um país com uma grande economia, a sétima ou oitava economia do mundo, com uma grande população. O Brasil é um país que sempre esteve presente em todos os grandes acontecimentos da vida internacional desde a sua vida independente. No século XX, participou de todos os grandes acontecimentos que marcaram esse século, e isso também continua atualmente. O Brasil tem uma presença universalista e interesses universais, além de interesses e engajamentos regionais.

Eu gostaria de relacionar alguns dos princípios que são norteadores da política externa brasileira para que possamos, com isso, ter um quadro geral, para, depois, evidentemente, partirmos para um diálogo e uma troca de ideias.

O primeiro círculo de inserção internacional do Brasil é a América do Sul, e a consolidação da América do Sul como um espaço de integração e estabilidade em todos os âmbitos, e a ampliação dos esforços no mesmo sentido com os demais países da América Latina e do Caribe.

Na nossa diplomacia econômica, intensificaremos nossa ação no sentido de abrir, ampliar ou consolidar o acesso mais desimpedido possível do Brasil a todos os mercados, promovendo e defendendo o setor produtivo brasileiro, coadjuvando suas iniciativas e ajudando onde for possível a captar investimentos. Desejamos a conclusão de negociações comerciais externas que garantam o acesso a mercados ampliados na região e no mundo.

Os laços com o mundo desenvolvido, com os Estados Unidos, com a União Europeia, com o Japão, entre outros, continuarão a ser essenciais para o nosso desenvolvimento econômico e tecnológico. Esses países são fontes indispensáveis de capitais, tecnologias, inovação e mercado. Daremos ênfase, sem dúvida, à relação com os Estados Unidos, importante parceiro econômico comercial, procurando colocar os mecanismos de diálogo e cooperação com que contamos, na nossa relação bilateral, a serviço de uma relação mutuamente benéfica, respeitosa nas diferenças, mas engajada na obtenção dos resultados concretos nas áreas de comércio, investimento, cooperação científico-tecnológica e educação, entre outras.

Procuraremos, também, consolidar nossa parceria estratégica com a China. Teremos em maio a visita do Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, o que constitui um passo importante no aprofundamento da relação bilateral, que tem ramificações na América do Sul e no mundo.

É crucial aprofundar as relações também com os demais países da Ásia, que continua a ser a região de maior dinamismo econômico do nosso Planeta.

Reforçaremos as relações com o BRICS e com os países emergentes. Estamos em fase de implementação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e do Arranjo de Contingente de Reservas, cuja criação ocorreu na cúpula do BRICS em Fortaleza, no ano passado. E já estão aqui, nesta Casa, os acordos constitutivos para a apreciação e aprovação pelos Srs. Senadores.

Fica claro que a dimensão Sul-Sul, que se consolida em nossa diplomacia e que não é, de modo algum, excludente, partiu de um claro diagnóstico de que o Sul é parte ativa na geopolítica e na geoeconomia mundial.

Queremos aprofundar a cooperação com os países em desenvolvimento levada a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação, a ABC. Essa cooperação em diversas áreas, como agricultura, biotecnologia e saúde, não apenas fortalece nossos laços com tais países, mas também ajuda a projetar interesses brasileiros no mundo, de forma mais ampla.

Manteremos e aprofundaremos as relações com os países da África e do Oriente Médio, duas regiões ligadas ao Brasil por laços históricos e interesses concretos.

Nesta mesma semana, na sexta-feira, eu partirei numa missão para cinco países da África, com uma agenda política e também econômica e comercial. Inclusive, estarei acompanhado pelo Ministro da Indústria e Comércio, o Ministro Armando Monteiro, e teremos, entre outras, uma missão comercial em Angola e Moçambique.

Continuaremos atuando com grande engajamento no G20, nas negociações das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, sobre a governança na internet, sobre o desarmamento, entre tantas outras frentes.

Seguiremos empenhados em fortalecer e promover a atualização das instâncias de governança global, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, em benefício de um sistema internacional mais representativo, mais legítimo e eficaz.

Desejamos a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a inclusão do Brasil como membro permanente; a conclusão da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio, de modo equilibrado e com ganhos efetivos para a nossa agricultura e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio; a reforma do sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional, para permitir voz condizente com o peso dos países emergentes no regime financeiro global.

O Itamaraty estará também empenhado em zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros que estão no exterior, em caráter permanente ou temporário. Tem buscado para a política consular brasileira os recursos humanos e materiais necessários para responder adequadamente à crescente demanda por serviços e assistência decorrentes da maior presença de brasileiros no mundo. Estou determinado a transformar em ação concreta a prioridade que o discurso diplomático brasileiro, há tempos, confere a essa dimensão relativamente nova da nossa presença no mundo, os grandes contingentes de brasileiros que vivem permanentemente no exterior ou que ali estudam, trabalham ou viajam por períodos mais breves, mas que não por isso são menos merecedores da atenção e da proteção do Governo brasileiro.

Insisto que, para o Brasil, não há dicotomias, nem contradições de interesses das nossas relações com os países desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento, como não há contradições, nem dicotomias em perseguirmos uma ampla agenda econômica, social, humanitária e de direitos humanos nos planos multilateral e regional. Nossos interesses são geográfica e tematicamente universais e, portanto, não apresentam contradições em si, nem admitem exclusivismos.

O Brasil é hoje chamado a atuar como um dos principais atores do sistema internacional. Nosso peso econômico, político e diplomático torna inevitável essa maior presença no exterior.

Na última década, o mundo vem sofrendo uma paulatina transição para além da clara hegemonia de uma única superpotência. O sistema internacional se caracteriza por uma crescente multipolaridade, que precisa ver-se cada vez mais refletida em um crescente multilateralismo. É nesse novo cenário que o Brasil não pode se furtar a atuar à altura da sua importância geoestratégica, econômica e política.

Eu creio que essas são as principais linhas gerais da política externa que recebi da Presidenta Dilma Rousseff, quando me convidou para assumir essa função, no início do seu segundo mandato. São essas as linhas da política externa que foram seguidas pelo Itamaraty desde que eu entrei na carreira, com adaptações às circunstâncias atuais, mas que sempre se definem pela defesa intransigente dos interesses brasileiros no exterior e pela promoção de uma presença brasileira em todos os fóruns de discussão, todos os fóruns multilaterais em que se possa, em que o Brasil deva se fazer presente e com a dimensão do seu tamanho, com a dimensão e o peso do seu interesse em todos os temas multilaterais.

Eu, evidentemente, poderia discorrer sobre interesses específicos. V. Exª mencionou sobre Mercosul, sobre relações com Argentina, Venezuela e região, como também com a China.

Se V. Exª desejar, antes mesmo de começar a parte de perguntas, eu diria que, com relação ao Mercosul, o Mercosul é um importantíssimo esquema de integração que, desde a sua criação, produziu resultados enormes. O comércio do Mercosul, dos países do Mercosul, teve uma multiplicação gigantesca. O comércio dos países que formam o Mercosul era em torno de U$5 bilhões no momento da sua criação, em 1991. Hoje, é de U$60 bilhões. Evidente que nós estamos em uma união aduaneira em construção, que não está completa, não é perfeita, mas também temos que levar em conta que essa união aduaneira reúne países com grandes assimetrias e que é necessário, portanto, uma adaptação das velocidades dos esquemas de integração e dos compromissos de cada um desses países.

É claro que se notam perfeitamente os momentos, os dois momentos muito claros que tivemos na conformação do Mercosul, sobretudo o segundo momento, com a criação do Focem, do Fundo de Convergência Econômica do Mercosul, que é um importantíssimo instrumento para diminuir as assimetrias e para igualar os países, tentar igualar, criar condições para que haja uma certa equiparação entre os países, de forma que a integração possa seguir em passos mais rápidos e avançar ao objetivo final. A linha de transmissão de Itaipu a Assunção do Paraguai é um caso emblemático de financiamento pelo Focem, pelo Fundo, que vai permitir, evidentemente, que Assunção do Paraguai tenha um fornecimento seguro, constante, de energia, o que não era o caso, sendo o Paraguai o maior exportador líquido de energia elétrica do mundo. E são inúmeros os outros exemplos.

Com relação ao Mercosul e às relações exteriores do Mercosul, eu gostaria de dizer que, em 2019, nós vamos atingir a total liberação do comércio na região, na América do Sul. Até 2019, os acordos comerciais, os ACEs celebrados entre o Mercosul e o Chile, o Peru e a Colômbia, estarão em pleno vigor. Isso quer dizer que,

a partir deste momento, 2019, o comércio exterior na América do Sul será totalmente livre. Existem ainda algumas exceções à tarifa externa comum, mas que são necessárias e se fazem necessárias justamente pelas assimetrias e para proteção de alguns setores.

Eu gostaria de dizer que essa integração da América do Sul em 2019 é um fato muito importante e muito pouco conhecido. É muito pouco divulgado que nós estaremos nesse ponto, com a aceleração, como foi produzida, inclusive por interesses brasileiros, do sistema de desgravação até 2019.

Outro fato também muito interessante que V. Exª mencionou é a questão da Aliança do Pacífico, conformada por Chile, Peru, Colômbia e México. Justamente esses países, ao criarem a Aliança do Pacífico, estavam consolidando um sistema de comércio já consolidado, já existente na Lade, Associação Latino-Americana de Integração, criada pelo Tratado de Montevidéu, de 1980, em que já há esquemas de liberalização do comércio.

Agora, o interessante e o curioso, e que não é tão conhecido, é que o comércio intramercosul, entre os países do Mercosul, corresponde a 23,4% do comércio dos países do Mercosul com o mundo, enquanto o comércio exterior dos países, o comércio intra-Aliança do Pacífico, dos quatro países que conformam a Aliança do Pacífico, representa apenas 6% do comércio desse grupo com o mundo. Então, aí se vê que o Mercosul tem uma solidez e um crescimento sem dúvida importante.

Com relação às outras negociações comerciais, como com a União Europeia, V. Exª se referiu também à questão da parceria transpacífica que os Estados Unidos vêm desenvolvendo e também à questão da parceria transatlântica com a Europa. São ambos acordos muitos importantes, sem dúvida nenhuma. Mas é importante lembrar que o Brasil também e o Mercosul, o Brasil ativamente no Mercosul, vêm trabalhando, há muitos anos, aliás, numa negociação com a União Europeia. Não é uma negociação fácil, de forma alguma. Há muitos interesses. Há muitas formas de protecionismo. Mas eu acho que logramos, no ano passado, um passo importante ao concluir o Mercosul, a sua oferta para a União Europeia. Do lado do Mercosul, essa oferta está concluída. E estamos esperando que agora, ao longo deste ano, possamos trocar as ofertas com a União Europeia, que ainda está elaborando a sua própria oferta. Temos informação de que a Comissão de Agricultura ainda precisa rever partes da oferta europeia. Além dessa consulta com a Comissão de Agricultura, depende também da consulta com os Estados parte. Portanto, nós estamos prontos, esperando que a União Europeia possa também concluir suas ofertas. Isso mostra, sem dúvida nenhuma, a disposição do grupo em abertura para o mundo.

E a defesa do multilateralismo, que se aplica não só às relações políticas, mas também às relações econômicas.

Eu acho que é fundamental que o Brasil defenda a conclusão da Rodada Doha, porque, através da Organização Mundial do Comércio, poderemos estabelecer regras claras, sólidas de comércio internacional. E eu acho que é a garantia, para os países emergentes, para os países em desenvolvimento, que o seu comércio será feito com o mundo com base em regras conhecidas, regras claras, e não em regras que são negociadas em acordos plurilaterais com alguns países e que, depois, possam vir a ser impostas ou a ser adotadas por outros mecanismos.

Eu creio que é muito importante a defesa do multilateralismo. Eu acho que temos, agora, uma grande ocasião de avançar a Rodada Doha, com o acordo que foi acertado em Bali de facilitação de comércio. E a impressão que fiquei, da recente visita ao Brasil do Diretor Brasileiro da OMC, é de que há possibilidade que se avance, pelo menos, para nos aproximarmos do fim da Rodada mais no final deste ano.

Da mesma forma, a questão do multilateralismo nos organismos financeiros internacionais é fundamental. O Brasil defende o sistema de reforma de cotas do Fundo Monetário Internacional, para dar mais peso aos países emergentes, e também a reforma das cadeiras da diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Creio também que a questão da ONU e da atualização do Conselho de Segurança da ONU é fundamental neste ano em que se completam 70 anos da criação da ONU. O Conselho de Segurança, não resta dúvida, necessita ser reformado, precisa ser atualizado e precisa ganhar agilidade, e, para isso, precisa ter a representação dos grandes países emergentes e dos países que representam grande parte da humanidade e grande parte da economia mundial. A reforma também já leva muitos anos, é um processo longo, mas acreditamos que, neste ano dos 70 anos da fundação da ONU, nós tenhamos condições de avançar de forma importante e decisiva nesse sentido.

Eu me coloco à disposição de V. Exª e dos Srs. Senadores para alguma pergunta que desejem fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nós temos recebido aqui, Sr. Ministro, com frequência, contribuições que nos são enviadas pela Conectas, que é uma organização sem fins lucrativos destinada à promoção e à proteção dos direitos humanos. Recebemos várias perguntas, 70 ao todo. Eu vou encaminhar essas perguntas a sua assessoria. São perguntas que

vão desde a indagação de quando será criado o Conselho Nacional de Política Externa, nos moldes de muitas demandas que foram formuladas por organizações da sociedade civil, até sobre a situação orçamentária do Itamaraty. São perguntas que nos vêm sobre saber se a redução do orçamento este ano pode significar fechamento de postos no Brasil e no exterior e como o Brasil pretende apertar o cinto, como o Itamaraty pretende apertar o cinto sem reduzir sua presença no mundo.

Há perguntas sobre o tema da migração e a política dos refugiados. Indagação que vem da faculdade de Santo André, Pedro Henrique Rubini Cini: como é que o Brasil poderá ajudar melhor os países que passam por dificuldades em razão de guerras civis, como a Síria; por fragilidade econômica, como o Haiti? Qual é a prioridade que será dada ao tema das migrações no âmbito da nossa política externa? Aliás, nós já tivemos ocasião de conversar sobre isso na visita que o Senador Luiz Henrique e eu fizemos ao Itamaraty.

Várias perguntas sobre a integração regional.

Pergunta-se se seria possível estabelecer um sistema de votação com critério de maioria absoluta para admissão de novos membros do Mercosul.

Saber se a integração eleitoral e militar na Unasul, que inclui o Brasil, avança e se representa uma ameaça a nossa soberania nacional.

BRICS: em que medida as relações econômicas no âmbito dos BRICS poderá levar em conta a situação dos direitos humanos dos países que integram esse grupo?

Quando o Brasil irá proibir as bombas *cluster*, que matam civis e causam danos humanitários, como as minas terrestres?

E uma série de perguntas, Sr. Ministro, com muita ênfase na questão dos direitos humanos.

Preocupação com a aplicação da Resolução nº 2.178, do Conselho de Segurança, que decidiu que os Estados devem garantir, em suas legislações internas, que viagens para exercícios de atividades ou treinamentos terroristas, assim como o recrutamento, o financiamento e a facilitação dessas atividades, sejam considerados como crimes graves.

A posição do Brasil em relação ao Estado Islâmico. Várias perguntas sobre o Estado Islâmico e a posição do Brasil face ao terrorismo.

Extradição é um tema mais afeto ao Ministério da Justiça. Em todo caso, há muita inconformidade em relação à posição do Executivo brasileiro no caso Battisti.

Qual é a resposta que o senhor considera adequada do Brasil para o caso da suspeita da Nova Zelândia ter espionado o Diplomata Roberto Azevedo?

Enfim, Sr. Ministro, são muitas perguntas e eu vou encaminhá-las a sua assessoria.

A Conectas tem instigado muito o nosso trabalho aqui na Comissão de Relações Exteriores, sempre enfocando o tema dos direitos humanos.

Eu vou abrir a palavra, então, aos Senadores que já se inscreveram, talvez, por blocos de três. O primeiro bloco é Ricardo Ferraço, Marta Suplicy e Eduardo Amorim, que não está. Eu vou saltar para Fernando Bezerra Coelho.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Indago a V. Exª – são 15h20 e, às 16 horas, em tese, abre a Ordem do Dia – se vamos tocar essa reunião para além das 16h, porque me parece muito escasso o tempo para que nós possamos indagar todo o ativo de questões que precisam ser consideradas, em razão da importância e da relevância de S. Exª, o Chanceler Mauro Vieira em nossa Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, embora o nosso Regimento diga que a Ordem do Dia deva começar impreterivelmente às 16h, raramente começa a essa hora. Eu sou um pouco o cuco do Senado e vivo sempre lembrando o horário da Ordem do Dia, que sempre começa mais tarde. O que nós não podemos fazer é continuar com a nossa Comissão quando houver deliberação no Plenário. De modo que, antes de iniciarmos, poderíamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A minha consulta a V. Exª é se, uma vez acontecido isso, se vamos interromper a reunião para que possamos ter de novo aqui S. Exª, o Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos prorrogar a reunião.

Eu acho que o nosso Presidente está acompanhando o desenrolar desta Comissão e saberá dosar os horários. Se nós formos sintéticos nas perguntas, creio que, como o Ministro Mauro Vieira já fez uma exposição bastante alentada, poderemos chegar em tempo de satisfazer a todas elas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que acontece, Sr. Presidente, é que estamos aqui sempre brigando contra o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sempre.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sempre brigando contra o tempo e sempre nos furtando de exercer a nossa prerrogativa. Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, em que pese o esforço do nosso querido Presidente, Senador Delcídio, foi uma briga contra o tempo. Tivemos três, quatro minutos, e, aqui, de novo, estamos brigando com o inimigo tempo, que nunca permite que nós, Senadores, possamos exercer as prerrogativas em uma oportunidade tão rica como essa.

É um apelo que faço a V. Exª, na condição de nosso Presidente, para ver qual é a solução que vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos lá, vamos brigar contra o tempo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso queridíssimo Chanceler, experiente Embaixador Mauro Vieira, e também S. Exª, o Secretário-Executivo do Ministério das Relações Exteriores, o competente, experiente Embaixador Sérgio Danese. Em nome de V. Exªs, estendo o cumprimento a esse conjunto expressivo de profissionais do Rio Branco, do mais alto gabarito, que temos na Casa, fazendo política de Estado há muitos anos.

Sr. Ministro, eu gostaria de indagar a V. Exª, em primeiro lugar, o que pretende fazer com o debate que foi feito relacionado ao Livro Branco da diplomacia brasileira. O antecessor de V. Exª mobilizou a academia, mobilizou importantes segmentos, não apenas da diplomacia, mas do setor empreendedor, em torno dessa que seria a nossa estratégia da política externa brasileira, considerando que política externa é política de Estado, e não política de governo. Os governos passam e o Estado continua.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, é uma das perguntas da Conectas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Outra questão que pergunto a V. Exª é qual é a orientação que V. Exª tem da Excelentíssima Senhora Presidente da República em relação ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Continua sendo uma meta do Estado brasileiro?

A terceira pergunta é se o Itamaraty dispõe de informações relacionadas à presença do Estado Islâmico no território brasileiro. Isso foi noticiado, e não houve até aqui um desmentido, pelo menos que eu tenha visto, formal por parte do Governo em relação a essa questão.

Na linha do que foi muito indagado pelo nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, o art. 4º da Constituição Federal estabelece e consagra os princípios pelos quais devem reger-se as relações internacionais do nosso País. Um dos seus mais importantes itens é a prevalência dos direitos humanos. Nós temos recebido nesta Comissão, Sr. Ministro, um conjunto de relatórios das mais diversas entidades dando conta da permanente violação dos direitos humanos na Venezuela, em todos os níveis, chegando ao cúmulo de, em 2014, fevereiro, julho, ter havido a morte de pelo menos 43 pessoas, tendo 870 pessoas ficado feridas em decorrência não apenas dos protestos, mas da forma violenta com que o Governo da Venezuela tem agido em relação a todos os que se opõem ao regime. A Anistia Internacional afirma que a prática de tortura e maus-tratos continua a causar preocupação. Gloria Tobón é uma dessas cidadãs venezuelanas que conheceram a truculência do Governo Maduro. Gloria foi encharcada com água e recebeu choques elétricos em todas as partes do corpo. É o que relata não apenas a Anistia Internacional, mas Human Right Watch. A presente situação da Venezuela, por todos os fatos que são revelados por um conjunto de organizações internacionais na defesa dos direitos humanos, não revela que a situação da Venezuela viola a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia do Mercosul?

Artigo 1

A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo.

Artigo 2

.....

Artigo 3

Toda ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes do presente Protocolo implicará a aplicação dos procedimentos previstos nos artigos seguintes.

O art. 4º fala sobre a consulta entre si e o Estado afetado e o art. 5º sobre, quando as consultas resultarem infrutíferas, outras medidas que serão adotadas, desde a suspensão de participação em órgãos até a suspensão completa do bloco.

Pergunto a V. Exª, Sr. Ministro: o silêncio do Brasil aos sucessivos desrespeitos aos direitos humanos no país vizinho não seria ainda uma violação da nossa própria Constituição no seu art. 4º, que determina que as violações internacionais do nosso País sejam regidas pelo princípio da prevalência dos direitos humanos? Con-

tinuaremos a usar diferentes critérios com diferentes nações, levando a crer que as motivações políticas têm peso mais do que os princípios do Mercosul e do Brasil?

Eu faço disso uma referência em relação à atuação da Chancelaria brasileira em relação ao Paraguai. Com o Paraguai o Governo brasileiro foi intolerante, agiu com rigidez e fez bem, mas, com a Venezuela, parece-me que o Governo tem sido extremamente omisso e leniente em relação a essa questão.

O Mercosul e a Unasul continuarão a ser palco de retórica política? O senhor não considera que a recente reunião da Unasul falhou para com o povo venezuelano ao não exigir do Governo Maduro o fim e a investigação dos abusos, especialmente considerando que o tratado constitutivo da Unasul determina princípios democráticos semelhantes ao Protocolo de Ushuaia?

Essas são as perguntas sobre as quais eu gostaria de ouvir de V. Exª, Sr. Ministro, algumas considerações no tocante à nossa relação com a Venezuela.

Vou um pouquinho adiante, Sr. Presidente. Quero ouvir a opinião de S. Exª o Chanceler em relação ao acordo que foi firmado entre a Argentina e a China. Em várias das áreas das relações econômicas, praticamente, a China está fazendo parte do Mercosul, porque a Argentina está dando à China as condições que dá aos demais parceiros do Mercosul. Os termos deste protocolo são termos que abrem para a China – e eu, aqui, não faço qualquer crítica à China, ela está cumprindo o seu papel de se posicionar em relação a esse mercado –, mas o fato objetivo é que este acordo entre a Argentina e a China, a meu juízo, e não apenas a meu juízo, traz efeitos aos interesses da economia brasileira. Eu queria pergunta a V. Exª, o Chanceler, qual é a sua visão e qual é o impacto com relação a esse acordo da Argentina com a China.

Por fim, considerando que V. Exª foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, qual é a estratégia para que nós possamos melhorar a nossa inserção no mercado norte-americano, considerando que as nossas exportações não chegam a 2% daquilo que os Estados Unidos da América importam de todo o mundo? Como fazer dos Estados Unidos um parceiro estratégico, de modo que nós possamos ter um conjunto de oportunidades para a economia brasileira?

São as questões que eu gostaria de merecer a atenção de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Foi um amplo horizonte.

Senadora Marta Suplicy. (*Risos.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho que ele não deixou muita coisa para perguntar. Em todo caso, vamos lá.

Eu queria colocar que durante a gestão do Presidente Lula, o Itamaraty foi...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aliás, ele encontrou uma bela forma de lutar contra o tempo, o Senador Ricardo Ferraço.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Foi bastante prestigiado.

O Presidente abriu 77 novas embaixadas, consulados e representações, mas parece que o Ministério, agora, está perdendo uma certa relevância política, o que fica bastante óbvio no peso do orçamento federal. Os dados publicados mostram que a participação no orçamento, do Itamaraty, que já era pequena, caiu quase à metade em 2014, em relação a 2003. Isso é bastante sério, porque, com estes cortes no orçamento, nós temos notícias de jornais sobre dificuldade de pagar a luz, dificuldade de ter papel para a impressora e sobre uma série de problemas, como calefação. Diante deste cenário, como V. Exª está pensando em trabalhar? Inclusive, parte da função do Itamaraty são as viagens, que não estão sendo implementadas, agora, com esta falta de recurso. Esta é uma questão.

A outra, referente ao Conselho de Segurança.

O Brasil sempre foi um dos principais defensores de uma ampla reforma do Conselho de Segurança, para que ele seja mais representativo, mais transparente, para que permitisse um grau maior de participação dos Estados Membros e traduzisse, de forma mais adequada, os interesses da comunidade internacional, principalmente de países em desenvolvimento. Nesse contexto, acreditamos que o Brasil apresenta-se como o membro mais qualificado para representar a América Latina, mas considerando os rumos da política externa do Brasil nos últimos anos, V. Exª acredita que ainda temos as credenciais que nos habilitam a aspirar a uma cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança? Essa continua sendo uma das prioridades do nosso Governo?

A outra, sobre os Estados Unidos.

Como foi mencionado, e o Senador Ferraço já citou os números das nossas exportações e importações, tivemos problemas em relação ao caso de espionagem à Presidenta e tudo mais, mas qual a expectativa de V. Exª, que foi um excelente embaixador em Washington, de como vai se dar essa reaproximação – e vai haver

um encontro, agora, no Panamá – para implementar, realmente, o que nós estamos muito interessados, que é a nossa balança comercial?

Por último, o Mercosul tem experimentado certa estagnação, com poucos avanços na integração comercial e produtiva. As últimas decisões importantes foram tomadas no Mercosul, ocorreram em 2004 e 2006, quando se incluiu como prioridade na agenda o tema das assimetrias e se aprovou a criação do fundo para convergência estrutural e fortalecimento institucional do Mercosul. No entanto, fomos surpreendidos com esse acordo da Argentina com a China – e acho que a repercussão aqui não foi boa –, e o Brasil, por sua vez, em conjunto com o Uruguai, negocia com a União Europeia, independentemente da participação da Argentina. Então, o que nós podemos esperar do Mercosul nesse novo período que se inicia?

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora Marta.

Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Sr. Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique, queria saudar o nosso Chanceler, o nosso Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e, em nome dele, cumprimentar todos os membros do Itamaraty que acompanham o Chanceler nesta visita à nossa Comissão.

Sr. Ministro, na realidade, valendo-nos da sua passagem por dois grandes postos da diplomacia brasileira, Embaixador na Argentina, Embaixador em Washington, e agora ostentando o maior posto do Itamaraty como nosso Chanceler, já tendo ouvido as colocações iniciais da prioridade que o Governo brasileiro dá à integração com os nossos vizinhos sul-americanos, em especial aos membros do Mercosul, eu gostaria de dirigir a minha pergunta em função da possível visita de Estado que a Presidenta Dilma Rousseff deverá realizar a Washington, parece que ainda este ano ou início do próximo ano, e em matéria publicada no jornal *O Globo* do início desse mês. A manchete do Globo diz que "Dilma decide apostar nos Estados Unidos em recuperação".

O Brasil, embora represente 3% do PIB mundial, não tem sequer 1,3% do comércio internacional, o que mostra que a economia brasileira ainda é muito fechada. O Brasil ainda não se abriu, como deveria se abrir nas suas relações de trocas comerciais. A nossa presença, também quando se analisa a relação comercial do Brasil com a maior economia do mundo, também deixa muito a desejar.

Hoje pela manhã, o Presidente do Banco Central esteve na Comissão de Assuntos Econômicos e falava da franca recuperação da economia americana. Os Estados Unidos deverão voltar a crescer numa taxa próxima a 3%, e isso abre um horizonte de oportunidades na nossa relação comercial Brasil-Estados Unidos, não só no comércio. Os Estados Unidos têm sido, ao longo dos últimos 25 anos, os exportadores dos grandes conhecimentos e das grandes inovações que têm rebatido em toda a economia internacional. Eu lembro, há 25 anos, os impactos transformadores na indústria mundial por meio das inovações no campo da tecnologia de informação e comunicação e, agora, mais recentemente, a grande aposta que se faz nas universidades, nas academias, nos laboratórios das comunidades americanas, na nova economia que se abre a partir da biologia sintética, em que se poderá ter grandes transformações na indústria química mundial.

Penso que, aproveitando essa iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff, o Itamaraty deveria fazer uma ampla reflexão de como se encontra essa relação política, cultural, comercial, militar, em todos os níveis. Como se dá essa nossa relação com os Estados Unidos da América? O que nós poderemos ambicionar? De fato, com essa visita do Estado, podemos dar um salto, criar um novo paradigma para essa relação Brasil-Estados Unidos, sobretudo quando o Brasil reitera o desejo de continuar tendo uma presença no cenário internacional cada vez mais relevante?

Nós temos um representante brasileiro na Organização Mundial do Comércio, nós temos um brasileiro à frente da FAO, e não escondemos a nossa ambição e o nosso desejo de ter uma representação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Então, parece-nos que, além de todos os esforços que o Brasil constrói com os BRICS, com os países do Sul-Sul, com a comunidade africana, com a comunidade sul-americana, para essa ambição, para esse novo protagonismo que a Chancelaria brasileira deseja, é preciso também que a gente dê um salto qualitativo na relação Brasil/Estados Unidos. Então, gostaria de ouvir as impressões do Sr. Chanceler sobre o momento das nossas relações com os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós vamos ouvir agora o Ministro.

Na próxima rodada, farão intervenções os Senadores Luiz Henrique, Lasier Martins e Delcídio do Amaral.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em relação aos requerimentos que foram aprovados, os autores dos requerimentos não têm prioridade sobre a arguição ao Sr. Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não houve deliberação sobre o seu requerimento, Senador – o senhor está inscrito logo em seguida –, porque o Ministro já havia, quando

o senhor apresentou o requerimento, comunicado à Comissão de Relações Exteriores que viria de qualquer forma. Então, não houve deliberação por essa razão. Mas V. Exª terá ocasião de falar logo mais.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sim, eu gostaria só de perguntar se aquela matéria, então, está incluída na audiência de hoje ou, se não, se ele virá em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se o senhor puder colocar hoje essa matéria, sem dúvida nenhuma.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado. Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Foi exatamente por isso mesmo que foi... Essa é uma das razões de julgar prejudicado. Seria o caso, hoje, de colocar aquele assunto.

Está inscrito já.

Muito bem, Ministro.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, começando pela ordem, agradeço e respondo às perguntas do Senador Ferraço.

Com relação ao Livro Branco da Diplomacia, eu gostaria de dizer que foi um exercício muito interessante, muito amplo, e foi realizado num período em que eu não estava aqui – eu estava ainda na embaixada, em Washington –, mas, a distância, acompanhei todas as discussões, todas as mesas redondas, seminários, que foram muitos e que recolheram uma contribuição muito grande da sociedade brasileira como um todo. A esse material todo, está somada também toda a interação que o Ministério tem como os demais órgãos da sociedade civil, com os demais centros de estudos, com as universidades – temos várias interações com cursos, inclusive de relações internacionais –; com as Comissões de Relações Exteriores desta Casa e também da Câmara dos Deputados. Todo esse repositório de informações, de sugestões, de críticas e de projetos que são apresentados estão sendo devidamente compilados e examinados. Nesses dois meses e meio em que estou à frente da Chancelaria, pedi que me trouxessem esse material para que se possa proceder, então, à atualização, porque todos esses temas têm uma evolução muito rápida, e à divulgação, no tempo devido, desse material. E eu acho que a contribuição será muito grande. A contribuição de todas as áreas do Governo, tanto do Executivo e dos demais órgãos do Governo, como também da sociedade civil e do Legislativo, é muito bem-vinda. Todas estão sendo recolhidas e serão, em seu momento, assim que terminarmos esse trabalho, divulgadas.

Com relação ao Conselho de Segurança da ONU, sem dúvida, o Brasil é um membro. Já esteve 11 vezes ou 12 vezes – não tenho certeza – como membro não permanente, já ocupou, por 12 vezes, um biênio, no Conselho de Segurança. O Brasil, respondendo um pouco também ao que perguntou a Senadora Marta Suplicy, tem todas as credenciais para continuar pleiteando essa cadeira. O Brasil é um membro fundador da ONU e um dos membros não permanentes que mais esteve presente e maior contribuição deu às discussões do Conselho de Segurança. O Brasil também tem participado de inúmeras missões de manutenção de paz da ONU, na África, no Oriente Médio, no Líbano, ainda nessas duas atualmente, e também no Haiti, a Minustah, a qual o Brasil lidera já há dez anos.

Não tenho dúvida de que o Brasil, por ser também uma sociedade multicultural, multiétnica, uma sociedade aberta, um grande país do ocidente, tem todos os títulos e tem dado uma contribuição muito grande à discussão de todos os temas internacionais, como um país pacifista, para a solução de disputas e de controvérsias.

Não tenho dúvida de que os títulos são válidos e outros países terão títulos semelhantes, mas acredito que nenhum outro país tenha títulos maiores do que os brasileiros para continuar a ser candidato a um assento permanente nas Nações Unidas. Creio que toda a movimentação em torno da reforma do Conselho de Segurança ganha, como já disse na minha primeira apresentação, vigor novo neste momento, neste ano em que se completam 70 anos de criação da ONU. O Brasil se articula em diferentes grupos. É muito ativo no G4, que une o Japão, a Alemanha, a Índia e o Brasil, e, neste sentido, temos trabalhado intensamente. O nosso representante permanente junto às Nações Unidas, e meu antecessor na função de Ministro do Exterior, tem trabalhado ativamente na articulação de medidas e de novas iniciativas que levem a um avanço neste ano da discussão da ampliação do Conselho de Segurança.

É evidente que não é um assunto fácil ou de consenso fácil, mas temos articulado a nossa posição com todos os grupos importantes, inclusive na África. Contamos com o apoio expressivo de muitos países. A reforma do Conselho de Segurança enfrenta dificuldades específicas e regionais. Todos os grandes países, como a China, por exemplo, apoiam o Brasil, o Reino Unido, a França, quase toda a União Europeia, mas, às vezes, há dificuldades não com relação ao Brasil, mas com relação a alguns países com outros vizinhos da região, e isso tem levado a uma situação, não diria de paralisia, mas de avanço muito lento nas discussões. Enquanto vai se passando o tempo nessas discussões, creio também que vamos amadurecendo todos os argumentos e a ideia de um conselho de segurança atualizado, expressivo e realmente representativo do mundo atual.

Com relação, Senador Ferraço, à notícia que o senhor mencionou, na imprensa, da presença de membros do Estado Islâmico no território brasileiro, de recrutamento de jovens, eu, assim como o Senhor, vi e tomei conhecimento dessa notícia. Agora, não temos, até o momento, nenhuma confirmação de que exista um caso de recrutamento dentro do território brasileiro. O único caso que é de conhecimento público é o caso de um jovem que tem dupla nacionalidade, belga e brasileira, filho de mãe brasileira e pai belga, que estaria na Síria. É a única informação que temos. Eu, no Itamaraty, desconheço. Não tivemos nenhuma informação, nenhuma evidência. Tudo que vimos até agora são especulações e notícias sem confirmação.

Com relação à Venezuela, eu queria dizer ao senhor que participo, passei a participar da comissão de chanceleres da Unasul – são três chanceleres: Brasil, Colômbia e Equador –, que foi criada, recebeu um mandato dos Presidentes da Unasul para promover, a pedido da Venezuela, um diálogo entre o governo e a oposição.

Essa comissão foi criada, teve um trabalho intenso, e acho que muito produtivo, no ano passado – não participei dela, mas acompanhei as notícias – em que foi possível, através do diálogo, diminuir as tensões e diminuir aquele momento de grande dificuldade em que estava a sociedade venezuelana, a que o senhor se referiu, quando houve enfrentamento nas ruas, e mortes. Isso foi até abril ou maio do ano passado, quando a missão trabalhou muito ativamente. E a partir daí, esses enfrentamentos e os problemas de distúrbios nas ruas foi praticamente eliminado, diminuiu graças a esse diálogo.

Agora passei a participar desta comissão, e, nos meses de fevereiro e março, tive duas reuniões. Uma primeira em Montevidéu, em que tivemos um diálogo com representantes do governo da Venezuela; e uma segunda, que foi uma viagem do Pleno da comissão (Colômbia, Brasil e Equador) a Caracas, onde passamos um dia e meio e tivemos uma programação muito intensa.

Nessa ocasião, nos entrevistamos e fomos, a pedido do governo, do Executivo venezuelano, a reuniões com o Presidente Maduro. Tivemos reuniões com a Presidente do Conselho Nacional eleitoral, que é o órgão encarregado constitucionalmente da organização das eleições, é o órgão reitor do sistema eleitoral. Depois, tivemos uma entrevista com a Presidente e os dois Vice-Presidentes da Suprema Corte da Venezuela. Em seguida, tivemos uma entrevista com a Procuradora-Geral da República. E posteriormente, tivemos uma reunião, na Anunciatura Apostólica com a oposição, com representantes de sete partidos da oposição. Entre eles, estava o Governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles que perdeu as eleições presidenciais por 2% ou por uma proporção muito pequena.

Inclusive, a imprensa me perguntou, na saída, se eu achava representativa a reunião, se os membros representantes dos partidos que estavam ali e que compõem a Mesa, chamada MUD (Mesa de Unidade Democrática), eram representativos. E a minha resposta foi que eu julgava muito representativa, porque havia uma pessoa, um candidato que tinha tido 49% dos votos; e os outros representantes dos outros partidos que compõem a mesa, como o Governador dos Estado de Táchira, eram outros Deputados e personalidades destacadas da oposição.

O que eu posso dizer a V. Exª é que, desta reunião, saí com uma impressão positiva, tanto da reunião da oposição, como do governo, porque ouvimos do governo, não só do Executivo, como também da comissão eleitoral, a garantia de que as eleições se realizariam.

A Presidente do CNE (Comissão Nacional Eleitoral) nos informou que já haviam sido convocadas eleições prévias, que, pela legislação venezuelana – eu tomei conhecimento nesse momento, pois eu não sabia –, são voluntárias: os partidos pedem ou não pela realização das primárias. E não são obrigados a pedir que se realizem em todo o território da Venezuela. Eles podem escolher os distritos em que se realizam, porque essas prévias são basicamente para determinar os candidatos das eleições.

É preciso dizer que as eleições que devem ocorrer no final deste ano são eleições legislativas. Então, isso é para identificar, para se elegerem os candidatos.

Tanto os partidos de oposição como o partido do Governo pediram a realização das prévias e indicaram em quais distritos querem fazer. O partido do governo indicou todos os distritos em todo território venezuelano. A oposição pediu em 14 distritos.

O fato de a oposição ter solicitado a organização das prévias pela Comissão Nacional Eleitoral foi interpretado por todos os críticos, pela sociedade, como um gesto positivo, um gesto de confiança no sistema.

Ouvimos da Presidente do Conselho a garantia de que já estavam convocadas – e nos mostrou o ato em que convoca – para fim de maio as prévias dos partidos de oposição e para uma data, que agora não me lembro, meados de junho, do partido do governo.

E não existe, pela legislação venezuelana, uma data fixa para eleição. A eleição é fixada, é convocada pelo conselho eleitoral a partir de passos que são dados pela comissão: medidas que vai tomando de atualização do cadastro eleitoral, de revisão de identidade e tudo. E, na medida em que são completadas essas etapas do processo, então se convoca a eleição, se marca a data.

Ela nos deu a garantia de que isso ocorreria dentro de três a quatro semanas. Isso foi há uma semana e pouco, ainda estamos dentro desse prazo. E deu outra informação, que julgo a mais relevante de todas. Ela pediu que a Unasul estabeleça uma missão de observação e acompanhamento do processo eleitoral, não só durante as prévias, como para as próprias eleições que se realizarão. Dentro das expectativas, as projeções dela são de que o período tem que ser no último trimestre do ano. Ela imagina que seja em torno de novembro. Assim que se completarem esses outros trâmites, seria fixada a data.

Ela solicitou uma missão de longo prazo. Ela disse que não gostaria que uma missão de observação chegasse quatro dias antes e que não visse nada. Ela pediu uma missão técnica para as prévias que tivesse um acompanhamento de todo o processo, de toda a verificação, de todo o processo eleitoral e que depois, também, para a realização das eleições legislativas do final do ano, que houvesse uma missão também técnica e política no acompanhamento prévio, com bastante antecedência da realização das eleições.

E eu julguei isso um dado muito importante. Acho que é um gesto importante para a sociedade, para a oposição. Na reunião que tive com a oposição, houve a manifestação unânime de que o problema na Venezuela só será resolvido pela via eleitoral, e todos confirmaram as informações que me tinham sido dadas pela presidente do CNE. Então, eu só posso achar que as condições estão dadas e que devemos acreditar que as eleições se realizarão dentro dos prazos previstos, dentro dos requisitos da lei.

E devo dizer que tudo isso também foi confirmado pessoalmente pelo próprio Presidente Maduro, que, em reunião que tivemos com ele antes da partida, nos disse e confirmou que já tinha conhecimento do andamento do processo eleitoral e confirmou inclusive o convite à Unasul para se fazer representar nessa missão de observação.

Acho que são informações importantes. Não sei se foram de conhecimento geral. Devo dizer que, além dos três chanceleres, acompanharam a missão o ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper, que é o Secretário-Geral da Unasul, e também um representante do governo uruguaio que exerce a função de presidente *pro tempore* da Unasul. Na Venezuela, foi amplamente noticiado, e acho que foi um grande resultado dessa missão.

Essa missão é, como eu disse, de diálogo. A missão da Unasul não foi lá para julgar nada, para dizer o que está certo ou errado, mas para promover um diálogo, um entendimento entre os dois lados. E acho que tem conseguido alcançar esse objetivo.

Acho que o que aconteceu em 2014, e esta foi a única reunião este ano, foi muito positivo, porque eu percebi um clima de diálogo, um diálogo separado.

Quer dizer, a Comissão teve um diálogo com o Governo e teve um diálogo com a oposição, mas as posições expressas foram coincidentes, no sentido de que o processo eleitoral é fundamental para a solução dos problemas do País e de que as eleições vão se realizar.

Outra coisa é que esse é um processo aberto. Na reunião que houve há dez dias, em Quito, na sede da Unasul, a pedido do governo venezuelano, o mandato dado a essa comissão de chanceleres foi renovado, e também foi renovada a intenção dos membros da missão de viajarem a Venezuela e continuarem o diálogo sempre que for solicitado. Sempre que for solicitado, seja pela oposição, seja pelo governo, a Comissão estará pronta para prestar esse apoio, promovendo o diálogo.

É importante dizer também que, na questão do diálogo com a oposição, tem um papel muito importante o Vaticano, através da Nunciatura Apostólica em Caracas, que recebe, como um território neutro, todos os membros da oposição e os assessores da comissão.

Eu acho que essas foram boas notícias que recebi durante esses três compromissos, que tive recentemente, quanto à missão da Unasul com relação à Venezuela.

V. Exª também me perguntou sobre o Mercosul. Eu não sei – agora não me lembro – se havia algum ponto específico, mas eu queria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O impacto nas relações Brasil-Argentina-Mercosul do acordo firmado entre Argentina e China.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Argentina e China.

Então, passando para essa questão, que também diz respeito um pouco à pergunta da Senadora Marta Suplicy, a Argentina é o principal sócio do Brasil no Mercosul, não há dúvida – é um sócio estratégico.

Nós temos um comércio muito importante com a Argentina, apesar de ter sido reduzido no ano passado por consequência das crises por que passa, inclusive, a Argentina. São mais de US$28 bilhões. Majoritariamente, as nossas exportações são constituídas por produtos manufaturados. É um comércio muito importante, muito relevante para o Brasil.

Os acordos feitos pela Argentina com a China não são deste ano só. Neste ano, a Presidente da Argentina fez uma visita à China e concluiu mais alguns acordos, mas são acordos que vêm, sobretudo, do ano passa-

do – a maior parte – e alguns, do ano retrasado. Estamos examinando esses acordos e estamos conversando inclusive com os argentinos.

Eu estive em visita a Buenos Aires – foi a minha primeira visita bilateral que fiz na condição de chanceler a um país da região ou a qualquer país do mundo – e conversei com o chanceler argentino, que me deu uma série de explicações a respeito do conteúdo desses acordos.

Grande parte dos acordos – até onde vimos e até onde examinamos – são acordos declaratórios de intenção. Há acordos específicos de questão de pesquisa espacial, de criação de uma estação de observação, e não há nenhum acordo que até o momento tenhamos visto que interfira diretamente nas questões do Mercosul, de tarifa externa comum. O que há são possibilidades de comércio.

Foi criado um fundo, um *swap* cambial entre a Argentina e a China, mas que é em moeda local, em yuan, e que não foi utilizado até o momento, pelas informações que eu pude colher na minha visita à Argentina e pelas informações que pudemos constatar na análise dos documentos.

Agora, o que eu queria dizer também a V. Exª é que as relações com a China... Todos os países da região passaram a ter a China como seu primeiro sócio comercial. O Brasil tem um comércio gigantesco: são US$85 bilhões com a China; a Argentina também.

Quer dizer, nós, da mesma forma que temos um grande comércio, temos vários mecanismos bilaterais com a China, que são absolutamente legítimos, contanto que não contrariem, não violem nenhum artigo do Tratado de Assunção de constituição do Mercosul.

De nossa parte, não há nenhum.

E creio – não posso confirmar porque estamos, ainda, num processo de análise, mas, pelas informações que recebemos dos nossos sócios argentinos – que não há também nenhuma questão tarifária, não há nenhuma questão que afete a estrutura no Mercosul.

Com relação aos Estados Unidos – e, aí, respondendo ao Senador Fernando Bezerra –, a questão do comércio bilateral, da inserção do Brasil no mercado americano, eu tive a honra de ser Embaixador do Brasil por cinco anos nos Estados Unidos, e esse período, para mim, foi de grande formação do conhecimento dos Estados Unidos.

Foi a segunda vez que servi nos Estados Unidos – servi no início da minha carreira-, e, nos 40 anos que tenho de carreira, passei dez nos Estados Unidos. Foi, sem dúvida, o país em que estive por mais longo período no exterior.

Mas é impressionante constatar a profundidade da relação entre os dois países: primeiro, que são relações que, dentro de sete anos, vamos comemorar dois séculos de existência. Não são muitos os países, inclusive na Europa, que têm tanto tempo de relações bilaterais.

Depois, na questão que agora é tão discutida das visitas bilaterais, poucos países tiveram tantas visitas bilaterais quanto o Brasil e os Estados Unidos. Nós já tivemos 17 chefes de Estado brasileiro que já visitaram os Estados Unidos, e já recebemos 14 chefes de Estado americanos no Brasil. Isso é um dado de uma pesquisa histórica, inclusive, que foi feita e que impressiona muito nos Estados Unidos não só a sociedade americana quanto também a outros diplomatas, outra embaixadas. Eu me lembro da visita do Presidente Obama ao Brasil, num seminário, num centro de estudos, discutindo a questão, eu mencionei esses fatos, e um diplomata de um outro país que seria visitado também falou: "Ah! Que sorte que tem o Brasil, que já recebeu 14 visitas de um chefe de Estado americano. No meu país, vai ser a segunda."

Além disso, acho que temos que ver o volume de comércio também entre os dois países e o volume de investimentos. O Brasil e os Estados Unidos têm uma relação muito antiga de investimentos e de comércio. Os Estados Unidos são o principal investidor no Brasil. O estoque de investimento é da ordem de US$130 bilhões, US$135 bilhões, e o fluxo tem sido constante. Em 2014 – não tenho os números definitivos, mas deve andar em torno de US$9,5 bilhões, que foi o número do ano anterior, de 2013.

Agora, um fato relevante é o aumento dos investimentos brasileiros nos Estados Unidos, que mostra a interligação e a interconexão entre as duas economias. O Brasil tem hoje uma presença muito grande e muito forte na economia americana. Os investimentos brasileiros. Segundo estudos feitos, ajudam a manter em torno de 110 mil empregos na economia americana, pelos investimentos, pelas aquisições, pelas fusões feitas a partir de capitais brasileiros.

Um dado muito interessante: talvez seja em 1998, ou em 1999, mas, em torno do ano 2000, para cada dólar brasileiro que era investido nos Estados Unidos, havia, no sentido contrário, dos Estados Unidos para o Brasil, US$47,5, que vinham em investimentos para o Brasil. Essa proporção se alterou completamente em 2013, onde para cada dólar brasileiro que vinha em investimentos para os Estados Unidos havia, no outro sentido, US$2,9, uma mudança total da proporção dos investimentos, mas isso não significa que os investimentos americanos no Brasil tenham caído; ao contrário, continuaram muito altos. Houve um crescimento exponencial

dos investimentos brasileiros. A presença de empresas brasileiras é enorme em todos os setores da atividade econômica americana.

Então, isso mostra que há uma grande inter-relação. Eu recebi, nesse meu período de Washington, visitas dos presidentes das grandes companhias, de todos os setores, seja a indústria automotiva, grandes produtores agrícolas, e todos diziam que o segundo país mais importante para suas companhias era o Brasil, sendo o primeiro, obviamente, os Estados Unidos.

Temos empresas americanas que estão no Brasil instaladas há 110 anos, e são muitas em torno de 100 anos, inúmeras; entre 75 e 100 anos também há um número maior ainda. Isso só mostra que há um conhecimento muito, muito grande, um interesse muito grande.Todos os empresários americanos que encontrei só manifestavam o interesse de maiores relações e mais profundas; da mesma forma do nosso lado. Temos inúmeros mecanismos bilaterais de concertação política, em torno de 30 mecanismos para todas as áreas. Há quatro ou cinco que se reportam diretamente aos chefes de Estado. Um deles – é muito interessante – é o foro de altos executivos, que é integrado por grandes executivos americanos, doze executivos americanos, doze grandes executivos brasileiros e dois altos funcionários de cada governo também. É um foro onde se discute temas de maior interesse do setor privado, onde se recebem uma série de sugestões do setor privado, que o governo examina e, na medida da possibilidade, implementa. Foram várias as medidas tomadas em vários aspectos e em várias áreas. Então, isso demonstra a grande relação que existe, o grande interesse, sinal do grande nível que temos de comércio e de investimento.

Com relação às perguntas do Senador Fernando Bezerra, V. Exª me perguntou da visita de Estado da Presidente da República. A Presidenta sempre disse, já de público, de jornal, que tem todo interesse, que a relação com os Estados Unidos é importante e prioritária e que ela realizará uma visita aos Estados Unidos no momento que julgar oportuno.

Estive recentemente, semana passada, em Washington, e aproveitei a ocasião do novo Secretário-Geral da OEA para ter encontros também com executivos americanos. Foi manifestada a renovação do convite à Presidente Dilma, e concordamos em que a visita deve se realizar no momento em que for conveniente para os dois lados e no momento em que tivermos atingido uma agenda importante e densa.

Uma visita entre chefes de Estado não deve ser desperdiçada apenas com atos protocolares. Devemos, sim, promover uma série de entendimentos, de acordos, e há muita coisa em negociação, em encaminhamento, entre as duas chancelarias e entre as outras áreas do governo, na área de indústria e comércio, de energia, na área de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação, porque os Estados Unidos é uma fonte importantíssima; também na área de educação, de cooperação educacional é fundamental.

Os Estados Unidos têm um sistema educacional de altíssimo nível, sobretudo universitário, com um número gigantesco, em torno de quatro mil universidades, das quais 400 de altíssimo nível, de nível mundial, e onde há um grande número de estudantes brasileiros. Temos também acordos que permitem o intercambio de professores e pesquisadores.

Então, acho que o importante é construirmos uma agenda densa e importante, o que está sendo feito pelos contatos entre as duas chancelarias e as duas áreas de governo, e a visita se realizará no momento oportuno em que todas essas negociações estiverem avançadas e maduras.

Creio ter respondido todos os pontos levantados. Não sei, mas, se me esqueci ou se saltei algum, peço que me informem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Creio que o senhor respondeu tudo. Agora a rodada é de Luiz Henrique, Tasso Jereissati e Lasier.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Chanceler Mauro Vieira, Sr. Ministro da Casa Sérgio Danese, caro Embaixador Pedro Borio, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista a iminência do início da Ordem do Dia e o fato de que meus Colegas já foram altamente competentes, esgotando as perguntas que eu gostaria de fazer, tomo a palavra, exclusivamente, Sr. Presidente, para ressaltar o papel do Embaixador Mauro Vieira na luta pela redemocratização do nosso País.

Lembro-me, nem dez nem vinte, mas muito mais do que isso, das reuniões em que ele estava lá, na casa de Ulysses Guimarães, com aquele extraordinário brasileiro, que era o Renato Archer, com Celso Amorim, com Celso Furtado, com Raphael de Almeida Magalhães e tantos outros que Ulysses chamava para assessorar-se nas matérias mais diversas.

Então, sem fazer nenhuma pergunta, eu apenas quero dizer que tenho orgulho dessa trajetória democrática de V. Exª e sei que isso será o apanágio de sua conduta à frente do Ministério, da visão que adquiriu da política nacional, dos problemas nacionais, naquelas longas e intermináveis reuniões e, tenho certeza, de que o Brasil recuperará o seu protagonismo na esfera internacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, Senador Luiz Henrique, Presidente, Embaixador Mauro Vieira, queria agradecer pela disponibilidade a essa Casa, a essa Comissão, e, em respeito a todos e a necessidade de ser breve, vou tentar ser o mais objetivo possível.

Vou fazer algumas perguntas.

O nosso Presidente, Senador Aloysio, fez uma pergunta que eu não considero respondida com a clareza que eu queria ouvir.

Haverá ou não uma mudança da política externa brasileira?

Essa é a pergunta que, acho, foi feita, foi colocada de alguma maneira. Todos sabemos, não é necessário falar, de uma série de posições do Brasil nos últimos anos, que contrariavam a nossa linha tradicional de política externa ao mesmo tempo em que eram contraditórias aos nossos aliados tradicionais, indo ao encontro de determinadas políticas internacionais, que não eram condizentes, adequadas, a nossa tradição. Esta é uma pergunta bastante objetiva: há ou houve alguma satisfação, de maneira geral, uma expectativa melhor, quando do anúncio de que a Presidente Dilma iria ao encontro do Presidente americano? Só essa satisfação já demonstrava a inquietude que havia aqui – todos colocaram esta questão – da relação Brasil-Estados Unidos, Brasil-Comunidade Europeia, que não ia bem, realmente não ia bem, ia até de mal a pior em função de posições estritamente brasileiras.

A segunda pergunta, que também tem a ver com essa, direta ou indiretamente, e uma curiosidade que eu tenho: qual é o papel do Sr. Marco Aurélio na política internacional? Ele tem alguma ligação hierárquica com V. Exª, com o Embaixador, onde ele entra, onde ele não entra?

Recentemente, tivemos uma reportagem na revista *Veja*, se não me engano, sobre a questão – provavelmente o Caiado vai falar sobre isso; se falar, já não falo para deixar V. Exª falar, mas o Senador Caiado provavelmente vai falar – da interferência dele que, segundo a gravação obtida pela imprensa, teve um papel importante em definir.

E, pela sua história, Embaixador, sei que a sua visão de política externa não é semelhante à visão do Sr. Marco Aurélio, que é uma figura cujo papel até agora não entendemos direito, e queríamos isso também esclarecido.

Uma terceira pergunta vem de uma declaração sua ou de um discurso seu, em que V. Exª diz que precisamos de menos presença e de mais atuação, uma coisa desse tipo. É uma frase dita em determinado momento, e entendi o seguinte: a Senadora Marta falou de cerca de 70 novas embaixadas que foram abertas pelo Brasil nos últimos anos.

A minha pergunta é a seguinte: nesse contexto em que há um gigantesco aperto econômico, de recursos do Governo brasileiro, em que são tomadas enormes medidas, que ferem diretamente a capacidade de compra da população, a capacidade e o poder de renda da população, qual é a relação entre essas 70 novas embaixadas e os resultados obtidos?

Como vimos, estou falando... Inclusive, tinha pedido, feito um requerimento, Senador Aloysio, para que, na reunião de hoje, pudéssemos ter o conhecimento – e gostaria de tê-lo – sobre a relação de uma série de embaixadas em países pelos quais não há nenhum desprezo, nenhum preconceito, mas que são muito pequenos populacionalmente e até economicamente, o que, com certeza, acarreta uma despesa enorme para o Itamaraty, que está sob restrições financeiras, e para o Brasil, para o Estado brasileiro, que também está sob restrições financeiras, e se não seria o caso...

Tivemos aqui uma sabatina recente com o Embaixador, se não me engano, do Paquistão, que falava de acumular. Ele acumulava o Paquistão e outro país do lado, Tajiquistão. Achei muito sábia essa maneira de se ter a presença, a participação do Brasil, sem encargos financeiros tão grandes.

E nós vimos que abrimos uma série de embaixadas em países muito menores. Gostaria de ter uma ideia do que representaram, em termos de aumento das relações comerciais, das trocas comerciais do Brasil, essas novas 70 embaixadas que foram abertas ou outras menores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado, Presidente Aloysio, Sr. Vice-Presidente, Luiz Henrique.

Eminente Ministro Mauro Vieira, também agradeço a sua disponibilidade para nos responder a várias perguntas que despertavam muita inquietação, com relação aos vários acontecimentos que estão sendo aqui focados.

Quero cumprimentar V. Exª, por discorrer sobre os princípios norteadores da política externa que a sua gestão quer seguir.

Agora, quero lhe dizer, Ministro, que duas questões perduram muito candentes. Uma delas foi focada aqui pelo nosso colega, Senador Ferraço. Gostaria que V. Exª fosse um pouquinho adiante, porque não fiquei satisfeito com sua resposta com relação à Venezuela.

V. Exª se deteve bastante nas eleições legislativas na Venezuela, que não sabemos bem quando acontecerão. E, enquanto as eleições não vêm na Venezuela, perduram violências, torturas, prisões, que os jornais e as televisões têm nos mostrado diariamente. Gostaria que V. Exª dissesse, já que o reconhecemos como um verdadeiro democrata, que certamente não sintoniza com esses acontecimentos, porque noticiários nos dão conta de que as violências continuam e coisas que afrontam inteiramente o espírito democrático que o Brasil defende ou quer defender.

Então, por exemplo, no último dia 30 de janeiro o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o Ministro da Defesa – veja bem Sr. Ministro, o Ministro da Defesa – da Venezuela, Padrino López, qualificou como belíssima a lei daquele país que autoriza os agentes públicos a atirar, a atirar, ou usar outros meios potencialmente letais contra manifestantes.

Imagine, Ministro, se isso aqui valesse no Brasil, no presente momento, com as manifestações que temos visto. Além disso, o governo venezuelano governa, agora, sob a chamada Lei Habilitante, Anti-imperialista, que autoriza o Presidente Nicolás Maduro a governar por meio de decreto em questões ligadas à segurança e defesa até o fim deste ano.

Então, Ministro, precisamos saber se o Governo brasileiro reprova esses acontecimentos. Se o brasileiro está de acordo com tudo isso ou o Governo brasileiro estaria se omitindo ante a gravidade dos acontecimentos venezuelanos? Essa é uma questão.

A outra, que eu gostaria que V. Exª nos respondesse, é com relação ao Mais Médicos – se não estou enganado o Senador Caiado quer também tocar nesse assunto mais tarde.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. *Fora do microfone*. Sem revisão do orador.) – Logo a seguir.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Logo a seguir.

Porque matéria da *Folha*, do último dia 21 de março, informa que o governo de Cuba está ameaçando cassar o diploma de profissionais do Mais Médicos que insistirem em manter familiares no Brasil. Como é que o Governo encara isso? Acredita nisso? O que sabe sobre isso? E o Jornal da Band veiculou, na semana passada, um áudio que indica que o principal objetivo do programa Mais Médicos é ajudar financeiramente Cuba. Será isso verdade? E como se posiciona o Governo?

E com relação à discriminação remuneratória dos médicos cubanos, que hoje são maioria dos estrangeiros que estão aqui. Recebem apenas uma parcela e mandam uma parcela maior da sua remuneração para o governo cubano. Afinal, como é que o Governo brasileiro se posiciona dentre essas questões?

Eram as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, indago ao Senador Caiado: a sua pergunta é sobre o tema? Se for sobre o tema, já junta tudo, por conexão, e o Ministro já responde antes de começar a próxima rodada de perguntas. Se for sobre esse tema...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... fazemos a conexão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Sem revisão do orador.) – ... Srªs e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Embaixador Mauro Vieira, sei que, pelo princípio da impessoalidade, ele vai ter que responder vários assuntos que não se referem à gestão dele que está se iniciando agora. Mas, lógico, que é uma política de Governo e, como tal, caberá a ele dizer qual é o sentimento do Governo Dilma dois.

Primeiro: eu gostaria que V. Exª, Presidente, autorizasse rapidamente a passagem de um trecho que é fundamental para que todos tomem conhecimento. Nós estamos discutindo aqui muita preocupação com o governo venezuelano, com o financiamento do governo cubano. Infelizmente essa prática já chegou internamente no Governo brasileiro. Essa é a realidade.

Quando dissemos que o projeto Mais Médicos não tinha nada de novidade, era um projeto que o João Santana havia implantado na Venezuela e que chamava Bairro Adentro, e que levava 35 mil – entre médicos e agentes cubanos, que são espiões – para montar os coletivos. E que a Opas servia como o navio negreiro para dar um visual de credibilidade a um repasse R$1,6 bilhão – os médicos cubanos recebem apenas R$170 milhões e o governo cubano R$1,4 bilhão.

É lógico que esse dinheiro deve ter vindo depois para o Brasil em forma de caixa dois, que é a nossa denúncia também. Mas a partir daí, Presidente, o que ficou demonstrado – e que o Senador Lasier também colo-

ca aqui – é que o Brasil é signatário de todos os tratados de direitos humanos, mas, de repente, o médico que vem de Portugal recebe R$10,4 mil e o médico que vem de Cuba recebe R$970. Depois de toda a nossa movimentação, o Lula diz: "Eu vou à Cuba e vou resolver isso". Eu e o Garcia também interferimos no pagamento para dizer que não poderia ser essa proporção.

Veja bem a que ponto nós chegamos: O Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desculpe. Quem é Garcia, no caso?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Marco Aurélio Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ah... Marco Aurélio Garcia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Há um intervalo ali também.

Bom, digo a V. Exª, Sr. Presidente, que o médico cubano é usado como mercadoria, compra de mercadoria. O cidadão não pode deslocar-se no País e, se tem os seus familiares no Brasil, está sendo ameaçado, como acaba de denunciar o nobre colega: se os familiares não voltarem para Cuba, os médicos serão cassados, desligados do programa e terão o diploma cancelado – e o Brasil é signatário de acordos internacionais de direitos humanos.

Ora, como é possível o cidadão não poder se deslocar pelo País? Mas o mais grave é, além de discutir o assunto de como iria fraudar o projeto... Mas quem discutiu o assunto, Sr. Ministro? Quem discutiu o assunto foi a representante da Opas com três assessores executivos do Ministro da Saúde, Padilha. "Como nós vamos fraudar o contrato?". Acertaram uma maneira de fraudar, está gravado, não é a voz da oposição. "Vamos fraudar, então. Vamos incluir Unasul e vamos incluir Mercosul para não dizer que é um contrato unilateral com Cuba para financiar Cuba".

Mas o mais grave, aí é o complemento final: olha, existem 50 assessores, que nós sabemos que são as pessoas que monitoram, são as pessoas que trazem a mensagem, pessoas que implantam o terrorismo de não poder se deslocar da cidade. As pessoas estão todas pilotadas por esses tidos assessores, que são espiões cubanos, que utilizam essa metodologia para implantar o clima de medo sobre eles.

O que a responsável pela Opas decide? Não há problema. Vou colocar no meu termo de ajuste que esses 50 vão entrar no Brasil como médicos. Médicos! O cidadão é espião do governo cubano. Ele simplesmente identificou todos os cinquenta como médicos.

Senador, V. Exª nem imagina o que esses pobres coitados estão vivendo. Veja bem, o Governo brasileiro ser conivente em dar uma cédula de identidade para um cidadão como médico e o Brasil pagar a esses espiões R$5,6 mil. Aos médicos cubanos, depois que o Lula foi lá falar com o colega Castro, da ditadura cubana, aumentou para R$2,4 mil, já como sendo uma grande concessão aos médicos cubanos.

Sr. Presidente, esta aqui é uma Comissão de altíssima importância e nós estamos falando com o Ministro das Relações Exteriores. Há poucos dias, ainda anterior à gestão do Ministro, o Ministro Jaua entra no Brasil, da Venezuela, faz um acordo com o MST para treinar o MST para formar coletivos.

Presidente, preocupo-me enormemente, neste momento, quando eu vejo o general de exército do Lula, o Stédile, num discurso lá em Caracas, convocar a América Latina para invadir o Brasil. Então, eu acho que estamos vivendo uma realidade que não é grave apenas lá na Venezuela e nem em Cuba. A gravidade dela está instalada aqui, com a conivência do Governo brasileiro para que a todo esse processo seja dada uma rotulagem de normalidade ou de prática democrática. É isso que falo sobre isso.

Se V. Exª me autorizar, é uma projeção rápida para que todos os Senadores que não tiveram oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quanto tempo, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...como o Senador Tasso Jereissati teve a gentileza de deixar que eu me aprofundasse sobre o tema e também o nobre colega. Eu gostaria de passar esse vídeo para não dizer que é uma posição de oposição. Quero deixar claro às pessoas que estão...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Qual é o...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...aí realmente envolvidas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quanto tempo tem esse vídeo, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ...diretamente neste processo.

Eu já encaminhei à Procuradoria-Geral da República, já pedi para que pudéssemos ouvi-los, certo? Que a Procuradoria pudesse ouvi-los e, ao mesmo tempo, esclarecer se são apenas esses 50 espiões inicialmente, ou se há outros lotes de espiões que também têm agora o diploma de médico aqui, no território brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Vamos ao vídeo. Depois, às palavras do Ministro.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... o vídeo? ...detonada nisso, isso é a aprovação pelo Congresso Nacional.

Senador, Ministro, V. Exª tem a palavra. Em seguida, Delcídio e Amorim e Hélio José.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, onde é que eu estou inscrito, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – V. Exª está inscrito também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Nessa sequência?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, na sequência: Delcídio, Amorim e Hélio José. Gleisi também se inscreveu. Já inscrevi também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu tinha solicitado a inscrição. Se não for possível, depois eu quero um "pela ordem", inclusive, para falar sobre o Programa Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, pois não. Diga, Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Eu tinha a convicção de que estava mais ou menos na sequência, em seguida ao Senador Ronaldo Caiado. Posso ter cometido algum lapso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O Caiado foi puxado para esse bloco por conexão. Mas vamos fazer o seguinte. V. Exª, junto com... Se nós pudermos fazer intervenções mais breves, podemos fazer a intervenção de todos. Não é? Está bem?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – É uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Aí, o Ministro responde. Então, na sequência, Delcídio, depois Amorim. Vamos seguir. Delcídio do Amaral. Primeiro, fazemos todas as perguntas já, Senador Delcídio. E, aí, depois, o Ministro responde em conjunto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Bom, eu queria cumprimentar o Ministro Mauro Vieira. E, em nome do Ministro, cumprimentar todo o Itamaraty, um time muito qualificado, que honra, com o seu trabalho, a política externa brasileira. Desejo, Ministro, ao senhor e a toda a equipe do Itamaraty muito sucesso nesse desafio que se apresenta, esperando que o Itamaraty recupere o protagonismo que sempre teve. Porque, lamentavelmente, acho que perdemos musculatura nos últimos anos, mesmo com toda a competência e o trabalho que o Itamaraty desenvolveu, ao longo aí de toda a sua história, com seus quadros ultrassuperqualificados.

Eu não vou entrar... Aqui já falaram da relação com os Estados Unidos, com a comunidade econômica europeia. E eu compartilho dessas preocupações também, porque são extremamente relevantes, mas eu vou tratar de um caso mais próximo, mais caseiro e mais associado ao meu Estado, o Mato Grosso do Sul. São as relações do Governo brasileiro com o Paraguai e com a Bolívia.

Eu digo isso porque, primeiro, temos uma relação muito próxima com os dois países. Mato Grosso do Sul faz divisa com o Paraguai e faz divisa com a Bolívia e, portanto, temos todos os movimentos ligados. Não só ao nosso Estado e ao Brasil, mas também ao Paraguai e à Bolívia, somos diretamente impactados, desde políticas nas regiões de fronteira, monitoramento, ações de desenvolvimento, utilização de equipamentos comunitários, a questão da educação, da saúde, das universidades. Enfim, nós temos aí um pacote amplo de interesses, mas, lamentavelmente, esses dois países não são lembrados sistematicamente ou permanentemente, segundo informações que tenho e também porque ando nesses países e, portanto, não falo porque ouvi, mas falo porque vi e conheço bem os dois países.

Primeiro, nós temos uma expectativa muito grande com relação ao Paraguai. Muito grande. O Paraguai, sem sombra de dúvida, vai passar por um grande surto de desenvolvimento nos próximos anos, inclusive, baseado em um projeto que foi desenvolvido com o Brasil: o Paraguai, com 14 mil megawatts instalados em Itaipu – o Paraguai teria metade dessa energia, quase toda ela é vendida para o Brasil –, mas pela primeira vez o Paraguai é atendido por uma linha de 500kV.

Lembro bem quando o Presidente Lula e o Presidente Lugo, à época, assinaram o acordo para a construção dessa linha. E essa linha vai trazer muito desenvolvimento para o Paraguai porque a energia é barata, a carga tributária é reduzida e, também, pela própria política de salários no Paraguai. Evidente que isso vai mudar em função do desenvolvimento do país.

Mas qual é a política, o que se pensa? Como eu ouvi aqui o senhor falar sobre os Estados Unidos, sobre a comunidade econômica europeia, sobre a Argentina, pergunto: o que se pensa com relação ao Paraguai?

Porque, se esses países se desenvolverem... E eu sou adepto da tese de que não adianta o Brasil crescer com países empobrecidos ao seu redor. Nós temos que ter uma política ampla, e não discriminar, muitas vezes, países sul-americanos que poderão ser importantes para o Brasil, desde que eles tenham também oportunidades e tenham desenvolvimento. Porque alguns desses países, lamentavelmente, em função da falta de opção,

levam violência para os países vizinhos, afora outras ilegalidades. Não vou aqui me estender, porque todos os Senadores e Senadoras conhecem muito bem esse assunto. Então, basicamente, o Paraguai e a Bolívia.

Até há pouco tempo, a Bolívia era tratada como um país exótico, lamentavelmente. Eu nasci na fronteira com a Bolívia, portanto, eu conheço relativamente bem as diferenças e as idiossincrasias políticas que pautam o dia a dia da Bolívia. Mas a realidade é que a Bolívia tem crescido muito. A Bolívia está crescendo 5,6% ao ano.

Tenho ouvido poucos comentários sobre a Bolívia, porque, anteriormente, os comentários eram sempre depreciativos. E a realidade é que a Bolívia cresce, tem uma política ousada de atração de investimentos, principalmente puxada pelo Vice-Presidente, Álvaro García Linera, que é um intelectual e uma pessoa que tem ajudado muito o Presidente Evo Morales, também, agora mais do que nunca, a governar o país.

Então, eu quero me restringir a esses dois países, como o Itamaraty está vendo essas relações comerciais, diplomáticas, como Paraguai e a Bolívia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão. Eu faço parte do time "quanto melhor, melhor". Sei que sua missão não é nada fácil, porque, infelizmente, a crise não é só fiscal, não. A crise não é só econômica, nem de crédito, ela também chegou ao Itamaraty. Mas minhas duas perguntas, Sr. Ministro, serão muito rápidas e objetivas, para ganharmos tempo.

Ministro, mais de 80% dos homicídios ocorridos no Brasil, no último ano, dos mais de 55 mil homicídios, o que coloca o Brasil em primeiro lugar do *ranking* mundial em número de homicídios – infelizmente, o meu Estado, Sergipe, já é o terceiro no País, proporcionalmente falando, com mais de mil homicídios no ano passado –, esses homicídios estão relacionados a drogas. Boa parte dessa droga vem de outros países. Que medidas o Governo pensa, se é que pensa, ou que pretende fazer realmente para impedir essa importação, esse tráfico em nosso País, e, assim, poupar vidas, famílias brasileiras, realmente, que estão sendo vítimas e mortas pelas ruas das nossas cidades?

A segunda pergunta, Sr. Ministro, está relacionada a um tema que tem ocorrido no mundo inteiro, mas que, por enquanto, ainda não se tem notícia de que isso aconteça no Brasil ou na América Latina, mas já se fala nisso. Tem-se verificado no mundo, especialmente nos países europeus, o crescente recrutamento de jovens para ingressarem as fileiras do Estado Islâmico, fato que tem chamado atenção dos mais diversos governos. Diante dessa realidade, Ministro, quais são as ações do nosso Estado brasileiro, o que ele pensa, o que pensamos para realizar, para inibir e evitar que jovens brasileiros sejam recrutados para esse Estado Islâmico? Ainda não temos notícia disso, mas, com certeza, é um problema mundial. Se não tomarmos as devidas precauções, com certeza, seremos atingidos, nossos jovens serão atingidos.

É somente isso, Ministro. Eu aguardo a resposta. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – ... a Deputada Jô Moraes, que dirige a Comissão de Relações Exteriores da Câmara e, nessa condição, preside também a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Esse é um tema que, seguramente, essa Comissão vai abordar.

Eu já abri inscrições, a partir de hoje, para a escolha de um membro desta Comissão nossa, a Comissão de Relações Exteriores do Senado, para integrar a Comissão presidida pela Deputada Jô Moraes.

Quem estiver interessado se inscreva, por favor, junto à Secretaria da Comissão, para que possamos eleger o nosso representante na outra semana.

Senador Agripino, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Ministro, eu acho que esta audiência pública deve estar sendo de grande valia para V. Exª, porque esta Casa tem a capacidade de transmitir opiniões refletidas sobre o momento que estamos vivendo e de fazer, inclusive, uma retrospectiva dos fatos pretéritos.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil atravessou, há alguns anos, um momento de grande bonança. Tinha grandes superávits de balança comercial, reservas externas formidáveis e pôde realizar alguns gestos ousados no campo da diplomacia.

Quanto à proliferação de embaixadas na África e em outros continentes, se eu fizesse, como cidadão, uma relação custo-benefício, ficaria decepcionado, mas o Brasil tinha a ambição de ocupar uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU e, em grande medida, investiu na abertura de embaixadas, com vista à obtenção de votos, eventuais votos, para o Conselho de Segurança da ONU.

O fato é que nós temos hoje embaixadas onde poucos países ricos do mundo têm embaixada, e é claro que isso nos leva a despesas.

O Brasil hoje passa por um aperto monumental. A queda do superávit primário é uma coisa fenomenal. Nós saímos de um superávit de dois e uns quebrados para um déficit de 0,6. Nós estamos com dificuldades

de caixa, de arrecadação, dificuldades cambiais, dificuldades de toda a natureza, e eu não sei se o Brasil vai ter condições de manter esse acervo de embaixadas que temos pelo mundo afora e que custam muito caro, já que os rendimentos para o País deixam muito a desejar.

O Brasil já atravessou um momento em que se dava ao luxo de, em nome de uma ideologia, praticar gestos de extrema solidariedade a países como Venezuela, como Cuba. No campo ideológico, chegou a exibir fotografias, que comprometeram a imagem do Brasil perante o mundo, com o falecido líder Kadafi e com o vivo ainda Ahmadinejad, do Irã, o que, de certa forma, compromete a relação do Brasil no campo comercial e na geração de emprego dentro do contexto internacional.

A minha pergunta e a minha preocupação estão voltadas para as oportunidades. A relação do Mercosul é uma relação que precisaria ser preservada, mas não pode ser instrumento de afogamento do Brasil. A relação comercial do Brasil com a Argentina, que é o segundo maior integrante do Mercosul, está em curva descendente violenta. A China, no ano que entra, deve nos passar em matéria de relação comercial bilateral

Veja: no principal bloco comercial, Mercosul, os dois principais protagonistas são Brasil e Argentina, mas estamos sendo torpedeados por um protagonista externo, a China, que, por razões de competitividade – esta é uma questão que nos diz respeito –, está nos atropelando. E nós estamos insistindo na manutenção de um bloco comercial, sem levar em consideração outros blocos aqui vizinhos, como o Pacto Andino – Colômbia, Peru, Chile –, diferentemente do que a Venezuela foi e não é mais, porque a Venezuela, no tempo da PDVSA forte, produzia superávit de balança comercial; hoje, não mais. Hoje, o quadro é de deterioração.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exª qual é a posição do Itamaraty, dentro da sua experiência, com vista à manutenção dessa plêiade de embaixadas que significam, em matéria de gasto público – na minha opinião –, um desperdício; e a sua opinião sobre essas relações privilegiadas movidas a ideologia, tipo Irã, Venezuela, Cuba, etc.

São essas as perguntas que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não. Os dois últimos...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Com a manifestação de crença a sua capacidade, porque eu conheço V. Exª de algum tempo, sei que V. Exª foi um grande embaixador na Argentina, um grande embaixador nos Estados Unidos, e está apetrechado, se lhe derem força, para melhorar as coisas no âmbito da pasta que V. Exª conduz.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem. Obrigado, Senador Agripino.

Finalmente, Senador Hélio José e Senadora Gleisi Hoffmann, para encerrar as intervenções dos Senadores. Passarei, em seguida, a palavra ao Ministro.

Com a brevidade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, Senador Aloysio, Senador Luiz Henrique, meus parabéns pela condução belíssima dos trabalhos, Embaixador Mauro, é com muito prazer que estou aqui para conversar com V. Exª.

Eu quero mudar totalmente de assunto, quero conversar aqui sobre a questão que o Senador Delcídio levantou, a importância da energia no caso da Bolívia, do Paraguai. Eu quero falar sobre a importância da energia alternativa para o Brasil.

O aquecimento global nos obriga a alternativas energéticas de fontes renováveis, das quais a eólica e a fotovoltaica se destacam. Diante desse quadro, o Brasil precisa ingressar, de forma sustentável, no mercado de energia fotovoltaica, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico, a exemplo do que aconteceu com a eólica.

Precisamos definir políticas públicas de incentivo ou regulamentação para implantar energia fotovoltaica nas redes concessionárias de eletrificação rural e urbana, além da aplicação de mecanismos regulatórios para o fomento empresarial e o incentivo à inovação tecnológica, o que vai gerar milhões de empregos de alto valor agregado e promover a produção de energia renovável e ambientalmente limpa, visto o elevado potencial solar existente em nosso País.

É imperativo que ocorram investimentos em pesquisa tecnológica e desenvolvimento industrial no Brasil. Precisamos traçar uma estratégia nacional, em face das oportunidades das tecnologias e recursos naturais, para a produção de energia fotovoltaica no Brasil.

Diante do exposto, gostaria de saber de que forma o Ministério das Relações Exteriores pode contribuir para que o Brasil se torne um grande produtor de energia limpa.

Ministro, o nosso potencial é muito grande, está certo? Nós estamos vivendo uma série de dificuldades energéticas, essa estiagem enorme nesses últimos dois anos, a questão dos investimentos brasileiros que não foram em turbinas a fio d'água, que dificultou a questão da energia estancada. E essa energia doméstica, que

a gente pode estar incentivando, que hoje, em alguns países da Europa, Portugal, Espanha, os países nórdicos, a Alemanha, tem feito a diferença a diferença na matriz energética. Eles com a tecnologia altamente avançada com relação a isso, e o nosso País bastante atrasado, sendo um dos maiores produtores de silício do mundo, que é a matéria-prima.

Eu gostaria de saber como é a gente, no Ministério das Relações Exteriores, pode facilitar. Eu estou fazendo contato com uma série de países a respeito disso. Estou exatamente nesta Casa, na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infraestrutura e aqui, tentando discutir essa importância de a gente mudar a nossa matriz energética. Então, seria muito importante entender como é que o Ministério pode colaborar com a gente nessa busca.

Eu gostaria de, também, além dessa questão da cooperação tecnológica, ver como a gente pode buscar isso para os empresários nacionais.

Falando nisso, vamos lançar a Frente Parlamentar da Infraestrutura no próximo dia 1º, de 9h às 10h, no Salão Nobre do Congresso, onde vamos chamar os parlamentares das duas Casas para integrar essa importante discussão. Hoje, eu estive na apresentação da CNI, da sua proposta para o Congresso Nacional, e vejo como bastante oportuna essa discussão.

Outro ponto de vista que eu queria entender: eu estive como turista, numa oportunidade em que um sobrinho meu se formou em Medicina, justamente em Cuba. Então, pude conhecer aquele país por dentro. Andei quase um mês de carro em todos os cantos de Cuba, e percebi que Cuba vai ter uma grande abertura no mercado com relação à recuperação de Havana, que seria uma oportunidade para os empresários da construção civil brasileira. Inclusive, os Estados Unidos reatarem as relações com Cuba, percebemos que exatamente para que os empresários americanos adentrem para recuperar a cidade de Havana.

Então, eu queria saber se há alguma conversa, alguma relação do Brasil, no sentido de propiciar que os empresários brasileiros da construção civil possam contribuir para a recuperação de Havana?

E um outro detalhe, e último, seria com relação à questão da OEA: parece que houve agora recentemente a eleição do Secretário-Geral da OEA. Por que o Brasil não lançou candidato? Por que apoiou o Uruguai nessa questão? Não seria oportuno, exatamente por causa dessas relações americanas, o Brasil ter lançado um candidato próprio?

Obrigado, Mauro, e conte com a nossa colaboração sempre.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Exª, não tive ainda oportunidade de participar das reuniões aqui, nem da reunião de instalação.

Parabéns, desejo muito sucesso na condução desta Comissão. Também ao Senador Luiz Henrique e, particularmente, ao nosso Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, com quem tive o prazer de conviver no Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Embora sendo Embaixador na Argentina, ajudou muito nas relações com o Paraguai e ajudou muito nas definições da política da Binacional, então, é um prazer tê-lo aqui.

Eu queria, antes de fazer as perguntas a V. Exª, apenas colocar um pouco a minha... Cheguei aqui na Comissão – eu tinha feito parte desta Comissão como membro suplente em 2011, antes de ir para a Casa Civil; quando retornei, não foi a comissão para a qual eu vim – indicada novamente pelo Partido para estar aqui. E estou meio assustada com o nível da discussão aqui, quero lhe dizer, Presidente. Porque, na realidade, parece que estamos voltando ao tempo da guerra fria tal é o preconceito e a forma como são tratados alguns Estados, a relação e o tratamento em relação a alguns países parceiros do Brasil. Fico realmente muito assustada com isso.

Até porque nós tivemos um avanço importantíssimo no final do ano passado, que foi exatamente a flexibilização do embargo dos Estados Unidos em relação à Cuba. Comemoramos muito isso, porque é um avanço nas relações comerciais, mas, também, humanitárias e de desenvolvimento, patrocinados pelo Presidente Obama, um gesto moderno de gestão, de ação entre países e também pelo Papa Francisco, que foi comemorado por todos, pela imprensa brasileira, enfim, pelas autoridades internacionais. E, parece-me, que agora voltamos aqui um pouco ao tempo da guerra fria.

Eu queria deixar isso registrado. E, também, queria, antes de entrar nas perguntas, falar um pouquinho do Programa Mais Médicos.

Tive a oportunidade, junto com o Embaixador Mauro Vieira, de participar da construção deste Programa, inclusive da mobilização dos nossos embaixadores em vários países, como Portugal, Espanha, Itália, para que pudéssemos abrir oportunidades de médicos estrangeiros virem atuar no Brasil, sem antes deixar de oferecer a possibilidade para os médicos brasileiros, através do Provab. E lembro que abrimos mais de 12 mil vagas na

época, em 2013, primeiro para os brasileiros e, infelizmente, nós tivemos menos de 1,8 mil médicos brasileiros que se inscreveram e que ficaram nos postos de atuação.

Depois disso, abrimos e tivemos também mais 1,7 mil médicos de outras nacionalidades e, depois, 14 mil médicos cubanos. Essa experiência de Cuba que não é feita só com o Brasil, é feita com mais de 60 países. Cuba tem médicos inclusive nos Estados Unidos. E não sei se V. Exªs sabem, Cuba, hoje, tem os médicos que estão enfrentando o ebola na África, e estão conseguindo, realmente, enfrentar uma doença extremamente perversa. E os médicos cubanos são chamados aos mais diversos países para ajudar, principalmente na saúde básica. E isso foi muito discutido na época, inclusive pelo Congresso Nacional, foi discutido pelos Parlamentares. Tivemos todos os tipos de preconceitos externados neste País, aliás, passamos vergonha com isso, em que médicos brasileiros receberam mal os médicos cubanos que vieram ao Brasil atender.

Eu acho que seria importante, antes de criticar o Programa, nós sabermos quais são os resultados que ele está trazendo.

Hoje, temos esses médicos cubanos, brasileiros, estrangeiros, atuando no Brasil e melhorando a qualidade da saúde básica brasileira.

Eu, particularmente, visitei várias unidades de saúde, não só como Ministra, mas, depois, como Senadora, e pude ouvir, ouvir de pai, de mãe, de pessoas que foram atendidas pelos médicos, que me disseram: "Olha, o médico é muito humano, porque ele toca a gente, ele não tem nojo, ele não só conversa, ele não fica dez minutos, fica meia hora me examinando, quarenta minutos, perguntando o que eu tenho, ajudando a ter a solução para o meu caso. Isso tem melhorado muito, efetivamente, a saúde pública brasileira.

Então, eu acho que, antes de externarmos esses preconceitos, antes de nós fazermos esses discursos, voltados contra um programa que está dando certo, teríamos que ver o resultado. E, se fosse um programa implantado no Brasil, sem nenhuma discussão com a sociedade, poderíamos até achar que o preconceito aqui tem uma certa razão, mas não foi o que aconteceu: foi um dos programas mais debatidos na sociedade brasileira.

E eu queria, por fim, fazer três perguntas ao nosso Ministro.

A primeira, em relação aos acordos fora do eixo Mercosul, mas dos quais o Mercosul faz parte. O Mercosul já apresentou a sua proposta para o acordo com a União Europeia. No entanto, até agora, o bloco europeu não apresentou a sua contraproposta. Quais as principais barreiras para se consumar esse acordo, Ministro?

A OMC tem avançado lentamente para concluir a chamada Rodada de Doha, que vem desde 2001. Um dos grandes entraves diz respeito à agricultura, que, nos países desenvolvidos, goza de uma grande proteção não tarifária e do apoio de uma generosa política de subsídios. Essa demora tende a enfraquecer o sistema multilateral de comércio e a estimular acordos regionais e bilaterais, nos quais, em geral, se consolidam dada a disparidade na correlação de forças nas negociações – há assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

V. Exª vislumbra progressos nessas negociações num horizonte próximo?

Nós temos acompanhado algumas notícias de jornal, mas não necessariamente com prazo determinado a isso.

E, por final, não poderia deixar de perguntar a V. Exª, Embaixador Mauro Vieira, até porque diz respeito ao meu Estado, o Estado do Paraná – e não quero entrar aqui em valores ou posicionamentos de países –, a situação do cidadão paranaense Rodrigo Gularte, que está preso por tráfico internacional de drogas na Indonésia e condenado à pena capital naquele país. Qual é a situação dele atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Com a palavra o Ministro Mauro Vieira.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar por agradecer as palavras tão generosas do Senador Luiz Henrique sobre mim, sobre o período em que, efetivamente, convivemos, mas em que V. Exª teve um papel protagônico importantíssimo como o segundo Ministro da Ciência e Tecnologia, cedendo ao saudoso Ministro Renato Archer.

V. Exª, como nessa ocasião, como Deputado, posterior e anteriormente como Prefeito, como Governador do seu Estado, sempre teve um papel de grande participação nos grandes interesses da vida pública brasileira.

Eu queria agradecer muito as suas palavras.

Muito obrigado!

Passo às perguntas, que foram muitas. Espero ter anotado todas aqui. Se faltar, por favor, peço que me cobrem!

O Senador Tasso Jereissati perguntou se haveria mudanças na política externa brasileira.

A política externa brasileira é orientada por princípios de Estado. A política externa é orientada pela defesa do interesse brasileiro em todas as áreas e é pautada pelos princípios constitucionais: de não interferência nos negócios externos; de defesa do multilateralismo; de defesa pacífica dos diferendos entre países; do respei-

to aos direitos humanos; da defesa do multilateralismo. A nossa política externa sempre se pautou por esses princípios e tenho certeza de que continuará se pautando por eles sempre na defesa do interesse brasileiro, sempre perseguindo os melhores resultados, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico.

Nós temos relações as mais variadas com todos os países, de todas as orientações. E, aí, entra um pouco também numa das perguntas, que foi a questão da presença do Brasil no exterior.

Nós temos um diálogo de Estado e dialogamos com os países na defesa dos interesses brasileiros. Nós, por sermos atores globais e estarmos presentes em tantos países, temos condições de levar a presença do Brasil, também a palavra do Brasil e a forma de o Brasil ver o mundo a diferentes recantos do Planeta.

Com relação especificamente às embaixadas, acho que é muito importante o aumento do número de embaixadas brasileiras no exterior. Isso foi fundamental e é fundamental por causa da presença do Brasil.

Nós temos também muitas embaixadas cumulativas. O senhor se referiu ao Paquistão, e, de fato, temos muitas embaixadas cumulativas. Embaixadores residentes num País que representam o Brasil também em outro. Na Ásia central e na Ásia é muito comum. Na África ainda há várias. Na África, nós abrimos várias embaixadas e temos hoje em dia um número expressivo. Temos 37 embaixadas na África, e isso foi aberto sobretudo no período de 2003 a 2010.

Nesse período, durante o Governo do Presidente Lula, deixamos de ter embaixadores cumulativos que eram residentes num País e representavam o Brasil também em países vizinhos. Passamos a ter essa presença, que foi muito importante em inúmeras ocasiões, não só para defender uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, mas para promover as exportações brasileiras.

Há estatísticas que comprovam um aumento num período de 10 anos em países onde abrimos embaixadas mais recentes em que houve o aumento do fluxo de comércio bilateral da ordem de 190%.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Eu gostaria, se V. Exª me permitir, de ter esses números. Se se justifica a despesa que a gente tem nessas embaixadas, principalmente no dia de hoje, *versus* o resultado que temos no intercâmbio comercial.

Esses números eu gostaria de ter, porque me parece que no momento em que fazemos cortes profundos no próprio Itamaraty, não tem nenhum sentido a não ser que V. Exª me prove que isso tem resultados comerciais de grande monta, o que não acredito.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Há, sem dúvida, um resultado positivo e muito positivo na questão de comércio bilateral.

Comprometo-me a mandar por escrito para o senhor todos os dados das aberturas da embaixadas e de comércio com esses países. E posso lhe dizer que, de forma geral, a estatística prova que houve um aumento de 190% em média do nosso fluxo comercial com essas embaixadas novas abertas, muitas delas no leste europeu, ex-países da União Soviética e também muitos na África e na Ásia.

Outra questão que é absolutamente indispensável: não se faz política externa sem a presença. A embaixada cumulativa é importante. É melhor ter que não ter.

O Brasil tem relações diplomáticas com todos os países que são membros da ONU. Infelizmente não temos, o ideal seria ter embaixadas em todos os países, mas não temos e não podemos ter. Mas é muito importante a presença, porque, no momento em que necessitamos de apoio de países para posições nossas em organismos internacionais ou para apresentar e defender posições nossas com relação a temas importantes e destaque da vida internacional, é preciso ter uma embaixada.

Nós não teríamos logrado a eleição do Dr. José Graziano para a FAO, organização de agricultura da ONU; não teríamos logrado a eleição do Embaixador Roberto Azevedo para a OMC, se não tivéssemos tanta presença. O senhor sabe que no Caribe foi fundamental. O Brasil não é o único país a ter embaixadas em todos os países do Caribe. Para eleição também do novo Secretário-Geral da OEA, o Caribe foi uma peça fundamental e nós apoiamos a candidatura do novo Secretário-Geral Luis Almagro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Se me permite novamente, gostaria de saber, e vamos ter isso com certeza, quanto custam essas embaixadas, cerca só de 70 que estamos falando, para eleger o Roberto Azevedo para diretor da Organização Mundial do Comércio. Que não foi bem, pelo que eu li, pelos artigos que saíram na imprensa, essas embaixadas que tornaram a eleição dele possível.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – O custo é muito relativo, e vale a pena assumir esse custo.

É evidente que embaixadas grandes como a de Washington, embaixadas grandes na Europa, ou no Japão ou na China, custam mais caro. Agora, em muitos países, o custo de manutenção de uma embaixada é reduzido e é amplamente compensado pelo ganho político e pelo ganho econômico e comercial que se obtém com essa presença.

O senhor não tenha dúvidas de que é muito importante essa presença. Dou o exemplo específico dos países dos Caribe, pela abertura que existe e a receptividade que há para as iniciativas brasileiras.

A presença da embaixada é seguida também sempre de programas que são desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação, que é um órgão do Itamaraty, que promove projetos de cooperação técnica. E com o conhecimento do terreno local, essa interlocução e a realização desses programas é muito mais eficiente e com resultados muito mais positivos.

As embaixadas do Caribe têm um custo reduzido, assim como várias outras que foram abertas recentemente. São embaixadas pequenas, são embaixadas de tamanho muito reduzido, como muitos países fazem. Não é só o Brasil.

E com relação ao orçamento do Itamaraty, ele suportou perfeitamente a abertura dessas embaixadas. E não foram setenta. Foi um número mais reduzido, em torno de 48, 50, no total, incluindo a abertura de consulados, de delegações permanentes junto a organismos, para consolidar a presença do Brasil no mundo. Isso foi absorvido pelo orçamento do Itamaraty.

É evidente que nós temos dificuldades no orçamento. Para a presença que o Brasil demanda no exterior, precisávamos ter um orçamento muito maior. Mas nós atuamos de acordo com a realidade, dentro dos recursos que temos.

O fato mais difícil da execução orçamentária brasileira, da execução orçamentária do Itamaraty, é a questão do câmbio. Grande parte, 89% do nosso orçamento é despendido no exterior. Então, é evidente que flutuações cambiais, como a que estamos vendo recentemente, têm um impacto.

Mas o que eu queria dizer é que, desde o momento em que fui convidado, no momento em que fui convidado pela Presidenta Dilma Rousseff para assumir essa função, e ao longo de todo esse curto período, menos de três meses em que estou na função, todas as vezes em que estive com ela, ela me deu total apoio e garantias de que seriam dados os recursos necessários para a manutenção dessa rede de embaixadas no exterior.

Não seria possível um corte orçamentário que implicasse a redução dos recursos de forma tal que não se permitisse pagar as contas básicas, contratos de aluguel e tudo o mais. A Presidente evidentemente é sensível a isso e, conhecedora disso, sempre me deu todo o apoio. E eu estou trabalhando com os ministérios envolvidos, com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Fazenda, para a adequação desses recursos para que o Brasil não deixe de cumprir os seus compromissos que são absolutamente indispensáveis.

Mas o que eu queria dizer ao senhor é que lamentavelmente a nossa rede de embaixadas...o ideal é que fosse maior ainda. Mas nós estamos presentes em um número enorme de países na África; estamos presentes nas ex-Repúblicas Soviéticas; no Leste Europeu, de uma forma importante; estamos presentes no Caribe, onde estão outros países grandes também. Os Estados Unidos também estão presentes em todos esses países e em muitos mais.

Agora, o Brasil não está sozinho nesses países. Há muitos desses países. Eu posso também mandar a lista dos países que têm representação em cada um desses Estados e o senhor pode se surpreender de ver países que até consideramos pequenos estão representados e veem na representação diplomática um grande instrumento de promoção de exportações, de promoção das produções do país, e, sobretudo, de apoio para importantes decisões internacionais que fazem falta na conserto das nações, seja na ONU, sejam nos organismos especializados, onde é absolutamente indispensável que haja esse apoio.

Sobre as embaixadas cumulativas, eu respondi.

Eu queria responder também ao Senador Lasier Martins a questão da Venezuela e da...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Qual é o papel do Sr. Marco Aurélio? Tem relação hierárquica com a embaixada?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Não, não há nenhuma. Ele é assessor especial da Presidente da República para assuntos internacionais. É uma função que existe há muitos anos, uma função que foi criada nos anos 50, que raramente foi ocupada por diplomatas. Augusto Frederico Schmidt já teve essa função. A função de Assessor Especial para Relações Exteriores da Presidência da República é muito importante, porque, entre outras coisas, é um canal de comunicação com a Presidência e com a Presidenta, com o Chefe do Executivo.

Não se poderia imaginar que o Ministro do Exterior pudesse ir à Presidência da República todas as vezes que for necessário levando todo tipo de documento. Há um despacho indireto que é feito do Itamaraty, que manda uma série de documentos para Assessoria Internacional, que, por meio desta, são levados ao conhecimento do Presidente da República. É uma facilitação, é um canal de facilitação. Depois, o Professor Marco Aurélio, que é um distinguido acadêmico, professor universitário, sempre trabalhou em consulta constante – e fui chefe do gabinete do Ministro Celso Amorim e, nessa condição, convivi com a Senadora Gleisi Hoffmann, no princípio do meu período, no Conselho de Administração de Itaipu, depois como embaixador em Buenos Aires – e assisti a forma como ele ajudou na tramitação tramitação dos papeis e dos assuntos e como sempre foi um conselheiro importante do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff. Ele tem uma rede de contatos no Brasil e no exterior que ajudam muito o desempenho de suas funções.

Agora, não há nenhuma forma de subordinação e, sim, de colaboração. Ele é um funcionário que muito ajuda o Itamaraty no desempenho de suas funções. Assisti e vi isso como chefe de gabinete do Ministro e vejo agora como titular da pasta. É uma função muito importante, que ajuda e com quem temos contatos constantes. Ele é a pessoa que organiza, que recebe os subsídios que o Itamaraty manda, que prepara os discursos da Presidente na área internacional. Só posso ter palavras de apreço, de elogio e de agradecimento à ação e postura do Professor Marco Aurélio, nessa função, na Presidência da República.

Com relação à pergunta do Senador Delcídio do Amaral sobre a questão do Paraguai e da Bolívia, queria dizer que concordo plenamente com o senhor: são dois países importantes e que vêm tendo taxas de crescimento enormes, surpreendentes.

Acabo de fazer uma visita bilateral ao Paraguai, que comentei com a Senadora Gleisi Hoffmann também, que tem um envolvimento constante na fronteira compartida com o Paraguai de seu Estado. Ambos os países, tanto a Bolívia quanto o Paraguai, têm taxas impressionantes de crescimento.

No Paraguai, estive com o Presidente Cartes, que tem interesse total em desenvolver relações mais próximas e intensas com o Brasil. Ele disse que o Mercosul é o maior produtor mundial de grãos, de alimentos, o que é verdade. Juntando Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai e mesmo Bolívia, a região baixa da Bolívia, temos um celeiro de grãos para o mundo. E salientou a disposição de cooperar em várias áreas, inclusive na questão de drogas, em que manifestou total interesse num programa, cada vez mais profundo e mais próximo, de cooperação na área de combate ao narcotráfico, que realmente é um flagelo que afeta todos os países.

Com relação à Lei Habilitante, Senador Lasier, queria dizer ao senhor que esse instituto...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE. *Fora do microfone*.) – E com relação à Bolívia? V. Exª falou só sobre o Paraguai.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Ah, sim. A Bolívia também é um país com enormes reservas naturais, um país importante, que vem apresentando uma taxa de crescimento econômico impressionante.

Estive na Bolívia para a inauguração do terceiro mandato do Presidente Evo Morales. Não visitava a Bolívia, há muitos anos, há mais ou menos dez anos, e fiquei muito bem impressionado com o que vi, com o resultado das grandes conquistas econômicas que foram obtidas pela sociedade, pelo povo, enfim, com a transformação da fisionomia do País e da cidade de La Paz – fiquei muito bem impressionado! E, sem dúvida, é um país importantíssimo também para o Brasil e com o qual compartilhamos a maior fronteira – 3,5 mil quilômetros de fronteira terrestre, que é, evidentemente, uma fronteira que requer muito cuidado, muita atenção, muita vigilância, justamente para combater todo o tipo de crime transnacional. E o Governo brasileiro tem toda a intenção de continuar trabalhando muito proximamente não só do Paraguai e da Bolívia, mas também de todos os outros países fronteiriços, para se implementarem os projetos e as políticas necessárias, para resguardar essa região.

Com relação à Lei Habilitante, queria dizer, Senador Lasier Martins, que é um instituto antigo na legislação constitucional venezuelana. Ele foi utilizado pelo Presidente Betancourt, pelo Presidente Andrés Pérez, pelo Presidente Lusinchi e pelo Presidente Caldera. O Presidente Carlos Andrés Pérez, do Copei, governou, quase o seu mandato inteiro, com a Lei Habilitante.

A Lei Habilitante estabelece quais são as áreas, quais são os setores, em que pode haver decreto-lei, pode haver legislação por decreto, e quais são as áreas. E aí são áreas de segurança. Nesse caso específico, foram casos, foi a área de segurança nacional, de espionagem e outros setores. Agora, não é uma novidade, não foi uma coisa...

Digo isso, porque. para mim, foi uma surpresa; tomei conhecimento recentemente, quando passei a integrar essa missão, essa troica de Ministros da Unasul. Não tinha conhecimento da existência desse instituto, da Lei Habilitante; e me surpreendi, porque me dei conta de que é antigo, vem dos anos 60.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Desabilitante. (*Risos.*)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Desabilitante, dependendo da forma com que for utilizada. Agora, na hora da concessão da lei, o Legislativo ampliou, inclusive, não só a duração, a validade da lei, como também o escopo.

Com relação, Senador Ronaldo Caiado, à questão dos Mais Médicos, queria mencionar que o Itamaraty participou desse programa todo, apenas na elaboração do projeto de medida provisória, só, única e especificamente, na área dos vistos, na questão dos vistos. Foram examinadas formas para que os vistos pudessem ser dados e para que acomodassem a participação não especificamente para cubanos, mas para todos os estrangeiros. Mesmo os que procediam de países para os quais não pedimos vistos precisariam ter algum tipo de visto permanente que permitisse que eles exercessem a profissão aqui.

Então, o Itamaraty participou da discussão e foi criado um tipo novo de visto chamado Visto Temporário de Acompanhamento Médico (Vicam), que é dado para todos os participantes do Programa Mais Médicos e é dado também, estendido, aos familiares, aos dependentes, cônjuges, companheiros, companheiras dos mé-

dicos que estão no programa, pelo princípio da união familiar. Esse é um princípio que rege a nossa legislação de vistos. Sempre concedemos os vistos para a união familiar.

E os países que recebem, de origem, dos médicos e das famílias aceitam a concessão dos vistos brasileiros. Nós não negociamos, nós não pedimos autorização para outros países darem esses vistos. Esses vistos são dados, são concedidos nessa base.

A participação do Itamaraty, na questão do programa, limitou-se a isso, à questão dos vistos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para V. Exª concluir o raciocínio.

O que discuto é o problema da soberania brasileira. No momento em que um cidadão não tem a qualificação nem a formação médica, ele está aqui para patrulhar as pessoas, e a esse cidadão, é dado a ele, com a conivência do Governo brasileiro, um diploma de médico, e V. Exª, ou seja, o Itamaraty, concede a ele um passaporte como médico.

Desculpe-me, Sr. Ministro, mas essa atitude não é uma atitude simplista; ela afronta a Constituição brasileira, todos os tratados de que somos signatários e a soberania brasileira.

Como é que o Itamaraty vai... Isso está definido agora: se o cidadão não é médico e recebe o título de médico, como o Itamaraty lhe concede um passaporte como médico? Eu acredito que V. Exª deverá... Já entramos na Procuradoria-Geral da República, mas eu acredito também que o Itamaraty deverá levantar que pessoas são essas que estão no Brasil. Porque, senão, amanhã, qualquer um pode se reunir, montar um governo, trazer quem quiser para dentro do Brasil e o Itamaraty dá o passaporte.

Esse é o fato. Qual é a triagem que é feita dessas pessoas? Qual é a qualificação que é dada a essas pessoas? Esse é o ponto de vista.

Solicito a V. Exª que reveja essa posição. Como o antecessor de V. Exª reconheceu que a entrada do Ministro da Venezuela, para fazer acordo com o MST, agrediu a soberania brasileira – e ele reconheceu publicamente isso em audiência na Câmara dos Deputados –, eu acredito que V. Exª também não será, vamos dizer, parcial nesse momento em que esses cubanos estão sendo usados para patrulhar os outros com o título de médico.

É essa a nossa indignação. Ou seja, o que está acontecendo hoje na Venezuela está muito fortemente acontecendo dentro da estrutura de governo do País. Nós estamos preocupados com a Venezuela e o processo aqui está bem avançado.

Essa é minha preocupação. E gostaria de que V. Exª soubesse que vamos exigir a identificação dessas pessoas. O que elas são, o que elas fazem e por que elas receberam a conivência do governo para implantar esse sistema de patrulhamento?

Muito obrigado.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Senador Caiado, eu queria dizer a V. Exª que, primeiro, a atuação do Itamaraty se limita à questão dos vistos. O Itamaraty não concede passaporte para nenhum participante do Programa Mais Médicos; nós apenas colocamos um visto para que eles possam trabalhar, nos passaportes seus, originários de seus países. Há espanhóis, portugueses, há cubanos, de vários países, há chilenos, há de vários países. Nós colocamos um visto, mesmo nos passaportes de médicos originários de países que não precisariam de vistos, mas precisam, sim, para esse programa, porque é um visto de trabalho, e é um visto de trabalho adaptado para médicos que vêm exercer suas funções.

Quanto a essas pessoas que o senhor diz que vêm patrulhar. Eu não tenho conhecimento total da questão e do programa, porque, como disse ao senhor, não participei, aliás nem eu, nem meu antecessor, o Embaixador Figueiredo, isso vem de 2013, ainda da época do Embaixador Patriota, mas ele também não participou da elaboração do programa; nós só participamos dessa questão única e exclusiva em que o Brasil tem a competência, que é a questão dos vistos.

Agora, o que existe previsto – e me informei, por ter visto na imprensa – é que há 50 consultores da Organização Pan-Americana de Saúde – e, até onde sei, ninguém tem título de médico ou passaporte identificando-o como médico –, ou seja, são funcionários de um organismo internacional que vêm ao Brasil, que trabalham na base da organização, da OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde, que é uma organização antiga, com mais de 100 anos – é mais antiga do que a Organização Mundial da Saúde –, e essa organização têm consultores que acompanham a execução do programa. E eles vêm e voltam. Essa é a informação que tenho; não sei se há outra, mas, como não é da minha área de competência, não posso afirmar mais do que isso. Agora, são funcionários de diferentes nacionalidades. Haverá também alguns cubanos, mas são funcionários de uma organização internacional.

E o acordo todo que deu natureza ao Mais Médicos, especificamente com relação aos médicos cubanos, é um acordo que foi feito com a Organização Pan-Americana de Saúde e esta, por sua vez, com Cuba. E, como foi dito aqui, os médicos cubanos estão presentes em mais de 100 países ou perto disso.

Na América Latina, eles estão em Honduras, na Venezuela, no Equador e na Bolívia; e, mais recentemente, têm uma presença muito forte na África ocidental, bem como têm um papel, que foi muito destacado nos Estados Unidos – e a Senadora Gleisi Hoffmann fez referência –, na questão do combate ao ebola. Foi muito destacada e muito elogiada a participação dos médicos cubanos, porque eles foram praticamente os únicos que estiveram lá, em campo, se expondo e combatendo, com o conhecimento da grande crise, da grande epidemia, com conhecimento técnico e preparação para essa questão. Agora, eu não posso, realmente, acrescentar mais do que isso porque não é da minha área específica, da minha área de responsabilidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Eu entendo, Sr. Ministro, mas eu gostaria de dizer ao senhor que dessa área eu entendo um pouco, pois estou há 40 anos no exercício da Medicina.

Eu quero dizer a V. Exª que é uma matéria indefensável, até porque o médico, como profissional, como qualquer profissional, tem o direito a sua remuneração. Nada mais digno e respeitoso. E o Brasil está aberto a qualquer um que queira exercer a sua atividade. O que não é correto e é indefensável – e V. Exª é um homem de formação republicana e democrata – é fazer com que o cidadão seja utilizado como mercadoria. A fonte de renda de Cuba, hoje, é exportar médicos e dar a eles valores irrisórios,insignificantes, e se beneficiar de 90% do valor que o país repassa. Isso é algo que, realmente, mostra uma situação que os países europeus não aceitaram. Tanto a França não aceitou, a Itália não aceitou como Portugal não aceitou. Outros países, sim, como V. Exª citou, que são coniventes com esse processo cubano, aceitaram a utilização do cidadão como mercadoria para aceitar dinheiro. A Venezuela repassava 300 mil barris/dia de petróleo a Cuba, como pagamento das parcelas dos cubanos. Nós, brasileiros, estamos passando R$1,4 bilhão.

Então, este é um fato que causa indignação: o cidadão ser tratado como mercadoria. Esse é um fato indefensável. E, aí, eu acho que o Governo brasileiro, se não tomar posição clara em relação a isso, perde total credibilidade para falar em direitos humanos. É outra matéria, e a Ministra também já foi convocada para falar sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Dando sequência.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Bom; com relação às perguntas do Senador José Agripino Maia, acho que uma parte delas eu respondi, ou seja, sobre a criação recente das embaixadas, e posso também mandar a V. Exª todos os dados que temos a respeito da criação das mais recentes embaixadas e do impacto que tivemos tanto no Orçamento quanto em questões de comércio exterior.

Da Venezuela, também já falei longamente.

Sobre o Irã, eu poderia dizer ao senhor que é um parceiro comercial muito importante para o Brasil, que tem um grande superávit, e chegamos a ter um comércio de US$2,5 bilhão, praticamente com superávit para o Brasil por todo o tempo, por todo o período. Esse comércio caiu em consequência das sanções aplicadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, o que dificultou o acesso do Irã a divisas para financiar o comércio bilateral, mas, mesmo assim, ainda é grande, é de US$1,3 bilhão, algo dessa grandeza. Enfim, o Irã está negociando com o chamado P5+1 – os países membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha – um acordo para a questão do programa nuclear, e acho que estamos muito próximos de uma solução. Tenho acompanhado não só pela observação das nossas embaixadas em Teerã e em Viena, na Agência Internacional, mas também pela imprensa, e acho que será um fato muito importante. Será muito auspicioso que esse acordo seja atingido no mais curto prazo possível.

O Brasil mesmo, no passado, tentou, junto com a Turquia, intermediar um acordo. Lamentavelmente, o acordo foi aceito pelas partes, mas não foi totalmente implementado. Já teríamos ganhado cinco anos. Perdemos cinco anos em que as atividades iranianas avançaram, e o acordo, a chamado Declaração de Teerã, foi, no momento, uma grande conquista. Tenho certeza de que o acordo atual não será tão abrangente quanto ele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sr. Ministro, com licença, desculpe interromper V. Exª. É que começou uma votação nominal exatamente sobre uma matéria da sua área: indicação de Embaixadores. Começou já a votação nominal. Ainda há perguntas que foram dirigidas a V. Exª pela Senadora Gleisi Hoffmann e pelo Senador Amorim. Eu não sei como proceder, mas eu acho importante irmos votar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Talvez, depois, o Ministro pudesse entrar em contato...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não é?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... eu sugiro isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Da minha parte – não sei se o Senador Amorim concorda...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Da minha parte também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está bem.

Muito obrigado, eu quero agradecer imensamente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Aloysio, havia também as minhas perguntas. Eu gostaria também...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – As suas perguntas, também, que são muito oportunas, mesmo porque nós temos uma conferência do clima aí no final do ano.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – ... que o nosso Ministro encaminhasse para mim as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sim; as respostas às perguntas que foram feitas.

Pois não, muito obrigado.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Eu agradeço muito, Sr. Presidente, o convite e a interação que tivemos, que foi excelente. E eu prometo mandar todas as respostas por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Ótimo.

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, plenário sete, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Edison Lobão, José Agripino, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausências os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque e Ana Amélia. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Às dez horas e sete minutos assume a presidência o Senador Edison Lobão. E às dez horas e trinta e um minutos reassume-a o Senador Luiz Henrique. Passa-se ao **EXTRAPAUTA: ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru." O Relator, Senador Luiz Henrique, profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à **PAUTA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2014**, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Francisco Carlos Soares Luz e Luiz Alberto Figueiredo Machado. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. Usam a palavra os Senadores Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Edison Lobão, Gleisi Hoffmann e Hélio José. O Presidente registra a presença dos Embaixadores José Antonio e Paulo Tarrisse da Fontoura, respectivamente Subsecretário de Meio Ambiente e

Ciência e Tecnologia e Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, bem como a presença do Ministro Rafael Azeredo, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, e do Embaixador Pedro Bório e sua equipe. Os Embaixadores respondem aos questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às doze horas e cinquenta e sete minutos e reaberta às doze horas e cinquenta e nove minutos. Atua como secretário o Senador Hélio José e como escrutinadores os Senadores Antonio Anastasia e o Senador Fernando Bezerra Coelho. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. Às treze horas assume a presidência o Senador Tasso Jereissati. Passa-se ao **EXTRAPAUTA: ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV,da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES,Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali." É designado Relator *ad hoc* o Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **EXTRAPAUTA: ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial." É designado Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6) REQUERIMENTO Nº 216, de 2015,** de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 22 de abril de 2015, para participar, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Rússia, de encontros e reuniões com autoridades, parlamentares e empresários, nas cidades de Moscou, Kazan e Petersburgo; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período citado." É designado Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer favorável à matéria. **ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2015,** de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocada a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a fim de explicar a situação dos médicos cubanos inscritos no programa "Mais Médicos"." Lido o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Luiz Henrique,** Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Justifico a ausência do Presidente desta Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que se encontra em importante missão do Senado da República na República do Peru.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Solicito ao Ministro, Senador Lobão, que assuma a Presidência, tendo em vista que proporei extrapauta a leitura do relatório que proferi sobre projeto da Senhora Presidente da República, que designa o Diplomata Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua-Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique, para proferir o seu parecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, faz do Diplomata Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de

Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e demais países que acabo de citar.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar, previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV, da Carta Magna).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do Diplomata indicado, do qual extraímos para este relatório as relevantes informações seguintes.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 30 de janeiro de 1955, filho de Manuel Innocencio de Lacerda Santos e D. Rina Bonadies Santos, o Diplomata Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior graduou-se, pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1979 e concluiu o Curso de Altos Estudos em 2001, também no Instituto Rio Branco, com Tese intitulada *O Rosto da Diplomacia: o Cerimonial como Instrumento da Atividade Diplomática*.

Tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1980, o Diplomata ascendeu a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2004 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, sempre por merecimento. Eu grifo essa sempre por merecimento – grifo essa expressão: sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se as de Professor de Cerimonial e Protocolo do Instituto Rio Branco, entre 1991 e 1995; Chefe da Divisão da África I, em 1995; Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Previdência Social, em 2003; e Chefe da Divisão da Ásia Central, de 2004 a 2006.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Encarregado de Negócios, em Bonn, de 1996 a 1999; Cônsul-Geral Adjunto, em Toronto; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Kinshasa, em 2005; Embaixador em São Tomé, de 2006 a 2009; Embaixador em Jacarta, na Indonésia, entre 2009 e 2011; e Cônsul-Geral, em Faro, de 2011 até o presente.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e a Austrália e as demais nações onde representará o Brasil, observe-se o documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexado à mensagem presidencial, de onde retiramos as informações que consideramos mais relevantes.

A Comunidade da Austrália tem uma população de 23 milhões de habitantes, numa área de 7,7 milhões de km^2. Em 2012, seu Produto Interno Bruto em valor de compra (PPP) foi US$995 bilhões, o que lhe proporciona uma renda *per capita* em valor de compra de US$43,8 mil. Seu índice de desenvolvimento humano foi de 0,938, em 2013, o que lhe confere a segunda posição entre 184 países.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Atualmente, os principais temas da agenda bilateral são atração de investimentos e cooperação educacional. O investimento australiano no Brasil iniciou-se ainda no século 20, concentrado fortemente no setor de mineração e serviços associados. Nos últimos anos, sem prejuízo de maiores vínculos no setor de mineração – o que levou, inclusive, o Estado de Queensland, principal produtor mineral da Austrália, a estabelecer escritório próprio junto ao Estado de Minas Gerais –, o investimento australiano no Brasil tem se diversificado, passando a abarcar atividades, como produção de energia renovável, Sr. Ministro, serviços associados à agropecuária e ao varejo. Por outro lado, grandes empresas brasileiras também começaram a investir na Austrália, algumas de forma ainda discreta, como a Petrobras, e outras que têm crescido mais agressivamente naquele país, como a Companhia Vale, a Natura, a Ambev e a Friboi.

Quanto à cooperação educacional, a Austrália tem se destacado no Programa Ciência sem Fronteira, pelas facilidades de um país onde a língua é o inglês e o clima e calendário escolares são semelhantes aos do Brasil.

A Austrália enxerga o provimento de serviços educacionais como um de seus principais produtos de exportação, e o grupo das oito maiores universidades australianas atuou no sentido de celebrar convênios com diversas universidades brasileiras, além de fazê-lo com o próprio Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No quadriênio 2009-2013, o comércio bilateral entre o Brasil e a Austrália cresceu 20,7%, passando de US$1.3 bilhão para US$1.6 bilhão. Em 2013, todavia, o intercâmbio registrou o recuo de 10% em comparação a 2012. A maior parte do fluxo comercial bilateral é composta pelos valores procedentes das importações oriundas da Austrália, uma vez que as exportações brasileiras representam, em média, cerca de 30% do total, o que estabelece um déficit na balança comercial entre exportações e importações.

Apesar do intercâmbio crescente nos últimos anos, o comércio bilateral ainda é pequeno diante do tamanho das economias do Brasil e da Austrália, o que se considera seja devido à natureza da pauta de exportação dos dois países, concorrentes nos setores de agronegócio e da mineração, e esta, certamente, será a tarefa mais importante a ser executada pelo sabatinando, pelo que será sabatinado, uma vez que, efetivamente, o nível de cooperação pode ser muito elevado, diante das vantagens que ambos os países oferecem no comér-

cio bilateral. Embora o comércio bilateral Brasil-Austrália tenha apresentado esse perfil, abrem-se, como já assinalei, oportunidades interessantes para a ampliação da cooperação e comércio entre os dois países. Além de projetos de cooperação científica e tecnológica, existem boas perspectivas para a ampliação do comércio bilateral e investimentos australianos na economia brasileira.

Ilhas Salomão, uma nação distante, de pouco conhecimento do Brasil. Por isso, é importante que eu leia todo o parecer a respeito deste assunto para que os brasileiros, através da TV Senado, saibam das características e da natureza desse país.

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem se tornado um protetorado inglês, a época em que a Inglaterra era o maior império de toda a história mundial. Churchill dizia: "É o império em que o sol nunca se põe." As Ilhas Salomão também pertenciam àquele império que abarcava os cinco continentes. Trata-se de um arquipélago com mais de 900 ilhas e área de 28,9 mil km^2. Sua população é de 584 mil habitantes. Seu PIB, pelo poder de compra, é de US$1.69 bilhão, o que lhe propicia um PIB *per capita* em valor de compra de US$3.075. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é baixo: de 0,543, o que as coloca em 143º lugar no panorama mundial.

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil nas Ilhas Salomão, não residente, cumulativamente com a Embaixada em Camberra.

As Ilhas Salomão foram o 222º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio bilateral apresentou retração de 86,2%, caindo de US$361.009 milhões para US$49.009 milhões, sempre com o superávit para o Brasil.

Papua-Nova Guiné possui área de 462.800 Km^2 e população de 6.3 milhões de habitantes. Seu PIB, pelo poder de compra, foi de US$20.4 bilhões, em 2012, o que lhe garante um PIB *per capita* de US$2.851. Seu Índice de Desenvolvimento Humano, em 2013, foi de 0,466, conferindo-lhes a 156ª posição no mundo.

Papua-Nova Guiné e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata cumulativamente dos assuntos atinentes àquele país.

As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos ainda entre nossos países, o que dá mais um desafio para o futuro Embaixador.

Em geral, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Papua-Nova Guiné resume-se ao fluxo de exportação brasileira para aquela ilha.

De 2003 a 2006, houve incremento substancial na corrente de comércio entre os dois países, com saldo amplamente favorável ao Brasil.

As exportações brasileiras aumentaram nesse período mais de 20 vezes, passando de US$785 mil para US$18.400 milhões.

Entre 2007 e 2010, no entanto, as exportações estabilizaram-se em valores menores, voltando a crescer no período de 2011 a 2013, situando-se entre US$6 milhões e US$7 milhões.

Os principais produtos de exportação brasileira são: tratores, ferramentas com gume, niveladoras e concentrados de proteína.

Vanuatu é um arquipélago à leste da Austrália, com 12.200 Km^2. População de 256.000 habitantes. Seu PIB pelo poder de compra é de US$1.1 bilhão, propiciando-lhe PIB *per capita* de US$4.5 mil. Seu IDH é de 0,626, dando-lhe o 124º no mundo.

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação junto a Vanuatu, como as demais, é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

O intercâmbio comercial entre ambos os países cresceu na década atual em relação à passada, mas é extremamente pequeno.

Em 2013, o intercâmbio comercial total foi de US$156 mil, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras.

Fiji é um arquipélago composto de 332 ilhas, com área total de 18,2 mil km^2 e população de 890 mil habitantes. Seu PIB em poder de compra, em 2012, foi de US$4,2 bilhões, conferindo-lhe PIB *per capita* de US$4.728. O IDH de Fiji, em 2013, foi de 0,702, conferindo-lhe o 96º lugar no mundo.

No primeiro semestre de 2005, o Embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil àquelas ilhas. Pouco tempo depois, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas em 16 de fevereiro de 2006.

Ilhas Fiji foi o 195º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro, no entanto, decresceu 72,4%, involuindo de US$3,7 milhões para US$1 milhão. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US$1 milhão em 2013. As exportações

brasileiras são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representam 85,2% do total em 2013, com destaque para a venda de madeira e calçados.

Finalmente, Nauru. A República de Nauru tem área de apenas 21 km² e população de 9,7 mil habitantes. Seu PIB, em 2005, foi de US$45 milhões, propiciando-lhe PIB *per capita* de US$5 mil. Não há medida de IDH pelo PNUD para Nauru.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Nauru em 2 de novembro de 2005. Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em exportações brasileiras, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios. O ano que registrou maior intercâmbio foi o de 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US$86 mil. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram papel, livros, brochuras e impressos semelhantes.

Verifica-se, pois, pelo relevante intercâmbio comercial entre as Ilhas recém-citadas e a importância da Embaixada da Austrália e as grandes potencialidades de intercâmbio bilateral, afigura-se uma missão muito importante a que, sendo aprovado por esta Comissão, o futuro Embaixador Manoel Innocencio de Lacerda Santos Júnior realizará naquele país.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Em discussão o parecer do Relator e a matéria por inteiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, na forma do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Transfiro a Presidência ao Presidente Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradecendo ao Senador Edison Lobão, passo à Ordem do Dia.

Itens 1 e 2:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 – Em 19/03/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 – A arguição do Indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 – Em 19/03/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 – A arguição do Indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Convido o Relator, Senador Tasso Jereissati, e o Líder Benedito de Lira para introduzirem S. Exªs no plenário desta Comissão.

Submeto ao Plenário, se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, para que o processo de votação seja iniciado imediatamente.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste em contrário, a votação poderá seguir. Mas saliento que é muito importante a oitiva dos dois ilustres Diplomatas pela importância dos postos, seja na Austrália e nas Ilhas circundantes, nos países circundantes que têm extensão na Embaixada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone*.) – Srs. Presidente, agora temos os Embaixadores dos Estados Unidos e da Jordânia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Desculpem-me a nossa gafe. Com 75 anos de idade eu já posso cometer essas gafes.

Então, é importante a oitiva dos senhores Embaixadores. Saliento a nova relação que se está estabelecendo entre o Brasil e os Estados Unidos e as grandes potencialidades de aumento do intercâmbio comercial, ainda mais pela nova fase de crescimento que vive a economia norte-americana.

Informo aos senhores Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos, com absoluta tolerância para que possam expor suas ideias e seu programa de ação naqueles países.

Concedo a palavra a S. Exª o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz.

O SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ – Muito bom-dia! Muito obrigado, Sr. Presidente da sessão, Senador Luiz Henrique.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Tasso Jereissati, que foi o meu Relator, e aos demais Senadores que me permitiram estar hoje aqui para apresentar o meu programa de trabalho. Caso aprovado, irei levar adiante frente a Embaixada do Brasil no Reino Hashemita da Jordânia.

Eu, de nenhuma maneira, Senador, pretendo ocupar os 20 minutos iniciais. Eu acho que o objetivo é ser o mais sucinto possível. Eu gostaria de dividir esta minha apresentação em três fases: a primeira, pequenas observações sobre o país, a Jordânia, seguidas de uma pequena análise das relações atuais com o Brasil e o que eu gostaria de fazer à frente da Embaixada.

Começando pela Jordânia, os senhores já receberam o maço básico sobre o país. As informações estão todas lá. Eu gostaria só de ressaltar alguns pontos. O primeiro é o seguinte: o país desempenha um papel muito importante, muito acima do que a geografia e a sua frágil economia permitem. A Jordânia desempenha um papel estratégico no Oriente Médio, tanto como posto de observação para as crises, quer dizer, a Jordânia é um oásis de estabilidade em meio de uma região altamente conflituosa e também é um posto de negociação diplomática, que é utilizado tanto pelos Estados, por Israel, pelas Monarquias do Golfo, pelo Governo da Síria, quer dizer, todo o mundo utiliza essa estabilidade da Jordânia como um ramo diplomático. Ou seja, essa estabilidade é muito importante. Por isso, a Jordânia recebe muitos recursos tantos dos Estados Unidos quanto dos países europeus, das monarquias do Golfo e tem um relacionamento especial com Israel. Foi o segundo país a assinar um acordo de paz com Israel, em 1994. Quer dizer, é um país que está acima do que simplesmente a análise da sua posição geográfica e da sua economia permitiria.

O país também tem demonstrado ao longo do tempo uma grande resiliência política em termos de estabilidade, passou pela Primavera Árabe muito tranquilamente. O Governo ofereceu reformas políticas limitadas. A monarquia em nenhum momento foi colocada em xeque. Com isso, após essas reformas, a Jordânia passou a ser considerada o segundo país mais democrático da região, após Marrocos.

Além disso, a Jordânia é um país considerado altamente hospitaleiro aos emigrantes. Desde 1947, 2,5 milhões de palestinos vivem no país, para uma população total de 6,5 milhões.

Atualmente, ainda 370 mil palestinos vivem em campos de refugiados. Além disso, com a crise na Síria, o país já recebeu 625 mil refugiados. Para os senhores terem ideia, é como se o Brasil recebesse, em um ano, 18 milhões de refugiados, para ver o impacto que isso tem sobre a economia do país e eventuais efeitos de segurança.

Voltando ainda ao relacionamento com Israel, o Rei Abdullah II possui a custódia sobre os lugares sagrados em Jerusalém: a Mesquita do Monte, a Mesquita de Al-Aqsa. Com isso, durante a crise do ano passado com os Palestinos, ele, como custódio dos lugares sagrados, teve que, obviamente, endurecer o relacionamento com Israel. Mas que, de nenhuma maneira, afetará ao longo prazo, porque Israel é essencial, inclusive, para

o fornecimento de água para a Jordânia – a Jordânia está entre os quatro países com o menor acesso à água no mundo. Também há até a possibilidade de gás. Com a crise no Egito, o fornecimento de gás começou a ser prejudicado, e a mesma coisa com o Irã, através da Província de Ambar. Então, é muito frágil a situação, e, sem a ajuda internacional, a Jordânia não conseguiria manter essa estabilidade e, muito menos, aceitar todos esses imigrantes que ela aceita, em nome da Comunidade Internacional.

Bom, agora, eu gostaria de passar como o Reino vê o extremismo religioso. Um ponto importante é que o Al Qaeda no Egito, que virou, mais tarde, o Estado Islâmico, foi criado por um jordaniano, Al-Zarqawi, que é discípulo de Al-Maqdis, que ainda está na cadeia, quer dizer, foi liberado recentemente, porque ele deu declarações contra o Estado Islâmico, mas internamente, na Jordânia, existe um movimento salafista jihadista forte ainda, que tem sido controlado pelo governo com grande habilidade, jogando a Irmandade Muçulmana e outros grupos uns contra os outros. Tem conseguido controlar.

O Rei tem condenado esses ataques, e ultimamente a sua posição foi muito reforçada na imolação do piloto jordaniano, no dia 3 de janeiro, pelo Estado Islâmico. Toda a população, que ainda tinha dúvidas com relação ao apoio jordaniano à aliança, liderada pelos Estados Unidos, mudou de ideia.

No plano multilateral, gostaria de ressaltar também que a Jordânia faz parte do Conselho de Segurança no biênio 2014 e 2015, substituiu a Arábia Saudita, que desistiu. Então, ela representa os países árabes no Conselho de Segurança da ONU. E o Príncipe Al Hussein é o Alto Comissário da ONU para direitos humanos. Ou seja, o país tem uma posição inclusive de apoio aos refugiados, também ocupa o cargo mais alto da diplomacia internacional em termos de direitos humanos.

Por fim, quanto à economia, rapidamente, como eu já disse, o País apresenta grandes fragilidades, tanto em termos de segurança energética como de segurança alimentar, o que gera algumas oportunidades para empresas brasileiras. No caso da segurança energética, eles importam 96,7% da energia e, no caso dos alimentos, eles importam 97%. Quer dizer, eles produzem 3% tanto da energia quanto dos alimentos. E eles veem o Brasil como um possível celeiro, para garantir o abastecimento do reino no futuro. O país, como disse, recebe muita assistência internacional. No dia seguinte à imolação do piloto, o Rei se deslocou aos Estados Unidos e voltou com US$1 milhão no bolso.

No mais, passando agora às relações com o Brasil, elas são excelentes. Existe uma grande simpatia pelo Brasil, não só na Jordânia, mas no Oriente Médio como um todo. Elas foram estabelecidas em 1949; abrimos a embaixada em 1984, e o Brasil é visto como uma oportunidade para a Jordânia diversificar o seu relacionamento, que é concentrado nos países árabes, na Europa e nos Estados Unidos. Então, é mais uma possibilidade. Eles estão priorizando agora a América Latina e a Ásia, e, na América Latina, o Brasil é o país foco. É importante para o Embaixador, caso aprovado, saber que o nosso País é prioridade para o país aonde você está sendo indicado.

Houve uma série de visitas de alto nível, recentemente: o Rei Abdullah esteve aqui, em 2008; o Presidente Lula viajou à Jordânia, em 2010, na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país; o então Ministro Celso Amorim esteve seis vezes em Amã, entre 2003 e 2010, o que mostra a importância, e, na maioria das vezes, não em visitas bilaterais, mas em visitas de coordenação para a crise no Oriente Médio em geral; o então Ministro Patriota esteve lá, em 2012; o Rei Adbullah encontrou-se com a Presidente Dilma em Lima, durante a III Cúpula América do Sul – Países Árabes em 2012, e, nesse momento, ele convidou a Presidente Dilma a visitar a Jordânia, provavelmente no ano que vem, e o Chanceler jordaniano, Nasser Judeh, foi convidado a visitar o nosso País ainda este ano. Então, não só já há um histórico de visitas como também essas visitas deverão continuar nos próximos dois anos.

Nós possuímos uma cooperação não muito intensa. A cooperação humanitária é a base disso, nós fornecemos praticamente todo o arroz para os campos de refugiados sírios na Jordânia, através do Programa Mundial de Alimentos, em coordenação com outros organismos da ONU, especial a Agência para os Refugiados Palestinos.

No mais, existe o interesse de cooperação técnica em áreas de agricultura, saúde, principalmente agricultura do semiárido, saúde e educação. Existe também uma cooperação científica, uma coisa muito específica, um projeto da Unesco, para um laboratório científico regional para o Oriente Médio de luz síncrotron, uma coisa de alta tecnologia.

A comunidade brasileira naquele País atinge 1.700 pessoas. Muitos deles têm somente passaporte brasileiro, são filhos de palestinos, nascidos no Brasil, mas é um número razoável, que põe pressão no nosso serviço consular. A gente precisa ter um serviço consular adequado para atender não só essa comunidade brasileira, mas também a quantidade de sírios que têm procurado refúgio no Brasil. Ano passado a Embaixada já deu 1.126 vistos para palestinos; este ano já foram 83 até ontem. Hoje, 60% do serviço consular lá em Amã é dedicado à atenção aos refugiados sírios.

O nosso comércio é bastante razoável. Chegou, em 2008, a US$320 milhões. Grande concentração em três produtos: carnes bovina e de aves; neste ano, uma compra de aviões da Embraer – eles adquiriram oito

190/195 e um Lineage. Então, foi um ano muito bom. Apesar disso, ano passado, sem os aviões, manteve-se em US$260 milhões o comércio – US$185 milhões somente em carne. Quer dizer, nós estamos com uma concentração muito grande e a gente precisa – esse é um ponto central do meu trabalho lá – tentar diversificar essa pauta, principalmente tentar a colocação de produtos manufaturados brasileiros.

Deles nós compramos basicamente adubos e confecções, que são de muito boa qualidade.

No meu plano de trabalho, continuando na área comercial, eu pretendo aproximar-me da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, que já vem organizando a participação brasileira nas principais feiras do País, buscando opções, trabalhando com setores nos quais os jordanianos têm grande capacidade, como o farmacêutico. A Jordânia é hoje um dos principais produtores farmacêuticos. Eles têm interesse em adquirir genéricos brasileiros para o mercado do Oriente Médio e da África do Norte e, ao mesmo tempo, tentar exportar alguma coisa para o Brasil. Isso já é um pouco mais difícil, mas eu acredito que, se eu conseguir aproximar os representantes dos nossos setores farmacêuticos, alguma coisa de interessante deve sair daqui. São produtos de química fina, de alto valor agregado. Acho que é interessante a gente trabalhar isso na pauta.

Eles têm muito interesse também nas nossas energias renováveis, no etanol e na tecnologia flex. Ou seja, tudo o que permita ao País diminuir a dependência deles do petróleo, como disse, hoje, é de 97%.

Além disso, no caso dos alimentos, eles têm interesse em entrar em contato com grandes exportadores de grãos e garantir contratos, inclusive, financiando a produção para o País.

Eu acho que isso é uma coisa que pode ser muito interessante, Senador Caiado, que aqui representa os interesses do agronegócio, eu acredito que deve ser um foco. Isso é interesse deles e é prioridade do embaixador jordaniano aqui. Eu acho que pode ser.

A Jordânia está começando um megaprojeto de infraestrutura, de transposição das águas do Mar Vermelho para o Mar Morto. É um projeto de, no mínimo, US$800 milhões, em duas fases. Existe um projeto jordaniano que chega...

(Fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ – Até o sul do Mar Morto, são 360km. Depois, o projeto se torna trinacional – Palestina, Israel e Jordânia –, o que é uma cooperação *sui generis*, tendo em vista a animosidade entre os países. É um projeto que pode vir a facilitar inclusive as negociações de paz. Acho que esse tipo de projeto... E eles têm interesse em que empresas brasileiras participem.

Acho que está sendo organizado pela Embaixada da Jordânia aqui um *roadshow* para apresentar o projeto e eu vou trabalhar para que empresas brasileiras participem efetivamente desse projeto.

Além disso, conforme eu lhe disse, como há uma comunidade de 1.700 brasileiros, a ideia é concentrar na assistência a esses brasileiros, procurando otimizar o serviço da Embaixada e nos aproximar das comunidades das maneiras possíveis. Como a situação é estável, mas pode se tornar crítica, a Embaixada precisa ter um plano de emergência, no caso de evacuação de nacionais, porque são 1.700 – não é uma evacuação fácil. Quer dizer, precisamos trabalhar, juntamente com o Ministério da Defesa, para ter um plano; não podemos esperar até a última hora. Acho que é importante estarmos preparados nesse caso.

Além do mais, há projetos de natureza cultural, educacional. Como eu lhe disse, muitos deles não falam português. Então, a ideia é fornecer cursos de língua portuguesa para esses nossos nacionais, para quem possui o passaporte brasileiro, e também fazer iniciativas nos campos de refugiados que permitam diminuir um pouco o sofrimento dessas pessoas lá nos campos. Nós já temos uma experiência com aulas de capoeira, com a ida de técnicos ou jogadores de futebol para estarem ali um pouco com as crianças, com oficinas de arte, ou seja, isso representa um pouco do que podemos fazer. São iniciativas pequenas, e talvez eu possa até contar com a ajuda de empresas brasileiras para me ajudarem lá, como a JBS, a Brasil Foods, a própria Embraer. Eu acredito que existe essa possibilidade.

No fundo, basicamente é isso.

Eu estou pronto aqui. Sei que tentei concentrar rapidamente nos pontos que eu gostaria de ressaltar e estou à disposição de V. Exªs para qualquer dúvida que tiverem ou para qualquer tema que quiserem levantar não só em relação a esse ponto, mas também em relação à Embaixada que hoje ocupo, a Embaixada do Brasil na Tanzânia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao nosso ex-Chanceler, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Senador Luiz Henrique, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa. É uma grande honra estar aqui novamente.

Eu queria agradecer a todos os membros da Creden aqui presentes, especialmente ao Senador Tasso Jereissati, que foi o Relator da minha mensagem. Muito obrigado!

Agradeço também à Senhora Presidenta da República, que me indicou para essa função.

Queria ser breve, sem a pretensão de esgotar o tema, porque, como todos sabem, o universo das relações entre o Brasil e os Estados Unidos é enorme. São países que mantêm relações diplomáticas desde 1824. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o Brasil como país independente, e, desde então, estamos construindo uma relação que é verdadeiramente fundamental no contexto das nossas relações internacionais. É muito fácil compreender: são os dois maiores PIBs do nosso hemisfério; são as duas maiores populações do hemisfério; são dois gigantes geográficos da região que compartilham, sem dúvida nenhuma, valores democráticos; são economias vibrantes e dotadas de estruturas produtivas diversificadas. Há, sem dúvida, um interesse em consolidar uma relação forte, madura e mutuamente benéfica.

Eu gostaria, então, de propor aos senhores essa visão de construção de uma relação cada vez mais forte e cada vez mais benéfica aos dois países, especialmente do ponto de vista do interesse nacional brasileiro.

Não há necessidade de dizer aqui, mas é bom sempre que se diga, que os Estados Unidos são o país mais poderoso do mundo, e vão continuar sendo durante muito tempo.

No século 21 com a multipolaridade que existe, com o surgimento de países que há 10, 20 ou 30 anos não tinham uma ressonância maior na comunidade internacional, como China, Índia, Brasil, África do Sul, enfim, vários outros, alguns pensaram que, com a emergência desses países, a isso fosse corresponder um declínio dos Estados Unidos. Eu acho que esse é uma visão, do meu ponto de vista, equivocada, porque a emergência de países novos no cenário internacional faz parte da nova dinâmica das relações internacionais, mas não implica, de forma alguma, declínio dos Estados Unidos. A centralidade dos Estados Unidos pode ser medida facilmente pelo fato de que é o único país que tem a capacidade de atuação em todo o mundo, em todos os tabuleiros das relações internacionais. E essa capacidade deriva de certos fatores importantes, como o dinamismo de uma economia baseada em alta tecnologia, inovação, a força do dólar como moeda franca internacional e de reserva, um poderio militar incontrastável e também uma atuação diplomática a nível global.

Obviamente essa influência decisiva que os Estados Unidos têm, ela não se produz em isolamento. Os Estados Unidos buscam sempre parceiros, e parceiros que, com ele, trabalhem para a busca de soluções reais e eficazes, a busca também de atuação em organismos internacionais para que se faça, para que haja incidências na ordem internacional reais, eficazes, com estabilidade política e prosperidade econômica.

Então, é nesse contexto, nesse contexto de parcerias, que eu vejo a relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Todos sabem que, desde a nossa independência, é uma relação que é, talvez, o eixo principal das nossas relações internacionais. Numa certa época, claro, que a Europa foi mais importante, mas, ao longo do século 20, isso muda pouco a pouco. Lutamos duas guerras mundias junto aos Estados Unidos, enfim... Porém, havia sempre uma assimetria econômica muito grande, uma assimetria que mais recentemente, eu diria a partir da década de 1990, ela começa a diminuir como assimetria econômica diante dos progressos econômicos e sociais do Brasil, e, aí, o padrão do relacionamento vai mudando de feição. E é contra esse pano de fundo que, hoje em dia, se fala em construir uma parceira entre iguais.

Nós temos tido, nos últimos anos, uma troca de visitas presidenciais bastante intensa e a última visita de Estado foi do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tivemos várias visitas de trabalho. O Presidente Lula fez três visitas. O Presidente Bush aqui esteve duas vezes; o Presidente Obama esteve aqui, a Presidenta Dilma também foi a Washington e, como todos sabem, há um convite do governo dos Estados Unidos para uma próxima visita da Presidenta Dilma Rousseff. Como também é público, há uma intenção de concretizar essa visita. Eu entrarei nesse ponto mais adiante.

O fato é que, com essa mudança de patamar da relação e com essa troca de visitas presidenciais que impulsionaram a relação em vários momentos, nós, hoje, temos um diálogo bilateral fortíssimo. Temos mais de 30 mecanismos de diálogo em funcionamento com os Estados Unidos, que vão de várias áreas, desde um diálogo político diplomático a nível de chanceleres, mais comércio, investimentos, energia, ciência e tecnologia, educação, defesa, agricultura, biotecnologia, enfim, várias áreas. Esse aprofundamento da relação tem permitido vários avanços. Por exemplo, no plano do comércio, só para usar estatística dos últimos 10 anos, a corrente do comércio entre o Brasil e os Estados Unidos aumenta, de 2005 a 2014, da ordem de 76%. Em 2005, esse fluxo era de US$35 bilhões, fluxo lado a lado, e, em 2014, foi de US$62 bilhões, ano que tivemos um aumento em nossas exportações para os Estados Unidos da ordem de 9,2%, e reduzimos um pouco as nossas importações em cerca de 2,7%.

O Brasil é o nono parceiro comercial dos Estados Unidos, ao passo que os Estados Unidos, hoje em dia, é o nosso segundo parceiro comercial, logo atrás da China. Após um longo período de superávit, começamos a ter déficit nessa conta a partir de 2009. Mas é um déficit em que estudos já foram feitos – obviamente, eu li

alguns deles –, déficit que se prende muito a uma queda da demanda nos Estados Unidos, logo após a crise de 2008, portanto, eles passaram a comprar menos, e também por questões conjunturais de câmbio, o que me leva a estar convencido – e eu tenho conversado sobre isso com empresários, tive ocasião de conversar com o Dr. Robson Andrade, da CNI – de que este ano, com o crescimento dos Estados Unidos, com a retomada do crescimento, que já nos levou a um aumento de 9% nas exportações no ano passado, com o crescimento americano e um quadro cambial favorável, leva-me a crer que temos amplas oportunidades de uma expansão significativa de nossas vendas para os Estados Unidos, e trabalharei fortemente para que isso ocorra.

E é importante ressaltar que hoje em dia os Estados Unidos são o principal destino de produtos industrializados brasileiros. É o nosso maior comprador de produtos industrializados. O que torna esse comércio duplamente interessante para o País.

Em termos de investimentos, os Estados Unidos continuam a ser a nossa principal fonte de investimentos externos diretos, com estoque estimado da ordem de US$136 bilhões.

É relativamente novo o fenômeno de um aumento forte dos investimentos brasileiros nos Estados Unidos, cujo estoque está estimado em cerca de US$22 bilhões.

Isso é muito interessante porque as nossas empresas começam a se instalar com maior vigor no mercado americano, tanto para atender a demanda daquele mercado, mas, também, para exportar para terceiros países, criando rotas de integração produtiva.

E há um dado muito interessante: no ano 2000, para cada dólar investido pelo Brasil nos Estados Unidos, US$47 eram investidos pelos Estados Unidos no Brasil, a relação era de 1 para 47. Em 2014, ou seja, 15 anos mais tarde, a razão passa a ser de 1 para 3. Cada US$1 dólar investido pelo Brasil correspondeu a US$3 investidos pelos Estados Unidos no Brasil.

E isto não quer dizer que os Estados Unidos diminuíram seu investimento no Brasil, não, aumentaram, mas o nosso aumento de investimentos nos Estados Unidos foi muito mais significativo em setores, como todos sabem, desde suco de laranja até aço, cerveja, têxteis, petroquímicos, indústria aeronáutica, serviços de engenharia, proteína animal, enfim.

É importante, além disso – o Senador Caiado está aqui, enfim, e sei que tem interesse especial nesta área –, nos anos recentes nós conseguimos remover barreiras importantes de acesso ao mercado dos Estados Unidos e eliminar ou atenuar programas de incentivo que distorciam o comércio internacional. Entre os fatos mais recentes, para citar apenas alguns, a abertura de mercado dos Estados Unidos para a carne suína, que foi em 2010. Uma eliminação de tarifa secundária de etanol, o Ministro Lobão, em 2011. O abandono de uma metodologia que distorcia o tratamento *antidumping* contra o nosso suco de laranja, em 2012. O reconhecimento da cachaça como uma bebida brasileira determinada e não apenas mais um rum, que estava sendo importado.

E eu quero frisar duas coisas importantes. Como se sabe há restrições à importação, pelos Estados Unidos, de carne bovina *in natura*. E há um trabalho muito sério que vem sendo desenvolvido por nossa Embaixada lá, mas, obviamente, por todos os ministérios envolvidos. A última notícia que eu tive é que estão sendo concluídos todos os trâmites técnicos e se prevê uma decisão americana muito próxima. Eu espero que ela seja anunciada muito proximamente no sentido da liberação da compra de carne *in natura* de 14 Estados brasileiros, o que vai ser um passo importantíssimo para o aumento das nossas exportações agrícolas para os Estados Unidos.

Eu queria também, ainda nessa área, mencionar o acordo do algodão que tivemos no ano passado. E que terminamos, com ele, uma luta de 12 anos, e terminamos de uma maneira extremamente satisfatória. Os produtores brasileiros receberam um total de mais de US$800 bilhões e obtivemos modificações importantes nas medidas americanas de apoio à agricultura no caso do algodão. Foi uma conquista o término desse diferendo, que foi amplamente apoiada pelo setor agrícola brasileiro, e trabalhamos sempre em muita consonância com a CNA e todo o setor agrícola, de modo a obter esse resultado.

Meu colega citou a Embraer, portanto, eu não posso deixar de mencionar a vitória da Embraer em uma licitação da força aérea dos Estados Unidos em que vendemos 20 Super Tucanos, com a possibilidade de mais, ainda, um contrato no valor inicial de U$440 milhões, um contrato importante, mas que também dá um selo de qualidade à nossa aviação.

Além disso, se montou uma parceria entre a Embraer e a Boeing, que já tem efeitos, como, por exemplo, a criação de um centro conjunto, em São José dos Campos, de pesquisas Embraer-Boeing sobre biocombustíveis para aviação, o que é algo absolutamente pioneiro e que envolve duas grandes empresas internacionais.

Ainda no contexto da nossa relação, é fundamental lembrar o Programa Ciência sem Fronteiras, que tem uma previsão de 27 mil bolsas, só para os Estados Unidos, de estudantes brasileiros que se encontram em mais de 200 universidades americanas. E eu devo dizer que todas as informações que eu ouvi dão conta de uma enorme satisfação não só dos nossos estudantes que lá estão, mas das próprias universidades, que têm elogia-

do sistematicamente a qualidade do estudante brasileiro e o empenho desse estudante em aproveitar plenamente essa oportunidade que está tendo. E isso é, sem dúvida, um motivo de grande satisfação para todos nós.

Eu queria, com a vênia da Comissão, Sr. Presidente, entrar um pouco na questão que eu acho que todos gostariam – espero – de ouvir: quais são os planos? O que um Embaixador, em Washington, deveria fazer? E eu gostaria de entrar nesse ponto. Eu acho que não há dúvida nenhuma de que estamos em uma fase, após os problemas que todos conhecem, que tivemos na relação e que levaram ao adiamento da visita presidencial prevista para 2013, o convite foi novamente feito e é público que a Presidenta Dilma tem a intenção de atender a esse convite e visitar os Estados Unidos.

Como disse o Chanceler Mauro Vieira, quando esteve nesta Comissão, agora o trabalho é preparar uma agenda que seja robusta para essa visita. E, sem dúvida nenhuma, a Embaixada, em Washington, tem que atuar fortemente. Não é ela que cria uma agenda, mas ela vai operacionalizar uma agenda, que será determinada, obviamente, de comum acordo entre os dois países.

Eu devo dizer que a relação entre o Brasil e os Estados Unidos ultrapassa, e muito, a relação entre dois governos. Ela é uma relação entre duas sociedades. Ela é uma relação que está enraizada na nossa cultura e nas relações econômicas e comerciais do Brasil. Portanto, a visão de futuro dessa relação tem que ser necessariamente otimista.

Não há dúvida de que, caso aprovado por esta Casa, a minha intenção prioritária, como já tive ocasião de rapidamente dizer, é a de aumentar nossas exportações, é a de trabalhar fortemente na área de promoção comercial nos Estados Unidos. Eu não vejo a função do Embaixador em Washington como se mantendo em Washington e ali buscando contatos políticos. Não. Ele deve viajar os Estados Unidos inteiro. Ele deve estar à frente de todo um esforço de convencimento e de ligação entre as oportunidades que surjam naquele país e as nossas possibilidades de atuação. Além da busca de aumento das nossas exportações, obviamente em consonância com o MDIC – aliás, eu devo dizer que o Ministro Armando Monteiro fez uma ótima viagem recentemente a Washington, quando se abriram possibilidades já muito concretas de aperfeiçoamento do comércio, especialmente em áreas de facilitação do comércio e áreas de harmonização de padrões –, enfim, são áreas que têm uma incidência imediata no comércio internacional, porque facilita o intercâmbio.

Além, portanto, da busca de aumento das exportações brasileiras, nós temos que estar sempre, na Embaixada em Washington, porque é uma Embaixada que tem que estar sempre buscando atrair novos investimentos para o Brasil, temos que buscar estreitar mais ainda a cooperação educacional, que já é muito forte, como eu disse, intensificar muito o intercâmbio em ciência, tecnologia e inovação. E por falar em inovação, eu acho fundamental aproveitar ao máximo as oportunidades que existem nos Estados Unidos nessa área.

É minha intenção, em consonância com setores do Governo, como o MCTI e MDIC e também com o apoio da comunidade empresarial, criar, na Embaixada em Washington, um observatório de inovação, de modo a estar atento e identificar muito rapidamente as possibilidades de pesquisas conjuntas, os institutos que têm pesquisas de ponta, as políticas americanas nessa área de inovação, enfim, de modo a unir as pontas, as oportunidades que surjam lá de demandas que têm aqui.

(Soa a campainha.)

O Senador Luiz Henrique me permitirá, eu sei que o Estado de Santa Catarina é um Estado que tem uma visão muito clara, não é o único, mas eu sei que é um Estado que tem uma visão muito clara de busca de inovação, mas eu posso dizer isso de todos os Estados brasileiros, e minha intenção é exatamente esta: é criar um ponto focal de busca de oportunidades de inovação e dialogar com o Brasil nessa área.

Além disso, ampliar cooperação com Estados Unidos em áreas importantíssimas, como a área de mudança do clima. O Senador Fernando Coelho, o Presidente da Comissão Mista de Mudança do Clima, eu espero ter ocasião de recebê-lo lá, caso esta Casa me dê a honra de me aprovar, enfim, e áreas como o meio ambiente, que são fundamentais, toda uma nova agenda de cooperação com os Estados Unidos, que é não apenas possível, mas desejável.

Portanto, eu sei, Sr. Presidente, que eu já ultrapassei o meu tempo, e quero, portanto, buscar...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem a disponibilidade de tempo. Use o tempo que quiser.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado pela generosidade, Sr. Presidente, mas eu não quero também me estender demasiado. E queria, como palavras finais, dizer que o Brasil e os Estados Unidos são duas sociedades plurais, multiétnicas, democráticas, que valorizam a liberdade, a democracia, e esses traços comuns, se não garantem uma identidade de opiniões, porque é extremamente difícil, mas certamente facilitam o diálogo e certamente facilitam a convergência.

Como disse antes, estou convencido de que é uma relação que tem tudo para ser cada vez mais forte e cada vez mais refletir a potencialidade dos dois países. A parceria entre iguais, portanto, tem que não apenas ser uma frase importante, mas ela tem que ser uma realidade, e é para isso que eu pretendo trabalhar, tendo como rumo sempre o interesse nacional brasileiro e abrir, cada vez mais, os caminhos para a intensificação da relação, que é uma relação, que, como disse, ultrapassa de muito o Executivo.

Eu serei, caso aprovado por esta Casa, um Embaixador do Estado brasileiro nos Estados Unidos, do Brasil nos Estados Unidos, e, portanto, estarei lá, à disposição de todos. É uma tarefa, como eu disse, que ultrapassa de muito o Governo: ela exige a participação ativa dos Parlamentos, o engajamento das sociedades e das comunidades empresariais.

Quero repisar que, caso eu tenha a honra de ser confirmado por esta Casa, estarei sempre às ordens do Congresso Nacional e às ordens de cada um dos membros desta augusta Comissão, e sempre terão em mim um defensor incansável desse esforço conjunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estão inscritos, para sabatinar S. Exªs o Relator, Senador Tasso Jereissati, que representa o Estado do Ceará; o Senador Fernando Bezerra Coelho, de Pernambuco; o Senador Ronaldo Caiado, de Goiás; o Senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais; o Senador Edison Lobão, do Maranhão; o Senador Jorge Viana, do Acre; a Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná e o Senador Hélio José, do Distrito Federal.

Portanto, senhores Embaixadores, abrangendo quase todas as Regiões do nosso território.

Concedo a palavra, pela ordem, a S. Exª o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Senador Luiz Henrique, Presidente desta Comissão, Embaixadores Luiz Alberto Figueiredo e Francisco Carlos Luz, os quais tive a honra e o privilégio de ser Relator, eu diria que, após ouvir as palavras de V. Exªs aqui nesta Casa, sinto grande alegria pelo que ouvi da explanação de cada um dos senhores.

Embaixador Figueiredo, eu gostaria de colocar uma questão que me parece relevante nessa missão que V. Exª irá se incumbir nos próximos anos> Tenho aqui até as palavras recentes do Embaixador Roberto Abdenur, um Embaixador reconhecido pela sua competência e experiência, falando sobre as relações entre o Brasil e os países desenvolvidos, os países do hemisfério Norte em que, lá pelas tantas, ele diz: "A minha maior crítica está na dimensão exagerada dada à cooperação entre os países menos desenvolvidos, como o eixo básico da nossa diplomacia. Isto é [continua o Embaixador] um substrato ideológico, vagamente anticapitalista, antiglobalização, antiamericano, totalmente superado."

A minha questão é muito simples, muito objetiva. Podemos ter a convicção – e concordo inteiramente com o que diz o Embaixador Abdenur, e também as suas palavras me dão essa tranquilidade –, de que, com essa visão, com a presença de V. Exª na Embaixada americana, supera esse momento da nossa diplomacia? Essa é a questão que queria colocar.

Para o Embaixador Francisco Carlos Luz, que me deu recentemente uma aula sobre Oriente Médio, também já ouvimos e vimos todo o seu conhecimento sobre a sua missão, a pergunta que faço e que tenho lido nos jornais e se temos ou teremos uma política para os refugiados sírios na Jordânia, que, me parece, pelo menos o que eu tenho lido, procuram vir para o Brasil e ter asilo no Brasil. Temos uma visão clara ou uma orientação sobre essa política?

Portanto, são essas as questões que eu queria colocar e, mais uma vez, dizer que, como Relator, fico bastante satisfeito com a qualidade e o nome dos senhores Embaixadores que irão nos representar nos Estados Unidos e na Jordânia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao representando do Estado de Pernambuco, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, queria cumprimentar o amigo, o companheiro do primeiro Governo da Presidenta Dilma, o Ministro Embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Tenho a alegria de poder estar participando dessa reunião de sabatina com V. Exª.

Queria cumprimentar o Embaixador Francisco Carlos Soares.

E, de forma muito objetiva, queria dirigir duas questões, uma a cada um dos Embaixadores, começando pelo Embaixador Francisco Carlos Soares. Tendo em vista o desejo de um protagonismo cada vez maior da Diplomacia brasileira, no que diz respeito, inclusive, aos conflitos no Oriente Médio – e aqui lembro as tentativas ou a iniciativa do Presidente Lula, no sentido de fazer uma aproximação entre os Estados Unidos e o Irã, o que não prosperou naquele momento, e, hoje, estamos assistindo a que essa iniciativa é feita de forma aberta pelo Presidente Barack Obama, criando um novo patamar nas relações entre Estados Unidos e Irã –, eu pergunto se

essa oportunidade, quando se discute a implantação e a instalação do Estado Palestino, se esse projeto que V. Exª mencionou, o projeto de transposição das águas do Mar Vermelho para o Mar Morto, que abrange os interesses da Jordânia, de Israel e da Autoridade Palestina, se aí não há uma oportunidade concreta para um protagonismo maior do Brasil, tendo em vista a nossa *expertise* na área de recursos hídricos, tendo em vista a experiência brasileira em obras hídricas, sobretudo em obras de transposição. Aí não está uma oportunidade para que haja – através da oferta de água, do suprimento de água para essas comunidades que vivem em conflagração – uma presença e um reconhecimento da intermediação do Brasil neste cenário de conflito?

Queria me dirigir ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e dizer a ele que vejo com grande animação – eu que chego ao Senado Federal, chego a esta Comissão, claramente como um grande defensor disso – a construção de um novo patamar para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Acho que, sem abrir mão das nossas prioridades de diplomacia externa, priorizando a relação com os nossos vizinhos, com os países da comunidade do Mercosul, com o nosso olhar especial para o continente africano, entendo pela presença que o Brasil ganha no contexto internacional, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político; o Brasil se consolidando como a sétima, oitava economia do mundo; o Brasil ganhando cada vez mais espaços nos fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, como a FAO, acho que é chegada a hora de a gente também dar um novo patamar a essa relação com os Estados Unidos, que, como V. Exª reconheceu, é a grande potência global, com a presença marcante no cenário internacional.

Então, acho que a presença de V. Exª, com o currículo que V. Exª ostenta, pelas passagens nos diversos cargos da Diplomacia brasileira, inclusive como nosso Chanceler em Washington abre a perspectiva de construirmos uma relação mais densa, uma relação mais próxima, até mesmo para que o Brasil possa dar sequência a suas ambições com um protagonista maior no cenário internacional.

Quero aqui me dirigir especificamente à ambição brasileira de ter uma presença no Conselho de Segurança da ONU. Então, parece-me que essa relação mais densa, um novo patamar nas relações com os Estados Unidos, é uma condição essencial para que o Brasil possa aspirar a esse protagonismo que desejamos.

E queria pedir a V. Exª que pudesse se concentrar, como V. Exª aqui mencionou, tendo em vista a posição diferenciada dos Estados Unidos na área da pesquisa, na área da inovação. Acho que nós estamos nos aproximando de grandes transformações na economia mundial, por meio daquilo que está sendo desenvolvido em academias, em laboratórios, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, sobretudo numa nova área que está sendo denominada de bioeconomia. A química em nível mundial poderá sofrer grandes transformações, não mais ancorada na plataforma dos produtos fósseis, mas, sim, em seres vivos, através da engenharia de seres vivos, através da biologia sintética, e os Estados Unidos despontam claramente na frente para a concretização de uma nova economia, então, que pudéssemos identificar os laços de cooperação, na área da pesquisa e da inovação, entre o Brasil e os Estados Unidos, nessa nova área.

Além disso, olhando o mapa – eu já fiz essa provocação com o nosso Chanceler –, basta dar uma olhada no mapa atrás e vemos que se destacam a grandeza do território americano e a grandeza do Território brasileiro. A diferença do Canadá é que ele tem uma baixa população, mas aqui nós tratamos de dois grandes países, com grandes territórios, mas com grandes populações e com uma economia marcante no cenário internacional. Então, esses países estão fadados a estar mais próximos.

E uma das áreas que acho que nós deveremos experimentar, e essa poderia ser uma das preocupações da nossa Embaixada, até pelo papel que a indústria bélica americana tem na área da inovação e na área da pesquisa, é como explorar – até porque esta é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – como explorar uma cooperação maior na área militar entre Brasil e Estados Unidos? Parece que existem restrições de transferência de tecnologia dos Estados Unidos para outros países em relação a essas tecnologias mais sensíveis. Então, parece-me que seria uma área que nós deveríamos também explorar para, digamos, vencer preconceitos, barreiras, dificuldades e para poder fluir uma transferência de interesses e de tecnologia tendo em vista o papel que esses dois países certamente têm que exercer no cenário internacional.

Finalmente, tendo em vista, como V. Exª aqui mencionou, a nossa presença como Presidente da Comissão Mista, do Congresso Nacional, de Mudanças Climáticas e energias renováveis, e tendo em vista a vasta contribuição que V. Exª deu para esse tema de mudanças climáticas, do aquecimento global, desde a celebração do Protocolo de Kyoto, que contou com a sua participação, representando a chancelaria brasileira, até os fóruns internacionais mais recentes, de que forma a sua presença em Washington poderia ajudar a construir uma posição brasileira mais ofensiva no sentido de se criar um consenso, sobretudo, das grandes potências econômicas do mundo, como a China e os Estados Unidos, que são os grandes emissores de CO_2? Como é que o Brasil poderia construir uma posição que pudesse envolver uma compreensão dos Estados Unidos, e, por consequência, também da China, para que possamos celebrar um novo momento de reconhecimento da questão da sustentabilidade, da questão da preservação ambiental, no fórum que se realizará no final do ano, na COP 21,

em Paris, em dezembro? Portanto, de que forma a presença de V. Exª em Washington poderá ajudar a construir a posição do Governo brasileiro, a posição do Congresso Nacional, para nos apresentarmos de forma mais positiva, de forma mais ofensiva na reunião da COP 21 em Paris no final deste ano?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Concedo a palavra... Aliás, atendendo a um pedido do Senador Jorge Viana, representante do Acre, que, na condição de 1º Vice-Presidente da Mesa Diretora, tem que se dirigir, neste momento, para uma reunião daquela Mesa, pergunto se concordam os senhores inscritos que eu inverta a ordem e lhe conceda a palavra agora. (*Pausa.*)

Havendo concordância, concedo a palavra a S. Exª, o representante do Acre, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria agradecer aos colegas e assumo o compromisso de ser muito breve.

Quero dizer que esta semana tem sido muito boa para mim, porque tenho tido muitas concordâncias com o Senador Caiado – inclusive, acho que ele é o próximo inscrito e está me cedendo o espaço.

Ontem, fizemos um trabalho de muitas mãos, para uma lei que tem tudo a ver com a audiência, especialmente com a sabatina ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que é a Lei de Biodiversidade, que deve ter deliberação do Plenário na próxima semana.

Saúdo o Embaixador Francisco Carlos Soares e desejo-lhe sucesso. Foi impressionante a exposição de V. Exª aqui, trazendo-nos uma visão mais pormenorizada sobre a Jordânia. Eu gostaria muito de estar aqui para ouvir um pouco a avaliação, porque vi que V. Exª estudou esse assunto, sobre a organização do Estado Islâmico, que é algo que assusta o mundo inteiro, que leva o mundo a se fazer muitas perguntas. Mas estou certo de que a Jordânia pode, sim, ser um país que pode ajudar a pacificar esse conflito, que choca a todos nós.

Queria, rapidamente, cumprimentar o bom amigo Luiz Alberto Figueiredo, por quem tenho grande estima e admiração pelas relações estabelecidas ao longo da vida, especialmente pelo trabalho que ele desempenha na busca de fazer com que o mundo encontre um melhor arranjo de convivência entre a atividade humana e os usos dos recursos naturais, que hoje nos colocaram diante da mudança do clima. Estando em Washington, tomara que o Governo brasileiro agora, como foi colocado pelo Senador Fernando Bezerra, possa reunir pelo menos André Corrêa do Lago, Embaixador em Tóquio, o Embaixador em Washington, Luiz Alberto Figueiredo, juntamente com o Executivo brasileiro, para tratar essa questão e fazer com que o mundo dê um passo adiante, agora no final do ano, em Paris, no acordo do clima que possa suceder Kyoto. Essa é uma coisa óbvia, convidar o Embaixador de Washington, convidar o Embaixador que está lá na Ásia – dois craques nessa área – e somá-los com as demais autoridades, para que a gente possa alcançar isso.

Mas queria abordar apenas dois aspectos. O Brasil – acho – que é o mais importante endereço para o cidadão brasileiro. Com a melhoria da qualidade de vida, os brasileiros resolveram viajar, estão viajando o mundo, e certamente, entre os endereços escolhidos, os Estados Unidos são o maior deles. Mas se fala muito, e não se avança na questão de facilitar não só a ida de brasileiros, mas também a vinda de americanos para cá. Não está havendo uma reciprocidade nesse aspecto. Eu gostaria que V. Exª pudesse trabalhar com essa prioridade. É muito burocrático, é penosa a retirada de vistos, dá problema, e acho que também faz com que o Brasil perca divisas e siga piorando as relações, quando não se facilita a entrada de americanos, tanto do ponto de vista do turismo, quanto dos negócios.

Fiquei feliz de ouvir de V. Exª que pretende dar ênfase a esse tipo de parceria, porque todos nós sempre trabalhamos com a ideia de que o Embaixador em Washington vai priorizar, tem como sua prioridade a política, as relações políticas. Eu acho isso muito pouco. Estamos lidando com a maior economia do mundo, e não consigo ver uma substancial melhora na relação comercial Brasil-Estados Unidos. V. Exª explicou muito bem que ela até diminuiu de intensidade e ficou deficitária para o lado brasileiro.

Então, esse é um aspecto que atende ao cidadão brasileiro e, aqui na sabatina, seria importante ver o que se pode fazer para facilitar – é independentemente o fato de estarmos perdendo divisa ou não – o direito de ir e vir é constitucional. E isso é muito ruim para todo cidadão brasileiro, ou para estudar, ou para realizar alguma atividade comercial, ou mesmo para o turista, enfrenta quando busca um visto nos Estados Unidos.

Eu tenho passaporte europeu, por conta disso. Eu vou acionando apenas a internet e uso, na entrada, o meu passaporte português. Mas por que que o Brasil não consegue, já que temos uma parceria histórica, que passa de século, estabelecer uma relação melhor com os Estados Unidos nesse aspecto?

E estou pensando no aspecto econômico brasileiro. Se facilitarmos a entrada de americanos aqui, certamente vamos ter um fortalecimento da presença do país mais poderoso do mundo, com a população do tamanho que tem no turismo brasileiro. É por esse aspecto que faço...

E, por fim, tive a oportunidade de visitar, com alguns Senadores, a Costa Oeste especialmente. E mais de 500 laboratórios fármacos estão se instalando, os maiores do mundo, na Costa Oeste americana, especialmente na Califórnia. A indústria cosmética é a que mais cresce do mundo.

Estamos aprovando lei do acesso à biodiversidade e ao patrimônio genético brasileiro.

Essa era uma vantagem comparativa que o Brasil, teimosamente, deixa de lado. Toda a atividade agropecuária brasileira, toda ela, que é a grande base da nossa economia, é feita a partir de espécies exóticas, de espécies que não compõem a biodiversidade brasileira: cana, soja, café; e, de outro lado, frangos, gado. Isso é um absurdo para um País que tem a maior biodiversidade do Planeta – 20% da biodiversidade está aqui –, mas nós nunca tivemos uma lei que garantisse o acesso, que desse segurança jurídica para a pesquisa para a implantação de atividades industriais e comerciais. Agora, nós vamos ter. Breve. E eu gostaria até de me envolver nisso, porque sou um Senador da Amazônia.

Tenho certeza de que se estabelecermos cooperação nesse aspecto, dos grandes centros da Califórnia com os centros de pesquisas aqui, nós vamos ter a instalação, tanto lá como aqui, em parceria, de uma indústria nova de biotecnologia, na área cosmética, na área de fármacos, que pode fazer frente a todo o aparato econômico que temos hoje, que é absolutamente insustentável em muitos aspectos. Mas aí estou falando de uma nova economia, uma economia de baixo carbono, uma economia que gera outra relação entre a atividade humana e a natureza.

Então, era esse aspecto.

Peço desculpas e agradeço aos colegas, mas tenho que participar da reunião da Mesa e vou tentar retornar no menor espaço de tempo possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre representante do Acre, Senador Jorge Viana, e concedo a palavra ao ilustre representante do Estado de Goiás, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, aos Embaixadores que vão representar o Brasil agora, na Jordânia e nos Estados Unidos, Francisco Carlos e Luiz Alberto Figueiredo, meus cumprimentos.

Quero dizer que a exposição foi extremamente didática, e acrescentamos vários pontos aí, em relação, principalmente, à Jordânia. E o que é interessante, o que me estimulou muito a ouvi-lo é a empolgação de V. Exª, Embaixador Francisco Carlos, em ir para um lugar extremamente conflituoso neste momento, uma missão em que V. Exª sabe as dificuldades que enfrentará, dado o momento delicado da vida econômica e também social daquele país, que hoje passa a ser, como vários países ali da região, vitimado por esses atentados que vêm ocorrendo com frequência, com cenas bárbaras, como V. Exª citou em relação àquele piloto jordaniano que chocou o mundo todo, algo que realmente traz uma necessidade de nós avaliarmos até o comportamento psíquico dessas pessoas que são capazes de promover cenas como aquelas para aterrorizar o mundo.

Então, vejo que é necessário que haja uma ação de todos os povos hoje voltada para esse quadro que estamos vivendo no Oriente Médio. É algo que preocupa a todos nós. Não é aquela tese de que por estarmos distantes e porque não temos essa situação e não convivemos com ela, graças a Deus, isso amanhã não possa chegar até nós. Então, acho que é o momento de todos nos debruçarmos com esse objetivo de dar a V. Exª o respaldo necessário para que possa lá atuar, não só amanhã, tendo um plano de emergência para dar alternativa para mais de 1,5 mil brasileiros que lá habitam, mas, pelo contrário, que possamos não só tranquilizar a região como levar mais brasileiros para que participem também da construção daquele país em muitos pontos que são necessários.

V. Exª cita o fato específico até do interesse do governo jordaniano em investir no Brasil, em financiar e trazer apoios aos projetos de produção agropecuária, o que passa a ser fundamental. V. Exª relata que 93% do consumo é importado.

Então, isso mostra o quanto nós brasileiros poderemos também atuar para minimizar essa situação toda que sofre o povo jordaniano.

É importante que, acredito... O Senador Jorge Viana acaba de nos deixar, mas tenho tentado convertê-lo ultimamente e tenho sentido que alguns Senadores do PT têm evoluído nesse sentido de entender que o investimento de outros países no Brasil, principalmente na agropecuária brasileira, não é um atentado à soberania brasileira, isso não vai criar nenhum constrangimento em nós, é muito bem-vindo. O que nós queremos dizer é que nós hoje somos competitivos internacionalmente, nós hoje enfrentamos a maior potência econômica do mundo, os americanos, mostrando a ela como se produz soja, como se produz carne, como temos a produção de várias das nossas *commodities* agrícolas que são referência do que mais absorveu tecnologia no mundo. O setor agropecuário brasileiro foi o que mais absorveu tecnologia para poder incluí-la na produção, Senador Tasso. Nós somos referência hoje como o setor que pratica a agricultura em altíssimo nível, com

respeito ao meio ambiente, com altíssima produtividade, e isso é fruto de um setor, os produtores rurais que souberam absorver, trazer e implantar. Não podemos deixar de reconhecer a Embrapa, que foi fundamental para nós. Infelizmente, as boas cabeças da Embrapa estão indo para os Estados Unidos, não há mais espaço no Brasil para desenvolverem pesquisas com tantas limitações e restrições para que amanhã o Brasil possa ser competitivo em apresentar novas variedades. Até quebrarmos a tese da transgenia, foi uma luta no Congresso Nacional que vocês não podem imaginar. Existia o preconceito: falou em transgênico, falou em célula-tronco, já havia reação total do Governo.

Então, nós temos de quebrar esse sentimento preconceituoso. O debate é bom quando ele tem conteúdo. Quando o cidadão diz: "Não gosto do livro, mas nunca li o livro" é difícil debater, porque aí não se consegue quebrar essa barreira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – É como se a batata que nós comemos fosse a mesma que os espanhóis trouxeram do Peru...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente, não há nenhuma comparação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ou se o milho que nós comemos fosse o mesmo que Colombro trouxe de Cuba.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeitamente. V. Exª é de um Estado referência em produtividade, que governou com muita competência e que soube estimular o desenvolvimento do Estado. Hoje, Santa Catarina é uma referência por ser um Estado onde se tem melhor qualidade de vida no interior, coisa que não temos nos outros Estados brasileiros pela capilaridade do desenvolvimento e da infraestrutura de que V. Exª foi um dos precursores em Santa Catarina.

Ao finalizar, quero dizer ao Embaixador Francisco Carlos que pelo nosso lado V. Exª contará com todo apoio. Coloco-me à inteira disposição para que o setor da agropecuária, como também da saúde – médico que sou e exerço a profissão –, que nós possamos avançar cada vez mais nessas ações de parceria com a Jordânia e, cada vez mais, mostrando esse sentimento de fraternidade do povo brasileiro e também de aliança nessas causas democráticas e universais.

Ao nobre Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, quero dizer do meu carinho pela pessoa de V. Sª, do respeito que tenho extensivo a todos que compõem o Itamaraty. Sou de uma geração que tem um respeito enorme pelo Itamaraty. Sou daqueles que reconhecem no Itamaraty uma escola e, como sou homem de escola na área da saúde, reverencio o Itamaraty por ser aquela escola que deu ao Brasil a capacidade de ser reconhecido nos grandes momentos das grandes decisões nacionais, não só como a Casa de Rio Branco, mas daqueles que souberam levar o sentimento do brasileiro e as aspirações do povo brasileiro em todos os fóruns internacionais.

Quero dizer a V. Sªs que o Brasil deve muito ao Itamaraty. O pensamento de novos governantes que assumirão este País deve voltar muito a atenção ao Itamaraty, nós temos que resgatar essa classe, nós temos que resgatar o Itamaraty brasileiro.

É fundamental, neste momento, onde nós temos um mundo globalizado, que tenhamos pessoas preparadas, intelectualmente capazes, mas também com independência para fazer um bom debate. Isso é fundamental.

Eu, pelo Itamaraty, tenho o maior respeito e acho que é fundamental... Eu tenho certeza de que vamos ressuscitar o Itamaraty, a Petrobras, os fundos de pensão. Eu acredito que nós vamos retirar o Brasil deste momento delicado em que está vivendo.

Eu vejo, às vezes, um pouco de ação que V. Sª coloca, desse intercâmbio, por exemplo, entre Embraer e Boeing. Veja bem, que maravilha nós avançarmos nisso. Quer dizer, teve um momento em que... Ninguém aqui está tomando posição partidária sobre se nós devíamos comprar os caças suecos, os caças franceses, os caças americanos.

Colocou aqui o Senador Fernando Coelho que existe uma limitação na transferência de tecnologia, tudo isso hoje é dentro de um acordo de mercado e nós podemos avançar nisso, tranquilamente.

Não temos aí agora o acordo da Embraer com a Boeing? Por que não nós termos aí aviões que pudessem ser mais competitivos na defesa da área nacional, do que aviões que ainda estão formatados apenas – vamos dizer – no esboço que nunca participou de uma guerra no mundo, que é o sueco, e que é um protótipo de um avião? Quer dizer, por que não? Há restrições? Porque houve um momento em que aí fizeram um grampo das autoridades.

Quer dizer, eu acho que o Itamaraty tem essa capacidade, o Itamaraty tem essa condição de orientar o Presidente da República para não se envolver nessas condições emocionais. O Presidente da República não pode estar emocionado no momento das decisões, tem que ter o equilíbrio para tomar as decisões.

Então, eu acho que é fundamental... Entendo que todos nós, se um dia tivéssemos a oportunidade de chegar a uma condição de governar, a pessoa que teria um acesso direto a nós seria uma pessoa do Itamaraty, com uma formação totalmente independente.

O Senador Tasso Jereissati... Intrigou-me um pouco quando aqui nós ouvimos o atual Chanceler Mauro Vieira e ele, insistentemente, perguntava sobre a importância do Marco Aurélio Garcia. E eu não conhecia bem, porque até o Senador Tasso Jereissati que é um *expert* nessa área, um homem que tem uma cultura ampla e que tem um conhecimento enorme da política internacional... E, de repente, sai de novo a continuidade das gravações do Governo, onde, no interior do Ministério da Saúde, as referências da Chancelaria brasileira eram de apelidar o Chanceler, de chamá-lo de cabelinho, de dizer que o Itamaraty atrapalha os convênios.

Então, quer dizer, isso é uma coisa que nós não precisamos admitir; temos que fazer um protesto e dar o nosso voto de apoio ao Itamaraty. No mais, é dizer que V. Sª citou os acordos na área da agricultura e foi fundamental que o Governo brasileiro se posicionasse, o Itamaraty se posicionasse. Avançamos num acordo com o algodão, conseguimos fazer avanços em relação aos subsídios que eram dados, com a política agrícola extremamente intervencionista americana.

Se V. Sª conseguir abertura de mercado para a carne *in natura*, nós vamos, realmente, deslanchar enormemente a nossa capacidade produtiva de boi verde, porque somos referência no mundo todo. Em relação a essa área, que foi muito bem colocada aqui pelo Senador Fernando Coelho, encerro dizendo que é esse observatório que V. Sª pretende montar para trazer esses convênios.

E é importante confirmar esses dados que V. Exª nos traz, de que a cada dólar que vem para cá são três nossos que estão indo, isso é uma realidade. A siderurgia, a situação toda, hoje, daqueles que dependem de energia no Brasil, tem levado suas indústrias para os Estados Unidos, porque lá o preço da energia elétrica é um décimo do praticado no País. Isso tem sido um fator limitante para todas as nossas indústrias.

Eu quero cumprimentá-los e dizer que, no que depender aqui da posição do Democratas, como líder que sou do partido, contem para que possamos dar, ao Brasil, cada vez mais visibilidade pelos homens que nos representam nos países.

Muito obrigado e terá da nossa parte o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado e, antes de passar a palavra ao ex-Governador, representante de Minas Gerais, Antonio Anastasia, eu gostaria de assinalar a presença, nesta Comissão, dos Embaixadores José Antônio e Paulo Tarrisse da Fontoura, respectivamente Subsecretário de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia e Diretor do Departamento de Organismos internacionais, bem como a presença do Ministro Rafael Azeredo, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, área em que o nosso ex-Chanceler teve tanto destaque e realizou trabalhos tão importantes para nosso País.

Assim como quero agradecer – eu não o tinha visto porque estava sempre ali à direita – ao Embaixador Pedro Borio, que representa o Itamaraty aqui nesta Comissão, e também aos membros de sua equipe.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eminente Presidente, Senador Luiz Henrique, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Exmºs Embaixadores, meus cumprimentos.

Eminente Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, minha primeira indagação segue para V. Exª, naturalmente, cumprimentando-o pelo brilho de sua carreira como foi semana passada bem relatada aqui pelo nosso Senador Tasso Jereissati. Mas, seguindo também a vereda aberta pelo Senador Ronaldo Caiado e por aqueles que me antecederam e me permitindo um tom um pouco acima, preocupa-me muito a posição hoje do Brasil em relação ao Estado Islâmico.

Na realidade, o que se nota... E é uma observação me parece não só minha, mas do cidadão brasileiro, nós estamos acompanhando pelo noticiário internacional cenas de barbárie que remontam à pré-história, praticamente, e isso causa um grande estado de repugno em todos nós. E tenho impressão de que como o Brasil pretende ter e deve ter, pelo seu tamanho, pela sua pujança econômica, pela sua posição tradicional no concerto das nações, um protagonismo especial, nós estamos precisando tomar um passo avante na questão, evidentemente, da condenação forte daquilo a que estamos assistindo em relação a desrespeitos aos direitos humanos, e diria, muito pior do que desrespeitos, assassinatos em massa ocorridos na Síria, no Iraque, em toda aquela região.

Acho que além da preocupação que V. Exª bem pontuou e, que é claro, será primordial no seu exercício na Embaixada da Jordânia com os brasileiros lá residentes, mas também essa Embaixada servirá, como V. Exª bem demonstrou, como uma ponta de lança da nossa Diplomacia, e de uma posição que espero que tenha o nosso Governo de ter uma condenação mais veemente, inclusive com ações efetivas, se for o caso, para combater essa grande chaga naquela região, que é o Exército Islâmico, que causa, na verdade, um estupor em todas as pessoas que defendem uma vida civilizada entre todos nós que integramos a humanidade.

Então, queria fazer essa ponderação tão somente a V. Exª, na certeza de que no exercício do posto em Amã V. Exª terá lá uma posição firme na condenação em relação ao Exército Islâmico, porque, aliás, como também

bem foi dito por aqueles que me antecederam, V. Exª, aqui, na sua sabatina, demonstrou não só conhecimento, mas uma profundidade nos desdobramentos de uma situação lamentavelmente tão triste naquela região.

A Jordânia é uma nação democrática, uma nação amiga, uma nação que certamente acolhe muito bem os brasileiros, mas pela sua posição geográfica acaba, de fato, tendo essas injunções e que tenho, volto a dizer, a serena convicção de que nosso Itamaraty, V. Exª e o nosso Governo terão uma posição bem firme doravante em relação ao que ocorre naquela região.

E desejo, tenho certeza, sua aprovação, e boa sorte e êxito na condução dos nossos negócios frente ao Reino Hachemita da Jordânia.

Eminente Embaixador Chanceler Luiz Alberto Figueiredo, sem nenhum demérito às demais embaixadas, V. Exª, certamente, ocupará aquela que é a mais importante Embaixada do Brasil.

Na sua exposição também, com brilho e denodo característico de V. Exª, demonstrou muito bem a identidade que existe entre os Estados Unidos da América e o Brasil, identidade que se estende muito além das questões econômicas, das questões de cooperação política, mas mesmo identidade cultural e da formação dos nossos princípios democráticos, já que somos todos inspirados nos princípios liberais da Revolução Francesa e da Revolução Norte-Americana.

Em meu Estado, como sabe, Minas Gerais, somos muito ciosos da nossa tradição e os nossos inconfidentes tiveram uma grande participação, inclusive de Benjamim Franklin. Tiradentes tinha a famosa Constituição americana anotada de Benjamim Franklin. Então, essa identidade é mais do que histórica. Por isso, o posto que V. Exª ocupará tem um papel de imenso destaque e muita relevância.

E nós observamos também, eminente Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que a geopolítica internacional é dinâmica, sofre modificações ao longo do tempo e dos anos; e, nos últimos anos, observamos o novo protagonismo que ocorre em relação à participação da Rússia, em participação da China, sendo que os Estados Unidos, que é a maior potência econômica e militar do mundo, acabou desdobrando-se também internamente em razão das suas questões econômicas. E o Brasil, também nos últimos anos, acaba que, pelo menos a meu juízo, perdeu um pouco uma relação preferencial que deveríamos ter sempre em relação aos Estados Unidos, claro, num nível de igualdade, que V. Exª bem colocou na sua apresentação.

E se nota que houve, nos últimos anos, uma inclinação dos Estados Unidos em relação aos países do chamado Pacífico – ao México, à Colômbia, ao Peru, ao próprio Chile – em detrimento das relações econômicas com o Brasil, que, para nós, são vitais. Os números que V. Exª trouxe a lume aqui, por si sós, são tão robustos e claros para demonstrar uma relação praticamente próxima que temos, uma relação extremamente intestina, entre o Brasil e os Estados Unidos.

Com referência a isso, gostaria de indagar a V. Exª, portanto, seguindo exatamente também aqui a mesma trilha já aberta por aqueles que me antecederam, especialmente o Senador Tasso Jereissati, o Senador Ronaldo Caiado, como também o eminente Senador Fernando Bezerra Coelho, se essa posição privilegiada que temos será adensada e aprofundada, caminhando, talvez – e aqui é uma indagação, sei de todos os desdobramentos que a minha indagação traria –, de uma relação bilateral mais forte, com acordos inclusive defendidos por alguns setores econômicos muito específicos, para termos uma relação – volto a dizer – mais que privilegiada com os Estados Unidos. Apesar de hoje a China ser o nosso maior parceiro, a relação com a China é de *commodities,* como V. Exª bem disse, enquanto que com os Estados Unidos é com bens e mercadorias de valor agregado, aqueles que nos interessam, inclusive com transferência de tecnologia. Então, essa posição com relação aos Estados Unidos me parece fundamental, inclusive para o desenvolvimento do Brasil e na crise econômica que ora vivemos.

Permito-me acrescer, também finalizando, só mais três rápidos pontos. Primeiro, V. Exª, na sua exposição, fala, e fala muito bem, da questão da inovação tecnológica e dessas parcerias. Queria só trazer ao conhecimento de V. Exª que, no governo de Minas Gerais, fomos o primeiro Estado subnacional do mundo a fazer uma parceria com o MIT e conseguimos ali excelentes resultados para conhecimento em nosso Estado. Então, é uma referência que, certamente, vai ser aprofundada no exercício do cargo em Washington.

Por outro lado, queria também mencionar que nos preocupa, Sr. Embaixador, as notícias que vemos de dificuldades financeiras dos órgãos do Itamaraty no exterior, especialmente dos Estados Unidos; isso macula a imagem do Brasil, isso macula a imagem do Brasil com débitos, não só com relação aos organismos internacionais, muitos sediados nos Estados Unidos, mas também de funcionários e de pagamentos de fornecedores. Sei que, é claro, que não é só embaixada, o senhor não tem responsabilidade sobre esse tema, mas faço aqui o registro, porque é algo que, certamente, preocupará também V. Exª no exercício do cargo.

E, por derradeiro, sendo representante de Minas Gerais, não poderia deixar de solicitar a V. Exª aquele carinho especial com a imensa colônia de mineiros nos Estados Unidos; certamente, a maior colônia de brasileiros, nos Estados Unidos, é de mineiros, não só na Costa Leste, especialmente no Estado de Massachusetts,

mas para todos os Estados Unidos, e o embaixador é sempre aquele farol principal a irradiar luz, conforto, muitas vezes afeto, e é necessária orientação para aqueles brasileiros, especialmente mineiros que lá se encontram não só, como foi bem lembrado, a lazer, mas com relação àqueles que se radicaram nos Estados Unidos para desdobrarem as suas atividades profissionais.

Desejo, portanto, os melhores augúrios a V. Exª no exercício do cargo, e muito boa sorte, como também desejo o mesmo ao Embaixador Luz, nas funções em Amán.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia e concedo a palavra ao Senador, ex-Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eminente governador, Senador e ex-Líder do meu Partido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – V. Exª me permite? Depois do Senador Anastasia falar de Governador Valadares, V. Exª tem que falar da relação de Bacabal com Washington. (*Risos.*)

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Senador Tasso Jereissati tem razão, precisamos estabelecer uma linha direta entre Bacabal, que é um Município do meu Estado, com Washington. Fá-lo-emos.

Mas, governador Luiz Henrique, Senador, desde logo, agradeço a V. Exª por ter feito a minha inscrição de ofício. Eu realmente não poderia deixar de dizer uma palavra, singela que seja, neste momento, a respeito dos dois Embaixadores.

Peço licença para falar mais compassadamente porque não tenho a competência e a capacidade do Governador e Senador Anastasia, que é uma torrente semântica, nesta Casa, brilhante e bela.

Ilustre Embaixador Francisco Carlos, em verdade, penso que V. Exª tem toda a razão quando diz que a Jordânia é um enclave no Oriente Médio, um enclave de democracia e de verdades. E, neste mundo tumultuado das guerras e dos conflitos, a Jordânia funciona como uma espécie de retentora das crises. É bom que haja isso. O Brasil tem procurado manter boas relações com o Oriente Médio inteiro. No período em que o Iraque contendia com o Irã, há muitos anos, o Brasil se ligou basicamente ao Iraque, vendendo-lhe armas leves da indústria brasileira com grande sucesso. No passo seguinte, chegou a descobrir o maior campo petrolífero do mundo no Iraque. Desafortunadamente, ele se situava na fronteira do conflito, e acabamos por perdê-lo.

Daí por diante, todos os governos procuraram manter uma relação amistosa, boa, ampla e produtiva com os países árabes. É bom que isso prossiga assim, e, com a competência de V. Exª, que reconheço, essas relações, a partir da Jordânia, haverão de se espargir por todo o território árabe.

Meu companheiro de Ministério, fui colega seu, Luiz Figueiredo, também com os Estados Unidos o Brasil precisa ter – teve no passado e tem agora – mais do que boas relações, mas excelentes relações.

É claro que, ao longo dos tempos, tivemos momentos tumultuados nessas relações. O Presidente Geisel chegou a romper o tratado que havia do setor militar com os Estados Unidos, e, naquele momento, nuvens negras apareciam com alguns diplomatas – e eu não quero mencionar nomes até sugeridos –, com atitudes mais radicais que não chegaram ao Presidente Geisel.

Mas não se diga que, apesar de parecer com um esmaecimento das nossas relações nos últimos tempos com os Estados Unidos, em razão, sobretudo, da aproximação do Brasil com a China, com a Rússia, com a Índia, que eram aproximações devidas e necessárias até para o incremento do intercâmbio comercial, não houve esse esmaecimento a que se refere o Embaixador Abdenur, aqui lembrado pelo Senador Tasso Jereissati. Basta dizer que nós temos três ex-chanceleres na diplomacia com os Estados Unidos: o ex-chanceler, nosso representante na ONU, V. Exª, que vai para Washington, e o atual chanceler, que veio de Washington. Já tivemos tantos outros chanceleres como embaixadores em Washington: Juraci Magalhães e tantos outros, o Silveirinha, que foi Embaixador em Washington.

Devemos, é claro, fortificar, fortalecer essas relações com os Estados Unidos, jamais negligenciá-las ou esquecê-las. Mas V. Exª, que tem uma visão global depois de ter passado, sobretudo, pela Chancelaria, estará em condições de estabelecer a solidez dessas relações com os Estados Unidos. Quero desejar aos dois embaixadores, que conheço de muito tempo, êxito e fecundas relações com esses países.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra à representante do Estado do Paraná, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente, Luiz Henrique. Quero fazer uma saudação aos nossos dois Embaixadores, saudar o Embaixador Francisco, desejar-lhe muito sucesso nessa nova missão – pelo seu conhecimento, pela sua capacidade, sei que o terá – e saudar muito carinhosamente nosso Embaixador Figueiredo, com quem também tive a oportunidade de trabalhar quando V. Exª foi Ministro, mas antes, inclusive, quando V. Exª também nos representava junto à ONU e era o responsável por chefiar as delegações que discutiam os temas ambientais e da biodiversidade. Trabalhamos juntos na

Rio+20, que considero que foi uma conferência de grande sucesso num momento difícil, inclusive, de debates a respeito desse tema.

Quero dizer, Embaixador Figueiredo, que é com grande felicidade que vejo V. Exª ser designado como Embaixador junto aos Estados Unidos, pela visão de V. Exª, pela visão que V. Exª tem da importância das relações Brasil e Estados Unidos, já demostrada na prática na sua atuação junto ao Itamaraty, ao Governo brasileiro e a tantas outras atividades em que isso pôde ser verificado. O seu otimismo, a sua disposição – principalmente a sua disposição – para aprofundar as nossas relações comerciais com os Estados Unidos. Eu não tenho dúvida da importância dessa relação.

Os Estados Unidos com certeza são o motor da retomada do desenvolvimento econômico mundial, e é muito importante para que o Brasil, que já tem uma relação próxima construída, possa aprofundar essa relação.

Obviamente que nós queremos nos relacionar comercialmente com o maior número de países possível. Acho que a nossa relação com os países do Sul do mundo mostraram isso e o acerto do Brasil na sua política internacional.

Hoje a gente tem uma exportação de manufaturados muito maior para esses países. Mas obviamente que nós também queremos fortalecer esse comércio com os Estados Unidos.

É importante o dado que V. Exª falou sobre os investimentos, que cada um dólar eram quarenta e sete. Agora são três. Isso porque nós aumentamos também os investimentos lá. Mas os americanos aumentaram aqui.

Eu sou de um Estado que recebeu investimento importante de uma montadora de caminhões americanos, da DAF, em Ponta Grossa, no Paraná, justamente dentro de um programa do MDIC de atrair investimentos externos internacionais na área de montagem de veículos. E sei da importância que isso tem para a economia do meu Estado e da minha região.

Tive a oportunidade também, como Ministra da Casa Civil, de continuar a coordenação, inclusive um grupo que agora passa a ter um papel diferenciado, do grupo Brasil Estados Unidos de Seouls, dos nossos empresários americanos e brasileiros. E esse grupo foi coordenado pela Presidenta Dilma e depois continuamos. Houve avanços importantes na relação de discussões de negócios, mas também de tecnologia. E espero que esse trabalho continue, obviamente que em outras bases.

Conseguimos avançar com o Global Entry, ou seja, os nossos empresários hoje têm entrada livre, sem filas de imigração nos Estados Unidos. Tenho certeza de que vamos caminhar e já melhoramos muito com os vistos dos brasileiros para os Estados Unidos. Mais de 90% hoje não sofrem restrição. Mas eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre o visto livre. Se há essa perspectiva ou não e se isso interessa também a ambos os países.

E aqui, corroborando a preocupação do Senador Anastasia, embora nós não tenhamos tantos paranaenses nos Estados Unidos, mas vou aqui me solidarizar com os mineiros. Hoje nós temos mais de dois milhões de brasileiros, eu acho, residentes nos Estados Unidos. E grande parte desses brasileiros em situação ilegal, sem reconhecimento.

Então, eu gostaria que V. Exª também falasse um pouquinho quais são as perspectivas que nós temos de avanço nisso, na legalização, e como é que a gente poderia trabalhar.

Por último, eu gostaria de perguntar a V. Exª qual a sua opinião em relação a essa recente mudança que os Estados Unidos tiveram em relação a Cuba. Acho que foi uma sinalização importante e gostaria de saber se V. Exª avalia que isso também está sinalizando uma nova disposição dos Estados Unidos para se aproximar mais da América Latina, claro que especialmente com um País como o Brasil.

É óbvio que nós queremos essa aproximação, mas também tem que ter o querer dos Estados Unidos. E obviamente eles têm uma avaliação da sua geopolítica, das suas relações comerciais nem sempre coincidentes com a nossa. Eu acho que temos de facilitar isso, mas também gostaria de saber a sua avaliação sobre isso. Se de fato esse movimento estratégico nos abrange e as oportunidades que isso geraria.

No mais, quero desejar muito sucesso, muito sucesso mesmo. Sei da sua competência, da sua brilhante carreira e sei que vai nos dar muito orgulho de tê-lo como nosso representante num país tão importante como aquele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à ilustre representante do Paraná, Senadora Gleisi Hoffmann, e concedo a palavra ao último orador inscrito, representante deste Distrito Federal, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Boa tarde a todos. Eu queria saudar o Senador Luiz Henrique. V. Exª tem sido assim uma pessoa extraordinária na condução dos trabalhos. Queria saudar o nosso Embaixador na Jordânia, Francisco Carlos Soares Luz.

Queria saber, Francisco, como a gente poderia contribuir para a paz no Oriente Médio, com a sua presença lá, e quais perspectivas poderíamos ter para aumentar o nosso intercâmbio comercial com essa região.

Além disso, eu quero desejar a você muito sucesso. Sei que é uma região difícil. Para mim é muito prazeroso estar aqui participando desta oitiva, somente porque sei da competência do servidores do Itamaraty, servidores de carreira, como eu, da área pública federal. Sou servidor público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Então, eu sei o quanto se preza a competência de uma pessoa que seguiu a vida dando todo o seu esforço para a área pública, para se fazer esse equilíbrio entre o público e o privado, entre o Estado e o privado, de uma forma adequada.

Queria saudar o nosso querido ex-Ministro e Embaixador na primeira economia do mundo, Luiz Alberto Figueiredo Machado, pela competência dos trabalhos que foram feitos quando era chanceler do Brasil por toda a sua dedicação às questões climáticas. Eu sou um engenheiro eletricista e sei o tanto que isso é importante para o equilíbrio climático, não só do Brasil como do mundo. Então, a sua dedicação nos enche de orgulho. Eu creio que é um nome extraordinário para nos representar num país tão importante quanto os Estados Unidos.

E gostaria de fazer também pergunta semelhante, porque eu estou aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, na área de infraestrutura também e na área de assuntos econômicos, e me interessa muito a questão da matriz energética brasileira. Tenho dito isso continuamente nas minhas falas aqui, porque, como servidor do MPOG e servidor do Ministério de Minas e Energia por dez anos, eu não posso me conter, pois precisamos mudar a situação vigente para não entrar em colapso o sistema e para ter um melhor aproveitamento dos nossos recursos energéticos no País.

A eólica era traço há oito anos, como é traço hoje a fotovoltaica e a heliotérmica. Sabemos que os Estados Unidos têm experiências grandes, boa tecnologia tanto na questão da fotovoltaica, da energia fotovoltaica, da captação da energia fotovoltaica, quanto na captação das energia heliotérmica, com algumas usinas grandes, significativas, que contribuem de forma muito forte para equilibrar o sistema de transmissão americano.

Então, queria saber de V. Exª como poderíamos colaborar para esse intercâmbio tecnológico, para que o Brasil não atrase tanto a necessidade do investimento empresarial, industrial, para tornarmos a energia doméstica fotovoltaica uma realidade para o nosso povo brasileiro, com quilowatt competitivo. Realmente vale a pena a gente fazer esse investimento. E também com relação à tecnologia heliotérmica, os Estados Unidos estão bem avançados, estão bem à frente, e a gente precisava verificar como poderíamos colaborar nessa linha.

Eu fico por aqui desejando muito sucesso a você, Chanceler, que Deus ajude, que tudo corra bem. Também ao Luz ali, que vai pegar uma pedreira, mas uma pedreira que vale a pena porque contribui com a paz mundial. Eu acho que é uma situação bacana.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, sempre muito competente na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Hélio José, e vou conceder a palavra aos ilustres sabatinandos para que possam responder às arguições feitas pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz.

O SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ – Sr. Presidente, eu gostaria, antes de começar a responder às perguntas dos nobres Senadores, de reparar uma omissão imperdoável da minha parte, porque esqueci. No afã de ser breve em minha apresentação, eu omiti a minha satisfação e honra de compartilhar esta Mesa com o colega, amigo e ex-Ministro Luiz Alberto Figueiredo, que indicou meu nome à Srª Presidente da República, confiaram em mim, o meu nome foi referendado pelo Ministro Mauro Vieira. Então, gostaria de registrar aqui a minha satisfação e minha honra em compartilhar esta Mesa com V. Exª.

Começando pela pergunta do Senador Jereissati, o Brasil sim possui uma política para os refugiados sírios e é uma política de portas abertas. A nossa política é considerada muito generosa por vários, por todos os parceiros da comunidade internacional que estão envolvidos no conflito na Síria. Essa política é regulamentada pela Resolução Normativa nº 17, do Conare, ou seja, é um assunto que é coordenado pelo Ministério da Justiça e cabe ao Itamaraty simplesmente a implementação. Então, a eventual mudança de rumo nessa política tem que ser negociada juntamente com o Ministério da Justiça.

Eu acho que os números ainda não são preocupantes. Desde a entrada em vigor da resolução, menos de sete mil sírios – 6.800 até semana passada – haviam entrado no Brasil por diversos consulados; o consulado mais procurado é o de Beirute, Aman é a segunda porta de entrada deles, e sei que nem todos esses 6.800 ficam no Brasil. É uma questão temporária e depois seguem para outros destinos: Estados Unidos ou Europa. Mas é um número que ainda não é muito preocupante, mas já é um número elevado. São quase sete mil e eu acredito que a gente precisa, porque é função de todos os consulados envolvidos nessa operação, realmente fazer uma filtragem na medida do possível, pois a ideia é receber todos. Talvez seja o caso de começarmos a discutir um aperfeiçoamento da resolução.

Em relação à pergunta do Senador Fernando Coelho, sem dúvida, eu acredito que esse projeto de transposição das águas do Mar Vermelho para o Mar Morto pode ajudar num maior protagonismo brasileiro na região. É um projeto que, caso seja levado adiante, vai gerar uma distensão nos ânimos, vai colocar os três parceiros, Israel, Jordânia e Palestina, num interesse comum de levar água às populações. Ali, como eu disse, é uma das regiões mais secas do mundo. Então, é uma primeira fase e esses projetos de infraestrutura têm essa vantagem. E acho que se uma empresa brasileira ou várias empresas puderem participar desse projeto, não há dúvida que seria uma porta de entrada interessante para participar de outros projetos de infraestrutura e também para ajudar nesse espírito de distensão ali da região.

A questão do Estado Islâmico foi levantada por vários Senadores, o Senador Jorge Viana, o Senador Caiado, o Senador Anastasia, meu conterrâneo, eu sou de Poços de Caldas, com quase 50 mil brasileiros. Meus concidadãos vivendo nos Estados Unidos. Então, possuo vários parentes lá.

A Embaixada em Aman é uma peça muito pequena que vai formar a visão. É estratégica, mas é preciso haver um concerto entre todos os Embaixadores da região, que vai da Turquia até Cairo e Arábia Saudita, Bagdá, Teerã. Quer dizer, envolve uma articulação com as Nações Unidas. Eu farei o possível para fornecer o melhor nível de informação sobre qualquer ameaça, por mínima que seja, ao Estado brasileiro, a nacionais brasileiros. Esta vai ser a minha missão primordial lá.

Nós precisamos entender o Estado Islâmico, que apareceu em 2002. Só chegou a ser mais conhecido em 2013. A Comunidade de Inteligência já sabia. Em 2009, ele quase virou Estado Islâmico, mas foi derrotado pelas tropas americanas e do governo iraquiano. Esse nível de brutalidade é incompreensível.

O Governo brasileiro condena veementemente todas essas ações. O Itamaraty tem emitido notas sucessivas. É preciso ver como a gente pode ser ainda mais enfático. Eu não acho que seria o caso – é uma posição minha – de o Brasil participar de uma coalizão no momento. Mas é preciso ficar claro que o Estado Islâmico é uma ameaça a toda a humanidade. Nós, porque estamos aqui, do outro lado do Atlântico, somos alvo!

O brasileiro não, porque é simpático. Todo o mundo gosta do brasileiro no exterior. Nós somos para eles infiéis, como outros quaisquer. Eles não diferenciam se somos europeus. O cidadão brasileiro também corre risco. Se for à área, ele vai sofrer como os outros, como os dois japoneses que foram decapitados. Não podemos ser ingênuos a ponto de dizer: "É só vestir uma camiseta da seleção brasileira que eu vou chegar no meio do conflito e não vou sofrer nada". Quer dizer, é uma ilusão. Nós vamos ser infiéis na mão deles e vamos sofrer toda a brutalidade que tem sido dedicada aos nacionais de diversas nacionalidades.

Então, é preciso acompanhar, conhecer a evolução do Estado Islâmico. É preciso ressaltar que ele não é nem Estado, nem Islâmico. Ele está simplesmente denegrindo uma religião que é em si pacífica, criando discriminações. Todos os Estados de maioria muçulmana condenam as ações do Estado Islâmico. Então, ele não está amparado. Infelizmente, ocupa um território superior ao seu Estado, com oito milhões de pessoas vivendo sob essas leis draconianas que impõem. É uma situação preocupante. Eu a acompanharei da melhor maneira possível e tentarei fornecer ao Itamaraty todas as informações possíveis.

O Senador Caiado deixou claro que a ação concertada da Comunidade Internacional deve ser tomada e o Brasil deve fazer o que for possível para participar dessa ação.

O Senador Caiado não está mais presente, mas eu gostaria de mencionar o que ele me disse dos investimentos agrícolas. É verdade: vários países da região do Golfo – e a Jordânia não é exceção – têm interesse em garantir a sua segurança alimentar. Como a geografia não lhes é favorável, eles precisam garantir que esse alimento venha de outras fontes. Todos esses países, não só a Jordânia, principalmente os pequenos Emirados veem o Brasil como um potencial grande de ser o celeiro para alimentar as suas populações. É preciso ver simplesmente a maneira como esse investimento vai ser feito. Não é uma questão de eles comprarem. Eles querem simplesmente garantir a produção. Se vai ter propriedade da terra é uma questão a ser desenvolvida.

Ele mencionou a Embrapa. Eu estou há 14 anos na África e realmente a Embrapa é uma instituição que atrai grande interesse. Na minha apresentação de credenciais ao Presidente da Tanzânia...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ – Já concluo, Senador.

Ele simplesmente só queria conversar, só queria saber por que a Embrapa não tinha um escritório lá.

Eu acredito que, mais ou menos, eu cobri a questão do processo de paz. Senador, quanto ao comércio, nós vamos trabalhar juntamente com a Câmara de Comércio para ver o que é possível fazer, aumentar ainda mais esse comércio.

Só uma nota final. É que a diplomacia, no mundo de hoje, é feita não só em lugares confortáveis. O diplomata tem que ir para onde é chamado, independentemente da condição. O Brasil tem que estar representado, não interessa onde, quer dizer, está na nossa função, quem está na chuva é para se molhar. É preciso ir não

só para lugares confortáveis, tem que trabalhar em postos difíceis. Eu passei meus últimos 14 anos na África. Passarei mais alguns agora no Oriente Médio, juntamente com a minha família, que sempre me acompanhou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Embaixador Francisco Carlos Soares Luz e concedo a palavra, para as suas considerações finais, ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria agradecer inicialmente por todas as intervenções, todas as perguntas, todas as menções feitas a mim e, enfim, todas as dúvidas expostas. Eu recebo com enorme agradecimento e humildade.

Eu quero dizer que ser Embaixador em Washington, como foi mencionado pelo Ministro Lobão... Enfim, houve uma série de brasileiros ilustres que foram embaixadores em Washington, começando com Nabuco, e isso torna a tarefa, para qualquer um, muito desafiante.

Eu queria, portanto, agradecer.

Eu tive a ventura de servir em Washington já na minha carreira enquanto conselheiro, sob a ordem do grande Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, com quem eu aprendi muitíssimo, sou a ele muito grato, e espero poder seguir caminhos que ele abriu.

Senador Tasso Jereissati, Relator, muito obrigado ao senhor por tudo. O senhor se referiu a outro embaixador brasileiro que também foi embaixador em Washington, Embaixador Abdenur, sobre um momento que ele identifica como um desvio talvez de caminho do Itamaraty, em momento posterior àquele em que ele já estava em Washington. Eu, com todo o respeito que ele como grande embaixador merece, não concordo com que a relação com os Estados Unidos tenha sofrido em virtude de um privilegiar de relações com outras partes do mundo, as relações sul-sul, as relações com novos atores da cena internacional. Eu acho que isto, no Itamaraty, é quase um mantra: não há relações excludentes. Todas as relações são absolutamente necessárias para o interesse nacional. O interesse nacional requer esse tipo de disposição do Itamaraty de trabalhar conjuntamente com todos os países, mas é óbvio que nós temos um entorno, o entorno regional que nós temos, que é o nosso primeiro entorno imediato.

É óbvio que temos uma relação especial com a África, e o Ministro Mauro Vieira está de partida para uma visita à África.

Enfim, temos uma relação muito intensa com os outros membros dos BRICS, mas, de nenhuma forma, o Itamaraty vê isso como um detrimento às relações com os Estados Unidos.

E é dessa forma que eu gostaria de reafirmar o meu ânimo e dizer que as instruções que recebi são no sentido da importância fundamental dessa relação com os Estados Unidos.

O Senador Fernando Bezerra Coelho, querido amigo, sim, sem dúvida, referiu-se a um protagonismo brasileiro, especialmente na busca da inovação em áreas tão importantes como a bioeconomia.

Eu fiquei particularmente feliz, já que me envolvo com essa área há muito tempo, ao ouvir a narração do Senador Jorge Viana sobre a aprovação de uma legislação dessa área de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade.

Isso é fundamental, isso é um avanço. Obviamente eu não conheço o texto da lei, mas o fato de estarmos legislando sobre esse tema, isso nos abre capacidades enormes, especialmente na colaboração e na cooperação com outros países.

O Senhor se refere também à área de defesa. V. Exª me pergunta sobre restrições nessa área. Sem dúvida, todo país que detém tecnologia tem políticas de proteção a essa tecnologia, especialmente quando ela é de uso duplo.

Mas eu devo dizer que, pelas informações que tenho, nós não estamos tendo dificuldade em obter as licenças necessárias de importação e uso dessas tecnologias com os Estados Unidos, mas, sem dúvida, é uma área sobre a qual, caso aprovado, irei me debruçar nos Estados Unidos, sem dúvida nenhuma.

Já há diálogos de defesa entre o Brasil e os Estados Unidos. Recentemente, no fim do ano, houve uma reunião desses diálogos de defesa. Portanto, eu vejo possibilidades muito claras de desenvolvimento conjunto e mesmo de produção industrial nessa área.

Chegando ao ponto da mudança do clima, eu não tenho dúvida de que entendimentos com os Estados Unidos serão fundamentais nesse campo. Como V. Exª sabe bem, houve, recentemente, no ano passado, um entendimento grande entre Estados Unidos e China com a intenção de controle de emissões, de determinação de ano de pico das emissões. Enfim, tudo isso tendo em mira a COP 21, de Paris, no fim deste ano.

Sem dúvida, o nosso diálogo com os Estados Unidos também tem que ser intenso nessa área, como tem sido ao longo das negociações.

Eu, desde já, ponho-me à disposição para, lá em Washington, apoiar e buscar encontrar maneiras e modos de aprofundar ainda mais esses contatos não apenas no nível do governo americano, mas também das entidades de pesquisa, dos laboratórios, das instituições que militam nessa área.

O Senador Jorge Viana se referiu – e eu toquei rapidamente no assunto – à cooperação necessária, interessante e desejável entre empresas brasileiras, instituições brasileiras e laboratórios, institutos na área de biotecnologia, especialmente em fármacos e cosméticos. Sem dúvida, é uma área de grandes oportunidades que nós temos que aproveitar.

O Senador Ronaldo Caiado não fez exatamente perguntas. Ele se referiu, de forma muito elogiosa, aos quadros do Itamaraty, e eu sou grato às suas referências. É uma pena que ele não possa estar aqui. Enfim, sou grato pela referência. Sim, o Itamaraty se orgulha dos seus quadros! Eu tive o enorme orgulho de chefiar o Itamaraty, e, sem dúvida, o que mais me impressionou – e sempre me impressiona –, ao longo dos meus mais de 35 anos de carreira, foi a qualidade, o empenho, o engajamento...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ... dos quadros do Itamaraty: diplomatas, membros dos serviços no exterior. Portanto, eu não acho que o Itamaraty esteja morto, termo que, se não me engano, foi usado. Não há dúvida de que o Itamaraty está, como sempre, disposto a prestar sua contribuição criativa ao Brasil e à sociedade brasileira.

Senador Antonio Anastasia, também sou muito grato por suas palavras. Eu devo dizer, sim, que... Não se sabe exatamente quantos brasileiros temos nos Estados Unidos. Os números variam entre 1,5 milhão e 2 milhões – um pouco mais do que os 1.700 que temos na Jordânia. Isso mostra a integração das sociedades, o interesse que o brasileiro tem pelo país, fora o número cada vez maior de turistas brasileiros que vão aos Estados Unidos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Uma curiosidade. Nós temos quantos americanos vivendo aqui? Há uma ideia ou não?

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Infelizmente, não tenho esses números, Senador. Fico lhe devendo.

Sem dúvida, há um número importante de brasileiros do seu Estado de Minas Gerais, Senador, que tem sido um grupo extremamente obreiro, ordeiro e que tem contribuído, em muito, para o bom nome que os brasileiros têm nos Estados Unidos.

A Senadora Gleisi Hoffmann se referiu ao fato de que muitos dos brasileiros são indocumentados, não estão em situação regular, digamos, nos Estados Unidos perante o governo local. Nós fazemos um cálculo de que cerca de 60% dos brasileiros que lá estão se encontram nessa situação.

Há possibilidades interessantes, com uma nova iniciativa do Presidente Obama, para a regulamentação da situação.de estrangeiros indocumentados. Isso é um programa novo que é temporário, porque ainda não teve aprovação...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ...legislativa nos Estados Unidos, mas, ainda assim, é um programa novo que permitirá àqueles estrangeiros que têm filhos nascidos nos Estados Unidos, enfim, e que lá estão trabalhando, dispostos a contribuir e a pagar impostos, a que eles possam se regularizar. Isso eu acho que vai ser muito benéfico para a comunidade brasileira que se encontra nos Estados Unidos.

O senhor também se referiu ao convênio entre o MIT e Minas Gerais. Sem dúvida é algo pioneiro, muito importante, e a busca que eu imaginei desse laboratório...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ...enfim, desse observatório, perdão, de inovação é exatamente buscar mais laboratórios nos Estados Unidos e entidades nos Estados Unidos para criar esses vínculos como Minas tem. Mas vamos buscar expandir esses vínculos com outras unidades da federação, que, sem dúvida, estão muito interessadas em inovação, em alta tecnologia.

Eu agradeço as palavras do Ministro Lobão, e devo dizer, respondendo também à Senadora Gleisi Hoffmann, que a questão dos vistos é uma questão complexa. Nós não podemos afastar, de jeito nenhum, a facilitação de viagem e de contato causada pela inexistência de visto. Ou seja, a não exigência de visto, sem dúvida nenhuma, abre possibilidades muito grandes de circulação entre as pessoas, e, em princípio, é muito bem-vinda.

Existem outros... Quando se analisa caso a a caso, há outros elementos nessa equação que devem ser levados em conta. Um deles é o fato de que, em regiões onde não há a exigência de visto, e eu me lembro, especificamente, do caso da Europa, onde o brasileiro entra sem visto, muitas vezes ele é barrado na chegada,

barrado na chegada e devolvido para o Brasil. Tivemos muitos casos disso, casos que chegaram a esta Casa, de brasileiros que não foram bem acolhidos em aeroportos em alguns países e mandados de volta, porque a autoridade local achou que não estava interessada na entrada daquele brasileiro.

Ora, a existência de visto torna extremamente difícil que um caso desses ocorra, porque, ao pedir um visto e ao se submeter a um visto, já foi feita uma triagem daquela pessoa pelo serviço consular, e, portanto, a existência de um visto no passaporte é uma...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ...presunção de acesso livre, e, então, a negação de acesso será algo muito estanho, e, assim, as causas terão que ser importantes.

Enfim, isso é só apenas um aspecto do debate. E eu não estou dizendo que um lado está certo e o outro não está. É obvio que a livre circulação é sempre o que desejamos, mas também temos que ver certos aspectos que são relevantes para a conversa.

A Senadora Gleisi Hoffmann também perguntou sobre o novo momento das relações entre Estados Unidos e Cuba, quando nós tivemos, agora, no dia 17 de dezembro último, o anúncio feito...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Embaixador, é que começou a Ordem do Dia no plenário da Câmara, embora seja uma sessão extraordinária, mas essa coincidência dificulta o trabalho parlamentar. Se V. Exª puder...

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Encerrarei. Sem dúvida nenhuma, há um novo momento da relação dos Estados Unidos com a região. Foi um ato de coragem do Presidente Obama e do Presidente Castro. Esperamos, então, que um novo momento surja no relacionamento dos Estados Unidos com a região como um todo.

Eu quero agradecer uma vez mais, Sr. Presidente, essa honra e essa oportunidade a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Encerrada a votação, pedindo escusas aos ilustres presentes, inclusive aos Srs. Embaixadores, mas me submetendo ao que dispõe a Constituição Federal no inciso IV, do art. 52, c.c. §1º do art. 383, do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Hélio José para atuar como Secretário. Designo, identicamente, os Senadores Antonio Anastasia e Fernando Bezerra Coelho para atuarem como escrutinadores.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 57 minutos e é reaberta às 12 horas e 59 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A reunião está reaberta. Comunico a deliberação feita pelos Senadores sobre as indicações dos Embaixadores Francisco Carlos Soares Luz e Luiz Alberto Figueiredo Machado, em votação secreta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ambos os indicados receberam 13 votos. Nenhum voto NÃO, nenhuma Abstenção. (*Palmas.*)

Os Embaixadores estão autorizados a se retirarem para darmos segmento à reunião.

Muito obrigado a V. Exª.

Passo a Presidência ao ilustre Senador Tasso Jereissati.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – E a palavra a mim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – E concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para ler o relatório à Mensagem nº 64, de 2014.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.
Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, trata-se de relatório que já está disponibilizado na internet e que trata da Mensagem nº 6, de 2015, da Srª Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. João Alberto Dourado Quintaes, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Diplomata indicado nasceu no Rio de Janeiro, graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e fez o curso preparatório da carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1985.

Eu vou dispensar-me, Sr. Presidente, de fazer a leitura completa do relatório subscrito pela Senadora Ana Amélia, para apenas poder aqui sublinhar que o comércio bilateral entre o Brasil e o Mali é ainda incipiente. Em 2013, o intercâmbio somou apenas U$ 5 milhões, composto basicamente por exportações brasileiras.

Em 2014, verificou-se uma nova dinâmica, pois o Brasil adquiriu em quantidades significativas algodão malinês, com isso as trocas aumentaram para a casa de U$ 11 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Submete-se e aprecia-se a Mensagem nº 64, de 2014, não terminativa.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.
Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno.*

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia, para ler o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou ler o relatório da lavra do eminente Senador Cristovam Buarque.

Como V. Exª já leu, trata-se da Mensagem nº 64, de 2014, indicação do Sr. Evaldo Freire, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, foi encaminhado o currículo do eminente diplomata, nascido em Teresina – Piauí, em 1954, tendo exercido cargos nos Consulados-Gerais de Nova York, São Francisco, Diretor Nacional da Rio+20 e, também, da missão transitória na Embaixada em Bissau.

Acompanha a mensagem presidencial, também em entendimento à mencionada Resolução do Senado, sumário executivo sobre a Guiné Equatorial.

Trata-se de nação na África, ex-colônia espanhola, cujo comércio bilateral tornou-se expressivo nos últimos anos.

Em 2013, o intercâmbio foi de cerca de U$ 1 bilhão. Estamos acumulando déficits consequentes, em razão da importação de Petróleo.

A Guiné Equatorial é uma ex-colônia espanhola, como eu disse há pouco, e almeja sua inclusão como membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que já é observador. Para tanto, o governo guinéu-equatoriano adotou o Português como terceira língua oficial em 2011.

Informa-se, por fim, que o país não possui dívidas em atraso com o Brasil.

Acresço ainda, de acordo com o relatório, que ainda há negociações para eventual compra de aeronaves da empresa Embraer, bem como de uma corveta da classe "Barroso".

Portanto, dispensando a leitura completa do relatório, mas reiterando que todos os dados já estão à disposição dos Srs. Senadores e, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº 216, DE 2015
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 22 de abril de 2015, para participar, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Rússia, de encontros e reuniões com autoridades, parlamentares e empresários, nas cidades de Moscou, Kazan e Petersburgo; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período citado.
Autoria: Senador Luiz Henrique

Designo Relator o ilustre Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, acompanha o requerimento o convite do Presidente do Comitê do Orçamento e Mercados Financeiros do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia e Presidente do Grupo de Cooperação do Conselho da Federação com o Senado do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Segey Ryabukhin, convidando o Senador Luiz Henrique para visita a Moscou no mês de abril de 2015.

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento.

A matéria também tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao Parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão por esta autorizada.

É importante registrar a parceria estratégica Brasil-Rússia no intercâmbio comercial, especialmente em matéria aeroespacial e técnico-militar.

Ante o exposto, opino pela aprovação do Requerimento nº 216, de 2015. Este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Obrigado, Senador Fernando.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerra-se a discussão.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Leitura do Requerimento nº 23, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2015

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convocado a prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a fim de explicar a situação dos médicos cubanos inscritos no programa "Mais Médicos".
Autoria: Senador Ronaldo Caiado

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lasier Martins, Edison Lobão, Luiz Henrique, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Serra e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, pela inserção do **EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, de 2015,** de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, subscrito pelo Senador Luiz Henrique, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, em data e hora a serem definidas, com a presença das Senhoras **LILIAN TINTORI DE LOPEZ** e **MITZY CAPRILES DE LEDEZMA**, cidadãs venezuelanas, para tratar da situação política na Venezuela, que culminou com violações de direitos humanos e a prisão política de políticos oposicionistas ao Governo nacional." Aprovado. Passa-se à **PAUTA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV,da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores indicados. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente registra a presença do Subsecretário-Geral Político para Ásia e Oceania do Itamaraty, Embaixador José Alfredo Graça Lima e do Subsecretário-Geral Político do Itamaraty para África e Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Usam a palavra os Senadores Lasier Martins, Luiz Henrique e Vanessa Grazziotin. Os Embaixadores respondem aos questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às quinze horas e cinquenta e cinco minutos e reaberta às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Atua como secretária a Senadora Vanessa Grazziotin e como escrutinadores os Senadores Luiz Henrique e Lasier Martins. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. Passa-se ao **EXTRAPAUTA: ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina." O Relator, Senador Raimundo Lira, profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, de 2015,** de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinados com as normas do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados o Sr. Luis Duran, a Sra. Desiree Cabrera e a Sra. Nairoby Olivera para participar de Audiência Pública nesta comissão, com a finalidade de expor a situação das vítimas das chamadas "guarimbas", na Venezuela." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada, esta reunião extraordinária, à sabatina de dois ilustres funcionários do Itamaraty, que serão designados para a Embaixada do Brasil na Malásia, em Sultanato de Brunei, e na República da Índia e no Reino do Butão.

Eu proponho que nós dispensemos a leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não havendo objeção, está aprovada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Requerimento a esta Comissão.

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, por esta Comissão, em data e hora a serem definidos, com a presença das Srªs Lilian Tintori de Lopez e Mitzy Capriles de Ledezma, cidadãs venezuelanas, para tratar da situação política na Venezuela, que culminou com violações de direitos humanos e a prisão política de políticos oposicionistas ao governo nacional.

Justificativa.

Por ocasião do Seminário Internacional América Latina: Desafios e Oportunidades, em Lima, capital do Peru, de que V. Exª teve a honra de participar, foram denunciadas violações de direitos humanos cometidas pelo Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

Em encontros posteriores, estive com as esposas dos dois presos políticas venezuelanos, Srª Lilian Tintori, casada com Leopoldo Lopez, e Srª Mitzy Capriles Ledezma, cônjuge do Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. Leopoldo Lopez é ex-Prefeito do Município de Chacao, que integra a grande Caracas, e encontra-se detido, desde fevereiro do ano passado, acusado de ter incitado violência nas manifestações contra o chavismo naquele mesmo mês, um protesto de nível nacional que contou com uma estatística lamentável: 43 mortos. Antonio Ledezma, por outro lado, em pleno exercício de mandato democrático popular, foi preso por agentes do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin), em janeiro, sob a acusação de integrar uma conspiração para derrubar o Presidente Venezuelano do poder.

Trata-se, sem dúvida, de assunto da maior relevância, de cujo debate esta Comissão não pode declinar, pela importância de sua atribuição regimental e competência fracionária nesta Casa.

Certo de contar com o integral apoio dos membros desta Comissão, solicito a urgência necessária.

Sala da comissão, 31 de março de 2015.

Subscritor: Senador Aloysio Nunes Ferreira e este, que lhes fala.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, em data e hora a serem definidos, com a presença das Senhoras LILIAN TINTORI DE LOPEZ e MITZY CAPRILES DE LEDEZMA, cidadãs venezuelanas, para tratar da situação política na Venezuela, que culminou com violações de direitos humanos e a prisão política de políticos oposicionistas ao Governo nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) –

Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Vamos dar início, então, à nossa sabatina.

Eu convido, então, para vir ao plenário da Comissão, os embaixadores.

Hoje, como os senhores sabem, nós temos uma concorrência acirrada na sala ao lado. Está aqui presente o Ministro da Fazenda, apresentando para os Senadores da comissão, defendendo, perante ela, as propostas de ajuste fiscal do Governo.

Por essa razão, nós temos hoje um problema de quórum, mas nós vamos prosseguir os nossos trabalhos, e os Senadores virão, à medida que forem se desincumbindo do trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo a palavra, primeiramente, ao Embaixador Tovar da Silva Nunes, que está indicado para a República da Índia e Reino do Butão.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, talvez, precise de uns 17 minutos, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Está dentro do nosso Regimento.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Sr. Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui hoje na Comissão de Relações Exteriores para dialogar sobre a representação dos interesses, mas também objetivos e valores do Brasil na República da Índia e junto ao Reino do Butão, e, ao fazê-lo, agradeço à Senhora Presidenta da República por minha indicação, proposta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, a quem também agradeço. Agradeço, especialmente, ao Senador Lindbergh Farias, pelo instigante relatório que apresentou. Saúdo os colegas Presidentes na pessoa do Embaixador Graça Lima, amigo e guru, responsável tanto pela Índia e Butão, como Malásia e Brunei, entre outros países. Aproveito para saudar também aquela que foi companheira do Rio Branco e acabou me acompanhando por 32 anos, em minha carreira, e registro, Sr. Presidente, a minha satisfação de compartilhar esta mesa com um colega e querido amigo, também da época do Rio Branco, Embaixador Martins Ceglia.

Sr. Presidente, no dia 24 de setembro do ano passado, a nave espacial indiana Mangalyaan, depois de dez meses de viagem, atingiu a órbita do planeta Marte. A Índia conseguiu esse feito na primeira tentativa e com um orçamento muito pequeno. Muitos, talvez, até critiquem o fato de um país, com tantas carências sociais, utilizar recursos para projetos espaciais, na Lua e em Marte; outros não deixarão de registrar a extraordinária façanha tecnológica.

O fato é que, unânime ou não, esse feito, essa façanha, esse fato histórico não terá deixado indiferente o mundo e, sobretudo, não o Brasil.

A décima economia...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Fiquei com uma ponta de inveja para ser franco.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Pois é.

A décima economia mundial, talvez a terceira pelo cálculo de paridade de compra, e a segunda população do mundo, o país mais populoso, a Índia é um país extraordinário. Não se pode simplificar ou abreviar ou mesmo ignorar um país como esse que, por sorte, é um parceiro do Brasil de primeira ordem.

É um país com um grau de diversidade e complexidade talvez não comparável a nenhum outro dos nossos parceiros – diversidade cultural e étnica. Imagine o senhor um país onde se falam 29 línguas – alguns com duas que já causam problema – e 1.650 dialetos. Um país com uma história milenar, efetivamente milenar, 3.200 a.C, com a civilização do rio Indo; uma história recente de independência, mas um história dramática com a partição morte de cerca de um milhão de cidadãos com o deslocamento por conta da criação do Paquistão. Portanto, é um país que tem sensibilidades internas e também do ponto de vista geopolítico.

Vizinho da Índia, e, obviamente, do Paquistão, dois países com os quais tem diferendos limítrofes; um país que ocupa uma posição de destaque numa região que é considerada, em termos geoestratégicos, a mais importante, e também a mais nuclearizada. A Índia é ainda a maior democracia do Planeta, são 814,5 milhões eleitores em maio do ano passado.

Menos mal que eles usam urnas eletrônicas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Usam?

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Usam urnas eletrônicas, tem tecnologia própria.

É um país também que já recebeu cinco prêmios Nobel, coisa que talvez muita gente não contabilize. Alberto Einstein dizia que, se não fosse a criação do zero pelo indianos na Matemática, muita coisa não teria sido feita, tanto em Física, em Matemática e em outras ciências.

Portanto, é um país com essas credenciais que gostaria de merecer a honra de poder representar se V. Exªs me permitirem. É um país que elegeu, no ano passado, uma nova liderança, uma liderança que, talvez, signifique, depois da independência e da abertura do país, em 1991, um ciclo novo para a Índia, com um promessa de atração de investimentos, promessa de dinamização da economia, simplificação da extensa burocracia do país, portanto, é um liderança que não só prometeu mas já fez. A Índia registrou, ao final do ano passado – o

ano fiscal da Índia termina hoje, na verdade, 31 de março –, as medições do crescimento do produto interno bruto, feitas em dezembro, indicam um crescimento acima do PIB chinês. À época, em dezembro, contabilizava-se um crescimento de 7,5 contra 7,35 da China.

Agora, é uma economia que ainda tem muitos desafios, uma pressão inflacionária, a alta de juros, há uma vulnerabilidade do setor bancário, eles não tiveram o equivalente ao nosso Proer. É um país que ainda tem tensões religiosas claras, há uma preocupação com o surto de nacionalismo hinduísta, mas que tem sido controlado graças à tradição de convivência pacífica. É um país também, Sr. Presidente, que tem utilizado a política externa, já nesses poucos meses de governo Modi, para consolidar essa política de atração de investimentos, abertura do país, projeção internacional e também estabilidade regional.

Portanto, as viagens que o Primeiro-Ministro Narendra Modi fez aos países do entorno, incluindo o menor deles, que foi a primeira viagem dele, o Reino do Butão, Sri Lanka, o convite estendido ao Paquistão para participar da sua posse, no âmbito da Organização Regional de Cooperação Econômica, a viagem que ele fez aos Estados Unidos e a de volta do Barack Obama, o relacionamento privilegiado dele com o Japão – parece que o Abe só segue quatro pessoas, e um deles é o Narendra Modi, no seu Twitter. Enfim, há um relacionamento muito correto com a Rússia, que perdeu um pouco do brilho, mas os indianos têm se beneficiado do desvio de investimentos, sobretudo na parte de energia, que poderiam ter sido utilizados em outras circunstâncias com os europeus, mas que estão agora aplicando esses recursos na Índia.

Com a China, o relacionamento, historicamente, tem sido particular. A Índia teve duas guerras com a China, e a última foi em 1962. Há problemas ainda limítrofes, mas isso não impediu que Narindra Modi mantivesse com a China, que já visitou o país, um relacionamento muito correto, muito cortês e muito cordial.

Vietnã, Austrália e outros países da região também fazem parte desse esforço de diplomacia pública que o Primeiro-Ministro já deu sinais não só de ter gosto e talento, como já produziu resultados. Isso fica como nota do que ele já conseguiu. Agora, há outros desafios: a saúde, por exemplo. A Índia é um país em que doenças como encefalite japonesa, lepra, febre tifóide, hepatite e outras doenças contagiosas afetam e matam muitas pessoas, além de outras doenças não contagiosas como câncer, diabetes, problemas cardiovasculares, que, pelas estatísticas de 2012, afetavam 63 milhões de pessoas.

Portanto, o desafio é enorme, do tamanho da população de 1,27 bilhão de cidadãos, mas a aposta que faz este governo é pela abertura, pela parceria com países mundo afora e, sobretudo, com o BRICS.

A vinda do 1º Ministro Modi ao Brasil no ano passado, logo após a sua eleição, deixou isso muito claro. Ele veio, prestigiou as reuniões de Fortaleza e de Brasília, já traçou um mapa do que ele gostaria de ter como relacionamento dentro do BRICS e, bilateralmente, com o Brasil, de modo que se teve uma excelente impressão do dinamismo que ele quer empreender no interior do BRICS e no plano bilateral.

Muito bem. Esse relacionamento bilateral Brasil-Índia, parte, então, dessa diversidade indiana, dessa história, desse histórico de problemas e desafios, e também parte de uma nova realidade que é a eleição do BJP, o novo partido, e do Narindra Modi. Por que eu digo isso? Porque nós devemos agora fazer uma reavaliação de onde estamos, no relacionamento bilateral, e para onde podemos ir. Essa talvez seja a função, o desafio maior e a oportunidade que se cria para a representação do Brasil na Índia. Esse programa de trabalho de quem quer que assuma – e eu espero que seja eu, se puder contar com a confiança de vocês – deverá, primeiro, dar prioridade total à parte comercial.

O comércio bilateral Brasil-Índia cresceu muito, mas ainda está aquém do que poderia ser. Nós temos registrado, em 2014, uma corrente de comércio da ordem de 11,42 bilhões. Se nós pensarmos que, em 2000, nós só tínhamos 400 milhões de comércio, foi uma evolução muito significativa. Essa evolução significativa, porém, apresenta um desequilíbrio muito grande na parte dos produtos que são exportados e importados pelo Brasil. Hoje, se contabilizarmos semimanufatura e produtos básicos, passamos de 78%. Portanto, o Brasil está exportando basicamente produtos básicos, 59%, ou com pouca industrialização, pouca transformação. E, no lado contrário, de importação, o Brasil, hoje, importa 98% de manufatura. Assim, há um desequilíbrio muito grande, que tem de ser cuidado.

O Governo tem feito a sua parte. Há um mecanismo chamado Mecanismo de Monitoramento do Comércio Bilateral – inclusive que vai se reunir pela 4ª vez em 28 de abril deste ano –, que cuidará, então, de reavaliar as estatísticas e, certamente, um dos temas é justamente esse desequilíbrio. Nós temos ainda um déficit com a Índia. Desceu um pouco de 2013, quando atingiu mais de 3 bilhões, para 1,85 bilhão, mas ainda é considerado inaceitável como situação de desequilíbrio comercial. Portanto, esta é a primeira tarefa da representação nossa, junto com os órgãos competentes: cuidar para que haja não só mais corrente de comércio, como também uma corrente de comércio mais equilibrada.

É necessária, evidentemente, uma participação do setor privado. Sem o setor privado, não se faz andar esse comércio. Desde 2009, não se faz missão comercial específica para a Índia. Foi criado em 2007 um cha-

mado foro de CEOs, de presidentes de empresas, mas que nunca se reuniu. Portanto, há um espaço possível de mobilização e de dinamização por parte do setor empresarial, que tem que ser feito para que o comércio possa ser ampliado.

Há casos de sucesso, evidentemente. A Embraer é um deles. A Embraer, inclusive, conseguiu uma parceria que eu chamaria de ideal. Vendeu aos indianos três CRJ-145, que estão sendo *upgrading*, estão sendo adaptados, com sistema de radar indiano, tecnologia indiana, transformando, portanto, um avião em um avião com um valor agregado muito mais alto.

Há outros casos também. Não passou despercebido à Embraer, nem ao Brasil que o Primeiro-Ministro, Narendra Modi, em sua campanha, se deslocava com um avião da Embraer. Há outros Legacys que são usados pelo governo. Portanto, é uma presença e um caso de sucesso.

A presença brasileira se faz também por outras empresas. Há casos em siderurgia, ônibus, enfim, serviços de infraestrutura. Há também o caso de empresa que atua em um campo onde há uma enorme deficiência, que é a refrigeração. Então, empresas que produzem bombas e motores para refrigeração têm tido grande sucesso na Índia.

Do lado contrário, há também investimentos indianos. Eu, outro dia, até me surpreendi. Eu venho de uma região do noroeste de São Paulo, uma cidade chamada Birigui, às margens do Rio Tietê, e me dei conta de que ao lado de Birigui, entre Birigui e Buritama, em uma cidade chamada Brejo Alegre, existe o investimento indiano da empresa Renuka, que é a maior empresa produtora de açúcar e etanol e que comprou uma empresa brasileira e produz cana, produz também açúcar e etanol.

Há também em Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, a Mahindra presente. Há casos de empresas do setor automotivo no Paraná e São Paulo. Há também a presença indiana no setor siderúrgico e sobretudo onde eles são muito bons, que é a tecnologia da informação, com a Infosys. Há também em Minas uma presença na parte de cápsulas rígidas para medicamentos.

Portanto, há um leque de presença indiana, mas que pode ser ampliado, Sr. Presidente. Eu acho que essa é uma das outras missões. A partir dos investimentos possíveis brasileiros na Índia e vice-versa, a Índia no Brasil, sobretudo, a atração daqui, poderemos ter, mais do que uma ampliação só do comércio, uma ampliação também da área de investimentos.

Isso eu acho que, na verdade, poderá agregar valor aos nossos produtos, ao gosto do mercado indiano e facilitará a exportação de produtos brasileiros com valor agregado que possam se encaixar em nichos de comércio e de consumo na Índia.

Agora, não é só de comércio que vai viver a atuação e a apresentação do Brasil. Há outras áreas de cooperação muito importantes. Uma delas é a energia. A Índia é o quarto maior consumidor de energia. Não produz o suficiente. Tem uma matriz inversa à nossa, uma matriz com um componente muito pequeno de energia renovável. Os 72% da matriz indiana são de fontes não renováveis, sobretudo carvão, petróleo e gás. A Índia importa muito. Aliás, importa também do Brasil petróleo bruto e depois nos devolve diesel. Essa é a parte da equação que não fecha, de valor agregado.

(Soa a campainha.)

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Na parte de meio ambiente, o Brasil tem interesse em saber como a Índia faz manejo de gestão de recursos hídricos e também de conhecimento tradicional. A Índia tem interesse no desenvolvimento urbano. Há um problema de poluição urbano muito grave na Índia.

Eu falei de energia e não mencionei biocombustível. Há um pequeno obstáculo na questão de segurança alimentar para produção de biocombustíveis. A Índia ainda não se interessou tanto, mas decidiu aumentar para 10% o teor de etanol da gasolina. Com isso, necessariamente terá que produzir mais etanol ou importar. Daí talvez o interesse deles em absorver a tecnologia brasileira e também estar presente aqui.

Eu diria que a área de cooperação científica e tecnológica é uma das áreas mais importantes para o nosso relacionamento com a Índia não só porque eles são muito capazes, como nós também. E há uma complementaridade grande. Eu mencionaria nanotecnologia, ciências naturais, tecnologia de eficiência energética de baixo carbono e também oceanos e mudanças climáticas.

Há um espaço grande de cooperação na parte espacial. Eu mencionei no começo da minha exposição o grande feito indiano. A Índia também teve missões à lua, inclusive parte dela, da confirmação da existência de água é de origem indiana.

Agora eles lançaram dois satélites, e o Brasil já se beneficia das imagens desse satélite chamado Resourcesat 1 e 2. Inclusive o monitoramento de queimadas na Amazônia é feito graças às imagens desse satélite nº 2.

Cooperação militar vai muito bem, obrigado, tanto no plano bilateral, como no Ibas. Existe uma cooperação já assentada na parte militar. Cooperação em defesa, eu mencionei aqui a possibilidade de agregar valor

a produtos brasileiros. Quanto a isso aí, há um leque grande possibilidades. Há também obstáculos. É preciso reconhecê-los. A Índia, como o Brasil, não quer ser só comprador de mercadorias. Quer também desenvolver, absorver e juntos fazer com que a tecnologia caminhe. Mas eu acho que a competência brasileira e a competência indiana postas juntas na parte de defesa pode resultar de maneira muito positiva em uma cooperação que talvez, por exemplo, leve a Índia a diversificar os seus parceiros. Hoje ela tem um comércio expressivo na parte de armamento com vários países das Otan e tem um acordo de defesa com Israel. Eu acho que parte do que ela faz com outros países poderia fazer conosco, sem prejuízo.

Há interesse também de criar uma linha direta ou talvez pelo código compartilhado aéreo, nós não temos como viajar. Claro, voo direto seria difícil pela distância, mas se trabalha numa ligação Mumbai a São Paulo.

Portanto, são vários outros assuntos que eu poderia mencionar. Vou terminar com agricultura e saúde, a cooperação, porque saúde acho que Índia, assim como a China, poderia com o Brasil disseminar o chamado sistema tradicional de medicina, sobretudo a medicina ayurvédica. E, na parte de cooperação agrícola, eles melhoraram o nosso rebanho bovino, sobretudo gados índicos. E agora têm interesse em melhorar o deles a partir dos nossos embriões. Então, há um trabalho a ser feito nessa área.

Sr. Presidente, além do nosso relacionamento bilateral, é evidente que o Brasil e a Índia se relacionam e muito há muito tempo no plano multilateral. Eu fui negociador em Genebra e sei que não se fazia nada sem antes conversar com os indianos. Tem aqui Maria Clara Carisio, que foi minha companheira de Genebra e sabe disso. E Graça Lima também, que era nosso guru na época já comercial. Então, Índia e Brasil já se coordenam há muito tempo. Mas, com a criação do Ibas, essa coordenação obviamente se estreitou. E, depois, com o BRICS, mais ainda. E veio em cima disso o Basic, que é o grupo que liga Brasil, Índia, África do Sul e China, para discussão de mudanças climáticas. A nossa participação no G20 é sempre concertada previamente, sobretudo no âmbito dos BRICS. E nós temos o G4, um grupo que trabalha pela reforma do Conselho de Segurança. E, dentro do G4 e também nas Nações Unidas, Índia e Brasil sobretudo na área de desenvolvimento já fazia isso na década de 60 e 70 na Unctad. Continuam fazendo para promover o desenvolvimento sustentável.

Portanto, são inúmeros exemplos de instâncias em que Brasil e Índia já se coordenam. Isso produz uma capacidade que nós temos de diálogo privilegiado. Certamente, tem que ser usado para produção de resultados concretos. É isso que se trata permanentemente de verificar se nós só estamos tendo um diálogo privilegiado, sem aproveitarmos isso para um resultado concreto ou se podemos ampliar um pouco esse leque de resultados.

Eu terminaria, com a sua permissão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – ...com uma palavra sobre o Reino do Butão. País pequeno, com 717 mil habitantes, ensanduichado – vocês podem ver pelo mapa. Ele está à direita do Nepal, capital Thimphu. Ali entre a China e Índia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Esse seria o Sri Lanka?

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Não. Ali em cima é o Butão. Sri Lanka está ali embaixo. O Butão está entre a Índia e a China, é aquele pedaço leste da Índia que fica em cima de Bangladesh onde se produz, aliás, um maravilhoso chá. Mas, veja, o Butão não é só um País com o qual o Brasil desde 2009 tem relações e que, com isso, transforma o Brasil em um dos onze e poucos países que têm relacionamento diplomático universal.

O Butão, Sr. Presidente, não tem relações diplomáticas com nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Ele ficou muito fechado por muito tempo, só se integrou às Nações Unidas em 1971, proibiu televisão, internet até 1999 e hoje se volta para alguns países escolhidos a dedo por eles. Obviamente, também do nosso lado houve interesse em relação. A nossa presença se dá por uma chamada de embaixada cumulativa, ou seja, nós não temos embaixada residente. Aliás, o Butão só tem duas embaixadas residentes: Índia e Bangladesh.

Agora há importância, primeiro, geoestratégica, política. Há oportunidades sim na parte, por exemplo, de infraestrutura. Eles têm interesse de criar, e já estão criando com ajuda indiana, um parque energético e hidrelétrica pela região do Himalaia, pelos desníveis. Isso se presta muito à produção de energia hidráulica.

O Butão também se notabilizou no mundo pela criação de um substituto ao PIB. Isso ficou muito famoso. Em 1972, o pai do rei atual cunhou a ideia do chamado Felicidade Interna Bruta, o FIB. Essa Felicidade Interna Bruta depois ganhou fôlego próprio, muitos países levam em conta isso para aferir o efetivo desenvolvimento do país. Por exemplo, contabilizam o tempo que se leva no trânsito, o tempo que se passa contando histórias em casa, o tempo que se passa cuidando de si, o número de amigos que a pessoa desenvolve, o estabelecimento de relações societais dentro de uma comunidade e por aí afora. São indicadores que, obviamente, não entram no cálculo do PIB, mas que na noção do Butão deveriam fazer parte desse cálculo da Felicidade Interna Bruta.

No plano bilateral, o Butão tem interesse de se coordenar conosco na parte agricultura. Eles têm uma preocupação muito grande com lavouras orgânicas e, aliás, eles praticam um turismo muito seletivo. Eles não

deixam que o país seja dilapidado a exemplos de vizinhos que não tiveram esse cuidado e hoje sofrem a consequência do turismo um pouco selvagem. Eles têm interesse em nossas politicas sociais, já mencionei os projetos hidrelétricos e têm – com isso termino – interesse em esportes.

O senhor sabe que o Butão, depois de sete anos tentando uma vitória, conseguiu, no começo desse mês, uma vitória de um a zero contra o Sri-Lanka nas eliminatórias da Copa do Mundo em 2018 no futebol. Conseguiram bater um a zero o Sri-Lanka e estão esperançosos de conseguir uma vaga nas eliminatórias pela Ásia na Copa de 2018.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Também espero que consigam porque, seguramente, a classificação para a Copa do Mundo vai aumentar muito o índice de felicidade do País.

Logo após a apresentação do Embaixador Carlos Ceglia, abriremos a palavra para perguntas. Mas eu já queria trazer para o senhor uma tema, Embaixador, que é a respeito desse foro de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) que o senhor mencionou de passagem que foi uma iniciativa diplomático-política muito importante do Presidente Lula, a criação de um foro para tratar de encaminhamento conjunto de questões, algumas da maior relevância prática como governança do sistema das Nações Unidas, mas também meio ambiente, inclusão social, democracia, são três grandes democracias multirraciais e multiculturais no mundo.

Houve, de 2006 até 2011, cinco, se não me engano, encontros de cúpula e, depois, no Governo Dilma não houva mais nada. Inclusive foi criado um fundo para socorrer países vítimas de catástrofes, de guerras civis como o Haiti, como Palestina, Sudão do Sul, enfim, outros países que sofreram tragédias, que passaram por problemas graves de conflitos internos e catástrofes naturais. Nesse fundo o Brasil está devendo a sua participação, a Índia e a África do Sul compareceram com US$1 milhão e o Brasil até agora nada. Então, eu penso que esse é um assunto delicado porque me parece que o primeiro-ministro hindu tem interesse na revitalização com a participação efetiva do Brasil no Ibas. Então, fica essa pergunta, além da exportação de calçados infantis de Birigui para a China.

Com a palavra o Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, que foi indicado para ser o nosso Embaixador na Malásia e no Sultanato de Brunei.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Sr. Senador Lasier Martins, pelo Rio Grande do Sul, Relator do meu processo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, amigo dileto e Embaixador Graça Lima, Secretário Geral para Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, meu amigo e colega de turma, Embaixador Tovar da Silva Nunes, senhoras e senhores, antes de mais nada, gostaria de agradecer à Senhora Presidente da República por ter submetido o meu nome para exercer a função de Embaixador do Brasil na Malásia e cumulativamente junto ao Sultanato do Brunei Darussalam. Gostaria também de agradecer ao atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, com quem tive o privilégio de trabalhar em Washington recentemente.

Sr. Presidente, após 32 anos de dedicação ao Brasil e ao Itamaraty, é para mim um privilégio ter o meu nome submetido ao crivo desta ilustre Comissão. Brunei Darussalam. Caso V. Exªs nada tenham a opor, eu pretenderia deixar para falar sobre Brunei no final desta exposição, até porque o Brasil tem um relacionamento muito tênue com o Sultanato e até por isso nós temos uma embaixada cumulativa. Então, preferia começar sobre a Malásia. Mas já que a Malásia não é tão conhecida assim quanto a Índia, não é tão imponente... Como?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – É um dos países mais competitivos do mundo.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Exatamente. Então, eu gostaria de citar algumas cifras que creio que dão entender o que é a Malásia.

Primeiro, a Malásia é dividida fisicamente em duas partes: uma parte da Península da Malásia, que é sequência da Tailândia, e outra parte que é a Malásia Oriental, que fica na Ilha de Bornéu, onde está justamente encravado o Sultanato de Brunei.

A Malásia tem uma superfície mais ou menos equivalente ao do Estado do Maranhão – 330 mil km^2 –, com uma população de 30 milhões de habitantes. A Malásia tem uma característica muito importante: é um Estado multiétnico, multicultural, multirreligioso, e isso tem um papel muito importante na política interna local. Cerca de 60% da população professa o Islã, que chegou à Malásia no século XIV. O Islã, pela Constituição, é uma religião de Estado, embora a Constituição garanta a liberdade de culto. Segundo o último censo, que se deu em 2010, 67% da população era malaia, 25% chinesa e 7,5% indiana. É uma Monarquia constitucional federada, parlamentarista e bicameral.

O chefe de estado, Sr. Presidente, que tem funções protocolares, é um sultão escolhido, a cada cinco anos, entre os sultões de nove, dos treze Estados. Ele é escolhido, quer dizer, em tese, ele é eleito, mas houve um acerto que, a cada cinco em cinco anos, uma ordem determinada, eles assumem a chefia do Estado.

Agora, como o senhor estava dizendo, eu acho que é bom lembrar que a Malásia é um estado jovem. A Malásia tem mais ou menos a idade de Brasília, ela é um ano mais velha do que eu, ela é de 1957. Ela tem um PIB de US$320 bilhões, em quase 60 anos, cinquenta e poucos anos. Ela tem um Produto Interno Bruto equivalente ao Produto Interno Bruto nosso, do Brasil. E eu acho muito importante a gente frisar, quer dizer, se eu pudesse definir em uma palavra a Malásia e, por extensão, toda essa região do Sudeste Asiático, eu acho que é ambição.

O Primeiro-Ministro que mais tempo governou a Malásia foi o Mahathir, que governou a Malásia mais ou menos uns 22 anos seguidos, o partido dele sendo eleito e ele, como presidente do partido, enfim, assumindo e sendo reconduzido à chefia de governo. Ele, mais ou menos em 1991, lançou um programa, de longo prazo, de 30 em 30 anos, chamado Visão de 2020, em que a ideia era que a Malásia fosse um país desenvolvido até 2020. E eles estão chegando lá.

E eu acho que o meu papel lá, o papel do diplomata, é observar e informar. Quer dizer, nós temos que estar lá e ver o que deu certo, o que está dando certo, e informar, para a gente não ficar... inclusive, para a gente ver o que que não deu certo. Porque nós não podemos ficar reinventando a roda. E a Malásia tem algumas tecnologias de ponta, como o senhor estava dizendo aqui. A Malásia é campeã mundial, ou está na série da ponta, na área de alta tecnologia, de competitividade.

A Malásia é o que veio a se chamar um Tigre Asiático, em toda essa região. Só para os senhores terem uma ideia, a Malásia, nos últimos 50 anos, tem crescido a uma taxa anual média de 6,5%. Nos últimos 50 anos, a média anual é de 6,5%, quer dizer, é uma taxa muito elevada.

Hoje é a terceira economia da Asean e a 28ª economia do mundo. No ano passado, ela cresceu 5,9%, com uma inflação abaixo de 3%. Em termos macroeconômicos, está muito bem.

Além disso, e é muito importante lembrar, Sr. Presidente, a Malásia estimulou a criação de um parque industrial de alta tecnologia, que fica – digamos – ao norte de Kuala Lumpur, a uns 300km ao norte de Kuala Lumpur, perto da fronteira da Tailândia. E essa região é conhecida como a Silicon Valley do Leste. A Malásia hoje exporta semicondutores para o mundo inteiro.

A Malásia, como os senhores sabem, é o Estado fundador da Asean, este ano ela preside a Asean, e este ano, também, ela é membro do Conselho Segurança das Nações Unidas, membro não permanente do Biênio 2015 e 2016.

Com relação ao Brasil, Brasil e Malásia têm relações no Ártico desde 1959, e nós já abrimos as nossas embaixadas, repetidamente, Kuala Lumpur em Brasília, em 1981.

Nós temos um comércio que cresceu muito, mais ou menos à imagem da Índia, ainda que em menores valores. Quer dizer, nós saímos, em 2000, ao redor de US$400 milhões para hoje US$3,5 milhões. É bastante, já é uma cifra substantiva, como a Índia, mas achamos que estamos aquém e que Brasil e Malásia podem fazer muito mais que isso. Caso esta Comissão houver por bem aprovar o meu nome, eu pretendo dar muita importância a essa área que é o comércio.

Há muitas áreas promissoras, como a Embraer, por exemplo, a área de defesa, e também muito importante é a área de exportação de carne de frango para a Malásia. A Malásia, Sr. Presidente, tem uma das regulamentações mais estritas na área de importação de bens *halal*, muçulmanos.

Então, uma vez que se garanta a entrada de bens *halal* brasileiros na Malásia, abre-se mercado para cerca de 1 bilhão de pessoas, como o mercado indonésio, o paquistanês, o indiano, o de Bangladesh, etc. Então, a entrada nesse mercado da Malásia não objetiva só o mercado da Malásia, mas o mercado dessa região toda.

Agora, além da parte de comércio, Sr. Presidente, eu acho importante também registrar que Brasil-Malásia já estão tentando se conhecer na área de investimento. A Vale, por exemplo, tem investimento de US$1,4 bilhão, na Malásia, com um porto e um armazém para estocar minério de ferro.

Quando esse investimento estiver pronto e concluído, estima-se que, depois da construção de uma planta de pelotização, esse investimento vai atingir mais ou menos US$4 bilhões, da Vale, que é o maior investimento estrangeiro na própria Malásia e o maior investimento brasileiro em toda essa região, no sudeste asiático.

Ao mesmo tempo, a Malásia tem investimentos aqui no Brasil. Por exemplo, trilhos, monotrilhos, em São Paulo e em Manaus. É uma empresa malásia que se associou a uma empresa brasileira.

Srªs e Srs. Senadores, caso for aprovado pelo Senado, eu pretendo desenvolver o meu trabalho na Malásia em várias partes.

Basicamente, uma parte é política, porque a Malásia é membro do Conselho de Segurança e nós sabemos que cerca de 80% das matérias que são objeto de deliberação do Conselho de Segurança são referentes à

África e Oriente Médio, que são duas regiões muito importantes para o Brasil, eu acho que Brasil-Malásia têm muito a dialogar e eu pretendo manter esse diálogo.

A segunda parte é evidentemente na área de comércio, em que eu pretendo também – e não somente – incentivar a diversificação, porque o comércio Brasil-Malásia sofre dos mesmos problemas que o comércio Brasil-Índia, como o Embaixador Tovar da Silva Nunes estava dizendo há pouco. O Brasil exporta muito mais bens primários e importa bens industrializados.

Quer dizer, eu pretendo não somente incentivar a ida ao Brasil de empresários com produtos manufaturados, mas também pretendo trabalhar em conjunto com embaixadores de outros países da área para que, quando houver missões empresariais para aquela região, eles visitem também a Malásia. Isso é importante.

Quando o empresário atravessa metade do mundo, ele tem de aproveitar a viagem. O mesmo se dá na área de cultura, quer dizer se uma exposição vai para um determinado país, que passa pela Malásia. Eu penso assim.

Enfim, Sr. Presidente, é assim que pretendo exercer as minhas funções, caso aprovado por esta Casa, certamente com profundo entusiasmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço ao senhor.

Quero anunciar a presença, entre nós, do Subsecretário-Geral Político para Ásia e Oceania do Itamaraty, saudado pelos nossos sabatinados como guru, o Embaixador Graça Lima, e também do Subsecretário-Geral Político do Itamaraty para África e Oriente Médio, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

Se os senhores concordarem, vou iniciar o processo de votação. Mas, antes, vou passar a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que já estão inscritos.

O primeiro inscrito é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente Aloysio, pedi a palavra mais para cumprimentar os nossos dois Embaixadores que estão a caminho da Ásia, continente mais populoso do Planeta que oferece os desenvolvimentos econômicos mais destacados.

Primeiro, cumprimento o Embaixador Tovar, que vai para um país que está a fim de tomar o nosso lugar de 7ª economia do mundo, pelo que estão dizendo os analistas econômicos. Muito brevemente, a Índia passará a ser o 7º e nos jogará para o 8º lugar.

Tive a oportunidade de visitar a Índia e fiquei muito bem-impressionado, Embaixador Tovar, com o alto desenvolvimento da tecnologia da informação, principalmente na cidade de Bangalore, onde há aquele monumento chamado Infosys. De modo que, nas relações econômicas e comerciais que V. Exª terá com o Brasil, o senhor poderá, quem sabe, nos transmitir de lá boas lições, para que o Brasil siga o caminho da Índia neste particular da tecnologia da informação.

Com relação ao nosso eminente Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, também me congratulo com sua indicação para o 3º país da economia asiática. Seu currículo me deixou muito bem-impressionado por sua vasta experiência. O senhor já andou por meio mundo, pois esteve não só na América Latina, mas também na Rússia, em Washington, na Tunísia, na Colômbia e, se não me engano, na Finlândia.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA (*Fora do microfone*.) – Não. Em Paris.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Perfeito. Há alguma diferença.

Então, pude verificar as suas qualidades e a sua vasta experiência profissional.

Manifesto os votos de que o senhor seja muito bem-sucedido, inclusive incrementando as relações com o meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, um Estado exportador de produtos agropecuários. A Malásia, se não estou enganado, é um país que importa também os produtos agropecuários do Rio Grande do Sul.

Era isso.

Cumprimento os dois indicados, na certeza de que serão aprovados pela nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vou passar a palavra para os demais Senadores.

Em seguida, os senhores poderão responder às indagações e fazer suas considerações.

Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de destacar a qualidade, a experiência, a competência dos dois diplomatas que o Brasil está enviando para regiões tão importantes do nosso mundo diplomático, o que me faz afirmar, mais uma vez, que o Itamaraty continua sendo, senão a melhor, uma das melhores massas críticas deste País.

Em relação ao Embaixador Tovar da Silva Nunes, eu gostaria de perguntar se a consolidação das instituições democráticas na Índia é ainda consequência de lideranças inesquecíveis como Pandit Nehru e Mahatma

Gandhi. Ou seja, se o exemplo de vida e a obra pública desses dois expoentes da vida pública indiana ainda exercem influência definitiva na política indiana.

Agora, eu formularia uma pergunta a ambos. Nós atingimos 7 bilhões de habitantes e, pelos cálculos matemáticos, vamos, malthusianamente, atingir 9,2 bilhões daqui a 36 anos, no ano de 2050. Isso, evidentemente, estabelece desafios para a sustentabilidade da vida neste Planeta. O primeiro desafio é o desafio de segurança alimentar. Nós sabemos que para alimentar 9 bilhões, nós deveremos aumentar em pelo menos 40% a produção de alimentos. Por duas razões: primeiro que há, em todo o mundo, principalmente nos países periféricos da Ásia, da América Latina e da África, uma melhoria das condições de vida que resulta no aumento do consumo de alimentos.

O outro desafio é o energético. Nós sabemos que não podemos continuar, primeiro, com o tamanho do consumo de energia que hoje consumimos, e, segundo, não podemos continuar com essa baixa qualidade das matrizes energéticas com que acionamos as nossas casas, os nossos veículos, as nossas indústrias e assim por diante.

Como os senhores veem esse cenário para 2050? O Brasil adotou uma posição recente, da qual eu tenho orgulho de ter sido relator juntamente com o Senador Jorge Viana: uma nova legislação ambiental, que tem como estrutura básica conciliar a produção agrícola com a preservação das florestas. No bojo dessa política, está o estabelecimento daquilo que o Papa Leão XIII, na encíclica Rerum Novarum, exaltou como o estabelecimento sobre toda propriedade uma hipoteca social. No caso brasileiro, a hipoteca social se reveste de dois mecanismos: as áreas de preservação permanente, que se estabelecem nas regiões marginais de rio e lagos, estabelecendo um distanciamento mínimo de 30m, e as áreas de reserva legal, que impõem, na Amazônia, 80% das terras sejam mantidas florestadas, sendo 35% no Cerrado Amazônico e 20% no resto do País.

Eu perguntaria como a Índia e a Malásia estão tratando esta questão da sustentabilidade alimentar, da sustentabilidade energética, da sustentabilidade florestal. E como veem isso diante desse cenário tão próximo que é, em 2050, a população saltando de 7 para 9 bilhões de habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senadora Vanessa Grazziotin, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Da mesma forma, solicitei a palavra para cumprimentar nossos embaixadores, que, como já dito aqui, têm uma larga experiência na representação do Brasil e no desenvolvimento do trabalho para que o nosso País estreite cada vez mais laços com países ao redor do mundo.

Eu sou daquelas que pensam que a política externa brasileira vem avançando muito nos últimos anos. Entretanto, precisamos dar novos passos, passos mais significativos e importantes.

O fato de a Índia ocupar em breve uma posição que é nossa, sétima maior economia, tem que ser visto com muita naturalidade, principalmente pelo fato de que a Índia tem setores extremamente desenvolvidos.

Lamento muito que o Brasil não tenha adotado o caminho da Índia, por exemplo, no que se refere à produção de medicamentos. Hoje, o Brasil tem uma produção importante, mas em medicamentos genéricos. A Índia, não. A Índia produz matéria-prima e exporta para o mundo inteiro, inclusive para o Brasil.

Isso se deve ao fato de que o reconhecimento de patentes lá não se deu da forma como se deu no Brasil, o que impediu que nós nos desenvolvêssemos mais nessa área. Mas acho que esse ainda é um segmento em que o Brasil precisa apostar e investir muito, porque, afinal de contas, quem detém a maior biodiversidade do Planeta não é a Índia. Ela pode ter a maior população, mas a maior biodiversidade, a maior população natural, quem tem somos nós brasileiros.

Então, chegar à sétima economia com 1 bilhão de pessoas e com segmentos tão desenvolvidos, o senhor falou de satélites, de outras áreas, cinema, *bollywood*, para quem gosta, é fantástico, é algo até que natural, segue o curso natural das coisas.

Quero desejar ao Sr. Embaixador Tovar um belo trabalho. O senhor estará representando um grande país numa outra grande nação.

O Brasil, ao lado da Índia, participa da formação dos BRICS, que é uma nova composição, uma nova ordem internacional muito importante para o desenvolvimento dessas nações ainda emergentes.

Em relação ao Embaixador Carlos. A Malásia tem algumas semelhanças conosco. Eu não sou muito simpática à Malásia, porque a Malásia leva embora a nossa borracha. Está aqui alguém que vive na terra da borracha, é um grande produtor de borracha.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Modesto produtor de látex no Estado de São Paulo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nada.

Essa foi a primeira história relatada de biopirataria acontecida no mundo, que levou, de fato, a um problema muito grave na nossa região, na Amazônia brasileira, que, no começo do século passado, era considerada a Paris dos trópicos. Muitos no Brasil não sabem, mas Manaus foi a primeira cidade do Brasil a ter bonde, a ter energia elétrica. Tudo de lá vinha da Europa, porque 25% da pauta exportadora brasileira saía daquela região, daquele Estado. E nós vivemos uma debacle depois da produção da borracha, do látex na Malásia.

Mas não só essa semelhança. Eu não conheço exatamente, mas ouvi falar, li alguma coisa que a Malásia também se desenvolve em setores de alta tecnologia: tecnologia da informação, da comunicação. E tem muitas áreas de livre comércio, como as zonas francas. É um modelo muito interessante a ser mais estudado, a ser mais debatido. Não é à toa que tem esse nível de crescimento tão elevado.

Então, desejo ao senhor, Embaixador Carlos, muito sucesso. São países muito importantes para nós, apesar de muito distantes, mas muito importantes, tanto a China quanto a Malásia.

Então eram apenas essas palavras de incentivo aos senhores que cumprirão uma grande tarefa nestes países. Já o cumpriram até agora muito bem, não tenho dúvida de que o farão da mesma forma nessa nova missão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigada, Senadora.

Encerrada a lista dos inscritos.

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Tovar da Silva Nunes.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

V. Exª honrou-me com uma pergunta que é não só o coração da nossa atividade diplomática, mas uma pergunta que me permite discorrer sobre a importância de um grupo, que no Itamaraty é tido como uma das agremiações mais importantes, que é o Ibas – Índia, Brasil e África do Sul. Não só são três grandes democracias, mas representam três regiões diferentes, com históricos diferentes. Há muita semelhança entre esses três países, mas, também, há contribuições próprias que cada uma dessas nações traz a esse grupo.

O Ibas foi criado muito antes do BRICS e do Basic, em 2003, e desenvolveu cooperação em 16 áreas – energia, defesa, cooperação aduaneira –, são várias as áreas de cooperação, portanto, um esforço desta natureza, obviamente, pode se beneficiar sim de encontros de alto nível, como são as cúpulas. Mas ele tem uma vida própria, ele segue o seu curso, o próprio fundo, para o alívio da pobreza e da fome, tem conseguido captar recursos. Eu mesmo tive a honra de estar presente na inauguração de uma praça de esportes na Palestina e vi o grande efeito que é, de projeção, mas, também, um resultado concreto, pois é um fundo relativamente pequeno, não chega a US$30 milhões, mas que atuou em Guiné Bissau, Sudão, Haiti e Palestina, com um efeito positivo muito grande. Portanto, a preocupação que V. Exª manifestou com relação à ausência recente de cúpulas é uma discussão que é mantida no âmbito das chancelarias também. As chancelarias, obviamente, comunicam-se muito nessas 16 áreas que eu mencionei.

Há, talvez, uma dificuldade, que é conciliar as agendas de presidentes e primeiros-ministros, além de BRICS, G20, enfim, são muitas as instâncias onde eles já se coordenam. Eu também dou exemplo do próprio G4. O G4 caminha, comunica-se, o Basic também, no nível ministerial. Portanto, de novo, um cúpula, sim é importante, pois é do mais alto nível que brotam as decisões mais difíceis, às vezes, mas são as mais definidoras. E acho que não se abandonou a ideia de ter uma cúpula do Ibas, talvez já seja o momento, a Índia está querendo organizar proximamente, mas é preciso também reconhecer que apesar da ausência de cúpula o mecanismo caminhou, exerceu essa nobre cooperação nessas 16 áreas.

O Senador Lasier Martins conhece mais a Índia do que muita gente do próprio Itamaraty, digo isso porque visitou justamente o coração, o centro nevrálgico da Índia hoje.

A Índia não conseguiu tecnologia de informação à toa, isso foi a custa de muito investimento, que vem desde a época do Nehru, nas universidades. Produziu, é certo, na visão de alguns, um certo desequilíbrio, você tem muita gente preparada no âmbito universitário e uma mão de obra de cerca de 500 milhões de trabalhadores sem qualificação. Portanto, há um problema dessa natureza.

Mas o senhor mencionou algo que é importante, a Infosys está presente no Brasil em Nova Lima – MG, acho que há um interesse, inclusive em ampliar o leque de clientes desta empresa, porque hoje ela possui muitas empresas fora do Brasil como cliente.

Mas rendo homenagem ao seu interesse, e fica aqui, também, Sr. Presidente, sem me tornar petulante, mas acho que é o momento de nós reconfigurarmos também o grupo parlamentar Brasil-Índia, com pessoas tão interessadas e que conhecem bem a importância do país, eu acho que nos teríamos um elemento adicional. Além do que eu mencionei, da necessidade de envolver empresários, eu acho que a presença atuante do Parlamento e de Congressistas poderia adicionar e se for...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Até o Senador Lasier poderia se encarregar de convidar os colegas para formarmos o nosso grupo de amizade.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – O Rio Grande do Sul hospeda um dos maiores investimentos indianos, eu preciso mencionar, além de São Paulo, Minas e Paraná.

O Senador...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Santa Catarina, a Mittal tem uma grande indústria lá.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Também, é verdade, desculpe, Sr. Senador. O senhor tem toda razão, a ArcelorMittal. É que houve uma fusão dos grupos de siderurgia, e é verdade que eles estão presentes e com uma presença muito importante.

V. Exª mencionou algo, que é a pergunta que foi feita, se ainda existiria, do ponto de vista das instituições democráticas na Índia, influência de pessoas como Nehru e Gandhi. Essa é uma pergunta muito difícil de ser respondida, porque a medição da influência se dá sob vários aspectos. Eu diria que inegavelmente ainda se fala muito sobre os dois líderes, mas há uma coisa curiosa, Senador, que é um pensamento também de crítica a Gandhi. O senhor se lembrará de que Tolstói disse que o grande problema de Gandhi, talvez o único, era o nacionalismo induísta dele. Isso atrapalhava a liderança política.

Existe também uma figura que é pouco mencionada fora da Índia, mas na Índia é venerada, que é o chamado Ambedkar, ou Babasaheb. Babasaheb é um outro nome que ele recebe. Esse senhor era um intocável, um dalit, um excluído, que teve a sorte, ou talvez o empenho dele próprio e da família, de conseguir um grau de instrução. Ele foi estudar em Columbia e depois na London School of Economics, e foi ele o responsável, não pela redação em si, mas pela coordenação, ele era presidente do comitê de redação da constituição indiana em 1950. Portanto, o senhor pode imaginar a força desse senhor. E ele era muito crítico a Gandhi, achava que Gandhi, no fundo, com esse lado induísta, queria perpetuar o sistema de castas, onde ele, como dalit, como intocável, como marginalizado, obviamente não tinha nenhuma lembrança agradável e queria na verdade acabar com esse sistema. E até hoje, a Constituição eliminou as castas inferiores, o sistema de castas, mas ainda persiste o problema.

O senhor mencionou também o problema de ordem, a dificuldade que é o crescimento populacional, e na Índia obviamente isso é um problema do dia a dia. A Índia vai passar a China em 2030 e será a nação mais populosa. Isso é um problema não só de alimentação, mas também, sobretudo, de moradia, saneamento. Hoje morrem 1,6 mil pessoas na Índia todos os dias por falta de água limpa, pela contaminação da água. Portanto, a comida, sim, é um problema; mas também, atreladas a isso, há outras questões.

A Índia conseguiu, através da revolução verde, ampliar muito a produção de alimentos. Fez também, recentemente, a chamada revolução branca, que é a industrialização do leite, a produção de laticínios. Eles consomem muito iogurte. A vaca é sagrada, mas não o leite, justamente ela é sagrada por causa do leite. Portanto, a Índia caminhou muito nessa multiplicação dos alimentos, e agora se encontra um problema de várias naturezas.

Uma delas é a falta de terra. Ela tem uma percentagem de terra arável, talvez a maior do mundo em termos percentuais, que é de 48%. Só que a expansão é difícil. A Índia é um país pouco urbanizado, só 31% do país é urbanizado, mas a pressão é crescente. Cidades como Delhi, Mumbai e Calcutá se contam em milhões: Delhi, 21, Mumbai, 20, Calcutá, 14. Portanto, há uma natural evolução, e a solução talvez se encontre até em coordenação com o Brasil. O Brasil consegue produzir mais com pouca terra; a Índia terá que produzir mais com pouca terra, com pouca água, com a sorte de ter uma mão de obra abundante, e aí não sei se a mecanização vai ajudar, mas de forma que há uma confiança de que eles conseguirão sim vencer a questão de segurança alimentar.

A parte de energia, menos provável, já que dependem em grande parte de importação, sobretudo de importação de óleo e gás. Agora, a Índia fez uma coisa que o Brasil, eu não tenho conhecimento de que tenha feito, Sr. Presidente: a Índia investiu 480 milhões num projeto de energia fotovoltaica. A Índia disse que não quer mais importar a célula fotovoltaica, ela quer, ela mesma, enriquecer o silício que produz. Só que vai demorar certo tempo, mas enveredou por essa trilha, por essa senda da autossuficiência tecnológica em termos de energia solar. E tem também desenvolvido na parte de energia eólica e termal.

Eu agradeço um comentário feito pela Senadora Vanessa Grazziotin, com relação à importância de o Brasil se associar a uma grande economia como a da Índia. Na verdade, Senador Lasier, a Índia hoje já é a terceira economia pelo cálculo do chamado PPP (Paridade do Poder de Compra). O que significa isso? Se eu coloco o que eu consigo comprar dentro da Índia com o que ela produz é muito maior hoje do que a Alemanha. Obviamente, um país não só compra internamente, ele precisa comprar coisas fora, e aí aquela compra interna não sustenta.

Mas, para os analistas, em termos nominais, sim, a Índia é a décima economia e está caminhando para subir, mas, em termos de paridade de compra, ela já é a terceira. Ou seja, é, naturalmente, um gigante. Como disse a Senadora é melhor ser amigo de gigantes do que o contrário. Então, acho que é uma oportunidade que se cria de o Brasil se relacionar com uma economia desse porte e com um histórico de amizade que vem desde a época da Independência. O Brasil tem relações com a Índia desde logo após a Independência. Nossa

embaixada foi aberta em 1948, a Independência foi em agosto de 1947, e a embaixada da Índia, no Rio de Janeiro, também foi aberta em 1948.

Quem negocia comércio, como eu tive a honra de fazê-lo, por 15 anos, pelo menos, sabe que, nas negociações do GATT – que começaram em 1947, com a criação desse acordo geral –, Brasil e Índia foram os líderes e, depois, foram líderes também na questão do desenvolvimento na UNCTAD. Portanto, há um histórico que nos une, e acho que continuará nos unindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Embaixador.

Embaixador Carlos Ceglia, por favor.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Muito obrigado, Senador Lasier, pelas palavras muito amáveis.

O Senador Luiz Henrique levantou o tema de Malthus, para ser mais breve. Efetivamente, a Ásia é um lugar onde vamos encontrar Malthus, obviamente. E a Malásia fez a opção, Senador, de preservar as suas florestas equatoriais. A Malásia está, mais ou menos, na mesma latitude que o Pará, por exemplo. Então, fez essa opção de preservar e importa os seus alimentos, enquanto o Brasil está exportando, basicamente, açúcar, milho, etc. O país, inclusive, está desenvolvendo – e muito – um turismo de selva, digamos, o famoso ecoturismo.

Agora, a Malásia vai ter que enfrentar um problema sério de energia, porque hoje a matriz energética do país é de, aproximadamente, 37% a 38% de petróleo, 37% a 38% de gás e 18% de carvão, além de 4% de biomassa e 2%...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – 1% a 2%. Mas isso também faz parte de uma escolha por manter a floresta, mais ou menos, intocável. Quanto a essa escolha, terei o maior prazer em informar o Itamaraty sobre como a Malásia vai encarar este futuro, desenvolvendo uma matriz energética nova, até porque o petróleo deve acabar daqui a uns 25 anos e o gás, daqui a uns 30 anos. Eu acho que a Malásia vai ter que passar por um momento difícil, e escolhas terão que ser feitas.

Eu vou fazer uma ligação com a pergunta da Srª Senadora com relação à alta tecnologia. Acredito ser possível que a matriz energética vá passar por aí.

Penang, como eu estava dizendo, é conhecido também como Silicon Valley of the East. E eles fizeram isso, porque, em 1991 ou 1992, estabeleceram uma empresa sem fins lucrativos, cuja sigla é MIGHT, que é a Malaysiang Industry-Government Group for High Technology, uma empresa que foi formada e orientada basicamente para a indústria e que foi feita para desenvolver respostas aos desafios colocados pela globalização e pela liberação comercial no mundo – respostas mediante o uso intensivo de tecnologias, de alta tecnologia. Por isso, a Malásia hoje é um grande exportador, como falei, de semicondutores, de processadores, etc. Quer dizer, então eles devem usar isso também para as tecnologias de energia.

Acho que nós temos, talvez, muito que aprender com esse exemplo da Malásia. E, Sr. Presidente, seria muito interessante se o Parlamento, o Senado, por exemplo, pudesse fazer uma visita à região como um todo e à Malásia, para ver o que é possível importar para o Brasil em termos de experiências.

Basicamente é isso que teria a dizer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, me permita só fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Existe alguma experiência, seja na Índia, seja na Malásia, de dessalinização da água do mar no nível econômico? Ou seja, já existe alguma tecnologia que reduziu o custo, para separar o sal da água e torná-la potável naquele país?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Sua resposta.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Infelizmente, não.

Eu sei que líder nesse processo, por exemplo, é Israel. Israel está muito avançado. Inclusive, sei que aqui, na semana passada, esteve o Embaixador Francisco Luz, que falou da transposição do Mar Vermelho, do canal até o Mar Morto, e lá vai haver também uma usina, uma planta de dessalinização.

O SR. CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA – Essa experiência existe em Dubai, em Abu Dabi, mas ainda a preços que não seriam praticáveis aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Esta reunião será transformada em secreta, para que possamos fazer, então, a contagem dos votos, a apuração dos votos.

Eu designo como Secretária a Senadora Vanessa Grazziotin e como escrutinador o Senador Lasier Martins.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é tornada secreta às 15 horas e 55 minutos e é reaberta às 15 horas e 59 minutos.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Presidente, 10 votos SIM para os dois. Unânime.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito bem.

A designação da Senhora Presidente foi confirmada por esta Comissão por unanimidade. Parabéns aos senhores. Se quiserem continuar nos dando o prazer da companhia, podem continuar. Caso contrário, estão dispensados, porque ainda temos matérias a tratar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Vamos retomar os nossos trabalhos.

Senador Raimundo Lira, V. Exª foi designado Relator na indicação do nome do Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, gostaria de informar a V. Exª que, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ministro Joaquim Levy, estou revezando a Presidência com o Senador Delcídio do Amaral. Portanto, não pude chegar no momento de participar da votação, mas vim com todo o prazer mesmo saindo um pouco da reunião, que ainda prossegue e acho que ainda vai demorar mais de uma hora, para ler o relatório que me coube aqui por designação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª pela diligência habitual.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou começar.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o *curriculum vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Sr. Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, filho de Antonio Gomes Pereira e de Maria Helena da Fonseca Costa Couto Gomes Pereira, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1º de maio de 1949.

É bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara. Após concluir o Curso Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1974. Foi promovido a Segundo Secretário, em 1977; a Primeiro Secretário, em 1981; a Conselheiro, em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1996; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005.

Defendeu a tese "O turismo como fator de desenvolvimento e integração do Brasil no MERCOSUL", no XXVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1993.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Protocolo, de 1986 a 1988; Chefe da Divisão de Pessoal, de 1995 a 1997; da Divisão Jurídica, de 2003 a 2004; Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, de 2004 a 2007; Coordenador-Geral do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, de 2011 a 2013 e do Grupo de Trabalho da Antártida, de 2013 a 2014, entre outras.

Entre 1997 e 2000, foi Chefe da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministério da Justiça. Foi Coordenador-Geral de Estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 2000 a 2003.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Embaixada em Roma, de 1977 a 1980; na Embaixada em Port-of-Spain, de 1980 a 1982; na Embaixada em Lima, de 1982 a 1984; na Embaixada em Madri, de 1988 a 1991; na Embaixada em Bissau, como Encarregado de Negócios em Missão Transitória, em 1990; no Consulado em Sidney, como Cônsul, de 1991 a 1995, tendo sido ainda Embaixador em Wellington, capital da Nova Zelândia, de 2007 a 2008 e Cônsul-Geral em Rotterdam, Holanda, de 2008 a 2010.

O diplomata em questão chefiou a delegação brasileira à III Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Narcotráfico, em Lima, em 1998; às 2ª e 3ª Reuniões da Unidade Especial de Trabalho da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, em 1998; à reunião do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto de Mecanismo Regional de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, Buenos Aires, 1998; às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Reuniões Técnicas da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Assunção, todas em 1999;

às VI e XII Reuniões de Ministros da Justiça do Mercosul, Montevidéu, ambas em 1999; às reuniões de negociação de Acordos sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais com a Albânia e a Federação da Rússia, em Brasília e Moscou, respectivamente, em 2004; à 2ª Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil-Bolívia sobre Assuntos Migratórios e Fundiários em La Paz, em 2006, entre muitas outras.

Foi agraciado com várias condecorações, cabendo mencionar, entre elas, a Ordem de Isabel a Católica, da Espanha, no grau de Comendador, em 1991; a Medalha do Pacificador, do Brasil, em 2002; a Ordem do Mérito Militar, Brasil, no grau de Comendador, em 2003; a Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, Brasil, Alta Distinção, em 2003, e a Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, em 2007.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, a Bósnia e Herzegovina conta com população de cerca de 3,87 milhões de habitantes, dos quais 49% são muçulmanos, 32% são cristãos ortodoxos e 13% são católicos. Seu Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados de 2013, é de US$17,83 bilhões, sendo o PIB *per capita* da ordem de US$4.598. Estima-se que a comunidade brasileira residente naquele país é composta de apenas 30 indivíduos.

O intercâmbio bilateral Brasil-Bósnia, que alcançara em 2008 a cifra de US$ 427 milhões, veio a cair 33% em 2009 em razão dos efeitos da crise financeira internacional, mantendo a tendência decrescente nos anos seguintes. Embora o saldo do comércio bilateral seja tradicionalmente favorável ao Brasil, o País registrou déficit em 2011, 2012 e 2013. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Bósnia são a carne bovina, que somou 45,8% do total, seguida de calçados, máquinas mecânicas, peles e couros.

Ainda no tocante às relações bilaterais, cumpre lembrar que o Brasil reconheceu a Bósnia em 1992, quando do ingresso daquele país nas Nações Unidas. No período da guerra, entre 1992 e 1995, participou das forças de paz das Nações Unidas na ex-Iugoslávia.

O documento enviado pelo Itamaraty informa que, em 2010, atendendo a pedido do então Chanceler da Bósnia, o Brasil decidiu abrir embaixada residente em Sarajevo. Registre-se, porém, ainda com base na informação encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores, que a Bósnia não possui embaixada em Brasília, uma vez que o seu Embaixador junto ao governo brasileiro, Sr. Jadranka Negodic, reside em Washington.

A Bósnia e Herzegovina tem o território e as instituições estabelecidos pelos Acordos de Dayton (Ohio, EUA, 1995), que puseram fim à guerra que envolvera os três principais grupos étnicos que compõem o país: os bósnios de origem sérvia (cristãos ortodoxos), os bósnios de origem croata (católicos) e os bósnios muçulmanos (chamados bosníacos).

Assim, a Chefia de Estado (Presidência) é tríplice, integrada por um sérvio, um bosníaco e um croata, eleitos em sufrágio direto, sendo rotativa a cada oito meses. Porém certas decisões importantes requerem o consenso entre os três.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Salas das Comissões, 31 de março de 2015.

Assinado: Senador Raimundo Lira, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

Não havendo quem queira discutir, eu concedo vista coletiva, nos termos do nosso Regimento Interno.

A Senadora Vanessa Grazziotin tem um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, DE 2015

– Não terminativo –

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinados com as normas do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados o Sr. Luis Duran, a Sra. Desiree Cabrera e a Sra. Nairoby Olivera para participar de Audiência Pública nesta comissão, com a finalidade de expor a situação das vítimas das chamadas "guarimbas", na Venezuela.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

(*Pausa.*)

Esse é o requerimento da Senadora Vanessa, que foi incluído por mim extrapauta.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 8 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2015, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e trinta e oito minutos do dia sete de abril de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Vanessa Grazziotin, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro e José Serra. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à **PAUTA: 1ª PARTE – Eleição.** A finalidade desta parte da Reunião é a indicação, mediante votação secreta, de Senador ou Senadora para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, conforme determina o art. 7º, inciso III, alínea f, da Resolução nº 2, de 2013 – CN. O Presidente informa que, até o momento, apenas a Senadora Marta Suplicy aceitou compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati. É aberto o processo de votação para escolha de integrante da CCAI. O Presidente informa que a apuração dos votos será realizada ao final da 2ª parte desta Reunião. O Presidente realiza a leitura das ementas dos 3 itens da **PAUTA – 2ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial." Aprovado o Requerimento nº 28, de 2015-CRE, do Senador Tasso Jereissati, fica adiada a votação da Matéria. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa." Aprovado o Requerimento nº 28, de 2015-CRE, do Senador Tasso Jereissati, fica adiada a votação da Matéria. **ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2015,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali." Aprovado o Requerimento nº 28, de 2015-CRE, do Senador Tasso Jereissati, fica adiada a votação da Matéria. Usa a palavra o Senador Tasso Jereissati que apresenta o **EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2015,** de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 279, inciso V, § 4º, combinado com os arts. 315, 383, IV e art. 90, XIII, todos do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação das Mensagens de Indicação nos. 64 de 2014, 5 de 2015 e 6 de 2015, até que sejam fornecidas as informações requeridas por meio do Requerimento de Informações nº 151 de 2015, já protocolizado perante a Mesa Diretora desta Casa." Aprovado. Usam a palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e o Raimundo Lira. O Requerimento é aprovado. O Presidente anuncia a eleição, por aclamação, da Senadora Marta Suplicy, para compor a CCAI. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às catorze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Declaro aberta a 7ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A primeira parte da nossa reunião destina-se à indicação, mediante votação secreta, de Senadora ou Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme determina o art. 7º, inciso II, alínea "f", da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional.

Até o momento, apenas a Senadora Marta Suplicy aceitou compor essa Comissão.

Consulto o Plenário para saber se há alguma outra candidatura. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – O que vai fazer essa Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Essa é uma comissão, prevista na Constituição, Senador Tasso Jereissati, para fazer um controle externo, digamos assim, por conta do Congresso Nacional, das atividades de inteligência desenvolvidas pelo Governo brasileiro, basicamente, encargo da Abin.

É uma comissão mista, de Deputados e Senadores, presidida, alternadamente, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Neste ano, ela será presidida pela Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputada Jô Moraes.

Sua composição depende da indicação de Líderes partidários, Líder da Maioria, Líder da Minoria, da Câmara e do Senado, e também das Comissões de Relações Exteriores e Defesa das duas Casas. Os Líderes já indicaram os seus...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Já indicaram?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já indicaram. Com exceção do Líder do Governo no Senado, porque não temos Líder do Governo no Senado. Então, vai ficar em branco ainda essa indicação.

Na reunião anterior da nossa Comissão, fiz um edital para ver quem se candidataria a integrar essa comissão e a Senadora Marta foi a única que se apresentou.

Não havendo outra indicação, vou encerrar a discussão da matéria e submeter à votação secreta dos senhores.

Declaro aberto o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Informo aos Srs. Senadores que já estão indicados para compor esta comissão, que já fazem parte desta comissão, porque foram indicados ou porque são membros natos da comissão, eu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o Senador Eunício Oliveira, o Senador Alvaro Dias, o Senador Cássio Cunha Lima, a Deputada Jô Moraes, o Deputado Leonardo Picciani, o Deputado Bruno Araújo, o Deputado Benito Gama, o Deputado Luiz Carlos Hauly e o Deputado Heráclito Fortes.

Estamos procedendo, agora, à eleição de um membro indicado pela nossa Comissão. A candidata é a Senadora Marta Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, o Tasso tem outras atribuições neste momento.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Srs. Senadores, vou deixar aberto o processo de votação e nós vamos dar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Nós vamos, então, deixar aberta a votação para o membro da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência e, então, passar à segunda parte da nossa reunião, que se destina à apreciação dos seguintes itens.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006,

o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Nós vamos, também, na sequência, na mesma parte da nossa reunião, apreciar o seguinte item:

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

O nome do terceiro sabatinado da tarde de hoje vem à apreciação desta Comissão pela Mensagem (SF) nº 6, de 2015.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2015
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALBERTO DOURADO QUINTAES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Eu observo e lembro aos senhores que, nos dias 19 e 26 de março de 2015, foram lidos os relatórios e concedido vista coletiva para as matérias.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu gostaria – segundo consta, já há precedente – de sugerir o adiamento da votação de hoje. Não estou pedindo vista; estou sugerindo o adiamento da votação em função de termos feito um pedido ao Itamaraty para que apresentasse a relação comercial do Brasil com alguns países, sem demérito destes e sem nenhum tipo de preconceito, que têm uma representatividade econômica muito pequena para o nosso comércio bilateral.

Em função de todos os cortes fiscais que o Governo Federal faz hoje... Hoje, por exemplo, Presidente, nós passamos a manhã toda discutindo com o Ministro da Previdência Social e o Ministro do Trabalho sobre cortes que ferem, de maneira importante, alguns direitos e alguns benefícios trabalhistas, e tudo isso está sendo feito em nome de uma economia fiscal extremamente necessária para o País.

Levantamos essa questão aqui, anteriormente, dizendo que, para que o Governo pudesse realmente mostrar a sinceridade, o objetivo e o abraço a esta causa, que vai sacrificar muita gente, alguns cortes, chamados de "cortes na carne", devem ser feitos, como, por exemplo, o número enorme de embaixadas e consulados brasileiros no exterior, que custam em dólar. Só em função da variação cambial dos últimos meses, já tivemos um aumento fantástico dessas despesas para o Erário brasileiro.

Então, pedimos que fosse feito o levantamento de algumas embaixadas pequenas, principalmente das abertas nos últimos anos do governo Lula e do Governo Dilma, para que víssemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, e estudássemos se elas são realmente essenciais para a política externa, para a política comercial e para a politica estratégica brasileiras de longo prazo.

Infelizmente, até agora não recebemos essas informações, e o pedido que faço a V. Exª é para que essa votação, enquanto essas informações não chegarem, seja adiada, porque se trata de três países sobre os quais eu, infelizmente, talvez até por ignorância, não tenho informações necessárias acerca de todas suas relações comerciais com o Brasil, acerca do que representam para o País desses números, de quanto custa ter uma embaixada e de quando é possível – o próprio Itamaraty tem dado o exemplo – acumular embaixadas. "Sabemos que a embaixada do país tal acumula com o país Y e com o país Z", fazendo com que tenhamos presença nesses países, uma presença diplomática nesses países, sem que tenhamos que arcar com a enorme despesa de uma embaixada e sem sacrificar os próprios quadros do Itamaraty, pois vemos que também há problemas de ascensão no Itamaraty em função do número de embaixadas e consulados que há por aí.

Então, o pedido que faço a V. Exª, já que se trata da República Togolesa, da República da Guiné Equatorial e da República do Mali, é que essas informações venham com as outras já solicitadas para que possamos discutir essa política do Itamaraty e do Governo brasileiro neste momento.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Quero apenas fazer minha a proposta do Senador Tasso a V. Exª.

O Governo pode achar, e tem direito, que não há nenhuma relevância, no caso de abertura ou continuidade de embaixadas, na questão econômica, das despesas, embora a gente saiba que o Itamaraty está sofrendo o maior aperto orçamentário da sua história, inclusive com atraso de pagamento de subsídios a moradia dos diplomatas por todo o mundo.

Ora, mas, da mesma maneira que o Governo tem o direito de ignorar essas questões econômicas nessa febre de criação de embaixadas no mundo inteiro, os Senadores têm o direto de ter informações e opiniões diferentes. Sem as informações, não podemos julgar e avaliar essas propostas. Portanto, a intervenção do Senador Tasso me parece especialmente pertinente. O Governo pode querer ter feito toda essa expansão em razão de ambições de integrar o Conselho de Segurança ou razões de outra natureza sem levar em conta as despesas que tudo isso envolve, mas nós temos o direito de ter as informações e de ter outros critérios para efeito da participação do Senado nas decisões de politica externa. Nós temos essa competência constitucional.

Portanto, reforço o pedido do Senador Tasso de que, enquanto o Governo não enviar as informações, não demos sequência às votações de aprovação de embaixadores, sem que isso tenha a ver com a qualidade das pessoas indicadas, qualidade que me parece evidente. Não se trata disso; trata-se de ter informações completas para até definir critérios e posições a respeito das diferentes embaixadas e suas nomeações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, na mesma linha do Senador Tasso e do Senador Serra, a criação dessas embaixadas, sem demérito a elas, desde o governo Lula, eu diria, foi um sonho de verão. Foi um sonho de verão de o Brasil ter direito a veto no Conselho da ONU. Criando essas embaixadas, ele pensou que poderia ter o número de votos que pudesse dar essa condição ao Brasil. Isto não aconteceu e nós estamos tirando conquistas dos trabalhadores nas medidas provisórias que o Governo mandou para o Senado, estamos tendo que tirar também o seguro-defeso, o seguro-desemprego, todas essas conquistas que os trabalhadores já tiveram... Está sendo feita a proposta para que sejam reduzidas.

Então, tem lógica e tem razão o pedido de nós aguardamos esse pedido de informação que o Senador Tasso fez ao Itamaraty. Eu acredito até que seja uma falta de consideração do Itamaraty para com esta Casa, o Senado Federal, não encaminhar as informações pedidas, solicitadas pelo Senador Tasso.

Então, na mesma linha, sou a favor de que a sabatina seja suspensa e que aguardemos o encaminhamento das informações pelo Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB – MG) – Eu gostaria de endossar, Sr. Presidente, eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, o que foi aqui apresentado pelo eminente Senador Tasso Jereissati, com o endosso do Senador Serra e do Senador Flexa, exatamente pelo fato de que não houve resposta ao requerimento original que o Senador Tasso já havia apresentado.

Tendo em vista a ausência dessa informação como um todo, parece-me que, de fato, é de boa prudência e de cautela a adoção da solicitação apresentada pelo nosso Senador Tasso Jereissati no sentido de postergar para podermos, então, ter condições de decidir tendo tudo em vista.

Desse modo, portanto, a minha posição é de corroborar aquilo que foi apresentado pelo eminente Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Pois não.

Senador Tasso Jereissati, V. Exª poderia apenas indicar a fundamentação regimental do requerimento?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Pois não, Presidente.

A fundamentação está no art. 279, inciso V:

Art. 279. A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e o disposto no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer senador ou comissão, para os seguintes fins:

.....

V – diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – O requerimento de V. Exª é regimental.

Vou submeter à votação do Plenário.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Presidente, eu acho perfeitamente bem posicionado o requerimento do Senador Tasso Jereissati, mas eu pediria que nós deliberássemos que não façamos as próximas indicações sem esses esclarecimentos, porque os Srs. Embaixadores estão aqui no plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É de boa prudência.

Vou colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero também lembrar aos senhores que, quando esteve aqui o Ministro das Relações Exteriores, o Senador Tasso Jereissati já havia levantado essa questão. E o Ministro Mauro Vieira, ao defender essa política de abertura de embaixadas sob o prisma, digamos assim, da política, da presença do Brasil na diplomacia mundial, comprometeu-se a nos enviar, o mais rapidamente possível, as informações pedidas, obviamente, por V. Exª, Senador Tasso, de avaliação dos custos dessas embaixadas e consulados. De modo que eu imagino que S. Exª já deve ter essa informação em processo de elaboração bastante adiantado.

Assim, a Comissão acolhe o requerimento de V. Exª com a recomendação que faz de pautarmos as próximas sabatinas depois de termos recebido e avaliado as informações.

Está encerrada... Aliás, está encerrada, não, porque ainda temos a votação da indicação da Senadora Marta Suplicy.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB – CE) – Só fazendo um pequeno adendo. Eu queria deixar claro que não vai nenhum tipo de crítica ou restrição ao nome dos Embaixadores ou à qualidade dos Embaixadores indicados, que, com certeza, têm o mérito reconhecido de toda a tradição de formação do Itamaraty e merecem de mim todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Aloysio, Presidente da CRE, eu proporia, como só temos a Senadora Marta Suplicy como candidata a integrar essa comissão, que ela fosse eleita por aclamação dos membros da Comissão de Relações Exteriores, já que não temos competição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB – SP) – É razoável, judiciosa e prática a sua sugestão. Isso já se fez em outras circunstâncias, na eleição da Mesa Diretora de Comissões.

De modo que submeto à votação, por aclamação, então, o nome da Senadora Marta Suplicy.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, com essa expressão de grande entusiasmo que eu posso avaliar daqui. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Garibaldi Alves Filho**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Sandra Braga, Hélio José, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Edison Lobão, Waldemir Moka, Douglas Cintra** e **Vicentinho Alves.** Presente ainda o Senhor Senador **João Alberto Souza.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das terceira e quarta reuniões, que são dadas como lidas e

aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2014**, de autoria do Senador **Inácio Arruda** e outros, que "*altera a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, para garantir incentivos à autoprodução de energia elétrica a partir da microgeração e minigeração distribuída, que utilizem fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada*". **Relatoria:** Senador **Walter Pinheiro**. **Resultado**: vista concedida ao Senador **Blairo Maggi**. **Item 2 – Ofício "S" nº 1, de 2014,** de autoria da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que "*encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel – 2013*". **Relatoria**: Senador **Walter Pinheiro**. **Relatoria *ad hoc*:** Senador **Blairo Maggi**. **Resultado**: aprovado o relatório (pelo conhecimento e arquivamento da matéria). **Item 3** – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6, de 2015,** de autoria do Senador **Wilder Morais,** que, *"com base no art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, [requer] a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração distribuída. O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, [sugere] a participação dos convidados abaixo relacionados. 1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); 2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); 3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); 4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); 5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE); 6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP)."* **Resultado**: aprovado o requerimento. **Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2015**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que *"requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir o Programa Banda Larga para Todos, assim como a necessidade de infraestrutura do setor e as perspectivas de ações de sua pasta."* **Resultado:** lido, o requerimento é subscrito e aditado pelo Senador **Waldemir Moka**, para incluir "também explicações sobre os serviços de telefonia móvel celular". **Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 13, de 2015**, de autoria do Senador **Wellington Fagundes**, que requer, *"nos termos do art. 58, inc. III, da Constituição Federal e art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria Nacional de Portos, Sr. Edinho Araújo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Tribunal de Contas da União, para tratar do Programa de Concessão de Portos."*. **Resultado:** aprovado o requerimento. **Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 17, de 2015**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que requer, *"nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art.93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro Chefe da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, para debater sobre a administração aeroportuária do País"*. **Resultado:** aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores **Blairo Maggi, Fernando Bezerra Coelho, Waldemir Moka, Sandra Braga, Hélio José** e **Flexa Ribeiro.** Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª e 4ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A nossa pauta hoje é bastante sucinta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2014
– Não terminativo –

Altera a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, para garantir incentivos à autoprodução de energia elétrica a partir da microgeração e minigeração distribuída, que utilizem fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações: *1 – Será analisado pela CAE, em decisão terminativa.*

Na ausência do relator, eu gostaria de consultar os Senadores presentes o que deveríamos fazer. Designar um relator *ad hoc*?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto. Não tem quórum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, vamos conceder vista ao Senador Blairo Maggi e vamos passar ao segundo item da pauta.

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 1, DE 2014
– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria da Anatel – 2013.
Autoria: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:

Na ausência do nosso Relator, Senador Walter Pinheiro, eu consulto a Comissão a respeito do procedimento a seguir. Algum Senador se habilita, já que é um projeto sem maiores implicações?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos tocar. Vamos limpar a pauta, Sr. Presidente. O senhor designa um e vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Qual é a vítima?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A vítima o Presidente escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Item 2.

Vamos à análise do projeto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104, inciso I, cumpre à CI manifestar-se sobre assuntos pertinentes aos serviços de telecomunicações. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias afeitas ao exame deste Colegiado.

O primeiro aspecto a ser ressaltado sobre a matéria é a disciplina legal que a rege: a LGT, por meio do parágrafo único de seu art. 45, confere ao Ouvidor da Anatel a competência para produzir apreciações críticas sobre a atuação da Agência, as quais, consubstanciadas em relatório, são encaminhadas, para conhecimento, ao Congresso Nacional, ao Ministério das Comunicações e a outros órgãos do Poder Executivo.

Nesse sentido, destacamos os pontos mais relevantes do documento, de forma a sintetizar o trabalho elaborado pela Ouvidoria do órgão regulador das telecomunicações.

E assim por diante. É bastante extenso esse relatório.

Passamos ao Voto.

Diante do exposto, cumprido o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 1997, voto pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 1, de 2014, que encaminhou o Relatório da Ouvidoria da Anatel relativo ao ano de 2013.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em votação o relatório lido pelo Senador Blairo Maggi.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, DE 2015
– Não terminativo –

Com base no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração

distribuída. O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados.
1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE);
6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria:
Relatório:
Observações:
1 – Lido em 25/03/2015.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)
Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir o Programa Banda Larga para Todos, assim como a necessidade de infraestrutura do setor e as perspectivas de ações de sua pasta.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria:
Relatório:
Observações: *1 – Reunião destinada à leitura do Requerimento.*

Eu quero, inclusive, fazer aqui um parêntese para dizer que está confirmada para o dia 28 a audiência com a presença do Presidente da Petrobras, o Sr. Bendine.

Então, no dia 28, em audiência conjunta das duas Comissões, teremos a presença do Presidente da Petrobras.

E no dia 29, não em audiência conjunta, mas apenas desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presença do Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É requerendo a realização de audiência pública com a presença do Sr. Ministro das Comunicações Ricardo Berzoini, para discutir o programa "Banda Larga para Todos", de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Para discutir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, eu quero aqui manifestar o meu apoio a esse requerimento. E se nós pudermos convidar o Ministro para vir aqui, acho interessante.

Eu, há poucos dias, estive no Ministério com o Ministro Berzoini, juntamente com uma comitiva de prefeitos do Estado de Mato Grosso, da região do Araguaia, que é a nossa divisa aqui com o Tocantins e com o Goiás, na divisa com o Pará.

Uma região que vem se desenvolvendo rapidamente, mas a gente sabe que a infraestrutura não acompanha o desenvolvimento quando a agricultura chega. E, também, não tem acompanhado nas telecomunicações: banda larga, telefonia fixa e celular também.

Então, no Estado de Mato Grosso, por exemplo, já exige, hoje, todas as notas fiscais que transitam de produtores como forma eletrônica, também a parte de GTAs , as guias de transporte de gado, enfim, tudo está eletrônico, mas o Estado não consegue oferecer essa infraestrutura. Então, nós estivemos lá com esses prefei-

tos e eles estavam colocando essas dificuldades. E o Ministro colocou algumas alternativas, que são possíveis de serem realizadas na região e acho que, também, para as demais regiões do Brasil.

Então, é importante que o Ministro possa vir aqui e relatar aquilo que o Ministério está fazendo para melhorar essa questão de banda larga no País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Continua em discussão o requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir também.

Sr. Presidente, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Gostaria, na verdade, de acrescer que ele pudesse, também, falar a respeito de operadoras, do serviço de telefonia celular. Mas penso que seriam dois assuntos muito pesados para a mesma audiência.

Mas eu quero, desde já, só para aproveitar, a medida que aprova.... Mas, talvez, na vinda dele, a gente já pudesse falar com ele, porque eu me lembro da última vez que o ex-Ministro Paulo Bernardo esteve aqui, sobre esta questão do serviço de telefonia. Não tem nenhum de nós, aqui, que ao usar o telefone... Esses telefones a gente não consegue falar, eles caem no meio da ligação, liga duas, três vezes, às vezes você liga para o número da sua filha e aparece uma mensagem dizendo que o telefone não existe, o número não existe, quer dizer, está na sua agenda, de gente da sua família. O que justifica isso?

Então, eu acho que, não vou acrescer porque... Mas só queria lembrar que dentro desta questão, a da telefonia, as operadoras são recordistas de reclamações no Procon. Recordistas, de longe, de mau atendimento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas será que não dá para acrescentar? Porque é um problema tão urgente esse...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone*.) – Vamos aditar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aditar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aditar o requerimento? Eu poderia pedir para...

Além dessa questão da banda larga.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Senador Moka como coautor, faz o aditamento. E vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Enquanto o Senador Moka faz o aditamento, eu quero cumprimentar a Senadora Sandra Braga e, agora, nós vamos passar a dar conhecimento dos requerimentos que ainda não estão prontos para votação.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, inc. III, da Constituição Federal e art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Secretaria Nacional de Portos, Sr. Edinho Araújo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Tribunal de Contas da União, para tratar do Programa de Concessão de Portos.
Autoria: Senador Wellington Fagundes
Relatoria:
Relatório:
Observações: *1 – Reunião destinada à leitura do Requerimento.*

Apenas estou dando conhecimento, se os Senadores quiserem que se vote logo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria fazer este apelo aqui aos membros da Comissão, Sr. Presidente, no sentido de que tendo em vista a relevância, a importância dessa audiência com o Ministro de Portos, que a gente pudesse imediatamente aprovar esse requerimento, até para permitir o agendamento da presença dele aqui na Comissão, porque os investimentos nos portos brasileiros estão paralisados.

Existe essa pendenga com o Tribunal de Contas da União, mas é importante que a gente possa aqui ouvir o testemunho do Ministro Edinho Silva no sentido de como isso vai ser destravado, quais são as providências que o Governo Federal vai tomar, para que os investimentos na área portuária sejam recuperados rapidamen-

te. Há muita coisa pronta para ser iniciada. Isso pode ajudar o ambiente econômico, animar a economia, e há essa situação aqui. É preciso, portanto, certa urgência.

É por isso que eu faço um apelo, para que a gente possa imediatamente votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Os Srs. Senadores estão de acordo com a proposta do Senador Fernando Bezerra?

Vamos passar à apreciação do requerimento. O requerimento é de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Vamos dar conhecimento agora do:

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17, DE 2015
– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Ministro Chefe da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Eliseu Padilha, para debater sobre a administração aeroportuária do País.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, eu faço o mesmo apelo: que a gente possa já votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Fazer um calendário, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Para fazer o calendário. Esse é outro tema também muito importante.

Eu quero aqui tratar do tema específico do Estado de Pernambuco no que diz respeito à implantação dos aeroportos regionais. Nós estamos aguardando a manifestação da Secretaria de Aviação Civil em relação aos aeroportos de Araripina, de Salgueiro, de Serra Talhada, de Caruaru e de Garanhuns, porque ninguém tem ideia de qual será o cronograma de implantação desses aeroportos regionais.

Então, acho importante a presença dele aqui nesta Comissão, para dizer qual vai ser a velocidade, o encaminhamento diante desses contingenciamentos que teremos no orçamento da União deste ano, mas que comece a implantação dos aeroportos regionais, que é de uma importância fundamental, sobretudo para o interior do Nordeste.

Um outro tema que me parece também muito importante é que se fala da privatização do aeroporto de Salvador. Nós já temos um aeroporto privado lá no Estado de V. Exª, no Rio Grande do Norte, e se trata agora da discussão de privatizar o aeroporto de Salvador. Eu acho que seria importante que essa privatização se desse de forma conjunta, incluindo no programa os aeroportos de Recife e Fortaleza, porque senão a gente vai ter uma competição desigual entre os aeroportos, tendo a Infraero de um lado e os aeroportos privados do outro lado. Isso poderá vir em detrimento das operações que ocorrem no aeroporto de Guararapes e no aeroporto de Fortaleza.

Portanto, eu acho que os temas são relevantes, são urgentes, sobretudo neste ambiente de restrição orçamentária. A gente precisa saber o que vai sair do papel neste ano de 2015. Portanto, o apelo. A autoria desse requerimento é da Senadora Vanessa Grazziotin, que é do nosso Bloco Socialismo e Democracia, então eu pediria a compreensão dos meus colegas da Comissão, para que a gente pudesse apreciar, votar e deliberar a presença do Ministro Eliseu Padilha nesta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu estive recentemente com o Ministro Eliseu Padilha e tenho certeza, Sr. Presidente, que é uma oportunidade para o Ministro Eliseu Padilha.

Eu acho que esse requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin é oportuno, porque havia um programa... havia, não, há um programa nacional de aviação regional. E o que o Senador Fernando Bezerra está dizendo é que precisamos saber qual o tipo de restrição orçamentária que esse programa vai ter e, neste ano,

entre aqueles aeroportos regionais, quais realmente são aqueles que têm chance de serem licitados, de terem, enfim, começada a sua execução.

De forma que sou favorável e acho que o próprio Ministro Eliseu Padilha vai se sentir muito confortável na vinda a essa audiência, para que possa também colocar com clareza o que há de restrição orçamentária e como esta Casa ou esta Comissão podem até ajudá-lo no encaminhamento dessas restrições orçamentárias.

Sem dúvida, vai ter de haver uma discussão do que seriam as maiores prioridades em termos de infraestrutura deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Moka.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bem, da mesma maneira, também quero dar meu apoio ao requerimento.

Bem, na minha paróquia... Aqui, também, Presidente, gostaria de citar agora... Vou fazer um pequeno aditamento a esse requerimento, para que o Ministro Eliseu Padilha venha preparado à Comissão para falar um pouco sobre o aeroporto de Cuiabá.

Nós fomos sede da Copa do Mundo. Era para esse aeroporto ter ficado pronto lá na Copa, mas não se conseguiu que ficasse pronto. A obra está parada; tinha sido transferida para o Estado, que a devolveu para a União. Então, ninguém mais sabe como está aquele negócio lá.

Eu gostaria que o Ministro Eliseu Padilha pudesse trazer a esta Comissão uma posição sobre o Aeroporto Marechal Rondon, na cidade de Várzea Grande, na Grande Cuiabá.

Obrigado.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço, Senador Blairo.

Com a palavra a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu estive com o Ministro na semana passada. Nós, do Amazonas, temos 22 aeroportos, no interior do Estado, que estão em processo de construção – em várias fases; cada um em fases diferentes.

Então, creio que será bem oportuna a vinda do Ministro. Que ele possa nos trazer toda essa programação, não só para o Amazonas, mas para todos os Estados, para que se esclareçam muitas situações.

Fiquei bem impressionada. Creio que será importante para todos nós. Creio que a vinda dele aqui será muito importante, para que todos nós possamos nos sentir seguros quanto a essas obras que estão paradas. Muitas estão paradas e não podem ficar paradas. E nós, juntamente com ele, podemos buscar uma solução para que elas continuem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Quero lembrar, de acordo com o meu universitário aqui, o Secretário da Comissão, Dr. Thales... Ele está lembrando que já há a aprovação, por parte desta Comissão, de um requerimento de convite ao Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil; aliás, dois. Não vão faltar convites. Um é da Senadora Rose de Freitas, para que ele apresente, em audiência pública, as metas e prioridades do setor, assim como o orçamento para fomento dos projetos da área; e outro requerimento é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que propõe a discussão da política de aviação regional, bem como os investimentos em infraestrutura.

Acho que não é preciso mais o aditamento, porque esses três vão possibilitar uma ampla discussão de tudo isso que foi sugerido aqui.

Vamos votar.

Então, os Senadores que aprovam o requerimento em tela, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, eu queria apenas consignar aqui os meus agradecimentos ao Ministro Eduardo Braga. Ele esteve aqui na nossa Comissão e, através da Chesf e da Aneel, houve a formalização do pedido para redução da vazão da Barragem de Sobradinho dos atuais mil metros cúbicos por segundo para novecentos metros cúbicos por segundo.

Fizemos uma audiência pública na cidade de Petrolina, na última sexta-feira, com a presença expressiva de produtores rurais, prefeitos, vereadores, deputados estaduais da Bahia, de Pernambuco, Deputados Federais.

E estou muito feliz porque ontem, já em contato com o Presidente do Ibama, houve manifestação daquele órgão no sentido de que a ANA possa autorizar a redução da vazão, o que deve estar se materializando entre hoje e amanhã.

E a presença do Diretor Mozart Arnaud, da Chesf, foi decisiva naquela audiência pública, encaminhando de forma objetiva a definição por parte do setor elétrico no sentido de conciliar o uso da água do São Francisco entre a geração de energia e a água necessária para suprir o abastecimento dos perímetros irrigados da área.

Portanto, queria que chegasse ao Ministro Eduardo Braga o nosso reconhecimento pela iniciativa do Ministério no sentido de atender à reivindicação dos produtores irrigantes do Submédio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª propõe uma manifestação da Comissão ao Ministro de Minas e Energia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Ao Ministro de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, determino a elaboração desta comunicação.

Não havendo mais quem queira discutir ou mesmo fazer alguma observação, aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, assuntos gerais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não. Assuntos Gerais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora Sandra Braga e Srs. Senadores, obrigado Ministro.

Quero aproveitar o espaço da Comissão de Infraestrutura para chamar a atenção, mais uma vez, do Governo e também do Ministério dos Transportes. A minha preocupação é bastante grande com o andamento das obras que estão sendo realizadas neste momento no País.

Para fazer o seu superávit primário, o Governo tem tirado investimentos para frente, cortado despesas, o que está correto, mas também tem feito um corte nos pagamentos devidos às empresas que já prestaram serviço no último ano nas rodovias brasileiras.

E as empresas, quando vão para um chamado trecho, ou seja, pegam uma obra e vão trabalhar, elas têm muitos gastos antes do recebimento. V. Exª sabe, pois já passou pelo Executivo, que primeiro o prestador de serviços presta o serviço, depois mede, depois empenha, verifica, enfim, entre a prestação serviço, o dinheiro efetivamente gasto numa obra e o recebimento, lá se vão 90 dias ou um período bastante grande.

O que tem acontecido é que esses períodos ficaram muito elásticos, ficaram muito grandes e as empresas não têm condições de continuar trabalhando da forma como está. Para se ter uma ideia, os serviços prestados em outubro e novembro do ano passado até este momento não foram liquidados e, segundo a previsão do Ministério dos Transportes, do DNIT, é de que isso venha a acontecer "se" o Governo repassar um recurso para o DNIT ou para o Ministério, o que vai acontecer no mês de maio; a previsão é no começo de maio.

Então, a situação é muito crítica. E quando um prestador de serviço deixa de receber, a primeira coisa que ele faz é deixar de pagar os seus fornecedores também. Portanto, a cadeia vem crescendo, vai descendo e vai chegar no borracheiro, ao prestador de serviço da oficina nas cidades por onde esses serviços estão sendo realizados.

Além disso, os bancos funcionam como cardumes de peixes no Pantanal de Mato Grosso do Sul, ou seja, na hora que chega um, chega todo mundo. Quer dizer, na hora em que tem crédito para alguém, todos os bancos vão dando crédito para aquela empresa. Mas no momento em que um desses peixes ou um desses pássaros levanta, todos também levantam e vão embora e as empresas ficam sem recursos.

Assim, as empresas não têm recursos do Governo hoje, não recebem pelo serviço que prestaram, não têm apoio financeiro dos bancos; no crédito o arrocho é bastante grande e os bancos retiraram o financiamento em cima de uma atividade que consideram de alto risco, porque podem não receber.

Então, a situação que temos hoje nas obras públicas no Brasil é muito, muitíssimo complicada. As que eu conheço em Mato Grosso estão paralisadas – e deveriam estar um pouco devagar mesmo em função do período das chuvas que temos lá. Mas, nesse momento, no mês de abril, já era o momento de as empresas retomarem os seus serviços, e ninguém vai retomar nada!

Então, nós estamos com um problema grave. Como já disse, as obras não serão reiniciadas. O Governo não tem muita previsão de pagamento ou nenhuma previsão de pagamento, e o Ministro Levy está com uma incumbência, ele está com uma fotografia fixa de fazer o superávit primário dele de 1,2% do PIB.

Ele não está errado em fazê-lo, mas ele está errado em não pagar as contas para trás. Isso só tem um nome: é calote! Não há outro nome. Se você prestou o serviço, mediu, tem para receber, e não recebe... A situação que nós temos no País, meus caros Senadores e Senadoras, é muito difícil. O breque na economia é grande. Já vi ontem, há previsão de 1% de retração no PIB. Eu sou mais pessimista, acho que nós vamos dobrar, vamos

para 2%. É uma situação muito complicada. O que tem de vir pela frente é muito grave na nossa economia. Ela está absolutamente parada.

O Senador Acir Gurgacz – acho que o Moka ouviu essa história dele na semana passada –, só para refletir a crise que vivemos, contou que lá em Ji-Paraná, onde mora, todos os anos ia comprar docinhos de Páscoa para as crianças, para os filhos. Ele chegou lá e, na sexta-feira, foi comprar os doces e a doceira já não tinha mais doces. Ele ficou surpreso e perguntou: "A senhora vendeu tudo neste ano, foi bem a Páscoa?" Ela disse: "Não. Em função da crise, eu só fiz 20% do que eu iria fazer". É a doceira que está nessa posição! Imaginem os empresários, a população como está.

Então, a crise que está vindo pela frente, em que nós já estamos mergulhados é muito grande, e o Governo precisa entender que ele é responsável por uma boa parte do PIB; que ele tem que pagar as suas contas; que tem que autorizar as obras que estão sendo reiniciadas. Caso contrário, a nossa situação ficará bem mais complicada.

Então, esta Comissão é de infraestrutura, e nós vamos ver aqui... Permita-me, Senador Garibaldi, vamos fazer audiências públicas e V. Exª vai ver o ranger de dentes nessa situação. Então, a nossa Comissão tem a obrigação de alertar, pedir e solicitar que o Governo se mova, que não deixe essas empresas morrerem da forma como estão morrendo.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Presidente e Senador Blairo Maggi, eu vi e até participei de audiências públicas com o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda para discutir os ajustes. Mas talvez fosse importante o que o Senador Blairo Maggi está dizendo: que, além do enfoque nos ajustes necessários, sem dúvida, que eles, em uma Comissão como esta, de infraestrutura, pudessem ver também o outro lado, o enfoque do investimento.

A mim me parece que o Governo está dizendo que se não passar o ajuste o País não vai fazer mais nada, vai paralisar. Penso que essas coisas não podem e não devem ser assim. Temos de fazer isso concomitantemente, não há outra forma.

Temos de cuidar do ajuste, mas também temos de dar a devida importância a essa questão do investimento, e dizer para os empresários, para o setor produtivo o que é que se tem, o que se vai poder liberar em termos de infraestrutura, de recursos orçamentários. Isso porque, Blairo, pelo menos aqueles que têm disposição de investimento podem fazer o seu planejamento.

Nós já estamos no quarto mês, em abril, e ainda não temos sequer uma previsão do que vai acontecer. Então, acho que, em boa hora, o Senador Blairo Maggi levanta essa questão, mas eu gostaria de ver, nesta Comissão de Infraestrutura, propostas, sem o enfoque dos ajustes, mas com o enfoque de investimento, dos dois Ministros, o da Fazenda ou o do Planejamento. Parece-me que um ou outro fala pela área econômica do Governo. Seria fundamental que a gente pudesse ter essa discussão aqui, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Bom dia. Primeiro, gostaria de cumprimentar V. Exª pelos trabalhos, pela celeridade, hoje, aqui. Peço desculpas, porque cheguei uns trinta minutinhos atrasado.

Colaboro com a posição do Senador Waldemir Moka. Acho importante a presença dos nossos Ministros do Planejamento e da Fazenda, para a gente poder debater com mais profundidade a questão da importância dos investimentos em obras públicas.

Eu queria só um esclarecimento: o item 1 da pauta, que acho de alta relevância, o projeto que foi relatado pelo eminente Senador Walter Pinheiro... O Senador Blairo parece que pediu vista. Essa vista é coletiva ou individual?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – É individual.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu gostaria também de participar dessa vista, porque é tão relevante esse projeto para o Brasil e para a aceleração dos investimentos. Tudo bem, Blairo? É possível?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, você não estava aqui. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Posso entrar com recurso? (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Se o Regimento permitir. Acho que as discussões são assim, quem não está na hora não está na hora. Senão eu vou chegar duas horas depois aqui e vou pedir para voltar e votar alguma coisa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vou consultar o meu universitário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Desculpe a minha franqueza, Hélio, mas vamos ver os universitários aí.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Em vez de consultar o Regimento, vou consultar o universitário. (*Risos.*)

(*Pausa.*)

O universitário aqui está informando que já foi aprovada a vista ao Senador Blairo Maggi, mas eu acredito que, informalmente, possa haver uma troca de ideias...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sem dúvida, Presidente. Só que é o seguinte: eu não quero dar a coletiva agora, porque, semana que vem, eu não venho à Comissão. Se eu permitir a coletiva, eu terei que entregar na semana que vem. É só por isso. Eu quero mais uma semana e, na minha volta, depois do feriado, trarei o relatório e permitirei que o Senador Hélio possa também fazer as suas manifestações. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Hélio, concorda?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Estou de pleno acordo, Presidente. Na verdade, o que eu gostaria mesmo – mas o Senador já explicou que ele não pode – era que, semana que vem, pudéssemos votar esse projeto, por causa da importância capital dele para os investimentos nesse setor. Quanto mais rápido pudéssemos analisá-lo seria melhor, mas tudo bem. Estou de acordo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srª Senadora, Srs. Senadores, eu quero, primeiro, parabenizá-lo, pela competência de concluir a pauta em tão pouco tempo.

Estava no gabinete, em um audiência que tinha marcado para as 8h30, coincidindo com o horário da Comissão, mas estava atento, ouvindo os trabalhos pelo rádio.

Nós aprovamos hoje, aqui, requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, da maior importância, convidando o Secretário da Aviação Civil, o Sr. Eliseu Padilha, para debater a administração aeroportuária no País, e foi acrescentado também o debate sobre o Plano Nacional de Aviação Regional. Esse plano nacional, Senador Garibaldi, como todas as obras, todos os planos deste Governo do PT, de 12 anos, são lançados midiaticamente. Eram 257 aeródromos que iam ser construídos no Brasil; 26, parece-me, no Estado do Pará.

Três ou quatro anos depois, até hoje, não saiu o plano do papel. O Banco do Brasil ficou encarregado de executar os projetos e as obras. Parece-me que não deu conta.

Fui Relator de uma medida provisória que criava o Plano Nacional de Aviação Regional, da maior importância para o Brasil, em especial para a Amazônia. Essa medida provisória decaiu em função do prazo, mas consegui, numa medida provisória seguinte, incluí-la no relatório do Senado Romero Jucá exatamente como estava no meu parecer. Ele fez a inclusão e foi sancionada pela Presidente da República.

É importante e quero louvar aqui a inclusão, nesta audiência, para que o Secretário da Aviação Civil possa também falar sobre o Plano Nacional de Aviação Regional.

Com relação ao comentário do Senador Blairo, eu acho que ele tem toda a razão. Lamentavelmente, o País está sem rumo. É uma nau que navega sem comandante e na direção de um iceberg.

A cada dia surgem novos fatos que mostram que a Presidente não tem mais nenhuma credibilidade junto à sociedade. Hoje mesmo vai haver um movimento na Praça dos Três Poderes, em que os líderes dos movimentos da sociedade, que já conduziram no Brasil inteiro reuniões em março e agora em abril, vão fazer a leitura de um manifesto que é resumo daquilo que se tirou das duas reuniões. E virão ao Congresso Nacional, para entregar ao Presidente da Câmara, ao Presidente do Senado e depois às oposições, fazendo aquilo que era preciso ser feito, lincando a vontade da sociedade, a determinação para passar o Brasil a limpo, com a participação dos Parlamentares. Até então o movimento era da sociedade, eles nos procuraram e fizeram questão de que, a partir de agora, fosse um movimento em conjunto.

Lamentavelmente, o Governo não paga nem promessa e a promessa ele não paga há muito tempo, que são os programas lançados e não realizados. Estamos vendo diariamente demissões que preocupam bastante, porque o ajuste fiscal necessário combinado com a elevação da Selic vai nos levar...

Ainda ontem, no noticiário, agências do exterior já definiram que lamentavelmente o Brasil vai retroceder em 2015. A projeção, até agora, é de menos um. Fora o Brasil, na América do Sul só a Venezuela e a Argentina. A Presidenta Dilma deve se achar em boa companhia colocando o Brasil com esses dois países.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 23 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Garibaldi Alves Filho**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes as Senhoras e os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Roberto Rocha, Douglas Cintra** e **Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, para apresentar os resultados de pesquisa, feita pelo DataSenado em parceria com a Universidade de Columbia (EUA), sobre as opiniões dos brasileiros acerca das políticas energéticas adotadas no Brasil. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor **Thiago Cortez Costa**, Assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Hélio José, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, Rose de Freitas, Blairo Maggi, Walter Pinheiro** e **Telmário Mota.** Tem início a **PARTE II** da Reunião, com a apreciação de requerimentos. **Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2015**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que "*requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir o Programa Banda Larga para Todos, assim como a necessidade de infraestrutura do setor e as perspectivas de ações de sua pasta.*" **Resultado:** aprovado o requerimento, e subscrito pelo Senador **Walter Pinheiro**. **Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 18, de 2015**, de autoria do Senador **Garibaldi Alves Filho**, que "*com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para participar de Audiência Pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta.*" **Resultado:** aprovado o requerimento. **Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 19, de 2015**, de autoria do Senador **Wellington Fagundes**, que requer, "*nos termos do artigo 74, inciso II e artigo 75 do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar as obras de duplicação da BR-163 e tratar da paralisação do trecho sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.*" **Resultado:** aprovado o requerimento. Tem início a apreciação de itens extrapauta. **Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 20, de 2015**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "*requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar da importância dos fundos de pensão para o financiamento de longo prazo da infraestrutura e a atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Superintendente, Carlos de Paula*". **Resultado**: aprovado o requerimento. **Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2015**, de autoria do Senador Telmário Mota, que "*requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Serviços e Infraestrutura, para discutir o não funcionamento do sistema de transmissão do Linhão de Tucuruí. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Dr. Flávio Chiarelli Vicente Azevedo – Presidente da FUNAI – Fundação Nacional do Índio; 2. Dr. Tito Cardoso de Oliveira Neto – Diretor-Presidente da Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A*". **Resultado**: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A nossa pauta já é do conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores. Temos a realização de uma audiência pública, para apresentar o resultado de pesquisa feita pelo DataSenado, em parceria com a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, sobre as opiniões dos brasileiros acerca de políticas energéticas adotadas no Brasil.

Para debater o tema, foi convidado o Sr. Thiago Cortez Costa, Assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal, a quem aproveito e convido para que tome assento à Mesa.

Informo que, além da presença, que muito nos honra, do Sr. Thiago Cortez Costa, temos três requerimentos que passarei a ler, com a licença dos nossos Senadores aqui presentes. Um é nosso representante do Piauí, como diria o ex-Senador Mão Santa, e o outro é o Senador Lasier Martins, a quem agradeço também.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir o Programa Banda Larga para Todos, assim como a necessidade de infraestrutura do setor e as perspectivas de ações de sua pasta, e também explicações sobre os serviços de telefonia móvel celular.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Há um aditivo do Senador Waldemir Moka para incluir explicações sobre o serviço de telefonia móvel celular.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, DE 2015
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II e artigo 75 do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar as obras de duplicação da BR-163 e tratar da paralisação do trecho sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

Como não há quorum ainda para a votação dos requerimentos, e já estando presente o Sr. Thiago Cortez Costa, peço a nosso convidado que faça a sua exposição sobre essa pesquisa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Primeiramente, agradeço o convite feito pela Comissão, pelo Presidente Garibaldi, dando-nos a oportunidade de discutir um pouco os resultados da pesquisa que fizemos em parceria com a Universidade de Columbia.

Inicialmente, vou organizar a minha apresentação, falando de um panorama geral da pesquisa e, na sequência, poderemos verificar os gráficos mais detalhadamente. Saúdo os Senadores presentes, demais colegas da Casa, jornalista que aqui se encontram e também as pessoas que eventualmente nos assistem em casa.

Um dos principais fatores que apareceu nessa pesquisa foi a extrema preocupação da população brasileira com as questões climáticas e com o avanço da poluição. É um fato que, para algumas pessoas, poderia parecer meio óbvio, em virtude das secas que temos passado, mas, em alguns países, a população tende a negar esses fatos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os grupos mais conservadores negam as mudanças climáticas, para evitar ter de conversar sobre mudar o padrão de desenvolvimento. No Brasil, não. A população do Brasil está consciente dessas mudanças climáticas e, portanto, está receptiva para essas mudanças no modelo de desenvolvimento do País, sobretudo nesse campo da energia.

Então, 88% dos participantes declararam-se muito preocupados com a poluição do ar; 9% declararam-se estar um pouco preocupados. Ou seja, pelo menos, temos aí 97% da população preocupada com questões climáticas. Isso é quase a totalidade da população; e 96% estão preocupados com a poluição do ar.

Assim, ou a nossa população está consciente, ou até alarmada, com os fatos que estão sendo noticiados ou, então, ela já está sentindo na própria pele as mudanças que têm acontecido.

Qual a decorrência desse fato? O Brasil precisa providenciar modelos ou mais opções de fornecimento de energia que sejam menos destrutivas ao meio ambiente. Aí, vemos que, nesta mesma sintonia, nesta mesma linha de raciocínio, o brasileiro apoia também maciçamente as fontes de energia limpa.

Oitenta e cinco por cento concordam total ou parcialmente que o Estado brasileiro invista mais em energia eólica e em energia solar; 68% concordam total ou parcialmente que as concessionárias de energia devam usar parte de seu lucro para financiar projetos de avanço tecnológico nestes tipos de energia limpa: eólica e solar; e 77% concordam em que o Governo utilize parte dos impostos para financiar projetos de energia limpa – eólica e solar.

Os investimentos em usinas hidrelétricas têm apoio menor: de 56% da população. Então, pela opinião da população brasileira, o Brasil deve avançar em energia eólica e em energia solar. O problema com as usinas hidrelétricas é que elas avançam sobre uma parte muito considerável de florestas, inclusive cavernas subterrâneas, e isso gera impacto ambiental também, causando danos aos animais que vivem na...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Permita-me uma interrupção para registrar a presença da Senadora Sandra Braga e, ao mesmo tempo, perguntar, porque eu acho que devo lhe interromper para perguntar isto: quantas pessoas foram ouvidas nessa pesquisa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Ah, sim. Então, ouvimos 1.166 pessoas do Brasil inteiro. A margem de erro da pesquisa é de 3% e o nível de confiança é de 95%.

A amostra é uma amostra telefônica, com base na lista oficial fornecida pela Anatel. Então, todos os números de telefone habilitados têm uma probabilidade de serem selecionados, e a gente faz uma amostra probabilística. Não é uma amostragem por cotas, é uma amostra probabilística e ela tem toda a teoria estatística por trás, para dar segurança nos resultados. A amostra por cotas pode produzir vieses que não são controláveis pelo pesquisador. Então, a gente tem uma estatística no Data Senado que cuida de todas essas questões.

Obrigado, Senador, pela intervenção.

Então, as usinas hidrelétricas contam com o apoio da maioria da população, mas, em comparação com as outras fontes de energia, elas têm menos apoio e a população rejeita mais investimentos em usinas nucleares: 65% discordam que o Brasil invista mais em usinas nucleares.

Inclusive, durante a pesquisa, a gente informou, antes de fazer essas questões para a população, que essas fontes de energia podem ser mais caras. A geração da energia nessas fontes limpas pode ter custos maiores, e mesmo assim a população apoia. Então, a população está disposta a pagar um preço um pouco maior pela energia produzida, sabendo que esse custo está associado à produção de energia limpa, com um impacto ambiental menor.

A população se mostra disponível, também, a pagar mais por aparelhos que tenham mais eficiência energética, como eletrodomésticos que consomem menos e controladores de energia específicos, que as empresas de energia podem implementar, que diminuem o desperdício de energia e diminuem a possibilidade de "gatos", a possibilidade de desvios na rede elétrica.

Então, nessa linha, 86% das pessoas concordam que o Brasil deve investir na fabricação de eletrodomésticos que consomem menos energia e emitem menos poluição, mesmo que esses eletrodomésticos sejam mais caros, e 55% concordam, total ou parcialmente, que empresas de energia invistam na instalação dos chamados medidores inteligentes, mesmo que a conta de luz fique mais cara. Setenta e seis por cento concordam que o Governo endureça a fiscalização contra os chamados "gatos", ou seja, as ligações clandestinas de energia.

Então, resumindo o cenário que se coloca até aqui, o brasileiro tende a estar disposto a pagar mais pela energia que consome quando esse custo maior está ligado à geração de energia limpa e à eficiência energética de aparelhos e da rede elétrica, isso é, ele está disposto a pagar mais pelo melhor uso da energia produzida, com menos desperdício. Só que, por outro lado, o brasileiro não aceita o aumento da conta de luz como política para controlar o consumo.

Então, temos que 79% dos participantes da pesquisa alegam discordar de que o Governo aumente o preço da conta de luz simplesmente com o objetivo de fazer o brasileiro consumir menos energia, e 55% discordam de que essa medida seja aplicada às indústrias, e também rejeitam o aumento dos impostos sobre carvão, petróleo e gás natural. São fontes de energia poluentes, mas, pelo que se coloca, a população tem consciência de que essas fontes de energia são muito usadas.

E não dá para querer aumentar, neste momento em que ainda não há tanta opção alternativa de energia, para reduzir o consumo. Ou seja, não dá para aumentar o imposto, aumentando o custo desse tipo de energia, para reduzir o consumo, porque a população ainda está muito dependente dessas fontes.

Então, 66% discordam de que se aumentem impostos sobre essas fontes de energia – o carvão, o petróleo e o gás natural – para reduzir o dano que elas causam ao meio ambiente.

E qual é o papel do Estado nesse processo? Qual é o papel do Estado e do mercado? A população se mostrou bastante dividida com relação a isso: 47% acham que o Governo deve fixar os preços da energia e 37% acham que os preços devem ser fixados pelo mercado; 43% acham que as concessionárias de energia devem ser estatais, enquanto 38% discordam total ou parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Por favor, repita isso aí. Por favor.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Quarenta e sete por cento acham que o Governo deve fixar os preços da energia e 37% acham que os preços devem ser regulados pelo mercado; 43% acham que as concessionárias de energia devem ser estatais, enquanto 38% discordam disso, que elas podem ser do setor privado.

Por fim, a última questão da pesquisa foi a dependência brasileira da energia importada, que é uma questão que preocupa 72% dos brasileiros.

Eu vou passar rapidamente os gráficos, para a gente ver essas questões como apareceram, não é?

Então, daí o nível de preocupação com as mudanças do clima: 86% da população, contra 10 que se mostraram... Dez não, desculpe. Dois por cento se mostraram pouco despreocupados ou muito despreocupados, não é? A escala ficou um pouco estranha, mas foi um acordo com a Universidade Columbia. Ela precisava que fosse nesses termos.

Aqui, o nível de preocupação da população com a importação de energia: 72% da população muito preocupada e 13% com algum nível de preocupação, não é?

A preocupação com a poluição do ar está em 88%. Muito preocupada, não é?

Sobre o Brasil investir mais em fontes de energia como o sol e o vento... Usamos os termos sol e vento para simplificar o entendimento da população, não é? Eólica talvez não seja um termo tão conhecido pela população e em pesquisa a gente tende a usar os termos mais simples para facilitar o entendimento.

Sobre o Governo brasileiro investir parte dos impostos para financiar os projetos de energia solar, temos, aí, 77% concordando total ou parcialmente.

Sobre o Governo obrigar empresas de energia também a investir em energia solar, 68% concordam total ou parcialmente.

Sobre o Brasil investir mais em usinas hidrelétricas, há 56%, como eu falei, de apoio às usinas e, aí, já dá para ver, também, que há, de fato, um menor apoio do que às outras fontes de energia.

Aqui, a distribuição do apoio às usinas nucleares, e a gente vê que o nível de concordância em investimentos nessas usinas é maior entre a população mais jovem, que talvez não tenha passado, não tenha tido tanto contato com os grandes acidentes nucleares, não é? Tivemos, agora, o de Fukushima, mas Chernobyl e até o do Césio, em Goiânia, que, apesar de não ser ligado à usina nuclear propriamente dita, está ligado ao uso de elementos nucleares usados em aparelhos hospitalares...

Aqui é sobre o apoio, na verdade, a discordância de o Brasil investir em mais usinas nucleares. E ele está ainda mais concentrado na Região Centro-Oeste e na Região Sul do País; na Região Nordeste, há 61% de discordância; e na Região Norte, há 63%.

Aqui se trata do uso de eletrodomésticos mais eficientes, que consomem menos energia. Pode-se ver que o apoio a ele é maciço também em todas as faixas de renda. A faixa de renda que apoia menos é a da população mais carente. Isso é uma coisa de se esperar, compreensível.

Quanto à opinião sobre o Governo brasileiro endurecer medidas contra ligações clandestinas, os gatos, o apoio é muito grande. Há um salto considerável do ensino fundamental e o ensino médio para o ensino superior. Então, entre as pessoas que não declararam a escolaridade, esse apoio ficou dividido.

Aqui é acerca da questão de que falei, sobre o uso do preço da conta de luz, o aumento da conta de luz como forma de controlar o consumo. E a gente vê que a maior parte da população discorda.

E aqui é quanto o aumento dos impostos sobre o uso de carvão, gás natural e petróleo, que são as fontes de energia que geram poluição. Então, 47% discordam totalmente e 19% da população discordam parcialmente que o Brasil aumente impostos para controlar o uso dessas fontes poluentes.

Aqui é sobre o papel do Estado na fixação dos preços de energia.

E, para finalizar, queria comentar rapidamente como é que nasceu a parceria com a Universidade de Columbia. E esta parceria nasceu por ocasião da Rio+20. A gente fez uma pesquisa com eles para investigar a opinião da população sobre diversas questões climáticas.

Dessa parceria, foi publicado um artigo científico em importante revista científica internacional, e o trabalho foi muito bem recebido. Agora, eles nos procuraram novamente para a gente realizar mais essa pesquisa. Para a gente é motivo de grande satisfação, não só pelo tema do projeto, que é muito importante, mas também pelo reconhecimento que as pesquisas do DataSenado têm alcançado também no meio acadêmico – para nós é uma grande satisfação!

Por fim, agradeço novamente o convite. Sinto-me muito honrado em falar à Comissão e aos Srs. Senadores. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a exposição do Dr. Thiago, do Instituto DataSenado.

E, antes de passar a palavra aos Senadores, gostaria de registrar a presença do nosso Senador Flexa Ribeiro.

E queria também perguntar o seguinte, a respeito da participação da Universidade de Columbia: qual foi efetivamente a participação deles?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – A efetiva participação deles?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sim, em termos mais detalhados, aproveitando que eles não estão aqui. (*Risos.*)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Eles sugeriram o projeto de pesquisa, porque é uma questão sobre a qual têm grande preocupação: são questões climáticas, questões de desenvolvimento sustentável. Então, trouxeram o projeto de pesquisa para nós e elaboraram uma primeira etapa do questionário.

E apresentamos em conjunto com a Universidade de Columbia, porque, na verdade, são dois pesquisadores que nos trouxeram essa proposta. Nós apresentamos em conjunto a proposta do estudo da Universidade de Colúmbia, recebemos o aceite oficial da universidade e fizemos a aplicação do questionário. Nós refinamos o questionário, porque eles trouxeram um questionário em inglês; nós refinamos o questionário, traduzimos para o português e, em seguida, fizemos a aplicação.

Nós não questionamos a importância do estudo porque achamos que é um tema que está todo relacionado ao Brasil, e é uma questão que se coloca para os formuladores de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Grato.

Pergunto aos Senadores... Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Em primeiro lugar, Senador Garibaldi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Garibaldi, peço a minha inscrição, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – ... quero louvar a pesquisa, que é muito oportuna e, por tudo aquilo que se tem ouvido e lido, tem muita lógica. Impressionou-me, por exemplo, que mais da metade da população ouvida, 55%, opina pelo investimento em fontes de energia como o sol e o vento. Isso é uma boa orientação.

Mas a minha pergunta é bem simples: os senhores, do DataSenado, têm conhecimento de pesquisa parecida ou igual por parte do Governo, do Ministério de Minas e Energia? Porque nós precisamos. Uma das maiores carências do Brasil é energia, e esse trabalho é bastante orientador. Os senhores sabem se o Governo fez, recentemente, pesquisa igual para tomar providências, saber para onde se dirigir e o que fazer?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Não tenho conhecimento de pesquisa recente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu me permitiria acrescentar ao que o Senador Lasier perguntou se o Governo tomou conhecimento dessa pesquisa feita no âmbito do Congresso, porque, se não tomou, não se pode cobrar dele qualquer iniciativa. O Senador Lasier perguntou se o Governo tinha; e eu, se tomou conhecimento da pesquisa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Nós estamos divulgando a pesquisa aqui, em primeira mão, na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas isso... É claro, o instituto pretende levá-la ao conhecimento do Ministério de Minas e Energia, não é verdade?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Sim, pretendemos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Garibaldi Alves; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; nosso convidado, Dr. Thiago Cortez Costa, acho que os dados aqui vão ao encontro – e não poderia deixar de ser, é o que se está mostrando aqui na pesquisa – do que pensa o consumidor brasileiro.

Eu vejo aqui alguma coisa que poderíamos encaminhar como sugestão ao Governo.

Lamentavelmente, o Governo só age na contramão do contribuinte, ou seja, ele não põe nada em prática que seja para aliviar as tarifas ou aliviar a tributação. Todas as vezes em que ele procura uma solução para um problema que não é deste momento, que já vem há algum tempo – lamentavelmente, o Governo não tomou as providências necessárias para enfrentar a crise –, ele vai contra o consumidor, porque, ao invés... Há uma pergunta aqui cuja resposta era esperada – estou procurando aqui –, que fala sobre a tarifa. Havia uma também de um consumidor... "Qual a sua opinião sobre o Governo aumentar o preço das contas de luz para que as indústrias economizem mais energia?" Mas há uma outra de um consumidor também...

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Há, sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... que eu não estou, no momento, localizando entre as planilhas.

Mas o raciocínio é o mesmo para as duas, Dr. Thiago. Por que não no sentido contrário: quem economizar energia terá um desconto na tarifa? É o mesmo objetivo, mas a favor do consumidor. O Governo vai contra. Quer dizer, quem aumentar o seu gasto de energia tem a tal da bandeira vermelha – e também não entendi por que vermelha; devia ser bandeira verde e amarela, não vermelha. Eu sou contra esse tipo de solução para diminuir o consumo. Acho que é muito mais saudável premiar aqueles que reduzirem o seu consumo; ao invés de taxar sobre o aumento de consumo, taxar sobre a economia. Ou, então, as duas coisas ao mesmo tempo, para o consumidor ter um meio de poder ter uma tarifa mais possível de suportar.

Agora, imagine – esta é uma pergunta que eu queria fazer ao Dr. Thiago... É que também as respostas são todas lógicas. Pelo menos do que eu ouvi da sua exposição e li aqui nas planilhas, que depois V. Sª projetou, não há discordância daquilo que esperávamos. Por exemplo, uma pergunta: se o Governo brasileiro deve endurecer as ligações clandestinas, os "gatos". Um sujeito que diz que não, que diz que não deve endurecer, ele é o autor de um "gato". Não há saída! É fratura exposta! Como é que ele vai chegar a uma pergunta como essa e dizer "não; eu sou a favor do 'gato'"? Ao não querer que o Governo endureça o combate aos "gatos", ele está lá. Ainda há – veja aqui –, no ensino superior, 14% entre "discorda total ou parcialmente" e "nem concorda, nem discorda". Quer dizer, com um conceito já mais claro da realidade, da obrigação como cidadão, e ainda 14%, Senador Garibaldi Alves, dos brasileiros com ensino superior aceitam o "gato". É lamentável isso aqui.

Mas eu queria fazer uma pergunta. Quero, primeiro, parabenizar a Secretaria de Transparência do Senado Federal. Parece-me que hoje quem a está presidindo é o Senador Sarney, não é?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – A diretora atual é Elga Lopes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Elga?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Elga Lopes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Há uma pergunta que eu gostaria que tivéssemos feito nessa pesquisa. O Brasil tomou uma decisão de governo – até hoje, ninguém que esteve aqui... espero que o Dr. Thiago possa me esclarecer essa dúvida – tomou uma decisão, na construção de hidrelétricas para geração de energia hídrica, de fazer, usar as turbinas a fio d'água. O que é turbina a fio d'água, Senador Garibaldi Alves? São aquelas que não têm o lago de acumulação de água. Porque todas essas fontes de energia – é importante que sejam incentivadas – tanto a eólica...A eólica, Senador Garibaldi, é uma brincadeira.

O Governo fez um leilão para implantar um parque de energia eólica. O vencedor implantou o parque, mas, quando o parque estava pronto, o Governo lembrou – olhem só! – que não tinha o linhão para interligar a energia linha gerada nesse parque eólico com o sistema integrado nacional, ou seja, as pás estavam girando produzindo energia, e a energia não entrava no sistema. Só foi tratar do linhão depois do parque instalado. Aí não é nem falta de planejamento; é mais do que isso: é descaso total com os recursos do contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas já fez o linhão agora?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Estão fazendo. Também, Senador Garibaldi, são tantos os exemplos de desperdício de recursos públicos. Há um lá no Pará: a eclusa de Tucuruí custou R$1,5 bilhão. Fiz vários pronunciamentos ao tempo em que ela estava sendo concluída. Nós esperamos 35 anos para ela ser concluída. Ao tempo em que ela estava sendo construída, fui à tribuna, fiz vários pronunciamentos. Fui ao Ministério de Minas e Energia para dizer que não adiantava fazer a eclusa se não fizesse o derrocamento do Pedral de Lourenço porque a via não seria navegável.

Muito bem! O ex-Presidente Lula foi lá. Inaugurou a eclusa com estardalhaço, foguete com tudo que tinha direito. E a eclusa está lá como se fosse um brinquedo, porque até hoje não fizeram o derrocamento, e já tem mais de cinco anos que ela foi inaugurada. Nós esperamos 35 anos para ela ser concluída; depois de concluída, estamos esperando cinco anos para ela ser utilizada. Quer dizer, isso é o descaso total com os recursos dos contribuintes.

Mas voltando à questão da energia.

Eu gostaria que V. Sª pudesse explicar o que é que baseou a tomada de decisão do Governo brasileiro de não fazer a geração hídrica com o reservatório. Porque essa é a única forma de se armazenar a energia. A energia eólica você não há como armazenar: ela é gerada, vai para a linha. A energia solar também não tem como armazenar: é gerada, vai para a rede, para ser gasta. A energia hídrica é a única que pode ter o reservatório de acumulação. Quando houver muita chuva, muita água, o reservatório sobe; quando faltar água, abre-se a comporta para gerar energia. Ai estão fazendo usina a fio d"água; ou seja, quando faltar água, ela também não vai funcionar. Então, eu gostaria de saber se há algum dado científico. É evidente que qualquer ação – isso é importantíssimo – do homem sobre a natureza precisa ser cuidadosa, mas precisa ser feita. Há que se fazer o mínimo de agressão, se possível, nenhuma.

Por isso é que os projetos do Governo têm o que eles chamam de ações mitigadoras, que são aquelas ações para diminuir o impacto da obra, e lamentavelmente elas são feitas depois que as obras começam. Quer dizer, que em vez de preparar o impacto, como está acontecendo em Belo Monte, não; as ações mitigadoras estão em atraso em relação à hidrelétrica. A hidrelétrica vai ficar pronta, vai gerar energia ano que vem, e as ações mitigadoras dos Municípios que sofrem o impacto acho que não estão nem 20% pronta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, o Dr. Thiago Cortez vai responder mais eu acho que ele precisa aumentar a patente para poder responder, porque ele não é representante do Governo. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Mas é bom que o representante do Governo possa responder, porque, se for um representante do Governo, ele vai justificar o injustificável. Ai vai dizer que focinho de porco é tomada, e não podemos acreditar nisso ai.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – O.k. Posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, porque eu pediria permissão a V. Exª para deixar o Dr. Thiago responder ao Senador Flexa e, em seguida, ouviremos V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vou inscrever aqui o Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Tranquilo.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Na verdade eu gostaria de responder ao Senador Flexa com um agradecimento ao Presidente pelo salvamento, porque, de fato, não tenho condições de dizer o porquê da opção. Mas o salvamento é uma questão que se coloca, e é importante sabermos os porquês das decisões que foram tomadas, porque inclusive elas têm impacto muito grande tanto na vida da população, no dia a dia, quanto impacto ambiental.

Então, eu acho que é uma questão que se coloca e que merce maior discussão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Elmano.

Oh, desculpe, o Senador Hélio José. Desculpe V. Exª, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – V. Exª é sempre uma pessoa muito atenciosa, e só agradecemos a V. Exª por estar aqui coordenado esses trabalhos.

Thiago Cortez, tudo bem com você?

Eu quero parabenizar V. Sª. Acho que essa é uma pesquisa altamente relevante, que só vem ao encontro de algumas questões importantes que estamos discutindo nesta Casa com relação à matriz energética brasileira no sentido de que precisa haver um estudo, um reaproveitamento, um rearranjo dessa matriz energético.

Eu tenho conversado muito a respeito disso aqui nesta Casa nas várias comissões de que participo. Até apresentei um projeto no Senado Federal a respeito do tema.

Eu creio que, em curto período de tempo, a energia gerada via termoelétricas a óleo diesel, poluente, cara, deva caminhar para extinção no País. Eu acho que não há mais motivos para continuar com esse tipo de energia. Temos que investir na matriz energética de fontes renováveis, energia limpa ou mesmo nas termoelétricas, mas a gás, a algo que seja menos poluente para que possamos realmente trabalhar de uma forma mais adequada, com preços mais adequados. Os preços, hoje, da energia gerada pelo diesel são muito mais altos, oneram sobremaneira as contas. E não temos dúvida disso quando analisamos as matrizes energéticas de vários países do mundo, desde americanas até as europeias e da Ásia. Cada vez mais o aproveitamento de energias alternativas como a fotovoltaica, eólica ou biomassa aumentam. E o Brasil tem um potencial imenso com relação à capacidade de captar energia fotovoltaica, capacidade que está subaproveitada.

O insumo básico, que são os painéis, no Brasil estão muito caros. Precisamos discutir leis e regras para incentivar o empresário a investir no País, que é o maior produtor de silício do mundo, para fazer painéis fotovoltaicos competitivos, para que as pessoas, os empresários, as donas de casa possam ter a energia fotovoltaica como energia doméstica, já que vai ser uma energia que vai aliviar a matriz energética em momento importante como o período da tarde. Hoje, os eletrointensivos cada vez mais sobrecarrega, a matriz energética brasileira, cada vez mais corremos o risco de blecaute.

Então, se conseguimos, nesse período da tarde, que é o pico, se colocarmos a energia fotovoltaica praticamente em todos as Regiões brasileiras, vamos aliviar essa curva de carga e, consequentemente, vamos trabalhar no sentido de o sistema operar melhor.

Acho que, no Brasil, há oito anos, era traço a energia eólica; hoje, representa quatro por cento da matriz energética. Hoje é traço a energia fotovoltaica no nosso País, mas espero que, no máximo em cinco ou seis anos, haja um horizonte de cinco a dez por cento da nossa matriz, se soubermos trabalhar essa questão, eu espero

que a trabalhemos com afinco. Ela é muito importante para o nosso País, é importante para o empresariado, é importante, por exemplo, no interior – está aqui o nosso querido Senador Garibaldi Alves – lá naquele Seridó, naquele interiorzão.

Podemos coletar energia fotovoltaica lá, dando condições para os empresários produzirem, porque hoje está faltando isso. Eu me lembro, tempos atrás, entre Maranhão e Piauí, de que cidades inteiras ficavam praticamente sem luz pois a transmissora não conseguia chegar com a tensão adequada porque estava sobrecarregada ou porque a tensão era muito baixa para uma distância muito longa.

O Senador Flexa Ribeiro tem total razão. Acho que o País precisa projetar melhor as suas linhas de transmissão e suas usinas hidrelétricas de forma que uma coisa não fique pronta antes da outra. Têm que estar simultaneamente prontas, comissionadas, e prontas para operar. Não tem sentido estar com uma usina pronta e não ter a linha, ou ter a linha e não ter o que transmitir.

Há algum tempo, tivemos parques eólicos importantes do Nordeste ilhados porque a ICG, que é a linha que faz a interligação não estava pronta, atrapalhando praticamente toda a operação nacional do sistema elétrico. Agora, isso já foi equacionado. Espera que, de agora em diante, a coisa caminhe de forma boa.

Com relação, por exemplo, à única capital brasileira hoje que não é interligada no sistema nacional, que é Boa Vista, alimentanda principalmente pela energia da Venezuela, temos que mudar essa realidade, com a liberação e a construção do linhão. Eu acho, Senador Garibaldi, que poderíamos aqui convocar a Funai para discutir e saber os motivos reais de tamanha enrolação e protelação para a liberação de uma área totalmente antropizada, à beira de uma BR. Os índios waimiri atroari já aceitaram fazer o acordo permanente como está. E a Funai fica o tempo inteiro enrolando para liberar esse linhão que liga Manaus a Boa Vista, que seria a última capital brasileira a ser conectada pelo sistema interligado. E nós teríamos condições de ter todo o Brasil interligado.

Com relação aos "gatos", essa é uma perversidade. Acho que é necessário tomarmos medidas drásticas com relação a essa questão. Acho que poderíamos, Senador, no momento, também convidar a Abradee, que é a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, para discutir essa questão dos "gatos", das perdas. Em Manaus, por exemplo, e em outras capitais do Norte, o "gato" chega a ser recorde. E precisamos discutir forma, porque essa é uma perda permanente do sistema, que só onera as contas de luz. Isso tem que ser realmente trabalhado.

Com relação à questão da energia nuclear, que é importante, o Brasil tem uma meta, até 2030, para mais quatro nucleares e, até 2050, mais oito. Precisa, conforme discorreu o nosso Ministro de Minas e Energia, obviamente, fazer um trabalho de conscientização da população nacional sobre a boa utilização da energia nuclear. Está claro que há um mau entendimento com relação a essa questão da energia nuclear, que precisa ser melhor discutida. O Brasil é um dos maiores produtores de urânio do mundo, tem condição de fazer um bom trabalho nessa linha.

Eu estive recentemente na Marinha, em Aramar, onde eles fazem separação isotópica do urânio, tanto que o Brasil tem trabalhado de forma adequada nessa linha. E acho que, cada vez mais, têm sido mais seguras as questões das nucleares. E o Brasil vai ter que fazer essa discussão com mais cuidado.

Com relação à energia fotovoltaica, me alegra ver que a população brasileira tem esse alto nível de aceitação, porque, no Brasil, devido a esses aquecedores termossolares, essa energia ficou muito discriminada ao longo do tempo, porque esses aquecedores são caros, com baixo rendimento, o que desgastou um pouco a questão da energia solar no País pela ineficiência desses equipamentos. Acho que essa adesão à fotovoltaica demonstra que estamos corretos nesse processo de discussão.

Então, quero parabenizar o Thiago pelo trabalho, dizendo que ele é relevante. Vou tratar, nos meus próximos discursos no Senado Federal, sobre o tema energia, aproveitando esse estudo.

E, Senador Garibaldi, quero parabenizar V. Exª pela oportunidade de dialogarmos aqui com o Thiago. Esse trabalho é de alta relevância. Foi bom tê-lo trazido aqui na Comissão .

Parabéns a você. Eu não tenho perguntas a fazer, só essas considerações que deixei registradas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria ressaltar inicialmente a importância desta pesquisa. Primeiro, por ouvir os usuários do nosso sistema energético; segundo, o destino dessa pesquisa. O que fazer com os resultados dessa pesquisa? Não resta dúvida, por exemplo, no caso do Piauí, do potencial que o Estado tem hoje – sempre teve, aliás – com relação à energia eólia e especialmente com relação à energia solar. Lá nós temos três mil horas de sol/ano, o que mostra o grande potencial dessa geração de energia. Mas eu acho importante uma pesquisa dessa natureza, porque nós, planejadores, nem sempre ouvimos os usuários, já que tudo que se faz neste País é de cima para baixo. Por exemplo, há quarenta e tantos anos, o País fez opção pelas geradoras de energia nuclear sem ouvir a popula-

ção, sem ouvir até mesmo os segmentos de pesquisa, as instituições de pesquisa deste País. E o resultado que a gente vê é muitos projetos serem abandonados.

Então, eu considero importante a pesquisa realizada, mas gostaria de saber se os resultados dessa pesquisa serão usados pelos órgãos formuladores da política energética deste País.

A realidade é que há um fosso muito grande entre os pensadores, os técnicos, os formuladores e a própria sociedade usuária de muitas inovações energéticas, como as energias limpas, alternativas, como é o caso da solar, da eólica, da biomassa, etc.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Lasier, antes que o Dr. Thiago responda ao Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Senador Garibaldi, nós estamos fazendo muitas perguntas ao Dr. Thiago, como se ele fosse do Ministério. E eu sinto o embaraço dele, porque, afinal, nós estamos diante de um alto funcionário do Senado, um estatístico, e que não é do ramo. Mas o questionamento feito té agora serviu para demonstrar o grande interesse e a importância que tem para todos nós brasileiros a questão energética, que é das mais sérias, com nós todos sabemos.

Então, eu queria, em função dessa pesquisa, que é interessante, bastante convincente, que nós preparássemos um requerimento para convocar uma pessoa habilitada do Ministério. Outro dia esteve aqui o Ministro Eduardo Braga, por várias horas, mas levamos muito tempo com questões laterais ao problema principal. Então, eu vou requerer, já nos próximos dias, Senador Garibaldi, a vinda aqui do responsável pelo planejamento e pelo desenvolvimento energético do Ministério, Dr. Altino Ventura, que vai nos informar, caso a caso, sobre as várias alternativas de energia. E aí, sim, nós poderemos concentrar perguntas bem objetivas sobre a realidade que nós não conhecemos, como disse há pouco aqui o Senador Flexa; ou seja, sobre o que é feito, onde andamos. Nós não sabemos. Então, trata-se de trazer alguém especificamente do ramo. Vou encaminhar o requerimento para que a gente traga ...

Fizemos aqui algumas perguntas à assessora parlamentar do Ministério, à Taís, e, examinando as alternativas, ela nos recomendou como a pessoa mais habilitada a vir aqui prestar informações, porque é o responsável pelo planejamento energético do Ministério, o Dr. Altino Ventura.

E aí, sim, podemos nos alongar nesses questionamentos sobre esta questão séria que o Brasil vive que é a de energia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – É claro que eu vou corroborar com V. Exª diante da pesquisa; aproveitar melhor a pesquisa para aproximar o Governo, porque parece que está havendo uma falta de conexão entre o que o instituto pesquisa e o que o Governo pode aproveitar dessa pesquisa. Como o Senador Elmano disse aqui, é ouvir o pensamento da população.

Mas, agora, V. Sª responde ao Senador Elmano, por gentileza.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Agradeço as considerações do Senador Hélio, do Senador Elmano e do Senador Lasier.

Especificamente, com relação ao destino da pesquisa, em geral, as pesquisas do DataSenado são divulgadas na mídia em geral.

Já tivemos repercussões muito importantes, por exemplo, no Jornal Hoje, da Rede Globo, e até no programa da Ana Maria Braga. Então, são pesquisas de cunho social que têm tido uma repercussão considerável; e, sobretudo, nos *blogs* do interior do País, elas são muito reproduzidas. Isso é muito bom, porque a capilaridade acaba sendo bem estendida.

Agora, em termos oficiais de comunicação entre órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a gente ainda não teve tanto avanço, mas, com o apoio da comissão, certamente isso pode acontecer com uma facilidade muito maior.

Inclusive, o DataSenado está disponível para os Srs. Senadores proporem temas de pesquisa que sejam do interesse das comissões avaliarem. Então, várias questões de políticas públicas podem ser analisadas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – As próximas pesquisas já estão previstas? Há alguma pesquisa no forno?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Temos pesquisa no forno. Temos pesquisas periódicas, por exemplo, como a pesquisa da avaliação da Lei Maria da Penha. Essa é uma pesquisa recorrente e temos acompanhado esse tema com uma certa regularidade, de dois em dois anos.

Já fizemos também uma pesquisa sobre a violência contra a juventude negra, que deve se repetir este ano. No calendário, temos disponibilidade no mês de julho e ainda de novembro em diante.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – E um Senador poderia solicitá-la através da comissão?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Pode solicitar através da comissão, que nós realizamos a pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Uma nova pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Cortez Costa) – Uma nova pesquisa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu indago ao Dr. Thiago se nós podemos sugerir pesquisas que possam avaliar o Governo da Presidenta Dilma e se ela sabia ou não de tudo o que estava acontecendo na Petrobras. Pode ser, Dr. Thiago?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Olha, você tem de subir o salário e a patente. V. Exª está exigindo demais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, estou querendo propor uma pesquisa: se o DataSenado está aí à disposição dos Senadores, vamos ver a realidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – V. Exª tem razão, mas isso não cabe ao Dr. Thiago.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente Garibaldi e todos os companheiros palestrantes, eu estava vendo rapidamente a palestra, os dados da pesquisa, e podemos observar que, no Brasil, ainda hoje, quando se fala em energia nuclear, não existe um conceito muito claro.

Eu gostaria de saber se a pesquisa consegue aprofundar aqueles que são a favor ou os que são contra e o porquê.

Tive oportunidade, em outros mandatos, de acompanhar o trabalho feito pela Marinha brasileira. O Brasil é um dos países que tem um método de centrifugação de urânio dos mais modernos do mundo. São só cinco países como o Brasil: Alemanha, França, Inglaterra, Brasil e outro país.

A utilização da nossa energia nuclear é muito pequena. Temos Angra. Na palestra a que fui, os cientistas disseram que uma das soluções da água para o Nordeste seria exatamente a energia nuclear, ou seja, a possibilidade de fazer pequenas bombas com pequenos cartuchos de energia nuclear. Poder-se-ia fazer poço de profundidade e solucionar um dos problemas do Nordeste – a água –, com um custo muito mais barato que a transposição, segundo ele, do rio São Francisco. Assim também ocorreria em outras comunidades isoladas.

Discutiu-se, é claro, o nosso famoso submarino nuclear, que até hoje o Brasil não tem, apesar de uma costa tão grande como esta. É geração de energia para fazer com que o submarino funcione, assim como outros tipos de embarcações ou de motores.

Não sei se vocês teriam condições de aprofundar nisso, falar mais um pouco sobre isso, porque só números, às vezes, não dizem realmente qual o sentimento da população. Igualmente, temos visto no Brasil muitas hidrelétricas sendo construídas em área ambiental, apesar das restrições, e muitas delas, que poderiam ter um potencial bem maior, acabam, por essas restrições ambientais, diminuindo o tamanho do lago, em face do impacto ambiental.

Temos percebido que tem faltado água no Brasil, há muitas regiões com falta d'água. Nós temos o exemplo de uma obra que aconteceu lá na nossa capital, Cuiabá: a usina de Couto Magalhães, que foi construída e concebida para ser uma usina que fosse além da geração de energia. Na época, era inclusive uma usina com baixa geração de energia, mas que acabou entrando em funcionamento exatamente no apagão que aconteceu no Brasil. Não vou falar do Governo, para não pensarem que estamos estimulando a disputa eleitoral e partidária.

Essa usina funcionou, porque tivemos uma grande enchente no Rio Cuiabá. Grande parte da nossa capital foi destruída na década de 70. Foi então que um engenheiro bolou a Usina de Manso para ser uma grande caixa d'água, ou seja, para fazer o controle de enchente e também a perenização do rio. Isso funcionou muito bem. A nossa capital, Várzea Grande, a Baixada cuiabana, por mais de cem anos, não terá essa preocupação. Isso gerou, além da energia elétrica, controle de enchente. Nunca mais tivemos problemas de enchente. Nunca mais tivemos problemas de enchente em Cuiabá, nem de rio seco. Ou seja, aquilo manteve uma lâmina d'água. Além disso, há o turismo. O lago de Manso é de 40 mil hectares, a maioria das terras bastante improdutivas, cascalho, um projeto de piscicultura. Mato Grosso hoje é o segundo maior produtor de piscicultura do Brasil e vai ser o maior de piscicultura.

Uma usina, quando é bem concebida, bem estudada, pode resolver muitos problemas, e não a criação de impactos ambientais. Não falei da irrigação para os ribeirinhos, que foram, todos eles, colocados, reassentados pelo Projeto Couto Magalhães.

Eu não sei se a pesquisa se ateve a mais alguns detalhes – benefícios, malefícios. Nós temos outra usina em Mato Grosso, a de Couto Magalhães, que também foi leiloada em 2002, e até hoje não foi construída. Está provado que tem um baixo impacto ambiental e custo-benefício muito alto, que vai beneficiar uma região

grande, o alto Araguaia. No entanto, não foi construída mesmo depois do leilão que aconteceu na Bolsa de Valores, porque de repente o Ibama entendeu que deveria fazer o Eia-rima de todo o rio.

Ou seja, alguns técnicos do Ibama colocaram, à época, que o Rio Araguaia era intocável, era dogma para o Ibama, e até hoje, sei que essa história continua. Agora, parece-me que a Eletronorte voltou a estudar isso, mas eu gostaria de ouvir aqui se há alguns detalhes acerca dos benefícios, malefícios que a população verdadeiramente pensa que vai haver com a construção dessas usinas.

É claro, Sr. Presidente, que, anos atrás, víamos no Brasil que se construía uma hidrelétrica, e, às vezes, a comunidade vizinha ficava às escuras enquanto aquela energia era levada para outras regiões ignorando a população local. Isso causava, realmente, grande insatisfação com a população local. Mas, como foi dito aqui, acho que até pelo Senador Flexa, hoje já exite em todos os projetos, e está prevista, a mitigação, a recuperação, a compensação das comunidades. Mesmo que alguns não queiram obedecer a lei, acho que o importante seria, exatamente, a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Dr. Thiago Cortez.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Durante a pesquisa de opinião, fizemos perguntas muito específicas, pelo método quantitativo da pesquisa. Com as perguntas que são feitas, as opções de respostas são pré-determinadas e a pessoa é estimulada a responder uma daquelas questões. Então, não dá para avançarmos muito nessas questões mais qualitativas dos porquês e dos condicionantes daquele tipo de opinião. Mas como todas as entrevistas são gravadas e depois auditadas, temos contato com o que a pessoa fala, além daquela resposta, porque, às vezes, a pessoa responde... Ela contou a história para, depois, chegar a sua resposta final. Então, quando os dados são agregados, a gente tem só a contagem.

Das entrevistas que são auditadas, ou seja, das que a gravação é escutada, a gente tem a impressão de que ainda há o preconceito da população com relação ao termo, à energia nuclear, em função do histórico desse tipo de fonte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas o pesquisado se estende mesmo? Faz considerações?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Algumas pessoas respondem prontamente; outras, falam, contam história, às vezes, contam uma experiência que tiveram...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Aquilo é taquigrafado?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Taquigrafado, não; mas é gravada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – E permanece no...?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Permanece.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – No arquivo, lá....

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – No arquivo da gente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, registrando a presença do Vice-Presidente da Comissão, Dr. Ricardo Ferraço, que, se quiser, pode assumir o seu posto, e a presença do Senador Davi Alcolumbre.

Com a palavra, a Senadora Rose de Freitas e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, se eu falasse que prestei atenção em 10% do que o assessor falou, estaria mentindo, porque as demandas do nosso trabalho em outras comissões também vêm para cá. Mas o assunto é sobremaneira importante. Eu gostaria até de dizer que apresentei um projeto a esta Casa com a seguinte observação. Um projeto que propõe, Sr. Thiago, que todas as empresas que recebam financiamento público, ou para a sua expansão ou para aumento de produtividade, sem expansão mas com vistas à questão econômica interna, que elas também apresentem simultaneamente um projeto de energia limpa para a sua indústria, para a sua fábrica.

Há 20 anos, fiquei na Comissão de Minas e Energia, e todas as discussões que permeavam a comissão, Sr. Presidente, tinham uma visão atrasada, para trás. Quando se falava em energia alternativa – imagine, há 20 anos – havia sempre um preconceito: "que energia era essa?" além disso, passamos por um processo em que a questão ambiental prevaleceu inclusive sobre o andamento desses projetos que estavam elencados pelo Governo Federal.

Nós também vimos muitas discordâncias sobre a questão de haver ou não haver um plano estratégico de governo, que pudesse nos socorrer, haja vista que nós vivemos momentos muito imprevisíveis no País, quando houve o apagão, e, na verdade, o relatório oferecido por várias empresas do sistema dizia que não haveria apagão. Então me pareceu sempre insuficiente, Dr. Thiago, que todas essas concordâncias, toda a relevância...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Peço silêncio, por gentileza.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como eu falo durante a sessão, fico até inibida de pedir a alguém que me ouça, não é?

Não pareceu, em nenhum momento, em nenhum dos governos, relevante a questão do abastecimento no Brasil, na questão elétrica, de energia sobretudo, e as alternativas que por ventura o Governo pudesse oferecer para o debate, consequentemente para sua execução.

Hoje, o problema da água, Presidente, nada mais é que uma questão administrativa também. Não é só por alterações climáticas, mas por desperdício, pela falta de visão. Governo nenhum, governo nenhum – eu estou no oitavo mandato –, governo nenhum prestou atenção ao que acontecia no Brasil.

Portanto, quando nós estamos aqui discutindo, e eu vejo com muito interesse essa pesquisa e o cenário em que ela se mostra, há uma página, sobretudo, que eu mostrava para o Senador Davi Alcolumbre, da energia nuclear, onde os índices são totalmente desfavoráveis, na resposta da pesquisa, sobre usar ou não usar, implantar ou não implantar, oferecer projetos, plantas nucleares para abastecimento de energia elétrica no Brasil.

Então, chamou-me a atenção que é quase unânime: "discorda que o Brasil deva investir mais em usinas nucleares. Centro-Oeste, 71%; Norte, 63%; Nordeste, 61%; Sul, 69%; Sudeste, 65%," Isso equivale a dizer que falta ou, poderia até dizer, há uma desinformação sobre esse setor.

Eu sempre vi as pessoas que frequentavam a Comissão depois não saberem discutir exatamente o que a Comissão fazia, sendo que a importância sobre esse tema está hoje mostrando aí seus efeitos, pela desinformação geral e pela falta de cuidado que o governo teve com esse tema. O Governo brasileiro não soube usar dos seus recursos naturais para que pudesse fazer um planejamento adequado para abastecer o País, e nós não estarmos aí sobressaltados com qualquer tipo de apagão.

Então, sobre investir em usinas hidrelétricas também, aqui me pareceu faltar a informação adequada. Uns concordam totalmente; outros parcialmente; uns nem concordam nem discordam; outros discordam totalmente, que é um terço da população pesquisada.

Não sei se o senhor está acompanhando aí, porque esse estudo me pareceu interessante.

Então, eu queria dizer o seguinte: criar leis que estabelecem a obrigatoriedade de utilizar eletrodomésticos ou qualquer tipo de aparelho que consuma energia e que tenha a redução do gasto, parece-me uma completa desinformação. É uma pequena informação para consumo da população, quer dizer, esse equipamento, esse aparelho gastará menos, portanto ele tem lá uma simbologia adequada para aquilo, quando, na verdade, é preciso haver um plano razoável para o Brasil, para fazer face a essas dificuldades.

Nós, no Espírito Santo, constantemente temos apagões – constantemente! E não há explicação plausível de por que esse apagão ocorre.

Queria saber se o senhor tem algum estudo detalhado sobre as regiões, não só no cômputo geral.

Quais são as medidas que o Governo poderia adotar, se o senhor puder me dizer, dentro dessa pesquisa que foi feita, sobre a questão da economia do gasto de energia?

Há algum estudo mais propício?

Por exemplo, eu já procurei isso na minha Comissão e vi que não tem.

Qual é a maneira de economizar? Qual é a maneira adequada de gastar? E, ainda, se isso chega da indústria para o Parlamento ou do Parlamento para a indústria e que possa estar amparado, inclusive, no escopo de algumas leis adequadas?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador Blairo Maggi quer, de imediato, falar?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sim, Sr. Presidente; depois, o Secretário poderá responder ao final. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pode ser sim.

Perguntaria apenas ao Senador Wellington Fagundes se ele teve oportunidade de responder a S. Exª por completo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador, eu sou de uma terra que tem muito cacique, e o Blairo é um deles. Então, eu tenho sempre de obedecer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, se, na sequência, pudéssemos fazer um bloco...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está certo; vamos fazer um bloco.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

Em seguida. V. Sª responderá à Senadora Rose de Freitas e ao Senador Wellington.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para contraditar o Senador Wellington: sou amigo de muitos caciques índios, mas de cacique na política eu não gosto. (*Risos.*)

Sr. Presidente, cumprimento V. Exª e o Secretário aqui presente, os demais Colegas, Senadora e Senadores aqui presentes.

Eu, quando vinha de casa, ouvia pelo rádio um pouco da explanação e ouvi o Senador Flexa fazendo referência aos lagos – uma coisa que a gente tem conversado muito aqui –, isto é, se a percepção da sociedade tem mudado ou não sobre o fato de que não podemos mais fazer grandes hidroelétricas sem grandes lagos. Se há uma agressão ao meio ambiente, há um crime contra a sociedade também, porque você perde investimento. Quer dizer, um grande investimento gera pouca energia, quando, na realidade, com uma ocupação de terras maior, você geraria muito mais energia com aqueles recursos, como é a da Belo Monte, que poderia ter o dobro da capacidade com um pouco mais de alagamento.

Mas, chegando aqui – e estou falando isso para fazer uma reflexão sobre o assunto, e não propriamente pergunta –, eu olhei alguns dados que a pesquisa nos mostra, e a resposta, Senador Flexa, já está contida no relatório. Por exemplo, quando ele pergunta o que acham as pessoas de o Brasil investir mais em fontes de energia como o sol e o vento, 55% concordam totalmente. Então, o Brasil está voltado para novos eventos, para novas fontes de energia solar. Quando a pergunta é sobre o Governo brasileiro usar parte do dinheiro arrecadado com impostos para financiar projetos de energia solar e do vento, de novo, aparecem 77% dos entrevistados concordando totalmente. Não conhecem custos, não conhecem eficiência, mas, aqui dentro, está o viés ambiental, nessas duas respostas. E, novamente, isso se confirma, pois, quando se pergunta se o governo deve obrigar as empresas de energia a investirem em energia solar e do vento, 68%... Como a despesa é do outro, eu concordo. Então, 68% dos entrevistados disseram que tem que se obrigar esse pessoal a fazer alguma coisa. Quando vem a pergunta seguinte, ou seja, sobre o Brasil investir em usinas hidroelétricas, Senador Flexa, temos o contrário de todas as outras informações: apenas 36% concordam.

Então, a forma...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – São 36% mais 20%.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Concorda parcialmente?

Está certo, Senador; são 56%. Mas, mesmo assim, é um número ainda inferior aos outros, o que demonstra, claramente, que, na discussão com a sociedade – e não estamos discutindo tecnicamente, mas com a sociedade –, há uma percepção do malefício, vamos chamar assim, ela não concorda muito com a questão da hidroelétrica, porque esses projetos são bombardeados dia e noite pela mídia, não têm sossego, eles saem de uma liminar e entram em outra liminar. O governo ou os empresários que atuam nessa área, conseguem fazer esses projetos andarem, porque são muito persistentes. E, além de eles serem persistentes, como há muito dinheiro envolvido em projetos, em pré-projetos, em estudos, na medida em que se vai enfiando a primeira estaca, não há mais como voltar atrás.

Então, é uma discussão muito grande. Eu só queria fazer aqui essa reflexão, essa manifestação, para mostrar o quanto o setor empresarial brasileiro que atua na principal matriz energética do País, que é a hidroelétrica... Eu e o Senador Flexa aqui defendemos uma ampliação desse tipo de energia e, inclusive, a ocupação – aqui vou falar por mim, não mais pelo Senador Flexa – de mais terras para a feitura de lagos maiores, para se fazer a reservação de água quando não há chuvas. Foi mostrado claramente agora, viu-se claramente, durante os períodos de seca, o que aconteceu. Nós não chegamos a fazer um racionamento por que as termoelétricas foram acionadas, e o custo da energia triplicou.

Então, a sociedade, nós, como cidadãos que moramos no País, pagamos muito caro pela política que foi estabelecida em nome da questão ambiental, em detrimento da produtividade e do ganho de escala nesses projetos. Quer dizer, houve uma discussão, e, como vivemos num processo democrático, um lado ganhou, mas não levou, vamos dizer assim. A conta para o Brasil é muito grande. O Brasil fica em desvantagem em relação a outros países, quando tem matrizes energéticas ou produção de energia mais baratas. Infelizmente, fica essa lição.

Há poucos dias, perguntei ao Ministro Eduardo Braga, quando aqui ele esteve, se ele já percebia alguma mudança nessa percepção de que temos de fazer uma reservação maior de água. Ele disse que não tinha essa informação. Não sei de quando é essa pesquisa. Mas a pesquisa, se é recente, está mostrando que nada mudou ainda. Mas eu gostaria de deixar aqui meu ponto de vista registrado novamente de que a reservação de água é muito importante não só para a questão da energia elétrica, mas também para as propriedades rurais.

Quando votamos o Código Florestal no ano passado ou há dois anos, novamente, veio essa discussão. Fui um dos que defendi a tese de que tinha de haver barramento, de que tínhamos de fazer reservação de água. O mundo inteiro ocupa as águas que vêm da chuva. No mundo inteiro, reserva-se água, para gastá-la quando não chove. Nós, infelizmente, não tivemos ainda esse entendimento. E isso nada tem a ver com essa pesquisa, que estou aqui colocando para fazermos uma reflexão. Devemos repensar esse modelo que temos hoje, para se permitir a reservação. Ou, se ela é permitida – às vezes, ela é permitida –, há uma dificuldade muito grande para ela ser feita. Infelizmente, todos nós vamos pagar essa conta.

Era só isso. Eu queria só fazer uma reflexão sobre os dados que comprovam aquilo que a gente está olhando no cenário nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer – eu já havia conversado sobre isto com V. Exª no dia de ontem – que, quando saio na terça-feira, costumo optar pelo voo que me coloca aqui mais cedo. Saio de casa às 5 horas da manhã. No horário de verão, eu saio às 4 horas. É inaceitável que uma operadora de aeroporto como a de Brasília... Aqui, foi reformado o aeroporto, que está bonitinho. Na Bahia, a gente costuma dizer que "é bonitinho e ordinário". Passei agora quase uma hora para sair da pista e chegar à plataforma de desembarque para pegar meu carro. Fique ali por uma hora. A aeronave pousou por volta de 8h20, de 8h25, e só consegui chegar ao lado de fora, Flexa, às 9h25.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Permita-me, Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – V. Exª não deve estar aborrecido, porque o seu Barcelona ganhou de 2 a 0 ontem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Essa foi uma alegria de ontem, mas, quando chega o dia de hoje, a gente recebe aqui... Aí é barcelona, literalmente, na lona. Entendeu?

Então, é uma coisa que temos discutido muito aqui, nesta Comissão. No ano de 2014, por exemplo, Sr. Presidente, houve um debate. E até o Senador Flexa tem participado ativamente disso. Por isso, temos jogado muito peso nessa coisa da aviação regional, da possibilidade de abri-la cada vez mais para outras operadoras. Mas há a questão da operação.

Uma coisa me chamou a atenção agora, pela manhã. Até, se eu puder, vou ligar para o Governador do Estado. A Polícia de Brasília cuida do estacionamento do Aeroporto de Brasília.

Em nenhum Estado, não sei, aí... As polícias, inclusive, saíram completamente dessa coisa de trânsito. A de Brasília cuida, inclusive, do estacionamento ali. É cheio de polícia para carro não encostar.

Eu acho que alguém tem que disciplinar, efetivamente, o trânsito, mas é à polícia de Brasília que cabe essa tarefa de disciplinar, numa área que já é, inclusive até, de atuação privada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A indústria da multa, e patrocinada pela polícia, meu caro. Então, bota a polícia para cuidar de outra coisa – entendeu?

Então, eu acho que é importante a gente ter um olhar um pouco mais detalhado sobre isso, porque fica todo mundo reclamando para botar polícia na rua e, no aeroporto de Brasília, está cheio de polícia.

Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu, desde a semana passada, de certa forma, venho até reproduzindo essa pesquisa no meu *site*, no meu ciclo de debate, que faço inclusive, sobre o setor elétrico... Na próxima terça, inclusive, representarei a Comissão, como já havia sido já patrocinado, desde o ano passado, um debate em Salvador sobre essa questão, principalmente, de fontes alternativas. Assim, venho acompanhando essa pesquisa há muito tempo, até por conta disso.

Meu caro Thiago, um pouco da minha percepção em relação à contribuição que ela pode dar. Eu fiquei um pouco preocupado, porque ela é muito de sentimento, uma avaliação. O setor elétrico brasileiro – e eu conversava um pouco, aqui, com o meu companheiro Wellington – e as questões que nós chamamos de vitais para o setor elétrico, meu caro Blairo, são coisas extremamente conhecidas e de uma incidência brutal.

Essa questão que V. Exª levantou, por exemplo, da reservação de água, eu até tenho feito uma discussão profunda no meu Estado... A Bahia, se a gente comparar, por exemplo, é o Estado que ficou com a pior reservação de água dos últimos anos. O Rio Grande do Norte fez até uma política correta de reservação de água.

É óbvio que reservação de água tem que priorizar o uso humano, o uso animal, para, depois, você tratar dessa questão, mas em energia e, principalmente, em hidroeletricidade a questão de reservação é, eu diria assim, o ponto crucial, e é aí, inclusive, onde reside a melhor das experiências. Você tem energia limpa na hidroeletricidade e você tem uma outra coisa ainda: a possibilidade do manejo dessa energia.

Portanto, é uma coisa em que a gente vem sempre batendo: lago não é só para enfeite; lago é para guardar água. Você não guarda energia; portanto, a reservação é para isso, é para eu ter a possibilidade de ir manipulando. Abriu a comporta, um abraço. Gerou, meu amigo, tem que ter alguma coisa do outro lado. Se não tiver nada do outro lado para ligar, azar do goleiro. Já foi! Entendeu? Já acabou. Saiu dali a energia, pegou a linha de transmissão, foi embora. Tanto assim que se discute, hoje, colocar as placas solares flutuantes nos lagos para a gente matar... Eu até falo muito em dois coelhos, mas, como na Bahia, ali em Petrolina, tem muito

coelho, o pessoal fala: "Você fica querendo matar a gente?" E eles mexem muito com isso, com irrigação e com uso de água, e dizem "matar dois coelhos com uma cacetada só", meu caro Lasier...

Na realidade, o drama é o seguinte: você evita o problema da evaporação, que é alto. Quanto maior a área da lâmina d'água, maior é a evaporação, não é? Então,você evita isso. E outra, minha cara Rose, é que, se eu uso a placa ali naquela mesma saída, gerou energia solar, eu vou fazendo o passo aqui. Na hora em que eu gero hidroeletricidade, eu uso a rede; na hora em que eu gero solar, eu uso a mesma rede!

Assim, a gente não enfrentaria o drama dessa coisa que aconteceu com a eólica num período recente: ter que ter o parque funcionando... Aliás, o Estado de V. Exª está, inclusive, no leilão, agora, até à frente da gente. A Bahia e o Rio Grande do Norte estão disputando o leilão que nós vamos ter, agora, em abril, não é? E, volto a dizer: foi o Estado que melhor fez a área de reservação no Nordeste foi o Estado de V. Exª.

Obviamente, V. Exª também deve ter botado ou um balde ou um dedinho nisso, porque V. Exª foi governador, então, foi uma das preocupações centrais do Estado, que terminou resolvendo graves problemas no Rio Grande do Norte, que é, como disse, o Estado de melhor área de reservação do Nordeste. E isso aí não é dito por mim, não; é dito pelo técnicos inclusive da ANA. Portanto, não é nenhuma percepção minha, nem tampouco um "achismo".

Então, quando eu falo dessa coisa aqui, meu caro Thiago, é que, por exemplo, quando eu vou a essa questão da preocupação, ou seja, a pesquisa, a indagação, eu tenho elementos, eu diria, até contundentes para essa pesquisa, porque você tem vários institutos no Brasil trabalhando com clima... Por exemplo, o que estamos vivendo hoje com a seca, nossos institutos diziam exatamente que iríamos viver esse período crucial.

Então, seria importante que a gente pudesse adentrar o terreno para além da percepção, já com dados para as pessoas e com dados, inclusive, para os órgãos públicos, para a gente mover e criar o caminho, meu caro Flexa, do planejamento dessa área. Então, é uma das coisas que a pesquisa... Minha ansiedade era muito neste sentido: que a pesquisa trouxesse também um conjunto de informações para a gente ter a capacidade de não só aumentar nossa preocupação ou de até diminuir nossa tensão, mas que ela criasse caminhos para orientar o planejamento e a execução por parte do Ministério.

Então, essa coisa, por exemplo, que trata do receio das pessoas em relação à energia nuclear no Brasil, também foi tema de debates aqui em 2011, 2012, 2013, principalmente depois de Fukushima. E nossa maior preocupação, na minha opinião, não é com a nuclear, mas sobre como vou tratar quando houver problema em uma usina nuclear. É a chamada Ação de Defesa Civil. Eu vi Fukushima! Imagine nosso caso aqui!

Eu sempre conto uma história... O Chico Anysio, obviamente quando vivo, contava uma piada que dizia: "um dia, quando foram lançar um foguete no Brasil, fizeram um cordão de isolamento literalmente com aquele mesmo cordão que amarrava pão. Aí, um menino passava e diziam: "Ô, menino, sai daí!" E, quando deu problema no foguete na hora do lançamento, Chico Anysio disse: "chame o cara dos Fogos Caramuru que ele entende de foguete". (*Risos.*)

Então, é assim... É essa a preocupação com o nuclear... Será que nós vamos ter improviso na hora do risco? Nós tivemos isso: no dia que choveu e alagou em volta de Angra, foi um Deus nos acuda! Angra ilhada... Como se chega em Agra e como se sai de Angra? Volto a dizer que a gente viu em Fukushima como foi a resposta.

Então, nossa capacidade de defesa civil é muito menor. Aliás, Bob Marley, em uma de suas canções, se não me fale a memória, deve ser *Redemption Song*, onde ele fala da redenção, que é o nome da canção efetivamente, ele dizia: "Não se preocupe com a questão nuclear ou com a bomba atômica [que era sua maior preocupação], as questões nucleares não conseguem parar o tempo", mas é preciso que a gente aja no tempo, como dizia o velho Bob Marley, porque, senão, a gente não consegue fazer nada. Por mais que tenhamos todas as preocupações e todas as atenções, ainda teremos problemas.

Então, eu diria, de forma muito incisiva, que a resposta negativa à nuclear é exatamente o medo que as pessoas têm em relação à como lidar com as consequências em graves problemas oriundos de uma desagregação de reator, de um problema de vazamento; enfim, seja lá o que for. Então, esse é o drama maior.

E outra coisa que me chama a atenção é exatamente na medida em que se fala aqui da possibilidade de a gente caminhar para as chamadas alternativas, ou seja, a energia limpa ou as fontes alternativas, como as que nós estamos discutindo no Brasil hoje: a eólica, a solar. Nós vimos aqui o Ministro, semana passada ou retrasada, falando inclusive dessas experiências de placas flutuantes – já existem algumas lá em Sobradinho.

Mas qual é a preocupação? E acho que a pesquisa poderia contribuir mais do que só com percepção, mas levando informação – informação que, por exemplo, pudesse, inclusive, nortear um pouco do nosso trabalho. O que nós estamos fazendo no Congresso Nacional para produzir leis para que a gente vá ao encontro dos incentivos para você trazer placa para cá? Como a gente pode mudar aqui, meu caro Flexa, a forma de certificação? Por exemplo, no dia em que veio o Ministro aqui, eu terminei não fazendo essa pergunta a ele. Mas, quando você gera uma energia desse tipo, para você fazer a chamada inversão trifásica, trazendo isso para a

rede, nós só temos um lugar no Brasil que faz essa certificação e fica em São Paulo. Já imaginou se eu estou precisando fazer inversão trifásica lá no Pará? O cara vai dizer: "Você tem de esperar na fila, porque há um bocado de gente aqui em São Paulo". Por que a gente não produz por lá, nos institutos do Pará, do Mato Grosso?

A Universidade de Mato Grosso tem se debruçado, meu caro Blairo e Wellington... E digo isso porque a turma da Bahia tem trocado diversas experiências com o pessoal de Mato Grosso por conta da longa estiagem, por conta das áreas disponíveis, por conta dessa coisa de água. Então, essa questão é fundamental: por que não temos unidades de certificação em todas as cidades deste Brasil? Inclusive, é uma forma de produzirmos.

Estamos fazendo uma discussão, agora, na Bahia, com o Cimatec, um órgão do Sistema S... Inclusive, vamos inaugurar, nesta sexta-feira, uma empresa modelo dentro do Cimatec, o centro de pesquisa. Queremos fazer isso. Queremos levar certificação. Queremos levar um parque eólico de solar fotovoltaica e de solar térmica. Nós estamos discutindo no Brasil.

Aí entra outra questão aqui – você faz a leitura na pesquisa, mas é importante para nos nortear: será que uma placa vinda da China vai resistir aqui no Brasil da mesma forma que resiste na China? Na china, há um período de frio e neve. Aqui temos um período de ano inteiro. Aqui inverno é quando cai água, mas é sol.

Portanto, a resistência desse material, o tipo de material utilizado. Então, como uma pesquisa dessa pode coletar informações? E aí volto a dizer, meu caro Thiago, que temos um cenário de coisas produzidas no mundo inteiro nessa área. Essa é uma das áreas que mais avançaram do ponto de vista do conhecimento, do ponto de vista da pesquisa, do ponto de vista da pesquisa aplicada.

Recentemente, visitei a região de Almeria, Sevilla, a parte lá em cima, no norte da Espanha, aquela região de Navarra, o Reino da Navarra, aquela região de Pamplona. Várias empresas, inclusive, estão no Brasil. Aí você vai vendo o jogo da Navarra – uma empresa espanhola que, inclusive, opera no Rio Grande do Norte e na Bahia. Eles controlam todos os seus parques eólicos no mundo. Por que não posso ter o controle de um parque desse para controlar no Brasil, no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, enfim, onde temos experiências eólicas já exitosas?

Portanto, é coletar esses dados, transformá-los em pesquisa e sair só da percepção para um caminho, para que a preocupação se transforme em ação concreta. Acho importante uma pesquisa dessa forma. Agora, o ideal seria encaixar a partir desses elementos que existem nesse setor.

Eu falava, neste instante, com o meu caro Wellington: olha, o setor elétrico brasileiro é um dos setores mais robustos. Por isso, quando há qualquer problema, estranhamos: um setor robusto desse deu um vacilo dessa magnitude? É uma estrutura cuja cobertura, se compararmos com a Europa, por exemplo, seria equivalente à de Portugal ou Rússia.

Portanto, como coletamos informações disso para nos basear aqui, produzindo coisas? Quando falamos isso, Flexa, às vezes, o Governo acha que estamos criticando o sistema, batendo no sistema, como, na audiência aqui, inclusive, o Márcio Zimmermann foi reclamar ao Mercadante e disse que fomos muito duro com ele. Eu não vim aqui para tratá-lo com panos quentes. Ele vem aqui para discutir. Nós estamos querendo contribuir. Não estamos fazendo crítica.

Então, acho que essa pesquisa, por exemplo, é muito importante para termos essa percepção. Além do sentimento, quais são os elementos disponíveis que podemos utilizar para vencer essa preocupação e para transformar isso em ação concreta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Thiago, quero lembrar ao Senador Walter Pinheiro que está marcada a vinda a esta Comissão do Ministro Eliseu Padilha para o dia 6 de maio. Ele já confirmou a sua vinda. Então, V. Exª poderá indagá-lo a respeito dessas concessionárias.

Quero lembrar que, na terça-feira, dia 28 de abril, teremos audiência, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o Presidente da Petrobras, Dr. Aldemir Bendine. O autor do requerimento de convite a ele foi o Senador Ricardo Ferraço, isoladamente.

No dia 29, quarta-feira próxima, na outra semana, estará aqui o Senador Antonio Carlos Rodrigues. Além do Ministro, estarão presentes na audiência o Sr. Jorge Luiz Bastos, Diretor-Geral da ANTT; um representante da Diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT); e um representante do Tribunal de Contas da União.

Foi autor do requerimento o Senador Wellington Fagundes.

E, agora, concedo a palavra ao Dr. Thiago Cortez, para responder à Senadora Rose de Freitas, ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Wellington Fagundes e ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Vou começar de trás para frente, começando pelas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Começar por ti?

É por que...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tenho uma Comissão que está pedindo a minha presença com urgência. Eu só estou aguardando.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Ah, tudo bem!

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desculpa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Não; é só porque eu tive uma certa dificuldade de pontuar, precisamente, quais eram todas as questões.

Então, deixa eu ver: primeiro, a Senadora identificou algumas questões que gostaria que tivesse mais informação para a população poder responder.

Não foi isso, exatamente?

Então, esses gráficos trazem a pergunta exatamente, mas cada pergunta segue uma introdução, que coloca os prós e os contras dessas alternativas de energia.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse gráfico é atual?

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Esse gráfico é atual, mas o que eu digo é assim: para chegar aos dados, a gente faz uma pequena introdução, colocando os prós e os contras de cada alternativa de energia, e, em seguida, faz a pergunta que está no gráfico.

A pergunta completa, que tem essas informações adicionais, está disponível nas tabelas gerais que vão ser publicadas no *site* do DataSenado.

Então, vou providenciar que cada um dos Senadores receba esse relatório completo, não só com a descrição dos dados em forma de texto, como também as tabelas completas com as perguntas que foram originalmente feitas aos entrevistados, que contam, inclusive, com a introdução.

Outra questão que foi levantada foi sobre a discussão com a população sobre quais eram essas fontes de energia alternativa.

Foi isso?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – ... que tivesse financiamento público, elas apresentarem, simultaneamente ao aumento de produção, ao crescimento, enfim, ou que, se fosse um projeto novo que pleiteasse financiamento, que pudesse oferecer um projeto de energia limpa para aquela fábrica ou indústria.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Eu acho que isso é uma questão que pode ser tratada com um projeto de lei. Trata-se de questão de regulação.

Não sei como tratar disso numa pesquisa ou se é uma sugestão de uma pergunta para uma pesquisa futura – é isso?

Então, podemos incluir.

A gente tem o Barômetro, que é uma pesquisa que se reproduz duas vezes ao ano. A gente está com uma prevista, agora, em julho, e tem outra para o mês de dezembro. No mês de dezembro, a gente pode incluir um bloco sobre essa questão.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – ... de energia, e não as empresas privadas, você vai ver que a confiança no Governo é pouca, e regula com a iniciativa privada, com um percentual de indecisos. Isso prova que, talvez, com a população conhecendo mais sobre o tema e as opções que tem para melhorar essa questão da produção de energia no Brasil, aí, talvez, a iniciativa privada possa participar mais disso.

Por isso, a sugestão que fiz ao senhor.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Certo.

A gente tem um bloco de perguntas que é feito, fixo, como eu disse, nessa pesquisa do Barômetro, que analisa a atuação do Senado, a imagem do Senado, questões como condições econômicas e situação de vida das pessoas.

A gente pode, perfeitamente, incluir essa questão no bloco que é variável, a cada uma, a cada rodada dessa pesquisa.

E temos, também, o detalhamento dos dados por região, que foi uma outra solicitação sua. Esse detalhamento por região também está nas tabelas completas que constam do relatório final, que está no *site* Data Senado.

No último *slide* da apresentação tem o endereço certinho, mas de qualquer forma vamos fazer chegar a versão impressa para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço a Senadora Rose de Freitas. V. Sª continua com a palavra.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – O Senador Blairo Maggi fez comentários gerais sobre a pesquisa, defendeu a opção pelas hidrelétricas com lagos maiores para que haja reservatório de energia e destacou alguns dados sobre a pesquisa, não fazendo um questionamento mais direto.

O Senador Walter Pinheiro apresentou a percepção de que a pesquisa é muito voltada ao sentimento das pessoas, muito voltada à percepção das pessoas. Essa é uma características das pesquisas de opinião. O Data Senado é um instituto de pesquisa de opinião. Portanto, trata justamente sobre as opiniões, sentimentos, percepções e atitudes das pessoas frente a determinadas questões.

Para tratar desses dados sobre a produção energética, dados sobre a situação das políticas energéticas do Brasil, a gente precisaria fazer um relatório com dados secundários oriundos do Ministério de Minas e Energia, ou seja, com dados produzidos pelo Executivo. Mas isso seria uma pesquisa à parte, não seria cabível tratar essas questões dentro de um escopo de uma pesquisa de opinião. É simplesmente uma questão de método. Não há como eu questionar a população sobre questões técnicas, como quanta energia é produzida no Brasil, que fontes de energia, qual o percentual de energia produzida por tipo de fonte. São questões técnicas que são mais apropriadas se forem tratadas com dados secundários e não numa pesquisa de opinião.

Acho que esse foi o questionamento principal. Não sei se ficou faltando mais alguma coisa.

Agradeço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Antes de encerrar a nossa reunião, agradecendo a presença do Dr. Thiago Cortez, informo que temos sobre a mesa três requerimentos: um do Senador Wellington Fagundes, que requer uma comissão temporária...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estávamos conversando aqui sobre essa apresentação da pesquisa... (*Fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Acho que falta um passo seguinte à pesquisa, porque, como colocado pelo Dr. Thiago, não é uma pesquisa qualitativa. Então, acho que ficam muitas perguntas no ar. Assim, acho que talvez ele pudesse sugerir para que a Comissão, em outro momento, convidasse aqui membros do Ministério das Minas e Energia para responder aquilo que, digamos, não foi possível ser feito na pesquisa, mas que pode ser feito exatamente pela experiência que existe.

Por exemplo, a grande polêmica é como vamos utilizar melhor os nossos lagos. Para energia solar? O que se está usando hoje? A teoria dos técnicos diz que não se pode usar muito os lagos. Então, a hidrelétrica que poderia produzir 50 mega, teria que baixar para 30, porque é o que está no acordo, já que até 30 não precisa licença ambiental ou não precisa de uma... É uma concessão. Ou outras como Belo Monte, que poderia ser muito maior ainda e servir muito mais para o País no futuro.

A indagação do reservatório de água. Nós precisamos aumentar a nossa reservação de água de superfície? Quer dizer, coisas que não podiam ser respondidas, mas que, talvez, a gente pudesse conduzir tecnicamente, quem sabe até um seminário. para que tivéssemos mais... Até sobre essa questão que eu coloquei aqui sobre a energia nuclear. É possível ser usada? Nós temos tecnologia suficiente em benefício inclusive da geração isolada de energia? Bem como também utilizar-se disso para a solução de problemas de água? Enfim, outras tantas perguntas que não tinham como ser respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Wellington Fagundes, eu queria dizer a V. Exª que, por sugestão do Senador Lasier, a Comissão vai convidar o Dr. Altino, Secretário de Planejamento Energético, que virá, depois de se debruçar sobre essa pesquisa, responder a respeito das questões da pesquisa e do que os Senadores quiserem acrescentar.

V. Exª concorda com isto?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, agradeço a V. Exª.

O Dr. Thiago quer prestar ainda um esclarecimento.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – O Senador montou uma estrutura para fazer pesquisa quantitativa, que são as pesquisas de opinião com abrangência nacional; mas temos um projeto de também fazer pesquisas qualitativas, porque sempre ficam questões mais profundas que precisam ser analisadas e que, na pesquisa quantitativa, a gente não consegue fazê-lo.

Então, o ideal seria ter os dois tipos de pesquisa simultaneamente, para que um complemente o outro. E, assim, essas questões mais profundas poderiam ser estudadas com essa metodologia mais adequada.

Temos um projeto e estamos tentando conseguir apoio do Senado, da administração do Senado, para montar essa estrutura. Mas isso gera custo e estamos no momento de contenção de gastos. No entanto, esperamos ainda conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – A Drª Taís, inclusive, que é assessora do Ministério de Minas e Energia e está representando o Ministério aqui hoje, vai transmitir, desde logo, o convite ao Dr. Altino, e nós vamos formalizá-lo.

Antes de agradecer, temos que colocar em votação justamente o requerimento de V. Exª, Senador Wellington.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II e artigo 75 do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar as obras de duplicação da BR-163 e tratar da paralisação do trecho sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Pergunto a V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – V. Exª quer discutir?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador Flexa Ribeiro tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela proposta dessa comissão temporária externa para visitar as obras de duplicação da BR-163. Isso é Mato Grosso. Porque não chegou no Pará.

Agora que eu vi aqui no requerimento, Senador Wellington. Estão duplicando a BR-163 no Mato Grosso? Vocês têm muita sorte e muito prestígio, porque no Pará a 163 ainda nem acabou. Ainda há vários trechos em que o asfalto não chegou.

De qualquer maneira, quero parabenizá-lo. Não vou fazer o aditamento que eu ia solicitar a V. Exª, porque para nós ainda é sonho de verão. Não dá para pensar. Primeiro tem que acabar a 163, depois fazer a duplicação, porque lá é pela iniciativa privada. A concessão da 163 é da iniciativa privada. Deveriam logo fazer no Estado do Pará.

Parabéns!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Além de justificar o nosso requerimento, quero aqui também responder ao Senador Flexa.

A bancada de Mato Grosso, há poucos dias, e o Senador Blairo estava presente, convidou o Ministro para ir ao Mato Grosso e ao Pará conhecer a realidade da BR-163.

Para nós, do Mato Grosso, a BR-163 é extremamente importante. Nós já a temos toda asfaltada no Estado do Mato Grosso, que também era um sonho de verão. Muitos Presidentes antes prometeram, mas não cumpriram. Tivemos esse avanço da BR-163 no Governo Lula e a sua conclusão no Estado de Mato Grosso. Mas o Estado do Pará está com as suas dificuldades na conclusão. Avançou bastante no Pará, mas ainda há muita obra a ser feita.

Mas a conclusão da BR-163, no Pará, é fundamental para Mato Grosso, como é fundamental para o Pará. Da mesma forma que, ao contrário, a BR-158, na região do Araguaia... Nós já temos a BR-158 concluída no Pará, mas, no Mato Grosso, ainda falta concluí-la. Vocês já a tem chegando à ferrovia, não é?

Então, para nós, de Mato Grosso, é fundamental ter a BR-158 concluída no nosso Estado, porque grande parte da nossa produção do Araguaia... E é a região, Sr. Presidente, que mais está se desenvolvendo no Brasil, principalmente com a abertura de novas fronteiras agrícolas, e com isso vai aumentar muito a carga. Então é fundamental essa integração com o Pará, bem como com o Tocantins.

Então, tanto Mato Grosso como Pará, nós precisamos muito de nos ajudar, de consolidarmos o nosso trabalho conjunto aqui. Eu tenho certeza de que o Senador Flexa, que é um especialista, sabe da importância... E nós queremos deixar bem claro que o nosso intuito é trabalhar em conjunto. Não só nesse aspecto, como também da ferrovia. Tivemos algumas audiências, algumas caminhadas na região, carreatas, enfim, com estradeiros, para discutir isso.

Mas nessa aqui, especificamente, Senador Flexa e companheiros da Comissão, essa nós estamos fazendo especificamente sobre a duplicação do trecho, em Mato grosso, que vai da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis; de Rondonópolis até Posto Gil; e de Posto Gil até Sinop. Esse trecho, que dá, mais ou menos, 1.600km, metade dele está sendo feita pelo Governo Federal, pelo DNIT, que é de Rondonópolis até Posto Gil; e o restante do trecho, da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis e de Posto Gil a Sinop, é de responsabilidade da concessionária.

Agora, o que está acontecendo, Presidente e companheiros? As obras estão bem adiantadas pela concessionária, mas, nesses trechos de responsabilidade do Ministério dos Transportes – e, aqui, eu quero parabenizar o Ministro, pela sua competência, pela sua boa vontade –. como a diretoria do dnit até hoje não está completa, não há quem tome decisão. Então, isso tem atrapalhado muito, além dos recursos que não estão chegando.

As empresas que lá estão trabalhando, por conta de contratação do dnit, ou estão paradas, ou estão parando as obras. Há apenas uma que está tocando, mas as outras estão parando, porque faz muito tempo que não conseguem receber. Isso gera não só o desemprego, como o comércio regional acaba sendo prejudicado, haja vista a diminuição das compras de combustível, de comida etc. Por exemplo, eu estive agora ouvindo uma prefeita que está dando cesta básica para o trabalhador que está desempregado, que está agora aguardando se vai ser recontratado ou não.

Então seria extremamente importante que esta Comissão estivesse lá. Eu indiquei três pessoas. Gostaria muito, se pudesse, ter o Presidente lá conosco, com toda a sua jovialidade e sua força. Aproveito aqui, inclusive, para convidar a Comissão, também, se for o caso, se puder, para fazermos uma visita também ao SESC Pantanal. Nós estávamos falando, agora há pouco, da questão da água; então, a gente aproveitaria para ver um grande projeto ambiental, estruturante do Pantanal, que é patrimônio da humanidade e que, também, pode servir muito na questão do desenvolvimento e, claro, na área ambiental também.

Então, essa visita visa observar e discutir exatamente o papel da concessionária e o papel do Ministério dos Transportes, porque existe um convênio, existe um contrato assinado. Daqui a pouco vão ficar prontas as praças de pedágio – já estão aprontando –, e a concessionária vai querer cobrar o pedágio. Contudo, se o Ministério dos Transportes não conseguiu fazer a sua parte, é claro que a população não vai poder aceitar, e nós somos os primeiros a estar fazendo aqui advertências, usando a Comissão para isso. Por isso o objetivo dessa visita que propomos. Nós propusemos três pessoas, três Senadores, mas, claro, se puderem ir mais Senadores, melhor, porque nós vamos estar discutindo não só o processo da 163, mas o processo das concessões no Brasil.

Pretendo, com isso, discutir um pouco mais, porque faz-se uma concessão... É o que ocorreu com a ferrovia Ferronorte: foi uma concessão de mais de 100 anos, sem prazo para construir. Então, uma concessionária tem que ter prazo e tem que ter a responsabilidade de ambos os lados.

Por isso é importante, Sr. Presidente, e gostaria, se possível, de convidar o Senador Flexa Ribeiro para também estar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, eu vou colocar em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes, já sabendo que temos dois membros para visitar as obras.

A comissão vai ser designada em plenário, porque o requerimento é votado, depois, pelo Plenário, e o Presidente do Senado é quem faz a indicação. Mas, desde logo, o Senador Wellington Fagundes...

O Senador Flexa Ribeiro vai?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Se eu estiver vivo, vou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não há um ditado que diz "quem estiver vivo verá"?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, nós vamos colocar em votação.

A respeito do requerimento do Senador Wellington Fagundes, abro a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras que desejam se manifestar.

Já houve as devidas manifestações.

Encerrada a discussão, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. presidente, eu queria consultar V. Exª, e se de fato não houver objeção por parte dos Senadores que compõem esta Comissão, muito menos alterar o procedimento de trabalho que V. Exª tão bem coordena, na condição de nosso Presidente, mas para economia

processual, se não haveria a possibilidade, ouvindo V. Exª e, naturalmente, os nossos pares, de nós votarmos hoje dois requerimentos extrapauta.

O primeiro deles é um convite a S. Exª o Ministro Ricardo Berzoini, das Comunicações, para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Está na pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então vamos deliberar sobre ele?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos deliberar agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está perfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu agrado a V. Exª, porque...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mesmo sem ele pedir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por telepatia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Porque vice aqui não é vice; e pode ser que V. Exª queira assumir o meu lugar. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª a permanente generosidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Com a jovialidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não, não tem motivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, vamos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Vamos se o Senador Flexa Ribeiro deixar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Flexa está conspirando contra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu só queria completar a fala do Senador Wellington, dando uma informação a ele: a BR-158, no Pará, é uma estrada que só serve para rali.

Há vários vídeos aqui de filas de caminhões atolados, e o governo, lamentavelmente, fica adiando a licitação, dizendo que vai fazer, que vai fazer... Inclusive, há um grupo... A soja de Mato Grosso já chegou ao Estado do Pará. Então, nós temos três polos de soja. Inclusive, visitei um deles nesse final de semana. Mas o lado sul, de Santana do Araguaia, que pega aquela região de Santa Maria das Barreiras, é o que sofre mais com a questão da BR-158.

Tanto que eu perguntaria, Presidente, para quando é que está prevista a vinda do Ministro dos Transportes aqui. Que dia?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Na próxima quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Eu vou informar ao grupo de interessados na recuperação da BR-158, para que eles possam assistir, vir aqui participar da audiência e trazerem... Eu quero passar aqui para o Ministro, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... os vídeos da situação em que se encontra a BR-158, a BR-155, ou seja, tudo que é BR... A BR-010 também está sem manutenção.

O Estado do Pará é o Estado que tem a menor malha rodoviária federal, e. mesmo com a menor malha federal, ainda, talvez seja esta a mais mal tratada pela União.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Mas é um dos Estados maiores do Brasil, em território – o segundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Telmário, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Vamos deliberar sobre o requerimento...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Já deliberou.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sobre o terceiro já deliberou? Esse último? Não; o da presença do...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Já, já. O dele...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Não; o da presença do Ministro.

Mas eu queria, Sr. Presidente... Primeiramente, eu queria parabenizar, Thiago...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; a vinda do Ministro dos Transportes já está marcada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Não, não; o da Comunicação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Berzoini.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; o Berzoini é agora.

O Berzoini também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – O Sr. Presidente disse: se você e o Flexa deixarem, ele vota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E é porque não nasci na Bahia. Na Bahia é que as pessoas gostam de conversar. (*Risos.*)

Mas morei lá por 14 anos, Sr. Presidente! Aí peguei todos os vícios de lá, os bons vícios – porque há os bons...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O que importa são as coisas boas também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Só coisa boa. Lá só há coisa maravilhosa.

Mas, Thiago, eu queria parabenizar o trabalho que fizeram. Vocês levantaram dados importantes aqui. Só um bom trabalho, uma boa pesquisa nos posicionam. Vi aqui, por exemplo, na questão ambiental e outras coisas, que as pessoas idosas são muito mais preocupadas. Viu como é bom ter mais juízo? Acumula-se experiência. Por isso, o Senador Garibaldi sempre é o grande Presidente desta Comissão.

Então, quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Estão me chamando de velho? (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Não, de experiente! De experiente! Não falei que a experiência é fundamental?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Experiente. Agradeço.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A experiência, sem nenhuma dúvida, é a paz, o pires dessa alta temperatura.

Então, quero parabenizá-lo, Thiago, pelo belíssimo trabalho que fizeram. É da maior importância e validade.

Mas, Sr. Presidente, o meu Estado – aqui foi bem colocado, e o estou vendo lá na ponta –, imagine, é o único que não está interligado com o Linhão de Tucuruí e com todo o linhão do Brasil – V. Exª sabe disso.

E hoje há um impasse criado lá: desde janeiro já era para o Estado de Roraima estar interligado. Hoje, a energia de Roraima é totalmente insegura, porque vem da Venezuela. A Venezuela, na sua crise, já não dá manutenção, e com isso está caindo a qualidade a cada dia mais. Nós tínhamos direito a 200MW e hoje estamos com 120MW, e o Estado, a cada hora, correndo mais o risco de um grande apagão, até porque há três termoelétricas lá que não estão também em funcionamento.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria aqui pedir o apoio de vocês, no sentido de ouvirmos tanto a Eletronorte quanto a Funai, sobre essa paralisação, porque desde janeiro Roraima já poderia estar interligada.

É muito difícil. Meu Estado hoje vive do contracheque, da economia pública. Nós precisamos alavancar aquele Estado. Nós ali temos vizinhos internacionais que precisam comprar do Brasil e de Roraima.

A energia é fundamental...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Mas pagarão...

A energia para nós lá é uma situação *sine qua non*: é interessante, é fundamental. É fundamental para o desenvolvimento do Estado. E essa paralisação tem causado um grande transtorno em todos os sentidos: no comércio, nas pequenas indústrias, nas casas, nos Municípios. É um absurdo a constante queda, a falta de energia. Então, não dá para convivermos mais com essa longa demora que está acontecendo.

Então, queria aqui fazer um requerimento verbal extrapauta, ratificando posteriormente, para pedir o apoio para convocarmos o Presidente da Funai e o Presidente da Eletronorte, para eles trazerem os esclarecimentos que precisamos, para solucionarmos essa tão grave pendência que hoje atormenta o meu povo, tira-lhe o sono, a tranquilidade. Essa situação hoje é desesperadora.

Então, Sr. Presidente, queria fazer esse requerimento verbal e pedir que V. Exª o colocasse em votação, para que os nossos Pares nos ajudem nessa aprovação, para Roraima ter a sua oportunidade, como todos os Estados da Federação hoje já têm.

Está bem, Sr. Presidente?

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos deliberar, pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Eu estava ouvindo o meu universitário aqui, que disse que, claro, podemos aprovar o requerimento formulado oralmente, desde que V. Exª traga, depois, o requerimento devidamente formalizado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Presidente, eu trarei pessoalmente. O interesse é tão grande, a necessidade é tão emergente, que vamos trazer pessoalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Então, vamos liberar o Dr. Thiago Cortez, agradecendo a ele pela participação. Vamos, inclusive, colaborar com o trabalho do DataSenado, fazendo sugestões de pesquisa, de aprofundamento de pesquisa.

O Senador Flexa vai colaborar. Isso significa que V. Exª vai ter muito trabalho.

Mas agradeço todos os esclarecimentos prestados, o trabalho que foi entregue a cada Senador. E esperamos voltar a contar com a participação de V. Sª aqui, neste plenário da Comissão.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Eu que agradeço a oportunidade de estar aqui e, novamente repito, é grande honra para um servidor da Casa ter este momento com os Senadores e poder contribuir com o trabalho.

Atrás de mim, há uma equipe de pesquisa, uma equipe de servidores que é muito dedicada ao trabalho e que gosta do que faz. Então, é uma equipe extremamente dedicada, enxuta dentro da Casa e extremamente produtiva. Represento essa equipe aqui e agradeço a oportunidade de expormos e darmos mais visibilidade aos dados que produzimos.

Então, novamente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Requerimento nº 11.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2015

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir o Programa Banda Larga para Todos, assim como a necessidade de infraestrutura do setor e as perspectivas de ações de sua pasta, e também explicações sobre os serviços de telefonia móvel celular.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros.

O Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão, pede a realização dessa audiência pública, e o Senador Waldemir Moka fez um aditivo para incluir o tema da telefonia celular nesta audiência que contará com a presença do Ministro Ricardo Berzoini, para explicações detalhadas sobre o serviço de telefonia móvel celular.

Em discussão o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Pois não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Antes de V. Exª votar, eu quero subscrever o requerimento.

Até já conversei muito com o Senador Ricardo Ferraço sobre isso. Eu queria que pudéssemos experimentar, nesse requerimento, uma das propostas que nós já fizemos aqui e já fizemos um outras comissões – eu até pratico muito isso na Ciência e Tecnologia –, que é, a partir dessa audiência, criarmos um grupo de trabalho de Senadores, e não uma subcomissão, para que esse grupo de trabalho traga, depois da audiência, uma proposta consequente para analisarmos e até sair como sugestão desta Comissão, para tratar desse importante tema de banda larga, que se arrasta.

Eu acompanhei, desde o surgimento do novo sistema de telecomunicações do Brasil em 1997, a proposta de banda larga de 2000, de 2001, de 2004, de 2006, de 2010, de 2012, de 2014, e agora a nova proposta de banda larga de 2015. Então, acho que seria importante botarmos o dedo nessa ferida, e acho que esta comissão tem condição de fazê-lo.

Portanto, o requerimento do Senador Ricardo Ferraço é importantíssimo para este momento. Por isso, quero subscrevê-lo. E, ao mesmo tempo, que experimentemos isto: três Senadores poderiam ficar responsáveis para, a partir dessa audiência, elaborar uma proposta para, inclusive, tentarmos contribuir, em nome da

Comissão, para que, verdadeiramente, essa proposta de banda larga no País saia da banda estreita e efetivamente ganhe, principalmente, as regiões mais longínquas desse nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – O Senador Walter Pinheiro naturalmente formalizará esse grupo de trabalho, principalmente depois da vinda do Ministro Ricardo Berzoini.

Temos ainda o Requerimento de minha autoria...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – Mas temos que votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Ah, desculpe.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos ainda o requerimento, de minha autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, DE 2015

– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de tratar de assuntos ligados àquela Pasta, sobretudo os assuntos ligados ao ajuste fiscal.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Telmário, de acordo com o que V. Exª propôs, eu submeto agora à votação o requerimento oralmente formulado por V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Da mesma forma que o Senador Telmário, extrapauta, se não houver objeção de V. Exª e dos nossos pares que compõem a Comissão, eu gostaria de colocar que uma das mais importantes e relevantes fontes de financiamento, sobretudo financiamento de longo prazo a investimentos da infraestrutura no Brasil, são os fundos de pensão em nosso País. Nos últimos meses, nós temos tomado conhecimento – e V. Exª foi bom Ministro da Previdência – de informações relacionadas a um conjunto de deficiências e desafios no âmbito da Previc, que precisa fiscalizar o andamento e a performance desses fundos de pensão, que tratam do futuro de centenas de milhares de brasileiros, sobretudo quando dizem respeito ao investimento que esses fundos estão fazendo e a taxa de retorno desses investimentos, para que esses fundos continuem sendo uma mola, uma alavanca, de modo a continuar financiando a infraestrutura brasileira.

Há um conjunto de preocupações, evidentemente, com relação aos rumos desses fundos, quando tomamos conhecimento de que fundos como o Postalis, dos Correios e Telégrafos, chega no limite de fazer investimento em papéis, títulos públicos de dívida da Argentina e Venezuela, colocando em risco o futuro dos cálculos atuariais desses trabalhadores e funcionários, podendo comprometer a saúde financeira desses fundos, que são de fundamental importância para a manutenção dos investimentos em infraestrutura no Brasil, e nós somos a Comissão de Infraestrutura.

Então, o requerimento que estamos fazendo, extrapauta, é na direção de convidarmos a esta Comissão o Diretor-Superintendente da Previc, Dr. Carlos de Paula, para que possamos fazer um debate e saber qual é o nível de estruturação que a Previc tem para acompanhar esses investimentos. Acho que isso está no alvo das nossas preocupações. V. Exª foi Ministro e conhece bem o assunto. Acho que será uma agenda muito rica para a nossa Comissão. Portanto, estamos requerendo extrapauta, mas submeto a V. Exª e aos demais pares desta Comissão, se não há objeção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Acho que já começou a conspiração de V. Exª.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20, DE 2015
– Não terminativo –

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar da importância dos fundos de pensão para o financiamento de longo prazo da infraestrutura e a atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC frente aos resultados deficitários apresentados pelos fundos de pensão brasileiros nos últimos dois anos. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença do Diretor Superintendente, Carlos de Paula.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Essa é uma praia que o senhor conhece toda ela, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Não; não me comprometa. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Gostaria até de ouvir de V. Exª se o ideal é a vinda só do Presidente da Previc. De repente, o senhor tem alguma sugestão, por exemplo, quanto à questão dos Municípios também, que foi muito conturbada, no ano passado. De repente, o senhor poderia contribuir para termos melhor êxito com a audiência, talvez sugerindo a presença, pela sua experiência no Ministério, de mais alguém, porque o objetivo do Senador Ferraço é o mesmo, comum a todos nós.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador, para não o comprometer, o próprio requerimento do Senador Ricardo Ferraço pode ser enriquecido com as perguntas que forem necessárias e pode ser ampliado.

Eu queria também aproveitar essa sugestão brilhante do Senador Walter Pinheiro – os baianos sempre são maravilhosos –, e ele tem essa competência e inteligência muito peculiar daquele lugar que produz a paz no Brasil. Mas eu queria ver se, na propositura desta comissão, ela vai ter uma composição bem distribuída, porque a Região Norte sofre muito mais do que as outras em relação à banda larga. O Nordeste, o Norte e Centro-Oeste... Era importante colocarmos nesta comissão, logo após a presença do Ministro, uma composição distribuída por região para que possamos, realmente, ser atendido.

Hoje, o meu Estado, o próprio Amazonas, o Pará, o Acre, Rondônia, enfim, aquelas regiões mais distantes são muito sofridas. E não há como se falar em desenvolvimento sustentável hoje, com uma grande integração, sem os meios de comunicação ficarem mais fortes, principalmente a internet e essa questão da banda larga.

Então, eu queria que V. Exª, quando for implantar essa comissão, ter zelo de fazermos uma distribuição regional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Telmário.

Vamos colocar em discussão o Requerimento nº 20, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Wellington Fagundes, fique certo de que, com a concordância do Senador Ricardo Ferraço, veremos como acrescentar à presença do Superintendente Carlos de Paula outras contribuições do Ministério da Previdência.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero lembrar, novamente, o calendário: para terça-feira, dia 28 de abril, o Presidente da Petrobras estará nesta Comissão em audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, dia 28 de abril, terça-feira; quarta-feira, teremos o Senador Antonio Carlos Rodrigues, Ministro dos Transportes, e, no dia 6 de maio, o Ministro da Aviação, Eliseu Padilha.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUINZE DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador João Alberto Souza – Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Gladson Cameli, Simone Tebet, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Sandra Braga, Garibaldi Alves Filho, Maria do Carmo Alves e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre e Antonio Anastasia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 6ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao RDR nº 05/2015 de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Superintendente da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do liquidante da SUDAM com a finalidade de debater os resultados da atuação da entidade enquanto promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimentos e ações para os próximos quatro anos, tendo como convidados os Senhores Djalma Bezerra Mello – Superintendente da SUDAM – e José Wanderley Uchoa Barreto – Secretário-Substituto do Ministério da Integração Nacional, representando o Senhor Raphael Rezende Neto, liquidante da SUDAM. O Presidente convida a compor a mesa os Senhores convidados e a fazerem uso da palavra. Encerrada a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores: Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Elmano Férrer. Ao usarem da palavra, o Senador Donizeti Nogueira propõe a participação de Parlamentares do Estado da Amazônia nas reuniões do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-CONDEL/SUDAM e o Senador Wellington Fagundes sugere que as reuniões entre a SUDAM e os Governadores de Estado da Região Amazônica sejam acompanhadas por Senadores da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Francisco Canindé de Oliveira, Secretário-adjunto desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Alberto Souza,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 5/15, de autoria do Presidente Davi Alcolumbre, com a finalidade de debater os resultados da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) como promotora do desenvolvimento regional e as perspectivas de investimento e de ações para os próximos quatro anos.

Encontram-se presentes nesta audiência pública o Sr. Djalma Bezerra Mello, Superintendente da Sudam, e também o representante do Sr. Raphael Rezende Neto, liquidante da antiga Sudam. Vou convidá-los a participarem da Mesa.

Assim sendo, convido a Senadora Simone e o Senador Donizeti a introduzi-los no plenário, para, consequentemente, participarem da Mesa. (*Pausa.*)

Aqui estão nossos palestrantes.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento: hoje, a Casa está cheia de comissões. Eu mesmo participo, no mesmo horário, de quatro reuniões. Tive que me deslocar para cá porque sou o Vice-Presidente. O Presidente Davi vai se atrasar por uma hora. Mas nós vamos começar a nossa reunião, até que os outros Srs. Senadores possam aqui chegar.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e pelos Srs. Senadores inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos assegurados, igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu consultaria os nossos palestrantes se o Dr. Djalma queria usar a palavra em primeiro lugar, o nosso superintendente da Sudam? (*Pausa.*)

Aqui há umas informações. Antes de conceder a palavra aos convidados, informamos que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, que é www.senado.leg.br, e pelo Alô Senado, cujo número é 0800-61-2211.

Concedo a palavra ao Sr. Djalma Bezerra Mello para fazer a sua exposição.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Bom dia.

Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Srª Senadora, Sr. Senador, senhores da mídia, da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, é com grande satisfação que estamos aqui para falar sobre a nova Sudam, essa Sudam que acabou de completar oito anos, em substituição à antiga, que foi extinta.

A Sudam e o desenvolvimento do Amazonas.

A Sudam foi criada em 2007, recriada, pela Lei Complementar nº 124. Finalidade: promover o desenvolvimento includente e sustentável em sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

O objetivo é formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento da sua área de atuação em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento, articulando-se com os planos nacionais, estaduais e locais.

Dentro dessa linha é que estamos trabalhando nesses oito anos. A nossa área de atuação não é pequena. Ela compreende mais ou menos cerca de 59% do Território nacional. São nove Estados da Amazônia Legal. E nós temos também em torno de 25 milhões de habitantes em toda a região.

Bom, a estrutura da Sudam de recurso orçamentário e recurso humano é esta aí até 2014. O orçamento ainda está para ser sancionado ou deve ter sido sancionado agora.

Então, em 2014, nós tivemos, para custeio da administração, R$11,8 milhões. Para ações finalísticas, aquelas ações que apoiam os Municípios e os Estados em seus projetos, geralmente de infraestrutura ou sociais, nós tivemos R$5,194 milhões. De emendas parlamentares é que houve um valor significativo em relação ao nosso orçamento: no ano passado, nós tivemos quase R$48,5 milhões para atender os projetos orientados pelos Parlamentares que colocaram emendas na Sudam.

Recursos humanos. Quando recebemos a ADA e a transformamos em Sudam, nós tínhamos 153 servidores, sendo 64 de nível superior, 72 de nível médio e 17 DASs que vieram de fora para nos ajudar.

Como os senhores veem, essa não é a conformação ideal para um órgão de desenvolvimento, porque nós tínhamos mais nível médio do que nível superior. Então, nós precisávamos corrigir isso. E a nossa equipe conseguiu, junto ao Ministério do Planejamento, no ano passado, realizar um concurso. Com esse concurso, nós admitimos mais sessenta e nove pessoas. Faltam duas, já que o concurso aprovou setenta e uma pessoas. Esses dois ainda não se apresentaram. Sessenta e sete são de nível superior e apenas dois de nível médio. Com isso, ficamos com o quadro atual de cento e trinta e um servidores de nível superior e setenta e seis de nível médio, agora com a conformação muito mais própria de um órgão de desenvolvimento. Com um quadro de duzentos e sete servidores mais dezessete DASs, que não foram acrescidos, a nossa força de trabalho hoje é formada por duzentos e vinte e quatro servidores, que consideramos bastante razoável para o trabalho que temos desenvolvido e a desenvolver.

Então, vamos seguir a linha de alguns eixos, os mais importantes eixos de ações da nova Sudam.

Planejamento. Vamos falar rapidamente sobre o Plano Regional de Desenvolvimento.

Pesquisa, desenvolvimento e tecnologia. Nós sabemos que sem planejamento é impossível haver desenvolvimento regional. Também, sem pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, porque pesquisa e desenvolvimento de tecnologia é que vão nos permitir, nos orientar como usar os recursos da natureza e os recursos da nossa biodiversidade de forma sustentável.

Redução da pobreza e geração de emprego. Da mesma forma, para que haja desenvolvimento, nós temos que gerar emprego, nós temos que reduzir a pobreza. Mas, para isso, nós temos que qualificar a mão de obra, para que tenham mais emprego.

Apoio técnico às prefeituras. É o sistema de convênios do Governo Federal. Nós estamos treinando os técnicos das prefeituras da Amazônia.

Integração econômica intrarregional é um macroprograma. Nós vamos falar sobre ele. A definição de uma política industrial para a região também é inédita. A Região Amazônica nunca teve uma política industrial definida, mas como o Governo Federal fez o Plano Brasil Maior, que foi a definição de uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil, nós resolvemos regionalizar e fazer também a nossa definição de uma política de desenvolvimento industrial para a Amazônia.

Produção de etanol é outro macroprograma que vamos explicar.

Infraestrutura do FDA. Vocês vão ver que o FDA dispôs de 82% dos seus recursos para financiar infraestrutura. E nós sabemos que infraestrutura é indispensável num processo qualquer de desenvolvimento porque é ela que gera as externalidades positivas capazes de atrair investimentos de outros setores.

O planejamento. O PRDA foi um plano estratégico. Para fazer, realmente ouvimos todas as Secretarias de Planejamento dos Estados, ouvimos vários Ministérios, inclusive o do Planejamento, e tivemos um plano elaborado, aprovado em 10/05/2012.

Como manda a Lei Complementar nº 124, nós teríamos que aprovar esse plano no Congresso Nacional, o que não aconteceu, não deu para acontecer. E agora, em 2015, ele já se acha um pouco defasado. Então, ele está sendo atualizado. No momento, a equipe da Sudam, a equipe técnica está atualizando esse plano para apresentar ao Congresso Nacional.

O plano original se compunha destes programas: ciência e tecnologia, integração econômica intrarregional, logística de transportes, saúde e pecuária, recursos florestais, saneamento, turismo. São programas que interessam o desenvolvimento regional.

Resultados do PRD até 2015, nós computamos, entre outros, a política industrial com definição de setores estratégicos – nós vamos mostrar aí, já definimos a política industrial. Temos o Programa do Etanol Sustentável da Amazônia. Temos o Portal de Negócios da Amazônia, que é um projeto que faz parte do Programa de Integração Intrarregional. Temos a identificação dos Microeixos da Amazônia, que faz parte de um programa maior, o Norte Competitivo, que está inserido no contexto da integração intrarregional. A pesquisa e desenvolvimento de tecnologia – aí nós estamos fazendo pesquisa atualmente, para dar como exemplo, entre outras, em relação a peixe, açaí e batata doce; energia. Nós vamos ver, quando falarmos em FDA, os investimentos que nós fizemos, os projetos mais importantes, talvez, para a região, que foram os linhões de Manaus, que levaram energia de Tucuruí para Manaus e de Tucuruí para o Amapá.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico:

Rota do Peixe, que é um programa do nosso Ministério da Integração Nacional. Nós somos um órgão vinculado a esse Ministério e gostamos de dizer que nos consideramos o braço avançado do Ministério da Integração Nacional na Amazônia. Então, tudo o que fazemos é com o Ministério da Integração Nacional.

A Rota do Peixe faz parte de um programa do Ministério de rota de integração nacional. E o que nós pretendemos fazer com o peixe? Aproveitar o couro do peixe, que é jogado fora, que é lixo, e transformá-lo num bem econômico. Para isso, temos que desenvolver um processo tecnológico de curtição desse couro, o que já está sendo desenvolvido pela Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra –, sediada no Estado do Pará.

Há também o caso do açaí. O caroço do açaí é lixo. Há montanhas de caroço do açaí hoje, no Pará e em outros Estados da região, que não servem para nada. A universidade está com recurso da Sudam e está desenvolvendo uma tecnologia para transformar o caroço de açaí em carvão vegetal, tão necessário e em proveito do meio ambiente. Tanto o couro do peixe, que é jogado no rio, em desfavor do meio ambiente, como o caroço do açaí também.

E, finalmente, junto com a Universidade Federal de Tocantins, nós desenvolvemos, financiamos, a bem dizer, a finalização de uma pesquisa que mostrou que a batata doce é excelente matéria prima para produção de etanol, tanto o anidro como o hidratado.

Nós falamos do Programa Brasil sem Miséria gerando empregos, e nós temos um programa exitoso que chamamos de Mulheres na Construção Civil. Elas são treinadas, geralmente, pelos IFs – Institutos Federais –, e nós custeamos as despesas dos cursos. São cursos de quatro ou cinco meses. Já capacitamos 329 mulheres nos

Estados do Amazonas e Amapá. Neste ano, pretendemos partir para o Pará, para o Maranhão, para os outros Estados da Amazônia. Vai depender de demandarem que se montem esses cursos.

Cerca de 90% dessas mulheres já estão atuando no mercado. Essas mulheres, para participar do curso, geralmente, são desempregadas, não têm qualificação nenhuma e a maioria têm filhos sem pai. Então, elas saem realmente de um estado de miséria para um estado de uma renda razoável, e elas têm sido muito aceitas pela construção civil.

Parabéns às mulheres, porque elas são tidas como excelentes operárias, sobretudo em acabamento, montagem de cerâmica fina e pintura, porque elas prestam mais atenção. Aliás, uma vez falando um grupo de proprietários, de empresários da construção civil, eles acrescentaram mais um item de que eu não sabia: elas não faltam às segundas-feiras ao trabalho.

Apoio técnico às prefeituras. Nós estamos fazendo isso. O que nós verificamos? As prefeituras têm dificuldade de buscar recursos dos Ministérios do Governo Federal, mesmo na Sudam. Por quê? Porque, hoje em dia, qualquer busca de recursos tem que ser via Siconv, o Sistema de Convênios do Governo Federal.

Então, como nós temos poucos recursos: "Bom, vamos ajudar as prefeituras a irem buscar recursos no Governo Federal, no Ministério das Cidades, etc." Então, resolvemos treiná-los em Siconv. A diferença desse nosso treinamento é que a capacitação é prática, é feita no computador. O treinando senta no computador e vai operar o Siconv. Nós temos três centros de treinamento na Sudam, que nós criamos, com 20 computadores numa sala, temos a ligação com o Siconv e fazemos isso. Aliás, nós pedimos aos Senadores presentes – e nos colocamos à disposição – para que os Srs. Senadores conversem com os prefeitos, que nos procurem para fazermos esse treinamento, porque nós temos duas ou três equipes preparadas para isso.

Nós incluímos nesse treinamento outro problema que existe na Amazônia, o problema de inadimplência das prefeituras. Fizemos uma pesquisa, a maioria está inadimplente porque não sabe fazer direito a prestação de contas. Então, nesse treinamento são quatro dias, nós damos três dias de Siconv e um dia de prestação de contas, noções de prestação de contas. Temos tido um êxito significativo. O Mato Grosso, neste ano recém-passado, colocou mais de 30 milhões de emendas. Nós treinamos 20, quase 30 Municípios do Mato Grosso. Foi emenda do Senador Bezerra e, conclusão, tudo deu certo, em menos de três meses nós liberamos os recursos, porque estava todo mundo treinado.

Então, do treinamento de técnica em prefeitura, já treinamos prefeitura do Pará, prefeitura do Estado do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Mato Grosso. Precisamos chegar ao Maranhão e precisamos chegar ao Tocantins e a outros Estados. Nós estamos à disposição, é só as prefeituras solicitarem que montamos o curso. Já treinamos cerca de 320 técnicos.

O Programa de Integração Intrarregional nasceu de uma pesquisa que nós fizemos junto aos Estados, inclusive, com as secretarias de fazenda, para identificar o valor das compras e das vendas de cada Estado na Região Amazônica e no resto do País.

O Amazonas, dessa altura, faz um ano ou dois essa pesquisa, mas continua mais ou menos a mesma coisa, comprava 10,8% na região e comprava 89,18% do resto do Brasil; vendia 9,74% e 90,26% no resto do Brasil.

Mato Grosso comprava 5%, o resto do resto do Brasil e vendia 10%. O Pará, 21,7% e vendia 40,51%. Há uma boa balança comercial equilibrada com a região, porque vende quase o dobro do que compra.

Tocantins, 22% ele compra e vende 27%, ainda pouco também para a região.

Em face dessa situação, nós fomos identificar as causas por que os Estados da Amazônia estavam como se fosse de lado um para o outro, não estavam de costas, mas estavam de lado. Nós precisamos ampliar essas relações econômicas intrarregionais, porque, no momento em que os Estados da Amazônia passam a comprar mais e a vender mais na região, estamos contribuindo para aumentar o valor agregado da região, ou seja, o PIB regional, e, consequentemente, para o aumento dos empregos, para o aumento do estoque bruto e do capital fixo, tudo indispensável e importante para esse processo de crescimento que estamos implantando na Amazônia.

Nós identificamos duas causas principais, entre outras, que foi o desconhecimento – os Estados não conhecem, não sabem o que os outros Estados da Amazônia compram ou o que eles produzem – e também o problema da logística de transporte intra-Amazônia – nós na Amazônia nos preocupamos, durante muitos anos, em nos ligar ao resto do País, mas nos esquecemos um pouco de nos interligar.

Com isso, nós aproveitamos um estudo – o Norte Competitivo – que já tinha sido desenvolvido, com recursos da CNI, para as presidências das Federações das Indústrias da Amazônia e aportamos recursos para que eles desenvolvessem – eles já haviam desenvolvido os macroeixos de integração da Amazônia – os microeixos, o que está sendo apresentado agora. Nós pretendemos levar esse trabalho, através do nosso Ministério da Integração, para o Governo Federal para ver se ele o encaixa no PAC 3. Nós já vamos dar de mão beijada todos os projetos, quantificados, orçados e tudo.

O portal da integração. Aí já é o caso do desconhecimento. Para reduzir esse desconhecimento, está entrando no ar ainda neste mês um portal no *site* da Sudam que vai mostrar tudo que se produz na Amazônia, Estado por Estado, identificando quem produz e tudo, para facilitar para aqueles na região interessados em comprar. Logicamente, ele vai servir também para fora da região, mas nosso objetivo principal é, realmente, que os empresários da região saibam o que a região produz e comprem.

Finalmente, nós pretendemos até o fim do ano fazer em Belém a Feira da Integração da Amazônia, que será o corolário desse portal. Nessa feira, nós vamos identificar materialmente todos os produtos possíveis de serem expostos da Amazônia. Isso vai oportunizar rodadas de negócio. Vamos convidar os empresários da região para que eles façam rodadas de negócio e possam, realmente, ampliar essas compras e essas vendas dentro da região, ampliando o valor agregado na própria região, contribuindo para o aumento do nosso PIB regional.

Nós pretendemos fazer o que está o mapa mostrando didaticamente: ampliar essas relações econômicas dentro da própria Amazônia. Esse é um macroprojeto com alcance muito grande no propósito de crescer e desenvolver a nossa região.

Política de desenvolvimento industrial. Eu queria dizer que os senhores vão receber um pacote com um resumo executivo da política de desenvolvimento industrial. Ela já está pronta, e nós começamos agora a pensar na implementação dela. É como eu disse: a Amazônia nunca definiu quais os setores industriais mais importantes para promover o desenvolvimento. Então, o objetivo é verticalizar, agregar valor – agregar valor é importante, porque aumenta o PIB –, diversificar a base produtiva, aproveitar as potencialidades latentes da região e internalizar riqueza e renda, fundamentados na sustentabilidade.

Setores prioritários eleitos por essa política. Os senhores vão ter na publicação todas essas justificativas.

Bioindústria. Estamos falando tanto de cosméticos como fármacos, aproveitando a biodiversidade amazônica, como também podemos citar biodiesel e, inclusive, se Deus quiser, a partir de agora, o etanol, tanto o anidro como o hidratado, a partir da batata desenvolvida no Tocantins. É uma indústria fundamental, ela tem um valor agregado muito grande, que ela vai deixar para desenvolver a Região Amazônica.

A indústria minerometalúrgica. Aí nós estamos falando de verticalização minerária.

Sabemos que o Amazonas é um grande produtor de mineral, mas em estado primário, exporta em estado primário. Então, fica muito pouco de valor agregado. Nós queremos incentivar a indústria para verticalizar. É o caso, por exemplo da silvinita no Amazonas, transformar em potássio; o caso do ferro, lá no Pará, que vai em estado primário, transformar realmente em bens. No Pará, então, há uma diversidade muito grande: ferro, alumínio, cobre e tudo o que você imaginar aquele Estado produz, mas quase tudo é exportado em estado primário, sem deixar lá valor agregado e aumentar os empregos.

Então, a indústria intensiva de trabalho é importante para gerar emprego. Um exemplo de indústria intensiva de trabalho é a maioria das indústrias da Zona Franca de Manaus. Elas são indústrias montadoras, então, empregam muita gente, o que é interessante para o nosso desenvolvimento.

A indústria naval, é indiscutível a importância da indústria naval, porque ainda as nossas grandes vias de transportes são as vias navais, e finalmente, a indústria de alimentos. Para usar os produtos da nossa biodiversidade (o mel, as frutas, os legumes e tudo o que produzimos muito) temos que transformá-los em alimentos industrializados.

Bom, agora vamos falar da produção de etanol "social", que denominamos junto com a Universidade de Tocantins, no Amazonas. Por que "social"? Porque pretendemos que a produção de etanol no Amazonas crie centenas ou milhares de emprego.

Tudo partiu do estudo de mercado que fizemos. Os senhores vão ver aí os seus Estados. Aí está uma tabela que compara o preço do etanol hidratado. O etanol hidratado é aquele que é colocado diretamente no carro, creio que todos os senhores aqui presentes têm carro *flex*, mas os que estão no Amazonas não usam etanol hidratado, eles usam a gasolina. Por quê? Porque o etanol hidratado, para ser compatível economicamente, tem que custar em relação à gasolina, no máximo 70% do preço da gasolina, mas olhem a realidade: no Acre é 80,45%; no Amapá, 96%; no Amazonas 87% e por aí vai. O único que se aproxima do valor compatível é o Mato Grosso, porque já produz etanol; os outros Estados não produzem etanol e não têm por que produzir o etanol, sobretudo hidratado.

O que precisamos fazer? Por que esse preço é quase igual ao da gasolina? Porque o custo de logística é enorme. O nosso etanol usado no Amazonas vem de São Paulo ou do Nordeste – a maioria é de São Paulo. Imaginem quanto ele paga, quanto custa para chegar até Manaus, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amazonas, etc. Então, no momento em que a gente produzir etanol no Amazonas, com certeza, vamos ter um etanol bem mais barato, mesmo porque o etanol a ser feito com a matéria-prima de agora, a batata, também tem custos bem menores do que o etanol produzido com cana-de-açúcar.

É praticamente impossível se plantar cana na Amazônia, porque a Resolução nº 3813, de 2009, veda o financiamento da expansão do plantio de cana nos Biomas Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Como não podemos plantar cana, ou seja, não temos incentivo financeiro para plantar cana, fomos buscar uma outra matéria-prima e encontramos na Universidade Federal de Tocantins.

Eles estavam desenvolvendo pesquisa tecnológica para encontrar um tipo de batata, um cultivar de batata que desse uma produção bastante produtiva de etanol tanto anidro como o etanol hidratado, e participamos financeiramente da finalização da pesquisa. Hoje fizemos uma apresentação – o Senador estava presente lá em Tocantins – mostrando tudo inclusive como o etanol é feito, como é processada a batata etc.

Hoje podemos afirmar: é possível fazer etanol na Amazônia. Fizemos contato com empresas porque a universidade estava testando o etanol, mas em máquina que era de laboratório, uma máquina pequena, que ainda não tinha uma tecnologia de equipamento desenvolvida.

Nós conseguimos descobrir uma empresa de bens de capital, entre três que contatamos, que resolveu desenvolver essa máquina. Esse equipamento está desenvolvido, os senhores vão receber aqui uma publicação da Universidade com a Sudam, em que há inclusive a foto já desta máquina, já desenvolvida, com alta produtividade, alta tecnologia, capaz de realmente produzir etanol.

Essa empresa está produzindo o equipamento para usina de 10 mil litros/dia, 25 mil litros/dia ou 50 mil litros/dia dependendo do mercado. Já estão disponíveis no mercado essas usinas. Vocês vão receber essa publicação que fala tudo sobre a tecnologia desenvolvida pela batata. E também vão receber um manualzinho bem pequeno, uma publicação pequena. que chamamos de Programa de Produção de Etanol Social na Amazônia, que é um programa lançado em Tocantins, há duas semanas. da Sudam, em que ela está se dispondo a financiar as futuras usinas. E não só a Sudam. Nós já contatamos com o Banco da Amazônia, que também poderá financiar através do FNO. E nós podemos financiar através do FBA.

Então, eu diria, na Amazônia tem a terra. Temos a mão de obra, a agricultura familiar, assentados do Incra, desempregados, microagricultores; temos o equipamento, a máquina; temos o financiamento, só nos falta os organizadores da produção, ou seja, os empresários que se interessem a investir na produção de etanol.

Para isso, apelamos aos Srs. Senadores no sentido de que, nos seus Estados, se puderem contatar com os potenciais empresários, podem nos chamar que iremos aos seus Estados mostrar a possibilidade de se produzir etanol na Amazônia e financiar inclusive esse potenciais investidores na produção do etanol. E mostraremos que realmente será uma produção sustentável porque ela é economicamente viável – já está demonstrado nesses estudos –, é ambientalmente correta, ela está a favor do meio ambiente, ela é socialmente justa porque ela vai dar muito emprego. Então, ela atende ao tripé da sustentabilidade.

Bom, temos, para finalizar, os nossos instrumentos de atração de investimento. Nós os temos usado o máximo possível para gerar empreendimentos, para atrair empreendimentos para a Amazônia. Além disso, há a implantação de infraestrutura, que é fundamental, porque ninguém vai para um local investir na indústria ou nos serviços se não houver energia. Então, se não tem saneamento, se não tem transporte, ninguém vai. A infraestrutura tem que vir para que realmente se promova o desenvolvimento.

Então, temos aí como incentivo a redução fixa de 75%. O nosso Ministério da Integração está um *roadshow*, uma rodada de negócios em todos os Estados do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, do qual nós vamos participar. Também vamos ao Sul, onde está o capital, ao Sudeste, para mostrar as vantagens que a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste oferecem para a atração de investimento.

Isso o nosso Ministro Occhi já se dispôs a ir conosco para dar uma ênfase, uma importância maior e essa rodada. Essa ação está sendo finalizada no Ministério da Integração, e pretendemos começar provavelmente no mês de maio.

Então, vai ser um grande movimento que vai, com certeza, gerar, no ano em que estamos sentindo que está fraco o movimento de investimentos, motivação. O pessoal está todo se segurando para investir, e vamos tentar motivar os investidores do Brasil inteiro, não só da Região, para investir nessas três regiões problema.

Temos aí para oferecer aos investidores 75% de redução do imposto de renda. Quer dizer, a cada R$100 de imposto de renda, o cidadão só paga R$25. Mesmo assim, se ele quiser, desses 25% ele pode retirar 30%, depositar em uma conta do Banco da Amazônia, adicionar mais 50% daquele valor em recurso próprio para comprar máquinas e equipamentos.

Essa é uma concessão rápida, não exige grandes projetos, só um projeto muito simplificado. E a Sudam, realmente, há quatro ou cinco anos, levava de seis a oito meses para aprovar um projeto desses. Hoje em dia, leva, no máximo, dois meses. Nós eliminamos uma série de burocracias e conseguimos ampliar, como os senhores viram, a nossa equipe. Então, hoje, realmente estamos com alta produtividade em matéria de análise e aprovação desses projetos.

Àqueles que precisarem importar e pagar frete da importação, podemos conceder isenção da taxa de renovação da Marinha Mercante que, geralmente, incide em 23% a 25% do frete. É um valor significativo para reduzir o custo do frete. Também a Sudam, assim como as outras Superintendências, está perfeitamente em condições de conceder essas isenções.

Então, nesses oito anos de nova Sudam, tivemos um recorde: aprovamos 1762 projetos na Amazônia.

Empregos gerados decorrentes desse projeto – ou mantidos, porque há muitos projetos de ampliação, já existia o emprego do projeto original, de diversificação – ou mesmo de projetos de modernização. Essas empresas precisam de se modernizar para disputar o grande mercado internacional. Foram cerca de 100 mil empregos.

Recursos disponibilizados: R$16 bilhões e meio de recursos. Nesses oito anos, esses projetos de redução permitiram disponibilizar, ou seja, o Governo deixou de arrecadar de imposto de renda de todas esses 1700 projetos, cerca de R$16,5 bilhões. Isso é dado, inclusive, do *site* do Ministério da Fazenda, possibilitando o investimento fixo de R$120 bilhões.

O que é investimento fixo? É o aumento do estoque bruto e capital fixo indispensável a qualquer processo de desenvolvimento regional. Então, é realmente bastante exitoso esse instrumento que estamos usando, e está nos trazendo bastante êxito.

Para os senhores verem, aí está distribuição desses 1762 projetos de incentivos fiscais. Vamos ver ali que o Amazonas tem 53%, mas é pelo seguinte: o Amazonas tem a Zona Franca, com cerca de 600 indústrias. E todo esse pessoal conhece muito bem esse incentivo, vai buscar e é concedido. Agora estamos trabalhando para ampliar no Estado de Roraima, no Estado do Acre, no Amapá e até no Maranhão. No Pará também não achamos compatível com o dinamismo da sua economia, mas é um Estado muito grande, e estamos dando conhecimento da existência desses incentivos para ver se ampliamos o número também.

O Estado do Mato Grosso é o segundo. Lá também é impressionante, mas todo mundo conhece esse incentivo. Então, também apelamos aos Srs. Senadores – já viram que estamos pedindo todo o tempo – para realmente montarem, junto com o governo dos Estados, ou com as federações de indústria, federações de comércio, uma rodada. E nós podemos ir ao Estado lançar e mostrar como é que se consegue a aprovação desses projetos e desses incentivos. Nós estamos à disposição, porque isso depende da demanda, depende de os projetos aparecerem.

Bom, finalmente tem o FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia), que foi criado em 2001, regulamentado somente um ano depois, em 2002, e operado de fato somente em 2007. São recursos destinados a financiar investimento do setor privado, a juros negativos, em função da Selic. Os juros estão por volta de 7,5% e 9,5%, menores juros para infraestrutura; prazo de 20 anos para pagar, prazo bastante longo, os outros tipos de projetos têm prazo de 12 anos e a nossa carência tem inovação. A carência não será de dois anos, nem de três nem de quatro. A carência é de um ano após implantação do projeto, o que permite que o investidor passe um ano faturando para começar a ressarcir o seu financiamento.

Os setores beneficiados são: infraestrutura, setores tradicionais, setores com ênfase em inovação tecnológica. No setor de serviço, refiro-me ao turismo, implantação de hotéis e centros de convenção, o que também o FDA financia.

Bom, aí está o que conseguimos em oito anos: são treze projetos de infraestrutura já implantados. Projetos que já foram implantados: os senhores veem, no Amazonas, a Gera geradora; Geraoeste, no Mato Grosso; outro no Amazonas; Porto Franco em Tocantins; Usina Hidrelétrica, em Mato Grosso; Eletrogoes em Rondônia; Geranorte, no Maranhão, que é uma grande usina geradora de energia, que financiamos no Maranhão; Linhas, de Macapá. Destaco dois grandes empreendimentos que realmente tiraram dois Estados do isolamento do sistema de distribuição de energia elétrica do Brasil: o Linhão de Tucuruí, para Manaus, Manaus transmissora de energia; e o Linhão de Tucuruí para o Amapá. O Amazonas e o Amapá eram isolados. Então, havia uma dificuldade imensa. Resolvemos participar do financiamento desses projetos.

Costumo dizer o seguinte: primeiro, eles estão permitindo que a geração de energia na Amazônia, que se dá em Tucuruí... e havia a reclamação de que tínhamos uma usina de geração de energia, estamos implantando uma outra, a Belo Monte, para fornecer energia para o resto do País. Com esse investimento, estamos permitindo que a energia gerada na Amazônia, no Pará, vá servir a outros Estados da Amazônia. Com esse linhão, que já chegou ao Amazonas, ficou fácil levar energia a Roraima, porque é um Estado que depende de energia de Guri da Venezuela, e levar energia ao Acre também. Facilitou muito.

Então, são projetos que reputamos da maior importância e de cujos financiamentos participamos.

Há 13 projetos já implantados de infraestrutura, como os senhores podem ver. Dos 13 de infraestrutura, 11 foram implantados. O último é o Manaus energia. Projetos de Infraestrutura em Implantação: temos a

estação transmissora de energia, para fazer o rebaixamento do Linhão de Tucuruí e Morro da Mesa, que é um projeto de recuperação, em Mato Grosso, de 122 km de rodovia. Aí já está na área, no setor de transporte.

Projetos implantados de outros setores: Brazervice, no Mato Grosso, em cima. Esse é um projeto de curtume. Alguns não entenderam quando aprovamos esse projeto, mas sabemos que Mato Grosso é o Estado que tem a maior produção de rebanho bovino no Brasil. Então, o couro lá era exportado cru praticamente, e tínhamos de agregar valor a esse couro. Esse curtume veio para isso. Disseram uma vez que estávamos incentivando a pecuária. Não! Estamos incentivando o valor agregado do couro, que já existe, porque o boi já existe e matam o boi lá. Então, de fato, incentivamos o valor agregado, maior agregação dentro do Estado, dentro da Amazônia. É muito interessante!

Há o Minerva, porque os produtores de Rondônia precisavam de um frigorífico para não ficarem na mão, segundo eles, do monopsônio do JBS. Financiamos Minerva, eles estão lá com um frigorífico funcionando, implantado.

Finalmente, a Alubar que é um Projeto no Estado do Pará, veio contribuir para o Linhões, porque essa empresa fabrica vergalhões e gotão. É o seguinte: ela fabrica, de fato, cabos de linhões. Esse vergalhão é que fica dentro do cabo. O projeto foi para isso, mas ela produz cabos. Só que a produção dela não chegou nem a atender uma parte desses Linhões que foram implantados. De qualquer maneira, ela contribuiu para isso, a Alubar.

Projetos em implantação, há a Belém Bioenergia, que é um grandioso projeto, um projeto cuja origem está na Petrobras Biodiesel, para a produção de óleo vegetal. A intenção é produzir óleo de palma. Esse empreendimento vai empregar, já está empregando, na produção de palma, milhares e milhares de agricultores. Aportamos aí R$ 576 milhões, somente da Sudam, FDA, mas achamos que estamos empregando muito bem esse dinheiro, porque aí já está o exemplo do pessoal plantando a palma.

Numa síntese, para terminar: tivemos, aplicados em infraestrutura, mais de 82% dos recursos do FDA. Então, aí está a ênfase do que falamos no início da nossa palestra, sobre a infraestrutura. Nós priorizamos infraestrutura, porque sem infraestrutura não há desenvolvimento. Outros setores: 17,3%.

Então, os recursos do FDA, aplicados nesses oito anos, chegam a cerca de R$4 bilhões, três ponto nove e pouco. Esses dezessete projetos levaram R$10 bilhões. De recursos próprios: R$ 6 bilhões. Do FDA: R$ 4 bilhões; recursos próprios: quase R$7 bilhões; outras fontes: R$10 bilhões. O que nós temos para mostrar aos senhores, o que muito nos alegrou, é que, com R$4 bilhões do FDA, conseguimos alavancar R$16,9 bilhões. É lógico que, nessa alavancagem, há recursos da Amazônia também, que são recursos do Banco da Amazônia, que sempre foi nosso parceiro nesses financiamentos.

Finalmente, aí está o mapa da distribuição dos incentivos do FDA, que nós vimos. Precisamos chegar em Roraima e no Acre, onde ainda não chegamos, mas temos um grande orgulho de dizer que a Sudam, hoje, já pratica ações de desenvolvimento em toda a Amazônia, em todos os nove Estados da Amazônia. Essa é uma grande alegria para a nossa equipe. Aí está uma demonstração também, no caso específico de financiamento do FDA.

Muito obrigado pela paciência e pelo tempo que nos concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu acho de bom alvitre que ouçamos a exposição do Dr. José Wanderley Uchoa Barreto para que, depois, já com a chegada dos senhores outros Senadores, a gente possa entrar na parte das perguntas.

Então, eu concedo a palavra também pelo mesmo espaço de 20 minutos ao Dr. Wanderley, que substitui o Sr. Raphael Rezende Neto, Superintendente... Secretário da Sudam.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Exmo Sr. Senador João Alberto, Exmo Sr. Senador Donizeti, nós inicialmente gostaríamos de agradecer essa oportunidade e dar um bom dia a todos aqui presentes.

Nós vamos aproveitar e mostrar a vocês um breve balanço dos fundos regionais e as perspectivas de investimento para os próximos quatro anos.

Os fundos regionais contrataram R$103 bilhões nos últimos quatro anos. Só em 2014, foram U$29 bilhões e assim distribuídos: na região Norte, objeto desta nossa audiência, nós tivemos a aplicação, em 2014, de R$6,8 bilhões e, nos últimos quatro anos, nós atingimos R$25,7 bilhões de aplicação.

O mais importante é esse destaque que todas as disponibilidades foram contratadas. Quer dizer, hoje é prioridade para o Ministério da Integração Nacional a aplicação desses recursos. Não podemos admitir que regiões com grande potencial, com grande demanda por investimento, possa o banco regional de desenvolvimento dormir com recursos no caixa. Nós queremos que esses recursos sejam aplicados.

E hoje esse desempenho é tão positivo que, muitas vezes, os bancos ficam aguardando o aporte de recursos por parte do Tesouro para poder liberar porque o recurso já está todo contratado.

Aqui a gente faz um destaque para os últimos 25 anos, que é o tempo de vida dos fundos constitucionais. Nesse tempo, foram investidos mais de R$210 bilhões e esses recursos possibilitaram a geração de mais

de 20 milhões de empregos, assim distribuídos: R$50 bilhões no Centro-Oeste, com a geração de 3,3 milhões de empregos; no Nordeste, R$117,8 bilhões, com 12,9 milhões de empregos; e, na região Norte, R$41,7 bilhões investidos nos últimos 25 anos, com 3,6 milhões de empregos gerados.

Então, esses números são bastante positivos, demonstram a importância desse instrumento de financiamento da política nacional de desenvolvimento.

Os senhores podem estar perguntando por que a região Nordeste recebeu uma parcela maior do que as regiões Norte e Centro-Oeste. Na verdade, a origem desses recursos, criados e instituídos pela Constituição Federal, estabelece o repasse de 3% de toda a base de arrecadação do IPI e do Imposto de Renda para os fundos constitucionais. Esses 3% são divididos: 0,6% para o Centro-Oeste; 0,6% para o Norte; e, para a região Nordeste, que tem o semiárido, foi destinado 1,8%, do qual 50% dos recursos têm que ser aplicados na região do semiárido.

A gente mostra a evolução das aplicações dos fundos na região da Amazônia Legal. Temos uma curva crescente, mostrando que esses recursos são perenes e cumulativos. Isso em função da característica dos fundos constitucionais e dos fundos de desenvolvimento, que acumulam os recursos. Nós temos aí um círculo muito interessante de geração de uma economia mais dinâmica, na medida em que se empresta o recurso e, quando se recebe de volta, esses recursos continuam na região gerando renda.

Nós apresentamos aqui aos senhores a divisão por Estado, onde a Amazônia Legal recebeu R$6,8 bilhões, assim distribuídos: o Estado do Pará, com 26%; o Estado de Rondônia, com 7%; o Estado de Roraima, com 12%; o Maranhão (a parte oeste do meridiano 44º), que recebe recursos também, foi beneficiado. Então, temos uma distribuição de todos esses Estados – o Amazonas, com a maior parte.

A gente faz aqui também um recorte por porte do produtor ou do empresário. Então, podemos observar que grande parte dos recursos foi destinada ao mini, micro e pequeno produtor ou mini e micro empresário. O pequeno também aqui, com 0,8. O médio e o grande receberam 2,1% dos recursos dos fundos constitucionais – essa coluna mais escura corresponde aos fundos constitucionais – e 1,4% dos fundos de desenvolvimento que se destinam especificamente a esse público, uma vez que eles foram criados para apoiar grandes investimentos, quer seja na infraestrutura ou em empreendimentos estruturadores, com grande capacidade germinativa de novos negócios.

Se fazemos um recorte por setor, temos aqui o comércio e serviço, o industrial, o rural, como maior beneficiário. Claro que estamos aqui falando de recursos diferenciados, onde as taxas de juros ficam bem abaixo daquelas praticadas no mercado. E o setor rural, a agropecuária, realmente, é merecedor de uma atenção especial.

Alguns exemplos de projetos apoiados na Região Norte. O Dr. Djalma, que antecedeu a nossa fala, mostrou outros. Aqui a gente destaca a Eletrogóes, que, recebendo R$171 milhões do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, alavancou investimentos totais da ordem de 287 milhões, gerando 2 mil postos de trabalho. Outro exemplo é um hospital da zona norte, em Manaus, que foi contemplado com a parcela de 142 milhões de um total de investimentos de 337, gerando mil empregos. Aqui é importante observarmos esse poder de alavancagem desses recursos. Quer dizer, às vezes, com a aplicação de uma pequena parcela, nós viabilizamos investimentos de um montante bem maior.

O Dr. Djalma já falou dos incentivos fiscais, quais são os tipos de incentivos fiscais que oferecemos para atrair novos investimentos para a Região Norte. A gente destaca apenas que esses incentivos constituem o principal instrumento para a formação bruta de capital fixo regional, com destinação de parte da renda para bens de capital, máquinas e equipamentos, e melhoria do produto, como o Dr. Djalma bem falou.

A gente mostra apenas os resultados aqui: em 2014, foram concedidos R$7 bilhões de incentivos fiscais, os quais alavancaram investimentos da ordem de 88 bilhões, assim distribuídos ano a ano: 2011, foi 5.600; 2012, 6,4; 2013, R$8 bilhões; 2014, 6,9. A Região Norte, com essas parcelas aqui superiores; e a Região Nordeste, com uma demanda bem maior. A gente faz uma distribuição do ano de 2014 por tipo de incentivo. Então, logicamente, a redução de Imposto de Renda, por ser bastante interessante, foi a maior contemplada.

O importante é que seja observada a previsão para 2015: R$6 bilhões de incentivos fiscais. Naturalmente, temos alguns incentivos que dependem, único e exclusivamente, da iniciativa do empresário, como o que o Dr. Djalma falou do reinvestimento. Todos aqueles empresários que têm projetos nas Regiões Norte e Nordeste poderão fazer uma opção por reinvestimento, destinando 30% da parcela do Imposto de Renda sobre o lucro para ser depositado em um banco com uma contrapartida de 50% deste valor de recursos próprios

Aí, vai poder investir na modernização, na ampliação do seu parque fabril.

As perspectivas para os próximos anos. Os instrumentos de financiamento da política projetam um crescimento para o futuro. E aqui, vemos que, para os próximos quatro anos, contamos com uma previsão de R$121 bilhões para aplicar nas três Regiões assim distribuídas: Região Norte, em 2015, R$7,12 bilhões; em 2016,

R$7,35 – observem o crescimento constante –, chegando 2018 a R$7,83. Aqui estamos considerando tanto os fundos de desenvolvimento como os fundos constitucionais.

Muito bem, tínhamos outras informações acerca da Região Norte, mas o Dr. Djalma já contemplou toda essa parte, então, vamos aproveitar e conceder esse tempo utilizado pelo Dr. Djalma na explanação sobre o desempenho da Sudam.

Para finalizar, eu gostaria apenas de esclarecer aos senhores e senhoras essa situação da liquidação, porque recebemos, com muito contento, a convocação para participar desta audiência, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, mas, quando vimos que estava sendo citado o liquidante, procuramos entender isso e vamos tentar explicar para os senhores.

Em 2001, a Medida Provisória nº 2157 extinguiu a antiga Sudam e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a ADA. Em 2004, o Decreto nº 4984, de fevereiro de 2004, dá um encerramento da inventariança que foi instalada para a antiga Sudam. Observem os senhores o seguinte: em 2001, com a extinção da antiga Sudam, a gestão dos recursos dos fundos de investimentos que estavam ali confiadas, passou para o Ministério da Integração, então, o Ministério da Integração assumiu a gestão daqueles projetos remanescentes dos fundos de investimentos da Amazônia.

Em 2007, com a Lei complementar nº 124, tivemos a criação da nova Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – já com a nova estrutura e com a previsão de uma atuação diferenciada: trabalhar mais na questão do desenvolvimento regional, focar mais seu trabalho em estudos, desenvolvimento de diretrizes, prioridades regionais, estabelecimento de um plano de desenvolvimento regional. Nessa época, em 2007, a gestão dos fundos de investimento já poderia ter sido devolvida à Sudam. Ocorre que a Sudam estava sendo recriada e não tinha estrutura ainda adequada para assumir essa gestão, fazendo com que a gestão permanecesse no Ministério da integração.

Então, o Ministério da Integração criou um departamento específico para a gestão de fundos de investimentos, que hoje está dentro da estrutura da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, que foi criada em 2011, com atenção especial. Esse antigo departamento se transformou no Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos. Esse termo recuperação de projetos é muito importante destacarmos aqui, porque aquela equipe tinha um objetivo especial de analisar todos os projetos da carteira remanescente e buscar alternativas para recuperação.

Nós sabíamos que ali existiam alguns projetos que apresentavam viabilidade econômico-financeira. Outros, já em funcionamento, estavam gerando emprego, gerando renda, e seria muito importante uma atenção especial, um olhar diferenciado para que, mesmo diante de todo o rigor da legislação que rege esses fundos, pudéssemos oferecer algumas medidas para revitalização, para recuperação desses projetos.

Então, hoje, os projetos da carteira do Finan estão sob a gestão do Ministério da Integração Nacional, dentro da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais e com uma delegação do Ministro para a atuação do diretor financeiro e de recuperação de projetos sobre esses processos. É tanto que a unidade que funciona em Belém, em uma unidade física, junto da Sudam, está vinculada ao Ministério da Integração, que é a gerência regional de Belém. É uma unidade subordinada ao Departamento Financeiro e Recuperação de Projetos.

Então, a questão da liquidação da antiga Sudam foi encerrada com inventariança, porque os projetos da Sudam foram transferidos para o Ministério da Integração e continuam hoje ainda sendo administrados, acompanhados, supervisionados pelo próprio Ministério.

A figura do liquidante surge pelo entendimento de que, ora, eu tinha uma carteira de projetos, naquela época eram quase 250 projetos, hoje temos apenas 180 projetos, sempre buscando alguma solução para a recuperação desses projetos que apresentam problemas, tendo um tempo, porque não aceitamos novos projetos, a legislação já encerrou, o que o Ministério da Integração lamenta, porque entendemos que essa forma de incentivo que amparava os fundos fiscais de investimento é uma metodologia muito interessante, muito inteligente, que permite que a própria iniciativa privada possa financiar novos projetos, a partir da destinação de parte de seu imposto de renda.

Então, podemos até contar com a ajuda desta Casa, dos Srs. Senadores, para que possamos, pelo menos, voltar à pauta de uma discussão de restruturação de um novo modelo desse fundo fiscal de investimento. Foram alguns problemas, o Dr. Djalma, com toda sua proficiência na questão do desenvolvimento regional da Amazônia, costuma dizer que tínhamos uma vaca bastante produtiva e nela surgiram alguns carrapatos e, para se livrar dos carrapatos, mataram a vaca. É claro que a região prescinde de um novo instrumento. Sabemos, apesar desses números, desses valores que apresentamos aqui serem bastante significativos, nós que estamos acompanhando o desempenho desses fundos temos a plena convicção de que eles não são suficientes para atender a toda a demanda.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Que legislação que é esta aqui?

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – A legislação que rege os fundos de investimento é muito ampla, Senador. Então, temos a Medida Provisória nº 2.199, que estabelece prazo para a entrega ou a recepção, protocolização de novos projetos. É isso que...Temos apenas a prorrogação daqueles projetos que já foram contemplados para que eles façam opções de destinação de parte de seu imposto de renda para a aplicação nesses projetos já aprovados. Basicamente, temos a Medida Provisória nº 2.199 e a Lei nº 8.167. Esses são os marcos regulatórios maiores, que se desdobram em decretos, resoluções, enfim, muitos outros dispositivos infralegais.

Era o que tínhamos a falar. Retorno a palavra ao Senador João Alberto, agradecendo mais uma vez. O Ministério da Integração estará sempre disponível, atendendo ao chamado desta Comissão, porque, afinal de contas, o desenvolvimento regional está dentro da nossa missão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós é quem agradecemos pela palavra do secretário substituto do Ministério da Integração Nacional, José Wanderley Uchoa Barreto.

Nós temos os inscritos agora para fazerem perguntas. Em primeiro lugar, está inscrito aqui o Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins. Com a palavra V. Exª, por cinco minutos.

O primeiro inscrito é o Donizeti, depois é que vai ser o Senador Wellington Fagundes, depois de V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, primeiro, cumprimento o Presidente Djalma, Subsecretário Wanderley.

Para mim, a exposição de vocês aqui hoje foi uma aula para a compreensão da extensão do papel que a Superintendência tem para a nossa Região. A gente vive, há anos, com a percepção de que a Superintendência é mera repassadora de recurso, que tem como objetivo promover o desenvolvimento. Mas a exposição feita por você, Djalma, aqui, vem nos mostrar que a Superintendência está tendo uma visão de longo prazo sobre a Amazônia. Essa região é, não vamos dizer, esquecida, mas é pouco lembrada no processo da inversão daquilo que a sociedade brasileira produz para promover o desenvolvimento nessa Região.

Então, a exposição que você nos fez aqui hoje, vem nos mostrar que a Superintendência está pensando a Região de curto, médio e longo prazo, e buscando alternativas.

A questão do etanol a partir da batata doce é um projeto que eu já venho acompanhando por mais de seis anos e é uma alternativa para a questão do etanol em nossa Região, que vem cobrir o vácuo deixado pela política em relação ao etanol da cana. Mas penso que não é só isso, ela vem potencializar essa atividade econômica para o resto do País. O que faltava para esse projeto desenvolver-se, que eu venho acompanhando, era o que a Sudam fez para a conclusão dessa pesquisa.

Veja, a agregação de valor é muito importante. Há um artigo que saiu no *Brasil 247*, com relação à economia: "Decisão da China viabiliza retomada do Brasil pela indústria básica". É uma decisão do conselho chinês no sentido de que eles vão incentivar investimentos fora do País nessa questão da metodologia básica, o que se apresenta, para nós, como uma oportunidade muito grande. Essa decisão da China veio em decorrência do quê? Em decorrência de que o pacto do clima e a questão do meio ambiente obriga-os a evoluir para arrumar uma matriz metalúrgica mais evoluída, não poluente. E eles, além de estar estragando a vida na China, não tem a tecnologia dominada, que eu acredito que temos por aqui.

Então, a mim vem parecer que estamos na Amazônia, com essa atitude da Sudam de investir em pesquisa e buscar saídas para o desenvolvimento econômico da Região, precisando de potencializar mais recursos para a Sudam. Porque os recursos apresentados aqui de administração fora do fundo, são muito poucos. Então, acredito que, passado esse momento de ajuste na economia, aqui no Parlamento devemos ter a preocupação de viabilizar mais recursos para Superintendência.

Concluindo, acredito que é um momento muito oportuno, porque vamos fazer o PPA neste ano e, vamos pensar a partir do PPA, os próximos quatro anos.

E cumpre a nós, na interlocução com a Superintendência, agir aqui na elaboração do PPA, de forma a poder potencializar a ação da Superintendência da Amazônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Vamos ouvir a consideração de dois em dois Senadores, e depois a Mesa aqui responderá os questionamentos ou fará também qualquer exposição que necessária for. Assim sendo...

Sim. Mas ele responderia depois.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Depois. É só porque eu ia encerrar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente. Para qual o senhor vai perguntar?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Wanderley, o processo de extinção da Sudam se deu muito mais por eventos de grandes denúncias, de desvios de recursos. Posso não ter entendido,

mas, quando da aprovação da audiência pública, fiquei com a compreensão de que você, ao vir aqui, ou quem viesse, nos daria algumas respostas de como está aquele problema, os desvios que houve, os prejuízos. É que, às vezes, a gente é perguntado.

há uma decisão judicial agora no Tocantins de que alguém tem que devolver R$1,2 milhão em relação a aqueles problemas enfrentados pela Sudam, naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado Senador, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, do PR, do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senador João Alberto, também, Dr. Djalma, Superintendente da nossa Sudam. Bom dia ao Dr. José Wanderley, representando aqui o Ministério, e nossos companheiros Senadores.

Eu também gostaria de começar pelo final, que foi a pergunta. Como está, realmente, essa questão? O senhor falou que há 180 projetos em liquidação. Eu queria um perfil desses projetos em liquidação. O que que ainda é possível ser aproveitado, quantos por cento, enfim, e o que que já é tido como totalmente descartado? E principalmente: o que que o Ministério, que eu diria que é o liquidante – não sei se essa palavra é correta ainda – está fazendo com esses projetos? O que é que está sendo feito, enfim, como está se discutindo? Regionalmente ou por cada Estado? Nós temos oportunidade de conversar para ver o que é possível ser feito.

Eu me lembro de que tive oportunidade de ir lá no liquidante. O senhor foi o liquidante em algum período? Não. Para achar esse liquidante foi uma coisa muito difícil. Ligava para a Sudam, dava o nome, ligava para o Ministério, não conseguia achar. Aí conseguimos achar lá em um prédio onde estava funcionando, parece-me, a Sudeco. E, ao chegar para conversar, inicialmente, era uma havia uma temeridade deles muito grande, de estar conversando conosco, de forma que aquilo ali poderia gerar outros problemas, enfim.

Mas eu fui lá, especificamente, por dois projetos do Mato Grosso. Posteriormente, os técnicos os encaminharam, mas o certo é que até hoje não tenho a resposta final do que foi feito nos projetos de Mato Grosso. Não consigo.

Na minha cidade natal, também, do nosso companheiro, Senador José Medeiros, que está aqui presente, temos dois projetos em que as áreas foram doadas pela Prefeitura, áreas obres até, que poderiam ajudar em outros projetos da cidade, ou do próprio Município. E, acerca disso, parece que há uma dificuldade que não sei se é da Justiça, se é decisão do liquidante ou do Ministério da Integração.

Então, além desses dois projetos de Rondonópolis – não sei se há mais – eu gostaria do perfil exato, e essa audiência pública tem essa finalidade, da realidade do que está acontecendo com os projetos que não foram concluídos. Não sei se é possível isso ser público. Se o senhor tiver uma relação desses projetos aqui, ótimo, gostaríamos de ter acesso. Senão, gostaríamos que fossem mandados para a Comissão, de forma até mais institucional e não individual.

Então, eu gostaria de um esclarecimento um pouco melhor, mais aprofundado, do que podemos fazer para aproveitar esses projetos que podem ser ainda beneficiados, ou seja, servir em benefício da sociedade, ou aqueles que podem também apenas... Digamos, a sucata, o terreno, o que está lá, se teria condições de ser liberado.

Em relação ao Dr. Djalma, eu gostaria de perguntar também. Hoje a Sudam, a nova Sudam, como já disse aqui o Dr. José Wanderley... Eu também falei isso quando fizemos o requerimento. Infelizmente, no Brasil, em vez de matar o carrapato, querem matar o boi. Isso aconteceu com a Sudam – uma marca forte, como o DNER também. Todos nós da região até tínhamos muito orgulho dessa marca "Sudam", que foi extremamente importante para o desenvolvimento da nossa região.

Em Mato Grosso, por exemplo, nós tivemos muitos projetos que foram, assim, muito bem aproveitados, ou seja, que ajudaram muito no desenvolvimento do Estado e estão lá até hoje, gerando empregos. Claro que houve alguns que não deram certo, mas eu sei até de uma indústria que foi montada com recursos da Sudam. Estive lá visitando-a na nossa capital. A empresa funcionou durante um período, mas, infelizmente, a concorrência das grandes impediu que ela tivesse viabilidade; porém, não o projeto em si. Então, eu penso que a Sudam cumpriu muito o papel de indutora do desenvolvimento da nossa região.

Eu gostaria de saber como está hoje a diretoria da Sudam, porque, no caso da Sudeco, nós temos um diretor por Estado. Isso foi o acordo que foi feito – e não sei em se isso tem forma legal. Contudo, como disse, na esfera da Sudeco – Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás –, a diretoria é composta de um representante de cada Estado. É dessa mesma forma? Há algum embasamento legal hoje no caso da Sudam? Quantos são os representantes da diretoria da Sudam e de quais Estados são esses representantes que lá estão?

Dada a experiência do Dr. Djalma, eu também gostaria de saber... Eu estava olhando aqui: no caso do recurso para infraestrutura de Mato Grosso, parece-me que, pelo colocado aí, foram apenas pouco mais de 100km destinados para a infraestrutura. Lá no nosso Estado, há uma concessão, a da BR-163, que é a duplica-

ção do trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop. Esse projeto está aprovado pela Sudam? Há algum outro projeto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – É; a concessionária é a Rota do Oeste. É o nome da concessionária. Além disso, está aprovado?

Há algum outro projeto de infraestrutura no Estado de Mato Grosso, seja de iniciativa privada... E até eu gostaria também dessa explicação. O Poder Público – prefeituras, Governo do Estado – fez algum projeto? Eu estou dizendo na Amazônia toda.

Isso aqui, na verdade, é uma explicação que eu quero, uma orientação até para que possamos ajudar os prefeitos, o Governo do Estado e também a iniciativa privada na feitura desses novos projetos, porque as empresas de projetos, hoje, parece-me, praticamente abandonaram a Sudam. Nós não temos, digo as empresas de Mato Grosso... Não ouvimos muito, quando vêm nos procurar, quem está trabalhando, quem está executando esses projetos pela Sudam.

Então, era isso que eu gostaria de perguntar. Claro que, durante o debate, poderemos ainda fazer alguma indagação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Ouvidos os dois Srs. Senadores, Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes, agora vamos às considerações da Mesa.

Quem fala primeiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Eu acredito que eu, até porque seria uma única resposta para os dois Senadores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Presidente, V. Exª não quer recuperar um pouco o método, porque, como somos poucos Senadores que estamos aqui, acho que, de chofre, todos fariam as suas intervenções...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – De um por um?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Não, não. Todos fariam de uma só vez, porque somos quatro, cinco, e, depois, eles...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Poder ser.

Então, depois, se o Plenário assim aceitar...

Estão aqui os Senadores Paulo Rocha e Randolfe Rodrigues.

Então, com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – É bem oportuno esse debate aqui. Na semana passada foi o pessoal da Sudene, agora a Sudam – e acho que deve vir a Sudeco. Para mim, é o centro da questão hoje em debate no Brasil. Em todo esse debate de combate à corrupção, combate à sonegação etc., que é muito importante, mas para o desenvolvimento do nosso País, ao meu ver, esse debate é central e estratégico, e o Governo deve dar conta dessa questão.

Não sei se, além do Ministério que está aqui representado, há alguém aí da assessoria do Governo para ouvir um pouco os reclamos aqui das nossas regiões.

Vocês vejam aqui, por acaso, a composição da Comissão, que é própria, dentro do Governo, de primo pobre, porque você vê aqui que o Centro-Sul do País não está nesta Comissão. E aqui estão só parlamentares de outras regiões, exatamente as que mais reclamam do problema das diferenças regionais. Eu acho que esse é o centro do debate que está colocado aqui, com a presença de vocês, e vou exatamente tocar nessa questão.

Eu tenho muita ligação e relação com essa questão, desde a minha atividade sindical, passando pela minha atuação parlamentar, como Deputado por cinco mandatos e, agora, como Senador.

O Djalma sabe: eu estou ali encostado nele, na Sudam, na luta exatamente por essa valorização da Sudam, e como vim aqui também no dia do debate da Sudene, para exatamente não só prestigiar, mas fortalecer esse discurso.

No advento do governo Lula, surgiu o debate da nova Sudam, que o governo anterior havia fechado, criando as tais agências; lá, na nossa região, a Ada; lá, no Nordeste, a Adene, enfim. E, depois, veio essa ideia da superintendência de retomar, quando foi chamada de nova Sudam, de nova Sudene, nova Sudeco etc., que era exatamente o centro principal da vontade de governo. Naturalmente, ele vinha com a sensibilidade do sentimento da sociedade dessas regiões sobre o problema das diferenças regionais, e as nossas demandas lá da Amazônia, bem como, com certeza, da Sudene e da Sudeco da região, estão compreendidas nessa questão.

Acho que nós devemos transformar esta Comissão no fortalecimento das forças políticas, da união dos nossos parlamentares em torno desse reclamo. E, assim, eu convido a todos a cerrarmos fileiras em torno dessa questão, não só no fortalecimento da estrutura – o Djalma sabe que ela teve, e aí é para o Wanderley esse recado –, mas que, no nosso Governo, ela teve um certo ímpeto, no começo, na valorização, na estruturação e nas condições do funcionamento, mas, no decorrer desses dois anos, cá pra nós, houve um certo arrefecimento na valorização e na estruturação das três superintendências, quer seja, inclusive, na valorização dos funcionários etc., no que eu me envolvi muito, porque havia problema de falta de pessoal, havia um conjunto de coisas. E o Djalma sabe que, quando parlamentar, eu sempre estive atento a essas questões, não só no fortalecimento do fundo – do FNO, do FDA, no caso nosso lá – e na questão do fortalecimento da própria estrutura.

Então, o que eu quero levantar aqui é o seguinte: por exemplo, para a nossa região, a Região Amazônica, especificamente, a Sudam deve avançar mais em outras questões. Nós brigamos – e eu fui o relator da criação da nova Sudam, como o Deputado Zezé, da Bahia, foi o relator da criação da nova Sudene – e lá nós colocamos alguns critérios que não passaram, e vejam que eu fiz audiências em todos os nove Estados da Amazônia, para poder fazer o relatório da construção da nova Sudam.

E ali eu colocava, relativamente ao problema de desenvolvimento da nossa região, que, além das diferenças regionais, há as diferenças intrarregionais. E o conceito de desenvolvimento para a Amazônia veio, inclusive, da época dos militares – o Sul vai ao Norte –, com o lema "integrar para não entregar". E, assim, começou a nossa visão de desenvolvimento a partir do grande, a partir do grande projeto mineral, a partir do grande projeto agropecuário, a partir de qualquer outro grande projeto, sem levar em consideração a realidade da região. O Pará foi – ou ainda é – campeão em conflitos de terra porque foi incentivado pelos governos o grande projeto agropecuário sem levar em consideração a pequena agricultura, o pequeno produtor.

E não há desenvolvimento, não há como consertar as diferenças regionais ou intrarregionais se não levarmos em consideração, hoje, uma visão de incluir o pequeno produtor, com a questão da pesca, da piscicultura e tantos outros programas que podem incentivar o pequeno produtor para que processe e tire as diferenças, não só as diferenças regionais, mas, repito, as diferenças intrarregionais. Por exemplo, o nosso Estado tem o "sul maravilha", o nosso centro-sul, onde há os grandes projetos agropecuários da área do Estado, porque também tem os grandes projetos minerais, mas nós temos, por exemplo, o Marajó, que é uma região com um dos menores IDH do Brasil.

Então, uma superintendência de desenvolvimento tem que dar conta disso, mas é preciso estar inserido no contexto de uma visão de governo como um todo – certo?.

Naquela época – e o Djalma é testemunha disso –, eu colocava que 30% dos fundos de investimento para a região fossem direcionados para a pequena produção, ou tantos por cento para a pesquisa, mas, infelizmente, não logrei essa aprovação porque não se criou uma maioria aqui, no Congresso, para aprovar isso.

Todavia, eu chamo a atenção para isso. E chamo a atenção por quê? E, aí, não sei se há divergência com o Senador Wellington, mas quando ele cobra aqui a questão do investimento na infraestrutura – o negócio da Rota lá –, eu acho que, por exemplo, fundos de desenvolvimento como o FDA e o FNO têm que ser direcionados para o investimento no desenvolvimento, em si, da economia. A infraestrutura... Por isso que o governo na época, o Lula, então, criou os PACs, que são para arrancar do governo, do Tesouro, investimento na grande infraestrutura do País. E o País não deve só para o Centro-Sul; deve também para a Amazônia. Portanto, os investimentos em grandes projetos de infraestrutura, como logística, ferrovia, hidrovia etc., que saiam do PAC, do Tesouro, e não do mingado fundo de desenvolvimento da região, pois este é para direcionar os investimentos na economia e no processo de produção, para poder gerar o desenvolvimento.

Estou falando isso, Djalma – e o governo corrigiu –, mas tu sabes que, num dado ano – e tu podes lembrar o ano –, todo o dinheiro do FDA foi investido nos linhões. Depois, a Presidenta baixou uma portaria para proibir investimentos na questão energética; porque, do contrário, esses investimentos teriam levado todo o dinheiro, não sobrando nem para o pequeno – e muito menos para o pequeno –, nem para o médio, o grande produtor lá da região, para poder investir na produção.

Por exemplo, hoje, além desses grandes projetos, nós temos um problema lá, ou seja, nós viramos uma região exportadora – exportadora da soja, dos grãos, exportadora do minério, e nós estamos exportando boi em pé. Como se não bastasse a visão da grande pecuária que havia lá no início, agora nós estamos vendendo boi em pé. Para uma região que quer se desenvolver a partir dessa visão de dar oportunidade para todos, inclusive para o pequeno, a saída não é a exportação; é a verticalização. Portanto, o boi tem que ser verticalizado. Tem que haver lá o frigorífico, o beneficiamento do couro, o beneficiamento do osso etc., etc. Isso gera uma cadeia produtiva capaz de processar o desenvolvimento da região. Assim é que nós vamos eliminar as diferenças regionais e deixar de ser só uma região exportadora, inclusive com as leis que nos impuseram, como, por exemplo, a Lei Kandir, que traz graves ... Se é uma equação para a economia nacional, para nós...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – ... traz graves problemas, porque nós deixamos de arrecadar um conjunto de impostos por causa da chamada Lei Kandir, que para nós é uma lei que deve ser extinta.

Eu até assinei aqui um requerimento para promovermos um debate sobre o Confaz, a pedido do Wellington, que é exatamente para corrigir a tal da guerra fiscal em relação ao ICMS etc. Por exemplo, o Pará está vocacionado a produzir energia limpa para o País. O País precisa crescer mais 1%, mais 3%, mais 5%, mais 8%, mais 10%? Precisa, e o insumo principal do crescimento, do desenvolvimento é a energia. É o Pará que vai produzir a energia limpa, Nós topamos; nós estamos cortando na carne, inclusive, com relação à questão do debate ambiental, das terras indígenas etc. Mas o Pará não pode ficar só com os *royalties*, porque o filé quem ganha é quem está lá na ponta, o consumidor. E, com isso, de novo, as riquezas voltam para o Centro-Sul do País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Conclua, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Então, para concluir, vou trazer um debate para cá sobre essa questão do ICMS na produção, ou seja, como é que se equilibra isso na produção, no Estado produtor e no Estado consumidor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, por três minutos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente, Senador João Alberto.

Sr. José Wanderley, Secretário Substituto do Ministério da Integração, Dr. Djalma Mello, Superintendente da Sudam, na verdade é uma indagação objetiva. Nós temos um drama na Amazônia, que é o drama da urbanização. Eu não vi propriamente, aqui, os investimentos da Sudam nessa área. E, particularmente, foi distribuído aqui um quadro sobre os projetos de redução de incentivos fiscais aprovados em 2014. E V. Sª apresentou um quadro também dos investimentos nos Estados da Região Amazônica.

Eu vejo um investimento pequeno nos antigos Territórios Federais – os, hoje, Estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia –, um investimento, no meu entender, aquém das necessidades, principalmente das necessidades de urbanização das capitais desses Estados.

Esses Estados têm uma característica em particular, ou seja, têm capitais, têm cidades que são metrópoles para o padrão amazônico, estão em crescimento, cidades que vão desde Macapá, com quase 500 mil habitantes, até Porto Velho, com quase um milhão de habitantes, e Boa Vista, com quase 300 mil habitantes, e que têm crescimento desordenados. Na minha cidade, por exemplo, Macapá, de 480 mil habitantes, 80 mil pessoas têm moradias insalubres, em áreas de ressaca. E 90% do Estado do Amapá não tem saneamento básico. Então, nós temos o dramático problema da urbanização nas capitais da Região Amazônica.

Assim, todos os investimentos eu vejo aquém, tanto os que foram apresentados aí quanto os que eu vejo aqui. Por exemplo, eu vejo, no quadro de projetos de redução de incentivos fiscais uma concentração...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP) – Já concluo, Presidente.

Eu vejo uma concentração no Amazonas, com quase cem projetos aprovados, enquanto, no Amapá, por exemplo, um projeto em implantação. Com exceção do Mato Grosso, Senadores, que tem um número razoável, os demais – Amapá, Maranhão, Acre, Rondônia, Roraima – apresentam números insignificantes.

Eu creio que é necessária, à luz do que eu vejo, por exemplo, no meu Estado, e à luz das exposições claramente de V. Exªs, uma equalização dessa distribuição de investimentos e de apoio a incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço a V. Exª.

E eu quero conceder a palavra, agora, ao último inscrito, o Senador José Medeiros, do PPS de Mato Grosso, por três minutos.

Senador, por gentileza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, eu quero fazer, já que eu tenho pouco tempo aqui, minhas as palavras do Senador Wellington Fagundes, porque realmente há vários projetos, na nossa região, que são verdadeiros esqueletos. São obras interessantes, projetos que já estavam quase acabados e que, quando surgiu aquela crise, foram paralisados e, daí, realmente, vem essa indagação de parte das pessoas nos abordam, sendo que não tem uma resposta para dar sobre esses projetos. Gostaria de que isso fosse tratado.

Realmente, o Estado tem uma carência. O Senador Paulo Rocha falou sobre a infraestrutura. O nosso Estado tem carências imensas. Fica quase difícil falar em desenvolvimento lá sem falar na infraestrutura. Nós não

temos... Com relação à ferrovia que estava prevista para agora – e o Estado estava ansioso por isso –, como já ficamos sabendo, com o ajuste fiscal, os projetos da Valec já estão ali parados. Sobre essa rodovia que o Senador Wellington Fagundes citou aqui, a gente sabe que as obras já estão paradas. Então, isso inquieta muito. Então, falar em desenvolvimento ali sem falar em logística fica quase impossível, porque como você vai escoar produto ou fazer qualquer coisa, não é?

Então, eu também vi ali, no eslaide mostrado, Mato Grosso com investimentos da ordem de 0,01 bilhão. Queria saber se existem planos de que isso seja aumentado, digo: investimentos no Estado.

Outra coisa: sobre a nossa...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Já concluo, Sr. Presidente.

Nós temos 900km de fronteira seca no Estado e temos um problema: essas pessoas que moram ali, por não haver projetos de desenvolvimento do Estado nem da União ali, muitas dessas pessoas são cooptadas pelo crime. Assim, a gente queria saber se existe algum plano de desenvolvimento para essas regiões de fronteira, porque eu creio que seria uma forma de se combater a criminalidade, não só com a repressão, mas com projetos de desenvolvimento.

E também, como ultima pergunta, saber se existe uma metrificação, se o Ministério ou a própria Sudam têm metrificado a taxa de retorno, a taxa de eficiência desses projetos em relação a desenvolvimento – a relação custo-benefício, o quanto foi gasto e o quanto de retorno que o País teve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu vou passar a palavra aos nossos convidados. Antes, porém, eu vou ler a pergunta que nos é dirigida por meio do Portal e-Cidadania.

O cidadão Jarlus Mendes Felipe pergunta ao Dr. Djalma: "A Sudam está preparada para cuidar, planejar e coordenar a ação federal na Amazônia legal ou precisa ser repensada para novas práticas e demandas que antes não existiam?"

Nas suas considerações, o Dr. Djalma vai responder ao cidadão.

Então, concedo a palavra ao Dr. Djalma – já havia acertado com a Mesa –, por cinco minutos, para as suas considerações a respeito das indagações dos Srs. Parlamentares.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Srs. Parlamentares, nós agradecemos as manifestações, porque vão nos permitir, realmente, um detalhamento da nossa exposição que foi feita no início, com toda a clareza, imaginamos.

Vocês vão me permitir responder, primeiro, ao cidadão. A Sudam, hoje, se acha preparada para enfrentar os desafios do processo de desenvolvimento da Amazônia, quase num todo, a não ser pelo aspecto orçamentário. Esse, realmente – todos os Senadores já falaram –, está a desejar.

Os Senadores que ouviram a minha exposição perceberam que o nosso orçamento de 2014 para ações finalísticas, ou seja, para aquele projetos de infraestrutura ou não, na área social, projetos de urbanização e mais o que necessita para os nossos Estados e nossas capitais, a nossa disponibilidade financeira foi de R$5 milhões. Aliás, geralmente, me perguntam: "5 bi?" Eu digo: Não, 5 mi. Ninguém acredita, mas isso foi o nosso orçamento. Também nunca sentimos um movimento para ampliar esse valor, a não ser agora. Nós estamos sentindo, inclusive da parte do Senador Paulo Rocha, de outros Senadores e Deputados, tanto que, no orçamento deste ano, que foi aprovado no Congresso, que deve estar sendo sancionado pela Senhora Presidenta da República, estão alocados, em vez de R$5 milhões, R$60 milhões. Nós ficamos surpresos, mas já havíamos sido avisados. Nós estamos esperando uns cortes agora. Mas, realmente, vamos melhorar bastante a nossa performance em função de financiamento desses projetos que chamamos a fundo perdido. São projetos do setor público, que nós fazemos.

Mas, no resto, a Sudam se acha preparada, sobretudo porque, quando a nova Sudam começou, há oito anos, nós começamos com 153 servidores. Ora, não dá para comparar com a Sudam antiga, que teve mais de 680 servidores, mas chegamos à conclusão de que, com cerca de duzentos e poucos, dá para resolver as suas obrigações legais, porque está claro na Lei Complementar nº 124 quais são as obrigações da Sudam. Então, com esses recursos, a partir deste ano, porque esse acréscimo de recursos humanos foi decorrente de um concurso que conseguimos lograr, que não foi fácil... Aliás, fazendo justiça, aproveitando a presença do Senador Paulo Rocha, foi S. Exª que, quando Deputado Federal, realmente, teve uma dedicação especial com a Sudam e nos ajudou a conseguir esse concurso, porque, senão, não tínhamos conseguido.

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – E conseguimos um concurso para mais 71 servidores. Hoje, temos mais de 200 servidores.

Então, a não ser pelo aspecto orçamentário, nós estamos preparados, Sr. Mendes Felipe.

Bom; agora vou passar aos Senadores.

Senador Vicentinho, muito obrigado pelas referências que fez. O senhor participou da questão do etanol...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Donizeti Nogueira.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Perdão! Donizeti. Eu troquei aqui. Vicentinho é outro.

Senador Donizeti, muito obrigado pelas referências, pelos comentários. Foi bom que o senhor assistiu toda exposição. Então, isso só nos faz incentivar mais a continuar nessa luta.

Tem uma coisa que é bom falar do problema de recurso. Administrar escassez necessita dedicação e conhecimento. Administrar fartura é muito fácil. Realmente, estamos fazendo um curso grande na Sudam de administração da escassez, mas nós mostramos os resultados na nossa exposição, e estão aqui nas revistas, graças à equipe muito dedicada que temos.

Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso.

Senador, o senhor falou, primeiramente, da importância da antiga Sudam. De fato, concordo absolutamente com o senhor. Nesta época, eu estava na Suframa – eu fui servidor, da Superintendência da Zona Franca de Manaus –, de onde acompanhava o que fazia a Sudam, porque participei até do conselho da Sudam. Então, os grandes empreendimentos que temos na Amazônia devemos à antiga Sudam. Concordo com o senhor.

Infelizmente, os projetos negativos foram enfatizados, mas falo, por exemplo, em relação ao seu Estado, que detém, hoje, o maior rebanho bovino do Brasil, e graças a quem? À Sudam. O seu Estado é um dos maiores produtores de grãos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Acho que mais importante não é nem ser o maior, mas é a qualidade, porque houve investimento em tecnologia.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Com certeza! É um grande produtor de grãos – soja e outros grãos –, graças aos projetos aprovados no antigo Finam, na Sudam. Poderia citar os outros Estados da Amazônia, mas para ser mais breve, quero...

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – ... quero dizer que concordo com o senhor: a Sudam teve um grande papel nesse processo – aquela grande Sudam, que, de fato, tinha um orçamento gigantesco, com mais de 600 empregados. Então, essa foi a grande Sudam.

Poderia até fazer referência às palavras do Senador Paulo Rocha. Temos que fortalecer? Sim; temos que fortalecer, porque a Amazônia é muito carente. Temos que fortalecer, sim, e estamos lutando com aquilo que dispomos por enquanto.

Também V. Exª se referiu à diretoria. Não existe uma legislação que eu conheça que defina como deve ser formada a diretoria das superintendências.

A diretoria é formada por um aspecto, eu diria, meritório, porque exige, para o exercício das suas direções, que aqueles indicados tenham currículo compatível. Aliás, eu, para ir para a Sudam – eu que vim da ADA –, passei por uma sabatina no Senado, onde fui aprovado. Lembro-me muito bem que vários Senadores fizeram perguntas e ajudaram muito com isso. Contudo, não há nada dizendo que deva ser desse partido ou daquele Estado. Todavia, a Sudam tem uma estrutura de diretoria muito interessante, de acordo com essa sua ideia. Sou do Amazonas, vim da Suframa; o diretor de fundos é do Pará – o Dr. Inocêncio; a diretora administrativa é do Amapá – de partidos diferentes...

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – ... e o diretor de planejamento era do Mato Grosso, o Dr. Pepeu, que pediu para sair. Acabou sendo indicado um outro do Pará também, de Itaituba, para o planejamento. Isso porque o nosso cargo, tanto o de superintendente como o de diretor, é de nomeação da própria Presidência da República.

Essa é a explicação que gostaria de dar ao senhor, mas nunca vi nada escrito dizendo que a composição deve ser essa. Tivemos a sorte realmente e, talvez por isso, nós atuemos em toda a Amazônia. Nós dizemos que a nova Sudam tem atuação em toda a Amazônia, em uns Estados mais, em outros menos, por causa da demanda.

Com relação aos projetos de infraestrutura no seu Estado, Senador, o senhor pode abrir, na página 13, essa revista, porque nós focamos ali, onde há uma relação dos projetos do FDA. E o senhor vai ver quatro projetos do Mato Grosso: o nº 2 é a Geraoeste Energia, uma PCH; o nº 5, Nhandu. Este projeto, embora tenha problemas na área de meio ambiente, teve iniciada a sua implantação. Não tenho certeza, porque o banco que

acompanha ainda não nos avisou, se ele está concluído. Temos, também, o nº 6, Braservice, a implantação de em um curtume. No caso, nós até chegamos a ser criticados pelo Tribunal de Contas...

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – ... porque parecia que a gente estava incentivando pecuária. Não; nós estávamos incentivando o valor agregado, tão mencionado aqui. Por quê? Porque o maior rebanho bovino do Brasil precisava de um curtume para não exportar o seu couro cru, agregando assim valor ao produto. Inclusive, esse é um curtume de alta tecnologia; é um curtume até que não tem mau cheiro.

Bom; e ainda tem mais o Morro da Mesa, que é, inclusive, tema da capa da revista, Essa é uma obra do Morro da Mesa. Nós fizemos uma homenagem a esse projeto dando-lhe a capa da revista. Esse é o trabalho aqui.

Quanto à Rota do Oeste, cabe esclarecer que o empreendimento teve consulta prévia aprovada na Sudam. Porque nós não aprovamos o projeto; quem aprova o projeto é o banco operador. Nós contratamos, porque nós não temos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A estrutura...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. *Fora do microfone*.) – Foi o BASA?

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Não; nesse caso, é o Banco do Brasil, se eu não me engano.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. *Fora do microfone*.) – Geralmente é BASA, não é?

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Não, não. Hoje, nós podemos operar com o Banco da Amazônia, com o Banco do Brasil ou com a Caixa Econômica. Estamos negociando para operar também com o BNDES – nós, da Sudam –, porque diz a norma que pode operar com qualquer instituição financeira do Governo Federal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. *Fora do microfone*.) – Fundo constitucional de desenvolvimento, não é?

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Sim; fundo de desenvolvimento. Eu estou falando de fundo de desenvolvimento.

Então, com relação à Rota do Oeste, eles fizeram o projeto; há prazo para o projeto ser apresentado e aprovado pelo Banco. O Banco do Brasil perdeu o prazo. Nós conversamos a esse respeito, ontem, em uma reunião que nós tivemos aqui, com o Presidente da Rota do Oeste. Então, estamos vendo de que forma... inclusive, os recursos chegaram a ser empenhados no ano passado.

Esse trecho da BR-163 é muito importante...

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – ... para o Mato Grosso, para o Pará e para a rota da soja. Então nós estamos vendo como é que vamos fazer para ver, inclusive, se não perdemos esse dinheiro que foi empenhado. Então ainda não tenho a solução. Nós temos o máximo interesse em, realmente, investir nesse projeto, porque é um projeto emblemático. Era o que eu podia responder para o senhor.

Bom; o Deputado... Desculpe; é o vício. Eu o conheci Deputado e ele, agora, é Senador.

O Senador Paulo Rocha alou sobre a necessidade da valorização da Sudam. Eu sei que ele se refere à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. De fato, com a extinção da Sudam, criou-se a ADA. Uma organização que não tinha estrutura para nada, tanto é que não vingou. Foi aí que veio o Presidente Lula e recriou a Sudam. Recriou a Sudam, mas, também, herdando da ADA a estrutura que ela tinha. Só depois foi que nós conseguimos, com o apoio do Senador Paulo Rocha, ampliar uma nova estrutura para a Sudam. Isso nos permitiu, também, um novo quadro, e nós estamos crescendo. Do ponto de vista orçamentário continuamos "mini", não é? Mas, então, nós agradecemos o Senador, como agradecemos todos os Srs. Senadores, que eu sei que valorizam a Superintendência.

O Senador também se referiu ao fato de que os recursos do FDA foram aplicados mais em infraestrutura – é verdade, nós mostramos isso –, mas por quê? Porque a demanda por recursos foi do setor de infraestrutura. Nós oferecemos o recurso, corremos todos os Estados – todos os Estados da Amazônia, nesses oito anos – oferecendo recursos, FDA etc. Mas aí vem a demanda, temos que esperar os projetos. E a demanda foi sobretudo por recursos para infraestrutura, com a primazia de energia elétrica, que também é importante para o desenvolvimento.

Quanto à possibilidade, Senador Paulo Rocha, de financiar as pequenas e micro empresas, há um arranjo feito pelo Governo com esses dois fundos. O Wanderley pode explicar isso. O fundo constitucional e o fundo de desenvolvimento – FDA e FNO. O arranjo foi: o fundo constitucional financiar as micro, pequenas e médias empresas, tanto é que, na distribuição dos recursos do FNO, mais de 50% são obrigados a ser destinados às micro e pequenas empresas. Mas não há impedimento de que o FDA financie a pequena. Nós até gostaríamos,

Senador, de que houvesse uma normatização para que uma parte do FDA atingisse, financiasse os pequenos e, pelo menos, os médios empresários. Não há nada que proíba, só que eles demandam mais do FNO, porque as condições oferecidas pelo FNO para os micro e pequenos são melhores, tanto de juros como de apresentação etc.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Eu sei; inclusive, vocês avançaram bem também no investimento de novas tecnologias e pesquisa, questão já referida aqui pelo Donizete sobre a batata, a extração do etanol, que é um avanço muito importante.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Nós temos um fundo que destina, não é um fundo, aliás, o senhor foi relator da Lei Complementar nº 124, que criou a Sudam e colocou todas essas coisas que não foram aprovadas, nem tudo. Essa questão da pesquisa é muito importante. Não se pode pensar em desenvolvimento regional sem pesquisa. Acabei dizendo na minha exposição que só pesquisa e desenvolvimento tecnológico é que vão permitir-nos utilizar nossos recursos da biota amazônica sem prejudicar o ambiente.

Mas o que temos usado, Senador, para financiar pesquisa são os nossos pequenos recursos do orçamento, que estamos fazendo convênios. Fizemos convênio com a Universidade do Tocantins, estamos fazendo convênio. Mas são esses pequenos, porque os recursos que seriam destinados à pesquisa eram recursos equivalentes, Senador, a 1,5% das liberações dos recursos do FDA. Mas de repente veio outra normatização dos fundos de desenvolvimento e esses recursos de 1,5% passaram a ser em função do ressarcimento. Ora, antes, quando liberávamos um recurso para financiar no FDA, a Sudam já ficava com 1,5%. Então, aplicamos em pesquisa nessa época, mas depois, com essa mudança, estamos aguardando que esses recursos venham, porque ainda não vieram. Está chegando a época do ressarcimento desse financiamento, vamos correr. A explicação que eu tinha que dar.

Então, nosso prezado Senador Randolfe Rodrigues, a quem tenho uma grande admiração especial pelo seu trabalho aqui no Senado, investimento e urbanização, sem dúvida absolutamente, são fundamentais para o desenvolvimento regional. Só que, de fato, o senhor já ouviu, estou sendo repetitivo, não temos orçamento para isso. Mas, como não temos orçamento e como o Ministério das Cidades, por exemplo, tem recursos para isso, bem como outros ministérios, o que nós resolvemos fazer? Vamos orientar as prefeituras da Amazônia sobre como buscar esses recursos. Elas, às vezes, têm dificuldades em buscar recurso, porque não conhecem e não sabem operar o Siconv.

Então, já falei aqui, na minha exposição, que estamos treinando técnicos das prefeituras da Amazônia – já treinamos... citei o número – em Siconv e prestação de contas, porque grande parte das prefeituras da Amazônia estão inadimplentes, não por desvios, mas por falta de conhecimento técnico de elaboração de prestação de contas.

Então, a Sudam se dispôs, nós temos duas equipes treinadas para isso e vamos aos Estados, aos Municípios ou fazemos isso no centro de treinamento que criamos em Belém.

Basta as prefeituras solicitarem, e damos quatro dias de treinamento, para que elas fiquem também em condições. E isso vai facilitar também, quando houver recursos da Sudam, porque hoje qualquer pedido, qualquer projeto para recurso do Governo Federal tem de ser via Siconv.

Então, estamos treinando esse pessoal e gostaríamos que o senhor nos indicasse algumas prefeituras lá do Amapá. Nós vamos ao Amapá, se for o caso, e treinamos os técnicos da prefeitura, para que eles possam e saibam realmente operar bem. Esse curso é dado na prática: sentado, com o computador. E tem havido um êxito formidável.

Nós já treinamentos dezenas de técnicos nisso. Mas, de fato, gostaríamos de ter um orçamento mais incrementado, então temos de priorizar.

Pouco investimento no Amapá. É verdade isso – o senhor está falando de FDA –, mas porque não há demanda. Já estive no Amapá pelo menos duas vezes, reunido com a Federação das Indústrias e empresários, e disse que nós dispomos de recursos. Falamos sobre os juros, sobre o prazo de pagamento, sobre tudo.

Os recursos que temos, esses são recursos significativos. Neste ano, temos R$1,3 bilhão para financiar empreendimentos do setor privado. E estamos à disposição, Senador.

Gostaria muito de ser convidado para ir ao Amapá. O senhor poderia ver essas entidades empresariais que se reunissem, para "tentarmos" – entre aspas – vender o nosso fundo, porque realmente precisamos de demanda. Nós dependemos de os grupos empresariais demandarem através da apresentação das suas consultas prévias e dos seus projetos.

Eu adianto uma coisa: consulta prévia que entra na Sudam é respondida, "sim" ou "não", em 30 dias. Isso é um recorde! Em 30 dias, nós respondemos. Apresente o projeto, que aprovamos a consulta prévia ou devolvemos, se faltar alguma coisa, para se completar.

Não há mais este negócio de dificuldade em cima de dificuldade. Isso nós estamos praticando, desde que começamos a operar o FDA. Em 30 dias, a Sudam é obrigada a dar a resposta.

Então, era isso que queríamos esclarecer ao nosso prezado Senador Randolfe Rodrigues.

Finalmente, temos o nosso Deputado...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador...

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – ... José Medeiros.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Ah, sim, esse eu não anotei o Estado. É do Mato Grosso, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sim; do Mato Grosso.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Senador José...

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Medeiros.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Senador José Medeiros, V. Exª fez considerações sobre um projeto... O senhor disse que são projetos que estão... O senhor usou um termo aí: projetos que não foram construídos, que não foram terminados. Eu tenho quase certeza de que o senhor se refere a projetos financiados pelo Finam, da antiga Sudam, porque esses projetos que citei, do Mato Grosso, estão implantados. Não estão em implantação; estão implantados, a não ser Nhandu, que está com problema de meio ambiente. Os outros estão todos implantados. E Mato Grosso mereceu uma parte significativa do FDA.

Então, é possível que seja esse a que o senhor se refere, porque já recebi demanda sobre esse problema, só que tive de explicar que não é da Sudam atual. Esse problema, como já foi explicado pelo Dr. Wanderley, é do Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos, apenas está localizado, no caso da Amazônia, na sede da Sudam; porém, ele é do Ministério da Integração, ligado diretamente ao gabinete do Ministro. O nosso prezado Diretor Wanderley poderá dar melhores explicações sobre isso.

Acho que nós esgotamos.

Sim; só faltou um item muito importante que o senhor levantou: a taxa de retorno.

Nós estamos fazendo isso até por exigência da CGU. A CGU examina e audita todos os nossos processos de financiamento – todos! Lá não tem amostragem. E eles, realmente, exigiram – e eles estão certos – que a gente tenha indicadores de retorno, porque, de fato, quando a gente faz uma aplicação de recurso... Por exemplo, o próprio Projeto de Incentivo Fiscal. Quando o Governo Federal deixa de arrecadar o imposto de renda, deixando o recurso na mão do empresário, nós, governo, temos de avaliar o retorno daquilo – há um custo/benefício. Qual o custo do Governo? São cinco, dez milhões de imposto de renda que ele deixa de pagar. Qual é o benefício? Isso nós já estamos medindo; estamos começando a testar. O Senhor deu uma boa ideia; nós já estamos fazendo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós que agradecemos, Dr. Djalma.

Agora, vamos conceder a palavra ao Dr. Wanderley.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Sr. Presidente João Alberto, não é uma falta de deferência para com o Sr. José Wanderley, mas eu e o Senador Randolfe temos tarefa muito importante e, por isso, vamos nos ausentar, com a sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – O Dr. Wanderley já havia nos dito. Vocês farão muita falta, mas não tem problema.

Dr. Wanderley.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – O Dr. Djalma tomou o meu tempo, mas tudo bem.

Vamos lá, pessoal. São muitos os esclarecimentos, mas vamos procurar ser bastante objetivos para não comprometer o tempo dos senhores.

Então, inicio pela pergunta que foi comum aos Senadores Donizete e Wellington Fagundes – e o Senador José Medeiros também tratou dessa questão de projetos financiados ou apoiados pelo Finam.

Hoje, posso dizer que mais de 60% da equipe da Secretaria de Fundos Regionais está trabalhando exatamente na administração dessa carteira. Nós temos, além de duas coordenações gerais no Departamento Financeiro, que se localiza em Brasília, nós temos uma gerência regional em Recife e outra em Belém.

Então, com relação a esses processos, nós temos de, primeiramente, esclarecer que nem todos são podres, nem todos os projetos são esqueletos. Nós temos muitos projetos, dentro de uma carteira de 180 projetos, bons, funcionando, gerando emprego, gerando renda na região, que devem ser observados, como eu falei no início, com um olhar especial. Agora, por que esses projetos não estão ainda regulares? Em função do rigor da legislação.

Para que os senhores tenham uma ideia, a legislação diz que o projeto deve ser implantado exatamente como foi aprovado. Ora, imaginem os senhores que o meu projeto – um projeto de tecelagem, por exemplo –, com a chegada dos produtos da China, a indústria teve de se modernizar. Aí, o empresário, o investidor não poderia ficar aguardando uma aprovação da Sudene ou da Sudam para modernizar o seu parque. O que foi que

ele fez? Saiu na frente, já modernizou, já comprou máquinas novas, já colocou em funcionamento. Para exemplificar, eu uso a seguinte analogia: se eu financiei um curso de datilografia, eu não posso trocar por computadores, nos dias de hoje; eu tenho de usar a máquina de datilografia, o que é um absurdo, mas está na legislação.

O Senador Wellington falou da dificuldade que teve de tratar essas questões com os representantes, até porque...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu também.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – O senhor também, não é? Isso mesmo!

Até porque nós tivemos casos seguidos de diretores que saíram algemados em função de, em função de problemas. Mas é lógico que isso não nos vai atemorizar para que possamos receber qualquer Parlamentar ou qualquer empresário e tratar a coisa de forma muito clara. Está certo? E é isso que nós estamos fazendo. Nós estamos recebendo tanto os empresários como também alguns Parlamentares, representando a região, querendo saber não de um projeto, mas dos projetos da região, do que é que está sendo feito. E isso a gente esclarece.

Lamentavelmente, Senador Wellington Fagundes, não tenho aqui a relação, mas, certamente, poderemos atender ao pedido da Comissão de relacionar tudo isso e a situação.

Ora, temos projetos já com o Certificado do Empreendimento Implantado que nos apresentam outro problema. Não é questão de conclusão da implantação do projeto. É questão de uma dívida, porque, a partir do momento em que ele recebeu esse Certificado do Empreendimento Implantado, ele teria de resgatar suas debêntures, e essas debêntures iriam para leilão. E também a legislação nos impede de dar um tratamento diferenciado para essas empresas no sentido de renegociar suas dívidas. Recentemente, nós recebemos inúmeros projetos de lei, inúmeras emendas a projetos de lei tratando dessas condições diferenciadas. Em breve, teremos alguma mudança aí, para podermos dar sequência a renegociações de dívidas.

Quer dizer, quanto aos projetos remanescentes da carteira que não estão implantados, nós estamos com a missão de separar o joio do trigo. E aí analisamos cada projeto, qual é a situação, qual é o óbice legal que nos impede de tratar isso, para que possamos, inclusive, contar com a ajuda deste Parlamento no sentido de atualizar e de alterar a legislação vigente, para que possamos trabalhar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Wanderley, só quero fazer um registro. Eu disse que também tive dificuldade. Eu não era parlamentar, mas fui tratar de algumas questões. Há dificuldade; há algumas coisas... Você está colocando para mim o óbice da lei, mas o projeto está funcionando, está gerando emprego. Se houve um problema lá atrás, a gente tem de arranjar uma mesa em torno da qual se sentem a Justiça, o Ministério Público, o Governo, para encontrarem uma maneira de fazer um pacto ali, para que esse projeto possa ser potencializado, além dos esforços que o empresário está fazendo, porque ele está gerando oportunidade de trabalho e receita para a União e para o Estado.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Perfeito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – E aí o camarada fica travado lá.

Há o óbice da lei, mas vamos – não sei se isto é possível – trazer o juiz do caso, o procurador do caso e o Governo, para tentarmos encontrar uma forma de fazer um pacto e de resolver isso, para que não se continue travando isso.

Em Tocantins, há exemplos. É exatamente como você está dizendo. O cara não parou, apesar de ter tido problema. Apesar de não haver mais liberação de recursos, ele não parou.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Perfeito.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vamos dizer assim: ele está trabalhando numa carga de 60%, mas poderia trabalhar numa carga de 80%. Com isso, a sociedade ganharia muito mais.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Perfeito.

Na gestão do então Ministro Fernando Bezerra, nós elaboramos um plano de recuperação de projetos. Levamos isso para discussão no TCU e na CGU, exatamente para que pudéssemos harmonizar todos os interesses.

Como o Senador falou, são questões de interesse do desenvolvimento regional. Nós não estamos aqui defendendo o interesse de um projeto A ou B. Nós queremos continuar com nossa missão desenvolvimentista, gerando emprego e gerando renda.

Então, é inadmissível eu, por exemplo, estar diante de um projeto que foi implantado de forma diferente do que foi aprovado. E, como ele não pediu a anuência da Sudam ou da Sudene de forma antecipada, eu gerei um conflito irresoluto. É um *deadlock*, como nós chamamos. É um impasse que não se resolve. E aí? Ora, não pedi autorização à Sudene e à Sudam, mas comprovo hoje que as mudanças que foram feitas no projeto foram mais interessantes, foram feitas para viabilizar o sucesso do projeto. Aí nós estamos trabalhando com o instrumento de readequação do projeto.

Mas há essa questão. É muito interessante a sugestão do Senador Donizeti, para que possamos ganhar força nessa proposta de regularização de projetos.

Muito bem! Há a questão do envio da relação dos projetos. Basta que isso nos seja solicitado, que nós vamos atender com o maior prazer e com a maior agilidade possível.

Sobre a composição da diretoria, eu gostaria apenas de complementar a fala do Dr. Djalma, no sentido de lembrar que existe o Condel (Conselho Deliberativo da Sudam). O Conselho Deliberativo da Sudam é uma instância superior à Diretoria Colegiada. Na verdade, a lei complementar que criou a Sudam fala que ela é composta do Conselho Deliberativo, da Diretoria Colegiada, da Procuradoria, da Ouvidoria, enfim. Então, essa é a instância que pode empoderar aquela instituição. Porque ele conta com a participação dos Governadores dos Estados, de ministérios, de representantes de Municípios, tanto dos bancos – o próprio presidente do Banco da Amazônia. É um colegiado ideal para serem tratadas as questões regionais. Isso é importante na hora em que falamos do empoderamento das superintendências.

Quando reformulamos o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, nós tratamos de dar maior autonomia à superintendência. Na medida em que os projetos buscavam apoio do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, tinham que ser, primeiro, enquadrados pela Sudam, para, depois, o empresário procurar um banco que aceitasse correr o risco daquele projeto.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Desculpe-me.

Para viabilizar as liberações, nós tínhamos que tirar aquele impacto sobre o resultado primário do Governo, porque as liberações eram feitas com 97,5% de risco do Tesouro. Então, nós temos situações em que a liberação do recurso para a implantação do projeto atrasava mais de 400 dias, mais de um ano. E a solução foi transferir esse risco para os bancos operadores. Daí a abertura para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica também participarem como agentes operadores, e não somente o banco regional, o Banco da Amazônia no caso. Por quê? Porque o Banco da Amazônia poderia não ter lastro para assumir risco de grandes projetos. Isso foi algo muito positivo.

Infelizmente, o Senador Paulo Rocha não está aqui, mas eu gostaria de corroborar com essa visão de que o Ministério da Integração é o Ministério da Integração Nacional, ele não é o Ministério da Integração do Norte nem do Nordeste nem do Centro-Oeste. Ele é de todo o Território nacional.

As Regiões Sul e Sudeste também apresentam divergências intrarregionais, diferenças intrarregionais.E o Ministro Gilberto Occhi está preocupado com isso. Trouxe, dentro do seu discurso inicial, a ampliação da atuação do Ministério da Integração. Estamos revendo, por exemplo, a criação da Sudesul. Infelizmente, os instrumentos de financiamento hoje existentes não atendem as Regiões Sul e Sudeste, mas nós já estamos trabalhando nisso. E há um projeto de lei... Na verdade, a Sudesul já foi instituída. Falta apenas ser instalada. Com isso, nós teríamos uma atuação em todo o Território nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – E, como ele bem falou, não dá para a gente combater as desigualdades regionais sem extinguir a pobreza extrema. Então, esses dois eixos estratégicos do Governo Federal estão na pauta do Ministério da Integração Nacional.

Quando o Senador Paulo Rocha falou da questão dos pequenos, dos mini, nós não podemos simplesmente financiar grandes projetos. O Djalma já me antecedeu e falou da atuação complementar que nós estamos dando aos fundos.

Nós temos o Fundo Constitucional, que tem um orçamento de R$6 bilhões. Nós temos o Fundo de Desenvolvimento, que tem um orçamento de R$1,4 bilhão. O que foi que nós fizemos? Ao Fundo Constitucional, vamos eleger como prioridade o mínimo, o micro e o pequeno, o setor rural, essas operações menores, Pronaf. Ao Fundo de Desenvolvimento, nós vamos direcionar recursos para projetos de infraestrutura e projetos estruturadores. Infelizmente, os nossos instrumentos de financiamento atendem somente o setor produtivo. Nós vimos aí – e os senhores destacaram bem – a questão da infraestrutura, a necessidade de infraestrutura na região. Nós não temos instrumento de financiamento, no âmbito do Ministério da Integração, para financiar projetos públicos; não temos. Também está na pauta do Ministro Gilberto Occhi buscar prospecção de novos fundos, de novas fontes para atender essa questão, essa demanda de infraestrutura vinda do setor público, como falou o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

E aproveito para falar sobre a baixa aplicação de recursos em determinados Estados. É verdade, lamentamos isso, mas o Ministério da Integração estabeleceu metas para o Banco da Amazônia no que diz respeito à aplicação de recursos dos fundos constitucionais...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – ... elegendo uma aplicação mínima de 5%. Mesmo assim, os Estados do Amapá, de Roraima e do Acre não atingiram esse percentual mínimo. Essa é uma situação indesejável. O Banco da Amazônia tem que responder aos órgãos de controle por que não atingiu a meta estabelecida pelo Ministério da Integração.

Portanto, cabe à união de todas as entidades locais para que possamos estimular, e cabe à Sudam trabalhar como agente indutor de investimentos, e não ficar atuando pela demanda, aguardando que chegue alguém para bater na porta, e isso a Sudam faz muito bem, visitando os Estados e participando de eventos de divulgação. E o Ministério da Integração Nacional, preocupado com isso, está programando uma rodada de negócios, tanto na Região Sul e Sudeste, para atrair novos investidores para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como também nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no sentido de divulgar condições e critérios desses instrumentos de financiamento, que são altamente atrativos.

Imaginem que um grande empresário vai pagar uma taxa de juros de 7% ao ano, de acordo com os índices da Selic. Nós temos condições, nós temos prazos adequados, como o Dr. Djalma já destacou, de até 20 anos para projetos de infraestrutura, de 12 anos para os demais projetos produtivos, com até 4 anos de carência. Quer dizer, as condições estão postas de acordo com as necessidades.

E podemos dizer mais: estamos abertos para receber qualquer sugestão de adequação desses recursos. Para essa finalidade, para esse setor lá no Amapá, pode não atender. Ótimo. O que nós podemos fazer?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – A administração dos fundos constitucionais ocorre de forma compartilhada: o Ministério da Integração, no primeiro nível, define diretrizes e orientações gerais, anualmente, e essas diretrizes podem ser revistas durante o exercício; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, através do seu Conselho Deliberativo, estabelece diretrizes e prioridades; e o banco administrador do fundo constitucional, o Banco da Amazônia, estabelece uma programação com linhas de crédito para atender todos esses setores e todas as necessidades.

Esses instrumentos são dinâmicos. Nós estamos revendo o tempo todo. Então, caso não esteja adequado, receberemos com o maior prazer qualquer proposta, principalmente se originada deste Parlamento, no sentido de fazer a alteração.

Para finalizar, Presidente – afinal de contas, eu não gostaria de deixar ninguém sem resposta –, nós temos também uma meta estabelecida por tipologia de Município. Existem Municípios de baixa renda, Municípios de economia dinâmica, Municípios de economia estagnada e Municípios de alta renda. Nós estabelecemos que apenas 30% dos recursos devem ir para os de alta renda; 70% têm que ser destinados às outras tipologias, que são economias carentes. Entendam os senhores que economia dinâmica não significa economia de alta renda. É dinâmica porque teve um crescimento muito alto. E os senhores sabem que quem apresenta grande crescimento são os pequenos. Se eu estou com 1% e subo para 2%, eu cresci 100%. É importante deixar isto claro: os Municípios de baixa renda, dinâmica e estagnada constituem o público alvo dos instrumentos de financiamento.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Para finalizar, gostaria de agradecer muito a oportunidade que nos foi dada de esclarecer esses pontos todos, e eu me coloco à disposição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Presidente, só um comentário.

Wanderley, você falou do Condel. Para vocês estudarem e até viabilizarem, eu penso que, como o Parlamento não está lá – e nem eu estou pedindo que o Parlamento tenha voto no Condel –, poderíamos ter, a título de observadores, um representante do Senado e outro da Câmara lá, a fim de acompanharmos essas reuniões do Condel. Se houver essa possibilidade, acredito que nós, Parlamentares da Amazônia, encontraríamos aquele representante que seria um observador, em primeiro momento, para acompanhar isso. Isso, de certa forma, estabeleceria um *link* com o Parlamento e, de certa forma, possibilitaria que nós estivéssemos melhor informados, no sentido até de colaborar com a Superintendência.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Ao Senador Donizeti eu posso esclarecer que o Condel tem recebido muitos parlamentares, e sempre será um grande prazer contar com a presença. Lógico que, como eles não fazem parte da composição oficial, não têm direito a voto, mas tem direito a voz.

Já presenciamos inúmeras reuniões do Condel em que algum parlamentar apresenta alguma proposta. Pode-se fazer uma moção em função de algum interesse, tudo isso é possível. Mas, claro que a alteração dessa composição envolve uma alteração de lei complementar.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas não estou propondo... Não ficaria nem dessa forma espontânea, que vai quando interessa, mas ficaria de uma forma...

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Sistemática.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... formal, informal, embora sistemática, de modo que coubesse aos parlamentares da Amazônia terem um representante observador do acompanhamento das reuniões.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Senador Donizeti, eu poderia dar uma sugestão sobre quando o senhor diz "formal e informal". Pretendemos praticar isso na Sudam. Nós faríamos um convite à Comissão para toda reunião do Condel, uma vez que a Comissão é voltada para isso, que é a Comissão de integração. Entende? Nós faremos um convite à Comissão e esta poderá discutir quem vai. Vamos adotar isso. Na próxima reunião do Condel, vamos expedir convite oficial à Comissão para que participe também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, nós ficamos aqui, claro que estamos muito interessados, porque somos da região.

Não quero abusar do tempo, mas como está chegando ao meio-dia, acho que dá para alongar mais um pouquinho apenas.

Eu gostaria de dirigir uma pergunta especificamente ao José Wanderley, quanto a esses assuntos pertinentes à antiga Sudam. No Ministério da Integração, é V. Sª que está à frente disso? Isso não ficou muito claro para mim. E, caso seja, se a gente deve procurá-lo para que seja indicado. Porque, para nós, parlamentares, é muito difícil ir a Belém para tratar especificamente de um projeto.

Além disso, eu queria sugerir aqui, principalmente ao Ministério da Integração, que nós precisamos desse diagnóstico. Algumas empresas, que, inclusive, receberam os incentivos, podem até ter a sua... Como é o nome final quando se recebe a...

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Certificado de Empreendimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas ele parou de exercer o seu papel. E isso acontece em algumas empresas que estão lá, e, se foi feito com incentivo, nós gostaríamos que aquilo funcionasse para aquele fim ou para outro fim.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Porque recebeu terreno, recebeu todos os incentivos. Não vou ficar aqui nominando, até para não expor ninguém.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Da mesma forma, Dr. Djalma, eu gostaria apenas que o senhor fizesse um comentário: ainda existe preconceito com a nova Sudam? Na parte governamental, está sendo relegado? O volume de recursos é tão pouco, por quê? Porque falta da nova Sudam mais articulação junto ao Governo? O senhor sente carência disso junto aos próprios parlamentares para fazer as emenda? Emenda hoje está quase em desuso. Há as emendas impositivas, mas quase em desuso. Este Parlamento já foi chamado por Ministérios, num momento em que havia mais emendas para este ou para aquele. A gente entende que a Sudam é fundamental. Vocês têm força política hoje para que aquilo que foi clocado no Orçamento seja liberado? Como está sendo tratado isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra o Dr. Wanderley.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Acho que devo pedir desculpas ao Senador Wellington Fagundes por não ter respondido isso ou não ter sido claro.

Na verdade, a estrutura institucional é a seguinte: há o Ministro e há o Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, Dr. Raphael Rezende Neto, que responde pela área onde a gestão dos fundos de investimentos fiscais está localizada – aqui, em Brasília, na quadra 906 norte. Receberemos os senhores com o maior prazer do mundo.

Essa secretaria está dividida em duas diretorias, em dois departamentos: um, de prospecção, normas e análises, onde eu estou atualmente; e outro, financeiro e de recuperação e projetos, em que está o Dr. Joaquim da Cruz. Então, Raphael Rezende Neto e Joaquim da Cruz são as pessoas indicadas para tratar qualquer questão envolvendo fundos de investimentos.

A outra questão que o senhor colocou foi sobre os projetos que não obtiveram sucesso na sua implantação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Perfeito; que estão parados.

O mesmo empenho que o Ministério da Integração Nacional tem para dar revitalização, recuperação aos projetos que estão em andamento ele tem em relação a esses projetos.

Então, nós vamos estudar o seguinte: existe possibilidade de um funcionamento? O que precisaria ser feito? Precisa-se de novos investimentos? Os investidores seriam capazes de aportar recurso para isso? Então, dentro da possibilidade de readequação do projeto, é possível, sim, darmos uma sobrevida a esses projetos.

"Ah, eu não tenho mais condições." Mas existe um grupo investidor ali que está interessado nisso. Se o grupo investidor comprova que tem condições de restabelecer aquilo, é perfeitamente possível.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Dr. Djalma, alguma consideração?

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Senador, o senhor tocou num assunto muito interessante.

Antes eu quero falar – vou adiantar só – sobre emendas parlamentares.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O senhor entenda que o meu objetivo é apoiar.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Com certeza. Eu já percebi.

Sobre emenda parlamentar, nós já corremos dois anos todas as Bancadas da Amazônia e conseguimos alguma coisa. No outro ano, quando não corremos, a coisa diminui. Mas também havia uma razão para os parlamentares – e estou falando de quatro anos atrás: a Sudam era muito vagarosa; a Sudam não tinha recursos humanos.

Para o senhor ter uma ideia, para se fiscalizar todos os projetos de emenda parlamentar e outros projetos, eu tinha três engenheiros civis. Hoje, eu tenho 20. Então, hoje, eu já conversei com vários parlamentares dizendo que nós estamos aparelhados; agora nós vamos trabalhar; agora nós vamos ter produtividade. A bem da verdade, é isso. Houve um momento em que os parlamentares achavam a Sudam muito demorada e tal. E ainda havia aquele problema dos recursos só serem liberados no dia 30 de dezembro.

Eu tenho uma servidora lá, que fica no computador, que é obrigada a ficar até dia 31 às 10h – acho que o marido dela me odeia –, mas era quando se liberava o orçamentário. Agora não; também mudou. Agora, com o impositivo, as emendas individuais são liberadas; nós estamos vendo que elas são liberadas – mesmo do Mato Grosso, do Deputado Bezerra. Deputado Bezerra falou: nós executamos em três meses tudo. Mas fomos treinar o pessoal lá.

Bom, com relação à musculatura política da Sudam. Eu acho que a musculatura política da Sudam – e já experimentei isso – depende muito do que o Wanderley falou: o Condel. O Condel reúne os nove governadores da Amazônia.

Nós já tivemos, na legislação passada – como eu sou antigo na Sudam, eu sei –, reuniões que tinham sete governadores no mínimo e dois vice-governadores – porque os governadores só podem ser substituídos pelo vice-governadores. Mas, nesta época, os governadores da Amazônia se uniram e fizeram o Fórum de Governadores da Amazônia. O senhor deve se lembrar disso.

Então, o que fazíamos? No mesmo dia da reunião do Condel era a reunião do fórum. A reunião do fórum era às 10h, a reunião do Condel era às 11h. Então, nós tínhamos uma força muito grande. Por que quem é que pode lutar além dos Parlamentares – que nós agora pretendemos que participem também – para um aumento do orçamento? Nós não temos esse acesso. O nosso acesso é o Ministério da Integração, que também não é um ministério de grandes orçamentos.

Então, quem tem essa condição – no nosso entender –, além dos Parlamentares, são os governadores. Por quê? Porque o recurso que vai para a Sudam não sai da região; ele vai ser aplicado na região, nos nove Estados. Aí é uma questão de demanda, de projetos, de bons projetos.

Então, nós estamos já – e a minha Chefe está ali – organizando uma visita a todos os novos governadores, porque há, se não me engano, dos nove, cinco novos governadores – os outros foram reeleitos. Nós vamos visitar todos os novos governadores propondo a eles que voltem a formar o Fórum de Governadores. Eles conseguiram grandes recursos e apoio do Governo Federal na época. Eu me lembro que havia até a Carta do Mato Grosso, a Carta do Amazonas. De repente sumiram, não se reuniram mais. Não sei se não se entenderam, não houve liderança.

Então, essa é uma missão que me proponho a fazer. Ela sabe disso. Já vou fazer isso. Mas eu gostaria de contar com o apoio dos senhores também. Quando conversassem com governador dissessem: "governador, por que não temos o Fórum de Governadores?"

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, quero aproveitar essa linha e fazer uma sugestão à Comissão. Não sei nem se devo fazer um requerimento, aí a assessoria poderia ver. Nós poderíamos formar uma comissão externa até para acompanhar a Sudam, o Superintendente nessas visitações. Claro que cada um vai buscar mais o Estado que representa. Essa comissão externa seria uma forma de a gente estar buscando esse apoiamento político para ser transformado...

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Nos daria muita força.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A sugestão é interessante. Talvez seja necessário nós conversarmos mais um pouco, mas pode ser apresentado um requerimento. É interessante.

Eu quero agradecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Elmano Ferrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e cumprimentar também o Superintendente da Sudam, Dr. Djalma, e o Dr. José Wanderley.

O Dr. José Wanderley me surpreendeu. Aliás, ao tempo em que a gente constata o esvaziamento dos organismos regionais – Sudam, Sudene, Sudeco etc., e não queria descer à Sudesul, porque não sei se ainda existe –. Lembro que, quando o Celso Furtado se inspirou, há mais de 50 anos, em criar a Sudene, no governo Juscelino, e, posteriormente, a Sudam, teve por... (*Falha na gravação.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – ... regional, a pobreza e a miséria na Região Nordeste e, consequentemente, *a posteriori*, a Região Norte. Depois, com as demandas políticas – e o Sul e o Sudeste sempre tiveram forças sobre o resto do País –, criaram a Sudesul e a Sudeco.

Ocorre que, hoje, nós temos que tomar uma decisão: o Governo Federal, nós, os governos estaduais, a sociedade, queremos retomar o regionalismo ou não?

Então, parece-me que a questão fundamental é exatamente esta, quer dizer, vamos fortalecer?

O que acontecia no passado? Não tínhamos os órgãos que temos hoje, os ministérios fortes, como o Ministério dos Transportes, enfim, esses ministérios setoriais com muita força, com definições de ações etc., e esses organismos regionais eram os que faziam toda a política federal nas regiões. Inclusive os Planos Diretores faziam parte do Orçamento da União. Quer dizer, o Nordeste, através da Sudene, tinha um Plano Diretor. A Sudam também tinha o seu Plano Diretor, que contemplava todos os setores da atividade.

Falou-se aqui no Conselho Deliberativo. O mesmo que tinha a Sudam tinha a Sudene. E, ali, era um colegiado, onde tinham assento representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Ministério dos Transportes, enfim, de vários outros ministérios.

Então, era um organismo que funcionava, que tinha força. Hoje, depois da extinção – vejam, os órgãos foram extintos –, o Presidente Lula, com o título de Agência de Desenvolvimento do Nordeste, criou a Adene, e depois voltou para a Sudene; a Sudam, a mesma coisa.

Então, eu entendo que nós temos que decidir, no nível federal, por meio dos seus governadores e das Bancadas aqui desta Casa se vamos ou não fortalecer esses organismos. E eu acho que devem ser fortalecidos, porque a Região Amazônica tem uma característica bem definida. Tanto é que eu já disse isto aqui: a Embrapa tem uma estrutura de pesquisa voltada para o trópico úmido; *mutatis mutandis*, na Região Nordeste, existe um polo do semiárido, lá em Petrolina, e outro aqui, nos Cerrados. Ou seja, em várias regiões, inclusive no Pantanal. Isso caracteriza, de fato, a dimensão continental e sobretudo regional no Território Nacional.

É lamentável! Hoje eu nem deveria estar aqui, mas, como eu sou membro titular, teria que dizer isso, que, aliás, era para ter sido dito na reunião passada, quando, se não me engano, aqui esteve o Superintendente da Sudene.

Eu acho que a questão é mais de fundo; é decisão política. No entanto, manter os organismos – esses atuais – para administrar os incentivos fiscais... E eu vejo aqui que a Sudam tem R$2,9 bilhões, não sei se é para este ano ou se foi para o ano passado, eu vi aqui...

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Um e trezentos, no FDA.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – No FDA?

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – É.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

O SR. DJALMA BEZERRA MELLO – Para financiar empresas do setor privado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Pois bem; mas me surpreendeu também, a exemplo do Wanderley, administrado pelo Banco do Brasil. Ora, nós criamos um banco regional, tanto na Amazônia, o Basa, como criamos o banco regional, em 1952, me parece, na Região Nordeste é o BNB – Banco do Nordeste, exatamente para administrar os incentivos fiscais na Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está bom.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Então, me parece que nós temos que nos aprofundar, Wanderley...

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Exatamente.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – ... nesse tipo de discussão. Isso aqui é uma coisa mais profunda. Quer dizer, isso aqui não é pergunta, é apenas uma sugestão.

O SR. JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO – Considerações.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – E o que se aplica lá na Região Amazônica é a mesma coisa das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

No entanto, eu vejo com muito receio nós estarmos preocupados em criar uma superintendência de desenvolvimento do Sul ou do Sudeste, porque nós já criamos essa superintendência para reduzir o desnível da região, tanto nos aspectos físicos de produção, como entre as pessoas do Nordeste e do Norte das pessoas do Sul, do Centro-Sul e até da Região Sudeste.

São apenas colocações, que, talvez, não sejam nem mais pertinente porque não há nenhum Senador aqui presente.

Meu Presidente, eu quero só me desculpar pelo atraso, pois eu estava num outro compromisso: a Bancada do Nordeste, os 51 Deputados Federais e os 27 Senadores, estão, estava e ainda continua reunida lá no Auditório Nereu Ramos discutindo os problemas da Região Nordeste.

Então, eu agradeço aos senhores e peço desculpa pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com as considerações do Senador Elmano Férrer, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE ABRIL DE 2015.

Às oito horas e quatro minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **ACIR GURGACZ, DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, JOSÉ MEDEIROS, WELLINGTON FAGUNDES, PAULO ROCHA, LASIER MARTINS, BENEDITO DE LIRA, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e DOUGLAS CINTRA**. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, informa que a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Kátia Abreu, já liberou as vacinas para aplicação no combate à aftosa no estado de Mato Grosso, uma demanda em relação à escassez da vacina contra a aftosa vivida pelos pecuaristas do estado. Após o comunicado, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2015, de sua autoria, com a finalidade de debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a Política de Crédito Rural no Brasil, com a participação do Sr. **Osmar Dias** – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil S.A.. Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Benedito de Lira, Lasier Martins, Valdir Raupp, José Medeiros, Wellington Fagundes e Ana Amélia fazem uso da palavra. Ao finalizar a audiência, a Senhora Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 80, de 2015, subscrito pelo Vereador Mauro Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, o qual encaminha a esta Comissão as reivindicações das categorias dos caminhoneiros e dos transportadores referentes à redução do preço dos combustíveis, fixação de frete por quilômetro rodado, pedágio de R$2,00, por eixo, em todo o Brasil, a não cobrança de pedágio de caminhão com eixo erguido, a sinalização e manutenção das estradas, praças e paradas para caminhões com infraestrutura, mais segurança nas estradas, para evitar roubo de cargas e de caminhões, e a recuperação e revitalização das rodovias estaduais e federais. Comunica, ainda, o recebimento do expediente subscrito pelos Vereadores do Município de Princesa, Santa Catarina, que solicitam providências para solucionar o problema da cadeia produtiva do leite naquela região. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de debater e avaliar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como a Política de Crédito Rural no Brasil, em cumprimento ao Requerimento 16/2015, de minha autoria, aqui aprovado.

Lembro também que esta audiência com o Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, nosso ex-colega, Senador Osmar Dias, também trata das questões relacionadas ao crédito, à mudança do custo do dinheiro e como será, neste ano, a liberação do crédito para o custeio da safra, não só de inverno, mas, depois, da safra de verão.

Eu queria, antes de passar a palavra ao nosso sempre Senador Osmar Dias, agradecer a presença dos colegas Senadores, lembrando que amanhã, dia 17 de abril, às 13h, será realizada, no Centro de Pesquisa do Cacau, no km 22 da Rodovia Ilhéus-Itabuna, na Bahia, o 4º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senador, com a finalidade de analisar as informações sobre o panorama da cacauicultura, da produção de cacau, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, à logística de transporte, ao sistema de armazenamento, à comercialização, à proteção do meio ambiente e ao sistema tributário, em cumprimento ao Requerimento da Senadora Lídice da Mata, subscrito por mim.

Então, amanhã, teremos outra produtiva audiência pública na Bahia, depois da exitosa iniciativa do Senador Fernando Bezerra em Petrolina, Pernambuco, e em Juazeiro, quando debatemos os problemas da questão da irrigação, da fruticultura irrigada na região do Semiárido do Nordeste.

Eu queria informar aos Srs. Senadores também que, ontem, o Senador Wellington Fagundes comunicou a esta Presidência que a Ministra Kátia Abreu já liberou as vacinas para aplicação no combate à aftosa para o Mato Grosso. O Senador havia solicitado que a Comissão encaminhasse um voto de cumprimento à Ministra da Agricultura pela rapidez com que ela atendeu a demanda do Mato Grosso em relação à escassez da vacina contra a aftosa vivida pelos pecuaristas do Mato Grosso.

Então, o registro está feito. Já foram atendidas as demandas. Foram colocadas à disposição dos pecuaristas as vacinas necessárias para a aplicação no rebanho do Mato Grosso.

Com muito prazer, concedo a palavra, então – e o convido para participar desta Mesa –, ao Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, o Senador Osmar Dias, a quem, imediatamente, passo a palavra, agradecendo novamente a presença dos nossos colegas.

O SR. OSMAR DIAS – Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Senador Acir; Senador Moka, primeiro, eu queria manifestar aqui, Senadora, meu expressivo respeito a V. Exª – perdi a prática de falar V. Exª –, especialmente pela compreensão que V. Exª teve comigo quando, no mês de dezembro, esteve no Banco do Brasil para discutirmos a respeito de um problema que precisa de esclarecimentos e que vem ocorrendo em Santa Cruz do Sul, especificamente naquela região. V. Exª aceitou meus argumentos para que deixássemos correr um pouco a investigação, a apuração do que ocorre lá, para que pudéssemos, depois, comparecendo a esta Comissão, prestar alguns esclarecimentos.

Sobretudo, V. Exª também tem uma atuação marcante, sendo de um Estado de altíssima representatividade, onde a agricultura familiar é a mais representativa do Brasil, chegando a quase 25% do Pronaf em nosso País. Isso é representativo.

E V. Exª substitui o Senador Acir aqui, na Comissão, o qual impulsionou a Comissão. Sou parceiro do Senador Pedro Simon na criação desta Comissão. E, no começo, fiquei um pouco triste porque não via a Comissão produzindo. Mas o Acir deu um ritmo muito bom, e ela se firmou e, hoje, com o comando de V. Exª, que acompanho, presta um grande serviço para o Senado e para o País.

Portanto, é um orgulho para mim e uma honra estar aqui, de volta ao Senado, não como Senador hoje, mas como Vice-Presidente do Banco, para iniciarmos... E vou pedir licença para fazer uma apresentação, porque aí a nossa conversa fica sobre fatos e números. E aí podemos debater com mais profundidade.

Eu pediria para começar a apresentação.

Será que vamos conseguir ver naquela tela os números?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A equipe já está colocando os dados do *pen drive* na tela. O sistema está funcionando. Vamos pedir à equipe técnica do Senado os dados. Estamos com um problema.

O SR. OSMAR DIAS – Não deu certo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estamos com um problema técnico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Estamos com um problema técnico.

Primeiro, Senador, eu lhe agradeço as referências, enquanto ordenam a questão técnica. Nesta semana, nós tivemos um problema no painel eletrônico de votações. Agora está voltando. De vez em quando, temos essas interrupções.

Antes de mais nada, quero agradecer a V. Exª as palavras, que são muito gratificantes e estimulantes. Eu queria reafirmar o que o senhor disse a respeito do Senador Acir, porque ele, inclusive, abriu um espaço novo para esta Comissão implantando, às sextas-feiras, à tarde, um ciclo de debates.

Nós estivemos, na semana passada, em Petrolina, em Pernambuco, que é um centro relevante, e, amanhã, vamos a Itabuna e Ilhéus, para debater a questão dos problemas da produção de cacau.

Agora já está na tela a sua exposição, Dr. Osmar Dias, e sempre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Então, vamos lá! Vamos começar.

Vou mostrar sobre o que nós vamos falar um pouco e como tem sido a evolução do financiamento pelo Banco do Brasil à agricultura brasileira.

Peguei um cenário de dez anos, até para sair daqueles cenários que sempre dividem os governos, para evitar "aquele governo fez, o outro governo não fez". Peguei de 2005 a 2014 – são dez safras – para mostrar o seguinte: tomando, em 2005, 35,7 bi, nós chegamos a uma carteira – esses dados são de dezembro de 2014, quando fechamos o balanço – aproximadamente de 165 bilhões. Um crescimento de 362%.

Aí, Senador Moka, eu tenho que puxar um pouquinho também, porque cheguei ao banco em 2011. Quando chegamos lá, a carteira era de 75 bilhões. Veja que, nesses quatro anos – 2011, 2012, 2013 e 2014 – mais que dobrou a carteira de agronegócio do Banco do Brasil. Isso também explica a política pública de apoio com recursos para o agronegócio com taxas de juros bastante favorecidas para o produtor.

Próximo.

Essa carteira cresceu, nos últimos 12 meses, 14%. Muito acima, portanto, do índice de inflação, o que mostra que o agronegócio continua crescendo, continua tomando recurso.

É bom falarmos também que, quando o crédito cresce, a safra cresce. Há aqueles que pensam o contrário, que o crédito não induz a uma produção maior. Induz, sim. Não há como levar tecnologia para o campo, não há como comprar uma máquina nova, semente de boa qualidade, se não houver crédito. E crédito com custo compatível com a atividade.

Ali, nós temos os números. Nós participamos com 63,5% do Sistema Nacional de Crédito Rural, e o Banco do Brasil, com 1,5 milhão produtores rurais que atende naqueles 5.440 Municípios, pode ser considerado o orgulho do Brasil, porque é o banco que mais financia agricultura no mundo. Não há nenhum banco no mundo que financia, tanto em volume de crédito quanto em produtores, e a distribuição está lá, naquele mapa. Evidentemente que ela é também coerente com a produção de cada região. O banco não direciona recursos para uma ou para outra região propositadamente. Não. Nós atendemos às demandas naquelas 4.628 agências, operando com crédito rural.

Agora, um outro orgulho: quem defende a agricultura, Moka, pode bater no peito e dizer que o produtor paga a conta mesmo. Veja: 0,69% de inadimplência. Isso é um orgulho para nós, do banco, mas é um orgulho para os produtores rurais, que estão cumprindo. Se você comparar com o sistema financeiro e com outros segmentos, você vai ver a grande diferença. Em relação à micro e à pequena empresa, passa de 5% a inadimplência, e essa inadimplência não está chegando a 0,7%. Isso tem que ser destacado.

Então, falo do Pronaf. Ali, falei da carteira toda. Ela é dividida em três segmentos: Pronaf, Pronamp, que são os médios produtores, e os demais produtores. Aquela que mostrei agora. Agora, vou mostrar uma a uma, bem rápido.

Vejam o Pronaf como cresceu. Em 2005, tínhamos uma carteira no banco de 4,3 bi. Passou para 36 bi. De novo eu chamo a atenção para o crescimento que houve nos últimos quatro anos, partindo, em 2010, de 17 para 36, mais do que o dobro também, mas é um crescimento de 737% nesse período.

E eu queria destacar aí o número de clientes: 1,2 milhão clientes agricultores familiares. E eu vou mostrar, depois, o Pronaf, um pouquinho mais detalhado, para ver o efeito disso. Nós financiamos 73,7 mil tratores no Pronaf Mais Alimentos. Esse é um número significativo, que vou mostrar depois, que representa um número expressivo na fabricação de máquinas e na geração de empregos na indústria.

Vai.

Esse é o Pronamp. Nesse ponto havia uma discussão. Certa vez, alguém me disse: "Parece que o banco atende as duas pontas: atende o grande e atende o familiar, mas o meio precisa ser mais bem atendido". Observem o crescimento que houve de 2010 para 2014. É que ali decidimos colocar como política pública mesmo o Pronamp, ou seja, atender aquilo que hoje é moderno falar, a classe média rural. Não sei se é essa classe média de que falam por aí, mas acho que há muita gente no Pronaf que já é classe média, e muita gente que está na parte de cima dos produtores que ainda é classe média. Então, não dá para classificar. E eu prefiro a classificação por renda dos produtores, que estabelece um corte para o Pronamp.

Então, nós aumentamos em 2.722% nos últimos dez anos. Estamos com 74% das contratações do mercado. Ou seja, 74% de tudo que se financia para o médio produtor sai do Banco do Brasil. São 283 mil clientes. Se dividirmos isso em investimentos e custeio, dá mais ou menos meio a meio, 11,2 bilhões em investimento.

Vai.

Cooperativas. Como cooperativas, elas se organizaram mais fortemente no sul do País. Há uma tentativa de expandir as cooperativas. O próprio Senador Acir levou cooperativas para Rondônia, e outros Estados, como o Mato Grosso do Sul, estão se organizando – não é, Senador Moka? – no cooperativismo. Criamos, logo que cheguei, em 2012, no segundo ano, uma gerência específica para tratar do segmento de cooperativas, a fim de melhorar o atendimento, de aproximar mais. As cooperativas reclamavam um pouco da distância, de um tratamento não personalizado, e essa medida é exatamente para isso. Eu confio muito que vamos ter nesse segmento um crescimento exuberante nos próximos anos, atendendo 3,2 mil clientes cooperativos rurais, fora as outras, que pertencem aos demais ramos de cooperativa, que são treze.

Vai.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Isso. Não são parceiros. Eles trabalham em parceria com o Banco do Brasil. Existem muitas cooperativas de crédito que são parceiras nossas, tanto do Sicredi como do Sicoob. São os dois sistemas.

Investimento agropecuário. Existe uma noção de que a soja é quem mais demanda recursos do Banco. Na verdade, quem mais demanda recursos do Banco é a pecuária. Esses números aí mostram isso. Há uma participação da pecuária na Carteira de Crédito do Banco do Brasil muito forte, especialmente porque no Pronaf temos criação de frangos, suínos e pecuária leiteira muito fortes. E nos demais segmentos, a pecuária de corte, especialmente porque há Estados que são bastante demandadores de recursos para a reposição de matrizes e, agora, com o Programa ABC, que também exige a compra de garrotes. Estamos financiando tudo isso, o que explica um pouco o crescimento muito vigoroso do crédito para investimento, que vou mostrar na frente, em função de termos criado alguns programas.

Vai.

Aí, o resumo do que aconteceu, porque existe a dúvida: "Ah, mas caiu muito o desempenho do crédito do Banco do Brasil". Reclamam que está faltando. Realmente, nós não podemos ignorar que existe um momento de dificuldade, que eu espero seja superado. Aqui no Senado, todos me conhecem. Eu não sou de enrolar. Estamos num momento de dificuldade. Não estamos numa ilha. O Banco do Brasil não está numa ilha separado do País. Nós estamos vivendo num país com problemas na economia. Nós temos problema na poupança. Vocês leram na imprensa: no primeiro trimestre, houve uma queda na poupança de 23 bilhões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Por saques. Deixaram de aplicar e sacaram...

O SR. OSMAR DIAS – É, deixaram de renovar a aplicação, sacaram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Depósito à vista também.

Senadora Ana Amélia, onde estão as fontes principais de recurso do crédito rural? Setenta ponto vinte e nove da exigibilidade da poupança rural. Ou seja, o Banco do Brasil tinha uma projeção para fechar o ano com 165 bilhões de poupança; fechamos com 148. Setenta por cento dessa diferença não veio para o crédito. É simples, simples assim. Então, você pega de 165 para 148 dão 17 bi. Faz-se a conta, e 70.29 é para vir para a agricultura. E depósito à vista: 34%. Houve uma queda substancial do depósito à vista também e isso traz para baixo o *funding* do crédito rural.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora, especialmente no pré-custeio.

O SR. OSMAR DIAS – Sim, e eu já vou explicar um pouco sobre isso.

Vai.

Mas, assim mesmo, esse é o desempenho – naquela última coluna – em relação à safra passada. A gente já liberou 57 bi contra 53, no mesmo período da safra passada, o que deu um crescimento de 8%. Só que, se me perguntarem: "Como foi até dezembro?" "Foi 24%".

Então, a gente começou a ter problema de recurso neste trimestre. Problema que eu digo é: não tivemos *funding* suficiente para atender a grande demanda do crédito. E isso está escrito na tela. Eu aprendi que palavra a gente consegue desmentir, mas número não. E está ali. A gente teve, assim mesmo, um desempenho de 21% de crescimento na agricultura familiar, a gente está segurando, portanto, o crédito para o agricultor familiar, que necessita mais; médio produtor, 6%; e demais produtores, 5%, o que dá uma média de 8% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado.

Isso é bom? Olha, se comparado com a inflação e com as dificuldades que estamos tendo dá para se considerar. Porque nós estamos mantendo o nosso *share* no mercado. Ou seja, nós estamos mantendo a nossa participação ali, em torno de 64%, 65%. Então, o banco vem cumprindo a sua finalidade de banco público, de ter como prioridade financiar a agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ali, Dr. Osmar, no primeiro demonstrativo, o senhor deu um percentual geral de inadimplência, que é o mais baixo de todos os setores, mas ele é média de todos os grupos: de agricultura familiar, de médio produtor, de pecuária e geral.

Segmentadamente, agricultura familiar, médios produtores, há uma separação de índice?

O SR. OSMAR DIAS – Eu vou mostrar lá na frente, na agricultura familiar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ótimo.

O SR. OSMAR DIAS – Vamos lá.

Nesta tela, eu juntei três programas que nós iniciamos. Quando chegamos ao banco, discutimos a possibilidade de colocar o programa de armazenagem. Houve a aprovação do Governo, que criou essa política de armazenagem, um programa. E 68% dos recursos que foram repassados para armazéns neste ano foram do Banco do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sessenta e oito por cento?

O SR. OSMAR DIAS – Sessenta e oito por cento. Isso, nessa safra, nesse Plano Safra, 1,4 bilhão. Mas, se a gente pegar no geral, a gente chega perto de 80% do Banco do Brasil.

Agricultura de baixo carbono, para se ter uma ideia, nós estamos com mais de 8 bilhões já emprestados. Esse era um programa que não tinha nenhum projeto aprovado em julho de 2011. Nós começamos o primeiro projeto em 2011, e eu até vim a esta Comissão para tentar multiplicar os efeitos dele. E está indo muito bem; olha lá: neste ano, 2,7 bi. O que é isso? Eu não vou aqui dizer que os outros compromissos assinados em Copenhague não estão sendo cumpridos. O que eu posso dizer é que esse está sendo cumprido, de redução de carbono, na emissão de carbono na agricultura. É bom ver se os outros estão sendo cumpridos; talvez seja o único. Isso é um esforço dos produtores, e o banco colocou mesmo pé nisso: 92% de todo o crédito é do Banco do Brasil, liberado para a agricultura de baixo carbono.

Isso aí é a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que transforma a propriedade numa empresa com gestão diferente, que exige gestão diferente, porque existem, ao mesmo tempo, lavoura, pecuária e floresta, com diversificação de receita e com investimentos no solo, o que exige também um financiamento – por isso nós temos esse financiamento para o produtor –, que pode usar 20% dos recursos do financiamento para comprar animais; o resto é para aplicar na propriedade, no solo, na formação de pastagens, na aquisição de máquinas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E essa integração com a floresta, do ponto de vista de capturar o CO_2, é muito importante. Vamos até fazer uma audiência pública aqui, Senador Osmar, sobre este tema: hoje nós temos 8 milhões de florestas plantadas; nesses 8 milhões de hectares, o que essa floresta captura de CO_2 neutraliza, por dois anos, toda a poluição da indústria brasileira.

O SR. OSMAR DIAS – É.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vejam o quanto...Estou falando de floresta, mas, na hora em que você integra agricultura, pecuária e floresta, é alguma coisa a mais em relação ao meio ambiente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sustentabilidade.

O SR. OSMAR DIAS – É.

E aí, Senador Moka, o seu Estado, o Mato Grosso do Sul, que tem um terço de Pantanal, um terço de arenito Caiuá e um terço de outros solos, esse ABC se aplica perfeitamente lá, e tenho certeza de que ele vai crescer, e crescer muito, porque esse é o novo paradigma da agricultura. Vai ser por aí que a agricultura vai caminhar.

E o Inovagro é assim: toda tecnologia nova que alguém coloca na sua propriedade tem o financiamento. Todos esses aí têm juros de 4,5%, prazo de 15 anos para pagar. Portanto, é um financiamento muito bom.

Eu sei que vocês vão preguntar: mas vão continuar assim os juros? Eu vou deixar para a pergunta de V. Exªs. Depois eu respondo – talvez vocês se esqueçam (*Risos*.)

Vai.

Eu vou entrar no Pronaf. Esta apresentação é bem rápida, e eu sei que a Senadora Ana Amélia tem um assunto específico sobre o Pronaf, mas a gente precisa ver como está o Pronaf, o que é o Pronaf.

Veja lá, Senadora. No Brasil, o número de estabelecimentos – 5,175 milhões –, dos quais 84% são de agricultura familiar, ou seja, enquadram-se na classificação de agricultura familiar; a área total da agricultura familiar: 24%, que dão 329 milhões de hectares; 38% dos 260 bilhões de valor bruto da produção brasileira são provenientes da agricultura familiar; aliás, 360 bilhões não é da agricultura familiar do todo, 38% são da agricultura familiar; 74% dos 16 milhões de pessoas ocupadas na agricultura são da agricultura familiar. Então, vejam: o reflexo de se apoiar a agricultura familiar qual é? Começa ali, no campo, com 74% da mão de obra.

Vai.

Esse quadro mostra o que significa a agricultura familiar para a produção brasileira de alimentos.

Aqueles produtos que estão dentro daquele quadro hachurado vermelho são os da cesta básica: feijão (70%), leite (58%), café (38%), arroz (34%), milho (46%) e aves (56%).

Então, a agricultura familiar tem importância sob o ponto de vista social, porque emprega muita gente, e sob o ponto de vista da segurança alimentar, porque produz muita comida.

Vai.

O Pronaf foi criado em 1995. Eu coloquei isso também para a gente tirar esse negócio de quem criou, quem deixou de criar, porque ele teve tanta importância quando foi criado, quanto teve importância quando foi impulsionado. Ele foi criado, andou devagar um pouco, e depois é que pegou realmente, e tivemos um ritmo bastante acelerado, como vamos ver ainda.

Vai.

Vamos falar dos objetivos bem rapidamente.

Acho que isso aí pode passar.

Beneficiários. É preciso entender que, no tocante à agricultura familiar, ele atende segmentos diferentes: proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados, pescadores e aquicultores, extrativistas, silvicultores, indígenas e quilombolas.

Os requisitos estão lá: renda bruta anual de até 360 mil, mão de obra tem que ser familiar, propriedade de até quatro módulos fiscais, que, evidentemente, todos sabem, varia de Estado para Estado, de região para região.

E chamo a atenção, Senadora Ana Amélia: tem que ter Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida por entidade credenciada pelo MDA. Vamos anotar essa frase.

Vai.

Então, a gente trabalha com operação de custeio, operação de investimento.

Vai.

Eu também queria chamar a atenção dos Senadores e principalmente da Senadora Ana Amélia quanto ao papel que cada um exerce dentro do Pronaf. O Banco Central tem a atribuição de dirigir e fiscalizar o crédito. O MDA propõe as diretrizes, ou seja, estabelece a política, e normatiza a emissão de DAP. É importante esta frase: normatiza a emissão de DAP. Instituições financeiras, como o Banco do Brasil, analisam propostas e firmam contratos de financiamento com os agricultores. Esse é o papel do banco.

Vai.

Agora vou mostrar como está a agricultura familiar no Banco do Brasil, para vermos o tamanho disso.

A gente faz um trabalho conjunto com movimentos sociais, associações e cooperativas. No Governo Federal, a gente tem uma relação direta com MDA, MAPA, MPA, MI e MF e empresas de assistência técnica.

Temos hoje, aproximadamente, 25 mil técnicos credenciados no Banco do Brasil, que são, evidentemente, não funcionários do banco, mas que prestam serviços contratados pelo Banco do Brasil.

Ali nós temos o fluxo operacional. O MDA credencia entidades para emitir DAP.

Eu chamo a atenção, mais uma vez, para essa frase: o MDA credencia entidades para emitir DAP. Entidades credenciadas emitem a DAP ao produtor. O produtor apresenta a DAP e a proposta de financiamento ao banco, e só com a DAP é que ele pode apresentar o projeto e ser financiado. Então, quem emite a DAP? O MDA diretamente, ou o MDA credencia entidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Credencia entidades. Entidades credenciadas pelo MDA.

O SR. OSMAR DIAS – Isso.

Vamos em frente. É bem rápida a apresentação aí.

Aumento da produção. Aí vou mostrar um pouquinho, rapidamente, o efeito que provoca a agricultura familiar no campo e na cidade.

Aquela frase lá em cima é do coordenador do programa do MDA: "A cada R$1 bilhão financiado, 1.000 empregos são gerados nas fábricas" – nas fábricas, fora aqueles 74% lá no campo. Então, a agricultura familiar, quando se faz aquela estatística de quantas pessoas saíram da pobreza, a gente pode afirmar que 4 milhões daquelas pessoas o fizeram por causa do Pronaf, agricultura familiar.

Então, ali estão os dados: 73 mil tratores financiados só no BB, e essa criação do Pronaf Mais Alimentos levou tecnologia para propriedade familiar. Isso foi muito importante.

Vai.

E aí a gente financia também irrigação – foram 38 mil contratos de irrigação –, armazéns e silos – aí trata-se mais de pequenos armazéns, Senadora, paióis, como a gente conhece no interior do Rio Grande do Sul. A gente conhece por paiol. E instalações para industrialização e beneficiamento, 543 contratos.

Então, tudo que o produtor precisa ele encontra financiado no Pronaf. Nada, praticamente, fica fora de financiamento.

Vai.

Impactos positivos na cadeia produtiva.

A gente tem ali: insumos – 1,7 bilhão vai para fábricas de insumos. Isso representa também empregos lá na fábrica de insumo, representa você consolidar esse grupo de empresas que se dedicam a insumos. E o custeio, 3,5 bilhões, para culturas que são alimento. Estão ali do lado.

Vamos rodar.

Para quem gostar de analisar sob o ponto de vista do IDH, olha a mudança. Nós pegamos um Município de cada região. Vou pegar Canguçu, lá embaixo, do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Capital brasileira da agricultura familiar, com 4.491 contratos.

O SR. OSMAR DIAS – Então, em 1991, o IDH era de 0,38; em 2000, ele subiu para 0,51. Lembrando que o Pronaf foi criado em 1995. Olha o IDH, dobrou praticamente em 2010: 0,65.

Vamos pegar Itacoatiara, 0,4 em 1991, para 0,6.

Em todos os Municípios – isso nós temos um levantamento Município por Município – o crescimento do IDH seguiu exatamente os investimentos do Pronaf. Por quê? Porque esses Municípios são altamente dependentes da agricultura, principalmente da agricultura familiar.

Então, mexe mesmo com a vida da cidade, mexe com a vida das pessoas, aumenta a renda, melhora a qualidade de vida. E esse é o efeito prático do Pronaf. Então, um programa desse não pode ter redução de recurso nunca. Só tem que ter aumento de recurso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E seriedade e transparência na aplicação do dinheiro.

O SR. OSMAR DIAS – Isso, exato.

E, Senadora, a resposta àquela sua pergunta, nós estratificamos só o Pronaf, porque os outros têm uma inadimplência um pouquinho menor, por isso que na média dá aquela.

Mas o Pronaf, a gente está falando de 1,2 milhão de contratos. Para a gente ter 1% de inadimplência é preciso que esse programa esteja sendo feito com muita seriedade, com rigor absoluto nas normas e regras, e atendendo aqueles que pagam para continuar no programa, senão não continuam. E quando há irregularidades, nós vamos discutir daqui a pouco, o banco toma providências para eliminar aqueles que sendo servidores do banco possam ter cometido alguma irregularidade, ou produtores que cometeram abusos com desvio de finalidade do crédito, ou com agentes de qualquer natureza, associações, as providências são tomadas, porque nós não podemos macular um programa da envergadura do Pronaf.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa é a nossa preocupação.

O SR. OSMAR DIAS – Nós não podemos permitir que pessoas mal-intencionadas ou alguns órgãos que queiram se aproveitar de um programa que é relevante sob o ponto de vista social, que é relevante sob o ponto de vista econômico. E é preciso dizer também que este não é um programa social, é um programa de crédito, é um programa que atende os agricultores. Não adianta querer dizer que o Pronaf é um programa social. Ninguém está doando dinheiro. Claro que a taxa de juro é mais baixa que a taxa de juro praticada com os outros produtores e muito subsidiada. E tem que ser assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – O banco não perde porque recebe a equalização.

Agora, nós precisamos olhar sob o ponto de vista do universo do Pronaf. Chegando aqui eu recebi uma notícia de Rondônia, que nós vamos discutir também, porque o Senador Acir já está ali ávido para falar sobre Rondônia. E a gente quer exatamente discutir e receber sugestões para a gente aperfeiçoar o que é muito bom.

Eu acredito que não existe no mundo um programa tão importante para a agricultura familiar como esse que temos aqui. Não existe no mundo um programa executado com tanto carinho pelo banco como esse daqui.

E, antes de encerrar aqui e abrir a discussão, eu gostaria de dizer, Senador Ana Amélia, que, com muito orgulho, eu faço parte de um banco que recebeu pelo terceiro ano consecutivo o prêmio, lá em Nova York, da empresa mais ética do Brasil, ao lado da Natura. O Banco do Brasil recebeu este ano, mais uma vez, o prêmio de empresa mais ética. O único banco, aliás, se eu não me engano, do mundo que recebeu o prêmio de empresa ética, porque que é difícil, né? E, no Banco do Brasil, as pessoas conseguem fazer o serviço, ou seja, ofertar o crédito de forma ética. Isso deve servir de orgulho para cada Senador e para cada brasileiro.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço muito ao nosso Senador Osmar Dias pela exposição clara, sem rodeios e muito objetiva.

Senador, tenha a certeza de que a preocupação fundamental desta minha Comissão, hoje como Presidente e como Senadora do Rio Grande do Sul, que absorve 25% do crédito da agricultura familiar, como disse V. Exª no início da exposição, é porque se trata de um Estado constituído marcadamente de pequenos agricultores. Possui uma grande influência da colonização italiana, alemã, polonesa, pois Canguçu tem bastante descendentes de poloneses, do Senador Gurgacz, que é de origem polonesa. Então, é claro que a nossa preocupação é a mesma do senhor, ou seja, que esse programa de altíssimo alcance social, econômico e de inclusão, seja preservado na sua integridade e fortalecido sempre.

Eu acompanhei o nascimento do Pronaf. E o bom nesse processo é que não foi sequer mudado o nome. O programa, desde que nasceu, manteve o nome. Então, consagrou-se também sob esse aspecto. Isso porque às vezes muda o governo e muda o nome por uma questão de paternidade.

Como o senhor disse, quando começou havia problemas. Lembro-me de que fazia entrevistas com o Presidente da República sobre a burocracia que havia. O próprio Banco do Brasil não estava preparado para operar com um sistema de pequenos agricultores. Ele não tinha uma estrutura, não tinha uma cultura operacional para isso, porque se tratava de grandes volumes. O próprio banco também se preparou e, hoje, nós temos esses números fantásticos que V. Exª apresentou aqui.

Eu só queria agradecer novamente.

Então, pela ordem de inscrição dos Srs. Senadores, o primeiro a fazer questionamentos é o Senador Acir Gurgacz; depois, o Senador Moka, o Senador Donizeti e o Senador Benedito de Lira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Minha saudação à nossa Presidente Ana Amélia. Cumprimento V. Exª pela iniciativa de colocar em votação na semana passada esse requerimento. Nós já estávamos discutindo, debatendo essa questão da possibilidade da diminuição do crédito para a agricultura, principalmente com relação ao Pronaf. Quero saudar o nosso convidado, o sempre Senador Osmar Dias que, para algumas pessoas, Osmar, é uma surpresa o resultado do seu trabalho à frente dessa importante missão, que é presidir essa carteira como Vice-Presidente do Banco do Brasil. Mas para nós isso não é uma surpresa, porque nós sabemos da sua capacidade. Mas o Brasil hoje conhece não só o senhor como Senador, mas principalmente como executivo. Lá atrás, antes do Senado, passou pela Secretaria de Agricultura do Paraná, onde fez um trabalho que até hoje as pessoas não esquecem. Permite-me tratá-lo por V. Exª pela estatura que tem e pela sua passagem aqui no Senado. Então, fez trabalho importante, como executivo, à frente da Secretaria de Agricultura do Paraná. Depois, ficou 16 anos aqui no Senado, e no Legislativo também deixou marcas que nós não deixamos de lembrar, de recordar sempre o seu trabalho aqui. E agora, no Banco do Brasil, com um trabalho muito específico com relação à agricultura e nessa cesta, digamos assim, nessa cesta de créditos e de apoio aos agricultores brasileiros. Portanto, as suas colocações aqui mostram o seu conhecimento de todo o nosso País, com relação ao que se planta lá no Paraná, ao que se planta no Amazonas, ao que se planta em Alagoas – a nossa Senadora de Alagoas sabe bem disso –, ao que se planta no nosso Estado de Rondônia.

Para nós do PDT é um orgulho muito grande V. Exª estar lá no Banco do Brasil, dirigindo com muita capacidade essa carteira agrícola.

Mas a nossa preocupação, Senador Osmar, é exatamente com relação a este momento de ajuste econômico. Nós temos muitas informações e muitas delas desencontradas. Por isso a importância da sua presença aqui conosco hoje. Informações não só com relação à possível falta de crédito, o que se argumenta hoje, o que se fala muito hoje no mercado, mas também com relação ao tamanho do juro. Ou seja, se nós vamos continuar, como V. Exª bem colocou há pouco, se vamos ter esse juro baixo ainda, subsidiado, ou se nós vamos ter uma diminuição do subsídio e o aumento do juro para a agricultura familiar.

Nós todos sabemos e foi mostrado aqui pelos números – e não há como contestar os números – que quanto mais se investe na agricultura familiar, mais a economia gira, e não é só na agricultura. Nós plantamos e investimos em Rondônia, mas nós movimentamos a economia em São Paulo, porque compramos tratores, implementos agrícolas. Quer dizer, a cesta também de compra do agricultor é muito grande, além de produzir alimentos de melhor qualidade e com quantidade maior. E quanto mais nós conseguimos produzir, menor a inflação, menor o custo dos alimentos também.

Então, essa é uma preocupação grande que temos com relação à quantidade de dinheiro para o Pronaf, principalmente, e com relação aos juros.

Falando em Pronaf e em quantidade de recursos, nós vamos ter agora, em maio, a nossa 4ª Rondônia Rural Show. Tivemos o prazer de, na primeira, estarmos em Rondônia, com a Comissão da Agricultura, e o senhor representando o Banco do Brasil. E fizemos uma audiência pública em Ji-Paraná. Portanto, teremos a 4ª Rondônia Rural Show.

No ano passado, os agricultores tomaram emprestado do Pronaf, através do Banco do Brasil, em torno de 270 milhões, só naqueles quatro dias. É importante que nós possamos aumentar esse valor. Duzentos e setenta milhões fora, tomados no ano passado; se nós colocarmos um aumento aproximado de 20%, teríamos de ter pelo menos R$320 milhões para a Rondônia Rural Show. Teremos esse valor para a nossa Rondônia Rural Show? Essa é a segunda pergunta.

Há outra pergunta. Todos estão falando sobre isso nas ruas, e entendo que é oportuno nós falarmos, com relação à decisão do TCU que colocou ontem como inadimplência da Presidência a questão de empréstimos dos bancos públicos para o Governo com relação ao crédito rural.

Eu gostaria que o senhor nos explicasse qual é a participação do Banco do Brasil nessa questão e o que, na sua visão, realmente aconteceu e qual é esse imbróglio todo para que possamos entender, pois nós não temos esse conhecimento amplo de como funciona o crédito do agricultor, de onde vem o dinheiro, qual a participação do Tesouro Nacional e onde entra o TCU. Se o senhor puder nos explicar isso, pois entendo que é uma pergunta que o Brasil inteiro gostaria de fazer e eu faço isso em nome dos brasileiros.

No mais, mais uma vez, agradeço a sua presença junto conosco. Esperamos novamente, se possível, a sua presença na 4ª Rondônia Rural Show, de preferência, com a carteira agrícola bem recheada para os nossos agricultores. Sabemos que, em Rondônia, a agricultura é forte, principalmente a agricultura familiar; não tão forte como a do Rio Grande do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Expodireto, em Não-Me-Toque.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não como a do Rio Grande do Sul, em Não-Me-Toque. Mas como somos a quarta, ainda, nós chegaremos lá, com certeza.

O crescimento que teve o Rio Grande do Sul com relação à agricultura, levou anos, muitos anos, décadas. Rondônia vai chegar mais rápido. É assim que é a tecnologia, e nós queremos fazer com que a nossa Rondônia, com certeza, no futuro, chegue a ser um Paraná, um Rio Grande do Sul, uma Santa Catarina, um Espírito Santo, com a agricultura familiar sempre muito forte.

Eu agradeço a presença do Senador Osmar Dias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Acir.

Eu consulto os Senadores se a cada pergunta, teremos a resposta do nosso convidado Osmar Dias ou se todos os Senadores perguntam, os quatro, e ele a responde todas de uma só vez.

Consulto os Senadores. (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, daremos sequência às perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Moka. Subsequente, falarão o Senador Donizete e o Senador Benedito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, primeiro, minha cara Presidente, tome cuidado quando você for falar do Rio Grande do Sul, porque ontem ela quase bateu no Ronaldo Caiado no plenário. O Ronaldo estava querendo criar alguma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador, Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Primeiro, minha Presidente, tenho a certeza de que a satisfação de receber o nosso Senador Osmar Dias aqui é muito grande. Eu tenho uma amizade muito antiga com o Osmar e um grande respeito por ele. Desde a época em que ele era Senador da República e eu Deputado Federal, nós, da Comissão da Agricultura da Câmara, contávamos com o Senador Osmar e o saudoso Jonas Pinheiro para ajudar os segmentos. O Senador Osmar sempre teve um desempenho relevante. Aliás, a autoria da Lei do Cooperativismo, inicialmente, foi proposta pelo Senador Osmar Dias.

Não vou ser repetitivo, mas essa questão dos créditos e juros é uma pergunta que certamente eu faria, mas eu queria saber qual a participação das cooperativas agropecuárias? Quando falamos de agricultura familiar, pelo menos no Mato Grosso do Sul e em outros Estados, as cooperativas, na verdade, representam vários produtores da agricultura familiar e, quando eles se organizam, ficam até muito fortes. Eu tenho um dado, ainda como Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo, segundo o qual a produção de alimentos as cooperativas agropecuárias representavam 54%. Quer dizer, a agricultura familiar organizada sob a forma de cooperativa agropecuária. Isso é algo importante. Eu aprendi muito aqui com o saudoso Moacir Micheletto, um batalhador pelo cooperativismo.

O que essa equalização dos juros subsidiados representa em termos do orçamento? Quando nós fazemos um Plano Safra ou dentro do orçamento do custo, claro que os juros são subsidiados e têm que sê-lo, sobretudo para a agricultura familiar.

Lembro que, quando cheguei ao Congresso Nacional, nós estávamos começando a questão da agricultura familiar e nós tínhamos um grande representante aqui, o João Grandão, como era conhecido, que defendia muito a agricultura familiar. O João não se reelegeu. Eu acabei ficando como o herdeiro natural da demanda da

agricultura familiar, e hoje eu tenho muito orgulho de estar muito próximo dela no Mato Grosso do Sul e tenho percebido o quanto aumentou, cresceu. Parabéns pelo trabalho! Os números falam por si sós. Há aumento de crédito, do IDH, do APL (Arranjo Produtivo Local), que o Banco do Brasil financia. Quando se financiam programas de Arranjo Produtivo Local, dão-se condições para aqueles agricultores familiares produzirem. Muda o padrão de vida. Nós estamos entrando agora num programa de erva-mate lá na região da fronteira para recuperá-la, pois a erva-mate era nativa e a soja, ao expandir-se, acabou expulsando a erva-mate, que é uma das questões que precisa de crédito por, no mínimo cinco anos, para a primeira coleta, porque senão você não consegue manter o pequeno produtor, aquele que vai produzir a erva-mate.

Finalmente, essa questão do Banco do Brasil na participação do Plano Safra é fundamental. Eu perguntaria qual será o impacto do nosso Plano Safra deste ano diante de nossas dificuldades econômicas. É claro que é uma pergunta mais da área econômica à Ministra Kátia Abreu, mas eu tenho certeza, pela ligação que V. Sª tem e pelo cargo que ocupa como Vice-Presidente do Agronegócio para a gente não ser surpreendido, Senadora Ana Amélia, porque, ano a ano esse Plano Safra tem aumentado, e tem aumentado, a gente tem que reconhecer, de maneira satisfatória.

São essas colocações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka, que é do PMDB do Mato Grosso do Sul.

Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom dia, Presidenta!

Bom dia, Senador Osmar Dias, Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil!

Quando o senhor estava na Secretaria da Agricultura do Paraná, eu acompanhava o seu trabalho porque eu estava muito focado nesta área, trabalhando com um grupo de produção de sementes de arroz, milho e soja, que é o Grupo Otávio Lage, aqui no Estado de Goiás e também no Tocantins. Eu gostaria de ver no meu Estado aquele trabalho que o senhor fez no Paraná. Ele é muito importante para este momento.

Ontem, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, nós tivemos aqui uma aula sobre essa questão da crise hídrica, em uma audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas. O conjunto dessa obra passa muito pela nossa atividade da agricultura.

Quero parabenizá-lo pela segurança, pela clareza com que o senhor colocou a situação do Banco do Brasil como agente fomentador e impulsionador do desenvolvimento da agricultura e da pecuária no nosso País, e que é, nesse momento, uma das âncoras da nossa balança comercial. Penso que precisamos continuar assim. Segundo alguns dados, o mundo precisa que a gente aumente a produção de alimentos no Brasil em 50%. Eu acho até que podemos aumentar menos se evitarmos os desperdícios, mas é fato que temos que aumentar. O bom é que a gente pode aumentar sem ter que desmatar. A gente tem muita área degradada, área de baixa produtividade, e a gente pode, com as inovações tecnológicos, com o desenvolvimento da área fazer isso sem essa questão dessa crise ambientalista agronegócio.

Penso que a agricultura familiar ainda tem um entrave que precisa ser superado. Aliás, são dois gargalos, e isso não passa, obviamente, pelo Banco do Brasil, que é a assistência técnica e a questão da regulação ou da certificação dos produtos produzidos que, muitas vezes, não pode ser comercializado ou não pode sair da esfera pequena do seu Município porque não tem o certificado da sanidade dos alimentos.

Mas eu acredito em uma coisa que é fundamental: aliar a terra com a força de trabalho de cada homem, cada mulher e o conhecimento. O agronegócio – a agricultura e a pecuária – é o que é hoje em função disso.

Cumpre ao Governo, principalmente para o grande produtor, garantir o crédito, garantir um bom marco de regulação, que o resto ele faz. Na agricultura familiar, acredito que precisa de apoio, e ainda tem a infraestrutura. Precisa que o Governo garanta a infraestrutura para que possa circular a produção com facilidade. Na agricultura familiar, acredito que a gente precisa resolver essas duas coisas e precisa do apoio, porque assistência técnica é importante.

É óbvio que o Banco do Brasil não tem inferência sobre isso, mas estou colocando isso porque acredito que se resolvermos os dois gargalos que coloquei, o crédito que o Banco do Brasil está disponibilizando hoje para agricultura familiar vai dar um retorno muito maior do que já está dando hoje.

A questão que eu iria colocar – vou repetir a pergunta aqui – é sobre o Plano Safra. Qual a nossa expectativa sobre o Plano Safra? Ele vai se manter ou ele vai crescer?

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti, pela colaboração.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu queria registrar algo mais em relação ao baixo carbono. Estamos apresentando um requerimento para audiência pública lá no meu Tocantins – com

a permissão da nossa Presidência e dos demais Senadores –, para discutir aquicultura, pesca e agricultura de baixo carbono. Na oportunidade, visitaremos uma usina de etanol da batata-doce, um projeto da Sudam com a Universidade Federal, ou seja, mais um desenvolvimento científico e tecnológico, que vai para Amazônia potencializar essa questão do agro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti.

Passo a palavra para o Senador Benedito de Lira, ex-Presidente desta Comissão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Srª Presidenta, prezado Osmar Dias, ex-Senador, companheiros, eu tive a alegria, quando fui Presidente desta Comissão, de também contar com a presença do Vice-Presidente do Banco do Brasil para prestar esclarecimentos, inclusive fazer essa agenda extraordinária que ele trouxe hoje. Houve mudanças, praticamente em dois anos da minha época para hoje.

Queria, rapidamente, tocar num episódio para dizer da importância, Presidente Osmar Dias, no que diz respeito, Moka, ao projeto de medicamentos genéricos para produtos veterinários. Passou nesta Casa três anos e, um dia, tive a informação, através de Lupion, de que estava na relatoria do projeto o Senador Osmar Dias. Houve até uma desinformação, quando fiz reclamação na Comissão de Agricultura da Câmara e o Lupion encaminhou a reclamação para o Senador Osmar Dias. O Osmar Dias, com justa razão, disse, na oportunidade, que estava cuidando, sem criar qualquer tipo de dificuldade, considerando que a minha reclamação foi em cima do tempo que o Senado Federal estava com processo. Era na época relator o Senador Jonas Pinheiro, inclusive por sugestão nossa, na oportunidade, para que ele fosse o relator, considerando que era um homem dos mais ligados ao setor e médico veterinário.

Pois bem, não sei bem, talvez porque a agenda dele estivesse muito cheia, o processo passou três anos aqui. Chegou às mãos do Senador Osmar Dias e, imediatamente, foi oferecido parecer e a Casa aprovou. Agora tem uma coisa, Senador, por incrível que pareça, aprovou e, em julho de 2012, a Presidenta Dilma sancionou a lei e, até hoje, a lei não foi regulamentada no Ministério da Agricultura. Estive recentemente com a Ministra Kátia e saí de lá um pouco mais aliviado, porque ela determinou – ela não pediu – ela determinou que quer o resultado disso até o dia 30 deste mês, para que ela possa levar ao gabinete da Presidência da República. Espero que agora a gente possa ter isso.

Tocando no que tive oportunidade de ver, primeiro, eu queria cumprimentá-lo pela maneira como o senhor conduz essa carteira no Banco do Brasil.

Queria fazer uma observação e, ao mesmo tempo, pedir uma sugestão. No meu Estado, está sendo construído um dos maiores canais de recursos hídricos, não é nem do Nordeste, mas do Brasil, porque ele tem cerca de 240km, já estamos quase na metade, mais ou menos uns 105km prontos. Ele vai atingir o Semiárido, atingindo mais de 30 Municípios daquela região Semiárida do agreste de Alagoas. A minha preocupação tem sido até hoje, porque já tem 65km prontos, entregues, e até hoje a água está sendo subutilizada. Já tem obra com água no canal em cerca de 65km. Acho que o restante, a Presidente deverá inaugurar, os 105km, em meados deste ano. Pois bem, Srª Presidente, a nossa preocupação é exatamente essa, porque até agora, nos 65km, a água está sendo subutilizada, sendo usada, nesse período de seca, para carros-pipa abastecerem as comunidades de determinados Municípios da zona urbana. Há uma vocação da região para o cultivo do caju. Já temos alguns experimentos na região.

Com o esforço pessoal dos pequenos agricultores, da agricultura familiar, nós podemos temos crédito para reflorestar o Semiárido através do caju?

O meu Estado sobreviveu ao longo do tempo na monocultura da cana-de-açúcar. Éramos o segundo maior produtor de açúcar e álcool do país, que hoje está em processo de declínio. As mais de 30 usinas que nós tínhamos estão hoje resumidas à metade e, assim mesmo, com dificuldades enormes. Consequentemente, o setor deu declinou e não acredito mais que ele possa ser alavancado. Então, há a possibilidade de utilização dessas terras, que estão sendo utilizadas, hoje, pelas próprias usinas, nas encostas e nas quebradas, para o plantio de eucalipto?

Outra pergunta: com relação ao crédito para esse setor, para essa atividade, qual é a expectativa, por exemplo, de fazermos isso transformando em pequenos e médios cultivadores dessas duas atividades que acabamos de citar?

De resto, eu quero cumprimentá-lo pela sua extraordinária apresentação. Tenho certeza absoluta de que o Banco do Brasil vai continuar sendo o grande vetor do desenvolvimento do País, não só na área agropecuária, mas no todo, porque, como o senhor acabou de dizer, é um estabelecimento de muita responsabilidade, de muita credibilidade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Benedito de Lira.

Antes de passar a palavra ao Senador Lasier, o consulto se S. Exª já quer fazer as perguntas. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, enquanto V. Exª se prepara, eu vou fazer breves observações ao Senador, pois deixei falar primeiro os colegas, deixando a Presidência para depois.

Senador Osmar Dias, o Senador Moka, aqui, fez referência da sua atuação, no Senado, do seu papel na Lei do Cooperativismo. Mas eu também tive o privilégio de ser a Relatora, na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Presidente foi o Senador Moka, anteriormente o Senador Jayme Campos, de um projeto do Senador Osmar Dias, de 1998, que tratava de criar, definir um prazo de atendimento, de tratamento de câncer para os pacientes atendidos pelo SUS. E, na relatoria, essa lei já está em vigor, a chamada Lei dos 60 Dias. E já estamos fazendo avaliações da aplicabilidade dela. Então, os portadores de câncer no Brasil inteiro já sabem, eu sempre fiz questão de salientar a autoria da lei, que, claro, foi tendo a colaboração na Câmara, mas eu tive o privilégio de ter trabalhado nela e ser a Relatora. Ela já está em vigor, e o próprio Ministério Público Federal tem atuado para avaliar se o Ministério da Saúde e o SUS vêm cumprindo o projeto de sua autoria.

Senador Osmar Dias, como a razão desta convocação teve muito a ver com o que aconteceu no Rio Grande do Sul, particularmente em Santa Cruz do Sul, no financiamento aos produtores de tabaco da região e de outras culturas, de agricultura familiar, problema tão grave, que acabou a Polícia Federal fazendo investigações – foi concluído o inquérito –, mas não havia, do ponto de vista administrativo do Banco do Brasil, uma informação clara a respeito das investigações internas.

V. Exª, quando chegou aqui, fez a referência em relação a eu ter entendido que não adiantava, naquele momento, em dezembro ou novembro, o senhor ter vindo aqui porque as investigações estavam ocorrendo. O senhor chamou muitas vezes a minha atenção, e aí eu tomo como uma referência e responsabilidade também, que a concessão desse crédito, no caso do Pronaf, é baseada em uma espécie de aval, e esse aval se chama DAP. É um documento que sustenta e dá credibilidade ou aptidão. A aptidão quer dizer que a pessoa está habilitada a receber aquele crédito.

Então, este DAP é fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que faz parcerias com entidade, seja ela movimentos sociais ou cooperativas de pequenos produtores, todas as entidades. Então, o que houve nesse caso específico e se, a partir dele, o banco tomou outras providências para fazer, digamos, uma espécie de varredura? Porque a nossa preocupação principal, como salientamos no começo, V. Exª também sublinhou, é preservar este programa, que tem um grande alcance social, provado aí pela mudança do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – em todas as regiões que foram ali listadas. Então, especialmente no meu Estado, Município de Canguçu, na parte sul do Rio Grande.

Então, nesse particular, quais as providências tomadas, que números V. Exª tem e o que redundou nesse processo, se houve ou não algum tipo de irregularidade do ponto de vista da operação no crédito lá em Santa Cruz do Sul?

E também a questão de saber de V. Exª, em relação aos agricultores que consideram, às vezes, cobranças indevidas de juros ou de outros débitos, se há, digamos, um passivo jurídico de questionamentos do sistema agropecuário de questionar junto ao sistema de crédito rural cobrança excessiva? Como isso é administrado pela instituição? Existe ou não existe esse passivo?

Então, são esses, inicialmente, os meus questionamentos.

Indago novamente o Senador Lasier Martins, porque agora o Senador Osmar começará a responder, se V. Exª quer questionar o Senador Osmar Dias ou se quer, primeiro, ouvir as respostas e fazer os questionamento no final? (*Pausa.*)

Obrigada, Senador Lasier Martins.

Então, com a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Bom, nós temos aqui uma série de indagações. Eu vou procurar ser objetivo e responder a todas. Se ficar alguma sem resposta, por favor, me cobre.

Vou começar pelo Senador Acir. Obrigado pelas palavras, pela referência, fruto da nossa amizade.

Eu acho que a sua atuação aqui na Comissão de Agricultura merece destaque, sim. Também estive aqui no tempo do Lira e esta Comissão se levantou. Acho que agora está em boas mãos, porque a Senadora Ana Amélia tem feito contatos frequentes comigo, sempre tratando de assuntos relacionados aos interesses do País, que passam por esta Comissão.

O Senador Acir já foi direto no ponto, questionando duas coisas especialmente: a taxa de juros e o pagamento da equalização por parte do Governo.

Normalmente, essas perguntas são fruto de discussão, e quase sempre a resposta não é definitiva. Eu não poderei dar a resposta definitiva sobre a taxa de juros. Gostaria de fazê-lo, mas não posso, porque quem

estabelece taxa de juros é, evidentemente, uma portaria do Conselho Monetário Nacional, depois de decidido pelo Ministério da Fazenda, Banco Central, Planejamento e Ministério da Agricultura.

O que posso dizer é que, desde quando estou no Banco do Brasil, a Presidente Dilma, pessoalmente, porque ela conduzia a elaboração do Plano Safra pessoalmente, sempre dizia o seguinte: "A agricultura tem que ter todo o apoio. Nós não vamos permitir que faltem recursos para a agricultura." E sempre foi assim, tanto que vimos ali a curva de crescimento do nosso programa de crédito. Ou seja, em todas as linhas, um crescimento em todos os segmentos.

No entanto, nós estamos atravessando um momento diferente daquele que vivemos nos quatro anos anteriores. O que mudou? Eu preciso explicar aqui, como V. Exª disse, de onde vem o dinheiro para o crédito rural. As fontes são: os fundos constitucionais, recursos do Tesouro, que equaliza a taxa de juros, e 64% do dinheiro que vem financiar a agricultura é da soma de depósitos à vista e poupança. Como assim? Hoje, 70,29% da poupança do Banco do Brasil financiam o crédito rural. Então, se temos 100 bi em poupança, 70,29 bi podem ser aplicados, que é a chamada exigibilidade. No caso de depósito à vista, 34%. É assim que se compõem os recursos do crédito rural.

Eu já disse que, no final do ano passado, em dezembro, tínhamos uma projeção no banco de um volume de poupança de 165 bilhões. Chegamos a 148 bilhões. Ali já havia um problema, Senador Lira, de ou fuga para outros fundos, outras aplicações, ou o cidadão estar usando mais o dinheiro para consumo mesmo – ele está precisando do dinheiro e tirando da poupança –, ou os dois juntos. Então, tivemos esse desbaste, vamos dizer assim, na poupança, que acaba impactando os recursos de crédito rural, assim como houve no depósito à vista.

A imprensa divulgou, recentemente, 23 bilhões de redução de poupança nos três primeiros meses. Destes 23 bilhões, 4 bilhões são do Banco do Brasil. É evidente que não vou dizer aqui que há dinheiro hoje para financiar tudo o que quiserem. Não é assim. Nós estamos atravessando o momento que o País vive, e queremos dar a nossa contribuição, primeiro, falando a verdade. Não vamos enrolar, porque os números estão indicando que houve uma queda no desembolso. E essa queda é por falta de *funding*, que acabei de explicar como se compõe.

Estamos em dois momentos diferentes: um momento de crédito de pré-custeio. Nós antecipamos bastante, a partir do momento que chegamos lá, porque eu tinha a visão de produtor de que precisava de um crédito de pré-custeio antes. Normalmente, era maio e junho. Nós antecipamos para fevereiro. E o produtor se acostumou a ter o pré-custeio já em fevereiro. Bom, para fazer o pré-custeio, temos que ter uma fonte de recursos garantindo um volume que calculamos, de abril a final de junho, até quando se iniciará um novo ciclo de safra, de 7 bilhões para o nosso caso, porque a Caixa já anunciou que tem 2, e a própria Ministra anunciou os 9, somando da Caixa e do Banco do Brasil. No entanto, aqui há a necessidade de se explicar uma coisa: nós temos, de recursos controlados deste total de 7, menos de 4. Então, é evidente que nós precisamos tomar esses recursos de outra fonte que estamos tomando, que é a LCA, fazendo um *mix*. E esse *mix* não vai resultar em uma taxa de juros de recursos controlados, que é de 6,5. Esse *mix* eleva a taxa de juros. Então, de acordo com o risco do produtor, de acordo com características do produtor, estamos praticando uma taxa que está variando entre 9.5 e 10.5.

Eu gostaria de estar praticando essa taxa de juros? Não. Não gostaria. Mas o que é melhor? Deixar o produtor sem o pré-custeio ou colocar esses recursos lá? Colocar 4 bilhões para atender em taxa equalizada ou aumentar para atender todo mundo? A nossa decisão foi a segunda. Ou seja, atender toda a necessidade de pré-custeio. E o produtor, evidentemente, está tomando em nome de outra linha, inclusive. Veja que estamos fazendo uma ginástica, porque estamos usando a portaria de comercialização. Assim, os produtores estão tomando esses recursos por quatro meses, que é a de comercialização, como se fosse pré-custeio. Mas estão sendo atendidos para comprar os insumos, Senador Moka, só que se forem ao mercado vão pagar 2% ao mês. Está alta a taxa de juros? Sim, está alta em relação ao recurso controlado, mas está muito baixa em relação ao que seriam submetido se fossem ao mercado.

Essa é a nossa realidade do pré-custeio. É essa taxa que queremos para o novo Plano Safra? Não. Mas acho que temos que ser realistas: o Governo já sinalizou, e a Senadora Kátia está empenhada juntamente comigo e com todos do banco, e nós estamos numa luta muito grande em duas frentes: taxa de juros e volume de recursos.

Daquele total que foi anunciado no ano passado de 180 bilhões, tínhamos 24 bilhões para agricultura familiar e 156 bilhões para Pronamp e demais produtores. Mas se olharmos para recursos controlados, dão 89 bilhões; a outra parte vem de outras fontes, que, evidentemente, não têm a mesma taxa de juros. Mas em relação aos recursos de crédito rural é com isso que temos, ou seja, 89 bilhões, que recebem equalização do Governo.

Alguém perguntou qual o tamanho dessa equalização. Aí é que está o impasse da discussão da taxa de juros. A Taxa Selic, quando foi anunciado o Plano Safra 2014/2015, era 11%. A Taxa Selic hoje é 12,75%, com viés de alta. É o que está sendo dito.

Quando você calcula a equalização, você calcula o quê? Calcula a diferença da taxa de juros que está sendo cobrado no crédito rural para a Taxa Selic. Essa diferença é coberta pela equalização. Então, a necessidade é que o Tesouro coloque no Orçamento um volume de recursos de equalização do tamanho da necessidade imposta pelo anúncio do Plano Safra. Se anunciam um Plano Safra de 89 bilhões de recursos controlados, você tem que fazer o cálculo em relação à Taxa Selic. A Taxa Selic subiu. Há, então, alguma possibilidade de a taxa de juros continuar sendo a mesma praticada hoje? Acho difícil. Acho difícil. Até onde ela vai? A resposta não é minha. Mas eu acredito que o produtor, em todas as conversas que tive com produtores, ficaria satisfeito se ela não ultrapasse 8,5%, e que o volume de recursos – essa é uma proposta nossa – seja igual ao do ano passado, corrigido pelo menos pela inflação.

Mas temos um outro fato que está influenciando o custo de produção, que é o dólar. O dólar que se praticou na safra passada era de US$2,60; hoje é US$3,10. Então, é evidente que o custo de produção vai crescer. Se tivermos uma redução de volume de recursos, o produtor – evidentemente que quem é produtor aqui sabe –, quando falta o crédito ele improvisa, ele planta com menos adubo, escolhe uma semente mais barata, ele tem que compor o custo da produção dele de acordo com a capacidade da pagamento.

Se ele não pode contar com o crédito, vai buscar outros mecanismos, um deles é a improvisação.

Então, a nossa luta é para que tenhamos uma taxa de juros compatível, ou seja, subiu a Selic, tudo bem, entendemos que teremos de ter uma correção na taxa de juros, mas essa correção não pode sair da capacidade de pagamento do produtor.

Segundo, queremos que o Governo reconheça neste momento que, no ano passado, o agronegócio brasileiro colocou 100 bilhões na exportação, ele importou 16 bilhões. Ele deixou na balança comercial positivo 84 bilhões. Isso é relevante. E eu estava dizendo para o Senador Acir antes de começar a reunião: olhe, tem dois segmentos, e não é porque estão sob o meu comando no Banco, micro e pequena empresa e agricultura. Um, para gerar emprego: de cada quatro empregos que se geram no País, três vêm de micro e pequena empresa. E o outro, para cuidar do PIB, a economia tem que crescer, a exportação tem que crescer. E o Governo está lançando um programa de exportação.

Então, para ser coerente, defendo que, para defender um programa de exportação, você tem que apoiar a produção, para ter o que exportar. E qual é a nossa vocação? Exportar produtos oriundos da agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A questão cambial, em termos de exportação, vocês têm uma ideia de quanto isso vai aumentar? É claro que, com o real desvalorizado em relação ao dólar, a tendência natural é de aumentar a exportação.

O SR. OSMAR DIAS – Nós estamos hoje com uma vantagem comparativa positiva, porque o dólar está favorecendo as exportações, mas temos que pensar também do outro lado, porque quando vamos plantar, o potássio, por exemplo, importamos 80% do potássio que é usado na agricultura brasileira. Então, há uma composição de custo que nos tira. Não saberia responder qual é o crescimento das exportações em função da taxa de câmbio, mas sei que ela poderá, se houver um estímulo, porque temos de ter linhas de crédito, e o crédito fala sempre de ACC, com prazos longos, é o que se pede para que os exportadores possam ter realmente capacidade de exportar.

Então, falei de taxa de juros, de volume de recursos, a nossa proposta é aumentar, pelo menos, a inflação naquilo que foi liberado ano passado. Não estou dizendo que essa é uma decisão do Governo, pelo amor de Deus! Estou dizendo apenas que estamos propondo isso, porque achamos que seria razoável, seria bom neste momento, para um segmento que tem dado uma grande contribuição.

Chegou o Senador Valdir Raupp, que também falou sobre a feira de Ji-Paraná, solicitando os recursos de crédito. O Banco tinha colocado 60 milhões, nós vamos avaliar essa solicitação que está sendo feita de 300 milhões. Vamos ver se chegamos pelo menos perto disso, em função daquilo que falei antes aqui, estamos tentando atender a todos, fazendo assim um exercício de inteligência da minha equipe que trabalha para conseguirmos distribuir melhor esses recursos pelo País afora.

Sobre a equalização, é mais ou menos assim, uma safra de custeio vai custar para o Governo 5 bilhões de equalização aproximadamente, em torno disso. Pode ser um pouco mais, um pouco menos, mas é isso.

E sobre a questão do Banco que está na imprensa hoje, que o Senador Acir levantou, é um pouco diferente a questão do Banco do Brasil em relação aos outros. Na equalização, temos um contrato de prestação de serviços com o Tesouro. Nesse contrato, não se prevê o momento do pagamento, o que se prevê é que será pago. E esse crédito que o Banco do Brasil tem com o Tesouro não se caracteriza empréstimo. Na verdade, o Tesouro tem esse dinheiro aplicado, porque ele já está contabilizado no Banco, só falta resolver o financeiro, o que está sendo resolvido parceladamente. O Tesouro vem pagando parcelas desse crédito que o Banco do

Brasil tem. E esse crédito que o Banco do Brasil tem está hoje rendendo para o Banco do Brasil e, portanto, não há prejuízo nem para acionistas, nem para o banco, nem para ninguém, pela taxa Selic, o que, para o Banco, é uma belíssima aplicação, não é?

Então, respondendo, o Banco está tranquilo. Nós faremos a resposta ao TCU com todas as informações técnicas daquilo que é devido, daquilo que é crédito do que o Banco tem em relação à equalização, que é uma natureza de recurso diferente de outros. Aqui nós não estamos falando de empréstimo do Banco para o Governo Federal. Estamos falando, na verdade, de um recurso que nós liberamos como crédito para o produtor, mas que receberemos e, quando recebermos, receberemos corrigido pela taxa Selic. E já estamos recebendo. Portanto, é uma situação de normalidade em relação ao Banco do Brasil.

Seguindo aqui, não sei se ficou satisfeito, se não ficou a gente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

Meu caro Osmar, eu conversei aqui com o Senador Moka, considerando que eu tenho uma viagem prevista agora para 10h30, e eu pedi a ele permissão para que o Dr. Osmar pudesse me responder antes da indagação dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Moka está confirmando a solicitação de V. Exª, então eu gostaria de fazer...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Eu lhe agradeço...

O SR. OSMAR DIAS – É que eu ia responder sobre irrigação, já tomei um banho de água aqui também, não é? (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A Comissão é coerente com os temas da agenda, Senador.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Lira, é o seguinte, quando o senhor ficou bravo porque o projeto de medicamentos genéricos para pecuária não andava, eu também fiquei muito bravo, mas a gente se entendeu depois e V. Exª viu que o meu parecer foi rápido e eu, agora, estou surpreendido, porque até hoje ele não entrou em vigor. E aí lembro que o meu projeto de cooperativismo que o Moka falou, é de 99. Eu acho que naquele tempo eu tinha a barba preta ainda, viu? E aí, o outro projeto que a Senador Ana Amélia lembrou, é de 98 e ela relatou recentemente aqui no Senado. Teve a gentileza de me telefonar e de relatar citando a minha autoria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E hoje estamos debatendo, Senador, o projeto da biodiversidade que V. Exª foi relator lá no passado, não é isso?

O SR. OSMAR DIAS – É, eu fui relator e, inclusive, me custou bastante debate, discussão, não é? Porque eu introduzi o artigo que autorizava os transgênicos. E, lá no Paraná, tinha gente que era contra os transgênicos. E os transgênicos hoje estão praticamente em todas as lavouras do País. E agora tem até a possibilidade de transgênicos medicinais. O arroz, por exemplo. Então, a evolução da ciência não pode ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – ... não pode ser barrada pelo atraso, não é? Com cuidado a gente está avançando.

Aí o Senador Lira me perguntou sobre os genéricos, eu acho que isso aí vai ser rápido, um avanço, se pode para o ser humano porque não para os animais e com redução de custos, não é?

Nós temos muito interesse, Senador Lira, nesse programa de irrigação. O Banco não pode, evidentemente, fazer investimentos de infraestrutura, mas o Banco pode financiar os produtores depois da infraestrutura colocada pelo Estado. O programa que nós temos hoje de irrigação ele, pela razão já conhecida, porque o Brasil não tem muita cultura de se fazer irrigação e a gente precisa de ter, sabe? Nós temos, acho, uma área irrigada de no máximo 8% do que é plantado hoje. Precisa crescer essa área, porque a gente tem problemas climáticos não é só no semiárido. Problema climático está acontecendo com frequência no Sul do País, no Sudeste, atingindo até o abastecimento humano, não é? E a gente precisa evoluir nesse conceito de irrigação.

Eu até disse para a Senadora Kátia Abreu, que é a Ministra da Agricultura, eu falei "se V. Exª quiser anunciar uma novidade nesse Plano Safra, seria um grande programa de irrigação para o País". Infelizmente, talvez, não seja o momento mais adequado em função de recursos. Mas nós temos uma linha de irrigação e gostaria de recebê-lo lá no banco para a gente discutir o que pode ser feito em relação não só a esse projeto, mas ao semiárido, de receber as suas sugestões inclusive.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Certo.

E sobre o financiamento de reflorestamento, o programa BC é a linha que tem, inclusive, recursos para 15 anos de prazo, em alguns casos com até sete anos de carência, para fazer reflorestamento. Esse programa

e o de irrigação, eu gostaria que o senhor me fizesse uma visita, tomar um café e a gente discute. Assim fica mais prático.

Vamos, então, para o Senador Moka.

Senador Moka, V. Exª falou de cooperativas, nós temos uma parceria muito forte com as cooperativas de crédito que, para o bem do País, estão crescendo. Porque o Banco do Brasil tem essa participação de 63, 64, 65%. E elas estão crescendo e isso é muito bom, porque elas têm uma capilaridade, especialmente nos Estados do Sul, e tomara que elas se expandam, vão para Rondônia, vão para outros Estados, e que a gente possa ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Mato Grosso do Sul. E essa parceria com o banco é muito forte, Senador Moka, e também com as cooperativas de produção. Nas cooperativas de crédito, a gente atua muito com o Pronaf, muito mesmo. E, inclusive, na agroindustrialização das propriedades, financiando esses investimentos em agroindústria. É muito importante essa parceria.

Eu já respondi a sua de equalização. E a participação nossa no Plano Safra é propor... V. Exª perguntou qual era a participação do Banco Brasil no Plano Safra. Bom, é executar o Plano Safra. Mas antes dele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – A da equalização?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...vamos tentar, pelo menos, manter e corrigir com a inflação.

O SR. OSMAR DIAS – É a nossa proposta. Agora, a Senadora Kátia tem dito que ficaria satisfeita já com a manutenção do mesmo volume de recursos.

Então, assim, são opiniões um pouco diferentes, eu respeito, mas a gente tem a esperança de que o Governo vai olhar para a agricultura como olhou nesses últimos quatro anos. Porque não dá para reclamar da política de Governo, especialmente em relação a crédito, nos últimos quatro anos, os números mostram isso.

A gente não quer ter uma inflexão negativa nesse volume de recurso, que seria assim... porque depois que você implanta, Senador, uma política de crédito, voltar atrás, e depois para recuperar essa política de crédito é muito custoso, muito difícil.

E a gente espera que a política de crédito olhe para o produtor com liberação de volume e recurso, com juros compatíveis, que a gente tenha a capacidade de plantar, produzir, sem gerar dívida para o produtor. Porque colocar o produtor, neste momento, no mercado, para tomar crédito, vai colocar o produtor, daqui a pouco, aqui na Comissão de Agricultura, discutindo endividamento. E V. Exª sentou muitas vezes comigo para discutir endividamento. Nós não queremos voltar nesse tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Isso.

O próximo Senador foi o Senador Donizeti Nogueira, ele falou de aumento de produção sem desmatamento. Eu creio que os 100 milhões hectares que estão aí degradados, com o programa como o ABC, com uma linha de crédito dessa, a gente pode ajudar muito. E queremos contribuir para que haja esse aumento.

Agora, se você olhar a curva de produtividade ocorrida, ela acompanha, exatamente, o crescimento do crédito. O produtor investe em tecnologia quando tem crédito, quando não tem ele tira o pé. E tirando o pé cai a produtividade e, em consequência, a rentabilidade e a produção.

Quanto ao conhecimento do produtor, para se introduzir um programa como o ABC nós treinamos cerca de 40 mil técnicos no Brasil afora. Nós treinamos produtores, e isso é o que faz a diferença de um programa como esse. Você colocar na cabeça do produtor que ele tem que ter um modelo de gestão diferente. Não dá nem para colocar ele num programa moderno, como é esse da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Falou da assistência técnica, a gente está esperando a instalação definitiva da Agência Nacional de Assistência Técnica, porque esse sim é um instrumento importante para dar mais qualidade na aplicação do crédito rural.

Se a gente pega o Pronaf, nas regiões que têm assistência técnica, como é o caso do Rio Grande do Sul, Sudoeste do Paraná, enfim, no Paraná, Santa Catarina, você vê uma aplicação do crédito muito mais eficiente, porque o produtor levanta mais rapidamente daquela condição que ele está. Ele cresce mais rapidamente.

Rondônia tem já programa de assistência técnica, também, a gente sabe. E, assim, Estados que dependem da agricultura familiar têm que investir em assistência técnica, senão fica difícil. E isso explica também a inadimplência de só 1% que temos na linha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Osmar Dias encerra as respostas. Há mais a última série com o Senador Lasier Martins, Senador Valdir Raupp, Senador José Medeiros e Senador Wellington Fagundes.

O SR. OSMAR DIAS – Só para colocar no contexto o que aconteceu em Santa Cruz do Sul. Aliás, a imprensa trouxe hoje e ninguém me perguntou, mas já vou colocar, aqui no meio dessa história, um desvio que a Polícia Federal investigou em Rondônia, em Campo Novo, que pode chegar a R$1 milhão.

A Polícia Federal já está anunciando que houve o envolvimento de um ex-funcionário do Banco do Brasil, integrantes da Emater. Eu não posso afirmar isso, porque eu não li o relatório da polícia, o processo, mas é o que está na imprensa.

O que aconteceu em Santa Cruz do Sul? Eu fiz questão sempre de frisar ali para a Senadora Ana Amélia, para chegarmos a essa conversa final, para explicar Santa Cruz do Sul, que existe um processo em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário fornece a DAP ou credencia entidades que fornecem a DAP. Lá no caso de Santa Cruz, foi credenciada a associação que tem o nome de Aspac. Nos números, essa associação credenciou, do dia 21 de dezembro de 2006 até 31 de dezembro de 2013, 6.335 mutuários, movimentou, nesse período, um valor de 88,820 milhões, equivalente a 33,5% dos valores desembolsados naquela região.

Desde 2012, há uma investigação feita pela Polícia Federal, atendendo uma denúncia que foi feita à Polícia Federal e ao Ministério Público, de que estavam ocorrendo, com a participação de funcionários do banco, dessa associação, a Aspac, irregularidades que estavam levando produtores a ter prejuízos quando faziam seu contrato de financiamento do Pronaf.

Como eu disse aqui, nós atendemos 1,2 milhão de pronafianos no País. Eu estou falando aqui de um número, de um local, de uma região pequena, de 6.335 mutuários. O banco ofereceu todas as condições, abriu todas as informações para a Polícia Federal, para o Ministério Público. O maior interessado em que esse assunto seja esclarecido é o Banco do Brasil, porque quem está, neste momento, sendo prejudicado com essa história, principalmente em relação à imagem, é o Banco do Brasil e a imagem de um programa, que, como eu disse aqui, não conheço outro no mundo de tamanha importância para a agricultura familiar.

Nos nossos procedimentos, nós resolvemos fazer uma força-tarefa e chamar os produtores para que eles relatassem o que ocorreu. Nós analisamos 4.226 operações de 1.493 produtores, desse número que eu falei aqui. Aí abrimos para que os produtores procurassem as agências e reclamassem, fizessem a reclamação. Do período de 8 de dezembro de 2014 até 13 de fevereiro de 2015, nós recebemos, nas agências, daquele número de 6.335, apenas 269 produtores para reclamar, daqueles 6.335 que tiveram negócios com a Aspac. O resultado foi: 31 ficaram satisfeitos com as explicações dadas no atendimento e não necessitaram retornar; 218 atendidos com retorno e 20 clientes faltam retornar.

Bom, a auditoria do Banco resolveu afastar oito funcionários, oito funcionários, e cita num relatório que estima ter envolvidos cerca de 50 funcionários.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No caso específico de Santa Cruz do Sul?

O SR. OSMAR DIAS – No caso de Santa Cruz, porque aqui nós temos duas agências, Senadora, a de Santa Cruz e de Sinimbu, duas cidades próximas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Próximas, bem próximas.

O SR. OSMAR DIAS – O inquérito da Polícia Federal continua em andamento, com o Ministério Público, ele não foi concluído. A auditoria do Bando do Brasil vai ser concluída em meados de maio.

Se nós temos oito funcionários afastados é porque a auditoria encontrou indícios de irregularidades. Quais são essas irregularidades? Principais ocorrências encontradas: indícios de fraude na DAP : 153, que é o caso de Rondônia, DAP com fraude; indício de desvio de finalidade, ou seja, o sujeito não aplicou o recurso para aquela finalidade; indicativo de irregularidade no laudo de fiscalização, ou seja, não houve um procedimento adequado por parte de quem foi fazer a fiscalização – quem? O Banco. Principais ocorrências de origem interna encontradas: aditivos de prorrogação não localizados; dossiês de operações não localizados, no primeiro caso, 1815, aditivos de prorrogação não localizados – 1815; dossiês de operações não localizados – 358; liberações na conta da Aspac: 142; liberações em contas de terceiros sem autorização: 156. Ou seja, no mínimo houve negligência, porque no Banco existe uma coisa que é sagrada; o cumprimento das normas. Aqui não houve. Aqui faltou o cuidado dos funcionários que atenderam esses projetos aqui.

Ou seja, eu estou afirmando, no mínimo negligência, porque eu não posso afirmar outra coisa ainda. Nós não temos a conclusão nem do Ministério Público nem da auditoria do Banco.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Osmar, mas eu me lembro, na época da gravidade, e tinham pessoas que apareciam, dando entrevista, dizendo que elas tinham empréstimo no nome delas e elas sequer tinham notícia do empréstimo.

O SR. OSMAR DIAS – Isso, é isso que a Polícia Federal está investigando e é isso que a auditoria do Banco está investigando. Por que qual é o papel da auditoria do Banco? É investigar a responsabilidade ou não de funcionários do Banco. Agora, o Banco tem 115 mil funcionários e ele não pode, o Banco, pagar por conta de oito funcionários que cometeram irregularidades, ou um funcionário de Rondônia que cometeu irregularidade.

Eu estou no Banco há quatro anos, aliás, vai fazer aniversário agora dia 18, quatro anos, e eu, assim, a coisa que eu mais admiro no Banco é o rigor na liberação de empréstimos. Existem comitês, todos esses empréstimos passam pela análise de comitês, no caso de empréstimos maiores, e, no caso do Pronaf, existe um processo que eu fiz questão de mostrar ali, que passa por várias etapas. Agora, quando você pula uma etapa daquela, por negligência, você causa um processo desse de desgaste de imagem para o Banco, que não é assim aceitável. Não dá para aceitar que meia dúzia de pessoas ou oito pessoas manchem a reputação de um Banco e manchem a reputação de um programa.

Então, Senadora Ana Amélia, muito obrigado. V. Exª tem sido determinada pra gente chegar ao final disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Com correção, pra não pré-julgar ninguém, mas fazer a coisa certa.

O SR. OSMAR DIAS – Mas não está buscando, assim, "Vamos bater no Pronaf". Não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não.

O SR. OSMAR DIAS – O que V. Exª quer é que o Pronaf continue sendo um programa limpo, melhorando a vida das pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A mesma coisa.

O SR. OSMAR DIAS – E que as pessoas que provocam essa corrosão na Imagem do Pronaf sejam punidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sejam punidas.

O SR. OSMAR DIAS – É o que nós queremos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu só queria um esclarecimento. O senhor falou aqui que, do número das 4.900 operações com a entidade Aspac, quando o banco abriu para que fossem explicadas as irregularidades – os mutuários estavam reclamando que tomaram, como o Senador Moka lembrou, empréstimo em seu nome, e esse dinheiro não chegou à conta do produtor –, 269 fizeram a reclamação: 31 ficaram satisfeitos com as informações dadas e com o esclarecimento e 218 atendidas.

O SR. OSMAR DIAS – Atendidos com retorno, ou seja, aí tem algum problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Desses 218 casos?

O SR. OSMAR DIAS – Isso. Então, assim: quando se noticiou que o banco tinha tido um prejuízo de 80 milhões, não; 88 milhões foi o que o banco aplicou de 2006 a 2013, na Aspac, ou seja, via Aspac, com as DAPs sendo concedidas pela Aspac. Não é esse o dinheiro que sumiu nessa história. Nós só vamos chegar à conclusão de qual é a perda que nós tivemos quando a auditoria concluir o trabalho.

E uma coisa que existe no banco também, que no começo eu estranhei, mas agora eu entendo, é que a auditoria não abre o relatório enquanto não concluir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O que é uma prudência necessária, uma prudência jurídica.

O SR. OSMAR DIAS – Exatamente, pela prudência de um gerente sair falando na imprensa, um vice-presidente sair falando por aí e depois ser desmentido na sequência. Então, por exemplo, eu não posso dizer quanto que o banco teve de prejuízo aqui, que vai ter que lançar em perdas. Mas nós vamos chegar – e isso é uma questão de honra para o banco – a esse número, e nós vamos chegar também ao prejuízo dos produtores, que não ficarão com o prejuízo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Essa informação é muito importante, porque esta audiência pública está sendo acompanhada lá pelos produtores de Santa Cruz do Sul e do Rio Grande do Sul, e eu acho que também isso é um sinalizador, Sr. Osmar Dias, para falar do rigor que a instituição tem, porque, como ela é o principal agente do Pronaf, ela tem exatamente isso que o Senador Osmar Dias fala: a questão do rigor da imagem, da credibilidade e da seriedade com recurso público para pequenos agricultores, para a agricultura familiar.

Então, esse comportamento do Banco do Brasil e as suas palavras aqui nos dão a segurança de que não haverá nenhuma tolerância com irregularidades, até porque hoje, até hoje o senhor revelou que o banco já afastou oito funcionários no caso específico de Santa Cruz do Sul, mas estima ter envolvido 50 funcionários, conforme dados do inquérito da Polícia Federal na região do Vale do Rio Pardo, que inclui não só Santa Cruz do Sul, mas também Sinimbu.

O SR. OSMAR DIAS – Isso, e da auditoria do banco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – São as duas ações de investigação.

Eu queria pedir, por gentileza, que os assessores estivessem... Nós estamos tratando de um assunto muito grave, muito sério, então, por gentileza, eu queria ouvir, temos que dar atenção ao nosso Senador Osmar Dias. Então, a assessoria tenha a gentileza de colaborar conosco em relação ao silêncio. Obrigada.

O SR. OSMAR DIAS – Senadora, nos dias de hoje, em que a gente abre o jornal, liga a televisão de manhã, à noite, à tarde, a gente vê um noticiário negativo, nós não podemos permitir que o Banco do Brasil seja colocado nesse contexto por conta de um problema ocorrido em duas agências, ou em três agora, porque ocorreu lá. E uma das perguntas que V. Exª fez, se nós estamos passando um filtro no Pronaf para ver o que está acontecendo em todo o País – muito rigoroso, um filtro muito rigoroso.

E estamos em contato com o MDA para vermos os critérios de emissão de DAP, porque aí está a origem do problema: se você emite uma DAP e aquele produtor não é, como V. Exª afirmou, apto... Aptidão, porque DAP, é um documento que dá conhecimento para o banco de que aquela família pode tomar crédito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Que eles têm condições.

O SR. OSMAR DIAS – Se ele chega com uma DAP no banco, acreditamos na DAP. Então, vamos rever, junto com o MDA. Estamos contribuindo. Não estamos colocando responsabilidade nenhuma no MDA. É um acontecimento isolado de um programa de 1,2 milhão no Banco do Brasil, fora os do Banco do Nordeste e outros bancos que atendem à agricultura familiar – nós atendemos entre 65% e 70% da agricultura familiar do Brasil –, agora o banco não recebeu por três anos consecutivos o prêmio de empresa mais ética do Brasil...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não é por nada.

O SR. OSMAR DIAS – Não é por outra razão, a não ser pela conduta dos seus servidores. E eu tenho certeza de que todos os servidores que estão me ouvindo neste momento, eles estão indignados, como eu, porque eles não querem que a vida que eles dedicam ao banco para construir essa imagem seja atropelada por circunstâncias como esta; pequenos acontecimentos que nós temos que limpar para que não se tornem grandes.

V. Ex.ª tem absoluta razão em me convidar para falar sobre o assunto, em ter ido ao banco várias vezes, em ter se preocupado com o assunto, e eu vim com o maior prazer para falar que não deixaremos esse assunto sem as providências que cabem tomar a partir do Banco do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Vejam só que é procedente, porque até o Senador Acir Gurgacz lá em Rondônia traz também um problema semelhante, por isso a nossa preocupação aí de preservar.

Só para terminar, Senador Osmar Dias, o prazo, que V. Exª mencionou, de finalização dessa sindicância é 30 de maio?

O SR. OSMAR DIAS – Com segurança vamos falar 30 de maio. Eu recebi a informação de que em meados de maio, mas vamos colocar aí com mais segurança.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – A data correta. Eu lhe agradeço imensamente as explicações porque isso é realmente relevante em função do rigor e do prestígio que o Pronaf tem.

Então convido para fazer uso da palavra o Senador Lasier Martins, Senador Valdir Raupp, Senador José Medeiros e o Senador Wellington Fagundes para encerrar esse ciclo de perguntas ao Senador Osmar Dias. Estamos com um quórum de votação terminativa, Senador Osmar Dias, para o senhor ter ideia da relevância da sua presença aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Osmar Dias, muito prazer em ter esse contato direto com V.Ex.ª pela primeira vez – algumas vezes tive contato com o senhor por entrevistas por telefone. Eu pretendia fazer uma pergunta sobre o desvio de R$80 milhões no Pronaf do Rio Grande do Sul, mas o senhor já foi bastante minucioso no relato que fez, e foi um assunto de grande repercussão no Rio Grande do Sul, como é até agora.

Agora eu queria louvar a sinceridade com que se pronunciou aqui até agora, além de ser muito didático. Quando o senhor disse, a certa altura da sua fala, que nós vivemos uma época de taxa de juros altos e volume de recursos baixos, isso nos deixa uma margem muito pequena para questionar esse setor produtivo brasileiro, e, particularmente, tão importante para o povo do meu Estado, o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, sabe o senhor, depende 37% dessa produção agrícola, e o Brasil inteiro, enquanto nós não chegarmos ao mundo das altas tecnologias, que, seguramente, dentro de algum tempo começaremos a penetrar, nós ainda somos uma sociedade preponderantemente agrária, nós dependemos demasiadamente da produção de alimentos, e temos mercado no mundo inteiro pela extensão da área agricultável que nós temos no País.

Por isso, nós entendemos sempre que esse setor tem que continuar sendo prioritário para nós, brasileiros, particularmente para o Rio Grande do Sul, que foi durante muitos anos o celeiro de alimentos, uma posição que já perdeu há muito tempo para o seu Estado, para Mato Grosso, para Goiás, para Santa Catarina. Mas, nessa situação, se nós temos juros altos, e isso assusta os nossos produtores rurais – ainda há pouco tempo

estivemos, a Senadora Ana Amélia também estava lá na Expodireto, do Município de Não-me-Toque, que é uma das maiores exposições, feiras agrícolas do País...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Só para esclarecimento, Senador Lasier Martins, o Senador Osmar Dias esteve lá, convidado desta Comissão, debatendo as questões relacionadas a crédito rural; então foi muito valioso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS) – enfronhado com as nossas questões da produção agrícola. Eu não tenho mais perguntas a fazer, mas quero dizer que a sua fala muito sincera me deixa aqui a confiança de que o setor está em boas mãos. Esperamos que essa fase de depressão econômica que o Brasil está vivendo passe principalmente nesse setor de alimentos. Nós dependemos tanto desse setor. E que os financiamentos, que os recursos para a produção sejam mais fartos daqui para adiante, embora tenhamos um pressentimento de que isso ainda vai demorar um pouco. Nós estamos atravessando uma faixa muito obscura em termos da economia brasileira, sobretudo com as desconfianças que pairam em todos os setores, o excesso de corrupção, não há setor em que não haja raízes de corrupção – até no Pronaf, em que nós acreditávamos que havia uma completa lisura, hoje em dia, qualquer setor que se destampa tem raízes de corrupção. Então, esperamos que uma fiscalização mais rigorosa aconteça nesse setor que está sob a sua gerência. E, no mais, termos esperança porque, se temos poucos recursos e taxas de juros altas, o que vamos fazer? Se o senhor puder me responder isso, me responda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Laisier Martins.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Osmar Dias, Vice-Presidente do Banco Brasil, V. Exª tenha a certeza de que honra muito esta Casa lá no Banco do Brasil. Eu sei que não é muito aconselhável indicar políticos para assumirem cargos em instituições financeiras, mas V. Exª tem sido uma surpresa muito agradável para o Governo – eu sei que a Presidente da República está encantada com V. Exª e principalmente nós, aqui, colegas seus do Senado Federal. V. Exª é uma pessoa humana, séria, dedicada, trabalhadora, trabalha das seis da manhã à meia-noite. Estávamos conversando ontem que dormimos pouco, cinco ou seis horas por noite, e o resto é trabalhar. Então, parabéns pelo trabalho sério e dedicado que V. Exª tem feito à frente dessa Vice-Presidência do Banco do Brasil.

Rondônia deve muito ao Banco do Brasil. Quando fui Governador, logo no início do mandato, o banco estadual estava com seriíssimas dificuldades, quase todos os bancos estaduais estavam literalmente quebrados. Tentamos vender o banco, mas, como a maioria dos Estados, não conseguimos vender, tiveram que repassar para outras instituições. E eu escolhi o Banco do Brasil para repassar todas as agências do Banco do Estado para o Banco do Brasil, que se interiorizou mais ainda no Estado de Rondônia, ocupando aquelas agências do Banco do Estado, onde o Banco do Brasil não tinha ainda uma agência, e isso foi muito bom. Eu não me arrependo de maneira nenhuma. Tudo que eu fiz faria novamente, entregando ao Banco do Brasil as agências do Banco do Estado – e de graça, porque o banco, na verdade, não valia nada naquela época. O Banco do Brasil entrou nas agências assumindo a clientela do Estado e dando continuidade. Hoje, o Banco do Brasil é muito forte em Rondônia. O Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, as cooperativas de créditos... Quando Governador, lancei, no meu programa de governo, de campanha, a implantação das cooperativas. Dei dinheiro para as primeiras cooperativas de Ouro Preto, de Pimenta Bueno, de Porto Velho, de convênio do Estado para a implantação das cooperativas de crédito e hoje também é um verdadeiro sucesso em Rondônia.

E nessa Rondônia Rural Show, a que fomos ontem com o Secretário de Agricultura, o Padovani – sei que o Senador Acir já falou isso aqui, mas eu estava no dentista. Fui ontem de manhã, hoje de manhã, vou na segunda-feira de novo de manhã, sofrer um pouco na cadeira do dentista. Vou pela manhã para poder trabalhar o resto do dia. Não pude estar aqui na abertura na explanação de V. Exª e também nas indagações de alguns Senadores. Sei que o Senador Acir já falou sobre a Rondônia Rural Show e do sucesso que é essa feira nova. Temos lá, anualmente, em mais de 30 cidades de Rondônia, as feiras agropecuárias, que são importantíssimas também e tem negócios. O Banco do Brasil está lá com os seus stands em quase todas elas fazendo investimentos e financiamentos principalmente para a compra de equipamentos nas feiras agropecuárias.

Essa Rondônia Rural Show está na quarta edição e veio para ficar. É um sucesso! O senhor já esteve lá, acho que o Senador Acir esteve lá na abertura da primeira feira; a Senadora Ana Amélia esteve na segunda feira também. Acho que começou com cento e poucos milhões de negócios entre o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e as cooperativas de crédito, aí foi para 180, trezentos e poucos e, na última, na terceira, já chegou a R$500 milhões de negócios. Só o Banco do Brasil foi 270, não é Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Duzentos e setenta milhões foi o que só o Banco do Brasil financiou, em três dias – em três dias –, dentro da Rondônia Rural Show. E agora nessa que vai iniciar agora – é a quinta, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Inicia a quarta, agora, dia 27 de maio. V. Exª está convidado, a Senadora Ana Amélia está convidada também, e acho que, com certeza, vai estar lá, para a gente abrir, numa quarta-feira, dia 27, a quarta edição da Rondônia Rural Show.

E o nosso Secretário Padovani, da Agricultura, dizia ontem que só havia destinado 60 milhões. Se no ano passado o banco investiu 270 só nessa feira, agora só tinha 60 milhões para o Pronaf em Rondônia. E o Vice-Presidente Osmar Dias, mais do que de pronto, já disse que ia tentar fazer um esforço, já assumiu esse compromisso e está assumindo com a gente, para chegar a 300 milhões. Se foi 270 no ano passado, tem que ser no mínimo 300 milhões este ano. E está muito divulgada a feira. Rondônia tem um agronegócio fortíssimo. O que sustenta a economia de Rondônia é o agronegócio, é a agricultura e a pecuária, onde o Banco do Brasil é muito forte, e tenho certeza de que vai ser um verdadeiro sucesso novamente.

Então, eu pediria essa ampliação não só para essa feira, mas para todas as outras feiras agropecuárias, e possa também ter depois, porque isso começa por volta do mês de junho – julho, agosto, setembro até novembro –, as feiras agropecuárias acontecem. A de Ji-Paraná, que é uma das maiores, também, que é em junho. E por aí vai: Vilhena; Porto Velho, que ficou desativado um tempo, vão ativar novamente a Feira Agropecuária de Porto Velho; Rolim de Moura, a cidade em que fui prefeito, tem também um agronegócio muito forte na região; e todas as demais. Então, eu pediria a ampliação não só para essa feira de Ji-Paraná, da Rondônia Rural Show, como para outras feiras também.

O episódio que aconteceu em Rondônia, o nosso Governador Confúcio Moura já sabia, a inteligência interna do Estado já sabia que servidores da Emater estavam em desvio de conduta, e já começou a demitir antes mesmo da operação. Antes de a operação acontecer, já havia 30 pessoas afastadas da Emater, trinta servidores da Emater. Não sei se todos pelo mesmo fato, mas já havia 30. Na semana passada, tive a informação, pessoalmente, lá em Rondônia, que já havia 30 servidores da Emater afastados das suas funções. Então, o Estado se adiantou também. Repito, antes mesmo da operação, o Estado já estava atuando. Então, a coisa não está para brincadeira. O Fernando Henrique me falou, uma época, Senadora Ana Amélia, quando ele era Presidente da República e eu era Governador, que como é que ele ia saber quando o questionavam de alguma coisa; como é que ele ia saber, o Presidente da República, o que um servidor da Codevasf lá do Nordeste, um diretor, estava fazendo lá, que ele nem conhecia? Porque o Presidente da República não tem como conhecer todos os funcionários do Governo. Então, como é que ele ia saber, lá do Palácio do Planalto, o que um diretor, um servidor lá do Nordeste, ou do Norte, ou do Sul, ou do Centro-Oeste ou do Sudeste estaria fazendo naquele momento? Não tem como, é difícil. Por isso tem que haver os órgãos de controle. Por isso tem que ter a Controladoria-Geral da União, tem que ter o Tribunal de Contas da União, tem que ter a Polícia Federal, o Ministério Público, justamente para combater esses malfeitos, como diz a Presidente Dilma.

E, no passado, isso também acontecia, só que não era combatido. Com certeza, hoje, está aparecendo mais, tem matéria na mídia todo dia, porque está sendo combatido. O Brasil está sendo passado a limpo. E é isso o que está acontecendo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Senador José Medeiros e Senador Wellington Fagundes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Srª Presidente, Presidente e ex-Senador Osmar Dias, sei que nós estamos tratando do Pronaf, mas, aproveitando a oportunidade, eu gostaria de perguntar ao Senador sobre o FCO.

Eu e o Senador Wellington Fagundes estivemos em Mato Grosso esta semana e tratamos com o pessoal das cooperativas de crédito, que já são muitas no País e que têm dado um apoio grande para os pequenos agricultores. Lá, especificamente, nós temos cooperativas, tipo o pessoal da rede Sicoob, da rede Sicredi. Existe uma grande demanda por acessar, ter maior acesso aos recursos do FCO. O Condel, conselho de desenvolvimento, tem decidido, através de resolução, que essas instituições teriam acesso a até 1%, mas o Banco do Brasil não tem concedido essa margem.

Então, esta é uma das perguntas: é possível aumentar essas margens para as cooperativas de crédito, que são cooperativas bem saneadas, bem controladas pelo sistema financeiro? Poderia haver mais recursos no setor.

Outra coisa, Presidente. Lógico que a grita é por mais recursos, principalmente o setor da agricultura, do médio ao grande. Quando eles acessam recursos do banco, obviamente, tem que dar as garantias. Às vezes, o

sujeito tem uma propriedade de R$5 milhões e ele pega, vamos dizer, R$50 mil no banco. Todo aquele patrimônio fica dado como garantia.

E aí eu pergunto, neste momento em que estamos com tanta falta de recursos, se seria possível fracionar parte dessas garantias, para que eles pudessem também ter acessos a outros financiamentos em outras instituições privadas, por exemplo. Porque, às vezes, ele está com todo aquele patrimônio dado como garantia e não tem como acessar mais recursos. Então, acho que seria uma maneira também de entrar mais recursos no setor e na economia também.

São essas as minhas duas colocações. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigado, Senador José Medeiros, do PPS do Mato Grosso.

Agora, para encerrar, o Senador Wellington Fagundes, também do Mato Grosso, do PR.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, nosso companheiro Osmar Dias.

Complementando o que disse o Senador Raupp, eu acho que esse preconceito de o político estar em qualquer área pública tem que ser vencido. A presença sua no Banco do Brasil, sem dúvida nenhuma, é uma demonstração de que, ao se indicar alguém com competência, experiência, credibilidade, tudo isso faz com que a nossa experiência política possa ajudar uma instituição extremamente técnica, como é o caso do Banco do Brasil.

Acho que foi uma inovação a criação dessas vice-presidências, tanto no Banco do Brasil quanto em outras instituições, até porque vocês funcionam em colegiado. Nada lá é decidido apenas pela vontade própria de um, mas, principalmente, pelo conhecimento de toda a equipe. E aí, sem dúvida nenhuma, o Banco do Brasil tem um papel fundamental, principalmente para o interior, a produção agropecuária do Brasil, de modo geral.

Eu me lembro de que nós, aqui, tivemos oportunidade de fazer uma CPI do Banco do Brasil. À época, o Jonas Pinheiro foi um dos idealizadores. Houve uma certa preocupação dos funcionários do Banco do Brasil, mas a CPI era o contrário: era exatamente para fortalecer o Banco do Brasil, para mostrar que o que estavam colocando em relação ao Banco do Brasil não era bem aquilo. Eu acho que aquela CPI foi até uma forma de fortalecer o banco. Por isso, nem sempre as CPIs podem ser vistas de forma ruim.

Eu queria aqui fazer uma colocação. Principalmente para o pequeno e médio, o mais difícil na questão do crédito é porque, normalmente, esses programas são feitos de forma isolada. Nós temos o exemplo do seu Estado, que foi o financiamento da produção de frangos, de suínos, feito naquele sistema integrado, que foi um sucesso muito grande porque havia uma empresa à frente que sabia, que tinha tecnologia, assistência técnica e, a acima de tudo, a industrialização e a comercialização controladas. E o financiamento para o pequeno, para ter o galpão, produzir, empregando mão de obra direta, foi uma coisa bastante inteligente, um sucesso muito grande até hoje.

De forma isolada, por exemplo, principalmente na piscicultura, vemos os pequenos produtores buscando esses programas do Banco do Brasil, através do Pronaf. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem, às vezes, algumas ações também. Mas isso não é feito, a meu ver, de forma casada.

Financia-se, ele vai lá, faz uma represa, faz um tanque ou outro tipo de atividade na psicultura – e estou falando de psicultura, como outra atividade qualquer. E ele arruma o alevino, e não tem dinheiro para comprar a ração e, depois, há uma dificuldade muito grande na comercialização, mas isso é em toda a cadeia.

Tivemos, no Banco do Brasil, um financiamento de uma indústria de ração. E lá estive, no Banco do Brasil, discutindo, por exemplo, a questão da pecuária. Aqui se falou do genérico, e até o Senador Moka saiu daqui, ele fez uma provocação. E quero, ao final, falar um pouquinho sobre essa questão do genérico, Presidente, pois o que interessa para quem está na cadeia é que cada um tenha sobrevivência.

É ruim quando você financia um produtor, para fazer qualquer produção, e a cadeia, depois, não tem o seu desenvolvimento. Por exemplo, hoje, Mato Grosso é um dos maiores produtores de peixe. E o peixe está indo para Tocantins para ser beneficiado – a maioria do peixe vai para Tocantins! – e é necessário fazer uma viagem tão grande.

Então, nosso companheiro Osmar, não gostaria de perguntar, mas de aguçá-lo para que o senhor discutisse mais no banco, porque financia-se lá uma fábrica de ração, mas não se financia a venda dessa ração. E o produtor, se financia, depois não tem o recurso para a fábrica e precisa comprar a matéria-prima na hora correta, ou seja, estocar na hora em que o preço está baixo para ela poder ser vendida a um preço melhor – isso é fundamental para todas as cadeias.

Outro aspecto também é em relação à emancipação dos assentamentos do Incra. O Banco do Brasil tem tido essa conversa, porque, no Mato Grosso, por exemplo, e acho que é no Brasil inteiro, a maioria dos assen-

tamentos do Incra, e assentamentos de 20, 30 anos, até hoje não têm emancipação. O cidadão está na terra, vivendo 20, 30 anos, e não tem o documento e isso dificulta também para ele ter o acesso ao crédito.

Acho que, quanto à política de Governo e, principalmente, à do Banco do Brasil, que tem experiência muito grande lá na ponta com o cliente, é fundamental que vocês trabalhem em conjunto com esses outros Ministérios, principalmente o Incra, o qual chamamos lá de "incravado", porque é realmente um problema. Fala-se tanto na terra, mas o sujeito vai para a terra, e ele não tem ali assistência técnica, não tem ali toda a orientação da cadeia para saber o que produzir, como produzir e principalmente como realizar a comercialização.

E é necessário também, e não sei se o Banco do Brasil ou o próprio... criar centros de abastecimento, porque poucos existem no Brasil. No Mato Grosso, por exemplo, não temos nenhuma Ceasa, não temos nenhum centro de distribuição, e isso faz com que o produtor não tenha onde organizar a sua produção para poder comercializar. E não falo só de grandes centros, não, teriam que ser esparramados na maioria das cidades que são de produção, para haver essa organização da cadeia.

Sobre a irrigação, também tive a oportunidade de participar de alguns projetos que foram financiados – o senhor falou tanto, e com empolgação, da irrigação! Temos, constitucionalmente, um recurso para irrigação para várias regiões, para o Centro-Oeste, inclusive, e a gente tem perdido esses recursos durante muitos anos, exatamente por falta de bons projetos e de orientação de como utilizar esses recursos. E penso que o Banco do Brasil poderia ajudar no caso do Centro-Oeste, inclusive no modo de viabilizar melhor esses projetos de irrigação, porque também faz-se a irrigação e, depois, principalmente o pequeno produtor não tem a capacidade de pagar a energia, em função exatamente da cadeia.

Já falei aqui, com a presença da Ministra Kátia Abreu, que temos um problema sério – também Rondônia deve ter isso, Mato Grosso, para os pequenos produtores: é a questão de tirar a produção do campo. E, quanto às estradas vicinais, nós não temos nenhum programa de manutenção delas, principalmente na questão de pontes. O Banco do Brasil está financiando, no Mato Grosso, um projeto que se chama Pró-Concreto, que é de pontes para o Estado, do Governo do Estado de Mato Grosso, em estradas estaduais. Mas, para as estradas vicinais, vejo a tormenta dos prefeitos, porque hoje muitas madeiras não podem ser utilizadas – se quiser fazer aparte, não tem problema. Então, isso é também um impeditivo muito grande para os produtores.

E aí, Presidente, em relação à questão do genérico, eu poderia falar depois, mas eu queria sugerir algo à nossa Comissão. Como eu disse, da última vez em que estivemos lá com a Ministra Kátia, com o presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas, ela perguntou ao presidente se eles estavam produzindo genéricos. Então, ficou uma coisa ali muito leve, e eu até achei que já estava regulamentada essa questão da produção dos genéricos, mas foi sancionada e até hoje...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Benedito de Lira abordou, que é o autor do projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Quem?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O Senador Benedito de Lira. Genérico para a pecuária, para produtos veterinários.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, eu queria propor – e vou fazer um requerimento – para fazermos uma audiência pública para discutirmos especificamente essa questão dos genéricos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço, Senador Wellington Fagundes.

Senador Valdir Raupp, para complementar a questão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só um complemento, Presidente.

Além das estradas, das pontes para os nossos produtores rurais, principalmente onde há agronegócio forte, da agricultura e da pecuária, também quero saber dos aeroportos. O Banco do Brasil ficou de financiar alguns aeroportos. Em Rondônia, sei que o Senador já esteve tratando disso também... São aeroportos regionais, com movimentação muito grande. Acho que eram seis ou sete em Rondônia...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Seis. Em Mato Grosso, são treze.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Treze em Mato Grosso, seis em Rondônia.

Uma empresa, amanhã mesmo, vai inaugurar um voo Porto Velho-Cacoal. Já existe Cuiabá-Cacoal, da Azul, diariamente; há também Ji-Paraná-Cuiabá; e vai inaugurar amanhã um voo da Rima, que é uma empresa pequena do Estado, com Caravan. No passado, a TAM, quando começou a fazer o Norte, fazia com Caravan. Nós vamos fazer agora, com Caravan, das cidades menores de Rondônia para a capital, Porto Velho. Começa amanhã, com um voo inaugural Porto Velho-Cacoal e Cacoal-Porto Velho. E eu vou fazer esse voo amanhã, às sete da manhã, de Porto Velho para Cacoal, minha cidade querida, onde fui vereador há 33 anos.

Então, queremos saber também desse programa de aeroportos regionais em que o Banco do Brasil ficou de ajudar também o Governo Federal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp.

O Senador Osmar Dias, talvez pelo conhecimento profundo, pelo comprometimento que teve com as causas... Ele, inclusive, Senador Wellington, foi relator da questão relacionada aos genéricos para a pecuária – o Senador Benedito de Lira lembrou – no Senado Federal. Então, talvez por isso ele esteja sendo hoje um muro de lamentações, porque por aqui passaram temas que estão fora da alçada do Banco, mas, exatamente pela sensibilidade que ele tem, pelo relacionamento que ele tem com as autoridades, tenho certeza de que esse compromisso de uma autoridade pública, sobretudo comprometida com a agricultura, ele não ficará apenas por ter ouvido. Ele vai encaminhar, nos contatos que terá, certamente, com todas as autoridades aqui citadas, seja no FCO, seja no caso da aviação regional – são vários ministério aí –, seja na questão da logística para os agricultores do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Rondônia, do nosso Estado do Rio Grande do Sul, Senador Lasier.

Então, passo a palavra ao Senador Osmar Dias.

Isso prova exatamente a confiança que todos os Senadores têm na sua capacidade, na sua dedicação e no seu comprometimento.

O SR. OSMAR DIAS – O Senador Raupp e o Senador Acir estão reclamando das viagens de um aeroporto para outro.

Em 1976, eu peguei um ônibus em Porto Velho e fui em pé, no ônibus, de Porto Velho até Pimenta Bueno, onde o ônibus quebrou. Em Pimenta Bueno, havia só um boteco, onde ficamos por dois dias até chegarem as peças. Mas não era essa empresa de ônibus que existe lá hoje, não; era outra. (*Risos.*)

Então, naquele tempo era pior. Mas o Estado cresceu. Já vou falar sobre o aeroporto.

Vou começar pelo Lasier. Parabéns, Rio Grande do Sul, por ter um Senador do PDT! O Paraná não tem.

Mas, Senador Lasier, sobre volume e juros, eu tinha já feito aqui um relato daquilo que está sendo discutido. O Plano Safra tem que ser anunciado até 30 de junho. Então, nós temos aí um tempo para debater esse assunto. Talvez se anuncie antes, porque a Senadora Kátia quer anunciar em maio. Eu acho que seria bom anunciar mais para o fim de junho, porque se você tem hoje uma taxa de juros e você anuncia uma taxa de juros maior para julho, é evidente que vai haver uma pressão nas agências do banco para tomar logo esse recurso, e o banco não vai ter estrutura para aguentar essa pressão. Então, é melhor deixar para um pouco adiante, se é que a taxa de juros vai subir.

Nossa proposta foi ser coerente com a alta da taxa Selic, uma proporcionalidade que acho justa, embora, como produtor, torçamos para que fique onde está, mas, pelos sinais, estamos torcendo já para que fique em 8,5% e torcendo para que o volume de recursos seja o mesmo, corrigido pela inflação. Isso seria suficiente para atender razoavelmente a demanda dos produtores.

Ainda não dá para falar que vão faltar recursos porque ainda não foi anunciado o volume de recursos. Estamos colhendo uma safra em torno de 200 milhões de toneladas porque, no ano que passou ou nesse Plano Safra, tivemos um volume de recursos considerável, foram anunciados 180 bilhões. Esperamos que a Presidente Dilma seja árbitra na decisão desse assunto para decidir em favor da nossa agricultura, porque isso trará resultados para o próprio País, como todos nós sabemos.

O Senador Raupp... Até estive aqui no Senado ontem e tive a oportunidade de assistir ao seu discurso sobre café em Rondônia, uma alternativa interessante para o Estado, pelo clima, principalmente, e pelo mercado que se abre para o café da qualidade do café de Rondônia, com variedades criadas pela Embrapa. Eu estive com o Senador Acir nas duas primeiras versões da feira de Ji-Paraná. Foram três que ocorreram, eu já fui a duas. É um potencial imenso mesmo que tem aquela região, e a feira reflete esse potencial, porque é uma feira de tecnologia que vai crescer muito com o crescimento da agricultura da região. Espero mesmo que o sonho que vocês têm de levar um cooperativismo forte para o Estado seja realizado, porque isso seria, realmente, um impulso muito grande para o Estado. Acredito que isso acontecerá até pela visão que as cooperativas têm de que é preciso expandir em novas fronteiras.

Senador José Medeiros, a composição dos recursos do FCO depende, evidentemente, da arrecadação dos Estados, porque ela tem um *mix* de tributos que compõem o volume de recursos do FCO. Se cai a arrecadação, cai também o volume de recursos à disposição dos fundos constitucionais. Eu estava aqui no Senado ainda quando votamos os fundos constitucionais.

Mas eu gostaria de receber a sua proposta, por meio de um ofício, para que pudéssemos avaliar essa questão que V. Exª colocou de melhorar um pouco a aplicação dos recursos das cooperativas de crédito. Faça uma proposta, e vamos avaliar sua proposta com muito gosto.

Quanto às garantias, o produtor pode apresentar matrícula como garantia, então, se ele tem uma propriedade com várias matrículas, ele apresenta. Não precisa apresentar toda a propriedade, ele pode fracionar e oferecer garantias que sejam compatíveis com o empréstimo que ele está tomando. Creio que assim dá para solucionar caso a caso, a não ser que a propriedade tenha só uma matrícula, daí, realmente, fica difícil, teria que avaliar sua sugestão.

Senador Wellington Fagundes, a integração foi o segredo do sucesso da avicultura, suinocultura e pecuária leiteira no sul do País, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, porque as empresas se organizaram, elas fazem um sistema de integração com os produtores e esse sistema de integração faz com que o produtor não perca e a empresa, também não. Então é uma parceria que evoluiu muito. Onde não tem cooperativa a parceria com essas empresas de grande porte, de médio porte tem sido realmente o sucesso dessas regiões.

Nós vimos ali que o Pronaf é responsável pela produção de 50% das aves do País, dos frangos do País. Isso é o quê? Integração. E o banco financia um convênio chamado Convir à integradora ou aos integrados através da integradora, que dá aval para essas operações individualizadas com cada cooperado. E isso seria interessante, sim, para a piscicultura. Agora, quem tem que estimular isso são os governos estaduais e o Governo Federal através dos seus programas. O banco é executor de uma política. A política quem cria é o Governo Federal. Então, por exemplo, se o Governo Federal definir que nós vamos financiar a cadeia da piscicultura, nós vamos financiar a cadeia da piscicultura, mas nós temos que ter não só uma orientação, mas uma autorização para que isso ocorra através de portarias que são aprovadas no Conselho Monetário Nacional.

A emancipação dos assentamentos do INCRA acredito que é um problema do Mato Grosso, que é um problema de Rondônia, onde ainda temos muitos títulos não definitivos. E isso complica mesmo, até para o banco. Nós gostaríamos que esse assunto fosse resolvido.

Eu citaria três problemas: o problema de faixa de fronteira, que a Senadora Ana Amélia também tem, o Paraná também tem, assim como outros Estados, o problema dos assentamentos e os problemas dos títulos de propriedade que ainda não foram colocados pelo INCRA naquele programa Terra Legal.

Eu até sugeri ao INCRA que fizesse uma força-tarefa com as universidades para ter pessoas credenciadas, qualificadas para fazer um mutirão de legalização de terras no País afora. Eu acho que nós temos universidades tanto privadas quanto públicas que poderiam participar desse mutirão. Essa sugestão já fiz. Vou refazê-la agora, com a mudança da Presidência do INCRA.

Os centros de abastecimento também são uma política estadual. Quando fui Secretário, eu construí vários no Paraná. E tive a honra de ser, por sete anos, quase oito, Secretário de Agricultura do Paraná, quando nós fizemos 40 mil quilômetros de estradas readequadas. Eu coordenei um programa financiado pelo Banco Mundial pelo qual nós recuperamos, readequamos 40 mil quilômetros de estradas rurais. Não ficou estrada rural no Paraná sem ser readequada. Tinha mais de mil máquinas pesadas trabalhando naquela época com recursos provenientes do Banco Mundial e do Estado. Então mudou realmente a fotografia do meio rural paranaense.

Acho que aquela ideia poderia ser adaptada, porque nem todo Estado tem topografia e condições iguais, pelos governadores. O Banco do Brasil está sempre à disposição para financiar com linhas de crédito específicas cada iniciativa dessa. Nós estamos prontos para financiar.

Evidentemente, esse é um momento, como eu disse, de dificuldade. Alguém pode pensar: está falando em financiar, mas está faltando dinheiro. Não. Esse é um momento que nós vamos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É hora de ter.

O SR. OSMAR DIAS – Nós vamos ultrapassar. Nós vivemos aí uma fase de quatro anos de recursos abundantes. E eu tenho esperança de que nós vamos voltar a ter esse momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu agradeço muito ao Senador.

Estão satisfeitos com as respostas do Senador Osmar Dias?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu estou satisfeito. Só quero... Antes de a senhora encerrar a sessão eu queria fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Nós temos mais coisas ainda, mas pode fazer o comentário.

Um momentinho.

O SR. OSMAR DIAS – É assim: o Banco do Brasil recebeu a incumbência de três frentes de obras: Casa da Mulher, que são 26, porque Pernambuco não quis, e 900 de fronteira para atender à Lei Maria da Penha, certo?

São casas que terão desde espaço para a mulher ser ali atendida com psicólogo, com médicos, como também terão o espaço para pôr na cadeia o marido que bater na mulher. A Casa da Mulher já vai haver tudo isso. Temos três em construção e sete em licitação. Eu acho que é uma obra importantíssima sob o ponto de vista social, de grande significado mesmo. Acho que o Banco do Brasil é mandatário só para fazer a licitação, mas para se fazer a licitação, há as etapas que, como foi governador, o Senador sabe quais são, mas vou resumir aqui.

Nós temos a incumbência de fazer a licitação de 270 aeroportos em todos os Estados e 80 armazéns, de reforma, e dez novos da Conab. V. Exª perguntou dos aeroportos. Lá em Ji-Paraná, por exemplo, aonde fui, nas duas feiras, vi que existe a necessidade pelo movimento que tem a região. Então, é uma prioridade.

Nós tivemos um problema no Tribunal de Contas, que fez um questionamento, através de uma Ministra do Tribunal de Contas, com cerca de 500 perguntas, perguntando desde por que fazer o aeroporto nessa cidade, por que fazer aeroporto com uma distância menor que 60km, por que fazer... Enfim, questionamentos que têm que ser respondidos pela SAC, não pelo Banco do Brasil. Cada um tem sua atribuição e sua responsabilidade nisso. Isso retardou.

Nós fizemos uma primeira licitação de um anteprojeto em abril de 2014. Esse anteprojeto era de Barreiras. Nós fizemos um teste, por quê? Deu o que eu já sabia que iria dar: o Tribunal de Contas exigiu o projeto executivo. Então, nós reiniciamos os procedimentos. Nós contratamos os projetistas, nós fizemos o estudo de viabilidade técnica e o estudo preliminar. Nós estamos na fase agora de elaboração de anteprojetos. Esses anteprojetos vão ser entregues à SAC, que vai escolher qual é o tamanho – porque temos quatro modais, qual o tamanho que vai ser escolhido para aquele Município, para aquela localidade – e aí nós vamos pedir a licença ambiental para o Estado e, com o projeto executivo, fazer a licitação. Uma previsão, eu acho que neste ano uns dez aeroportos devem ser licitados. Aí, os outros na sequência. Mas eu não sou mais o responsável por essa área no Banco do Brasil. Eu recebi a incumbência agora da área de sustentabilidade do Banco, essa área ficou com o ex-Ministro César Borges, que também foi Senador aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu queria, na verdade, aproveitar a presença do Osmar Dias aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Despachar mais uns pedidos do Mato Grosso. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, ao contrário, para fazer um convite, Presidente.

Agora, no sábado, dia 18, nós vamos ter em Mato Grosso mais uma edição do Mega Leilão, na cidade de Água Boa. O Banco do Brasil sempre está presente, inclusive financiando também.

Esse Mega Leilão, lá na cidade de Água Boa, tocado pelo Maurício Tonhá, que foi, inclusive, prefeito daquela cidade por três mandatos, é o maior leilão do mundo. Já foram leiloados e arrematados, claro, mais de 500 mil rezes lá, naquela cidade, nesses leilões. No ano passado, foram, num dia só, mais de 10 mil rezes.

Como isso eu acho que é extremamente importante para a economia do nosso Estado e para a economia brasileira, também pela questão da bovinocultura, mas, de um modo geral, porque leilão hoje se faz em todos os Estados, eu queria aproveitar também a audiência da nossa Comissão para convidar aqui a senhora, convidar os membros e os brasileiros também para conhecerem. Se não puderem ir fisicamente, que conheçam através da transmissão na televisão esse Mega Leilão que acontece agora, no sábado, a partir do meio-dia. Isso mostra também a força da pecuária mato-grossense.

Não podia deixar de aproveitar este momento aqui e até elogiar o Banco do Brasil, porque tem sido um grande parceiro nessa questão da melhoria da nossa qualidade do rebanho no Mato Grosso como um todo, financiando, inclusive, a questão da tecnologia. Eu acho que, como é essa área, agora, mais ainda, Osmar, fica importante a sua parceria, porque você está trabalhando nessa área especificamente.

Então, fica aqui o convite a todos que estão nos assistindo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada pelo convite, Senador Wellington Dias, pela Comissão.

Eu queria, e a propósito também o Senador salientou muito a expressão do crédito para agropecuária no País no cômputo geral do crédito rural, que é expressiva, também informar que o Senador Wellington Dias falou muito da questão dos integrados e V. Exª também acabou fazendo referência sobre como funciona esse mecanismo, lembrando, eu sou autora de um projeto que cria um marco regulatório para o sistema dos integrados, estabelecendo solidariedade nos compromissos e nos deveres entre as partes.

Nós temos uma ausência da legalidade, tive o prazer de ter como relator o Senador Acir Gurgacz, nesta Comissão, já passou pelo Senado, está na Câmara dos Deputados para ser aprovado, criando até uma segurança jurídica para integrados e integradores, porque temos visto que muitos integrados sofrem prejuízos, quando uma empresa integradora fecha as portas e deixa nenhuma garantia a esse integrado.

Então, nesse projeto há uma solidariedade em relação às operações de crédito e a outros compromissos tomados pelo integrado para o fornecimento dos produtos para a integradora.

Então, esse projeto, acho que o Senador Acir foi muito feliz, eu agradeço muito a relatoria, mas ele foi discutido amplamente com todos os segmentos. Então, o sistema dos integrados foi uma inovação que o Bra-

sil criou tanto quanto o cooperativismo, o cooperativismo de produção e cooperativismo de crédito para resolver o problema.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Tem alguma coisa a ver agora com a terceirização que possa ser aproveitada? Apenas como curiosidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Não, não, não, não. Eles são distintos. Na verdade, o que é o sistema integrado? É um contrato que tem o integrado com uma integradora que fornece insumos, que fornece incentivos e até o crédito, ela que toma, a integradora toma junto à instituição e repassa ao integrado. Mas também esses critérios a gente estabelecer uma solidariedade, um tratamento justo que não pode ela fazer um sobrepreço do crédito que ela toma no banco ao integrado, então, é dessa forma para ter maior justiça nisso.

Para terminar, Senador Osmar Dias, eu queria, à luz do que aconteceu da razão dessa audiência em relação ao Pronaf. Nossa preocupação, o Senador Acir mencionou bem o caso de Rondônia e lá de Santa Cruz do Sul e Sinimbu na Região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, que é uma típica agricultura familiar, pequenas propriedades e são operações para financiamento da área de fumo.

É de sugerir, como sugestão da comissão, é que sejam examinadas as possibilidades de alterar o sistema, porque, como o senhor explicou aqui, hoje a entidade que é credenciada pelo MDA fornece o DAP, que é a Declaração de Aptidão, mas não só isso, ela também repassa o recurso para eles e a entidade toma o recurso em nome do produtor.

Então, nesse processo é que pode haver uma mudança no sentido de que a entidade credenciada pelo MDA continue trabalhando, fazendo, digamos, uma assistência técnica, fazendo a orientação toda necessária, mas o crédito vai direto na conta do tomador do crédito, porque seria até uma forma de evitar o uso, talvez, político ou de outra forma de má fé na manipulação desse recurso, que é um recurso sagrado para o agricultor familiar.

Então, é uma sugestão que fica dentro do que o Senador Osmar Dias já falou que o banco está tratando com o MDA de uma forma de haver maior segurança nessas operações e evitar que haja qualquer tipo de contaminação, como ele diz também, um milhão e meio de contrato para uma irregularidade de seis mil operações, não é, mas podia ser uma operação fraudada. Podia ser uma só. Ela tem que ser tirada, porque é o princípio da laranja pobre no saco, que a gente sabe muito bem o que acontece se não tirar essa uma laranja podre num saco de vários quilos de laranja ali dentro.

Então, eu agradeço em nome da Comissão, Senador Osmar Dias, nosso Vice-Presidente de agronegócio e micro e pequenas empresas do Banco do Brasil, primeiro, uma relação extremamente respeitosa, e extremamente solidária até, que o senhor tem tido com o Senador Federal. Desde que chegue aqui, em 2011, são demonstrações muito claras desse relacionamento.

Assim que esta Comissão enviou o convite ao senhor, prontamente ele se dispôs a vir, não mudou de agenda, confirmou. Então, eu quero, em nome de todos os Senadores que aqui estão representados por vários partidos de vários Estados, agradecer imensamente este relacionamento republicano de V. Exª e o compromisso que V. Exª tem, primeiro, com a preservação dessa instituição que o senhor tão bem representa, que é o Banco do Brasil, que também é um orgulho nosso. Nós também sentimos, quando acontecem problemas com a Petrobras, por exemplo. Então, queremos que o Banco do Brasil continue recebendo mais prêmios da empresa mais ética no mundo, na área financeira.

Então, queremos continuar isso.

Quero também agradecer a sua presença, sabedora de que a agricultura tem na sua pessoa um grande aliado. Então, muito obrigado ao senhor. O senhor está dispensado, porque, aqui, agora, há umas questões mais práticas, meu caro Vice-Presidente.

O SR. OSMAR DIAS – Quero só agradecer a V. Exª também a compreensão de ter aguardado este momento. Coloco-me à disposição de V. Exª, de todos os Senadores da Comissão e do Senado, afinal de contas, a nossa relação republicana, no meu caso, não é só um dever, mas é uma satisfação muito grande, porque eu sei da importância que é um Senador trabalhar pelo País, em especial por um segmento tão importante quanto é a agricultura como vocês fazem; como V. Exªs fazem – perdi a prática!

Obrigado por tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Aos colegas muito obrigada...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Presidente, vou acompanhar o Senador Osmar até...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu peço que V. Exª o faça, nosso Vice-Presidente, em meu nome também e em nome de todos os colegas Senadores. E todos estão convidados também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Antes de sair, eu quero enaltecer a audiência ou o ciclo de palestras e debates que acontecerá amanhã, quando V. Exª irá levar esta Comissão a Itabuna e Ilhéus, para debater a questão da produção do cacau. É um tema bastante importante. Rondônia também tem uma produção forte de cacau. Nós estaremos acompanhando daqui e faremos também questionamentos.

Gostaria também de cumprimentá-la pelo seu trabalho, pela maneira prestativa como V. Exª está conduzindo a Comissão, indo aos locais, levando a Comissão e debatendo temas da maior importância para a agricultura brasileira.

Em especial a produção de cacau é importante para a Bahia, mas também muito importante para o nosso Estado de Rondônia. Rondônia teve um momento de crescimento da produção de cacau, depois a produção retraiu e está retomando novamente, exatamente em função da assistência técnica, dessa parceria do Governo Federal com o Governo estadual. O nosso trabalho também, tentando incentivar a produção, que é uma produção importante para a agricultura familiar,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para o meio ambiente também. Inclusive para o meio ambiente também.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... para o meio ambiente. E a agricultura familiar tem uma participação muito grande na produção de cacau.

Então, desejo-lhe um bom encontro amanhã, um bom debate, nós estaremos aqui acompanhando e também mandaremos mensagens, contribuindo para o bom êxito sempre desse trabalho que V. Exª já faz.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço.

Lembrando que essa audiência que ocorrerá do ciclo de debates foi uma iniciativa do Senador Acir, quando presidiu esta Comissão, e tem sido um espaço muito rico para os debates, Senador Osmar Dias.

Amanhã, o requerimento do debate é da Senadora Lídice da Mata, com o meu apoio, que também é uma questão muito relevante.

Comunico o recebimento do Ofício nº 80, de 2015, subscrito pelo Vereador Mauro Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, do Senador Dário Berger, o qual encaminha a esta Comissão as reivindicações das categorias dos caminhoneiros e dos transportadores referentes à redução do preço dos combustíveis, fixação de frete por quilômetro rodado, pedágio de R$2,00, por eixo, em todo o Brasil, a não cobrança de pedágio de caminhão com eixo erguido, a sinalização e manutenção das estradas, praças e paradas para caminhões com infraestrutura, mais segurança nas estradas, para evitar roubo de cargas e de caminhões, e a recuperação e revitalização das rodovias estaduais e federais.

Comunico, ainda, o recebimento do expediente subscrito pelos Vereadores do Município de Princesa, também do Estado do Senador Dário Berger, Santa Catarina, o qual solicita providências para solucionar o problema da cadeia produtiva do leite naquela região do Município de Princesa, em Santa Catarina. E, também, que estarei, a propósito de leite, no dia 27, em Porto Alegre, com a direção do Sindilat, o Sindicato da Indústria de Laticínios, e, também, o Instituto Gaúcho do Leite, para discutir problemas que lá também acontecem.

E lembro, como lembrou aqui o Senador Acir Gurgacz, que amanhã, dia 17 de abril, às 13h, será realizada, na cidade de Itabuna, próxima de Ilhéus, na Bahia, o 4º Seminário do Ciclo de Debates e Palestras, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar as informações acerca do panorama da produção de cacau, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário. Em cumprimento ao requerimento da Senadora Lídice da Mata, subscrito por mim.

E, também, dizer que foi feito em Petrolina, em Pernambuco, na sexta-feira passada, com um grande comparecimento de representação de toda a região de Petrolina e Juazeiro, na Bahia, – Petrolina, em Pernambuco – para discutir as questões relacionadas à fruticultura irrigada, na região do Semiárido do Nordeste, com grande êxito. E essa iniciativa foi do Senador Fernando Bezerra, que foi Prefeito, aliás, três vezes, do Município de Petrolina, em Pernambuco, que é – eu diria – a capital da fruticultura na região, naquele entorno ali de Juazeiro e Petrolina.

Então, muito obrigada, às Srªs e Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE ABRIL DE 2015.

Às oito horas e quatro minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA** e dos Senadores **ACIR GURGACZ** e **WELLINGTON FAGUNDES**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DONIZETI NOGUEIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, DÁRIO BERGER, RONALDO CAIADO, BLAIRO MAGGI, PAULO ROCHA, BENEDITO DE LIRA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e José Medeiros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o falecimento do Deputado Manoel Santos e do Deputado Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco; e comunica, ainda, que os caminhoneiros voltaram a fazer paralisações, especialmente no sul do País, por conta do impasse que aconteceu em relação às negociações com o Governo. A Senhora Presidente destaca o resultado positivo do 3º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizado na cidade de Petrolina – Pernambuco, em razão de o Ibama ter autorizado a questão relacionada à vazão do lago da Barragem de Sobradinho, que é, exatamente, o centro de represamento da água que é necessária, não só para Chesf na produção de energia, mas, também, para a irrigação naquela região; e, da mesma forma, destaca a realização do 4º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, realizado na cidade de Itabuna – Bahia, com análise acerca do panorama da cacauicultura. Após os comentários, inicia-se a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 15, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de avaliar o programa de regularização fundiária, metas atingidas e a serem atingidas, entraves e demais problemas enfrentados pelo setor, com a participação do Sr. **Sérgio Roberto Lopes** – Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL e representante do Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sra. **Cassandra Maroni Nunes –** Secretária do Patrimônio da União – SPU; Sr. **Richard Martins Torstano –** Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária – INCRA (representante de: Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Dário Berger e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. O Senador Benedito de Lira comunica que a Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assinará o decreto de regulamentação dos genéricos para produtos veterinários, que ajudará consideravelmente a pecuária brasileira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Eu requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. (*Pausa.*)

A Reunião de hoje se destina à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 15 desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do nosso Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz, aprovado no dia 26 de março, com a finalidade de debater e avaliar o programa de regularização fundiária, as metas atingidas, bem como os entraves e os demais problemas enfrentados pelo setor.

Eu queria convidar a Srª Cassandra Maroni Nunes, Secretária do Patrimônio da União; o Sr. Sérgio Roberto Lopes, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal), representando, também, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o Sr. Richard Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Muito obrigado, Dr. Sérgio, pela sua presença.

Caros colegas Senadores, antes de passar a palavra ao requerente para justificar, queria, em primeiro lugar, dizer que, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requeri à Mesa do Senado Federal um voto de pesar pela morte do Deputado Manoel Santos, do PT de Pernambuco. Ele presidiu a Contag, foi um líder dos trabalhadores rurais que se notabilizou pelo trabalho que fez no País. Faleceu em São Paulo e foi uma perda para o setor. Então, eu faço essa comunicação aos senhores dada à relevância que tinha o Manoel Santos em todo o processo, não só da reforma agrária, mas das questões sociais do trabalho e da agricultura familiar. Ele

atuou, também, na formulação de políticas públicas e sociais como a previdência rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Garantia Safra, o cooperativismo solidário, e o desenvolvimento rural sustentável. Ele foi eleito Deputado Estadual no ano passado com 55.310 votos e estava licenciado do mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Ele era Líder da Bancada do PT e titular da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, e de Saúde e Assistência Social.

A homenagem do Senado vai ser encaminhada à família do Manoel Santos.

Também faleceu outro Parlamentar de Pernambuco com o qual, tanto quanto o Manoel dos Santos, eu convivi, que foi o Deputado Pedro Eugênio, que era um dos líderes da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa. Também do mesmo Partido dos Trabalhadores, um Deputado que tentou a reeleição e não conseguiu, mas era um Deputado brilhante, conciliador e fez um excelente trabalho em defesa das micros e pequenas empresas.

No noticiário de hoje, lamentavelmente por conta do impasse que aconteceu em relação às negociações com o Governo, os caminhoneiros voltaram a fazer paralisações, especialmente no sul do País, onde a categoria é muito organizada – no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. E ontem houve uma reunião no Ministério dos Transportes, mas, aparentemente, a questão mais sensível diz respeito à definição de frete, a se criar um frete para o transporte de cargas. E a categoria insiste nesse item, mas o Governo, pelas razões econômicas ou por suas razões, não está atendendo a essa reivindicação. Então, a paralisação aconteceu. Nós só esperamos que esse desfecho, Senador Blairo Maggi – V. Exª que, junto com o Senador Moka, trabalhou na primeira etapa desse processo –, chegue, agora está a decisão com o Governo.

Também queria manifestar aos senhores informação dos resultados e cumprimentar o Senador Fernando Bezerra Coelho, porque esta Comissão realizou, na sexta-feira retrasada, uma audiência pública em Petrolina, em Pernambuco, com Juazeiro,na Bahia, uma audiência pública transmitida pela TV Senado, tratando da irrigação para a fruticultura do Semiárido nordestino. Teve um resultado positivo porque, ontem, o Ibama autorizou a questão relacionada à vazão do lago da Barragem de Sobradinho, que é, exatamente, o centro de represamento da água que é necessária, não só para Chesf na produção de energia, mas, também, para a irrigação naquela região. Isso se deve à sensibilidade das autoridades do Ibama, que assim protege e garante a água para uma produção que gera muitos empregos. Eu visitei lá um *packing house* em Petrolina, uma mão de obra intensiva na elaboração, no empacotamento das frutas, muita mão de obra feminina da região mesmo. Então, tem um elemento social relevante.

E, da mesma forma, com a Senadora Lídice da Mata, na sexta-feira, realizamos, lá em Ilhéus, Bahia, na região da produção de cacau, também uma produtiva audiência pública em que se sobressaiu não só a necessidade de revitalizar a Ceplac mas também de aumentar o orçamento para aquela área.

O que está sendo feito na biofábrica, em Ilhéus, administrada por uma organização social, é o exemplo claro de como estão fazendo avanços para melhorar a genética da planta, da árvore do cacau, com maior produtividade, frutos de melhor qualidade e também frutos mais precoces, árvores mais precoces. A média de sete anos está reduzindo para três anos o trabalho, graças aos pesquisadores da bio fábrica, com mão de obra muito feminina, elaborando plantas enraizadas do cacau.

Discutimos a criação nos Estados e o Senador Acir Gurgacz acolheu muito bem a ideia de criar, porque Rondônia, Maranhão, Espírito Santo, Pará e a Bahia são os Estados produtores de cacau, grandes produtores de cacau; em alguns lugares, como o caso de Rondônia, há também um aspecto, Senador Blairo Maggi – V. Exª que é um produtor de sustentabilidade –, em que o cacau é produzido sob a sombra da Mata Atlântica.

Então, a chamada cabruca, que é o manejo adequado da Mata Atlântica e a preservação das nascentes, que podemos ver, acompanhar lá, é muito importante, tanto que no Código Florestal – o Senador Moka foi muito citado – foi assegurada a preservação naquela área do sistema cabruca. V. Exª foi muito importante na obtenção do apoio para que se aprovasse, porque não se pode tratar de forma igual situações diferentes, e aquela é uma situação diferente. A Mata Atlântica naquela região é extremamente preservada. Imagino que também Rondônia – onde não conheço o plantio de cacau –, e no Pará e Espírito Santo deve ser da mesma forma.

Então, uma frente parlamentar em defesa desse setor é fundamental. Hoje o Brasil é o 6º maior produtor de cacau do mundo e o 3º maior consumidor de chocolate. Nós temos que usar para, pelo menos, terceiro lugar na produção.

Feito esse comentário, quero passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz para justificar a audiência e o que o senhor gostaria de ouvir dos nossos palestrantes.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Srª Presidente Senadora Ana Amélia. De fato, essa audiência pública ou esse debate feito na Bahia sobre a Ceplac e o cacau é de uma importância muito grande, não só para a Bahia, evidente, mas muito bem dito pela senhora também para outros Estados, em especial o Estado de Rondônia que já foi um produtor maior de cacau.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade. Mas pode revitalizar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nos últimos anos diminuiu, mas a nossa intenção é que aumente a produção de cacau, porque, como Rondônia tem uma agricultura familiar muito grande, a produção de cacau vem ajudar na renda das famílias que têm suas plantações bem diversificadas. Então, entendo que o debate foi muito importante. Vamos estar acompanhando, por meio dessa possível frente parlamentar, para darmos apoio à Ceplac. O cacau no Brasil pode ser ampliado por meio da Ceplac. A experiência que a Ceplac tem é muito grande, assim como a Embrapa também.

Então, tem todo o nosso apoio. Vamos trabalhar para darmos a estrutura necessária à Ceplac.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E ao agregar valor, Senador Acir, a Bahia já tem 20 fábricas de chocolate, graças à matéria-prima. Rondônia poderá também, aproveitando a castanha que existe lá de excelente qualidade, juntar um chocolate e agregar valor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por enquanto Rondônia só tem o cacau do Senador Acir Gurgacz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – No Mato Grosso do Sul o cacau significa dinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não. Era uma expressão. Eu me lembro menino, o quanto era importante, era sinônimo de riqueza. Havia uma expressão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cacau.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A plantação do cacau, não?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O fulano é cheio do cacau, quer dizer que tinha muito dinheiro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É que o cacau tem um valor muito grande na plantação e um valor muito grande para as famílias que o cultivam e o produzem. É muito importante a produção do cacau e a industrialização também. Hoje o Brasil, creio, seja importador de cacau.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade. É o terceiro maior consumidor de chocolate, então, as fábricas precisam de matéria-prima.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós importamos. Nós precisamos ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Inverter a lógica.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Inverter essa situação, porque o Brasil tem essa capacidade, essa condição de fazer e vamos trabalhar para isso.

O Senador Donizeti gostaria de fazer também umas colocações?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Não, Presidente, só para agradecer e parabenizar pela iniciativa em relação ao companheiro Manoel e Pedro Eugênio, um carinho que a senhora descreveu e a iniciativa que tomou.

E como eu não sou cheio de cacau não vou entrar no debate aqui sobre o cacau.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Mas é consumidor do cacau, do chocolate.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas tem uns que escondem o cacau também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Tens uns que escondem. É verdade, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas me permita, agora, só para a gente...

Eu acho que, no meio disso tudo, eu preciso fazer justiça a uma pessoa. A Senadora Lídice da Mata, embora não fosse nem da Comissão de Agricultura, era uma batalhadora por essa questão do cacau; eu me lembro do esforço da Senadora, sempre falando, sempre querendo.

Aliás, quem comanda a Ceplac, hoje, no Ministério da Agricultura é o Wellington, um técnico de grande qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele estava presente lá na audiência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É muito bom o Wellington, nós o chamamos de Tom, ele é um dos responsáveis também por essa reorganização.

Agora, para o Brasil, é fundamental, até porque o cacau está diminuindo no mundo, em termos de produção; agora que começou novamente uma recuperação do plantio, pois a vassoura-de-bruxa dizimou o cacau.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Foi bom V. Exª ter citado, Senador Moka.

Um Senador solicitou uma audiência pública aqui para tratar de defesa sanitária. Nós estamos correndo sérios riscos por causa da barreira sanitária em relação a um fungo que já está presente lá na fronteira com o Acre, na Região Amazônica, que, se chegar ao território brasileiro, pode ser um arrasa-quarteirão.

Não é alarmismo, mas é a prudência necessária na área de vigilância sanitária. Todo o cuidado é pouco, Senador Moka.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O senhor é de um Estado que tem duas fronteiras. Isso é muito grave.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A gente perde o amigo, mas não perde a piada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não foi só a vassoura-de-bruxa que acabou com o cacau, foi o pouco cacau que os produtores de cacau recebiam para plantar. Esse que é o problema. Falta de grana, preço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Financiamento, renda.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Faltou cacau para o cacau.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Faltou o cacau do Senador Moka. (*Pausa.*)

Eles estão hoje, Senador Blairo, eu vi lá, e, aí, queria, de novo, sublinhar o esforço que eles estão fazendo em relação exatamente a essa diversificação, não só em relação a um cacau muito mais produtivo e precoce e de qualidade, mas também consorciado com produção de mandioca enraizada. Eu nunca vi. Estão fazendo mandioca enraizada de excelente qualidade. Então, a agricultura familiar ...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O que é isso? Mandioca enraizada?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Ele sai já num tubete, a muda da mandioca, enraizada. Como sai de dentro da biofábrica uma muda da planta do cacau enraizada. Então não é uma sementeira, enraizada, que ela tem muito mais rapidez de crescimento. Isso vale para as duas, mandioca. Porque no meu tempo era rama ...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Maniva, né?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exatamente, maniva. Agora não, modernizou e eles fazem um bolo de rolo, fazem um rocambole com as mudinhas todas prontas para ser mais econômico, para levar para o agricultor familiar. Só corta e coloca na terra.

Então, há uma diversificação preocupada com a garantia do aumento da renda para a agricultura familiar.

E do cacau, da fruta, se tira a semente para fazer o chocolate e também a polpa do cacau dá um suco de excelente qualidade, também do ponto de vista nutricional.

Então, fico feliz que o Senador Acir, o Senador Blairo, todos, o Senador Moka tenham colaborado com esse debate.

Bem-vindo Senador Benedito, nosso ex-Presidente.

Feita essa observação, queria agora que o Sr. Senador Acir, autor do requerimento para o debate de hoje, justificasse a nossa audiência.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Srª Presidente.

Dou as boas-vindas ao Sérgio Roberto Lopes, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiário na Amazônia Legal; à Srª Cassandra Maroni Nunes, Secretária do Patrimônio da União; e ao Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, do Incra.

Eu vou direto aos questionamentos, Srª Presidente, para nós adiantarmos.

O Programa Terra Legal foi criado em 2009, com a meta de entregar títulos de terras a cerca de 150 mil agricultores que ocupavam e ocupam ainda as terras públicas federais não destinadas na Amazônia. Qual o balanço que temos hoje do programa? Quantos títulos foram entregues e quais as principais dificuldades para se alcançar essa meta?

No seminário da CRA, que realizamos no dia 25 de março, ficou claro que as políticas ambientais e de regularização fundiária podem caminhar juntas na Amazônia. Essas duas ações podem ser integradas para que o agricultor, ao fazer o cadastro ambiental, também queime etapas no processo de regularização fundiária e possa receber o título definitivo de propriedade da terra. Como está sendo feito esse trabalho, se é possível nós caminharmos o CAR junto com a regularização fundiária?

Em Rondônia, existem 195 projetos de assentamentos do Incra, com 37 mil famílias assentadas em área aproximada de 6 milhões de hectares. O Estado possui 35 acampamentos de agricultores que ainda não são considerados assentamentos pelo Incra, onde vivem mais de 15 mil famílias. Esses dados foram apresentados pelo Incra em audiência pública que realizamos no início do ano passado. A minha pergunta é: qual é a situação atual? Porque não há conflito entre as famílias, não há conflitos de terras, de demarcação, de vizinhança, não há problema. Foram pessoas que foram assentadas lá, já estão lá há muitos anos, mas não têm o documento da sua área ainda.

Outra questão: a constatação que temos é a de que as regras do Programa Terra Legal não dão conta dessa problemática e de que os procedimentos do Incra para legalizar os assentamentos e acampamentos esbarram, principalmente, no preço da terra, que está muito caro em todo o País. O que está sendo feito para equacionar esse problema?

Além disso, existe uma ação de fiscalização do Tribunal de Contas da União, que está analisando todos os procedimentos de regularização fundiária na Amazônia, principalmente sobre os assentamentos emancipados. Como é que está sendo feito esse trabalho e quais os reflexos nos procedimentos atuais?

Outra questão: uma das soluções que já discutimos com o MDA e o Incra será facilitar a titulação dos imóveis dos assentamentos emancipados nos mesmos moldes do Programa Terra Legal, ampliando a área a ser titulada para quatro módulos fiscais, visto que hoje existe a limitação, permitindo apenas até dois módulos fiscais. Essa proposta evoluiu dentro do MDA e do Incra, porque esses temas, Srª Presidente, nós já debatemos por várias vezes: esse ano, duas vezes; ano passado, mais cinco, seis vezes; ano retrasado; e assim sucessivamente para trás, desde 2010.

Então, outra demanda é a necessidade de eliminar, no caso de fracionamento mínimo em áreas rurais que possam ser consideradas urbanas, a análise e a autorização do Incra para a regularização. Essa competência seria transferida para os Estados ou para os Municípios. Apresentei essa proposta, através do PLS nº 388, de 2014. Como é que o MDA e o Incra veem essa possibilidade de transferir tudo isso para os Estados e os Municípios, para que eles possam fazer essa regularização? Porque nós estamos vendo que, através do Incra e do Terra Legal, as coisas não estão caminhando.

Em que situação encontram-se os procedimentos de regularização fundiária dos terrenos chamados Figura A, que compreendem oito bairros da nossa capital, Porto Velho: os bairros Arigolândia, Panair, Olaria, Pedrinhas, Caiari, Triângulo, Areal e Baixa da União, onde vivem cerca de 50 mil pessoas. O trabalho está sendo feito por meio de convênio entre a União, através da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o governo do Estado de Rondônia e a prefeitura municipal de Porto Velho.

Essas são algumas das questões, Srª Presidente, que eu gostaria de ouvir dos nossos convidados.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu fico muito grata, porque nós fizemos a inversão, e a inversão é mais objetiva, nessa forma de audiência, porque as questões já foram levantadas, então os nossos convidados já fazem uma exposição focada nas questões levantadas pelo Senador Acir, que é o autor do Requerimento, mas o tema está aberto a todos os Senadores.

Então, no encaminhamento, os demais Senadores que tiverem já questões para levantar aos nossos convidados também apresentassem, porque o Senador tinha preferência por ser o requerente.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Acho que realmente fica bem mais produtiva essa maneira como V. Exª está ordenando os trabalhos.

Trago aqui duas situações: uma situação é exatamente no Estado de Santa Catarina. Uma propriedade da família Tomazzi; eles já estão lá nessa propriedade desde 1940. Fizeram até questão de mandar aqui a foto da propriedade. É um propriedade extremamente produtiva, com soja, gado, erva mate, às margens da BR-280.

O que está ocorrendo é que, nesse processo, eles colocam sob suspeição a origem da propriedade. E, a partir daí, estimulam a invasão. Uma propriedade com os índices superiores aos exigidos como propriedade produtiva e essa fazenda está lá até hoje invadida e sem ter, até o momento, decisão do juiz, porque estão aguardando o que criaram lá em Santa Catarina – agora há uma audiência de conciliação, ou seja, o cidadão está na sua propriedade rural, o invasor entra, e o invasor vai discutir se ele deve ou não ser tirado. Ou seja, o modelo bolivariano mesmo instalado no Brasil agora com essa comissão; um novo conselho agora para saber se a propriedade deve ser desocupada ou não.

As fotos que eles mandaram são fotos expressivas, porque é uma propriedade pequena, totalmente produzindo, preservando aqui as margens dos rios, o resto dela todo mostrando a sua função social aqui e, de repente, essa fazenda está invadida.

A outra propriedade é exatamente no Estado do Tocantins, e vou, no decorrer da exposição, Presidente, levantar os dados que pedi que detalhassem sobre a inscrição no cartório e também o período que essa propriedade está lá sem o Incra ter deliberado ainda sobre a sua origem. Eles têm toda uma cadeia vintenária, o Incra diz que não, que é uma terra do governo, e realmente isso fez com que a propriedade fosse invadida e o proprietário perdesse lá não só toda a sua estrutura, como também duas mil cabeças de gado que estavam na propriedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas vou trazer os detalhes e vou informar aos nossos convidados.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Queria cumprimentar os Senadores, as Senadoras, os palestrantes.

Mas gostaria, Presidente, fugindo um pouco a audiência pública – daqui a uns minutos, teremos início – comunicar a V. Exª e aos demais companheiros da Comissão de Agricultura, que, ontem, dando continuidade àquela ação que reivindicamos ao Ministério da Agricultura, através da Ministra Kátia, em relação aos genéricos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Genéricos para uso veterinário.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – E ontem a Ministra me ligou e queria dar essa informação à Comissão: apesar dos 12 anos de espera e de três anos, o Ministério da Agricultura, com um processo para autorizar, regulamentar os genéricos, para atender a pecuária brasileira,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Sim.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – ... a Ministra ontem nos informou que, no dia 6 de maio, a Presidenta Dilma, ao anunciar o Plano Safra 2015/2016, deverá assinar o decreto de regulamentação dos genéricos para produtos veterinários, o que vai ajudar consideravelmente a pecuária brasileira. Os custos nós vamos ver exatamente no exercício da prática, que vai variar entre 40% a 50%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Menor.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Isso é formidável, é fantástico e é um avanço para a pecuária do nosso País, que é pujante, é extraordinária, causa inveja, e o Governo, agora, através da Ministra Kátia... Foi preciso que chegasse uma mulher...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, e aqui na Mesa. É isso aí, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – ... para adotar as providências necessárias.

É por isso que eu – sem nenhum demérito para os homens –, entre dez homens e uma mulher, fico com a mulher. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito bem. Parabéns, Senador.

Nunca, numa audiência...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, essa posição do Senador é coincidente com a minha também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, parabéns. Mas os aplausos foram só para ele porque ele foi original. Ele é genérico só no remédio, mas é original na declaração.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Presidente, eu sou suspeito até para falar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... da amizade que tenho, do orgulho e da admiração que tenho pela Senadora Kátia Abreu, mas o que faltava e o que falta, na maioria das vezes, é decisão política.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Claro. É isso mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acabam culpando os técnicos administrativos, mas a verdade é que, muitas vezes, quem está no comando, o Ministro, quem tem de decidir não decide.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E fica naquela enrolação. E as pessoas, no segundo e terceiro escalões, não têm esta postura de "eu vou tomar a decisão". Então, isso, claro, mérito da Senadora Kátia Abreu. Por onde eu vou, Senadora, só escuto elogios à Senadora Kátia Abreu. Agora, isso é decisão política! Alguém que fale assim: "Eu chamo para mim a responsabilidade." É claro que a Presidente da República precisa do ministro exatamente para isto: "Olha, já olhei, já chequei, não há nada errado, a senhora pode autorizar porque isso aqui é correto." Isso é decisão política.

É gente que tem compromisso com aquilo que precisa ser feito. Na maioria das vezes, a qualquer problema minha, em vez de correr atrás, de buscar se certo ou errado, se tem comprovante ou não tem, vai para a pilha daquilo que é problemático ou que não se quer decidir. Então, eu parabenizo a Senadora Kátia Abreu e parabenizo a persistência desse alagoano aqui que foi até o fim. Eu me lembro do Benedito, por duas, três vezes, cobrando a mesma coisa, porque não é possível – eu quero estar errado, Senadora, e não quero ser leviano, mas isso é *lobby* de multinacional, que ganha rios e rios de dinheiro aqui vendendo medicamento médico-veterinário, duas ou três vezes superior ao que nós podemos produzir aqui no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – E, às vezes, mais caro do que nas próprias áreas de origem dessas empresas. Mas, de qualquer maneira, eu penso que é um caminho. Já fizemos com os medicamentos para uso humano, então, é natural que tivesse...

Eu queria também cumprimentar o Senador Benedito pela persistência. Não chegou a ser como Nelson Carneiro em relação ao divórcio, que foram 40 anos, mas os 12 anos valeram a pena, Senador. O senhor está comemorando, aqui no Senado, essa grande vitória. O senhor já foi informado. Mandamos, a seu pedido, o ofício à Ministra Kátia Abreu, dando conta das suas referências aqui, da mesma forma o Senador Wellington Fagundes.

Também encaminhei à Ministra a questão da vacina contra a aftosa e ele já me informou – eu queria compartilhar com os senhores – das providências tomadas, no sentido que a Ministra já disponibilizou as vacinas nas regiões do Mato Grosso que estavam faltando – a vacina contra a febre aftosa.

Com a palavra o Senador Blairo, que é do Mato Grosso e que acompanhou também este tema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, uma questão de ordem. Nós vamos fazer as perguntas a todos os ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu penso que esse sistema é melhor e o senhor está habilitado a fazer as perguntas e, então, já dirige as respostas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas para qualquer um dos expositores?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Para as pessoas que aqui estiverem, de cada área que foi indagada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem. Eu quero fazer uma questão inicial, Presidente, primeiro cumprimentando todos os aqui presentes, sobre a questão da Portaria nº 294, da SPU.

Posteriormente ela foi revogada, mas o fato é que houve uma portaria da SPU declarando área da União em torno de dois milhões de hectares na região do Araguaia. São nove Municípios de Mato Grosso e três de Tocantins. Os de Mato Grosso são Luciara, Cana Brava, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Santa Teresinha e São Félix do Araguaia.

Quando saiu essa portaria, criou-se um alvoroço tremendo porque a portaria já foi dizendo que os cartórios têm que averbar nas suas matrículas e que não pode mais vender, não pode mais fazer nada.

Dentro desses dois milhões de hectares de área, há cidades, há fazendas produtivas, há áreas de preservação, há de tudo – dois milhões de hectares é um país. E nessa área do Araguaia, então, houve uma conturbação muito grande.

Então, a minha pergunta é: além de explicar por que foi feito isso, qual o cuidado que a SPU tem ou que qualquer órgão de governo deveria ter quando faz uma manifestação dessa? Porque a impressão que dá é que o Governo é dono de tudo e pode dispor de tudo e pode fazer tudo o que quiser, sem levar em conta as pessoas que vivem na região, que estão na região, que trabalham na região.

Uma atitude dessa, como essa Portaria nº 294, é uma convulsão social na região. Além disso, o prejuízo econômico que traz, porque é prefeito viajando para Brasília, é advogado contratado, é fazendeiro, é a Câmara. A produção para. É um inferno a vida de todo mundo.

Então, eu gostaria de saber em que pé que está isso, por que é que foi feito e quais são os pontos que a SPU ou que qualquer órgão de governo leva para fazer um negócio desse. Eu não vou falar o palavrão que é aqui, mas é uma inhaca mesmo um negócio desse. Tem que tomar muito cuidado quando se mexe numa questão tão grande quanto essa, numa região como Mato Grosso e Tocantins também. Fora outras coisas. Estou dizendo em todos os órgãos. É Incra; é Funai; é SPU; é IPHAN. É um inferno na vida de quem trabalha.

A máquina pública é contra quem trabalha. Para quem trabalha, existem 300 neguinhos do Governo cuidando, fiscalizando, não deixando fazer, segurando. É licença para cá; é licença para lá. A gente gasta mais esforço na fiscalização, ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na burocracia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... a gente gasta mais esforço em se defender do que em trabalhar.

O problema do País é que a gente está trabalhando pouco. Hoje, quando eu vinha aqui para o Senado, eu estava escutando a Rádio Senado e ouvi uma notícia de um país lá da África – eu não vou guardei qual que é –, que eu achei muito interessante. Lá o Presidente decretou que o cara que não trabalhar por seis meses vai pagar uma multa de quase 200 euros para o Estado, porque eles dizem que o cidadão tem que contribuir para a sociedade e para a construção do país deles. Aqui no nosso, não. Aqui não trabalha e fica encostado a vida inteira, que não há problema.

Então, é neste sentido a minha preocupação. O Brasil está muito fiscalista, está muito governo, está muito burocrático e aquilo que deve ser preservado, que é a produtividade, a produção, a geração de riqueza, está ficando em segundo lugar. Essa é uma cruzada, é uma batalha que a gente tem que fazer todo dia aqui no

Senado e alertar, alertar, alertar, porque burocracia é igual a unha: se você não cortar toda semana, ela cresce. Então, tem que cortar e lixar, cortar e lixar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Blairo, isso remete à discussão do tamanho do Estado. O problema não é o tamanho do Estado, se é um Estado grande, médio ou mínimo. A questão é de um Estado muito eficiente. E muito eficiente não importa o tamanho que ele seja. Quando ele é eficiente, todo mundo ganha, especialmente a sociedade.

Para encerrar os questionamentos, eu não sei se outro chegou...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Srª Presidente, é que chegou o último documento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria apenas chamar a atenção, são 8h39, para a presença de tantos Senadores nesta Comissão. Nós temos conseguido limpar...

Senador, eu acho que é o empenho, eu preciso reconhecer isso, Senador Paulo Rocha, Senador Blairo Maggi, Senador Acir Gurgacz, Senador Donizeti Nogueira, Senador Moka, Senador Benedito, Senador Caiado, eu penso que é preciso que a sociedade saiba. Nós começamos aqui às 8h em ponto, há o trabalho feito da assessoria também da comissão, e isso é muito relevante.

Agora eu estava ouvindo aqui o João de Barro, que é um passarinho que trabalha muito, cantando. É a primeira vez que eu ouço pássaros aqui dentro da Casa. E aqui tem um jardim, então eu penso que até a natureza estava celebrando um ambiente diferente que nós estamos vivendo para vencer a crise.

Passo a palavra ao Senador Caiado para encerrar aqui, com duas ou três questões que eu tenho para os nossos convidados.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Rapidamente, Presidente, muito obrigado.

O documento acaba de chegar, é uma propriedade rural, na área de pecuária e também de agricultura do Estado de Tocantins, situada na comarca de Filadélfia. É uma propriedade com área de 2.297 hectares. Então, para o Estado do Tocantins é uma propriedade média, de 2.297 hectares.

Essa propriedade tem registro e a cadeia sucessória é de 1857. E realmente no cartório, consta a propriedade. Essa propriedade foi dada em garantia aos financiamentos todos que esse produtor rural fez junto ao Banco do Brasil, todos eles. E de repente o Incra vai, vincula essa propriedade a uma segunda, sobrepõe uma outra área sobre essa propriedade e há dez anos esse cidadão está lá tentando ver o que faz da vida, porque tudo o que ele tinha estava aplicado nessa propriedade. É um goiano, vendeu a sua propriedade na cidade de Piracanjuba, em Goiás e mudou a sua atividade para o Tocantins e agora está lá. Todo o gado foi assaltado, roubado, as pessoas foram lá instaladas... Já tem a terceira geração, porque os assentados iniciais já venderam umas três ou quatro vezes o lugar do assentamento, o Incra não fornece o nome das pessoas assentadas, vai no cartório, o cartório atesta que a propriedade é dele, e a propriedade dele foi dada, e várias vezes, como garantia para que ele pudesse ter acesso a empréstimo do Banco do Brasil.

Então, veja bem a desordem que nós estamos vivendo! E isso é uma penalização sobre a vida de um cidadão que dedicou todo o seu tempo a essa atividade. E é o único patrimônio que ele tem em vida.

Eu gostaria de saber, Presidente, qual dos nossos convidados é responsável por essa área do Incra, que eu gostaria de poder passar também, mais essa tentativa que tem sucessivas ações judiciais.

O representante do Incra, enquanto, Senador Donizeti...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – O representante do Incra, enquanto...

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, no PPA de 2012 a 2015, há uma ação de desenvolver e implantar o cadastro nacional de imóveis rurais em conjunto com a Receita Federal. Foi formalizada essa parceria? Como está? A minha pergunta no momento seria só essa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, encerrados os questionamentos, eu vou concluir aqui com algumas perguntas.

Queria saber quais os procedimentos que estão sendo adotados para reativar os contratos suspensos do Programa Nacional de Crédito Fundiário?

Quais as medidas para viabilizar não só a regularização de quem já possui lotes, mas também para promover o acesso à terra?

Nós recebemos aqui uma carta do Sr. Antonio Marcos da Silva, de São Sebastião da Grama, em São Paulo, reclamando que os contratos foram suspensos nesse programa PNCF. Esse programa possibilita aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra comprar e estruturar um imóvel rural por financiamento e para a construção de instalações básicas, como luz, água e esgoto. Quais são os números atualizados da reforma agrária no Brasil, aqui ao representante do Incra, e qual a demanda ainda existente por novos assentamentos?

O Incra diz que o número de assentamentos no Rio Grande do Sul – o meu Estado – é de 343, com 12.565 famílias (aproximadamente 12,5 mil) assentadas em uma área de 293 mil hectares reservados para assentamentos. No Brasil, as informações do Incra apontam que existem atualmente no Brasil, 9.256 assentamentos, com 968.877 (aproximadamente 968,8 mil) famílias assentadas em uma área de 83.314.875,23 hectares (aproximadamente 83 milhões de hectares).

Nos assentamentos já fixados, os projetos complementares de infraestrutura já foram executados, de forma a maximizar a sua produtividade e atender às necessidades das famílias assentadas?

E, finalmente, considerando que, segundo a legislação, os lotes em assentamentos do Incra não podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos por particulares, pergunto se existe um controle que forneça dados seguros sobre a permanência da titularidade desses lotes com os mesmos assentados que os receberam? Que medidas têm sido tomadas para evitar a venda fraudulenta desses lotes, como se tem notícia com alguma frequência?

Então, esses são os questionamentos e, de imediato, passo a palavra ao Dr. Sérgio Roberto Lopes, à Drª Cassandra Maroni Nunes e ao Dr. Richard Torsiano.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Bom dia, Senadora Ana Amélia, bom dia aos companheiros da Mesa, aos Senadores, Senador Paulo Rocha, Blairo, Acir, Donizeti do Tocantins, Mota, Benedito Lira e Caiado, a gente gostaria de agradecer o convite para que o MDA viesse aqui colocar como está a questão da regularização fundiária na Amazônia Legal e registrar que o Ministro Patrus Ananias está em uma agenda, em uma missão do Governo, ele está numa agenda externa. Então, eu estou representando o Terra Legal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Sérgio, só para informar aos nossos colegas Senadores que o Ministro Patrus Ananias estará presente aqui nesta Comissão na próxima audiência que teremos aqui, dia 28 de maio.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Então, eu gostaria de pedir que seja projetada uma apresentação rápida para a gente poder situar o desafio que é fazer a destinação e a regularização das terras federais na Amazônia.

Cenário, avanços, desafios.

Esse é um mosaico que mostra o uso das terras na Amazônia, as terras indígenas, as unidades de conservação e, embaixo, temos 55 milhões de hectares, que é o universo do Terra Legal a ser trabalhado.

No cenário de 2009 – os Senadores aqui muitos são protagonistas e conhecem esse trabalho – a nossa Amazônia estamos falando de 65% do nosso território, 25 milhões de habitantes do nosso País e temos que ver que há um desconhecimento, não há um assenhoramento da malha fundiária e, em 2009, o País está no ápice do desmatamento e é a época em que também a regulação fundiária está parada, há uma lentidão e o marco legal não é suficiente para avançar. Esse é um cenário posto em 2009 onde havia as grandes ações do Ibama de fiscalização, comando, controle.

O nosso Presidente Lula quer uma atividade que vá além das ações de controle ambiental, ele edita a Medida Provisória nº 458, que vira a Lei nº 11.952. Nessa época, foi colocado ao Presidente Lula que 67 milhões de hectares não teriam destinação e regularização na Amazônia. Isso em torno de 300 mil ocupações, 400 núcleos urbanos, cidades, distritos e vilas que estão em cima dessas áreas, e cria um programa para que também faça essa regularização e acompanhe o que acontece nessa questão.

Nesse período foi vendido uma certa – sempre na história da Amazônia – facilidade de fazer regularização fundiária e não se partiu do histórico que já havia que o Incra trabalhava, o Getat trabalhou, a Colônia trabalhou e que havia muito trabalho de destinação e regularização de terras na Amazônia.

Se os senhores lembrarem, em 1500, os índios estão neste território, vivendo sua cultura. Chega Portugal e o Brasil passa a ter um proprietário de terra: o rei português. E têm terra o rei e os amigos do rei.

Com a independência, não muda muito. A primeira Lei de Terras é de 1850. A grande moeda de troca da Proclamação da República foram as terras, as terras passam a ser estaduais. O governo militar, na década de 70, edita um decreto-lei atinente a terras ao longo das BRs. Se os senhores perceberem, esse é o mosaico das terras federais. Está no eixo da BR-364, BR-163, Transamazônica, sempre está nos eixos das BRs, porque o decreto dizia que 100km às margens das BRs existentes em construção e projetadas seriam do Governo Federal. E há todo um processo de arrecadação que o Incra capitaneou em que mais de 1.648 glebas foram discriminadas, arrecadadas e registradas em cartório. Nós estamos falando em torno de 113 milhões de hectares, os Estados da Bahia e Minas Gerais juntos, espalhados pelos nove Estados da Amazônia Legal. A Amazônia Legal inclui o nosso Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

Próximo.

Nesse universo, muito trabalho havia sido feito, como eu disse, pelo Incra, Getat e Colônia, criando terras indígenas, unidades de conservação, cidades, emitindo títulos particulares, áreas militares e todo tipo de domínio que possa existir.

O Terra Legal faz o filtro. E não aquilo que foi ponderação pelo Presidente Lula em 2009. Hoje, nós trabalhamos com um universo em torno de 55 milhões de hectares, e não 67 de área não destinada.

É bom nós registramos que, nessa Lei nº 11.952, do Programa Terra Legal, o Presidente Lula encara duas coisas de maneira muito inovadora. A primeira: a possibilidade de regularizar posses de até 15 módulos fiscais. O módulo fiscal na Amazônia varia de 10ha até 100ha. Então, nós estamos falando de propriedades até 1.500ha. Os beneficiários dessa regularização fundiária: qualquer brasileiro ou brasileira que não trabalhe no Incra, no MDA, no Ministério do Planejamento ou no Instituto de Terras pode ser beneficiar da regularização fundiária da Amazônia. Um Senador pode. Um juiz pode. Um médico pode, cumprindo os critérios que a lei determina.

A Lei nº 1.952, na qual muitos dos senhores trabalharam – determinou que, primeiramente, o Terra Legal tem que fazer o perímetro da gleba. Eu tenho que buscar no cartório e nas unidades avançadas o processo de arrecadação e refazer o perímetro dessa gleba. Mato Grosso é o campeão do mundo de glebas no País. Mas temos glebas de 700ha e de mais de 1.000.000ha. Há gleba que tem 17 cidades dentro em Rondônia. Então, nós temos que fazer o perímetro dessa gleba – a lei assim determinou –, o perímetro originário. Feito o perímetro originário, nós temos que encontrar tudo o que já foi destinado. Então, temos que encontrar a unidade de conservação, a terra indígena, a área militar, o título emitido pelo Incra; emitido pelo Getat, no Pará; pela Colônia, no Maranhão; retirar tudo isso e encontrar as áreas que estão sem destinação e regularização. Então, é um trabalho de assenhoramento e conhecimento do território. A partir disso, então, é que vai a titulação.

Próximo.

Quando nós medimos o perímetro da gleba e identificamos tudo o que já foi destinado, em relação ao que encontramos que ainda não tem destinação, eu não posso fazer nada. A lei exigiu que façamos uma consulta aos órgãos. Então, terra nós temos que lembrar que é água – estamos vivendo a crise hídrica –, terra é floresta, é minério, é poder.

Então, esta lâmina representa o grau de interesse que existe em torno de uma terra e que a lei determinou que o MDA tem, hoje, a delegação dessas terras federais na Amazônia, pela Lei nº 11.952, pelo período de cinco anos, renováveis por mais cinco.

Após identificar aqueles 55 milhões de hectares, eu tenho de fazer uma consulta. A lei disse que a consulta era por ofício, em trinta dias.

Então, encaminho um ofício para a Secretária Cassandra, por exemplo, na SPU, e ela tem trinta dias para responder se naquela área existe uma área inalienável ou não. Encaminho um ofício para a Funai e ela tem trinta dias para dizer se naquela área existe interesse indígena ou não. ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Incra e o próprio Estado.

Isso não funcionava. Foi criada uma câmara entre o MDA e o Ministério do Meio Ambiente para que esses interesses sejam colocados em uma mesa e definida a finalidade e o uso desta terra.

Então, antes de dar um título, seja de 1 hectare ou 1,5 mil hectares, essas áreas têm de estar liberadas.

Então, esses são os órgãos. E os interesses que são colocados passam para essa câmara. Essa câmara tem um trabalho muito bacana onde o Incra e o SPU estão conosco. Ela já analisou 29 milhões de hectares dos 55, Senadores, sendo que 24,9 foram liberados. Desses, 9,5 milhões de hectares foram para órgãos e Estados. Então, existe Estado, como o Estado do Mato Grosso, em que três glebas, por lei, foram passadas – Maiká, Jarinã e Cristalino/Divisa –, com mais de 1,7 milhão hectares. Existem áreas em que foram passadas 5,5 milhões de hectares para o meio ambiente; e quase 15 milhões de hectares estão por terra legal, título a título.

Então, essa câmara passa por aí. Depois de conhecer o território, fazer o geo, é feita essa consulta e liberada. Essa câmara ainda tem o desafio de analisar e resolver ainda mais 31 milhões de hectares.

Pode seguir.

Então, é uma engrenagem. A engrenagem maior é conhecer o georreferenciamento e, depois, fazer chegar o título rural na mão do cidadão, o título urbano na mão do Prefeito, e o documento aos órgãos e Estados.

Pode seguir.

Qual tem sido a nossa estratégia junto ao Terra Legal? Simplificar e modernizar. Fazer a regularização fundiária não é fácil. Vocês viram o nível de interesses e de disputa de espaço, assim como é necessário conhecer 55 milhões de hectares, uma Minas Gerais, em toda a Amazônia Legal.

Então, temos uma nova abordagem. Primeiramente, muito, mas muito respeito com quem vive e trabalha na Amazônia.

Essa medida provisória, se os senhores lembram, ela foi taxada, na época do Presidente Lula, que era a medida provisória da grilagem. E ela não é da grilagem. Ela é a medida provisória da legalização, da definição do uso e da finalidade das terras na Amazônia. Então, temos de simplificar e modernizar.

Temos um processo de descentralizar e de empoderar os Estados. Tudo era Brasília. Hoje, a maior parte dos trabalhos é feita nos próprios Estados. O Ministro Miguel Rossetto, quando no MDA, e o Ministro Adams conseguiram um parecer jurídico vinculante. Hoje, áreas até quatro módulos fiscais não precisam mais vir a Brasília e passar pela Advocacia-Geral da União. Hoje, isso pode ser resolvido lá no Estado. Já temos a emissão dos títulos lá nos Estados. Então, temos um processo de descentralização e empoderamento das coordenações estaduais.

Contrato de georreferenciamentos de até 140 mil quilômetros. Do último pregão nosso, de 2013, estão em andamento 140 mil quilômetros. Temos um novo pregão para ser dada a ordem de serviço com mais de 120 mil quilômetros. É um programa que tem tido carinho e atenção do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Nunca faltaram recursos para trabalhar.

E hoje um dos grandes aprendizados do Terra Legal é o georreferenciamento. O País tinha duas normas de georreferenciamento. Numa parceria estreita com o Incra, nós construímos apenas uma norma, simplificamos a norma e criamos um sistema, o Sigef Geo. Os Senadores aqui me permitam fazer um parênteses. Qualquer brasileiro ou brasileira detentor de uma área acima de 250 hectares – e a lei vai diminuindo, pois veio das áreas maiores para as menores – tem de fazer o geo da sua área. Fazer o geo nada mais é do que dizer que esta área está aqui, não está no Oceano Pacífico, não está na China. Ela está nesse local e não se sobrepõe a nenhuma outra propriedade. Ela não garante domínio; ela é um reconhecimento da localização da área.

Para isso um cidadão brasileiro contratava uma empresa e recebia papel e *shape*, ia ao Incra e entrava em uma fila de um, dois, três anos. Hoje, o técnico que o cidadão contrata pega um *token*, entra na rede mundial de computadores e lança a sua propriedade. Não recebe mais papel e *shape*. Ele lança e, se não houver nenhum problema, a norma técnica foi seguida e não der sobreposição a nenhuma outra propriedade, a certificação é automática.

O Terra Legal desenvolveu esse sistema, especificou, contratou. Hoje está alojado no Incra, fazendo a certificação dos imóveis no País todo. Nós o fizemos para fazer um gerenciamento do nosso contrato. Hoje eu tenho mais de 30 empresas trabalhando nos nove Estados da Amazônia Legal, fazendo georreferenciamento. Hoje eu só pago quando está no sistema e por quilômetro corrido. No passado, era por parcela, era por Município. Hoje nós trabalhamos, Senadores, por quilômetros corridos. Então, acho que o Terra Legal deu uma grande contribuição no aspecto de desenvolver competências, desenvolver metodologias, desenvolver sistema para a questão do georreferenciamento e da certificação no País.

Nossos dados – temos trabalhado com transparência e publicação – temos tentado padronizar, mas guardando as diferenças. Senhores, o Mato Grosso não tem nada a ver com Rondônia. São vizinhos, mas a forma de colonização, a ocupação de Rondônia é muito diferente da do Mato Grosso. Não dá para querer trabalhar no Mato Grosso da mesma forma como se trabalha em Rondônia. O Acre não tem nada a ver com o Amapá; o Pará, nada com o Tocantins. São totalmente diferentes os processos de colonização, as formas de fazer isso lá. Então, nós temos tentado padronizar, mas também entender as diferenças e tratá-las.

Temos feito, já respondendo a uma das perguntas do Senador, um alinhamento da regularização fundiária com a regularização ambiental. Então, nós temos trabalhado no sistema de mutirão junto com o Meio Ambiente para que o cidadão saia com o título e com o CAR. É uma experiência bem-sucedida e que está sendo multiplicada. Uma outra foi a construção da câmara técnica.

Eu só chamaria a atenção para a primeira foto, lá em cima. Hoje, todos os documentos daquela câmara técnica são assinados pelo Ministro do MDA, pela Ministra do Meio Ambiente. Então, aqueles 24,9 milhões de hectares liberados, a Secretária Cassandra teve a oportunidade de assinar todos eles. Bateu o martelo ali junto com Ministros, junto com a Presidente da Funai – era a Guta, depois foi o Flávio. Aquela foto mostra o trabalho da Câmara. Não há como questionar esse trabalho. No meio, esse sistema de georreferenciamento que fizemos. Já recebeu prêmios nacionais e foi apresentado em fórum internacional como uma das grandes experiências de gestão pública. Embaixo é uma imagem do geo.

Próximo.

Senhores, aqui está a questão de titulo. Foi vendido ao Presidente Lula que se fariam 20 mil títulos no primeiro ano. Nós demoramos cinco anos para chegar a 18.982 títulos. Quando o programa foi criado, foi como se a Amazônia fosse vazia. Era só chegar lá, ir medindo e entregando documento. Não é assim. Tem todo um histórico, todo um levantamento para ser feito, toda uma situação. Então, em 2009, no ano de criação do programa, foram feitos 244 títulos; em 2010, 274 títulos; em 2011, 636; em 2012, 2.390; em 2013, 4.642; e, no ano passado, 10.379 títulos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Urbano e rural?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Urbano, rural e destinação a órgãos.

O que nós temos hoje? Um aprendizado, lei, decreto, norma, sistema, equipe. Houve concurso no ano passado, temporário, contratamos pessoas, e hoje se sabe trabalhar tanto na análise dos documentos antigos, que encontramos na Amazônia – tem que saber se eles são válidos ou não são válidos, sabemos trabalhar –, documentos novos, que chamamos de Portaria 23, titulação urbana trabalhamos muito bem. O Terra Legal teria 400 títulos urbanos para fazer. Nós já fizemos mais de 300. Já entregamos títulos para o prefeito de Porto Velho, temos títulos para serem entregues ao prefeito de Colíder. Entregamos em todos os Estados, menos Roraima.

Há uma tese, Senhores, de que o Estado é mais eficiente do que o Governo Federal. Isso não se concretizou. Nós vamos ver mais à frente. Os Estados que receberam as terras federais não conseguiram sair do lugar.

Próximo.

Aqui vem em área. Aqueles pouco mais de 18, quase 20 mil títulos, o que eles representam em áreas? São 11 milhões de hectares. Falar 11 milhões de hectares não é nada, Senador Benedito Lira. Significa o tamanho do Rio Grande do Norte e da Paraíba juntos. Onze milhões de hectares foram conhecidos, discutidos naquela Câmara e a esses foi dada uma destinação. Vocês vão dizer: "Ora, mas vocês só inventaram a roda em 2014?" Não. É porque há todo um aprendizado que vem de um processo desde 2009.

As glebas Cristalino/Divisa e Maiká, no Estado do Senador Blairo Maggi, que dão um pouco mais de, juntamente com Jarinã, 1,7 milhão de hectares, elas estão contadas aqui em 2014, porque foi nesse ano que se encerrou o processo. Fomos a Marcelândia fazer o ato de entrega dessas áreas após todo um processo de construção. Então, são 11 milhões de hectares que foram destinados e regularizados.

Em termos de geo, nós estamos com 114 mil parcelas de georreferenciadas. Aí vocês têm uma evolução do geo ano a ano.

Próximo.

Aí está o total de hectares. Nós calculamos, senhores, que daqueles 55 milhões de hectares, em torno de 20 milhões de hectares vão ser para cidadãos e Municípios. Mais de 30 milhões serão para outras finalidades, certo? Então, hoje, nós temos, mais ou menos, a metade das áreas que vão ser destinadas para o Terra Legal medidas.

Próximo.

Aqui são os convênios com os Estados. Permitam-me, não me levem a mal, mas me deixem fazer um comentário Estado a Estado. À exceção do Pará, todos os outros Estados receberam recursos federais para trabalhar em suas terras. E o que nós encontramos? O convênio do Acre, depois de muita ajuda, começou a destravar. O Acre conseguiu emitir os primeiros títulos o ano passado, mas o convênio é de 2010.

O grande desafio, hoje, do Ministro Patrus Ananias, da Presidenta do Incra e nosso vai ser criar um sistema nacional de titulação: que um título emitido no Acre seja visto lá no Pará; que um título emitido no Pará seja visto no Ceará; que um título emitido lá em Santa Catarina seja visto. Ou seja, criar um sistema nacional. Então, o Acre começou a titular, mas eu ainda não consigo ver. Tenho que receber relatório, tenho que procurar em *Diário Oficial* os títulos emitidos. Eles, então, emitiram os primeiros 300 títulos depois de quase cinco anos.

No Amazonas, o convênio também destravou. O Estado do Amazonas tem avançado, está chegando a três mil títulos.

O Maranhão não conseguiu executar o convênio. Ficou tempos parado lá. Depois de quase três anos parado, nós pegamos de volta. O Estado do Maranhão não conseguiu nem aderir ao nosso pregão de geo, não conseguiu avançar.

O Mato Grosso teve um convênio, está em prestação de contas, mas até hoje nós não conseguimos ver os títulos emitidos pelo Mato Grosso. Então, está com problemas na prestação de contas.

Roraima e Amapá estão numa situação diferente. A lei passou essas terras para os Estados. Roraima tem a lei e o decreto, mas até hoje não conseguiu implementar o decreto. Então, em Roraima nós não temos nem um título emitido, urbano ou rural. Alguns rurais que o Iteraima emitiu, o Ministério Público Federal cancelou. Então, Roraima possui toda uma situação...

Hoje, o Ministro Patrus Ananias deu uma ordem, encontrou-se com a Governadora Sueli e foi tirada uma estratégia: as discussões do decreto de Roraima vão vir para dentro daquela câmara que mostramos naquelas fotos para os senhores, a regularização urbana vai seguir a Lei nº 11.952, vai ser feita pelo Governo Federal, as glebas que nós conseguimos liberar o Iteraima vai titular e as que forem mais complexas serão tituladas pela Lei nº 11.952, em uma parceria Governo Federal/Roraima.

Tocantins também não conseguiu, Senador Donizeti, executar o convênio. Era o Itertins, criou uma secretaria, voltou para o Itertins e o dinheiro ficou lá parado. E a gente, sofrendo uma auditoria do TCU, foi obrigado a retomar. Então, Tocantins não conseguiu executar o convênio e não tivemos nenhum avanço.

O Amapá possui uma lei que transfere as leis, mas até hoje não conseguiu fazer o decreto. No Amapá só uma gleba foi trabalhada pelo Terra Legal, chamada Matapi, em um acordo com o ex-governador e lá nós estamos com em torno de 800 títulos emitidos pela Lei nº 11.952, mas o Estado até hoje não emitiu nenhum título. E o convênio do Amapá começou a rodar no final do ano passado. Depois de muito trabalho eles aderiram ao nosso pregão de geo e estão fazendo geo no perímetro das glebas do Amapá.

Rondônia é o nosso melhor parceiro. É o Estado em que temos trabalhado mais, o convênio foi executado, sobrou recurso, sobraram juros, fizemos um aditivo. Então, o Estado que trabalhamos melhor foi Rondônia. Rondônia não tem terra estadual. O Estado trabalha conosco nas terras federais. É uma parceria.

Nesse quadro, os senhores percebem que o Governo Federal, com o programa Terra Legal, teve um aprendizado e veio crescendo – vocês podem olhar a evolução da emissão de títulos e áreas –, mas os Estados têm tido dificuldade nesse processo. Um grande desafio que o Ministro Patrus Ananias colocou é que façamos uma parametrização entre os Estados da Amazônia Legal. Quais são os critérios da lei do Mato Grosso? Quais são os critérios da lei do Pará? Quais são os critérios da lei do Tocantins?

O Senador tocou na questão de preço. O Ministério Público e o TCU sempre questionam, dizem que nós cobramos muito barato o valor da terra que o Terra Legal titula. Essa é uma questão. Praticamente todo mês tenho uma reunião com a 5ª Câmara do Ministério Público Federal para prestar conta do programa na Amazônia toda. Sofremos agora uma auditoria do TCU. Eles questionaram uma série de coisas que havíamos feito, colocando mais estações, conexões e escalas no processo de titulação e detenção da terra.

Então, temos que parametrizar a questão de preço e de lei com os Estados. Não temos poder de determinar o que o Estado faz, mas podemos dialogar, conversar, trocar ideias.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Essa ação do TCU paralisou a titularização?

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Não. Não paralisou, mas vou ter que rever quase 4 mil processos daqueles títulos que demos, por questão de cruzamento de sistemas e dados.

Próximo.

Terminando. Últimas lâminas.

São 113 milhões de hectares. Já medimos 51 e ainda faltam 62 milhões de hectares de perímetro de gleba.

Parcela: de 17 milhões a 20 milhões vamos ter que medir. Já medimos 10 milhões. Faltam 10.

Próximo.

Temos hoje um estudo e vamos ter que cruzar novamente com o IBGE, com o Prodes: 160 mil títulos para fazer. Fizemos 18, faltam 142. Esse é o nosso calcanhar de aquiles.

Urbanos eram 400. Ano passado fizemos um estudo, temos em torno de 670 vilas, distritos, cidades em área federal para serem tituladas. Fizemos 300. Faltam pouco mais de 300.

Próximo.

Dos 55 milhões, destinamos 11 e faltam 44.

Último eslaide.

O Ministro Patrus Ananias pediu que cada secretário levasse a ele dois problemas. Eu levei cinco: primeiro, criar a força nacional de regularização fundiária. A maioria dos conflitos na Amazônia estão em terra federal. Hoje nós demoramos anos para fazer os processos, não chegam a lugar nenhum e ainda, quando chegam à Justiça, são mais anos de questões. Então, estamos em uma discussão com Advocacia-Geral da União, com a Justiça Federal sobre como nós, partindo do fato de que a terra realmente é pública, podemos dar uma resposta mais rápido. Isso vai ser testado no Mato Grosso do Sul, na gleba Macaco, vai ser testado no Pará, na gleba Divino Pai Eterno, e vai ser testado em Rondônia em duas áreas.

Segundo, resolver o repasse de áreas para o Amapá e Roraima. Roraima já tem uma estratégia para resolver. Definir – isso já foi definido, temos bem claro hoje – o que temos que fazer de áreas alienáveis já está resolvido.

Aprimoramento do marco legal vigente. Algumas coisas precisam ser aprimoradas no marco legal em relação aos títulos rurais e aos títulos urbanos.

Recebimento desses títulos. Eu não sou banco. O TCU, uma das coisas em que nos pega, eu não sou banco, é passar todos os títulos emitidos para um agente financeiro, para que faça o recebimento e a cobrança desses títulos.

Então, são cinco os pontos que levamos ao Ministro. Nos outros pontos estamos trabalhando.

Senhores, quanto à titulação urbana, conforme o Senador Acir Gurgacz perguntou, está indo muito bem e acreditamos que, até 2017, a titulação urbana seja possível de ser feita por completo.

O TCU fez uma auditoria, sofremos, por um lado vai ser bom, vamos aprimorar ainda mais nossos mecanismos. Então, a auditoria do TCU para nós não foi ruim, vai nos fazer cruzar dados com a receita, só que vão ser mais conexões. Mas esperamos que isso seja feito por sistema o mais rápido possível.

Por último, a Lei 11.952 e seus normativos estão dando conta, sim, do que foi colocado na Amazônia Legal. Hoje o Terra Legal tem um aprendizado e muitos Estados aprenderam a trabalhar, uns mais e outros menos, mas hoje estamos avançando na regularização das terras federais e temos estreitado a relação com os institutos de terra para regularização das terras estaduais.

Espero ter respondido os Senadores e fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Dr. Sérgio, eu agradeço muito a didática exposição, muito clara e competente de V. Sª.

Se alguns Senadores tiverem dúvidas adicionais, poderão dizer ao longo da exposição. Como o senhor já respondeu a alguns questionamentos...

A Drª Cassandra, que é da Secretaria de Patrimônio da União, terá a visão da área específica, e também o INCRA falará na pessoa do Dr. Richard Torsiano.

Então, eu queria convidar o Senador Acir Gurgacz, que é nosso Vice-Presidente e também autor do requerimento, para presidir, porque fora da Casa tenho uma agenda que já estava programada, mas tenho a convicção de que o Senador...

Agradeço já, em nome da Presidência, a presença dos senhores e a valiosa informação.

Eu fiz algumas questões, e vou deixar aqui, para o Incra e para a Secretaria de Patrimônio da União, relacionadas ao Rio Grande do Sul. A minha assessoria fica na audiência para anotar as informações.

Muito obrigada.

Senador Acir Gurgacz.

Queria já convidar a Drª Cassandra para iniciar sua exposição. Penso que dez minutos sejam suficientes, porque já existem perguntas feitas à senhora.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES (*Fora do microfone*.) – Mesmo não ouvindo, eu faço...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Está bem. Aqui, de novo, lembro que o Senador Benedito falou sobre a competência das mulheres e transfiro o elogio que ele fez. A senhora terá a capacidade de fazer isso.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Bom dia a todos os presentes, em especial aos Srs. Senadores e à Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia.

Eu peço licença, porque o Senador Maggi endereçou uma questão muito importante diretamente ao SPU, para fazer esta breve exposição – será breve mesmo. Nós temos de apresentar um balanço. É nosso dever, convocados pela Casa, apresentar isso. Em seguida a esta explanação, responderei à questão.

Bem, a Secretaria de Patrimônio da União, com 161 anos de idade, uma das mais antigas repartições públicas do Brasil, na Amazônia, no programa Terra Legal, trabalha mais supletivamente sob o comando do MDA, mas tem um importante papel delegado pelo conjunto das intrincadas legislações patrimoniais. Eu vou tentar apresentar a vocês um pouco do papel da SPU, do Ministério do Planejamento; neste caso, da SPU.

Eu queria também abrir um parêntese, Senador Acir. O requerimento era um pouco genérico no tema Regularização Fundiária. Nós intuímos, pelos convidados, que a ênfase seria a regularização na Amazônia, por isso... Abriram outras questões aí, e podemos falar do resto também, porque a Secretaria do Patrimônio da União trabalha, por excelência, nos 26 Estados e no Distrito Federal com uma forte ênfase no seu dever de fazer a regularização e de cuidar dos títulos daquilo que é propriedade da União. Mas aqui, esse é nosso foco, não sei se intuí corretamente.

Vamos lá. Vejamos o que está passando aí.

Em se estabelecendo que em qualquer lugar em que a SPU trabalha fica um pouco mais definida, nos últimos 12 anos, a partir dos últimos 12 anos, essa missão da SPU, a secretaria carrega uma carga muito grande de já ter sido no passado – quando fazia parte da Fazenda, mas, felizmente, o Presidente Fernando Henrique tomou a providência de colocá-la no Planejamento, o que a gente acha que está adequado – apenas uma secretaria arrecadatória. Hoje, a gente trabalha fortemente dentro desse marco de conhecer o patrimônio. Nunca foi tão importante conhecer e demarcar esse patrimônio, zelar e garantir para que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora em apoio a programas estratégicos para a Nação.

Então, é um conjunto. Trabalhamos com o desenvolvimento econômico, com a sustentabilidade ambiental, com a preocupação de políticas públicas, para que a propriedade pública esteja absolutamente a serviço disso. Faço questão de declarar bem francamente, porque isso define, nas superintendências estaduais e na política nacional de patrimônio, os desdobramentos disso. E, na Amazônia Legal, não seria diferente, obviamente.

Próximo.

Está meio apagadinho aqui, mas essa relação da propriedade da União ou das terras públicas da União, fazendo a titulação, fazendo a regularização de títulos, passando as áreas para os entes públicos, os entes fede-

rados, os Estados, os Municípios, mas também diretamente para famílias e comunidades, tanto individualmente como coletivamente, para a sociedade... Então, trabalhamos fortemente nisso, e vocês verão, pelos números que nós apresentaremos, que essa relação é muito maior do que se conhece, tanto na regularização rural como na regularização urbana. É nosso dever, então, dar essa regularidade, trabalhando fortemente com esses entes.

Próximo.

Já foi explicado pelo Sérgio – como eu disse, trabalhamos supletivamente – que nós temos um papel na Câmara Técnica de Regularização Fundiária da Amazônia, no Terra Legal. Aqui há um quadro geral, que depois eu vou detalhar um pouco. São dados amazônicos, nós trabalhamos com áreas muito grandes. Por isso, Senador Maggi, quando se fala em 2 milhões no Araguaia, isso é uma realidade em todas as áreas em que trabalhamos lá, nas glebas. No próximo, fica clara uma que já foi mais trabalhada, essa de Urupadi e Parauari, na Amazônia.

Próximo eslaide.

Trabalhando com esse universo de quase 1 milhão, vamos arredondar o número, essa área já foi passada para o MMA e fazemos o trabalho de regularizar e passar o título redondinho para a gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Próximo.

Essas são áreas, prestando contas, que estão em destinação na câmara e de que nós aguardamos as peças técnicas. Assim que elas chegam, nós fazemos o trabalho de definir onde há interesse da União. Por exemplo, naquilo que, para ser passado, tem um título diferente, porque são áreas ditas, pelo conjunto da legislação, como inalienáveis, o que não quer dizer que não haja formas de se fazer uma titulação com características diferentes. Direito real. Você não pode fazer a doação ou a venda, mas passa direito real também.

Assim que chega para a gente, temos esse prazo para fazer a entrega. Isso tem sido cumprido. Os prazos são dentro do combinado, alguns dentro da legislação. São processos complexos, porque não há prateleiras nos órgãos públicos de onde puxamos o título. Vocês sabem que a questão de terras no Brasil – e já foi contada um pouco da história aqui pelo Secretário Sérgio –, muitas vezes, envolve uma pesquisa bastante difícil, e, no caso da SPU, envolve a demarcação.

Existe todo um cabedal. Os marcos legais são muito bem estabelecidos, desde 1831, em alguns casos; pouco depois, em outros. Há legislação bastante sólida para isso, mas não quer dizer que a SPU tenha feito o seu trabalho de demarcação por um conjunto de... Eu não crucificaria uma instituição mais do que secular como esta, mas hoje, com o aparato tecnológico à nossa disposição, nós temos o dever de sermos mais céleres. No caso da Amazônia Legal, no caso do Terra Legal, nós temos uma legislação mais moderna que nos permite fazer a demarcação simplificada, o que tem permitido fazer coisas que nunca foram feitas antes, por exemplo, a demarcação dos terrenos que pertencem à União próximos dos rios.

Próximo.

Esse é outro termo de acordo. Também da mesma forma: quando tudo isso for concretizado, nós teremos áreas gigantescas passadas para os órgãos a fim de que possam fazer – cada um dentro da sua atribuição – a sua titulação e o seu dever. O dever da SPU é apenas...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só para entender: beira de rio ou beira de rodovia?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – A beira de rodovia até bem pouco tempo também era atribuição da SPU. Mas a SPU tem trabalhado fortemente em não centralizar essas tarefas. Temos trabalhado na questão de portos, construindo uma portaria interministerial que está sendo ultimada para que a Secretaria de Portos faça a gestão patrimonial das áreas de interesse portuário.Assim fizemos também com a beira de rodovia, passando para o DNIT a gestão dessas áreas.

Onde há políticas específicas... Fizemos com o Incra, vamos ver aí também, um processo de simplificação para que o Incra possa fazer a gestão patrimonial das áreas que seriam da SPU. E assim podemos seguir mais leves e mais rápidos. Esse tem sido o objetivo, ou seja, descentralizar e aparatar os outros órgãos para fazerem o seu dever.

Próximo.

Além daquilo que fazemos na câmara técnica, a SPU tem um trabalho de regularização bastante intenso, especialmente junto a comunidades ribeirinhas na Amazônia, em conjunto com o MDS, ligado ao combate à fome e à miséria, e com o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Bolsa Verde, onde nós detectamos qual a população radicada ali. É um trabalho bastante sério o que é feito, pois se soma a isso um trabalho de sustentação ambiental que vem sendo reconhecido. Fazemos um título, que é o Termo de Autorização de Uso Sustentável, o que dá um pouco de segurança para aquelas famílias que, via de regra...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Srª Cassandra, por favor.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Afinal, quem faz a titulação? Porque o Sérgio acabou de dizer que o Terra Legal faz a titulação. Agora, também a SPU faz a legalização? É a mesma coisa ou...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Esse é um programa que não segue aquilo que eu apresentei antes. É um trabalho que é encomendado na câmara técnica a partir do comando da Serfal. E é discutido pelos vários órgãos ali. Cada um tem o seu papel. A SPU tem que definir o que é área pela legislação patrimonial e ela repassa para que os órgãos façam a titulação.

Neste caso aqui, a SPU faz a entrega do Termo de Autorização de Uso Sustentável, sendo sua atribuição. Ao longo dos últimos cinco anos, está incluindo algo que está sendo feito ainda, está sendo entregue. Mas já atingiu cerca de 53.802 famílias, que ficam sossegadas fazendo a sua produção de açaí, por exemplo, sem serem exploradas por alguém que diz que vai pagar muito pouco porque a terra não é dele, quando na verdade a terra é da União. E eles recebem um termo de autorização de uso, desde que seja sustentável.

Próximo.

Existe outra titulação, Senador, que é feita pelas nossas superintendências, então, além do trabalho do Terra Legal. Geralmente, em alguns casos, também em conjunto com o Incra, mas em áreas urbanas, isto é, passando as áreas para os Municípios, passando as áreas para políticas públicas, especialmente para programa de moradia de interesse social, como o Minha Casa Minha Vida, dando a cessão de direito real de uso ou fazendo doação, geralmente para Municípios ou para universidades que se instalam nesses Municípios.

Então, há aqui um balanço. Olhando o que atinge famílias, aqui, temos um balanço de números de Municípios atendidos e aqui o número de famílias, chegando a um universo bastante grande...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – São áreas uranas, Drª Cassandra?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Temos a área rural e a urbana, mas basicamente, o grosso está em área urbana. Mas, por exemplo, quando transferimos para o Incra, estamos transferindo área rural.

Temos municípios aqui, por exemplo, no Tocantins – cito, de cabeça, Praia Norte – em que o Município inteiro é área da União, e estamos titulando as famílias que têm lá os seus lotes instalados, dentro da regra da legislação de até cinco salários mínimos, o que a gente pode fazer, e passando para o Município as áreas comuns, as áreas públicas para que sejam o que é dever. Então, essa relação entre Município e Estado é muito tranquila na SPU. A gente passa um volume mensalmente. É um trabalho cotidiano mesmo das superintendências repassar as áreas que são de interesse do Município para a gestão do Município, seja para o desenvolvimento local, por exemplo, o Município precisa fazer um distrito industrial para desenvolver-se – no caso de Praia Norte, há atividades novas chegando lá, como a atividade portuária e tal –, nós estabelecemos essa relação para que ele possa se preparar para o desenvolvimento local, seja para política pública. Algumas eu já citei: a habitação é uma ênfase bastante grande.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas nessas cidades onde a terra é da União a gente enfrenta um problema. Por exemplo, como não há o título, você não pode construir uma escola, você não pode construir uma creche, porque a prefeitura não é detentora da área, a área é da União. Isso tem sido um problema.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – A União passa para o Município. Isso depende da atividade que ele vai desenvolver. Nos casos citados, pode fazer uma doação, ou pode fazer uma cessão especial, ou pode fazer até uma ação onerosa se o Município quiser desenvolver uma atividade. Aí, a gestão é do Município. Isso tem sido feito às largas. A União não tem o menor interesse nem capacidade de fazer a gestão das áreas nos Municípios. Portanto, o dever é regularizar e passar.

Próximo.

Bem, alguns desses avanços foram já previamente registrados pelo Secretário Sérgio; portanto, eu vou passar bem rápido.

A gente tem feito essa regularização fundiária para garantir os setores produtivos. Citei aqui o potencial portuário, podemos citar energia eólica, que na Amazônia é pouco usada, sendo mais utilizada no Nordeste e até no Sul do País. Citamos também o reconhecimento de direitos e o acesso à terra para populações locais e tradicionais; a integração de políticas públicas e de proteção – e aí vocês viram o número grande de áreas que são da gestão do Ministério do Meio Ambiente –; a melhoria das condições de trabalho e renda, e isso está muito ligado ao programa do Bolsa Verde, que eu citei, das TAUS; o acesso a mecanismos de financiamento – uma vez que você dá o título e regulariza, passa a poder existir oficialmente e reivindicar isso –; e também a redução do desmatamento, que é algo absolutamente desejável quando você fixa e dá nome aos bois, no caso, a quem tem a propriedade.

Próximo.

A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Cidades e SPU com Estados e Municípios tem trazido frutos excepcionais, ganhando em velocidade de regularização, ganhando na porosi-

dade, no fato de esses órgãos serem porosos e pegarem um pouco da aflição desses entes, dos Estados e Municípios, havendo essa troca e uma aceleração no processo de regularização.

Simplificação na identificação das áreas da SPU em glebas arrecadadas pelo Incra. Isso aqui é um debate que travava por demais. Seguindo a lei, ao pé da letra, travava muito a possibilidade de se tomar as decisões e repassar as áreas. Nós fizemos estudos bastante profundos do ponto de vista técnico, técnico-geológico, geomorfológico, ambiental e, principalmente, jurídico, e muito recentemente chegamos a várias conclusões que vão agilizar sobremaneira o trabalho da Serfal na sua produção e entrega de títulos, feito de forma bastante séria e aprofundada, colocando o que há de melhor em conhecimento do País a serviço disso e dos recursos tecnológicos também.

Esse já foi citado, a dispensa de licitação para cessão de direito de uso onerosa para áreas de até 15 módulos fiscais. Também agilizou bastante. E nós estamos aplicando o que nós estamos aprendendo aqui em outras áreas da União, fora da Amazônia Legal. Então, para nós, é um grande avanço.

Próximo.

Bem, citamos alguns desafios com os quais trabalhamos. Por mais que as áreas citadas aqui sejam gigantescas, elas tangenciam apenas as necessidades dessa área e dessa região para que tenham o seu desenvolvimento acelerado. Nós temos absoluta convicção disso, então, nós precisamos trabalhar com o que se aprendeu nesses anos para dar escala a esses processos de regularização.

Há conflitos históricos fundiários na região, não preciso citar. Terra é motivo de guerra ao longo da história da humanidade e continua sendo, seja porque na terra tem isso, tem aquilo outro, num caso mundial, tem petróleo, e, no nosso caso, em alguns lugares, também, e tem minério, tem tudo isso que já foi citado. Então, é objeto de conflito. E esses conflitos têm que ser enfrentados com a mediação de todos os órgãos – e eu vou recuperar isso quando falar agora em detalhes da portaria do Araguaia – e é um desafio fazer a gestão compartilhada dos imóveis da União com Estados e Municípios. Eu friso que não faz parte de uma determinação da política nacional patrimonial ou de gestão do patrimônio, não faz parte centralizar na União de maneira nenhuma. A legislação centraliza. Isso provavelmente está correto ou não, não vou discutir, não fui eu que fiz a lei. Mas, no dia a dia, isso tem que ser compartilhado com esses entes todos.

Eu acho que encerra aí.

Então, eu vou responder de maneira mais breve, mas completa, Senador. Primeiro, eu gostaria de que o senhor tivesse a tranquilidade e todos os Senadores, especialmente quem é do Tocantins, Mato Grosso e adjacências, de que a Secretaria do Patrimônio trata hoje o processo de demarcação de áreas da União de uma forma muito séria, usando o que há de melhor em recursos científicos e tecnológicos à disposição para fazer essa demarcação. No caso de demarcar as áreas que são da União nos rios federais, sejam federais porque passam em área de fronteira ou porque passam por mais de um Estado, aplicando a legislação, buscando os marcos históricos para definir, por exemplo, no caso de rio, a linha média de enchente ordinária, buscando o que há de melhor em recursos para isso, para traçar os 15 metros após isso, que é o que a lei determina.

No caso do Araguaia, assim foi feito, usando as melhores imagens de satélite disponíveis, usando controladores de campo, usando superposição do que a geologia e a geomorfologia nos dão nessas áreas e traçando o que seria mínimo. Então, quando se faz uma portaria de interesse do serviço público, ela ainda não é o final da demarcação. Pode ser até que a demarcação seja maior do que está na portaria, como pode ser que ela, estabelecida no detalhe, limite algumas áreas que, em escala local, quando se trabalhar numa escala 1 para 2 mil, que é escala urbana, por exemplo, ou escalas mais próximas, elimine trechos dessa demarcação.

Então, quando fizemos, no final do ano passado, a portaria, que é uma prerrogativa da Secretaria do Patrimônio da União – que, digamos, é o cartório das áreas da União –, para gravar as áreas que são indubitavelmente da União nos cartórios ou para sinalizar publicamente para que a população saiba, nós cumprimos um dever que é uma atribuição da SPU.

Bem a portaria foi revogada porque...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Doutora.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – ... existem formas e formas de se cumprir.

Deixe eu só completar: essa portaria não existe mais, portanto...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Certo, eu sei que ela não existe. Eu só queria entender...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – ... eu não gastaria o tempo dos senhores discutindo a portaria. Mas quero dizer o seguinte: ela não foi revogada porque ela foi descuidada do ponto de vista técnico; ela não dialogou com os entes lá dentro. Ela foi revogada depois de uma longa conversa que tivemos com os Municípios, aliás, com mais Municípios até do que os envolvidos, que o senhor bem citou aí, a maioria dos Municípios lá de Mato Grosso. Ela não dialogou; eu acho que devia dialogar não só com os Municípios, como com a so-

ciedade e com os Estados. Foi feita no final do governo passado, e a preocupação maior talvez tenha sido a de gravar o estudo que tinha sido feito e que está aí – esse estudo não será apagado pela revogação da portaria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Doutora, é justamente sobre esse estudo: como é que se chega à conclusão de que tem dois milhões de hectares? Como é essa questão da linha média de água? Como é que se determina que essa área é da União e por que é da União? É porque ela não tinha sido titulada ou porque tem uma regra de águas? Como é que funciona isso?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Está bem, eu vou chegar. Existem até umas imagens aí. Eu vou pedir para o geólogo Fernando, que foi o coordenador desse estudo, apresentar rapidamente, se a Presidência assim o permitir, ou a gente pode apresentar para o senhor em detalhes. Porque é importante reconhecer que não houve...

O senhor levantou a preocupação de que qual foi o cuidado que a SPU teve? A SPU tem um cuidado bastante grande para traçar aquilo que a legislação fala. Por exemplo, se eu recebo uma gleba e eu tenho que demarcá-la, eu tenho que ter todo o cuidado, porque qualquer dez metros pode significar invadir ou criar uma polêmica judicial que não vai regularizar nunca. Então, a gente segue o que está na legislação patrimonial. E a legislação patrimonial, primeiro, determina que é a SPU que faz isso; segundo, determina o que é área da União: são os 15 metros a partir da linha média de enchente ordinária. Para você traçar enchente ordinária, você faz um estudo de qual é a parte que o rio ordinariamente inunda – ordinariamente. A partir daí, você tira a linha média. E isso, você faz. A área que é inundada por um rio, ela é dada pela geologia, pela geomorfologia do rio, pela história que você recupera no próprio histórico de enchentes, e é muito visível em algumas imagens hoje em dia – é muito visível isso, você pode recuperar com uma escala e um grau de definição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pois é, mas aí inclui as áreas urbanas, inclui tudo isso?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Bom, num primeiro momento, você define aquilo que é do rio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas a cidade não é do rio.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Em alguns casos, é.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, eu conheço todas essas cidades que estão aqui citadas.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Assim como existem cidades hoje no...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu conheço todas as cidades que são citadas e elas são terra firme, elas não estão dentro do perímetro que alaga.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – É que parte... Veja...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Essas são as questões.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Talvez o senhor esteja lidando com a sede do Município, porque ninguém vai instalar um Município numa área que fica inundada o tempo todo, todo o ano.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Lógico.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Mas talvez a gente esteja falando, e houve uma grita geral, dos limites do Município. Alguns pegam parte. Por exemplo, lá em Tocantis, no limite do Município, pega parte.

Agora, deixa eu chegar, nós podemos passar já, já, às imagens que ilustram o critério técnico para demarcação.

Agora, para que se demarca? É por isto que foi revogada: porque estava muito difícil explicar para os Municípios, já que eles não participaram do processo de demarcação, o que aconteceria em seguida ao processo demarcação, o que acontecerá, porque temos o dever de demarcar todos os rios, todas as áreas da União, tudo o que recebe. É obrigação. Nós temos prazos dados pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – ... essa história também?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Sim, mas num outro momento, porque nós estamos cuidando dos rios. Nós nos comprometemos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Então, vai ser grande pela a frente?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Eu espero que não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Vai ser o Pantanal inteiro.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Espero que não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Um Pantanal inteiro... Falou água da União.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O que eu senti com relação...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Eu preciso esclarecer. O objetivo de se definir isso é que é dever da União demarcar as suas áreas – ponto. A União... E está bem claro o que pretendemos fazer quando falamos em desafios e quando falamos para que fazer demarcação, primeiro, no caso do Araguaia, em que existe uma ação muito forte dos Estados, especialmente do Estado do Mato Grosso, que titulou as áreas. No vácuo, a

União definiu o que era seu, o Estado definiu os títulos e titulou. Muito provavelmente boa parte deles serão reconhecidos pela União, o que dará a quem recebeu o título do Estado, finalmente, uma segurança originária.

Então, por isso que falei que foi um erro da nossa parte, assumido ao revogar a portaria, não ter dialogado com os entes, porque ficaria...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Esse, na verdade, eu acho que é o problema, porque assustou.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Sim, por isso que ela não foi nem suspensa, ela foi revogada.

Então, primeiro passo: conversa com o Estado para compreender a gênese dos títulos deles. Os de todas as pessoas que têm títulos com validade serão reconhecidos. Assim vão retirando da área da União, porque a própria legislação prevê isso. Aquilo que é reconhecido antes da demarcação tem validade.

Então, foi atabalhoado da nossa parte não ter feito o processo, talvez por pressa final de governo de deixar um trabalho feito, porque isso é importante, e cumprir as nossas atribuições.

Essa demarcação será feita agora. Nós temos uma agenda. Continua o refinamento em campo dessa definição do que é atingido pelo rio, mas o principal refinamento agora é dos títulos e do diálogo ...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Doutora, só para deixarmos claro, pois eu estou fazendo um questionamento para a senhora porque as pessoas lá no exterior estão nos ouvindo, têm televisão, têm a rádio Senado, elas estão acompanhando, a preocupação que as pessoas têm lá eu quero externar aqui. Vamos lá. Vocês fizeram uma portaria que foi revogada, mas, se ela estivesse em vigência, vocês iriam respeitar os títulos, primeiramente os títulos do Estado, os títulos da União, aqueles que estão posicionados com documentos. Aqueles que não têm documentos poderiam fazer a sua legalização dentro dos módulos.

Bom, eu quero deixar aqui qual a maior preocupação que a região sentiu à época, porque, junto com essa questão da legalização, parece-me que foi, pelo menos, colocado na região – e aí o Senador Donizeti também está com esse problema no Tocantins – que seria criado ali um grande parque ambiental nessas áreas, quer dizer, que os dois milhões de hectares simplesmente se transformariam num parque. E aí as pessoas não têm o mínimo direito nem de brigar sobre essas questões. Eu acho que também na discussão faltou colocar isso. É isso mesmo que seria feito?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Exatamente. V. Exª já está alinhavando os motivos de termos voltado atrás depois de ouvir os argumentos dos Municípios que iam por aí. Já existe parque ali, por exemplo, ao lado do Tocantins. A maior parte da área abrangida pelo Araguaia, pela várzea do Araguaia, é parque. Então, vejam que foi um trabalho apresentado francamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O Mato Grosso tem um parque estadual na região.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Poderíamos, para não dar esses dois milhões, já ter extirpado metade disso, que já é área indígena homologada, consagrada, já é para o Parque do Bananal etc. Ali também talvez seja uma falta de sensibilidade. Se tivéssemos conversado na região, imediatamente seria detectado, como foi nos primeiros dez minutos de reunião que tivemos, toda a nossa equipe com os Municípios, que há alguns traumas ali, um próximo que não passa pela área da portaria, uma extrusão recente que deixou os Municípios um pouco...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Apavorados. (*Risos.*)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Está certo.

Houve uma discussão para fazer o reconhecimento do direito dos retireiros. A mim me parece correto reconhecer o direito dos retireiros, de qualquer outra população tradicional que viva à margem do rio. Mas se usou uma forma, e nasceu uma história de um parque com um... Qual era o tamanho? E, depois, aquilo foi crescendo. Então, houve também outro apavoramento em cima disso, e a preocupação de que toda aquela área virasse parque. Então, revogamos, porque...

Agora, vamos explicar parte a parte. Primeiro, uma parte já é parque; outra parte já é protegida, área indígena. Não estamos criando nada novo; não fizemos isso para criar área indígena. Fizemos isso porque fazemos a demarcação em todo o Território brasileiro. E fazemos isso, principalmente, para regularizar as terras, e dentro de uma política que não é novidade para ninguém, que é tudo isso que o Sérgio apresentou, é o dia a dia do Incra e o dia a dia da SPU, priorizando os entes federados para passar as áreas, contemplando comunidades tradicionais. E, onde há conflito, gerenciando de maneira administrativa, com o diálogo; e quando não for possível solucionar com o diálogo, haverá outras instâncias da República para que isso se faça.

Mas não vou mascarar que a União não vai parar de demarcar, porque a gente tem o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio da União, e estamos com uma espada encostada pelo Tribunal de Contas e pela própria necessidade de a União saber o seu patrimônio para poder regularizar e lidar com os Municípios que têm área federal e que não têm título. É preciso reconhecer o que é da União. Não posso ceder a área que não está estabelecida.

Aí, depois, vou responder à questão da área de Rondônia. Já vou, já estão monopolizando isso, devolver a palavra para o senhor. Tenho uma mensagem do nosso superintende aqui que gostaria de ler para responder...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Secretária, só sobre essa questão...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Não posso ceder área que não está demarcada. Uma vez demarcada, a gente repassa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Só para ver ser a gente conclui.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Não sei se fica claro, Senador, porque acho que o senhor, inclusive, é um importante aliado para ir conosco, vamos passar depois a agenda de diálogo, a essa região que começa com os Municípios, para que todos acompanhem. E será escalada a dificuldade ali mesmo no local, vendo a demarcação ao vivo e em cores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só estou prevendo a confusão que haverá para frente. Se tudo vai ser igual ao Pantanal, vamos fazer uma guerra: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso contra a União.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – O Pantanal tem um tratamento diferente pela natureza dele. Então, se eu fosse o senhor, não me preocuparia hoje com o Pantanal.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Mas, Secretária, acho que...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – ... porque não há nenhuma demanda de regularização.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Sim.

Mas estamos trabalhando onde há necessidade.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Acho que o importante é mudar a forma de dialogar lá, porque, para mim, base de Governo, do Partido da Secretária e da Presidenta, no Tocantins, seria muito difícil de defender isso pela forma como começou. Mas, a partir da revogação, iniciado um processo em que a gente ofereça segurança, inclusive, para que as pessoas tenham os seus títulos, para banir de vez a insegurança da propriedade, acredito que os próprios proprietários, os prefeitos e nós, os Parlamentares, vamos poder ajudar, porque temos que colocar que estamos oferecendo a segurança na regularização, tirando as dúvidas. Do jeito como foi, na verdade, apavorou mesmo, mas, pela qualidade deste Governo de sempre ouvir, mesmo que tenha passado um pouquinho da hora, e voltar atrás, foi muito importante, acho que a gente vai poder contribuir para ajudar a superar isso.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Sem dúvida, Senador, tivemos a oportunidade de conversar às vésperas da revogação. Somos porosos ao diálogo. Trabalhamos sob pressão, não tenho medo de dizer isso. Também não temos – alguém disse aqui que falta decisão – medo de tomar decisão. E voltamos atrás sem medo de acharem que a gente fez alguma coisa errada; não!

É dever da Secretaria do Patrimônio da União resolver um atraso histórico em demarcar o seu patrimônio, melhorar os seus cadastros, melhorar os seus sistemas de gestão. E isso tem sido cobrado, insistentemente, da SPU, seja pelo Congresso Nacional, seja pelos órgãos de controle, seja, principalmente, pela Presidenta da República cada vez em que existe uma dúvida sobre uma área. Porque se não demarcamos, não melhoramos os cadastros; se não modernizamos os nossos sistemas, fica mais difícil responder para a sociedade e dar um destino para as áreas. Por isso, comecei com a missão da SPU, pois não está escrito que a missão é catalogar, registrar, cobrar e ficar com ela; pelo contrário, é dar um destino e colocar-se a serviço de políticas públicas dos Estados, dos Municípios e da Nação, mas, para isso, temos um atraso muito grande em determinar e ter um plano nacional que tenhamos que cumprir, com prazos, para fazer em 6 anos o que não fizemos em 161!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Drª Cassandra, só para tentar enriquecer o debate, nós temos tido algumas demandas com relação a terras que estão sendo ocupadas por famílias de agricultores há mais de 30 anos, 40 anos, que não têm o documento da sua terra, mas a posse é comprovada. E aí, se a União tem interesse naquela área, de uma forma variada, diversa, vai chegar à conclusão de que a terra é da União e acaba expulsando as pessoas que estão na área, mesmo com a posse com mais de 30, 40 anos. Chega-se à conclusão: "Olha, esta terra é da União; não há o documento." Então, essa é uma discussão que tem uma tendência de crescer ao longo dos anos se partirmos do princípio de que, mesmo com a posse, essa terra é da União e, indiscutivelmente, as famílias teriam que sair se há o interesse da União em utilizar e ocupar aquela área. Então, é uma discussão muito forte que tem acontecido.

Tenho tido várias demandas com relação a questões pontuais nesse aspecto, porque toda área é da União. Se voltarmos ao histórico, todas as áreas são da União, foram da União e, se há um morador, se há um posseiro, independente do tamanho da área, se não há o documento, mesmo que ele esteja ali há vários anos,

se não tem o documento, é evidente que essa área é da União. E a posse dele? Não tem nenhum valor, num momento como esse? Essa é a pergunta, Drª Cassandra.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Acho muito importante a sua pergunta, porque – poderia colocar aquela tela que tem o Cuem – queria deixar bem claro que há uma inflexão na política patrimonial, desde o governo Lula, que vem sendo aprofundada nos Governos Dilma, em que a União trabalha para demarcar o seu território para colocar à disposição, de forma regular, primeiro, para quem lavra, para quem cuida, para quem mora. Isso também não nasce com o governo Lula ou com o Governo Dilma. Por exemplo, quando se dá a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (Cuem), trata-se de uma legislação que foi criada no Governo Fernando Henrique e é muito importante, como não existe usucapião em área pública, mas existe Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, se a pessoa mora num lugar que ocupa um lote de até 250m há alguns anos, comprovadamente, e for cadastrado pela União, ela receberá o título. E estou falando de moradia.

Podemos trabalhar na questão rural. Hoje, acho que o Incra pode falar um pouco melhor sobre isso. A gente simplificou o processo para que o próprio Incra possa reconhecer essas situações. Então, a União não tem interesse específico.

Claro que há interesses estratégicos, por exemplo, na questão portuária. É claro que, às vezes, há conflito. Para mediar esses conflitos, é preciso levar em conta interesses estratégicos e o histórico das pessoas que lavram, que cuidam, que vivem. Nunca há absoluto interesse da União nisso, e é muito raro interesse específico da União, salvo em questões estratégicas, porque geralmente o interesse é do Município ou é do Estado, que gerenciam e fazem o dia a dia ali; geralmente trata-se de um projeto.

A gente tem inúmeras situações de conflito. Vou citar uma, por exemplo, que é de interesse municipal, embora tenha financiamento do PAC. É uma situação em Alagoas, em Vila dos Pescadores, uma vila enraizada, antiga, que, segundo dizem eles, vem desde a fundação de Maceió, do lado do porto, onde há um interesse do Município de fazer uma urbanização turística e até uma área de operação. Eles estão trabalhando para resolver o conflito. Eles são pescadores, então, destina-se uma área para eles fazerem... Mas nisso, a decisão é do Município, não é da União. Nesse caso, posso até ficar quietinha, achando que esse ou aquele outro seria melhor, mas não é da minha conta, porque a decisão é do Município. Nosso dever é passar a área para o Município, eles têm um projeto, têm até aprovação de recurso para isso. Agora, sempre que não há uma definição clara, a gente busca colocar... Essa situação que citei aqui, do Araguaia, é anormal e até dada pela situação de final de governo, mas o dia a dia é fazer a mediação, primeiro, buscando os entes públicos para ajudar a decidir, passa ou para um ou para outro, ou reconhece o direito dentro do que a legislação já permite. Então, a União não trabalha assim: "Isso é da União, saia". Não.

Às vezes, a gente é apertado por órgãos de controle, Ministério Público ou outros órgãos, dizendo que a área é da União, tem que tirar. Tem que tirar, mas podem-se estabelecer acordos, pode-se estabelecer a negociação e a mediação do conflito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito obrigado.

Desculpe pelo atraso, é que estamos sempre envolvidos em outras comissões, e eu, agora, inclusive, às 10 horas, tenho um encontro com a Bancada federal para tratar do desastre que aconteceu em Santa Catarina, mais especificamente em Xanxerê e Ponte Serrada, que foram acometidas por um tornado que devastou completamente as cidades, o que me preocupa sobremaneira.

Entretanto, esta audiência pública também me causa especial interesse, sobretudo porque não sei – perguntei para o Senador Donizeti – se já tínhamos abordado a regularização dos terrenos de Marinha, as áreas litorâneas. A impressão que tenho, pela minha vivência, é que aí reside um grande problema a ser enfrentado.

A rigor, os terrenos de Marinha, Sr. Presidente, são um entulho autoritário da época do Império que até hoje não conseguimos regularizar. E o que é pior: alguns defendem que os terrenos de Marinha ajudam na urbanização, etc. e tal, das cidades litorâneas. Mas eu posso afirmar que o cenário é completamente inverso.

O que existe, Sr. Presidente, é um conflito existencial entre União, Estados e Municípios, porque, a rigor, nas áreas litorâneas, quando se quer fazer algum investimento, não se sabe exatamente de quem é a terra. Bem, sabe-se que as áreas litorâneas, a princípio, são da União, que, invariavelmente, foram cedidas através de convênios para os Estados ou para os Municípios. Esses convênios vencem, as administrações se sucedem e o conflito permanece.

Fui Prefeito de Florianópolis, só para a senhora saber, e tive inúmeros, graves e determinantes problemas com o Patrimônio da União. Inclusive, recentemente, fiz um pronunciamento da tribuna do Senado sobre isto, uma vez que o Patrimônio da União, em Florianópolis, aplicou uma multa de cerca de R$200 milhões ao Município de Florianópolis por estar ocupando, ao longo da sua história, terrenos que, supostamente, seriam

considerados de Marinha. E o pior é que essa multa é impagável porque representa praticamente duas receitas mensais do Município. É um absurdo, acho que é até um desrespeito, um deboche com as autoridades locais e com a relação federativa entre Estados, Municípios e União.

Tenho me dedicado a essa questão aqui. Temos uma PEC de autoria do ex-Senador Almeida Lima, com relatoria do eminente Senador Ricardo Ferraço, pela qual me interessei. Não se trata de apenas um interesse genérico, estou interessado exatamente porque se criou um imbróglio tão grande nas áreas litorâneas que, hoje, um cidadão que mora lá em Ribeirão da Ilha, cidade pequena, dos primeiros colonizadores, que tem uma casinha na frente da praia, pescador, sequer pode fazer uma pequena reforma na sua propriedade sob pena de ir preso, o que é um absurdo! Veja o ponto a que chegamos com relação a essa situação. E aí o terreno é de quem? O terreno é de posse. Aí vem aquela discussão, faz usucapião, não faz, etc. e tal.

Então, essa PEC, de relatoria do Senador Ricardo Ferraço, tem por objetivo eliminar os terrenos de Marinha. Os terrenos de Marinha, a senhora sabe, são aqueles da praia mar, dos 33m, que o governo imperial reservou para garantir, vamos dizer assim, a soberania nacional, Senador Donizeti. A União, então, teria o espaço necessário para entrar com sua logística, suas armas, seus canhões, para proteger a soberania nacional. Só que os tempos mudaram, já estamos em outra realidade, e, o que é pior, essas áreas que foram reservadas foram todas ocupadas. Elas foram urbanizadas. Com autorização ou não, elas praticamente não existem mais. Então, na verdade, temos que fazer um esforço, Secretária, para que esse tipo de problema seja resolvido.

Não estou aqui defendendo a tese de que a União deva dar. Eu até acho que a União deve dar porque a União, na minha opinião, não tem nada a ver com determinados terrenos de Marinha mais. No terreno de Marinha na capital de Santa Catarina – dou o exemplo da capital, que é mais marcante –, se o Prefeito hoje desejar fazer um centro administrativo para o Ministério Público Federal, vamos dizer assim, ou para o Patrimônio da União – para o Patrimônio da União ele consegue porque eles dão autorização bem rapidinho – ou se quiser fazer para qualquer outra instituição até de interesse municipal, a senhora esquece, porque o projeto tem que ser enviado ao Patrimônio da União de Santa Catarina, vem para o Patrimônio da União em Brasília, e aí a Ministra do Planejamento, depois, tem que homologar e tal, e é uma história sem fim, Presidente. E o que é pior, parece que é como a minha manifestação aqui, que é igual a cachorro querendo morder o rabo. A gente roda, roda, roda, não sai do lugar, não resolve, e os problemas continuam e parece que cada vez se agravam mais porque a população está mais exigente. Nós precisamos dar uma solução urgente para os terrenos de Marinha.

Outra questão importante é a seguinte: o imposto que é cobrado dos terrenos de Marinha é um imposto que não tem a menor transparência, Presidente, ou o senhor sabe quanto é cobrado de laudêmio neste País? Para que serve esse dinheiro? Onde é utilizado? E é um imposto extremamente significativo.

E a União, agora, para concluir meu posicionamento, só para relatar minha preocupação com esse grave problema que estamos enfrentando, está cobrando, está fazendo contrato oneroso com os Municípios pelas áreas que os Municípios ocuparam ao longo da sua história. Mas ocuparam para quê? Para um centro de convenções, para um centro administrativo. Ocuparam, evidentemente, por interesse público, não por interesse privado ou comercial ou econômico. Tudo de interesse público.

Na verdade, não sei mais o que fazer com isso. Eu não sei se temos que fazer um Pacto Federativo atribuindo especificações ou especificidades para os Municípios, para os Estados, que cada um seja autônomo e cada um cuida de si. Porque da forma como está, a sensação que eu tenho – e acho que os Senadores também têm essa impressão – é de que trabalhamos contra nós mesmos. Nós não trabalhamos para que possamos resolver o problema.

Então, eu queria saber, se a senhora pudesse dizer bem objetivamente, porque eu tenho que sair. Acho muito indelicado o Senador sair no meio de uma audiência pública, onde há um Secretário de Estado, onde está um Ministro. É uma coisa bastante indelicada. Só quero que a senhora entenda que nós temos aqui inúmeras Comissões. Eu mesmo faço parte de sete Comissões. Então, a senhora percebe que estão funcionando várias, além de eventualmente acontecer, lamentavelmente, um sinistro como esse, em que preciso estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós temos aqui um problema. O Secretário Sérgio, que falou primeiro, durante um bom tempo, também disse que tem a necessidade de se retirar. Eu queria aqui, num acordo, ver se ele poderia fazer as considerações finais, já que hoje está sendo o dia das mulheres aqui, na Comissão. Antes, todo mundo homenageou e eu quero também aproveitar agora, exercendo a Presidência, para parabenizar a Drª Cassandra. Até porque nessa audiência que lá tivemos sobre a questão, principalmente, do Araguaia, V. Sª foi muito sensível em ter a paciência de explicar para as pessoas e, como foi dito aqui, até de revogar aquilo que estava sendo um transtorno, inicialmente, lá para a região.

Senador, Dário, posso, então, passar aqui...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone*.) – Se for rapidinho...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Se for rapidinho.

Então, como eu também estava inscrito, eu gostaria de saber de vocês – e isso vale para todos os palestrantes – como é, dentro de cada área, a avaliação que vocês têm da atuação por Estado, se existe uma avaliação comparativa do órgão de que vocês estão à frente, Estado por Estado, porque percebemos muito que quando há um administrador à frente, uns têm mais dinamismo, outros menos. Vamos cobrar e o resultado é que não sabemos de quem cobrar na primeira instância. Mas a relação lá no Estado precisa existir e, às vezes, vemos demora nas decisões por aquele que está executando.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Obrigado, Senador. Eu peço desculpas, mas nós vamos ter outro compromisso e, por coincidência, com a Comissão de Agricultura da Câmara.

Eu gostaria, então, de colocar o MDA, o Programa Terra Legal, à disposição dos Senadores para maiores esclarecimentos.

Temos um acompanhamento Estado a Estado e é diferente o resultado de um Estado para o outro. Há Estados que avançaram mais. O Estado que mais avançou na regularização fundiária conosco foi Rondônia. Os Estados em que nós temos tido mais dificuldade, um é Mato Grosso. Os outros dois Estados têm uma particularidade, que é a questão da passagem das terras federais, que são Amapá e Roraima.

O programa tem tido um dinamismo e tem avançado. A parceria com o Incra e com SPU é muito importante. Nós emitimos títulos CDRU nas áreas inalienáveis nessas reservas federais. Temos tido uma parceria bastante interessante. O programa tem dado os avanços.

Fico à disposição, juntamente com a equipe do Ministro Patrus Ananias, para dar outros esclarecimentos e ficar à disposição dos Senadores.

Agradeço a oportunidade e ficamos à disposição.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Secretário Sérgio, antes que você saia, só queria dizer o seguinte: hoje vou para casa mais tranquilo, porque eu venho debatendo essa questão da regularização fundiária desde o Ministro Cassel. Sinceramente, eu andava meio preocupado, porque parece que as coisas não aconteciam, mas o que foi colocado aqui por você, pela Secretária Cassandra, vem demonstrar que foi um processo, que está agora florescendo e os resultados vão parecer numa velocidade muito maior. Então, parabenizo-os.

Este País tem algumas coisas interessantes. Foi preciso pegar um agricultor familiar assentado, lá do Acre, para vir discutir e resolver a questão da regularização fundiária, que é um problema que tem até um certo estigma para o setor a que você pertence. Não se trata apenas de regularizar para o pequeno, tem que regularizar para o grande também.

Então, quero parabenizá-los e dizer que saio daqui muito otimista, hoje, com o que eu ouvi.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – Obrigado, Senador Donizeti. O seu Estado, na área federal, começou a caminhar. Na área estadual, precisamos trabalhar um pouquinho melhor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. *Fora do microfone*.) – Vou marcar uma reunião com o governador.

O SR. SÉRGIO ROBERTO LOPES – *O.k*. Eu fico à disposição.

Obrigado, então, Senador. Obrigado, Cassandra, Richard...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom, então vamos passar agora à Drª Cassandra, para responder objetivamente ao Senador Dário, que também tem seus compromissos.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Bem, Senador Dário, rapidamente, só para registrar a polêmica, para que possamos, um dia, aprofundá-la.

Diferente do senhor, eu tenho uma ideia de que manter os terrenos, essa faixa litorânea, no caso, sob o domínio público da União, foi uma coisa moderna que os portugueses nos legaram. Junto com isso, vieram duas coisas: a legislação de manter praia como bem de uso comum do povo, que, infelizmente, não são todos os países que adotam, mas no Brasil é rigorosamente cumprido, salvo uma ou outra coisa que esteja na ilegalidade, e uma faixa estratégica para a Coroa, que a República confirmou e a nossa Constituição mais moderna, que é a de 88, colocou pela primeira vez como um pressuposto constitucional.

Acho que é moderno porque permite o uso, é um bem dominial, dá o domínio público da União de que ela pode dispor. É um instituto diferente. O próprio Portugal, que o trouxe, não o usa. A Coroa era esperta. Não era só a questão de segurança. Havia a questão de segurança que hoje, com mísseis, com espionagem aeroespacial, isso perde o significado.

Marinha era como chamavam as salinas, para exploração do sal, que tinha importância no início. Continua tendo hoje – o pessoal do Rio Grande do Norte não me deixa mentir –, mas estratégico para portos, para ter o controle dos portos, onde se instalavam, de pesca e de outras questões econômicas. Portanto, isso continua sendo mantido.

A inquietude que há em Florianópolis, que há em Recife, que há em Vitória, basicamente, há em todo lugar. Ninguém gosta de pagar foro, de admitir que comprou um terreno, mas que 17% continuam sendo de domínio direto da União etc. Essa inquietude tem levado – como eu falei, somos porosos – a SPU a uma profunda reflexão de como manter o domínio público onde importa e como não mantê-lo e vender esse domínio direto, que são as mais belas áreas do País, além de algumas serem estratégicas, em áreas onde isso não importa hoje.

Então, esse debate está absolutamente instalado dentro da SPU e pretendemos dialogar com os senhores, do Senado e da Câmara, para que essa atualização do domínio público sobre essa faixa litorânea não se faça jogando a bacia, a água e o bebê fora, porque há séculos vem se tentando fazer isso e há séculos vem se resistindo. Então, alguma importância essas áreas têm – certo? Sei que fica mais difícil em lugares como Florianópolis, onde se tem amplas regiões de aterro.

Essa multa – não lembro em que ano foi – está sendo discutida por nós agora. Eu tive uma reunião recente com o Prefeito de Florianópolis. Nós não temos mecanismo para anistiar. Vocês têm, nós não temos. Mas a gente tem mecanismos para transformar isso, que é um valor realmente alto, porque nunca foi pago e ela é antiga. E, ainda dessa época, se não me engano – o senhor não me deixa mentir, diretor de destinação... Mas nós estamos transformando-a, na junta de conciliação, em serviços que não custam nada para a Prefeitura. Então, não se preocupe com ela. Precisa chegar, assim, dentro do marco legal...

Eu não posso anistiar uma multa porque eu seria acusada de muita coisa. Mas a gente quer transformar nisso, numa aproximação maior. Nós criamos um grupo de trabalho SPU com Prefeitura, estamos formalizando aquilo que já era uma prática, para que essa relação não chegue a isso. Mas a gente já pegou isso dado. Mas vamos transformar isso em serviços que a Prefeitura pode fazer em troca para a SPU, para outros órgãos da União, que não signifique grandes onerações.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Deixe-me só contribuir com a senhora, um minutinho.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES (*Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bem, em nenhum momento eu me referi à questão da importância da logística do desenvolvimento econômico dos portos etc. e tal. E também, em nenhum momento, eu me referi quanto à importância dessas áreas de marinha, que se elas tivessem sido preservadas ao longo da sua história, muito bem, eu seria o maior defensor, porque aí nós teríamos outra realidade de ocupação das nossas orlas e de aproveitamento das nossas praias.

Acontece, Secretária, que hoje a grande amplitude, a maioria dessas áreas está ocupada, elas são consolidadas, as pessoas já moram ali, Presidente, há mais de 30, 40, 50, 100, 200 anos, e não tem uma flexibilização por parte da União para determinados encaminhamentos como esse de reforma de algumas propriedades que eu acabei de mencionar.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – É exatamente a reflexão que eu disse para o senhor que nós estamos fazendo por inquietação dessas cidades.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois é, mas deveria ser natural. Isso é um absurdo, é uma coisa inacreditável.

Outra questão, que é outro absurdo: eu mesmo, quando fui prefeito lá, fiz dois aterros, dois acréscimos de marinha. Dinheiro, financiamento municipal. Quando a obra foi entregue, adivinha para quem foi a obra? Para a União, que não dispendeu um centavo para a obra. Então, existem umas incongruências que precisam ser resolvidas.

O próprio aterro da Baía Sul de Florianópolis, onde o Prefeito Cesar Souza Júnior, onde a Prefeitura de Florianópolis recebeu a multa, a União não tem participação naquele acréscimo de marinha. Quem fez aquele foi o Estado, com recursos de financiamento do Estado, mas a União... Depois que o Estado faz, a União... Então, não é possível que a gente permaneça com isso.

Eu estou aqui há dois meses e alguns dias no Senado, mas uma das minhas principais propostas, que fiz, que assumi com o povo de Santa Catarina, foi a questão dos terrenos de marinha. Em Florianópolis, em Santa Catarina, na região litorânea de Santa Catarina, isso é uma dor de cabeça, porque não existe tolerância, não existe bom senso, não existe cooperação e as coisas tendem a só dificultar. Mas, como eu ouço isso da senhora aqui, fico mais tranquilo.

Nós temos, enfim, que encontrar uma alternativa para resolver grande parte desses problemas que enfrentamos hoje.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Senador Dário, espero aprofundar essa discussão com o senhor em outra oportunidade, pode ser lá, pode ser aqui. Última coisa a responder ao senhor é que tudo que a SPU arrecada vai para o Tesouro Nacional; e também que há um projeto já foi aprovado na Câmara e entrou no Senado recentemente, que abaixa essas taxas, mormente o laudêmio, e muito, muito. E a gente conta que vocês deem celeridade à aprovação dele, porque torna as cobranças mais justas e as demarcações menos burocráticas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Bem, então vamos passar agora ao Dr. Richard Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, do Incra. A gente chama lá o Incra de Incravado. Então, a partir desse momento, você vai ter liberdade para desencravar com sua apresentação.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Bom dia, Senador Wellington Fagundes; Senador Donizeti, bravo companheiro; companheira Cassandra, Secretária, colega de Governo. Não sei se está sendo transmitido, mas bom dia às pessoas que a nós assistem pela TV Senado, e aos demais companheiros presentes.

Primeiro, quero trazer uma saudação da nova Presidente do Incra, que há menos de um mês tomou posse, a Presidente Lúcia Falcón, e do nosso Ministro Patrus Ananias.

Tenho uma apresentação. Claro que vou poupar todo mundo aqui de passar por todo esse processo de ver essa apresentação, mas há algumas questões que são importantes, nas audiências públicas, pelo menos, que eu julgo fundamentais.

Primeiro, esse processo dialético de ouvir e falar. É importante que alguns Senadores estivessem aqui, porque alguns temas recorrentes vêm para a Mesa, e eu estive nessa Mesa por algumas vezes, colocados por alguns Senadores e, infelizmente, no momento que a gente poderia debater, por compromisso dos próprios Senadores, a gente não consegue, e aí a dúvida permanece. É importante a gente conseguir levar não as posições precípuas do Governo, mas os motivos pelos quais os órgãos de Governo atuam como atuam, para que todos nós tenhamos clareza do papel do Governo nas suas ações e os Senadores, naturalmente, levem na ponta e ajudem a esclarecer isso e a resolver e a dirimir os conflitos lá na ponta.

O Senador Caiado trouxe duas questões específicas, por exemplo, logo na sua primeira fala, e duas questões que tratam de uma área no Tocantins e outra área de interesse particular de um proprietário em Santa Catarina. E, quando ele trouxe a demanda de Tocantins, ele fez uma crítica forte ao Governo, dizendo que estamos passando por um governo bolivariano pelo fato de o proprietário de terras, legítimo proprietário de uma área produtiva ter essa área desapropriada e destinada para assentamento.

É importante esclarecer que essa área foi arrecadada, um processo do GETAT, que era aquele Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, em 1975, numa grande ação de arrecadação de terras naquela região. Não era um governo bolivariano. E o assentamento foi criado nessa área em 2002, no governo bolivariano de Fernando Henrique Cardoso. Não é ação do governo Lula nem do Governo Dilma esse processo de criação de assentamento sobre a propriedade que o Senador trouxe aqui, uma propriedade que trata do seu interesse.

Em Santa Catarina, um processo de ocupação de terras numa área particular, e o Incra não regula o processo de ocupação de terras pelos movimentos sociais do País. Ele vai verificar se o proprietário está ou não cumprindo a função social da propriedade, se ele está cumprindo a lei. Esse é um papel do Estado, um papel de órgão do Governo, um papel do Incra. Se não estiver cumprindo a lei, naturalmente os Senadores aqui não vão defender aqueles que não cumprem as leis; nós temos que cumprir aquilo que cabe ao Incra, que é desapropriar essas áreas e destiná-las para reforma agrária, para esse ou para aquele grupo que esteja devidamente habilitado para ser assentado.

Agora, sobre o tema específico, porque pairaram aqui vários assuntos no que diz respeito ao ativo – a Secretária coloca muito bem – ao ativo terra, que no País tem um valor imensurável.

O pano de fundo para mim, para não entrar especificamente nas discussões ali da apresentação, é um tema que o Brasil tem enfrentado no último período, assim como vários países do mundo enfrentaram há muitos anos, há décadas, há séculos alguns enfrentaram, que é o tema da governança da terra. Eu acho que, se nós não enfrentarmos esse tema de forma organizada, articulada, e estamos fazendo isso – não é, Secretária Cassandra? – entre vários órgãos do Governo que lidam com a questão fundiária do País, olhar a questão fundiária, a gestão do território de forma minimamente unificada entre os vários órgãos do Governo e com a ajuda das Prefeituras, dos Estados, do Senado, da Câmara, enfim, do Legislativo municipal, nós vamos ficar constantemente tratando de questões específicas e constantemente tratando de questões específicas e pontuais, e não conseguindo enfrentar o problema maior, o pano de fundo, que é o tema da governança da terra.

Quando falo de governança, nós falamos de afetação, de ocupação territorial, da dinâmica de ocupação territorial e das afetações promovidas pelo próprio Governo. Quando a gente trata de governança, trata-se da necessidade de o Governo ter cada vez mais condições de fazer a gestão do seu território de forma qualificada. E, para fazer a gestão do seu território de forma qualificada, ele ter cada vez mais elementos e ferramentas que qualifiquem a gestão do seu território. E nisso o governo Lula e especialmente a Presidenta Dilma têm investido muito com o lançamento da INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Implantamos um grupo interministerial de governança fundiária para que o Governo nos ajude nesse processo de gestão das terras no País e na qualificação da gestão territorial.

Nós temos no País hoje mais de 200 milhões de hectares de áreas georreferenciadas com precisão posicional de 50 centímetros. Isso significa... Nós temos o controle das propriedades de ocupação territorial de um

território superior à área da Espanha, da França e da Noruega juntas. E isso naturalmente facilita o processo de destinação dessas áreas e evita os conflitos, ajuda a dirimir os conflitos.

Nesse sentido, o Senador Donizeti faz um questionamento também com relação à implantação do CNIR, que vem da Lei nº 10.267, de 2001. A lei que apontou no País hoje e é vista lá fora como um exemplo no papel da gestão da estrutura fundiária... Eu digo que é um exemplo, porque no ano passado eu circulei por alguns países para tratar desse tema. Como o Secretário Sérgio disse, nós já recebemos prêmios nacionais. Fomos apresentar em Washington recentemente a iniciativa do Governo, o Sigef, que tem relação direta com o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e com a sua implantação.

A implantação hoje está...

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais está em processo de implantação, contratado pelo Serpro, em processo de instalação e homologação. Em 2016, a gente vai atingir o primeiro objetivo fundamental, que é a integração entre as duas grandes bases de dados do País, que são a base de dados fundiária e a base de dados tributária, o que vai facilitar a vida dos produtores rurais, dos agricultores no País e também a vida do Governo nesse processo de gestão territorial.

Tendo, obviamente, esse processo de qualificação da gestão das terras, cabe ao Incra fazer o seu processo de destinação. E já foi colocado que além da reforma agrária, ele também deve destinar essas áreas a partir de um processo de regularização fundiária, através das ações diretas que nós temos ali, no slide, com legitimação de posse, que é um normativo novo que nós implementamos no Incra, no ano passado, que garante título de propriedade para os agricultores que estão ocupando essas terras em áreas desapropriadas pelo Incra desde as décadas de 70 e 80. Para resolver conflitos, a gente está legitimando agora.

A ratificação de títulos em faixa de fronteira é um projeto de lei importante do Senador Gurgacz. O PLC nº 90, de 2012, facilita radicalmente o processo de ratificação de títulos em faixa de fronteira. Hoje é um calvário para se chegar à ratificação de um título na faixa de fronteira. Só no Estado do Paraná nós temos mais de 40 mil agricultores com processos homologados na Superintendência do Incra para fazer essa homologação. E o projeto de lei elimina boa parte, de 80% a 90% dessa burocracia.

E há a arrecadação e concessão de áreas. Nós já ultrapassamos mais de 6 milhões de hectares de áreas concedidas ao ICMBio para que ele opere o processo de regularização fundiária das unidades de conservação.

Pode passar, por favor.

E um tema importante para nós – o Senador de Alagoas, Senador Benedito, não está mais aqui – é separar e olhar o País com as suas peculiaridades regionais.

O Sérgio tratou aqui da Amazônia. Nós temos mais de 50% do território nacional concentrado na Amazônia, onde nós temos o maior volume de terras federais arrecadadas. Menos de 10% daquele território hoje é passível de destinação através da regularização fundiária; mas no Nordeste brasileiro, nós temos indicativos de que vários Municípios em alguns Estados, em boa parte dos Municípios a sua área é majoritariamente composta por terra devoluta estadual. E nós, do Governo, não pelo fato de ser terra devoluta estadual, não cruzamos os braços.

Nós tomamos iniciativa de estabelecer parceria com os Estados e operar um processo de regularização fundiária nos Estados do Nordeste, especialmente no Ceará. Nós já repassamos para os Estados mais de R$40 milhões e conseguimos a emissão de mais de 132 mil títulos para a agricultura familiar naquela região.

Pode passar.

Esse é o panorama que nós temos, que a Secretária colocou, e a Senadora Ana Amélia Lemos: 9.223 assentamentos no País, com 88 milhões de hectares e 965 mil famílias.

Nós temos o recorte, ali, de dezembro de 2003, porque é o recorte que foi dado na lei do ano passado. E aqui eu quero fazer uma ponderação.

Quando a gente trata da governança da terra e nessa ação conjunta e ordenada entre os vários órgãos e o Poder Legislativo, é importante que a gente faça uma profunda reflexão e revisão da legislação que trata das terras no País. Nós temos que avançar nesse processo. Nós demos sinais importantes em 2009, quando alteramos a Lei de Registros Públicos, a legislação que tratava de titulação de terras, criando o Programa Terra Legal, com a Lei nº 11.952, e no ano passado, nós demos um sinal importante de avanço na revisão da legislação atrasada que temos com relação a esse tema, com a aprovação da Lei nº 13.001, que trata, dentre outros temas, da regularização de assentamentos. E ela determina que a regularização ocorra nos assentamentos criados até 27 de dezembro de 2003, que são os dez anos anteriores à publicação da Lei nº 13.001.

Pode passar.

Essa é uma demonstração do que nós temos sob jurisdição do Incra. São 50 milhões de hectares e 7.978 assentamentos, porque nós temos vários assentamentos criados pelos Estados.

Pode passar.

A promulgação da Lei nº 13.001. Esse é um tema importante. O Senador Acir Gurgacz bateu muito nessa tecla. É uma cobrança importante para revelarmos para os agricultores do Estado de Rondônia e do País todo que nesta lei nós permitimos a possibilidade de regularização fundiária de lotes em projetos criados antes de 2003, desde que a área não seja inferior à fração mínima de parcelamento. Essa área de fração mínima de parcelamento é determinada – a fração – através de normativo do Incra, mas a lei é que determina a extinção de minifúndios e que a área não seja superior a dois módulos fiscais. Essa é uma inovação da lei do ano passado.

É importante aqui colocar: quando determinamos, na construção da lei com os Parlamentares, que não ultrapasse a área superior a dois módulos fiscais, nós estamos afirmando que em áreas reformadas no País não será permitida a concentração ali dentro, ou seja, essas áreas já foram reformadas. O que é possível fazer num projeto de assentamento é no máximo ser regularizado até o limite de dois módulos fiscais, o que equivale à metade da pequena propriedade no País, que é determinada pelos quatro módulos fiscais.

A gratuidade na aquisição de lotes com área até um módulo fiscal localizados em áreas arrecadadas e discriminadas da União.

Isso é o que o próprio Senador colocou quanto à necessidade de se equiparar a regularização de assentamentos à regularização fundiária da Amazônia. Nos assentamentos criados em áreas arrecadadas pela União, aqueles ocupantes que tenham área que não ultrapasse um módulo fiscal poderão ter os seus títulos expedidos gratuitamente, com base na Lei nº 13.001.

Redutores e bônus de adimplência para cobrança e alienação.

O Senador Acir também pautou aqui a necessidade de vermos e revermos o preço da terra na região da Amazônia, por conta dos preços praticados pelo Terra Legal e, nos assentamentos, como a gente trabalharia com isso.

A lei já permite que a gente determine redutores no valor da terra, aplicados, e bônus de adimplência para a cobrança desses títulos. Esses redutores e bônus de adimplência estarão presentes no regulamento que se encontra em processo de construção.

Doação de bens remanescentes a Estados, Municípios e ao Distrito Federal também foi pautada aqui pelos Senadores.

Essas áreas, o Senador colocou que tem liminar lá de fracionamento mínimo de áreas rurais. O que fazer com essas áreas que já têm característica urbana?

A lei facilitou o processo de destinação dessas áreas que estão sob jurisdição do Incra para os Municípios.

E vedação de reconcentração de imóveis oriundos do Plano Nacional de Reforma Agrária com estabelecimento, como já falei antes, de no máximo dois módulos fiscais.

Pode passar.

O quadro comparativo rapidamente era esse. Os instrumentos titulatórios, a concessão de títulos de domínio.

Hoje, com a Lei nº 13.001, nós temos a opção entre os dois títulos colocados ali: o título e a concessão do direito real de uso. Quanto à reconcentração, não havia nenhuma vedação. A gente aplica essa vedação na Lei nº 13.001. E o valor da alienação das terras antes era o valor a ser pago equivalente à terra nua com base no valor mínimo de mercado atinente à terra nua, salvo quando houver indenização de benfeitorias. E agora, com a Lei nº 13.001, há gratuidade de áreas que contenham um módulo fiscal e é onerosa para as áreas acima de um módulo fiscal calculado com base na Planilha de Preços Referenciais do Incra, no valor mínimo da Planilha de Preços Referenciais do Incra, ainda incidindo bônus de adimplência em redutores a serem colocados no regulamento.

O valor da alienação, como já coloquei, é esse que está apresentado, o valor da PPR mínima, incidindo bônus de adimplência.

Os três anos, a carência, nós vamos regulamentar em decreto, e as prestações também serão regulamentadas em decreto.

A correção colocada até hoje, até a promulgação da Lei nº 13.001, era a correção pelo IGP-DI. Nós vamos colocar qual é o índice de correção no regulamento também e a incidência de juros de mora sobre o valor da parcela. Se há atraso no pagamento, como é que vai ficar? Quem atrasa nós também vamos jogar para decreto, determinando como ficarão as prestações. E o prazo para a titulação definitiva se assemelha.

Remembramento e desmembramento são coisas que quem é dos Estados em que há incidência fora dos assentamentos conhece, pois sabe que isso acontece na dinâmica de ocupação territorial desses projetos. Então, existem remembramento e desmembramento. Quanto aos remembramentos e desmembramentos ocorridos antes de dezembro de 2013 em assentamentos criados até dezembro de 2003, dez anos anteriores à publicação da lei, será permitida a regularização desde que não ultrapasse o limite de dois módulos fiscais nesse projeto de assentamento e desde que o assentado não seja proprietário de outro imóvel rural.

A doação de bens remanescentes...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Isso vale para quem não é da clientela?

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Os requisitos para o processo de seleção estão colocados na norma do Incra. É natural que nós não estabeleçamos um processo de venda de lotes em projetos de reforma agrária. Isso é vedado. A lei determina que isso seja vedado. Na Lei nº 13.001, não houve nenhuma inovação nesse sentido. Então, há um processo de seleção. Esse processo de seleção vai ser respeitado, e as pessoas têm de, naturalmente, ter perfil de beneficiário da reforma agrária, porque a lei determina que assim seja.

Quanto à doação de bens remanescentes, como já coloquei, a lei já permite essa doação a Municípios, ao Distrito Federal e a Estados, desde que tenham sido incorporados à áreas urbanas ou destinados à implantação de infraestrutura de interesse público nesses Municípios. E há limites para a dimensão de lotes. O limite estabelecido, então, é o de dois módulos fiscais.

Pode passar adiante.

Então, resumidamente, o resto da apresentação detalha bastante essas questões ligadas à regularização e à destinação de lotes. Avalio que esses são os temas mais relevantes que nós poderíamos apresentar aqui com base naquilo que foi pautado pelos Senadores.

O Senador Gurgacz colocou uma série de elementos aqui sobre esses temas específicos. Ele coloca um problema existente no País, que é a impossibilidade de resolver o problema das áreas periurbanas ou de propriedades com destinação rural em Municípios em que a lei veda a regularização, a titulação ou a abertura de matrícula para áreas inferiores à fração mínima de parcelamento. A gente sabe que essa é uma realidade no País inteiro. Há agricultores que têm destinação rural em áreas pequenas nas cidades, mas que trabalham nas cidades e que trabalham em regime de subsistência na sua propriedade. A Lei nº 13.001 também trouxe esta inovação: a possibilidade de titular essas áreas, ou seja, de matricular, de levar a registro áreas abaixo da fração mínima de parcelamento em áreas urbanas, desde que tenham destinação rural ou desde que o cidadão, o agricultor tenha o perfil de agricultor familiar.

Dos demais temas, acho que conseguimos aqui abordar praticamente todos.

Quero reforçar isto: nós, o Incra, a SPU e todos os órgãos que estão aqui temos comando, obviamente, no Governo, mas estamos fazendo estritamente aquilo que a lei determina.

Há temas complexos, como os temas da governança, da destinação de áreas, da destinação territorial, da garantia de direitos. Sempre há complexidade sobre a garantia de direitos, sobre quem é o original proprietário ou sobre quem tem esse direito originariamente. Foi colocado aqui pelo Senador Caiado que há uma ação de anulação de títulos na região de Santa Catarina. Enfim, são ações anulatórias, principalmente nesse processo no Paraná, onde está a faixa de fronteira. Governos estaduais, nas décadas de 50 e de 60, expediram títulos na faixa de fronteira, e era uma expedição de títulos ilegal, na época. A lei determinou depois que esses títulos precisavam ser ratificados e se enquadrar na lei que determina a ratificação de títulos. E cabe, naturalmente, ao Incra, à AGU, aos órgãos de governo ratificá-los ou não. Se não ratificá-los, é preciso entrar com ação anulatória, porque o cidadão não tem legitimidade na ocupação daquela propriedade. Se não fizermos isso...

Assim também há ações de regularização de territórios quilombolas, certamente, de áreas indígenas. Quanto a territórios quilombolas, há mais de 80 ou 90 ações civis públicas do Ministério Público contra nós, mandando fazer, determinando...

Nós não avançamos mais porque não temos capacidade operacional suficiente para operar todas as regularizações de comunidades quilombolas no País. Mas, ao mesmo tempo em que há o Ministério Público tencionando com ação civil pública contra nós, e algumas ingressando com ação de improbidade contra superintendentes, coisa que o valha, há uma pressão violenta, por outro lado, para não avançar a regularização dos territórios. E nós temos que cumprir aquilo que a lei determina. Esse é o diálogo que nós temos tido com as entidades, com a CNA, com a Contag e várias outras entidades sociais.

E aqui, por último, há um questionamento que o Senador Acir deixou com o Sr. Argeu, que deve estar por aí – ele estava por aqui –, de que houve uma desapropriação de terras em 1975, no assentamento Burareiro, em Ariquemes, Rondônia, que posteriormente foi decretado uma área indígena.

É disso que estamos falando. Governança da terra é isto: é evitar que haja assentamento, área indígena, unidade de conservação, território quilombola, área urbana; que nós consigamos enxergar esse território a partir de uma única lupa.

Em 2004, a Justiça Federal proferiu sentença em desfavor da Funai, levantando as restrições registradas no lote e oficiando o cartório. O que fazer com os proprietários que estão lá há mais de 30 anos e não têm matrícula?

Isso nós vamos ter que ver com a superintendência. Depois, conversaremos em paralelo ali com a superintendência de Rondônia para verificar o *status* atual da área, depois da ação que vocês ganharam; se houve

recurso por parte da União, como está o processo judicial, se voltou ao *status* original, se é um assentamento, para verificar a destinação atual da área; se ainda se constitui ali um projeto de assentamento ou não, ou se a ação já se encerrou na Justiça. Conversaremos sobre isso na sequência.

Senador Wellington, era isso por enquanto.

Obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu queria só fazer um comentário sobre a política bolivariana.

Eu fiz a minha monografia do curso de Administração naquela região sobre a função social da terra. E ali existia, antes dos anos 50, um processo de reforma agrária natural, porque os pais iam tendo filhos e iam dividindo. E aquilo é oriundo de uma sesmaria, que vem lá do Nordeste para chegar ali. E, no cartório de Babaçulândia, que é próximo de Filadélfia, existe uma prateleira de títulos. Ali, há muita falsificação de títulos; há uma sobreposição de títulos naquela região muito grande.

Não sei se é o caso da fazenda em questão. Eu sei é que esse assentamento está lá cheio de problemas que precisam ser superados também. E existe uma briga constante ali, naquela região, em função disso. Existe muito título falso, existe muita coisa sobrepondo as áreas da União lá, inclusive iniciativas do próprio governo de Estado.

Por fim – o Sérgio não está aqui –, nós tivemos um governo, lá no Estado do Tocantins, durante quatro anos, que foi inoperante. Tanto é que teve que ser cancelado o convênio da regularização fundiária. Nós esperamos poder retomar isso, do governo do Estado com a União e com o MDA, e que possamos restabelecer esse processo.

Mas o Tocantins já passou a fase dos grandes conflitos, da violência no campo, que foi muito grande, pela qual tombaram grandes pessoas, como Padre Josimo e outros, em função disso.

Como eu disse na saída do Sérgio, eu vou muito otimista. Agora é preciso uma ação articulada. Estou vendo que o assentado vai ter que pagar a terra, começar a pagar em três anos. Se nós não resolvermos o problema da assistência técnica, ele não vai conseguir pagar. Vai ficar essa questão permanente – ele devendo, inadimplente – porque é preciso resolver o problema da assistência técnica. Não está na sua área, mas é um problema grave que enfrentamos na agricultura familiar.

E é preciso resolver outro problema também, que é o da defesa sanitária. Hoje, aqueles que conseguem produzir muitas vezes não conseguem vender, porque o produto deles não está certificado, o que é uma questão também a ser superada.

Eu coloco isso aqui não para contestar ou questionar você, que está aqui neste momento, nem a companheira Cassandra, mas é no sentido de que, se não forem bem articuladas as políticas de assentamento, não havendo assistência técnica, inovação tecnológica, destinação da produção, o assentado não vai conseguir pagar a terra.

Por fim, sobre a governança. Eu tinha combinado com o Rolf, quando ele estava no Incra, que se eu fosse Deputado Federal, iria propor um projeto de lei estabelecendo que estrangeiro não poderia comprar terras, só poderia ter concessão; poderia usar a terra, poderia trabalhar na terra, mas não poderia comprar terra. E aí há um buchicho de que principalmente norte-americanos estão comprando terras na área do Aquífero Guarani, e a questão da água é um grande conflito que a gente pode ter no futuro. Eu não sei se isso é verdade. Eu queria saber se vocês têm conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Como nós já estamos partindo para o final, e para não me delongar muito, eu vou passar ao Richard para que dê as suas respostas.

Antes disso, também gostaria de fazer uma indagação sobre essa questão dos assentamentos. Principalmente no caso do Mato Grosso, há muitos assentamentos, muitos deles não emancipados até hoje. Muitos desses assentamentos, dada sua valorização... As terras valorizaram muito. Tivemos agora inclusive a Operação Terra Prometida, e a gente não sabe ainda como ficou a Terra Prometida. Há também alguns assentamentos mais próximos da área urbana, como V. Sª explicou. Em função disso, mudou totalmente a clientela. Gostaria de saber qual é a tendência do Incra, até para a população que está lá hoje.

Então, quanto àqueles assentamentos que têm mais de 15 anos, 20 anos, como se dá hoje a documentação para o segundo, terceiro, quarto que está lá presente? Por exemplo, existem alguns assentamentos do Incra em que a gente sabe que existe todo tipo de atividade, inclusive comercial. Por outro lado, nós temos no Mato Grosso, em Nobres, na comunidade de Bom Jardim, um grande assentamento também do Incra com potencial ambiental muito grande; mais ou menos o mesmo potencial de Bonito, do Mato Grosso do Sul – aliás, dizem que Nobres é mais do que "bonito": Nobres é "lindo". E lá não se desenvolve atividade turística porque também não há documentação; seja o proprietário assentado, seja outro tipo de empresário, não há como investir na área. E é um projeto de desenvolvimento do Estado, do Município. O governo do Estado já levou

asfalto, na tentativa desse desenvolvimento turístico. Não sei se especificamente V. Sª pode responder a essa questão de Nobres, mas é algo que a gente vem cobrando há muito tempo do Incra.

Outro ponto é essa avaliação que eu perguntei por Estado.

E foi dito aqui antes sobre Colíder, também no Mato Grosso – acho que foi citado pela Drª Cassandra; é isso? Foi ela quem citou a cidade de Colíder? (*Pausa.*)

Não. Então, é o Incra mesmo.

Há um assentamento grande lá em Colíder, e parece-me que vocês já estão na fase final. Gostaríamos também desse posicionamento.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Sobre as questões específicas, Senador Donizeti, nós tivemos um cuidado, os Deputados também tiveram cuidado na construção da Lei 13.001; o prazo de adimplência determinado ali é para os assentamentos que estão consolidados. E a determinação da consolidação vai se dar num decreto, na regulamentação, mas o pré-requisito básico para a concessão de todos os créditos é ter uma infraestrutura no assentamento.

Então, em tese, são assentamentos que têm mais de dez anos. Em tese, não: a lei determina que são assentamentos que tenham mais de 10 anos, criados há mais de 10 anos antes da própria promulgação da Lei, que é de 2014, que tenham recebido os créditos e que tenham uma infraestrutura.

Nós partimos do princípio de que esses assentados já têm vida própria no seu processo, já estão produzindo há, no mínimo, dez anos. É natural que esse processo de titulação também vá respeitar um corte cronológico, e vão iniciar esse processo com assentamentos mais antigos, que têm mais de dez anos, mais de 15 anos, mais de 20 anos. É uma necessidade que nós temos de tocar, partindo do princípio de que os que estão ali sobre essas áreas há dez anos, há 15 anos, há 20 anos, com mais três anos de carência terão as condições para arcar com os custos.

Se for na Amazônia, há o módulo fiscal, vai ser gratuito. Mesmo sendo fora da Amazônia, todos aqueles redutores que vão ser estabelecidos ali, bônus de adimplência, vão naturalmente constituir um valor da terra que seja abaixo do próprio valor de mercado.

Senador Wellington Fagundes, demais Senadores, a Presidenta Lúcia e o Ministro Patrus têm enfatizado que esse processo de regulamentação vai passar por um processo de diálogo, e, certamente, esta Casa fará parte desse processo de diálogo, para que regulamentemos acatando e ouvindo essas questões que são peculiares nos Estados: como vai se dar, qual é o perfil... Naturalmente, nós não vamos mudar aquilo que está na lei nem inovar no decreto, mas o decreto dá para compor uma série de questões e recepcionar uma série de questões que compreendam esses problemas que o senhor aponta aqui sobre essas ocupações nos assentamentos do Mato Grosso. Os requisitos são determinados. Têm de ter, naturalmente, o perfil que está determinado na lei, o perfil de reforma agrária. O Incra não vai se tornar uma grande imobiliária no País, em que se faz a reforma agrária e, depois, um vai lá e compra e vende e compra e vende, e saía regularizando. O processo de regularização se dá com base nos requisitos que estão na lei e estarão no próprio decreto. Depois, cumprindo os requisitos que estão no título, não ultrapassando dois módulos fiscais e não concentrando de novo, se o cidadão titulado quiser e tiver vontade de dispor desse imóvel, ele vai poder dispor.

Com relação aos estrangeiros, esse é um tema polêmico, complexo que enfrentamos no País. Ainda vige a Lei nº 5.709, que é da década de 70, com o parecer da AGU, que é um parecer de 2010. A inovação que tivemos em 2010 no parecer do Ministro Adams é que pessoa jurídica brasileira de capital estrangeiro se equipara à pessoa jurídica estrangeira e, equiparando-se, ela necessariamente tem de cumprir os mesmos requisitos da Lei nº 5.709. Há limitações determinadas na lei, em que territórios do Município não podem ter mais de 25% da área ocupada por estrangeiros ou mais de 10% da área ocupada por estrangeiros da mesma nacionalidade. Ele não poderá ter uma área autorizada no Incra que ultrapasse 100 módulos de exploração indefinida e, se ultrapassar isso, precisa de autorização do Congresso. Então, essas são as limitações básicas determinadas na lei. Cabe ao Incra autorizar, e as áreas de pessoas jurídicas apresentadas para autorização precisam submeter um projeto de exploração agrícola para ser aprovado no Ministério da Agricultura.

Agora, o que está colocado é que, principalmente depois do parecer da AGU, de 2010, a demanda apresentada no Incra, que é o órgão responsável por autorizar compra de terras por estrangeiros no Brasil, é mínima. Então, se está ocorrendo um processo de ocupação e compra de terras por estrangeiros no Brasil, eles estão entrando pelas portas dos fundos, porque o órgão responsável por autorizar... E o cartório só deve levar a registro se houver essa autorização. Se as áreas estiverem em faixas de fronteiras, é preciso o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Se não há esses requisitos estabelecidos, há alguma ilegalidade sendo cometida ou alguma burla à lei, enfim, alguma possibilidade que se construiu para compra de terras no País. Mas a lei é clara, os requisitos são claros, e o Incra é responsável por autorizar. É óbvio que, junto com o Congresso, inclusive, temos de aperfeiçoar cada vez mais o processo de controle de compras de terras no País.

Agradeço a oportunidade, Senador Wellington e demais Senadores que conduziram a Mesa, companheira Cassandra, colega do Governo.

O Senador Donizeti ficou aqui até o momento, espero que tenhamos várias oportunidades para continuar discutindo, porque eu tenho um apreço especial pelo Tocantins. Há uma série de questões que devemos avançar lá, no Estado. Podemos contribuir muito, pelo pouco conhecimento que temos. E me coloco e colocamos o Incra, a Presidência do Incra e o Ministro Patrus à disposição para dirimir qualquer dúvida e avançar com aquilo que seja possível de avançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, então, para as considerações finais e as respostas finais, a Drª Cassandra.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Senador Wellington, é um prazer para a Secretaria do Patrimônio da União poder, num fórum tão qualificado como a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, apresentar um balanço, prestar esclarecimentos e estabelecer um debate sob a ótica do Executivo, ouvindo a ótica do Senado. Saímos, geralmente, dessas discussões diferentes, mudados, alterados. Isso acrescenta ao nosso trabalho. Continuamos à disposição.

Acenderam-se alguns debates aqui, e espero que a Casa nos chame outras vezes para fazer qualquer um desses pontos. E continuaremos na Amazônia, especialmente, aprofundando esse trabalho de regularização, passando a limpo uma situação histórica do País, como eu já disse, em que há um atraso histórico.

Da parte da SPU, no que nos diz respeito, continuaremos zelando, conhecendo melhor e principalmente dando um destino importante para a Nação quanto a essas áreas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, nós queremos agradecer a presença dos palestrantes, do Senador Donizeti, em nome da Presidente.

Não havendo nada mais a tratar, damos por encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Jorge Viana e Delcídio do Amaral. Comparece à reunião o Senhor Senador Lindbergh Farias, não membro da Comissão. Anunciada a presença do Senhor Deputado Federal William Woo, autor do Projeto de Lei da Câmara nº. 21, de 2015. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Alberto Souza e Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** reunião deliberativa. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é favorável. Fazem uso da palavra para discutir os Senadores Omar Aziz, Davi Alcolumbre e o Deputado Federal William Woo, autor do Projeto. É concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 2: Requerimento n.º 20, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marcello Crivella e Omar Aziz, que requerem "... a inclusão da FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares –, e do Sr. Ricardo Holz, Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância, como convidados, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015-CCT, que requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil." Durante a discussão foram incluídos os nomes de 2 convidados: Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE, e Nara Teixeira, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Tra-

balhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE. O Requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento n.º 21, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Medeiros, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que seja discutida as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados: Paulo Alexandre Barbosa – Prefeito da cidade de Santos; Magda Chambriard – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Reginaldo Campos Repulho – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de São Paulo; Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo; Ricardo Catran – Presidente do Grupo Ultra Cargo; Angelino Caputo e Oliveira – Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Antonio Carlos Duarte Sepúlveda – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Claudinei Pelegrini – Associação Brasileira dos Caminhoneiros – ABCAM; Felício Paschoal da C. Aguiar – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais." O Requerimento é aprovado. **2ª parte:** Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº. 09/2015-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, e 20/2015-CCT, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Omar Aziz, que requerem a realização de audiência pública destinada a tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; Julliene Cabral Salviano da Silva, Coordenadora Nacional do Movimento em Defesa do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES; Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Maria Cristina Manella Cordeiro, Procuradora da República – MPF; Amábile Pacios, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP; Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância – ABE/EAD; Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Nara Teixeira, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE; Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – MEC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, José Medeiros, Valdir Raupp e Sérgio Petecão. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um dos presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta esta 10ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de abril de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Passamos à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2015
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.
Autoria: Deputado William Woo
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Presidente, Senador Cristovam Buarque, primeiro, quero agradecer a V. Exª e pedir desculpa por incomodá-lo nos Estados Unidos para que pudéssemos incluir na pauta de hoje o PLC nº 21, de autoria do Deputado William Woo, que está aqui presente. E o fiz por uma razão muito simples: esse é um programa da maior importância para o desenvolvimento da indústria de semicondutores, o Padis, que se extingue agora, no dia 31 de maio. O projeto já foi aprovado na Câmara. Nós temos que aprová-lo aqui e na CAE para ir ao Plenário, para dar continuidade a esse Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2015, do Deputado William Woo.

O Projeto altera a Lei nº 11.484, de 2007, para ampliar o alcance dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores – Padis, de forma a abarcar os *displays* utilizados em *smartphones*, em *tablets* e em outros mostradores, bem como considerar mais variedades de dispositivos eletrônicos, semicondutores e cartões inteligentes.

A proposição considera, para fins de isenção de impostos, a situação em que projetos de circuitos integrados e suportes semicondutores possam ser elaborados no País, mas as etapas de "difusão ou processamento físico-químico" ou "corte, encapsulamento e teste" para a produção de circuito integrado possam ser realizadas no exterior.

Permite-se, nessa situação, que seja considerado como insumo o circuito integrado importado. De forma similar, considera que a importação de *chip* encapsulado ou testado no exterior possa se beneficiar da isenção de impostos caso a etapa de "difusão ou processamento físico-químico" seja feita no País. Exige ainda que a importação dos produtos mencionados seja feita por empresa beneficiária do Padis e inclui "matérias-primas" além dos insumos.

A proposição reduz as alíquotas de impostos nas vendas dos dispositivos referidos e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis.

O PLC revoga o §2º do art. 5º da Lei, para tornar indeterminado o prazo para apresentação dos projetos.

Por fim, considera como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente, em cumprimento às obrigações decorrentes da fruição dos incentivos do Padis.

Recebida da Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída a esta Comissão e à de Assuntos Econômicos (CAE).

No âmbito da CCT, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Algumas tecnologias possuem a capacidade singular de afetarem diversos setores industriais...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... sendo denominadas "tecnologias de propósito geral". Em especial, destacamos as Tecnologias de Informação e Comunicação, que constituem o atual paradigma tecnológico mundial, segundo diversos estudiosos. Como exemplo desse tipo de tecnologia, temos o uso, cada vez mais intensivo, da rede mundial de computadores para a difusão de informações valiosas por meio de dispositivos móveis, tais como os chamados *smartphones*, que são onipresentes nas relações sociais e econômicas da atualidade. Somente o Brasil possui quase 40 milhões de aparelhos, despontando como um dos principais mercados de *smartphones* do mundo.

Contudo, esse imenso número de aparelhos, somado a outros do tipo *tablets* e computadores, representa um grande déficit na balança comercial brasileira relativo a componentes eletrônicos, já que o País não possui uma indústria relevante de diversos componentes. Digno de destaque é o caso de semicondutores, que, embora seja parte essencial para a fabricação de inúmeros componentes eletrônicos, não é produzido em escala suficiente no País para atender a demanda da indústria eletrônica. Só 3%, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dos semicondutores utilizados na indústria de comunicação e informação do Brasil é produzido aqui no nosso País, os 97% restantes são todos importados. E esse programa tem a finalidade de desenvolver a produção brasileira.

Tal deficiência produtiva, associada a uma dependência tecnológica, levou o Governo Federal a incentivar a sua produção por meio de iniciativas como a inauguração da maior fábrica de encapsulamento e testes de semicondutores do Hemisfério Sul, situada na região metropolitana de Porto Alegre, e a Lei nº 11.484, de 2007, que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD).

Entendemos que o estímulo à produção em larga escala de semicondutores é crucial para o Brasil absorver essa tecnologia de forma a diminuir sua dependência e a dominar as etapas de sua produção. Com isso, novas possibilidades de inovação poderão se abrir, inserindo o País, ainda que tardiamente, nessa indústria.

O PLC nº 21, de 2015, possui o mérito de aperfeiçoar, ao incluir as empresas envolvidas na produção ou concepção de *displays* no rol de beneficiários das isenções de que trata a Lei. Ademais, retira a barreira temporal, que limita até maio de 2015 a apresentação de projetos, tornando possível a continuidade dessa importante política tecnológica.

Dessa forma, acreditamos que o projeto pode contribuir para o desenvolvimento tecnológico do País, permitindo a absorção de uma importante tecnologia e a redução de sua dependência em relação a outros países.

É importante frisar que as empresas interessadas em aderir ao programa devem se dedicar, exclusivamente, à produção dos referidos bens. Para gozar dos incentivos, os projetos necessitam da aprovação por meio de portaria conjunta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Ou seja, as empresas só terão o benefício do programa se tiverem o seu projeto aprovado por portaria dos dois Ministérios. E o projeto do Deputado William Woo é importante porque tira a barreira temporal, que se esgotava agora, em final de maio de 2015, deixando aberta para que outras empresas possam se habilitar ao programa. Só nove empresas apresentaram projetos aos dois Ministérios, e o Brasil é dependente, como disse, em 93% no caso dos semicondutores. Logo, é preciso que incentivemos a produção em larga escala em nosso País.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra, quero chamar atenção para uma palavra que o Senador usou: tardiamente. É verdade, Deputado. Felizmente, pessoas como o senhor trazem, tomam a iniciativa, porque isso deveríamos estar fazendo há muito tempo. Nesse sentido, eu lhe agradeço muito por ser um brasileiro que tomou a iniciativa de fazer com que recuperemos o tempo perdido.

Em discussão.

Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Bom dia, Presidente.

O nobre colega e Senador Flexa Ribeiro faz um parecer do ponto de vista técnico, teórico importante, porque na prática não se vai produzir isso, por uma razão simples, que já falei aqui nesta Comissão. Precede uma coisa muito importante a essa lei: recursos humanos. O Brasil não tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, não adianta. Vão se maquiar essas coisas, e isso me preocupa. Porque a nossa dependência tecnológica é muito grande, e não é por falta de leis incentivando – vamos deixar claro –; é por falta de investimento em recursos humanos, em pessoas, em cérebros. Não adianta ter 100% de incentivos. Por isso é que nós somos dependentes.

Uma indústria de semicondutores não é cara, não. Ela custa três, quatro bilhões para se manter. Agora ela tem um investimento anual em recursos humanos enorme. Eu quero saber onde vamos ter, de uma só vez, mil engenheiros eletroeletrônicos para botar dentro de uma indústria dessas para criar. Para criar, Senador Flexa Ribeiro!

Preocupa-me também essa abertura toda em relação a incentivos para produção de TV digital.

Então, com todo o respeito, Senador Flexa Ribeiro, até por conhecer um pouco a matéria – até porque é minha obrigação conhecê-la, Senador Crivella –, coloco sempre que qualquer lei neste País tem que ser antecedida dessa questão dos recursos humanos. Por exemplo: a Presidenta Dilma lançou um belíssimo projeto de escolas técnicas no Brasil afora. Mapeou o meu Estado, chamaram-me para uma reunião, e eu cheguei lá e disse: Sim, mas e aí? O prédio vai ser bonito. E quem vai dar aula para esses alunos lá? Quem vai sair dessa região se não formarmos essas pessoas primeiro e, depois, construirmos o prédio?

Então, é bonito, os projetos são bonitos, nós apresentamos projetos, mas, como eu falei, teoricamente, isso funciona; na prática, não vai funcionar.

Por isso, vou pedir vista dessa matéria, com respeito ao Senador Flexa Ribeiro, que é meu colega, companheiro e da nossa região, mas eu queria analisar mais profundamente o projeto, até para saber aquilo que estou votando. Como não conheço a lei que o antecede, a 11.484, que está sendo modificada, e não participei da discussão anteriormente, se houve discussões...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não, não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Não houve discussões?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Então, eu preciso, primeiro, ficar por dentro dessa matéria para votar com a consciência tranquila em relação, principalmente, à minha região. Eu fico muito preocupado quando V. Exª fala as questões.

Eu sei, Senador Cristovam, que agora, de três em três meses, produz-se tecnologia nova no mercado. Tentaram fazer isso com o Eike Batista, e eu não deixei na época. Aquele porto era para ser uma indústria de semicondutores. Fizeram tudo!

E, à época, eu, como governador, disse: vocês não vão fazer isso. Porque, de três em três meses, os produtos ficam obsoletos. A Coreia hoje é o maior produtor de tecnologia, no mundo, nessa área. É a Coreia, não é Japão mais, não é a China. É a Coreia, através da Samsung, através da LG, através de outras indústrias, que produz novas tecnologias para o país. Nós temos uma indústria de semicondutores que, se não tivermos como estar à frente, estaremos no inferior. E era isto que tentaram colocar aqui em um nível inferior: a produção *displays*, produção de semicondutores obsoletos. Hoje, você pega uma TV – há seis meses não havia – e conversa com ela, ela vai trocando de canal etc. Não sei se estamos preparados para ter isso ainda.

O que temos de mais avançado? É essa a questão que eu queria ver. Sou a favor de que incentivemos os recursos humanos. Precisamos criar cabeças. Não precisamos de indústrias que vêm montar as coisas aqui no Brasil, dizendo: "só vamos encapsular aqui, o resto a gente traz de fora". E é isso que me preocupa e é por isso que eu queria dar uma olhada, Senador Flexa, com todo o respeito ao seu parecer. Eu sei que o senhor se aprofundou na matéria e o Presidente Cristovam Buarque. Essa é uma obrigação minha como representante do povo amazonense.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito, Senador! É uma prerrogativa, mas o Senador Flexa pediu a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – É só para fazer aqui uma solicitação ao Senador Omar Aziz, que tem toda a razão ao dizer que é preciso que tenhamos mão de obra altamente especializada, qualificada, para que possamos fabricar esses semicondutores e *chips* no Brasil. Tem razão também quando diz que tecnologia avança de um dia para o outro. O que era moderno hoje amanhã já pode estar obsoleto. E é preciso que indústria também acompanhe isso. Agora, Senador Omar Aziz, se, com o programa de incentivo, já é difícil você avançar na produção, sem o programa de incentivo fica muito mais complicado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Só uma coisa. Esse debate é importante porque podemos fazer algumas mudanças aqui. Por exemplo, P&D. Nas indústrias da Zona Franca, eles pegam 5% do faturamento e colocam no P&D. Nos outros lugares do Brasil é 4%.

Pergunte a essas grandes indústrias multinacionais o que elas trazem de recursos humanos para fazer pesquisa. Passam-se anos e eles vêm com aplicativos de celular como se tivessem inventado a roda.

Vejam bem! P&D tem dinheiro. A verdade é que não temos como direcionar.

Então, temos ai vincado o P&D. Se você pegar uma Samsung, por exemplo, ela deixa quase 300 milhões/ano de P&D. Naturalmente, teríamos como ter um grande laboratório fazendo intercâmbio, trazendo pessoas, obrigando as indústrias que se instalam aqui a trazer recursos humanos para ensinar o nosso pessoal. Então, essa discussão, Senador Flexa Ribeiro, que o senhor traz agora é importante para nós.

Agora, é para avançarmos, não é para retroagirmos, é para não ficarmos só nesse negócio. Incentivos já são dados. Acontece que também há leis aprovadas neste País, como a do P&D, que, se somarmos os P&Ds de todas as indústrias de informáticas do País – eu vou até pedir para a nossa secretária fazer o levantamento, porque isso é possível – veremos que o quanto de recursos, no Brasil, anualmente é dado pelo P&D.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Nós podemos fazer um requerimento pedindo ao Ministério.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim! eles têm. Não é pouco dinheiro, não. Não é pouca coisa, é muito dinheiro. E aí também poderíamos levantar o que foi direcionado e o que trouxe de lucro para o País até agora com esse dinheiro todo que foi investido no P&D. Antigamente – até mudaram, Senador Cristovam – sabe o que eles faziam? Pegavam o dinheiro no P&D, faziam convênios com projetos apresentados por universidades particulares. Esse dinheiro era para pesquisa e nunca se fez pesquisa de absolutamente nada. Essa lei foi mudada, hoje é muito mais rigorosa, e temos como obrigar porque não é qualquer país que tem

mais de 200 milhões de habitantes, consumidores. Qualquer indústria mundial quer estar no País porque há consumidores.

Nós estamos passando por um momento de crise, mas vamos sair dessa crise, o Brasil vai voltar a crescer, o Brasil vai voltar a consumir, não tenham dúvida disso.

Por isso, Senador Flexa Ribeiro, essa discussão é importante para analisarmos também se o dinheiro está sendo bem gasto ou não. Esta Comissão pode dar uma analisada nisso, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Deputado, com muito prazer, passo a palavra a V. Exª.

O SR. WILLIAM WOO (PV – SP) – Presidente, Senador Cristovam Buarque; prezados Senadores.

Primeiramente, agradeço muito esse aparte, mas quero bem rapidamente explicar o Padis: um programa de incentivo a semicondutores lançado no Governo Lula, que desonera a cadeia de produção. Hoje, os semicondutores respondem por 30% da eletrônica no mundo, cada vez ocupa mais espaço e tem mais valor agregado.

O programa do Padis é simplesmente autorizativo. Se prorrogarmos o prazo, que termina agora no próximo mês, dia 31 de maio... A lei foi criada para durar quatro anos mais quatro. Como iniciou em 2007 e acaba agora dia 31 de maio, o programa continua aberto e a empresa que entra com o projeto tem que ser aprovada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Quando aprovada, sai uma portaria assinada pelos dois Ministros, que vai para a Secretaria da Fazenda, o Ministério da Fazenda, que habilita. Então, não é um direito adquirido a gente aprovar a continuação do programa, é um autorizativo.

Nesses oito anos, infelizmente, no Brasil, somente nove empresas vieram. O Senador falou muito bem que semicondutor não é um investimento pequeno. A Lei de Informática trouxe vários benefícios para o nosso País, só que, infelizmente, a gente virou uma empresa montadora de equipamento. Hoje a gente só monta, no País.

Na Legislatura passada, eu fiquei fora daqui e pude trabalhar na fábrica da Apple. A gente virou uma montadora de equipamentos no País. Todos os semicondutores a gente importa.

Nesses oito anos, essas nove empresas que vieram para o País são obrigadas a gastar 6% em pesquisas e desenvolvimento. E esse projeto de pesquisa e desenvolvimento é pré-aprovado nos Ministérios, diferentemente da Lei de Informática, em que o pessoal investe e depois eles jogam a submissão se aprovado ou não. Aqui é anteriormente à pesquisa. E semicondutor é uma das coisas que solicitam muita mão de obra qualificada, diferentemente de montagem. Para semicondutor teremos de formar engenheiros no Brasil.

Um dos exemplos é que dessas nove empresas que vieram, três só são de desenhos de circuito: Silicon Reef, que está em Recife; a Ideia, e a Cyprus, em Florianópolis. Das que estão produzindo algum circuito integrado, com muito orgulho temos a Ceitec, uma empresa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Unitec, de semicondutores; a Smart; a HT Micron; a Flex IC e a Multilaser.

HT Micron é um projeto de uma universidade chamada Unisinos, no Rio Grande do Sul, onde nessa quinta-feira, com a assinatura da Presidente da Coreia do Sul, mantém-se um convênio de formar engenheiros de semicondutores no Brasil.

O semicondutor, aqui no Brasil, é uma guerra até de inteligência mundial. Poderemos colocar assim: começou nos Estados Unidos, em 1960, por causa da pesquisa para a Nasa, e os Estados Unidos saíram na frente. Depois, vieram Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura; e a China está tentando entrar nesse mercado.

Essa lei do Padis é muito parecida com as leis de Israel, da Coreia do Sul, de Taiwan e outros países. Só que nos outros países, eles pagam para a empresa ficar. A China anunciou um pacote de US$120 bilhões e distribui US$12 bilhões para as empresas fabricarem na China. Nos Emirados Árabes, em 2009, Abu Dhabi abriu um fundo e não quis anunciar o valor. A cidade de Nova Iorque anunciou um fundo de US$1,5 bilhões em dinheiro, para as empresas virem fabricar em Nova Iorque. A Rússia, cinco bilhões da Rusnano e 300 milhões da Crocus Nanotechnology. Na Europa não se fala o valor, mas até 2020, querem produzir 20% dos semicondutores de todo o mundo. A Índia anunciou 10 bilhões para duas fábricas, uma para IBM e uma para STM. E em Israel, 300 milhões para uma nova fábrica de Intel, porque eles estão doando esse dinheiro para que as empresas fiquem.

Realmente, aprovarmos o Padis, a continuidade do programa, não quer dizer que as empresas virão. A pressa é porque 31 de maio vence o prazo de apresentar o projeto.

O pessoal da Fazenda me chamou e falou: "William, tem alguma desoneração"? Não, porque as empresas que entram, quando ganham o programa, aprovam o prazo de desoneração. Se vier uma nova indústria, ela terá renúncia, se for aprovada pelo Ministério da Fazenda, porque também o Governo não precisa aprovar a empresa que se inscreve. É um programa.

De certa forma, o Ministério da Fazenda ficou bem tranquilo neste momento em que falamos de desoneração da cadeia, mas essas empresas não estão no Brasil. Eu fiquei sabendo que o Ministro de Minas e Energia esteve aqui, no Senado, e anunciou dois leilões de energia solar. As empresas que estão preparando energia

solar estão vindo ao mercado igual à Lei de Informática. Como há incentivos – eu já vi uma empresa chinesa que está indo para Campinas –, estão importando todas as máquinas sem impostos, porque essas máquinas existem no País, e vão montar. Eu falei: e produzir célula? No Brasil, ainda não é obrigado. O nosso PPB (Processo Produtivo Básico) ainda não obriga a produzir isso.

Eu peguei o custo, de que hoje somos recordistas, no mundo, de um *smartphone*. No ano passado, compramos 55 milhões de *smartphones* aqui no Brasil. De semicondutores, no *smartphone*, hoje o nosso PPB obriga a fabricar no Brasil só 6%: a bateria e mais alguns adaptadores – cabo, carregador –, o que dá 6%. Se você pegar outros semicondutores aqui, mais de 60% do valor do *smartphone* podem ser produzidos no Brasil.

Presidente, queria encerrar e agradecer e me colocar à disposição de todos os membros desta Comissão. Eu retornei à Câmara dos Deputados, depois de um mandato fora, em Brasília. Quando eu vi que ia vencer o prazo, eu entrei com o projeto somente para prorrogar o prazo. Recebi sugestões, tanto do Ministério de Ciência e Tecnologia quanto do BNDES e do Ministério de Ciência e Tecnologia e informação, e fizemos algumas alterações possibilitando a fabricação, no Brasil, de memória para cartão *chip* e RFID, que é transferência de sinais. Todas essas alterações foram encaminhadas pelo Governo em documento do BNDES.

Também vou mandar aos *e-mails* aos membros desta Comissão o relatório do BNDES chamado "Microeletrônica: qual a ambição do Brasil", feito pelo BNDES este mês.

Talvez o projeto não esteja totalmente perfeito – o Padis tem que ser muito aprimorado –, mas mandamos uma mensagem de que o Brasil continua no programa de semicondutores. O programa está aberto, não foi fechado, o prazo acaba em 31 de maio. Não quer dizer que qualquer empresa que venha aqui tenha direito. Ela tem que passar por dois ministros, e quem assina a portaria são os dois ministros. Não é uma coisa que fica, por exemplo, como o Blue Line, da Receita, que talvez um funcionário público da região consiga autorizar. É uma portaria ministerial.

E, neste momento de energia solar, eu gostaria muito que uma primeira empresa viesse produzir células fotovoltaicas no Brasil e aqui, no Senado, passasse um PPB que obrigasse que as nossas placas solares, além de serem fabricadas no Brasil, para terem desoneração, sejam obrigadas a usar semicondutores fabricados no Brasil.

Encerro aqui, presidente. Obrigado. Quero agradecer a todos os Senadores, parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pelo relatório. Não tivemos muito tempo de conversar sobre o projeto. Na Câmara dos Deputados, o projeto entrou em regime de urgência. Foi o número 715 deste ano. Imagina, Cristóvão – também nº 900, quem protocolar o projeto hoje –, realmente, conseguimos aprovar num prazo rápido, com ajuda da assessoria do Executivo. Em 20 dias conseguimos aprová-lo, desde a sua entrada, para ser remetido ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Deputado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Já que o Senador Omar Aziz pediu vista – e eu acho importantes os esclarecimentos feitos aqui pelo Relator da matéria e pelo Deputado William Woo –, eu também queria me socializar com o pedido de vista do Senador Omar Aziz e solicitar vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Senador Aziz, V. Exª é membro da CAE?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Porque este projeto aqui vai para a CAE.

Lá, V. Exª poderia solicitar a relatoria e aprofundar os estudos necessários só para fazermos o projeto caminhar em tempo de não expirar o prazo de 31 de maio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Eu prometo trazer na terça-feira que vem, já para votar. Uma semana a mais ou uma semana a menos, se houver, não é uma coisa rápida, só para eu analisar.

Escuto o Relator, o Deputado William, escuto V. Exª e coloco a minha opinião em cima do projeto, por experiências que tenho, não é por uma coisa que tirei da minha cabeça, "pede vista". Quando se fala aqui em produção de TV digital, quando se fala em produção de semicondutores... Volto a repetir para os senhores, há seis anos, tínhamos sete, oito tipos de televisão neste País; de lá para cá, sobraram duas marcas no País – não existem outras marcas no mercado brasileiro – LG e Samsung.

Você não vai a lugar nenhum em Brasília em que não haja só LG e Samsung. E isso não foi à toa, mas foi porque o Brasil vai produzir semicondutores para TV, *display*s? Vai competir com a Coreia? Não podemos brincar com essas coisas.

Veja bem isso que estou colocando: a Phillips não conseguiu competir, o Japão não conseguiu competir. Todas as empresas japonesas de televisores não existem mais: a Hitachi não existe; a Sharp não existe. Então, isso não é uma coisa que começou a acontecer anteontem.

Estou colocando uma coisa aqui para os senhores, fala-se aqui em programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos para a TV digital. Senador Cristovam, neste momento em que estamos discutindo aqui, meia hora, uma hora, já se criou um monte de coisa na Coreia. Vai por mim, que sei que estou dizendo!

Quando a Semp Toshiba quebrou... A Semp era uma empresa brasileira que fez uma parceria com a Toshiba, que dava a tecnologia para a Semp produzir televisores no País; depois, foram para computadores; depois foram para *tablets*. E não aguentou, porque não tinha tecnologia.

E aí, quando se diz assim: a Samsung produz um sistema lá na Coreia e manda para o Brasil esse sistema; quando ela vende para outra, faz parceria com outro tipo de indústria, vende muito mais caro. Isso chega ao mercado para ele sem competitividade. Por isso, a tecnologia que a LG e a Samsung têm hoje dificilmente o Brasil vai ter, sem recursos humanos.

É isto que estou questionando: por que não discutirmos a formação de recursos humanos? Volto a repetir que a indústria de semicondutores não é cara. Para montar custa R$3 bilhões, R$4 bilhões. Acontece que o investimento feito por ano é praticamente o que custa para montar uma indústria. Por quê? Porque você não vai ter tecnologia de graça.

Então, não estamos falando de números. No Brasil, hoje, vemos tantos bilhões no negócio da Petrobras que qualquer bilhão virou brincadeira. Hoje se fala em 6, 10, 50, 80 bilhões!

Então, estou colocando isto: eu me comprometo, semana que vem, Senador. E, lá na CAE também, estarei debatendo. Sou favorável, veja bem, a tudo que for de tecnologia do Brasil; só não sou favorável a não sabermos quais são os critérios.

Primeiro, não acredito que só dois Ministros possam assinar uma portaria para haver uma indústria, Sou contra. Tem que haver PPB. Ora, para montarmos uma indústria que já existe com tecnologia de outros países de que vamos importar essa tecnologia, temos que ter PPB.

E aí temos que saber, por exemplo: uma indústria pode trazer hoje mil indianos eletroeletrônicos para cá? Mas lá na Índia há na esquina. Se você quiser trazer, pagando US$2 mil, US$3 mil, para ele vir trabalhar, ele vem na hora, porque lá ele não tem mercado para trabalhar mais. E sabemos que os indianos têm uma vocação muito grande para essa área., como os asiáticos a tem. E eles não a têm porque começaram a trabalhar nisso ontem; eles a têm porque têm uma história cultural nessa área, enquanto o Brasil ainda é muito dependente.

Então, quando coloco essas questões é porque tenho interesse. Não há problema de produzir o semicondutor.

Ótimo, vamos produzir semicondutor. Mas como e com que recursos humanos?

Então, poderíamos analisar essa questão e trago, semana que vem, Senador Flexa Ribeiro.

E desculpe, Deputado, mas é uma coisa sobre a qual me interessa debater, até porque não viria para a Comissão, estou aqui nesta Comissão a convite do meu querido Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – E eu acho que tenho algo a contribuir nesta Comissão para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está tendo.

Muito obrigado, Senador.

Deputado Willian, quero lhe dizer que concordo com a expressão "tardiamente" – mas é preciso fazer – do Senador Flexa. Concordo muito com a preocupação do Senador Omar Aziz. E acho que ele trouxe um bom tema para debate.

O que acontece é que a Coreia montou um sistema de conhecimento e inovação, um sistema nacional de conhecimento e inovação, que começa lá na educação de base, não apenas por meio de boas escolas, mas por colocar ciência na cabeça das crianças. Não temos essa preocupação: nem temos as crianças em escolas de qualidade de ensino médio, nem colocamos ciência lá nessas crianças, e, de lá para cá, todo esse sistema, inclusive de leis de incentivos.

Precisamos de um sistema nacional do conhecimento e inovação. Esse é o desafio tardio, mas vamos ter que fazer isso, ou ficaremos para trás. Então, na próxima semana, o projeto estará na pauta, e o senhor esta convidado a vir aqui.

E quero dizer que este é o desafio desta Comissão: ajudar a orientar para onde é que o Brasil deveria caminhar, para ter um sistema nacional do conhecimento e inovação. E seria ótimo se pudéssemos fazer isso junto com a Comissão da Câmara também. Então, leve essa minha solicitação ao Presidente. E V. Exª está convidado para, daqui a uma semana, vir assistir à aprovação do seu projeto.

Muito obrigado.

Vamos ao Item 2, que é um requerimento do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 20, DE 2015 – Não terminativo –

Requeiro a inclusão da FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares –, e do Sr. Ricardo Holz, Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância, como convidados, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015-CCT, que requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Neste requerimento, o Senador Marcelo Crivella propõe a inclusão de duas pessoas na audiência que vamos fazer: a inclusão da Fenep e a inclusão da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância – nesta última, o Sr. Ricardo Holz; e, na primeira, a Srª Amábile, que aqui está conosco, já presente.

Ponho em discussão o requerimento, para ver se é aprovada a colocação dessas duas pessoas. Se aprovado, convidaremos para que venham, daqui a pouco, para inciarmos.

Está em discussão. (*Pausa.*)

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

E aproveito para anunciar o último, o Item 3, antes da audiência.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21, DE 2015 – Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que seja discutida as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados:

– Paulo Alexandre Barbosa – Prefeito da cidade de Santos;

– Magda Chambriard – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

– Reginaldo Campos Repulho – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de São Paulo.

– Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo;

– Ricardo Catran – Presidente do Grupo Ultra Cargo.

– Angelino Caputo e Oliveira – Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp);

– Antonio Carlos Duarte Sepúlveda – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA;

– Claudinei Pelegrini – Associação Brasileira dos Caminhoneiros – ABCAM;

– Felício Paschoal da C. Aguiar – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais;

Autoria: Senador José Medeiros

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – A União Nacional dos Estudantes queria participar desse debate e também a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Há alguma objeção dos colegas?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A Presidência não tem nenhuma objeção.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Nem eu. Acho que, num momento como este, a gente precisa ter realmente um debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, está aprovado, informalmente, o convite. Se eles estiverem aqui, virão à Mesa.

Então, vamos iniciar a nossa audiência.

Audiência Pública destinada a debater assunto de interesse público relevante, concernente ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

É um requerimento do Senador Marcelo Crivella.

Convido a Srª Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); a Srª Julliene Cabral Salviano da Silva, Coordenadora Nacional do Movimento em Defesa do Fundo de Financiamento Estudantil; o Sr. Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e a Srª Maria Cristina Manella Cordeiro, Procuradora da República do MPF.

Vamos ter cadeiras ou fazemos duas? (*Pausa.*)

Podem sentar.

Convido Amábile Pacios, que é Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, e o Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, e os dois que o Senador Aziz sugeriu, um representante da UNE, outro representante da Confederação dos Trabalhadores.

Vamos pedir, portanto, como ficou muito ampla a Mesa, que os palestrantes concentrem a fala, o máximo possível, em poucos minutos para que possamos ter um debate não apenas dos Senadores com vocês, mas talvez até da própria audiência que aqui está.

Vamos dar dez minutos, senão não vamos conseguir que todos falem.

Eu vou seguir a ordem que usei na chamada, iniciando por Elizabeth Guedes.

Professora, está com a palavra.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Senador Cristovam Buarque...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, só um momentinho.

O representante do MEC veio? Ah, está aí.

Pronto, obrigado, querida.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Meu querido Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a gentileza e a honra de estar aqui, nesta Comissão, diante do senhor, uma pessoa de coração tão grande, tão democrata e que conhece tanto a educação. Eu acho que é uma responsabilidade grande para nós todos falarmos aqui.

Ricardo, Toninho, a nossa Procuradora Amábile, Senadores e Senadoras presentes e demais pessoas.

Eu já fui instada a falar bem rápido.

Quando estava preparando esta apresentação, fiquei pensando: como é que eu vou discutir o Fies numa Comissão de Ciência e Tecnologia diante de presença tão marcante na educação brasileira quanto o nosso Senador Cristovam, que, além do mais, é um homem de alma pura e de boas intenções?

Eu e Toninho temos nos encontrado muito no FNDE. Desde dezembro, somos sempre presentes em todas as audiências públicas. Estamos na Justiça, brigando em posições diferentes, mas de forma sempre muito amena. E eu sei que ele vai tocar as questões técnicas, como sei também que a Amábile vai abordar a questão política.

Eu preferi então, Senador, falar sobre coisas que seriam mais técnicas, porque acho que são os argumentos que devem nos fazer pensar num novo desenho para o Fies.

Primeiro vamos falar sobre as taxas de escolarização do Brasil, aquela linha preta. E vemos que a nossa taxa de penetração de ensino superior na população de 15 anos ou mais é muito baixa em relação aos outros países. O Brasil está muito atrás do Chile, do Peru, da Colômbia. Enfim, a gente está um pouquinho melhor do que o Paraguai. No ensino médio, dizemos que não é tão ruim, mas sabemos que existe essa coisa da aprovação automática e da inclusão obrigatória dos alunos. E a gente, então, tem uma taxa aparentemente melhor de alunos que estão com 15 ou mais no ensino médio, mas sabemos que no fim – e eu estou colocando isso porque a nota de corte vai impactar diretamente isso, a nova nota de corte que o MEC colocou para o Fies. Vamos ver que temos um enorme contingente de jovens, aqui olhe: são seis...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – *(Fora do microfone.)* Volte àquela...

A SRª ELIZABETH GUEDES – Volto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – *(Fora do microfone.)* Ali é o crescimento de 90 até 2005, é?

A SRª ELIZABETH GUEDES – É isso. Nós estamos em 2010 na verdade, que é o último dado que a gente tem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – *(Fora do microfone.)* Mas aí o crescimento...

A SRª ELIZABETH GUEDES – Foi um crescimento muito forte. Ele começou mais ou menos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – *(Fora do microfone.)* ...de 1950 até 1970, 20 anos sem crescer...

A SRª ELIZABETH GUEDES – É isso aí.

E mesmo na década de 80, olhem. Depois, na década de 80, que se considera a década perdida, está aqui. E aí nós começamos a retomar, com a estabilidade econômica, com os governos democráticos. Isso tudo veio junto. Não se tem muita educação com uma ditadura, porque, senão, o povo fica pensando demais, e não é essa a intenção.

Mas o que também é muito importante que vejamos é o seguinte: está aqui o contingente de 6,8 milhões de jovens que têm o ensino médio completo e não estão nem estudando, nem procurando emprego. Isso é o que chamamos de jovens nem-nem, porque eles nem procuram emprego nem estudam. E nós temos aqui, olha, quase sete milhões de jovens, que é um estoque considerável da nossa juventude, que está fora da escola e fora do mundo laboral. E aqui tem a distribuição por idade, que, depois, vocês podem ver com mais calma.

Vamos, então, ver o que aconteceu com as matrículas. Vou falar sobre isso rapidamente, para vermos o que aconteceu nos últimos anos – aqui é o total das novas matrículas; aqui são as públicas e aqui são as privadas. Isso aqui é o que precisaríamos fazer para chegarmos a atingir as metas que o PNE nos determina no ano de 2023. Então, já está dito que o desafio aqui é muito grande, e nós estamos considerando que tudo continuaria como está: com Fies, blá- blá, etc..

Bom, isso foi o que aconteceu de 2012 para 2013. Apesar do grande esforço que o Governo fez, apesar do enorme feito até pelo FNDE, do Toninho – do Toninho é modo de dizer; do MEC, não é Toninho? –, temos uma estabilidade no número de matrículas, quando sabemos que existem sete milhões de alunos fora da sala de aula.

Isso é o seguinte: com Fies e sem Fies. Eu estou colocando aqui a proporção de matriculados no ensino médio que entram para o ensino superior e, então, estou dizendo que 22% daqueles que se formam entram para o ensino superior, e o que aconteceria se eles não tivessem o Fies. Então, vocês veem que, notadamente, aqui, em 2013, sem o Fies, a nossa taxa de penetração seria uma tragédia. Essa é uma das razões pelas quais a gente até concorda com o MEC em que o Fies precisa de uma revisão.

Obviamente que não há recursos para fazer toda a inclusão da forma como o Brasil precisa, porque não temos orçamento. Mas o que temos debatido com o FNDE e com o MEC é também uma forma mais clara e mais justa socialmente de correção do programa. A forma como foi feita a correção em dezembro – e nós vamos ver depois – cria problemas por uma...

Está aqui: no ano passado, foram 557 mil novos contratos... Ah, gente, desculpe-me, sempre faço uma confusão com isso. Então, foram 557 mil novos contratos no ano passado. E aí, de repente – de repente! –, no final do ano, a gente descobre que há uma portaria dizendo: olha, não é mais daquele jeito, é de outro. E como é? Não sabemos.

Então, do dia 1º de janeiro para cá, o MEC tem feito – e eu não estou dizendo que fez brincando nem que fez de qualquer jeito, viu, Toninho? –, mas todo dia o MEC se defronta com situações novas, e tem que sentar, chama o Flávio, chama o Adriano, chama todo mundo, senta e vamos ver como é que a gente resolve esses percalços que a vida está criando para nós.

Quem é o aluno que pretende usar o Fies? Aqui, e acho que estando dentro do Senado, esta Casa que tem tradição democrática, que tem tradição de preocupação com o povo, diante de representantes dos seus Estados e, portanto, muito imbuídos do que acontece e cada um em sua base territorial, eu queria mostrar para os senhores isto: quem são os estudantes que pretendem utilizar o Fies? Então, toda vez que a gente falar que estou cortando no Fies, se eu não cortar o teto da renda, se eu não tirar a classe média que está financiando o curso de medicina enquanto viaja para o exterior e troca de carro, estamos fazendo injustiça social.

Então, está lá: 75% dos alunos que fazem o Enem alegam que querem, que pretendem fazer o Fies. Esses dados foram tirados do questionário socioeconômico. E a gente vê que 54,8% são pardos e negros; 82,3% têm renda familiar até R$1.866,00 – renda familiar significa somar tudo o que uma família ganha.

Então, eles são pardos, são negros; a família ganha até R$1.866; os pais deles, 80,8% só têm o ensino médio, o antigo segundo grau, ou seja, eles são os primeiros a estudar o ensino superior. Então, vamos de novo: pardos, negros, ganhando 1,6 mil, com pais com o segundo grau completo, e estudaram o ensino fundamental quase todo ou muito dele na escola pública, e a mesma coisa no ensino médio. Ora, o que estou dizendo desse aluno? Esse aluno é preto, é pardo, deve morar na periferia, estudou em uma rede de ensino de baixa qualidade, que são as redes...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETH GUEDES – Vou correr.

Prossigo: nós vamos botar uma nota de 450 para ele, e ele não vai conseguir entrar.

Aqui, Presidente – vou correr mais um pouco –, vou mostrar para o senhor o seguinte: aqui, a nota é 300; aqui, 350; aqui, 450. Peço desculpas; a cabeça da tabela não veio. Mas quero dizer para o senhor, Senador, que,

das famílias dos estudantes que têm nota de 450 pontos, 53% não têm renda e 46% ganham R$622, R$662. Então, estamos botando para fora da escola quem já estava fora da sociedade.

Isso fala sobre mobilidade social, mostrando como o Brasil perde apenas para o Chile no progresso social e salarial que o ensino superior traz. E isto é um exemplo real: um aluno que entra ganhando 1.720 vai a 3.073 quando se forma. Isso significa que também ele leva progresso para a família e recolhe impostos.

Este é o Fies – eu não vou me alongar –: isto é para mostrar que, em 2016, se nada fosse feito, o Fies, de todos os recursos da educação, o Fies representaria 5% de todo o orçamento da educação esse ano, o que não é uma coisa enorme; esta é a situação atual, o caos em que nossos alunos estão vivendo; e estas são as medidas.

Vou avançar para as conclusões. Se o Parlamento, o Congresso, Senado e Câmara, não se debruçar, de forma muito cuidadosa, sobre o que é esse programa de financiamento, nós vamos sair de uma situação em que todo mundo podia tudo – estivemos conversando isso com o Flávio e com o Toninho. Quer dizer, não pode uma escola ter 60% de contratos do Fies. Desculpa, mas o Fies não foi feito para financiar escola; o Fies é feito para financiar o aluno. Nós não podemos ter cursos de Medicina de gente que mora na Barra da Tijuca no Fies. O que é muito fácil! Isso é planejamento fiscal. Mas também não pode acontecer o que o MEC tem feito – que é o motivo das minhas diferenças com o Toninho e com o nosso secretário executivo –, fingir que não houve nada e que tudo é um problema das escolas.

Quando a Presidenta Dilma diz que o MEC, que o Governo errou colocando nas mãos da iniciativa privada o controle do Fies, eles não contaram para ela como o Fies funciona. Quem tem o controle do Fies é o FNDE. A gente chega lá, diz que quer tantas vagas; o aluno vai à Caixa Econômica Federal; o FNDE diz "o.k." e dá o dinheiro para ele.

Então, entrar de repente, botando a nota de corte, que é uma trava de demanda, e botando um limite de 6.14, quando só o tarifaço de energia já abriu os trabalhos em 30, é desconhecer a lei que rege o reajuste das mensalidades, é desconhecer as nossas planilhas e é acusar o MEC de não saber fiscalizar, nem ele e nem os Procons.

Quero agradecer, Presidente, esta oportunidade e pedir aos nossos Senadores e Deputados que olhem com carinho isso e não deixem que o Fies, porque errou de um lado, abandone essa parcela da população brasileira, que vai ficar fumando um cigarrinho, sem chance de estudar e sem chance de melhorar de vida.

Muito obrigada.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, professora.

Quero deixar aqui no ar uma pergunta, para quando chegar a vez das perguntas, mas para aproveitar o momento. Do ponto de vista social, a senhora demostrou, claramente, que é um bom programa, mas há uma coisa que me preocupa: quando diz que esses jovens saem de escolas públicas sem qualidade e que, se baixarmos as exigências, eles nem entrarão. Então, fica a pergunta: quer dizer que eles estão entrando despreparados para seguir um curso universitário?

A SRª ELIZABETH GUEDES – Sim.

Eu vou mostrar para o senhor que fazemos programas específicos porque eles entram, muitas vezes, sem saber ler.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estão entrando sem saber ler. Isso é importante.

A SRª ELIZABETH GUEDES – E ai o que é importante? Tudo é uma medida de incentivo: as escolas que recebem alunos abaixo de 450 deveriam ter nota de Enade mais alta dos que as que não recebem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fica aqui então esta constatação.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Não tem como abandonar esses jovens fora da escola.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem passo a palavra agora a Julliene.

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – Muito bom dia, Srs. Senadores e a todos os presentes, a todos da mesa. Eu quero parabenizar esta Comissão e o autor da proposta, o Senador Marcelo Crivella, pela iniciativa de pôr em pauta um assunto que vem infernizando a vida daqueles que necessitam do financiamento e também das instituições que fazem parte do programa e que fizeram o seu planejamento contando com ele.

É uma honra muito grande estar ao lado do Presidente desta Comissão, que dedica a sua vida, o seu tempo nesta Casa para a educação.

Eu sou Julliene Salviano, do Estado do Rio de Janeiro, coordeno o Movimento em Defesa do Fies como tantos outros jovens espalhados pelo nosso País.

Não pretendo aqui defender o óbvio ou repetir aquilo que já lhe é de conhecimento. Eu quero apenas ser porta-voz de mais de dois milhões de pessoas que estão por todo o País e dependem do Fies, que coloca-

ram nele, e colocam ainda, a sua esperança, o seu futuro e que não têm a oportunidade de estar em um espaço como este para se expressarem.

Eu talvez tenha que pular algumas coisas para não ultrapassar o tempo.

Em dezembro do ano passado, no apagar das luzes do ano de 2014, o Ministério da Educação lançou as Portarias nºs 22 e 23, que alteraram as regras do Fies. Eu ia citá-las, mas não vai dar tempo.

As instituições têm gastos por 12 meses. Todos os outros estudantes pagam por 12 meses. Logo, ao acho que é óbvio que eles precisam receber do Fies pelos 12 meses e não por 8. Essa regra dos 450 pontos do limite é gravíssima e muito polêmica.

O programa sofreu um corte orçamentário, e, segundo alguns especialistas, não possui recurso necessário para manter todos os 1,9 milhão que já faziam parte dele e ainda novos contratos.

Eu me pergunto: como pode a Pátria educadora cortar a verba da educação? Ela não deveria investir mais em educação e essa não deveria ser a prioridade do Governo? É claro que estão buscando limitar de alguma forma o acesso porque o Governo não tem dinheiro suficiente, o que é óbvio. Como todo orçamento, ele é limitado, já era limitado antes.

Então, por que só agora essa medida? Por que essa regra já não foi criada antes? E, principalmente, por que isso não foi amplamente avisado assim que foi tomada essa decisão? As pessoas se prepararam e elas contavam com o Fies para dar prosseguimento à vida. E o Governo brincou com a vida dessas pessoas. Há muita falta de transparência no Ministério e no Governo.

Agora vamos supor que o estudante tenha feito 449 pontos. Ele ficará impedido de estudar por um ponto? E os que tiraram menos e também estavam contando com o Fies? Qual é a saída que podem ter? Qual é a saída que o Ministério da Educação apresenta para essas pessoas? E se o estudante não conseguiu tirar os 450 de quem é a culpa? É do nosso próprio sistema, que não dá aos nossos jovens a devida oportunidade, uma oportunidade que seja igual para todos.

Eu estudei a minha vida inteira em colégio particular, porque os meus pais fizeram um sacrifício danado para me manter lá. E pude ver a diferença entre os meus amigos que estudavam em escola pública. Ainda consigo perceber essa diferença através do meu pai que leciona em escola pública. E é a algo extremamente assustador: são crianças e adolescentes que estão no ensino médio e que não sabem, por exemplo, as operações matemáticas básicas; são pessoas que se formam sem saber essas operações matemáticas. Sei isso porque meu pai dá aulas de matemática. É uma tragédia anunciada. Mas quem tem contato com eles sabem que eles possuem a total capacidade de aprender. Essa capacidade está sendo jogada fora pela falta de oportunidades.

É um conjunto de fatores que levam a esse resultado. Não é só a escola pública que tem problema; é claro, a privada também tem, mas as pessoas não costumam pagar por muito tempo por um serviço malfeito, a não ser que esse serviço seja do nosso próprio Governo.

Se eu pudesse, eu falaria até amanhã sobre isso, mas, enfim, o tempo é curto.

O prazo para os aditamentos foi prorrogado. Mas e os novos contratos? Eles não terão um novo prazo, um prazo prorrogado? Será que vai realmente terminar daqui a dois dias, no dia 30? Parece que o Ministério não se importa muito com essas pessoas que estão aderindo agora ao programa.

Eu faço aqui um pedido que essas pessoas me fizeram. Peço que prorroguem esse prazo e que também o sistema passe a funcionar direito, senão não adianta.

Agora, o limite que foi estabelecido de 6,41% dos reajustes até me parece ilegal, e parece que existe uma lei que não permite esse tipo de regulação por parte do Ministério. Mas é claro que deve haver uma forma de barrar os aumentos abusivos. Eu creio que a maioria desses aumentos não tenham sido abusivos, já que a nossa economia passa por um momento difícil e a taxa de energia elétrica, por exemplo, aumentou. Tudo aumentou. Portanto, os gastos das instituições também aumentaram. É claro que isso vai refletir nas mensalidades.

Só que essa medida trouxe grandes e graves transtornos para os estudantes. Mesmo aqueles que optaram por 100% passaram a receber boletos para pagarem a diferença do reajuste. Ora, se esse estudante precisa do Fies, ele não tem como pagar. Nos casos, por exemplo, de Medicina ou dos cursos que são mais caros, essa diferença é muito grande e é quase impossível para esses alunos pagarem.

Em janeiro, o sistema ficou fora do ar, o que apavorou os estudantes. Cada hora era uma justificativa e uma data diferente para o retorno do sistema. Aproximava-se o dia do início das aulas, os boletos para pagar as mensalidades começaram a chegar, e muitos acreditando e dando fé à palavra do Governo, pegaram empréstimos em banco. O sistema voltou, é verdade, e com ele vieram os erros, as mensagens que ficam na parte superior da página. Inicia-se o cadastro e o sistema trava. Inicia-se o cadastro e volta para a página inicial. E, finalmente, se consegue passar essa etapa. Ah! Aí aparece o erro M321: "O limite de financiamento para essa IES está esgotado". Esse foi só um exemplo.

São tantos os erros que aparecem, que eu até sugiro ao Ministério que faça um dicionário do erro, na página do sistema do Fies, para que pelo menos essas pessoas saibam do que tratam esses erros e todos esses números que aparecem na tela.

Eu recebia – e ainda recebo – diversos questionamentos do que fazer ou sobre o significado dessa ou daquela mensagem. As pessoas ficaram perdidas! Mas muitas vezes eu também não sabia o que responder ou o que fazer, porque sou apenas uma pessoa que tomou a iniciativa de juntar um grupo e buscar cobrar do Ministério , do Governo; de buscar o apoio e o posicionamento dos Parlamentares.

Parece-me que o Fies só existe porque não temos vagas suficientes ou minimamente aceitáveis nas universidades públicas. Isso já é um tipo de jeitinho brasileiro. E a nossa realidade está invertida, porque os filhos dos ricos, que podem pagar, estudam na universidade pública em maioria; e aqueles que não podem pagar vão para a universidade particular.

Eu mesma não preciso do Fies. Estudo numa universidade privada e fiz isso porque me importo com a vida das pessoas, porque sei da crise que isso pode gerar no ensino superior privado, e quem vai pagar essa conta são todos os estudantes e posteriormente toda a sociedade, com a falta de profissionais qualificados.

Essas medidas tomadas de forma irresponsável podem vir também a quebrar as instituições. E eu estudei na Universidade Gama Filho, que passou por uma grave crise e foi descredenciada pelo Ministério. Eu sei como é danoso para todo mundo uma crise numa universidade. Então, resolvi aceitar as palavras do ex-presidente norte-americano Kennedy: "Não pergunte o que o seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país".

Agora, quero relatar algumas histórias que eu vivi nesses últimos meses. Foram muitas, mas peguei só duas.

Jennifer Cruz, de Pelotas, no Rio Grande do Sul, trabalha de dia e estuda à noite. Finalmente arrumou tempo para realizar o sonho de cursar Direito. Ela passou dias e noites olhando para a tela de um computador – e tendo ajuda de amigos e familiares – tentando terminar o cadastro, mas, quando conseguia, chegava ao máximo até a terceira etapa. E, agora, que ela conseguiu progredir um pouco mais, aparece a mensagem: "limite de financiamento para essa IES esgotado". Quando foi à universidade, esta afirmou que o limite não foi esgotado...

(Soa a campainha.)

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – ... e o MEC diz que é do sistema e que nada pode fazer.

Então, por favor, eu gostaria que alguém me dissesse quem pode resolver isso, porque, se o sistema estivesse funcionando direito anteriormente, ela teria conseguido o financiamento e essa bendita mensagem não apareceria. Ela não pode pagar por um erro no sistema ou por um erro do Governo.

Eu vou tentar correr um pouco mais, já para terminar.

A mensagem que mais me emocionou até hoje foi a da Silvana. A filha dela quer fazer veterinária, curso cuja mensalidade que custa R$1.500,00, o que representa mais da metade do salário dela, da filha e do marido, somados. E ela me disse:

Eu estou sofrendo bastante. É o sonho da minha filha e eu não tenho como pagar. Ela fez um empréstimo para pagar a matrícula e agora não consegue o financiamento. E o que me dói é que ela não me pediu um carro zero, uma moto ou algo assim. Ela só me pediu para estudar, e isso eu não posso dar a ela e sofro muito por não poder ajudá-la.

Quantas mães como a Silvana, quantos pais terão que sofrer dessa maneira? Quantas histórias como essa nós teremos de ver acontecer no nosso País? Quantos ainda terão que implorar por uma coisa tão básica, tão elementar quanto estudar? A filha da Silvana fez 443 pontos no Enem e ela conseguiu, no último dia, contratar o Fies. Mas quantos outros não conseguiram?

E que Governo é este, que deveria administrar de maneira correta, manter a casa em ordem, que deveria garantir os direitos dos seus cidadãos, mas que vem torturando os que vivem aqui e matando aquilo que jamais deveria morrer, a esperança?

Então, quero pedir a todos os presentes que façam uma viagem ao passado e lembrem-se de como é ser jovem, de como é ter um grande sonho, ter uma ansiedade para que aquilo seja realizado e de colocar toda a sua fé e esperança naquilo. Agora, imaginem o desespero desses jovens, quando veem a esperança morrer, ou quando estão na situação de ficar em frente à tela de um computador sem saber o seu futuro, se vai estudar ou não vai.

Bom, até algumas universidades estão desistindo do Fies. E como ficam aqueles que lá já estudam e que dependem dele? O nosso País não pode dar as costas para essas pessoas.

Eu recebi alguns questionamentos aqui e vou procurar citar alguns.

Por exemplo, o da Leli Borges:

A minha filha está matriculada em Medicina. Não conseguimos a inscrição, embora estejamos tentando 24 horas por dia. O valor da mensalidade é de R$4.370,00, e a única forma de ela continuar é com o Fies. Se soubéssemos do corte, não teríamos matriculado a minha filha. Como é que divulgam as novas regras depois de milhares de alunos terem se matriculado? O Brasil precisa de mais médicos. A faculdade dela é excelente. Eu não quero nem questionar as novas regras, mas por que não implementam a partir do ano que vem, quando toda a população já estará ciente?

O Brasil precisa investir decentemente em educação. Os nossos direitos não vêm da generosidade do Estado, mas sim de uma árdua luta que outros, há tempos, travaram. E que nós não ousemos esquecer, hoje, de que somos herdeiros dos que vieram primeiro. Agora é o momento de tornar reais as promessas, é o momento de fazer a justiça, de mostrar ao povo que ela existe. Nós não estamos satisfeitos e não estaremos satisfeitos até que exista uma justiça verdadeira. O Governo tem problemas, é verdade, sejam eles de natureza financeira ou de outra natureza. Então que seja sincero, transparente e diga, admita isso ao povo brasileiro, e talvez possamos chegar a um ponto comum. Nunca se deve ter medo de negociar e de ser transparente.

Enfim, depois eu talvez continue.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado. Realmente, tocante a história da Silvana, por exemplo, que, em vez de um carro, quer estudar. E a gente tem que dar condições. Então, realmente é muito tocante.

Eu queria...

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – Eu me esforcei para não chorar aqui, porque eu chorei muito quando ela me disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De qualquer maneira, eu quero ver, além desse apoio, também o resultado. Você falou que a gente está brincando com esses jovens. E realmente está: faz, não faz, faz, não faz, oferece, toma.

Agora, com quantos por cento deles estamos brincando de dizer que eles vão ter um curso superior de qualidade? Nós estamos brincando com alguns, dando a entender que eles vão ter um diploma que lhes vai dar um bom emprego, e eles não vão conseguir?

Essa é uma pergunta que eu deixo aqui. São duas brincadeiras: o caos criado e também a brincadeira de dizer que é um diploma de valor.

E, aqui, eu queria fazer uma pergunta. Nós gastamos, no ano passado, R$13 bilhões, se não me engano, com o Fies. É mais do que a contribuição do Governo Federal para o Fundeb. Eu pergunto: ninguém pensou em a gente usar pelo menos uma parte desse dinheiro para dar um ano a mais do ensino médio como uma forma de preparatório para o ensino superior?

Fiz as contas aqui. Se dermos aquele 100/100, se dermos mil reais por mês a um jovem e gastarmos mais mil reais por mês de um curso de nível ainda médio, poderíamos contratar e formar 500 mil. Aí, eles entrariam na universidade depois de um preparatório que o Ensino Médio não lhes deu.

Se reduzirmos à metade, daria 250 mil assim, e 250 mil, que passariam com uma exigência maior do que a que temos hoje, gerando ainda emprego.

Bem; passo a palavra agora ao Antônio Corrêa Neto, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), representando aqui o MEC.

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Bom dia a todos e a todas.

Quero aqui cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, e, na pessoa do Sr. Presidente, os demais Senadores aqui presentes, o Senador Marcelo Crivella, autor do requerimento, e também os demais integrantes da mesa – Elizabeth Guedes, Julienne Cabral, Maria Cristina Manella e Ricardo Holz.

Queria também, nesta oportunidade, manifestar a satisfação de estar aqui participando desta reunião, para debater um assunto tão importante como o Fies, na qualidade de representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O FNDE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que tem como missão prestar assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios e executar ações para uma educação de qualidade a todos. Nesse contexto, executamos a política de financiamento estudantil.

O Fies é um fundo de natureza contábil, que tem por objetivo ofertar financiamento a estudante matriculado em curso não gratuito, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, e ofertado por instituições de ensino aderentes ao fundo.

Em 2010, com a edição da lei, o FNDE assumiu a condição de agente operador e administrador dos ativos e passivos do Fies. Assumiu essa condição sob a normatização e supervisão da Secretaria de Ensino Superior do

MEC, que é o órgão do Ministério responsável pela Política Nacional de Educação Superior, aqui representada pelo nosso colega Samuel Feliciano.

No período de 1999 a 2009, a Caixa Econômica exerceu esse papel tanto de agente operador, como de agente financeiro do fundo. Nesses dez anos de vigência do financiamento estudantil, o fundo teve um desempenho muito tímido. Foram apenas 564 mil estudantes beneficiados. Isso é um pouco mais de 56 mil financiamentos/ano.

Era um financiamento com histórico de juros altos. Eles chegavam a 9%. O período de carência, aquele em que estudante dispunha para se preparar e entrar no mercado de trabalho, era inexistente. Ele era, no máximo, de seis meses. O período de amortização dessa dívida também era muito curto, equivalente a uma vez e meia o período que estudante passava na condição de financiado.

Nesse contexto, o estudante era submetido a mensalidades escolares muito altas, que muitas vezes não tinha condições de pagar e era levado à condição de inadimplência. Quando ele chegava a essa situação, ele tinha as suas dívidas executadas judicialmente, e não eram poucos; eram muitos.

A partir de 2010, para reverter essa situação e alavancar o acesso do estudante à educação superior, o Ministério da Educação encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional, para alterar as regras do financiamento estudantil, alterar a política de financiamento estudantil.

Essas alterações foram no sentido de internalizar a gestão do fundo no Ministério da Educação, para que o MEC pudesse ter uma maior ingerência sobre a política de financiamento estudantil, que, até então, era editada pela Caixa Econômica, numa visão bancária. Enfim, foram feitas várias alterações no Fundo de Financiamento Estudantil. E vou citar aqui as mais importantes, que têm a ver com a operação em si, que está dentro da nossa alçada, nesse contexto da política. Por exemplo, os juros, que eram 9%, foram reduzidos em mais de 60%, chegando a 3,4%. O período de carência, ao qual me referi, aquele que o estudante tem para se colocar no mercado de trabalho, arrumar um emprego e ter condição de pagar o financiamento, triplicou, saindo de seis para dezoito meses. O período de amortização, que era de uma vez e meia, mais que duplicou. Passou para três vezes, ou seja, mais doze meses. Isso significa que um estudante, matriculado em um curso, com uma mensalidade de mil reais, durante quatro anos, depois de terminar esse curso, depois de um ano e meio de carência, tem mais treze anos para pagar esse financiamento. Então, se somarmos isso, são quase vinte anos. Isso chega a uma mensalidade de R$400,00, que é muito inferior – penso que próximo a 70% inferior – ao que o estudante pagava em 1999.

Além dessa questão de alterar as condições do financiamento, os senhores sabem que um dos maiores gargalos para o estudante acessar o financiamento estudantil é dispor de um fiador para garantir aquela operação de crédito. Isso justifica parte dessa execução tímida da política de financiamento estudantil em 1999, porque, como o estudante não tinha o fiador a apresentar, não conseguia acessar o programa.

O que aconteceu? Lá, em 2010, foi criado também o Fundo Garantidor de Crédito Educativo, constituído com recursos do Tesouro Nacional, com o objetivo de prestar garantia a essas operações de crédito para estudante de menor renda. Ou seja, esse fundo beneficia estudante com renda *per capita* familiar de até um e meio salário mínimo e estudante ProUni, o estudante bolsista parcial do ProUni e de licenciatura, no sentido de fomentar a política, para incentivar a formação de professores.

Para os senhores terem uma ideia da importância desse fundo no processo de democratização do acesso ao ensino superior, hoje, 62% dos financiamentos concedidos aos estudantes de menor renda vêm de garantia desse fundo. Então, por aí, tem-se uma ideia da importância dessa pequena alteração que houve na política de financiamento estudantil.

Outra mudança importante, que vale a pena aqui ressaltar, foi trazida pela lei, em 2010, no sentido de o estudante de medicina e o professor poder pagar o financiamento com o trabalho. Então, aquele professor e aquele médico que, após formado, passe atuar na rede pública de ensino ou na rede pública de saúde tem abatimento de 1% ao mês. Ou seja, em oito anos e quatro meses, tanto o médico quanto o professor conseguem quitar a sua dívida.

Qual a razão desse benefício? Primeiro, nós temos uma carência de professores na educação básica pública. Então, é uma indução de politica. Segundo, é para levar o médico ao interior, interiorizar o trabalho do médico, porque a gente sabe que os Municípios menores, os Municípios menos desenvolvidos têm uma dificuldade muito grande para reter esse tipo de profissional ali, naquela região. Por isso, hoje, temos aí o Programa Mais Médicos. Contudo, o Fies tem também esse papel de colocar o médico na população mais carente, na população mais pobre.

Nesse cenário de mudança no financiamento estudantil, saímos de 32 mil estudantes beneficiados em 2009, para logo, em 2010, dobrar esse quantitativo, Nós financiamos 76 mil estudantes em 2010. Em 2011, financiamos 157 mil; em 2012, 377 mil; em 2013, 559 mil; e chegamos a 2014 com 732 mil estudantes bene-

ficiados. Somando isso tudo, chegamos a 1,9 milhão de estudantes que ingressaram no ensino superior por intermédio da política de financiamento estudantil.

Contrariamente ao que dizem, ou seja, que são filhos de rico que estão no Fies, que são estudantes de medicina que estão viajando ao exterior, posso afirmar que não é verdade. Hoje, Senador, 97% dos estudantes financiados pelo Fies são das classes C, D e E, sendo que a grande maioria é das classes D e E. Ainda: 91% desses estudantes têm renda *per capita* familiar de até dois salários mínimos. Significa o quê? Se considerarmos lá o grupo familiar médio declarado no Fies, temos três membros por família. Se multiplico o salário mínimo vezes dois, vou ter 1.600; se multiplico 1.600 vezes três, vou ter 4.800. Esta é a renda do estudante beneficiado pelo Fies, ou seja, não são estudantes ricos, são estudantes pobres. E, assim, infelizmente, como a gente vê depoimentos, como a Julliene nos deu, de estudante que não conseguiu, temos muitos depoimentos de estudantes que conseguiram, que também nos leva às lágrimas.

Para um estudante de medicina, por exemplo, não existe a menor hipótese... Eu não teria condição de manter um filho numa universidade privada, numa faculdade privada, fazendo o curso de medicina. Então, hoje, o Fies realiza o sonho, principalmente... E costumo citar a medicina porque é um curso muito caro e não existe a menor hipótese de um estudante de baixa renda vir a ser médico se não for pelo ProUni, pelo Reuni, as universidades federais, ou pelo próprio Fies.

E outro dado importante, Senador: 82% dos estudantes financiados pelo Fies são egressos de escola pública – 82%! E de 42% a 43% estão na Região Nordeste. Então, a política está cumprindo, sim, o seu papel, ou seja, o de democratizar o acesso à educação superior.

Com esses contratos firmados até 2014, agora, em janeiro, abrimos os aditamentos a esses contratos. Fala-se em fila, fala-se em tumulto. O Ministério, desde o início, garantiu a todos os estudantes, garantiu a toda a sociedade que todos os contratos formalizados até 2014 seriam renovados, se atendidas as condições do Fies. O Ministro falou isto aqui, nesta Casa, falou na Câmara dos Deputados, eu disse isso na reunião que tivemos aqui, na sessão de 27 de março, na Comissão de Direitos Humanos. Foi por isso que se prorrogou até 29 de maio, porque devemos ter algo em torno de 300 mil estudantes que ainda não renovaram. E o que vai acontecer? Encerrando as inscrições para novos financiamentos em 30 de abril, com certeza, o sistema vai estar mais ágil, e os estudantes vão conseguir aditar os seus contratos.

Logicamente, que há estudante que não tem interesse; alguns suspendem o financiamento por uma contingência, por um problema de saúde; outros melhoram de condição e encerram esse financiamento, mas, hoje, devemos ter algo em torno de 300 mil aditamentos por fazer. Entre aditamento de suspensão, aditamento de renovação, aditamento de transferência e aditamento de dilatação – porque o fundo prevê uma dilatação lá ao final do financiamento –, chegamos a 1,4 milhão financiamentos.

Temos, sim, problemas de lentidão de sistema. O MEC não descuidou da evolução desse sistema. Tem sido um trabalho muito forte feito na melhoria da performance desse sistema. Agora, o que aconteceu, Senador? Houve, com essas mudanças, uma preocupação, uma ansiedade do estudante – acho que gerou até alguma insegurança – e todos correram ao sistema, para fazer o seu aditamento, ou para fazer o seu novo financiamento.

Para o senhor ter uma ideia, nesse mesmo período do ano, em 2014, tínhamos por volta de oito mil acessos simultâneos; agora, chegamos a quase 60 mil. Então, foi uma coisa inesperada. Por mais que o MEC tenha investido, por mais que o MEC tenha trabalhado na melhoria da performance desse sistema, infelizmente aconteceram transtornos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – ... dessa forma. Mas o MEC continua trabalhando constantemente na melhoria da performance desse sistema.

Com relação aos novos contratos. Infelizmente, este é um ano de ajuste fiscal. Governo central, sociedade, estudantes, Municípios e Estados terão que dar sua contribuição. Infelizmente, a gente sabe que os recursos, apesar dos investimentos que foram feitos pelo Governo Federal na educação, inclusive desde a época que o Senador esteve à frente do Ministério da Educação, que foram muito grandes, principalmente na educação básica, onde foram investidos muitos recursos, nós temos problemas ainda de acesso? Temos! Temos problemas de qualidade? Temos; mas são problemas que estão sendo encaminhados ao longo deste ano.

Costumo dizer: não dá para resolver 500 anos em cinco anos ou em 50 anos, é cultural essa questão no nosso País. E o nosso olhar está lá em 2023, quando, por exemplo, no ensino superior, teremos que chegar com 10 milhões de matrículas.

Então, o Fies não foi criado neste ano e não vai acabar neste ano. O Fies continua! Nós estamos passando por uma contingência. Enquanto não tínhamos uma limitação orçamentária, fornecemos financiamentos, concedemos financiamentos a todos esses estudantes de menor renda. Teremos que reduzir um pouco esse

ano; se vamos reduzir 100 mil, 200 mil, ou se, no próximo ano, daremos mais 300, 400 mil, não dá para avaliar o Fies apenas neste ano. Temos que verificar que já foram colocados 1,9 milhão de financiamentos em educação superior – não estou dizendo que isso é muito, o País precisa de muito mais –, se somados com as matrículas ativas no ProUni, são mais 600 mil. Aí temos 2,5 milhões de estudantes estudando pelo Fies ou pelo ProUni. Se considerarmos este ano, o ProUni ofertou 213 mil bolsas; por intermédio das universidades federais...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – ... foi algo em torno de 205 mil; e, com o Fies, estimamos que vá chegar, em 30 de abril, com 260 mil financiamentos. É suficiente? Não é, mas é uma quantidade significativa; é aquilo que está sendo possível fazer neste ano.

Queria aqui ratificar o compromisso do MEC com todos esses níveis de ensino. O Ministro sabe da importância que o FNDE tem nesse processo de execução das políticas. Quando foi Ministro, nós trabalhamos muito conjuntamente na execução dessas políticas.

Existe um Plano Nacional de Educação, que eu não costumo chamar de Plano, e sim de "pacto". Chamo de Pacto pela Educação, porque foi amplamente discutido com a sociedade, foi democraticamente discutido e tratado nesta Casa e na Câmara dos Deputados, e o nosso objetivo, o nosso olhar é para o PNE, é para atingir as metas que foram definidas conjuntamente pela sociedade, pelos segmentos organizados, representativos da classe estudantil.

Então, eu queria aqui agradecer a oportunidade e me colocar à disposição para alguma pergunta, algum esclarecimento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos.

Nessa ideia de colocar algumas perguntas no ar para depois, quero dizer o seguinte: se esta audiência fosse para discutir como melhorar o ensino médio, eu não conseguiria quatro pessoas. Como é o Fies, para entrar na universidade, a gente não consegue nem colocar todos na mesa.

É incrível esse fascínio que temos!

Enquanto o Enem era para avaliar o ensino médio, ninguém dava a mínima, Senador Raupp. Quando virou o vestibular para entrar na universidade, todo mundo se interessou. A gente não está discutindo aqui nem uma proposta que já empreendi, que é o Proesb, um ProUni para o ensino médio ou para a educação de base. Já que o Governo não oferece escola pública de qualidade, vamos investir para financiar em escolas particulares de qualidade.

Mas não queremos analisar de baixo, mas de cima. Por que, em vez de querermos baixar a nota mínima para entrar em uma Universidade, não criamos uma nota mínima para sair do ensino médio. uma espécie de *Baccalauréat*, como na França. Para você ter o diploma de ensino médio, você teria que passar com a nota mínima. Poderia ser o próprio Enem que determinaria isso. A gente não quer isso; o queremos é baixar. A gente quer acabar com a violência baixando a maioridade penal, e não aumentando a menoridade escolar, fazendo com que as crianças fiquem mais tempo na escola.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de colocar aqui o seguinte: esta é a Comissão de Ciência e Tecnologia, e não a Comissão de Assuntos Sociais. Então, do ponto de vista social, não há por que discutir o Fies – é uma maravilha! Mas quero saber o seguinte: vocês têm a avaliação da contribuição do Fies para que o Brasil dê um salto na ciência e na tecnologia? É a pergunta que eu deixo aqui. Há alguma avaliação, pelo menos indicativa – porque é muito novo para fazermos uma avaliação posterior do resultado –, mas pelos cursos onde estão esses jovens... Estão em que áreas? Estão na ciência? Pela qualidade dos cursos, dá sentir que vão sair dali grandes cientistas?

Eu gostaria de ter a contribuição do Fies na sua contribuição para a ciência e a tecnologia, já que esta Comissão é de ciência e tecnologia. Mas isso é para depois.

Agora, passo a palavra para a Drª Maria Cristina Manella Cordeiro, que é Procuradora da República.

A SRª MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO – Bom dia a todos.

Em nome do Senador Cristovam Buarque, eu cumprimento os demais componentes desta mesa e as demais autoridades presentes. Em nome do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Dr. Aurélio Rios, agradeço o convite para estar aqui hoje e, assim, tendo a oportunidade de debater com os senhores sobre os problemas que atingem o programa do Ministério de Educação de Financiamento Estudantil (Fies).

Eu sou Procuradora da República, atualmente lotada no Estado do Rio de Janeiro, onde exerço as minhas funções e atuo na defesa dos direitos à educação.

Falando sobre a deficiência da educação básica, um tema que também me preocupa bastante, em função disso, foi lançado, no mês de abril do ano passado, o projeto Ministério Público pela Educação, que nós

carinhosamente apelidados de MPEduc. Um projeto belíssimo, executado em parceria pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público de todos os Estados, fortalecendo assim o Ministério Público brasileiro. E sou a coordenadora nacional desse projeto, que foi elaborado justamente visando essa deficiência que o Brasil tem no ensino básico.

Hoje em dia ele já se encontra implementado em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, e esperamos que ele tenha vida longa e bons resultados.

Assim como Senador, engenheiro, economista, professor, sobretudo educador, Senador Cristovam Buarque, eu também sou uma apaixonada pelo tema educação e eu acredito piamente que só com a educação se atinge o desenvolvimento e a igualdade social.

A educação é o maior elemento de transformação de uma nação, sem dúvida nenhuma, e, para que isso seja alcançado, é preciso, sobretudo, que se invista. Nós só atingimos esse patamar com investimento em educação básica de qualidade. Nós queremos uma pátria educadora que nos preste um serviço de educação de qualidade e não apenas o acesso a esse serviço; um serviço que prepare o cidadão para que ele possa concorrer a um bom emprego, participar de concurso público e acessar a universidade, para que todos esses cidadãos possam ter essas oportunidades de forma igualitária – tudo que o Brasil de hoje não oferece.

Mas estamos na luta, todos nós, nutrindo esperanças de que esse quadro mude em breve, de que nossos governantes se conscientizem da importância suprema de se investir em educação. E não estou só falando apenas em termos monetários; estou falando porque existem inúmeras ações, inúmeros passos que podem ser dados independentemente da alocação de recursos monetários ou da alocação de muitos recursos, como, por exemplo, elaborar os planos de cargos e salários dos professores dos seus Municípios, acabar com as indicações políticas para ocupar o cargo de gestor escolar empoderando esses gestores, capacitando esses gestores e os gestores dos conselhos sociais para que eles possam bem desempenhar a função que lhes incube. E, pegando esse gancho para já entrar especificamente no assunto do dia, melhorando a eficácia dos programas educacionais.

Nós sabemos que o MEC e o FNDE desenvolvem vários programas visando a melhoria da educação, vários bons programas, que eu acredito que, se forem bem executados, tendem a trazer bons resultados para nossa Nação. Entretanto, é preciso que o Governo mantenha seus olhos, seus ouvidos bem abertos para ouvir a sociedade sobre as deficiências desses programas, que não são poucas. Além do FIES, posso citar aqui o programa Dinheiro Direto na Escola, que não é objeto do assunto aqui em discussão, mas que apresenta várias deficiências que o FNDE não me parece estar cuidando.

Não é possível, por exemplo, que o programa Minha Casa, Minha Vida não dialogue com outros programas; não é possível que o Governo não se preocupe, ao instalar centenas de unidades habitacionais em determinado Município, em exigir que se implementem, ao mesmo tempo, equipamentos públicos essenciais como escolas e postos de saúde para poder atender essa nova comunidade.

Esse programa tem surtido um impacto enorme nesses Municípios. Já fiz inúmeras reuniões com os vários Secretários de Educação, porque essas habitações são construídas sem que haja esse preparo, a implementação desses recursos públicos. As escolas incham e eles não têm onde colocar tantos alunos e, certamente, muito menos como atendê-los com a qualidade que deveriam.

É inadmissível que o MEC, por exemplo, restrinja as possibilidades de inscrição, renovação, enfim, de operacionalização do Fies a um sistema eletrônico que funcione precariamente, deixando milhares de estudantes a ver navios. É uma expressão de origem portuguesa que bem define, acredito, que bem sintetiza o sentimento de desilusão desses estudantes ao não verem suas expectativas atendidas.

E, diante disso, não é possível que, apesar das inúmeras notícias que a mídia vem divulgando há tempos sobre os problemas que os estudantes vêm enfrentando com o acesso ao sistema do Fies, o prazo só tenha sido prorrogado no final da semana passada. E, mesmo assim, sob muita pressão e, mesmo assim, só para as renovações do financiamento. Sem falar, por óbvio, na necessidade de dar resposta clara à sociedade, explicando os motivos dessas dificuldades e quais as providências que pretende adotar, daqui para frente, para que isso não aconteça mais.

Além dessas dificuldades de acesso, existem outros inúmeros problemas – alguns problemas, vamos dizer. Essas novas regras trazidas pelas Portarias nºs 21, 22 e 23, de 2014, notadamente no que dizem respeito à média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem – antes zero e, agora, igual ou superior a 450 pontos – e a nota da redação do Enem diferente de zero; regras instituídas em dezembro de 2014, que passaram a valer a partir de fevereiro de 2015, que, no meu entendimento, ferem frontalmente um dos princípios constitucionais que gerem a atividade administrativa, o princípio da publicidade do ato administrativo, que impõe ao administrador o dever de dar ampla divulgação dos seus atos.

Ora, a observância a esse princípio não se restringe à mera publicação do ato no *Diário Oficial*. O ato administrativo, para ser válido, precisa ter eficácia. E, para ser eficaz, precisa ter legitimidade. E isso só se alcança com o efetivo conhecimento por todos do seu conteúdo. É preciso haver transparência, a transparência que tanto o Governo prega, inclusive para garantir – e principalmente para garantir – o controle do Estado pela sociedade civil.

Esse reduzido espaço de tempo ocorrido entre a publicação dessas portarias, no final do mês de dezembro do ano passado, e a efetiva implementação desses atos, em fevereiro de 2015, seguramente retira desses atos a sua legitimidade, inclusive considerando que era um período de recesso escolar.

Isso tudo, sem contar ainda...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO – ... a questão da limitação do aumento das mensalidades das instituições de ensino ao IPCA, atualmente em 6,41%, que sequer se encontra amparado por qualquer ato normativo e que está afetando barbaramente a possibilidade de renovação desses contratos de financiamento.

Notem que nós não estamos discutindo aqui as nuances políticas, econômicas, pedagógicas desses fatores, tampouco o abuso praticado por algumas instituições que elevaram, sim, suas mensalidades a patamares inaceitáveis. Nós estamos aqui numa fase anterior, discutindo a validade desses atos.

Bem, para encerrar, a título de informação, desde que a inscrição do Fies foi aberta, o Ministério Público Federal, nas diversas regiões do País, recebeu mais de 200 representações sobre esse tema, tendo expedido várias recomendações e ajuizado algumas ações civis públicas, a maioria com o objetivo de prorrogar os prazos para as inscrições e renovações dos contratos do Fies. Isso, certamente, quer dizer alguma coisa.

O programa é muito bem-vindo no cenário educacional do País. Apresenta, porém, deficiências que precisam ser sanadas a fim de que ele continue se justificando e atingindo os resultados propostos.

Espero que consigamos, hoje, alcançar aqui os objetivos desta audiência pública, que, em muito boa hora, foi convocada por esta Casa, inclusive se considerando que hoje se comemora o Dia Internacional da Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu vou deixar também uma pergunta aqui. O Ministério Público tem dado um grande exemplo na luta contra a corrupção dos políticos e dos governantes que roubam dinheiro. Quando é que a gente vai conseguir botar na cadeia um político que rouba o futuro dos jovens? Não sei como é que vocês resolvem isso do ponto de vista legal; ou é impossível?

Isso para depois, mas que fique anotado.

Quando a gente vai ter uma lei de responsabilidade educacional para que os prefeitos que roubam o futuro de jovens e de crianças possam pagar também por esse crime da corrupção nas prioridades, diferentemente da corrupção no comportamento?

Professora Amábile Pacios, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares.

A SRª AMÁBILE PACIOS – Bom dia a cada um de vocês.

Bom dia, Senador, obrigada pela oportunidade.

Senador Crivella, muito obrigada pelo convite e pela lembrança do nome da Federação.

A Federação representa 23 Estados do nosso País, e na forma sindical. Nós não somos associação, nós somos sindicatos, e na nossa base a gente tem desde a creche até a pós-graduação. Portanto, a gente fala com legitimidade.

Senador, eu quero cumprimentá-lo pelo texto que eu recebi hoje. Eu li, eu cheguei mais cedo e eu li. Parabéns, eu gostaria de contribuir. Eu sei que foi um trabalho solitário, o senhor até coloca isso aqui no início e pede sugestões, depois, à Fenep e a mim, particularmente.

Eu tinha, aqui, um discurso, mas eu vou pinçar algumas coisas que foram faladas, para ver se eu ajudo o senhor a formar um juízo de valor com relação a todo esse descaminho do Fies.

O senhor bem me conhece, trabalhamos aqui, juntos, nesta cidade, pela educação já há alguns bons anos e o senhor sabe da minha seriedade. O senhor sabe que eu jamais iria, aqui, defender pessoas que não estão defendendo qualidade ou pessoas que estão usando uma maneira escusa de ganhar dinheiro, sobretudo na educação. Jamais os defenderia aqui. O senhor sabe da minha seriedade.

Porém, contando um pouco para você, Maria Cristina, esse nosso histórico com o Fies, no dia 9 de dezembro, nós tivemos uma audiência com o então Ministro Henrique Paim e eu disse a ele: "Ministro, vai haver mudanças no Fies?" Ele disse: "De forma nenhuma. Isso é um ganho social. A Presidente prometeu, na campanha, então não mexeremos no Fies."

No dia 26 de dezembro, recebemos um *e-mail* do MEC: "O gato subiu no telhado." No dia 29, a gente soube da notícia.

Não tínhamos como preparar o sistema, porque as regras foram mudadas exatamente nas férias escolares. Não tínhamos como nos comunicar com os gestores, porque estavam todos de férias, então, nós começamos buscando algum entendimento, que na época não conseguimos. Nós não buscamos o FNDE, porque o FNDE é executor, ele não é responsável pela política pública. Então, nós entendíamos que tínhamos que falar com o MEC.

A partir dali, o que aconteceu, Senador, foi uma desorganização nas nossas instituições – nas que são sérias, nas que não são sérias, nas pequenas, nas grandes, nas que estão no interior, nos grandes centros urbanos –, exatamente no momento em que nós estávamos, como liderança, puxando a discussão com relação à qualidade.

Então, essa confusão do Fies desorganizou por completo o nosso caminhar e nós já estamos comunicando à sociedade que nós vamos sair do Fies, nós vamos reduzir ao mínimo o número de bolsas dentro das nossas instituições destinadas ao Fies. Já estamos comunicando aos alunos, alguns grandes centros já estão reduzindo a partir de agora e estamos buscando, no mercado, outras formas de ajudar o estudante a estudar.

Dez por cento do repasse do Fies às nossas instituições vão para esse fundo de que o Toninho falou. Essa é a maneira que a gente tem de ajudar a garantir os estudantes que não têm como ter fiador.

Então, nós já dispomos de 10% desse valor. Então, nós vamos, agora, reverter isso ao estudante. Então, nós estamos com parcerias grandes do setor financeiro, criando fundos próprios, para que a gente possa garantir a pelo menos 7 milhões de brasileiros, que nós sabemos que estão fora do nosso sistema e que, como a Beth bem falou, são pessoas que querem estudar, mas não têm como estudar.

Então, nós já estamos comunicando isso e vamos reduzir ao mínimo a nossa participação.

Lamentamos. Nós vamos ajudar as metas do PNE de uma outra forma, porque quando nós fomos chamados a participar do Fies, nós fomos chamados exatamente com isso: para ajudar o País a incrementar as matrículas e a capacitar os brasileiros que precisavam ser capacitados para o desenvolvimento que a gente esperava acontecer.

Então, nós vamos, Senador, de fato reduzir.

Agora eu quero colocar o dedo... Todo mundo falou muito bem, não vou repetir para vocês exatamente, eu endosso todo mundo até aqui, mas vou colocar o dedo na ferida com relação ao reajuste, o quanto nós fomos surpreendidos pelo fato de os alunos serem punidos por questão de reajuste.

Então, quero explicar para vocês como é que se passa o reajuste dentro do nosso setor econômico. Ele não é aleatório; ele tem lei. Ele não acontece de acordo com a cabeça do gestor; o gestor é obrigado a seguir a lei. Se ele não segue a lei, eu não vou defendê-lo, mas nós temos lei. O que a lei nos diz? Dois blocos de reajuste podem acontecer uma vez ao ano, independentemente da situação financeira. O primeiro, o reajuste devido ao aumento de custos com impostos, tarifas, etc.; e o segundo, de investimentos. Fora isso, não há possibilidade de reajuste. Só há esses dois grandes volumes.

Nós temos planilhas de custo para formar nosso preço, e os órgãos de defesa do consumidor podem pedir essas planilhas a hora que quiserem – e pedem. E sabe o que acontece em 99% dos casos? São arquivados os processos, porque os reajustes acontecem dentro da realidade de cada instituição. A escola particular, que tem a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender, tem diferentes propostas pedagógicas, e estão inseridas em diferentes localidades do Brasil. Portanto, não é possível imaginarmos que um mesmo índice de reajuste seja válido para quem está no interior e para está num grande centro urbano; para quem paga R$30,00 a hora e para quem paga R$230,00 a hora. Então, sobre o índice de reajuste nós, como liderança, não conversamos nem com o gestor, porque tem lei, e para quem não obedece a lei tem punição.

Esse valor que estamos praticando este ano, Senador, foi pensado e divulgado em outubro do ano passado, porque, também por força de lei, temos que fazer a planilha e a divulgação dos nossos preços com 45 dias de antecedência do início do ano letivo. Então, nós publicamos os nossos valores em outubro. Não tem como imaginar que vamos, neste momento, querer retroagir, até porque não podemos. A partir do momento em que você declara o seu valor, ele é válido por um ano, enquanto estiver vigendo o contrato. Você não pode modificar. Se você perder aluno – e você fez a distribuição do seu custo por x número de alunos que você tinha no momento –, se essa distribuição custo/aluno for reduzida, você terá que arcar com a diferença.

Então, não podemos modificar nossos preços por um ano. Eles foram pensados e notificados para a sociedade em outubro do ano passado. Como é que se vai mexer em preço agora? E como você vai punir o aluno por isso? Como você vai transformar isso num mecanismo de punição às instituições e de punição aos alunos? Isso apareceu depois de 15 de março. Até 15 de março não havia essa trava; ela foi anunciada a partir daquela data, quando houve o protesto de dois milhões de estudantes, que estavam nas ruas reclamando do Fies. Então, resolveram colocar em choque quem? A instituição de ensino com seu aluno – onde não pode haver isso,

porque é lá que estamos educando os meninos, olho no olho, Senador! É olho no olho; é ali que tratamos com as crianças. Não podemos ter choque com eles. E eles foram persuadidos a entender, a imaginar que estavam sendo punidos, que não iam mais participar do Fies porque nós tínhamos feito um reajuste abusivo.

Digo a vocês que qualquer um que declare que uma instituição fez um ajuste abusivo tem que provar. É assim que a Federação agora está fazendo: vai provar na Justiça que foi abusivo. Vai ter que provar, porque estou dizendo ao senhor, Senador: 90% dos casos são arquivados. Agora, aquele que fez reajuste abusivo eu não vou defender. Para ele existe o Procon; então, não vou defendê-lo. Entende? Não se pode declarar de forma leviana que o aumento foi abusivo e que por causa disso quem vai pagar é o estudante. Isso não serve, isso não pode ser.

E também há outra coisa: nós tivemos uma proposta de ter dois preços – uma proposta do FNDE –, um para aluno do Fies outro para aluno normal. Nós também não podemos fazer isso, porque o Procon...

(Soa a campainha.)

A SRª AMÁBILE PACIOS – ... diz que quem recebe o mesmo serviço tem que pagar o mesmo preço. Como vamos ter alunos ali, recebendo o mesmo serviço?

E, por fim, Senador, quero dizer o seguinte: concordo com o senhor. A elite brasileira, seja ela de liderança sindical, de liderança política ou empresarial, tem que ter filho na escola pública. Tem que pedir demissão dos nossos quadros e colocar os filhos na escola pública. Nós não temos qualidade? Não temos? Por que nós estamos educando as crianças? Por que nós estamos educando as crianças dos Senadores, dos Deputados? Por quê?

Então, eu concordo com o Senhor. Então, retirem os filhos, peçam transferência e demissão. Porque, se você bebe da nossa fonte, se você está lá conosco, você tem a obrigação de nos defender. Não no errado, mas no que é certo e justo.

Só para terminar, eu acho que aqueles alunos que fizeram vestibular, em novembro do ano passado, Drª Maria Cristina, dentro das regras novas do Fies, eles têm que ser atendidos.

Diferentemente do que agora o MEC está propondo: apenas prorrogar para os contratos antigos, o que, diga-se de passagem, foi o setor quem conseguiu isso na Justiça. Foi na Justiça que foi dado aos meninos – a 1,9 milhão estudantes – o direito de ter renovado o seu contrato.

E nós estamos buscando na Justiça o direito dos 475 mil contratos, que a gente imagina que tenham ocorrido em janeiro, dos quais, apenas 210 mil até agora foram aditados.

Nós vamos buscar o direito desses 200 mil que estão fora, porque nós acreditamos que eles fizeram vestibular numa época em que a regra era conhecida, em novembro de 2014, quando não havia 450 pontos, não havia trava de reajuste, não havia concomitância do ProUni e do Fies e não havia as outras coisas que aconteceram.

Senador, nós tivemos um período, de janeiro até aqui, em que as regras do Fies eram ditas na televisão, de boca, ninguém escrevia, Senador. E quando os alunos iam fazer a inscrição, eles entravam e a gente observava, pelos meninos, que aquela regra que foi dita, e não foi escrita, estava valendo, Senador. Foi uma desorganização violenta.

O setor precisa caminhar – eu estou falando o setor do ensino particular superior brasileiro – na direção da qualidade para, assim como o Senhor disse, nós darmos o diploma e o diploma valha.

Nós temos que receber alunos bons. A gente pega os meninos da escola pública e passamos quase um ano ensinando-os a ler, escrever e fazer conta, porque são alunos de escolar pública. Nós os pegamos e os ensinamos. E queremos dar a ele o orgulho que ele buscou, quando fez vestibular, de ter um diploma de ensino superior que é válido no nosso País. Nós queremos caminhar nesse sentido.

Precisamos de ajuda, de muita ajuda. Não vou dizer para o Senhor que não; precisamos, até para caminhar na direção da qualidade. Até precisamos pedir ao MEC que nos deixe trabalhar, porque a gente, como liderança, tem que acudir tantos desmandos que a gente não consegue trabalhar nessa direção.

Obrigada e me desculpe se eu me estendi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, professora.

Eu vou passar a palavra ao Ricardo Holz. Depois, embora tenhamos mais três inscritos aqui, mas eu vou passar para os Senadores, porque eles têm outras atividades, outras comissões. Depois, eu volto para vocês três.

Antes disso, apenas uma palavra que eu gostaria de deixar aqui também no ar. No que se refere, por exemplo, a Direito. A proporção dos alunos do Fies que passam no exame da Ordem é a mesma do conjunto de todos os alunos? Isso é uma maneira de se ter uma ideia se o mau desempenho no ensino médio, com uma baixa nota mínima, repercute na formação deles depois.

Bem; o Ricardo Holz é Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar, na pessoa do Senador Cristovam, todos os membros da Mesa, e, na pessoa do Senador Crivella, autor do requerimento, todos os Senadores presentes; cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que acompanham pela internet.

Primeiro, Senador, é importante ressaltar que, quando o Senhor fizer uma audiência para discutir ensino básico, pode me convidar, que eu estou na cabeceira da fila para participar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. RICARDO HOLZ – Só a educação pode, de fato, transformar este País. Uma das coisas que eu acho que vale a pena a gente discutir aqui, e até mensurar... Os meus colegas já falaram, tecnicamente, sobre diversos pontos, com os quais eu concordo bastante, mas, até por uma questão de entendimento, eu quero dar um ponto de vista do lado dos estudantes, pelo qual a gente é abordado todos os dias nas universidades, em todos os cantos do País, onde nós estamos presentes discutindo os diversos problemas da educação e, neste momento, o do Fies.

Ao longo dos últimos anos, como foi mostrado aqui pelo slide da Elizabeth, houve um crescimento significativo das matrículas do Fies. E por quê? Porque houve uma divulgação, houve um apelo muito forte, acho que a Amábile sintetizou muito bem aqui, ou seja, houve um pedido, houve um chamamento verbal do Ministério da Educação para as instituições e de ambos para os alunos. Eram propagandas do MEC em rádio e TV – inclusive, há poucos dias, eu vi passar na televisão –, no meio dessa balburdia e desse problema todo, chamando para o Fies... Está passando na TV ainda.

Então, os alunos foram, ao longo dos anos, convidados a ter acesso ao ensino superior. Óbvio, aqui todos sabem bem o que está acontecendo, não são os alunos de classe média alta que passam nas universidades públicas, não é esse público que está procurando o Fies. É óbvio que tem alguma coisa para se corrigir, sim, porque existem alunos, sim, de carro importado, fazendo curso de medicina pelo Fies, 100%. Vários, mas é óbvio que isso não é a maioria. É óbvio que a maioria dos alunos do Fies são os alunos de baixa renda. A Elizabeth colocou aqui um eslaide que também define isso. Acho que o FNDE também, na pessoa do Sr. Antônio, mostrou. O Fies é um ótimo programa que precisaria... Há tempos, no meio educacional, discute-se a necessidade de mudanças neste programa.

Bom, os alunos foram convidados a vir, 2012, 2013, 2014, que foi um ano eleitoral e entrou nos discursos eleitorais. "Vem que tem, vem que dá, o Brasil quer colocar o aluno no ensino superior, o Brasil quer qualificar a mão de obra sim. Venham!". E os alunos vieram. Os estudantes vieram, os estudantes acreditaram neste contrato verbal, vamos assim dizer, nesse chamamento, e foram.

Eu tenho um caso, por exemplo, que eu posso exemplificar aqui – porque essa menina me procura quase que diariamente, ela e a mãe –, de uma aluna que passou no processo seletivo. Ela fez três anos de cursinho, passou no processo seletivo de medicina, ela é do interior de Minas Gerais, de uma origem extremamente humilde, e depois de três anos de cursinho passou no processo seletivo de medicina em São Paulo. O pai faleceu, deixou para ela um automóvel usado como bem. Ela vendeu o automóvel e pagou a matrícula em novembro de 2014. E veio para São Paulo. Por quê? Porque tinha o Fies, porque ela acreditava no Fies. Chama-se Laila Marques essa aluna de medicina em São Paulo. E ela foi para São Paulo. O Fies só foi aberto no dia 23 de fevereiro para os novos contratos. Ela estava na lista dos alunos ali pedindo. E, desde o dia 23 de fevereiro, ela tem os *prints* de todas as telas, ela trouxe esses *prints* para a gente, de todos os dias que ela pedia e aparecia alguma mensagem de erro e, até ontem à noite, essa menina não havia conseguido o Fies, quando embarquei para cá.

Então, não é que ela só não conseguiu o Fies, os boletos de R$6,1 mil, da mensalidade de uma faculdade de medicina, estão chegando para ela. Ela pagou a matrícula, em novembro, contando que conseguiria o Fies – até então o Fies estava saindo para todo mundo, era este o chamamento: vem que dá, vem que tem, estudantes, nós vamos incluir vocês. Por todos os lados, o MEC fazia isso e acredito que está fazendo até há pouco tempo, porque eu vi uma propaganda na TV, não sei se foi um equívoco, não sei o que aconteceu, mas está lá chamando para o Fies. Agora, duas ou três semanas atrás.

A aluna do interior de Minas Gerais foi para São Paulo. Não conhece São Paulo, largou tudo, veio com a mãe. A mãe está com câncer, há pouco tempo teve que fazer uma operação e retirar uma das mamas.

Será que é possível materializar o sofrimento dessa família?

E essa aluna está com boletos de R$6,1 mil chegando, 15 de janeiro, 15 de fevereiro, 15 de março e 15 de abril. Ela não tem mais condições emocionais nem de falar com a gente, Senador, para pedir o apoio, uma ajuda, ela não consegue mais. Ela fala com a gente, está desesperada, só chora, enfim, e dá para ter minimamente o entendimento...

Aí é a sintetização, Senador, de um caso que está próximo. Ela não é próxima a mim, não é familiar, nada meu. Ela me procurou porque estamos nas redes sociais defendendo os alunos e ela nos achou pelas redes sociais e pediu que interviesse de alguma maneira porque ela não tem o que fazer.

Isso é um caso entre milhares e milhares de casos. Basta a gente observar os dados que foram apresentados aqui. Estima-se que, pelo que a Elizabeth apresentou e imagino que o FNDE deve concordar com isso, no ano passado deve ter havido cerca de 550 mil novos contratos do Fies. Se, até agora, foram feitos em torno de 200, 230 mil novos contratos, não estamos falando de 1,9 milhão dos aditamentos.

Porque entendo o seguinte: se o aluno já está no meio do processo, é óbvio que o MEC não vai cancelar esse 1,9 milhão de contratos. Acho que seria uma briga jurídica sem tamanho dizer ao aluno que já tem o Fies que agora não tem mais, que o problema é dele. Acho que não vai acontecer. Por isso, eles estão garantindo, desde sempre, que vão aditar, porém e os novos contratos?

No final do ano passado, a portaria saiu, como foi dito pela Procuradora, em 29 de dezembro. Senhores, por favor, a gente não está tratando a educação no Brasil como política de Estado, e esse é um grande problema. A gente está tratando a educação no Brasil – quando digo "a gente", estou dizendo o Governo – como política de Governo: somos nós contra eles. A coisa é feita de forma escondida.

Quem participou – gostaria de saber – da formulação dessa política? Quem ajudou a discutir o corte dos 450? Em que base se chegou a 450 pontos?

E, vejam bem, não quero nem entrar no mérito de dizer se é certo ou errado, se deve ou não haver, não é isso. Quero saber de onde se tirou isso, qual é a lógica, qual é o objetivo de limitar a 450 pontos.

Qual o raciocínio a que chega uma gestão pública, no momento em que percebe que, ao longo do ano de 2014... porque o Enem que houve foi em outubro, em novembro do ano passado. Só vai haver outro quando? Em outubro do ano que vem, deste ano, desculpem-me. Houve em outubro de 2014, e vai haver agora, se tudo correr bem, se nada mudar, em outubro de 2015, em outubro e novembro de 2015 o novo Enem.

O aluno que fez em 2014, Senador, e que não atingiu 450 não vai poder ter acesso a nada, na verdade. Esse aluno que não atinge 450 pontos no Fies é de classe média alta, pessoal? Vamos pensar só um pouquinho. É um aluno que saiu das melhores escolas do Brasil? É lógico que não. É óbvio que não. Então, estamos cerceando o direito de quem?

Outra questão que nos preocupa é o que vai acontecer com alunos como a Laila Marques, que já pagou a matrícula na faculdade, na universidade, no centro universitário, acreditando no Fies. Ela largou algo pessoal e pagou a matrícula dela, acreditando que poderia ter acesso à melhoria na qualidade de vida através do ensino superior, porque é isso que é vendido, sim, e não conseguiu o Fies até ontem à noite, quando falei com ela.

O prazo para os novos contratos acaba no dia 30, depois de amanhã. E rogo ao Ministério da Educação, em nome dos milhares de estudantes que não estão conseguindo os novos contratos, em especial esses estudantes que já pagaram a matrícula e que não têm condição de continuar estudando. O que vai acontecer, Ministério da Educação, com esses estudantes que pagaram a matrícula e que estão frequentando as aulas?

Óbvio que, no começo deste ano, como foi dito aqui, de alguma maneira... Muitos estudantes nos procuraram com este questionamento, dizendo que procuraram o Ministério da Educação, que falou que era um problema das universidades a questão do aumento das mensalidades, a questão dos erros que aparecem, dessa mensagem que aparece dizendo que a quota da universidade já se foi. E colocou ou tentou colocar os alunos contra as universidades.

Virou uma bagunça, virou uma zona de guerra, porque o aluno, a ponta mais fraca, não teve acesso à informação. Os alunos não foram chamados à discussão dessa política, Senador, em dezembro, para que lhes fosse dito: "Pessoal, estamos sem grana". É fato que o País está passando por dificuldade e que o Ministério da Educação precisa cortar verba. O Fies é uma possibilidade.

Se tivesse sido discutido em dezembro, talvez tivéssemos feito um consenso. Não estamos aqui discutindo nenhum tipo bandeira partidária, não, gente, estamos discutindo educação. E, sim, é um fato: a educação básica é um grande problema, por isso os alunos chegam ao ensino superior semianalfabetos, sem saber ler, sem saber interpretar um texto, sem saber fazer operações matemáticas. Sim. Mas o cara acredita que, com o ensino superior, vai melhorar a qualidade de vida dele, vai ter ganho.

E posso dizer aos senhores, como aluno oriundo de escola pública e aluno oriundo de universidade particular: há, sim, agrega-se, sim, ganho no ensino superior. Sabem por quê? Porque os primeiros seis meses a um ano que o cara tem é para nivelamento, é o ensino médio que ele não deveria ter, Senador, que deveria ter tido lá na escola pública. Mas ele tem na universidade o ensino médio, um tapa do ensino médio, porque, se o aluno não sabe ler, nem escrever não vai acompanhar o curso. Se não acompanhar minimamente o curso, o que vai fazer? Vai evadir. Então, as universidades se viram obrigadas a dar esse nivelamento para o aluno e fazem essa contribuição.

Então, é óbvio que o nosso problema é no ensino básico, Senador. Precisamos voltar toda a força e todos os olhos que a sociedade tiver para melhorar e para mudar o ensino básico.

Para concluir, eu gostaria apenas de dizer que, há poucos minutos, falou-se aqui, antes de começar a audiência, sobre a questão da discussão do projeto de semicondutores. E o que se repetiu aqui pelos Srs. Senadores foi que o problema é a falta de mão de obra. O problema são os recursos humanos, que nós não temos. Não sei se foi a fala do Senador Omar, mas de onde vamos tirar mil engenheiros elétricos? Continuo com a pergunta. Não vai ser cortando o Fies que vamos conseguir esses engenheiros elétricos. Não vai ser limitando o pobre de ter acesso à universidade – e esses 450 pontos se traduzem nisso – que vamos ter mil engenheiros nas universidades.

Acho que o senhor, Senador, fez algumas perguntas muito pertinentes aqui, sim. Há necessidade de se corrigir o programa, sim. Há muitas coisas erradas no programa e aí é onde talvez o MEC e o FNDE tivessem que voltar, ou até jogar limpo com a sociedade: "Não temos dinheiro, vamos fazer uma redução no número de novas matrículas". Chama as universidades, chama os estudantes, precisamos fazer isso com o menor impacto social possível. Como é que vamos fazer isso? Estamos discutindo aqui o País, não estamos discutindo o governo ou a bandeira do partido A ou do partido B. Estamos discutindo o País.

Óbvio que seria um prazer sentar à mesa de negociação e falar: vamos fazer assim, vamos divulgar, vamos correr. Coloco-me à disposição. A publicidade desses atos precisa ser feita para que os alunos não corram desesperadamente, porque foi isso que foi dito inclusive aqui. Quando liberou o Fies, os alunos já estavam desesperados porque o disse me disse, a rádio peão, a internet, que agora chega para qualquer um, divulgaram isso. Houve cortes, a mídia divulgou isso, vai haver restrições. Como quem diz corre que quem chegar primeiro leva. E foi exatamente o que aconteceu. Os que chegaram primeiro e conseguiram contratar o Fies pela internet, pelo SisFies estão com ele garantido. E os que não conseguiram, mesmo tentando do primeiro dia? Essa é a minha pergunta ao Ministério da Educação e gostaria de ter essa resposta antes do dia 30. O que vai acontecer com quem pagou as mensalidades, está sentando no banco da universidade agora sem conseguir estudar porque está chorando, imaginando que seu futuro foi perdido.

Vai haver Fies no segundo semestre, Ministério da Educação? Não vai haver? É uma resposta que eu gostaria de ter, que os estudantes brasileiros gostariam de ouvir, até para diminuir ou não as expectativas para o segundo semestre.

Enfim, agradeço muito ao Senado por ter trazido essa discussão novamente, Senador Crivella, pelo requerimento do Senador Cristovam, que é uma sumidade no tema educação, sabe muito bem do que está acontecendo aqui no País.

Agradeço a oportunidade de participar desta audiência e dar a nossa singela contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Ricardo.

Antes de passar a palavra ao Senador Crivella e depois aos outros que se inscreveram, eu queria dizer que estamos falando muito aqui dos sonhos desses jovens, por exemplo, a Silvana de quem o senhor falou. Mas há outro sonho que a gente precisa pensar, é o sonho do Brasil.

O sonho de qualquer jovem hoje é ter o diploma. O sonho do Brasil é ter bons profissionais, é ter grandes cientistas, é abrir a porta para o mundo da inovação e do conhecimento, em que estamos tão atrasados, como aqui vocês viram o Senador Aziz falar comparando com a Coreia. E a Coreia não foi o Fies, foi a educação de base. E depois exigir que os empresários invistam em alta tecnologia, que aqui não se investe. O BNDES nosso é o maior do mundo, e não tem patentes nos financiamentos.

A gente tem que pensar também o sonho do Brasil como um todo. Baixar a nota ajuda a realizar o sonho dos indivíduos, dos jovens que querem fazer uma carreira universitária – isso é uma maravilha – e não têm uma nota boa. Mas o que ajuda o sonho do Brasil é fazer com que todos tenham uma nota boa, porque a educação de base é boa.

Não vai demorar e alguns vão dizer: "Mas por que exigir ensino médio para entrar na universidade, se os mais pobres não terminam o ensino médio?" Porque tem gente pobre que termina o ensino médio, mas os mais pobres mesmo não chegam ao ensino médio, abandonam antes. Vamos abrir mão do ensino médio para que se possa entrar na universidade, inclusive com o Fies sendo permitido para eles? Então, é isso que a gente precisa fazer.

E aí eu reconheço um erro nosso, meu, nesta audiência. Nós tínhamos que ter duas audiências. Uma, para discutir o Fies como uma política nacional de atender aos jovens que querem estudar e atender ao País que precisa dos jovens que sejam bons profissionais. E a outra para discutir esse caos que se criou nos últimos meses. São duas coisas separadas e nós estamos misturando aqui por uma falha que reconheço da organização que eu fiz desta audiência.

Uma coisa seria o Fies como proposta, e a outra seria a crise que o Fies está vivendo hoje. Mas, não há problema. A gente tem tempo de, mais adiante, fazer mais uma e outras e outras, de tal maneira que a gente

chegue a ter um bom Fies, que, além disso, supere essas deficiências dessas jovens, como você falou, que vão de um Estado para outro e não conseguem.

Senador Crivella, como autor do pedido para esta audiência, o senhor tem prioridade para colocar suas perguntas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Presidente, muito obrigado, vou ser breve.

Nos 12 anos em que estou aqui, poucas vezes vi uma audiência com tanta alma, pessoas falando de maneira tão sincera, engajada e comovente mesmo. Eu acho que os telespectadores da TV Senado – o Antônio vai levar para o Ministro e para as autoridades do Governo o quanto isso está mobilizando a nossa sociedade.

Quero parabenizar, então, a Elizabeth Guedes, que foi a primeira que nos trouxe uma palestra no computador e com números realmente muito interessantes. Agradecer também a encantadora Juliene. Obrigado, Juliene, por você estar aqui, pelo tempo que você escreveu seu texto, que acrescentou demais ao nosso debate. Agradecer também à nossa Procuradora Maria Cristina Manella. O Ministério Público está tomando as ações que tem de tomar, acho que essa coisa vai acabar na Justiça e nós vamos conseguir garantir os direitos não só aqui neste debate político, em que cada um de nós vai tomar iniciativas, vai repercutir – eu mesmo vou conversar com a Presidenta Dilma. Tenho estado com ela quase toda semana em reuniões, mas a justiça é a arca dos justos, nas tormentas, nos dilúvios das controversas e das coisas que ocorrem, das crises, inclusive, econômicas, é à justiça que o cidadão bate como último recurso, e o Ministério Público tem estado atento. Manella já falou aí em diversas ações que o Ministério Público tem tomado, e isso, para nós, é uma esperança.

O Amábile tocou num ponto, Antônio, que, às vezes, é uma tentação do administrador, quando, para dar uma satisfação à sociedade, ele acaba criando uma controvérsia, ou insinua. A partir do momento em que você coloca uma comunidade de mais de um milhão de estudantes na situação de olhar para as suas universidades e dizer que elas são culpadas da sua tragédia porque estão querendo um reajuste abusivo, isso não contribui. A gente não melhora o debate, tampouco consegue encontrar os caminhos para a solução pacífica dessa controvérsia e dos efeitos da crise em que vivemos.

E aí estou contigo, Cristovam. Acho que o sonho do Brasil não é só a gente ter as nossas universidades lotadas, mas é que a educação assuma uma dimensão de educação, não diploma apenas, porque, agora, aqui do lado, eu vou sair para uma audiência da Petrobras, você imagine, nós estamos discutindo cinquenta bilhões. Aqui são três, lá são cinquenta! Esse assalto aos cofres públicos foi feito por engenheiros, por arquitetos, por homens formados, por grandes empresários, pessoas que até deveriam ter um agravante, porque se formaram, em sua maioria, em universidades públicas. E é esse desalento que hoje atinge...

Ricardo, você tem de ser político. O seu discurso, a sua entonação, a sua paixão, a maneira como você fala, você devia estar sentado aqui com a gente.

Eu tenho a impressão, Presidente, não sei se aqui ou na Comissão de Educação, nós podíamos ter uma subcomissão para estudarmos as melhorias do Fies. Hoje foi o caos. Em rede nacional, com a nossa TV Senado, isso aqui vai ter repercussão, amanhã vai sair no Jornal do Senado e nós todos, como Parlamentares, vamos levar o que ouvimos aqui. Mas nós temos de nos debruçar e dar a nossa contribuição ao Fies, e verificar por que nós, no Congresso Nacional, que votamos o orçamento, a nossa parcela também é grande, nós que elevamos o Fundo Partidário para R$1 bilhão, será que nós não temos, eu diria, legitimidade para reclamar dos orçamentos do Fies, porque cometemos esse disparate – a palavra é essa.

Bom, acho que R$1 bilhão para os partidos, nem ano eleitoral é. Agora mesmo nós tivemos o PP com escândalos enormes, porque estavam dando nota fiscal falsa – o Ministério Público descobriu –, o PP, um partido de grande representação nacional. Nota fiscal falsa, gráficas, dinheiro que foi para despesas pessoais ou para enriquecimento, mas que se prestou contas como... E eram falsas, milhões e milhões e milhões. E aí o partido foi punido, foi multado, e aí apelaram para dar uma propina no conselho dos contribuintes, porque alguns políticos tinham ligação com os membros do conselho. É uma coisa impressionante.

Presidente, muito obrigado pela palavra e parabéns aos nossos debatedores. Todos acrescentaram muito à nossa audiência, e vamos repercutir.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Crivella. Nós que agradecemos sua iniciativa.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sr. Presidente, Srs. debatedores, Senador Crivella, parabéns pelo requerimento.

Eu penso que até nos envergonha termos que estar aqui discutindo isso. Um País que quer crescer, um País que quer se desenvolver, que quer fazer a economia crescer também, e aí eu olho para este momento de crise, em que nós estamos aqui discutindo o caos, e aí a gente começa, eu estou, por exemplo, tentando, es-

tou com um nó no cérebro, tentando entender a equação, como é que se resolve, porque não consigo alinhar essas variáveis.

Para a economia crescer, a gente tinha que ter uma infraestrutura boa, ter um País com possibilidade de logística que possa dar vazão a esse crescimento. Pois bem, esse ajuste que está vindo parou as obras de infraestrutura do País que estavam em andamento. Então as rodovias, assim como o Fies, pararam. No meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso, os corredores todos estão parados, empresas falindo, a população tinha criado uma expectativa com aquilo, e parou. Então, provavelmente, com isso há um impacto terrível na economia.

Aí vem a questão da educação, que nós estamos discutindo isso aqui agora.

Veja bem, eu penso que estamos diante de S. Exª o fato, a grande verdade é o quê? Faltou dinheiro. E aqui não cabe nem discutir por que faltou. Faltou, e a gente já sabe por que: corrupção nas prioridades, corrupção mesmo.

Então, já que estamos dentro desse impasse, eu penso que a medida mais correta teria sido chegar e dizer: "Não há dinheiro, não há, acabou." Ponto. Claro como a luz do sol. Não há detergente melhor do que a luz do sol.

Pois bem, mas o que faz a população se revoltar, ir para as ruas, Senador Cristovam? É justamente essa falta de clareza, porque a falta de clareza leva à perda de confiabilidade, leva à perda da confiança.

Quando se vê nos noticiários, todos os dias, essa história, ninguém aguenta mais, em tudo que é lugar aonde a gente vai, essa desculpa do sistema. Você vai ao Detran, o sistema está fora do ar, você vai não sei aonde, o sistema, o sistema, o diabo do sistema. Ora, está claro que aquilo ali é o seguinte: não há dinheiro, então eu vou criar dificuldade. Eu penso que todo mundo sabe que dinheiro não dá em árvore. Não deu, acabou, a gente não tem. Não tem e ponto. E aí vamos ver, vamos ver o que é que a gente vai fazer. Não tem, pronto.

Agora, criar-se essa expectativa... você deu esse exemplo aqui, que angustiou a todos nós. Eu fiquei imaginando essa situação aqui – passei até mal – dessa menina. Se tivesse havido uma clareza já naquele momento, com certeza ela não ia fazer a matrícula dela. Isso com certeza proliferou por todo o País, essas questões.

Então, Senador Cristovam, V. Exª disse bem: nós vamos ter que falar mais desse assunto, porque hoje só estamos falando do momento, dessa fotografia da nossa realidade.

Estamos tratando desse assunto.

E eu penso que nós precisamos falar em longo prazo, porque o País tem projeto e aí eu já coloco aqui para o Antônio que, parece-me, pelo que ouvi aqui, não é nem ele a pessoa nem o FNDE o órgão que devia estar ouvindo isso tudo de nós, porque é uma política de governo mesmo.

Mas fica uma pergunta: qual a métrica – se existe – que o País tem para medir a eficiência desses programas? O Senador Cristovam, há poucos dias, perguntou ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, justamente uma coisa parecida, referente às patentes. Nós investimos bilhões e nós temos patente zero. Então, esses montantes que estão sendo investidos, estão tendo um retorno para o País? Como é isso? Porque penso que, no momento em que começarmos a discutir isso, nós vamos aprimorar, e termos algum retorno de tudo isso.

Eu penso que – vou até repisar o que foi dito aqui – nós não vamos a lugar nenhum – e isso o Senador Cristovam tem sido, eu o chamo de João Batista, a voz que clama no deserto e repisa esse assunto –, mas é certo, como 2+ 2 são 4, que não vamos a lugar nenhum se não levarmos isso a sério. Jamais poderia estar acontecendo isso num país que se preocupasse com educação. Pode-se cortar tudo.

O Senador Crivella lembrou muito bem aqui, foi um deboche gastarmos R$1 bilhão com o fundo partidário – e aqui ressalvo e vou tirar o corpo fora, Senador Crivella, porque nós reunimos um grupo de Senadores, capitaneados pelo Senador Cristovam, atravessamos essa rua aqui, chovendo até, eram 18h, fomos recebidos pelo secretário do secretário do Ministro que se sentiu, pelo que eu vi ali, ele estava falando, fazendo até uma deferência a nós, de estar nos recebendo ali porque já eram 18h...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sexta-feira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Numa sexta-feira à tarde.

Fomos lá correndo, um grupo de Senadores de oposição, Senadores independentes, justamente tentar falar: "Que maluquice é essa?" E pedir, dar apoio à Presidente, para que ela vetasse aquilo.

Infelizmente, não foi possível, mas passa uma mensagem muito ruim: Ah, nós vamos contingenciar isso depois.

Não, a mensagem que passou para a população é muito ruim. Como se explica para essa menina aqui, que foi dado praticamente R$1 bilhão, para gastar sabe lá com o quê? Com isso que nem V. Exª colocou.

Então, temos muito trabalho. E fica a reflexão, talvez seja por essas coisas que nesse grupo, por exemplo, de que a gente se orgulha de dizer que participamos Brasil, Rússia, China, Índia, África do Sul, talvez seja por isso que estamos atrás, mas muito atrás em termos de educação.

É uma audiência que a gente tem mais a lamentar, mas do que gostei, Senador Cristovam, é que aqui não se dourou a pílula, todo mundo que falou aqui falou com o coração e soltou todas as mazelas da nossas realidade.

Infelizmente é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado Senador.

Passo a palavra ao Senador Raupp e, depois, ao Senador Petecão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam, Srªs e Srs. Senadores, srs. convidados, fica a referência que o Senador que me antecedeu fez ao Cristovam Buarque que foi muito correta, é o João Batista pregando no deserto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu preferia ser Paulo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Paulo, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu preferia ser Paulo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Crivella também foi o São Pedro, dos pescadores. o santo protetor dos pescadores.

E acontece hoje com o Fies, Senador Cristovam, o que aconteceu na pesca. Os pescadores não tinham nenhum direito – tudo aconteceu nos últimos 10 anos – e houve um problema muito sério com o seguro defeso, o seguro dos pescadores. Tinha comunidade, depois que foi criado esse seguro, milhares e milhares e milhões de pescadores começaram a receber esse seguro e tinha comunidade no Brasil que tinha mais pescadores do que habitantes, porque houve desvios no meio do caminho.

Então, o Fies é um grande programa, não vamos também atirar só pedras no Fies.

O Fies, Senador Cristovam, em 2010, tinha 78 mil alunos; no final de 2014, tinha 1,9 milhão – já foi dito aqui. Só neste ano já são 230 mil.

Então, tem que haver algumas correções de rumo. Se há problema de falta de dinheiro – como foi dito aqui –, tem que se buscar o caminho. Agora, todo programa tem méritos e tem defeitos e os defeitos têm que ser corrigidos. Acho que nós temos que procurar encontrar caminhos para corrigir os defeitos do Fies, sem prejudicar os alunos que são os mais necessitados.

Eu queria fazer mais algumas perguntas, mas ainda para continuar nesse avanço. Nós queremos também em 10 anos avançar o que não fizemos em séculos, no passado, de atraso.

O ensino superior, em 2003, tinha 3,4 milhões alunos; em 2014, são 7,8 milhões. Houve avanços também aí. Muito bom seria se os alunos que saem das escolas públicas, todos pudessem ingressar em uma universidade pública, porque não precisaria de Fies, não precisaria de ProUni. O ProUni também é um grande programa. O Prouni já tem mais de um milhão de alunos. Não tinha nem um, quando eu entrei aqui no Senado 12 anos atrás, não existia ProUni. Nós aprovamos aqui – o senhor estava aqui também, foi Ministro da Educação –, naquele período, começou lá o ProUni, um grande programa que tem mais de um milhão...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O primeiro nome era PAE (Programa de Apoio ao Estudante), que o MEC preparou e foi para a Casa Civil, aí demorou um pouco, e veio para cá com o nome de ProUni. Mas tinha umas mudanças, Senador, e, provavelmente, os representantes dos alunos não gostariam. Pela proposta inicial, que eu formulei, o aluno que recebesse, tinha que ser alfabetizador de adultos, por seis horas, durante um semestre, três vezes por semana. Isso tiraram, porque há de fato uma política de dizer: "Vamos dar, não vamos exigir nada", para que a pessoa se sinta vinculada, agradecida ao Governo.

Isso está acontecendo no ProUni. No Fies, nem tanto, porque o aluno paga de volta, no Ciências sem Fronteiras e em outros programas, na Bolsa Família, que se tirou praticamente todas as condicionantes na prática.

É a ideia de dar e não de criar um casamento entre o Governo que financia e a pessoa que recebe, dando alguns compromissos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Pronatec, Senador Cristovam são 8 milhões, no final de 2014, já havia 8 milhões de alunos nas escolas técnicas, nos IFROs, os institutos federais e nas escolas do Sesi, Senai, enfim, onde se fazem os cursos técnicos – são 8 milhões.

Tínhamos 100 escolas só, em 2003; hoje, são mais de 400 Escolas Técnicas Federais. Só havia 100, cento e poucas escolas. Então, houve avanço nesses últimos 10 anos, sem dúvida nenhuma.

Queria fazer algumas perguntas, inicialmente para o Dr. Antônio.

No início do ano, o Governo Federal anunciou novas regras em relação ao Fies – eu peço desculpas, porque eu estava em outras Comissões, não pude ficar aqui o tempo todo –, o que deixou vários alunos fora das universidades. Por essa situação, se preocupante, indago qual a redução concreta dos beneficiários do programa? Quais os prejuízos que os alunos terão na continuidade dos cursos e do aprendizado? Quais as medidas que o Governo tem adotado para amenizar essa situação, a exemplo do que foi já questionado aqui?

Agora a pergunta vai para a Profª Elizabeth: com as mudanças das regras do Fies, além de prejudicar os alunos, as instituições de ensino também foram prejudicadas, pois os repasses das verbas federais seriam em apenas oito parcelas. O que tem sido feito pelas faculdades sobre essa situação? As faculdades privadas estão deixando de contratar alunos bolsistas? Conforme já noticiado pela imprensa e dito aqui hoje também, a ideia de criação de um novo fundo já está certo? Quais seriam os juros cobrados e a forma de pagamento?

Para o aluno não interessa se é Fies, financiamento da Caixa Econômica Federal, ou por um grupo privado, por instituições privadas.

Também para a Srª Elizabeth: existe metodologia utilizada pelo Governo para acompanhar o desenvolvimento e a frequência dos alunos bolsistas, no decorrer do curso de graduação?

Já foi dito isso aqui também.

Quarto, para o Sr. Samuel Feliciano – acho que não está na mesa, está fora ainda: quais as garantias que o Governo oferece para tranquilizar os estudantes de que possíveis novos cortes do ajuste fiscal não atinjam programas de educação a exemplo do Fies?

Eu espero que nós já estejamos no início da rampa e não no final, descendo a rampa, já na subida da rampa, para sair dessa crise econômica. Essa é a informação que nós temos tido da equipe econômica, do Banco Central, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento. Se o Congresso contribuir com os ajustes, com a aprovação das medidas aqui, nós ainda sairemos neste ano dessa situação de incertezas, de crise, para entrar no ritmo de crescimento.

A Presidente lança, nos próximos 10 dias, um programa de investimentos, de concessões, de infraestrutura para a iniciativa privada. Eu espero que a gente já comece com a agenda positiva para sair dessa agenda negativa que estamos vivendo hoje.

Já foi dito aqui também pela Juliene, se o Fies vai continuar no próximo semestre e se já há previsão de limite de vagas. e para aqueles que optarem pelo financiamento, 100% para os cursos com taxa de 6,41% – o Fies não está cobrindo isso aqui ainda, não é? O Fies não está cobrindo isso aqui. E como ficará se os alunos não têm condições de pagamento?

São esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou passar agora ao Senador Petecão.

Depois passarei a palavra, antes passarei a palavra para eles.

A SRª MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO – Só a título de informação suplementar porque estava permeando todas as discussões aqui.

Como o Senador disse, claro, sim, o número de inscrições nos diferentes programas educacionais do Ministério da Educação vem crescendo ao longo dessa última década, mas é importante saber também que, desta última década, o orçamento do MEC cresceu de R$17 bilhões, se não me engano, em 2003, para mais de R$100 bilhões no ano passado; para este ano, nem sei de quanto é, mas é, sim, bem proporcional.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, Senador Cristovam, vou procurar ser bem breve, até para não ser repetitivo, e me sinto contemplado aqui nas perguntas do Senador Raupp.

Tenho uma pergunta, e, na verdade, a pergunta já foi feita pelo Ricardo, e eu gostaria, se possível, que o Sr. Antônio Corrêa Neto, que é o Diretor de Gestão do FNDE, me respondesse, até porque a pergunta já foi feita e fui questionado pelas redes sociais. É o caso daquela moça de São Paulo e tem alguns jovens perguntando, que pagaram a matrícula e não sabem o que fazer. O que essas pessoas devem fazer? Concretamente, não paga mais; perdeu o dinheiro; vai ter um tratamento diferenciado.

Fui questionado e me contemplo aqui com as perguntas feitas aqui pelo Senado Raupp.

E também, a respeito do nosso colega José Medeiros – ele não está aqui, saiu –, que falava sobre o fundo partidário. Eu estou imaginando o que é que os senhores que estão aí sentados ficam pensando. Olha, é como se o partido fosse obrigado a receber. Ora, o partido que achar que não é justo, que não é correto, que não receba o fundo partidário. Eu o vi falando do esforço que foi feito, a maioria dos Parlamentares, também ouvi isso aqui nesta Casa, discutirmos isso, uns a favor, outros contra.

Mas a sugestão que dou é que os partidos que acharem que isso é imoral, que é ilegal, não recebam. Ninguém é obrigado, nenhum partido é obrigado porque sempre a gente faz o discurso dizendo que isso é ilegal.

Ora, se o Partido achar que é imoral ou ilegal, não receba. Tem todo o direito de não receber.

Eu digo isso porque, uma vez, o plenário estava cheio de visitas, e o Presidente fez uma crítica muito dura à segurança da Casa, dizendo: "Olha a segurança não pode deixar..." Como se os seguranças é que levassem os convidados para dentro do plenário. Os seguranças não tinham nada a ver com aquilo, mas, às vezes, a corda só arrebenta do lado do mais fraco.

Os partidos que acharem que não devem receber esse dinheiro – eu também acho que esse dinheiro deveria ser investido em educação e já disse isso para o Presidente do meu Partido –, é só fazer um gesto. Então, para ser mais objetivo, a pergunta fica para o Sr. Antônio: queremos saber o que essas pessoas que hoje se sentem prejudicadas devem fazer. Eu me sinto contemplado com as perguntas do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Nós ainda temos alguns convidados para se pronunciarem. Há cadeira na mesa? Como é que ficaria?

A SRª AMÁBILE PACIOS (*Fora do microfone*.) – Eu estou saindo, Senador, se alguém quiser se sentar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu gostaria de convidar o Patrique Lima, Diretor de Relações Institucionais da UNE.

Vai falar de lá mesmo ou vai falar daqui?

Tudo bem. Com a palavra, então, o Sr. Patrique.

O SR. PATRIQUE LIMA – Bom dia a todos e todas aqui presentes.

Gostaria de saudar a Mesa, agradecendo ao Senador Crivella o convite; saudar a Presidência da Mesa, na figura do Senador Cristovam e, agora, do Senador Raupp; saudar todos os presentes à mesa: Amábile, Elizabeth, Maria, Juliene, Antônio, Ricardo, Samuel e Nara Teixeira, da CONTEE.

Gostaria de iniciar esta discussão, primeiramente, deixando claro que a União Nacional dos Estudantes tem uma posição muito clara com relação ao financiamento estudantil. Para nós, é uma importante medida que visa garantir a incorporação de uma parcela significativa da população que, historicamente, esteve fora das salas de aula durante 500 anos, neste País, e que, no último período, teve a possibilidade de entrar na universidade.

Hoje eu sou estudante da Universidade de Brasília, mas fiz uma primeira graduação graças ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Fui estudante "prounista", graduei no curso de História e hoje sou estudante do curso de Direito da UnB.

No último período, na União Nacional dos Estudantes, foi pauta central... porque a maior base dos estudantes universitários do País são estudantes das universidades privadas, então, a nossa base, em sua imensa maioria, é da universidade privada, e algumas coisas, nesse processo, são fundamentais para que possamos discutir. Primeiro, achamos positivo criar formas de regulamentação do financiamento estudantil e também formas de regulação da atividade do ensino superior privado no País.

Antes de entrar propriamente no debate do Fies, eu queria salientar algumas coisas que esse programa, sem nenhum tipo de regulamentação, criou no nosso País, no último período, que é muito sério, inclusive para o debate estratégico de País. O processo como vinha se dando o Fie, no Brasil, criou uma coisa chamada "financeirização da educação". O que é isso? Os grupos econômicos internacionais viram, através do Fies e do ProUni, um grande investimento no País: 1,9 milhão de vagas.

O que aconteceu? Esses grupos empresariais entraram no País e começaram a comprar universidades. Hoje o maior grupo educacional, que investe na bolsa de valores do mundo, atua no Brasil. Todo mundo acompanhou o debate da fusão do grupo Kroton e Anhanguera, que, hoje, no Brasil, tem mais de um milhão de estudantes na sua rede. Isso graças a nenhuma regulamentação que existia no Fies.

O que acontece? Para esse grupos era muito confortável chegar e investir no Brasil, na educação.

Ele compravam uma universidade, o Governo já pagava as vagas e estava excelente.

Nós precisamos, esta Casa de leis, o Congresso Nacional precisa se debruçar sobre o debate da regulamentação do ensino superior privado no País. Esse é um tema central, é fundamental, porque educação tende à soberania nacional, ao desenvolvimento nacional e ao projeto estratégico de País. Eu acho que é importante que isso seja tema prioritário aqui nesta Casa.

Entrando no debate do Fies, por que para nós, da União Nacional dos Estudantes, vemos como positiva uma série de medidas que apresentam lá? Primeiro, esse processo de financeirização da educação fez com que pulássemos de 73 mil vagas para 1,9 milhão vagas. Com esse processo, qualquer universidade poderia abrir curso e empurrar gente para dentro, sem a preocupação essencial do debate da qualidade da educação.

A nossa preocupação em ofertar e democratizar o ensino da educação superior tem que ser pautada na qualidade dos cursos ofertados e na qualidade do profissional que vai sair formado. Essa tem que ser a primeira premissa.

E para nós estabelecermos uma nota mínima para que a universidade possa ter acesso ao Fies, achamos que foi uma importante medida. Uma universidade que tem avaliação 1 no Enade não vai oferecer um curso de qualidade para formação desses estudantes; ao final é o estudante mesmo que paga. Essa é a primeira questão. Então, vislumbrar o debate da qualidade para liberação do Fies é fundamental, porque não podemos fazer com que o dinheiro que, *a priori,* é público, mas que daqui a pouco o estudante vai pagar, seja investido numa educação de baixa qualidade. Esse é o ponto fundamental.

Outra coisa, sobre o debate dos 450 pontos no Enem, existe uma disparidade que precisamos interpretar e acho que precisamos nos debruçar sobre isso. O Enem serve para dar certificado de Ensino Médio ao estudante. O estudante que tem mais de 18 anos pode fazer o Enem e com a nota do Enem solicitar o certificado de Ensino Médio; serve de avaliação, como se fosse um antigo exame de massa. Para ele ter acesso ao certificado do Ensino Médio, precisa ter 450 pontos e não zerar na redação. Só que existe uma disparidade, porque até o ano passado o estudante não conseguiria tirar a nota para passar no Ensino Médio, mas entraria na universidade. A meu ver é uma medida que visa a corrigir essa disparidade.

Agora, aqui eu preciso deixar bem claro que, para nós, da União Nacional dos Estudantes, não concordamos com a retroatividade da medida. Por quê? O estudante que fez o Enem de 2010 a 2014 pode, até hoje, se inscrever no Sisu e poderia, antes da medida, se inscrever no Fies. Nós não concordamos com a retroatividade dessa medida, que deve valer a partir do Enem de 2015. E 2014 não faz sentido, pois é uma medida que prejudica hipoteticamente o estudante que fez o Fies no período de 2010 a 2014. Entretanto é uma medida plausível, tendo em vista que o estudante não consegue tirar o certificado de Ensino Médio pelo Enem, mas entra na universidade. Não faz sentido. Existe uma dicotomia que precisamos corrigir e essa medida encaramos como positiva.

Outra coisa que acho importante listar aqui é esse debate junto à universidade. Verificamos, nesse debate, primeiro, em todo o Brasil via de regra, período de outubro a novembro, acontecem ajustes nas mensalidades. Toda a universidade para aumentar suas mensalidades precisar justificar, em uma planilha, o aumento da sua mensalidade. Isso é tudo verdade! Entretanto, existe uma coisa na universidade chamada caixa-preta, ninguém tem acesso a essas planilhas, salvo se entrar na justiça. Existem, nas universidades, é obrigatório, um conselho superior em que deve ter um representante dos estudantes. Geralmente, é o parente do dono na universidade, que se matricula na universidade, e faz parte do conselho. Ninguém tem acesso ao debate da planilha!

Vou dar um exemplo, quando eu fui estudante da faculdade particular, eu fazia parte do meu Centro Acadêmico. Eu era estudante de ProUni, mas imensa maioria pagava normalmente a mensalidade e aumentou 17% a mensalidade do nosso curso. Nós fizemos uma série de manifestações, entramos no Procon e nós fomos descobrir, quando se abriu a planilha, que 10% do valor da mensalidade era justificado com papel. Papel! Só que tudo era xerox, nós pagávamos tudo, até a prova nós que pagávamos.

Então, existe uma coisa que precisa ser corrigida. E aí eu queria atentar para esse processo de regulamentação do ensino superior. Por que é importante? Porque nós precisamos criar mecanismos de fiscalização da atividade das universidades particulares no País.

Hoje não existe regra. Hoje se você quiser abrir uma instituição, não há parâmetros legais, inclusive o MEC é limitado nessa fiscalização, porque não existe legislação clara sobre isso de fiscalização nas universidades. É nesse bojo que ganha força a importância o debate do Insaes (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior), porque é um importante instituto que vai conseguir acompanhar, supervisionar tantas as instituições privadas como as instituições públicas.

Uma outra questão que é importante a gente salientar é a seguinte, sobre a Portaria nº 23, que o Ministério da Educação editou que trata sobre o repasse de valores para as universidades. O mote central das diversas universidades está pautado aí, porque mexe diretamente no interesse financeiro da instituição.

Primeiro, do ponto de vista da legislação, pode ser que ocorra que não existam instrumentos legais para limitar ou para estabelecer uma regra com relação aos reajustes das universidades. A universidade privada, afinal, faz parte do mercado e tem autonomia para definir os seus preços.

Entretanto, precisamos observar as seguintes coisas: todos os estudantes beneficiários do Fies ainda que hoje a sua gana seja entrar na universidade, 18 meses depois de formado, eles terão que efetuar o pagamento desse valor que foi investido através do Fies. E se a gente não regula, uma série de questões faz com que daqui a pouco seja um preço impraticável o pagamento desse estudante.

Vamos registrar, a imensa maioria dos estudantes do Fies, como disse o Antônio, são os estudantes da classe D e E. Se são da classe D e E, esses estudantes após formados deverão efetuar o pagamento desse valor, nós precisamos criar medidas para que o impacto desses valores sejam condizentes com a realidade.

Então, estabelecer a partir do índice da inflação, eu avalio como índice princípio da razoabilidade. O mercado nos apresenta com 6,41% o valor da inflação. Não faz sentido nós aumentarmos mensalidade em 15%, principalmente porque nas universidades nós não temos a justificativa apresentada para esse aumento.

Agora tem mais algumas coisas importantes. Na universidade privada é registro recorrente do Movimento Estudantil. A universidade não deixa os estudantes se organizarem, a universidade persegue estudante que quer montar DCE, a universidade persegue estudante que quer montar centro acadêmico, porque ela não quer nada, nenhum instrumento que possa a vir a questionar essa autoridade sobre a direção da instituição. Para

nós, nós precisamos debater nesses marcos da regulamentação do ensino superior privado com acompanhamento do Estado e também com democracia dentro dessas instituições.

E só para concluir quero registrar o papel que o MEC cumpriu nesse processo: um papel atrapalhado, atabalhoado. Nós achamos importantes as medidas que foi tomadas peço Ministério, entretanto, esse processo foi feito muito nas coxas, por assim dizer. E o que isso provocou foi um processo de uma série de estudantes com problema porque o sistema não deu conta de fazer a matrícula da 1,9 milhão estudantes a tempo. Isso é a primeira coisa que nós precisamos fazer a crítica;

A segunda coisa é a seguinte: as medidas foram importantes, nós salientamos a importância das medidas, mas o resultado prático disso foi que as instituições jogaram a bomba no colo dos estudantes.

O que aconteceu? Quando se limitou o valor de 6,41%, a universidade disse, simplesmente: "Olha, eu não te rematricular. Se quiser se rematricular, eu vou emitir um boleto para que você pague sua matrícula normal ou, então, você paga a diferença do aumento da mensalidade." Uma série de instituições está fazendo isso.

Então, é preciso o registro de que o Ministério jogou o problema no colo do estudante. E nós precisamos fazer com que medidas importantes como essa, que venham corrigir erros que, historicamente, se construíram, precisam ser feitas para que não se prejudique o estudante.

Eu vi, outro dia, em uma reunião que a UNE teve no Ministério da Educação justamente para reivindicar os problemas do Fies, uma placa que dizia: "Antes de qualquer decisão, pense no estudante." Eu acho que, ao tomar essa decisão, não mensuraram o que poderia ser feito com o estudante na ponta! Não foi mensurado! Isso é uma coisa que nós precisamos fazer crítica.

E eu quero concluir com a coisa que mais nos preocupa hoje. Devido as novas regras do Fies, existe um certo acordo do setor financeiro nacional para se apresentar novas medidas. Depois dos problemas do Fies, uma série de bancos começaram a criar programas de financiamento estudantil. Só que esses programas de financiamento estudantil não possuem os mesmos benefícios ou a taxa de juros que o Fies apresenta. E, nesse acordo, as instituições oferecem para o estudante... Nós temos o caso da Unifor, no Ceará, que, inclusive, diz que vai subsidiar os juros ou, pelo menos, parte dos juros. Só que essa ação é muito insegura para o estudante. Até quando a Unifor vai dar conta de segurar esse subsídio dos juros? Até quando a instituição ou o banco vão manter a taxa de juros atual, porque, essencialmente,

(Soa a campainha.)

O SR. PATRIQUE LIMA – ...nós sabemos que o determina isso é o mercado.

Então, nós precisamos estar atentos para o que está em jogo nesse debate do Fies que, além da garantia do estudante em sala de aula, porque isso é fundamental, mas também o jogo financeiro por trás das instituições, dos bancos e de uma série de atores sociais que nesse espaço, nesse momento de turbulência, se aproveitam para transformar tudo isso em dividendo financeiro.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra agora a Nara Teixeira, que é Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

A SRª NARA TEIXEIRA – Obrigada pelo convite. É muito bom estar aqui discutindo, de novo, a questão do Fies. Na hora em que o Senador Cristovam coloca que poderia até ter feito dois momentos para discutir: uma questão do Fies e uma questão da crise do Fies, eu acho que realmente seria bastante interessante. Mas acho que a gente deveria aproveitar este momento e discutir as duas coisas juntas.

Eu represento uma confederação com cerca de um milhão de trabalhadores, desde as creches até o ensino superior das instituições privadas do Brasil. E ao falar da questão, tanto do ensino superior como da educação básica privada, realmente nossa confederação conhece de perto as dificuldades, as qualidades e os defeitos que há nas instituições, até porque esse milhão de trabalhadores vivem diretamente o dia a dia dessas instituições, tanto quanto seus estudantes e se preocupam com a questão da qualidade.

Na questão do Fies, a primeira coisa que gostaria de deixar bem claro é que a nossa confederação concorda com a forma com que o MEC tentou regulamentar a questão do Fies. Primeiro, a questão de corte do ponto e a questão do número do limite das mensalidades.

Primeira coisa que a gente discute... E aí o Senador Cristovam dá ênfase em algo que acho extremamente importante: a discussão do papel da educação. O que é a educação? Para mim, a educação é um bem social. Ela está vinculada a um projeto de Nação, a um projeto de futuro que nós queremos construir para nossa população. Não basta apenas colocar milhares de jovens dentro de uma universidade e que esses milhares de jovens da universidade saiam com diplomas. Um diploma serve para quê? E, aí, na hora em que o Senador coloca ain-

da se há pesquisas, eu acho que há várias instituições que estão fazendo pesquisas sobre esses programas e eu acho que o Senado, a Câmara e o MEC deveriam analisar.

Servem para quê alguns cursos desses? A questão do emprego, de verbas públicas, e aí estamos falando que são verbas públicas, que, é lógico, o estudante vai pagar, mas são verbas públicas que estão sendo aplicadas à educação privada. Hoje grande parte das instituições privadas de que nós estamos falando são grandes concentrações, inclusive com capital que não é capital brasileiro.

A Kroton, por exemplo, a maior instituição privada do mundo e a maior instituição privada do Brasil, registrou, pelo menos no demonstrativo de lucros do quarto semestre do ano passado, 335,4 milhões de lucro líquido. Essa mesma informação passada recentemente, através do G 1, coloca que cerca de 61,2% dos alunos da Kroton são alunos do Fies. Isso de graduação. Nós estamos falando da Kroton, a maior, que tem 61,2% dos alunos pelo Fies, existem instituições privadas – e temos discutido isso com a Beth e outras pessoas – que chegam a ter um percentual de 100% de bolsistas. Nós estamos falando em instituições privadas com financiamento de mais de 50%, mais de 60%, chegando ao absurdo de 100% de verbas que são oriundas do Governo Federal. É complicado isso. Essas verbas repassadas sem um controle.

Quando se fala em corte de qualidade é corte de qualidade, sim. Queremos formar o quê? Quem queremos formar? Precisamos formar trabalhadores? Sim, mas trabalhadores capacitados. O mercado brasileiro precisa de trabalhadores, de jovens que tenham capacidade muito mais do que apertar um botão, muito mais do que simplesmente assinar; precisa formar pessoas que sejam pesquisadores; precisa formar pessoas que transformem o futuro do nosso País numa grande Nação, numa grande Nação desenvolvimentista. E isso não se faz com instituições de baixa qualidade.

Recentemente, no dia 6 de abril, foi publicado na *Folha de S. Paulo* que cerca de 30 das maiores instituições são as recordistas do Fies no Brasil, 25 têm nota 3; quatro delas têm nota 4; e uma tem nota 2. Ou seja, 25% das 30 maiores instituições têm nota 3. Nota 3 é o quê? É nota mínima. Então, vamos dizer que realmente nós estamos discutindo aqui que essas grandes instituições, que esses conglomerados, pegam alunos e as salas de aula não são essa maravilha de olhar olho a olho, não. São salas de aula com 100, 200, 500 alunos, são aulões, muitas vezes sem o professor ter noção de para quem ele está dando aula. Juntam gente de todas as disciplinas para um professor dar aula. E esse professor é horista, não recebe inclusive um salário digno. Falo isso porque, lamentavelmente, as nossas negociações não têm sido suficientes para atender às necessidades. Por exemplo, Senador, nas instituições privadas, infelizmente os professores não recebem por hora atividade, nós recebemos por hora aula, o que trabalhamos. O que os professores de ensino superior levam de trabalho, têm que alimentar portais, é imenso e não recebemos por isso. Nós não recebemos por isso. Essa é a maior dificuldade e a maior reclamação desses trabalhadores. Nós estamos falando das instituições, Senadores e companheiros, que não oferecem pesquisa, oferecem simplesmente aulas. Como é que podemos falar em questão de qualidade?

Sinceramente, esses grandes grupos, respeito os companheiros, porque acho que dentre as instituições privadas aqui no Brasil existem muitas comprometidas com a questão da qualidade, mas não são a maioria. A maioria não tem preocupação com a qualidade e a formação desses jovens. Se tivessem, achariam corretas as condições colocadas de regulamentação, de ter um mínimo, nota de corte de qualidade e implantariam a extensão e pesquisa. Coisa que não querem. E aceitariam a regulação.

É interessante colocar aqui: nós vamos criar o nosso próprio setor e não querem a regulação. Eu acompanho há dois anos a tramitação da criação do Insaes, na Câmara Federal. Não querem criar nenhum tipo de regulação, controle.

A educação privada é livre iniciativa privada é o que a gente mais ouve falar. Esperem aí. É livre iniciativa privada sim, mas tem compromissos, e esses compromissos têm que ser cobrados do Governo. Na hora em que o Governo coloca uma meta de corte de qualidade, na hora em que o Governo coloca que tem que ter, por exemplo, compromisso, que não pode criar aglomerados... As fusões, hoje, dessas universidades, desses centros educacionais são aceitas pelo Cade. É a mesma coisa, é como se fosse discutida a de uma empresa de bebida ou de uma outra empresa.

Educação não é mercadoria – esse é o lema que nós mais temos discutido –, é um bem social fundamental para a nossa existência como cidadãos, como formadores, como profissionais, como Nação. Ela não pode ser discutida como mercadoria.

Esses critérios têm de ser discutidos sim. Na hora em que vêm aqui reclamar, ótimo. Pode ser que o critério, como colocaram agora, como o próprio Patrique colocou, tenha sido atabalhoado, complicado, defeituoso. Concordo. Mas, esperem aí, vamos aproveitar este momento e discutir, então, as outras questões que são mais importantes, como a questão da qualidade da educação. Isso, sim.

As pessoas que têm compromisso com a educação, que estão preocupadas com a formação têm que estar discutindo vários critérios, não só esse critério, não. Financiem. Por exemplo, na questão do Fies, uma boa

parte dessa dinheiro vai para instituições que não honram o pagamento de salário de seus trabalhadores, que têm dívidas trabalhistas imensas, que demitem seus mestres e doutores assim que uma instituição dessas pequenas é comprada por uma grande. E depois os sindicatos e as federações têm que entrar com uma ação na Justiça para tentar reverter uma demissão em massa ou pelo menos dar uma garantia de FGTS, por exemplo. As instituições privadas são recordistas de não pagamento de FGTS. Então, nós precisamos discutir isso. Educação não é mercadoria, é um bem social e a gente tem de tomar muito cuidado.

É preciso criar critérios, sim, que elevem a qualidade. Eu acho que na hora em que a gente vê jovem... E eu posso falar porque eu sou professora. Eu sou professora de História na educação básica, com muito orgulho, Senador. Eu gosto muito de dar aula. Lamentavelmente, agora, estou afastada por conta da minha atividade na confederação. Acho importantíssimo... Mas eu tenho uma preocupação muito grande. Eu tenho preocupação com a formação dos meus alunos. Como professora de História, como professora, eu quero formação. Do jeito que está, com média três ou média inferior a três, com nenhum tipo de controle, com aulões da forma como são feitos hoje na maioria das instituições privadas do Brasil, nós não estamos dando para esses alunos condições de qualidade, não.

Eu acho que deveríamos aprofundar mais algumas questões que o senhor colocou aqui, Senador. Do número, por exemplo, de estudantes que estão se formando em Direito, quantos passam na OAB? Quantos desses alunos do Fies contribuem para a engenharia, que é uma área em que a gente sabe do conhecimento nacional, com o que precisa ser feito?

Então, essa discussão a gente precisa fazer. Porque, para colocar dinheiro público em instituições privadas, de uma forma ou de outra, tem que ter controle, sim, e um controle, inclusive, social. A gente precisa muito discutir. Eu acho que essa discussão neste momento é muito importante.

Em alguns Estados, a Assembleia Legislativa de São Paulo, por exemplo, e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro fizeram, junto com o Ministério Público e outras instituições, CPIs sobre instituições privadas, CPIs muito interessantes, em que aprofundaram várias questões que são bastante importantes e que eu acho que a gente deveria amadurecer e analisar. Quando se discute Fies e outras coisas, é fundamental.

Por fim, quero lamentar profundamente a aprovação do PL 4.330, porque esse PL da terceirização, que foi aprovado na Câmara, ajuda a precarizar ainda mais a situação dos trabalhadores e, aí, especificamente, inclusive, os da educação privada. Com a aprovação do jeito que foi, e eu espero que o Senado reverta essa aprovação absurda, com essa aprovação desse PL, por exemplo, Senador, os professores, os técnicos administrativos das universidades privadas poderão ser contratados por qualquer empresa terceirizada. Nós vamos deixar de trabalhar para as empresas, porque, ora, para o patrão é muito mais fácil contratar uma empresa terceirizada do que pagar os nossos salários. É isso que vão. fazer. E eu estou destacando apenas a área da educação privada no País. Nas outras áreas é pior.

Então, quero novamente lamentar isso e colocar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino está à disposição. Gostaria de participar de mais debates sobre o Fies e todas as questões relativas à educação privada em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos.

Ao último inscrito, Samuel Feliciano, peço que seja o mais rápido, porque daqui a pouco será 1 hora da tarde, e eu quero ler algumas perguntas e, obviamente, dar algum tempo a cada um. Embora não vá dar para responder às perguntas, pelo menos cada um faz um comentário. Há uma lista de perguntas preparadas pela assessoria, pela consultoria e muitas que chegaram aqui pelo sistema de audiência interativa.

Por favor, Feliciano.

O SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO – Vou tentar.

Boa tarde, Senador Cristovam Buarque. Na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar a todos os integrantes da Mesa, já acolhendo o pedido e a sugestão de ser breve.

Deixarei para responder os questionamentos que foram direcionados ao Ministério da Educação e ao FNDE para o momento de debates. Vou trazer algumas outras considerações e dividir minha fala de três formas.

Primeiramente, eu acho que temos de entender o Fies no contexto geral de política pública educacional e social e do mote que é atualmente o PNE aprovado por este Congresso e discutido anteriormente nas conferências nacionais, estaduais e municipais. Como bem pontuou aqui o Antônio Corrêa, por conta dessa caracterização e dessa construção democrática, esse é um documento bastante forte que é o norte da atuação do Ministério da Educação, como já vinham sendo também, anteriormente, o PNE anterior e o PDE. No contexto do anterior PNE e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do atual PNE, um mote principal para a educação superior é o atingimento da taxa bruta de matrícula de 50% e da taxa líquida de 33%. Dentro da meta 12, que traz esse parâmetro, há algumas submetas, vamos dizer assim, alguns subitens, que trabalham

nitidamente a questão da ampliação das políticas públicas de acesso à educação superior e de permanência nela, como bem pontuou o Patrique aqui, para aqueles que historicamente estavam alijados do acesso a esse nível educacional. O Fies, tal qual o ProUni e tal qual a lei de ações afirmativas, também resultado da construção democrática e da aprovação deste Congresso, tem o mote de garantir a ampliação do acesso e a democratização desse acesso na educação superior.

É importante ponderar também que, evidentemente, com uma configuração de educação superior em que 70% das instituições estão na atuação privada e quase 80% das matrículas também se encontram nessa caracterização, é necessário e urgente políticas públicas focalizadas e pensadas para esse grupo. Há o ProUni, o Fies, o Pronatec, outros programas de assistência estudantil, o próprio Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), também resultado de discussão e aprovação deste Congresso. Apesar de as duas últimas falas terem cobrado regulamentação, é bom ponderarmos que houve também, nos últimos anos, uma evolução bastante significativa em termos de regulamentação da atuação do setor privado e mesmo do setor público, porque o Sinaes é um sistema nacional de avaliação da educação superior. Na verdade, essas políticas se complementam, porque o mote da Meta 12, da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da própria Constituição, no art. 205 e seguintes, é um mote de expansão e democratização com qualidade. É isso que os programas do Ministério têm buscado repercutir.

É importante ponderar, apesar da prevalência do setor privado tanto em termos de instituições quanto de matrículas, o crescimento também no setor público, principalmente nos últimos anos observados. Por exemplo, saindo de 500 mil matrículas e de uma oferta de aproximadamente 100 mil, duplicamos esses números, nos últimos dez anos, também no setor da rede pública federal.

O caso específico do Fies é bastante sintomático, pelas alterações acontecidas, sobretudo, a partir de 2010, nas condicionalidades para acesso do estudante e principalmente... O programa de financiamento da demanda da educação superior remonta ao programa de crédito estudantil, depois substituído pelo Creduc e, finalmente, pelo Fies. Se formos buscar o histórico desses programas, a situação de financiamento sempre existiu.

A participação do setor privado sempre existiu também. O que se alterou nesse novo quadro do Fies foram as condições de financiamento mais vantajosas para os estudantes. E isso resultou na alteração de um quadro de 78 mil contratos para o quadro que temos hoje, de 1,9 milhões. E é importante ponderar que esse é um número que, olhado objetivamente, atende aos motes e às metas dos planos nacionais de educação, do desejado pela Constituição e do desejado...

É importante ponderar também, na questão da qualidade, que é claro que há um espaço para crescimento, como trazido pela Nara aqui, de um maior número de instituições 4 e 5, garantindo a contratação de financiamento. Contudo, se a gente olhar para os números atuais, quando a gente fala só do 3, a gente se esquece de olhar o 4 e o 5. Mas, dos contratos vigentes, 46% estão em instituições com 4 e 5. Então, é um número significativo.

A gente tem alguns estudos internos – eu não vou ter os números agora para apresentar – que demonstram, inclusive, que, nesse histórico, principalmente a partir de 2010, nos ciclos avaliativos do Sinaes, a colaboração dos alunos, em termos de Enade, tanto do ProUni, quanto do Fies, também é significativa para o incremento da qualidade.

Então, o mote da ampliação do acesso e da democratização também vem colaborando com um incremento da qualidade, inclusive no setor privado. E isso é assumido até pelas entidades representativas do setor privado, que está aqui representado, e que até pode falar sobre isso, pois, inclusive, já desenvolve estudos nesse sentido.

Outra coisa importante de se ponderar é que, na verdade, a questão dos 450 pontos, como bem colocou o Patrique, é um parâmetro que vem sendo observado desde sempre pelo Enem como critério certificador do ensino médio e que, historicamente, no ProUni, já remonta há mais de oito anos. Essa exigência foi evoluindo. No Ciência sem Fronteiras, que é outro programa de bastante visibilidade do Ministério, também há um corte de 600 pontos. E o Fies, propriamente, já desde 2010, traz como requisito a realização do exame pelo estudante para acessar o financiamento. Então, na verdade, essa alteração veio a atender uma padronização dos critérios de seleção que, como disse anteriormente, têm contribuído, para além da democratização do acesso, também para o incremento da qualidade.

É bom trazer um número amostral para a gente ter uma noção de que, às vezes, a gente está visualizando um problema que não é... Assim, ele tem que ser discutido, ele tem que ser trabalhado. Estamos dispostos e abertos a isso, tanto com o Congresso, quando com as entidades representativas, as entidades estudantis. Sempre nos mantivemos abertos quanto a isso, mas a questão é que, do último Enem realizado, 2014, aproximadamente 4 milhões dos estudantes que realizaram o Enem atingiram essa condição mínima de 450 pontos. Então, um universo, para buscar os programas, seja ProUni, seja Sisu, seja Fies, bastante significativo.

Ainda: se a gente for buscar o histórico anterior, inclusive dos critérios para ingresso, veremos que se trabalhava com critérios a respeito dos quais se poderia discutir a razoabilidade e a justiça. Isso porque as aproximações possíveis à época dos estudos realizados adotavam parâmetros de resultado do estudante durante o seu curso, quando, na verdade, você tem projetos pedagógicos diversos nas instituições. Então, o Enem é o melhor elemento – isso é inteiramente discutido e apoiado –, o melhor parâmetro, o parâmetro mais isonômico e mais democratizador possível de acesso.

Se formos resgatar os sistemas anteriores de acesso, seja para o setor público, seja para o setor privado...

(Soa a campainha.)

O SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO – ... vamos visualizar, hoje, um quadro melhor. Não estamos caminhando para uma questão preocupante. É um quadro melhor, que vai incrementar a qualidade.

Por fim, eu queria deixar claro que, de parte do Ministério da Educação, por estar compromissado com o PNE, discutido pela sociedade e aprovado neste Congresso, não há espaço de retrocesso nas políticas de ampliação, permanência e democratização. Prova disso, ainda com as limitações que estão sendo discutidas, e devem ser discutidas, do Fies, pelas novas regras apresentadas, a oferta está condizente com a mesma realizada no Sisu por meio da adesão das instituições públicas e condizente também com a oferta anual no ProUni.

Então, não é um programa que esteja distante. Ele teve um espaço de crescimento muito grande porque existia um contingente historicamente alijado desse processo, que buscou o primeiro acesso. Como estamos em um momento, conforme já foi ponderado aqui, de ajuste fiscal, de repensar e reavaliar o programa, ainda assim, nesse passo, ele continua coerente com as políticas de ampliação de acesso e permanência.

Nessa minha fala aqui, tentei ser o mais breve possível.

Coloco-me à disposição para apresentar os esclarecimentos já colocados e aqueles que porventura surgirem no debate.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agradeço.

Antes de ler as perguntas... Daria tempo de ler as perguntas? Dá, não dá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou ler aqui, rapidamente, algumas perguntas. Vocês não têm ideia da quantidade de perguntas que chegaram aqui. Para terem uma ideia, vejam que, aqui, cada página é uma. Aqui é uma tabelinha com dezenas por página. Vou ler rapidamente e mandar para vocês também pela internet.

As perguntas que consegui que a assessoria me preparasse são as seguintes. Por que é que vou ler? Não é para obter as respostas, mas porque, disso aqui, vai sair um documento, e, nesse documento, pelo menos as perguntas entrarão. Eu próprio, com minha assessoria, vou tentar responder a algumas e, quem sabe, submeter a vocês.

– Que razões levaram o MEC a adotar essas últimas medidas?
– Se eram medidas necessárias para racionalização, eficiência e qualidade do programa, por que só vieram a ser editadas no apagar das luzes de 2014, após o Fies experimentar quatro anos de crescimento exponencial?
– O que explica a preponderância do Fies no orçamento do MEC sobre outras iniciativas tanto da educação básica quanto da educação superior?
– O ritmo de crescimento das matrículas da educação superior é equivalente ao ritmo de crescimento do Fies?

Outras perguntas.

– O Fies tem condições de sustentabilidade financeira a partir das amortizações dos financiamentos contratados?
– Qual a razão entre os contratos em fase de financiamento e aqueles em fase de amortização?
– Quais os índices de inadimplência registrados?
– Essa alta dependência de recursos é salutar para o mercado de educação superior privada e para os estudantes? Como essa situação poderia ser alterada?
– Em que medida o Fies pode estar contribuindo para o processo de concentração no segmento da educação superior privada?

– Em que medida esse controle de preço é necessário? Aqui se trata da limitação dos percentuais de reajuste das mensalidades cobradas pelas instituições participantes.

– Como solucionar o caso de estudantes beneficiários matriculados em instituições que aplicam reajuste acima do teto estipulado pelo MEC?

– Qual será o papel do grupo de trabalho composto pelo MEC em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça?

– Como se encontra o financiamento e a gestão dessas outras vertentes do programa? Eu vou dizer quais são as vertentes. O Fies não se destina apenas a estudantes de graduação. De fato, a legislação prevê que o financiamento contemple estudantes de pós-graduação, além de alunos da educação profissional e empresas. Como se encontra o financiamento e a gestão dessas outras vertentes?

Aqui fala, talvez aqui haja um equívoco: o abatimento de 1% do saldo devedor junto ao Fies é do saldo devedor ou da taxa de juros?

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Do saldo devedor consolidado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não é nada 1%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O abatimento de 1% do saldo... Abatendo 1% em quatro meses, termina?

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Em oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, em oito anos? Está bem.

– O abatimento de 1% do saldo devedor junto ao Fies para professores da educação básica e médicos do Saúde da Família está previsto na legislação e foi regulamentado há pouco. Creio que essa é uma boa medida, que orienta o aluno que quer ser beneficiado para um determinado setor: médico, o do saúde, e educação básica. Deveria ser mais alto. Quais os resultados dessa medida, ou seja, está surtindo efeito?

– Quantos são os professores e médicos beneficiados pelo abatimento? A iniciativa poderia ser estendida a outros profissionais? Não muitos, porque senão perde o sentido.

Agora, passando por cima, algumas perguntas que vieram – passando por cima, porque algumas realmente exigiriam mais tempo, mas, ao mesmo tempo, não podemos frustrar quem pegou o telefone, quem pegou o *e-mail* e nos chamou.

– Gostaria de saber por que vocês não fiscalizam melhor as universidades particulares em relação ao aumento das mensalidades e à qualidade do ensino.

– Alunos com 100% de Fies podem ter cobrados por fora valores referentes à mensalidade, já que a faculdade onde estudam teve um aumento superior àquele informado ao sistema Fies por elas mesmas? É uma pergunta.

– O que o MEC tem feito para proteger alunos que têm sido submetidos a essa cobrança por fora?

– Há faculdades...

E aqui cita uma; eu vou evitar dizer. A pergunta é da Vanina Castro Dória de Almeida. Antes foi da Vanina também e da Ana Gleide Amorim. A Vanina cita um caso concreto. Eu vou evitar citar o nome da universidade. Vou dizer só o Estado.

– Há faculdades, na Paraíba, cobrando de alunos com 100% de Fies valores referentes a mensalidades, pois no sistema informaram um aumento de 6%, mas deram um aumento maior, responsabilizando o aluno pela diferença de valores. Isso é correto pela lei?

Ou seja, deram um aumento na mensalidade. O Fies, então, não cobre tudo.

– Por que todo semestre há uma dificuldade enorme para fazer o aditamento? Pergunta da Maria Aparecida.

De Norivan Oliveira:

– Sou analista de sistemas há seis anos. É sabido que todo o Sistema Fies para aditamento está com vários erros há meses; aparentemente, erros provocados propositalmente. Por que insistem em dizer que o sistema não está com erros? Irão dar o cano nos estudantes que não conseguirem?

Denise Druanot Portela:

– Durante o curso do contrato, comprovada a nova situação econômica, é possível majorar o Fies de 50% para 78% ou mesmo 100%?

Juliano Lopes:

– Muito bom, pois é uma grande oportunidade para quem estudou em escola pública.

Ou seja, é muito bom que exista o Fies. Esse é o reconhecimento do Juliano Lopes. Eu creio que de todos nós também. Ele tem problemas, mas a existência é positiva.

Juliana Ferreira:

– Como ficará a situação de milhões de estudantes que esperavam por esse financiamento?

William Duarte:

– O que acontecerá com o estudante que se inscrever em universidade contando com o financiamento, mas que não obtiver o êxito? Ficará endividado com a universidade? E quanto aos erros propositais no *site*? Terá punição o responsável por todo esse estresse que causou aos estudantes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mais.

– O que ocorrerá com os alunos que concluíram a inscrição do *site* porque a faculdade não aceitou os documentos que deveriam ser entregues, alegando que o Fies estava sem sistema? Pergunta de Raio de Luar Brito.

Parabéns aos pais que colocaram este nome: Raio de Luar Brito.

– Realizei uma transferência e sofri com a liberação do aditamento de transferência no sistema do Fies que durou um ano. Acabei perdendo o benefício. Não tive como pagar a faculdade. Entrei na Defensoria Pública e não deu em nada.

Fernando Ribeiro:

– O aluno que está tentando se inscrever desde o início e não consegue por causa da informação – aspas – "Limite de vagas para esse Campos/IES esgotado", quando não é verdade pois alguns colegas de sala têm conseguido, serão prejudicados? Por que ainda não regularizaram o *site*?

Fabio Marciano:

– Já que o site, desde que abriu, apresentou diversos problemas, por que não prorrogar o prazo também para os novos contratos, já que centenas de milhares de estudantes não conseguiram e nem conseguirão finalizar as inscrições até 30 de abril?

Priscila de Barros:

– Qual o motivo de não prorrogar o prazo de novos contratos?

Adriana Ferreira:

– Meu nome é Adriana, Presidente do Movimento Democrático Universidade para Todos.

Eu quero, primeiro, dizer à Adriana que sou muito simpático a todos esses movimentos de universidade para todos, mas eu queria ver o movimento: todos alfabetizados no Brasil. Treze milhões não o são. Eu queria ver o movimento educação de base com qualidade para todos. Eu nem falo da proposta que, a meu ver, é a única que realizaria isso, que é a federalização. Mas não precisa de movimento pela federalização. Agora, é incrível, mas há mais movimento pelas cotas, por Fies, por ProUni, por universidade do que pela educação de base.

De qualquer maneira, da Adriana, pergunta dela:

– O MEC provocou ou não quebra de contrato unilateral ao decretar mudanças no programa na virada do ano e de aplicabilidade efetivamente imediata no primeiro dia letivo do ano subsequente?

De acordo com a nossa Procuradora, sim. Provocou ruptura.

David Teixeira:

– Não é possível que a população não se oponha contra um Governo destes, pois está estampado que o dinheiro para financiar o Fies está tapando certos rombos.

Aqui eu acho que é uma opinião, não tem uma base científica para dizer que seja isso.

– Como irão ficar os estudantes que sonham em estar em uma universidade?

Da Adriana Ferreira, que já fez uma pergunta:

– Entendemos a necessidade de ajustes.

Só reclama da retroatividade.

– O Governo e o Ministério da Educação não podem ignorar a Lei nº 9.784/99, onde: "A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência." Não se pode subverter a ordem e o direito.

É da Adriana Ferreira, outra vez. E outra da Adriana Ferreira:

– Para nós do MDU (Movimento Universidade para Todos) o Fies não é uma bolsa, é um programa que não onera os cofres públicos, portanto, não deveria estar incluído num pacote de ajuste fiscal.

Aqui, não vai dar para ler todas, até porque muitas são opiniões, e não perguntas. E há algumas que se repetem. Do Norivan mesmo, eu já li há pouco. Da Vanina, eu já li há pouco também.

Da Maisa, eu não li nada dela:

– Como vocês se sentem sabendo que representam o Brasil através de uma classe de pessoas pobres, ignorantes e menos favorecidas. Quando vocês me tiram o direito de estudar, irão me tornar alvo do interesse de vocês, porque...

Está muito confuso.

Valesca:

– Em 2011, alteraram meu percentual de Fies para 100%, sem que eu estivesse ciente.

Da Ana Gleide, eu já li. Da Juliana Ferreira, eu já li. Do William Duarte, eu li.

Daiane Santos:

– O que acontecerá com os alunos que concluíram a inscrição no *site*, porém a faculdade não aceitou os documentos?

Eu já li, também. Do Raio de Luar, também. Já até comentei o nome. Está muito repetido aqui. Aqui foi apenas uma reorganização daquelas. Agora que eu estou vendo. Então, são as mesmas pessoas, com as mesmas perguntas.

Então, aí estão as perguntas. Nós vamos trabalhar. Esta audiência vai dar um documento e, quem sabe, como acontece muito aqui, a gente termine fazendo uma outra audiência, para levar adiante os debates e, talvez, até concentrando na questão específica de agora, que tanto me interessa, e na concepção do próprio Fies, de como ele pode realizar não só o sonho de brasileiros, mas o sonho do Brasil inteiro, também, que não é a mesma coisa, embora se unam?

Bem, eu vou passar a palavra de lá para cá.

Não precisa responder as perguntas, obviamente.

Um minutinho, ou dois, para vocês fazerem qualquer comentário que considerem correto.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom, eu gostaria de ressaltar, o início da minha fala foi no sentido de que precisamos discutir a educação como pensar o Estado brasileiro e não ideologicamente como uma política de Governo. E a gente sempre vê, eu participo de algumas audiências públicas aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, aonde a gente vai a gente vê, que essa discussão da dicotomia do público privado, é impressionante. Às vezes, representantes da UNE, às vezes, a própria Contee, com seus representantes, sempre trazem a questão da dicotomia: o privado é ruim e o público é maravilhoso, fantástico. Isso não é verdade, nem de um lado, nem de outro. Não é só oito ou oitenta. A gente tem que chegar no 35, no 40, no 50. Há coisas ruins no público e há coisas ruins no privado.

E quando você fala, por exemplo, Nara, ou o Patrique, que há instituições fazendo picaretagem com a educação, vamos estar juntos para combater isso. Quais são essas instituições? Onde estão? Acho que o Ministério Público está aqui, inclusive, na Mesa. Vamos dar nomes aos bois, vamos começar a dar cara e cor a essas coisas. Porque, às vezes, é muito fácil a gente ficar falando só: "Ah, o mercado, ah, não sei o quê!"...

Às vezes, me causa uma certa estranheza, também, quando vem um representante da UNE falar do mercado aqui, tratando necessariamente da educação, porque a UNE recebe fatias do mercado financeiro, através de instituições da área da saúde, recebe repasses da área da saúde e do mercado financeiro, mas não fala muito sobre isso.

Então, é interessante a gente prestar atenção no seguinte: para construir um debate sério, a gente tem que chegar sempre a um consenso no meio do caminho. Não tem dinheiro para o Fies, mas tem dinheiro para criar 550 cargos no Insaes? Eu acho, relativamente, contraditório.

Outra coisa que achei estranha: instituições, Patrique, com notas 1 e 2 não têm Fies. Onde é que estão essas instituições que têm nota 1 e 2 que têm Fies? Não se permite.

Outra coisa que achei meio absurda: o MEC não supervisiona as instituições? Opa! O que eu perdi no meio do caminho aí? É óbvio que o MEC supervisiona as instituições. É óbvio que o MEC desenvolve as políticas de regulação. São mais de três mil leis, normas e regulamentos que o Ministério da Educação tem para uma instituição fazer.

Eu quero deixar claro aqui o seguinte. Eu represento a Associação Brasileira de Estudantes, e o próprio Patrique falou que a base da UNE vem dos alunos de escolas particulares, de universidades particulares. Em outro momento, ele falou que ele não consegue entrar para fazer DCE, que as universidades não deixam. Uai, se as universidades não deixam, como é que a sua base é, a maioria, de escolas particulares? É complexa essa discussão que fica muito no campo ideológico.

Nós precisamos pensar, Senador, e aí eu vou fazer par com o senhor na questão do ensino fundamental.

Nara, qual é o Ideb da sua escola? Qual foi a progressão desse Ideb nos últimos anos, você que é professora de História? A escola onde você estuda, qual é a nota do Ideb dela? Quanto custa, Patrique, estudar na UnB? Quanto custa um aluno da UnB para os cofres públicos, para o bolso do contribuinte brasileiro?

O aluno do Fies não paga só a mensalidade do Fies quando ele termina o curso, não. Ele já está pagando o aluno da UnB, o aluno da USP, o aluno de todas as federais, que, na maioria dos casos – vou dar a minha realidade de São Paulo, USP, Unesp e Unicamp –, são alunos de classe média alta. Aí o aluno coitadinho que não tirou nota 450 para o Fies – coitadinho é só uma forma de expressão –, ele não conseguiu 450 pontos no Fies

porque o investimento no Ideb na escola pública dele não foi satisfatório, Nara. E aí ele ficou fora do processo. Nem Fies, nem ProUni, que já tem essa norma, nem nada, esse cara está fora, mas ele está pagando o imposto para bancar os alunos de classe média, classe média alta, nas universidades públicas. E pouco se discute sobre a planilha de custos. Quanto custa esse cara para o Estado brasileiro, para o contribuinte de baixa renda brasileiro? Será que a gente não vai discutir isto também: o pobre pagando a faculdade do rico?

Não quero entrar necessariamente nisso nem trazer a discussão só para isso. Ponto. Eu quero que ela saia desse universo ideológico e que ela entre na discussão plausível. Vamos pensar o Brasil, acho que o Senador resumiu tudo que eu gostaria de falar aqui, o ensino básico, e pensar o que nós queremos da universidade.

E o Fies tem como papel também... Você falou muito bem: será que estamos financiando os engenheiros? Será que estamos financiando os médicos? Porque está vindo médico de Cuba, então tem alguma coisa errada. Estamos precisando de médicos aqui. E isso quem está dizendo é o Governo, por isso que ele trouxe médico de fora do Brasil. Então, será que o Fies está financiando os alunos que moram lá no interior do Tocantins, do Acre e do Amazonas, para que possam clinicar lá? Não sei. Isso é um questionamento.

Agora, eu gostaria, mais uma vez, de pedir encarecidamente: vamos diminuir essa dicotomia, gente. Educação de qualidade é educação de qualidade, ponto, seja no público, seja no privado. Se há problema, há problema; vamos discutir o problema, ponto, seja no público, seja no privado, porque só também ficar limitando é complicado.

Eu sou aluno de escola pública, sei as mazelas da escola pública, porque vivenciei na pele, como milhões de brasileiros, não tem nada de especial nisso. E fui para a universidade particular, porque não consegui entrar na universidade pública, por mais que eu me esforçasse. Eu não tive o privilégio seu, Patrique, de estudar na UnB, com o povo pagando a minha conta. Eu tive que pagar a minha conta e tive que pagar para outro estudar na USP, na Unesp, na Unicamp e em outras federais. Enfim, isso aí acontece no Brasil. Essa discussão ninguém traz à tona. Então é importante a gente repensar isso direito.

Agradeço, mais uma vez, Senador. Como sempre, o Senador Cristovam levantando os grandes debates da educação no Brasil. Eu quero parabenizá-lo por isso, por toda sua história, pela sua luta.

Quero pedir ao Ministério Público, aqui presente, que já vem fazendo um grande trabalho nessa questão do Fies, para, de alguma maneira, se possível, salvaguardar esses alunos que estão matriculados, para que eles consigam continuar com o Fies. Afinal, o aluno já pagou. Como dei o exemplo da Laila aqui, ele já pagou, ele já fez o sacrifício que tinha que fazer, acreditando numa política pública que foi posta. E esse aluno vai ficar a ver navios. Faltam dois dias. São mais dois dias de barrigada, e aí o MEC corta um universo de estudantes.

Então, eu agradeço muito a oportunidade, ouviu, Senador? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado a você, sobretudo pela força! Como coloca bem um tema fundamental que é o problema do que é universidade pública e privada, que eu não gosto de chamar assim, eu gosto de chamar estatal e particular! Publica depende do resultado do trabalho. Um estudante que estuda numa universidade estatal apenas para ficar rico não recebeu o ensino de uma universidade pública, recebeu de uma universidade estatal. E aquele que estuda em uma universidade particular e se forma em Medicina para trabalhar no SUS recebeu um serviço público, mesmo que em uma instituição particular. A gente tem que reformar essa ideia de que tudo que é estatal é público, e tudo que é particular é de interesse privado. Temos que redefinir esses conceitos.

Bem, ao Senador Lindbergh, eu quero agradecer a presença, inclusive, agradeço porque me citou lá na audiência com o Ministro da Cultura – está vendo como eu estou bem informado?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem, Antônio Corrêa, todo mundo aqui lhe chamou de Toninho, não é?

O SR. ANTÔNIO CORRÊA NETO – Toninho, é assim que o pessoal me conhece, Senador. Eu sou servidor de carreira do FNDE já há 34 anos, comecei bem jovem, e foi assim que as pessoas me conheceram. É difícil agora: às vezes, me chamam de Dr. Toninho, e eu falo: pelo amor de Deus! É Toninho, não é Dr. Toninho, não.

Não vou me alongar em função do adiantado da hora, Senador, mas quero agradecer o convite ao FNDE e ao MEC para participarem desta reunião. Lamento não ter tempo para responder às perguntas do público em geral e àquelas formuladas pela sua assessoria. Quero aqui ratificar o compromisso do Ministério da Educação com a política de ampliação do acesso em todos os níveis de ensino e também com a melhoria da qualidade da educação em todos níveis de ensino. Não adianta investir em ensino superior, logicamente, se não temos um ensino fundamental e um ensino médio fortes, preparados para chegarem naquele nível de ensino. Como também não adianta investir em ensino fundamental e ensino médio sem investir, sem se lembrar da criança lá na educação infantil. Educação tem que ser tratada de forma igual em todos os seus níveis. A gente sabe da

importância do ensino fundamental para o desenvolvimento do cidadão, do ser humano. Na minha avaliação, é um dos níveis mais importantes, é onde se aprende matemática, é onde se aprende a escrever.

Mas, assim, me coloco à disposição lá no FNDE para responder a todas essas perguntas e à disposição para darmos continuidade a esse debate, também por intermédio lá do Ministério que responde pela política da educação superior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Toninho.

Eu passo a palavra à Julliene Salviano, que, se não me engano, é quem tomou a iniciativa de sugerir esta audiência ao Senador Crivella, não é verdade?

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – Sim, foi sim. Nós nos encontramos no aeroporto, uma coincidência, e, aí, ele aceitou o pedido e fez a proposta.

Primeiro, eu gostaria de perguntar se é possível existir uma comissão externa, alguma coisa assim, com os representantes dos estudantes e das partes interessadas, dos Senadores e talvez de Deputados para acompanhar junto ao MEC essa questão do Fies, acompanhar o andamento, as mudanças, enfim.

E eu gostaria, também, de continuar só com uma parte que eu tirei, que não deu tempo na primeira fala. Quando os arquitetos da nossa República escreveram as magníficas palavras da nossa Constituição, eles estavam assinando a nota promissória que cada cidadão iria herdar. Essa nota era uma promessa de que todos teriam garantidos os direitos inalienáveis à educação. Em vez de honrar essa sagrada obrigação, o Brasil, o seu Governo deu ao povo brasileiro um cheque sem fundos, infelizmente.

Eu concordo plenamente com as suas palavras, Senador Cristovam, e me coloco como mais uma pessoa para lutar por essa justa causa que é a educação para todos, e de qualidade. A realidade é que damos ao paciente o remédio, mas não queremos dar a prevenção. E essa seria uma educação básica de qualidade. Eu até aproveito para convidar o Senador Cristovam e todos os outros Senadores que quiserem a visitar a escola estadual em que meu pai leciona para verem de perto essa realidade.

Eu vou repetir aqui mais uma vez: se precisava haver esse corte, por que não avisaram antes? Sabemos, e até podemos entender as necessidades do Governo. Mas, se houvessem avisado, essas pessoas não teriam contado com o Fies. O Governo cometeu um grave erro e as pessoas não podem arcar com esse erro; o Governo é que tem que arcar com ele. Se não houve a transparência necessária, não peça ao povo que entenda e, muito menos, que aceite esta ou aquela medida. Se quer exigir algo da sociedade, então que o Governo exija de si mesmo os altos padrões de sacrifício que exige do seu povo.

E já para finalizar, eu quero aproveitar, Senador Cristovam, a proximidade com o 13 de maio para ousar dizer que vivemos na era da escravidão intelectual. O estudo, o diploma de hoje equivale à alforria do século XIX. Permitam, pelo amor de Deus, que o Brasil termine aquilo que começou no dia 13 de maio de 1888! Permitam que os nossos jovens assinem a sua própria carta de alforria! Libertem o nosso País da escravidão intelectual e de todas as mazelas dela decorrentes! O nosso País merece viver um novo ciclo de progresso, e ele precisa terminar aquela abolição. E só quando todos tiverem acesso à educação de qualidade, então, poderemos esperar pelo dia em que este País será grandioso, e isso jamais será possível sem educação. Se não pudermos ajudar uma parcela da população, então não poderemos salvar todo o País.

Eu aproveito para agradecer o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos. Belas palavras! Essa comparação da abolição com a educação é fundamental.

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A falta de educação acorrenta tanto, embora não fisicamente, quanto a servidão.

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – E é uma coisa que vem desde aquela época, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É. Joaquim Nabuco sabia disso e dizia: "É preciso libertar os escravos e colocar seus filhos na escola."

A SRª JULLIENE CABRAL SALVIANO DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Professora Elizabeth.

A SRª ELIZABETH GUEDES – Eu vou ser breve porque o horário já está... A gente tem uma outra audiência pública na Câmara, agora, às 14h30, e eu vou para ela.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fies, também?

A SRª ELIZABETH GUEDES – Não, ProUni.

Eu quero agradecer, Senador, esta oportunidade incrível que o senhor proporcionou a todos nós, à Julliene, ao Toninho, à Maria Cristina, à Amábile e ao Ricardo que já foram, ao Patrique, ao Samuel e à Nara.

Eu acho que este diálogo de pessoas que acreditam em coisas tão diferentes, como é a minha posição como representante de uma instituição particular, e entendo a posição da Nara e entendo a posição do Patrique, eu acho que este é o exercício da democracia. E a gente tem que partir do princípio de que nós somos todos brasileiros de bem e que todos queremos um Brasil melhor para os seus brancos, para os seus negros, para os seus ricos e para os seus pobres – de todas as classes sociais –, e de que a gente só diverge quanto à melhor forma de se chegar a esse local. Acho que nós temos, sim, que nos reunir, e já falei isso para o Toninho algumas vezes e para o Flávio também. Vamos achar os picaretas, é simples, é fácil achar esses caras; de alguns, inclusive, a gente sabe até nome e endereço, não é? Vamos chamar os Senadores, vamos fazer um grupo, vamos visitar essas empresas, vamos ajudar o Brasil.

Então, eu quero agradecer esta oportunidade e dizer a vocês que contem conosco. Eu quero que vocês denunciem à Anup todas as instituições que estiverem agindo de forma irregular com funcionários e com alunos. Nós vamos nos encontrar nas boas causas, e vamos nos separar na questão da ideologia, porque – isso aí – eu acho que o bom da democracia é que nós somos diferentes, não é? Imaginem se todo mundo concordasse com a mesma coisa: nem teria audiência pública. Aqui está o Toninho em mais uma audiência pública; eu batendo nele e ele dizendo que o setor privado não entendeu as medidas. Mas, Toninho, eu adoro você e nós vamos, enfim, lutar.

Eu acho que a próxima audiência pública é para mostrar como está o Fies mesmo, para trazer mais modelos, para discutir a elegibilidade, para discutir o que está sendo feito na Austrália, que é superinteressante – viu o que aconteceu com os Estados Unidos, que quebrou porque persistiu no modelo que não funcionava, não é? E é isso.

Muito obrigada.

O senhor é muito querido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos.

Maria Cristina Manella.

A SRª MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO – Gostaria de agradecer a esta Casa pela acolhida e pela oportunidade de estar aqui.

Tentando responder àquela pergunta que o senhor fez a respeito algumas vezes: por que será que as perguntas são tão direcionadas sempre ao Fies, à educação superior, e tal?, eu acho que é bastante óbvio isso. É porque o público, o cliente da educação básica ainda não aprendeu a reclamar os seus direitos. Ele sai do ensino médio sequer sabendo ler e elaborar operações matemáticas mais complexas; que dirá ir em busca, reclamar o direito a uma educação básica de qualidade!

Então, era isso.

Eu queria dizer que o Ministério Público brasileiro está bastante empenhado nessa missão de fortalecer e de atuar na defesa do direito à educação básica, por intermédio desse projeto Ministério Público pela Educação.

Temos feito audiências públicas em vários Municípios, com a comunidade escolar desses Municípios, levando informações sobre o sistema educacional, tentando envolver a comunidade na discussão desse tema, para que eles saibam da importância da presença deles: pais, professores, alunos, enfim, da comunidade em geral dentro da escola, discutindo com a sociedade quais são as inquietações, para que a gente possa buscar soluções junto aos gestores.

Contamos com todos aqui para, enfim, fortalecermos essa luta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu quero dizer, Drª Elizabeth, que quando eu fiz o serviço militar, havia lá um major que dizia: "Explica, mas não justifica". A gente explica por que essa preferência pela universidade e não pela educação de base nos debates, nas preocupações, mas não justifica. Não justifica até porque, do ponto de vista do sistema, nunca um país pode ter um bom sistema universitário se a educação de base for ruim. Poder ter uma, duas, três universidades boas, porque para elas vão os poucos bons, que é o que a gente vê nas universidades. E o Enem, que eu acho uma coisa fundamental, e acho que foi uma boa coisa ser usado como vestibular, está levando a essa concentração nas poucas universidade boas, porque, como o vestibular é nacional, ele chupa os cérebros melhores para as grandes universidades.

Então, não há como ter um sistema universitário com todas boas sem educação de base boa. E o inverso é verdadeiro: não há como ter universidade ruim quando o sistema de educação de base é bom. Aluno que terminou um bom ensino médio não aceita professor ruim. Expulsa-o. Não aceita universidade ruim, porque não deixa o professor ruim ficar em sala de aula. É educação de base.

Então eu entendi perfeitamente. Explica mas não justifica, do ponto de vista político, este País continuar com tantos movimentos pela universidade e nenhum pela alfabetização dos 13 milhões de analfabetos. Não tem movimento.

Eu cobrei isso aqui na hora das cotas para negros nas universidades, que eu defendo, fui um dos primeiríssimos a defender, mas eu dizia: por que o movimento negro não defende uma campanha para alfabetizar todos os negros do Brasil? Até porque a maioria dos analfabetos é decente de negros. Mas não tem. A luta é para entrar na universidade; não é para sair do analfabetismo. É como, Julliene, se o movimento dos abolicionistas fosse para que todo mundo fosse latifundiário e não para que deixasse de ser escravo; e não tem como.

Mas esta é a explicação: esse elitismo brasileiro, essa ideia de que a gente pode chegar em cima sem passar por baixo. É um vício que nós criamos e que não justifica, embora esteja bem explicado pela senhora.

Eu quero agradecer muito, não sei se o Senador Lindbergh quer dizer alguma palavrinha, como líder estudantil que foi – e continua com a mesma cara da época... (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Nem cara nem cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, gente, eu acho que nós demos a contribuição. Vamos ter uma documento a partir daqui.

Muito obrigado... (*Pausa.*)

Vocês também querem um minutinho. Lógico. Eu estava me esquecendo. Óbvio. Por favor.

O SR. PATRIQUE LIMA – Obrigado, Presidente. Primeiro, agradeço o convite feito pela Casa, por esta Comissão, à União Nacional dos Estudantes. Espaços como esses são fundamentais para que a gente possa acumular mais conhecimento e mais entendimento para aprimorar a educação brasileira. Nós estamos à disposição para outros momentos como este.

Eu queria esclarecer algumas coisas e deixar a nossa opinião. Primeiro, a União Nacional dos Estudantes não é contra ou perseguidora da educação superior privada. Muito pelo contrário. Nós entendemos que o processo de democratização da educação superior no País passa também pela existência de instituições de educação privada. É importante, é fundamental o exercício dela em nosso País.

Agora, o que nós, da União Nacional dos Estudantes, perseguimos é a qualidade e a excelência em toda instituição. Acho que todos os mantenedores de universidade também têm essa perspectiva. Ninguém, *a priori*, abre uma universidade para oferecer uma educação de baixa qualidade. Então, nós, da União Nacional dos Estudantes, perseguimos isso.

A base da União Nacional dos Estudantes é feita de estudantes, não de entidades. Reivindicamos as entidades nas instituições porque é um espaço importante para a organização da pauta desses estudantes, para ficar claro. Temos, na nossa base, 7,5 milhões de estudantes da educação superior e achamos fundamental que esses estudantes estejam organizados para reivindicar seus direitos, para ajudar a instituição a desenvolver uma educação de qualidade e para fortalecer a sua formação.

Para finalizar, gostaria de dizer que precisamos nos debruçar nas medidas do Fies para aperfeiçoar esse programa. É um programa muito importante que garante acesso ao ensino superior a um setor que, historicamente, esteve afastado da universidade, e talvez, nesse ponto, Senador, eu responda a sua pergunta sobre por que esse fetiche pelo ensino superior e não pelo ensino básico. Historicamente, uma camada significativa da população esteve fora da sala de aula no ensino superior. Historicamente, existiu um processo de universalização do ensino básico, mesmo com todos os problemas que o senhor aponta. Somente de dez anos para cá, a universidade pôde se pintar um pouco de povo. Ela ainda não está completamente. Somente há dez anos, pudemos ver o filho do trabalhador ou da trabalhadora, o negro, o índio ou o pardo com maiores condições de acessar a universidade.

Precisamos avançar mais. Para nós, ainda é pouco. Para nós, da UNE, precisamos de mais investimento em educação; precisamos do cumprimento das metas do PNE; precisamos de 10% do PIB investido em educação para que possamos alcançar plenamente a educação que tanto sonhamos e por que lutamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Patrique.

Vou pegar essa ideia do fetiche. Você não se incomoda que eu a use, não? Porque foi boa demais. (*Risos.*)

Ela diz plenamente, eu nunca tinha pensado nesse sentido. Há um fetiche em relação ao ensino superior.

Quero dizer que concordo que houve uma mudança na cor da cara da elite universitária brasileira. Sinto, na UnB, nesses 30 anos, como, hoje, a cor da cara dos alunos é diferente do que era há vinte ou dez anos atrás. Também a origem mudou um pouco. Percebemos onde moram os alunos da UnB. Mas, lamentavelmente, para isso, tivemos que fazer cotas. Quero que façamos com que a disputa seja igual para todos, porque o filho do pobre tem que estudar na mesma escola do filho do rico. Alguém falou aqui do filho do Parlamentar em es-

cola pública. Acho que todos que zelam pelo interesse público têm que usar os serviços públicos, senão é, no mínimo, falta de... Não é correto, não é?

Eu ia deixar para depois, mas já vou, antes de passar para vocês, dizer que o Crivella falou uma coisa que eu queria dizer. Ele lembrou que os corruptos da Petrobras não só de lá, de todos, são doutores, engenheiros, educados. Não, eles não são educados. Eles são instruídos. Se fossem educados, teriam recebido na escola sentimento de nacionalidade, do interesse público, da solidariedade. Há uma diferença entre instrução e educação. A instrução, quando você chega lá em cima, você a teve; mas a educação é o conteúdo que a indica.

A segunda foi a Nara.

A SRª NARA TEIXEIRA – Obrigada.

Quero agradecer o convite e colocar, realmente, que temos vários espaços em que temos discutido, de forma, às vezes, apaixonada, porque somos apaixonados pelo que fazemos, a questão das concepções, que são fundamentais.

O companheiro que saiu colocou a questão da ideologia. Para mim, não tem como separar uma ideologia. Para mim, é nítido. Tenho uma categoria que represento, que são os trabalhadores, e a Beth e outras companheiras representam patrões, e temos divergências. Temos divergências. Sorte que podemos discutir, dialogar e participar de vários espaços onde é possível flexionar esses debates e colocar cada ponto de vista que nós defendemos.

A Contee defende a educação pública, gratuita e de boa qualidade. Pode parecer uma contradição, já que representamos os trabalhadores da educação privada, colocarmos a defesa da educação pública, mas, para nós, educação é, como eu já coloquei, uma questão de direito social. Então, essa defesa, para a nossa instituição, é fundamental. E acreditamos que, neste momento – e aí, Senador, tanto o ensino superior quanto desde as creches à educação básica –, a gente precisa, sim, criar formas de regulamentar a educação privada, porque, realmente, da forma como está, ela está sem regras claras.

A questão do Insaes, volto a falar, é fundamental. Só através do Insaes é que nós vamos colocar de forma concreta a separação de uma coisa e de outra, Beth, porque, da forma como coloca, eu acho que tanto você como nós e o pessoal da UNE, temos ido ao MEC direto... Eu acompanho muitos trabalhadores, muitos representantes de instituições que vão ao MEC colocar tais e tais instituições. Aí o MEC fala: "Nós não temos condições, não temos instrumentos, não temos leis." E a gente sabe que não têm. Então, a criação desses instrumentos, e o Insaes é isso... Então, na hora em que coloca: "criar mais 500 empregos para investir na educação", sim, mas criar 500 empregos para investir na educação de qualidade, porque é esse instituto que vai conseguir dar condições para que a educação privada, hoje, de forma concreta, tenha a qualidade que nós queremos. Quem realmente representa as instituições privadas são os patrões que defendem uma educação de qualidade, e eu sei que tem, e nós trabalhadores que trabalhamos nela e que defendemos tanto as nossas condições de trabalho quanto as condições gerais da educação.

Então, estamos de pleno acordo em aprofundar a discussão e colocamos que esses espaços são fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Feliciano.

O SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO – Primeiramente, quero agradecer, em nome do Ministério da Educação, por essa oportunidade de, novamente, estar aqui no Senado discutindo uma questão tão importante para o desenvolvimento da política educacional superior e da política educacional como um todo.

Vale aqui reforçar, como já foi colocado pelo Antônio Corrêa, que o compromisso do Ministério, seja institucional, seja o previsto no Plano Nacional de Educação, é buscar a ampliação e a universalização, no caso, da educação básica e, agora, também, como mote constitucional, da educação infantil, sempre premiando a qualidade nos diferentes níveis educacionais.

Acho que a construção e a evolução da política pública social e educacional se faz dentro do campo democrático, e esse campo democrático é escancarado nessas audiências públicas. Aqui, nós escutamos todas as vozes interessadas. E, como agente público que também faz parte da política, e acho que falo isto por todos do Ministério envolvidos, é evidente que escutaremos todos os interesses que foram apresentados, todas as aflições, todas as dúvidas e levaremos isso, que vai passar, naturalmente, por um processo de evolução e de reconstrução da política pública. É por isso que nunca nos furtaremos a enfrentar e debater.

Também há alguns espaços institucionais específicos já configurados dentro dessa questão, dessa temática do Fies. Foi citado, inclusive, em uma das perguntas que foi instituído um grupo de trabalho com a Secretaria Nacional do Consumidor, com o FNDE e com o Ministério da Educação, que algumas das aflições que também apareceram nas perguntas dos estudantes estão sendo objeto de análise. Esse grupo, inclusive, já recebeu algumas entidades representantes dos estudantes e recebeu as entidades mantenedoras. Então, é um grupo que está constituído para avaliar essa situação mais premente dos problemas que vêm se apresentando, mas

que também tem a função de avaliar a política e propor a correção, se tiver que ser feita, e algumas melhoras que se tem observado nesse espaço.

Eu me permito também ingressar na discussão que se travou, não diria de forma paralela, mas complementar, em relação à premência da educação básica como substrato para a educação superior de qualidade que se busca para dizer que, no discurso de posse do cargo do atual Ministro, ele deixou bastante evidente o compromisso e a intenção dele de utilizar inclusive os espaços de política pública da educação superior para evidenciar a importância de se pensar a educação básica, envolvendo as instituições federais de forma mais efetiva nesse compromisso, nesse objetivo.

E quero mencionar aqui que os próprios programas de ampliação do acesso e permanência – ProUni, Fies – vão ao encontro disso quando tentam, ainda numa configuração inicial, preliminar, embrionária, privilegiar ou garantir o acesso dos professores que se encontram em sala de aula e que não tenham formação específica naquela área – no caso do ProUni e no caso do Fies, como foi citado inclusive em uma das perguntas –, possibilitando o abatimento da amortização do valor financiado por meio da prestação de serviço público na rede pública de ensino.

Então, é isso.

Agradeço novamente ao Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque e, na figura dele, a todos os integrantes desta Comissão. Agradeço a oportunidade de discutir com todos os integrantes da audiência pública e novamente reforço que o objetivo do Ministério da Educação, em todas as políticas, inclusive no Fies, é garantir um caminho de ampliação, de acesso e permanência na educação superior e de universalização com qualidade nos outros níveis educacionais.

Muito obrigado.

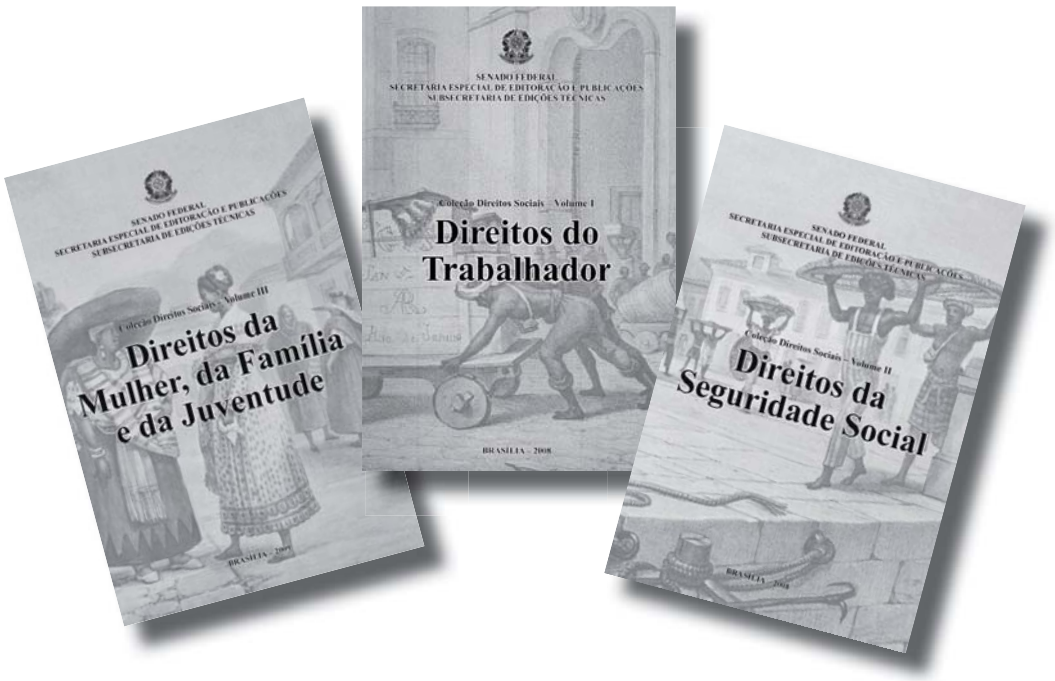
O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Está encerrada esta audiência.

(Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 700 páginas

(O.S. 12333/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL